



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GIOVANNA VIEIRA CASSIANO
NÁTALI EMILENE DE SOUZA
RICHARD GONÇALVES ANDRÉ
VERÔNICA RODRIGUES PAIXÃO
(ORG.)

**ANAIS DA
SEMANA DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

V.2, 2016

Giovanna Vieira Cassiano
Nátali Emilene De Souza
Richard Gonçalves André
Verônica Rodrigues Paixão
(org.)

**ANAIS DA
SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

V.2, 2016

Londrina, UEL
2016

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a Semana de História (16. : 2016 : Londrina, PR)

Anais da XVI Semana de História, [do] IX Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social [e do] IV Encontro das Especializações em História [livro eletrônico] / Giovanna Vieira Cassiano ...[et al.] (org.). – Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2016. 1 Livro digital : il. ISSN: 2595-1645

Inclui bibliografia.

Disponível em: <http://www.anais.uel.br/portal/index.php/eventohistoria>

1. História – Congressos. I. Cassiano, Giovanna Vieira. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social (9. : 2016 : Londrina, PR). IV Encontro das Especializações em História (4. : 2016 : Londrina, PR). V. Título. VI. Título: Anais [do] IX Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social. VII. Título: Anais [do] IV Encontro das Especializações em História.

CDU 93



Reitora

Prof.^a Dr.^a Berenice Quizani Jordão

Vice-Reitor

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Ms. Gilberto Hildebrando

Diretor do Centro de Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. Ronaldo Baltar

Chefe do Departamento de História

Prof. Dr. Richard Gonçalves André

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social

Prof.^a Dr.^a Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

Coordenador do Colegiado de História

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Coordenador da Especialização em Patrimônio e História

Prof. Dr. Rogério Ivano

Coordenadora da Especialização em Religião e Religiosidades

Prof.^a Dr.^a Monica Selvatici

Coordenação Geral

Prof. Dr. Richard Gonçalves André

Comissão Organizadora

Prof. Ms. Barthon Favatto Suzano Júnior
Prof.^a Dr.^a Edméia Aparecida Ribeiro
Prof.^a Dr.^a Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Prof.^a Dr.^a Sivia Cristina Martins de Souza
Prof. Dr. José Miguel arias Neto
Prof.^a Dr.^a Silvia Ewel Lenz
Prof.^a Ms.^a Erica da Silva Xavier
Prof. Dr. Rogerio Ivano

Promoção

Centro de Letras e Ciências Humanas
Colegiado de História
Departamento de História
Especialização em Patrimônio e História
Especialização em Religião e Religiosidades
Programa de Pós-Graduação em História Social

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que publicamos os Anais da XV Semana de História, VIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social e III Encontro das Especializações em História, ocorrido entre os dias 17 e 21 de outubro de 2016 e organizados pelo Departamento de História, Colegiado de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Especialização em Religiões e Religiosidades e Especialização em História e Patrimônio, todos ligados à Universidade Estadual de Londrina.

A temática geral foi intitulada "O papel do historiador no século XXI", considerando o rápido processo de mudanças pelo qual passamos na atualidade, perpassado de implicações que parecem afetar variadas dimensões das sociedades em escala local, nacional e internacional.

Diante desse cenário, haveria espaço para os historiadores? Quais seriam seus possíveis papéis nesse mundo de múltiplas, contraditórias e incertas durações?

Buscando acolher pelo menos uma amostra dessa complexidade, o evento contou com diversas atividades, como conferências, mesas redondas, mini cursos, sessões de comunicação, espaços culturais e salões literários.

Boa leitura a todos!

ÍNDICE

A CANÇÃO DE PROTESTO NO URUGUAI: MÚSICA E ENGAJAMENTO EM DANIEL VIGLIETTI E ALFREDO ZITARROSA Gabriel da Costa Modenuti	12
A COLONIZAÇÃO DE ROLÂNDIA ATRAVÉS DAS OBRAS DA PINTORA NANUK Danilo Amaral dos Santos/Nicole Perdigão Lopes	20
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL NAS MISSIVAS DE FREI BETTO (1969-1973) Bruno Dias Santos	34
A CULTURA ESCOLAR E O USO DE FILMES NA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA Rebecca Carolline Moraes da Silva	43
A DEFINIÇÃO DO CÁLCULO DA PÁSCOA: DO QUARTODECIMANISMO AO CONCÍLIO DE NICÉIA Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia	54
A FAZENDA BORDA DO CAMPO E O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM MINAS GERAIS COLONIAL Caroline Sauer Gonçalves	65
A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA NACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO TERRITORIAL REPUBLICANO Cristiane Aparecida Zambolin Teodoro	73
A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XXI: AS TRANSFORMAÇÕES GERADAS PELA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA Lucimara Andrade da Silva	83
A POLÍTICA IMIGRATÓRIA DURANTE O GOVERNO VARGAS (1940-1945) Jesiane Debastiani	92
A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA EGÍPCIA NA CINEMATOGRAFIA Gabriela Martimiano Crepald Siqueira; Iasmin Castro de Souza	99
A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E SEU BERÇO NA BAIXA IDADE MÉDIA: A VISÃO CONTINUÍSTA DE EDWARD GRANT Luiz Cambraia Karat Gouvêa Da Silva	106
A RODOVIÁRIA DE JAÚ E O “PROGRESSO” DO “BRASIL GRANDE” NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA Pedro Henrique Cezar	115
À TERRA DO SOL POENTE: IDENTIDADE EM DECASSÉGUIS NO NORTE DO PARANÁ (1980-2016) Luiz Filipe Oliveira Tosta	127
ACERVO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI) DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI): SÍNTESE SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 60 A 90 Beatriz Rosa do Carmo Silva; Éder da Silva Novak	137
ACOMODAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO BUDISMO DE TERRA PURA EM LONDRINA Leonardo Henrique Luiz	145
AS DIFERENTES NOÇÕES CONCEITUAIS NAS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROGRESSO DO ESPAÇO NORTE-PARANAENSE (1989-2000) Marcos Vinícius Ferreira Leite; Milena Dalla Torre Santos	157
AS FIGURAÇÕES DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ NO JORNAL PARAGUAY ILLUSTRADO (1865) Gabriel Ignacio Garcia	167
AS MADEIRAS DE LEI NAS FLORESTAS DOS SENHORES: A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E OS DOMÍNIOS DA NATUREZA NOS SETECENTOS Mariana da Silva Alves	179

- AULA-OFICINA: A RESISTÊNCIA ESCRAVA NO BRASIL IMPERIAL** Gustavo Poldo de Souza; Ricardo Tadeu Caires Silva _____ 190
- BOLÉS, HERESIA E COLONIZAÇÃO: A POLÊMICA SOBRE A FRANÇA ANTÁRTICA** Jorge Luiz De Oliveira Costa _____ 200
- CIFRAS DA VIDA INTELECTUAL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA** Felipe Yera Barchi_ 212
- CINEMA E MEMÓRIA NO PÓS-GUERRA JAPONÊS: O FILME RAPSÓDIA EM AGOSTO (1991) DE AKIRA KUROSAWA** Douglas Pastrello _____ 224
- DE FORA PARA DENTRO: O MOVIMENTO HIP HOP NA ESCOLA- 2ª EDIÇÃO** Isabele Fogaça de Almeida _____ 235
- “É DE SI PRÓPRIO O ÚNICO SEMELHANTE”:** O MARQUÊS DE SADE E O ILUMINISMO Fabiano Augusto Pinto _____ 243
- ENSINAR HISTÓRIA POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS: PESQUISAS E DISCUSSÕES** Kauana Candido Romeiro _____ 252
- ENTRE MIO-MIOS E EMBIRAS: HOMENS E ANIMAIS NO CAMINHO DAS TROPAS** Tayná Gruber _____ 259
- ESQUECIMENTO, INTERNET E MEMÓRIA: ANÁLISE JURÍDICO-HISTORIOGRÁFICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO** Nathalia Caroline Teixeira Rocha _____ 270
- EVA PERÓN E O POPULISMO ARGENTINO: PRIMEIROS PASSOS DE UMA PESQUISA** Ivana Aparecida da Cunha Marques _____ 288
- EXPERIÊNCIA, TESTEMUNHO E REDENÇÃO: A HISTÓRIA ORAL COMO ARTIFÍCIO PARA A RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE VIÉS TRAUMÁTICO** Vanessa Fernanda Mayrinck _____ 296
- GOVERNAR UMA COLÔNIA TROPICAL: BAHIA 1750 A 1777** Charles Nascimento de Sá _____ 308
- GOVERNO BUSH E AS GUERRAS DO AFGANISTÃO E DO IRAQUE** Danilo Pontes Rodrigues _____ 320
- HISTÓRIA DO ESPORTE, POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES À HISTORIOGRAFIA** Paulo Sérgio Micali Junior _____ 330
- HISTÓRIA ORAL E O REGISTRO DA MEMÓRIA A RELAÇÃO ENTRE UMA CIDADE E SEUS MORADORES, O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FAXINAL - PR** Renato dos Santos Silva _____ 338
- HISTÓRICO DA INCLUSÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL** Rui Campos Dias _____ 349
- IBN ARABI DE MÚRCIA E A VIDA DOS MESTRES SUFIS ANDALUZES** Matheus Melo Barcelos _____ 359
- IDEIAS DE ALUNOS DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DE FONTES HISTÓRICAS** Heloisa Pires Fazion _____ 370
- IDENTIDADE CRISTÃ E MARTÍRIO: A FIGURA DO BOM PASTOR NAS CATACUMBAS ROMANAS** Jair Henrique Ferreira Sueki _____ 331
- IMAGENS SAGRADAS, PARA O FUTEBOL** Osvaldo Fiorato Junior _____ 390
- IMIGRAÇÃO, NATUREZA E FONTES ORAIS: POSSIBILIDADES DE USO E APLICABILIDADE** Darlan Damasceno _____ 402

- JUSTIÇA TRANSICIONAL NO CHILE PÓS-DITADURA MILITAR: A QUESTÃO DA IMPUNIDADE NA LITERATURA DE ROBERTO BOLAÑO** Marcela Vieira Martins _____ 414
- LUÉJI: UM MITO DE FUNDAÇÃO DA ORDEM POLÍTICA EM LUNDA, ANGOLA, NO SÉCULO XIX** Helena Fernandes Hidalgo; Natália Gonçalves Martins _____ 425
- MALLEUS MALEFICARUM: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA FIGURA FEMININA** Bruna Santos de Camargo; Danieli Ferreira; Izadora Carvalho; Gigliola de Oliveira Knapp _____ 435
- MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DECLÍNIO DA CAFEICULTURA: PÓS-GEADA DE 1975 NAS PÁGINAS DO PANORAMA (NORTE DO PARANÁ)** Juliane Roberta Santos Moreira _____ 445
- NEM DO LAR E NEM LEVIANA: REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA MÍDIA E NA MÚSICA POPULAR NA DÉCADA DE 1950** Angela Teixeira de Almeida _____ 457
- NOÇÕES DE JOVENS ACERCA DA INFLUÊNCIA HISTÓRICO-POLÍTICA DOS CLUBES DE FUTEBOL NO BRASIL** Pedro Aurelio dos Santos Luiz _____ 467
- NOTAS INTRODUTÓRIAS: A PROPÓSITO DA HISTÓRIA SOCIAL NA RÚSSIA. A FORMAÇÃO DO NARODNICHESTVO OU “POPULISMO CLÁSSICO”** Rafael Watanabe _____ 476
- O BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS DE SÃO PAULO** Lucas Alexandre Andreto _____ 489
- O BRASIL DO SÉCULO XIX NA PERSPECTIVA DE CAIO PRADO JR** Fabiano Ribeiro _____ 499
- O CONTEXTO HISTÓRICO DO IMPERADOR DIOCLECIANO (284-305 D.C.): A “ANARQUIA MILITAR” (235-284 D. C.) E A CONSTRUÇÃO DA TETRARQUIA** Murilo Pereira Assumpção _____ 510
- O CRAVO EM CASCA DA AMAZÔNIA: UMA ESPECIARIA EXPLORADA PELOS PORTUGUESES DURANTE O SÉCULO XVIII** Cinthia V. Zúniga de Souza Donini; Marlon Marcel Fiori _____ 518
- O PATRIMÔNIO EM QUESTÃO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE(S) NO SÉCULO XXI** Vanessa Fernanda Mayrinck _____ 526
- O QUE SE COME NA COLÔNIA: CAÇA E CRIAÇÃO DE MAMÍFEROS NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI** Anelisa Mota Gregoleti _____ 538
- O RAP COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E DENÚNCIA** Pamela de Gracia Paiva; Luiz Carlos Sereza _____ 546
- O REALISMO NA PINTURA: UM RECUO HISTÓRICO NECESSÁRIO** Rodrigo Lourenço dos Santos _____ 556
- O RITUAL DA AMPACA: QUIOCOS, LUNDAS E LUSOS EM ANGOLA, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX** Flávia Carolita P. de Carvalho _____ 564
- OBJETIVOS E VALIDADES DO USO DA HISTÓRIA ORAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACERVO DE DEPOIMENTOS ORAIS DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA** Taiane Vanessa da Silva _____ 572
- OS ‘HIPÓCRITAS’ DO EVANGELHO DE MATEUS: A RETÓRICA ANTIJUDAICA COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DA COMUNIDADE CRISTÃ NO SÉCULO I.D.C** Kettuly F. S. Nascimento dos Santos _____ 585
- OS “REVOLTADOS ON LINE” IMERSOS NAS DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICA NACIONAL NO FACEBOOK: UM ESTUDO DE HISTÓRIA** Matheus Henrique Marques Sussai _____ 596
- OUTRAS VOZES, OUTRAS HISTÓRIAS: A HISTÓRIA ORAL E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DOS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO** Carlos Alberto Nogueira Diniz _____ 608

- PALÁCIO TIRADENTES: DIÁLOGOS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ** Priscila Lopes d'Avila Borges _____ 623
- “PALMARES NA ESCOLA DE JOVENS E ADULTOS”: ONTEM E HOJE, DIMENSÃO QUILOMBOLA** Kawanni dos Santos Gonçalves _____ 631
- PODER E AUTORIDADE: UMA ANÁLISE DA HIERARQUIA ECLESIASTICA NA PRIMEIRA IDADE MÉDIA A PARTIR DO EXEMPLO DE CESÁRIO DE ARLES** Thiago Fernando Dias _____ 639
- PRESSÃO MODERADA: REPRESENTAÇÕES DE TORTURA NA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PALESTINE DE JOE SACCO (1992-1995)** José Rodolfo Vieira _____ 649
- PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA: O DEBATE SOBRE POLÍTICA DE TRANSPORTE NA REVISTA BRAZIL-FERRO-CARRIL (“RODOVIARISMO”, 1916-1934)** Luís Gustavo Martins Botaro _____ 665
- RASCUNHO DE GUERRA: SUPOSTA CARTA DE OSMILDA E A IDENTIDADE NACIONAL** João Paulo Massi _____ 677
- REPRESENTAÇÕES DE PROGRESSO PRESENTES NO LIVRETO DA CTNP (1930-1940): REPERCUSSÃO NA HISTORIOGRAFIA NORTE PARANAENSE** Bruna Garcia Catarino _____ 684
- SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA E A POLÍTICA PARANAENSE: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS POLÍTICOS DO ESTADO DO PARANÁ NA REVISTA PANORAMA (1980-1989)** Juliana Bellafrente Silva; Ana Flávia Braun Vieira ____ 697
- SEMELHANÇAS E DISPARIDADES ENTRE FOUCAULT E ORWELL CONSIDERANDO O LIVRO 1984** Maria de Fátima Fernandes Ferreira _____ 711
- SOBRE OS SIGNIFICADOS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO PARA ALUNOS DA EJA: RELATOS DE PESQUISA** Wilian Junior Bonete _____ 721
- SOMOS TODAS PUTAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A FIGURA DA PUTA NA SOCIEDADE** Ana Carolina Lamosa Paes; Júlia Maria Sincero Nunes; Patrícia Lessa _____ 733
- TRABALHO E MISSÃO: UMA ANÁLISE DA VIDA PROFISSIONAL E ATUAÇÃO POLÍTICA DE UM VEREADOR PENTECOSTAL DE CURITIBA** Juliano Eugenio da Silva _____ 743
- UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM ANGOLA, NO SÉCULO XIX: NOTA PRÉVIA SOBRE O INÍCIO DA AGRICULTURA COMERCIAL EM CAPANGOMBE** Gustavo Pereira Salomão _____ 757
- UMA CIVILIZAÇÃO ANTIGA NO PÁTIO DA ESCOLA: EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA** Wagner Chaves Bizerra Junior _____ 764
- UMA HISTÓRIA DA MULHER: A MULHER ROMANA, JUDIA E CRISTÃ NO PRIMEIRO SÉCULO** Calebe Laridonda Viana _____ 773
- UMA NOVA TELA PARA CIÊNCIA: A IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA** Khyara Gabrielly Mendes Fontanini; Lunielle de Brito Santos Bueno _____ 782
- UTILIZANDO HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA ESCOLA – A LINGUAGEM DOS QUADRINHOS E O ENSINO DE HISTÓRIA** Eloyr Doin Pacheco _____ 792
- NARRATIVAS DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LODRINA: NOÇÕES SOBRE HISTÓRIA** Prisciele Maicá Silveira _____ 804

A CANÇÃO DE PROTESTO NO URUGUAI: MÚSICA E ENGAJAMENTO EM DANIEL VIGLIETTI E ALFREDO ZITARROSA

ISSN: 2595-1645

Gabriel da Costa Modenuti (UEL)
André Lopes Ferreira (Orientador)

Resumo: Considerando a história da canção de protesto no contexto latino-americana, elegemos como objeto de pesquisa os músicos uruguaios Daniel Viglietti e Alfredo Zitarrosa, cujas trajetórias musicais contemplam a busca pela tradição musical uruguaia, através do folclore e, posteriormente, o engajamento político. Por meio da análise biográfica, objetiva-se compreender seu envolvimento com a política e a sua produção musical. Como método, optamos por realizar, além das leituras de ambas as biografias, a análise de suas canções (documento-canção), através dos pressupostos teóricos de Marcos Napolitano em seu livro *História e Música* (2005). Também buscaremos realizar a leitura crítica das edições do Semanário *Marcha*¹ entre os anos de 1967 e 1973 sob a luz dos pressupostos teóricos de Tânia Regina de Luca, Heloisa Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, na tentativa de buscar, nas notícias encontradas, informações acerca dos álbuns/canções, evitando generalizações e equívocos.

Palavras-chave: Uruguai; Canção de protesto; América Latina; Imprensa.

Introdução

Ao longo do século XX, muitos teóricos defenderam que os músicos, considerando as características “enigmáticas e polissêmicas” de sua produção, não podiam se engajar politicamente. No entanto, defendemos que esses artistas conseguem, sim, se engajar, pois é “justamente devido ao sentido “enigmático e polissêmico” dos signos musicais que eles se abrem para um leque de usos culturais e interpretações políticas, marcados pela vontade de utilização da linguagem musical na transmissão de ideias, ou melhor, de ideologias” (NAPOLITANO, 2010, p. 5). É nesse sentido que buscaremos compreender a música no presente trabalho, tomando como referência a definição dada por Marcos Napolitano sobre o engajamento,

Na definição de engajamento, tomamos por base a configuração clássica que a palavra tomou por volta do final do século XIX, sobretudo no campo literário: a atuação do intelectual numa esfera pública, em defesa das causas humanitárias, libertárias e de interesse coletivo, utilizando-se basicamente da formulação e afirmação de ideias críticas e coerentes com aqueles princípios, delimitando seu espaço num movimento pendular entre os ideais e as ideologias vigentes. (NAPOLITANO, 2010, p. 5)

¹ Importante periódico uruguaio que, idealizado por Carlos Quijano e circulando entre 1939 e 1979, fora responsável por um profundo debate sobre cultura, economia, política etc.

Sabe-se, porém, que a música, ainda que possa ser permeada por aspectos de protesto em relação ao sistema vigente, por exemplo, respeita, em sua maior parte, aspectos relacionados ao mercado musical. Considerando os escritos de Márcia Tosta Dias sobre a indústria cultural e sua relação com a música, não podemos perder de vista questões voltadas à indústria musical que, em pleno século XX, via-se em constante crescimento. Nessa esteira, a música é um produto cultural que se diferencia dos demais, por uma série de características particulares, em especial de característica sociocultural. (DIAS, 2000, p. 27)

Partindo de pressupostos teóricos de Max Weber, Horkheimer e Adorno expostos por Dias (2000), precisamos nos ater ao processo de “racionalização” da música, iniciado com a expansão do capitalismo moderno, “ou seja, à constituição do espírito do capitalismo”. (DIAS, 2000, p. 28) É no sentido da racionalização que os produtos culturais passam a ser incorporados pela lógica de mercado, da economia da administração, à despeito de serem, anteriormente, observados em contextos “qualitativamente diferenciados e portadores de subjetividade” (DIAS, 2000, p. 30). Assim, “o exercício do lúdico e do descanso é prejudicado e em seu lugar são propostos hábitos de consumo de produtos que, na verdade, são reproduções do processo de trabalho”. (DIAS, 2000, p.30)

Apesar da existência dessa “lógica”, não devemos nos iludir com a premissa de que não mais existe manifestação cultural “autêntica” e sim que, mesmo dentro da lógica do capitalismo, existe música engajada e com teor crítico que poderá, muitas vezes, criticar até mesmo o sistema mercadológico no qual está inserida. No entanto, é salutar não perdermos de vista a concepção industrial dos produtos culturais. (DIAS, 2000, p.30)

Quanto ao caráter “industrial” da cultura, Márcia Dias traz uma citação de Adorno e Horkheimer, pertinente para nossa temática;

O caráter de montagem da indústria cultural, a fabricação sintética e dirigida de seus produtos, que é industrial não apenas no estúdio cinematográfico, mas também (pelo menos virtualmente) na compilação das biografias baratas, romances-reportagens e canções de sucesso, já estão adaptados de antemão à publicidade: na medida em que cada elemento se torna separável, fungível e também tecnicamente alienado à totalidade, ele se presta a finalidades exteriores à obra. (DIAS, 2000, p. 31)

Então, inseridas nessa lógica industrial, as canções deixam de ser veículos de ideias e passam a ser meras reproduções de músicas com pequenos detalhes de diferença, favorecendo o contexto de produção em massa e vendas gigantescas. Nesse sentido, os produtos culturais -

entre eles a música - que até então atuavam como uma espécie de atividade alternativa em momentos de “ócio”, encaixa-se no tempo livre que, segundo Adorno, está acorrentado ao tempo não-livre, ou seja, de trabalho. A grande questão é: uma vez que as pessoas procuravam produtos culturais para escapar e descansar da árdua rotina de trabalho, com o advento da indústria cultural, passam a encontrar, nos mesmos, o próprio processo de trabalho, empobrecendo a diversão e o ócio que, em teoria, já não existe mais. Nesse sentido, a “cultura sob a lógica da administração tem, assim, como fim único: “[...] ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noitinha, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte, com o selo da tarefa de que devem se ocupar durante o dia [...]” (DIAS, 2000, p. 32)

É a partir da década de 1940 que, de maneira geral, os produtores culturais já não fazem mais questão de “encobrir o caráter industrial e empresarial dos produtos culturais” (DIAS, 2000, p. 34) e concebem a produção de acordo com interesses mercadológicos e possibilidades de venda/lucro. Sendo assim

A essa altura, já dispomos de elementos suficientes para afirmar que é nesse contexto teórico que o objeto de estudo ganha vida. O caminho que vai sendo cruzado pelas mercadorias musicais na sociedade contemporânea não pode ser compreendido destacado do conceito de técnica. Está na universalização dos meios técnicos de produção sob o amparo da *sociedade administrada* a chave conceitual para a compreensão do problema. (DIAS, 2000, p. 34)

Também é importante pontuarmos que, considerando o tema central desse estudo, ou seja, músicos uruguaios cujas obras se enquadram na chamada “música popular”, “o universo do mercado de música é, quase que completamente, tomado pela música popular de massa, a música pop, e o popular traz o referido sentido da popularidade adquirida através do mercado” (DIAS, 2000, p. 50)

Quanto ao caso da “canción popular latino-americana”, propriamente dita, recorreremos à obra de Ernesto Donas, que busca tratar aspectos fundamentais relacionados ao desenvolvimento da “Canción popular” na América Latina, nos contextos da década de 1960, 70 e 80, tomando como base, também, os escritos de Fernando Reyes Matta (1988, p. 499-551), o qual defende que a música, enquanto produto cultural, possui 6 possíveis projeções sociais, a saber:

1. Síntese: tornar textos e ideias complexas acessíveis;
 2. Ruptura: gerar espaços para expressões opositoras;
 3. Antecipação: expressão de esperança e visualização de mudanças;
 4. Convocatória: estimular a comunicação em massa;
 5. Denúncia: denunciar o sistema dominante;
 6. Confrontamento: oposição, tanto como expressão, quanto como ação.
- (DORNAS, p. 4)

Assim, segundo o autor, é possível compreender a canção popular observando-a através de uma dessas perspectivas, em especial nos casos latino-americanos. É interessante observar, também, que um dos legados da música popular desenvolvida ao longo do século XX, em especial no contexto conturbado da América Latina, é a capacidade de “problematizar el acto creativo y su posible uso político y estético como síntesis de encuentros culturales”. (DORNAS, p. 6)

Portanto, é possível analisar a música tendo como ponto de partida a ideia de que, muito embora esteja envolvida em questões de caráter mercadológico – segundo a concepção de indústria cultural – devemos considerá-la como produto de um processo social amplo, que pode conter aspectos como a opressão, a resistência, a criação, a afirmação, entre outras coisas, geralmente relacionadas ao campo da política, das identidades sociais e da cultura nacional.

Nesse estudo, portanto, pretendemos, considerando a música como componente artístico presente nas lutas e conquistas sociais ao longo da história e o envolvimento direto dos músicos uruguaios Daniel Viglietti e Alfredo Zitarrosa com a política de seu país, além do engajamento de suas produções artísticas, compreender as formas através das quais os dois músicos influenciaram o cenário político-social uruguaio e contribuíram com a mudança do status quo, permeado pela repressão, através de suas composições.

A canção de protesto, no Uruguai, inserida em um contexto de consolidação do movimento da “nueva canción latino-americana”, constituído em um período histórico marcado pela ascensão das ditaduras militares na América Latina, teve como principal característica a linguagem de protesto e, em especial no caso de Alfredo Zitarrosa e Daniel Viglietti, uma busca às origens rurais e populares através dos elementos folclóricos. Considerando essa proposta, o recorte temporal escolhido inicia-se em 1967, ano em que Jorge Pacheco Areco ascende à presidência do Uruguai, iniciando um período cuja política fora profundamente marcada pelas práticas repressivas e termina em 1973, quando os militares, de fato, tomam o poder, obrigando os músicos a se exilarem.

Em 1963, é lançado o álbum *Canciones folklóricas y seis impresiones para canto y guitarra*, de Daniel Viglietti, conhecido como “embaixador” da música de protesto uruguaia.

Um ponto importante da obra de Daniel Viglietti foi o fato de trazer, para as canções do álbum, contribuição do argentino Atahualpa Yupanqui e um poema do cubano Nicolás Guillén, cooperando para uma integração da cena musical latino-americana, no contexto dos protestos. Viglietti cresceu em uma família de músicos, sua mãe era pianista e seu pai, guitarrista, influenciando desde a tenra infância o desenvolvimento da habilidade musical que, na idade adulta, seria aproveitada. Ao longo de sua carreira, Viglietti transforma-se em um protagonista da música popular uruguaia, dotando sua obra de forte teor social, comprometido com a esquerda e as lutas populares, característica que lhe rendeu uma série de perseguições e censuras por parte do governo autoritário. Em 1972, fora preso e, ao ser liberto, exilou-se na Argentina.

Já Alfredo Zitarrosa nasceu na Zona Rural de Montevideu, em 1936, onde viveu até sua adolescência, experiência que marcou seu repertório, dotado de elementos voltados ao campo e ao folclore nacional. Antes de consolidar sua carreira na música, Zitarrosa envolveu-se com uma série de intelectuais uruguaios, em especial Carlos Quijano, com o qual conviveu durante o tempo em que fora colunista de *Marcha*, importante semanário uruguaio - que influenciou o cenário político nacional - à época. (PELLEGRINO, 2011, p. 13) Em uma viagem à Espanha, buscando contato mais próximo com seus mais prediletos artistas e poetas, deparou-se com um cenário pós-guerra civil, que marcara profundamente os jovens espanhóis, que desenvolveram um contato mais forte com questões políticas e inquietudes relacionadas à geração. Assim, volta ao Uruguai com uma consciência política distinta da que saíra e depara-se com a ascensão do autoritarismo no país, o que marcaria profundamente seu modo de fazer música, dali por diante.

Já no contexto dos “años duros”, Zitarrosa passou a atuar mais ativamente na política de seu país. Seu trabalho como músico, muito embora tenha continuado a existir, diminuiu drasticamente, com a argumentação de que, “em tempos sombrios como aqueles, não havia tempo para canções, somente a militância” (PELLEGRINO, 2011, p. 89). As poucas músicas que compôs – geralmente - continham temáticas envolvendo as “sombras” do exílio, como afirma seu biógrafo Guillermo Pellegrino, ou elementos de anarquismo. Passou, também, a militar em favor da Frente Ampla, uma coalizão de partidos de esquerda uruguaios que almejavam ascender ao poder através da via democrática. Zitarrosa chegou a se filiar ao Partido Comunista Uruguaio, circunstância que gerou polêmica entre alguns músicos do país que, ao contrário de Zitarrosa, acreditavam apenas na revolução armada.

Quanto ao contexto musical internacional, um ponto deveras importante para a canção de protesto latino-americana fora a realização do 1º Encuentro de la Canción Protesta em

Havana, em 1967. Sobre isso, os editores da página Memórias da Ditadura nos trazem as seguintes informações:

Naquele momento, em Cuba e no Cone Sul, a polarização da Guerra Fria e a euforia com a Revolução Cubana promoviam a emergência de temas contemporâneos cada vez mais presentes nas canções de protesto. Os ideais revolucionários, o anti-imperialismo, a crítica à guerra do Vietnã, a luta por direitos civis nos Estados Unidos, e a defesa da reforma agrária na América Latina eram alguns deles. Estiveram no evento os chilenos Ángel Parra e Rolando Alarcón, e os uruguaios Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti e Los Olimareños, entre outros².

É nesse contexto, tanto político quanto musical, que buscaremos compreender as obras de Daniel Viglietti e Alfredo Zitarrosa, ao longo do trabalho.

Faremos a análise sob a luz dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Marcos Napolitano em seu livro *História e Música* (2005), no qual propõe um roteiro de análise da música popular bastante contundente e coerente. Segundo Napolitano, as músicas incitam reflexões acerca do contexto em que o músico compositor está inserido e que, muitas vezes, refletem a sociedade como um todo.

A gênese da música popular se dá no fim do século XIX, início do XX, com a ascensão do processo de urbanização e surgimento das classes popular e média urbana, em especial nas cidades europeias. Nesse sentido, é preciso pontuar que a música popular está intimamente ligada ao *contexto urbano*. Napolitano nos diz que “as relações entre música popular e história, assim como a história da música popular no Ocidente, devem ser pensadas dentro da esfera musical como um todo, sem as velhas dicotomias “erudito” versus “popular”. (NAPOLITANO, 2005, p. 12)

No caso da América Latina, considerando a hibridação das culturas, evitar essa dicotomia torna-se ainda mais importante.

Como consequência do caráter híbrido de nossas culturais nacionais, os planos “culto” e “popular”, “hegemônico” e “vanguardista”, “folclórico” e “comercial” frequentemente interagem de uma maneira diferente em relação à história europeia, quase sempre tomada como modelo para as discussões sobre a história da cultura e da arte. (NAPOLITANO, 2005, p. 14)

No contexto latino-americano, considerando a o aumento da população urbana, em tempos de grande fluxo migratório para as cidades e formação dos grandes centros, a massa

² Informações retiradas da página Memórias da Ditadura. Disponível em <<memóriasdaditadura.org.br>>, acesso em 01/06/2016.

de pessoas era de origem – ou ascendência - não-europeia (indígenas, negros, etc.), os elementos que foram fundamentais para a formação da chamada “música popular” foram absolutamente distintos e preponderantes para a cena.

Para que possamos compreender melhor esse fluxo, algumas citações são pertinentes:

Apesar de combatida pelos críticos mais exigentes, a música popular, cantada ou instrumental, se firmou no gosto das novas camadas urbanas, seja nos extratos médios da população, seja nas classes trabalhadoras, que cresciam vertiginosamente com a nova expansão industrial na virada do século XIX para o século XX. (NAPOLITANO, 2005, p. 16)

Quanto ao campo musical popular formado nas Américas, é importante ressaltar, segundo Napolitano, que

[...] apontou para uma outra síntese cultural e, guardadas as especificidades nacionais e regionais, consolidou formas musicais vigorosas e fundamentais para a expressão cultural das nacionalidades em processo de afirmação e redefinição de suas bases étnicas. Não é mera coincidência o fato de que os grandes gêneros musicais americanos se consolidaram nas três primeiras décadas do século XX, momento histórico que coincide com a busca de afirmação cultural e política das nações e do reordenamento da sociedade de massas. (NAPOLITANO, 2005, p. 18)

Ainda, é importante considerar as mais diversas características do processo de afirmação da música popular nas Américas. Sobre isso, Napolitano nos afirma:

Nos diversos países das Américas, no processo de afirmação da música popular nacional e da música erudita “nacionalista”, não só o mundo erudito buscou suas inspirações no popular (o choro para Villa Lobos, o blues para Gershwin), mas também o mundo da música popular se favoreceu pelo entrecruzamento menos delimitado de tradições e universos de escuta. (NAPOLITANO, 2005, p. 19)

Considerados os aspectos gerais relacionados à formação da cena musical latino-americana, nos aprofundaremos em algumas características centrais para uma boa análise histórica da música, formulados por Napolitano, e que nos servirão como proposta metodológica. Inicialmente, há que se compreender 5 esferas da análise musical, que são, de maneira resumida:

1. A Dupla natureza da canção, aspectos musicais e verbais de uma obra musical devem ser levados em consideração para uma análise completa.

2. Abordagem quantitativa do consumo musical em geral, através de dados de instituições. No entanto,

o universo de recepção de cantores, musicistas e compositores e o universo de recepção da audiência mais ampla (os chamados “ouvintes comuns”) não podem ser vistos de maneira dicotômica nem generalizante, mesmo dentro do mesmo momento histórico, cuja configuração é sempre complexa e nunca completamente determinada por forças estruturais que estariam por trás dos fatos. (NAPOLITANO, 2005, p. 83)

3. Análise da estrutura e da performance musical, considerando as partituras como uma espécie de “racionalização” da música e que, sem o performer, não é nada além de um “mapa” musical. Nesse sentido, devemos compreender que os compositores de música popular possuem uma flexibilidade maior, em termos de performance, circunstância essa responsável por possibilitar uma liberdade de criação ainda maior. Vale ressaltar, ainda, que

[...] a análise do papel da performance em música popular é inseparável do circuito social, no qual a experiência musical ganha sentido, e do veículo comunicativo, no qual a música está formatada, constituindo um verdadeiro conjunto de “ritos performáticos. (NAPOLITANO, 2005, p. 86)

4. Napolitano nos trará pressupostos analíticos acerca dos meios em que a música foi veiculada e de que forma os mesmos influenciaram na construção de um “sentido” da música. Trocando em miúdos, há que se analisar a música inserida em seu contexto e buscar compreender as estratégias utilizadas – muitas vezes correspondentes à lógica de mercado – para dotá-la de sentido e alcançar um maior número de ouvintes. A questão é inserir a canção em seu contexto histórico, na tentativa de compreendê-la fora dos aspectos estéticos.

5. No quinto pressuposto, Napolitano trata de um “desafio de analisar, a partir de uma sociologia histórica, os diversos agentes e instituições sociais envolvidos com a normatização da experiência social da música numa dada sociedade” (p. 88) nos advertindo sobre a análise da criação musical em determinados contextos, articulando-a a uma série de aspectos que podem envolver a produção musical, como exemplo as instituições de formação técnica, o gosto musical, os paradigmas de criação, entre outras questões.

É importante, também, que busquemos formar um “corpus documental” para melhor compreensão do objeto-canção escolhido. Isso significa que é importante a coleta de informações e inserção do conteúdo estudado em temáticas mais abrangentes, buscando articulação com as grandes áreas de estudo da História (do Brasil, das Américas, etc.), além de buscar informações fonográficas, biográficas e contextuais, no caso da música. Há também que se analisar as “características gerais da forma-canção”, ou seja, estabelecer um método de análise histórica da música que seja eficiente para compreender todos os seus aspectos,

evitando concepções generalizantes e radicais. Assim, o modelo de análise interdisciplinar torna-se o mais eficaz, e que possibilita uma análise “completa” do documento-canção, muito embora seja de difícil aplicação.

[...] a canção vai além de todas estas linguagens e informações específicas, realizando-se como um artefato cultural que não é nem música, nem poesia (nos sentidos tradicionais), nem pode ser reduzida a um reflexo singular da totalidade que a gerou (da sociedade, da história, do autor ou do estilo musical). (NAPOLITANO, p. 96)

Napolitano trata do que chamou de “dois parâmetros” de uma música: o musical e o poético, que não podem ser separados, sob pena de tirar do contexto as partes da música, ainda que sejam constantemente divididas para análise, tornando-a mais “fácil”. Transcreverei, na sequência, a proposta de análise desenvolvida por Napolitano,

“Análise dos Parâmetros poéticos (“Letra”):

- a) Mote (tema geral da canção);
- b) Identificação do “eu poético” e seus possíveis interlocutores (“quem” fala através da “letra” e “para quem” fala”);
- c) Desenvolvimento: qual a fábula narrada (quando for o caso); quais as imagens poéticas utilizadas; léxico e sintaxe predominantes;
- d) Forma: tipos de rimas e formas poéticas;
- e) Ocorrência de figuras e gêneros literários (alegoria, metáfora, metonímia, paródia, paráfrase, etc.);
- f) Ocorrência de intertextualidade literária (citação de outros textos literários e discursos).

Análise dos “parâmetros musicais” (“Música”):

- a) Melodia: pontos de tensão/repouso melódico; “clima” predominante (alegre, triste, exortativo, perturbador, lírico, épico, etc.); identificação dos intervalos e alturas que formam o desenho melódico (com apoio da partitura);
 - b) Arranjo: instrumentos predominantes (timbres), função dos instrumentos no “clima” geral da canção, identificação do tipo de acompanhamento (homofônico de tessitura densa ou polifônico, de tessitura vazada e contrapontística);
 - c) Andamento: rápido, lento;
 - d) Vocalização: tipos e efeitos de interpretação vocal, levando-se em conta: intensidade (muito volume/pouco volume), tessitura atingida (graves/agudos); forma de divisão das frases musicais e das palavras que formam a “letra”; ocorrência de ornamentos vocais;
 - e) Gênero musical: geralmente confundido com o “ritmo” da canção (samba, pop/rock, sertanejo etc.);
 - f) Ocorrência de intertextualidade musical (citação incidental de partes de outras obras ou gêneros musicais);
 - g) “Efeitos” eletroacústicos e tratamento técnico de estúdio (balanceamento dos parâmetros, texturas e timbres antinaturais);
- (NAPOLITANO, 2005 p. 98-99)

Nesse mesmo sentido, Napolitano desenvolve 3 “questões” para auxiliar a articulação entre os aspectos melódicos e poéticos da música, sem perder de vista sua inter-relação. São elas:

O clima e a mensagem observados na letra são confirmados pelo clima da melodia, e vice-versa?;
 Partindo do princípio de que o arranjo é uma espécie de “comentário” da canção, quais os efeitos de um determinado arranjo para a canção analisada? (sempre que possível, compare com outros arranjos para a mesma canção);
 Quais os efeitos causados pela voz do cantor-intérprete, dentro do conjunto geral da canção? (NAPOLITANO, 2005, p. 99)

Após estabelecermos as características principais da análise textual e melódica da canção, há que se levar em conta aspectos contextuais, visando articular o documento-canção às circunstâncias históricas em que foi produzido, visando compreendê-lo em sua totalidade. Para isso, o autor salienta que é necessário levar em conta 4 instâncias da análise, que são:

1. Criação: instância na qual devem ser considerados todos os aspectos que envolvem a formação intelectual, artística, biográfica e psicológica o autor, visando estabelecer de que maneira a música fora concebida e quais as influências podem ter sido recebidas pelo autor. Além disso, é importante considerar o “interlocutor”, ou seja, o público para o qual determinada música fora direcionada, pois essa informação é capaz de revelar, diretamente, qual o papel pretendido pelo compositor no contexto em que está inserido. Subjetividade.
2. Produção: instância na qual devem ser considerados os parâmetros de produção de uma música, bem como os artefatos tecnológicos disponíveis e que corroboraram com seu tratamento técnico, possibilitando a circulação em sociedade. Parâmetros comerciais também devem ser levados em consideração.
3. Circulação: “uma instância muitas vezes negligenciada da análise contextual é aquela que procura identificar o meio privilegiado de circulação e de escuta de uma canção, um gênero, um artista ou movimento musical. A forma privilegiada de “circulação” pode estar vinculada a um meio técnico ou a um meio sociológico específico. [...] Esta instância é complexa, entrecruzada e costuma caracterizar um determinado hábito musical ou uma forma social e histórica de escuta”. (NAPOLITANO, 2005, p. 101)
4. Recepção/apropriação: instância na qual devem ser considerados os aspectos que envolvem a “apropriação” das canções por parte do público, e que são altamente influenciados por aspectos externos como grupo/classe social, poder aquisitivo, faixa etária, gênero sexual etc. “O contexto da “recepção” implica na forma de apropriação, pelos grupos sociais, dos artefatos culturais, a qual pode mudar completamente o sentido inicial, intencionado pelo artista-criador e pelas instituições responsáveis pela produção e circulação”. (NAPOLITANO, 2005, p. 102)

No tocante, especificamente, às músicas selecionadas para pesquisa, ressaltando que o critério de seleção fora o engajamento³ de suas composições, buscaremos pontuar os álbuns lançados pelos artistas durante o recorte (1967 a 1973), nos quais estão inseridas, para que possamos entender melhor seus contextos.

Os álbuns de Daniel Viglietti que serão analisados, são: *Canciones para el hombre nuevo* (1968); *Canciones para mi América* (1968); *Canto libre* (1970); *Canciones chuecas* (1971); *Trópicos ou Daniel Viglietti y el Grupo de Experimentación Sonora del ICAIC, Daniel Viglietti + GESI* (1973).

Já no que diz respeito à discografia de Alfredo Zitarrosa, observamos que, no período em questão, foram lançados 10 álbuns, que serão analisados. São eles: *Del amor herido* (1967); *Zitarrosa* (1967); *Yo sé quién soy* (1968); *La canción del cantor* (1968); *Zitarrosa / 4* (1969); *Milonga madre* (1970); *Coplas del canto* (1971); *Alfredo Zitarrosa* (1972); *Zitarrosa en la Argentina* (1973); *Adágio em mi país* (1973).

Faremos uso, eventualmente, de buscas no semanário *Marcha*, na tentativa de encontrar informações sobre os músicos que sobressaiam às informações encontradas nas análises do documento-canção, é importante estabelecer que tipo de tratamento metodológico daremos ao periódico, do ponto de vista da pesquisa historiográfica, com o intuito de diminuir a margem para interpretações errôneas.

Assim, para que possamos realizar as leituras das edições de *Marcha* e analisar as notícias sobre música eventualmente encontradas, utilizaremos os pressupostos teóricos sobre a História através da imprensa desenvolvidos por Tania Regina de Luca (2006) em seu texto intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos* e também de Heloisa Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, em seu artigo intitulado *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*.

Destaca-se, então, o jornal como um dos elementos da imprensa da modernidade, que se tornaram fontes primárias para pesquisa histórica a partir da revolução historiográfica proposta pelos franceses da Escola dos Annales, dotando os impressos periódicos de valor histórico e metodológico, como possuidores de informações acerca do cotidiano, além de serem materiais privilegiados para o resgate das experiências históricas. Nesse sentido,

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e

³ Através do conceito de engajamento discutido na justificativa do trabalho.

metodológico. Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridade próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 6)

Os jornais possuem limites e possibilidades colocados pela sua produção social e cultural. Isso significa não reduzir a função dos jornais a meros veículos de informação, possibilitando uma análise mais crítica das notícias veiculadas, evitando generalizações e equívocos.

Apresentamos, de maneira geral, a fundamentação teórica do estudo, envolvendo várias formas de análise do documento-canção, compreensão do contexto e seleção das músicas à serem pesquisadas. No entanto, ressaltamos que, assim como em qualquer âmbito das Ciências Humanas, a ideia não é transpor, de maneira rígida e inflexível, seus pressupostos à nossa pesquisa, mas sim utilizá-los como baliza teórica, adaptáveis de acordo com as necessidades específicas encontradas ao longo da análise da música uruguaia.

Referências bibliográficas:

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. **Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa.** Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 06 de dez. 2010.

DE LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B. Fontes Impressas. São Paulo: Contexto 2006. p. 111-154.

DIAS, M. T. **Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura.** São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

DORNAS, E. **Problematizando la canción popular: un abordaje comparativo (y sonoro) de la canción latinoamericana “comprometida” desde los años 1960.** Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação para o Estudo da Música popular. Rio de Janeiro: 2004.

NAPOLITANO, M. **História & Música.** São Paulo: Autêntica, 2005.

PELLEGRINO, G. **Alfredo Zitarrosa: La biografía.** Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.

Página da web: <http://memoriasdaditadura.org.br>

Página da web: <http://www.historiadelamusicapopularuruguay.com>

A COLONIZAÇÃO DE ROLÂNDIA ATRAVÉS DAS OBRAS DA PINTORA NANUK

ISSN: 2595-1645

Danilo Amaral dos Santos (UEL)
Nicole Perdigão Lopes (UEL)
Dr. Marco Antonio Neves Soares (Orientador)

Resumo: O início da colonização da Gleba Roland se deu através principalmente de famílias alemães que vieram para a Colônia fugindo das duras leis segregacionistas impostas por Hitler na Alemanha, e foi na selva brasileira que muitos desses refugiados encontraram abrigo contra a perseguição do Führer.

A caçula da família Mathilde chamada de “Nanuk”, começou a desenhar tudo o que via pela frente, pois enquanto para os adultos a missão de derrubar a mata, e se estabelecer na nova terra eram árdua, para Nanuk tudo era uma imensa aventura, e são esses desenhos que posteriormente serviram de inspiração para a pintora elaborar a coleção que ela mesma denominou Os Pioneiros, que são 21 quadros onde a autora retratou várias cenas do cotidiano rural das famílias alemães que chegaram a Rolândia nas décadas de 30 e 40, e através desses quadros pode-se notar visualmente aspectos dos relatos dos pioneiros, como por exemplo, a primeira impressão das mulheres ainda no trem quando a Maria fumaça adentrava em meio a selva brasileira, ou as dificuldades para tombar ao chão as imensas perobas rosa e figueiras brancas nativas da região.

Palavras-chave: Rolândia. Pintora Nanuk. Imagens.

Análise de fonte sob a perspectiva da Escola dos Annales

A Escola dos Annales foi um movimento que surgiu na década de 1920 com o lançamento da Revista Annales d’histoire économique et sociale que era comandada por Lucien Febvre e Marc Bloch. O objetivo inicial da Revista era a construção de uma História Interdisciplinar, ou seja, uma História integrada às Ciências Sociais, econômicas, e a diversas áreas do conhecimento que deveriam contribuir para uma história mais rica.

Essa nova abordagem proposta pelos precursores da Escola dos Annales mudou a forma de se pensar História, principalmente no que diz respeito à análise das fontes. A historiografia tradicional tomava por fonte apenas a documentação escrita e com caráter oficial, o que restringia as possibilidades de campo a serem exploradas. A partir da nova perspectiva apresentada por Febvre e Bloch, toda atitude e ação humana tornam-se relevantes para estudos históricos, e conseqüentemente os vestígios de atividade encontrada durante os estudos exploratórios podem ser concebidas como fonte histórica. Muitos autores evidenciam a positividade de tal mudança, inclusive Peter Burke a define como a Revolução Francesa da Historiografia, destacando as características dessa nova maneira de fazer História.

Como surgiu em meio à crise de 1929, seguido pela Segunda Guerra, e posteriormente adentrou ao período Guerra Fria, já foi possível lidar com fontes extra-oficiais o que possibilitou o estudo desde os acontecimentos iniciais na Europa e Estados Unidos até os seus

desdobramentos em locais distantes do ápice do evento, como é nosso caso da colonização de Rolândia.

É sob essa perspectiva dos Annales que o presente trabalho abordará uma fonte histórica ligada às artes, “Coleção Os Pioneiros” da pintora Mathilde Hoster Nanuk, produzida na Cidade de Rolândia no fim da década de 1980. Para efetuar a análise de algumas de suas obras, faz-se necessário uma breve contextualização sobre o período em foco.

O contexto europeu nos anos 30

Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa enfrentou um momento de crise financeira, social e moral. As crises abriram espaços para a ascensão dos chamados Regimes Totalitários, e entre alguns dos líderes totalitários que conquistaram prestígio estava Adolf Hitler. Com o tempo, Hitler aumenta ainda mais sua popularidade na Alemanha com o movimento nazista. Políticos alemães de origem judaica e opositores dos ideais nazistas unem-se em prol de um projeto. Com o intuito de enviar as famílias alemãs para longe do regime nazista, o projeto busca por territórios fora do continente europeu.

Após viagens e estudos, os líderes do projeto selecionam um território brasileiro, especificamente no Norte do Estado do Paraná, onde se estabelecerá a Gleba Roland, ou seja, a futura cidade de Rolândia. Para que fosse possível a vinda das famílias alemãs, o governo alemão e a Companhia de Terras Norte do Paraná (empresa inglesa) estabeleceram negociações e acordos. Neste contexto ocorre a fuga da família Hoster para Rolândia. Na época, Mathilde Hoster Nanuk tinha cerca de 14 anos de idade, e com o espírito da adolescência encarou o evento da fuga como uma aventura. Adentrar em matas virgens, o encontro com animais selvagens, a reconstrução de antigos hábitos europeus em meio à selva brasileira, são cenas que ficaram gravadas na memória da artista e refletem em suas pinturas em 1980.

As fontes de análise deste trabalho são os quadros da pintora alemã Mathilde Hoster “Nanuk”, e a possível relação da representação dos quadros com o contexto da colonização alemã no Norte do Paraná, mais especificamente na cidade de Rolândia. Para analisar a representação dos quadros, é necessário conhecer as idéias de pensadores que dedicaram suas obras a análises de imagens e obras de arte, como os historiadores Jean Claude Schmitt(2007) e Michael Baxandall(2006).

Imagens podem ser analisadas de diversas formas, seja através de quadros, fotografias, ou até cartoons. O presente trabalho baseia-se na análise de quadros, e sobre quadros Baxandall afirma: “Nós não explicamos um quadro: explicamos observações sobre um

quadro” (BAXANDALL 2006). Este apontamento em muito se aproxima da maneira com que os historiadores abordam os acontecimentos históricos.

A partir dos artefatos e vestígios que possuem em mãos, constroem suas narrativas e maneiras de pensar sobre diversos assuntos, o que aumenta a gama de possibilidades de temas, ao invés de impor verdades absolutas e resumir os acontecimentos históricos a uma única forma de se pensar. É impossível chegar à totalidade dos fatos passados, da mesma forma que com os quadros. Isso ocorre, pois ao lançar seu olhar sobre uma obra, o observador projeta também sua bagagem de conhecimento, o que possibilita uma variável na interpretação do objeto observado. Vale considerar também que a análise que o observador faz do quadro, jamais representará a pureza dos fatos, pois o próprio pintor da obra, já a analisou e representou sua análise para a pintura. Uma tela não é a representação real do fato, e sim um recorte da representação do fato, e a análise de um historiador nada mais é que uma análise da representação do fato, desta forma, o trabalho histórico não é um relato fiel dos fatos.

Um fator interessante é que as obras da pintora Nanuk foram produzidas no fim da década de 1980, porém os acontecimentos retratados na Coleção Os Pioneiros, são da década de 30 e 40, vivenciados por uma adolescente recém-chegada da Alemanha em contexto de guerra. Os fatos representados nas obras não são dos fatos ocorridos na chegada da jovem Nanuk a Rolândia, e sim uma representação das memórias que a pintora guardava sobre sua juventude.

Vale ressaltar também que o cérebro do ser humano costuma selecionar momentos alegres em maior quantidade do que momentos tristes quando armazenam as memórias no subconsciente do ser humano, e tudo isso possui ligação na forma como a jovem Nanuk relata suas experiências de recém-chegada no Paraná. Trata-se de uma adolescente descobrindo um novo mundo, totalmente diferente do que ela estava acostumada a viver na Europa, principalmente no contexto em que se encontrava.

Baxandall(2006) aborda a dificuldade em saber o que realmente o artista buscava representar através da obra. A análise de certas obras implica no conhecimento do contexto em que foram produzidas, e também os aspectos dos fatos representados. Qualquer quadro quando analisado passa a fazer muito mais sentido quando o observador entende o contexto por trás da tela, inclusive as obras deste trabalho podem ser consideradas fontes históricas por este fator. O contexto em que foram produzidas contribui em muito para aprimorar os conhecimentos sobre a Alemanha nazista, a fuga das famílias alemãs e também sobre a colonização destes territórios que receberam os refugiados na época. Sem compreender o contexto das obras analisadas, a análise é totalmente vazia.

A particularidade das análises encontra-se em quem as faz, em suas bagagens e memórias remetidas, que se contrapõe com a imagem na tela. À primeira vista os quadros de Nanuk parecem retratar temas ligados a natureza, como animais selvagens, árvores, matas fechadas, flores entre outros, e para um observador despreparado as pinturas poderiam representar qualquer floresta brasileira sem objeção algum. Porém se esse mesmo observador for informado que a pintura representa Rolândia, essa informação pode ou não mudar sua análise sobre a obra, vai depender do conhecimento e base que se tem a cerca da história da cidade de Rolândia. Porém se diante da obra estiver um historiador, logo ele poderá formular hipóteses sobre o que a obra representa. Principalmente se o indivíduo se faz consciente da colonização da cidade de Rolândia, terá capacidade de estabelecer ligação entre as obras da pintora Nanuk e os aspectos que permearam a colonização alemã de Rolândia nas décadas de 30 e 40.

O historiador Jean Claude Schmitt aborda os conceitos de análises para as obras do período da Idade Média, porém os conceitos gerais tornam-se úteis para este trabalho. Em sua obra afirma que é importante “analisar a arte em sua especificidade e em sua relação dinâmica com a sociedade que a produziu.” (Schmitt, 2007). A citação do historiador acompanha o objetivo desse trabalho que é entender o cotidiano rural das famílias alemãs no período da colonização da cidade de Rolândia, através das obras da pintora alemã Mathilde Hoster “Nanuk”. Por esse motivo faz-se necessário compreender todos os aspectos da colonização, como o contexto que levou ao surgimento da cidade e o porquê se iniciou a imigração alemã para o Brasil na década de 1930, mais especificamente para o norte da Paraná no local onde se estalaria a Colônia Roland.

Schmitt afirma que o historiador deve recolocar as imagens no contexto que foram produzidas, pois muitas vezes as imagens serão representações da sociedade em que o pintor estava inserido e revela a identidade do local. Essa hipótese embasa a idéia de que as dificuldades na colonização da cidade de Rolândia foram comuns a todas as famílias alemãs, e que de certa forma a inexperiência com o trabalho rural, e o medo do “novo mundo” foram aspectos de união entre esses imigrantes, e por isso o pensamento de que a pintora Nanuk não ter pintado uma família específica mais sim um plano geral do contexto rural e urbano da colonização da cidade de Rolândia.

As ideias expostas anteriormente, a respeito das teorias de Baxandall e Scmitt embasam a presente análise de três dos quadros de Nanuk: Linha de trem, Corte de Árvore, Velho Espigão da Coleção Os Pioneiros (final da década de 80). As idéias caminham em

conjunto com a intenção de estabelecer uma relação entre as obras da pintora e os aspectos rurais da colonização de Rolândia.

Análise das obras de Nanuk



01



02



03

Imagem 01: Linha do trem / Imagem 02: Corte de árvore / Imagem 03: O velho espigão
Coleção Os Pioneiros do final da década de 80, permanece no Museu Municipal da Cidade de Rolândia, juntamente as demais coleções da autora.

A obra Velho Espigão possui como foco um caminho de terra aberto, em meio a mata fechada. Parece ser um espaço aberto naturalmente. Árvores e flores coloridas e selvagens, um céu azul repleto de nuvens, terra viva e com aparência fértil. No chão um caminho de terra

se destaca dentro da mata verde e selvagem. É curioso observar esta obra com a próxima a ser analisada (Linha de trem), pois são extremamente parecidas, e faz pensar que falam do mesmo local, porém esta antecede a outra. A pintora retratou de primeiro plano, como se estivesse diante da paisagem, inserido no local e presenciando as atividades rurais e abertura da mata. O caráter aventureiro da pintora fica evidente nesta tela, onde a adolescente Nanuk vê um mundo totalmente novo, ser criado do zero. Um local extremamente puro e sem marcas de civilizações anteriores, serem iniciado em sua urbanização, a idéia de desbravamento.

A obra Linha de Trem é carregada por cores vivas, que representam a selva presente no território de Rolândia na época. As cores estão presentes nas flores no chão, nas folhagens das árvores, o que mostra diferentes tipos de vegetações e a flora do local. Existe também a presença de animais selvagens representadas através de uma cobra colorida que rasteja sob os trilhos. Devido à mata, não é possível enxergar o céu, o que dá a sensação de se estar no meio de uma floresta. O quadro é retratado em primeira pessoa, ou seja, como se quem a pintou estivesse sob os trilhos do trem, inserida na paisagem pintada. Não se trata de uma representação paisagística distante, de um local importante em aspectos políticos, de um centro econômico, e sim de uma cena específica presente na memória de Nanuk, o que torna o caráter dessa fonte ainda mais rico. O trem é pintado ao fundo do trilho, juntamente com a fumaça traz a sensação de que está em movimento, e que inclusive se aproxima de quem o observa. Se trata de um quadro de paisagem rural com elementos modernos, elementos do ambiente urbano e representa que as famílias alemãs mantinham o contato com o mundo moderno, e grande interação com o urbano. A perspectiva em que é observada remete ao quadro anterior, “Velho Espigão”, porém, sem a presença do moderno através do trem e seus trilhos.

O quadro corte de árvore representa cenas típicas do cotidiano rural, atividades comuns aos alemães que precisavam utilizar o território. A obra possui a presença de elementos típicos do trabalho rural como enxadas e serrotes. No quadro há a presença de quatro homens, possíveis trabalhadores, encarregados do trabalho e da força bruta, e um homem ao topo da árvore cortada, vestindo roupas mais elaboradas, e segurando um chapéu. Sua postura e posição mostram uma possível hierarquia entre os homens retratados, pois todos os outros estão abaixo deste, e o observam. O quadro é rico em cores vivas e tropicais, e sugere através das próprias roupas dos personagens que o clima era quente.

As obras artísticas analisadas juntamente às demais obras historiográficas e ao estudo do contexto, auxiliam no entendimento das obras. As possíveis conclusões são que os alemães possuíam uma imagem sobre o Brasil, um imaginário de medo de vir para a “selva brasileira”

e esse imaginário se faz presente nas representações de Nanuk. Também se encontra presente nas obras a dificuldade em se estabelecer na Gleba Roland, de lidar com os trabalhos rurais e o desafio de europeus em construir uma cidade naquele território, tão diferente do seu.

Anexos:



Quadro “O velho espigão” pertencente a Coleção “Os Pioneiros” de Mathilde Hoster, localizada no Museu Municipal da Cidade de Rolândia –Pr.



Quadro “Corte de árvore” pertencente a Coleção “Os Pioneiros” de Mathilde Hoster, localizada no Museu Municipal da Cidade de Rolândia –Pr.



Quadro "Linha do trem" pertencente a Coleção "Os Pioneiros" de Mathilde Hoster, localizada no Museu Municipal da Cidade de Rolândia –Pr.

Referências bibliográficas:

- Schmitt, Jean-Claude. O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru-SP: Edusc, 2007
- Baxandall, Michael. Padrão das intenções, a explicação histórica dos quadros. São Paulo, Companhia das letras, 2006

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL NAS MISSIVAS DE FREI BETTO (1969-1973)

ISSN: 2595-1645

Bruno Dias Santos (Doutorando/UNESP-Assis)

Resumo: A pesquisa procura ponderar a relação entre “saber” e “poder” na obra memorialística de frei Betto sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Pretende-se analisar as estratégias discursivas desenvolvidas pelo escritor para reivindicar o estatuto de verdade à sua narrativa sobre o período em questão. Observa-se que a historiografia sobre o regime autoritário, desde os primeiros anos de redemocratização, constatou uma feroz disputa pelo monopólio da memória; inicialmente, essa querela se dividiu em dois polos: os militantes e os militares, no entanto, já se pondera que essa batalha se estende ao interior desses grupos, por não serem monolíticos. Dessa forma, a obra do dominicano é tomada como objeto desta pesquisa, por ser ele uma das mais importantes referências na construção de uma memória coletiva sobre o período. Para a comunicação, selecionamos uma das seções que integram o conjunto das fontes: as cartas redigidas pelo religioso no cárcere.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Memória. Frei Betto.

O tema desta pesquisa se volta para a construção da memória sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Especificamente, ela visa apreender a relação entre “Saber” e “Poder” na obra memorialística de Frei Betto. Trata-se de analisar as estratégias discursivas adotadas pelo religioso buscando comprovar a veracidade sua narrativa e, por consequência, a memória coletiva representada por ela; assim como examinar as implicações características desse estilo de escrita, como seu caráter seletivo e legitimador.

Autor de mais de cinquenta livros e de talento literário amplamente reconhecido, frei Betto foi preso em 1969 por colaborar com a organização de luta armada (ALN), liderada por Carlos Marighella, e por auxiliar perseguidos políticos a fugirem do país, atravessando a fronteira do estado do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai. O dominicano mineiro permaneceu três anos, dez meses e vinte e quatro dias na prisão; neste período redigiu, aproximadamente, duzentas e oito cartas que foram publicadas como livro no Brasil e no exterior. Apesar dos conselhos de amigos para que deixasse o país, após sua libertação, em 04 de outubro de 1973, comprou um “barraco” na periferia de Vitória-ES, onde, por cinco anos, dedicou-se à assistência as CEBs. Em 2003 se tornou assessor especial do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com quem mantém uma amizade desde os anos 1980, quando era assessor da pastoral operaria na região do ABC. Em 1982, publicou a obra memorialística: *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, cuja leitura despertou os primeiros questionamentos sobre seu engajamento político.

Já é bastante frequente entre os historiadores o uso de memórias pessoais ou coletivas como fontes para a produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar. No entanto, nos últimos anos cada vez mais “rememorar” tem sido compreendido como um ato histórico, que

inclusive influencia a produção acadêmica, portanto, o que o torna passível de ser tomado como objeto de pesquisa.

O contato com a produção memorialística de frei Betto durante a realização do mestrado e com a historiografia sobre o período evidenciou, inicialmente, a intensa disputa em torno da memória. A mais conhecida, obviamente, opõe ex-militantes de esquerda e membros das forças armadas; no entanto, uma leitura mais atenta das publicações sobre o assunto faz emergir as divergências no interior desses agrupamentos. Como exemplo, podemos citar o debate entre frei Betto e Jacob Gorender sobre a morte de Carlos Marighella:

A maneira segura e progressiva como a repressão se comportava demonstrava que possuía outras pistas de Marighella, além da palavra dos religiosos. Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, afirma que “nos cárceres-aqui, o testemunho é meu – era generalizada a convicção dos presos políticos acerca da responsabilidade de Fernando e Yves na tragédia da Alameda Casa Branca” (p.197). E acrescenta mais adiante ‘O meu silêncio de historiador significaria conivência com a versão divulgada por Frei Betto, em curso no Brasil e no exterior. Silêncio inadmissível diante do compromisso que o historiador tem com a verdade (...) Frei Betto preferiu a meia verdade, o que é igual a meia falsidade’. Sua versão reconhece a que sobe tortura, Fernando e Yves (hoje ex-frade) denunciaram o dispositivo de ligação com o líder da ALN. Veja-se bem: não sou o primeiro na área de trazer isto a público. Precedeu-me Frei Betto. Mas sua versão acumula invencionices...’ (PP.198). Não foram os frades que procuraram a polícia. A polícia prendeu-os e torturou-os. Gorender isenta Paulo de Tarso Venceslau de ter delatado os frades (pp.198- 199) e não esclarece como a repressão soube que um grupo de dominicanos servia de apoio logístico a Marighella. E o que é mais estranho: um historiador jamais despreza uma fonte viva, ainda mais se os dois residem no mesmo país. Gorender nunca demonstrou interesse em entrevistar Ivo e Fernando, mas teve o cuidado de ouvir a versão de Paulo de Tarso Venceslau, como se o visceral anticlericalismo incutido em alguns comunistas brasileiros tivesse ainda o peso capaz de prejudicar a objetividade de quem pretende encarar a história pelo método científico. O compromisso com a verdade deve estar acima dos preconceitos (BETTO, 2009, p. 257).

Assim sendo, o questionamento que se propõe é o porquê de determinadas versões dos acontecimentos terem se tornado hegemônicas no senso comum. Ou seja, quais são os fatores que transformaram a versão de alguns autores em uma espécie de “memória oficial”, convencionalmente denominada como a “memória dos vencidos”, enquanto, outros escritores de igual renome não exerceram a mesma influência, sendo alguns até mesmo esquecidos.

A hipótese é a de que as estratégias discursivas para atribuir veracidade a essas memórias têm um papel fundamental na história da construção de uma visão hegemônica, as quais obviamente se somam a outros fatores já destacados pela historiografia especializada; em nossa concepção, essa produção individual reforça e é robustecida por um

empreendimento coletivo. Apesar das divergências, a maioria das obras reforça uma versão básica da história, o que se pretende analisar nesta pesquisa.

A memória se insere na história, cultura e política do país como representação erigida em uma sucessão temporal e reforçada por discursos que influenciam profundamente as ações no presente; portanto é comum que ela seja constantemente reconstruída, como armas que são constantemente afiadas, para enfrentar novas batalhas. Neste caso, a luta é pelo status de verdade. Independente da consciência ou intencionalidade do autor, todo aquele que rememora e narra suas lembranças estabelece um desejo de verdade acompanhado por uma vontade de poder.

Segundo o filósofo francês, Michel Foucault:

Há um ‘combate pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ – entende-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’ mas ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘a favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico político que ela desempenha. (FOUCAULT, 2015, p.53)

No caso da produção memorialística de frei Betto, observasse claramente a realização deliberada de um, por assim dizer, projeto editorial, seja pela quantidade de obras ou pela periodicidade com que ele produz sua reelaboração. Essa revisão das versões, em que uns aspectos se perdem e outros são acrescentados, não deve ser vista apenas por uma perspectiva psicológica, ou como produto do inconsciente ou do distanciamento temporal dos acontecimentos. Em vista disso, a analisamos como um poderoso dispositivo utilizado no campo político-cultural.

O presente trabalho procura justamente tomar as reflexões do filósofo francês Michel Foucault sobre a relação entre “verdade” e “poder”, como um instrumento para compreender a prática discursiva de frei Betto baseada em sua memória individual (ressaltando-se que esta é formada por uma memória coletiva) como uma poderosa arma no combate pela construção de uma memória dominante sobre a ditadura civil-militar brasileira. Mas, antes que se apresentem as considerações de Foucault, é preciso evocar outra referência importantíssima; a do medievalista francês Jacques Le Goff.

Em sua obra “História e Memória”, Le Goff ressalta inicialmente que “a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Através de uma instigante

reflexão sobre o desenvolvimento memorialístico e mnemotécnico, da transmissão oral à imprensa contemporânea, o autor salienta que apesar de seu papel essencial na busca humana pela construção da identidade:

A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p. 476).

Assim:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Partindo da mesma convicção de Le Goff sobre o caráter político da memória, observa-se que não basta lembrar e narrar o que se passou. Esta empreita anseia que aqueles que entram em contato com ela acreditem na sua veracidade. Por isso, as considerações de Foucault sobre esse “combate (...) em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha” contribuem para dar contornos mais precisos às ideias que orientam esta pesquisa.

Segundo Foucault, existe um “combate pela verdade”, o que é bastante perceptível no que se refere à construção da memória sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Assim sendo, nosso interesse é, conforme a perspectiva proposta pelo filósofo, “ver historicamente como se produz efeitos de verdade no interior dos discursos que não são em si verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 2015, p.44). Ou seja, analisar de que maneira o autor reivindica o estatuto de verdade para a versão que construiu sobre o passado.

Foucault afirma:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o

encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2015, p.49).

Ou seja:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que instâncias negativas que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2015, p.45).

Embora a obra memorialística que tomamos como fonte seja assinada por um autor o processo memorialístico nela narrado é construído coletivamente; por isso, a obra de Maurice Halbwachs “A memória coletiva” é sem sombra de dúvida uma referência indispensável a todas as pesquisas que se propõem a abordar a memória.

Através de inúmeros exemplos do cotidiano, o sociólogo procura demonstrar o caráter coletivo de todas as lembranças. Halbwachs considera que o hábito de “atribuirmos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções” (HALBWACHS, 2003, p.64). é apenas uma “ilusão natural” que faz passar despercebidas suas raízes sociais. No caso da memória, isso seria ainda mais complexo. O mais importante, entretanto, é ressaltar que o autor considera a memória individual “um ponto de vista sobre a memória coletiva, que (...) muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2003, p.69).

Deste modo, o autor afirma que mesmo que testemunhemos um acontecimento, fisicamente solitários, nossa percepção e, por conseguinte, nossa memória é cunhada a partir dos grupos aos quais pertencemos (HALBWACHS, 2003, p.30).

À medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece despercebida por nós (HALBWACHS, 2003, p.65).

Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior. (...) cada vez que percebemos, nós nos conformamos a essa lógica; ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe (HALBWACHS, 2003, p.61).

Pollak ressalta que essa construção coletiva tem fundamentalmente funções sociais que não podem ser negligenciadas pelo historiador; entre elas, o autor destaca a construção da identidade e da coesão do grupo:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias nações e etc (POLLAK, 1989, p.9).

No entanto, para que ela alcance êxito em sua função social, o autor ressalta que, a memória é construída de maneira seletiva; isto é, aquilo que é registrado ou esquecido atende à demanda “do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. Segundo Pollak, “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992, p.204). Essa característica é reforçada por Pierre Nora ao afirmar que a memória, por ser viva e dinâmica, “está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.9).

A análise Pollak ainda salienta que este processo não se realiza de maneira tranquila, pelo contrário: “A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 205).

Além dessas, a reflexão de Pierre Bourdieu sobre “A Ilusão Biográfica” é outra referência indispensável para a análise da construção da obra memorialística de Frei Betto. Sem dúvida, a abordagem e as advertências feitas pelo autor são contribuições indispensáveis ao ofício de todo historiador. Entretanto, observamos que no caso da investigação sobre a construção da memória, mais do que uma “ilusão”, esse “fio condutor” que dota de sentido o relato biográfico é um instrumento de persuasão. Michael Pollak reforça essa percepção:

Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução à posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chave (...) e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, 1989, p.13).

Bourdieu nos alerta para o risco de que através da investigação biográfica o historiador reproduza uma concepção de história caracterizada como linear, coerentemente orientada,

com uma finalidade preestabelecida. Segundo o autor, essa “coerência orientada para uma finalidade” se estabelece no relato biográfico como uma ilusão retórica da qual o historiador deve procurar esquivar-se, sem, no entanto, cair em um relativismo que impossibilite a análise da relação existente entre cada posição ocupada pelo sujeito em seu deslocamento social.

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 2000, P.190).

Fontes

As cartas que o autor redigiu no cárcere são endereçadas a um número extenso de interlocutores que se dividem entre familiares, amigos, jornalistas, religiosos, padres e intelectuais católicos. Elas foram publicadas inicialmente, divididas em duas partes. A primeira refere-se ao período de 1969 a 1971 em que Frei Betto esteve sob o regime especial, reservado aos presos político. O segundo conjunto de missivas foi redigido entre os anos de 1972 e 1973, nos quais o autor esteve preso sob o regime comum a todos os detentos.

No Brasil, as missivas referentes ao período de 1972-1973 foram as primeiras a serem publicadas, em 1977; o primeiro conjunto, apenas, em 1978. Recentemente, todas elas foram reunidas em um volume único pela editora “Agir” sob o título: “Cartas da prisão: 1969-1973”.

As cartas da prisão foram escritas por frei Betto entre os seus 25 e 29 anos. A primeira obra publicada pelo autor, que já conta com mais de 50 livros lançados e se considera um escritor compulsivo foi, justamente, “Dai Soterranei della Storia”⁴, ainda que não tenha participado do processo de reunião do conteúdo e da edição do livro. Deste modo, suas missivas são os primeiros escritos pessoais produzidos na prisão por um jovem estudante o que significava grandes dificuldades de acesso a uma bibliografia mais extensa, além de estar sob um regime autoritário que impunha aos seus escritos a probabilidade de censura pelos órgãos governamentais e até mesmo de extravios propositais. Provavelmente, por imposição dessas circunstâncias, e não por intenção do autor, suas cartas são dissertações sobre determinados assuntos; talvez não valesse a pena tentar estabelecer um diálogo muito extenso, repleto de perguntas, visto que não havia garantias de quanto tempo as missivas levariam pra chegar às mãos de seus destinatários, nem mesmo, se realmente elas chegariam algum dia. Entre os temas de suas cartas, se destacam: o capitalismo, a cultura midiática, Igreja Católica

⁴ Título da publicação do primeiro conjunto de cartas, pela editora italiana Mondadori, em dezembro de 1971.

e, por fim, sua situação como prisioneiro de um regime autoritário, sempre interpretada como uma experiência mística. Portanto, o conjunto de missivas não é, e nem deve ser tomado como um produto teórico. Ele é, na verdade, a expressão de uma cultura política; a apresentação das interpretações do autor a respeito de um número considerável de questões, tendo como referência tudo o que ele aprendeu nos seus “espaços de formação” (Família, JEC, Militância estudantil e convento dos dominicanos, ALN) sob o clima cultural de sua época (SANTOS, 2015, p. 51.).

Observa-se, assim, que a análise das cartas redigidas no cárcere por frei Betto constitui o primeiro passo para um estudo comparativo de sua obra memorialística, visto que elas registram o momento de fixação de muitas de suas representações sobre o regime, as quais foram repensadas e reafirmadas ao longo de sua produção editorial.

Nesses 38 anos de construção da memória, a observância das datas de publicação curiosamente sugere uma revisão periódica, em que determinadas épocas assume uma intensidade maior. Sendo assim, esse aspecto demanda uma análise que leve em consideração o contexto que determinou eventuais mudanças. O primeiro período que se destaca é a década de 1980. Em 1982, o autor lançou “Batismo de Sangue”, livro autobiográfico que relata o envolvimento dos frades dominicanos com a ALN e a morte de Carlos Marighella, além de fazer um dossiê da prisão, expondo a tortura e suicídio do Frei Tito de Alencar Lima. Dois anos depois publica o romance “O dia de Ângelo”, também sobre o período.

Dezoito anos mais tarde (2002), o autor lança “Alfabetto”, uma autobiografia escolar que se inicia nos seus primeiros anos de colégio e vai até a data de sua prisão, em 1969. Como já foi mencionado, em 2008 foi lançado pela editora Agir a reedição das “Cartas da prisão: 1969-1973”. No ano seguinte, o dominicano lança o livro “Diário de Fernando”, uma reedição de alguns dos pequenos bilhetes escritos por seu confrade Fernando de Brito durante os anos em que estiveram presos. Assim sendo, uma análise superficial já indica a primeira década do século XXI como o segundo período de construção, e porque não dizer, de reconstrução da memória de frei Betto.

Referências Bibliográficas

- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue** – A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighela & Frei Tito. Editora Rocco, Rio de Janeiro, (14ª edição, 2006). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: MORAES, Marieta da M.; AMADO, Janaína. (Orgs). **Usos e abusos da História oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993, p.7-28.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.
- _____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- SANTOS, Bruno Dias. **De uma cultura política à Teologia da Liberação**: as cartas do cárcere de Frei Betto e a ditadura civil-militar no Brasil. Assis, 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

A CULTURA ESCOLAR E O USO DE FILMES NA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

ISSN: 2595-1645

Rebecca Carolline Moraes da Silva •

Orientadora: Marlene Rosa Cainelli

Resumo: A cultura escolar envolve várias dimensões que são próprias do universo escolar. Este artigo propõe-se a pensar a possibilidade de inserção de uma linguagem cultural diferenciada no cotidiano escolar, numa perspectiva de cultura escolar que conjuga o pensamento de Dominique Julia (2001) e Viñao Frago (apud Faria Filho et al, 2004), aliando, assim, as práticas cotidianas da escola às normas de ensino. Desta forma, pensa-se no uso de filmes nas aulas de história, de modo que sejam aliados dos professores no que concerne o desenvolvimento da consciência histórica (cf. Rüsen 2001), ou seja, na intenção de aliar o conteúdo da disciplina à vida prática dos estudantes - em conformidade com os estudos da Educação Histórica (cf. Barca, 2001; 2005). Este trabalho considera ser possível e pertinente o uso de filmes em sala de aula desde que haja uma metodologia de análise fílmica adequada, tendo estes pressupostos e objetivos da Educação Histórica em mente.

Palavras-chave: Cultura escolar; filmes; Educação Histórica.

Para compreender o universo da escola e como os docentes trabalham no âmbito da sala de aula, é necessário conhecer a dinâmica da cultura escolar, para assim também entender como um produto cultural pode adentrar neste espaço. Este artigo propõe-se a delinear as dimensões da cultura escolar que atuam, são modificadas ou mobilizadas no momento da inserção de filmes para o ensino da disciplina de História.

Cultura escolar é um conceito amplamente discutido; conforme Faria Filho, Gonçalves, Vidal & Paulilo (2004), as definições mais utilizadas são as dos autores Dominique Julia, André Chervel, Jean-Claude Forquin e António Viñao Frago, as quais serão aqui pontuadas. Entender o que a cultura escolar abrange é essencial para discutir a colocação de filmes na escola, tendo em vista que os filmes são produtos da cultura e a proposta é de que sejam inseridos em um espaço com um universo cultural próprio.

O conceito de “cultura escolar” possui alguns significados concorrentes. Para Dominique Julia (2001), cultura escolar é um “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p. 10). Ou seja, para Julia, a cultura escolar está nas práticas escolares, no funcionamento interno da escola,

• Mestrado em Educação / UEL.

alinhando análise das normas às das práticas, ou em outras palavras, a cultura escolar seria definida por duas situações - o ensinar e o aprender – enfatizando os processos de transmissão cultural da escola (cf. SOUZA, 2000, p. 04).

Para André Chervel, a escola produz uma cultura própria, o autor “advogava a capacidade da escola em produzir uma cultura específica, singular e original” (FARIA FILHO et al, 2004, p. 144), de modo que, para Chervel, a escola é inventiva, porém seu poder criativo não é devidamente valorizado. Ainda, a escola forma uma cultura que molda e modifica a cultura da sociedade. Chervel se interessava mais pela construção dos saberes escolares, ao passo que Julia enfatizava que a análise deveria ser sobre as práticas escolares.

Jean Claude Forquin, conforme Faria Filho et al (2004), simpatizava com a noção de transposição didática. Transposição didática, grosso modo, é quando o conhecimento desenvolvido na academia é transposto para a escola e, neste processo, sofre transformações, de modo que há uma distância entre o saber ensinado e seus saberes de referência, porém havendo uma relação de dependência entre o primeiro e o segundo.

Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O ‘trabalho’ que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de transposição didática (CHEVALLARD, 1991 apud LEITE, 2004).

Neste sentido, para Forquin a cultura escolar é como uma cultura derivada, uma cultura segunda no que diz respeito a sua cultura de criação (a acadêmica).

Para Viñao Frago, a “cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias” (FARIA FILHO et al, 2004, p. 147), o que quer dizer que, para este autor, cultura escolar é tudo o que acontece na escola de maneira que, sendo cada escola diferente das outras, existem múltiplas culturas escolares. Conforme Souza (2000), a cultura escolar para Viñao Frago inclui os aspectos que fazem da escola uma instituição singular, abrangendo

práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais -, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento...- e modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas (VIÑAO FRAGO, 1994 apud SOUZA, 2000, p. 04).

Desta maneira, para este trabalho parte-se da conjunção das perspectivas de Dominique Julia e António Viñao Frago sobre a cultura escolar para pensar se há

possibilidade de inserir filmes no espaço escolar, na história cotidiana do fazer escolar com a finalidade da transmissão cultural de saberes. Para isso, cabe abordar algumas das dimensões da cultura escolar que são envolvidas quando intensiona-se usar filmes na escola – essas dimensões são: tempo, espaço e disciplina escolar.

Algumas dimensões da cultura escolar e o ensino de história

As delimitações de tempo, a organização do espaço e das disciplinas escolares contribuem para a corroboração da teoria da forma escolar. Forma escolar, conforme Vincent, Lahire & Thin (2001), é o modo de relações sociais, de socialização de vida, que surgiu entre o século XVI e XVII para estabelecer uma ordem pública a partir da submissão às regras - uma nova forma de dominação. Na perspectiva desses autores, a razão iluminista modificou a perspectiva sobre essa submissão às regras, de modo que obedecer às imposições passou a ter um aspecto positivo na sociedade, o que se tornou predominante no perpassar dos séculos. A forma escolar se realiza nas relações sociais do espaço e tempo da escola, nas transformações das formas de exercício do poder. (VINCENT et al, 2001).

Para Vincent et al (2001), o processo de escolarização normatiza os comportamentos que são julgados adequados à sociedade, como a moralidade do dever. Conforme Gouveia (2004), o delineamento de uma idade escolar também está ligado à essa civilização do outro, delimitando uma idade do aprender. Para esta autora, o tempo disciplina, o tempo controla o outro. Essas demarcações temporais indica o que a humanidade faz, o que a humanidade é, de maneira que se retirar o “tempo” das nossas vidas, se desconstrói o ser humano – respeitar horários já é uma norma intrínseca ao humano. Gallego (2008), citando Tabboni, aponta que “o comportamento temporal das pessoas assim como suas representações sobre o tempo influenciam no modo que realizam suas atividades e vice-versa” (p. 35).

Desta maneira, tem-se que o tempo é categoria estruturante da vida do ser humano e, da mesma maneira, conforme Gallego (2008), para Viñao Frago as dimensões de tempo e espaço também são estruturantes da cultura escolar. Conforme Vidal & Faria Filho (2005), citando Escolano, os tempos e os espaços não são neutros no ensino, mas instituem “uma materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagem sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos” (p. 42). Vidal & Faria Filho (2005) também apontam que

a construção de espaços adequados para o ensino, bem como a definição de tempos de aprendizagem, estava relacionada não apenas à possibilidade de a

escola vir a cumprir as funções sociais que lhe foram crescentemente delegadas, mas, também, à produção da singularidade da instituição escolar e da cultura que lhe é própria (VIDAL & FARIA FILHO, 2005, p. 42).

Ao longo do século XIX a maior crítica à escola era de que o ensino era muito precário devido principalmente ao baixa salário dos professores, falta de espaços apropriados ao ensino, pobreza de materiais e métodos e ausência de higienização (cf. VIDAL & FARIA FILHO, 2005, p. 50). Abordando escolas da última década do século XIX em São Paulo, o que é possível inferir em relação a outras escolas, Vidal & Faria Filho (2005) ainda apontam que o tempo era regimentado e controlado pela direção do estabelecimento, responsável pela divisão diária das disciplinas que seriam ministradas no período em que os alunos estivessem na escola. Esse era o modelo de escola (escolas-monumento) representativo dos Grupos Escolares, com a perspectiva republicana de escola exemplar e até espetacular. Os espaços eram monumentais, pois eram concebidos a partir da concepção de serem “templos do saber”. Esses espaços monumentais permitiram a divisão de classes, biblioteca, museu escolar, sala de professores e administração (cf. VIDAL & FARIA FILHO, 2005, p. 53). Assim, esse novo formato de espaço escolar supria as demandas do formato anterior (casas-escola) e também visava inculcar nos alunos um apreço pela educação científica, tendo como pressuposto a sistematização do tempo e dos espaços e também um controle do trabalho dos professores.

Tendo o espaço adequado e o tempo sistematizado, entram em cena a sistematização das disciplinas escolares também como demarcadores organizativos, de modo que cada disciplina tem um tempo e espaço apropriados para seu ensino. Conforme Chervel (1990), o termo “disciplina” até o final do século XIX era utilizado apenas para se referir à repressão dos maus comportamentos. Apenas após 1870 que o termo passou a designar também disciplina da mente, que foi uma forma de usar o mesmo significado que era dado ao termo, porém em outro contexto. Vale ressaltar que o uso desta palavra neste contexto também teve a ver com as novas tendências de ensino que estavam em vigor e também uma nova percepção sobre o aluno (antes inculcava-se o conhecimento, a partir daí era uma ginástica intelectual). Chervel (1990) também aponta que o termo disciplina era condizente com as idades de formação, de disciplinar o aluno.

Para Viñao Frago, as disciplinas escolares são organismos vivos.

O autor aponta que as disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se

repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos. Tais denominações constituem, além disso, sua carta de apresentação social e acadêmica (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 204).

O autor ainda aponta que o elemento essencial de organização das disciplinas é o código disciplinar. Essas regras, que guiam o estabelecimento de coerência interna em uma disciplina, podem ser aproximadas do que Dominique Julia pontuou como parte da cultura escolar – as “normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” (JULIA, 2001, p. 10). Viñao Frago (2008) aponta que este código disciplinar que transmite de uma geração a outra suas regras – contribuindo para a perpetuação da forma escola – é composto por três partes: um corpo de conteúdos (saberes, conhecimentos, destrezas, técnicas, habilidades), um discurso ou argumentos sobre o valor formativo e a utilidade dos mesmos e umas práticas profissionais. (cf. VIÑAO FRAGO, 2008, p. 206). O autor ainda pontua que para Chervel

Todas ou praticamente todas as disciplinas se apresentam neste sentido como corpos de conhecimento, providos de uma lógica interna, articulados em torno de alguns temas específicos, organizados em planos sucessivos claramente diferenciados e que conduzem algumas ideias simples e precisas ou, em qualquer caso, encarregados de ajudar na busca da solução dos problemas de maior complexidade (Chervel, 1991 apud VIÑAO FRAGO, 2008, p. 206)

Entretanto, vale ressaltar a perspectiva de Goodson & Dowbiggin (apud Viñao Frago, 2008) sobre as disciplinas escolares: As matérias “não são entidades monolíticas, senão amálgamas mutáveis sujeitos a mudanças de subgrupos e tradições que, através da controvérsia e do compromisso, influem na direção dess mudança” (GOODSON & DOWBIGGIN apud VIÑAO FRAGO, 2008, p. 184). Isso pode ser percebido na instituição da História como disciplina escolar que, conforme Nadai (1993), teve sua autonomia no século XIX na França, no contexto de laicização da sociedade e constituição das nações modernas; a

disciplina de História surgiu com o intuito de desenhar a genealogia da nação em consonância com a exposição de processos transformativos, mudanças (cf. NADAI, 1993, p. 144).

Conforme Nadai (1993), a História como disciplina escolar tinha como primeira missão inculcar que “a História é a nação, a História é a civilização” (p. 145), ou seja, o ensino de história tinha como finalidade ensinar a origem da civilização, do homem civilizado, da sociedade moderna, porém somente na perspectiva da Europa Ocidental, tendo como base o estudo de biografias de homens ilustres, datas e batalhas. Nos currículos, a História do Brasil sempre tinha carga horária menos que a História Universal (cf. NADAI, 1993, p. 146-147).

A autora ainda aponta que, após a Independência em 1822, a linha de raciocínio seguida pelo ensino de história era referente à constituição da nação (colonização portuguesa, imigração e contribuições africanas e nativas para a formação de um povo), buscando afastar-se da ideia de país colonizado – ressaltando a ideia de sujeição pacífica dos africanos no período da escravidão e silenciando em respeito à escravidão indígena, sua resistência à colonização (cf. NADAI, 1993, p. 149); conforme a autora, a ideia de vazio demográfico é que legitimou a expansão da colonização portuguesa, perspectiva que mascara as desigualdades sociais do Brasil.

Conforme Nadai (1993), somente nos anos 1920 com a chegada do escolanovismo no Brasil é que o ensino de história começou a ser repensado. A cronologia e ênfase nos acontecimentos passados foram criticados e a metodologia de ensino focada na memorização também. Para os pensadores da escola nova julgavam ser mais eficaz e necessário o ensino da história contemporânea a partir de um método no qual a memória fosse apenas um instrumento para a investigação, análise e raciocínio lógico que seriam desenvolvidos pelo ensino desta disciplina. A autora aponta que, apesar dessa mudança de pensamento sobre a metodologia de memorização no ensino de história, o conteúdo da disciplina “ainda era direcionado para um discurso explicador, unívoco, generalista, totalizador e europocentrista” (NADAI, 1993, p. 155).

Na década de 1970 começaram a surgir estudos em países como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá; no Brasil e em Portugal, que partem de uma perspectiva diferenciada para o ensino de História e sua finalidade. Esta área de investigação, denominada Educação Histórica, tem como pressuposto teórico a natureza do conhecimento histórico e como pressuposto metodológico a investigação das ideias que são manifestadas “em e acerca da História” (BARCA, 2001, p. 13). Conforme Barca (2005), os pesquisadores

[...] têm centrado a sua atenção nos princípios, tipologias e estratégias de aprendizagem histórica, sob o pressuposto de que a intervenção na qualidade das aprendizagens exige um conhecimento sistemático das ideias históricas dos alunos [...] (BARCA, 2005, p. 15).

Desta maneira, conforme os estudos pautados na perspectiva da Educação Histórica, para perceber qual é a melhor estratégia de aprendizagem para determinado público, é necessário verificar e analisar as ideias deles sobre o assunto, a fim de uma melhoria na qualidade da aprendizagem. Analisar as ideias históricas dos alunos leva à análise do pensamento histórico dos mesmos, pois busca-se aliar as estratégias de ensino a processos como

a análise de causas e efeitos das mudanças ao longo do tempo; a realização de inferências a partir de diferentes fontes históricas, com suportes diversos (fotografia, pinturas, documentos escritos, depoimentos orais, cultura material); a seleção de fontes para confirmação ou refutação de hipóteses; e a apreensão da multiperspectividade histórica (GERMINARI, 2014, p. 807).

Em tempo, a finalidade do ensino de História para os estudos da Educação Histórica é de aliar a vida prática à disciplina escolar, a partir do desenvolvimento da consciência histórica, esta que advém da necessidade intrínseca ao ser humano de se orientar no tempo. A consciência histórica pode ser explicada, grosso modo, como capacidade de orientação temporal a partir do estudo da História – pelo conhecimento do passado, os indivíduos se reconhecem em seu tempo e em relação a seus pares, podendo assim projetar ações futuras de maneira crítica e autônoma.

Para Rüsen (2001), a consciência histórica está ligada ao cotidiano e é com ela que os homens interpretam a experiência temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal maneira que possam orientar sua vida prática no tempo (cf. RÜSEN, 2001, p. 56-57). Nesta perspectiva, ela “[...] seria a forma como os homens passam a entender as suas experiências de vida e as mudanças do mundo na evolução do tempo, para que possam se orientar, cotidianamente, na vida prática” (SANTOS, 2014, p. 41). Ou seja, o ensino de história nesta perspectiva tem como objetivo a orientação da vida prática dos estudantes, uma História que faça sentido para os alunos em sua realidade.

Tendo em vista a cultura escolar como estrutura e estruturante da realidade das escolas, tendo nas dimensões de tempo, espaço e disciplinas escolares eixo central de análise, parte-se

para a abordagem da inserção de filmes em contexto escolar, nas aulas da disciplina de História e na perspectiva dos estudos da Educação Histórica.

O uso de filmes no ensino de História: Inserir linguagens culturais na escola nem sempre é fácil, pois algumas demandam recursos que nem sempre estão disponíveis neste espaço; por exemplo, para utilizar uma obra literária em sala de aula seria necessário ter várias cópias deste livro, o que não costuma acontecer nas bibliotecas das escolas de educação básica, tampouco seria possível pedir para que os alunos comprassem as próprias cópias, pois muito não têm condições financeiras de fazê-lo. Da mesma maneira, pensar em usar uma linguagem cultural como a cinematográfica nas aulas tem também suas implicações.

Mesmo que seja necessário apenas uma cópia do filme para ser passada, a escola precisa dispor de outros equipamentos para que seja possível que os alunos assistam ao filme escolhido pelo professor. Em condições ideais, seria necessário que a escola tivesse pelo menos, por exemplo, um projetor digital, um som adequado e um espaço que seja possível controlar a iluminação. Entretanto, o professor que não dispõe dessas condições também pode trabalhar com filmes em suas aulas, no entanto precisaria adaptar-se aos recursos disponíveis, como o uso da televisão (muitas vezes pequena) no lugar de um projetor, uso da própria sala de aula na ausência de um espaço mais adequado.

Tendo esses pontos em vista, já é possível perceber como o uso de filmes nas aulas mexe com a cultura escolar. A questão do espaço para assistência ao filme é a questão mais fácil de se resolver: a maioria das escolas dispõe de uma sala de eventos que é possível reservar para esta atividade e os equipamentos de projeção estão cada vez mais populares nesses espaços. Se não há o projeto, pode-se usar a TV-pen drive que está na maioria das salas de escolas públicas.

Um ponto que é complicado quando o assunto é usar filmes em aulas é a dimensão do tempo. O tempo escolar é dividido em horários específicos para cada disciplina escolar e cada fração de tempo tem no máximo 50 minutos para as atividades de determinada aula – aí já vê-se o problema: a maioria dos filmes têm mais de 50 minutos de duração. Diante deste problema, o professor que optar por usar filmes tem algumas opções para driblar esta situação. Se a intenção é passar o filme inteiro em aula, é possível negociar com os colegas docentes para emprestar ou trocar horários de aulas, ou, uma segunda alternativa, é possível dividir o filme em duas partes ou mais (conforme seja possível e o tamanho do filme) para que o trecho se adeque ao tempo de cada aula. Se para a finalidade pretendida não é necessário passar o

filme inteiro, é possível selecionar os trechos mais significativos e adequados ao conteúdo da disciplina e apresentar somente essas partes.

No que tange a dimensão das disciplinas escolares, aborda-se aqui o caso da disciplina de História, tendo como pressuposto a ideia da Educação Histórica sobre o objetivo do ensino de história – como já mencionado, aliar os conteúdos da disciplina à vida prática dos alunos. Porém, usar filmes nas aulas de história pode não ser tão simples como parece; apresentar filmes de temática histórica para os alunos pode criar uma ideia de que esta película está mostrando o que realmente aconteceu, sendo que apenas representa o passado como os produtores imaginam que ele foi. Duarte (2009) aponta que o cinema - a imagem em movimento - cria ilusão de realidade (p. 58) e, ainda, “carregam as marcas de como a humanidade representa (imagina) sua história” (p. 75). Por isso é necessário tomar alguns cuidados ao usar filmes em aulas de história.

Para Napolitano (2009), o uso de filmes na escola favorece à integração entre as experiências dos alunos no ambiente escolar e também no cotidiano, pois os filmes (ou o cinema de maneira geral, como indústria cinematográfica) são produzidos com muita intensidade e velocidade, de maneira que sempre há um filme novo sendo lançado e que chegam aos professores e alunos por várias vias. Tendo isso em vista, usar filmes em aulas de história pretendendo aliar conteúdo e vida prática pode ser uma boa opção.

Porém, a experiência fílmica dos alunos na escola deve ser diferenciada da experiência que podem ter fora dos muros da escola, o que faz do papel do professor neste momento essencial. O docente deve atuar como um orientador da leitura da obra cinematográfica, para que os alunos tenham em mente um objetivo mais ambicioso ao assistir ao filme, do que mera diversão ou ilustração de conteúdo. O professor deve fazer “uma ponte entre emoção e razão [...] incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar” (NAPOLITANO, 2009, p. 15). Assim, uma maneira que o professor de história pode agir é organizar questões problematizadoras e orientadoras em relação à assistência ao filme, como pensar nos cenários, em como o passado está sendo representado, na caracterização dos personagens, na paleta de cores que são usadas na edição da película, nas músicas utilizadas para composição do imaginário em relação ao filme e também conectar o assunto do filme com o tempo presente.

Neste sentido, Napolitano (2009) sugere uma ficha com algumas questões para serem respondidas pelos alunos como uma análise fílmica:

1 – Qual o tema do filme? O que os realizadores do filme tentaram nos contar? Eles conseguiram passar sua mensagem? Justifique sua resposta. 2 – Qual a síntese da história contada pelo filme? 3 – Você aprendeu alguma coisa com este filme? O quê? 4 – Algum elemento do filme não foi compreendido? 5 – Do que você mais gostou neste filme? Por quê? 6 – Selecione uma seqüência protagonizada por um dos personagens do filme, analise e explique qual a sua motivação dramática. O que sua motivação tem a ver com o tema do filme? 7 – Qual o seu personagem favorito no filme? Por quê? 8 – Qual é o personagem de que você menos gostou? Por quê? 9 – Descreva o uso da cor no filme. Ela enfatiza as emoções que os realizadores tentaram evocar? Como você usaria a cor no filme em questão? 10 – Analise o uso da música no filme. Ela conseguiu criar um clima correto para a história? Como você usaria a música neste filme? 11 – Todos os eventos retratados no filme são verdadeiros? Descreva as cenas que você achou especialmente bem coerentes e fiéis à realidade. Quais seqüências que parecem menos realistas? Por quê? 12 – Como a montagem do filme interfere na história contada pelo filme? (NAPOLITANO, 2009, p. 83-84)

Assim, os estudantes podem ter uma experiência fílmica diferenciada na sala de aula, aliando os conteúdos da disciplina à sua realidade.

O estudo da cultura escolar mostra que suas dimensões permitem a entrada de filmes em seu universo cultural. Tempo, espaço e disciplina são pontos que devem ser pensados quando tem-se a intenção de levar uma linguagem cultural diferenciada para as aulas. Os aspectos que emergiram deste trabalho trazem à tona algumas coisas que devem ser observadas quando se planeja uma atividade com filmes, como por exemplo espaço e equipamentos adequados para a apresentação, delimitação de tempo compatível com a atividade (seja para o filme inteiro ou para trechos), além de adequação à disciplina e conteúdos abordados na mesma.

Da perspectiva teórica adotada neste estudo – a saber, a Educação Histórica -, o uso de filmes em aulas de história é uma maneira de aliar os conteúdos da disciplina à vida prática dos estudantes, sempre lembrando que ao usar este tipo de linguagem para pensar a respeito do passado, é necessário utilizar uma metodologia de análise fílmica adequada à experiência educativa desta atividade. É necessário sempre exigir uma visão mais elaborada para que o filme não seja visto como mero momento de lazer durante a aula ou apenas como ilustração ou confirmação de seu conteúdo

Referências Bibliográficas

- BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras – História**, Porto, vol. 2, 2001, pp. 13-21.
- BARCA, Isabel. Educação histórica: uma área de investigação? Conferência. In. ARIAS NETO, José Miguel. **Dez anos de pesquisas em ensino de História**. VI Encontro Nacional de pesquisadores de ensino de História. Londrina: Atrito Art, 2005.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, 1990, pp.177-229.
- DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FARIA FILHO, Luciano M., GONÇALVES, Irlen A., VIDAL, Diana G., & PAULILO, André L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educação e Pesquisa**, 2004, pp. 139-159.
- GALLEGO, Rita de Cassia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas primárias em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)**. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, 2004, pp. 159-180.
- LEITE, Miriam Soares. **Contribuições de Basil Bernstein e Yves Chevallard para a discussão do conhecimento escolar**. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**, 1993, pp. 143-162.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.
- SANTOS, Ademar Firmino dos. **Entre fatos e artefatos: Literatura e ensino de História nos encontros acadêmicos nacionais (1979-2007)**. Londrina: EDUEL, 2014.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. (org.) **Ideário e Imagens da Escola**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- VIDAL, Diana G., & FARIA Filho, Luciano M. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In. **As lentes da história**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- VIÑAO FRAGO, A. A história das disciplinas escolares. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, 2008, pp. 173-215.
- VINCENT, Guy., LAHIRE, Bernard., & THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: **Educação em Revista**, 2001, pp. 7-47.

A DEFINIÇÃO DO CÁLCULO DA PÁSCOA: DO QUARTODECIMANISMO AO CONCÍLIO DE NICÉIA

ISSN: 2595-1645

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia*

Orientadora: Monica Selvatici

Resumo: A partir das fontes de Eusébio de Cesaréia (*História Eclesiástica e Vita Constantini*), atas conciliares e cartas, este trabalho visa apresentar o processo de instituição do cálculo da data da Páscoa na Igreja do século II ao século IV d.C. Os debates acerca da datação da Páscoa iniciam-se no século II, contrapondo os quartodecimanos, que defendiam a permanência da celebração da Páscoa cristã no 14 de Nisan (o mesmo dia da celebração da Páscoa judaica), com outra parte da comunidade cristã, que aspirava a ocorrência da festividade apenas no domingo, considerado dia da “Ressureição do Senhor”. Isso criaria uma identidade cristã para a celebração, já que esse dia distinguia-se do calendário judaico, onde a data poderia ocorrer em qualquer dia da semana. No entanto, institucionalmente, a querela ganhou contornos mais delineados apenas no século IV, culminando em uma série de concílios, de forma que serão analisadas a consistência das hipóteses que vinculam o cálculo da data da Páscoa, baseado no equinócio da primavera, com o concílio de Niceia.

Palavras-chave: Quartodecimanismo, Concílio de Niceia, Páscoa.

O Quartodecimanismo: Na Bíblia hebraica (até o século I e início do II, conhecida como a “Lei”), Levítico 23:4-6 prescreve a celebração do *Pessach* (Páscoa) judaica no 14 de Nisan (ou Abib no calendário da Bíblia hebraica), seguido de sete dias da festa dos pães ázimos, com início no pôr-do-sol de 15 de Nisan. Até meados do século II, em diversas províncias romanas, a festa da Páscoa cristã ainda era celebrada de acordo com os preceitos judaicos, seguindo a mesma data e o mesmo jejum da retirada do fermento das casas.

O fato de a Páscoa cristã coincidir com o período da comemoração judaica era questão divergente entre as autoridades eclesiais, cuja preocupação era marcar um espaço de identidade própria da religião, pautada na ressurreição de Jesus, desatrelando-se de todas as representações judaicas. Em outras palavras, isso implicava em desvincular-se das tradições da Lei Mosaica.

Melito de Sardes (m. ca. 180 d.C.), um dos bispos que atacavam ferrenhamente os judeus, afirmava não ter dúvidas que a “Páscoa do Senhor” havia substituído a Páscoa judaica

* Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina

e defendia a permanência da comemoração no 14 de Nisan. Assim, temos, de um lado, tentativas de rompimento com a tradição judaica, que aspirava à mudança da celebração da Páscoa para o domingo, dia no qual, segundo os Evangelhos, Jesus teria ressuscitado (e que também foi estabelecido posteriormente como “dia de descanso”, em detrimento do sábado judeu), de outro, havia cristãos que comemoravam a Páscoa no 14 de Nisan (junto com a Páscoa judaica), independentemente do dia da semana que a data ocorresse no calendário. Segundo Leveils (2007, p.29), a questão da Páscoa era especialmente delicada por comemorar o evento fundamental para a religião cristã, a libertação do mundo selada por Cristo, o “cordeiro sem mancha” sacrificado para a salvação do mundo.

Inicialmente, a disputa opôs os cristãos da Ásia Menor ao restante das Igrejas. De acordo com Leveils (2007, p.30), a celebração em dias diferentes implicava que, enquanto alguns comemoravam o 14 de Nisan, as outras Igrejas ainda esperavam o domingo seguinte. Essa divergência dos costumes de Páscoa foi considerada suficientemente grave para envolver uma ampla discussão da qual participaram muitas das Igrejas do Oriente e do Ocidente. Um dos argumentos dos defensores de 14 Nisan vinha de encontro à “tradição”, de que mesmo Jesus teria comemorado a Páscoa no 14 de Nisan, e, que se este foi o dia de sua morte, neste dia sua memória teria que ser celebrada.

De acordo com Jossa (1997, p.142), em Laodiceia, na Ásia Menor, a questão litúrgica da Páscoa já teria sido debatida pelos bispos asiáticos mais importantes da época, Melito de Sardes, Apolinário de Hierápolis, e depois, Clemente de Alexandria e Hipólito de Roma. Mas o problema da persistência do 14 de Nisan na Ásia foi registrado por Eusébio de Cesárea, conforme se segue:

Para tratar deste ponto houve sínodos e reuniões de bispos, e todos unânimes, por meio de cartas, formularam para os fiéis de todas as partes um decreto eclesiástico: que nunca se celebre o mistério da ressurreição do Senhor de entre os mortos em outro dia que não no domingo, e que somente nesse dia guardemos o fim dos jejuns pascais [...]. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, V, XXIV)

Essa questão converge com um momento de importância para o desenvolvimento de um “conselho” de organização eclesiástica na medida em que se sentiu a necessidade de reunir concílios e sínodos das igrejas próximas para discutir abertamente as questões que consideravam mais importantes para o futuro e unidade da Igreja. Nesse sentido, a correspondência do Bispo Dionísio de Corinto (m. ca 171 d.C.), a seus colegas na Ásia e

Roma, é uma evidência valiosa de onde pode-se depreender a necessidade de reuniões periódicas de bispos (ou Igrejas) vizinhas para tratar do impasse sobre o 14 de Nisan que dividia as autoridades eclesiásticas.

Eusébio de Cesareia registrou ainda que as divergências da data de celebração da Páscoa vieram à tona entre autoridades eclesiásticas quando Aniceto, que se tornou bispo de Roma em 155 d.C., fez uma visita na Ásia ao bispo Policarpo (*ca.* 69 d.C.- 155 d.C), que era quartodecimano:

Aniceto não conseguiu persuadir Policarpo a deixar a observância [quartodecimana] alegando que ela sempre teria sido praticada por João, discípulo do Senhor e por outros apóstolos com quem ele tinha conversado. Também Policarpo não foi capaz de persuadir Aniceto a observar o mesmo costume: Aniceto alegou que precisava seguir o costume dos anciãos antes dele. (EUSÉBIO DE Cesareia, *História Eclesiástica*, V, XXIV)

Tendo em vista que ambos não foram capazes de persuadir um ao outro em suas posições durante a visita, Eusébio de Cesareia escreveu, a partir da carta a Irineu de Lyon, relatando que “Aniceto cedeu a Policarpo durante a celebração da Eucaristia, como forma de mostrar respeito” mantendo, no entanto, sua posição e deixando a questão em aberto.

Jossa (1997, p.144) afirma que a Igreja de Roma e as Igrejas da Ásia estavam divididas, sendo que a maior parte destas últimas seguia a tradição judaica, celebrando a Páscoa cristã no dia 14 do mês de Nisan, enquanto a Igreja de Roma, tentando cortar todos os laços com a tradição de Moisés, passou a comemorar a ressurreição de Jesus na Páscoa no domingo seguinte ao 14 de Nisan.

O bispo Vítor de Roma, acreditando que esta divergência era intolerável, afirmou que todas as Igrejas deveriam se adaptar à prática romana e manter distância da comunhão feita nas igrejas da Ásia, o que provocou protesto até mesmo de Irineu de Lyon, um quartodecimano que teria abandonado a prática do 14 de Nisan em favor do domingo. Em 189 d.C., quando o bispo de Roma Vítor I se tornou Papa, fez tentativas para excomungar todos os quartodecimanos, declarando a prática herética (cf. EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, V, XXIV). Por esse motivo, Polícrates (*ca.* 190 d.C.) escreveu para o Papa Vítor, defendendo o quartodecimanismo citando várias autoridades que seguiam essa tradição, como Policarpo de Esmirna, que foi bispo e mártir e Melito de Sardes. De acordo com Eusébio de

Cesareia (*História Eclesiástica*, V, XXIII), foram convocados sínodos para tratar desse assunto, e todos, segundo o autor, apoiaram que a Páscoa fosse celebrada apenas no domingo.

Um dos sínodos que tratou da comemoração da Páscoa no domingo foi dirigido pelo bispo Narciso, de Jerusalém e Teófilo, bispo de Cesareia, em 195 d.C., afirmando que Alexandria também estava em conformidade na celebração da Páscoa no domingo, terminando com o pedido que se enviassem as resoluções de uniformização em cópias de cartas para as outras Igrejas, conforme registrado por Eusébio de Cesareia em *História Eclesiástica*, V, XXV.

No entanto, essas ações não tiveram grande alcance, e a “tradição” do 14 de Nisan persistia em alguns locais. Com a ineficácia das tentativas de excomunhão e as intervenções de Irineu e outros bispos, o bispo Vítor revoga a decisão de excomunhão dos asiáticos (cf. EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, V, XXIV).

Até então, podemos notar que as principais preocupações desse período giravam em torno de uma diferenciação das tradições judaicas, que implicava, primeiramente, na mudança da data da comemoração da Páscoa, para que esta ocorresse apenas no domingo (e não em qualquer dia da semana), dia este sacralizado como “Dia do Senhor” (em memória do dia da ressurreição), que não apenas mudava a Páscoa, mas também colocava em segundo plano o sábado⁵, dia de descanso judaico.

De acordo com Jossa (1997, p.145), com Irineu e Vítor o desenvolvimento da religião cristã e a instituição eclesial entraram em uma fase decisiva, a qual o autor define como “fase final da catolicização do cristianismo”. A partir da luta contra os judeus, gnósticos, montanistas e Marcião (aquele que forma o seu próprio “cânon” a partir dos escritos sagrados cristãos acelerando, assim, a Igreja a consolidar o seu cânon), surgiu de fato a Igreja Católica, um grande corpo religioso equipado com uma doutrina que visava ser universal e unitária, sobretudo no que tangia à Páscoa.

Embora certamente ainda houvesse diferenças entre as várias igrejas, é possível reconhecer uma substancial liturgia unitária. A celebração começa com um jejum obrigatório, que pode ser dois ou mais dias, culminando na noite de véspera entre sábado e domingo. Delinea-se assim o que será mais

⁵ Um dado interessante a se notar, é a veia politeísta que ainda persistia no Império. A mudança posterior do dia de descanso do sábado para domingo, segundo Borst, alinhava-se virtualmente ao culto do sol, representado pelo imperador, pois “Até então, o ‘dia de Saturno’ ocupava lugar privilegiado no ciclo solar romano e, ao mesmo tempo, no ciclo lunar judaico” (BORST, *apud* SILVA, 2009, p.11).

tarde chamado de "Semana Santa", no qual, acompanhada de leituras do Antigo e do Novo Testamento [...] tem especial importância o dia da sexta-feira, em memória da morte de Jesus, e a noite entre sábado e domingo, em memória de sua ressurreição. [Além disso,] A Páscoa reúne toda a comunidade do local. Não é mais uma festa de família, como a Páscoa judaica, mas uma festa da comunidade. (JOSSA, 1997, p.146-147, *tradução nossa*)

Ou seja, mesmo com algumas divergências internas a Igreja já demonstrava uma organização e unidade litúrgica. No entanto, as questões sobre a Páscoa encontram uma solução e um reconhecimento institucional mais eficaz apenas no século IV com a intervenção de Constantino, que será tratada na próxima seção.

Cômputo Pascal e a Controvérsia do Concílio de Niceia no Século IV: Com os debates sobre o quartodecianismo, podemos constatar que os principais intentos de mudança da data da Páscoa visavam desvinculá-la da matriz simbólica judaica, fato que marcou o delineamento de uma celebração com identidade cristã, cuja maior preocupação era estabelecer uma data própria para a celebração.

De acordo com Machado (2014, p.3), desde antes de Cristo já havia tabelas que tentavam determinar as sequências periódicas de datas das luas cheias e da Páscoa, haja visto que o cálculo com as previsões da data da Páscoa se faziam sentir em uma sociedade regida pelo calendário lunar, como a judaica. Para estes cálculos, a cidade de Alexandria era uma importante referência, e esse “saber” era conhecido como *computus* ou *computus paschali*.

Computus é um termo que se reporta a uma ideia de cálculo alargada, que integra a aprendizagem dos numerais, a prática aritmética, o uso de quadros de datas, o domínio de técnicas para cálculo dessas mesmas datas, o conhecimento sobre alguns fenômenos astronômicos, a explicação e fundamentação teológica de toda a informação e uma ideia de ordem do cosmos que é, simultaneamente, matemática e teológica. (COUTINHO, 2014, p.3-4)

Segundo Wallis (1999, p. XIX), não é fácil categorizar o *computus*. Não é possível afirmar que seja uma “ciência”, porque na verdade é essencialmente a aplicação de outras ciências, como astronomia e matemática, pois não busca estabelecer princípios universais e não possui nenhuma teoria. Além disso, não tem nenhum ancestral no cânone antigo ou

repercussão nas ciências modernas. Dessa forma, o *computus* pode ser descrito como um problema matemático versado na forma de calcular a data da Páscoa. Resolver este problema, no entanto, envolve uma elaborada coordenação de dados lunares e solares e uma interpretação delicada do conteúdo de textos bíblicos. Em outras palavras, sem computadores para auxiliar nos cálculos, era necessário ter propriedade de saberes que conjugavam estudos teológicos, matemáticos e astronômicos que embasavam e justificavam determinado cômputo. De acordo com Baschet, a datação da Páscoa se caracteriza

[...] pela conjunção dos ciclos solar e lunar, em uma escolha cuja complexidade proposital tem por efeito impor o recurso ao saber clerical em matéria de cômputo (previsão de calendário) e reforçar a importância dos centros de autoridade dotados de sólidas competências astronômicas (de início, Alexandria e, depois, Roma para o Ocidente). (BASCHET, *apud* SILVA, 2009, p.13)

Aquele que detinha o “saber”, também detinha o “poder” para ditar as datas de quando as celebrações deveriam ocorrer. No âmbito cristão, até o século II circulavam várias tabelas e formas diferentes de cálculos (algumas, inclusive, levando em conta os cálculos judaicos), que datariam a celebração em dias diferentes uma das outras (pois os cálculos eram feitos de maneira diferente).

Assim, atas conciliares, cartas e tratados de cômputo pascal atestariam a importância da fixação de uma data única da Páscoa para normatização da Igreja e consolidação do poder eclesiástico (SILVA, 2009, p.14). Ou seja, o debate para a uniformização e as tentativas de estabelecimento de um cálculo da Páscoa não era uma questão de recente debate no século IV. Em registros temos que, em 314 d.C., foi realizado na cidade de Arles um concílio provisional que decidia que a Páscoa do “Senhor” deveria ser observada no mesmo dia entre todos os cristãos e que, a cada ano, o bispo de Roma deveria enviar cartas informando qual seria a data da Páscoa, conforme a ata do concílio abaixo:

Isso que nós em conselho comum decretamos, vimos por este meio dar a conhecer à sua mais estimada pessoa, de modo que também <todos> os bispos possam saber o que deve ser observado no futuro.

1. Em primeiro lugar, a propósito da celebração do Domingo de Páscoa: Que seja observado por nós em um dia e de uma só vez em toda a terra [na mesma data], e que você deve enviar cartas a todos,

como é o costume. (Concílio de Arles *apud* MUNIER, 1963, p.9, *tradução nossa*)

Eusébio de Cesareia também menciona o concílio em Arles como uma importante reunião convocada por Constantino, atestando a existência de cânones decisórios, sem assumir, no entanto, a completa autenticidade do documento (EUSÉBIO DE CESAREIA. *Vita Constantini*, V). A esta altura, era praticamente unânime a decisão de que a Páscoa deveria ser comemorada no domingo. Mas, o momento da definição de quais regras e qual *computus* seria utilizado não é uma questão de resposta tão simples.

É comum ver vários autores conhecidos vinculando ao concílio de Niceia a decisão de que a Páscoa deveria ser observada segundo a regra do equinócio, mas, conforme examinaremos nessa seção, essa vinculação não é correta, ou, no mínimo, não pode ser afirmada categoricamente sem algumas observações, pois sobre a Páscoa nada consta em seus cânones.

O primeiro concílio de Niceia, convocado por Constantino em 325 d.C., ocorreu na cidade de Niceia da Bitínia (atual İzmit, na Turquia), localizada a cerca de 70 km de Constantinopla – local escolhido por ter sido considerado um ponto de mais fácil acesso aos quase trezentos bispos que lá compareceram.

Esse concílio tinha por objetivo obter um consenso sobre questões basilares da Igreja, como a trindade, Deus pai, Deus filho e Espírito Santo, a construção do Credo Niceno, e a promulgação da lei canônica. No entanto, há que se ressaltar que, mesmo antes de Constantino assumir a liderança da Igreja e convocar esse concílio, todas as questões definidas em Niceia já estavam sendo exaustivamente debatidas pelas Igrejas em cartas e sínodos menores. O fato de Eusébio negar a autenticidade do documento de Arles, de certa maneira, encobre a importância dos debates realizados nos séculos anteriores, e as decisões mais importantes, assim, são atribuídas à Niceia.

É verdade que esse concílio foi importante, mas, há que se notar que ele serviu mais como catalizador de tomada de posição dentre os debates que já existiam (como a questão ariana, que já era bem difundida entre as Igrejas orientais, por exemplo) do que “criador” de regras. Em outras palavras, Niceia sacramentou algumas normas em detrimento de outras que já existiam. Sobre a questão da Páscoa, em *Vita Constantini*, III, XIV, por exemplo, Eusébio afirma que todos estavam “de acordo”, sem, no entanto, explicitar os termos em que todos concordaram, conforme se segue:

Capítulo XIV. Unânime Declaração do Conselho relativo à Fé, e à celebração da Páscoa. O resultado foi que eles não só estavam unidos como acerca da fé, mas que o tempo para a celebração da festa da Páscoa foi acordado por todos. Esses pontos que também foram sancionados pela resolução de todo o corpo foram cometidos à escrita, e recebeu a assinatura de cada um dos membros. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vita Constantini*, III, XIV, *tradução nossa*)

Ou seja, Eusébio não explicita o que estava “acordado por todos”, que poderia ser apenas a passagem da celebração para o domingo seguinte ao 14 de Nisan ou a definição a favor de algum cálculo, dentre os vários que existiam naquela altura. De acordo com Mosshammer (2008, p.51), a promulgação do ecumênico Dionísio Exíguo (470 d.C. – 544 d.C.), que reformulou o cálculo alexandrino com um ciclo de 19 anos e atribuiu ao concílio de Niceia a institucionalização de que a Páscoa deveria ser celebrada no primeiro domingo de lua cheia após o equinócio da primavera no hemisfério norte, teria induzido estudiosos ao erro de afirmar que essa regra foi acordada em Niceia.

Ainda segundo Mosshammer, Christian Wilhelm Franz Walch (1770) argumentou que o concílio não tinha explicitamente enunciado a regra do equinócio ou qualquer detalhe quanto ao método de calcular a Páscoa, portanto, não teria imposto o uso do ciclo dos dezanove anos segundo os parâmetros (citados acima) do primeiro domingo de lua cheia após o equinócio da primavera no hemisfério norte. L. Duchesne (1880) e novamente F. Daunoy (1925) também acharam necessário negar a participação de Niceia nesse quesito.

Mosshammer argumenta ainda que, mais recentemente, Max Lejbowicz, em um texto do ano de 2006, reviu a evidência de Eusébio e tentou explicar o surgimento do “mito” de uma regra do cômputo pascal advinda do concílio de Niceia:

Esta negação de Niceia de qualquer norma pascal pode ter ido longe demais. Eusébio (HE 7.20) atribui a Dionísio, bispo de Alexandria nos anos 250, uma regra que "em nenhum outro tempo que não o do equinócio da primavera é legítimo para celebrar a Páscoa". Pouco tempo depois, de acordo novamente com Eusébio (HE 7. 32.17), Anatólio de Alexandria que se tornou bispo de Laodiceia na Ásia, modificou a regra para prever explicitamente que a própria lua cheia pascal deve seguir o equinócio. Há as citações do *Chronicon Paschale* (5. 2-5) de uma carta atribuída a Pedro, bispo de Alexandria entre cerca de 300 e 311, em que Pedro defende a regra do equinócio. Ao transferir a decisão a Roma e Alexandria, o Conselho aprovou

quaisquer métodos que estavam em uso nessas igrejas, e confiaram aos bispos de Roma e Alexandria para resolver quaisquer divergências. Por isso, é justo dizer que o Conselho 'aparentemente' ou 'implicitamente' endossou a regra do equinócio, mesmo que não tivesse sido publicada nenhuma regra como tal. (MOSSHAMMER, 2008, p.52, *tradução nossa*)

Mosshammer se refere primeiro ao fato de que Dionísio, bispo de Alexandria em 250 d.C., já estabeleceu a datação da Páscoa levando em conta o equinócio. Após, se refere a Anatólio de Laodiceia, conforme registrado por Eusébio em *História Eclesiástica*, XXXII, VII, um bispo, natural de Alexandria, que sucedeu o bispo Eusébio de Laodiceia (ca. 280 d.C.). Ele tinha conhecimentos de aritmética, geometria e astronomia, dentre os quais se incluía um tratado sobre um cálculo da celebração da Páscoa, utilizando o ciclo de 19 anos (que já era usado anteriormente em Alexandria) de modo que a Páscoa seria celebrada depois do equinócio de primavera. As Igrejas de Alexandria já utilizavam esse tipo de parâmetro para conceber a datação da Páscoa, seguidas por algumas de Roma⁶.

Mosshammer (*loc. cit.*) ressalta, assim, que o que pode ter gerado a interpretação de que a decisão sobre o cômputo pascal levando em conta o equinócio teria advindo do concílio de Niceia é que, ao passar a “tarefa” para Roma e Alexandria resolverem qualquer divergência sobre métodos que estavam sendo empregados pelas Igrejas para calcular a Páscoa, “implicitamente” estariam endossando as práticas que elas mesmas adotavam (e Alexandria e Roma utilizavam o mesmo cálculo).

Além disso, havia tentativas de afastamento também das demais representações judaicas. O sínodo de Laodiceia, que ocorreu na Frígia, (ca. 343 – 381, d.C., data não confirmada), estabeleceu no canône XXXVIII que “Não é lícito receber o pão ázimo dos judeus, nem participar da sua impiedade” (Cânones do sínodo de Laodiceia *apud* SCHAFF, 2007, p.151, *tradução nossa*). Até então, a maior preocupação da composição do calendário litúrgico nascia da necessidade distintiva das práticas e representações judaicas.

Assim, a primeira ordem eclesiástica que se preservou diz que os fiéis não jejuam nos mesmos tempos que os ‘hipócritas’ [judeus], nas segundas e

6 Há que se notar que, devido à disputa teológica de Alexandria e Roma, dois importantes centros eclesiásticos da Igreja nos primeiros séculos, Roma também tinha seus próprios cálculos para a Páscoa, como o de Hipólito de Roma, (com base em ciclos de 8 anos), seguido de outro cálculo de 84 anos, que foram introduzidos de Augustális, no final do terceiro século (MOSSHAMMER, 2008, p.227-228). Todos os cálculos deram lugar ao cômputo de Alexandria, reformulado por Dionísio Exíguio.

quintas-feiras, mas nas quartas e sextas. O dia do Senhor substituiu o Sabbath e a festa cristã da ressurreição a Páscoa judaica. A data da Páscoa tinha que se calcular eventualmente de tal maneira que impossibilitasse sua coincidência. (MARKUS, 1997, p.106)

Com isso podemos concluir que: 1. a decisão sobre a uniformização da data da Páscoa não pode ser atribuída inteiramente a Niceia, tendo em vista que a questão já estava sendo debatida pelas Igrejas em outros momentos; e 2. Niceia também não deu o aval para nenhum cômputo específico, dado que a decisão não consta nos cânones do concílio e a evidência deixada por Eusébio é vaga. Em suma, uma das hipóteses mais plausíveis para essa questão é observada por Mosshammer (2008, p.51), que afirma que a confusão pode ter advindo pelo fato de Niceia atribuir à Roma e Alexandria a resolução de eventuais divergências sobre métodos que estavam sendo empregados pelas Igrejas para calcular a Páscoa (e o fato de que ambas utilizavam cálculos pautados na regra do equinócio, poderia levar à interpretação de que o concílio endossou a prática).

Niceia foi um amplo concílio que buscou a homogeneização de diversas práticas, mas, a adesão da data da Páscoa foi um processo cuja definição levou mais tempo do que as autoridades eclesiásticas esperavam, e as divergências continuaram até o século VI, quando se implementou o cálculo de Dionísio e o ciclo de 19 anos.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

CESAREIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. Tradução de Wolfgang Fisher. São Paulo: Novo Século, 2002.

_____. *Vita Constantini*. (Org. Philip Schaff), versão inglesa em domínio público. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf201.txt>>. Acesso em: julho 2015.

MUNIER, C. *Concilia Galliae a.314-a.506*. Turnhout: Brepols, 1963.

Bibliografia:

COUTINHO, Maria. De computo de Rábano Mauro. O texto e as iluminuras do Santa Cruz 8 e do Alc. 426. *Medievalista*. Lisboa, junho de 2014.

JOSSA, Giorgio. *Il cristianesimo antico. Dalle origini al Concilio di Nicea*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.

LEVIEILS, Xavier. *Contra Christianos: La critique sociale et religieuse du christianisme des origenes au concile de Nicée (45-325)*. Berlim: WDG, 2007.

MACHADO, Rubens. *Data da páscoa e ano bissexto: A astronomia na história dos calendários*. Iag Usp, 2014. Disponível em: <<http://www.astro.iag.usp.br/~rgmachado/other/pascoa.pdf>>. Acesso em julho 2014.

MARKUS, Robert. *O fim do cristianismo antigo*. São Paulo: Paulus, 1997.

MOSSHAMMER, Alder. *The Easter Computus and the Origins of the Christian Era*. NY: Oxford University Press, 2008.

SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers: The Seven Ecumenical Concils, Second Series, Volume XIV*. NY: Cosimo Classics, 2007.

SILVA, Paulo Duarte. *Ciclo Pascal e normatização litúrgica no século VI: análise comparativa dos casos de Arles e Braga*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WALLIS, Faith. Introduction. IN: BEDE, *The Reckoning of Time* translated, with introduction, notes and commentary by Faith Wallis. Liverpool: University Press, 1999.

A FAZENDA BORDA DO CAMPO E O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM MINAS GERAIS COLONIAL

ISSN: 2595-1645

Caroline Sauer Gonçalves (Mestranda em História Social; /UNESP-Assis - CNPq)
Dr. André Figueiredo Rodrigues (Orientador)

Resumo: Minas Gerais colonial teve sua economia baseada na mineração, o que atraiu grande destaque e grande afluxo populacional para aquela capitania. Essa população que só aumentava começou a sofrer com a escassez de alimentos, uma vez que todos estavam voltados para a mineração, e a atividade agrícola estava sem prestígio. A vinda de alimentos de outras capitanias era muito custosa e demorada, de forma que quando esses produtos chegavam, os preços eram exacerbados, dificultando o acesso da população em geral. Isso fez com que a referida capitania passasse por crises de abastecimento e de fome. Com essa situação e com a queda da atividade mineratória, algumas pessoas enxergaram a possibilidade de adquirir terras através das concessões de sesmarias e iniciar produções agrícolas que viriam a suprir a Comarca do Rio das Mortes, outras comarcas da capitania e ainda ter o excedente dessas produções sendo comercializado. As terras mais cobiçadas eram aquelas próximas ao Caminho Novo. Dessa forma, partindo do conhecimento da historiografia da Conjuração Mineira, e conhecendo suas personagens, o presente artigo pretende relacionar idéias e trazer uma nova interpretação acerca da alimentação, das práticas agrícolas, do abastecimento e comércio de gêneros alimentícios em Minas Gerais colonial, tendo como exemplo o inconfidente José Aires Gomes e sua fazenda, a Borda do Campo, localizada na Comarca do Rio das Mortes, às beiras do Caminho Novo.

Palavras-chave: Abastecimento alimentar. Minas Gerais colonial. Fazenda Borda do Campo.

Introdução

Em Minas Gerais colonial, a partir do século XVIII, se vivia o ciclo do ouro e a descoberta de riquezas minerais. Dessa forma, o referido território passou a ser, muito rapidamente, o centro econômico da colônia.

Nesse momento, houve um enorme afluxo populacional vindo das demais capitanias em direção às Minas. Com esse contingente de pessoas chegando e se fixando no território, Minas começou a ficar superlotada e os gêneros alimentícios começaram a ficar cada vez mais escassos.

Um dos principais motivos dessa escassez de alimentos era a distância a que Minas se encontrava das demais capitanias que já eram produtoras, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso dificultava a chegada de mantimentos à região, e quando chegavam os preços eram exorbitantes, fazendo com que a população em geral não tivesse acesso a eles.

Para chegar ao território da capitania de Minas Gerais existiam três caminhos distintos. Para este artigo nos atentaremos ao chamado “Caminho Novo”, que ligava as Minas ao Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata mineira. Por ele a viagem levava cerca de quarenta e cinco dias, o que o fez ser o mais utilizado. (GUIMARÃES e REIS, 2007).

Era através dele que muitas pessoas entravam e saíam de Minas e que os mantimentos e outros produtos necessários chegavam, aqueles que a capitania por si só ainda não produzia.

Com a decadência da exploração das riquezas minerais, o interesse pela implantação de empresas agrícolas começou a aumentar e conseqüentemente a concessão de sesmarias se iniciou. As grandes fazendas começaram a aparecer com o intuito de suprir a necessidade de gêneros básicos da população local.

A alimentação do mineiro, os que residiam tanto nas fazendas quanto nas cidades, era baseada no consumo de milho, couve, feijão, carnes, em especial a de porco, arroz, trigo, café, mandioca, queijos, frutas e cana-de-açúcar para o fabrico de melado, rapadura e cachaça. São esses os alimentos produzidos nas fazendas que estavam surgindo naquele período.

A produção nos quintais também será levada em consideração para este ensaio, uma vez que este tipo de produção era bastante comum e muito rica. (ABDALA, 2007)

Em Minas, no referido período, não existia distinção da alimentação das camadas mais simples para as camadas mais abastadas. A produção que mais se sobressaía, por exemplo, era a do milho, que era consumido amplamente por todas as camadas populacionais e inclusive usado como alimento para os animais. (MENEZES, 2000)

Concomitantemente com o surgimento do Caminho Novo as grandes fazendas começaram a aparecer. (RESENDE, 2009) A Comarca do Rio das Mortes, região onde residia nossa personagem, já era uma região com boa agricultura, não sofrendo, portanto, com a decadência da atividade mineratória.

Nessa região viu-se a possibilidade de se desenvolver uma agricultura em grande escala. (RODRIGUES, 2002) Diante desse mercado agrícola emergente e promissor é que surge a figura de nosso personagem. José Aires Gomes foi grande proprietário de terras, tendo, além da Borda do Campo, abordada neste artigo, mais algumas propriedades extremamente rentáveis, e foi participante do movimento de Inconfidência Mineira, tendo a referida fazenda sido palco de diversas reuniões do movimento. Tendo a posse da Borda do Campo, José Aires Gomes fez dela um latifúndio, com intensa produção agrícola e grande fluxo de escravos.

Dessa forma, de acordo com o exposto acima, o objetivo deste trabalho é mergulhar um pouco mais no complexo mineiro colonial, reunir algumas idéias sobre práticas agrícolas, abastecimento e comércio de alimentos na Comarca do Rio das Mortes, tendo como exemplo José Aires Gomes e sua propriedade mais notável, a Borda do Campo.

Resultados e discussão

A alimentação em Minas Gerais começa a ser notada a partir do século XVIII, quando o Brasil vivia o ciclo do ouro e a descoberta de riquezas minerais no referido território. Nesse momento, muito rapidamente as áreas dedicadas a mineração passaram a ser o mais importante centro econômico da colônia, procedendo-se, então, um grande deslocamento de pessoas das outras regiões do território em direção às Minas. Com esse fluxo de pessoas migrando para Minas Gerais as cidades começaram a ficar superlotadas e a comida começou a ser escassa.

Um dos motivos da alimentação estar escassa era a distância entre as regiões que já eram produtoras de alimentos, como Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, o que dificultava a chegada dos mantimentos, e também devido a distância os mesmos chegavam a preços caros, de forma que pouca gente conseguiria obter acesso a eles, isso quando chegavam, porque nas vilas mais afastadas esse alimento nem conseguiam sequer chegar. Outro motivo, de maior impacto, era a falta de interesse da população, local e recém-chegada, pela agricultura em detrimento da mineração. Todas as áreas irrigadas próximas aos rios eram usadas no garimpo, e se houvessem plantações as mesmas eram destruídas por pessoas em busca de riqueza.

Para se chegar ao território da capitania de Minas Gerais existiam três caminhos. O primeiro, o mais antigo vinha da Bahia, de forma que grande parte dele acompanhava o rio São Francisco. Como tinha uma geografia facilitadora, uma vez que era aberto, confortável de se utilizar, se tornou alvo de restrições das autoridades. O segundo caminho, o chamado “Caminho Velho”, ligava a capitania à Santos, passando pelo sul, gastando cerca de sessenta dias de viagem. O terceiro e mais importante para este ensaio é o “Caminho Novo”. Inaugurado em 1701/1702, ligava o Rio de Janeiro às Minas, passando pela Zona da Mata mineira, e por ele a viagem levava quarenta e cinco dias, tornando-o o mais utilizado a partir de então. (GUIMARÃES e REIS, 2007)

Através desses caminhos que a capitania das Minas recebia pessoas vindas de todas as regiões com interesses mineratórios, bem como mantimentos e produtos necessários que a capitania por si só não produzia. No período da mineração, havia uma dependência da referida capitania em relação às demais, e até mesmo à metrópole no que se referia ao fornecimento de gêneros alimentícios básicos. Até este momento tais gêneros vinham de outras regiões através dos caminhos já mencionados. (ABDALA, 2007)

A alimentação do mineiro das fazendas e das cidades era baseada no consumo de pratos suculentos, com muito caldo e molho. O angu, a couve e o feijão são pratos indispensáveis, as carnes são, na maioria das vezes, ensopadas e com vegetais como couve e

quiabo. As famílias um pouco mais abastadas não permitiriam faltar o feijão, o angu, a farofa ou farinha de mandioca ou de milho, o arroz, o lombo de porco, os torresmos, a lingüiça, a galinha e a couve. (FRIEIRO, 1966)

A produção nos quintais era composta de milho, mandioca, couve, frutas diversas, abobora e batata-doce. Os demais gêneros necessários eram adquiridos de outras capitânicas ou até mesmo da metrópole. Os pratos servidos no dia-a-dia eram simples, caracterizados pela rusticidade dos produtos que saía de seus próprios quintais e roças. (ABDALA, 2007)

A partir dessas roças plantas em quintais e pequenos territórios a agricultura começou a aparecer em Minas Gerais. No referido território, a produção agrícola sempre esteve presente, porém, seu auge se deu no século XVIII, em consonância com o auge da mineração. Naquele momento, com a mineração em foco, as atividades agrícolas ficavam em segundo plano, mas já existiam. Não tinham participação na economia local. Foi essa preocupação em centrar esforços na mineração por parte de política portuguesa que acarretou nas diversas crises de abastecimento que assolaram o povo mineiro. (RODRIGUES, 2002)

Ao contrário do que se pensava até então, a agricultura esteve em uma estreita conexão com a mineração, porém não tinha a mesma importância. (MENEZES, 2000). As atividades agropastoris daquele momento eram pobres e inexpressivas, voltadas apenas para o autoconsumo. (GUIMEARÃES e REIS, 2007)

Essa necessidade que os produtores de alimentos tinham fez com que se desenvolvesse um mercado de terras extremamente rentável. As unidades mineratórias, que diminuíram, mas não acabaram, procuravam fazendas próximas para lhes suprirem a necessidade de alimentos e, por conta disto, essas fazendas produtoras se consolidaram. Em Minas, a base alimentar era a mesma para as diferentes camadas sociais. (MENEZES, 2000). A produção que mais se sobressaiu era a do milho, que era o produto alimentar mais consumido por todas as esferas da população, inclusive para a alimentação dos animais. (MENEZES, 2000)

Como exposto anteriormente, as grandes fazendas começaram a aparecer concomitantemente com o desenvolvimento do Caminho Novo. O surgimento desse caminho viabilizou o abastecimento da região de Minas Gerais, era um abastecimento rápido, porém provisório, acarretando nas crises. Diante disso enxergou-se a necessidade de se cultivar roças às beiras do caminho. (RESENDE, 2009)

Na Comarca do Rio das Mortes não houve problemas tampouco sofrimento com a decadência da mineração, então essa região agricultora se viu com possibilidades maiores, entre elas a possibilidade de abastecer a capitania do Rio de Janeiro e ampliando cada vez

mais esse mercado agrícola emergente. (RODRIGUES, 2002). Nesse contexto é que aparece a nossa personagem.

José Aires Gomes nasceu em 1734, na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, filho de João Gomes Martins e Clara Maria de Melo. Tinha três irmãos, Francisco Gomes Martins, Manuel Gomes Martins e Joaquina de Melo. Entrou para o seminário, porém, por motivos desconhecidos largou a carreira eclesiástica e começou a administrar os bens da família na Serra da Mantiqueira. (RODRIGUES, 2010)

Ele adquiriu a fazenda Borda do Campo do coronel Francisco Gomes Martins, seu irmão, por 24 contos de réis. Porém, a fazenda passou pelas mãos de outros proprietários. Inicialmente ela pertencia a Manuel Lopes de Oliveira, um tenente-coronel, que a vendeu a Francisco Gomes Martins, que por sua vez a vendeu a Aires Gomes. Ao adquirir esta propriedade, e mais as terras que lhe faziam fronteira, ele se tornou dono de um grande domínio territorial na Serra da Mantiqueira. (RODRIGUES, 2002)

A compra de propriedades como a Borda do Campo, próximas das passagens de pessoas vindas das demais regiões do país, começou a ficar mais freqüente na medida em que começou a surgir a necessidade de os produtores de alimentos se manterem mais próximos dos centros urbanos, bem como das vias que lhes davam acesso. As vilas de mineradores buscavam fazendas para abastecerem seus habitantes, para se suprirem dos mantimentos que não produziam, e ficar nesses entroncamentos facilitava o acesso as mesmas. (RODRIGUES, 2012)

A produção agrícola dessas propriedades caracterizou-se pela diversificação. Grandes propriedades, como a Borda do Campo, tinham produções variadas, desde lavras auríferas até engenhos, plantações de milho, feijão, arroz e trigo, explorações pecuárias, canaviais, cafezais, entre outras culturas. Fazendas como esta, que podem ser consideradas “propriedades rurais horizontalmente integradas”, eram “particularmente capazes de absorver o choque das transformações ocorridas após a exaustão do ouro aluvial”. As grandes propriedades tinham “capacidade para corresponderem tanto ao estímulo recebido da economia interna, quanto do amplo comércio exterior que fluía pelo Caminho Novo, que ligava a região aurífera mineira ao Rio de Janeiro”

A fazenda Borda do Campo era um latifúndio, com produção agrícola intensa e grande fluxo de escravos. Na referida propriedade existiam casas de vivenda cobertas de telhas, um rancho de tropas feito de pedra, um rancho de palha e outro de pedra para passageiros, um engenho para o feitio de farinha de trigo coberto com telhas, um moinho, uma seara de trigo que levaria de semeadura um alqueire e meio (mineiro) de trigo, o que equivale a 72.600 m²,

uma olaria, campos de criação para gado vacum, um estabelecimento comercial do tipo venda, 22 escravos e uma capela, entre outros pertences. Tudo o que se produzia nessas propriedades alimentavam o comércio tanto no interior da capitania quanto ao longo das rotas para as capitanias vizinhas. (RODRIGUES, 2012)

A propriedade localizava-se próxima ao Caminho Novo, que ligava Minas a outros centros, e nas fazendas próximas desse caminho era comum a ocorrência de fazendas que produziam alimentos derivados da agricultura e continuaram a atividade mineradora. Eram os produtos destas propriedades que alimentavam o comércio tanto no interior de capitania quanto ao longo do caminho que levava as capitanias vizinhas. (RODRIGUES, 2002)

Como exposto anteriormente, a alimentação dos mineiros se baseava, naquele momento, em feijão, derivados do milho, derivados da mandioca, arroz, porco, galinha, gado, couve, algumas frutas, doces e queijos. A partir disso, com a queda do extrativismo mineral e o aumento da agricultura muitas fazendas começaram a aparecer para cultivar exatamente esses produtos, que serviriam tanto para consumo interno quanto para a comercialização. Na propriedade de José Aires Gomes não poderia ter sido diferente. Além desses produtos também se cultivava açúcar, algodão e tabaco.

De toda a produção da fazenda Borda do Campo alguma quantidade é destinada a comercialização. O volume da produção agrária da referida propriedade permite que se afirme a inserção nos quadros da economia mineira. A produção voltada ora para a subsistência, ora para a comercialização do excedente possibilita a movimentação de um grande mercado de comércio local e inter-regional. (RODRIGUES, 2002)

A fazenda teve altos rendimentos com a venda de seus produtos. O milho rendia a fazenda o montante de mais de 1 conto de réis, liderando, seguido do feijão que rendia mais de 295 mil réis e do arroz que arrecadava por volta de 132 mil réis. Durante o período de 1791 a 1796 a fazenda rendeu ao seu proprietário um rendimento superior a 3 contos de réis. (RODRIGUES, 2002)

Dessa forma, com o exemplo da fazenda Borda do Campo pode-se perceber que a produção agrícola era forte na comarca do Rio das Mortes, em especial da Freguesia da Borda do Campo, onde estava a referida propriedade. Além dessa fazenda, José Aires Gomes era proprietário de muitas outras propriedades naquela região, 22 ao certo, todas com boa produção agrícola. A Borda do Campo era sua principal propriedade, e pertence aos seus descendentes até o momento. (RODRIGUES, 2002)

Conclusão

Minas Gerais colonial tinha a sua economia baseada na mineração, e essa extração do ouro que teve um grande destaque naquela capitania atraiu para lá um grande contingente populacional, advindo das mais diversas áreas do país. Essa população que só aumentava começou a sofrer com a escassez de alimentos, uma vez que toda a economia e toda a população estavam voltadas para a mineração, deixando de lado a prática agrícola. O incentivo da Coroa portuguesa para a mineração fez com que a agricultura não funcionasse.

A chegada de alimentos de outras capitânicas ao território demorava muito e quando conseguia chegar era extremamente caro, fazendo com que a população em geral não conseguisse comprar. Esse fato fez com que Minas Gerais passasse por várias crises de fome e de abastecimento.

Com essas crises e com a queda da mineração, alguns produtores viram a possibilidade de adquirir terras e iniciar uma produção agrícola. Essa produção viria a suprir as áreas mineradoras restantes, as vilas e ser comercializada em seu excedente. As terras mais cobiçadas eram as próximas aos caminhos que levavam às outras capitânicas.

Um dos proprietários de terras mais influentes daquele período era o futuro inconfidente José Aires Gomes. Ele adquiriu uma grande propriedade, a fazenda Borda do Campo, e nela produzia mantimentos através de vasta agricultura, criava animais e ainda continuava com a extração do ouro. Cultivava em sua propriedade os gêneros básicos que formavam a alimentação do mineiro, e seu excedente era comercializado, em parte na própria Comarca do Rio das Mortes, quanto em outras capitânicas vizinhas.

A referida comarca nunca chegou a sofrer em demasia com as crises de alimentos, uma vez que a mesma sempre teve uma produção agrícola suficiente. A fazenda teve altos rendimentos com a venda de produtos para outras capitânicas. Esse fato nos faz perceber que José Aires Gomes era um produtor influente e um grande proprietário de terras, criando e mantendo um poderio naquele território e tendo grande influência política, o que o levou, mais tarde a participar do movimento insurreto mineiro conhecido por Inconfidência Mineira, sendo preso e tendo seus bens todos sequestrados pela Coroa. Mesmo após ser preso, sua família ainda continuou sendo grande proprietária de terras.

Referências bibliográficas

ABDALA, Mônica Chaves. Receita de Mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2007

FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.) As minas setecentistas. Vol 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

MENEZES, José Newton Coelho. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

RESENDE, Edna Maria. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. Barbacena: Mal-Estar e Sociedade. Ano II n. 2. p. 121-143. Jun 2009

RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, André Figueiredo. A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens dos conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010.

RODRIGUES, André Figueiredo. A ocupação e o usufruto da terra nas propriedades do inconfidente José Aires Gomes na Borda do Campo: Minas Gerais 1775-1796. Revista Humanas. UFPR 2011/2012 p. 126 - 140

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA NACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO TERRITORIAL REPUBLICANO

ISSN: 2595-1645

Cristiane Aparecida Zambolin Teodoro (Mestrado em Geografia – UFMT/CUR)⁷
Carlo Eugênio Nogueira – Orientador (UFMT/CUR)⁸

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – no percurso de investigação de uma pesquisa em andamento que busca compreender o processo brasileiro de formação territorial em um recorte temporal alocado no período denominado de 1ª República (1889 – 1930). Propõe-se para este texto evidenciar as influências culturais e políticas que contribuíram para o fortalecimento do território e de suas fronteiras no período citado, ressaltando à questão então existente da necessidade de criar-se no Brasil uma identidade nacional como forma de legitimar o território como espaço de jurisdição exclusiva do poder do Estado, seja nas áreas mais desenvolvidas (litorâneas) ou nos “sertões” (áreas interioranas). Nesse sentido, objetivou-se compreender a importância desse aspecto cultural e político para a consolidação material do território na primeira república, enfatizando a representatividade cultural e política envolvida nesse processo. A pesquisa possui caráter qualitativo, sendo fundamentada a partir dos estudos de Moraes (2002), Haesbaert (2011), Souza (1997) e Lima (1999). O estudo sugere que a territorialidade de um determinado Estado pode ser entendida pela consciência populacional e/ou pelo valor territorial que lhe é atribuído, em seu sentido simbólico, caracterizando a formação territorial como construção política, jurídica e ideológica.

Palavras-chave: Território. Nacionalismo. Estado.

Introdução

Foram 389 anos para que o Brasil se tornasse uma República Federativa, nesse intervalo de tempo, fomos governados por uma metrópole exploradora, por um Príncipe Regente que “fugia” dos problemas existentes na Europa (GOMES, 2007), um imperador europeu, um período regencial e, o imperador emancipado, até que finalmente, alcançávamos a tão almejada República.

Nessa descrição transparece-nos uma certa desordem ao relatarmos brevemente os “governamentalismos” que foram instaurados em nosso país, no entanto destacamos que foi nesse emaranhando aparentemente confuso e desordenado que o Brasil se manteve territorialmente fortalecido em sua extensão fronteiriça.

Cabe ressaltar que não descartamos as lutas separatistas que ocorreram ao longo de nossa história, nem tão pouco os conflitos externos com países vizinhos pelas regiões de fronteiras, mas apesar desses conflitos internos e externos, a integridade territorial manteve-se

⁷ Licenciada em História. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia – Planejamento e Gestão Territorial – Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Universitário de Rondonópolis. cris.cazt@gmail.com

⁸ Doutor em Geografia. Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Universitário de Rondonópolis. carleugenio@gmail.com

e, ao estabelecermos a República em 1889, prezava-se para que o novo modelo governamental continua-se com o legado territorial e monopolista exercido pelos governos anteriores.

A realidade brasileira até o momento da República, se compunha não pela concepção identitária de uma nação, mas pela formação de um país que vai se identificar pelo seu território, desse modo, o Brasil não era concebido “como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial” (MORAES, 2002, p. 115)

Esse domínio territorial era reforçado pelos pactos oligárquicos exercidos pelas elites nacionais, regionais e locais (especialmente no século XIX e início do XX), que sustentavam o ideário de controle e expansão da terra como fortalecimento da economia nacional, promovendo a integridade do território. Essas ações se tornavam mantenedoras da ótica geopolítica (enquanto estratégia de dominação) que fundamentava a realidade brasileira naquele momento. (MORAES, 2002)

Tal concepção era responsável pela organização política territorial, como forma de preservação da área e limites fronteiriços, de modo a determinar o que pertencia ao domínio do Estado brasileiro enquanto jurisdição. Entretanto, se a fragmentada política brasileira, em seus diversos níveis de influência, propõe-se a proteger a territorialidade brasileira, por outro lado, a recém República precisava legitimar-se soberana em todo o território nacional, o que não se realizaria de modo simples devido as divergências culturais e sociais que configuravam a realidade brasileira.

As divergências sociais e culturais eram claramente evidenciadas na divisão ideológica que constituía o Brasil, tendo em vista que o imenso território brasileiro abarcava “*dois Brasís distintos*”, o primeiro representado pelo litoral cuja característica de desenvolvimento tecnológico e a similaridade com a realidade europeia, pairavam como atributos vantajosos; e o sertão, visto como símbolo do atraso e primitividade desenvolvimentista. (LIMA, 1998)

Ao citarmos Haesbart (2011), enfatizamos que o território pode ser também defendido, pela consciência ou pelo valor que lhe é atribuído, em seu sentido simbólico. Nesse sentido temos uma ideia de valor (material ou imaterial) atribuída a uma determinada área de acordo com a significância que lhe é atribuída, com isso, a dual representatividade conferida ao território brasileiro, representava um entrave para o ideário de nação que pretendia-se construir.

Tornava-se primordial para o Estado Republicano criar no Brasil uma identidade nacional comum, que legitimasse o território como espaço de jurisdição exclusiva do poder do

Estado, seja nas áreas mais desenvolvidas (litorâneas) ou nos “sertões” (áreas interioranas), de modo a consolidar a materialidade da jurisdição estatal no período republicano.

Nesse contexto, objetiva-se com este texto, expressar as contribuições que os aspectos políticos e culturais representaram para o processo de legitimação e consolidação do poder do Estado no período denominado de Primeira República ou República Velha (1889 – 1930), caracterizando um processo multifacetado de apropriação territorial e ideologia sociocultural.

O Binômio “Sertão – Litoral”

Ao analisarmos as peculiaridades que envolvem a territorialidade de um país, cabe destacar que o conceito de território está ligado a múltiplas funcionalidades, ora relacionado a especificidade fronteiriça e, outras vezes, possui uma relação simbólico-identitária como “espaço de referência para a construção da identidade” (HAESBART, 2011, p.35). Isto posto, torna-se fundamental compreender o simbolismo presente nas “identidades territoriais” existentes no Brasil na Primeira República.

A dualidade existente entre o sertão e o litoral é algo presente no imaginário brasileiro até os dias atuais, herança cultural proporcionada desde o Período Colonial pelos Governantes Portugueses e por aqueles que regiam o Brasil. De acordo com a pesquisadora Janaína Amado (1995), o termo desde o século XII era utilizado como referência para designar as regiões portuguesas que se encontravam distantes de Lisboa, com o aumento do domínio territorial ocasionado pelas Navegações Marítimas, a partir do século XV, passou a ser utilizado também para “nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam” (AMADO, 1995, p.147)

A denominação sertão era, desse modo, utilizada para expressar aquilo que se considerava longínquo, distante, o que não se conhecia, o que não era habitado, o que precisava ainda de descobrimento e conquista. E na vasta extensão territorial que o Brasil possuía, o termo designava quase que todo o território⁹ durante o período colonial e imperial, salvo exceção das faixas litorâneas de terras habitadas e colonizadas pelos portugueses.

⁹ Embora o Tratado de Tordesilhas (1494) tenha dividido as terras hoje pertencentes ao Brasil entre Portugal (porção Leste) e Espanha (porção Oeste), os portugueses por meio de uma expansão territorial invadiram, dominaram e se apropriaram da parte pertencente aos espanhóis, especialmente no século XVIII após a descoberta do ouro em regiões como Minas Gerais, Goiás (hoje Goiás e Tocantins) e Mato Grosso (hoje Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia), ampliando consideravelmente a área territorial brasileira.

Cabe destacar que não há uma definição clara do que seja o sertão, isso porque o mesmo é na verdade um símbolo, uma condição criada pelo imaginário cultural de uma determinada sociedade, trata-se de uma ideologia geográfica que consiste na “construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados.” (MORAES, 2003, p. 03)

Entretanto, para que haja o sertão, é necessário existir o contraponto que, no caso brasileiro é o litoral. Por muitos anos a área litorânea foi vista como o cerne de desenvolvimento nacional, isso porque havia sido colonizada e dominada pelos povos brancos, transformando - se em um “espaço da cristandade, da cultura e da civilização.” (AMADO, 1995, p.148)

O litoral apresentava-se civilizado porque realizava uma “imitação”, ainda que frágil, do continente europeu, tentava-se de todas as formas aproximar-se o máximo possível daquela realidade que possuía uma significância na configuração social brasileira que, até então, ainda persistia no ideário posto pelas teorias raciais¹⁰.

Nesse cenário, o sertão e o litoral não se diferenciavam apenas pelo desenvolvimento tecnológico, urbano ou cultural que o compunham, mas também pelo contingente populacional do qual faziam parte. Embora a população brasileira fosse formada, em sua maioria, por negros e índios, havia uma procura pelo branqueamento, a qual relegava estas etnias a um papel secundário no cenário nacional.

Nesse sentido, Lima (1999) afirma que havia uma inautenticidade no litoral, isso porque suas características forjadas consistiam na insistência da negação daquilo que existia no território brasileiro, para “forjar” uma realidade pensada e moldada de acordo com ideologias europeias (que representam uma realidade totalmente distinta da que se encontrava no Brasil) e racistas. Nessa perspectiva, citamos uma das epígrafes do livro “Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos” de Euclides da Cunha, o texto de Mário de Andrade, no qual destaca-se a influência estrangeira existente no Brasil: “Depois de tudo que escrevi, depois de tudo o que vi por esse Brasil afora, descobri que o meu brasileiro é tipicamente de um estrangeiro” (BRASIL, 2000)

¹⁰ Essa política de raças está associada ao que tange as teorias do século XIX como o Darwinismo Social e a Teoria dos Trópicos, justificando o domínio e apropriação dos territórios e das sociedades que eram tidas como atrasadas, primitivas e precisavam desse desenvolvimento. A ideia de sertão então foi uma criação mítica associada as características reais e imaginárias àquelas regiões, associando personagens e estereótipos aos indivíduos que ali habitavam.

Isto posto, no início do século XX, a República Federativa instaurada no Brasil, de acordo com os padrões¹¹ hegemônicos da época, estava dividida entre um litoral - “redueto da civilização e dos grupos brancos - e o sertão dominado por uma civilização incivilizada, mestiça, infantil, inculta, em estágio inferior da evolução social” (LIMA, 1999, p.60).

Essa dualidade tão distinta, ocasionava problemas políticos ao Estado, ora se a nova forma de governo instaurada devia visar por toda a população que compunha a nação brasileira, como sanar essa visão cultural arraigada e presente no cenário cultural. Essa problemática não representava apenas os problemas sociais, como também possuía real significância para a legitimidade da República, na medida que qualquer ameaça de insatisfação quanto à nova política nacional, poderia resultar em conflitos internos e, nas regiões fronteiriças, em possíveis intervenções externas.

Era preciso criar na sociedade brasileira uma identidade comum, que promovesse a integração nacional e o reconhecimento legítimo do território como espaço de jurisdição do poder do Estado. Para tanto, iniciou-se uma política de nacionalismo e patriotismo, a qual, procurava disseminar o que chamamos de *Formação Identitária Nacional*.

As Políticas de afirmação para a Formação Identitária Nacional

Integrar o território nacional não era algo facilmente realizado, a extensão da área e as divergências culturais e sociais existentes no mesmo ocasionavam imprecisões acerca de qual modelo de identidade nacional seria o mais viável: o litorâneo ou o sertanista? Qual representaria a nação brasileira? Qual legitimaria o poder do Estado no território nacional? Ambas as distinções possuíam aspectos relevantes para a o que se pretendia instaurar como identidade nacional, bem como entraves para tal feito.

O modelo litorâneo representava um Brasil corrompido por ideologias externas, pautado no estrangeirismo e em uma realidade que se distanciava da brasileira, não fornecendo uma representação segura da nação mas que, por outro lado, concebia o desenvolvimento e o crescimento econômico do país, a civilidade que era tão almejada pelos ideais do período. Em contrapartida, o modelo sertanista representaria o fidedigno brasileiro,

¹¹ O Positivismo é a escola filosófica nascida das ideias do pensador francês Augusto Comte (1798-1857). Consiste na ideia do desenvolvimento social, o qual seria marcado por três estágios distintos: 1) Teológico; 2) Metafísico e; 3) Positivo, no qual a humanidade em níveis de evolução alcançaria seu ápice por meio do cientificismo. Moraes (2002, p.45) descreve que o “positivismo clássico, [...] concebe o movimento histórico como um percurso linear entre a condição da barbárie (o estado de natureza) e a civilização”. No Brasil, o positivismo exerceu forte influência no final do século XIX e início do século XX e impulsionava o anseio por um desenvolvimento tecnológico e cultural, permeado pela realidade europeia que exercia considerável influência no ideário de “civilização” que então se desenvolvia.

sem influências externas, mas que possuía como parte dispensável o primitivismo e o retrocesso social. (SOUZA, 1997)

A solução encontrada consistia então em uma espécie de “migração”, no qual as características desenvolvimentistas existentes no litoral seriam “levadas” ao sertão, desse modo a imagem do sertanista, legítimo brasileiro, seria associada ao progresso e ao cientificismo que, por essa ação, estaria sendo disseminado em todo território.

Ao analisarmos essa proposta em questões territoriais, litoral e sertão não se “encontram” mutuamente, em um mesmo processo migratório, mas é o litoral que se transporta ao sertão, isso porque, como explica a autora Candice Vidal e Souza:

O interior é aconselhado porque aí se processará a modificação pelos dois lados. Ou seja, o litoral vai ao sertão para encontrar a fonte da verdadeira nacionalidade. No caminho para a hinterlândia, deixa os sinais de impureza e contaminações adquiridos na exposição a tudo que é o não-Brasil. Por sua vez, o sertão que lá já está, não sofre o deslocamento espacial, mas ao receber a chegada do mundo litorâneo abandona seu estado de atraso e primitivismo e passa a integrar a civilização. (SOUZA, 1997, p.107)

Nessa proposta, o Estado se faria presente em todos os âmbitos, pois estaria promovendo o progresso em áreas até então pouco valorizadas e reconhecidas pelos governos anteriores e, ao mesmo tempo reconhecendo as características qualitativas desses brasileiros, seria um modo de fazer-se presente em todo o território.

Um das estratégias utilizadas que forneceu maior efetividade ao que se almejava na integração territorial litoral/sertão foi a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) de 1907 – 1915 (vulgo Comissão Rondon), comandada pelo Militar Candido Mariano da Silva Rondon. O ideário posto pela Comissão Rondon tinha o intuito de expandir o poder do Estado para as regiões inexploradas de seu território ou pouco habitadas, em suma os sertões, integrando-os como um todo no cenário nacional e protegendo as regiões fronteiriças.

Para tanto, implantou os telégrafos como via de facilitar a comunicação, que, “pode ser pensado também como um meio homogeneizador de culturas, forjando uma identidade nacional por intermédio da comunicação, da linguagem e da transmissão do pensamento”. (MACIEL, 1998, p.72); melhorou os transportes com as locomotivas; fundou povoados e cidades, uma vez que o vazio demográfico nessas áreas se colocava como uma ameaça a

República e; passou a desempenhar a função de proteção ao indígena, percebendo-o como cidadão brasileiro, desde que, esse se integrasse as novidades propostas. (MACIEL, 1998)

Compuseram a Comissão Rondon militares, engenheiros, médicos, biólogos, geógrafos entre outros profissionais, que coletaram amostras da fauna/flora, e cartografaram a área por onde a Comissão passou. Tais iniciativas indicavam a “produção e fomento da ciência no Brasil, com papel crucial na própria institucionalização das ciências no país.” (ARANHA, 2012, p. 92)

Nessa múltipla funcionalidade da Comissão, o Estado desenvolvia com êxito a proposta descrita acima acerca da integração sertão/litoral, uma vez que a imagem do sertanista era exaltada e, concomitantemente, as regiões de sertão iam sendo integradas ao restante do território. O comandante da Comissão Rondon, o Militar Candido Mariano da Silva Rondon, denominava-se um sertanista em seus relatos, tornando-se a imagem precisa que o Estado-Nação republicano precisava para o sucesso de sua empreitada cultural e social.

Retomando o conceito de Haesbart (2011) no qual define território como também uma relação simbólico-identitária, é possível visualizá-lo na ampla objetividade da Comissão Rondon, uma vez que territorialmente propunha-se a proteção das regiões de fronteiras que correspondiam ao território de Mato Grosso, bem como o fortalecimento da identidade de cunho nacionalista que aos poucos, criava a imagem do povo brasileiro, caracterizando o que havia de “legítimo” no território. Corroborando com o exposto, Maciel (1998, p. 111) relata que:

A criação de nossas fronteiras nacionais pode ser pensada como resultado de uma ação estatal republicana planejada de intervenção sobre a heterogeneidade do território e seus habitantes para delimitar, a partir do Estado, um espaço de homogeneidade política e cultural.

Com tamanha repercussão seja no âmbito científico, econômico, cultural e social, a Comissão Rondon foi um dos principais agentes da Primeira República para que a legitimação do poder do Estado fosse efetivada no território nacional. Isso porque através dela o Estado se fazia presente em áreas que até então eram longínquas da realidade civilizacional.

Entretanto, promover um fortalecimento indentitário e desenvolvimentista em um território extenso como brasileiro, não ocorre de modo rápido, ou ao menos fácil. A sociedade branca do Brasil apresentava resistências quanto a essa identidade sertanista, o pesquisador René Marc da Costa Silva (2006) relata que a participação dos negros ou indígenas nesse

processo ainda era vista como insignificante, e que o sertanejo de fato, era aquele cuja descendência havia passada pela miscigenação, indicando novamente o branqueamento da população. Nas palavras do autor:

Estes discursos, ao trazerem essas parcelas para a história via determinante biológica, subordinam as ações ou participações delas a uma planta básica pré-dada de atuação que, no seu limite superior, jamais ultrapassa a linha que demarca a natureza da cultura. Neste sentido, a participação dessas populações nos acontecimentos fundamentais que, a partir do sertão, fundaram a nação e definiram sua trajetória rumo à construção de uma civilização brasileira, quando não é vista como obstáculo a esta caminhada, é considerada, como fator de atraso e de retenção desta marcha. Quando consideradas positivas, suas ações são descritas como meras participações coadjuvantes, em tudo figurativas, num texto em que o grande herói é sempre o homem branco. Vistas desde o palco da história, as populações não-brancas são sempre figurantes. Em geral são apresentadas apenas como observadoras. Observadoras privilegiadas, é verdade, posto que sempre na primeira ou na segunda fila (pois seria impossível esconder sua presença), mas sempre observadoras. Desçamos então a história, aqui, do palco para a platéia. (SILVA, 2006, p.429)

Outro ponto relevante a ser mencionado é sobre a aceitação das populações que habitavam o sertão acerca desse processo de desenvolvimento, para que essas ações acontecessem, em alguns casos, foi necessário o uso de força física, castigos e armas de fogo para que adentrassem em regiões inóspitas e contra a vontade dos moradores. Se havia uma oposição por parte de alguns para aceitar a imagem do sertanista como símbolo nacional, havia também o posto, àqueles que não queriam ceder suas raízes a modernização.

Apesar das aversões citadas a “migração litoral-sertão” como forma de fortalecer a identidade nacional brasileira, podemos afirmar que o Estado-Nação-Republicano obteve sucesso nessa campanha, haja vista que o ideário nacional implantando no início do século XX persiste até os dias atuais, sendo comumente temas de músicas e obras literárias que encantam os leitores que apresentam uma identificação com o gênero sertanista, que com o passar dos anos é transportado para o “mundo caipira”, mas que persiste no imaginário nacional.

Considerações Finais

Ao estudarmos o território de um país, dentre os aspectos relevantes que configuram suas implicações, destacamos a Política e a Cultura. A primeira porque em todo território delimitado há um poder a ser exercido, e a segunda porque o referido se torna apropriação simbólica de um grupo social ou um povo em seu sentido amplo. Desse modo, a territorialidade de um determinado Estado pode ser entendida pela consciência populacional e/ou pelo valor territorial que lhe é atribuído, em seu sentido simbólico, caracterizando a formação territorial como construção política, jurídica e ideológica.

Nesse sentido, ao analisarmos a formação territorial republicana brasileira, faz-se de suma importância ressaltar a relevância dessa construção cultural e social, haja vista que a fragmentação do poder político iniciado pelo federalismo poderia incitar revoluções caso as Unidades Federativas e sua população não estivessem em acordo (ou ao menos aceitassem) com o Governo Federal. Assim, a estratégia de integração pautada na formação da identidade nacional aproximava o indivíduo do governo e da pátria a que ele pertencia, promovendo o nacionalismo necessário para a defesa da unificação territorial e fortalecimento das regiões fronteiriças.

Entretanto, cabe ressaltar que, o primeiro período da História Republicana Brasileira foi marcado pela apropriação territorial, ou seja, a (re)afirmação do poder do Estado em seu território jurisdicional, sendo que as estratégias promovidas pela oligarquia dominante na política brasileira no período de 1900 a 1930, alcançaram melhores resultados a partir da década de 30.

Esses resultados não estão relacionados a ineficácia das medidas adotadas, pelo contrário, derivam de seu êxito, no entanto as mudanças sociais e ideológicas tendem a resistir por um certo intervalo de tempo até que sejam absorvidas pela população como um todo. Tal sucesso pode ser evidenciado até os dias atuais, ainda no século XXI o sertanista é a figura representativa na identidade nacional, e de modo a elucidar tal apontamento, segue o trecho de uma das canções brasileiras dentre as mais conhecidas que ressalta o sertão: "*Não há, ó gente, ó não, luar como este do sertão.*"

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145 – 151, 1995.

ARANHA, Patricia Marinho. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907 – 1915). *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91 – 100, jan. – jun. 2012.

BRASIL. Senado Federal. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos: Euclides da Cunha (1866 – 1909)*. Brasília: Conselho Editorial, 2000.

GOMES, Laurentino. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Planeta, 2002.

HAESBART, Rogério. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: _____. *O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. Cap. 2, p.35 – 90.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 163 – 193, 1998.
_____. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

A HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XXI: AS TRANSFORMAÇÕES GERADAS PELA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ISSN: 2595-1645

Lucimara Andrade da Silva^oRogério Ivano[•]

Resumo: Esta comunicação tem o objetivo de analisar os desafios enfrentados pela historiografia no século XXI, em que surgem novas pesquisas enfatizando dilemas teóricos, políticos e culturais gestados tanto durante o século XX, como a permanência de nacionalismos, e as transformações advindas do século XXI, como a globalização, fenômeno esse que ultrapassa fronteiras e altera costumes. Momento marcado por incertezas associadas ao viés pós-modernista, como são pensadas, por meio de pressupostos das ciências humanas, padrões científicos rompidos ou mudanças que alicerçam o cotidiano das pessoas? O intuito deste trabalho é abordar os desafios enfrentados pelos historiadores no contexto dessas transformações, em que surgem novos modos de viver, sendo que esse fenômeno se articula com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e com a difusão do conhecimento. O historiador, portanto deve ter uma sensibilidade na percepção da historicidade, tendo como ferramenta a narrativa e o uso do conhecimento, além disso, deve se preocupar com a historicidade da profissão, seu tempo presente e suas perspectivas futuras.

Palavras chave: Historiografia; Meios de comunicação; Novas abordagens.

Introdução:

A segunda metade do século XX foi profundamente marcada por acontecimentos que resultaram na alteração da visão da história, a humanidade teve que lidar com as consequências da segunda guerra mundial, entre elas o genocídio e a separação dos países em dois blocos, o capitalista e o socialista, que em meados de 1947, se enfrentaram na guerra fria. O mundo estava sob a ameaça de armas nucleares, de ideologias e fanatismos que somente tiveram declínio a partir de 1989 com a dissolução da união soviética, dessa forma os Estados Unidos da América se fortaleceu e se teve início o processo de globalização. A historiografia e o pensamento histórico do século XXI experimentaram várias transformações ocasionadas por esses acontecimentos, que permitiram que o mundo experimentasse o capitalismo, dessa

^o Graduação em História na Universidade Estadual de Londrina.

[•] Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professor da Universidade Estadual de Londrina.

forma surgiram novas abordagens da história, enfatizando temas ecológicos, discussões de gênero e questões étnicas.

Esse novo caminho da historiografia ressalta a história universal que aborda a investigação de sociedades e da cultura pré-moderna, para os historiadores essa nova abordagem na prática da ciência histórica proporcionou ultrapassar fronteiras e se dedicar ao estudo de outras sociedades e culturas para além do meio em que vive. De acordo com Iggers (2009) apesar dessa ênfase na abordagem da história global e universal, a historiografia manteve estudos de nacionalismos que continuaram a desempenhar um papel importante em todos os países, ainda que de diferentes formas.

Essa passagem para o século XXI em que o mundo está um processo de ebulição, a inquietação demasiada com relação à crise financeira, o desemprego, as constantes mudanças de carreiras e o abandono de questões ambientais e éticas acabam por arruinar qualquer possibilidade de progresso. A competitividade econômica e a ganância geram danos ambientais e uma condição de vida deficitária. Nesse sentido é de grande importância o papel do historiador cuja sensibilidade no uso de suas ferramentas e munido de seu conhecimento tem a função de inverter esse mito do progresso, e mostrar que essa ganância econômica, gera riscos como exclusão de parcelas da população, a concentração de renda, o subdesenvolvimento, prejuízos ambientais e a restrição de direitos humanos. Esse processo de globalização ultrapassa fronteiras modificando costumes, criando novas formas de viver, ocorre à expansão tecnológica e científica, é evidente que esse progresso em longo prazo gera o aumento da renda dos países industrializados, porém apesar do aumento não resulta em um aumento do índice de desenvolvimento humano em sua totalidade, pode se verificar desigualdades, algumas populações cuja condição social é precária que mesmo o avanço tecnológico e científico não consegue equilibrar seu desenvolvimento com os demais. Portanto a função social do historiador é analisar a história e alterar essa crença em um progresso a qualquer custo, para que o historiador mantenha seu espaço necessita de instrução. Segundo Pinsky (2008) a historiografia variou de acordo com as relações pessoais dos historiadores e sua cultura. A função do historiador exige a intelectualidade e a sensibilidade na análise das fontes para construção da narrativa histórica. Esse auge do capitalismo abarca uma crescente onda de inovações nas tecnologias, além disso, também é marcado pela degradação dos meios de comunicação e da internet com a expansão do mundo virtual e também por meio da sede de consumo do homem pós-moderno. Esse período é caracterizado por profundas mudanças científicas, culturais, sociais e políticas. Precisar a história pelo viés

pós-modernista é uma tarefa difícil devido ao seu alcance, por ser algo recente que ainda está em processo de desenvolvimento no contexto histórico que habitamos.

Meios De Comunicação E O Conhecimento Histórico:

Na atualidade, a tecnologia se tornou onipresente adentrando o cotidiano da população. Sempre que buscamos determinada informação ou um dado recorremos à internet, poucos são aqueles que ainda buscam pesquisar em livros nas bibliotecas. Embora a tecnologia tenha contribuído para difusão do conhecimento, ela também gerou consequências. Enquanto uma parte da população detém o acesso a todo tipo de informação, que muda o tempo todo, a outra tem acesso à pouca ou nenhuma informação, há uma disparidade muito grande de conhecimento entre ambas.

A situação entre os não excluídos é tal que teóricos afirmam que vivemos em uma sociedade em rede, uma sociedade da informação, mediada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. (CASTELLS, 2005)

Além disso, outro problema visível é que nem tudo que é transmitido pelos meios de comunicação é relevante e muitas vezes devido ao excesso de informação veiculado por jornais, revistas e televisão entre outros, torna difícil a população em geral separar o conhecimento histórico de fato daquilo que é superficial e sem conteúdo.

O campo da história tem possibilidades que podem ser exploradas pelos meios de comunicação, o estudo de como se faz história, se torna um problema abordado tanto por especialistas como para o a população em geral, mostrando a esta as relações entre a cultura, memória e história. Para Levy (1999), a verdadeira democracia eletrônica consiste na expressão dos problemas pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades e a participação dos grupos nas decisões, com transparência nas políticas públicas. A mudança virá quando houver uma aliança de governos, empresários e forças de oposição contrária à globalização e à homogeneização do trabalho, da comida, da cultura popular, em defesa da diversidade. Portanto é essencial que haja a presença do historiador como mediador da informação, sendo fundamental que se tenha condições de produção e de compartilhamento do conhecimento histórico, principalmente devido a mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Essa relação do historiador com seu objeto de trabalho certamente mudaram, por mais que alguns ainda se agarrem mitos herdados do século XIX. A grande maioria dos historiadores, e não apenas no Brasil, entende que a produção do conhecimento histórico é bem mais difícil, complexa, envolvendo inúmeras discussões e problematizações, a começar, no que diz respeito ao seu principal instrumento de trabalho, isto é fontes, ou antes, os discursos. (HOBSBAWM, pág. 5, 1998)

A globalização gera a carência de historiadores que reflitam acerca de seu trabalho, pois há uma gama de temas que podem e devem ser abordados, porém estes encontram uma enorme resistência, principalmente em razão das modernas condições de vida, dos costumes e hábitos. Ocorre então o incentivo a estudos voltados para a historicidade da profissão do historiador. Esse processo de globalização não proporcionou a homogeneidade econômica ou social, a expansão da economia gerou transformações nos hábitos de consumo, nas tradições, sendo um ponto de análise dos historiadores.

A História Pública E O Papel Social Do Historiador:

O historiador do século XXI para compreender a sociedade atual precisa mais do que pesquisar em documentos e arquivos, este tem que saber interpretar suas fontes e tentar por meio delas chegar a uma determinada narrativa histórica. Além disso, segundo Bloch (1929) o Historiador deve possuir certo conhecimento das técnicas de sua profissão, saber avaliar sua fonte e os possíveis desafios, um dos maiores desafios é fazer o levantamento dos documentos que utilizará em sua pesquisa, isso somente é possível devido o apoio de guias: inventários de arquivos, bibliotecas, catálogos de museus e uma série de outras bibliografias. Outra dificuldade enfrentada segundo Pinsky (2008) é o fato não termos acesso à documentação como se tinham estudiosos antigos como registros da abadia de Saint-Denis, hoje os historiadores pesquisam em arquivos nacionais, pois a maioria dos conhecimentos dessas catedrais de estudiosos se perdeu, e por isso o historiador está em desvantagem, fica quase privado dos detalhes das produções desses estudiosos. Em compensação, o pouco que consegue recuperar é por meio da história oral, dos sítios arqueológicos e de manuscritos que sobreviveram essas fontes, no entanto, são escassas e são poucas informações que o historiador consegue recuperar.

Segundo Jenkins (2007) em sua rotina o historiador segue métodos para lidar com determinada fonte, levando em conta sua origem, autenticidade e fidedignidade. Sua narrativa passa por fatores epistemológicos, metodológicos e ideológicos que se relacionam com

práticas cotidianas: como a pressão familiar, pressão no trabalho, de editoras, do mercado, prazos, crítica e a reescrita. Cabe a este a função descobrir onde se encontram suas fontes, tendo que passar por obstáculos burocráticos para ter acesso a documentos, além ele tem que lidar com desafios como à falta de informação, de organização e o excesso de documentos presentes nos arquivos públicos. Outra dificuldade em sua pesquisa é que os arquivos modernos contem documentos nas maiorias das vezes que contém o mesmo tipo de informação, em razão de um critério de arquivamento que propõe guardar cópias de documentos. Como forma de difundir o conhecimento histórico, se deu início o estudo da história pública, que propõem expor o saber histórico e a historicidade da profissão por meio de pesquisas acadêmicas, reportagens e artigos. Nesse sentido pesquisadores e professores se utilizando dos meios de comunicação, mostram as reflexões e resultados de seus estudos.

De acordo com Pomar (1998) as pesquisas atuais são sobre a historicidade da profissão do historiador, sendo cada dia mais essencial se refletir sobre o trabalho de pesquisa e ensino de história, buscando formar um cidadão que saiba se posicionar de forma democrática, portanto a preocupação com questões históricas perpassa o ambiente acadêmico e passa a vigorar em todos os níveis, dessa forma para o historiador atuar de forma mais eficaz precisar de instrução, pois a maioria dos estudantes universitários não lê, não estudam e as universidades se encontram em condições precárias de ensino, devido aos escassos recursos nelas investidos. Além do mais segundo Charle (1914) na atualidade no universo social ocorre o aumento dos interesses e constrangimento advindos das reformas acadêmicas e pelo incremento de padrões de trabalho que imitam os padrões científicos, buscando solucionar problemas antigos da prática científica que contribuem para uma história pública.

Para os historiadores o desafio de se fazer história reside em estudar as origens e causas dos problemas de cada época e buscando sua solução. Além disso, ele é capaz de criar modelos por meio de teorias, seus trabalhos podem ser inéditos e buscam produzir conhecimentos históricos, esses novos modelos possibilitam a atualização do conhecimento por vários pontos de vista e por meio de diversas abordagens. O campo da história formou especialista em várias áreas específica do conhecimento histórico, que produzem pesquisas históricas, apesar de a especialização gerar aprofundamento, no entanto não devemos perder o conhecimento histórico geral que proporciona ao historiador um conhecimento acerca da historiografia.

Com o início da globalização, e com o desenvolvimento das tecnologias se facilitou o acesso à informação a baixo custo e expandiu as possibilidades de difusão do conhecimento via internet, ultrapassando fronteiras físicas e ideológicas. Essas transformações com advento

dos meios de comunicação ocasionou nas sociedades alfabetizadas a homogeneização de hábitos, a língua, costumes e práticas. Contudo somente uma reforma no pensamento e na política pode tornar a tecnologia uma ferramenta para auxiliar no desenvolvimento das parcelas menos desenvolvidas, possibilitando a troca de conhecimento e experiências entre a sociedade.

O papel dessa história pública é a busca de uma nova direção do conhecimento e prática do historiador, tendo em vista que sua função é preservar a cultura material e contribuir para uma reflexão da população em geral sobre sua própria história, a relação entre passado e presente, além disso, usar aquilo que se sabe sobre o passado como ferramenta para solucionar questões e inquietações do presente. A produção acadêmica fora da universidade tem se expandido por meio de arquivos, museus, do cinema e da fotografia entre outros, mas manteve seu compromisso com o saber histórico. Nesse sentido o estudo da história pública possibilita a difusão do conhecimento histórico acadêmico para o público em geral, enfatizando temas recentes e proporcionando a troca de diálogo entre as produções acadêmicas e não acadêmicas da história. Essa troca de conhecimento se dá por meio de projetos que busquem recuperar e reunir memórias para disponibilizá-las na internet, além disso, também há alguns eventos, palestras, arquivos, centros de memória, museus, televisão, rádio, editoras, jornais, revistas e cursos que visam divulgar essa forma de estudar História.

É fundamental que o historiador reflita acerca de sua profissão, e que esteja ciente que essa reflexão tem importância vital na escrita da história, principalmente no olhar crítico da historiografia “uma característica básica do conhecimento histórico, ou seja, a sua própria historicidade. Essa particularidade é que revela a importância de um olhar crítico para a historiografia, da necessária retificação das versões produzidas por historiadores de tempos em tempos, que contribuem para alargar o conhecimento teórico-metodológico da disciplina” (MALERBA, 2006. Pág. 17). O historiador por meio da prática de troca do saber acadêmico pode colaborar para tornar a história mais humana e democrática, essa troca se dá por meio da divulgação e valorização da história, da cultura, da arte e da ampliação de saberes. É também papel do historiador promover o acesso e o debate de algumas informações desconhecidas por uma parcela da população comum.

A Relação Entre A Ciência Histórica E A História Pública:

O historiador moderno deve investigar as mudanças e as consequências das diferentes teorias e padrões da ciência nas diferentes culturas que apesar de aceitar ideias vindas de outras partes do mundo, muitas vezes as modifica ou adapta as abordagens históricas que se

adéquem a sua tradição. Essa nova abordagem da história do século XXI enfoca o trabalho do historiador e também busca se encaixar na tradição, se utiliza de métodos das ciências sociais que antes haviam ficado em segundo plano em razão do giro linguístico nos anos 1970 e 1980, no entanto ainda são imprescindíveis na análise de aspectos globais e especificidades locais do mundo em que vivemos. Segundo Fagundes (2014) a reflexão do historiador sobre sua profissão, é recente, a história da história tem sido foco de investigações. Na atualidade é essencial repensar, os fundamentos conceituais e metodológicos das antigas ciências sociais. Tendo em vista as incertezas debatidas no século XXI, a historiografia prossegue em sua busca por respostas a indagações do presente, principalmente por causa da crise da atualidade que impulsiona novas respostas ou mesmo novas verdades.

Essas questões relacionadas às transformações na história, na historiografia e no próprio ofício do historiador, torna essencial que se tenha um fluxo de trocas de saberes, buscando que o saber histórico veicule não só nas universidades, mas também para maiores audiências, como forma de realizar isso, se tem a história pública que discute questões sobre mudanças e incertezas advindas do capitalismo, essa nova abordagem não significou o fim da ciência história e sim buscou incentivar a consciência histórica para o público em geral, nas escolas, não se tem a intenção de suprimir a ciência em benefício de uma história pública e sim criar um caminho entre o diálogo entre a recepção da produção histórica acadêmica e a sua reinvenção pela cultura escolar.

Segundo Canabarro (2008) o conhecimento se renova constantemente para dar respostas aos problemas que a sociedade enfrenta cotidianamente, os historiadores não podem permanecer alheios à sociedade em que vivem, precisam acompanhar todos os movimentos, pois a seu ofício exige que permaneça atento a tudo o que acontece ao redor. Neste sentido, podemos afirmar que a historiografia é também o produto da cultura e que o historiador deve se apresentar como um produtor cultural, que produz um conhecimento que expressa a cultura de um determinado período.

Considerações Finais:

A historiografia passou por uma mudança significativa, sendo que algumas delas foram consequências de acontecimentos do século XX, houve adoção de novos temas como questões de gênero, de minorias ou mesmo questões culturais, com esse novo caminho da história passou a se utilizar novas abordagens como a história universal, mas mantendo os nacionalismos. Com o surgimento do capitalismo, se tem o avanço dos meios de comunicação de massa que possibilitam a divulgação da história para uma ampla audiência por meio da

história pública, porém esse avanço tecnológico não põe um equilíbrio à população em geral, somente pode auxiliar no desenvolvimento dessas parcelas, se repensado, buscando uma igualdade de acesso a informação. O historiador ele tem um papel fundamental, por transmitir seu conhecimento não só para a universidade, mas também para a população em geral. Portanto nessa sociedade atual é essencial a presença do historiador e que este reflita sobre sua profissão, sobre os desafios por ele enfrentados e para isso ele deve ter uma instrução intelectual.

Referências Bibliográficas:

- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Disponível em: < <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf> >. Acesso em: 24 set. 2016.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. *Teoria e métodos da história I*. Unijuí: Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/246/Teoria%20e%20m%C3%A9todos%20da%20hist%C3%B3ria%20I.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 set. 2016
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999; Disponível em:<https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/02/castells_1999_parte1_cap1.pdf >. Acesso em: 21 set. 2016.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. *Caracterização primeira e geral da história do Curso de História da UFPR*. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862014000200295 >. Acesso em: 22 set. 2016.
- HOBSBAWN, Eric. Sobre história. Disponível em: < <https://docs.google.com/file/d/0B46vjiRI8hGuY1psMzFkQjhIOUk/edit> >. Acesso em: 24 set. 2016.
- IGGERS, Georg. *Desafios do século XXI à historiografia*. Disponível em:< <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5AG9X4Dd5rQJ:https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/139/87+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- JENKINS, Keith. *A história repensada/ Keith Jenkins; Tradução de Mario Vilela, 3. ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2007.*
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999
- MALERBA, Jurandir. *Teoria e história da historiografia. In: A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas/ Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). - 2.ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: < <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/08/pinsky-carla-fontes-histc3b3ricas.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.*
- POMAR, Valter. *Sobre História de Eric Hobsbawm*. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:NI8IKE9aZ0IJ:www.ifch.unica.mp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/114/109+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br> >. Acesso em: 24 set. 2016.

A POLÍTICA IMIGRATÓRIA DURANTE O GOVERNO VARGAS (1940-1945)

ISSN: 2595-1645

Jesiane Debastiani (História-Mestrado / UNESP Assis)

Orientador: Paulo Cesar Gonçalves

Resumo: A política imigratória brasileira passou por um grande processo de transformação ao longo dos anos, inicialmente considerada uma política de “portas abertas” durante o século XIX, atraindo as diversas nacionalidades para o país, entretanto esse contexto se transforma quando Getúlio Vargas assume o poder no ano de 1930 alterando profundamente a política imigratória brasileira. Influenciados por ideias eugênicas e buscando o branqueamento da população brasileira, a política imigratória a partir deste momento busca selecionar e restringir os estrangeiros, ao mesmo tempo em que analisa as melhores correntes imigratórias para o país. Este trabalho tem por objetivo analisar a transformação que ocorreu na política imigratória brasileira, dando enfoque aos anos de 1940-1945, período em que se registrou uma grande restrição e seleção aos imigrantes devido a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo apontando o importante trabalho do Conselho de Imigração e Colonização, órgão criado por Vargas juntamente com sua revista, a Revista de Imigração e Colonização, responsável pela difusão, discussão e defesa da política imigratória durante o governo Vargas.

Palavras Chaves: Política Imigratória; Governo Vargas; Estrangeiros

Introdução:

Durante o século XIX, a imigração de europeus para o Novo Mundo, com destaque para Estados Unidos, Repúblicas do Prata e Brasil, não era apenas bem-vinda, mas também desejada. As condições econômicas e sociais favoreciam ao deslocamento de grandes contingentes de populações, conferindo, assim, a principal característica daquele período: a necessidade de emigrar e relativa liberdade de imigrar.

O século XIX consolidou-se como um período de colonização das terras antes conquistadas pela Europa. O sistema de exploração era a agricultura extensiva, e o Brasil, um território de imensas áreas inexploradas, atraiu uma população emigrante de diversas nacionalidades. Para Caio Prado, a rigor, pode-se considerar toda a história brasileira como

um fenômeno de imigração, pois todos que hoje habitam o Brasil são imigrantes ou descendentes de imigrantes¹².

No Brasil, até grande parte do século XIX, ainda predominava a mão de obra escrava, principalmente na grande lavoura cafeeira, e a imigração ainda não tinha despertado interesse econômico para o Estado e para fazendeiros. Somente com a extinção do tráfico de escravos (1850) e a Lei de Ventre Livre em 1871, governo e proprietários de terras passaram a cogitar com maior ênfase a vinda de imigrantes.

O objetivo não era apenas carrear imigrantes para substituir diretamente os escravos nas lavouras ou criar núcleos de povoamento com funções específicas de ocupação e defesa. Havia um propósito mais ambicioso de superação do trabalho compulsório e, conseqüentemente, de formação de uma nova sociedade espelhada nos padrões europeus, na qual a contribuição dos imigrantes seria fundamental¹³.

Em meados de Oitocentos, uma experiência pioneira foi desenvolvida pela iniciativa particular de Nicolau Campos Vergueiro, que promoveu a imigração, sob o sistema de parceria. Com o fim do sistema escravista, o governo como também cafeicultores que se viram sem mão de obra, intensificaram novas experiências de trabalho com a mão de obra imigrante: sistema de parceria, locação de serviços, colonato.

Na década de 1880, surgiu a Imigração Subvencionada, caracterizada pelo financiamento das passagens pelo governo, o que desonerava imigrante e fazendeiro dessa significativa despesa. Foram organizadas na Europa campanhas de propaganda com o intuito de trazerem para o Brasil os imigrantes que se propusessem a trabalhar nas fazendas de café, que desembarcavam em Santos e depois levados para a Hospedaria dos Imigrantes, onde permaneciam por alguns dias até serem encaminhados para as fazendas.

O sistema de imigração subvencionada permaneceu até o fim da década de 1920, sendo substituído por uma nova proposta de controle da imigração, mais seletiva e restritiva, característica singular da política imigratória do governo de Getúlio Vargas.

Setores da elite do governo Vargas foram influenciados pelo ideário da eugenia vindo, sobretudo, dos Estados Unidos. Além das subdivisões determinadas pelas diferentes correntes

¹² PRADO JUNIOR. Caio. 1907-1990. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 233. (1ª ed. de 1947).

¹³ GONÇALVES. Paulo Cesar. *Mercadores de Braços, Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2008, p. 127

já estabelecidas na Europa e nos Estados Unidos, os eugenistas brasileiros trataram de estabelecer sentidos próprios para o movimento no país.¹⁴

Um dos principais pesquisadores e divulgadores das ideias eugênicas no Brasil foi Renato Ferraz Kehl, que contribuiu para a avaliação das potencialidades da imigração dentro da perspectiva cientificista. Assim, se a composição da população brasileira era inegavelmente marcada pela fusão com essas “raças inferiores”, era possível desejar ou planejar uma política imigratória que evitasse a entrada de mais indivíduos dessa categoria¹⁵.

No Brasil, a eugenia estava associada com a higiene social, nas campanhas de saneamento. Pode-se perceber a influência das ideias eugênicas na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, onde diversos políticos apresentaram propostas sobre a política imigratória.

A Assembleia apresentou as primeiras ideias restritivas e seletivas que balizaram a política imigratória, pois nesta foi definida a “lei de cotas”, presente no parágrafo 6º do artigo 121, que determinava as medidas a serem tomadas em relação à entrada de imigrantes, como o estabelecimento do limite anual de dois por cento para cada nacionalidade, referente ao número total dos respectivos imigrantes fixados no Brasil nos últimos cinquenta anos¹⁶.

A presença de intelectuais brasileiros na Assembleia aumentou o debate sobre as restrições imigratórias. Intelectuais como Artur Neiva, Miguel e Xavier de Oliveira defendiam os imigrantes aceitou ou não aceitou. As cotas podem ser consideradas uma vitória dos antinipônicos, mas este foi um êxito restrito. Primeiro, porque conseguiu apenas reduzir e não impedir essa corrente imigratória. Depois, pelas dificuldades de aplicação e fiscalização e, por fim, pelas contínuas críticas que sofreu nos anos que se seguiram¹⁷.

Júlio de Revorêdo, contemporâneo à época em que se fixou a “lei de cotas”, considerava a lei como inaplicável, “e isso pela razão muito simples de que não temos estatísticas das saídas de imigrantes, a não ser de alguns anos para cá. Não se pode determinar o número dos imigrantes fixados, é evidente, sem um confronto entre as entradas e saídas”.¹⁸

¹⁴ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 68.

¹⁵ GERALDO, Endrica. *O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.p.15.

¹⁶ REVORÊDO, Julio de. *Imigração*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. 1934. p.47.

¹⁷ GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cad. AEL*. v.15, n.27, 2009.p.206.

¹⁸ REVORÊDO, Julio de. *Imigração*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. 1934. p.85.

Após o regulamento da “lei de cotas”, foi aprovado em 9 de Maio de 1934 o Decreto n.24.215 regulamentado pelo decreto n.24.258, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. O decreto, marcado pela presença de ideias eugênicas, explicitava a preocupação do Governo com a entrada de imigrantes no país.

Inicialmente, o Decreto n.24.258 trazia a classificação, em categorias, dos estrangeiros que entrassem no país, separando-os em imigrantes e não imigrantes¹⁹, sendo imigrantes, primeiramente, agricultores e estrangeiros que permanecessem no Brasil por mais de trinta dias, exercendo profissão lícita; os que não fossem agricultores, não poderiam ser classificados como imigrantes.

De forma semelhante, ou até mesmo como a base da política imigratória de 1940, o Decreto n.24.215 dispôs sobre os imigrantes que não seriam aceitos em território nacional: aleijado, mutilado, cego, surdo-mudo, deficiente mental, deficiente físico, toxicômano, menor de dezoito anos e maior de sessenta anos, cigano, nômade, analfabetos, de conduta manifestante a ordem pública, estrangeiros que em algum momento foram expulsos do Brasil e estrangeiros que exercessem uma profissão ilícita.

Com o Estado Novo, as ideias eugênicas exerceram influência sobre alguns Decretos, principalmente nos Decretos-Lei n.406 e n.3.010 instaurados em 1938, que selecionavam o imigrante a ser recebido no Brasil.

As ideias eugênicas procuravam melhorar a raça brasileira, através do branqueamento, ou seja, da vinda de imigrantes brancos desejáveis ao país e controlando a entrada de estrangeiros através de uma política de imigração, que para o Governo era uma forma de proteger o trabalhador nacional²⁰.

Política Imigratória No Estado Novo:

Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, em 1930, a política imigratória sofreu transformação importante. O Estado deveria controlar e selecionar as correntes imigratórias que mais se adequassem ao país, caracterizando desta forma, a imigração durante o governo Vargas, como uma imigração restritiva e seletiva no que diz respeito ao imigrante.

Nesse sentido, as políticas de imigração e as de controle de estrangeiros mostram-se muito mais próximas daquelas que já eram desenvolvidas nos Estados Unidos da América do

¹⁹ CARVALHO. Péricles de Mello. A legislação imigratória do Brasil e sua evolução. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano I, n.4. Outubro de 1940. Rio de Janeiro. p.725.

²⁰ KOIFAN. Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

que, como se acredita, do racismo nazista. Muitos intelectuais e políticos brasileiros no pós-30 se inspiraram na política imigratória norte-americana que, desde as décadas anteriores, se tornava enfaticamente restritiva e excludente²¹.

Maria Luiza Tucci Carneiro, ao analisar a política imigratória imposta no Governo Vargas, a considera como uma legislação intolerante que discute a questão da política imigratória imposta no Governo Vargas, acionada de forma a legitimar a ação repressiva contra aqueles que, segundo o discurso oficial, eram considerados elementos ameaçadores à composição racial, à ordem social e à política brasileira²².

Valorizados por sua força de doutrinação coletiva, um conjunto de símbolos foi empregado para justificar a seleção do imigrante desejável. Colocaram-se em relevo sentimentos que apelavam para a imagem positiva e benéfica de uma comunidade una, homogênea. Negava-se, sempre que necessário, a pluralidade política e racial, sendo a prática da exclusão endossada como meio de conter as discórdias. Um Estado que se queria forte não poderia admitir fissuras; daí o combate a certos grupos estrangeiros, avaliados como elementos de erosão²³.

Fábio Koifman acredita que, sob esse prisma, a política imigratória no Brasil de fato estabeleceu critérios e regras a serem cumpridas quanto ao tipo de imigrante que o Estado Novo considerava indesejável e desejável. Em uma lógica muito própria dos pensadores eugenistas, que, em última análise, propunham a necessária interferência e a ação do Estado com o fim de melhorar as gerações futuras, foram estabelecidos critérios e valores dentre as características dos diferentes grupos humanos com o fim específico de instruir e controlar de modo a produzir a mais adequada seleção de elementos reprodutivos²⁴.

José Sacchetta, cujo tema de estudo é especificamente a imigração portuguesa no Brasil, defende que a restrição à imigração manifestou-se também nas Constituições de 1934 e 1937. As duas Cartas, ao adotar o sistema de quotas para nacionalidades a serem admitidas no país, expuseram oficialmente a preocupação seletiva do Estado, no que toca à entrada de

²¹ GERALDO. Endrica. *O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 6.

²² CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. *Seminários – nº 3: Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República*. 2001.

²³ CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. *Seminários-nº 3: Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República*. 2001.

²⁴ KOIFMAN; Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 38.

estrangeiros. O seu fundamento foi nada menos que a defesa de alegados padrões étnico-raciais da população brasileira, um dos aspectos que favoreceram os “laços de sangue” dos imigrantes portugueses²⁵.

IMIGRANTE DESEJAVEL E INDESEJAVEL

Com uma política imigratória restritiva baseada nas ideias eugenistas o imigrante estrangeiro passou a ser analisado como imigrante desejável ou indesejável e, com isso, tornou cada vez mais complicada a entrada de imigrantes indesejáveis no país, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial.

Os imigrantes considerados desejáveis para a política imigratória eram os suecos e portugueses. Os portugueses eram aceitos pelo governo de Getúlio Vargas, por serem considerados como a “matriz” do povo brasileiro, por apresentarem maior facilidade de assimilação étnica.

Muitos portugueses que vieram para o Brasil, diferentemente do que estipulava a política imigratória, de que os imigrantes deveriam ir para o interior, principalmente para o meio rural, foram para os centros urbanos. Durante todo o governo de Vargas, muitos decretos-leis restringiram a imigração estrangeira, entretanto estes não eram aplicados em sua maioria aos portugueses.

Nesse quadro de imposição de limites à entrada de imigrantes, a política estadonovista estabeleceu uma situação peculiar para os portugueses, habilitando privilégios que os distinguiram em dois sentidos: 1) os portugueses foram deixados de fora da legislação brasileira restritiva à admissão de novos imigrantes, ao mesmo tempo em que 2) se procurou incrementar a sua imigração, por todos os motivos a mais aconselhável para o Brasil, nas palavras do presidente do Conselho de Imigração e Colonização, Frederico de Castello Branco Clark, direcionadas ao ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha²⁶.

Com a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se ainda mais o caráter restritivo da imigração, até mesmo à imigração portuguesa, que tinha maior liberdade, foram impostas algumas restrições.

No grupo de imigrantes portugueses, as medidas restritivas destinavam-se a sacerdotes, missionários, pregadores e religiosos; a exploradores e membros de expedições que não

²⁵ MENDES. José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção Portugueses no Mundo. Porto: Fronteira do Caos; CEPES, 2010, p. 29.

²⁶ MENDES. José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção Portugueses no Mundo. Porto: Fronteira do Caos. CEPES, 2010, p. 256.

fossem científicas; a pessoas relacionadas às organizações que utilizavam ideologia contrária à política do Estado Novo; pessoas que pretendiam trabalhar no magistério, escritórios e ocupações urbanas e que não precisassem de conhecimentos específicos; a estrangeiros de outras nacionalidades que tivessem adquirido a nacionalidade portuguesa ou a do Estado Americano e judeus²⁷.

Para o Governo Vargas, os imigrantes indesejáveis eram: japoneses, negros, indígenas, judeus, pessoas não brancas, pessoas com deficiência física, doentes físicos e mentais, idosos. Como observa Elena Pájaro Peres, tanto o alemão quanto o japonês e o judeu eram os elementos mais visados, sendo apontados como perigosos à segurança nacional por serem ‘inassimiláveis’, postura preconceituosa que vinha sendo alimentada desde décadas anteriores. Durante a Segunda Guerra, essa postura se tornou mais forte, sem, entretanto desaparecer depois de cessado o conflito mundial²⁸.

Os imigrantes japoneses eram vistos como terroristas e suicidas e de difícil assimilação, pois muitos japoneses viviam de forma isolada, mantendo suas características culturais, como a educação. As elites brasileiras viam os imigrantes japoneses como povos que pretendiam invadir e conquistar o Brasil.

A imigração judaica durante o Estado Novo caracterizou-se por muitos dos judeus que tentaram vir para o Brasil eram refugiados ou sobreviventes dos campos de concentração. Maria Luiza Tucci Carneiro, ao investigar a questão dos judeus, acredita que por meio de ações preventivas e punitivas, o governo Vargas sustentou uma política imigratória antissemita com o objetivo de garantir uma imigração saudável e civilizada. O discurso intolerante adotado pelos nacional-socialistas alemães foi adaptado à realidade brasileira, servindo como argumento político para impedir a entrada de imigrantes tidos como indesejáveis, entre estes os judeus, os negros e os japoneses. É importante lembrar que os refugiados judeus eram, em grande parte, profissionais liberais, comerciantes, intelectuais e ativistas políticos excluídos da sociedade alemã e dos países ameaçados de ocupação pelos nazistas desde 1933²⁹

²⁷ MENDES. José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção Portugueses no Mundo. Porto: Fronteira do Caos. CEPESE, 2010.

²⁸ PERES. Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)”. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-98, jul/dez, 1997.

²⁹ CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. Muralha anti-semita: Inspiradas em ideias racistas, autoridades do Estado Novo impediram a entrada de refugiados judeus no Brasil. *Revista de História*, Maio de 2007

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO E SUA REVISTA

Durante o Estado Novo, vários decretos foram criados para controlar a entrada de estrangeiros. Promulgados em 1938, traziam as leis sobre a entrada de estrangeiros, sobre as quotas de entrada, sobre a fiscalização dos estrangeiros, sua hospedagem, sobre as empresas de navegação que traziam os imigrantes e sobre o Conselho de Imigração e Colonização.

O Conselho de Imigração e Colonização foi criado em 1938 pelo Decreto-Lei nº406. Seu regulamento, definido no Decreto nº 3.010, teve grande significado sobre a questão da imigração no Brasil. A sede do Conselho se localizava no Palácio do Itamaraty, era composto por sete membros, todos escolhidos por Getúlio Vargas: sendo um Presidente, dois Vice-Presidentes, quatro Conselheiros, além dos Observadores do Estado e o chefe da Secretaria.

A nomeação dos membros era feita em decreto referendado pelo ministro de Justiça e Negócios Interiores. O Conselho estava diretamente ligado ao Ministério das Relações Exteriores e era responsável por organizar seu regimento interno.

O Conselho realizava reuniões frequentemente para tratar de diversos assuntos. Tinha como principais funções fiscalizar a entrada de estrangeiros, principalmente agricultores, realizarem tratados de imigração com outros países, e estudar as melhores correntes imigratórias para o Brasil. Um dos órgãos relacionado ao Conselho era o Serviço de Registro de Estrangeiros (SER), responsável por fiscalizar a permanência de estrangeiros no país, de acordo com o regulamento.

O Decreto-Lei nº406 foi criado em 1938, constituído por 16 capítulos, ele apresenta os critérios sobre a entrada de imigrantes, ou seja, os imigrantes “desejáveis”, sobre a fiscalização dos documentos e vistos de imigrantes quando vierem para o Brasil, sobre as quotas de entrada, sendo que 80% das quotas eram destinadas a imigrantes agricultores.

O Decreto também contemplava as hospedagens de imigrantes, as empresas de navegação, as penalidades quando o estrangeiro não apresentava alguma documentação ou não retornava ao seu país na época estabelecida, as penalidades como prisão, expulsão e multas. O Decreto-Lei nº 3.010 que regulamentava o Decreto-Lei nº406 era composto de 286 artigos, como o tratado de imigração, o visto consular, o visto diplomático, a licença de retorno, o desembarque de estrangeiros e o Registro de Estrangeiros e Fiscalização.

O Decreto-Lei nº 3.175/41 foi elaborado por Francisco Campos. Promulgado em 1941, transferia para o MJNI todos os assuntos relacionados aos estrangeiros. Seus oito artigos, tratavam da restrição à imigração. Em relação ao trabalho dos cônsules brasileiros no exterior,

o primeiro artigo determinava a suspensão à concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros ao Brasil³⁰.

Com o surgimento do Conselho de Imigração e Colonização, foi criada a Revista de Imigração e Colonização, em 1940, órgão oficial do Conselho, cuja função principal era divulgar assuntos relacionados à imigração: artigos sobre determinadas correntes imigratórias, pesquisas dos membros do Conselho, legislação, decretos, estatísticas.

A Revista era publicada em três ou quatro edições por ano, sendo muitas vezes enviada para o exterior. Os artigos, em geral, eram escritos por membros do próprio Conselho. A Revista defendia a imigração de estrangeiros desde que fosse selecionado seu aspecto físico, social, mental e profissional, sendo que o imigrante desejável o agricultor, o técnico e o operário.

Elena Pájaro Peres aponta que a Revista de Imigração e Colonização, apresentava uma visão “preconceituosa”. Argumentação apoiada em estudos de Maria Luiza Tucci Carneiro, que identificou nos artigos ‘cientificamente’ redigidos e assinados por autoridades médicas, diplomáticas, bacharéis em direito, sociólogos e educadores, a defesa, nos anos de 1940, da manutenção de uma política imigratória restritiva apoiada em critérios étnicos, políticos e morais³¹.

Para Tucci Carneiro, a Revista apresentava um caráter restritivo, pois considerava que a imigração deveria ser controlada, permitindo a chegada ao Brasil de boas correntes imigratórias. Elena Pájaro Peres constata, através do discurso oficial do conteúdo da Revista, um processo de desumanização do imigrante, tratado como um objeto, um elemento portador de características que podem ou não interessar ao país receptor.

Esta desumanização torna-se evidente quando percebemos os termos acionados constantemente para designar o imigrante: alienígena; bom ou mau elemento; desejável ou indesejável; reprodutor; entre outros de sentido mais ou menos pejorativo que abordaremos a seguir. O critério de avaliação do imigrante é sempre utilitário, possibilitando a sua classificação de acordo com ‘distinções funcionais’, seguindo as determinações de uma política de saúde³².

³⁰ KOIFMAN. Fábio. Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 205.

³¹ PERES. Elena Pájaro. Proverbial Hospitalidade: a Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v.10, n. 2, jul/dez, p. 86.

³² PERES. Elena Pájaro. Proverbial Hospitalidade: a Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v.10, n. 2, jul/dez, p. 88.

Conclusão:

Durante o Estado Novo houve uma intensa preocupação com a imigração, inúmeros decretos foram criados com o intuito de controlar a entrada de estrangeiros do mesmo modo que seleciona-los baseados em ideias eugênicas. Imigrantes passaram a ser vistos como desejáveis e indesejáveis, este ultimo sendo controlada sua entrada no país principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, judeus, japoneses, pessoas com deficiência física e mental passaram a serem alvos da politica imigratória do país.

Essa transformação da política imigratória brasileira trouxe a criação do Conselho de Imigração e Colonização, órgão que a partir do momento de sua criação, centralizava todos os assuntos relacionados a imigração, exercendo um importante papel na seleção e fiscalização do estrangeiro.

Juntamente com o Conselho iniciou-se a publicação da Revista de Imigração e Colonização responsável por discutir e difundir assuntos relacionados a imigração e colonização, infelizmente pouco analisada pela historiografia, a Revista se tornou um importante meio para se entender a politica imigratória.

A politica imigratória brasileira ao longo dos anos sofreu uma grande transformação, de livre imigração com a chegada dos primeiros europeus para trabalharem na lavoura de café se transformou em uma politica restritiva e seletiva, alguns autores ao analisarem a politica do período são unanimes ao considera-la como uma politica imigratória que selecionou os imigrantes adequados ao processo de branqueamento do país auxiliando em seu progresso e restritiva ao proibir a entrada de estrangeiros que não se adequavam com as ideias politica do Governo Vargas.

Referencia Bibliográfica:

CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. “A imagem do imigrante indesejável. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo”. *Seminários – nº 3: Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República*. p.1-14, 2001.

CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. Muralha anti-semita: Inspiradas em ideias racistas, autoridades do Estado Novo impediram a entrada de refugiados judeus no Brasil. *Revista de História*, Maio de 2007.

CARVALHO. Péricles de Mello. A legislação imigratória do Brasil e sua evolução. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano I, n.4. Outubro de 1940. Rio de Janeiro

GERALDO. Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cad.AEL*. v.15, n.27, 2009.

GERALDO. Endrica. *O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GONÇALVES. Paulo Cesar. *Mercadores de Braços, Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

KOIFMAN; Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MENDES. José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue, Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção Portugueses no Mundo. Porto: Fronteira do Caos; CEPES, 2010.

PERES. Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)”. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, pp. 85-98, jul/dez, 1997.

PRADO JUNIOR. Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

REVORÊDO, Julio de. *Imigração*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. 1934.

A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA EGÍPCIA NA CINEMATOGRAFIA (1945 – 2014)

ISSN: 2595-1645

Gabriela Martimiano Crepald Siqueira (UEL– História)

Iasmin Castro de Souza (UEL– História)

O uso de filmes como fontes historiográficas nem sempre foi aceito pelos intelectos da História. É algo muito recente, que vem ganhando espaço no campo da pesquisa. Assim, a partir do século XIX, este ganha um outro rumo, fugindo dos aspectos da chamada História Tradicional. Existe um grande interesse por parte da cinematografia de retratar “histórias épicas”, dentre tantas, o que iremos destacar é o Antigo Egito, com o objetivo de questionar a representação da realeza egípcia no cinema e por conta de ser um espaço muito peculiar e desconhecido pela sociedade em geral, o que gera um fascínio e curiosidade muito grandes; trazendo mais público quando retratado em filmes. Para o presente trabalho foi feito um recorte de produções feitas entre as datas de 1945 até 2014, em que os filmes selecionados são *César e Cleópatra* (1945), *Cleópatra* (1963), *Cleópatra* (1999), *Moisés* (1995) e *Êxodo: Deus e Reis* (2014).

Palavras-chave: cinematografia; representação; Egito;

O uso de filmes como fontes historiográficas nem sempre foi aceito pelos intelectos da História. É algo recente, que vem ganhando espaço no campo da pesquisa. Assim, a partir do século XIX, este ganha outro rumo, fugindo dos aspectos da chamada História Tradicional. Esta limitava a definição de fonte histórica para somente documentos oficiais e escritos, excluindo assim, entre tantos outros objetos, a cinematografia. Mas foi principalmente com Lucian Febvre e Marc Bloch que houve uma quebra significativa nos conceitos historiográficos até então impostos, através da carta “*Aos nossos leitores*”, da 1ª edição da *Revista dos Annales*³³.

Existe um grande interesse por parte da cinematografia de retratar “histórias épicas”, algo que atrai um grande público, independente de sua classificação. Dentre tantas, o que iremos destacar é o Antigo Egito, com o objetivo de questionar a representação da realeza egípcia na cinematografia e por conta de ser um espaço muito peculiar e desconhecido pela sociedade em geral, o que gera um fascínio e curiosidade muito grandes, trazendo mais público quando retratado em filmes.

³³ BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia (1929 – 1989)*. 1991

Com um recorte de produções feitas entre as datas de 1945 até 2014, os filmes selecionados são *César e Cleópatra* (1945), *Cleópatra* (1963), *Cleópatra* (1999), *Moisés* (1995) e *Êxodo: Deus e Reis* (2014); uma vez que têm uma importância relevante na história da cinematografia. Vale ressaltar que versões anteriores foram feitas, como a produção de 1899 que têm duração de dois minutos, outra de 1917, e a mais famosa de todas, de 1963, todas intituladas *Cleópatra*, sendo esta última permanecendo por mais de 30 anos como a obra mais cara do cinema³⁴; porém são filmes não disponíveis e, portanto, não foi possível utilizá-los.

Baseando-se nos preceitos do historiador brasileiro Marcos Napolitano, devemos compreender a força que os filmes têm na formação do imaginário do público através de recursos audiovisuais. Apesar da cinematografia não ter um compromisso com a “verdade” histórica, ela tem uma importância muito grande no que se refere à propagação de convicções para a construção do conhecimento, tanto individual quanto coletivo. Portanto, segundo Napolitano, não devemos focar na fidelidade da produção com os eventos “realmente” ocorridos, devemos, na verdade, nos atentar no quê e no porquê de se omitir ou se destacar certas passagens e acontecimentos, ou seja, não podemos tomar os filmes como registro da realidade. Outro ponto relevante seria que as fontes audiovisuais, como qualquer outra, não estão isentas de neutralidade, carregando opiniões, tendências e um discurso, muitas vezes postos de forma indireta. Cabe ao pesquisador, ir além das narrativas, questionando a sua temporalidade, linguagem, o porquê e para quem esta determinada produção foi feita, evitando, assim, anacronismos.

É preciso compreender antes de tudo, o César e a Cleópatra históricos, personagens reais que são retratados pela cinematografia em geral de maneiras muito distorcidas e que, esta, acaba criando mitos em torno daqueles para se vender uma imagem intencionada. Somado ao fato de que seus nomes são na verdade títulos e que existiram diversos “Césares” e “Cleópatras”, que por uma questão generalizadora, acaba representando-os como únicos, uma vez que ambos viveram em contextos históricos de batalhas e conquistas, algo que é muito atrativo por um público em geral.

Caio Júlio César (100 a.C. – 44 a.C.) foi um general ditador da República Romana, patrício e politeísta romano, reconhecido historicamente por ter conquistado boa parte do mediterrâneo, apesar de no início do seu governo, o território romano ser de imensa grandeza.

³⁴ Informação retirada do site < <http://www.cineplayers.com/critica/cleopatra/749>>. Acesso em 02/08/2016.

Cleópatra Thea Filopator (69 a.C – 30 a.C), segundo alguns pesquisadores, teria sido a sexta Cleópatra (e última a governar a dinastia de Ptolomeu). Uma mulher muito astuta, que participava ativamente da política, das negociações e estratégias militares; conhecedora da filosofia, literatura, arte grega; que falava seis línguas e que já compreendia a importância da República Romana tanto política como socialmente e que, portanto, teria articulado uma aproximação com César a fim de esquematizar uma estratégia política e não somente por atração física como se é demonstrada nos filmes.

A primeira produção escolhida (*César e Cleópatra* -1945) é baseada em uma peça teatral escrita por George Bernard Shaw, adaptada pelo diretor húngaro Gabriel Pascal, produzido no Reino Unido, o filme retrata o Egito Ptolomaico mais precisamente com a chegada de César no Egito até sua partida definitiva de volta a Roma, seguindo uma temporalidade história do ano 30 a.C. Cleópatra (interpretada por Vivien Leigh) é retratada como uma moça ingênua, com uma vontade reprimida de exercer o poder de forma cruel, mas que parece não ser capaz de fazê-lo sem a ajuda de César, alguém que, de início, teme de tal forma exagerada que chega a ser caricato.

Como em muitas outras produções, podemos enxergar claramente a mulher sendo representada como fraca, movida por suas emoções, sem muita racionalidade e necessitada de um homem para guia-la. Sua personificação se mostra extremamente branca e de olhos azuis claros, algo que não coincide com a Cleópatra histórica, que, segundo a antropóloga britânica Joyce Tyldesley, tinha o nariz extremamente avantajado, queixo proeminente e que poderia até ter sido negra.

Nota-se uma visão eurocêntrica, onde a todo momento existe uma tentativa de passar a imagem de que a política no Egito é fraca e quase nula, sendo preciso o homem ocidental levar a civilidade para a África, onde as crenças e ideologias seriam primitivas e sem credibilidade.

Júlio César (interpretado por Claude Rains), por outro lado, é posto como um homem velho, nada atraente, algo curioso, já que em quase todas as produções, é posto como um homem jovem, forte e glorioso; racional, estrategista que, quando não admirado, era temido por todos. Aquele que elevaria Cleópatra a rainha do Egito que, apesar de ela já a ser e de ter sido exilada, só parece ser reconhecida como tal quando César consolida seu poder faraônico, pois, antes, ela é posta como incapaz de governar por conta própria.

Percebe-se uma peculiaridade, onde a fotografia do filme parece muito com um cenário de teatro, em que uma de suas características são personagens representados de forma caricata. Um exemplo muito presente nesta obra é o personagem Apolodoro, famoso escravo

de Cleópatra que a teria levado enrolada em um tapete para César, episódio que gera diversas discussões sobre sua veracidade entre historiadores, que mostra um falar carregado e um exagero em tudo o que faz, assim como todos os outros.

Outras questões podem ser percebidas. O famoso caso entre Cleópatra e César não é retratado neste roteiro. César é apenas alguém de quem Cleópatra precisa para resolver os problemas do Egito e, assim que o faz, ele parte de volta para Roma, com a promessa de mandar um homem jovem e forte para ela, sugerindo Marco Antônio³⁵. Certos anacronismos também aparecem como chamar Júlio César de “um verdadeiro italiano”, uma vez que a Itália não existia ainda naquela época; além de distorções no desenvolvimento das emoções e intenções dos personagens, já que agem de determinada maneira e depois de outra, com intuitos que variam e não fazem muito sentido, confundindo o telespectador.

Já a filmagem de 1999, *Cleópatra* foi dirigida pelo britânico Franc Roddam, onde o roteiro foi baseado no romance *Memórias de Cleópatra* (1997) da autora Margaret George, produzido em Agadir, Marrocos, detalhe interessante, uma vez que, na versão de 1945 o cenário foi montado, como para uma peça de teatro, já nesta, as paisagens, em sua maioria, são reais; é uma produção, portanto, “hollywoodiana”, com riqueza de detalhes, fortes cenas de batalhas, discursos inflamados e uma erotização explícita.

Já a Cleópatra (interpretada por Leonor Varela) desta versão é bem diferente da anterior. A personagem tem a pele mais escura e olhos castanhos, com um aspecto mais adulto e mais sedutor. Cleópatra se apresenta como uma mulher de pulso firme, determinada, caridosa, que se volta ao seu povo e aos problemas políticos e sociais. Apesar disso, passa a imagem de rebelde quando desobediente a César, o que nos mostra a mesma necessidade do homem para lhe guiar.

César (interpretado por Timothy Dalton) é um homem jovem, forte e muito estrategista, temido por todos. Mostra-se já de início seduzido por Cleópatra, quando esta lhe aparece pela primeira vez sendo desenrolada por um tapete. Eles têm, portanto, nesta versão, um romance, tendo Ptolomeu César como fruto de sua relação. Apesar de reconhecê-lo como tal, César mantém sua palavra de deixar Octávio³⁶ como seu sucessor, uma vez que Cesário, além de bastardo, seria mestiço, tendo descendência oriental, algo que não agradava nenhum pouco o senado romano.

³⁵ Nasceu em Roma, 83 a.C – Morte em Alexandria, 31 a.C. Cônsul da República Romana nos anos 44, 34 e 31 a.C.

³⁶ Primeiro imperador de Roma (27 a.C – 14 d.C), também sucessor de Júlio César. Nasceu em 63 a.C e morreu em 14 d.C.

Após o assassinato de César, Cleópatra se relaciona com Marco Antônio e depois de sua morte em batalha somado à vitória de Octávio, ela comete suicídio através do famoso ritual de passagem da vida mundana para a morte³⁷, deixando-se ser picada pela cobra de espécie “naja egípcia”.

A presença de “fatos” mais conhecidos pelo público em geral são colocados no filme, como o diálogo de César sobre mudar o calendário³⁸ e a presença de Brutus³⁹ na emboscada contra César.

Existe uma aproximação entre a religião e a Cleópatra, onde cultos aos deuses são realizados, de forma a nos mostrar a legitimação do poder real através desta. A hierarquização também é representada quando Cleópatra introduz seu filho aos ensinamentos sagrados dos egípcios, revelando templos de cultos decorados por inúmeros hieróglifos, também muito famosos e que, ainda que a maioria das pessoas não saibam seus significados, são capazes de reconhecê-los como pertencentes de um “antigo Egito”.

Apesar de representar o mesmo período histórico, quando o Egito passa a pertencer a Roma por conta de dívidas e débitos, o filme *Cleópatra* de 1999 apresenta uma temporalidade histórica no ano de 47 a.C. se diferindo assim do filme anterior, percebendo-se um conflito entre datas, embora seja uma diferença de datas pequena. Outra observação a se ressaltar, é que ambos têm a classificação de gênero como biográfico, algo errôneo, pois nos dá a impressão dos fatos retratados terem sido verdadeiros, o que é discutível, uma vez que não se existe uma verdade histórica, mas sim perspectivas diferentes.

O filme *Moisés* de 1995 foi dirigido pelo estadunidense Roger Young, coproduzido por diversos países, como Itália, França, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e República Checa. O evento épico retratado é a passagem do profeta bíblico Moisés quando este liberta o povo hebreu da escravidão egípcia.

Partindo do pressuposto de que o filme é baseado em uma história bíblica, podemos ver a validação desta através da materialização do deus hebreu, como nas cenas em que o cajado de Moisés (Ben Kingsley) se transforma em serpente e depois volta ao normal, quando as dez pragas do Egito se realizam ou ainda, o famoso episódio em que o mar se abre ao meio. Todos acontecendo por meio das mãos do deus hebreu. Este, que por sua vez, se mostra como

³⁷ Os antigos egípcios acreditavam que a morte seria apenas uma passagem para outro mundo.

³⁸ Refere-se ao calendário juliano organizado por Júlio César, aproximadamente no ano de 46 a.C.

³⁹ Marco Júnio Bruto foi um líder político, um dos supostos assassinos de Júlio César

a verdade, o único deus real. Em contra partida, colocando os deuses egípcios e o poder sobrenatural do faraó como mitológicos.

Uma observação a ser feita, é quando o termo Israel é citado, embora esta seja uma construção da modernidade.

Na versão mais atual da cinematografia sobre esta mesma passagem, *Êxodos: deuses e reis*, de 2014, foi dirigido pelo inglês Ridley Scott, famoso por produzir filmes épicos, lançado nos Estados Unidos. Ainda que abordando o mesmo evento histórico, o filme não foi feito para um público parecido. Percebe-se ser uma produção de grande bilheteria, contendo grandiosas cenas de batalha, frases de efeito e cenários ricos em detalhes.

Ambos os filmes retratam o deus hebreu quando ainda no Antigo Testamento, ou seja, um deus cruel, vingativo e que pune. Talvez, por este motivo, seja interpretado por uma criança, um deus ainda imaturo, que age de forma intolerante para com aqueles que lhe contrariam.

Existe uma tentativa por parte dos sacerdotes do faraó Ramsés II⁴⁰ de tentar encontrar explicações racionais e científicas para o suposto poder do deus bíblico, sem obter nenhum sucesso, enfatizando mais uma vez a superioridade e legitimidade deste. O que também coloca as crenças e tradições egípcias em um patamar arcaico e abstrato.

Nota-se a presença muito forte de um maniqueísmo nos dois últimos filmes abordados, colocando a sociedade egípcia como a vilã e a sociedade hebraica como vítima.

Quando o Egito é colocado em contraste com o restante do seu continente (África), ele é tido como um grande império, de gloriosos faraós e tradições fortificadas e inquestionáveis. Porém, quando comparado à Roma (Europa), além de perder sua legitimidade, colocando-a no patamar mitológico, se torna um frágil e pobre território.

A cinematografia épica tem características próprias, retratando grandes personagens heroicos, com um ar místico e dramático, geralmente vindo com batalhas, combates e com recortes espaciais e temporais mais retratados se passando nos períodos antigos de Roma, Egito e Grécia. Antes de julgar um filme, é preciso ter a consciência de que cada diretor, roteirista e produtor têm uma perspectiva e intensão diferentes e que isso irá refletir na sua produção, assim como cada trabalho historiográfico, não existindo neutralidade e nem veracidade, apenas percepções distintas.

⁴⁰ Ramsés II, ou Ramsés, o Grande, (dec., 1270 a.C. – 1213 a.C.), sendo o terceiro faraó da décima nona dinastia egípcia

Referencia Bibliográfica:

BAKOS, Margareth Marchiori. **Fatos e mitos do Antigo Egito**. 3. Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia (1929- 1989)**. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991

NAPOLITANO, Marcos. **Os historiadores e as fontes audiovisuais e musicais**. In: Fontes Históricas. – Organização: Carla Pinsky. Editora Contexto, 2005

Filmes:

César e Cleópatra. (1945). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=25YFt6yV-Pg>> Acesso em: 15/07/2016

Cleópatra. (1999). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=76cOJh_w3Og> Acesso em: 17/07/2016

Moisés. (1995). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BT_AMrQlpRQ> Acesso em: 22/07/2016

Êxodos: deuses e reis. (2014). Disponível em: <<http://megafilmeshd20.org/exodo-deuses-e-reis/>> Acesso em: 28/07/2016

A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E SEU BERÇO NA BAIXA IDADE MÉDIA: A VISÃO CONTINUÍSTA DE EDWARD GRANT

ISSN: 2595-1645

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva

Orientador: Ricardo Gião Bortolotti

(História – UNESP/ASSIS)

Resumo: Uma das grandes controvérsias dentro do campo de estudos da História das Ciências está justamente na formação do conceito da chamada “Ciência Moderna”. A maior parte dos historiadores da atualidade defende que o Renascimento marca o período de rompimento entre a suposta estagnação técnica, promovida pela Escolástica medieval, e um novo tempo de grandes descobertas, desenvolvido pelos protagonistas da chamada Revolução Científica dos séculos XVI e XVII. Porém, outras correntes de historiadores das ciências têm contribuído para um olhar distinto, denominado continuísta, que propõe o florescimento da ciência moderna como reflexo de elucubrações feitas na Baixa Idade Média. Para eles, haveria uma forte ligação entre a religião católica e o desenvolvimento do pensamento científico moderno. Edward Grant propõe que a formação do pensamento científico moderno, no século XVI, está ligada diretamente à movimentação intelectual iniciada no final do século XII e XIII. O projeto tem por objetivo problematizar o argumento continuísta na obra de Grant, identificando suas influências, fontes, metodologia e o diálogo que trava com outros historiadores das ciências. A pesquisa busca contribuir para o debate mais amplo sobre a relação entre ciência e religião e a formação da chamada Ciência Moderna durante os séculos XVI e XVII.

Palavras-chave: Edward Grant; Continuísmo; História Da Ciência.

Introdução:

Um dos grandes debates presente no Campo da História das Ciências das últimas décadas é o que problematiza as origens do conceito de “ciência moderna” na chamada “Revolução Científica”⁴¹ dos séculos XVI e XVII. Este é um dos pontos centrais de discussão na disciplina “Revoluções Científicas: Historiografia, Problemas e Novas Perspectivas” ministrada pelo Professor Gildo Magalhães dos Santos Filho no programa de pós-graduação do Departamento de História Social da Universidade de São Paulo.

O historiador da ciência espanhol Antonio Beltrán acredita que o debate tenha se tornado realmente acalorado a partir da década de 50:

⁴¹ Para efeito no texto, utilizaremos a conceituação de “Revolução Científica” como calcada por John Henry na página 13 do livro *A revolução Científica e as origens da ciência moderna* (1998): “Revolução científica é o nome dado pelos historiadores da ciência ao período da história europeia em que, de maneira inquestionável, os fundamentos conceituais, metodológicos e institucionais da ciência moderna foram assentados pela primeira vez. O período preciso em questão varia segundo o historiador, mas em geral afirma-se que o foco principal foi o século XVII, com períodos variados de montagem do cenário no século XVI e de consolidação no século XVIII.”

La expresión “Revolución Científica” puede considerarse definitivamente arraigada, en la historiografía moderna, a partir de 1954 en que A. R. Hall la utiliza como título de su libro *The Scientific Revolution, 1500-1800. The Formation of Modern Science Attitude*. Pero es precisamente a partir de entonces cuando se intensifican las polémicas y disensiones que la hacen central de estudio, discusiones que llegan hasta hoy. (BELTRÁN, 1995, p. 27)

A divisão mais evidente entre os historiadores, sociólogos e filósofos das ciências se dá no relacionamento entre a Idade Média e o Renascimento. A maior parte da academia sustenta que a Revolução Científica foi uma quebra, um rompimento, um cisma, com a suposta “estagnação” intelectual que permeava a Europa Ocidental medieval. Isso, fruto de uma história cujo referencial burckhardiano referendava o período do Renascimento como a “volta” do “florescimento” intelectual clássico (BELTRÁN, 1995).

Porém, uma outra linha de pesquisadores tem defendido que os grandes precursores da ciência moderna do século XVI e XVII – entre eles Galileu, Newton, Kepler, Copérnico, etc. – tiveram suas inspirações justamente na filosofia produzida na Baixa Idade Média. Esta linha ficou conhecida como “continuísta” pois defende a ideia de permanência, de continuidade, isto é, de que o cenário intelectual desenvolvido na Baixa Idade Média foi fundamental para o surgimento do pensamento científico moderno.

No curso do mestrado pretendemos analisar a perspectiva continuísta de um dos maiores expoentes nesse debate na contemporaneidade: Edward Grant. Sua expressiva produção acadêmica no campo da História das Ciências não é importante, apenas, por resgatar parte significativa da herança do debate historiográfico continuísta, ou mesmo por utilizar fontes primárias que poucos autores utilizaram, mas também, por salientar o fundamental papel de algumas instituições medievais – Igreja, universidades, tradutores e comentadores árabes – tiveram na preservação e no desenvolvimento da Filosofia Natural e da racionalidade (GRANT, 2002).

Algumas perspectivas do debate:

Existe uma vasta literatura que versa sobre o problema do nascimento da ciência moderna. A temática que estuda a natureza da “ciência” e a metodologia científica tem sido conteúdo de debate por vários séculos. Assim, o questionamento mais específico que problematiza o surgimento da intitulada “ciência moderna” tem sido foco de pesquisa de teólogos, historiadores, sociólogos e até antropólogos desde o Iluminismo.

Alexandre Koyré é, provavelmente, o maior expoente dos partidários da ruptura. O autor sustenta a hipótese de que a Revolução Científica dos modernos foi fruto do rompimento com a filosofia medieval aristotélica. Filósofo e historiador das ciências, passou grande parte de sua carreira analisando a vida e as contribuições de alguns dos protagonistas da chamada Revolução Científica, entre os quais Galileu, Copérnico, Thomas Digges, Giordano Bruno, Kepler, Newton e muitos outros. Koyré atribui as mudanças intelectuais do período moderno às desventuras e percalços pelos quais esses pensadores renascentistas passaram. Partidário de uma perspectiva internalista⁴² e de ruptura (BELTRÁN, 1995), Koyré afirma que a mudança intelectual foi uma quebra, inclusive, na própria concepção de “finitude”, o que está diretamente ligado ao posicionamento do homem em relação ao conhecimento e às possibilidades de investigação:

Pode-se dizer, aproximadamente, que essa revolução científica e filosófica – é de fato impossível separar o aspecto filosófico do puramente científico desse processo, pois um e outro se mostram interdependentes e estreitamente unidos – causou a destruição do Cosmos, ou seja, o desaparecimento dos conceitos válidos, filosófica e cientificamente, da concepção do mundo como um todo finito, fechado e ordenado hierarquicamente (um todo no qual a hierarquia de valor determinava a hierarquia e a estrutura do ser, erguendo-se da terra escura, pesada e imperfeita para a perfeição cada vez mais exaltada das estrelas e das esferas celestes), e a sua substituição por um universo indefinido e até mesmo infinito que é mantido coeso pela identidade de seus componentes e leis fundamentais, e no qual todos esses componentes são colocados no mesmo nível de ser. (KOYRÉ, 2001, p. 14)

⁴² A categoria “internalista”, nesse debate, é utilizada para caracterizar a metodologia dos pensadores que defendem que as mudanças trazidas pela Revolução Científica foram promovidas principalmente pelo ímpeto investigativo de alguns personagens – ex. Galileu, Newton. Essas “mentes brilhantes” seriam cruciais para a promoção das mudanças. Essa categoria está em direta oposição aos “externalistas”. Estes defendem que as mudanças são fruto da estrutura socioeconômica e cultural das sociedades, não estando o mérito das transformações ligados à atuação dos homens individualmente (BELTRÁN, 1995).

Paolo Rossi, professor da Universidade de Florença, também é um forte defensor da ideia de rompimento. Partilhando da tese de Zilsel⁴³, concebe a Revolução Científica como um marco significativo de mudança no relacionamento do homem com o conhecimento. Para este autor, o mecanicismo newtoniano aplicado na explicação do mundo físico mudou completamente o modo de se fazer ciência. Rossi vê na filosofia de Francis Bacon a primeira expressão da ciência moderna. Além disso, é um feroz adversário dos continuístas, chegando ao ponto de considerar esta perspectiva analítica um “mito historiográfico”⁴⁴.

No cenário acadêmico brasileiro um dos mais expressivos partidários da perspectiva de rompimento é o filósofo das ciências e professor na UFRJ Hilton Japiassú. Este teórico defende que a Revolução Científica seria consequência do contexto sociocultural do Renascimento, fruto da ascensão de uma burguesia sedenta por “dominar o mundo” e de “sobre ele exercer sua ação e seu poder” (JAPIASSÚ, 1985).

Além disso, temos também - ainda entre os adeptos da ruptura - os que compreendem a Reforma Protestante como evento fundamental para o nascimento da ciência moderna. Um dos mais influentes é o estadunidense Robert King Merton, nascido em 1910. Sociólogo de formação, lecionou na Universidade de Columbia a maior parte de sua vida. A grande contribuição para a História das Ciências está no fato de Merton, em seu texto *Science, technology and society in Seventeenth-Century England*⁴⁵ (1938) e também no livro *Ensaio de Sociologia da Ciência* (2013), associar a emergência do pensamento científico moderno com as inovações intelectuais promovidas pela Reforma Protestante. Para justificar a emergência da ciência como prática legítima e independente, o autor procura demonstrar a influência do puritanismo e do pietismo na construção do que chamou de “*éthos* puritano”. Para tanto, utiliza não só a sociologia de Max Weber como também as ideias do seu irmão economista menos conhecido Alfred Weber.

A doutrina cultivada pelos puritanos - como uma ala do calvinismo mais rigorosa e moralista - e o ímpeto individualista promovido pelo pietismo - derivado diretamente de um luteranismo que valorizava a experiência individual -, tiveram influência direta e

⁴³ Autor de *The Social Origins of Modern Science*, obra na qual levanta a hipótese da ciência moderna como fruto da união do empirismo desenvolvido pelo trabalho manual dos artesãos medievais com o humanismo e a filologia científica desenvolvida pelos literatos.

⁴⁴ Rossi dedica parte do quinto capítulo de seu livro *A Ciência e a Filosofia dos Modernos* (1992) apenas para desprestigiar a perspectiva continuísta.

⁴⁵ Periódico Osiris nº 4; 1938 disponível em <http://www.sts-biu.org/images/file/COURSE%20READINGS/27-815%20SCIENCE,%20TECHNOLOGY%20&%20SOCIETY/Merton,%20Science,%20Technology%20and%20Society%20in%2017th%20Century%20England.pdf>

possibilitaram a formação das ideias empirista e utilitarista que caracterizaram em boa parte a ciência do século XVII (MERTON, 2013).

Outro brasileiro que compõe a corrente dos que defendem a ruptura é Klaas Woortmann. Historiador e geógrafo formado pela UFRJ, fez seu doutorado na Universidade de Harvard em Antropologia Social. Hoje é Professor Titular aposentado na Universidade de Brasília, no Departamento de Antropologia. Seu principal livro nesta temática é intitulado *Religião e Ciência no Renascimento* (1997). Para Woortmann, o período do Renascimento é visto como uma grande transição. Caracterizá-lo como ruptura ou continuidade dependeria do processo a ser analisado. Nas palavras de Woortmann:

(...) se o Renascimento marca uma ruptura, ele tudo ousou e nada resolveu. Se representou mudança, o Renascimento não completou a mudança em seu próprio tempo (WOORTMANN, 1997, p. 142).

Mas, segundo a perspectiva deste autor, só a partir de Newton podemos ter a segurança de conceber o modelo científico como moderno. A Idade Média não teria tido o potencial necessário para produzi-lo. Ao longo do livro, o autor argumenta no sentido de que o catolicismo do período medieval tardio, que envolvia a leitura tomista de Aristóteles, não permitiria a construção de um pensamento científico baseado no experimentalismo empirista. Se antes o aristotelismo-tomista impunha limites pelo dogma, no renascimento o nominalismo dualista legitimava a separação entre a fé e a razão pelo instrumento da “dupla verdade”. A razão passa a existir para trazer legitimidade às Escrituras.

O grande precursor da corrente dos continuístas foi Pierre Duhem em seu erudito trabalho *Le système du monde*. Esta obra monumental possui 10 volumes e se dedica exclusivamente a analisar as doutrinas cosmológicas de Platão a Copérnico. Ainda não traduzida para o português, a obra defende a tese de que a ciência moderna teria surgido na Baixa Idade Média, e os supostos protagonistas da Revolução Científica seriam continuadores da herança intelectual criada nos séculos XIII e XIV:

Si tuviera que fijar la fecha de nacimiento de la ciencia moderna, escogería sin dudar el año 1277, cuando el obispo de París proclamó solemnemente que pueden existir muchos mundos y que el conjunto de las esferas celestiales podría sin contradicción, ser movido en una línea recta (DUHEM, 1906-13, vol. II, p. 412)⁴⁶

⁴⁶ Trecho extraído de Beltrán, na página 32 de seu livro *Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia*. Seria uma citação da tradução de Duhem para a língua espanhola.

Duhem influenciou uma série de pensadores das ciências. Entre eles temos A. C. Crombie, um acadêmico australiano. Em seu livro *Robert Grosseteste and the origins of experimental Science* (1953), este autor defende que o grande diferencial entre a ciência dos modernos e a dos gregos clássicos estava na metodologia científica. O método experimental seria o grande triunfo do século XVII. Mas, para Crombie, este método, pelo menos na sua natureza qualitativa, teria sido criado por filósofos ocidentais no século XIII. (CROMBIE, 1953).

Alfred W. Crosby, professor na Universidade do Texas, defende que no final do século XIII tenha acontecido uma grande reviravolta na intelectualidade medieval. Para ele, a pantometria⁴⁷ teria sido uma das mais importantes contribuições da Baixa Idade Média que, embora tenha vivido um período social e cultural conturbados, foi cenário de transformações cruciais para a consolidação do pensamento quantificável (CROSBY, 1999).

Edward Grant e a perspectiva continuísta:

Edward Grant é um historiador estadunidense nascido no ano de 1926. Professor emérito do Departamento de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Indiana, Grant possui uma imensa produção tanto no campo da História Medieval quanto nos estudos da História das Ciências. Sua produção intelectual é caracterizada por tamanha expressividade que, em 1992, foi homenageado com a Medalha George Sarton, a mais importante condecoração da History of Science Society.

O projeto pretende adentrar boa parte de sua obra para compreender as bases e as justificativas de seu pensamento continuísta, aparentemente, fruto de um longo processo de amadurecimento intelectual. Como ele mesmo admite, já foi adepto da visão de ruptura, mas mudou de ideia:

A minha atitude, contudo, alterou-se radicalmente quando me perguntei se a Revolução Científica poderia ter ocorrido no século XVII se o nível da ciência na Europa Ocidental tivesse permanecido tal como no século XII. (GRANT, 2002, p. VIII)

Na sua obra mais conhecida, *Os fundamentos da Ciência Moderna na Idade*, publicada primeiramente em 1996, Grant procura desenvolver sua argumentação continuísta. O autor acredita que o pensamento científico moderno seja fruto do desenvolvimento de três

⁴⁷ Do grego Panto (tudo) + metria (medida). Refere-se à atitude de quantificar toda a realidade (CROSBY, 1999).

grandes fenômenos na Baixa Idade Média: as Traduções dos grandes tratados filosóficos clássicos, o surgimento das universidades e a atuação dos teólogos-filósofos naturais.

Os grandes clássicos gregos, que tratavam de filosofia natural e de assuntos pertinentes ao pensamento científico, foram traduzidos para o árabe nos séculos IX e X e conservados pelos pensadores muçulmanos. No século XII, a partir da ocupação de alguns territórios árabes, pensadores ocidentais entraram em contato com essa literatura e começaram a traduzi-la para o latim. Tradutores como Geraldo de Cremona e Guilherme de Moerbeke trouxeram para a Europa do século XII e XIII as obras aristotélicas que mudaram completamente a mentalidade medieval: “As traduções constituem um dos verdadeiros pontos de viragem na história da ciência e da filosofia natural ocidentais.” (GRANT, 2002, p. 26).

Além disso, os pensadores gregos e árabes teceram importantes comentários a respeito das obras clássicas, que tiveram elevado valor na construção da filosofia natural medieval. Entre os gregos, Grant aponta Alexandre de Afrodisias, Temístio e João Filopão. Entre os árabes temos Avicena, al-Ghazali e Averróis.

Outra importante instituição que nasce nessa época e tem profundo impacto no desenvolvimento do pensamento científico moderno, na perspectiva analítica de Grant, é a instituição universitária. Nada igual às universidades havia existido em qualquer outra sociedade. Foi a partir de 1200 que se instauraram as Universidades de Paris, Oxford e Bolonha. Depois disso, elas se espalharam por toda a Europa.

Esta instituição só foi possível por conta da evolução da sociedade medieval latina, que permitiu a separação da Igreja e do Estado, ambas reconhecendo as universidades como local de conhecimento legítimo. As Traduções ofereceram os currículos das ciências exatas, da lógica e da filosofia natural. Assim, é a partir da criação das universidades que a ciência e a filosofia ganham caráter institucional. Isso possibilitou o surgimento de uma cultura acadêmica muito forte, ligada ao questionamento e ao debate.

Além disso, na contramão do que muitos historiadores das ciências defendem, a Igreja, segundo Grant, teria respeitado a autonomia das universidades e dos currículos quase que durante toda a Idade Média. E por que a Igreja teria aceitado passivamente a entrada da filosofia natural aristotélica no cenário intelectual medieval? Porque não tinha nada a temer. Já tinha um histórico de flexibilidade com novas doutrinas desde a sua formação que foi diretamente influenciada pelos pensamentos do mundo pagão. Além disso, o aristotelismo fundamentou a base filosófico-teológica de Tomás de Aquino e deu origem a uma nova forma de encarar o mundo. A universidade e a filosofia natural eram vistas pela Igreja como tendo um caráter “auxiliar” à doutrina religiosa. Grant afirma que as poucas condenações por parte

da Igreja foram isoladas na segunda metade do século XIII e que as universidades moldaram a o campo intelectual da Baixa Idade Média.

O terceiro fenômeno que ocorreu no final do século XII e durante o século XIII e que teve impacto na formação do pensamento científico moderno foi a emergência da figura dos teólogos-filósofos naturais, aqueles que, além de teólogos, eram mestres em artes, e se dedicavam às reflexões tanto na academia quanto na Igreja. Segundo Grant, se tivessem se colocado contra os conhecimentos aristotélicos, a ciência jamais teria prosperado.

Já que os mestres em artes - cargos universitários dos que se dedicavam exclusivamente às filosofias naturais - ficaram impossibilitados de debater questões religiosas polêmicas, por conta de um juramento feito como consequência da Condenação de 1277 pelo Bispo de Paris, coube a essa classe de teólogos, que também se dedicavam às filosofias naturais, conciliarem a teologia com a filosofia natural.

Esses teólogos usavam, então, a filosofia natural para refletir sobre temas bíblicos. Segundo Grant, eles estudavam: “a aplicação da ciência e da filosofia natural à exegese das Escrituras, a aplicação do conceito do poder absoluto de Deus a possibilidades hipotéticas no mundo natural, quer a invocação dos textos das Escrituras para defender ou contrariar ideias e teorias científicas.” (GRANT, 2002, p. 204).

Assim, esses teólogos-filósofos naturais teriam tido importância crucial na conciliação da filosofia natural aristotélica com as premissas cristãs. Eles teriam desempenhado também papel central na construção de uma cultura acadêmica voltada para o questionamento e a reflexão de grandes questões. São exemplos desses pensadores: Alberto Magno, Robert Grosseteste, John Pacham, Teodorico de Friburgo, Thomas Bradwardine, Nicole Oresmo e Henrique de Langenstein.

Os filósofos naturais medievais estavam interessados nos modos como podemos conhecer e encarar a natureza, ou seja, no que se poderia chamar um método científico. Tentaram explicar como chegamos a compreender a natureza, embora só muito raramente tenham levado até as últimas consequências as suas percepções metodológicas. (GRANT, 2002, p. 226).

Assim, Grant se coloca ao lado dos continuístas, dos que acreditam que a Revolução Científica foi gestada na Baixa Idade Média. Mas restam muitos questionamentos a serem feitos em sua obra: Qual seria o impacto da filosofia tomista, ou das releituras de Aristóteles, na edificação do método científico? Até que ponto o empirismo de Roger Bacon endossa o ideal continuísta? A Revolução Científica deveria, então, ser adiantada para o século XIII? O

projeto irá se debruçar nas demais obras de Edward Grant e analisará essas e outras questões. Entre as obras pretendidas para análise temos *Physical Science in the Middle Ages* (1987), *God and Reason in the Middle Ages* (2001), *Science and Religion, 400 B. C. to A. D. 1550* (2004) e *História da Filosofia Natural: Do Mundo Antigo ao Século XIX* (2009).

Referencia Bibliográfica:

- BELTRÁN, Antonio. *Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia*. Madri: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995
- CROMBIE, A. C. *Robert Grosseteste and the origins os experimental science*. Oxford Clarendon Press: 1953
- CROSBY, Alfred W. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental*. São Paulo: Editora UNESP, 1999
- DUHEM, Pierre. *A teoria física: seu objeto e sua estrutura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2014
- GRANT, Edward. *História da Filosofia Natural do mundo antigo ao século XIX*. São Paulo: Madras, 2009
- GRANT, Edward. *Os fundamentos da ciência moderna na Idade Média*. Porto: Porto Ed., 2002
- HENRY, John. *A Revolução Científica e as Origens da Ciência Moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998
- JAPIASSU, Hilton. *A Revolução científica moderna*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1985
- KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária LTDA, 2001
- MERTON, Robert K. *Science, technology and society in Seventeenth-Century England*. Osiris, Vol. 4. (1938), pp. 360 – 632
- MERTON, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia / Editora 34, 2013
- ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. São Paulo: Editora UNESP, 1992
- WOORTMANN, Klaas. *Religião e ciência no Renascimento*. Brasília: UnB, 1997
- ZILSEL, Edgar. *The Social Origins of Modern Science*. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2003

A Rodoviária De Jaú E O “Progresso” Do “Brasil Grande” Na Ditadura Civil-Militar Brasileira

ISSN: 2595-1645

Pedro Henrique Cezar*

Resumo: Após o golpe civil-militar no Brasil em 1964 e da tomada de poder pelos militares, estes impõe sua maneira de governar e ditar os rumos da nação, buscando, através de reformas educacionais e da afirmação, aceleração e modernização do capital no país, alcançar o progresso que permitiria alça-lo à condição de um “Brasil Grande”, um “Brasil Potência”, tal qual propagandeado pelo regime. Um dos meio utilizados para isso foi através da construção de grandes obras, como a Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a Rodovia Transamazônica. Nesse contexto, a cidade de Jaú, interior de São Paulo, inaugura em 1976 sua rodoviária, projetada pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas, exilado do país no início da ditadura e impedido de lecionar após sua volta com o AI-5. Apesar de ser um projeto feito por um arquiteto que fora filiado ao PCB, o presidente-general Ernesto Geisel não se furta de visitar o município e participar da inauguração da obra. Dessa maneira, busca-se pensar o papel da nova rodoviária no município e se a mesma pode ser entendida como parte do rol de obras que teriam contribuído para o progresso do “Brasil Grande” e para a legitimação do regime militar.

Palavras-Chave: Progresso. Brasil Grande. Rodoviária de Jaú.

Na virada do mês de março para abril de 1964, os militares deram um golpe de Estado, que “contou com o apoio de expressivos setores da sociedade brasileira: empresários, Igreja, latifundiários, grande imprensa e parte da classe média” (CASTRO, 2008, p.138) e retiraram do cargo o presidente João Goulart. A Câmara declarou a vacância do cargo com o chefe do Executivo ainda em solo nacional, quando seu mandato deveria terminar apenas em 1965. O presidente deposto morreria em 1976, no exílio, aos 57 anos. Seguem-se então 21 anos de ditadura no Brasil, que no período é governado por cinco militares: Humberto Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Este último passa a faixa presidencial ao civil José Sarney em 1985, encerrando, dessa maneira, duas décadas de governos antidemocráticos no Brasil.

Com o Exército no comando, os militares impõe então sua maneira de governar o Brasil e ditar os rumos da nação:

Ao assumirem o poder, basearam sua atuação na Doutrina de Segurança Nacional, esta elaborada nos domínios da Escola Superior de Guerra, que, por sua vez, adotava os princípios geopolíticos como matriz para enfrentar os desafios à segurança e, ao mesmo tempo, propiciar o desenvolvimento econômico e tecnológico indispensável para elevar o Brasil à condição de potência mundial. (PONCE, 2015, pp. 25-26)

* História – UEL

Buscando viabilizar a condição de um “Brasil Potência”, “Brasil Grande”, através da aceleração e modernização do capital no Brasil, o regime militar interviu na educação nacional, implementando reformas educacionais em 1968 e 1971, que atingiram, respectivamente, as universidades e as escolas. Ao fazer essas reformas, expunham sua crença de que “a educação deveria ser condicionada pela lógica que determinava o crescimento econômico da sociedade capitalista” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008, p. 344). A educação foi usada buscando-se “viabilizar o *slogan* “Brasil Grande Potência”” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008, p. 336):

Em síntese, eis o que foi a educação brasileira durante a ditadura militar: uma política social instrumentalizada pela ideologia tecnicista, com o objetivo de impulsionar o projeto de “Brasil Grande Potência”, lema que correspondia, no âmbito político-ideológico, ao autoritário “Brasil, ame-o ou deixe-o”. (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008, p. 349)

Sobre essa questão, afirma-se que

Há um consenso neste debate. O regime militar foi um momento de afirmação do grande capital no Brasil, incrementando um processo estrutural desencadeado antes do golpe, mediante políticas econômicas específicas e facilitadas pela ausência de democracia, o que dava uma grande autonomia burocrática para os tecnocratas que ocupavam o poder. (NAPOLITANO, 2015, p. 148)

Esses chamados tecnocratas, de acordo com Napolitano (2015), ocupavam cargos no governo, comissionados, de assessoramento ou mesmo em conselhos de Estado, e eram recrutados tanto do mundo acadêmico quanto do setor empresarial.

Como exemplos de figuras do mundo acadêmico que foram chamadas para ocupar cargos nos governos militares, podemos citar Antônio Delfim Netto, professor de Economia na Universidade de São Paulo, que ocupou os cargos de Ministro da Fazenda (governo Costa e Silva), da Agricultura (governo João Figueiredo) e do Planejamento (governo João Figueiredo), além de ter sido embaixador brasileiro na França (governo Geisel), numa sucessão de cargos que se estende da década de 1960 até a de 1980, tendo, antes de tudo isso, ocupado o cargo de Secretário da Fazenda do estado de São Paulo no governo de Laudo Natel, em meados da década de 1960; Mário Henrique Simonsen, também professor de Economia, na Fundação Getúlio Vargas, ocupou cargos nos governos Castelo Branco, Geisel e Figueiredo, sendo eles, respectivamente o de Presidente do Banco Central, Ministro da

Fazenda e Ministro do Planejamento; o economista Roberto Campos, que apesar de ter ocupado cargos nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, não se furtou de atuar em postos importantes durante os governos militares, tendo sido Ministro do Planejamento no governo Castelo Branco além de ter atuado como embaixador do Brasil em Londres no governo de Ernesto Geisel.

Um dos mais conhecidos casos talvez seja do engenheiro Paulo Maluf, que durante a ditadura militar foi presidente da Caixa Econômica Federal, foi nomeado prefeito de São Paulo e eleito indiretamente governador do estado. Outro caso que também podem ser citado é o do banqueiro Olavo Setúbal, indicado pelo governo estadual para ocupar a prefeitura paulistana na década de 1970.

No que diz respeito à construção da ideia do “Brasil Potência”, a ditadura militar pautou-se na construção de grandes obras, com grande visibilidade, que passassem a impressão de que o Brasil avançava rumo ao progresso e estava se inserindo como país de relevância no cenário internacional. Sobre isso, nos é dito que

Grandes obras “faraônicas” eram veiculadas pela mídia e pela propaganda oficial como exemplos de que o gigante havia despertado, como a Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a Rodovia Transamazônica. Para os mais pobres, a fartura, ainda que concentrada, fazia sobrar algumas migalhas. Era a materialização do projeto Brasil Grande Potência, o auge da utopia autoritária da ditadura, que não deixou de seduzir grande parte da população e da mídia. (NAPOLITANO, 2015, pp. 160-161)

Assim, podemos ver como o regime visava, através dessas obras, obter legitimação, transmitindo a ideia de que conduzia o país rumo ao progresso e ao crescimento, ideia aceita por parte da população e dos veículos de comunicação. No entanto, também se percebe que o crescimento econômico ocorrido no período não foi acompanhado de uma igual distribuição de renda, já que “a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime” (NAPOLITANO, 2015, p. 147), pois

[...] o modelo econômico implementado foi estruturado com base nos seguintes princípios: política de arrocho salarial das classes trabalhadoras, [...] política cambial que privilegiava a sobrevalorização do dólar; fim da estabilidade do emprego, por meio da adoção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) [...]. (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008, p. 336)

No entanto, mesmo havendo essa disparidade e desigualdade na distribuição da renda obtida com o avanço do capitalismo no Brasil, grande parte da população acreditava que o país encontrava-se numa posição muito favorável no início da década de 1970, com “pleno emprego, consumo farto com créditos a perder de vista, frenesi na bolsa de valores, tricampeão do mundo de futebol” (NAPOLITANO, 2015 p. 160). A vitória brasileira no México, aliás, e a própria imagem da seleção seriam usadas pelo governo militar para vincular o sucesso do Brasil em campo com o “sucesso” dos governos militares:

[...] no país do futebol, o Brasil tornara-se em 1970 o primeiro tri-campeão do mundo. De tal forma que a euforia econômica do milagre associada à conquista do tri deu um contorno especial ao ano de 1970. Do México, a seleção viajou direto para Brasília para receber os cumprimentos do presidente Médici. Fora decretado feriado nacional para dar maior visibilidade à comemoração, que se convertera em festa oficial, uma vez que o triunfo futebolístico, associado à imagem de “Brasil potência”, “Brasil grande”, era bem adequada aos pressupostos do regime, que por sua vez procurou se manter sempre presente e identificável à campanha do tri. [...] o esforço foi o de transformar o presidente Médici [...] no torcedor número um da nação.” (MENEZES, 2007, p.68)

A construção da hidroelétrica binacional de Itaipu pode ser entendida não apenas como um grande projeto para promover o regime militar ou como um acordo energético e de cooperação entre dois países, mas também como uma maneira de o Brasil impor-se como potência regional:

O tema era de tal relevância que Castelo Branco envia Golbery para avaliar a situação, o que sugere a existência de uma questão que ultrapassava o interesse por ampliar a capacidade de geração de energia. Sem dúvida, este era o principal motivo; mas, ao estabelecer o acordo com o Paraguai, o Brasil acrescentava um componente de dependência econômica ao seu vizinho e reforçava sua influência política sobre este país, que [...] representava uma das peças-chave no tabuleiro geopolítico sul-americano, especialmente no bojo da competição com a Argentina [...]. (PONCE, 2015, p. 80)

A Rodovia Transamazônica, que se estende da Paraíba ao estado do Amazonas, corta sete unidades federativas brasileiras. Uma das grandes obras faraônicas da ditadura militar, foi criada durante o governo Médici (1969-1974). Concebida como forma de integrar as regiões

Norte e Nordeste, atuaria como uma alternativa às mazelas causadas pela seca nordestina, e através de fluxo de pessoas através da Rodovia também atuaria de maneira a integrar e a aumentar a densidade populacional na região Norte, questão de segurança para o governo nacional (MENEZES, 2007):

[...] o governo Médici entendia que o Nordeste se encontrava com excesso de população, demandando recursos que o Estado não conseguiria suprir. Como alternativa, ambicionou-se criar uma estrutura que possibilitasse a migração de populações oriundas das regiões do semi-árido nordestino, bem como a parcela da população dos centros urbanos do Nordeste não absorvida pela economia local, mas que poderia ser integrada como mão-de-obra e/ou como colonos na Amazônia. Dessa forma, a Amazônia, compreendida pela região Norte do país, e também considerada como uma outra região problemática, é apresentada como o destino dessas populações. Amazônia e Nordeste se converteram dessa forma, na ótica dos militares, em um único problema que demandava soluções articuladas. (MENEZES, 2007, p. 58)

A integração e crescimento econômico da região, portanto, também estavam entre os objetivos da construção da Rodovia, apesar dos problemas quanto ao asfaltamento e ao desmatamento provocados por sua construção. A Transamazônica, logicamente, também foi um dos marcos utilizados para legitimar a ditadura militar, estimulando, através de sua construção, a ideia de “Brasil Grande”, “Brasil Potência” (MENEZES, 2007).

Dessa forma, as construções discursivas sobre o ‘Brasil grande’ imbricadas ao êxito econômico, se prestaram a atestar a eficiência do regime, tornando-se uma moeda de uso corrente a custear a legitimidade do governo, que buscava assim garantir a aceitação da população” (MENEZES, 2007, p. 71)

Consideravelmente menor, mas ainda sim muito importante em nível regional, temos a Estação Rodoviária do município de Jaú, construída em meados da década de 1970 durante a primeira administração de Waldemar Bauab.

Waldemar Bauab foi tido como um dos mais importantes políticos da região de Bauru. Iniciou sua carreira política na década de 1950 como vereador na cidade de Barra Bonita, próxima ao município que iria governar. Nos anos 1960, elegeu-se novamente vereador, agora em Jaú, tendo também presidido a Câmara Municipal. Nesse momento, concorre ao cargo de prefeito no ano de 1968, quando é derrotado. Porém, seria vitorioso na eleição seguinte, em 1972, sendo eleito para governar a cidade entre os anos de 1973 a 1977 (SANTANA, 2009). Voltaria a eleger-se para o Executivo jauense mais uma vez em 1992 (SANTANA, 2009),

ocupando a cadeira de prefeito no “Paço Municipal Terra Roxa Prefeito Jarbas Faracco”, - que fora inaugurado durante sua primeira gestão – durante o período de 1993 a 1996. Nas duas ocasiões em que dirigiu a cidade, conseguiu eleger seu sucessor. Também assumiu a presidência da Federação Paulista de Futebol na década de 1980 quando o então titular, José Maria Marin, licenciou-se do cargo para disputar o cargo de governador de São Paulo (SANTANA, 2009).

De acordo com Iwamizu (2007), o prefeito eleito Waldemar Bauab já no ano de 1972 elabora, junto ao arquiteto Vilanova Artigos e ao engenheiro Mário Lorangeira de Mendonça, o Plano de Desenvolvimento Acelerado 1973-1976, que continha planos, ações e obras relacionados às questões urbanas de Jaú:

O plano apresentado por Bauab previa ações de curto e longo prazo, prevendo a realização de obras prioritárias durante sua gestão, mas também indicando as intervenções que deveriam ordenar o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo. De qualquer modo, vale ressaltar que inúmeras ações presentes nesse plano davam continuidade a iniciativas já previstas em planos anteriores. (IWAMIZU, 2007, p. 149)

No primeiro capítulo do Plano de Desenvolvimento Acelerado 1973-1976, somos informados que “análise relativa aos aspectos sociais revela um pequeno crescimento da população – com um considerável aumento da população urbana em relação à rural, fenômeno observado em toda a região oeste do Estado”. Assim sendo, Jaú, que na época tinha uma população de cerca de 55 mil habitantes (IWAMIZU, 2007, p. 91) acompanha uma tendência nacional de êxodo rural, já que na transição da década de 1960 para 1970 a população urbana ultrapassou a rural a nível nacional.

“Considerando o aumento da população urbana no município, as diretrizes de desenvolvimento preveem a ‘melhoria do ambiente urbano da cidade’ [...]” (IWAMIZU, 2007, p. 156). O aumento da população e o aumento da cidade e as necessidades de melhoras urbanas decorrentes dessas mudanças pelas quais o município passava não ficaram de fora do Plano de Desenvolvimento Acelerado 1973-1976:

A criação de novas avenidas tinha como objetivo reestruturar o sistema viário de toda a cidade. No entanto, essa nova estrutura visava não só permitir o livre trânsito de veículos, mas também configurar o próprio espaço urbano de Jaú, ao implementar novos eixos comerciais e amplas áreas arborizadas pelo município. (IWAMIZU, 2007, p. 158)

Interligando a Rodovia Bauru-Araraquara à área central de Jaú, foi criado um conjunto de avenidas que ficou conhecido como ‘Colar Viário’. Complementando as obras das Avenidas Frederico Ozanan e das Nações, foram criadas a Avenida Zezinho Magalhães e Ana Claudina, responsáveis pela ligação com a Rodovia, e as Ruas 13 de Maio e Saldanha Marinho, que completam o anel com a utilização do leito do ramal ferroviário desapropriado. (IWAMIZU 2007, p. 162)

O ‘colar viário’ permitiu o trânsito contínuo entre os bairros localizados entre a Rodovia e o Centro de Jaú, intervenção que não só interligou essas áreas como o resto da cidade, como possibilitou a implantação da Estação Rodoviária no local pretendido. (IWAMIZU, 2007, p. 162)

A Rodoviária de Jaú, construída em local onde anteriormente encontrava-se a estação de trem da Companhia Paulista de Vias Férreas, desapropriada na gestão Jarbas Faracco, anterior à de Bauab (IWAMIZU, 2007), coloca-se nesse contexto de obras para melhoria da urbanização de Jaú, mostrando-se marcante para a cidade e para a população em geral, já que antes de sua construção “as empresas de ônibus tinham seus guichês espalhados pela cidade e seus carros costumavam ser estacionados ao longo das vias públicas” (JRAP, 2009). Então, além de ser uma das peças para transformar o espaço urbano da cidade e de organizar o sistema rodoviário da mesma, atuando como ponto de convergência para as empresas do ramo, também teria facilitado a vida da população ao concentrar em um só local as linhas e destinos nos quais precisassem embarcar:

Além de solucionar a precária situação em que se encontrava o sistema de transporte rodoviário da cidade, o projeto da estação utilizava o terreno desapropriado do ramal ferroviário, se atrelando a outras ações urbanísticas que pretendiam transformar o espaço da cidade (IWAMIZU, 2007, p.91)

Portanto, todas essas obras e mudanças pelas quais passava a cidade em meio ao crescimento populacional, demonstram uma cidade que buscava se modernizar e progredir. “As notícias dos jornais da época [...] divulgam [...] a imagem de um governo extremamente empreendedor [...]” (IWAMIZU, 2007, p. 93). A modificação urbana e a construção da Rodoviária de Jaú, então, podem ser entendidas também no contexto do “Brasil Grande”, ligadas a uma ideia de progresso, de avanço, da chegada do novo e de colocar-se num novo patamar, ajudando também a legitimar o governo militar. Não à toa, presente à inauguração, estava o presidente-general Ernesto Geisel.

Único chefe do Executivo a ter visitado oficialmente Jaú, Geisel esteve na cidade para a inauguração da Estação Rodoviária do município. O aniversário da cidade é celebrado em 15 de agosto e no dia 13 o general chegou ao município para as comemorações do 123º aniversário da cidade e para a inauguração oficial, junto ao governador paulista à época, Paulo Egydio Martins (COMÉRCIO DO JAHU, 1976). Conforme noticiado à época:

Foi apoteótica a recepção ao Presidente da República, Ernesto Geisel, na última sexta-feira na entrada da cidade. Para saudá-lo, uma verdadeira multidão – mais de quarenta mil pessoas – [...]

[...]

O Presidente Geisel chegou a Jaú por volta das nove horas e trinta minutos. Com os abatedores a frente num cortejo [...] a Comitiva Presidencial, além do Presidente, contava com seus assessores, serviço de segurança e funcionários especiais da Presidência. Juntamente com Geisel vieram de Bauru o Governador Paulo Egydio Martins, os Comandantes General Dilermando Gomes Monteiro (do II Exército), Brigadeiro Clóvis Pavan (do II Comando Aéreo Regional) e o vice-almirante Maximiliano da Silva Fonseca (do 6º Distrito Naval).

[...]

A SAUDAÇÃO

Tão logo desceu do veículo presidencial, Geisel foi saudado primeiramente por Paulo Egydio Martins. Em seguida pelo Prefeito Waldemar Bauab. Vice-prefeito Alfeu Fabris. Presidente da Câmara Municipal João Amaury Grizzo e Secretário do Interior Raphael Baldacci.

Mesmo antes de se dirigir a Praça Central da entrada da cidade, para inaugurar a placa comemorativa do evento, o Presidente Geisel quebrou de início o protocolo dirigindo-se a grande multidão, acenando e cumprimentando pessoalmente.

Posteriormente, descerrou o pano da placa comemorativa donde se lia: “Primeiro Presidente a visitar Jahu Ernesto Geisel. Jahu, 123º aniversário. 13-08-76”. Depois da inauguração, cumprimentou duas garotinhas Bandeirantes e novamente se dirigiu ao público e por aproximadamente dez minutos vivamente emocionado deu a mão aos jauenses. (COMÉRCIO DO JAHU, 1976, p.1)

Percebe-se pelo relato do jornal que o presidente Geisel, que “emocionado deu a mão aos jauenses”, tentava passar ao público uma imagem de homem carismático, amigo do povo, tentando ganhar sua confiança e simpatia e melhorar a imagem do governo militar junto à população. Percebe-se uma grande aglomeração de pessoas na recepção ao presidente, seja

pela curiosidade de ver o primeiro presidente a visitar a cidade, seja pela expectativa pela inauguração da Rodoviária. Além desses motivos, porém o prefeito jauense parece também ter agido para que o evento tivesse um bom público:

Dias antes da inauguração da rodoviária, o prefeito Waldemar Bauab fez pronunciamento nas emissoras de rádio locais, exortando a população jauense a sair às ruas para receber de braços abertos o presidente Geisel e sua comitiva. A convocação foi acatada. Quando as sirenes dos batedores se fizeram ouvir, milhares de pessoas estavam postadas na Rua Quintino Bocaiuva, onde passaria a comitiva do general. (JRAP, *Comércio do Jahu*, 11/04/2009)

Não deixa de ser interessante notar, é algo no mínimo curioso, o fato de a obra da Rodoviária de Jaú, em plena década de 1970, encomendada por um prefeito do interior de São Paulo filiado à ARENA (SANTANA, 2009) e inaugurada pelo presidente-general que chefiava a ditadura à época ter sido desenhada e planejada por Vilanova Artigas!

Vilanova Artigas, renomado arquiteto curitibano, associado à escola paulista de arquitetura, que no início da ditadura militar é exilado no Uruguai, volta ao Brasil e permanece na clandestinidade até obtenção de habeas corpus. Após sua volta, advoga pela necessidade de que o “fazer arquitetônico devia estar sempre compromissado com o caráter técnico intrínseco à arquitetura, nunca deixando de lado a ‘amplitude artística’” (IWAMIZU, 2007, p. 139). Mesmo com uma postura não radical de resistência ao governo ditatorial, não deixa de ser perseguido e ter mais uma vez seus direitos suprimidos, já que sua atuação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde era professor, ainda era vista com receio devido à influência que poderia exercer sobre seus alunos:

Com o AI-5, além das ações mais violentas – prisões e torturas -, o governo militar cria outros meios de controle sobre a intelectualidade, ‘purificando’ as universidades com a cassação de 65 professores, incluindo Artigas, que é impedido de exercer seu papel como professor no recém concluído edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Cidade Universitária. (IWAMIZU, 2007, p. 140)

Artigas, impedido de lecionar na faculdade a qual ele mesmo projetara o prédio, não deixa de atuar como arquiteto, tocando seu escritório e fazendo projetos que chegavam até ele. Sendo um arquiteto já renomado, projetos e contratos não lhe faltavam, especialmente os de

caráter público, mostrando certas contradições presentes no regime político que governava o país naquele período (IWAMIZU, 2007).

Mas então, como entender o acontecimento em que um arquiteto que fora filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (ORLANDO, 2015), fora afastado das salas pela ditadura teve projetos seus inaugurados pela mesma? Um possível entendimento a respeito desse assunto é que

Por trás dessa aparente contradição – o trabalho de arquitetos comprometidos com ideais de esquerda a serviço de uma ditadura militar – estava um conjuntura única, onde interesses opostos pareciam convergir naquele momento para a realização destes projetos. De um lado, se encontravam os interesses dos arquitetos urbanistas, que há muito buscavam possibilidades de atuação de maior amplitude, realizando projetos públicos no âmbito das cidades. De outro, a necessidade dos governantes do país naquele instante, agindo pela mão forte da ditadura militar, em demonstrar avanços e realizar projetos. (IWAMIZU, 2007, p. 142)

Mais uma vez, a necessidade do governo militar em realizar obras e tentar passar uma imagem de progresso e avanço do “Brasil Potência” prevalece. Somado à vontade dos arquitetos em intervir urbanisticamente em cidades com os mais variados problemas e necessidades, temos aí uma combinação que, à primeira vista, poderia soar improvável:

Interessante perceber que os arquitetos de modo geral, serão envolvidos nesse processo, tanto pelo seu conhecimento específico em termos de urbanismo como pela necessidade da contratação de projetos propriamente arquitetônicos. Questões urbanas fartamente discutidas entre arquitetos até ali, emergem como campo possível para a atuação profissional. Obras imprescindíveis ao bom funcionamento urbano também serão alvos da contratação de projetos especiais. Era dentro desse panorama que se delineavam as possibilidades de participação dos arquitetos, claramente tomados em sua condição de isolamento. A década de 70, será nesse sentido, o cenário privilegiado nas grandes obras públicas, obviamente de caráter indiscutível (IWAMIZU, 2007, p. 143)

Dessa maneira, compreende-se o empenho de Artigas para com a cidade de Jaú e sua parceria com Waldemar Bauab - numa época em que se dedicava exclusivamente aos projetos de escritório - que resultaria em 15 projetos no município ao longo de dez anos, entre 1968 e 1978 (IWAMIZU, 2007). Além do município, realizou também “projetos no Amapá, em

Santo André, em Mauá e São Paulo” (IWAMIZU, 2007, p.143). Logo, sua condição e reconhecimento como arquiteto competente não deixaram com que o afastamento da Universidade representasse uma queda em sua carreira, muito pelo contrário, dentro de suas possibilidades, deixou várias contribuições que ainda hoje perduram e influem no cenário e no cotidiano de cidades:

O prestígio de Artigas como arquiteto é publicamente reconhecimento, pois além de receber a Medalha de Ouro da X Bienal de São Paulo em 1969 – pelo novo edifício da FAU e pelo projeto do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado – é agraciado em 1972 com o Prêmio Jean Tschumi, outorgado pela UIA, por sua contribuição ao ensino de arquitetura (IWAMIZU, 2007, p. 144)

Ainda sobre as contradições do regime militar, temos que

A mesma ditadura que havia impedido Artigas de desenvolver suas atividades acadêmicas, não deixou de inaugurar a Estação Rodoviária de Jaú como uma grande realização do governo, representativa do desenvolvimento e dos avanços possibilitados pelo ‘milagre econômico’ (IWAMIZU, 2007, p. 113)

Assim, um governo que buscava se afirmar e se legitimar perante a população, como um grande realizador de obras, e que estaria levando o Brasil à condição de um “Brasil Grande”, um “Brasil Potência”, não via problema em fazer aparições públicas e inaugurações de obras projetadas e planejadas por profissionais perseguidos e ‘marcados’ e que tiveram parte de suas liberdades suprimidas pelo regime. A necessidade causada em se adaptar ao crescimento populacional e em demonstrar avanço e progresso perante os desafios daquele tempo, fazia com que as administrações públicas procurassem esses profissionais para projetar e ajudar na idealização desses projetos. Os profissionais, como no caso de Artigas, fadados ao trabalho de escritório e preocupados com os problemas urbanos que assolavam ou viriam a assolar essas localidades, empenhavam-se em contribuir melhorar a cidade não para um projeto político, mas para a própria cidade e todos aqueles que nela viviam e com ela conviviam.

Referências Bibliográfica:

CASTRO, C. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, C. (Org.) et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008. p. 138.

Comércio do Jahu, n 17.966. Jaú: 15/08/1976.

FERREIRA JR., Amárico; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2016-07-30.

JRAP. Rodoviária é inaugurada pelo general Ernesto Geisel em 76. **Comércio do Jahu**, Jaú, 11 abr 2009. Disponível em: <<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1224038/Rodovi%C3%A1ria+%C3%A9+inaugurada+pelo+general+Ernesto+Geisel+em+76>>. Acesso em 02 agosto 2016.

MENEZES, Fernando Dominiense. Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2510>>. Acesso em 2016-08-01

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.

ORLANDO, Matheus. Com legado em Jaú, Vilanova Artigas chega ao centenário. **Comércio do Jahu**, Jaú, 23 jun 2015. Disponível em: <<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1329903/com-legado-em-jau-vilanova-artigas-chega-ao-centenario>>. Acesso em: 02 agosto 2016.

PONCE, André Luiz Godoy. **Florão da América**: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15072015-122800/>>. Acesso em 2016-08-03.

SANTANA, Ricardo. Ex-prefeito de Jaú Waldemar Bauab morre aos 80 anos. **Jornal da Cidade de Bauru**, Bauru, 06 abr 2009. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=153697&ano=2009>. Acesso em 02 agosto 2016.

IWAMIZU, Cesar Shundi. **A estação rodoviária de Jaú e a dimensão urbana da arquitetura**. 2008. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-02032010-101237/>>. Acesso em 2016-07-14

À TERRA DO SOL POENTE: IDENTIDADE EM EX-DECASSÉGUIIS NO NORTE DO PARANÁ (1980-2016)

ISSN: 2595-1645

Luiz Filipe Oliveira Tosta (História – UEL)

Orientador: Richard Gonçalves André

Resumo: Em meados da década de 1980 teve início um fenômeno que ficaria conhecido como “movimento decasségui”, onde milhares de brasileiros, em sua grande maioria de ascendência japonesa, migraram para a terra de seus antepassados em busca de melhores condições de trabalho. Essa comunidade nipo-brasileira no Japão, que chegou a contar com cerca de 310 mil indivíduos, em 2013 possuía apenas 180 mil. Devido a várias circunstâncias, quase metade da população decasségui viu-se obrigada a retornar, muitos para a região do norte do Paraná. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de construção e negociação de identidade nestes brasileiros. Para tal me faço valer de entrevistas com indivíduos que são e foram decasséguis e do conceito de identidade, tal como proposto pelo historiador norte-americano Jeffrey Lesser, considerando que a construção identitária não é monolítica, mas negociada entre os atores sociais no interior de determinados contextos históricos. Como discussões esperadas, pretende-se demonstrar que a identidade do decasségui é fluida e fronteiriça, na medida em que são considerados japoneses no Brasil, mas brasileiros no Japão.

Palavras Chave: Movimento decasségui. Identidade. Nipo-brasileiros.

1 Introdução: Quem São Os Decasséguis?

Incontáveis são as razões que fazem os homens e mulheres migrarem, a impossibilidade do lugar de origem prover as necessidades básicas para a subsistência, a violência, a insatisfação ou, por mais que, geralmente, considerado menos nobre, a busca pela aventura e por conhecer novos lugares e pessoas. Todos estes motivos e muitos outros estão presentes nas motivações para que os brasileiros tenham enfrentado uma odisseia nas terras longínquas do Império do Sol Nascente.

Em meados da década de 1980 milhares de brasileiros, majoritariamente de ascendência japonesa, partiram para o país de seus ancestrais em busca dos mais variados objetivos, em geral melhores condições de trabalho uma vez que o cenário sócio econômico do Brasil pós-ditadura militar era cada vez mais incerto. Estes brasileiros eram geralmente empregados em fábricas e linhas de montagem, trabalhos que os japoneses costumavam evitar, constituindo os três “k”, *kitsui*, *kitanai* e *kiten*, difícil, sujo e perigoso (KAZUO, 2006).

Alguns destes brasileiros, inspirados pelo bom fruto resultante do trabalho e da boa qualidade de vida no Japão decidiram colocar seus filhos em escolas japonesas, e criar raízes no país. Para os que tinham planos de voltar, o trabalho se mostrou muito lucrativo para

aqueles que souberam aproveitar. De volta ao Brasil, o dinheiro ganho e poupado no Japão possibilitou a compra de casas, carros e de abertura de negócios próprios⁴⁸.

De qualquer forma, muitos destes brasileiros passaram anos no Japão para que pudessem juntar dinheiro ou se estabilizar neste país. Estes indivíduos, como já citado, em grande maioria de ascendência japonesa entraram em conflito consigo mesmo. No Brasil eram geralmente chamados de “japoneses”, tanto por sua aparência dissonante do estereótipo físico de “brasileiro” comum, ou pelos vestígios de cultura japonesa - ínfimos que fossem – mantidos em seu modo de viver.

Já no Japão, eram considerados brasileiros. Uma vez que, mesmo se parecendo fisicamente com os nativos, nem todos dominavam a língua ou não estavam habituados com os costumes do “Japão Moderno”. Estas diferenças causaram vários mal entendidos e constrangimentos, como as histórias amplamente conhecidos pelos ex-decasséguis, como a de que se avisava em alto falantes de mercadinhos que “brasileiros estavam entrando na loja”⁴⁹ e pedindo para se tomar cuidado. Porém, para alguns destes indivíduos, a ida ao Japão só comprovou o que já acreditavam: que estavam mais ligados a costumes do Japão do que do Brasil. Estes costumes citados geralmente constituem clichês do “ser japonês” como: a pontualidade, boa organização e honestidade.

Neste trabalho, pretendo, através de entrevistas feitas com ex-decasséguis e filhos dos mesmos, que tenham morado ou moram no Japão, entender de que modo essa experiência no país asiático moldou, reforçou ou alterou sua percepção sobre eles mesmos, sobre sua identidade, assim como descrita pelo americano Jeffrey Lesser em seu trabalho “A Negociação da Identidade Nacional”. É importante ressaltar que está ainda é uma pesquisa em andamento e aqui disserto sobre os resultados prévios de uma análise que ainda pode ser em muito mais explorada com mais depoimentos e bibliografia.

2 As Origens: Da Imigração Ao Brasil À Emigração Ao Japão

Em meados do século XIX o Japão estava isolado do mundo. 1603 marcava o começo da era Edo, a era do Xogunato Togukawa, período ditatorial onde o Japão esteve sob uma espécie de ditadura controlada pela família Tokugawa. Esse período chega ao fim quando o Comodoro Matthew Perry da marinha americana força a abertura do Japão a potências estrangeiras. Após mais de trezentos anos de reclusão, o Japão estava limitado as suas técnicas “feudais” e sua única fonte de comércio e interação com os ocidentais era

⁴⁸ Entrevista realizada com Eimi em 26/07/2016.

⁴⁹ Entrevista realizada com Tstsuo em 03/08/2016.

através do pequeno entreposto de Dejima, na ilha de Kyushu, sul do Japão. Para evitar a dominação o país necessitava se desenvolver. Logo, uma aliança entre *Daimyos* dos *Hans*⁵⁰ de Satsuma e Choshu tomou a iniciativa de derrubar o xogunato vigente, que era contra a ocidentalização, e devolver os poderes para o imperador (HANE, 1992).

Depois de uma guerra civil o xogunato foi derrubado e o poder devolvido ao Imperador do Japão, inicia-se a “Era Meiji”. Logo, uma oligarquia é formada entre os antigos nobres e samurais responsáveis por derrubar o antigo governo, essa oligarquia que influenciaria e, conseqüentemente, controlaria o jovem imperador Meiji trabalharia para modernizar o Japão e torna-lo uma potencia mundial. Indivíduos foram mandados para fora do Japão onde estudaram a organização das sociedades ocidentais, suas ciências e técnicas militares. É inegável que a oligarquia foi muito competente no que fez e o Japão, em um período de cerca de 50 anos, estava se inserindo no cenário geopolítico global, inclusive em investidas armadas bem sucedidas contra seus vizinhos e contra o gigante europeu, a Rússia (HANE, 1992).

Estes parágrafos são importantes para o contexto histórico da imigração japonesa para o Brasil porque o Japão, apesar da rápida industrialização, ainda tinha uma população predominantemente rural e agrária, de 8,4 milhões de família, 5,4 milhões moravam em fazendas. Esta população agrária, de certa forma, serviu de base para a Restauração Meiji, pesadas taxas sobre sua produção eram cobradas, havia a questão dos arrendamentos de terras, a obrigatoriedade do estudo para as crianças (o que significava braços a menos para trabalhar), a conscrição obrigatória no exército. Muitas famílias se viram em uma situação terrível, sendo forçadas a deixar o Japão (HANE, 1992).

Para desafogar o país de sua massa mais empobrecida, a imigração foi o caminho escolhido. Os Estados Unidos foram, inicialmente, o principal destino dos japoneses, mas com a proibição de entrada da maior parte dos japoneses no país, o Brasil tomou este lugar. Os primeiros imigrantes japoneses vieram oficialmente em 1908, no vapor *Kasato Maru*. Muito se discutiu sobre a conveniência ou não da permissão de imigrantes japoneses para o Brasil. (LESSER, 2001).

É importante ter em mente que nos fins do século XIX e início do século XX as teorias “pseudocientíficas” e eugênicas estavam em alta. Com a abolição da escravatura em 1888, o Brasil precisava de mão de obra e o Japão estava disposto a ceder àqueles indivíduos

⁵⁰ Uma espécie de domínio senhorial, controlada por um *Daimyo*, ou Senhor.

que não estavam em condições favoráveis no país oriental. Os primeiros imigrantes asiáticos a vir para o Brasil foram os chineses, sobre muito debate, recheado de teor racista, sobre de que maneira a chegada de amarelos afetaria a construção da “raça brasileira”. Mesmo assim, os japoneses tiveram muito mais cautela ao imigrar do que os chineses. Relatos de um diplomata sul-africano branco no Brasil descrevem os japoneses aportando do *La Plata Maru*, em Santos, como “quase tão brancos que podiam se passar por europeus”, todos tinham os cabelos penteados à moda ocidental, usavam roupas europeias e sapatos, ao invés das “sandálias japonesas”. Estes aspectos contribuía para que se enchessem os olhos da elite política brasileira (LESSER, 2001).

Seria, por minha parte, muito audacioso definir o processo de criação de identidade destes imigrantes se seus descendentes como unicamente pacífico ou conflituoso. Mesmo que muitos dos *issei*⁵¹ tivessem a intenção de retornar à sua pátria, isso não aconteceu em muitos casos, seus descendentes, então tiveram de encarar este processo de identificação. É seguro dizer que um dos períodos mais críticos foi àquele da Segunda Guerra Mundial, onde muitos dos direitos dos japoneses e nipo-brasileiros foram afetados. Escolas japonesas no país foram fechadas, material em língua japonesa foi proibido assim como a própria língua foi banida. É quase óbvio dizer que houve resistência, mesmo assim, pode-se dizer que este foi um momento crítico para que muitos japoneses imergissem completamente na sociedade brasileira, uma vez que passaram a falar quase que unicamente o português e frequentar escolas brasileiras (SHIZUNO, 2010).

Em meados da década de 1980, muitos destes descendentes de japoneses se veem como culturalmente brasileiros, tendo contato limitado com a cultura e língua japonesa. Porém, o período de incertezas políticas e econômicas no qual o Brasil vem passando, como a retomada da democracia e a superinflação fazem com que muitos brasileiros vejam a emigração como forma de melhora da qualidade de vida, como explica Eimi^{52,53}: “[...] na época que a gente foi, no começo de 1990, né? Então tinha, naquela época tinha muita inflação. Então você ganha, por exemplo, cinco salários mínimos, e no final recebia três, um negócio assim. Então a inflação estava muito alta. E tinha muita gente que tinha ido já, e nós tínhamos vontade, curiosidade de ir ⁵⁴ ”. O Japão, que está abrindo suas portas para os descendentes daqueles que haviam deixado o país no início do século, é o destino favorito dos

⁵¹ Primeira geração de imigrantes.

⁵² Entrevista realizada com Eimi em 26/07/2016.

⁵³ Em respeito aos entrevistados, o nome completo dos mesmos não será divulgado.

⁵⁴ Para manter maior fidelidade, a linguagem dos entrevistados não foi alterada.

nipo-brasileiros. Ou seja, na década de 1980 inicia um movimento de “retorno”, onde estes nipo-brasileiros voltam ao país de seus antepassados em busca de melhores condições de vida e trabalho (KAZUO, 2006).

3 No Japão: O Decasségui Encontra O Japonês

Uma vez no Japão, estes decasséguis⁵⁵ ocuparam, majoritariamente, a função de operários no setor industrial daquele país. O ambiente de trabalho foi o local onde os brasileiros mais velhos tiveram mais contato com os japoneses. A comunicação e as relações eram difíceis, o primeiro obstáculo era a língua, muitos *nikkeis* que foram ao Japão já faziam parte de uma geração que não dominava completamente a língua japonesa, como conta Eimi (2016): “Era difícil assim, eu lembro que em uma fábrica que eu trabalhei que tinha umas senhoras mais de idade, né e uma moça mais nova aí as japonesas mais velhas falavam umas palavras que eram meio complicadas, né. E essa menina mais nova traduzia para uma palavra que a gente sabia [...] e o ruim que quando você tem a cara de japonesa eles veem e acham que você é japonesa, sabe? E começam a falar. Então, quando eu ia aos lugares, procurava nem abrir a boca pra não passar vergonha, porque elas às vezes vinham conversar e aí você não sabe o que estão falando, você não entendia, sabe?”.

Se para os que tinham dificuldade com o japonês à interação com os funcionários da fábrica era difícil, os que tinham domínio maior da língua tinham mais facilidade em se relacionar e até conseguir serviços mais fáceis, como Tatsuo (2016): “A, [saber japonês] ajudou bastante. Não, porque a gente pegava serviço mais leve, né? Desde o começo eu trabalhava mais de interprete, invés de trabalhar na linha [de montagem] assim, né. [...] Eles [os japoneses] gostavam da gente, a gente jogava baralho. Primeiro eu falei de pescaria, gostava de pescar e... Ai, eles levavam sempre. Ai no fim a gente mesmo os chamava. Todo final de semana praticamente a gente ia [pescar]”.

Se a dificuldade com a língua era um problema central entre os adultos, os filhos desses decasséguis também enfrentaram dificuldades com o idioma, Mitie é um bom exemplo: nipo-brasileira mestiça, nascida na cidade de Londrina em 1996, foi morar com os pais no Japão ainda com oito meses de idade e teve que crescer entre duas línguas diferentes, “minha mãe não me deixava falar japonês, só português. Na escola não deixavam falar

⁵⁵ 出稼ぎ (*dekasegi*) significa literalmente “Aquele que vai trabalhar fora”, uma fusão das palavras 出る (*deru*), fora e 稼ぐ (*kasegu*), trabalhar ou ganhar dinheiro.

português, só japonês”. A jovem também sofreu *ijime* (bullying) por causa de sua aparência física, como ela mesma relata:

“Eu era a única brasileira da escola, ai... Não sei como que era... Mas só porque eu era alta ficavam falando que... Não sei explicar direito, mas ficavam falando... [...] Como veste a roupa, tipo de roupa que usa é diferente do japonês, rosto também é um pouco diferente deles. A minha mãe é bem estrangeira, o rosto dela, quando que vai ter formatura, essas coisas, todo mundo sabe que é minha mãe. Ai fica falando que sou estrangeira. Essas coisas⁵⁶”.

Mitie só parou de ser mal tratada pelos colegas quando mudou para a cidade de Nagoya, que possuía uma comunidade estrangeira maior. Mesmo tendo crescido bilíngue e nascido no Brasil, seu convívio social foi muito maior com os japoneses, tanto que domina esta última língua muito melhor que o português. Hoje a jovem se vê como uma japonesa, muito mais ligada aos costumes daquele país. Mas, por vezes, apenas o fato de “ser brasileiro” chegou a ser um fardo para alguns desses jovens, mesmo que falassem razoavelmente a língua ou tivessem traços unicamente japoneses alguns relatam ter sido vistos como menos competentes ou inteligentes pelo fato de terem nascido no Brasil. Thiago também passou por uma situação semelhante envolvendo *ijime*. O rapaz, que mudou de São Paulo, também com pouca idade, estudou em colégio brasileiro e se comunicava em português com a família. Como tinha um nível que considerava satisfatório no idioma nipônico, decidiu entrar para um colégio japonês e, apesar de ter um nome tipicamente japonês, preferiu usar seu nome brasileiro na escola japonesa, o que o colocou em situações difíceis com seus colegas: “Fui tratado basicamente como... “Macaco”. Idiota, até. Alguém menos desenvolvido, né. [...] Basicamente tratado como idiota, né, por ser brasileiro. Eu pessoalmente adotava um recurso ali pra tirar um pouco de sarro deles que era, bem, me matar de estudar só pra mostrar na cara deles, como uma nota muito maior que a deles, “aqui o macaco, né, pra vocês”, isso por um lado só irritava mais ainda, né⁵⁷”.

Mesmo podendo optar por “esconder” sua nacionalidade, uma vez que sua aparência física não o denunciaria e possuía certa facilidade com a língua, Thiago resolveu aceita-la e passou por situações complicadas face às suas escolhas. Essas experiências são opostas às de Hikari, nascida em 1997 na cidade de Londrina. Ela foi ao Japão com os pais duas vezes, uma com três anos e depois com sete, só retornando com doze anos de idade e estudou sempre em

⁵⁶ Entrevista realizada com Mitie em 08/08/2016.

⁵⁷ Entrevista realizada com Thiago em 07/10/2016.

colégio brasileiro: “eu passava o dia inteiro na escola, era período integral. Eu entrava às sete e meia da manhã e saía às três da tarde. Às vezes eu ficava mais também porque meus pais trabalhavam até as sete. Então eu ficava bastante tempo no colégio e tinha bastante convivência com crianças brasileiras, de pais brasileiros que foram trabalhar igual meus pais”. Como Hikari foi alfabetizada em língua portuguesa e sua grande convivência foi com crianças brasileiras, apesar de ter crescido no Japão, a jovem se identifica muito mais com uma identidade brasileira, como explica: “eu me identifico bem mais com o Brasil por ter nascido aqui. Também, assim, eu sinto que aqui o meu Lar. Lá é um lugar que eu passei boa parte da minha infância, mas eu não sinto uma conexão assim de lar, sabe? É um lugar que eu voltaria pra passear, mas não para morar, sabe? Eu não tenho muita vontade de voltar pra morar⁵⁸”.

Hikari também tinha problemas para conversar com outras crianças nativas que vinham estudar português em sua escola porque não dominava fluentemente a língua japonesa. Estes relatos dão importantes indícios de que a identidade destes nipo-brasileiros é muito moldada pelo ambiente em que vivem ou viveram, no Brasil ou no Japão. Hikari, apesar de ter morado no Japão desde tenra idade só teve contato com crianças brasileiras e com a língua portuguesa. Thiago, antes de ingressar na escola japonesa estudou em colégio brasileiro e falava em português com os pais, enquanto Mitie, mesmo crescendo bilíngue, esteve sempre cercada de japoneses. Estas duas realidades moldaram de maneira diferente a identidade dos três jovens, que nasceram em regiões próximas no Brasil, na mesma época e que possuem um perfil étnico muito semelhante.

Mesmo que a identidade nipo-brasileira esteja sendo construída desde o a primeira metade do século XX e, de certa forma, esteja bem estabelecida no Brasil, seja pelas características físicas ou pelos costumes únicos que herdaram de seus ascendentes que as pessoas deste grupo étnico mantem, não é incomum que estes sejam vistos por alguns compatriotas como “japoneses”. E ainda, devido ao sucesso econômico e estereótipos positivos da sociedade japonesa, muitos *nikkeis* também se veem como japoneses e entram em conflitos com sua identidade enquanto no Japão, como relata Eimi (2016): “A gente, antes de ir pro Japão fala “ai, eu sou japonesa, o Japão é bem desenvolvido”, você tem aquele orgulho, né, de ser japonês, ai você vai lá e não é nada disso, sabe? Eles não te consideram, né. Então, fica difícil, né? A gente, assim, parece que se decepciona né. Porque é uma coisa, assim, a gente tinha orgulho, né, porque “ai, eu sou descendente de japonês e não sei o que e o Japão é

⁵⁸ Entrevista realizada com Hikari em 04/10/2016.

desenvolvido”, mas você não tem nada a ver com aquilo, entendeu? Quer dizer, você tem a cultura, né? Tem umas coisas assim, que é que você fala... Cultura assim, dos antepassados, né. Ai você vai pra lá e vê assim que eles não te consideram, sabe. É outra coisa”.

4 O Retorno

Algumas experiências do retorno ao Brasil são bem comuns, muitos dos ex-decasséguis e filhos de decasséguis dizem sentir falta de certos aspectos e qualidades do Japão, alguns destes aspectos são determinantes para a ideia destes indivíduos sobre si mesmos e suas identidades. Qualidades como a honestidade e pontualidade são presentes em depoimentos: “Eu trabalhei numa construtora [no Brasil], ai você era obrigado, assim... Vinham aqueles fiscais de banco, essas coisas assim, e você tinha que ficar lá, puxando o saco desse povo, ai eu falava ‘por que isso?’, isso foi me enchendo. Lá no Japão não tinha isso...”. Assim como características físicas do país e das cidades, como a limpeza das ruas em relação ao Brasil foi um aspecto dado como importante no retorno, mas, em contrapartida, a obstinação dos japoneses para com o trabalho foi um ponto visto como negativo⁵⁹. A qualidade insatisfatória das ruas do Brasil, com asfaltos quebrados também é um tema que aparece nos relatos dos brasileiros que estiveram no Japão, assim como a falta de segurança nas ruas, estes fatores muitas vezes impedem que estes indivíduos façam atividades que para eles eram comuns no país oriental, como andar de bicicleta ou sair à noite sem sentir receio de ser assaltado⁶⁰.

Filhos de decasséguis que estudaram no Japão também tiveram certa dificuldade em se adaptar: “Foi bem difícil à adaptação nas escolas do Brasil porque é uma realidade muito diferente, eu não conseguia muito fazer amizade porque além de ser tímida as pessoas daqui são muito abertas, muito calorosas e eu não estava acostumada com isso então foi bem difícil, eu demorei bastante pra me adaptar às pessoas daqui, ao ambiente, à cidade porque eu passei quase oito anos no Japão, direto, então foi bem difícil no começo⁶¹”.

Aqueles que faziam questão de afirmar sua nacionalidade brasileira enquanto no Japão também sofreram com um problema étnico, uma vez que chegaram ao Brasil e começaram a ser identificados como japoneses, como conta Thiago (2016): “[...] aqui no Brasil ou pelo aqui em Londrina, o pessoal gosta de chamar japonês por “japa” ou por coisas nesse sentido. E eu “super puto da vida” porque “tretava” bastante ali com o pessoal japonês

⁵⁹ Entrevista realizada com Tstsuo em 03/08/2016.

⁶⁰ Entrevista realizada com Thiago em 07/10/2016.

⁶¹ Entrevista realizada com Hikari em 04/10/2016.

por causa dessa minha afirmação idenitária quanto um brasileiro, né. Eu, como eu disse, optei por usar Thiago mesmo por uma situação de orgulho [de ser brasileiro], não queria ter que colocar um nome japonês ali só pra não ser importunado, né”.

Não é inseguro dizer que não existe uma única identidade brasileira. Diferentes regiões do Brasil possuem suas culturas únicas e não são vistas como mais ou menos brasileiras por essa questão. Desta forma, os nipo-brasileiros também não são mais ou menos brasileiros por causa das características únicas que os definem como um dos vários grupos étnicos dentro do Brasil. Muitas vezes, pelas características físicas e pela concentração das colônias em regiões específicas do Brasil estes ainda sejam vistos por alguns compatriotas como “algo diferente”, mas esta posição é bastante questionável.

Como já mencionado, essa pesquisa ainda pode ser muito mais explorada e será. Porém, com os recursos disponíveis, podemos dizer que mesmo em uma terra longínqua, muitos destes nipo-brasileiros mantiveram sua cultura hifenizada e seus costumes característicos, alguns deles apenas reafirmaram sua “brasilidade” com o tempo vivido no Japão, isso também vale para aqueles que foram em tenra idade para o país oriental e, ainda que, enquanto lá viveram, tinham poucas memórias do seu local de nascimento, o Brasil. Aqueles que cresceram em um meio social japonês, como Mitie, mesmo que estivessem em contato com seus familiares brasileiros, tiveram muito mais influência deste primeiro, acabando por se identificar muito mais com aspectos culturais do Japão.

No século XX a identidade nipo-brasileira entrou em processo de construção em meio a eventos como a Segunda Guerra Mundial e, inicialmente, a resistência de alguns brasileiros para com indivíduos não europeus no país e a resistência destes japoneses a se assimilar. No século XXI está identidade ainda é fluída, ainda existem indivíduos que se orgulham em afirmar suas origens, o que pode mudar ou não após um período vivendo no Japão. Porém, talvez ainda seja muito cedo para dizer com total certeza o que é a identidade nipo-brasileira e, ainda, o que seja a identidade brasileira.

Referencia Bibliográfica:

1. Entrevistas:

Entrevista realizada pelo autor com Eimi em sua residência, Londrina, em 26/07/2016.

Entrevista realizada pelo autor com Hikari no Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa, Universidade Estadual de Londrina em 04/10/2016.

Entrevista realizada pelo autor com Mitie no Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa, Universidade Estadual de Londrina, em 08/08/2016.

Entrevista realizada pelo autor com Tatsuo em sua residência, Londrina, em 03/08/2016.

Entrevista realizada pelo autor com Thiago no Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina em 08/10/2016.

2. Outras Fontes:

HANE, Mikiso. **Modern Japan: A Historical Survey**. United States: Westview Press, 1992

KAZUO, Fábio Ocada. **A Tecelagem da Vida com Fios Partidos: As motivações invisíveis da emigração decasségui ao Japão em quatro estações**. Araraquara, 2016. 140p.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade brasileira**. Tradução: Patricia Queiroz de Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001, 345p.

SHIZUNO, Helena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes do oriente ou perigo amarelo**. Londrina, EDUEL, 2010, p.197.

ACERVO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI) DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI): SÍNTESE SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ ENTRE AS DÉCADAS DE 60 A 90.

ISSN: 2595-1645

Beatriz Rosa do Carmo Silva (Graduação/UEM)

Éder da Silva Novak (Doutorado/UEM)

Lúcio Tadeu Mota (Orientador)

Resumo: A Assessoria de Segurança e Informação (ASI) atuava como um órgão de espionagem, no interior das instituições pública durante a Ditadura Civil-Militar de 1964 para coibir ações contra o regime autoritário. Um exemplo foi a ASI instalada dentro da FUNAI, para averiguar os funcionários dos postos indígenas, representantes do movimento indigenista e lideranças dos povos originários. Trata-se de uma vasta documentação que revela as ações dos agentes militares por todo o Brasil, no interior das comunidades indígenas e no controle do movimento indigenista. O objetivo aqui é demonstrar os resultados iniciais da pesquisa desenvolvida com estes documentos da ASI/FUNAI, que tratam das terras e grupos indígenas do Estado do Paraná. A metodologia consiste na leitura do acervo de fontes e sistematização destas em planilhas que contenham dados sobre o documento, autor, destinatário, qual terra indígena se refere, cidade, etnia e uma síntese do seu conteúdo, entre outras informações, que serão utilizadas para novas pesquisas sobre os povos indígenas do Paraná. Pelas leituras já realizadas comprovamos as contínuas ações dos indígenas em defesa dos seus interesses, sobretudo seus territórios, evidenciadas em recortes de jornais, cartas endereçadas as autoridades da FUNAI e demais documentos que reforçam a tese do protagonismo indígena.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Povos Indígenas. Paraná.

Introdução/Justificativa

A Assessoria de Segurança e Informação (ASI) foi um órgão de caráter censorador e de âmbito nacional, criado nos primeiros momentos da ditadura civil-militar brasileira, de 1964, ligado diretamente ao Serviço Nacional de Informação (SNI).

“Dentro do aparelho repressivo do Estado os órgãos de informação obedeciam a uma hierarquia. O SNI dava assessoria direta ao presidente da República. As Divisões de Segurança e Informação – DSIs, atendiam aos ministérios; e as Assessorias de Segurança e Informações – ASIs, operavam junto aos ministérios civis, autarquias, empresas e órgãos públicos.” (REVISTA CAROS AMIGOS, 2007, p.168).

Este órgão surgira com o intuito de espionar diversas instituições, afim de coibir ações dos chamados “subversivos” contra o governo vigente. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi uma das instituições governamentais que esteve sob controle da ASI neste período.

Através dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade foi possível ter contato com toda documentação produzida pela ASI/FUNAI entre as décadas de 1960 a 1980, revelando a ação militar em todo o Brasil, no interior das áreas indígenas e nos segmentos e instituições de apoio aos interesses dos povos indígenas.

O Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da UEM recebeu uma cópia da documentação da ASI/FUNAI, onde parte foi analisada e seus resultados expostos neste trabalho, a fim de, sistematizar os documentos, permitindo criar um novo acervo que possa servir de fonte para novas pesquisas na área da etno-história e assim evidenciar a atuação militar dentro de áreas indígenas bem como sua intensa resistência frente a perda de seus direitos.

Objetivo/Metodologia

Para a realização destas análises utilizamos de uma metodologia que consiste na leitura do acervo de fontes e sistematização destas em planilhas que contenham dados sobre o documento, como: identificação do volume, número de páginas, páginas, órgão emissor, remetente, destinatário, sujeito do documento, tipologia, nomes citados no documento, terra indígena, etnia, localização, data, assunto e uma breve descrição do que se trata o documento.

A planilha foi assim organizada, de forma a sistematizar o conteúdo do acervo em um único documento que pudesse evidenciar aspectos mais importantes de cada documento analisado, deixando claro em que circunstâncias os indígenas paranaenses eram citados e em quais tipos de documentos, para assim, evidenciar a atuação dos indígenas.

O objetivo deste trabalho é demonstrar como o acervo é composto, buscando criar um novo arquivo que possa futuramente ser usado em pesquisas na área de etno-história, em posteriormente evidenciar de que maneira os mecanismos de repressão como a ASI em conjunto instituições como a FUNAI, num momento de governo ditatorial, as autoridades passaram a lidar com os povos indígenas e como estes agiram frente a este novo contexto.

Resultados

Temos Observado durante muito tempo que a etno-história brasileira tem sido associada a uma história de usurpações e exploração de terras, direitos, cultura e até mesmo suas vidas. Este retrato criou uma imagem deturpada dos povos originários de nosso país, uma imagem que oculta suas raízes religiosas e culturais bem como da luta por seus interesses e posses. Autores como João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire que escreveram “A Presença Indígena na Formação do Brasil”, Manuela Carneiro da Cunha que organizou e escreveu “História dos índios no Brasil” e Ana Valéria Araújo que publicou “Povos Indígenas e a Lei dos “Branco”: o direito à diferença” já tem buscado evidenciar a cultura indígena e seu protagonismo diante da história, desmistificando a ideia que foram

indivíduos que se deixaram levar pelas circunstâncias ou por sua “vulnerabilidade” necessitando assim, alguém assumir o controle por sua cultura e história.

Ainda tem sido uma tarefa árdua encontrar trabalhos que tratem da história dos povos indígenas no contexto da ditadura civil-militar de 1964, sobretudo por uma ótica que privilegie seu protagonismo. Tal dificuldade se reflete na restrição de fontes deste trabalho que encontrou em trabalhos científicos como “Ditadura Militar em Terras Kaingang” de Clóvis Antônio Brighenti publicado pela ANPUH e artigos publicados como o de Egon Dionísio Heck intitulado “Povos Indígenas e o Brasil: Cinco Décadas de Ditadura”, que assim como este trabalho tem buscado esclarecer como a ento-história não passou despercebida pelo governo militar tendo sofrido como todo o país com as ações deste governo. Relatórios produzidos pela Comissão Nacional e Estadual da verdade como “Povos Indígenas e Ditadura Militar” publicado em 2012 também são de grande valor, uma vez que destinam-se justamente a esclarecer e evidenciar fatos relativos à Ditadura Militar que certamente irão contribuir para a construção de uma nova visão sobre etno-história dos povos indígenas do Paraná. Sem mais, pretendemos agora demonstrar o acervo utilizado como fonte deste trabalho, como é organizado e como foi sistematizando, expondo aqui seus resultados.

O acervo total disponibilizado ao Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Ethnohistória (LAEE/UEM) pela Comissão Nacional da Verdade é composto por 1.042 volumes, organizado em 12 séries temáticas, que são, respectivamente: Atividades Econômicas (AEC), Administração Geral (AGR), Delitos e Atividades Ilícitas (DAI), Desenvolvimento da Comunidade Indígena (DCI), Diretrizes Para a Titular dos Índios (DTI), Demarcação de Terras Indígenas (DTR), Entidades com Atuação na Causa Indígena (ECI), Missões Religiosas (MRL), Normas e Regulamentos (NRE), Pessoa Jurídica (PJU), Publicações de Outras Entidades (POI) e Pessoas (PSS).

Até o momento, das 12 séries, 8 foram sistematizadas por completo, 3 foram parcialmente sistematizadas e 1 série ainda não teve nenhum documento aberto.

A análise foi desta forma organizada a fim de demonstrar a composição do acervo, identificando nos diferentes tipos de documentos sua estrutura, e secundariamente buscar elementos que pudessem esclarecer de que forma vinham ocorrendo as ações das instituições governamentais, encontrando assuntos relativos ao universo indígena, bem como evidenciar os insistentes pedidos de apoio dos indígenas junto à FUNAI, muitas vezes não atendidos pelo órgão tutelar, adiados ou mesmo ignorados pelas autoridades que representavam a defesa em favor dos interesses indígenas.

Através das leituras observamos que os documentos excedem a delimitação temporal da Ditadura Civil-Militar brasileira, de 1964 a 1985.

Apesar de a ASI ter sido criada durante o governo militar, e fruto de sua busca por controle social, muitos documentos tem sua datação marca para além de 1985, ano que marca o fim do regime e início da redemocratização do Brasil. O documento mais antigo encontrado pertence a série *Demarcação de Terras Indígenas (DTR)*, volume BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0149, e data de 1961, foi produzido antes mesmo da instauração do golpe.

O documento mais recente encontra-se na série *Desenvolvimento da Comunidade Indígena (DCI)*, volumes BR_AN_BSB_AA3_DTI_DCI_0042 e BR_AN_BSB_AA3_DTI_DCI_0044, datam o ano de 1996, ou seja, onze anos após o fim da Ditadura Civil-Militar.

Dentro de cada série é possível observar assuntos comuns que interligam os documentos. Algumas tratam mais especificamente que questões de ordem burocrática e organização dos órgãos relacionados à FUNAI. É o caso das séries *Normas e Regulamentos (NRE)* e em menor medida *Desenvolvimento da Comunidade Indígena (DCI)*, onde na série NRE o Paraná aparece como um polo de comercialização de madeira e na série DCI há uma predominância de documentos burocráticos que fazem referência há investimentos, ou ausência de dinheiro, para investimentos financeiros de diversos fins, dentro das comunidades indígenas do Paraná. Também destaca trabalhos realizados por diversas entidades em apoio a causa indígena.

Outras apresentam assuntos mais pertinentes ao universo indígena, como as séries *Atividades Econômicas – AEC*, *Administração Geral – AGR*, *Entidades de Atuação na Causa Indígena – ECI*, *Missões Religiosas – MRL*, *Pessoa Jurídica – PJU*, *Publicações de Outras Entidades – POI*. Na série AEC e AGR, o Paraná aparece, respectivamente, como um polo de comercialização de madeira e um estado com muitas irregularidades dentro da 4ªDR⁶².

Nas séries seguintes encontramos uma predominância no que se refere a questão de terras. Na série *Atuação na Causa Indígena – ECI* predomina documentos sobre demarcações, posseiros e a luta indígena por sua terra e cultura. Em *Missões Religiosas – MRL* evidencia a grande atuação do CIMI⁶³ e imprensa jornalística em favor da luta indígena por suas terras, e a violência que sofriam devido essa disputa. A série *Publicações de Outras Entidades – POI*

⁶² 4ª Delegacia Regional, que corresponde a todo estado do Paraná.

⁶³ Conselho Indigenista Missionário.

apresenta documentos sem vinculação com a FUNAI que evidenciam as explorações de recursos naturais em terras indígenas e como estas explorações são prejudiciais. A série *Pessoa Jurídica – PJU* deixa claro a predominância de documentos de emissão tanto do MINTER/FUNAI⁶⁴ como da imprensa jornalística acerca da luta indígena por seus direitos e suas terras. Já as séries *Delitos e Atividades Ilícitas – DAI*, *Diretrizes para a Titular do Índios – DTI* e *Demarcação de Terras Indígenas – DTR* não foram sistematizadas completamente demonstrando resultados parciais.

Podemos dizer até o momento que a série *Delitos e Atividades Ilícitas* contém documentos relativos à coleta de informações dentro de comunidades indígenas, casos que buscam averiguar denúncias contra servidores, indígenas e empresas madeireiras. Na série *Diretrizes para a Titular do Índios* apresenta documentos referentes a ações tutelares como encaminhamento de indígenas para albergues, apoio médico e assistência às comunidades indígenas. Por fim, a série *Demarcação de Terras Indígenas* apresenta documentos como demonstrativos e quadros de demarcação de terras indígenas, crimes associados à disputa pela terra assim como resistência indígena em favor da posse de suas terras.

Devido à ausência de leituras ainda não é possível identificar quais assuntos são predominantes na série *Pessoas (PSS)*.

A seguir, faremos uma descrição quantitativa de como se constitui o acervo, e das tipologias encontradas na sistematização.

Atividades Econômicas – AEC

03 volumes correspondem ao Paraná; 05 volumes não correspondem ao Paraná; totalizam 08 Volumes constituídos por 2 Cartas, 1 Contrato.

Administração Geral – AGR

03 volumes correspondem ao Paraná; 13 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 16 volumes compostos por 4 Memorandos, 1 Ofício.

Desenvolvimento da Comunidade Indígena – DCI:

13 volumes correspondem ao Paraná; 37 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 50 volumes constituído por 9 Relatórios, 6 Tabelas, 2 Recortes de Jornal, 2 Ofícios, 2 Memorandos, 2 Portarias, 1 Publicação, 1 Certificado, 1 lista, 1 Telegrama.

Entidades de Atuação na Causa Indígena – ECI

⁶⁴ Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio.

02 volumes correspondem ao Paraná; 04 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 06 volumes compostos por 10 Artigos, 8 Cartas, 3 Ofícios, 3 Recortes de Jornal, 2 Memorandos, 1 Relatório, 1 Tabela, 1 Expediente.

Missões Religiosas – MRL

10 volumes correspondem ao Paraná; 12 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 22 volumes constituídos por 20 Recortes de Jornal, 6 Relatórios, 3 Cartas, 3 Memorandos, 3 Informativos, 2 Boletins, 2 Ofícios, 2 Transcrições, 1 Nota à Imprensa, 1 Tabela, 1 Informativo.

Normas e Regulamentos – NRE

07 volumes correspondem ao Paraná; 17 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 24 volumes compostos por 3 Regimentos Internos, 3 Listas, 2 Ofícios, 2 Tabelas, 1 Portaria, 1 Recorte de Jornal.

Pessoa Jurídica – PJU

04 volumes correspondem ao Paraná; 04 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 08 volumes constituídos por 9 Recortes de Jornal, 5 Ofícios, 3 Memorandos, 2 Telegramas, 1 Tabela, 1 Lista, 1 Prontuário, 1 Abaixo Assinado, 1 Relatório.

Publicações de Outras Entidades – POI

03 volumes correspondem ao Paraná; 13 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 16 volumes compostos por 2 Dissertações, 1 Relatório.

Delitos e Atividades Ilícitas – DAI

11 volumes correspondem ao Paraná; 16 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 27 volumes compostos por 5 Relatórios, 3 Memorandos, 2 Ofícios, 2 Recortes de Jornal, 2 Telegramas, 1 Comunicação de Serviço, 1 Nota de Serviço, 1 Laudo Antropológico, 1 Lista e 01 Carta. Restam 74 Volumes a serem sistematizados.

Diretrizes para a Titular do Índios - DTI

24 volumes correspondem ao Paraná; totalizando 27 volumes compostos por 12 Atas, 3 Memorandos, 3 Relatórios, 3 Ofícios, 2 Programações de Evento, 1 Lista, 1 Tabela e 1 Recorte de Jornal. Restam 52 volumes a serem sistematizados.

Demarcação de Terras Indígenas – DTR

24 volumes correspondem ao Paraná; 11 volumes não correspondem ao Paraná; totalizando 27 volumes compostos por 7 Tabelas, 3 Artigos, 3 telegramas, 3 Pareceres, 2 Ofícios, 2 mapas, 1 Memorial, 1 Decreto, 1 Certidão, 1 Relatório e 1 Apreciação. Restam 143 volumes a serem sistematizados.

Pessoas – PSS

É composto por 355 volumes que ainda não foram sistematizados.

Conclusão

As análises já realizadas evidenciaram uma atuação constante da ASI/FUNAI no território paranaense, nas terras e grupos indígenas do Estado, durante o período da ditadura militar e décadas seguintes. Notamos também, que os documentos têm datações variadas, se concentrando nas décadas de 1970 a 1980, mas apresentando datações mais antigas que o próprio golpe Civil-Militar e demonstrando sua permanência mesmo nos anos marcados pelo processo de redemocratização do governo brasileiro.

Assim como aborda a autora Manuela C. da Cunha “Os anos 70 são os do “milagre”, dos investimentos em infraestrutura e em prospecção mineral [...] Tudo cedia ante a hegemonia do “progresso”, diante do qual os índios eram empecilhos [...]” (HISTÓRIA DO ÍNDIOS NO BRASIL, 1992, P.17). Em suma, os anos 70 e 80 foram compostos por grandes obras e progresso do Brasil, onde as populações indígenas foram, uma vez mais, vistas como povos sem cultura ou história, apenas barreiras ao desenvolvimento.

Dentre o acervo, foram encontrados documentos oficiais – memorandos, ofícios - e não oficiais – cartas, dissertações – bem como documentos com origens diversas, sendo estes produzidos pela própria FUNAI e ASI ou sendo publicações em jornais, cartas enviadas as autoridades por grupos indígenas, comunicações feitas entre autoridades tutelares e delegacias, entre outros.

Das séries analisadas, os documentos referentes ao Paraná foram assim contabilizados: 38 recortes de jornais, 27 relatórios, 17 ofícios, 20 memorandos, 14 cartas, 20 tabelas, 13 artigos, 12 Atas, 7 listas 8 telegramas, 4 informativos, 3 pareceres, 3 regimentos internos, 2 transcrições, 2 boletins, 2 dissertações, 2 portarias, 2 nota de serviço, 2 mapas, 2 programações de evento, 1 prontuário, 1 contrato, 1 expediente, 1 publicação, 1 abaixo assinado, 1 certificado, 1 laudo antropológico, 1 memorial, 1 decreto, 1 certidão, 1 apreciação e 1 nota à imprensa.

Estes documentos não apenas evidenciam a constante atuação dos órgãos de vigilância do estado durante a ditadura civil-militar brasileira e a complacência da FUNAI perante este órgão. Os documentos reforçam também reforçam a tese do protagonismo indígena e a permanente luta um prol de seus diretos contra posseiros, grileiros ou ainda a própria justiça que encobriu crimes e marginalizou indígenas. Evidenciam tantos aspectos do universo indígena quanto da engrenagem que movia os meios de controle e repressão da ASI/FUNAI. Esperamos com este trabalho contribuir para as pesquisas em etno-história, sobretudo no

estado do Paraná, e assim levar a uma nova compreensão do que foi a ação dos povos originários perante as constantes intervenções resultante dos mecanismos que moveram a Ditadura Civil-Militar brasileira, tentando uma vez mais, desmistificar a ideia do indígena como ser incapaz de reagir ou pensar espontaneamente, mesmo frente a perda de seus bens e direitos, justificando uma tutela que foi e ainda tem sido causa da perpetuação deste conceito equivocado e usurpação de direitos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ana Valéria et alii. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BRASIL. **Povos Indígenas e Ditadura Militar**. Subsídios a Comissão Nacional da Verdade 1946-1988, 2012.
- BRIGHENTI, Clóvis Antônio. **Ditadura Militar em Terras Kaingang**. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- HECK, Egon Dionísio. **Povos Indígenas e o Brasil: Cinco Décadas de Ditadura**. Brasil de Fato, 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- REVISTA CAROS AMIGOS, 2007. ZELIC, Marcelo. Comissão Nacional da Verdade e Povos indígenas: A Um Passo da Omissão, 2014.

ACOMODAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO BUDISMO DE TERRA PURA EM LONDRINA (1950-2014)

ISSN: 2595-1645

Leonardo Henrique Luiz (História - UEL)

Orientador: Richard Gonçalves Andre

Resumo: A presente comunicação analisa os processos de transformação no campo budista japonês em Londrina-PR, deixando de ser apenas voltada para o público nikkei - 日系 - e redirecionando suas atividades para os que não fazem parte do círculo de japoneses e descendentes. Buscamos sugerir como as práticas e discursos do Budismo podem ser analisados a partir da relação com as atividades desenvolvidas pela Seicho-no-Ie - 生長の家 - (Lar do Progredir Infinito). Tendo como ponto central a hipótese de que a Seicho-no-Ie buscou fiéis de maneira abrangente desde os primeiros anos no Brasil, enquanto que o templo Nishi Honganji - 西本願寺 - (da escola budista da Terra Pura) de Londrina só recentemente passou a ter essa percepção. Metodologicamente, mapeamos a dinâmica das duas religiões por meio do jornal nikkei Paraná Shimbun (1979-2012). Da perspectiva teórica a pesquisa foi apoiada no conceito de campo religioso (BOURDIEU, 2005).

Palavras-chave: Budismo. Paraná Shimbun. Seicho-no-Ie.

Introdução

O Budismo japonês está presente no Brasil de forma não institucionalizada desde o começo do século XX com a chegada dos primeiros imigrantes vindos do Japão, mas é só a partir de 1950 que podemos perceber o fenômeno de institucionalização dos templos budistas em diferentes localidades do país. Nesse sentido, o presente texto analisa os processos de transformação no campo budista em Londrina-PR, deixando de ser apenas voltada para o público nikkei⁶⁵ - 日系 - e redirecionando suas ações para os que não fazem parte do círculo de japoneses e descendentes. Essa mudança pode ser notada por meio de atividades que comportem de maneiras mais abrangentes os *outsiders*.

Para os objetivos do presente trabalho, buscamos sugerir como as práticas e discursos do Budismo de Terra Pura⁶⁶ podem ser analisados a partir da relação com as atividades desenvolvidas pela Seicho-no-Ie - 生長の家 - (literalmente: Lar do Progredir Infinito). Defendendo a hipótese de que a Seicho-no-Ie buscou fiéis de maneira abrangente desde os

⁶⁵ Japoneses ou descendentes nascidos fora do Japão que emigraram para a América.

⁶⁶ Também referido como "Jodo Shinshu" - 浄土真宗 - ou "Verdadeira Escola da Terra Pura", foi criada por Shinran Shonin (1173-1262) no Japão a partir da escola Jodo Shu - 浄土宗 - fundada por Honen Shonin (1133-1212). Tem como centro de suas práticas a recitação do *Nembutsu* - 念仏 - (*namu amida butsu* - 南無阿弥陀仏 -) "Eu me refugio no Buda Amida" (BUDISMO, 2013).

primeiros anos no Brasil, enquanto que o templo Nishi Honganji - 西本願寺 - (pertencente à escola budista da Terra Pura) de Londrina só recentemente passou a ter essa percepção.

Buscamos refletir sobre o processo de estruturação do campo religioso budista em Londrina entre 1950 e 2014, tendo em vista como o espaço do templo Nishi Honganji foi apropriado, de diferentes formas, por parte da comunidade japonesa como um local onde a identidade pôde ser preservada, e a partir disso, de que modo e quando o templo passa a visar os não-descendentes de japoneses. O paralelo com a Seicho-no-Ie possibilitou pensar até que ponto o Budismo de Terra Pura consegue se perpetuar no Brasil, e quais são as ações das Novas Religiões Japonesas⁶⁷ - *Shin Shûkyô* 新宗教 - se colocadas em perspectiva com as realizadas pela instituição budista. Ressaltamos que tais diferenças podem ser percebidas sobretudo durante a década de 1980 por intermédio do jornal nikkei Paraná Shimbun.

Da perspectiva teórica, o conceito de campo religioso é abordado no sentido proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2005), no qual é caracterizado como um espaço simbólico relativamente autônomo⁶⁸, que é ocupado por indivíduos em diferentes posições sociais. Os agentes no interior de cada campo disputam uma disputa concorrencial particular e visam determinados troféus. Conforme Renato Ortiz (2003, p. 19 – grifos no original): “O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”, ou seja, disputam entre si de forma desigual pelo exercício legítimo do monopólio da estrutura do campo. Segundo Bourdieu, o campo religioso é marcado pela relação dinâmica entre o corpo sacerdotal e os leigos, no qual os sacerdotes são providos de capital religioso que tornaria legítimo seu discurso consagrado perante os fiéis. Dessa forma estabelecem a relação desigual com o sagrado atuando como especialistas nos bens de salvação. Nesse sentido, os diferentes campos religiosos são constituídos como espaços sociais de conflitos, na medida em que atuam na busca por fiéis que lhes conferem capital simbólico disputando o monopólio dos “[...] bens de salvação e do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras as representações

⁶⁷ Grupo de religiões que começaram a surgir na segunda metade do século XIX, tendo a maior expansão com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945. Algumas dessas religiões são: Seicho-no-Ie, Igreja Messiânica Mundial, Perfect Liberty, Tenrikyô.

⁶⁸ Um campo só é entendido como tal devido à característica autônoma, na medida em que ela estabelece a distinção entre os diferentes campos que compõe a sociedade (campo político, religioso, jurídico). Dessa forma, o conceito de campo deve ser trabalhado dentro de uma realidade histórica definida, pois dentro de determinadas épocas as distinções entre as esferas políticas, econômicas, artísticas podem não ser claras (CHARTIER; BOURDIEU, 2011, p. 117-119).

e as práticas dos leigos [...]” (BOURDIEU, 2005, p. 57), em outras palavras, a legitimidade enquanto religião reconhecida.

As transformações históricas pelas quais passaram os imigrantes e descendentes em Londrina proporcionou a institucionalização da religião e o desenvolvimento do campo no qual “[...] se produz e se reproduz a *crença* [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 14 e 15 – grifos no original), constituindo um espaço dedicado ao culto religioso que também pode ser analisado como um espaço de memória e afirmação da identidade étnica. Para sustentar as hipóteses sugeridas e situar historicamente o processo de acomodação do Budismo, recorreremos como corpo documental principal às notícias do periódico “Paraná Shimbun” (principalmente durante a década de 1980) disponíveis no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL). A análise do periódico buscou relacionar as mudanças sociais em âmbito local, regional e nacional (os anos da ditadura, a vinda da família imperial japonesa, a eleição de nikkeis para cargos políticos, etc.) com as diferentes formas que o templo foi representado pelo periódico.

A escolha do Paraná Shimbun contribuiu para apresentar detalhes dos eventos do templo que não são noticiados nos outros meios de comunicação mais prestigiados da cidade (Jornal de Londrina, Folha de Londrina, entre outros) os quais enfatizavam os aspectos exóticos da religião japonesa. Para o mapeamento das atividades da Seicho-no-Ie e do Budismo, selecionamos todas as menções encontradas (tanto em português quanto na parte em japonês), e comparamos quais tipos de atividades foram realizadas: se voltadas para os nikkeis; em português ou japonês; o local; etc. É importante mencionar que o jornal foi estruturado de diferentes formas conforme o período em questão, de uma maneira geral o jornal é dividido em duas partes: 1º - as principais matérias em português (normalmente as notícias sobre o templo foram encontradas na primeira e segunda página); 2º - as matérias em japonês, interessante notar que por diversas vezes algumas das matérias abordavam assuntos diferentes.

Para além do Paraná Shimbun, se levarmos em conta os principais documentos da imprensa local que mencionam o templo budista, tais como artigos de jornais ou revistas percebemos que é marcadamente enfatizado os aspectos do templo como possuidor das características tradicionais das “Igrejas japonesas”, dando destaque para o “exotismo” encontrado no pátio e interior do templo (PARIS, 1986; MÁXIMA COMUNICAÇÃO, 2008; ASSOCIAÇÃO PRÓ MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO, 2004; ALMEIDA, 1954 apud MAESIMA, 2012; LONDRINA HOJE, 1969). Essas reportagens acabam “[...] negligenciando a história propriamente dita dos imigrantes japoneses no Brasil e suas

múltiplas implicações. Ou seja, valorizaram-se cristalizadas imagens orientalistas em detrimento da imigração japonesa em si [...]” (ANDRÉ, 2011, p. 26). Muitos desses documentos inclusive citam o templo como um ponto turístico indispensável para se conhecer na cidade. Mesmo no *site* da prefeitura o templo está categorizado como um patrimônio religioso de Londrina, embora não seja um patrimônio tombado. (PREFEITURA, [s.d]).

O ponto central da pesquisa é pensar como o templo budista estabeleceu estratégias de proselitismo religioso para se perpetuar em terras brasileiras. Dessa forma, estabelecemos como marco inicial o próprio ano de construção do templo (1950), mas levamos em consideração e discutimos os processos anteriores que possibilitaram a fixação do Budismo em Londrina. A periodização abarca até o ano de 2014, visto que nesse período é quando podemos perceber uma série de tentativas de mudança da postura da comunidade local do templo para buscar novos fiéis. Em termos de temporalidade, dentro desse limite de estudos estabelecidos, destacamos que durante a década de 1980 é quando observamos o campo budista realizando atividades que abarcaram essencialmente os nikkeis, enquanto que a Seicho-no-Ie exercia um contínuo processo de expansão dos seus fiéis para além do círculo étnico. Mesmo ambas as religiões tendo chegado ao Brasil por meio da imigração, a mudança de tal quadro é percebida a partir de documentos e atividades realizadas no templo Nishi Honganji por volta do ano de 2014, nos quais verificamos indícios que destacaram a importância dos não nikkeis para a perpetuação do Budismo no Brasil.

Budismo Étnico e a Relação com a Seicho-no-Ie

A situação de crise geracional⁶⁹ do campo religioso budista em Londrina é decorrente das características próprias da vertente Nova Escola de Terra Pura, sendo que outras religiões de origem japonesa conseguiram expandir suas atividades transcendendo a esfera étnica. Dentre essas religiões que alcançam significativa reprodução social no Brasil, destaca-se o grupo das Novas religiões Japonesas que se baseiam em crenças populares (GONÇALVES, 1971, p. 66), possuindo estratégias eficazes de apropriação dos elementos presentes em outras noções religiosas ou filosóficas tanto do Ocidente como do Oriente. Os casos mais marcantes

⁶⁹ Entendemos por crise geracional a dificuldade do Budismo se perpetuar em terras brasileiras. No qual os imigrantes de primeira geração (*isseis*) praticavam o Budismo, mas a religião não conseguiu atrair de maneira efetiva os membros da segunda geração (*nisseis*).

no Brasil são a Soka Gakkai Internacional, a Seichô-no-ie e a Igreja Messiânica Mundial⁷⁰. Para explorar como tais características se manifestaram em Londrina, analisamos algumas edições do jornal Paraná Shimbun, defendendo a hipótese de que a Seicho-no-Ie buscou fiéis desde os primeiros anos no Brasil, enquanto que o templo budista só recentemente sistematizou essas práticas.

As atividades de proselitismo da Seicho-no-Ie são relativamente bem datadas. De acordo com Takashi Maeyama (1967, p. 64), “No período anterior à guerra, a Seichô-no-Iê tinha limitado a doutrinação, somente através de revistas, livros e conferências, não havendo atividade organizada entre os adeptos”. Esse quadro religioso manteve-se entre os imigrantes até o início do processo de fixação em pequenas propriedades, quando abandonam a vida de colonos (MAEYAMA, 1967, p. 99). Podemos considerar que, até a década de 1960, a Seicho-no-Ie atuou “[...] para a preservação do patrimônio étnico-cultural da comunidade nipônica [...]” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 22), sendo que, até 1966, Maeyama aponta que é “insignificantes [a quantidade] [d]os indivíduos não japoneses” (MAEYAMA, 1967, p. 115 e 116). É importante ressaltar que inicialmente a difusão da religião se deu principalmente pela crença na mensagem religiosa pelos fiéis, sem uma organização sistemática e institucional. Sugerimos que a mudança mais intensa desse quadro começa em finais de 1967, a partir de uma exigência lançada pelo fundador Masaharu Taniguchi para a Seicho-no-Ie no Brasil, na qual Taniguchi teria exigido que só viria ao Brasil se a religião estivesse propagada entre os não japoneses. Nas palavras de Maeyama (1967, p. 143),

Quando os adeptos no Brasil solicitaram a TANIGUCHI a sua presença para o ato inaugural da ‘Sede de Doutrinação Sul-Americana’ e a instalação do ‘Conselho dos Adeptos do Seicho-no-Ie de Tôda América do Sul’, previstos para novembro de 1967, TANIGUCHI se negou a dar aquiescência dizendo que não viria enquanto não se tornasse realizada a propagação da seita entre os elementos não japoneses.

Essa exigência de Taniguchi pode ser interpretada como uma forma de estabelecer novos caminhos para a propagação da Seicho-no-Ie no Brasil e um dos marcos para analisar as estratégias desenvolvidas visando os não nikkeis. Ligado a essa postura de Taniguchi, a Seicho-no-Ie desenvolveu uma série de mecanismos institucionais para cumprir a exigência.

⁷⁰Fundada em 1935 por Mokiti Okaba, tem o recebimento do *Johrei* como o rito fundamental no qual “[...] ocorreria a transferência da energia espiritual por intermédio da imposição das mãos, purificando o espírito e sanando males físicos e mentais [...]” (ANDRÉ, 2011, p. 22)

Dentre eles, destacamos o envio de pregadores japoneses com o objetivo de ministrar cursos para brasileiros e estruturar a organização no Brasil ao mesmo tempo em que se elevou o grau de supervisão japonesa das atividades realizadas em terras brasileiras (MAEYAMA, 1967, p. 139). A relação da sede em São Paulo com a sede japonesa é grande a ponto de “[...] a totalidade da organização no Brasil constitui uma miniatura da Seichô-no-Iê do Japão.” (MAEYAMA, 1967, p. 177). Entretanto, existem diferenças significativas adaptadas para o contexto brasileiro.

O mais notável para o proselitismo religioso entre não descendentes é a atuação do “Departamento de Divulgação em Português”. Organizado em 1956, buscou traduzir os textos de Taniguchi para a língua portuguesa, destacando as traduções feitas da obra “A verdade da Vida” de Taniguchi, que é o principal texto do líder religioso. Com esses novos fiéis não descendentes, a própria Seicho-no-Ie parece ter se adaptado. Conforme aponta Maeyama, com a ampliação de adeptos, começaram a surgir grupos de leitores sem a participação de japoneses, mas mantendo as obrigações e ligações com a organização da Seicho-no-Ie (MAEYAMA, 1967, p. 189). Para Leila M. Basto de Albuquerque (1999, p. 107)

[...] o proselitismo empreendido pela Seicho-no-Ie junto à população brasileira, no final da década de 60, não só garantiu a sua sobrevivência no Brasil como possibilitou o seu crescimento. Estes dados também mostraram, contudo, que a penetração na sociedade nacional exigiu algumas adaptações da sua doutrina à cultura religiosa brasileira. Isso foi possível, certamente, pela estrutura sincrética da doutrina da Seicho-no-Ie.

Decorrente desse cenário, podemos perceber como a Seicho-no-Ie de Londrina planejou diversas atividades visando ampliar gradativamente seus espaços de atuação, tal como a divulgação dos seminários infanto-juvenis na década de 1980 organizados pela Associação dos Moços Seicho-no-Ie de Londrina (PARANÁ SHIMBUN, 14/05/1980; PARANÁ SHIMBUN, 08/04/1981; PARANÁ SHIMBUN, 22/04/1981; (PARANÁ SHIMBUN, 03/11/1982). Tais eventos não se prendiam à transmissão da mensagem religiosa, pois contou com “[...] palestrar, teatrinhos, música, folclore e recreações.” (PARANÁ SHIMBUN, 14/05/1980), elaborando uma forma de relação social ampla com os participantes.

Se compararmos com as atividades do templo budista presentes no Paraná Shimbun no mesmo período da década de 1980, percebemos que a maioria se concentrou na organização de atividades voltadas para a própria comunidade nikkei. Efetivamente, as fontes da década de

1980 possibilitam sugerir que o templo ocupou um espaço privilegiado que transcendeu a esfera religiosa (do ponto de vista ocidental, na medida em que para os japoneses a distinção entre atividade religiosa e outras práticas sociais não está colocada na mesma perspectiva ocidental). Sendo significativa a existência da “Escola Lumbini⁷¹” que realizou, por exemplo, através da “Associação da Igreja Nishi Honganji de Pais e Mestres da Escola Lumbini” uma “festa poli-esportiva” na ACEL (Associação Cultural e Esportiva de Londrina) (PARANÁ SHIMBUN, 28/05/1980). Além da escola, podemos citar outros eventos em que o espaço do templo foi utilizado para manifestações culturais ou políticas da comunidade nikkei, como a “Homenagem a UENO” (PARANA SHIMBUN, 13/10/1982) na qual se reuniram “um grande grupo da comunidade nipo-brasileiro” e lideranças políticas locais para apoiar a candidatura do deputado federal.

Esses eventos revelam também que a prática de frequentar os espaços do templo pode ser refletida como um costume entre os nikkeis. Tal característica é mantida mesmo atualmente e principalmente pelos membros de primeira e segunda geração (*isseis* e *nisseis*⁷²), conforme podemos perceber por meio do relato de Estela Okabayashi Fuzzi⁷³ (ANDRÉ, 2015) sobre sua participação nos eventos do templo:

Mas só familiar né, as outras cerimônias eu nem sei quais são... eu ia quando é morreu faleceu então o corpo tava lá ou então no 7º dia *yonjyuukunichi* [49 dias] também né os 49 dias aquelas coisas todas assim, então eu parti... e continuo participando né, mas se perguntar o significa tal [ininteligível]? Eu não sei... não sei dizer...

Podemos identificar que, mesmo sendo uma *nissei* cujo sogro participou ativamente nas atividades do templo⁷⁴, Fuzzi conhece pouco das diversas cerimônias budistas, sendo que participa, principalmente, das cerimônias fúnebres.

Tendo em vista esse quadro, no qual, o templo budista foi apropriado como um espaço étnico onde se desenvolveram tanto práticas religiosas quanto atividades para a comunidade

⁷¹ Nome de uma região no Nepal sobre a qual é atribuída o nascimento do Buda. Inclusive, é um nome usado em outras escolas ligadas ao Budismo de Terra Pura no Brasil (JORNAL DO HONGWANJI, 05/2013).

⁷² Cada geração de *nikkeis* recebe uma denominação própria: *isseis* são os imigrantes japoneses, *nisseis* são os filhos dos imigrantes, *sanseis* netos dos imigrantes (assim por diante).

⁷³ É a primeira *nikkei* (*nissei*) nascida em Londrina (1933), atualmente coordena o Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa na Universidade Estadual de Londrina.

⁷⁴ Kurakichi Fujii foi o primeiro presidente da associação do Nishi Honganji, tendo contribuído com objetos religiosos vindos do Japão para o templo (ANDRÉ, 2015).

nikkei, enquanto que a Seicho-no-Ie buscou desenvolver um conjunto de práticas e estratégias em âmbito nacional para se perpetuar entre os não descendentes, atuando como religião universal. Essa conjuntura em Londrina pode ser analisada pela amplitude dos eventos de cunho religioso realizados pelas duas instituições. Além das diversas festas e festivais já sugeridos que o templo organizou na década de 1980, foram realizados outros encontros cujo foco era a difusão e consolidação da mensagem religiosa, sendo que grande parte desses eventos foi planejada dentro de um cenário regional/nacional englobando outros templos.

Dentre tais eventos, destacamos a realização do “18º Congresso dos Jovens Budistas” (PARANA SHIMBUN, 01/07/1981), o “Congresso Sul-Americano de Senhoras Budistas” (PARANA SHIMBUN, 10/10/1984; PARANA SHIMBUN, 17/10/1984; PARANA SHIMBUN, 24/10/1984) e o “22º Congresso Brasileiro de Jovens Budistas” (PARANA SHIMBUN, 12/06/1985; PARANA SHIMBUN, 31/07/1985). Nesses eventos, notamos o enfoque em um grupo específico de indivíduos (jovens ou senhoras) que já participavam das atividades do templo. Dentre eles, os encontros para jovens foram os que abrangeram de forma mais eficaz novos membros, na medida em que buscaram palestrantes brasileiros⁷⁵. Mesmo assim, o Congresso de Senhoras Budistas contou com mais participantes⁷⁶.

Por outro lado, a Seicho-no-Ie, tendo em vista as estratégias desenvolvidas, organizou eventos que buscaram temas mais abrangentes como a “paz mundial” (PARANA SHIMBUN, 29/08/1984; PARANA SHIMBUN, 19/08/1984). Possivelmente, o evento mais representativo que demonstra a diferença de desenvolvimento entre as religiões é o “O Grande Seminário da Seicho-no-Ie” (PARANA SHIMBUN, 02/06/1982; PARANA SHIMBUN, 09/06/1982; PARANA SHIMBUN, 16/06/1982; PARANA SHIMBUN, 23/06/1982; PARANA SHIMBUN, 30/06/1982; PARANA SHIMBUN, 07/07/1982), que contou com a participação de “mais de doze mil pessoas”, além da presença do “Vice-Presidente da Seicho-no-Ie [Seicho Taniguchi]” (PARANA SHIMBUN, 07/07/1982) e que foi realizado no ginásio de esportes do “Moringão”⁷⁷. Ao colocar esse evento em perspectiva com os congressos organizados pelo templo, notamos como por meio das condições objetivamente elaboradas, tanto em termos de infraestrutura como de esforço para a elaboração de estratégias de

⁷⁵ No Congresso de 1981, as palestras foram deixadas a cargo do professor Eduardo Basto de Albuquerque, na época professor de História da Universidade Estadual de Londrina (PARANA SHINBUM, 01/07/1981) e especialista sobre o Budismo no Brasil.

⁷⁶ Os congressos para jovens tiveram aproximadamente 500 participantes (PARANA SHINBUM, 01/07/1981), enquanto que para as senhoras foram cerca de 1500 pessoas (PARANA SHINBUM, 24/10/1984).

⁷⁷ Nome popular do Ginásio de Esportes Prof. Darci Cortez, cujo espaço é utilizado para realização de eventos esportivos, culturais, formaturas, etc.

proselitismo religioso, que a Seicho-no-Ie de Londrina conseguiu atrair indivíduos de forma mais eficaz que o Nishi Honganji, que se preocupou mais com os membros da comunidade nikkei.

Por fim, consideramos que essas estratégias só foram possíveis de serem adotadas pela posição estrutural/estruturante das instâncias religiosas em relação ao fenômeno de acomodação dos japoneses no Brasil. Além disso, é importante refletir que a circulação da mensagem religiosa implicou reinterpretações operadas consciente ou inconscientemente (BOURDIEU, 2005, p. 51). Portanto, foram parte de um esforço mais ou menos metodológico de perpetuação das religiões no Brasil que tiveram diversas variações.

Considerações Finais

Conforme sugerido ao longo da pesquisa, o processo de acomodação do Budismo japonês no Brasil constitui-se como fenômeno complexo, principalmente quando há a predominância do elemento étnico, como no caso do templo Nishi Honganji em Londrina. Devido ao progressivo envelhecimento dos adeptos e a não reprodução da prática religiosa para as outras gerações de nikkeis, o templo budista passou a necessitar da elaboração de estratégias para se perpetuar como campo religioso institucionalizado. Tais estratégias são mais perceptíveis nos últimos anos. Nesse sentido, buscamos destacar como esse quadro está diretamente relacionado a um conjunto de fatores históricos, dentre os quais, o próprio conjunto doutrinário do Budismo de Terra Pura desenvolvido no Japão como uma “tradição” e perpetuado como costume social ligado ao culto aos antepassados.

Por fim, como analisado ao longo do texto, a Seicho-no-Ie buscou estratégias de proselitismo para se perpetuar no Brasil desde a década de 1960. Por outro lado, a estruturação do campo budista apresenta correlação direta com os fenômenos que marcaram a trajetória dos nikkeis no Brasil, sendo que o processo de enraizamento e as características próprias das escolas budistas foram determinantes para a presença institucional em Londrina. A organização de estruturas com base nas existentes no Japão figura como parte da luta pela etnicidade. Por isso, a preservação da língua, da religião e demais práticas culturais são elementos que caracterizam a comunidade reunida em torno do templo Nishi Honganji. Nesse sentido, a institucionalização do templo em meio a um grupo marcadamente étnico não constitui fator isolado, na medida em que faz parte de um espaço onde a cultura nipônica pôde sobreviver e negociar a própria identidade do imigrante.

Referências:**1. Fontes primárias****- Jornais⁷⁸**

JORNAL DO HONGWANJI. São Paulo, n. 371, maio 2013.

PARANÁ SHIMBUN, 14/05/1980.

PARANÁ SHIMBUN, 28/05/1980.

PARANÁ SHIMBUN, 08/04/1981.

PARANÁ SHIMBUN, 22/04/1981.

PARANÁ SHIMBUN, 01/07/1981.

PARANÁ SHIMBUN, 02/06/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 09/06/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 16/06/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 23/06/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 30/06/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 07/07/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 13/10/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 03/11/1982.

PARANÁ SHIMBUN, 19/08/1984.

PARANÁ SHIMBUN, 29/08/1984.

PARANÁ SHIMBUN, 10/10/1984.

PARANÁ SHIMBUN, 17/10/1984.

PARANÁ SHIMBUN, 24/10/1984.

PARANÁ SHIMBUN, 12/06/1985.

⁷⁸ As datas são referentes aos jornais citados no trabalho.

PARANÁ SHIMBUN, 31/07/1985.

– **Entrevistas e caderno de campo**

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Entrevista com Estela Okabayashi Fuzzi e Stela Okabayashi Fuzzi**. 2015. Acervo pessoal.

– **Materiais religiosos**

BUDISMO da Terra Pura: um guia. São Paulo: Comunidade Budista Sul Americana da Escola Jodo Shinshu Honpa Hongwanji, 2013.

– **Artigos de revistas e boletins**

LONDRINA HOJE, Londrina, abr. 1964.

MÁXIMA COMUNICAÇÃO. **Templo Budista Honganji abriga beleza e espiritualidade**, Londrina, 16 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.planetasercomtel.com.br/passeios/16421/templo-budista-honganji-abriga-beleza-e-espiritualidade.html>>. Acesso: em 18 abr. 2015.

PARIS, Stela. Templos Orientais. **Aqui Londrina**, Londrina, jun. 1986, p. 29.

– **Fonte memorial e oficial**

ASSOCIAÇÃO PRÓ MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. As Religiões em Londrina. In: **Raízes e Dados Históricos – 1930 – 2004**. Londrina: edição Humanidades, 2004. p. 246.

PREFEITURA do Município de Londrina. **Identidade Londrina**, Londrina, [s.d.]. Disponível em: <<http://identidadelondrina.com.br/bens-patrimoniais/templo-budista-honganji/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Seichô-no-ie do Brasil: Agradecimento, Obediência e Salvação**. São Paulo: Annablume, 1999.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 27-78.

_____. **O Poder Simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

_____; CHARTIER, Roger. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GONÇALVES, Ricardo Mário. A Religião no Japão na época da emigração para o Brasil e suas repercussões em nosso país. In: **O Japonês em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971.

MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira**: Londrina, 1930/1958. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

MAEYAMA, Takashi. **O imigrante e a religião**: estudo de uma seita religiosa japonesa em São Paulo. 1967. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORTIZ, Renato. Introdução: A Procura de Uma Sociologia da Prática. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p.7-30.

AS DIFERENTES NOÇÕES CONCEITUAIS NAS PRODUÇÕES HISTORIOGRAFICAS SOBRE O PROGRESSO DO ESPAÇO NORTE- PARANAENSE (1989-2000)

ISSN: 2595-1645

Marcos Vinícius Ferreira Leite ⁷⁹•

Orientador: Wander de Lara Proença

Milena Dalla Torre Santos

Orientador: Marco Antônio Soares•

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender como as noções de progresso foram trabalhadas e exercidas na formação do território paranaense, identificando o que motivou este conceito a sofrer tamanhas diversidades em seu significado frente ao imaginário e representação no contexto histórico do desenvolvimento urbano da região norte do estado do Paraná, onde o lugar social e o ambiente historiográfico estão ligados diretamente a diferentes formações e transformações que as academias universitárias sofreram durante o período da segunda metade do século XX. Isto pois, entre as décadas de 50 a 90, a visão e a escrita da historiografia passaram por momentos de rupturas e remodelações interligadas diretamente no conceito chamado por François Hartog de Regime de Historicidade, que em sua definição, o poder simbólico das instituições faz a historiografia seguir certas regras do campo intelectual, em que os conceitos abordados, palavras utilizadas e influencias locais da escrita ditam uma característica historiográfica de seu período publicado, as quais, serão analisadas e debatidas neste trabalho.

Palavras Chave: Noções de progresso, lugar social e ambiente historiográfico.

O conceito de progresso, ao procurarmos no dicionário da língua portuguesa como Michaelis (2002) encontramos uma similaridade em seus significados e definições, das quais, resulta em uma ideia de mudança de estado (de algo) que o move para um patamar a frente, ocasionando um autodesenvolvimento sobre a sua recente transformação.

Com isto, se buscarmos por um significado mais teórico sobre a modernidade da vida urbana e tecnológica, encontramos o conceito de progresso relacionado a uma incorporação de avanços no dia a dia das pessoas, seja ela nas novas conquistas do campo tecnológico, da saúde, da construção, dos transportes, e dentre outros mais.

• História, UEL.

No entanto, em um contexto histórico de transformação de uma determinada região ou cidade, o conceito de progresso é representado por um significativo crescimento, a qual, consecutivamente está relacionada a um processo de enriquecimento desta região ou cidade, a partir do levantamento de casas comerciais, instalação de indústrias, estradas, meios de comunicações, transportes urbanos e desenvolvimento coletivo.

Deste modo, é neste último contexto histórico que o conceito de progresso está inserido na formação do território paranaense, onde foi palco de uma diversidade de estudos e pesquisas por parte de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, em que, dentre elas, objetivaram narrar, discutir, compreender, criticar e dialogar entre elas, sobre o imaginário e representação, que o conceito de progresso foi exercido nesta conflituosa região, frente a uma política de interesses lucrativos e econômicos.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo compreender como as noções de progresso foram trabalhadas e exercidas na formação do território paranaense, identificando o que motivou este conceito a sofrer tamanhas diversidades em seu significado frente ao imaginário e representação no contexto histórico do desenvolvimento urbano da região norte do estado do Paraná, a qual, o lugar social e o ambiente historiográfico estão ligados diretamente a diferentes formações, rupturas e transformações que as academias universitárias sofreram durante o período da segunda metade do século XX.

Isto pois, na questão sobre o conceito de progresso, esta região foi cenário de constantes conflitos que vão desde a desocupação das terras até a questão da posse das mesmas, ao desmatamento desenfreado da região, dos conflitos e interesses políticos que provocaram uma mudança drástica no território paranaense, onde a mesma estava inserida juntamente no contexto da formação do território nacional.

Por conseguinte, neste mesmo período entre as décadas de 1950 a 1990, as interações entre o conhecimento, as ideologias e as exigências da escrita no campo das academias paranaenses e do Brasil, foram se transformando com o passar das anos, em que, o tradicionalismo historiográfico dos anos 1950 e 1960 preocupado com a criação de uma identidade regional, personagens, símbolos e tradições, foi dando espaço a uma nova conscientização sobre as noções do tempo e de região nos anos 1970 e 1980, entre os quais, um crescimento sobre o interesse na história regional passou a ser o centro das atenções das academias, que relacionavam a problematização do desenvolvimento do capitalismo, frente a sua ação de “modernização progressista” dos espaços regionais.

No período seguinte referente a década de 1990 a 2000, a historiografia passa novamente por uma transformação de sua visão e escrita sobre a história regional, a qual, não

mais se buscava dar continuidade histórica sobre a identidade de uma certa região paranaense em seus recortes temporais, mas sim, passa a ser questionado a autenticidade e a continuidade dessas construções de identidades, onde o ambiente das academias abre um novo espaço para o olhar crítico e investigador do historiador, alterando diretamente a escrita historiográfica desta época, que busca abordar novos campos e temas frente a esta investigação, onde o fator ambiental e social é levado em conta frente as mudanças e rupturas que o território paranaense sofreu durante a criação das identidades regionais.

Com isto, as fontes historiográficas utilizadas como objeto de estudo para este tema consistem em três dissertações de mestrado que melhor debatem e dialogam sobre os diferentes conceitos de progresso que foram utilizadas por diversas esferas de interesse político, econômico e social entre as décadas de 1950 a 2000.

A primeira delas é desenvolvida por Jorge Cernev em *“LIBERALISMO E COLONIZAÇÃO: O CASO NORTE DO PARANÁ”* que foi defendida e publicada em 1988 pela Universidade Gama Filho (UGF), e teve sua republicação em forma de livro no ano de 1997 pela editora UEL; em seguida a dissertação de Nelson Dacio Tomazi em *“CERTEZA DE LUCRO E DIREITO DE PROPRIEDADE: O MITO DA COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ”* onde foi defendida e publicada em 1989 pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); e por fim, a dissertação de Rogério Ivano em *“CRÔNICAS DE FRONTEIRA: IMAGENS E IMAGINÁRIO DE UMA TERRA CONQUISTADA”* sendo defendida e publicada no ano de 2000 pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Desta forma, a introduzir cada obra ao conceito de progresso e compreender a suas diferentes formas de escrita e abordagem historiográfica como objetivos específicos, iniciamos com a dissertação de Jorge Cernev, que se encaixa em uma “narrativa historiográfica tradicional” (utilizada pelos intelectuais dos 1950 a 1960) da formação do território norte paranaense como cenário principal a construção da cidade de Londrina por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Em sua dissertação, Cernev observa as ações da Companhia de Terras Norte do Paraná identificando fatos e atitudes extraídos de seu desempenho, que nas palavras do autor, ele busca encontrar a fundamentação que identifica a influência do pensamento liberal nas atitudes desempenhadas pela empresa.

Não obstante, o autor enfatiza que o desenvolvimento da região possui uma imagem de manifestações sociais caracterizadas por um comportamento ético, fluídos do liberalismo e

influência protestante, que reforçam a solidariedade e a valorização da sociedade frente ao Estado. Assim como, em suas palavras, ele afirma:

“[...] seu território permanecia em sua maior parte inexplorado. Somente há pouco mais de meio século é que teve início uma nova fase de colonização, e que foi, reconhecidamente, muito rápida. Em pouco tempo a sua área foi ocupada e o território densamente povoado. Centenas de cidades foram “abertas” e hoje quase a totalidade de seu solo está sendo cultivada, transformando o Estado, no dizer popular, no “Celeiro do Brasil”, expressão esta muito explorada na imprensa regional, dando o destaque para a vocação do Estado na produção agrícola de alimentos.”(CERNEV, 1997, p.13.)

Referente a suportes materiais utilizados, são anexadas diversas fontes bibliográficas em explicação ao contexto do liberalismo no Brasil e influências protestantes; documentos de propaganda, folhetos e artigos da Companhia de Terras Norte do Paraná; e entrevistas e cartas com pioneiros presentes no início da construção da cidade de Londrina.

Porém, vale ressaltar, que ao mencionar “relatos de pioneiros”, estamos falando sobre pessoas ligadas diretamente as ações da CTNP como empregados, diretores, chefes e outros beneficiários, aos quais Cernev teve acesso para defender a questão de progresso no olhar tradicional.

A partir da descrição destas fontes documentais seguido de seus entrevistados e todo material consultado, podemos identificar que Jorge Cernev fez uma análise que recorta apenas o ponto de visão dos colonizadores, dentre os quais, estão diretamente envolvidos com os interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Deste modo, por meio de uma olhar tradicionalista da região executado pelo autor, a crítica que envolve as ações da CTNP com a posse das terras, a sua política colonizadora, e suas respectivas relações com os imigrantes, ficam totalmente moldadas, em que, críticas negativas não são em nenhum momento levantadas em sua obra, pois toda documentação pesquisada fora disponibilizada diretamente pela CTNP e conseqüentemente os pioneiros e entrevistados tinham participação direta com a empresa colonizadora.

Em continuidade, após identificarmos o conceito de progresso na visão “tradicional e conservadora” defendida por Cernev, entramos com uma visão crítica a historiografia tradicional que foi abordada pelo ambiente acadêmico nos anos de 1980 a 1990 com a dissertação de Nelson Dacio Tomazi, a qual, busca uma realidade histórica de modo crítico no conceito de progresso da formação do território paranaense, onde o autor fez uma análise do

discurso da CTNP, enquanto um discurso mítico, que procura construir a sua memória, colocando-se como “agente” privilegiado deste processo político, econômico e social da região do Norte do Paraná.

Por conseguinte, ainda em sua crítica, Tomazi não apenas analisou e julgou todo o processo “civilizatório” que a CTNP executou na formação do Norte do Paraná, como também, executou pesadas críticas a historiografia tradicional desenvolvida entre as décadas de 1940 a 1980, em que, junto a matérias de jornais, revistas, e panfletos que defendiam as ações da companhia, inúmeras dissertações e teses de doutorados foram neutras e omissas as intensas perdas que o território paranaense sofreu no processo civilizatório.

Assim como, ele afirma os motivos de sua pesquisa:

“Partindo, portanto, da existência do “mito da companhia” que permeia todo o universo das pessoas, resolvemos analisar este fenômeno, tendo a consciência, de que a discussão sobre este mito nos levará, necessariamente, à análise sobre a construção de uma determinada memória coletiva que é um instrumento de poder e dominação, pois procura fixar determinados elementos que, internalizados, reafirmam a ordem social e política vigente.”(TOMAZI, 1989, p.3.)

Em referência as suas fontes documentais utilizadas, estão em sua pesquisa documentos oficiais produzidos pela própria CTNP em quatro períodos diferentes que foram divulgados nas décadas de 1941, 1956, 1965 e 1975 como documentos comemorativos da empresa, os quais, foram responsáveis por construir e divulgar as suas ações que se legitimariam na memória da região. Não obstante, foram utilizados materiais complementares como decretos de lei que evidenciam as ações dos poderes públicos frente as ações da companhia; levantamento sobre produções intelectuais que enalteciam o discurso mítico da empresa; recortes de propagandas que promoviam a venda das terras e o enriquecimento da região como iniciativas de organizações privadas que eram aliadas a CTNP; e publicações de livros e decretos de lei que criticaram os discursos míticos da companhia direta e indiretamente entre meados da década de 1980.

Assim, por meio deste material documental, Tomazi apresenta a versão da companhia no progresso da região evidenciando como a sua fala mítica vai se disseminando no cotidiano do espaço norte paranaense, que apoiada pelos poderes públicos, intelectuais e setores privados, o autor vai desmistificando esta tradição inventada através de uma análise sobre as outras versões existentes sobre a inexistência de uma terra virgem na chegada da companhia,

a qual, era composta por fazendeiros, bandeirantes, índios e outras empresas colonizadoras que também produziam e exportavam suas produções, mas que devido a chegada da CTNP, toda esta diversidade de vida e personagens presentes no espaço paranaense foram substituídos por um discurso mítico da terra virgem que foi modernizada graças aos empreendimentos privados da Companhia inglesa.

Por fim, a dissertação de Rogério Ivano entra como uma análise crítica não somente a ação colonizadora realizada pela empresa CTNP, mas sim, como fator principal, uma reflexão crítica às transformações que esta terra conquistada sofreu e foi representada por uma diversidade de conceitos, dentre os quais, foram-se alterando de acordo com as necessidades políticas e econômicas vigentes do momento, ocasionando em um resultado de representação negativa por de trás de toda uma cortina de imaginários tradicionalistas que foi transmitido por uma ação econômica.

Imaginário este, que segundo Ivano, antes de ser Norte do Paraná, essas terras eram nomeadas como sertão, a qual todo os seus indivíduos, sejam eles indígenas, sertanejos, comunidades eclesiais, doenças e superstições, todas elas, foram apagados da história, onde esta terra que antes era povoada por inúmeros habitantes, foi nomeada como virgem pela historiografia tradicional.

Não obstante, o cenário posterior a terra conquistada é relatada por Ivano com uma outra representação a qual o mesmo detalha:

“A fertilidade dessa terra era comprovada pela presença de gigantescas e imemoriais figueiras-brancas. Árvores de porte monstruoso, era costume os colonos posarem junto a elas na hora do retrato. Talvez não imaginassem, mas era uma das poucas lembranças que seria conservada dessas criaturas vegetais. Por ironia, ela tinha pouco ou nenhum valor comercial. Como quase todo o resto da selva, foi consumida pelas chamas das queimadas. Em 40 anos, milhares de alqueires de mata nativa foram transformadas em cafezais, pastos e campos de cereais. Financiou riquezas locais, nacionais e internacionais a preço ainda incalculado. Naquele cenário de guerra, onde o fogo era o maior aliado da civilização e do progresso, a cidade de tábuas era rapidamente substituída pela de tijolos, que também logo sucumbiam a urbe de concreto armado.” (IVANO, 2000, p.5)

Como podemos observar, o conceito de progresso no contexto histórico da formação do território paranaense, sofre uma constante mutação de valores e sentidos, a qual, seu significado de desenvolvimento atende não a um coletivo, mas sim, uma pequena parcela de “agentes” motivadores dessa transformação, alterando constantemente os conceitos básicos de progresso que implicavam agora em temas ambientais e sociais do espaço regional paranaense.

Para isto, Ivano utiliza como suportes materiais fontes orais, fotográficas, periódicos, relatórios e álbuns comemorativos divulgados pela CTNP para evidenciar como ocorreu as transformações do espaço norte paranaense. Isto pois, o autor afirma que o sertão era visto pelo governo e pela empresa colonizadora inglesa como uma herança colonial passível de uma modernização progressista, onde constantemente sendo relacionada como uma região de atraso cultural, os índios, bandeirantes, fazendeiros e sua vasta vegetação são tidas como fronteiras a serem vencidas pelo progresso da modernização.

Progresso este, que representado pela urbanização, estradas de ferro, estradas de rodagem e exportação de produção, são responsáveis não apenas por eliminar da história o sertão e seus personagens que aqui estavam, mas sim, por prejudicar toda uma área consideravelmente ambiental, que antes era composta por uma grande diversidade em sua vegetação, que proporcionava a estadia de vários habitantes na região, que tido como fronteiras a serem vencidas pela empresa inglesa, passaram por um conflito de terras que resultou em sua extinção histórica e presencial na formação da região norte do Paraná.

Todavia, ao realizarmos uma análise investigativa de como o ambiente historiográfico se transformou entre as décadas de 1950 a 1990, a qual identificamos que as academias universitárias passaram por momentos de rupturas e remodelações interligadas diretamente no conceito chamado por François Hartog de Regime de Historicidade, evidenciamos que o poder simbólico das instituições fazem a historiografia seguir certas regras do campo intelectual, em que os conceitos abordados, palavras utilizadas e influencias locais da escrita ditam uma característica historiográfica de seu período publicado, onde a visão e a escrita dos autores nestes períodos de transição foram influenciadas diretamente pelo seu presentismo.

Podemos perceber esta influencia a começar pela dissertação de Cernev, que ao optar por uma espacialidade construída e seguida pelas primeiras gerações acadêmicas baseadas em sua formação de graduação nos de 1958 a 1962, acabaram por originar muitas desavenças e críticas negativas a sua obra, onde a visão dos que aqui já estavam nas terras como índios, posseiros e outros que faziam parte desta ação histórica, foram apagados e não vistos como parte deste progresso. Isto pois, ações como desmatamentos, destruição de aldeias indígenas

para urbanização, foram efetuadas em nome do progresso, em que, este lado da história, não foi evidenciado pelo autor, ao fazer a seleção de suas fontes de pesquisas.

Com isto, nas décadas seguintes a publicação da dissertação de Cernev, as transformações internas do campo historiográfico passariam por um novo regime de historicidade, a qual, abria espaço para uma nova abordagem da história local a partir da crítica as historiografias escritas até aquele período, onde passou a ser questionada a ideia de identidade e de progresso da região norte paranaense, que foi responsável por encobrir grande parte dos conflitos sociais que envolveram a construção e transformação da região, que agora, teriam espaço para discussão no ambiente acadêmico das universidades paranaenses.

Por conseguinte, ao analisarmos a dissertação de Tomazi, identificamos que sua escolha por uma espacialidade crítica e investigadora objetivou proporcionar uma abertura analítica no ambiente historiográfico, a qual, nos períodos seguintes entre as décadas de 1990 a 2000, uma vasta produção acadêmica consistiu em abordar uma interdisciplinaridade nas suas pesquisas, onde a geografia, biologia e antropologia se comunicavam com a história trazendo novas temáticas a serem questionadas frente aos prejuízos que o progresso modernista dos anos de 1970 e 1980 trouxe a região norte paranaense.

Porém, o “presentismo” vivenciado pelo autor possui certas limitações que cegam parcialmente a sua visão crítica a historiografia tradicional do período anterior à sua formação. Isto pois, a crítica que Tomazi faz as dissertações de mestrado e teses de doutorado anteriores a sua publicação em 1989, não levam em consideração os regimes de historicidade presente na época destes autores, que em suas temporalidades, as demandas de poder seguidas pelo poder simbólico das instituições ditavam certos padrões de análises que influenciavam diretamente na produção historiográfica do seu período de produção.

Não obstante, o lugar social vivenciado por estes autores nas décadas de 1950 a 1980 proporcionavam uma visão de crescimento e expansão demográfica no ambiente nacional, onde as ações dos poderes públicos, das instituições acadêmicas e de diferentes setores privados legitimavam um discurso de progresso nacional, a qual, esta ação só seria percebida como crítica e prejuízo a diferentes regiões do território nacional a partir dos processos históricos que se desenvolvem com a problemática da urbanização.

Desta forma, se compreendermos as mudanças a ampliações do ambiente acadêmico frente as transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais que se passaram durante as décadas, vamos identificar que a história obteve seus resultados não como uma ruptura, mas sim, como um processo histórico, a qual, a ação do homem no tempo modifica e transforma valores e sentidos de seu espaço regional.

Valores e sentidos estes que podemos perceber ao analisar a dissertação de Ivano, a qual, sua crítica sustenta não apenas na busca do preenchimento dos espaços vazios do capital no olhar econômico, mas sim, nos prejuízos ambientais que a modernização progressista das décadas de 1970 e 1980 trouxeram para a região norte do Paraná, onde as queimadas e desmatamentos foram realizadas como prejuízos irreversíveis e sem precedentes a vasta vegetação que aqui existia.

Assim como, os fazendeiros, bandeirantes, indígenas e posseiros foram expulsos de suas terras devido ao sertão que aqui habitavam serem reconhecidos como uma fronteira a ser vencida, composta por uma ideologia que disseminava a visão de uma terra arcaica, passível de uma modernização progressista que igualasse sua cultura ao estrangeirismo europeu, onde a urbanização e o branqueamento da população obtinham o valor maior que a riqueza de uma herança colonial, que vista pela empresa colonizadora (CTNP) e pelo governo do Estado como uma região constituída por matas improdutivas e inexploradas pelos que aqui viviam.

Por fim, vamos identificar que a história da região norte paranaense obteve seus resultados não como uma ruptura, mas sim, como um processo histórico, onde a ação do homem no tempo modifica e transforma valores e sentidos de seu espaço regional, a qual, a subjetividade de cada período é constituída pela interação entre o sujeito e o objeto que são compostos por seus respectivos regimes de historicidade, que se modificam a partir dos inúmeros processos históricos que uma região passa, influenciando sua escrita historiográfica de acordo com o seu lugar social e formação acadêmica.

Referencias Bibliográficas:

CERNEV, Jorge. **LIBERALISMO E COLONIZAÇÃO: o caso norte do Paraná** – ed. UEL. Londrina. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-67.

HARTOG, François. Tempo e História: como escrever a história da França hoje? **História Social**. Campinas – SP, Revista de Pós-Graduação em História – IFCH-UNICAMP, n.3, 1996.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **“A Invenção das Tradições”** – tradução de celina Cardim Cavalcante; Rio de Janeiro, 1984.

IVANO, Rogério. **CRONICAS DE FRONTEIRA: imagem e imaginário de uma terra conquistada**. – ASSIS. 2000.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **“Paranismo e Imaginário no Paraná dos Anos 20”** – Editora UFPR – Curitiba PR; 1996.

SZESZ, Christiane Marques. **“A Invenção do Paraná: O Discurso Regional e a Definição das Fronteiras Cartográficas”** – Editora UFPR – Curitiba PR; 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. **CERTEZA DE LUCRO E DIREITO DE PROPRIEDADE: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. – UNESP – Campus de Assis. 1989.

**AS FIGURAÇÕES DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ NO JORNAL *PARAGUAY*
ILLUSTRADO (1865)**

ISSN: 2595-1645

Gabriel Ignacio Garcia (História/UEL)

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Resumo: Este trabalho tem como proposta, efetuar uma análise acerca da forma como os editores e caricaturistas do jornal *Paraguay Illustrado* (1865) idealizaram o presidente paraguaio Francisco Solano López (1827-1870). O estudo encontra o seu amparo metodológico nas contribuições de diferentes teóricos da imagem, entre eles, a historiadora Fausta Gantús, que destaca a importância de se levar em conta os agentes envolvidos na produção dos impressos, suas filiações políticas, afinidades ideológicas, e os modos de funcionamento da imprensa. Nesse sentido, as críticas e sátiras ao governante paraguaio estão expressas com extrema constância nas páginas da publicação, sempre com contornos estereotipados, transmitindo a seus leitores a imagem de um López tirano, levando, através de suas ações, o seu povo a ruína e a desgraça. Acrescentam-se sobre ele, as acusações de afronta à honra do Império ao permitir o ataque a terras brasileiras. Sendo assim, num esforço de guerra que não ficou apenas nos campos de batalha e nos gabinetes, mas abarcou a imprensa e a sociedade dos vários países envolvidos, o *Paraguay Illustrado* manteve claro a sua posição de defesa ao Império e de contestação a López, suas ações e interesses.

Palavras-chave: representações; Solano López; Guerra da Tríplice Aliança.

Este trabalho tem como proposta, efetuar uma análise acerca da forma como os editores e caricaturistas do jornal *Paraguay Illustrado* (1865) idealizaram o presidente paraguaio Francisco Solano López (1827-1870). O estudo encontra o seu amparo metodológico nas contribuições de diferentes teóricos da imagem, entre eles, a historiadora Fausta Gantús, que destaca a importância de se levar em conta os agentes envolvidos na produção dos impressos, suas filiações políticas, afinidades ideológicas, e os modos de funcionamento da imprensa. Nesse sentido, as críticas e sátiras ao governante paraguaio estão expressas com extrema constância nas páginas da publicação, sempre com contornos estereotipados, transmitindo a seus leitores a imagem de um López tirano, levando, através de suas ações, o seu povo a ruína e a desgraça. Acrescentam-se sobre ele, as acusações de afronta à honra do Império ao permitir o ataque a terras brasileiras. Sendo assim, num esforço de guerra que não ficou apenas nos campos de batalha e nos gabinetes, mas abarcou a imprensa e a sociedade dos vários países envolvidos, o *Paraguay Illustrado* manteve claro a sua posição de defesa ao Império e de contestação a López, suas ações e interesses.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, diferentes estudiosos frisaram a necessidade de uma teorização e problematização mais elaborada em torno do jornal uma vez tomado como fonte histórica. Atualmente, o historiador não tem mais a crença ingênua - salvo raras exceções - de que tais fontes possam oferecer um retrato fiel da realidade de seu tempo, mas as compreende nas suas múltiplas representações, como um produto das concepções de mundo, das relações sociais, culturais e políticas e das subjetividades dos indivíduos que o idealizaram e produziram.

Entre esses pesquisadores, Maria Helena Capelato, orienta-nos a fazer as indagações certas aos jornais, ao invés de nos restringirmos a verificar se são verdadeiras ou falsas as informações neles contidas (CAPELATO, 1988, p. 24). Destaca-se a papel da interdisciplinaridade com outras áreas como a linguística, cujo recurso da Análise de Discurso nos possibilita pensar os discursos como sendo constituídos por uma multiplicidade de sentidos e significações próprias de cada ambiente social e cultural. Além disso, é importante ter em vista a seleção que é operada na imprensa, de que maneira ela acaba operando em sua época uma seleção daquilo que julga ser mais importante e relevante de ser informado e perpetuado. Dessa forma, os jornais, revista e periódicos nos possibilitam vislumbrar as representações sociais que transmitem, nas palavras de Serge Moscovici,

Um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2011, p.21).

Dito isso, apresentaremos de forma sucinta a estrutura do trabalho. Num primeiro momento, antes de adentrarmos na análise do jornal *Paraguay Ilustrado*, cabe fazer, de forma abreviada, um retrospecto do desenvolvimento da imprensa brasileira ao longo do século XIX, pensando assim os avanços que possibilitaram o surgimento do *Paraguay Ilustrado*, com um destaque para a litografia, técnica com qual o mesmo foi fabricado. No segundo momento, se dará a estudo das representações de Solano López contidas no jornal, atentando para a originalidade das formas como o presidente paraguaio foi ilustrado.

O movimentado século XIX: o desenvolvimento da imprensa brasileira

Muitos autores procuraram indicar em suas pesquisas qual seria a gênese da imprensa brasileira. Conforme Marialva Barbosa, “há certo afã para saber como tudo começou ou como tiveram início aqueles tempos fabulosos” (BARBOSA, 2010, p. 19). Não objetivamos, aqui, fazer esse levantamento cronológico e minucioso de todas as publicações, mas procurar estabelecer um entendimento da forma como se deu a constituição e a desenvolvimento da imprensa brasileira no século XIX. A “Gazeta do Rio de Janeiro” (cuja circulação teve início em setembro de 1808 com a supervisão e impressão da Imprensa Régia) e o “Correio Braziliense”⁸⁰ (editado em Londres por Hipólito José da Costa com a primeira edição lançada em julho do mesmo ano) são considerados na historiografia brasileira como publicações inaugurais da imprensa brasileira. Enquanto o primeiro se portava como um jornal de caráter oficial, o outro se tratava de um impresso clandestino que oferecia a seus leitores consideráveis críticas ao governo. Apesar de tais diferenças, ambos defendiam um modelo de governo muito semelhante, apoiando o projeto de uma união luso-brasileira e rechaçando a ideia de uma possível revolução (MOREL, 2008, p. 31). A vinda da família real para o Brasil favoreceu, entre outras mudanças, o desenvolvimento populacional do Rio de Janeiro e conseqüentemente a circulação de ideias de maneira mais ampla.

Durante boa parte da primeira metade do século XIX, os pasquins tiveram uma posição de relativo destaque no cenário público. Diferentemente de algumas publicações como o “Diário de Pernambuco” (1825) e “Jornal do Comércio” (1827), com tempo de circulação mais prolongado, esses periódicos foram caracterizados por apresentarem um período de duração muito breve. No conteúdo de suas páginas apareciam fortes ataques a determinados grupos ou personagens políticos e críticas a alguns costumes da época (SILVEIRA, 2009, p. 41). Atrelados a um período de grande efervescência política, principalmente no segundo Reinado, os pasquins foram alvos constantes da censura e da repressão. O declínio de tais publicações deveu-se em grande parte a uma maior estabilidade política e, junta-se a isso, o desenvolvimento das técnicas da imprensa literária (OLIVEIRA, 2011, p. 135).

⁸⁰ Ver: LUSTOSA, Isabel. O Correio Braziliense (1808-1822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal. In: MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

Lançada em 1844, no Rio de Janeiro, a “Lanterna Mágica” idealizada por Manuel de Araújo Porto Alegre ⁸¹ e com a colaboração de Rafael Mendes de Carvalho ⁸², foi uma publicação inovadora e de grande influência para o desenvolvimento do humor gráfico na imprensa brasileira, sendo impressa na oficina litográfica de *Heaton & Rensburg*. Destacou-se pelo substancial número de 23 edições, elevado, levando em conta as dificuldades da época. Caracterizava-se pela grande semelhança com a revista francesa *La Caricature* (1830) de Daumier. No conteúdo de suas caricaturas, destacaram-se os personagens Laverno e Belchior, por meio dos quais, Porto Alegre efetuava suas críticas aos costumes sociais, a realidade do Império e o cotidiano do Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2009, p. 39).

Posteriormente, nas décadas seguintes a essa publicação, o que se viu foi um expressivo aumento no número de jornais e revistas ilustradas favorecidas pela maior utilização da litografia. Entre as de maior destaque, frisa-se: “A Marmota Fluminense” (1849), “Marmota na Corte” (1852), o “Brasil Ilustrado” (1855), “A Marmota” (1857), “Semana Ilustrada” (1860), o “Bazar Volante” (1863), “A Vida Fluminense” (1868), “O Bata-clan” (1867), “O Mosquito” (1869) e a “Revista Ilustrada” (1876). Esse avanço da imprensa brasileira permitiu que a Guerra do Paraguai, iniciada em 1863, tivesse um acompanhamento jornalístico intenso, principalmente no aspecto visual por meio de caricaturas, fotografias e quadros.

A importância exercida pela litografia nos leva a necessidade de procurar compreender com mais afinco esse procedimento que teve o seu surgimento no final do século XVIII e foi largamente utilizado ao longo do século XIX, em um grande número de oficinas e ateliês. O

⁸¹ Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) nasceu em Rio Pardo no Rio Grande do Sul. Atuou como Pintor, caricaturista, arquiteto, crítico e historiador de arte, professor e escritor. Porto Alegre, em 1827, matriculou-se na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde passou a ter aulas com o renomado artista francês Debret (1768-1848). Posteriormente foi responsável pelas publicações, *Minerva Brasiliense* (1843), *Lanterna Mágica* (1844), e *Guanabara* (1849). Escreveu também obras literárias, das quais se destacam: *As Brasileiras* (1863), e *Colombo* (1866). Em 1860, passou a atuar como diplomata e em 1874 recebeu o título de Barão de Santo Ângelo. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3076&cd_idioma=28555. Acesso: 29 julho 2014.

⁸² Rafael Mendes de Carvalho Júnior (1817-1870), foi pintor, desenhista, caricaturista, litógrafo, arquiteto, cenógrafo. Em 1841, matriculou-se na Escola de Arquitetos-Medidores de Niterói. No ano seguinte, estudou na Academia Imperial de Belas Artes, de onde recebeu o prêmio de viagem ao exterior, lá permanecendo até 1845. Em 1850 e 1851, viajou para Buenos Aires, Argentina, e Montevidéu, no Uruguai, onde trabalhou como retratista e caricaturista. Retornando ao Brasil, instalou um ateliê em Porto Alegre, onde passou a ensinar desenho e pintura, entre 1855 e 1857. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3089&lst_palavras=&cd_idioma=28555&cd_item=1. Acesso: 29 julho 2014.

termo litografia embora não tenha no seu surgimento nenhuma ligação com a Grécia, advém da junção de duas palavras gregas, sendo elas, *lithos* (pedra) e *graphein* (escrever). Tal terminologia se justifica pelo fato de que nessa técnica a imagem/texto é elaborada pelo artista sobre a superfície de uma pedra calcária.

A litografia teve o surgimento em meados da década de 1790, no território onde mais tarde viria a se constituir a Alemanha, Alois Senefelder (1771-1834), um jovem músico e escritor começou a idealizar e pesquisar um método próprio de impressão pra as suas composições. A princípio ele se pautou fundamentalmente na repulsão que ocorria entre a água e as substâncias gordurosas. Partindo disso, e com a adição de ácidos e compostos químicos, ele conseguiu em 1798 patentear o processo litográfico. Mais tarde em seu livro “*A complete course of lithography*”, de 1819, o inventor produziu um relato de suas experiências, no qual o mesmo afirma as dificuldades encontradas e as mudanças e ajustes que foram sendo necessários no decorrer do tempo para aprimorar a metodologia de impressão. Passada essa fase experimental, rapidamente a litografia se espalhou por diversos países da Europa no começo do século XIX. As grandes vantagens que a litografia veio a apresentar naquele contexto histórico foram o barateamento dos custos da impressão e, aliado a isso, uma maior rapidez no método de impressão e produção das publicações (VEZANNI, 2013).

Antes da chegada da litografia no Brasil, a xilogravura (gravação sobre a madeira) e o talho doce (baseado na gravação em sulcos de madeira ou metal) eram, até então, as técnicas predominantemente empregadas na imprensa brasileira. Esta por sua vez, desembarcou em 1817, no Rio de Janeiro, sendo trazida pelo francês Arnaud Julien Pallière (1783-1862) que, segundo Ferreira (1994), teria sido o responsável pelas primeiras litografias em 1818 e 1819, entre elas esta uma estampa com a imagem de São Sebastião (padroeiro da cidade do Rio de Janeiro). A continuidade desse trabalho se deu por meio das ações de Johann Jacob Steinmann (1801-1844) que trabalhou no Arquivo Militar como responsável pela impressão da cartografia do Real Corpo de Engenheiros.⁸³ Steinmann trabalhou exclusivamente para o Império até fevereiro de 1828, quando então passou a atender a encomendas de particulares com o objetivo de conseguir arcar com os custos e despesas de sua oficina (FERREIRA, 1977, p. 193). Posteriormente, o que se viu foi a disseminação e o desenvolvimento de uma

⁸³ A vinda da litografia para o Brasil ocorreu pouco tempo de a mesma ter se firmado em países como a França (1814) e com certo avanço com relação a Portugal (1824) e Espanha (1819) (FERREIRA, 1977, p. 313).

série de ateliês litográficos, principalmente na capital do Império. Entre tais oficinas, destacaram-se: Brito & Braga (1848), Martinet (1851), Leuzinger (1853) e Sisson (1853) (MARTINS, 2001, p. 72).

Sendo assim, podemos situar o *Paraguay Illustrado* em um contexto histórico marcadamente caracterizado pelo surgimento da litografia, onde se observou uma grande diversificação no número de publicações. Esse maior desenvolvimento favoreceu que a guerra do Paraguai tivesse, no Brasil, uma cobertura como nenhum outro evento tivera até então. Compreendido este momento histórico em que se situa o periódico e os seus aspectos editoriais, partiremos para a análise das representações de Solano López nas caricaturas do jornal.

Solano López nas páginas do *Paraguay Illustrado*

Lançado no dia 23 de julho de 1865, o *Paraguay Illustrado*, na sua primeira edição não teve a preocupação de oferecer nenhuma colocação ou esclarecimento por parte dos editores, no sentido de oferecer ao leitor uma explicação sobre qual seria a proposta do jornal, quais seriam os seus objetivos e o seu engajamento naquele cenário de guerra, embora o teor do conteúdo das imagens já oferecesse ao leitor uma ideia da posição adotada pelos editores. Na edição inaugural aparecem ao longo de suas quatro páginas um total de treze caricaturas, sendo que cada uma delas vêm acompanhada de uma pequena legenda, facilitando assim a compreensão de quais seriam as pessoas e personagens representados.

A satirização de Lopez e as suas ações a frente da nação paraguaia é um dos elementos centrais dessa publicação. Todos os defeitos que podem ser atribuídos a um mal governante, são aplicados a López. As representações dele aparecem em todas as edições em um grande número de caricaturas, sempre acompanhadas de adjetivos pejorativos como: “el supremo tyrano”, “júpiter paraguay”. Em alguns trechos, é recorrente a utilização de ironia e sarcasmo, se referindo a Lopez como um “dilecto Lopez” ou ainda “amigo Solano”. Nesse sentido, Silveira ao analisar diversas publicações produzidas durante a guerra, do lado brasileiro, escreve:

A imprensa ilustrada da Corte fustigou o inimigo, de forma impiedosa, principalmente no primeiro ano da guerra. As baterias humorísticas se dirigiam, com absoluta preferência, ao chefe do Governo do Paraguai, Solano López. Sua figura despontava nas páginas desenhadas, invariavelmente acompanhada de uma legenda desfavorável. [...] Ao

alvejarem López, as publicações da Corte produziram inevitáveis estragos a imagem da nação paraguaia (SILVEIRA, 2009, p. 61).

Podemos afirmar que um dos piores feitos de um governante em tempos de guerra é o abandono da pátria. E também essa ideia foi associada ao mandatário. Por diversas vezes, os editores levantaram a possibilidade de fuga de López frente a uma eminente derrota. Entre os possíveis destinos cogitados estavam Bolívia e Inglaterra. Na oitava edição, são narrados os boatos de uma possível preparação de fuga.

Numa das caricaturas que abordam essa temática (figura 1), os editores sugerem quatro possibilidades para o futuro de Solano com o desenrolar da guerra e a possível vitória dos aliados. Destas opções, a fuga para a Inglaterra era mais apostável naquele momento.

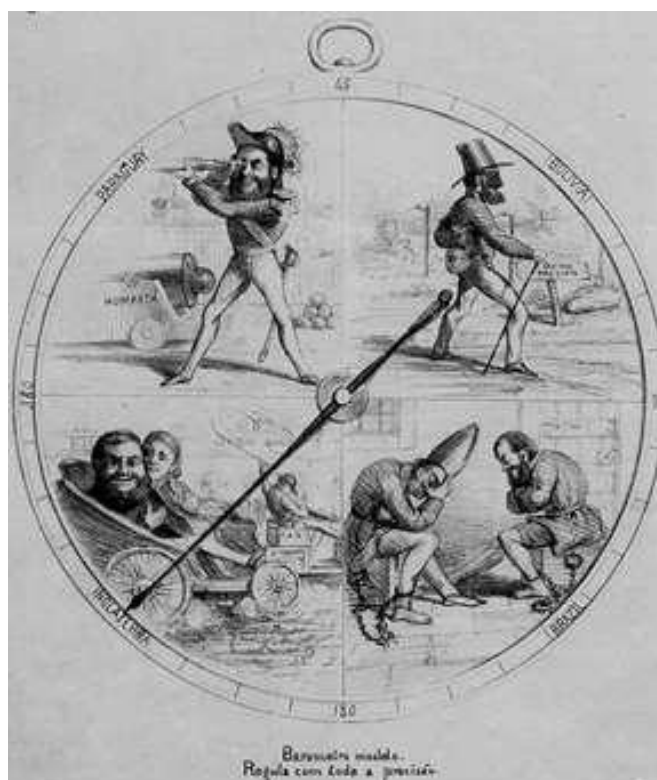


Figura 1: Os quatro possíveis destinos de López. Fonte: *Paraguay Illustrado* (24 de setembro de 1865) p. 35.

Nessa edição especificamente, os mesmos oferecem ao público, na folha de capa, uma pequena explicação sobre a significação da tal imagem. Da seguinte maneira é colocado sobre o chamado “barômetro modelo”:

Nós como amigos dedicados do Paraguay, oferecemos hoje aos publico um resumo de todas as ideias do generalito. E como a sua cabeça regula com a maior precisão, apresentamos aos nossos leitores quatro planos mais ou menos infalíveis. O barômetro que se vê na última página dá quatro soluções para o problema final a saber: López resiste até o fim no Paraguay; É em companhia de seu bispo, prisioneiro do Brazil; Faz incógnita uma pequena digressão á Bolivia; Ou vai com a Miss tomar ares em Inglaterra. E como os extremos toçã-se, é de supor que opine pela Bolivia. Entretanto o ponteiro vacilla... Deixemo-nos de enganos: damos mais pela Inglaterra! (ILLUSTRADO, 1865, p. 29 – grifo do periódico).

Sendo assim, em nenhum momento nas edições do *Paraguay Illustrado* é cogitada a possibilidade de uma vitória paraguaia e de seu presidente. As alternativas de López basicamente resumiam-se a fuga para outro país, a resistência em Humaitá ou ainda o seu aprisionamento no Brasil juntamente com o bispo. A vitória brasileira no conflito com o vizinho sul-americano seria, na visão dos envolvidos na publicação, apenas uma questão de tempo. Essa ideia pode ser vista na imagem abaixo, intitulada “Decomposição temporal de López”:



Figura 2: Decomposição de López. Fonte: *Paraguay Illustrado* (24 de setembro de 1865) p. 35.

Na caricatura acima vemos, em primeiro plano, um personagem que em muito se assemelha a figura do ceifador, uma forma de representação da morte muito comum, principalmente a partir do período medieval⁸⁴. Dotado de asas e uma longa barba que cobre parte de seu corpo, ele sustenta sobre os ombros uma foice. O ceifador segura em suas mãos um abanador com o qual atíça uma espécie de pequeno fogão sobre o qual se encontra preso o “pequeno” López. Em segundo plano, da esquerda para a direita, observamos as bandeiras do Uruguai, do Império brasileiro e da Argentina, ou seja, os três países aliados. Dessa forma, mais uma vez, é reafirmado o pensamento de que a derrocada do mandatário paraguaio e de suas forças estava bem próxima. Como se não bastasse simular o destino terreno de López, também foi cogitada a sua jornada pós-morte,



Figura 3: Entrada de López no inferno. Fonte: *Paraguay Ilustrado* (1 de outubro de 1865) p. 40.

Sobre a figura 3, encontramos a seguinte legenda; “Entrada triunfal de López as portas do Averno”. Curiosamente, enquanto o barqueiro transporta o general através do cenário tenebroso, a expressão de Lopez é de aparente tranquilidade, manifestando até uma

⁸⁴ Sobre a foice como elemento iconográfico, Alessandra Accorsi Trindade chama atenção que, “a foice será um objeto muito relacionado com a figura da morte, até os dias de hoje. Ela está na poesia de Petrarca, mas aparece no imaginário popular séculos antes, nas Artes da Antiguidade. Esta imagem é a concepção da personificação da morte ou da mensageira da morte que aparecia nos relatos da tradição oral e nos contos bretões (TRINDADE, 2012, p. 44).

expressão sorridente. Nas primeiras páginas da edição em que se encontra essa caricatura, obtemos a seguinte afirmação:

É ridículo o fim do nosso bravo Lopez!

Tanta cera para tão ruim defunto, dirão talvez os nossos leitores, Vale mais, dizemos nós, ir por subterfúgios a cair-lhe logo de rijo. O digníssimo presidente está completamente desmoralizado e não nos convem por ora que o publico saiba, que ele perdeu toda a forma moral.

Todo o segredo é pouco! (ILLUSTRADO, 1865, p. 37 – grifo do periódico).

A desvalorização da moral de Solano Lopez e ao mesmo tempo a ironia com que são usados o adjetivo *bravo* e o pronome de tratamento *digníssimo*, são traços marcantes em diversos outros trechos do jornal. O humor empregado nas caricaturas e nas palavras expressa um objetivo bem delimitado: golpear a imagem do governante paraguaio.

Considerações finais

Situado em um contexto histórico específico, marcado pelo desenvolvimento da imprensa ilustrada no Brasil na segunda metade do século XIX, com um considerável aumento e diversificação do número de publicações, o *Paraguay Illustrado*, sofreu a influência de publicações anteriores, como a Lanterna Mágica que inovou ao trazer em seu conteúdo e maneira arrojada, textos e caricaturas. Destaca-se também, que sua produção por meio da utilização da técnica litográfica constituiu-se em importante ferramenta de impressão, que favoreceu significativamente o barateamento e uma maior rapidez da produção de impressos.

No desenrolar da narrativa, os caricaturistas com notável talento e domínio do lápis litográfico, satirizaram o presidente paraguaio Solano López, transformando-o, no personagem principal do periódico. A sua representação aparece em todas as edições, sempre caracterizado de maneira pejorativa e depreciativa, sempre apontado como o culpado pela deflagração da guerra. Associado a títulos como “júpiter paraguaio” e “generalito”, foi também acusado pela ruína e estado de barbárie em que se encontrava a população paraguaia, na visão dos autores. Se junta a isso, as diversas vinculações de boatos sobre uma possível

figa de López diante do avanço das tropas aliadas. O destino traçado de López estaria reduzido a três opções, sendo elas a evasão para outro país, a resistência em Humaitá ou ainda o seu aprisionamento.

Vale lembrar que uma guerra não se dá apenas no campo militar e político, mas também no campo ideológico. Exposto isso, podemos concluir que, num esforço de guerra que não se circunscreveu apenas ao teatro de operações militares, mas abarcou a sociedade e a imprensa brasileira, o *Paraguay Ilustrado* empregou suas tintas com extremo empenho e criatividade para minar a imagem de Solano Lopez e do Paraguai. A desvalorização do oponente legitima a luta empreendida.

Referências Bibliográficas:

Fonte primária

ILLUSTRADO, Paraguay. Rio de Janeiro: Litografia de J. Riscado, 1865. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=760005&pasta=ano%20186&pesq=>.

Acesso em: 31 ago. 2013.

Referencias bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998.

FERREIRA, Orlando da Costa. **Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira.** São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1977.

MARTINS, Ana Maria. Desenho letra e humor. Estereótipos da caricatura no Império. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 519-534.

MOREL, Marco. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 8ª Ed Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a História e a imprensa: breve História da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1830).** Rio Grande: Historiae, 2011. p. 125-142.

SILVEIRA, Mauro César. **As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguay Illustrado.** Intercom, São Paulo, n. 2, p. 41-46, julh./dez. 2007.

TRINDADE, Alessandra Accorsi. **Percorrendo os caminhos da morte rumo à personificação em as Intermittências da morte e o Triunfo da morte.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

VEZZANI, Iriana Nunes. **Uma revista de tipo europeu: educação e civilização na Galeria Illustrada (Curitiba 1888-1889).** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

AS MADEIRAS DE LEI NAS FLORESTAS DOS SENHORES: A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E OS DOMÍNIOS DA NATUREZA NOS SETECENTOS

ISSN: 2595-1645

Mariana da Silva Alves⁸⁵

Orientadora: Eulália Maria A de Moraes¹

Palavras-chave: História do Brasil. História Ambiental. Ensino de História.

Em 1838 é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surge em um período de recente transição em que o Brasil deixa de ser Colônia Portuguesa e passa a figurar enquanto nação independente, fato este que iria demandar a necessidade de delimitar uma identidade nacional; definindo um passado histórico da nação que guiasse o então Império para seu futuro.

É neste contexto que o Estado Monárquico brasileiro irá financiar e incentivar a criação do IHGB, buscando então destacar os grandes agentes históricos do passado nacional, e dando uma identidade ao povo brasileiro. Segunda Guimarães (1988), mesmo com a herança da colonização portuguesa o IHGB irá, por meio de sua atuação, destacar os indivíduos nacionais como sujeitos históricos e detentores de um passado onde se deu a construção nacional, elaborando assim a história nacional de forma sistematizada, com ares da civilização da qual essa nação era portadora e necessitava destacar. O Brasil deixara de ser apenas uma colônia portuguesa, e ansiava por ter reconhecida a sua posição quanto nação civilizada nos moldes europeus.

Neste aspecto a Bahia publicava em seu volume nº 15 artigo que se intitulava “Conservação das Florestas” uma referência a Carta Régia assinada pelo Príncipe D. João VI e a Rainha D. Maria e que foi publicada em 1797. O conteúdo da Carta tinha por objetivo limitar as ações extrativistas nos domínios reais, resguardando assim as matas ali presentes. Isso, no entanto, não demonstra um senso apurado de preservação ambiental ou até mesmo uma consciência ambientalista, mas sim uma preocupação em preservar e delimitar os territórios reais.

⁸⁵ História-Unespar/Campus de Paranavaí

No decorrer desta pesquisa, analisaremos como desde a chegada portuguesa em território brasileiro o deslumbre com a exuberância da natureza tropical foi gigantesco, a partir de relatos de vários viajantes europeus que davam destaque aos elementos naturais que iam encontrando no caminho, e em quais *Modus vivendi* a colonização portuguesa, não contribuiu para a conservação deste meio até então preservado do contato com sociedades acumuladoras, mostrando em quais sentidos se desenvolvem as atividades econômicas no Brasil.

Tentaremos mostrar como o avanço das atividades mercantis na Europa nos séculos que seguiram ao descobrimento, e o desenvolvimento de novos modos de produção, foi intensificando as atividades de extrativismo na colônia para que se pudesse retirar das fontes naturais as matérias primas necessárias para suprir demandas de consumo do mercado em constante crescimento. Desta forma buscando também analisar a construção social que leva a publicação da carta, e as relações entre costumes, cultura e legislação, como abordado por E.P. Thompson.

Tendo em vista as práticas extrativistas coloniais realizadas e o conteúdo da Carta Régia publicada em 1797, a pesquisa se desenvolverá refletindo sobre a colonização e as Leis nas Florestas dos Senhores, buscando assim compreender os processos que levaram as mudanças relacionadas à este aspecto ambiental, que com o passar do tempo tem sua significação modificada.

A Colonização Portuguesa E Os Domínios Da Natureza No Setecentos:

Várias transformações ocorrem no modo de pensar dos homens no decorrer do século XVIII, com o desenvolvimento de um pensamento cientificista que vai permear as mentalidades da época, é possível perceber como diversos aspectos da vida material e intelectual passaram por diversas mudanças, isso devido as novas descobertas e novos horizontes que o pensamento cientificista irá trazer para o pensamento dos homens da época, aumentando a busca por sentidos e explicações aos elementos da vida em sociedade e de elementos da natureza.

Neste período surgem novas universidades, novas pesquisas, e conseqüentemente com isso nova descoberta acerca do mundo natural de maneira científica, ou seja, passa-se a ter um maior conhecimento a respeito da fauna e flora, e uma noção sobre o meio ambiente diferenciado. É neste período, por exemplo, que se verificam expedições como a de Auguste Saint Hilaire, botânico francês, que irá realizar expedições no território brasileiro, das quais

resultaram diversos relatos que irão afirmar a grandiosidade e exuberância da natureza brasileira, assim como denunciar alguns dos abusos do homem sobre esse patrimônio natural. No entanto, diferente daqueles viajantes aventureiros que em seus relatos descreviam de forma admirada as suas descobertas pelo território Brasileiro, Saint Hilaire virá com o objetivo específico de catalogar e analisar as mais variadas amostras de espécies da fauna e da flora brasileira, ou seja, não era uma aventura pura e simplesmente de contemplação, e sim uma atividade para pesquisas e conhecimento a respeito da natureza local, mostrando assim como esse pensamento cientificista irá interferir nas ações do homem na época.

[...] A *Erygium* nº1.569 e a Composta 1.464 *ter* eram as que apareciam com mais frequência; e ao passo que o amarelo e o branco são as cores predominantes em nossos prados, é o azul celeste, como já disse no relato anterior, que colore as pastagens que acabo de mencionar.

Depois de ter feito cerca de 3 léguas e meia, cheguei ao Rio Tibagi, que eu já tinha encontrado na Barra do Iapó e que também ali é orlado de arvores e arbustos entremeados de *Araucaria Brasiliensis*. [...] (SAINT-HILAIRE, 1978:59)

No trecho do relato *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, destacado acima, é possível perceber este caráter científico contido nos relatos de Saint-Hilaire, dando destaque as espécies da flora encontradas e de acordo com seu relato dá indícios de que possui um catálogo amplo das descobertas feitas durante as explorações. Ou seja, a preocupação em conhecer e analisar os elementos da natureza presentes no território eram também a motivação para realizar tais expedições.

As críticas de Saint Hilaire, no entanto, chamam a atenção para outro aspecto da colonização brasileira que é a exploração dos recursos naturais para a manutenção de um sistema econômico que havia se estabelecido e se desenvolvido desde o início da chegada dos Europeus em território brasileiro. Exploração essa que era feita em demasia, causando estranhamento no viajante, que encontrava em diversas áreas os reflexos das ações predatórias do homem sobre o meio ambiente local (LICCARDO, MENDES, 2001).

No trecho abaixo de *Viagem à Província de Goiás*, em que o botânico francês relata sua passagem pelo território de Goiás registrando suas impressões. Está destacada uma das principais críticas de Saint-Hilaire a respeito das atividades agrárias realizadas no Brasil, que prejudicam de forma substancial a natureza que o viajante tanto pesquisava e admirava, e que

estava sofrendo gravemente com as ações humanas das queimadas, as derrubadas das matas, tudo para abrir campo para realizar as plantações.

[...] Vi árvores gigantescas, queimadas pela base, tombarem com estrondo, arrastando em sua queda as que ainda não tinham sido atingidas pelas chamas. Dessa maneira, em troca de alguns alqueires de milho, os agricultores arriscam por sua imprevidência destruir uma floresta inteira. E não está longe o tempo em que os brasileiros irão lamentar a extinção total de suas matas. (SAINT-HILAIRE, 1975:154)

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995), acerca da colonização portuguesa é possível afirmar que as ações do conquistador eram de explorar o território e desenvolver ali atividades que, por questões demográficas e geográficas, não eram passíveis de se realizar no território de português, ou seja, cria-se na colônia uma extensão da metrópole, angariando dali recursos naturais para a manutenção da própria metrópole. Essa exploração, no entanto, não foi pré-estabelecida ou de alguma forma esquematizada. As ânsias colonizadoras por conquistar nas américas a extensão de território e os recursos que necessitava para o desenvolvimento de suas economias iam diretamente contra qualquer senso de preservação, uma vez que buscaram a exploração de tal maneira, que, como citado acima, em alguns casos causava espanto nos observadores do que fora a fauna e flora brasileira e como ela se transforma no decorrer do processo colonizador.

Ao que indica Sergio Buarque de Holanda (1995), a ocupação colonizadora nunca se teve um plano específico ou detalhado, não foi um feito sistematizado, pelo contrário, foi espontâneo e contou com a “plasticidade”, como analisa o autor, do homem português na obra *Raízes do Brasil*. Ou seja, é uma colonização voltada a exploração de recursos, até porque não se via em Portugal um contingente populacional suficiente para colonizar e povoar uma colônia com as extensões brasileiras. Aqui se encontrava um território que por sua extensão, pelos produtos produzidos e as abundâncias da flora brasileira, se mostrava adequado a suprir aquelas necessidades materiais para o mercado que Portugal, devido também a sua extensão, necessitava. Sendo assim, o projeto colonizador que foi desenvolvido ao longo dos séculos no Brasil demonstra mais uma forma de explorar para o enriquecimento português do que para o desenvolvimento organizado da colônia no além-mar.

Com isso o reino português detém na colônia uma fonte, que se pensa inesgotável na época, de riquezas naturais diversas, das quais vão ganhar destaque as madeiras aqui

encontradas. Após este período inicial, começam a ser desenvolvidas na colônia atividades voltadas à um desenvolvimento econômico, baseando-se na exploração e utilização da terra para diversas culturas, essas atividades também vão se mostrar, em conceitos atuais, predatórias, uma vez que para serem feitas as plantações do cultivo de diversos gêneros, assim como a criação de animais, irá demandar a abertura de campos através das matas para que tais atividades pudessem ser desenvolvidas. As plantações de cana-de-açúcar, que demandavam grandes campos para o plantio, e ainda passavam pelas queimadas, são exemplos de que a maior preocupação, ainda que com o desenvolvimento do pensamento científico, era de se produzir em larga escala, e cada vez mais para que as práticas de acumulação pudessem obter êxito.

No decorrer dos séculos que caracterizam o período colonial, no entanto, o desenvolvimento desse pensamento científicista irá interferir de maneira pontual nas ações colonizadoras. Essa nova cientificidade presente no pensamento dos homens na época irá influenciar em muito as formas de se perceber o mundo, tanto que ao perceber a exuberância da natureza brasileira, Saint-Hilaire irá se mostrar em alguns trechos espantado com tamanha exploração e depredação daquele meio, a partir desse pensamento científico que ao se desenvolver cria novos conceitos a respeito do meio, da utilização de recursos e a durabilidade dos mesmos. É possível perceber então que ao decorrer do processo colonizador e com as transformações do pensamento diversas mudanças no que diz respeito as atividades do colonizador em território brasileiro irão passar por novas definições, assim como a preocupação com a cientificidade e a legitimidade das ações coloniais por meio da mesma.

De acordo com Guntau⁸⁶ (2000), um importante expoente deste pensamento científico que se desenrolava no período pode ser encontrado em José Bonifácio, que em 1790 irá desenvolver um estudo a respeito das Baleias em regiões costeiras da América do Sul, denunciando atividades predatórias que estavam fazendo com que a quantidade desses animais diminuísse de maneira drástica. Isso demonstra que o pensamento a respeito do meio ambiente e sua utilização haviam sido modificados a partir do desenvolvimento do pensamento científico e o avanço das formas de pesquisa na época. No entanto, não como

⁸⁶ Na obra organizada por Silvia F. de M. Figueirôa “*Um olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina*” o pesquisador Martin Guntau escreve o capítulo de livro “José Bonifácio de Andrada e Silva – Estudos e trabalhos Científicos na Europa Central” seu trabalho de pesquisa revela aspectos da intelectualidade científica de Jose de Bonifácio, conhecido cientistas das ciências naturais e funcionário da indústria mineira e metalúrgica, além da ação política e estadista.

uma forma de preservação ambiental, mas como uma forma de proteger os recursos naturais da exploração exagerada, para que não se esgotem.

Ou seja, o pensamento que irá se delinear neste período do século XVIII é o de preservação para a manutenção da fonte, o que fica claro na pesquisa de José Bonifácio de Andrada e Silva, uma vez que não denuncia o ato de matança das baleias em si, mas sim a predação de seus filhotes, que irá causar um desequilíbrio e conseqüentemente o esgotamento da espécie na região, impossibilitando a manutenção deste mercado, e isso demonstra que havia a preocupação com o meio ambiente quanto fonte de riquezas, e não como patrimônio natural ou algo a ser preservado por sua importância como refletimos na atualidade.

Sendo assim, apesar de o cientificismo estar avançando sobre as mentalidades e realizar mudanças significativas a respeito das noções de meio ambiente e preservação, estava longe de mostrar uma consciência ambientalista. Esse pensamento se desenvolve mais no sentido de proteger para que não se acabe. Clive Ponting, em sua obra *Uma História Verde do Mundo*, irá trazer no capítulo inicial uma importante reflexão para o entendimento de como esse pensamento a respeito das questões ambientais vai se desenvolvendo com o passar do tempo.⁸⁷

Em “As lições da Ilha de Páscoa” Ponting (1995) irá tratar do caso específico da Ilha de Páscoa, em que uma população reduzida carregava traços de uma exploração exagerada dos recursos ambientais, levando a uma redução extremamente grave dos recursos naturais na Ilha, e mesmo demonstrando estar ali há muitos anos, a população se mostrava com traços primitivos. Ao pesquisarem sobre esse caso, percebeu-se que havia uma ligação entre o estado em que se encontrava os habitantes da Ilha de Páscoa ao terem contato com os europeus e as atividades que haviam sido realizadas por seus antepassados. Percebeu-se que o modo como utilizavam-se dos recursos naturais, de forma despreocupada e desorganizada, causou-lhes um enorme prejuízo no futuro, limitando extremamente as suas condições de vida.

Com essa análise de Ponting é possível perceber que ao passo que os desastres ambientais causam prejuízos na vida material dos indivíduos eles passam a ganhar destaque, e viram alvo de preocupação e análises, no entanto, ainda que surja essa preocupação não é

⁸⁷ A obra de Clive Ponting “*Uma História Verde do Mundo*” o autor afirma que a História humana não pode ser compreendida em vácuo. Todas as sociedades humanas foram e ainda são dependentes de complexos processos físicos, químicos e biológicos, interligados. (PONTING, 1995: 30)

possível afirmar que se desenvolva um sentido ambientalista ou que se busque uma forma de vivência sustentável, sendo esses conceitos recentes.

Lei Nas Florestas Dos Senhores:

No entanto a preocupação presente no processo colonial que tem início no século XVI, não era relacionada ao meio ambiente em si, mas sim com as consequências para a vida do homem que trouxeram todas as alterações feitas no ambiente natural. Ou seja, preocupava que uma sociedade sem matas, sem recursos, não pudesse obter lucros, ou formas de vida consideradas pelos europeus adequadas e confortáveis, com abundância de alimentos e uma grande variedade de matérias para realização de atividades econômicas.

Ao nos depararmos então com a Publicação em 1797 da Carta Régia assinada pela coroa Portuguesa, determinando a preservação das matas e madeiras reais, não se encontra, como intenta-se mostrar em 1898 com a publicação da mesma na Revista do IHGB da Bahia, uma consciência ambiental ou qualquer senso “civilizado” de preservação ambiental. Ao contrário, os movimentos que se desenvolvem nesse respeito irão acontecer de forma a legitimar o domínio real desses territórios, em um período de crescente valorização das propriedades de terra e mudanças de conceito a respeito do trabalho e da acumulação de terras.

Fica claro ao observar trechos do documento as intenções de proteger os seus domínios de abusos externos. Com o avanço do pensamento científico surgem essas novas preocupações acerca dos domínios reais, ou seja, o ímpeto inicial colonizador de exploração indiscriminada da terra e das matas nesse período passa a ser observado de maneira diferenciada, uma vez que se cria uma nova consciência acerca do meio em que se habita, com todos os avanços científicos se torna uma realidade pensar e observar o meio ambiente. No trecho abaixo destacado pode-se observar as ordens da Coroa, são incisivas e determinam inclusive a restituição daquelas terras nas Costas que já estavam sob posse de terceiros.

Em primeiro lugar, Declarando ser da Propriedade exclusiva da Minha Real Coróia todas as Mattas e Arvoredos á borda da Costa, ou de Rios que desemboquem immediatamente no mar, e por onde em Jangaoas se possão conduzir as Madeiras cortadas até ás Praias; não só Prohibo, que para o futuro se possão dar Sesmarias em taes Sitios, mas vos Ordeno, que informeis dos meios, por que se poderião restituir à Minha Real Coróia as Sesmarias já dadas, indemnizando os Proprietários com Terras equivalentes

no interior do Paiz: impondo desde logo aos dittos Proprietarios a obrigação de conservarem as Madeiras e Paus Reaes; e estabelecendo igualmente as mais sevêras penas contra os Incendiarios e Destruidores das Mattas. (CARTA RÉGIA 1797)

Ou seja, como sugere Duarte (2010) em sua análise da obra de Thompson, *Senhores e Caçadores*, as leis e códigos criados vão perpassar todo o contexto socioeconômico e cultural do período, de certa forma demonstrar como refletem os anseios de seus legisladores, não levando em conta, neste caso específico, a preservação de um bem comum ou o interesse das maiorias. Pelo contrário, a partir dessa Carta Régia, busca determinar-se os domínios legais da coroa portuguesa, limitando a utilização de seus recursos por terceiros. E ao relacionar tais atos com o pensamento em desenvolvimento na época, é possível destacar a preocupação da coroa em realizar a manutenção de recursos para a exploração na colônia, uma vez que este elemento era de fundamental importância para a continuidade das atividades econômicas que sustentavam o sistema guiado por Portugal.

Ainda que em 1898 o IHGB buscasse demonstrar a gênese de um pensamento ambientalista de conservação ambiental, como elemento fundamental para seus objetivos de delimitação do caráter e formação do pensamento brasileiro, buscando se encaixar em um novo momento de cientificidade e de valorização de um conceito de civilidade nos moldes europeus, ao analisar o contexto em que se dá a publicação da Carta Regia, assim como todo o contexto colonial, percebe-se que através da Carta, se legitimava a preservação dos domínios reais partindo-se de um pressuposto científico em desenvolvimento no período de sua publicação, que é importante para que se entenda as motivações causais de tais atos reais. Ou seja, reafirmando a noção de colônia para extração, esta antes realizada sem qualquer mediação por parte dos colonizadores, e posteriormente com os avanços da racionalidade do pensamento e o desenvolvimento do cientificismo nas pesquisas, buscaram-se novas formas a partir desses novos conceitos de legitimar suas ações, que irão buscar formas de avançar com suas atividades econômicas, porém de modo a garantir a coroa a preservação de seus domínios, assim como a manutenção das fontes, que nesse ponto já se percebeu esgotáveis.

Igualmente procurareis, que se construão Engenhos de serrar Madeiras, por meio de Maquinas movidas pela Agua, tendo Rios navegaveis ou Caminhos firmes, por onde se possão transportar aos Armazens que se construirão nas

margens do mesmo Rio Doce ou nas Praias, onde julgardes mais conveniente.

Procurareis tambem examinar se sobre o mesmo Rio, ou em alguma Enseada visinha ao mesmo, podeis mandar estabelecer Estaleiros, em que se possam construir a bom mercado Embarcações, que depois possam trazer a este Reino Madeiras de Construcción, e que dêem assim dobrada vantagem, podendo tarnbem servir á construir pequenas Embarcações [...] (CARTA RÉGIA 1797)

Observa-se então, principalmente no trecho acima destacado, as ambições comerciais da Coroa ao determinar a proteção de seus domínios, garantir a manutenção de um mercado vantajoso, e se possível ampliar as vantagens do mesmo. Com isso, é possível perceber que esse impulso primeiro de um pensamento ambiental não acontece em decorrência da destruição da natureza, não pelo menos uma natureza de caráter contemplativo, mas sim de uma natureza que é fonte de riquezas, que possibilita o desenvolvimento de atividades econômicas caras ao reino português no período. Uma vez que ao mesmo tempo que impõe a preservação das Matas e Madeiras reais na Carta, sugere-se logo em seguida quais atividades lucrativas e vantajosas poderiam ser aproveitadas e realizadas a partir do decreto real na região.

A Carta demonstra claramente a importância que se dá as Matas reais, e ao passo que o conhecimento acerca da degradação do meio ambiente se evidencia, em relatos como o de Saint-Hilaire, por exemplo, aumenta-se a preocupação e a necessidade de voltar as atenções para a preservação dessas fontes que se encontram ameaçadas pelas ações indiscriminadas do homem em sua ânsia desenfreada por obter lucros.

[...] Sendo as Madeiras e Paus de Construção, que se exportão do Brazil, hurn objecto do maior interesse para a Marinha. Real e de que a: Minha Real Fasenda pode tirar hum grande Rendimente, estabelecendo Córtes regulares das mesmas madeiras para vender ás Nações Estrangeiras: E sendo necessario tornar, todas as precauções para conservação das Martas no Estado do Brazil, e evitar que ellas se arruinem e destruo [...] (CARTA RÉGIA 1797)

Ao observar as primeiras justificativas redigidas na carta fica claro o quão importante são as madeiras reais para os lucros da Coroa, e também é possível destacar que em nenhum momento se sugere que cessem as atividades de extração ou queimada, ou muito menos colocam a natureza como elemento fundamental que está sendo protegido, até porque não era comum ao homem da época desenvolver esse tipo de raciocínio, no entanto, é possível da mesma forma perceber a presença de traços do pensamento científico que passa a crescer na mentalidade da época. Tem-se conhecimento sobre as degradações ambientais e logo levam essas preocupações para o campo que mais lhes preocupam de ser atingido: o campo das atividades econômicas.

Sendo assim, após analisadas as motivações e contexto histórico por trás da publicação da Carta Regia de 1797, descontrói-se a imagem “ambientalista” que se tem a respeito da conservação ambiental no período, e adquire-se a noção de preservação para a manutenção de mercados e fontes para a extração de matérias rentáveis. O que não é incomum ao levar em conta que nesse período se valorizam as atividades de extração e aumentam os usos possíveis para a terra, aumentando assim seu valor e modificando percepções acerca da exploração da mesma. A importância deste estudo, no entanto, é fornecer uma análise de como se dá o desenvolvimento desse pensamento que posteriormente viria a ser caracterizado como “ambientalista”. Ou seja, perceber quais motivações estão por trás da gênese desse pensamento, possibilitando assim, ao utilizar tais temáticas em sala de aula, uma melhor compreensão do assunto abordado, permitindo uma análise sobre o percurso do pensamento ambiental, mostrando ao aluno que essas noções e conceitos não se dão facilmente ou surgem do dia para a noite, mas são frutos de diversos contextos e acontecimentos variados, num processo longo, lento e contínuo.

Por fim, através das discussões, cria-se uma nova percepção acerca da noção ambiental no Brasil, o que é fundamental para que se trabalhe não só preservação, mas também conceitos de História Natural em sala de aula. Disponibilizando uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento da temática no campo educacional, realizando a importante ação de desconstruir alguns mitos históricos sobre a formação do pensamento e da identidade nacional, e fomentando o questionamento de conceitos até então aceitos e disseminados como parâmetros da nacionalidade brasileira.

Referências Bibliográficas:

Conservação das Florestas, In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, ano V. n. 15. P. 145-148, março/1898.

DUARTE, Adriano Luiz. Lei, Justiça e Direito: algumas sugestões de leitura da obra de E.P. Thompson. In: **Revista de sociologia e política**. V.18, n.36, p. 175-186, jun. 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o Projeto de uma História de Nação. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. N.1. 1988. P. 5-27.

GUNTAU, Martin. José Bonifácio de Andrada e Silva – Estudos e Trabalhos Científicos na Europa Central. In: Silvia F. de M. Figueirôa (org.) / **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina** - Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

LICCARDO, Antonio. MENDES, Júlio Cesar. **Saint-Hilaire nas Nascentes do Rio São Francisco**. Ouro preto: 2001.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. São Paulo: Civ. Brasileira, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catariana**. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: São Paulo: Editora Itatiaia, 1978.

AULA-OFICINA: A RESISTÊNCIA ESCRAVA NO BRASIL IMPERIAL

ISSN: 2595-1645

Gustavo Poldo de Souza;⁸⁸

Ricardo Tadeu Caires Silva⁸⁹

(História-Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo relatar os resultados e experiências da aula-oficina desenvolvida pelos bolsistas do Projeto PIBID/História (Unespar- Campus de Paranavaí-Pr), junto aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, do Colégio Estadual Unidade Polo, localizada na cidade de Paranavaí-Pr, e que teve por temática as estratégias de resistência escrava no Brasil imperial. Tomando por base os estudos dos pesquisadores ligados à nova história social da escravidão, buscou-se criar situações pedagógicas que valorizassem o protagonismo e a astúcia escrava na sociedade imperial brasileira. Por meio do exame de documentos escritos e imagens nas quais os escravos aparecem como indivíduos que procuraram lutar por aquilo que consideravam justo para seus destinos, os alunos foram levados a refletir sobre as contradições da formação social brasileira e a luta de classes na América Portuguesa. Dessa forma, a atividade promoveu a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme preconizado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08.

1. Introdução

O propósito desse artigo é descrever a minha experiência pelo PIBID⁹⁰ no 9º ano do Ensino Fundamental, do Colégio Estadual Unidade Polo-Paranavaí-Pr, tendo como aula-oficina a temática da resistência escrava no Brasil. Busco nesse trabalho elucidar minhas justificativas acerca do tema, objetivos traçados, uma breve revisão historiográfica,

⁸⁸ Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR, campus-Paranavaí-PR. Bolsista através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID.

⁸⁹ possui Graduação (1997) e Mestrado (2000) em História pela Universidade Federal da Bahia, e Doutorado pela Universidade Federal do Paraná (2007). Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual do Paraná- Unespar, lotado no Colegiado de História da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí-Pr.

⁹⁰ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID. O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

fundamentação teórica, a metodologia utilizada em sala de aula e por fim os resultados obtidos durante essa experiência.

Já no primeiro ano do curso de História, na disciplina de Brasil Colônia, tive o primeiro contato com o tema da resistência escrava na América Portuguesa, de modo, que, durante minha formação no ensino fundamental e médio, esse tema não foi abordado de forma significativa, desse modo meu conhecimento acerca desse assunto era quase nulo. Destarte, a partir desse ponto desenvolvi o interesse por essa temática, sendo que, durante minha graduação, tenho a oportunidade de participar do PIBID, na qual o tema do nosso subprojeto é *História da África e cultura afro-brasileira*. Disseminando, através desse programa a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme preconizado pelas leis 10.639/03⁹¹ e 11.645/08⁹².

Destarte, nesse ano de 2016, ou seja, no meu terceiro ano de graduação, tenho a oportunidade de realizar esse projeto no Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto-Unidade Polo ⁹³, sendo esse, a maior instituição de ensino fundamental, médio e profissionalizante do município de Paranaíba-PR. Esse colégio se encontra localizado no centro da cidade e atende crianças, jovens e adultos de todas as localidades do município e também dos distritos. Essa é a primeira vez que está acontecendo o PIBID de História nessa instituição.

Em nosso subprojeto, trabalhamos a temática já citada à cima em diversas classes do ensino fundamental e médio, diferente de outras experiências passadas, na qual permanecemos em uma única sala durante todo o ano letivo. Desse modo, é possível disseminar a História da África e cultura afro-brasileira por mais espaços, não ficando restrito somente a uma parcela dos alunos e professores.

4 Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, juntamente com o Congresso Nacional decreta e sanciona a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "[Art. 26-A](#). Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

⁹² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm >.

⁹³ O Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto Ensino Fundamental Médio e Profissionalizante, situado na Rua Enira Braga, n.º 313, Jardim Nakamura, CEP. 87.701-050, mantida pelo Poder Público, tendo como entidade mantenedora Governo do Estado do Paraná.

Ministrei minha aula-oficina acerca das estratégias de resistência escrava no Brasil imperial no 9º ano do Ensino Fundamental, na qual obtive ótimos resultados. Decidi optar por essa turma, principalmente por ela ser bem agitada, porém participativa e curiosa.

Dentro dos novos modelos de pedagogia e também do aluno contemporâneo, na qual este, não é mais como o de tempos passados, vivendo numa época cercada de informações e velocidade, achei essa turma a melhor escolha em prol da disseminação de conhecimento e também para minha melhor formação docente.

Esse trabalho acerca da cultura africana e afro-brasileira, juntamente com a experiência docente, possui também como propósito ser demonstrado durante a XVI Semana de História, que ocorrerá, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), de 17 a 21 de outubro de 2016⁹⁴.

Buscarei aqui, demonstrar uma boa parte do meu trabalho e objetivos traçados em prol do estudo e disseminação da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil e a cultura negra brasileira.

2. Justificativas

Considerando que o protagonismo escravista tem se tornado um tema recente em pesquisas e discussões, é de extrema importância à disseminação desse assunto tanto no meio acadêmico, nas instituições de ensino básico, assim como na própria sociedade.

O principal papel do docente é professar o seu conhecimento acerca de determinado conteúdo, possibilitando dessa forma, o aluno desenvolver o seu senso crítico. Dessa forma, dada a relevância do tema, a aula-oficina *estratégias e resistência escrava no Brasil imperial*, tem como intuito demonstrar aos alunos nossa herança africana e escrava, a fim de possibilitar uma melhor visão acerca de nosso passado tão próximo. Demonstrar aos alunos as formas de negociação, estratégias, e lutas dos escravos para com os seus senhores. Os caminhos e descaminhos que escravos e escravas faziam em busca de sua liberdade; seja, para a vida inteira ou apenas fugas temporárias, como salienta Gomes (1996).

⁹⁴ XV Semana de História, o VIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social e o III Encontro das Especializações em História, eventos organizados pelo Departamento de História, Colegiado de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Especialização em Religiões e Religiosidades e Especialização em História e Patrimônio, todos ligados à Universidade Estadual de Londrina. Para mais informações acessar o site: http://www.uel.br/cch/his/XVISEMHIS/index.php?arq=ARQ_apresenta%E7%E3o.

Dado que o papel do escravo inserido na historiografia brasileira se dá como um ser passível e de amigáveis relações, busco no trabalho em sala de aula, tendo como base os estudos dos pesquisadores ligados à nova história social da escravidão, apresentar aos discentes a real atuação dos escravos no período mais obscuro da história do Brasil.

Demonstrar-se-ão as lutas em prol de sua família, sua cultura de subsistência, as formas de negociação para com seus senhores, e suas atitudes perante os tribunais. Tudo isso, pouco presente nos livros didáticos, na mídia e nos discursos de alguns professores; sejam eles acadêmicos ou não.

3. Objetivos (Geral E Específicos)

OBJETIVO GERAL:

Fazer com que os alunos compreendam o processo de resistência escrava presente no período do Brasil imperial.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Salientar as diversas formas de resistência escrava no Brasil durante o seu período imperial.
- Promover debates e discussões acerca do assunto.
- Utilizar novos métodos para a explanação do conteúdo, afim de, instigar o aluno a busca pelo conhecimento, usando como método a musicalização em conjunto com a contação de histórias.

4. Breve Revisão Historiográfica E Fundamentação Teórica

Diferente do relatam muitos livros didáticos e livros de História de cunho tradicional, o negro africano não foi um sujeito pacífico em todos os momentos, esse se apresentou como protagonista em sua própria história, negociando com os seus senhores brechas para com sua vida social e familiar e também se revoltando, caso suas reivindicações não fosse aceitas, desse modo o cativo se voltava contra os seus senhores de diversas formas, seja na capoeira ou na música, na religiosidade ou na alimentação, no assassinato de capitães do mato, de sua família ou de si próprios.

Fica evidente que as formas de manipular o sistema escravista foi muito usado pela população negra nos quase quatro séculos de escravidão existente no maior país de toda a

América Latina. É preciso ainda salientar que, o negro resistiu contra toda e qualquer agressão física e moral durante o período colonial, imperial e resiste bravamente até os dias de hoje.

Pinsky (1983, p.51) salienta que muitos manuais de História descrevem o surgimento do tráfico negreiro em razão do índio não ter se acostumado com o trabalho árduo, que o seu espírito de liberdade não era compatível com o sistema escravista. Segundo esse pensamento, o negro aparece como sendo um indivíduo pacífico e com predestinação para com a servidão, de modo que, ao contrário do indígena que era um sujeito preguiçoso e não se adaptou ao trabalho árduo das colheitas de cana-de-açúcar.

É preciso demonstrar aos alunos, de forma bem clara e detalhada, que essa linha de pensamento é errônea. Com a chegada dos portugueses no século XVI ao encontro dos povos indígenas, fica bem explícito o conhecimento de toda aquela região pelos nativos. Suas formas de subsistência era cotidiana, ou seja, os indígenas conheciam muito bem as matas e os perigos das terras tropicais, e esses, quando adentravam o gigantesco território verde de desconhecimento quase total dos portugueses, sabiam muito bem como sobreviver a esse lugar inóspito. Ao contrário dos povos nativos americanos, os negros vindos do norte da África vinham em sua maioria separados de suas tribos de origem, sendo misturado aos milhares dentro dos navios negreiros, e atravessando o atlântico se deparavam com terras que jamais poderiam imaginar, esse ficava refém do seu próprio destino.

Porém como dito acima, o negro africano mesmo com toda dificuldade social, de comunicação, saúde, e religiosa entre outras, lutou diariamente com toda a sua força para melhor viver a sua vida e a da sua família recém formada.

João José Reis e Eduardo Silva dedicaram um livro inteiro ao tema da “Negociação e Conflito” existente entre escravos e seus senhores. Logo na introdução, os autores deixam bem claro a luta pelos cativos em prol de sua dignidade física e moral. Dessa forma, os autores salientam:

As reivindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho de Santana, na Bahia, também exigiam o direito de poderem “cantar, folgar e brincar” sem consentimento prévio do feitor. (REIS; SILVA, 1999, p.8)

Libby e Paiva (2010) afirmam que o sistema escravista sofreu inúmeras formas de resistência, sejam elas, individuais ou coletivas. “No dia-a-dia, as formas comuns eram a desobediência, a diminuição deliberada do ritmo de trabalho e a sabotagem.” (LIBBY; PAIVA, 2010, p.48).

Como já dito, foram inúmeras formas de resistência usada pelos negros contra o sistema escravagista, assim como a desobediência já citada e a redução no ritmo de trabalho, era muito comum a prática de fugas de escravos. Muitos optavam por essa escolha em razão dos maus-tratos recebidos por seus senhores, ou mesmo, porque almejavam a liberdade nem que fosse por um curto período de tempo, em razão dos diversos capitães do mato contratados pelos senhores em prol da captura desses fujões.

Em decorrência das fugas, surge um fator importantíssimo para questão da resistência escrava, os quilombos, sendo o mais famoso deles o Quilombo dos Palmares, na antiga capitania de Pernambuco, na região da Serra da Barriga. Esse quilombo teve como grande líder, o negro Zumbi dos Palmares.

Outra forma de resistência empregada no cenário escravista imperial foi o assassinato de senhores. Esse acontecimento se dava na maioria das vezes quando não havia negociação entre cativo e senhor, de modo, que, o escravo acabava levando a pior nesse caso. Sofrendo com problemas de saúde, longas jornadas de trabalho e sem uma alimentação suficiente para si e sua família, o assassinato de senhores era a ponto final de um cotidiano de tristeza e sofrimento, porém, às vezes, essa atitude não acabava tendo como fim um ponto final, mas sim, um assombroso ponto e vírgula. Por que dessa metáfora? Pelo simples fato, que a matança de um determinado senhor poderia resultar na herança ocasionada pela morte deste, o surgimento de um senhor mais maldoso que o anterior assolava os planos dos escravos que visavam no assassinato a solução de seus problemas.

Ainda falando em assassinato, muitos cativos viram no auto suicídio e no assassinato dos membros de sua família a melhor maneira de acabar com o sofrimento presente. Pinsky (1987) elucida essa questão em sua obra:

No limite de sua resistência física e moral, o escravo se matava. Além de gesto de libertação, de ponto final à sua condição de objeto, ele golpeava fundo seu senhor, fazendo com que tivesse prejuízo do investimento que fizera nele. Alguns números nos permitem levantar suposições a respeito do assunto. Em 1848, dos 33 suicídios ocorridos na Bahia, 27 foram de escravos, dos quais 26 africanos. (PINSKY, 1987, p.59)

Foram inúmeras formas de auto-eliminação, como: enforcamento, armas de fogo, facas, asfixia entre outras maneiras.

Fica claro então, que os escravos viram na resistência uma forma de amenizar a força que o sistema escravista possuía. Destarte, muitos senhores também utilizavam dessa resistência um modo de se sobressaírem perante os cativos, de modo, que, esses acordos firmados entre escravos e senhores, às vezes beneficiavam muito mais os senhores que os próprios escravos, porém, esse tema fica para outro momento.

Todas as formas de resistência, de certa maneira contribuiu para o enfraquecimento do sistema escravista no Brasil, é portanto, que volto a salientar, que o negro sim, sujeito forte e protagonista de sua própria história, lutou firmemente para quebrar as correntes que atavam não somente o seu corpo mas também a sua alma.

5. Descrição E Fundamentação Da Metodologia Usada

A metodologia foi fundada na revisão bibliográfica e documental a fim de transmitir o melhor conteúdo possível para os discentes, através de uma linguagem acessível e humanista. O humanismo é uma filosofia subjacente às chamadas “teorias de aprendizagem”. Para Marco Antonio Moreira (2009) ao referir-se ao discente, o autor afirma que “o humanismo o vê primordialmente como pessoa, como um todo, como integração e inseparabilidade de pensamentos, sentimentos e ações.

Carl Rogers (1969) acredita que as pessoas têm dentro de si a capacidade de descobrir o que as está tornando infelizes e de provocar mudanças em suas vidas, mas esta capacidade pode estar latente.

A contação de histórias foi utilizada como recurso para melhor entendimento dos alunos para com a temática da resistência escrava, não somente no Brasil imperial mas em toda a sua história. Utilizando a viola caipira ⁹⁵ consegui narrar os acontecimentos de resistência tendo como fundo o som do instrumento.

⁹⁵ Viola caipira, também conhecida como viola sertaneja, viola cabocla e viola brasileira, é um instrumento musical de cordas. Com suas variações, é popular principalmente no interior do Brasil, sendo um dos símbolos da música popular brasileira.

Desse modo, busquei através da temática e do objeto musical chamar a atenção do aluno em prol do conteúdo, tornando assim, a aula mais dinâmica e eficaz.

O modo de avaliação foi composto por uma ficha de perguntas, e dentre elas a elaboração da letra de uma música, tendo como tema a resistência escrava no Brasil imperial, sendo o estilo musical escolhido pelo próprio aluno.

6. Resultados

Por início, tínhamos a intenção de demonstrar aos discentes às várias formas de resistência existentes no Brasil até os dias de hoje, propiciando dessa forma uma ponte entre o passado e o presente. Em relação ao tema central, devido o pouco tempo disponível, o enfoque foi dado principalmente nos movimentos de “fuga”, explicitando, discutindo e elucidando as formas que esse movimento de resistência propiciou no período de mais de trezentos anos de escravidão no Brasil.

A metodologia utilizada foi: comunicação oral expositiva, com o recurso de slides. Com uma linguagem acessível e uma pedagogia humanista⁹⁶. Na presente aula também foi utilizada, como recurso metodológico, a viola caipira, instrumento de dez cordas, provinda de Portugal na qual aqui no Brasil sofreu algumas modificações. Através desse recurso foi possível fazer uma contação de histórias, referentes a resistência negra, tendo o som do instrumento como fundo para a melhor concepção do aluno.

O método de avaliação sofreu uma modificação em relação ao plano de aula anterior, que consistia em uma ficha de perguntas, e dentre elas a elaboração da letra de uma música, tendo como tema a resistência escrava no Brasil imperial. Porém, devido ao curto tempo disponível para a ministração da aula, o método avaliativo se deu através das anotações dos alunos referente ao conteúdo apresentado durante a aula.

Em suma, a aula foi muito produtiva na minha visão e também a dos meus amigos, assim como, as falas dos alunos após o término da aula. Segundo eles, o conteúdo foi muito “bacana”, e perguntaram quando será a próxima vez que voltaremos na sala deles. Isso me deixou muito motivado e principalmente vi na efetiva preparação de aula e conhecimento pragmático sobre o assunto a eficiência no decorrer da aula.

⁹⁶ Essa abordagem tem como ênfase as relações interpessoais e o crescimento que desta resulta. Direcionada no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, dos seus processos e organização pessoal da realidade em sua capacidade de atuar como uma pessoa integrada na sociedade.

Sempre após a ministrações das aulas-oficinas, sentamos em grupo e discutimos os pontos positivos e os que devem ser repensados. Dessa forma, é considerável observar o desenrolar de nossas atitudes em sala de aula como professores, propiciando assim, uma troca de experiências, críticas e também elogios.

7. Considerações Finais

Na educação, assim como na própria história, as conclusões realizadas em certos momentos históricos com o passar do tempo sofrem modificações, assim como tenho certeza que a minha próxima aula não terá os mesmo resultados finais que obtive na presente aula. As pessoas são diferentes, assim como os nossos alunos, classes e também escolas. Por isso, a importância de estarmos cada vez mais preparados para os desafios do dia a dia.

Um tema de quase total desconhecimento dos alunos pode se tornar uma fantástica aula, com gigantesca participação dos alunos. Podem surgir dúvidas, debates e discussões. Ao mesmo momento que, um tema novo, pode rapidamente deixar de ser uma aula fantástica para um martírio pessoal e também para os alunos. Por isso saliento a necessidade em conhecer o conteúdo pragmático a ser tratado em sala de aula.

Em nosso PIBID buscamos a todo momento alcançar o universo do outro indivíduo. E não só em nossas aulas como no próprio dia a dia levar e conscientizar o aluno, a pessoa, a perceber às concepções de sociedade, cultura, política entre outras, por si mesmas. Esse é o grande papel do professor humanista. Nunca se esquecer, que a auto estima de uma pessoa, de um aluno, de um professor, pode elevar a sua condição de vida em todos os sentidos. E através dessas palavras, tenho pra mim que consegui alcançar todos os meu objetivos na aula ministrada.

Referências Bibliográficas:

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França, **A Escravidão no Brasil**, *Relações sociais, acordos e conflitos*, 1.ª edição, São Paulo, Moderna. 2000.

REIS, João José; SILVA, Eduardo, **Negociação e Conflito**, 1.ª edição, São Paulo, Companhia das Letras. 1989.

PINSKY, Jaime, **Escravidão no Brasil**, 6.ª edição, São Paulo, Global. 1987.

KARNAL, Leandro (org.) **História na Sala de Aula – conceitos, práticas e propostas**. 5ª edição, São Paulo, Contexto. 2007.

ROGERS, Carl. **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte: Interlivros. Tradução do original **Freedom to learn**. Columbus, OH: Charles E. Merrill. 1971.

MOREIRA, Marco A. **Comportamentalismo, Construtivismo e Humanismo**. 1ª edição, Porto Alegre.

FREITAS, Itamar. **Fundamentos Teórico-Metodológicos para o Ensino de História (Anos Iniciais)**. 1ª edição, São Cristovão, Editora-UFS. 2010.

BOLÉS, HERESIA E COLONIZAÇÃO: A POLÊMICA SOBRE A FRANÇA ANTÁRTICA NO SÉCULO XVI

ISSN: 2595-1645

Jorge Luiz de Oliveira Costa⁹⁷

Resumo: O presente texto tem como intuito expor os resultados parciais de nossa pesquisa acerca da presença do senhor de Bolés na América Portuguesa. Considerado herege por questionar assuntos da fé, ocupou, junto com seus compatriotas franceses, a Ilha de Villegagnon, na Guanabara, com o intuito de fundar a França Antártica. Sobre sua morte, há versões contraditórias e polêmicas, envolvendo, em algumas destas, o nome do Padre José de Anchieta. Estamos considerando os dados do seu processo judiciário, outras fontes e referências que contribuíram para esse estudo. Trataremos, também, sobre o período colonial do Brasil, consequência de uma expansão, não só comercial, econômica ou material, mas também cultural, que teve na religião uma das suas funções mais fortes e eloquentes, movendo agentes, determinando comportamentos e imprimindo suas marcas nos quadrantes da vida social. Em paralelo a tal período, meados do século XVI, a Europa se encontrava em uma luta religiosa contra a reforma proposta por Martinho Lutero e Calvino. Tal questão trouxe os franceses ao Brasil Colonial, também denominado por América Portuguesa, em busca de refúgio que os protegesse das perseguições da Igreja, proporcionando a disputa pelas regiões brasileiras.

Palavras-chave: Colonização, América Portuguesa, França Antártica, João de Bolés.

Introdução

A colonização portuguesa na história da América é, ao mesmo tempo, história da América - ou pré-história do Brasil -, história dos Índios e história de Portugal. Sobre a América portuguesa, é preciso perceber este fato histórico como parte de um processo maior, global. Vários nobres, o próprio rei e até João Calvino - com a idéia de transformar a França Antártica numa colônia protestante para o caso de exílio - contribuíram para realização da França Antártica, visando aumento comercial e o fluxo de mercadorias de sua metrópole, a França. Sobre o Bolés, apesar de sua importância, poucos são os historiadores que ousam mergulhar nestas águas profundas, nesta fase ao mesmo tempo tão longínqua e tão presente de nossa história. As razões para isso em geral giram em torno do problema das fontes. Essa é uma questão que se repete para outros objetos do período colonial, o que faz desta fase a menos conhecida de nossa história, pese seu caráter fundante.

⁹⁷ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História – Linha de Cultura, Histpriografia e Patrimônio - da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Unesp/Assis-SP; Email do autor: jltrast@hotmail.com; Orientador: Milton Carlos Costa.

Desenvolvimento:

A ocupação do Brasil é apenas um episódio que compõe um processo mais amplo e já conhecido: a expansão marítima. Isso significa que os impulsos iniciais do processo de colonização se explicariam pelo desejo da expansão da empresa europeia dentro da lógica mercantilista que se consolidava naquele momento da Idade Moderna. Nas palavras de Caio Prado Júnior⁹⁸, não se tratou apenas de um projeto específico de desbravamento do mar, do espírito aventureiro português, mas, além disso, tratava-se de buscar alternativas para ampliar o comércio que tinha como entraves questões de ordem política e econômica, também internas ao continente, a exemplo dos árabes que dominavam o comércio de especiarias.

Refletindo a interpretação de Fernando Novais⁹⁹, a expansão europeia dos séculos XV e XVI não é apenas uma expansão comercial, econômica ou material, ela é também uma expansão cultural, considerando que é impossível entender os povos ou um único personagem deste período, insistindo apenas em uma determinação exclusivamente econômica desse movimento expansionista europeu.

A expansão cultural, que tem na religião uma das suas funções mais fortes, mais eloquentes, moveu agentes sociais, determinou comportamentos coletivos e imprimiu suas marcas sobre todos os quadrantes da vida social na formação do Brasil que vivemos hoje. A expansão material e cultural da Europa dos séculos XV e XVI envolve o continente americano, conferindo um protagonismo não exclusivo aos portugueses.

Considerando esta premissa, é possível dizer que a formação da sociedade brasileira não era um fim, um objetivo propriamente dito, como diferentemente ocorreu nas chamadas colônias de povoamento tão presentes na América Espanhola. Mais como consequência de que como alvo, a formação do Brasil enquanto nação se deu por um processo histórico bastante peculiar, com desdobramentos significativos para a constituição do país enquanto nação. Caio Prado Junior afirma que todo o povo tem na sua evolução um certo sentido, o qual não se dá pelos pormenores da história, mas fundamentalmente ao analisarmos o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais da história num largo período de tempo¹⁰⁰.

⁹⁸ PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 17.

⁹⁹ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

¹⁰⁰ PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 19.

Ainda segundo tal autor, há uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos, que se sucedem em ordem rigorosa, dirigida para determinada orientação. Tais acontecimentos históricos são partes de um todo, fato que nos permitiria compreender a especificidade de um povo, de uma nação, de uma sociedade.

No intuito de explicar a historiografia sobre a colonização da América portuguesa, o ASC – Antigo Sistema Colonial - e o ART – Antigo Regime nos Trópicos - são expressões de dois modos de praticar história. A abordagem ASC constitui-se em uma concepção materialista da história, que o grupo ART pretende superar e mesmo destruir com seu “novo método”. Mais do que romper com o *materialismo histórico* é romper com o materialismo derivado da tese de Fernando Novais e o debate historiográfico que esse materialismo articulou, evidente nas obras combativas e revisionistas do ART.¹⁰¹

O Antigo Sistema Colonial consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia. Neste sentido, a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana européia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações européias; ou, de forma simplificada, exemplificamos com o Pacto ou Sistema Colonial, em que a colônia só podia comercializar com a metrópole.

Através de um modelo em nível interno como base explicativa para nossa história, este grupo explica a situação atual da historiografia do país pelo epicentro institucional de São Paulo, tentando explicar a colonização como um fator da exploração europeia das riquezas tropicais.

Caio Prado Junior, Fernando Novais e Ciro Flamarion Cardoso foram autores que figuraram o debate historiográfico até então e que tiveram ampla predominância na escrita desde a década de 70. A discussão girava em torno da concepção de haver ou não uma dinâmica interna em detrimento das exportações como epicentro da colonização.

Sendo assim, a crise do ASC seria a dissolução das tradicionais relações entre Portugal e Brasil, findando o ASC com a vinda da corte para o Brasil, em 1808, ano em que a Colônia Portuguesa deixa de ser colônia, já que o Brasil se torna sede do governo imperial; porém, isso não trás de imediato a independência do Brasil, mas cria condições posteriores para tal

¹⁰¹ SALLES, W. D. **TEMPOS DE CRISE: O império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640 - 1695)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

realização. A Crise do Antigo Sistema Colonial, portanto, decorre de uma tomada de consciência dos colonos em relação à posição de explorados que, no final do século XVIII, permitiu romper as amarras mentais que subordinavam a colônia à metrópole.

Já o Antigo Regime nos Trópicos surge com o intuito de colocar a premissa inicial do ASC em segundo plano perante os resultados posteriores ao livro *Antigo Regime nos Trópicos*. O ART construiu um modelo de escrita histórica completamente diferente daquele que estava preso ao debate, **dinâmica interna versus exportação**, a partir do livro de Fragoso e Florentino¹⁰², que havia uma acumulação endógena na colônia com a criação de “elites” coloniais, as quais se baseavam no comércio para se diferenciar dentro da colônia. Assim sendo, criou-se um modo de acumulação de capital, que por vezes extrapolava as arrecadações europeias, não caracterizando, assim, propriamente um sentido exportador para o Brasil, mas demonstrando que havia uma camada de negociantes no Rio de Janeiro (os *homens de grosso trato*) que formava a elite interna, acumuladora de capital, envolvidos com diferentes tipos de comércio: interno e externo. Segundo Fragoso, esses negócios superavam o valor do capital rural. Por isso, a economia colonial, ao contrário do que tradicionalmente se assegurava, estava voltada para os negócios internos.

As pesquisas do grupo que se formou com o surgimento do livro *Antigo Regime nos Trópicos* vieram de Portugal, do antigo país colonizador. Precisamente, da adaptação dos estudos que circundam as teorias de António Manuel Hespanha, que aplica em Portugal o questionamento teórico acerca do poder monárquico português, de maneira a descaracterizar a imagem de um rei absoluto.

Aceitando-se ou não o novo método interpretativo, o surgimento do grupo ART estimulou os estudos relacionados ao período colonial de uma forma muito peculiar. Primeiro, porque em um momento inicial os trabalhos foram se aquilatando nos arquivos de modo a subsidiar discussões que de alguma maneira se contrapunham à convencional interpretação de sentido econômico se passou a aperfeiçoar os trabalhos nos arquivos; segundo, tais apontamentos acabaram por incrementar a importância teórica de uma revisão historiográfica; terceiro, houve com isso um repensar da história que culminou na “desconstrução” de uma teoria edificada, impulsionada por um repensar interno, isto é, uma reavaliação interpretativa, que implica em novos trabalhos. Nesse novo patamar historiográfico e frente à essa refacção

¹⁰² FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

histórica, surgiram respostas às críticas elaboradas pelos autores do Rio de Janeiro. Os eventos acadêmicos contribuíram muito e concentraram-se em espaço para as primeiras discussões, como o evento da ANPUH de 2003.¹⁰³

Na interpretação de Antônio Manoel Hespanha¹⁰⁴, aceitando-se as bases de uma sociedade na qual não se privilegiava a coerção social, fruto de trocas econômicas desiguais planejada, se impossibilita de pensar que o *sentido da colonização* tenha sido a vivência de uma colônia sendo explorada pela metrópole, ainda menos, concebe-se a ideia de um projeto de colonização baseado num pacto social que se pretendia ser sustentáculo de uma divisão desigual entre a colônia e a metrópole.

Segundo parte da historiografia, numa perspectiva de controlar o território da América portuguesa, em 1550, um grupo de mercadores franceses celebrou uma enorme festa em homenagem ao rei Henrique II e sua rainha, Catarina de Médici. Um verdadeiro espetáculo. Meia centena de tupinambás fez uma simulação de guerra indígena para o deleite da corte. Havia papagaios, pau-brasil, entre outras especiarias, um pedaço do Novo Mundo transferido para a Normandia; e o rei que havia proibido viagens à América portuguesa mudou de idéia. Em 1551, segundo Mariz (2008)¹⁰⁵, Henrique II enviou uma expedição cartográfica para mapear a costa; em 1554, Nicolas Durand, o Villegaignon, seguiu para o Brasil, onde aportou em Cabo Frio, numa viagem curta e discreta. Por intermédio do padre André Thevet, foi apresentado a um dos líderes indígenas mais temidos da região. Depois, voltou à França com a impressão de que, se decidisse instalar uma colônia por ali, seria bem vindo; e em uma audiência com Sua Majestade (Henrique II) apresentou seu projeto colonial: a França Antártica.

Vários nobres e até o próprio rei contribuíram para tal realização, visando aumento comercial e o fluxo de mercadorias. Em 14 de agosto de 1554, uma expedição de 600 homens em três navios partia do porto de Le Havre de Grace em direção ao Rio de Janeiro.

Além do padre Thevet, Villegaignon tinha Bois-le-Comte entre seus fiéis companheiros. Depois de alguns desafios, Bois-le-Comte e Thevet retornam à França para pedir reforço. Como este tardou, justificado pela crise financeira de Henrique II, que guerreava com Carlos

¹⁰³ BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). **Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português**. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2007.

¹⁰⁴ HESPANHA, Antônio Manuel. "Introdução". IN: MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal**. HESPANHA, A. M. (Coordenação). **O Antigo Regime**. (1620 – 1807). Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1998.

¹⁰⁵ MARIZ, Vasco. **Villegaignon: Herói ou Vilão?** São Paulo. História, v.27, n.1, p.51-76, 2008.

V, Comte dirige-se a Gaspard de Chatillon, o Conde de Coligny, padrinho de Villegaignon e quem, através do conselheiro militar Felipe de Carguilleray (o Senhor Du Pont), consegue apoio de João Calvino, com a idéia de transformar a França Antártica numa colônia protestante para o caso de exílio; idéia que contrariava Villegaignon, já que era sacerdote templário; porém, Nicolas Durand não tinha escolha.

No dia 19 de novembro de 1556, compondo uma expedição de três embarcações, somando a um total aproximado de trezentos homens, entre mulheres e crianças, o Senhor Du Pont, junto a alguns ministros protestantes, o sapateiro Jean de Léry (autor de um dos mais fascinantes relatos de viagem ao Brasil quinhentista, e de quem, inclusive, obtivemos muitas destas informações), e Jean Cointa, o Senhor de Bolés, personagem que o presente texto pretende apresentar melhor nas próximas linhas. A caminho do Brasil, em alto mar, abordaram e saquearam tanto navios portugueses quanto espanhóis que encontravam. Tomaram uma caravela espanhola e,

[...] em 10 de março de 1557, uma pequena frota de quatro barcos, comandada pelo sobrinho de Villegaignon, M. de Boissy, senhor de Bois Le Comte, aportava em Coligny. De lá desembarcavam cerca de trezentos homens, novos colonos, operários, marinheiros e os 14 reformistas, alguns escolhidos pelo próprio Calvino (FRAGOSO, 2004, p. 48¹⁰⁶)

Léry (1951)¹⁰⁷ descreve que avistaram finalmente a Guanabara no domingo de 7 de março de 1557 e desembarcaram no dia 10 na Ilha de Serecipe, onde estava o Forte Coligny. Fundava-se então a França Antártica. Pouco tempo depois chegava a notícia de que ficavam muitos da mesma nação estabelecidos em uma ilha do Rio de Janeiro, com a circunstância de não serem católicos, mas hereges da seita de Calvino (VARNHAGEN, 1962, p. 285¹⁰⁸).

Bolés, até poucos anos, não se sabia quem fosse. Abreu (1976)¹⁰⁹ descreve que “em Portugal, em 1900, o erudito Souza Viterbo, nos Annaes da Academia, apurava que Jean

¹⁰⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

¹⁰⁷ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951.

¹⁰⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. v. 1. e 2

¹⁰⁹ ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Cointa, autor de dois livros publicados em Lisboa, era o Bolés das crônicas de Jean de Lery”; descobria-se então o processo do calvinista da Inquisição daquela cidade e lançava os primeiros lineamentos do perfil deste notável aventureiro.”

Sobre a história do indivíduo, Alain Corbin¹¹⁰ esclarece que, quando estuda a história da vida privada e a história do íntimo, o historiador é condenado a evocar apenas pessoas que praticaram a escrita de si, ou que foram colocadas sob uma luz particular, seja da polícia, seja do confessor, seja do médico, enaltecendo que a questão do indivíduo, o historiador aprende em massa, calculando taxas de natalidade, de nupcialidade, de mortalidade etc., destacando ainda que o problema, para o historiador, é detectar a história na história, e não decretar.

A bordo entre os tripulantes, fazia-se chamar Monsieur Hector um senhor que, natural de Boulez, jurisdição de Troyes, na França, em Champagne, diocese de Saintes, filho de Joauno Cointa e de Francisca Calfounges, fazia-se conhecer como homem doutorado na Sorbonne nas letras latinas, gregas e hebraicas, dispunha de grande conhecimento das sagradas escrituras; era um erudito e se orgulhava dessa virtude. Por esses atributos, anos depois, questionado pela Inquisição do Santo Ofício, a convite de um primo, embarcou para o Rio de Janeiro numa armada de três navios para organizar os franceses chefiados por Villegagnon, “[...] em ordem de governança que haviam de ter na república entre si e para lhe fazer estatutos e leis, e que vivessem conforme ao tempo e a disposição da terra” (ABN, 1903-1904, p. 255¹¹¹). Abreu (1976)¹¹² descreve que Bolés de fato promulgou algumas leis para a organização dos colonos, mas seu papel de legislador sumia, ante o de teólogo, que logo se assume.

A profunda divergência religiosa que agitava as entranhas da Itália, da França, da Espanha e de Portugal influenciava direta ou indiretamente a realidade das suas respectivas colônias. Sendo assim, o Brasil, então colônia portuguesa, por influência das correntes religiosas lideradas por Inácio de Loyola, João Calvino e, mais tarde, de Martinho Lutero, dava seus primeiros passos rumo à chamada civilização, segundo os conceitos da Europa, em

¹¹⁰ CORBIN, Alain. **O Prazer do Historiador** – Entrevista concedida a Laurent Vidal. Tradução de Christian Pierre Kasper. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2005.

¹¹¹ ABN. **Processo de João de Boles e justificação requerida pelo mesmo (1560-1564)**. Rio de Janeiro, 1903-1904. v. 25. p. 215 -308.

¹¹² ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

especial, o de sua metrópole, Portugal, que vivia no alvorecer do Renascimento; uma realidade comum aos principais países europeus da época, em que todos os atos da vida humana, públicos e privados (como nascer, comer, trabalhar, casar, morrer e etc.), eram regidos pelo cristianismo.

A permanência de Jean Cointa, o Senhor de Bolés, no Fort Coligny, ilha localizada na Baía da Guanabara, que recebeu este nome para homenagear o padrinho de Villegaignon, durou pouco. Em 1541, Calvino escreveu o *Tratado da Ceia*, cujo texto provocaria vivas polêmicas na Europa, pois negava ele a presença divina na eucaristia. Naquele ano, segundo Lery¹¹³, a páscoa caiu no dia 21, duas semanas depois da chegada dos “colonos”. Na ceia, Villegaignon levantou-se e fez uma longa prece; então pegou o pão, dividiu-o e fez circular o vinho, dizendo que aqueles eram o corpo e o sangue do Cristo; e foi então que aconteceu a primeira discussão dogmática entre os franceses da Guanabara. Dogmáticos eram todos; porém, alguns destes viam no pão e vinho o sentido literal do corpo e sangue de Jesus e outros não toleravam ouvir citar qualquer coisa próxima a isso. Bolés, em uma ocasião, provoca e horroriza os reformados sugerindo que se misture água ao vinho para economizar; em outra, Nicolas Durand se contrapõe ao divórcio. Segundo Mariz (2008)¹¹⁴, a vida na colônia, a partir de então, ficou intolerável; católicos e calvinistas já não compartilhavam dos mesmos momentos de união; Villegaignon proibiu celebrações e rituais religiosos. E, em julho de 1557, os huguenotes deixam o Forte Coligny, mudando-se para Henriville, ao serem ameaçados e expulsos por Villegaignon. Assim, os colonos franceses huguenotes e Villegaignon passaram a divergir a propósito da idéia sobre a Santa Ceia (eucaristia), dividindo o grupo em três: o de Cointá, o dos calvinistas e o do próprio Villegaignon.

Bolés, a um só tempo, letrado e guerreiro, logo se fazia reconhecer por herege.

[...] sentindo-se em situação difícil nas lutas que dilaceravam a colônia, mudou-se para umas duas léguas da fortaleza, talvez para os lados da Gávea. Ali se conservou até saber que, por ordem de Villegaignon e acompanhados de alguns franceses, os índios iam tomar Bertioga e atacar São Vicente. Protestou contra este ato perante o chefe, pois, reinava paz e aliança entre as coroas da França e Portugal; e depois de ter visto malogrados seus esforços e desprezados seus argumentos, fingiu adotar a empresa, quis ir logo com os espias índios incumbidos de explorarem os terrenos, e,

¹¹³ LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Martins, 1951

¹¹⁴ MARIZ, Vasco. **Villegaignon: Herói ou Vilão?** São Paulo. História, v.27, n.1, p.51-76, 2008.

chegando às vizinhanças de Santo Amaro, passou com alguns companheiros em canoas de cortiça para os colonos portugueses, a quem avisou do que se tramava. (ABREU, 1976, p. 7¹¹⁵)

Por não concordar com os conflitos, decide deixar a ilha e ir para São Vicente, onde passou a viver no aguardo por uma embarcação para retornar à França; mas, ao fim de sete meses, como essa tardasse, resolveu acompanhar os franceses e os índios ao ataque à Capitania de São Vicente. Chegando àquela capitania, Bolés abandonou as ordens francesas e indígenas, passando-se para o lado dos súditos do rei de Portugal e prevenindo-os do perigo que corriam. Com o apoio fornecido aos portugueses, Bolés conquista a admiração da população e a confiança de Mem de Sá e passa a viver livremente em São Vicente.

Após a expulsão dos franceses da Guanabara, Anchieta e Manuel da Nóbrega, preocupados com a popularidade de Bolés, instigaram o Governador Geral Mem de Sá a prender o refugiado huguenote, cuja popularidade crescia com a ajuda que dava aos portugueses na conquista do Fort Coligny e com sua inteligência, conversa fácil e sedutora. Em uma carta escrita em 1560, Anchieta ressalta a popularidade do francês: “Este, que sabe bem a língua espanhola, começou logo a blasonar que era letrado e fidalgo, e com essa opinião, e com uma fácil e alegre conversação que tem, fazia espantar os homens para o estimarem” (ANCHIETA apud SILVA, 2008, p. 87¹¹⁶). E assim, se fez Bolés preso e questionado pela Inquisição do Santo Ofício.

Mediante a leitura nas pesquisas a respeito do tema deste texto, uma indagação surgiu comum aos demais pesquisadores desta personagem: a possível participação de Anchieta na execução de Bolés. De início, a descrição citada pela primeira vez por Simão de Vasconcelos (1943)¹¹⁷, até então, pareceu polêmica e interessante. Não obstante, à medida que as pesquisas avançaram, outras versões passam a ser consideradas de tamanha importância, já que também tinham fundamentos de nexos.

¹¹⁵ ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

¹¹⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Unesp, 2008.

¹¹⁷ VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Conclusão:

A colonização, para autores marxistas de várias correntes historiográficas, tais como Eric Hobsbawm¹¹⁸, Fernand Braudeal¹¹⁹, entre outros que também explicam o surgimento e desenvolvimento do Capitalismo do ponto de vista estrutural - marxistas e não marxistas - é fruto do surgimento do capitalismo e, acima de tudo, tem como função servir como alavanca para seu desenvolvimento, termo que apenas Fernando Novais utilizou, mas que toda uma época entendeu assim como essência. Em outras palavras, a colônia teve uma função esquemática no âmbito do desenvolvimento do capitalismo, essa máxima serve de base para os economistas, historiadores e sociólogos.

Colônia versus Metrópole é resultado, segundo Hespanha¹²⁰, de uma interpretação ligada politicamente com um tempo histórico que serviu de protótipo para toda uma interpretação histórica, de certo modo anacrônica. O que se percebe é que a escolha metodológica na qual se concebe a vivência colonial não como resultado de um processo coercivo, não acomodaria conjuntamente a ideia de uma colônia que tinha por função exportar para desenvolver a metrópole.

É preciso registrar que ambos grupos – ASC e ART - não conseguem ser soberanos na escrita da história colonial, ou seja, não podemos afirmar que exista um domínio completo no campo historiográfico brasileiro na medida em que diversos pólos - a exemplo dos brasilianistas - surgiram ao longo do tempo. Nem todos historiadores escrevem amarrados a tais posições, embora muitas vezes se pretenda esse controle. Existem obras que escapam ao domínio e à influência de tais livros sobre a história colonial.

A demora de 417 anos no processo de canonização de Anchieta decorreu da difamação sofrida pelos padres jesuítas no século XVIII a partir do possível entrelaço no destino de Bolés, que o levou a expulsão da ordem do Brasil em 1759. Outro entrave para o processo era a falta de comprovação de milagres. Tradicionalmente, são necessários pelo menos dois para que alguém seja declarado santo – um para beatificação e outro para canonização – Anchieta não tem nenhum atestado de realização de milagres – apesar das várias narrativas históricas a esse

¹¹⁸ HOBBSAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” **Past & Present**, nº 5. 1951. Pp. 33-53.

¹¹⁹ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Vol. 3. O tempo do mundo. Trad. Telma Costa. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

¹²⁰ HESPANHA, António Manuel. “Introdução”. IN: MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal**. HESPANHA, A. M. (Coordenação). **O Antigo Regime**. (1620 – 1807). Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1998.

respeito escritas. O milagre, porém, foi dispensado pelo Papa Francisco; João Paulo II fez o mesmo em 1980, quando confirmou a beatificação de Anchieta, que teve sua campanha iniciada em 1617 e interrompida pelas perseguições de Marquês de Pombal aos jesuítas, segundo Simão de Vasconcelos¹²¹.

A canonização de Anchieta pelo Papa Francisco em abril deste ano (2014) possivelmente resulta da influenciada após sua visita ao Brasil em julho de 2013, já que ao longo da história percebe-se que resultados e conquistas são influenciados por acontecimentos em torno do poder do momento. Tal crítica se justifica na frase de Hannah Arendt¹²², que alega: “nada mais imprevisível que o passado - ainda que o mais recente - pois ele muda em função do partido de quem está no poder”.

A França Antártica do século XVI possui uma característica que marca seu universo de fontes. As pendências e disputas religiosas, os personagens envolvidos em seu desenrolar foram homens de saber; e sobre estes, é preciso apontar que suas crônicas são conhecidas através de suas estampas que nos dão a imagem que, possivelmente, o europeu tinha do “Novo Mundo”. Segundo Mariz (2008)¹²³, a repercussão da França Antártica no século XVI povoou a literatura européia da época, criando inclusive versões romancizadas dessa aventura como a do escritor francês Jean Christophe Rufin (Rouge Brésil), que, ainda nas palavras de Mariz (2008), entre vários episódios sem fundamento, como bom francês, o escritor preferiu dar ao “traidor” João de Bolés, a nacionalidade italiana.

João de Bolés conviveu no Brasil com as principais figuras do seu tempo, tais como Mem de Sá, Manuel da Nóbrega, Luis da Grã e José de Anchieta. Todos, quer pelos processos em que foi acusado de heresia, quer pela correspondência em que a ele se referem, relatam impressionados dois aspectos da vida de Cointa: a sua vasta cultura e a incorrigível tendência para polemizar a respeito de questões da fé.

Entre tantas versões, Jean de Lery, francês com tanto em comum a João de Bolés, deixa vago o seu posicionamento a respeito deste polêmico fim; sua obra é referência ao descrever

¹²¹ VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

¹²² ARENDT, Hannah. **ORIGENS DO TOTALITARISMO - Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

¹²³ MARIZ, Vasco. **Villegagnon: Herói ou Vilão?** São Paulo. História, v.27, n.1, p.51-76, 2008.

Bolés; porém, apenas descreve a sua participação na história do Forte Coligny, a França Antártica, justificada talvez pela expulsão dos franceses.

Em cada individualidade os dados, se coletados com precisão, podem ser extremamente ricos para o historiador, que em sua análise, pode reconstituir um espaço dos possíveis, levando em conta a pluralidade dos destinos particulares existentes.

CIFRAS DA VIDA INTELECTUAL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

ISSN: 2595-1645

Felipe Yera Barchi (Doutorando em História/Unesp – Assis)
Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha (Orientadora)

Resumo: A proclamação da república e abolição da escravatura foram eventos marcantes para a história brasileira nos quais os intelectuais desempenharam um papel fundamental. Esses “homens de letras” – como eram conhecidos à época – envergaram suas penas por causas e ideais, mas esse período também coincide com a “invenção da profissão literária no Brasil”. Contudo, poucos foram os que viveram apenas de seus escritos, a maioria exerceu outra atividade para garantia das necessidades mais elementares.

Procuramos nesse trabalho apresentar parâmetros do custo de vida e preços de bens culturais na virada do século XIX para o XX com atenção especial ao Rio de Janeiro. Além procuramos estabelecer perfis profissionais e estimativas de renda de alguns intelectuais de destaque no período em questão. Para tanto nos valem basicamente de três tipos de fontes: jornais; memórias e biografias e análises historiográficas – sobretudo ligadas ao tema da história do livro e dos impressos.

Ao fim da análise o leitor poderá observar que o epíteto “homens de letras” faz muito sentido ao passo que a vida desses intelectuais girava em torno da grandezas literária convivendo com muitas dificuldades financeiras.

Palavras-chave: Intelectuais. Bens Culturais. Primeira República.

A proclamação da República em 1889 no Brasil, mais do que uma ruptura política, marca uma nova agenda para a intelectualidade do período. As pautas principais para a década de 1880 cumpriram-se em seu limiar: Abolição e República foram causas pelas quais muitos envergaram suas penas, empenharam sentimentos e gestos apaixonados. Os *homens de letras* tomaram parte importante em ambas as campanhas e o poder de persuasão desses letrados também fora beneficiado por questões técnicas na produção dos impressos e por uma ampliação, ainda que tímida, do público leitor.

Esse processo toma corpo ao longo da década de 1890 possibilitando, ao fim desta, a solidificação ou mesmo “invenção” da profissão literária. É certo que não se inventou a figura do jornalista ou do escritor, mas criou-se condições para que estes passassem do diletantismo ao profissionalismo. Evidentemente, essa passagem não foi total, a maioria dos homens de letras da Primeira República continuou a atuar em esferas duplas ou triplas, conciliando escrita de livros e colaboração na imprensa a atividades como o magistério, a advocacia, o serviço público e outras mais. Contudo, seria possível ver escritores profissionais vivendo de suas habilidades literárias.

É válido lembrar que Machado de Assis teve um cargo público durante toda a carreira até a morte em 1908 embora colaborasse com jornais e escrevesse romances de sucesso editorial. O serviço público foi a tábua de salvação de muitos letrados, o que lhes permitia uma renda segura – ainda que pequena em alguns casos. Era o caso de Lima Barreto,

amanuense do Ministério da Guerra, bem mais jovem que o autor de Quincas Borba, mas que não conseguiu “se profissionalizar” e viver como escritor profissional.

O crescimento da indústria dos impressos e ampliação do mercado de trabalho para os intelectuais era algo ainda peremptório e incerto, várias revistas e jornais tinham existência efêmera e de acordo com Alessandra Al Far¹²⁴ as editoras de sucesso se alternavam ao passo que o mercado não comportava duas ou três empresas grandes - principalmente se disputassem o mesmo segmento. Dentro desse contexto, raríssimos são os casos de intelectuais que não precisaram recorrer ao serviço público em algum momento da vida para a satisfação das necessidades mais elementares.

Mas o que significava, numericamente, ganhar o pão de cada dia ou obter uma boa situação financeira exercendo a profissão de escritor durante a Primeira República? Vamos tratar dos preços e valores que circundam a vida dos intelectuais e cremos que o levantamento de dados feito contribui para análise do período.

Ofícios, Profissões e Remunerações

Inicialmente, tomemos como exemplo de “homem de letras bem sucedido” o senhor João Batista Ribeiro de Andrada Fernandes, mais conhecido como “João Ribeiro”, escreveu para uma dezena de jornais do Rio e também para o *Estado de São Paulo*, foi catedrático do Colégio Pedro II, membro da ABL e do IHGB. Sergipano, nascido em 1860, chegou ao Rio de Janeiro sem grandes apadrinhamentos em 1881 e trabalhou em alguns jornais republicanos e como professor particular. Em 1885 alcançou o cargo de secretário da Biblioteca Nacional e em 1890 assume mediante concurso a Cadeira de História Universal no Colégio Pedro II – cargo que ocuparia até se aposentar na década de 1920.

Em carta¹²⁵ ao amigo e conterrâneo João Lino, João Ribeiro enfatizava que a vaga no CPII (Ginásio Nacional à época) lhe garantiria bons rendimentos “*Passei para o Gymnasio Nacional como lente de história. Estou agora melhor; ganho mais e tenho mais tempo*”. No entanto, João Ribeiro havia se casado em 1889 e em 1891 (data da carta) tinha visto nascer apenas dois dos seus dezesseis filhos. Certamente o tamanho da prole e o convívio com homens do alto escalão da República como Joaquim Nabuco e Graça Aranha o fariam, mais tarde, lamuriar-se de seu salário de professor.

¹²⁴ AL FAR, Alessandra. Páginas de Sensação: Literatura Popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

¹²⁵ Carta de João Ribeiro para João Lino, datada em 01/01/1891. Disponível no Arquivo Histórico da ABL.

Dentre as várias carreiras possíveis no serviço público a magistratura e a diplomacia destacavam-se como as mais sonhadas, todavia a primeira era restrita aos “doutores” (bacharéis em Direito) e a segunda, possivelmente a mais desejada pelos de espírito mais cosmopolita, abria-se também a médicos e profissionais de outras áreas.

Embora o diplomata Joaquim Nabuco lamentasse o fato de ver crescer os filhos fora do seio da terra mãe e não recomendasse tal carreira aos pais de família – como o faz em carta a João Ribeiro¹²⁶ -, o mundo de viagens, exposições e feiras internacionais, reuniões e jantares requintados seduzia muitos homens de letras com aspirações cosmopolitas. A carreira diplomática figurava como a mais desejada ou idealizada pelo doutor João Ribeiro. Segundo ele, o trabalho na diplomacia propicia horas vagas, nas quais o diplomata pode desfrutar em museus, cafés e bibliotecas do mundo, sobretudo da Europa.

Para “fazer história” são indispensáveis não somente qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever.

É de mister realizar certas circunstâncias difíceis e às vezes inacessíveis ou insuperáveis ao escritor de boa vontade [...]

É necessário por vezes viajar, buscar e adquirir ou inventariar documentos, ler ou copiar papéis, frequentar arquivos e bibliotecas, e gastar muito tempo por uma agulha perdida em palheiro. [...]

Em certos países como a Inglaterra, a história é não só a especialidade de professores, bibliotecários, mas a de políticos e estadistas em disponibilidade.

À lista deve ajuntar-se os **diplomatas que têm sempre largos ócios e suficientes recursos para trabalhar e financiar os trabalhos.**¹²⁷

É factível que João Ribeiro mirasse nessa perspectiva o historiador e diplomata Oliveira Lima, capaz de aliar “a erudição e a ciência às qualidades do escritor”¹²⁸ e o “espírito inteligente” em que era “difícil distinguir o escritor do homem, o artista do diplomata, o historiador e o brasileiro. Nele se encontram harmoniosamente todas as vibrações, e cada vez mais se acentuam e aperfeiçoam as qualidades nativas do intelectual e

¹²⁶ Carta de Joaquim Nabuco para João Ribeiro, datada em 21/05/1903. Disponível no Arquivo Histórico da ABL.

¹²⁷ João Ribeiro. *Historiadores* (jornal “O Estado de São Paulo”, 29-06-1927) in RIBEIRO, João. *Crítica: Volume VI – Historiadores*. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 1961, p. 5-6, grifo nosso.

¹²⁸ Op.cit. p 99.

do gentleman”. Não obstante, as diferenças entre as carreiras da diplomacia e do magistério não se resumiam ao estilo de vida e condições de trabalho, a remuneração era substancialmente diferente: enquanto João Ribeiro como professor do mais prestigiado colégio do país ganhava 6 000\$000 (seis contos de réis) anuais, Joaquim Nabuco como chefe de legação em Washington obtinha 36 000\$000 anuais – o sêxtuplo. Além disso, se a carreira diplomática se desenhava como a mais cobiçada pela *expertise* cosmopolita e Oliveira Lima encarnava o sucesso de tal carreira. É digno de nota que ao fim da vida o *diplomata* tenha doado sua esplendorosa biblioteca de mais de quarenta mil volumes à Universidade Católica de Washington enquanto o *professor* João Ribeiro fora obrigado a vender boa parte da sua para reunir fundos que custeariam sua ida ao velho continente em 1914¹²⁹.

A despeito da renitente ideia corrente entre professores de que “antes” – a qualquer tempo *indefinido* do passado - se era mais bem pago, no Império os professores brasileiros também não eram valorizados em termos salariais. Joaquim Manuel de Macedo, professor de História do Colégio Pedro II fazia jus a um salário anual de 1:920\$000 em 1858. No mesmo ano, João Batista Calógeras recebeu o mesmo valor pela primeira edição (2 mil exemplares) de seu *História Média*¹³⁰ (compêndio aprovado pelo Conselho de Instrução Pública).

Aos letrados que não alcançaram os melhores cargos públicos em termos financeiros a imprensa representava um complemento de renda. Jornais como *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio* pagavam de 30\$000 a 60\$000 pela colaboração literária no início do século XX¹³¹. Grandes vultos surgiram como escritores profissionais com sucesso financeiro. Este grupo era seletivo e reduzido, mas nem por isso menos importante: Olavo Bilac, Coelho Neto¹³² e Medeiros & Albuquerque recebiam “salários decentes” dos jornais. Bilac, o príncipe dos poetas, chegou ainda a receber 100\$000 por uma quadra destinada a propaganda de uma marca de fósforos¹³³.

¹²⁹ Há que se ressaltar ainda que a Biblioteca de Oliveira Lima contava com numerosas obras raras dos séculos XV, XVI e XVII. João Ribeiro, segundo Múcio Leão (1962), desfez-se principalmente do seu valioso acervo de filologia em 1913-14 para formar uma reserva de dinheiro, pois pretendia morar na Suíça com toda a família. A estadia em terras helvéticas durou apenas um ano, pois a Primeira Guerra Mundial inviabilizou os transportes, comunicações e serviços bancários, fazendo com que retornasse antes do previsto (Conforme conta em carta de 13 de Agosto de 1914 remetida de Genebra para seu genro Rodolfo e filha Betty preservada no Arquivo Histórico da ABL). É válido notar ainda que na ocasião João Ribeiro também vendera sua residência em Santa Tereza para custear a empreita.

¹³⁰ As cifras deste parágrafo são fornecidas por LAJOLO & ZILBERMAN (2001, p. 98).

¹³¹ MICELI, S. Poder, Sexo e Letras na República Velha. Perspectiva: São Paulo, 1977, p.72.

¹³² Convém não esquecer que mesmo tendo sido escritor de sucesso, ao casar-se com a filha de um ministro Coelho obteve vagas no serviço público para si, para Bilac e outros antigos companheiros de boêmia (MACHADO NETO, 1973, p. 152).

¹³³ Idem, p74.

Arthur Guimarães¹³⁴ aponta que na primeira década do XX o custo de vida no Rio de Janeiro era relativamente alto, dizia que uma família de quatro pessoas necessitava de 250\$000 mensais para cobrir as despesas mais elementares enquanto no Reino Unido seriam necessários 130\$000 e na Alemanha apenas 80\$000. Em seus cálculos, uma família de classe média necessitava 1:500\$000 mensais.

Luis Edmundo dizia que a remuneração dos romancistas variava entre 50\$000 e 1:000\$000. Conforme nos conta Halewell¹³⁵, Hippolyte Garnier convenceu Aloísio Azevedo a vender os direitos de suas onze obras então publicadas - até 1897, data do acordo - por 10:000\$000. À época, Aloísio já era sucesso de vendas e escritor de grandeza literária reconhecida. Em 1896 Machado de Assis entregara seu mais recente livro – *Várias Histórias* – ao editor Laemmert por 400\$000 - e mais vinte exemplares grátis. Se a quantia pode soar irrisória em se tratando do maior escritor do país, convém lembrar que um literato um tanto marginal como Lima Barreto pagava para ver suas obras editadas ou, na melhor das hipóteses, cedia gratuitamente os direitos autorais.

Aos letrados que não alcançavam a glória pelos romances, um nicho de mercado importante se abria: os livros didáticos. As últimas décadas do XIX viram o número de escolas e a população estudantil dobrarem. João Ribeiro foi um dos mais bem sucedidos escritor de didáticos de História e Língua Portuguesa. Dizia ele – com alguma dose de exagero e ironia fina - que jamais enriquecera com seus livros que giravam em torno de um milhão vendidos, mas, ao mesmo tempo, era generoso em reconhecer que o mérito de tal façanha era de Francisco Alves¹³⁶, seu editor.

Os didáticos não se resumiam aos livros para o Primário e o Secundário, o público das faculdades era importantíssimo. A primeira edição da *Medicina Legal* de Afrânio Peixoto (oito edições pela Francisco Alves e mais de 25 mil exemplares vendidos) lhe rendeu o suficiente para passar mais de um ano em viagem pelo Mediterrâneo e Oriente Próximo – viagem na qual escreveu seu romance “A Esfinge”. O mercado de livros didáticos era conhecido como “a carne” ao passo que a literatura era “o osso”. Essa “carne” fez o grosso da fortuna de Francisco Alves. Este livreiro faleceu em 29 de junho de 1917 deixando uma pensão mensal a sua cônjuge de 2:000\$000 e o “resto” da fortuna - algo em torno de 5

¹³⁴ Autor de *Problemas Brasileiros* (1911) citado por Laurence HALLEWELL (2005, p. 290).

¹³⁵ HALLEWELL (2005, p. 278-9)

¹³⁶ HALLEWELL, (2005, p. 319).

000:000\$000 - para a Academia Brasileira de Letras¹³⁷. Contudo, a remuneração dos autores de livros didáticos de nível superior não era alta em regra. Clóvis Bevilacqua ganhou 6:000\$000 pelo seu *Código Civil comentado* em 1902 – obra de ampla circulação nas Faculdades de Direito por décadas.

Havia ainda publicações como os Almanques, em geral eram anuais, que configuravam mais uma opção de renda extra. Ramiz Galvão recebeu 350\$000 pela organização do *Almanaque Garnier* em 1902; seu sucessor, o já mencionado João Ribeiro, percebeu 1:000\$000 pelo mesmo trabalho executado nove anos depois.

Os custos de se morar no Rio da Belle Époque

Novamente tomemos como base a vida de João Ribeiro que também em termos socioeconômicos pode ser colocado entre os estratos médio e alto da pirâmide. Morava em Santa Tereza e dada a distancia do centro da cidade onde se localizava a Rua do Ouvidor – centro dos impressos e cafés – e do Colégio Pedro II – seu local de trabalho - necessitava do serviço de bondes ou dos cocheiros. Tais serviços de transportes sempre foram muito requisitados pelos moradores de Santa Tereza na medida em que o bairro era - e ainda é - clivado de penosas ladeiras que à época eram “impraticáveis” para alguém que necessitava vestir-se à altura do decoro em voga com camisa, colete, casaco e gravata. Vale notar que na primeira classe dos bondes – o “lugar dos doutores” - exigia-se que os cavalheiros portassem gravata.

Era possível comprar um paletó de sarja inglesa por 4\$500 ou um elegante costume de casemira feito sob medida com “esmero inexcusável” por 23\$000¹³⁸ nas lojas da elegante Rua Gonçalves Dias (mesmo logradouro da confeitaria Colombo). Na mesma loja podia-se encontrar calças “lindíssimas” de casemira de 12\$000 ou 15\$000 em liquidação por 8\$000. Vestidos seguindo as últimas tendências de Paris e feitos por uma costureira francesa que morava no Rio podiam ser feitos por 3\$000 (custo da mão de obra), mesmo preço de guarda-chuvas chegados de Paris que eram anunciados à Rua Sete de Setembro nº 1.

¹³⁷ Como destaca Halewell (p326-327) é consenso de que a herança de Alves recebida em 1917 e o *Petit Trianon* (presente dado pela França a ABL em 1923) forneceram as bases materiais que garantiram a solidificação institucional da ABL. Também contribuiu muito para isso as aplicações do dinheiro da instituição feitas pelo acadêmico Alceu de Amoroso Lima na década seguinte.

¹³⁸ O PAIZ, 1º de Janeiro de 1890.

A respeito da gravata, é curioso que dois dos maiores historiadores ¹³⁹ da época, Capistrano de Abreu e o próprio João Ribeiro, fossem conhecidos pelo desleixo na medida em que muitas vezes “esqueciam” a gravata. Assim recorda Joaquim Ribeiro: “*Capistrano e meu pai sempre são apontados como “filósofos” no sentido mais sórdido do vocábulo. Pouco ligam à indumentária e muito menos aos ornamentos da elegância. Todavia meu pai sempre foi mais cuidadoso de si que o saudoso Capistrano, que nem fazia barba*”¹⁴⁰.

Tais fatos, ainda que anedóticos, deixam claro que embora pertencessem à *expertise* nacional não participavam dos altos salões da elite da *belle époque tropical* – nas palavras de Jeffrey Needell - ao contrário, por exemplo, do poeta Olavo Bilac que comandava seu círculo literário na charmosa Confeitaria Colombo, a mais requintada da época. Um dos traços distintivos tanto no âmbito do prestígio intelectual, quanto social, era a viagem a Europa, em especial a Paris. No auge de seu sucesso Bilac costuma ir todos os anos para uma temporada de férias na cidade luz. A disseminação dos vapores ajudava nesta altura. O vapor *Savoia* da *La Veloce Navigazione Italiana* oferecia os seguintes preços para Gênova e Nápoles: Camarote distinto 1000 francos; 1ª Classe 750; 2ª Classe 350; 3ª Classe 170.

Em 1890, a assinatura de um jornal como *O Fluminense* de Niterói custava 10\$000 anuais (com pagamento adiantado conforme se enfatiza no anúncio), *O Paiz* custava 12\$000, enquanto o número avulso saía a 40Rs - ou *dois vinténs* na linguagem popular¹⁴¹. Já em 1901, o debutante *Correio da Manhã* era assinado por 30\$000 anuais – mesmo preço de *O Paiz* àquela altura. O jornal humorístico e ilustrado *O Rio Nu* custava 12\$000 anuais – evidentemente com periodicidade menor. Ainda no âmbito dos produtos impressos anunciava-se uma incrível *folhinha* (calendário) a dois tostões. Além de oferecer informações muito úteis – segundo o anúncio¹⁴² – servia como belíssimo ornamento para paredes na medida em que era colorida e impressa em cartolina acetinada. Já em relação aos livros, uma seleta de poesias dos melhores poetas do país para datas do ano, já encadernada, era anunciada por 10\$000¹⁴³ pela Livraria Laemmert (Rua do Ouvidor, 66), mas havia alguns *best-sellers* vendidos a 1\$000 como *A Dama das Camélias* de Alexandre Dumas¹⁴⁴.

¹³⁹ Os constantes elogios, publicações e reverências feitas por contemporâneos situados no IHGB, Colégio Pedro II e ABL a ambos pautam nossa afirmação. Ver GONTIJO (2013).

¹⁴⁰ RIBEIRO, Joaquim. 9 mil dias com João Ribeiro. Ed. Record: Rio de Janeiro, 1934.

¹⁴¹ 1 vintém = 20 Rs (Réis) e 1 tostão = 100 Rs.

¹⁴² O PAIZ, 4 de Janeiro de 1900.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ O PAIZ, 9 de Janeiro de 1900.

Alguns produtos, serviços e experiências que tratamos só estavam disponíveis no Rio de Janeiro e a transferência do jovem de província para a capital com o sonho de fazer a vida na *República das Letras* foi um *topos* literário muito explorado no século XIX desde Balzac e continuou a ser no início do XX com Lima Barreto, por exemplo. Um provinciano que chegasse a capital no ano de 1890 poderia hospedar-se no “totalmente reformado” Hotel Dantas, situado à Rua da Alfândega nº 21, por 30\$000 mensais incluindo refeições - sem direito a vinho. Um jantar à Rua Sete de Setembro nº 113 do “especial chefe de cozinha” Antonio Rivas apresentava cinco pratos por 400Rs.

A carne seca era anunciada por \$700, feijão preto por \$280, açúcar \$380, velas brasileiras 1\$400, cebolas \$700, cerveja Franciscana \$750, vinho Leon Porten 2\$300 e a importante lata de banha para conservação das carnes custava 2\$600. Ainda que os preços possam parecer módicos, para os pais de família a coisa se complicava. Ainda mais no caso de João Ribeiro que teve dezesseis filhos.

A despeito do epíteto, o Rio de Janeiro da *Belle Époque* sofrera uma série de moléstias que acometiam os moradores da capital. Conforme podemos observar nas páginas dos jornais da época havia uma série de elixires e compostos milagrosos que visavam explorar essa ampla fatia de mercado. Por apenas 2\$000 comprava-se o milagroso *Xarope de Alcatrão e Jatahy* de Honório do Prado que curava tosse, rouquidão, bronquite, asma e escarros de sangue. As páginas do recém criado *Correio da Manhã* estavam cheias desse tipo de anúncio e o mercado da saúde - ou falta dela - estava aquecido no início do século XX. O concorrente do xarope acima destacado era o *Xarope de Grindela Robusta*, para as “moléstias do peito” (resfriado, tosse, catarro, refluxo, influenza, bronquite, asma e rouquidão). Assim como o concorrente, custava 2\$000. Mas haviam remédios ainda “melhores” no mercado como o *Licor de Tayuyá*. “*Sífilis, moléstias da pele, influenza, reumatismo, escrófulas, curam-se com o MIRACULOSO LICOR DE TAYUYÁ*¹⁴⁵”, obviamente esse licor custava mais caro (5\$000) já que também servia como purificador do sangue e tônico.

Contudo, nenhuma dessas poções mágicas podiam ser comparadas ao *Sistema de Eletrogalvanoterapia* que entre a lista de moléstias que combatia trazia: aborrecimento da vida, alienação mental, ansiedade, anemia, asma, azia, bronquite, caimbras, cólicas, dor nos ouvidos, enxaqueca, eplepsia, escrófulas, esterilidade, moléstias no coração, moléstias do estômago, moléstias dos rins, moléstias nervosas, nevralgia, paralisia, prisão de ventre,

¹⁴⁵ CORREIO DA MANHÃ, 27 de Julho de 1901.

palpitações, pesadelos, soluços, cegueira e surdez acidental, dor de garganta, dor nos ossos, histeria, vertigens, tísica e vômitos – a lista continua, paremos por aqui. Todas essas curas mais que milagrosas, científicas, a base de baterias elétricas custavam: para a cabeça ou pescoço 20\$000, para o peito, costas ou ventre 40\$000. Além das baterias era possível adquirir palmilhas, pulseiras ou braceletes elétricos por 20\$000. Para que os leitores não pensassem se tratar de charlatanismo puro, o anúncio também trazia uma lista de trinta pacientes-clientes já curados pelo sistema com seus respectivos endereços.

Outros profissionais da saúde também anunciavam nos jornais. O dentista Deserbelles¹⁴⁶ - com mais de trinta anos de experiência e formado pela Academia de Paris - oferecia extração de dentes gratuitas das 7h as 9h. Entre os serviços pagos, oferecia limpeza, branqueamento e obturação (com chumbo) por 5\$000. A requintada obturação com ouro saía por 20\$000 e cobrava-se por uma dentadura de vulcanite 5\$000 por dente.

Para aqueles que mal podiam se alimentar com decência e, as vezes, nem mesmo ter acesso aos tratamentos de saúde necessários – pelo menos a extração de dentes estava garantida - e a todos os outros fracassados, seja na República das Letras ou na hierarquia socioeconômica geral, restava, como hoje, um último fio de esperança: *as loterias*. Estas chegavam a pagar 20:000\$000 como prêmio principal semanalmente.

Considerações finais

Seria temerário valermos-nos da noção de campo proposta por Pierre Bourdieu para tratar deste período no Brasil. A atividade literária, assim como a jornalística era esparsa, fragmentária, pequena. Contudo, embora não possamos falar em campo, podemos dizer que o louro intelectual nem sempre andava de mãos dadas com o poder político e financeiro. Ter alto status social e financeiro facilitava a divulgação de uma obra e promoção pessoal de um autor, mas não lhe garantia a qualidade na apreciação literária. Certamente as “panelinhas” e “igrejinhas” desempenhavam um papel mais decisivo no julgamento do mérito literário que o poder financeiro. Outros autores consagrados literariamente em vida nem sempre gozaram de um bom status financeiro. Maior exemplo disso é Machado de Assis, que foi durante toda a vida servidor público e colaborador na imprensa. Conforme aponta Antonio Machado Neto (1973), Machado de Assis teve uma ascensão interessante no serviço público em se tratando de um mulato, contudo nunca pode deixar de bater o ponto. João Ribeiro, professor

¹⁴⁶ CORREIO DA MANHÃ, 25 de junho de 1901.

catedrático do renomado Colégio Pedro II também fez das suas inúmeras páginas escritas na imprensa e nos livros uma fonte de renda importante. Estamos falando de autores de primeira grandeza no campo intelectual que estavam muito longe das rodas do *high society* da *Belle Époque*. À esse grupo poderíamos acrescentar Capistrano de Abreu e outros homens de letras que fizeram jus ao epíteto na medida que suas vidas foram dedicadas as letras em detrimento de posições sociais e condições financeiras. É importante lembrar uma das indicações de Sérgio Miceli (1977) acerca dos *anatolianos*: grande parte desse grupo não tinha acesso aos postos mais altos da sociedade e a condição de intelectual era a única alternativa plausível para se destacar da multidão. Por outro lado, uma constelação de estereótipos e anedotas condensou-se em torno dos intelectuais, é o que podemos observar neste trecho de Monteiro Lobato acerca de Machado de Assis:

Que respeito o Manuel da Venda, lá na rua Cosme Velho, onde morava Machado de Assis, podia ter aquele vizinho - *o raio do mulato de óculos que vive a escrever* - se tudo quanto Machado de Assis obteve pela propriedade literária - 16 livros - foram os oito contos que recebeu do editor Garnier? Oito contos líquidos ganha o Manuel por ano só no que furta no peso da manteiga e da banha. E talvez já tivesse ganho oito contos só no que furtou no peso da manteiga que vendeu ao pobre Machado de Assis - se é que o romancista máximo da nossa língua pode em vida dar-se ao luxo de comer pão com manteiga.¹⁴⁷

A notável ascensão de Machado de Assis no serviço público nos permite concluir que embora a manteiga possa ter faltado no início da vida, da metade em diante podia sobrar até para o queijo e alguns embutidos para acompanhar seu chá - Machado não tomava café. Peregrino Junior¹⁴⁸ sintetizou a ascendente carreira de Machado de Assis na burocracia estatal:

Ajudante do Diretor do Diário Oficial (1867); membro do Conservatório Dramático em 1871; amanuense da Comissão do Dicionário Tecnológico da Marinha em 1872; 1º Oficial da Secretaria da Agricultura em 1873; em 1880 o Ministro Buarque de Macedo o nomeia Oficial de Gabinete, função em que

¹⁴⁷ Monteiro Lobato *In* LAJOLO & ZILBERMAN (2001, p. 6)

¹⁴⁸ Apud MACHADO NETO (1973, p. 85)

o conservou o Ministro Pedro Luís; em 1889, atinge um alto posto burocrático: o de Diretor Geral de Comércio; em 1894 passa a Diretor Geral da Viação; serve como secretário dos Ministros Severino Vieira, Epitácio Pessoa e Alfredo Maia. Em 1902, o Governo o nomeia Diretor Geral de Contabilidade do Ministério da Viação, cargo que exerceu até morrerem 1908.

Em seu esforço de estratificar socialmente a República das Letras, Machado Neto aponta que a maioria dos intelectuais era do setor médio e as profissões mais desempenhadas eram o magistério, burocracia estatal, profissões liberais e jornalismo. Além disso, partindo do conjunto das biografias analisadas pelo autor (os sessenta principais homens de letras do período 1870-1930), na maioria delas estão registradas grandes dificuldades financeiras no início de carreira. Mesmo a dupla Bilac e Coelho Neto que se tornou a mais bem sucedida dentro da geração que “inventou” a profissão de escritor no Brasil, passou por graves apertos financeiros. Segundo relata Humberto de Campos¹⁴⁹ em seu *Diário Secreto*, a dupla escreveu anonimamente o pornográfico *Almanaque do Ânus* por 3:000\$000 ao passo que haviam recebido módicos 300\$000 pela confecção de um dicionário de sinônimos. Os dois célebres escritores ainda foram capazes de oferecer um livro inexistente a Francisco Alves como se estivesse pronto e acabado. Alves aceitou de pronto, adiantou 50% no ato da proposta (2:000\$000) e então se puseram a escrever o livro em um único final de semana. Era um livro de contos sobre contos, feito em dois dias que até 1917 tinha vendido 105 mil exemplares¹⁵⁰.

O mercado dos escritos sem valor literário – aqueles nos quais o autor não se identificava ou ao menos não fazia questão alguma de assumir a autoria – parecia aquecido no começo do século XX. Humberto de Campos conta que, por encomenda de Assis Chateaubriand, escreveu um folheto de quarenta páginas intitulado *A Mentira Comunista*, em suas palavras era um livro de “*Linguagem singela, para o povo. Exposição à altura de inteligências primitivas. É trabalho de um dia e uma noite*”¹⁵¹.

Sob o prisma aqui apresentado, a alcunha “homens de letras” nunca pareceu tão adequada.

¹⁴⁹ Apud MACHADO NETO (1973, p. 82)

¹⁵⁰ Idem p. 83.

¹⁵¹ Idem p. 82.

Referências Bibliográficas

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. José Olympio/ABL: Rio de Janeiro, 2004.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. Ed. UNESP: São Paulo, 1998.

DUTRA, Eliana de Feitas. *Rebeldes Literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

GONTIJO, Rebeca. *O Velho Vaqueano – Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. 7 Letras/ Faperj: Rio de Janeiro, 2013.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história*. EDUSP: São Paulo, 2005.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: Leis e números por detrás das letras*. Ática: São Paulo, 2001.

LEÃO, Múcio. *João Ribeiro*. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1962.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930)*. Edusp: São Paulo, 1973.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Autêntica: Belo Horizonte, 2008.

_____. *O Dinheiro e as Letras: História do Capitalismo Editorial*. EDUSP: São Paulo, 2010.

MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*. Perspectiva: São Paulo, 1977.

RIBEIRO, João. *Crítica – volume VI Historiadores* (org por Mucio de Leão). Publicações da Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro, 1961.

RIBEIRO, Joaquim. *9 mil dias com João Ribeiro*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 1934.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Ed Brasiliense: São Paulo, 1999.

CINEMA E MEMÓRIA NO PÓS-GUERRA JAPONÊS: O FILME RAPSÓDIA EM AGOSTO (1991) DE AKIRA KUROSAWA

ISSN: 2595-1645

Douglas Pastrello (UEL)

Resumo: O presente trabalho visa explicar sobre a memória no pós-guerra japonês em relação ao desfecho da segunda guerra mundial e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, tendo como fonte o filme “Rapsódia em Agosto” (1991) do diretor japonês Akira Kurosawa. Para tal objetivo se utilizará dos escritos de Yoshikuni Igarashi(2011), Stephen Prince(1991), Nogami(2006) e Maria Roberta Novielle(2007) para contextualização do período e de Kurosawa. Para as análises metodológicas de memória e cinema será utilizado dos escritos de Marcos Napolitano(2005), Pierre Nora(1993), Michael Pollak(1989). A problematização da fonte é como o filme “rapsódia em agosto” retrata tanto a memória coletiva – as narrativas – das bombas atômicas e a memória individual através da personagem Kane no filme. Com a finalidade de se alcançar o objetivo da elaboração e desenvolvimento da problemática proposta será feita uma contextualização da reação sociedade-indivíduo japonesa no período próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, demonstrando a mudança social envolta da tradição nipônica, assim como as narrativas da justificativa sobre uso do artefato atômico de Hiroshima e Nagasaki.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Cinema. Akira Kurosawa.

Entrelinhas da História

O século XX pode ser considerado um marco de mudanças nas estruturas da sociedade japonesa, algo que era muito enraizado no mundo nipônico como a honra e a submissão ao Imperador caem por terra no desencadeamento de um evento que durou seis anos - a Segunda Guerra Mundial ou oito se considerarmos a "Guerra do Pacífico" - com a rendição incondicional japonesa causada pelas explosões das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

As discussões acerca do fim deste conflito – a Segunda Guerra Mundial - ainda são emocionalmente muito carregadas, mergulhadas em memória, por um lado há necessidade de culpar a crueldade americana em usar a arma nuclear. Por outro há uma busca de justificativa, pelo governo norte americano, em usar esta contra o Japão alegando que era necessário para um suposto fim imediato da guerra, "trazer a paz", assim então essas memórias estão mergulhadas em justificativas e repúdios morais.

Contudo, a rendição japonesa embora incondicional foi possível negociar novas condições devido ao uso da bomba atômica, tais como a manutenção da ordem imperial. Este fato ainda gerou novos discursos construídos intencionalmente, uma história ortodoxa com discursos antagônicos - o uso da bomba certo ou errado - é uma narrativa fundadora causada pelos esforços de ambas as partes envolvidas de aceitar as experiências das bombas atômicas, além de transformar o Japão no maior aliado do oriente para os americanos em um mundo que começara a se dividir entre bem/mal, capitalismo/socialismo, ocidente/oriente.

A memória nacional seria a narrativa oficial mais completa que um grupo pode ter acesso, sendo intencionalmente criada com propósitos diversos e o silêncio muitas vezes é uma forma de resistência contra a mesma. (POLLAK,2001)

A partir destes eventos o Japão pós-guerra vê sua tradição derrotada, sua honra tocou o chão ao passar por uma rendição.

Outra grande diferença e mudança nessa tradição é a tradição do corpo, no período de guerra havia uma necessidade de controle dos corpos físicos japoneses, de treiná-los constantemente. A lealdade viria do sucesso do treinamento físico, sendo eles nos campos militares preparatórios a serviço da guerra ou nos exames de "rotina" anuais em que os japoneses eram obrigados a participar.

Inclusive Ruth Benedict (1997) em seu livro “O Crisântemo e a espada” comenta alguns episódios e lendas em que é possível verificar essa tradição do corpo. Por exemplo ela narra contos do “espírito” japonês que eram transmitidas via rádio para a população de forma de aumentar o ufanismo nipônico:

Terminados os combates aéreos, os aviões japoneses regressaram à sua base em pequenas formações de três ou quatro. Num dos primeiros aparelhos, achava-se um capitão. Apeando-se, examinou p céu por meio de binóculo. Enquanto seus homens retornavam, ele contava. Parecia bastante pálido, porém, muito firme. Após o regresso do último avião, dirigiu-se ao quartel general, onde fez um relatório encaminhando-o ao Oficial comandante. Logo em seguida, porém, tombou súbito ao solo. Os oficiais no local acorreram-lhe em auxílio, mas ele já estava morto. Examinando lhe o corpo, descobriu-se que já estava frio, com ferimento à bala de consequências fatais. É impossível encontrar-se frio o corpo e uma pessoa recentemente morta. Entretanto, o corpo do capitão morto estava frio como gelo. Há muito que ele estava morto, fora seu espírito que fizera o relatório. Um fato tão miraculoso deve-se sem dúvida ao rigoroso senso de responsabilidade do capitão morto. (BENEDICT,1997. P.29)

A ênfase em que o soldado nipônico já estaria morto é dada diversas vezes a fim de estabelecer um compromisso do ouvinte com o “espírito” japonês. Esse espírito que pode ser facilmente interpretado como o corpo a serviço do Japão/Imperador. Essa lógica também era empregada aos kamikazes com o lema “contrapor nosso treinamento ao número deles, nossa carne ao seu aço”.

A propaganda japonesa não cedeu em nenhum momento, mesmo quando os bombardeios estavam prestes a cair em suas cabeças na ilha do Japão haveria em resposta “que já seria esperado e planejado”. Suas honras eram lutar até a morte, se arremessar no

inimigo com uma granada, a ataca-lo desarmado se preciso, nunca se render e em últimos casos cometer a máxima da honra, o *hara-kiri*.

Construção de uma narrativa

O Japão e os Estados Unidos durante a guerra se viam como antagonistas completamente opostos um do outro. Para tentar uma aproximação segura da nação que viria a ser derrotada em agosto de 1945, os EUA fazem com que uma antropóloga os investigue, essa que por sua vez veio a ser Ruth Benedict.

O Japão seria segundo a antropóloga totalmente oposto aos norte-americanos, o inimigo mais hostil enfrentado pelos ianques, e era claramente visto como o “Mal personificado”. Porém com fim do conflito há uma aproximação política dos EUA com o estado japonês.

A rendição japonesa tratada com muita cautela por MacArthur, mesmo sendo incondicional, pois segundo o próprio general se os termos de rendição não fossem bem aceitos o orgulho japonês poderia vir a não desistir da guerra. Gerando assim um possível paradoxo – uma rendição incondicional que é aceita.

Percebe-se nesse aspecto já de início a formulação de uma narrativa coerente com a ideia americana de justificar o uso da bomba atômica como único meio necessário para o fim da guerra e que, de certa forma, os americanos estariam dispostos a ouvir o outro lado.

Eu me sentia receoso de que ele poderia advogar por causa própria contra o indiciamento de criminoso de guerra. Tinha ocorrido um considerável alarido de alguns Aliados, especialmente os russos e britânicos, para incluí-lo nesta categoria. De fato, a lista inicial dos que foram propostas por eles, estava encabeçada pelo nome do Imperador. Percebendo as consequências trágicas que se seguiriam a tal ação injusta, Eu resisti, vigorosamente a tais esforços. Quando parecia que Washington iria aderir ao ponto de vista britânico, eu alertei que eu iria precisar de pelo menos, um milhão de reforços para tal medida pudesse ser cumprida. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI, 2011, p. 84)

A partir desse período se denota um terreno de instabilidades, frágil e politicamente complexo, podendo ser contraposto pelas próprias memórias de MacArthur que também mostravam um Hirohito derrotado e humilhado.

Ele estava nervoso e o stress dos meses passados ficou plenamente visível. Eu dispensei todo mundo menos o intérprete dele, e nós nos sentamos diante da lareira de uma das extremidades do imenso salão de recepção. Eu lhe ofereci um cigarro americano que ele aceitou com gratidão. Eu notei como as mãos dele tremiam enquanto acendia o cigarro para ele. Eu tentei tornar

aquilo, o quanto pude, o mais fácil possível para ele, mas eu sabia o quão profunda e aterradora poderia ser a agonia da humilhação dele. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI,2011, p. 82)

A bondade que MacArthur demonstra em seus relatos levantam outros pontos sobre a construção da narrativa em elaboração para justificar o uso dos artefatos atômicos. Saberia O general Douglas que iria se tornar um ícone, um herói da guerra? Suas anotações parecem remeter a uma autobiografia heroica e monumental.

O número mágico de um milhão parecia nos discursos da época representar bem a bomba atômica e o Imperador, algo se analisado para o poderio bélico da época com calma seria aterrador visto que apenas um artefato de guerra representaria tal número. Por um lado, tem o discurso de que a bomba teria salvado um milhão de soldados americanos, por outro seria necessário outro milhão para impedir Hirohito caso não se tivesse um acordo de paz no momento certo.

Hirohito que aparece como digno de uma salvação americana, demonstra o claro interesse de que se converta a figura do imperador para o lado norte americano, embora Igarashi(2011) considere que haja inúmeros problemas na narrativa proposta por MacArthur.

O fato de nenhuma lista de criminosos de guerra "encabeçada pelo Imperador" jamais ter sido apresentada e Hirohito também ser conhecido por aversão ao fumo demonstram alguns traços de uma narrativa criada intencionalmente por MacArthur.

Logo, esses discursos servem para se notar como a narrativa de conversão foi sendo construída pelos norte-americanos nesse pós guerra, visando negar a participação do Imperador na guerra do Pacífico ao mesmo tempo que quer colocá-lo como uma personagem ativa no fim da guerra: suas condições, seus encontros, suas decisões. Essa atividade pode ser simbolicamente notada ao ser comunicado a rendição pelo rádio, cuja pela primeira vez foi escutada a voz do Imperador no rádio, um evento altamente carregado de signos transformados e novos sendo construídos, tais como o Imperador se comunicando “pessoalmente” com seu povo e a notícia - chocante - de rendição.

Essa nova visão do imperador contrapõe drasticamente seu antigo papel na sociedade nipônica de divindade. A mais alta honra para um japonês no período que antecede o fim da guerra poderia ser considerada ver seu grande Imperador, apenas algumas pessoas escolhidas a dedo para os mais altos cargos políticos que teriam algum tipo de contato com o Imperador. O imperador passa de divindade a humano, de recluso a humanitário.

O filósofo Koyata Washia (1989 apud IGARASHI,2011) evidenciou este episódio da rendição em quatro pontos acerca do édito rendição:

1º: O Imperador teria sido apresentado como o agente que encerrou a guerra, não teria sido uma derrota porque foi um ato consciente do Imperador.

2º Responsáveis pela guerra: militares.

3º Uso de armas brutais e morte de inocentes, se a guerra não fosse parada poderia acarretar na extinção humana.

4º Colocava o Imperador como guia para a civilização japonesa.

A partir destas análises não há como negar a aproximação dos EUA para com o Japão a intermédio do evento “bomba atômica” que levou o mundo a Guerra Fria e transformou o Japão em seu mais próximo aliado no Oriente dominado pelo “inimigo socialista”. Essas construções acerca dessas narrativas são carregadas de signos de modo que elas proponham o discurso desejado, como o relato da assinatura da nova constituição japonesa proposta pelo governo americano.

O general Whitney sentou de costas para o Sol, proporcionando a melhor luz para os semblantes dos japoneses presentes que se sentaram em frente a ele... general Whitney sufocou, de uma vez, qualquer discussão sobre o esboço de Matsumoto dizendo vagarosamente e ponderando cada palavra(...) (TAKAYANAGI,1972 apud IGARASHI,2011. p. 95.)

Por fim através deste outro relato, nota-se a intenção de criar uma narrativa de poder entre os EUA e Japão. No caso o general Whitney teria intencionalmente sentado de costas para o Sol de modo a simbolizar a relação de poder em tal reunião - algo já implícito, já que a constituição nova era proposta do governo americano.

O cinema de Akira

Akira Kurosawa também é revivido nas páginas do livro “A espera pelo tempo” (2010) de Teruyo Nogami que acompanhou a carreira de Kurosawa durante quarenta anos, estando presente em bons e maus momentos. Ela relata o lado humano de Kurosawa apontado por muitos de seus espectadores e também o lado rigoroso, detalhista e um pouco temperamental do diretor que tendo nascido em Tóquio no ano de 1910, dia 23 de março, teve sua estreia como diretor apenas 33 anos depois em 1943. Sua família de origem tradicional e o ambiente de convívio possivelmente o influenciaram a adentrar no mundo do cinema que estava em expansão nas décadas de meados do século XX.

Seu irmão Heigo era um *benshi*¹⁵², desde rapaz Akira demonstrava enorme interesse pelo cinema, buscando assistir um grande número de filmes e teve sua abertura no mundo das artes como pintor aos 23 anos. Infelizmente seu irmão, Heigo, se suicidou com a crise dos *benshi* e a implantação do cinema sonoro.

Em 1935 ele à procura de trabalho encontrou um anúncio em jornal que buscava assistentes de direção. Finalmente em 1943 estreou um filme sobre sua direção o *Sugata Shanshiro* que pode ser publicado mesmo com a censura pois exaltava o judô como esporte nacional e símbolo de combate. O personagem principal do filme percorre um caminho no qual ele aprende a submeter sua razão a espiritualidade.

Porem até mesmo em sua primeira filmagem própria já havia críticas quanto a sua ocidentalização “anglo-americana”, o personagem principal, Sanshiro, em certos momentos, encontrava com sua amada. Estas cenas foram categorizadas como sentimentalismo exagerado mesmo que ambos as personagens conversassem sobre coisas comuns. Essas cenas, entre outras então, resultaram em cortes no filme o que não afetou a recepção do público perante o filme – um sucesso.

Em 1944 Kurosawa dirigiu outro filme de propaganda “A mais bela”, *Ichiban utsukushiku*. O filme conta a história de uma fábrica de lentes que durante a guerra voltasse para a produção militar, a personagem principal, Watanabe, assim como outras mulheres empregadas na fábrica realiza esforço e dedicação sem limites com o espírito japonês. O filme embora destacasse pontos que a censura gostasse sofreu diversas críticas como o fato de reforçar traços individuais e sentimentais dos personagens.

Foi apenas em 1950, no pós-guerra, com Japão ainda sob ocupação americana que o cinema japonês foi descoberto e apreciado no oriente com o filme *Rashomon* de Kurosawa.

O filme se passa no Japão do século XII com quatro narradores distintos sobre um mesmo acontecimento: em um bosque, uma mulher é estuprada e seu marido assassinado. As narrativas são feitas pelo assassino, a mulher, o morto (através de um xamã) e um lenhador que presenciou o ocorrido.

O filme ganhador do leão de ouro veneziano tornou o então distante e desconhecido cinema oriental popular no ocidente.

¹⁵² Os *benshis* eram comentaristas do cinema mudo, raramente algumas mulheres também caberiam ao papel. Eles logo se tornariam fundamentais para o desenvolvimento do cinema japonês, uma vez que seu papel seria cada vez mais importante e influente nas obras. Com a implementação do cinema sonoro eles perdem seu domínio e popularidade obtido no cinema (NOVIELLE,2007)

Após o *boom* de sua carreira, Kurosawa passou a ser conhecido pelos traços orientais de suas obras: filmes de época e principalmente samurais, tendo de 1948 até sua morte dirigido 24 filmes, totalizando 30 filmes de sua direção durante sua carreira.

Kurosawa também trabalhou lado a lado com grandes ícones do cinema nos filmes mais tardios de sua carreira, tais como, George Lucas, que o ajudou a fazer seus primeiros efeitos especiais da era moderna do cinema e Steven Spielberg.

Seus três últimos filmes foram, “Sonhos”, “Rapsódia em Agosto” e *Madadayo*. Eles fogem do padrão que consagrou Kurosawa: múltiplas câmeras, cenas rápidas e espadas ou *katanas* de samurais. Esses filmes apresentam uma trama mais lenta e poética, sendo “Sonhos” baseados em uma série de sonhos do diretor quando criança.

Rapsódia em agosto tem sua trama baseada nas feridas japonesas sobreviventes da guerra e pós-guerra. Já o seu último filme trabalha a história de um professor de alemão que renúncia ao cargo para se tornar escritor, o filme então foca na relação do então ex-professor e seus antigos estudantes.

Akira Kurosawa veio a falecer em 6 de setembro de 1998 tendo sua carreira culminada em direção, roteirista, produtor e editor entre outros trabalhos nas artes antes do cinema. Kurosawa representa a máxima do Japão pós-guerra e moderno de Célia Sakurai (2014) “Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico, os japoneses fazem questão de preservar o passado[...]” (SAKURAI, 2014. p. 216)

Em outras palavras seria o fato de abrir as portas para outras culturas e a ocidentalização sem jamais perder o traço de sua tradição e origem.

Melodia de uma rapsódia

O filme “Rapsódia em Agosto”, de 1991, trabalha a ideia da memória nipônica após a Segunda Guerra Mundial – especificamente em 1990, 45 anos após o término da guerra. Não somente a questão das memórias ganham espaço em tela, como também a ideia em torno das narrativas da bomba atômica.

Para melhor dialogar com o tema, o filme será explanado na seguinte forma: primeiramente o longa metragem foi dividido em planos e sequências (13 sequencias e 266 planos). Durante a análise imagens acompanharam de maneira a ilustrar melhor os planos e sequências citados.

O filme foge do que tornou Kurosawa famoso, grandes épicos de samurais, movimentos de câmera rápidos e múltiplos e vai para uma narrativa serena com poucos cortes



de plano que prioriza planos horizontais como se estivéssemos a ver uma foto de família ou a olhar para o horizonte e admirar a paisagem.

As falas do filme são marcantes e em diversos momentos elas transcrevem enorme emoção ou

sentimentalismo da memória e/ou história seja do pós-guerra nipônico ou da personagem que pronuncia.

Mesmo sendo uma obra cinematográfica o filme pouco se utiliza dos jogos de câmeras e *closes* para uma narrativa visual.

O filme é baseado no livro *Nabe no Naka* (1987) de Kiyoko Murata com objetivo de transcrever as cicatrizes e lembranças causadas pelo desfecho da segunda grande guerra na sociedade japonesa sendo necessário não impor juízo de verdade e justiça a fim de não adentrarmos na vitimização da história.

O filme transcorre sua narrativa através de três gerações de japoneses e um nipo-americano. A primeira geração que seria a velha Kane (a personagem da imagem abaixo), uma sobrevivente do conflito que perdeu seu marido na explosão das bombas, a qual é o



centro da trama. Kane apresenta uma memória dolorosa e silenciada.

Embora dolorosa a memória de Kane foi silenciada pelo discurso de coerção da bomba necessária, em certos momentos do filme Kane culpa a guerra pelas mortes e pela dor. Mesmo que dolorosa e silenciada, Kane inicialmente, mostra

sua memória de forma que ela já aceitou o que aconteceu e pratica luto por ela.

Kane também é uma assídua da tradição budista, se reunindo todo ano em agosto com sobreviventes do conflito a fim de praticarem condolências através de rituais budistas.

Na trama há também a segunda geração, os filhos de Kane, eles são os personagens Machino e Tadao (Respectivamente na imagem) ao lado. Ambos passam boa parte do filme

como personagens ocultos, visto que eles vão ao Havaí visitar um suposto irmão de Kane, Suzuchiko, que está morrendo.

Inicialmente sabemos sobre eles através das cartas e telegramas enviados do Havaí.



Eles são a geração seguinte ao conflito que não gostam de comentar o ocorrido, é uma memória dolorosa aos olhos deles e vergonhosa também, para essa geração os americanos não deveriam ser diretamente confrontados sobre o conflito para evitar constrangimento. De certa forma eles sentem vergonha do

fato da bomba ter sido necessária para acabar o conflito que seus antepassados iniciaram.

A terceira geração são os netos que ficam na casa de Kane localizada zona rural de Nagasaki enquanto os pais visitam o Havaí para saber mais sobre esse suposto parente moribundo. São eles de acordo com a imagem abaixo, Tami, Shinjiro, Minako e Tateo.



Essa terceira geração já está longe de ser tocada naturalmente pelas memórias de guerra e são digeridas pela cultura pop americana e as tecnologias cômodas do final do século e início do século XXI. Por exemplo questionam o fato de sua avó não gostar de ter uma

geladeira, de ela não possuir TV. Em diversos momentos do filme vemos Tateo, o mais velho com uma camisa de estampa escrita “BROOKLYN”.

Em um primeiro momento da trama as crianças têm aversão a quase tudo de sua avó: suas memórias, sua comida, sua casa e etc. Porém ao longo do filme vão se aproximando as memórias da velha e as cicatrizes das memórias nucleares no povo nipônico através de contato direto com as “ruínas” de Nagasaki, uma certa repulsa ao comportamento interesseiro dos pais e as histórias que Kane conta sobre seus irmãos e seu passado.

Temos também presente na história, Clark, um nipo-americano que se refere a segunda geração pós-guerra, porém com pai japonês e mãe americana. Clark é protagonizado por Richard Gere, um ator hollywoodiano muito famoso na década de 90.

O personagem de Clark é visto como uma pessoa que tem enorme respeito ao seu passado nipônico. Ele é descrito inicialmente na visão dos netos como um americano “mal”, porém ao aparecer definitivamente na trama ele demonstra carinho para com Kane e suas tradições. Ele se mostra arrependido e culpado pelas explosões das bombas.

Considerações finais

É preciso pensar o filme não somente como uma fonte histórica, mas como um lugar de memória também, no quesito de que ele fala sobre uma memória e acaba por ser um alicerce da memória dos sobreviventes civis da Segunda Guerra Mundial, intencionalmente ou não o filme representa a memória de dor desse grupo representado.

As narrativas conflituosas aparecem na terceira geração – os netos – que traçam inicialmente os EUA como um grande vilão que sem pensar no bem dos civis utiliza-se do artefato atômico. Kane também dialoga sobre apesar de muito ferida emocionalmente em torno do fato – visivelmente perturbada durante o aniversário das bombas – traça o perfil Kurosawa humanístico em diversos pontos do filme ao dizer que a culpa pela bomba atômica se recai somente sobre a guerra, a guerra causa a dor e sofrimento.

Desta forma o filme reflete também as narrativas oficiais criadas desde os encontros do general MacArthur e o imperador Hirohito enquanto decidiam sobre o desfecho da guerra até as memórias de dor presentes naqueles que sobreviveram ao conflito nuclear.

Referências bibliográficas:

- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: Padrões da Cultura Japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CHOUCRI, Nazli; NORTH, Robert C.; YAMAKAGE, Susumu. **The challenge of japan before World War II and after**: A study of national growth and expansion. London: Routledge, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.
- IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória**: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa(1945-1970) Tradução: Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. Lendo imagens do cinema. São Paulo: Senac, 2009.
- KAWABATA, Tai. **Photos, films depict Tokyo in turbulent times**. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/culture/2010/09/03/culture/photos-films-depict-tokyo-in-turbulent-times/#.UI9ez1CTjTQ>>. Acesso em: 14 out. 2013.
- KOLAKOWSKI, Christopher. **The MacArthur Memorial**. Disponível em: <<http://www.macarthurmemorial.org/>>. Acesso em: 14 out. 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais**: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 235-289.
- NOGAMI, Teruyo. **A espera do tempo**: filmando com Kurosawa. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês**. Brasília: Editora UNB, 2007.
- PETER DUUS (Org.). **The Cambridge history of Japan**: Volume 6, The Twentieth Century. Cambridge: British Library, 1988.
- POLLAK, Michael. **Memória,Esquecimento,Silêncio**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- PRINCE, Stephen. **The warrior's camera**: The cinema of Akira Kurosawa. Princeton: Princeton University Press, 1999.

DE FORA PARA DENTRO: O MOVIMENTO HIP HOP NA ESCOLA- 2ª EDIÇÃO

ISSN: 2595-1645

Isabele Fogaça de Almeida

Orientadora Silvana Maura Batista de Carvalho

(Licenciatura em História UEPG)

Resumo: Este projeto de ensino alternativo foi desenvolvido pelo subprojeto de História, do PIBID/UEPG 2014-2018, junto aos alunos do ensino fundamental e médio, do Colégio Estadual José Elias da Rocha, na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Percebendo a validade que a primeira edição deste projeto teve em 2014 em outra escola que o programa atua, em 2016 ele foi reaplicado em conjunto com o evento “Graffiti abaixo de 0”. Este evento teve como objetivo grafitar os muros do colégio, e os pibidianos percebendo a já validada potencialidade pedagógica da atividade, propuseram uma oficina, para que os alunos participassem. Assim, foram explorados conteúdos referentes à cultura de rua, relacionados ao Movimento Hip Hop, considerando que nessas manifestações circulam um grande suporte de informações e de traços culturais, presentes nas vidas dos adolescentes e jovens do público escolar em questão. Para finalizar, os alunos foram integrados ao grupo de grafiteiros do evento, e deixaram também suas marcas nos muros. Os graffiti atingiram não só a comunidade escolar, mas também a do bairro, que participaram seja observando, fotografando ou até mesmo interagindo com o evento. Dessa forma, os pibidianos vivenciaram uma possibilidade alternativa ao trabalho docente no ensino de História.

Palavras-chave: Movimento Hip Hop; Cultura de Rua; Espaço Escolar;

Este projeto de ensino alternativo foi desenvolvido pelo subprojeto de História, do PIBID/UEPG 2014-2018, junto aos alunos do ensino fundamental e médio, do Colégio Estadual José Elias da Rocha, na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Percebendo a validade que a primeira edição deste projeto teve em 2014 em outra escola que o programa atua, em 2016 ele foi reaplicado em conjunto com o evento “Graffiti abaixo de 0”. Este evento teve como objetivo grafitar os muros do colégio, e os pibidianos percebendo a já validada potencialidade pedagógica da atividade, propuseram uma oficina, para que os alunos participassem. Assim, foram explorados conteúdos referentes à cultura de rua, relacionados ao Movimento Hip Hop, considerando que nessas manifestações circulam um grande suporte de informações e de traços culturais, presentes nas vidas dos adolescentes e jovens do público escolar em questão. Para finalizar, os alunos foram integrados ao grupo de grafiteiros do evento, e deixaram também suas marcas nos muros. Os graffiti atingiram não só a comunidade escolar, mas também a do bairro, que participou seja observando, fotografando ou até mesmo interagindo com o evento. Dessa forma, os pibidianos vivenciaram uma possibilidade alternativa ao trabalho docente no ensino de História.

Introdução

Por intermédio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)-2014-2018 da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o subprojeto de História atua nos Colégios Estaduais Professora Linda Salamuni Bacila (CELISABA) e José Elias da Rocha (CEJER) de Ponta Grossa- PR. Em 2014 foi realizada no CELISABA a primeira edição deste projeto de ensino¹⁵³, e percebendo sua validade, em 2016 ele foi reaplicado no CEJER aos alunos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio em conjunto com o evento “Graffiti abaixo de 0”.

Apesar de o colégio ser localizado numa região próxima a central da cidade¹⁵⁴, seu público escolar vem na maioria da parte periférica; se assemelhando com o do CELISABA. E assim como lá, foi possível identificar durante as atividades do PIBID a comparência de elementos do Movimento Hip Hop no próprio modo de se expressar dos alunos, com gírias, maneira de se vestir, preferências musicais. Como afirma Dayrell (2003) sobre a relação de alunos e o Movimento:

Na pesquisa em que realizei para minha dissertação de Mestrado e agora para a tese de doutorado é possível perceber que há uma demanda, gerada por parte dos alunos, em estreitarem relações entre suas escolas e o Movimento Hip Hop. Alguns por curiosidade, outros porque gostam de música, mas muitos deles porque já o conhecem e veem-se enquanto potenciais interlocutores nessa relação. Penso nisso em função de algumas idas a escolas e a boa recepção dos alunos com relação ao Movimento Hip Hop, principalmente, a música, bem como a frequente participação dos rappers em várias escolas. É importante ressaltar também que a ação social (ou intervenção social) é fundamental nas práticas do Movimento Hip Hop e a escola é vista por muitos destes rappers como um espaço privilegiado (p. 17).

A partir desta verificação, buscou-se unir os interesses e conhecimentos que os alunos obtiveram na rua através do Movimento Hip Hop, ao espaço escolar; uma vez que há uma barreira clara entre cultura de rua e cultura escolar que não deveria existir, e por muitas vezes a cultura de rua acaba tendo maior influência e despertando maior interesse no aluno do que a escolar.

¹⁵³ Maiores informações sobre a primeira edição podem ser obtidas no artigo “De fora para dentro: o Movimento Hip Hop na escola” da Revista de Educação Histórica-REDUH/LAPEDUH, número 10. Disponível em: <<https://lapeduh.files.wordpress.com/2014/10/reduh-10-completa1.pdf>>.

¹⁵⁴ Bairro de Olarias.

Apesar de Cultura de Rua do indivíduo necessitar de ser valorizada e promovida dentro do contexto educativo, é notório, que muitos professores ainda não pensam assim, ou pelo menos não conhecem, estratégias de ensino-aprendizagem que os ajudem a contemplar e a abordar tais princípios no seu quotidiano escolar. (TORRE, 2007, p. 3)

Nesse sentido, promoveu-se a 2ª edição do projeto de ensino alternativo “De fora para dentro: o Movimento Hip Hop na Escola” inteirado ao evento “Graffiti baixo de 0” que tinha a principio o objetivo de grafitar os muros do CEJER com a autorização da escola. Dado isso, equipe do PIBID ao saber do evento, decidiu integrar a comunidade escolar a este, e fazer o projeto, considerando a já validada potencialidade pedagógica do tema.

Objetivos

Para este projeto foram propostos os seguintes objetivos:

- i) Correlacionar o cotidiano dos alunos com as manifestações características do Movimento Hip Hop.
 - ii) Articular os conhecimentos prévios dos alunos adquiridos com a cultura de rua e o Movimento Hip Hop com o projeto.
 - iii) Refletir em conjunto com os alunos sobre o Movimento Hip Hop, tendo por base a explanação referente à história, formas de utilização, implicações e atualidade dos temas envolvidos.
 - iv) Promover uma discussão sobre o comparecimento nas manifestações do Movimento Hip Hop em adversidades do presente contexto histórico.
 - v) Realizar manifestações da cultura de rua dentro e ao redor dos muros da escola.
 - vi) Proporcionar o estímulo da sensibilidade dos alunos para a linguagem das diversas vertentes artísticas do Movimento Hip Hop.
 - vii) Em conjunto com os alunos, colorir e dar voz aos muros da escola através do graffiti.
- (ii) Avaliar a eficácia dessa estratégia de ensino/ aprendizagem no aluno, na escola e na comunidade ao redor desta.

Referencial teórico-metodológico

O movimento hip hop tomou proporções extremamente expressivas no Brasil nos últimos anos, ocupando cada dia mais espaço nas cidades, na mídia, nas escolas. Além disso, possivelmente nenhuma outra corrente da

música, dança ou poesia significa tanto para tantos jovens, sobretudo os das periferias brasileiras, na forma de danças, de vestir, de fazer musica, de falar, entre tantos outros aspectos. (MACEDO, 2008, p. 1)

Diante desta constatação, se verifica no expressivo Movimento Hip Hop um caminho de acesso ao cotidiano dos alunos a partir de seus próprios interesses; uma forma de associar este, com o fazer pedagógico da educação formal. Ou seja, entendemos aqui o Movimento Hip Hop e a educação formal, como duas áreas que produzem e sistematizam conhecimentos, que podem ser associadas trazendo benefícios para ambas, e, além disso, cooperando de maneira mais ativa no processo de formação dos alunos.

Nesse sentido, promoveu-se o projeto de ensino alternativo “De fora para dentro: o movimento Hip Hop na Escola” encaminhando manifestações culturais do Movimento Hip Hop para dentro do colégio. Primeiramente, foi feita a parceria do PIBID com o evento “Graffit abaixo de O¹⁵⁵”, para que os alunos pudessem participar da atividade cultural de acordo com o consentimento da direção do colégio.

Num segundo momento, foi proposto a dois grafiteiros do evento para que aplicassem uma oficina de noções básicas do graffiti para os alunos; a uma equipe de artistas de rua para fazerem um teatro; e a um grupo de break para fazer uma apresentação. Aceitadas todas essas proposições, fez-se o convite a todos os alunos do colégio para participarem, e apesar das marcas evidentes em muitos, das características do Movimento Hip Hop, poucos demonstraram interesse.

O projeto ocorreu no domingo, no sábado que o antecedeu, alguns dos grafiteiros do evento pintaram de azul escuro as paredes externas do muro do colégio, para dar bases às artes que apareceriam no dia seguinte. No dia, o evento “Graffiti abaixo de 0” começou às sete da manhã, com muita animação, rap e tinta.

¹⁵⁵ O evento contou com a participação de mais de cinquenta grafiteiros, sendo estes de Ponta Grossa e de várias outras cidades do Brasil.

Foto 1



Fonte: Perfil de Dário Antunes Rodrigues¹⁵⁶ no Facebook¹⁵⁷

Grafitadores do evento “Graffiti abaixo de 0” grafitando os muros do colégio.

A cozinheira do colégio se disponibilizou a fazer o almoço para os grafitadores, que foi servido ao meio dia. Às quatorze horas estava marcada a chegada dos alunos no colégio, houve atraso e o projeto só iniciou efetivamente às quinze horas. Compareceram apenas dez alunos, a pibidiana Isabele Fogaça de Almeida fez a abertura e ministrou um diálogo sobre cultura de rua, na qual abordou a história, formas de utilização, implicações e atualidades relativas ao rap, DJ, graffiti e break, associados ao Movimento Hip Hop. Em seguida os artistas de rua convidados fizeram um teatro interativo no pátio da escola.

¹⁵⁶ Dário é um membro da comunidade do bairro, que foi ao evento e tirou fotos por conta própria.

¹⁵⁷ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1789717677940811&set=a.1789717091274203.1073745360.10007077873503&type=3&theater>>

Foto 2



Fonte: Perfil de Felipe Hoffmann no Facebook¹⁵⁸

Teatro interativo dos artistas de rua.

Na sequência se realizou a oficina de graffiti para os alunos, quando foram orientados pelos grafiteiros, sobre as etapas da arte, desde o traçar os desenhos e dicas de como eles deveriam pintar que ao participarem decidiram grafitar nas paredes internas do colégio “força azul”, que é o grito de guerra da fanfarra do colégio; e também a palavra “amor”.

¹⁵⁸Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1080573445360882&set=pb.100002247114732.-2207520000.1475894823.&type=3&theater>>

Foto 3



Fonte: Acervo particular de Isabele Fogaça de Almeida
Alunos participando da oficina de graffiti.

Para finalizar foram levados os alunos para parte externa do colégio para apreciarem os graffitis do novo visual do muro da escola, e os dançarinos de break que estavam se apresentando na rua. Às dezessete horas os alunos foram dispensados.

Resultados

O número pouco expressivo de participantes, e a pouca interação desses para as reflexões e discussões, fez com que alguns objetivos não fossem atingidos. Como por exemplo, o de articular os conhecimentos prévios dos alunos adquiridos com a cultura de rua e o Movimento Hip Hop com o projeto e a discussão sobre o comparecimento nas manifestações do Movimento Hip Hop em adversidades do presente contexto histórico. Principalmente nestes aspectos, acabou ficando um monólogo da ministrante.

A participação foi mais efetiva nas atividades práticas do Movimento Hip Hop do que no diálogo “teórico”. Os alunos se relacionaram melhor e ficaram mais a vontade com a oficina de graffiti, acompanhando a dança de rua e em especial com o teatro interativo.

Além disso, merece destaque um grupo de participantes que não estavam previstos. A comunidade do bairro; que participou o dia todo do projeto, seja fotografando, observando ou ainda, elogiando. Chegou ao ponto de devido as inúmeras pessoas que estavam ali, não saber quem era do evento e quem era da comunidade do bairro, e esse é um aspecto interessante. Por que apesar de não ter sido um objetivo proposto em si a princípio, isso demonstra que a cultura de rua foi de fato, para dentro da escola, tanto é que a comunidade do bairro se identificou, e se sentiu a vontade para participar. Cabe aqui considerar ainda, que a comunidade do bairro continuou mesmo depois do projeto, indo observar e tirar fotos nos muros do Colégio.

Considerações Finais

Esse projeto de ensino alternativo proporcionou a compreensão do quão rico é o Movimento Hip Hop, bem como da sua validade para aproximar a cultura de rua e a cultura escolar, frente às barreiras que se impõem sobre elas. Além de aproximar, esta proposta contribui positivamente e acrescenta as duas culturas; os alunos, a escola e a sociedade ganha com ela. Ainda, a relevância da experiência para os pibidianos, pois acrescenta na desafiante prática docente alternativa, que excede o modelo da educação tradicional. Considera-se ainda aqui, a aspiração de levar esse projeto a outros colégios da cidade de Ponta Grossa.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Isabele Fogaça de. **De fora para dentro: o Movimento Hip Hop na Escola**. Revista de Educação Histórica-REDUH/LAPEDUH, n.10, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://lapeduh.files.wordpress.com/2014/10/reduh-10-completa1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.
- DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, 2003, n. 24, Set/Dez.
- MACEDO, Iolanda. **Movimento Hip Hop e Educação: possibilidades de construção de conhecimento**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1º, 2008, Uniãoeste- Cascavel. p. 1-13.
- TORRES, Sofia Raquel Dourado da. **Cultura de Rua e Espaços Plurais na Formação Artística: Investigação-Ação no 1º ciclo**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança – Especialização em Comunicação Visual e Expressão Plástica)- Universidade do Minho em parceria com o Instituto de Estudo da Criança. Braga, 2007

“É DE SI PRÓPRIO O ÚNICO SEMELHANTE”: O MARQUÊS DE SADE E O ILUMINISMO

ISSN: 2595-1645

Fabiano Augusto Pinto (Mestrando do PPGHS/UEL)
Gabriel Giannattasio (Orientador)

Resumo: Nossa apresentação tem como pano de fundo o movimento intelectual francês do século XVIII que ficou conhecido como Iluminismo. Consequência das pressões intelectuais que vinham ocorrendo desde o século anterior, esse movimento deixou claro, sobretudo em sua “obra suprema”, a *Encyclopédie*, que “o conhecimento provinha dos sentidos, e não de Roma ou da Revelação”. Foi nesse período também que nasceu Donatien Alphonse François de Sade; preso num total de quase trinta anos o Marquês de Sade (como ficou conhecido) teve aí contato com várias obras Iluministas. De igual maneira, foi também na prisão que elaborou boa parte de seus textos onde é possível sobretudo identificar um diálogo com os principais intelectuais da época. Mas, se sua obra apresenta as marcas de seu tempo, ela não pode ser reduzida a isso, já que o Marquês de Sade parece ter mantido uma relação ambígua com esse movimento: por isso, tentaremos em nossa apresentação apontar a maneira pela qual Sade, levando as premissas do Iluminismo às últimas consequências, acabou colocando-o no caos.

Palavras chave: Iluminismo. Literatura Libertina. Marquês de Sade.

Em *Le Libertin*, filme de Gabriel Aghion do ano de 2000, num dos aposentos do castelo do Barão de Holbach, encontra-se acamado um menino de apenas dez anos. Para o cardeal – irmão do dito Barão – essa doença mortal não passa de um castigo dos céus devido aos pecados dos pais do garoto, o marquês e a marquesa de Jerfeuil¹⁵⁹.

Diderot, que também está nesta cena, recusa o conselho do cardeal de apenas ajoelhar e rezar pela salvação do menino. O filósofo coloca-se ao lado da cama e começa a investigar os sintomas da doença: constata primeiramente um mau hálito ao que, logo em seguida, entrando no aposento, a baronesa d’Holbach acrescenta que o menino acabara de lhe roubar e ingerir quatro quilos de chocolate; assim, Diderot conclui que não se trata de uma doença mortal mas sim de um “ataque de fígado”. Pede ao Barão que lhe traga o sétimo volume de sua enciclopédia, onde se encontra o verbete fígado.

Tem-se ao fim da cena uma advertência que o Cardeal dirige ao filósofo, recomendando-lhe mais humildade, pois se Deus quiser que o menino sobreviva ele se recuperará, caso contrário, morrerá. Ao que Diderot replica: “Você pode tomar cuidado da alma dele, e eu cuidarei do corpo”.

A cena que acabamos assinalar, com a demarcação do campo que caberia a atuação da igreja, além da remarcação de um novo procedimento de investigação, faz parte de um

¹⁵⁹ Nas palavras de Madame Therbouche, outra personagem do filme: “Jerfeuil não gosta de mulheres [...] ele é um afeminado”; enquanto sua esposa, ainda nas palavras da mesma personagem, “se entrega para todos que tem um pinto, até mesmo para quem não tem” [referindo-se aqui aos encontros da Senhora de Jerfeuil com sua prima].

movimento maior, que passou a ser denominado Iluminismo. Para entendê-lo, escolhemos – não sem arbitrariedade – pensa-lo a partir da enciclopédia.

Em *Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie*, Robert Darnton assinala que os leitores contemporâneos ao buscar encontrar na “obra suprema do Iluminismo” as raízes da modernidade podem se sentir desapontados, uma vez que,

Para cada observação que contradiz as ortodoxias tradicionais, [a Enciclopédia] contém milhares de palavras sobre moagem de cereal, fabricação de alfinetes e declinação de verbos. Seus dezessete volumes de texto, in-fólio, incluem tamanha mistura de informações sobre tudo, de A a Z, que não se pode deixar de imaginar por que provocou tal tempestade no século XVIII. (DARNTON, 1986, p. 247).

Mas, ainda assim, o fato é que ela foi considerada, em sua época, pelas autoridades francesas, uma obra ameaçadora tão logo chegara às mãos de seus leitores. Isso, explica o autor, devido ao fato de que é inevitável o perigo, quando se tenta remarcar as fronteiras do mundo do conhecimento. Dessa forma, ainda que tenham tomado distância de assuntos sagrados, Diderot e D’Alembert acabaram mexendo com o tabu; segundo o historiador, a *Encyclopédie*, símbolo do Iluminismo,

[...] exprimia uma tentativa de construir uma divisa entre o que se conhecia e o incognoscível, de maneira a eliminar a maior parte do que os homens consideravam sagrado no mundo do saber. (DARNTON, 1986, p. 251).

A partir desse momento, Darnton busca entender a poda que Diderot e D’Alembert fizeram nas árvores do conhecimento precedentes a sua enciclopédia. Inicialmente, para tal projeto, os dois enciclopedistas se influenciaram na *Cyclopaedia* de Ephraim Chambers tomando o conhecimento como um todo integrado. Longe de organizar o conhecimento de acordo com a inocente ordem alfabética de um dicionário, sua intenção, segundo o próprio Diderot,

[...] era elaborar uma árvore genealógica de todas as ciências e de todas as artes, uma árvore que mostrasse a origem de cada ramo do conhecimento e as conexões de cada um deles com os outros e com o seu caule comum, e que nos ajudasse a relacionar os diferentes artigos com suas rubricas principais. (DIDEROT, [1751-52] apud DARNTON, 1986, p. 253).

Todavia, não se limitaram a seguir completamente a influência da árvore do conhecimento de Chambers. Embora nesta, a teologia se apresentasse filiada ao ramo

racional, coisa que poderia agradar a um livre-pensador, tal ramo, subdividindo-se em outros quatro sub-ramos, dava a mesma dignidade reservada a matemática e a física às ciências que Diderot queria depreciar: a metafísica e a religião. Por isso os empreendedores da *Encyclopédie* voltaram seu interesse à árvore do conhecimento de Francis Bacon, ainda que este falasse uma linguagem escolástica, a ênfase que dava à indução tinha afinidade com o que mais tarde emergiria no empirismo presente em Locke. (DARNTON, 1986, p. 255).

Mas aqui também, houve aproximações e distanciamentos. Se, de maneira ao que Bacon fizera com o campo do conhecimento derivado da filosofia, – Bacon o havia dividido em três partes: divino, natural e humano –, diferentemente dele, os dois enciclopedistas tomaram a filosofia não apenas como um ramo do conhecimento mas com o tronco principal ao qual tudo era submetido. Contrariamente ao que Bacon alertava, “não devemos tentar trazer os mistérios de Deus até nossa razão, ou submetê-los a ela”, Diderot e D’Alembert admitiam que “separar a teologia da filosofia seria cortar o ramo do tronco ao qual está unido por sua própria natureza”, foi dessa maneira que submeteram a teologia à filosofia. Bacon não levou a indução tão longe, por isso considerou duas árvores do conhecimento, uma destinada à teologia revelada e outra para a natural, porém, ousadamente, Diderot e D’Alembert reuniram teologia revelada e natural numa mesma árvore e subordinaram ambas à razão. Mas para que isso se concretizasse foi necessário excluir a epistemologia sugerida por Bacon – noções tiradas de Aristóteles e Aquino – e podar a árvore baconiana à maneira lockiana, colocando assim “fora dos limites qualquer conhecimento que não pudesse ser tirado da sensação e da reflexão”. (DARNTON, 1986, p. 265).

Foi dessa maneira que a *Encyclopédie*, “a obra suprema do Iluminismo”, pôde ser considerada mais do que um mero apanhado de verbetes organizados de A a Z. Enfim,

Não se tratava meramente de uma coleção, em ordem alfabética, de informações a respeito de tudo; a obra registrava o conhecimento segundo os princípios filosóficos expostos por D’Alembert no Discurso preliminar. Embora reconhecesse formalmente a autoridade da Igreja, D’Alembert deixava claro que o conhecimento provinha dos sentidos, e não de Roma ou da Revelação. O agente ordenador era a razão, que combinava as informações dos sentidos, trabalhando com as faculdades irmãs, memória e imaginação. Assim, tudo que o homem conhecia derivava do mundo que o cercava e do funcionamento de sua própria mente. (DARNTON, 1996 a, pp. 17 – 18).

Até aqui delineamos resumidamente a maneira pela qual a *Encyclopedie* se tornou ameaçadora, pois, além de retirar da Igreja sua autoridade tentava ainda remarcar as fronteiras do mundo do conhecimento. Contudo, há de se ressaltar que o pensamento Iluminista e sua

difusão não ficaram restritos à enciclopédia, foi nesse momento que certa literatura, “que ultrapassava todos os limites permitidos”, começou a florescer: referimo-nos aqui à literatura libertina, cuja principal característica, de acordo com Monzani (1996), “está na estreita aliança entre a tese de que o prazer (e, em espécie, o físico e, sobretudo, o sexual) é a fonte de felicidade”.

Se ao leitor contemporâneo parece estranho a filosofia se vincular de alguma maneira a textos “pornográficos”, todavia, o mesmo não se dava com os contemporâneos de tais textos. Em *Sexo dá o que pensar*, Darnton, debatendo com algumas ideias feministas sobre os textos dos libertinos, chama nossa atenção ao fato de que os leitores do século XVIII “esperavam que o sexo servisse como veículo para ataques à Igreja, à Coroa e a toda espécie de abuso social”. (DARNTON, 1996 b, p.25).

Mais ainda, de acordo com Sérgio Paulo Rouanet, existia uma espécie de “auxílio mútuo” entre os filósofos e os libertinos.

Os filósofos forneceram os argumentos teóricos de que os romancistas libertinos precisavam para justificar a legitimidade do erotismo, e estes retribuíram o favor, funcionando como linha auxiliar na crítica do antigo regime, e difundindo, em suas novelas, as idéias políticas e sociais da Ilustração. (ROUANET, 1990, p. 168).

Foi nesse período também, em meio ao Iluminismo e a literatura libertina, que nasceu Donatien Alphonse François de Sade, mais precisamente no ano de 1740 na cidade de Paris. Preso num total de quase trinta anos, com raras interrupções em sua clausura, o Marquês de Sade, como ficou conhecido, não passou ileso às influências do seu tempo. Para isso, basta olharmos os títulos de suas obras para constatar o interesse que o mesmo mantinha pela filosofia de seu período: *A filosofia na alcova: ou os preceptores imorais* (1795); *Os 120 dias de Sodoma: a escola da libertinagem* (1785); *O preceptor filósofo* (1800); *Aline e Valcourt ou romance filosófico* (1795).

Sendo assim, passemos então, a pontuar alguns contatos entre o pensamento *sadeano* e as discussões que atormentaram o século XVIII. Já em sua primeira obra – ao menos a primeira da qual se tem notícia – *O diálogo entre um padre e um moribundo*, escrita em 1782 quando estava na prisão de Vincennes, Sade expõe ao seu leitor, através da fala do moribundo, um ataque à existência de Deus, já que “é completamente impossível crer no que não se compreende”:

Meu amigo, prova-me a inércia da matéria e concedo-te o criador; prova-me que a natureza não se basta a si mesma, e permito-te conceber um senhor; até então não espera nada de mim: só me rendo à evidência que recebo dos sentidos. (SADE, 1988, p. 32).

Logo depois, indagado pelo padre se acredita ao menos em algum sistema que possa ajudar o espírito a atravessar as trevas que nos aguardam logo “após essa vida”, o moribundo, agora se utilizando do materialismo, afirma não ter nenhum sistema, afinal:

[...] não tenho a vista o exemplo de tudo o que é gerado e regenerado perpetuamente pela natureza? Coisa alguma perece ou se destrói no mundo, meu amigo; hoje homem, amanhã verme, depois de amanhã mosca, não é sempre existir? (SADE, 1988, p. 36).

Ainda nesse sentido, os textos libertinos também difundiram a crítica que o Iluminismo dirigia à religião apresentando padres e freiras como velhacos, homossexuais e sodomitas. Em *Teresa filósofa*, por exemplo, um dos best-sellers do século XVIII analisado por Darnton (1998)¹⁶⁰ é o padre Dirrag que se aproveita da Srta. Eradice. Esta, cujo objetivo era tornar-se santa, lançara-se “de boa-fé” aos braços de Dirrag tão logo soube de sua chegada a Volnot. Inicialmente Dirrag contentava-se em flagelar a jovem com o pretexto de que dessa maneira sua alma se desligaria do corpo; mas, posteriormente, devido à “firmeza, o contorno, a brancura das nádegas de Eradice” sua imaginação aquecera-se e ele não demorou a dar um outro passo: ter relações sexuais com a mesma. Para tanto imaginou o seguinte estratagema: “introduzir um pedaço do cordão de São Francisco, relíquia que, por sua introdução, deveria expulsar tudo o que restasse de impuro e de carnal em sua penitente e conduzi-la ao êxtase”¹⁶¹.

De maneira semelhante aos escritos libertinos o Marquês de Sade também satirizou os personagens da igreja. Em *O marido padre*, assim é descrito o vigário de tal conto: “Um verdadeiro reprodutor dos filhos de Elias o padre Gabriel. Vendo-o, se diria que a raça humana podia descansar em paz da preocupação de se reproduzir. Um fazedor de filhos como nunca se viu [...]”. Já no conto *Vai assim mesmo*, se relata o gosto sodomita de certo cardeal. Tinha ele um contrato com determinada matrona de lhe enviar todos os dias uma menina entre 14 e 15 anos. Certo dia, não tendo uma garota a disposição para lhe enviar, tenta a seguinte trapaça: “vestir de menina um bonito rapazinho” já que “é certo que [o cardeal] visitará

¹⁶⁰ Cf. DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Principalmente segunda e quarta partes.

¹⁶¹ Deve-se assinalar ao leitor que o tal cordão não é mais do que o órgão genital do velho padre.

apenas o que neste menino é igual a todas as mulheres no universo”. No momento de imolar a vítima pela terceira vez a trapaça é descoberta, porém, longe disso incomodar o cardeal, prossegue em seu ato afirmando: “vai assim mesmo”.

Se é possível afirmar que “a igualdade entre os sexos foi outra bandeira das Luzes” este tema também se apresentou nos textos libertinos. De acordo com Darnton (1996 b), essa literatura argumentava que as mulheres deviam se vingar de seus maridos, pela condição inumana a qual eram submetidas, a maneira de fazer isso era a seguinte: as mulheres deveriam fingir respeitar as convenções em público, porém “em segredo, davam rédea solta a seus instintos naturais – a saber, traindo seus maridos”.

Em Sade podemos ver os mesmos artifícios utilizados¹⁶². Tomemos como exemplo o conto *O talião*. Certa vez, sabendo do caso de seu marido com uma prima – Irmã Petrolina – a senhora Esclaponville lhe pede que se emende de seus erros, pois tal comportamento lhe rasga a alma, ao que seu marido responde não ser esse um erro, “A gente limpa a alma num contato tão santo, se identifica ao Ser supremo, incorpora o Espírito Santo. Nenhum pecado, minha cara, com pessoas consagradas a Deus”. Algum tempo depois, a senhora Esclaponville começa a ter relações com o senhor Bosquet, vigário da Picardia, até o momento em que seu marido descobre o caso e repreendendo a conduta da esposa pergunta o que ela esteve fazendo com o padre durante a tarde: ao que a senhora Esclaponville responde:

Mas, meu caro, segui seus conselhos. Não me disse que não se arriscava nada indo com pessoas da igreja, que com um caso santo se depurava a alma, que era identificar com o Ser supremo, fazer entrar em si o Espírito Santo e se abrir, numa palavra, a porta da beatitude celeste? ... Pois bem, meu filho, não fiz senão o que me disse, sou uma santa e não uma rameira. Ah, e lhe afirmo que se alguém de nossas pessoas de Deus tem um meio de abrir, como diz, a porta da beatitude celeste, é certamente o sr. vigário, pois nunca vi chave tão grossa. (SADE, 2013, p. 27).

Em resumo, até o momento lemos alguns contos *sadeanos* destacando os contatos entre o seu pensamento e as ideias iluministas. Todavia, outro caminho se abre àqueles que optam em aproximar a vida do Marquês de Sade à sua obra. Que o leitor entenda que, se aqui seguimos essa direção não é com o intuito de reduzir a obra *sadeana* a sua biografia e, conseqüentemente, a partir daí, buscar sua compreensão nos escândalos vivenciados pelo

¹⁶² Cf. SADE, Marquês de. **O corno de si mesmo & outras historietas**. Trad. e notas: Paulo Hecker Filho. Porto Alegre, LP&M, 2013. Especialmente os contos *A pudica ou o encontro imprevisto*; *A castelã de Longeville ou a mulher vingada*; além do já citado *O talião*.

escritor Sade. O que temos em mente é que a realidade talvez tenha se apresentado de maneira mais complexa do que a bipolaridade entre o bem e o mal, o a favor ou contra o Iluminismo.

Simone de Beauvoir, em *Deve-se queimar Sade?*, analisando a obra *sadeana*, em determinado momento deste ensaio, assinala o lugar singular ocupado pelo Marquês durante as mudanças ocorridas na sociedade francesa no fim do século XVIII, diz ela:

Da dolorosa experiência que foi a sua vida, o traço mais relevante é que entre os demais homens e êle esta lhe não revelou nenhuma solidariedade. Nenhum elemento comum ligava entre si os últimos rebentos de uma nobreza decadente; Sade povoou a solidão a que o condenava o nascimento com jogos eróticos tão exagerados que seus pares se voltaram contra êle; quando um nôvo mundo despontou, arrastava atrás de si um passado pesado demais: um desacordo consigo mesmo, suspeito aos outros, êsse aristocrata obcecado por sonhos de despotismo não podia sinceramente aliar-se à burguesia ascendente; embora a acuse da opressão a que o povo é mantido, êste é-lhe todavia estranho; não pertence a qualquer das classes cujo antagonismo denuncia, é de si próprio o único semelhante¹⁶³. (BEAUVOIR, 1961, p. 21).

Dessa forma, destacado o lugar singular que Sade teria ocupado durante o XVIII, podemos estendê-la também a seu pensamento, principalmente no que diz respeito às ideias da ilustração.

Se Sade, como boa parte dos iluministas, também atacou a ideia de Deus, distanciou-se destes ao retirá-lo do mundo. Para o Marquês, de acordo com Rouanet,

Deus precisa ser eliminado exatamente porque suas leis, sendo justas, estariam em contradição com as leis da natureza, que querem a injustiça, e, proibindo o crime, transgridem o impulso mais forte da natureza que é o mal. (ROUANET, 1990, p. 180).

De igual maneira, o materialismo adotado por Sade leva-o a se separar de seus contemporâneos, tendo em vista que atestada a indestrutibilidade da matéria até mesmo o crime seria permitido. No romance *Justine*, por exemplo, é Bressac quem defende tal hipótese:

Quanto à destruição do seu semelhante, estejas certa Sofia, ela é puramente ilusória, o poder de destruir não é dado ao homem, existe, ademais o de variar as formas, mas não existe aquele que as possa aniquilar; [...] O que importa para a natureza sempre criadora aquela massa de carne que hoje tem

¹⁶³ Mantivemos a ortografia original do texto. BEAUVOIR, Simone de. *Deve-se queimar Sade?*. In: SADE, Marquês de. *Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Beauvoir*. Trad. Augusto de Sousa. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.

a forma de uma mulher se reproduza amanhã sob a forma de mil insetos diferentes? Ousará dizer que a construção de um indivíduo como nós custa mais à natureza que a de um verme e que, por conseguinte, ela deva dar-lhe mais atenção? Ora, se o grau de atenção ou melhor, de indiferença, é o mesmo, que pode ela fazer, senão pelo que chamamos de crime de um homem, que um outro seja transformado em mosca ou em escarola? (SADE, 1979? p. 39).

Por fim, o Marquês também mantém uma posição ambígua no que diz respeito à liberdade sexual das mulheres. Se por um lado ele acompanha os iluministas e os autores de textos libertinos aconselhando as mulheres a livrem-se do jugo de seus maridos tramando escaramuças contra os mesmos, por outro lado, Sade condena todas as mulheres a todos os homens. Explica Rouanet: se nenhum homem tem direito a pose exclusiva de uma mulher, porém, “todos os homens têm o direito de possuir qualquer mulher desde que não converta essa posse em propriedade. E, correlativa a esse direito, existe a obrigação por parte da mulher de submeter-se ao desejo de qualquer homem”. (ROUANET, 1990, p. 189).

Enfim, acreditamos ter demonstrado que o Marquês de Sade teve uma relação singular com o pensamento Iluminista, de acordo com Rouanet:

O “divino marquês” tem uma relação ambígua com todas as ideias da Ilustração. Ele as difunde, como os demais libertinos. Mas, ao contrário dos outros, ele freqüentemente as perverte, infletindo seu conteúdo num sentido oposto ao desejado pelos filósofos. Ele investe contra todos os valores do *Ancien Régime*, e nisso é aliado das Luzes, mas agride, também, todos os valores da Ilustração. Ele subverte a sociedade e subverte a subversão. (ROUANET, 1990, p. 178).

Para nossas considerações finais, acreditamos ser mais acertado, terminar o texto com uma citação de Sade, onde o próprio reivindica uma maneira “muito particular de pensar”; tal é que o Marquês enviara a seu advogado Gaufridy no ano de 11791:

Agora, meu caro advogado, vós quereis compreender qual é verdadeiramente minha maneira de pensar. O tema proposto por vossa carta é seguramente muito delicado, mas será com muito prazer que eu vos responderei à pergunta. Em primeiro lugar e na qualidade de homem de letras, a obrigação em que me encontro de trabalhar cotidianamente ora por um partido, ora por outro, estabelece uma mobilidade de pontos de vista de que se ressentem minha forma muito particular de pensar. Quereis analisa-la? Ela não adota, verdadeiramente, nenhum partido, ela é um composto de todos. Sou anti-jacobino, detesto-os à morte; adoro o rei, mas detesto os antigos abusos; amo uma infinidade de artigos da constituição, outros me revoltam; quero que seja restituído o brilho à nobreza, pois retirar-lhe em nada contribui; quero ver o rei como o chefe da nação; não quero de forma alguma uma Assembléia nacional, mas duas câmaras, como na Inglaterra, o que permite ao rei uma autoridade mitigada, equilibrada pelo concurso de uma nação visivelmente dividida em duas ordens; a terceira é inútil e dela nada quero. Eis minha profissão de fé. Agora, quem sou eu? Aristocrata ou democrata.

Vós me-lo direis, por gentileza, advogado, pois eu próprio nada sei. (SADE apud GIANNATTASIO, 2009, p. 17).

Referências bibliográficas:

- LE LIBERTIN. Dir: Gabriel Aghion. Prod. Raphaël Cohen. França, 2000. (100min).
- ARGENT, Marquês d'. **Teresa filósofa**. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Porto Alegre: L&pm, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. *Deve-se queimar Sade?* In: SADE, Marquês de. **Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Beauvoir**. Trad. Augusto de Sousa. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.
- DARNTON, Robert. *Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédia*. In: _____. **O grande massacre de gatos**, e outros episódios da história cultural francesa. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986. pp. 247 – 276.
- _____. **O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia” 1775 – 1800**. Trad. Laura Teixeira Motta. Márcia Lúcia Machado (textos franceses). São Paulo: Companhia das Letras, 1996 a.
- _____. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1998 a.
- _____. Sexo dá o que pensar. In: NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos Libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 b.
- MONZANI, Luiz Roberto. Origens do discurso libertino. In: NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos Libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROUANET, Sérgio Paulo. O desejo libertino entre o iluminismo e o contra-iluminismo. In: NOVAES, Adauto. (org.). **O Desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SADE, Marquês de. **Justine: ou as desgraças da virtude**. Trad. Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Entrelivros cultural, 1979?.
- _____. Diálogo entre um padre e um moribundo. In: CONTADOR BORGES. (org.). **Ciranda dos libertinos**. São Paulo: Max Limonad, 1988.
- _____. **Cartas de Vincennes: um libertino na prisão**. Trad e organização. Gabriel Giannattasio. Londrina: Eduel, 2009.
- _____. **O corno de si mesmo e outras historietas**. Trad. e notas: Paulo Hecker Filho. Porto Alegre: LP&M, 2013.

ENSINAR HISTÓRIA POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS: PESQUISAS E DISCUSSÕES

ISSN: 2595-1645

Kauana Candido Romeiro
(UEL- Mestranda em Educação)

Orientadora: Dr^a Sandra Regina F. de Oliveira

Resumo: neste artigo realizaremos um debate sobre a aprendizagem por meio de novas tecnologias digitais tendo por base duas pesquisas que analisaram estas tecnologias em sala de aula. Silva (2012) nos proporciona pensar em um novo paradigma educacional: desenvolver o conteúdo de forma dinâmica, estendido a partir de unidades, com instrução interativa. Com isso, pensaremos em pesquisas que relacionam tecnologias digitais e sala de aula. As pesquisas tratadas nesse artigo são de Timóteo (2012) e Resende (2013). Timóteo (2012) pesquisou sobre o uso do *blog*, e constatou que houve um maior diálogo entre a turma e o professor, a partir deste recurso, funcionando para publicar trabalhos, rememorar conteúdos trabalhados e, por meio dos comentários foi possível perceber as operações cognitivas da turma. E, Resende (2013) investigou o pensamento histórico dos alunos, ao fazer uma pesquisa histórica na *web*. Teve como critérios a seleção, a busca, leitura, e a articulação da narrativa histórica, que os alunos manifestaram a partir da pesquisa na *web*. E, concluiu que os estudantes tiveram um olhar aguçado e com empatia frente este mundo de informações. A partir dos resultados das pesquisas podemos repensar o conteúdo e o ensino de história em diálogo com as novas tecnologias da informação e comunicação.

Palavras-Chave: Ensino. História. Tecnologias da Informação e Comunicação.

Tecnologias: Entre Definições E Usos¹⁶⁴:

Há uma avalanche de objetos que promovem à facilidade e praticidade em nosso dia-a-dia, como a comunicação com diferentes pessoas ao mesmo tempo, a digitalização de imagens, documentos, o compartilhamento de vídeos, fotos, a possibilidade de acesso a uma infinidade de informações, além da abertura de museus, de diferentes países, a *tours* virtuais. “Os adventos tecnológicos influenciam hábitos, comportamentos, padrões de consumo e relacionamento, modelos de trabalho e, a ver, o modo como escrevemos a história.” (LUCCHESI, 2014, p.46). Assim, por meio da internet e do computador muitos aspectos da nossa vida se modificaram.

Azevedo e Seriacopi, no livro didático *Projeto Teláris História* (2012, p. 10-11), interroga alunos e professores sobre o tema das tecnologias. Tais discussões, assim, não se mostram distantes da aprendizagem e da escola:

¹⁶⁴ Este artigo é parte do primeiro capítulo da minha dissertação no mestrado em educação pela UEL.

Você sabia que há pouco mais de trinta anos não existiam nem celular nem a internet? E, que, se recuássemos mais décadas, não encontraríamos nem mesmo televisão, rádio ou telefone? [...] Essas observações nos levam a refletir a respeito da tecnologia e do uso que fazemos dela em nosso cotidiano. Observe há uma diferença entre técnica e tecnologia. Técnicas são maneiras de se fazer algo, como um objeto ou uma ferramenta. [...] Já o conceito de tecnologia é mais amplo. Ele abrange as diversas técnicas de uma sociedade ou de uma época. [...]

As tecnologias, compreendem em um conjunto de instrumentos, técnicas, ferramentas, conhecimento e comportamentos frente a estes objetos, que se tornaram fundamentais, ao flexibilizar a aprendizagem e atuar em diferentes esferas da vida social. (SILVA, 2012). Destacamos os instrumentos que dão suporte a difusão e veiculação de informação - rádio, TV, jornal, cinema, internet - além dos que geram informação e dissemina-a - câmera, filmadora, gravadores, computadores – e, as tecnologias que armazenam estes arquivos digitais – *cd* ou *dvd-rom*, *pen drives*, *hds*. Todo este universo compreendem as mídias ou TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) ou quando aliadas com a educação de TICE¹⁶⁵ (TIMÓTEO, 2012).

Assim, diversas técnicas com suporte eletrônico e digital preenchem e/ou complicam nossas vidas diariamente. Vivemos numa cibercultura, imersos em um universo de informação, o ciberespaço.

Na ‘ansiedade’ do instantâneo digital, surge a ‘cibercultura’ (tecido social virtual construído nas teias da Internet por todos os sujeitos a ela conectados) baseada em dois pilares: a comunicação humana virtualizada e a criação de comunidades virtuais [...]. (PASSARELLI, 2007, p. 22).

Tics E A Educação: Novos Caminhos Para A Aprendizagem:

Para Marcos Silva (2012) uma sociedade da informação se configurou por meio das NTICs, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: o celular, o videogame, a internet e o computador. O uso destas tecnologias implica no desenvolvimento de novas práticas e habilidades na educação, na emergência de um novo paradigma educacional: (a) desenvolver longas unidades de conteúdos autênticos e únicos, tendo o (b) professor como um

¹⁶⁵ Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas a Educação.

facilitador, explorando (c) conteúdo de forma dinâmica, interdisciplinar, numa instrução interativa; (d) avaliação pautada no desempenho; (e) a aprendizagem colaborativa com agrupamentos heterogêneos.

Tudo isso nos ajuda a pensar numa proposta de ensino no mundo de hoje, numa “sociedade da informação”, na cibercultura: pensar em um tema relevante, instigante, que realmente mobilize a visão de mundo daquele indivíduo, com diferentes unidades. E, que tais divisões possibilitem o diálogo com outras disciplinas, por meio de um planejamento daquela unidade e tema. O trabalho pode ser desenvolvido em grupos, no qual o professor seja um facilitador, promova a comunicação, o pensamento científico, à ética na orientação destas atividades.

Tendo em vista que as mídias digitais podem ajudar a inovar o ensino, repensar a aprendizagem: “[...] pela primeira vez, no mesmo suporte, o texto, a imagem e o som podem ser conservados e transmitidos. Existe aí uma força própria da mídia eletrônica para o projeto enciclopédico” (CHARTIER, 1999, p.134-135). A cibercultura em diálogo com a revolução eletrônica, conceituada por Chartier, proporcionaria pensar na educação, em aprendizagens radicalmente novas, permitindo novos pensamentos, novas técnicas de escritas e leituras. Pois, vivemos em momento de “[...] transição da cultura alfabética para a cultura digital.” (LUCCHESI, 2014, p. 47). A forma do texto, seu suporte, sua possibilidade de leitura e escrita também mudaram.

Lévy (1999) explana sua abordagem sobre as telecomunicações a partir de três polos, que denomina, do Espírito: a oralidade, a escrita e a informática/mídias. Assim, nos coloca a pensar sobre a diferença nas figuras do tempo sobre estes três segmentos: a oralidade se dá em círculos, e que seus critérios seriam o da permanência, e de conservar pela memória uma narrativa, ou em um rito. Já o polo da escrita se dá em linhas, em torno da acumulação de vestígios, que requer uma atitude interpretativa, crítica. Em relação a informático-midiático a comunicação se dá por pontos, em velocidade, sendo plural e imediata. O conhecimento, que pela oralidade se dá pela narrativa, e na escrita com a teoria, numa fundamentação sistemática, neste polo, fundado nas mídias, o saber se dá pela simulação, na operalização.

Todas estas colocações nos propõem a repensar nossa prática docente, servindo como estímulo para utilizarmos estas ferramentas, desafio e indagações de como usá-las. O conhecimento proporcionado pelas TICs se dá por meio da operalização destas informações, ao formatarmos e manipularmos tais informações formando conexões com outros dados.

A apropriação destas novas ferramentas significa ‘pluralidade de usos’ e também incorporação à própria dinâmica do agir cotidiano. Pressupõe uma mudança de cultura, a tal ponto de os indivíduos passarem a utilizar as novas tecnologias, de forma criativa e inovadora, para o desempenho melhorado de funções outrora executadas tradicionalmente. (SILVA, 2012, p. 9).

Ao discutirmos sobre princípios para a escola no mundo de hoje e em novos paradigmas educacionais, tencionamos refletir sobre os resultados de pesquisas atuais que transitam na sala de aula e investigam sobre as TICs e o ensino e aprendizagem. Pois, as técnicas produzidas pelas novas tecnologias resultam em um intercruzamento de interpretações e requerem a condução para novos caminhos, tendo como guia a subjetividade, em atos dos grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela. (LÉVY, 1999).

Se hoje, não conseguimos mais não nos informar sem ler algo da internet, ou fazer um trabalho acadêmico sem utilizar programas de formatação de texto e um computador, significa que nossas técnicas de escrita, leitura e comunicação estão condicionadas a estes instrumentos inseridos em nossas vidas. E, eles conduzem-nos a ver o mundo sobre outras e novas formas: saber de outras partes do mundo, conhecer a ortografia de outras palavras, ler, ouvir e comentar sobre algum acontecimento ou alguma informação, além de possibilitar aprendizagens diferenciadas das pautadas em livros didáticos.

Pluralidade De Usos Sobre O Digital: Pesquisas E Resultados

Marcos Silva (2012) apontou duas possibilidades na utilização das NTICs no ensino da educação básica: como fonte de pesquisa para o preparo das aulas na obtenção de materiais; e, utilizando-as como “ferramentas instrucionais”, explorando-as como recursos para a pesquisa e formatação de trabalhos para seus alunos, a partir de um roteiro pré-elaborado, com o itinerário da navegação na internet.

Em vista destas possibilidades no uso das TICs como ferramentas instrucionais, ou seja, estas sendo usadas efetivamente na sala de aula de história, a partir de um tema ou um recurso presente na internet: movimentos juvenis e um *blog*. Sendo as pesquisas de Resende (2013) e Timóteo (2012).

Timóteo defendeu sua dissertação na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), intitula-se *Caderno virtual: a potencialidade das TICE no ensino de história*, em 2012. A

abreviatura TICE indicou a abordagem sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas a Educação, no estudo de caso, o pesquisador utilizou o *blog*, como ferramenta tecnológica, como foco no estudo. Assinalou que tal empreendimento seria uma estratégia pedagógica de aproximação entre professores e alunos.

Para desenvolver sua pesquisa, Timóteo (2012) acompanhou uma turma do 9º ano, observando as aulas em que foram usadas para a publicação e organização do *blog* e as convencionais. Também, utilizou questionários e entrevistas para consolidar sua análise. Assim, a partir de sua análise, este pesquisador analisou a potencialidade de um *blog* para ensinar história, e constatou que este possibilitou um maior diálogo entre a turma e o professor. Funcionou, também, para publicar trabalhos, rememorar conteúdos trabalhados e, por meio dos comentários e postagens, foi possível perceber as operações cognitivas da turma.

Além disso, refletiu sobre o papel do professor que em vários momentos interferiu a fim de orientar e guiar a discussão e os comentários para os temas relacionados com o conteúdo, e não em divagações entre os colegas. Assim, o ambiente virtual complementou a sala de aula, não substituiu o professor e tornou a aula, o conteúdo, e o convívio entre os colegas, mais agradável. (TIMÓTEO, 2012).

Outra pesquisa que dialogou com o meio virtual é *O pensamento histórico em redes hipertextuais*, um trabalho de doutorado, de Murilo J de Resende, do ano 2013, da USP. A pesquisa de Resende (2013) teve como foco o tratamento que os alunos ofereceram para as informações colocadas na rede virtual. Investigou, com isso, as operações cognitivas do pensamento histórico dos alunos ao fazer uma pesquisa histórica na *web*, como selecionaram o conteúdo na *web*, buscaram, realizaram a leitura, e a articulação da narrativa histórica, e o resultado destas navegações nas apresentações de *slides*.

A pesquisa histórica realizada pelos alunos teve como tema os movimentos juvenis na contemporaneidade, e como resultado os estudantes, por meio de um *software* específico, apresentaram vídeos e *slides* para responderem a pesquisa. E, Resende (2013) concluiu que os estudantes tiveram um olhar aguçado e com empatia frente este mundo de informações, selecionando-as a partir de um acontecimento, cronologia ou mudanças e continuidades. Ampliando a visão de mundo dos estudantes no reconhecimento de informações na rede.

A ação de cliques em *links*, a velocidade na leitura (*scanning*) e a coleta de sentenças, para Resende (2013), pode desenvolver o pensamento histórico dos alunos nos sentidos de: compreender e visualizar arquivos virtuais; de conhecerem eventos do passado, e formular um julgamento moral do passado; conceituar o que é história; ter contato com a linguagem, explicação e perspectiva histórica; estabelecer conexões entre passado e presente.

Assim, o computador se tornou um “[...] instrumento que facilita e enriquece a veiculação das informações transmitidas, ao unir som às imagens estáticas ou animadas, levando o aluno para um ambiente virtual [...] como se estivesse fazendo parte do cenário trabalhado.” (FERREIRA, 1999, p.149). Motivando o aluno a construir seu conhecimento, possibilitando uma autodisciplina para selecionar e formar uma opinião e o seu conhecimento.

Considerações Finais

Integrar-se a uma realidade na qual o mundo virtual e os *smatphones*, *tablets* e computadores dominam o tempo de jovens e adultos, requer pensar em utilizar estas ferramentas para estimular os estudantes para as aulas e seus estudos. Muitas vezes a relação entre escola e TICs tem sido contraditória: ora uma repulsa destes equipamentos e recursos ora utilizadas para substituir o professor ou para tornar as aulas mais motivadoras aos alunos. Não tratando estas inovações com profundidade e entrelaçadas na aprendizagem e no ensino. (BITTECOURT, 2004). Como pudemos ver este entrelaçamento e desenvolvimento com as pesquisas de Resende (2013) e de Timóteo (2012).

Por tudo isso, diversos caminhos, podem ser seguidos para repensar os temas das aulas de história, para se planejar os métodos e os recursos empregados, mas tantas novidades por si só não garantem o desenvolvimento da inteligência. (OLIVEIRA; STAMATTO, 2007). Por meio de um planejamento e exploração das linguagens destes recursos digitais tecnológicos, a aprendizagem crítica, a significância da aprendizagem histórica, da empatia, da competência narrativa e na elaboração do pensamento histórico e científico, pode ser favorecida e desenvolvida.

Referências Bibliográficas :

AZEVEDO, G. C; SERIACOPI, R. **Projeto Teláris: História**. São Paulo: Ática, 2012.

BITTENCOURT, Circe. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Carlos A. L. Ensino de História e a incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação: uma reflexão. **Revista de História Regional**, v.4, n.2, inverno 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, São Cristovão, n.02, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/2127>>. Acesso em: 14 jul.2016.

OLIVEIRA, Margarida; STAMATTO, Maria. **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

PASSARELLI, Brasilina. **Interfaces digitais na educação**. São Paulo: Escola do Futuro da USP, 2007.

RESENDE, Murilo J. de. **O pensamento histórico em redes hipertextuais**. 2013. 187 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Marcos. **Ensino de História e novas tecnologias**. 2012. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf>. Acesso em: 01 nov.2015.

TIMÓTEO, Herbert de O. **Caderno virtual: a potencialidade das TICE no ensino e aprendizagem de história**. 2012. 206 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ENTRE MIO-MIOS E EMBIRAS: HOMENS E ANIMAIS NO CAMINHO DAS TROPAS

ISSN: 2595-1645

Tayná Gruber*

Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho

Resumo: Esta pesquisa tem por intento compreender como os sujeitos que atuaram como tropeiros entre as décadas de 1890 a 1930, interagiram com os fatores bióticos e abióticos da Mata Atlântica característica dos campos de Ponta Grossa (PR). As fontes utilizadas são entrevistas com tropeiros do período e o diário de viagem de Reinaldo M. Silveira Loureiro (1891). O estudo desse material frisa as seguintes questões: a análise da relação desses sujeitos com suas tropas, em especial com os muars e a égua madrinha; traçar as possíveis relevâncias do relevo para o tropeirismo e, mais especificamente, para o tropeiro; analisar a forma como estes descrevem a vegetação e relação que engendram com as mesmas além das suas narrativas sobre os eventos naturais. Como base teórica, este trabalho dialoga com pensadores da história ambiental.

Palavras-Chave: Tropeiros. Ponta Grossa. História Ambiental.

Na historiografia, a interação entre seres humanos e natureza passou a ser discutida com mais propriedade na década de 1970, juntamente com as conferências sobre as crises globais e com os movimentos ambientalistas, instituindo o campo de pesquisa em história ambiental. Mas é fato que o debate já persuadia estudiosos e pessoas comuns há muito mais tempo.

Por isso, o que nos levou ao presente trabalho foi o questionamento sobre de que forma se relacionavam os tropeiros, sujeitos históricos tão recorrentes na historiografia local, cercados de mitos e recriados constantemente pela cultura popular, com a natureza biofísica que encontravam ao seu redor.

A fim de traçar alguns esboços sobre essas relações, buscamos fontes que trouxessem uma versão dos próprios tropeiros sobre o ambiente natural e definimos a região dos campos de Ponta Grossa como recorte espacial para a pesquisa.¹⁶⁶ As fontes são entrevistas e uma descrição de viagem. Devido ao distanciamento temporal, as entrevistas foram realizadas por outros pesquisadores e, portanto, as informações pertinentes a este trabalho tiveram que ser recolhidas por meio de análises pautadas numa sensibilidade que tentamos estabelecer na leitura desse material.

* Mestranda em História, UEPG

¹⁶⁶ Ressaltamos que este artigo é parte dos resultados da monografia do trabalho de conclusão de curso da autora, defendido na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2016, no curso de Licenciatura em História.

Antes de irmos para análise de fato, convém apresentar os personagens que discorrerão em suas entrevistas sobre os temas. O primeiro depoimento analisado é o do Sr. Hugo Ferreira de Mesquita, entrevistado por Clóvis Pradel Pinheiro¹⁶⁷, sem data da entrevista e disponível no livro *Tropeiros de Mula*, de Pedro Arí Veríssimo da Fonseca, publicado em 1986. A entrevista se deu em uma roda de chimarrão na fazenda do Sr. Vitor Lacourt. Este, por sua vez, contava 90 anos de idade no momento em que a entrevista foi feita e exerceu a função de tropeiro de 1908 até 1930, levando bois e mulas do Rio Grande do Sul para Curitiba. Desta mesma obra, analisaremos também o depoimento do Sr. Dorval da Silva, conhecido como Seu Dadá, que exerceu a função de tropeiro de 1920 a 1945.

Da obra *Tropeirismo um modo de vida*, da Secretária do Estado da Cultura do Paraná selecionamos as falas do Sr. João Cândido Antunes Chaves, conhecido como ‘João Casgueiro’, entrevistado por Marcello Polinari,¹⁶⁸ em abril de 1986. Sr. João nasceu em 1920, filho de agricultores e de pai tropeiro, realizou algumas viagens até a região de Ponta Grossa, mas grande parte da sua vida passou como capataz de fazendas. A segunda fala é a do Sr. Generoso Soares Leal, nascido em 1901, que trabalhou desde a infância com alguns animais de carga que a família possuía. Foi entrevistado em 05 de junho de 1966.

Da obra de Jaelson Bitran Trindade,¹⁶⁹ analisaremos as narrativas do Sr. Darcy Coelho, que fez viagens com tropas no período de 1910 a 1920 e as do Sr. Bonifácio Correia da Costa, conhecido como “Nhô Nhô Correia”, nascido em 1905, que começou a exercer a função de tropeiro em 1918 e seguiu até 1920 apenas.

O último personagem analisado é o Sr. Reinaldo Silveira, através de um pequeno roteiro de viagem denominado *Roteiro de viagem de Ponta Grossa à Cruz Alta* escrito por ele mesmo. A viagem teve como data de início em 28 de julho de 1891 e de regresso a Ponta Grossa em 19 de novembro de 1891. Não há referências sobre a origem de Reinaldo Silveira, como entrou para o tropeirismo ou como terminou sua carreira. O roteiro foi publicado no prefácio da obra de Ribas Silveira, filho de Reinaldo Silveira, na obra *Odisseia do Tropeirismo*, em 1966.

¹⁶⁷ Tradicionalista e poeta porto-alegrense. Dedicou grande parte de sua vida à pesquisas ligadas a cultura sulista. Nasceu em 05/08/1927 e faleceu em maio de 1993. Fonte: BAMBRILLA, Miguel. 25 de março de 2014. Disponível em: www.sabecaxias.com.br/?p=7988. Data de acesso: 04/09/2016.

¹⁶⁸ Mestre em história pela Universidade Federal do Paraná (1991), Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (1999) e membro da Secretária de Estado da Cultura do Paraná. Fonte: PLATAFORMA LATTES, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784212U4>. Data de acesso: 01/09/2016

¹⁶⁹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). Fonte: PLATAFORMA LATTES, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4794688H5>. Data de acesso: 04/09/2016.

A relação entre humanos e animais não humanos nos caminhos das tropas:

A primeira relação que buscamos avaliar nas fontes foi a dos tropeiros com os animais. É ressaltado nas entrevistas e descrições a importância dada aos burros e mulas pelos tropeiros. O que não poderia ser diferente visto que era a partir destes que esses homens obtinham sua fonte de renda e eram eles as suas companhias em viagens que duravam meses.

Para compreendermos essa relação dos tropeiros com os animais, em especial com muaras e a égua madrinha, é necessário analisarmos a conjuntura histórica que esses laços se perpetuam. Para isso voltaremos ao que escreve Keith Thomas na sua obra ‘O Homem e o Mundo Natural’. Segundo o autor, teólogos e filósofos do início da era moderna tendiam a assumir uma visão antropocêntrica da natureza porém, o nascimento da história natural colaborou para mudar essa visão centrada apenas no homem, tanto no meio considerado culto quanto no meio popular¹⁷⁰. Para Thomas,

A crença cada vez maior na evolução social da espécie humana estimulou pois, a ideia de que os homens apenas eram animais que tinham conseguido se aprimorar. Desse modo assestava-se um sério golpe na doutrina da singularidade humana.¹⁷¹

Porém a dualidade da relação homem e animal continuará, pois se por um lado estes são próximos fisiologicamente, o aprimoramento dos humanos servirá como justificativa para a dominação pois, “de várias maneiras os animais domésticos eram considerados comparsas da comunidade humana, unidos por interesse mútuo a seus proprietários, que dependiam de sua fecundidade e bem estar.”¹⁷²

As fontes em vários momentos nos indicam uma dualidade entre interesse humano sobre os animais e aproximações sentimentais. Um exemplo é a fala do Sr. Darcy Coelho:

A mula não se doma, na verdade nem se amansa, acostuma. Agora tinha sempre uma que não era vendida. O pessoal se deu bem com ela na viagem, gostou mais, acostumou melhor (e ela ao cavaleiro); então essa não era vendida, ia ficando, fazendo várias viagens e, quando já estava mais velha

¹⁷⁰ THOMAS, Keith; **O Homem e o mundo natural**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 111

¹⁷¹ Ibidem, p. 158

¹⁷² THOMAS, op cit., p. 117

era vendida pondo-se uma nova no lugar. Essas mulas ficavam práticas no caminho¹⁷³

Sobre essa questão de predileção de um determinado animal, e essa visão acima da questão de valores comerciais na relação entre tropeiro e tropa, Goulart contribui dizendo:

Nas tropas, todos os animais são batizados, tem seus nomes. Nos momentos de carregar, ou descarregar; nos perigos dos terríveis roladores e precipícios, onde se cai um cargueiro dele nada mais se aproveita, o camarada chama o animal pelo nome, acalmando-o, estimulando-o quando necessário, Conhece-lhes as baldas, as nicas, as manhas e as qualidades.¹⁷⁴

Ou seja, a relação do tropeiro com o animal não era aquela que se tem com um objeto inanimado de comércio, é uma relação muito mais próxima e complexa. Circundada por todo esse aparato cultural que por um lado dizia que homens eram tão animais quanto os muares e, por outro, os colocava em um patamar acima dos demais, seja por sua predileção divina, ao ser considerado o único feito a ‘imagem e semelhança de Deus’,¹⁷⁵ ou por sua racionalidade considerada mais avançada e apurada.

Aqui vale rememorarmos o contexto do século XIX e início do XX no Paraná, quando os discursos políticos se voltavam para *o progresso* e a relação do tropeiro com os cavalos e mulas não se encaixavam nos padrões que esta nova ideologia tentava estabelecer.

A ideia era cada vez mais modernizar o meio agropecuário tal qual disciplinar os corpos, principalmente através do que o autor Magnus Roberto de Melo Pereira chama de *compêndios de civilidade*,¹⁷⁶ que eram os códigos de posturas de cada cidade. Elaborados pela Câmara Municipal, os códigos visavam atribuir de que forma cada cidadão deveria se portar nos espaços urbanos e rurais do município, sendo punido em caso de descumprimento das regras.

Neste sentido o tropeiro era um alvo, visto como portador dos piores vícios, tais quais jogatinas, mulheres, bebedeiras e aproximação excessiva com os animais, sendo

¹⁷³ COELHO, Darcy; In: TRINDADE, Jaelson Bitran; **Tropeiros**. Editora Ação Publicações e Comunicações LTDA. São Paulo, 1992.

¹⁷⁴ GOULART, José Alípio; **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, p.138.

¹⁷⁵ BÍBLIA. Português. *A Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Gênesis 1:26.

¹⁷⁶ PEREIRA, Magnus R. de Melo; **Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados: Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense (1829 -1889)**. Dissertação de mestrado, SCHLA/UFPR. 1990

considerados devido a este último aspecto até como *centauros*.¹⁷⁷ A forma encontrada para tentar disciplinar estes sujeitos foi a proibição de diversas práticas dentro do centro urbano, tais como cavalgar, prender os animais em frentes as casas comerciais e residências, demorar-se com eles em vias públicas, etc. Em suma, as relações travadas com os animais não eram complexas apenas pela distinção biológica, mas também pelo que se esperava do tropeiro no período como cidadão.

A forma de domar esses animais também apresentam importantes vestígios sobre o tipo de relação que se tinha entre tropa e tropeiros. Segue uma descrição dada pelo Sr. João Cândido Antunes Chaves sobre um processo de doma de uma mula:

Mula que não quer deixar a gente montar, a gente torce o ouvido dela, morde a oreia dela; o bicho chega a fazer bobagem, chega a se urinar toda, pra deixar a gente montar. Teve dias que tive que dar uma mordida na oreia da mula de sair pelo nos dente. Mas, tenho saudade, porque isso tudo acabou. Aqui em Ponta Grossa foi lugar divertido, era tropa chegando, tropa saindo. Hoje nós não vemos mais isso né?¹⁷⁸

Na atualidade tal forma de doma podem nos soar cruel, mas “os escrúpulos quanto ao tratamento de outras espécies eram afastados pela convicção de que havia uma diferença fundamental, entre a humanidade e outras formas de vida”¹⁷⁹ e, além disso, demonstra uma intimidade entre domador e domado. O tom saudosista do relato deixa transparecer o afeto que direciona-se não apenas à lida com o animal mas também a forma de vida rural.

Outra forma de doma dos animais para facilitar a organização das viagens era através da égua madrinha. Essa égua era, segundo Goulart:

Um dos elementos mais importante da tropa. Chegava ao ponto de ser quase humana, tamanho o senso de responsabilidade que adquiria, instintivamente com o passar do tempo. De tal forma se acostumava com a vida e os afazeres da tropa, no decorrer das viagens pelos caminhos de sempre que chegava, inclusive, a exercer certa autoridade sobre os outros animais; uma autoridade advinda com o tempo, com a memorização das estradas. Sabia obrigar os

¹⁷⁷ Ser mitológico com rosto, torso e braços de homem, garupa e pernas de cavalo.

¹⁷⁸ CHAVES, João C. A.; In: PARANÁ, PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura; Coordenadoria do Patrimônio Cultural; **Tropeirismo um modo de vida**. Fazenda Capão Alto. Curitiba: SEEC, 1985. (Cadernos do Patrimônio: Série Estudos), p, 46.

¹⁷⁹ THOMAS, op. cit., p. 37.

animais a segui-la; e quando preciso argumentava energicamente a dentadas, patadas e coices.¹⁸⁰

Essa visão de Goulart, da égua madrinha como quase humana e como uma líder dos muares, é ratificado pelo depoimento do Sr. Hugo Ferreira de Mesquita quando diz que: “O cavalo é fácil de se tropear, mas a mula é mais fácil ainda; depois de amadrinhar ela segue a madrinha.”¹⁸¹

A égua madrinha era, em síntese, o animal que puxava toda a tropa. Geralmente não carregava nenhum material e seguia enfeitada por cincerros (espécies de pequenos sinos) no pescoço com o intuito deste era chamar a atenção dos demais animais. Porém, o que se ressalta aqui é a hierarquização desses animais e esse patamar elevado, chamado de ‘quase humano’ por Goulart, que essa égua ocupava e, essas comparações de relações maternais assegurada por Fonseca.

Thomas nos traz a esse respeito que “havia uma hierarquização social entre os animais, tal como entre os homens, uma reforçando a outra”.¹⁸² O que de fato se demonstra aqui. Dentro da estrutura da tropa havia em geral, as seguintes funções: o tropeiro responsável pela viagem, o cozinheiro, o arribador ¹⁸³ e o madrinheiro ¹⁸⁴ e dentre esses havia uma hierarquização. O tropeiro responsável pela viagem era quem fechava os negócios, tinha acesso ao dinheiro e entendia muito dos caminhos. Tal definição nos permite aproximá-lo ao patamar de poder que a égua madrinha ocupava diante dos muares. Esse tropeiro também desfrutava de privilégios diante dos demais, recebendo uma comissão maior nas vendas. Em contraponto a esse sujeito temos o madrinheiro, que eram com frequência jovens e crianças, que estavam iniciando na profissão.

É válido salientar que, apesar de toda essa aproximação, há uma linha tênue que divide os demais animais dos humanos que seria a dualidade de interesses discutida anteriormente. Ou seja, mesmo a égua madrinha, descrita como ‘quase humana’ ainda é parte de um comércio, e sobre isso a fala do Sr. Darcy Coelho é significativa: “Quando vendia-se

¹⁸⁰ GOULART, op. cit., p. 91.

¹⁸¹ MESQUITA, Hugo F.; In: FONSECA, Pedro A. V. **Tropeiros de mula**. Diário da Manhã RS, 1986, p. 116.

¹⁸² THOMAS, op. cit., p. 72.

¹⁸³ Tropeiro cuja função é buscar animais desgarrados da tropa em marcha.

¹⁸⁴ Tropeiro responsável pela égua madrinha.

toda a tropa, ia junto a égua madrinha. A égua era dada. Acompanha o negócio. Aquela era brinde”.¹⁸⁵

De forma geral, com a análise deixou transparecer que a linha divisória sobre o que era pertencente ao mundo dos animais não humanos e o que era pertencente ao mundo dos homens fora constantemente cruzada e recruzada, e que de fato a relação dos tropeiros com o muar ou mesmo com a égua madrinha tinha como fronteira as concepções socioculturais vigentes naquele meio e naquele tempo.

Tropeiros E O Seu Mundo Biofísico: Para além do contato diário com os muares, nota-se uma relação de dependência do tropeiro com o conhecimento dos biomas, sem essa premissa todo o seu trabalho e, por consequência a manutenção de sua vida material, estaria posta em risco.

No que diz respeito ao relevo, os tropeiros davam preferência aos gramados próximo aos rios para acampar pois estes se transformavam em espécies de cercas para os animais. Nas fontes isso aparece em diversos relatos, principalmente no relatório de viagem do Sr. Reinaldo Silveira, onde com frequência se lê que pousou a poucas léguas dos rios. Um exemplo é a seguinte passagem em que descreve: “Segui viagem no dia 29, fui uma légua e meia próximo ao rio Ivaí, no lugar denominado Monjolinhos, onde falhei o dia 31 por causa de muita chuva”.¹⁸⁶

Além disso, o relevo se envolve no movimento dos tropeiros porque a escolha dos locais de passagem estavam diretamente ligados as atribuições geológicas da região. Quanto mais fácil fosse de se transitar em um determinado relevo, o risco de se perder um animal na viagem era menor.

Ponta Grossa, por sua vez, está localizada no Segundo Planalto paranaense que é caracterizado por um relevo do tipo *cuesta*¹⁸⁷, distribuído no reverso da Escarpa Devoniana. Esta escarpa tem sua formação originada por longos processos de erosão diferencial, nelas são presentes encostas abruptas e verticalizadas apresentando desníveis que chegam a centenas de metros.

¹⁸⁵ COELHO, Darcy; In: TRINDADE, op. cit., p, 137.

¹⁸⁶ SILVEIRA, Reinaldo; In: SILVEIRA, Ribas; Odisséia do tropeirismo. Irmãos Martins, Irati - PR, 1966, p,03.

¹⁸⁷ Forma de relevo dissimétrico constituída por uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave de um lado e um corte abrupto de outro. (Fonte: Cuesta Adventure. Disponível em: <<http://www.cuestaadventure.com.br/news/80-cuesta.html>> .

Nos caminhos usuais das tropas, os mesmos geralmente evitavam a descida para o Primeiro Planalto, contornando a escarpa mas, segundo Liccardo e Pinto,¹⁸⁸ em alguns pontos no Paraná, o percurso do tropeirismo envolve também os terrenos deste, como em Balsa Nova e Campo Largo.

Em ambos os casos, o terreno representava riscos e Ponta Grossa se apresentava então, de acordo com Trindade, “como principal núcleo de tropeiros e centro paranaense de negócios de animais”,¹⁸⁹ além de pouso para a chamada internada, que seria o momento de engorda e descanso dos animais, antes de enfrentar tais complexos trajetos até a Feira de Itapetininga –SP.

Consideramos relevante analisar também a relação com a vegetação, pois os relatos demonstram uma série de conhecimento práticos por parte dos tropeiros, sobre a utilidade de diversas plantas, dentre elas as que dão nome a esse trabalho: o Mio-Mio e a Embira, plantas típicas da Mata Atlântica e facilmente encontradas nos campos de Ponta Grossa, porém venenosas aos animais, como descreve o Sr. João Cândido Antunes Chaves:

Aqui nesses campos existe uma série de ervas, uma vegetação chamada mio-mio e a embira. Às vezes o animal durante a viagem sente fome, ele vai passando e catando tudo o que tem na beira da estrada. Numa dessas ele cata uma dessas ervas, estufa e morre.¹⁹⁰

Quando comparamos esse depoimento com um laudo do Laboratório de Patologia Veterinária da Universidade Federal de Santa Maria (RS), fica nítido como mesmo que de forma simplificada já circulava no meio dos tropeiros um conhecimento verossímil de botânica. Segundo o laudo:

A intoxicação por mio-mio é uma doença aguda. Os sinais iniciam 5-30 horas após a ingestão da planta e as mortes ocorrem 3-23 horas após o início dos sinais clínicos. Os sinais clínicos consistem de anorexia, timpanismo discreto ou moderado, instabilidade dos membros pélvicos, tremores musculares, focinho seco, corrimento ocular seroso, fezes secas ou diarreia, salivagem excessiva, sede, respiração rápida e trabalhosa, taquicardia e inquietude. Os achados de necropsia são principalmente associados ao trato

¹⁸⁸ LICCARDO, Antônio ; PINTO, Maria L. C.. **Patrimônio Geomorfológico do Paraná** – A paisagem ao longo da rota dos tropeiros. In: Espaço & Geografia, Vol.16, No 2. 2013.

¹⁸⁹ TRINDADE, op. cit., p. 134.

¹⁹⁰ CHAVES, In: TRINDADE, op. cit., p. 46

gastrointestinal e consistem de graus variáveis de avermelhamento, edema e erosões da mucosa dos pré-estômagos. A mucosa do abomaso e intestinos pode estar hiperêmica e com petéquias. O conteúdo do rúmen e do intestino é frequentemente líquido. As lesões microscópicas consistem de alterações necróticas no revestimento epitelial dos pré-estômagos (principalmente rúmen e retículo) e necrose do tecido linfóide.¹⁹¹

As características do Mio-Mio, que tem por nome científico *Braccharis coridifolia*, são um subarbusto ramificado com até 80cm de altura; suas folhas têm até 3 cm de comprimento, não possuem nervuras e suas margens formam pequenos dentes; a flor é pequena e de cor laranja, aparecendo no verão, juntamente com os frutos¹⁹².



FIGURA 1: Mio-Mio.

FONTE: Laboratório de Patologia Veterinária da Universidade Federal de Santa Maria (RS). Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/lpv/casos/caso2/caso2.html>>

A Embira, *Daphnopsis fasciculata*, é um arbusto ou árvore que pode atingir até 9 m de altura, de tronco reto, casca fissurada, copa globosa com flores creme, amarelas ou brancas polinizadas por abelhas. Como espécie endêmica, ocorre no Cerrado e frequentemente em floresta ombrófila de Mata Atlântica¹⁹³. Para os tropeiros ela era mais perigosa quando ainda em crescimento, onde possuía estatura mais baixa e poderia ter suas folhas consumidas pelos animais.

¹⁹¹ LPV, UFSM (2006). Intoxicação por *Baccharis Cordifolia* em Bovinos. P, 4. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/lpv/casos/caso2/caso2.html>>. Acessado no dia 17/11/2015 às 14:05.

¹⁹² Fonte: PERES, Milena.

Disponível em: <<http://www.gege.agrarias.ufpr.br/portal/plantas/bracchariscor.htm>>. Data de acesso: 17/11/2015 às 14:11

¹⁹³ Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto Flora Digital, s/d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/index.php?pag=buscar_mini.php&especie=458>. Data de acesso: 04/02/2016.



FIGURA 2: Embira Em Estágio Inicial De Crescimento.

FONTE: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto Flora Digital.

O tropeiro deveria ser hábil para reconhecer tais plantas, porém sabemos que essa habilidade não lhe era inata e sim adquirida no processo histórico e cultural em que esses sujeitos estavam inseridos. Segundo Keith Thomas,¹⁹⁴ a botânica surgiu como uma tentativa de identificar os usos e virtudes das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. No tropeirismo conseguimos notar o quanto as circunstâncias do difícil acesso a um veterinário ou mesmo a um médico criaram o panorama onde saber a utilidade de uma planta era essencial e com frequência passado através do conhecimento popular. Tanto o Mio-Mio quanto a Embira são plantas facilmente encontradas na vegetação de campos limpos da região de Ponta Grossa e nas matas de araucárias do entorno.

Sabemos pela historiografia que essa utilização da vegetação estava relacionada aos conhecimentos usuais da botânica que circulavam de forma mais empírica no meio tropeiro, e que outro fator que colaborava para apurar essa percepção para com o ambiente se pautava na falta de estrutura para levar esses animais a veterinários.

O tropeirismo foi um movimento ligado ao ambiente desde sua origem com a busca do ouro, e os sujeitos que atuaram nesta profissão foram influenciados pelo pensamento sobre o mundo natural vigente no período, se relacionando com a natureza de diversas formas, geralmente ambíguas. Com os muares mantinham uma relação íntima e com tons de humanização desses animais, porém pautados nas dinâmicas do comércio, que em nenhum momento se mostrou excluída ou esquecida do processo.

¹⁹⁴ THOMAS, op. cit., p, 33.

A relação com o relevo se deu de forma passiva e ativa subsequentemente. A consideramos como passiva porque o relevo já existia no momento em que o movimento tropeiro começa a ocorrer e como ativa também já que, dentro deste contexto o homem deveria usar sua racionalidade para enfrentar este tipo de desafio, escolhendo suas rotas e o momento certo de atravessa-las.

No que diz respeito a vegetação, observamos a utilização de diversas ervas como medicamentos para os animais, simbolizando um conhecimento empírico e histórico sobre a utilização da botânica para aproveitamento dos homens.

Por fim, podemos considerar que lançar um olhar mais abrangente sobre o tropeirismo é revisar uma historiografia tradicional, rever sujeitos históricos e responder às novas questões do presente, que tem cada vez mais voltado seu olhar para o meio ambiente.

Referências bibliográficas:

- BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- FONSECA, Pedro A. V. **Tropeiros de mula**. Diário da Manhã RS, 1986.
- GOULART, José Alípio; **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- LICCARDO, Antônio ; PINTO, Maria L. C.. **Patrimônio Geomorfológico do Paraná – A paisagem ao longo da rota dos tropeiros**. In: Espaço & Geografia, Vol.16, No 2. 2013.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura; Coordenadoria do Patrimônio Cultural; **Tropeirismo um modo de vida**. Fazenda Capão Alto. Curitiba: SEEC, 1985. (Cadernos do Patrimônio: Série Estudos).
- PEREIRA, Magnus R. de Melo; **Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados: Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense (1829 -1889)**. Dissertação de mestrado, SCHLA/UFPR. 1990.
- SILVEIRA, Ribas; **Odisséia do tropeirismo**. Irmãos Martins, Irati - PR, 1966.
- THOMAS, Keith; **O Homem e o mundo natural**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- TRINDADE, Jaelson Bitran; **Tropeiros**. Editora Ação Publicações e Comunicações LTDA. São Paulo, 1992.

ESQUECIMENTO, INTERNET E MEMÓRIA: ANÁLISE JURÍDICO-HISTORIOGRÁFICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO.

ISSN: 2595-1645

Nathalia Caroline Teixeira Rocha *

Resumo: O objetivo deste estudo é, após conceituação, observar os aspectos jurídicos do direito ao esquecimento, que compreendem a lei - constitucional e infraconstitucional - e a jurisprudência estrangeira e nacional, realizando as devidas comparações. São analisados, também, os casos que mais repercutiram, como os alemães Lebach I e II, a chacina da Candelária, o caso da Aída Curi e o caso de Mario Costeja González contra o Google. A partir daí, explora-se o conceito histórico de memória como fonte histórica, sem a qual a história de uma sociedade não se constitui, ponderando até que ponto o direito ao esquecimento pode ser aplicado sem o comprometimento da memória coletiva. Aborda-se que devem haver critérios para aplicação equilibrada do direito ao esquecimento, devendo prevalecer, em regra, a liberdade de expressão e de acesso à informação, de modo a restarem resguardadas as memórias que são potencialmente fontes históricas, na medida em que os acontecimentos de interesse público não sofrem repreensões e censuras, podendo assim, serem utilizados como documento, ou seja, fonte histórica material, capaz de robustecer a memória como objeto da História.

Palavras-chave: direito ao esquecimento; Internet; Memória.

O direito ao esquecimento enuncia uma demanda já pleiteada, que, no entanto, adquiriu ainda mais evidência e novas facetas com a *internet*. Objetiva-se analisar o embate entre diversos direitos fundamentais proporcionados pelo tema, a partir do texto legal e da jurisprudência nacional e estrangeira. De um lado, estão presentes os direitos ao acesso à informação, às liberdades comunicativas e à história. De outro, os direitos da pessoa, como a privacidade, a dignidade, a honra e a intimidade. Observa-se como a cultura brasileira lida com o tópico, através de recortes literários (Érico Veríssimo, Guimarães Rosa, Paulo Leminski). Faz-se, também, uma análise histórica do direito ao esquecimento, refletindo sobre

* Direito, Universidade Estadual de Londrina.

o conceito e a importância da Memória como fonte para a construção da História de uma sociedade.

O Direito ao esquecimento é um direito constitucional que se enquadra nos direitos humanos fundamentais de quinta geração, ao lado do direito de não ser esquecido e do direito à felicidade, que advêm do princípio da dignidade humana e do direito à paz, a partir da teoria estudada por Paulo Bonavides, um dos principais constitucionalistas que se voltaram ao Direito a partir de um olhar histórico. (BONAVIDES, 2008). Os direitos fundamentais de quinta geração se constroem sobre a paz, assim como os de primeira se constroem sobre a liberdade, os de segunda sobre a igualdade, os da terceira sobre a fraternidade e os da quarta sobre a democracia.¹⁹⁵ Os autores das ações de direito ao esquecimento buscam um direito de não ser lembrado contra sua vontade, especificamente no tocante a fatos desabonadores, de natureza criminal.

Direito Comparado: No âmbito jurídico, inicia-se o debate voltando olhares ao Direito Comparado. Pode-se afirmar que o direito ao esquecimento se principiou com o caso de Marlene Dietrich, na França (1960), para, na década de 1970, na Alemanha, com os casos *Lebach I e II*, obter repercussão global. Percebe-se que as decisões estrangeiras que permeiam o tema são dadas, não apenas sobre os argumentos e fundamentos apontados, mas sim, sob grande carga cultural presente nas respectivas sociedades, ou seja, as decisões privilegiam um ou outro direito, principalmente por aquilo que é culturalmente determinado.

Os EUA, por exemplo, são propícios a antepor os direitos comunicativos aos direitos privados. Tanto o é que, em 1978, a Suprema Corte Americana não impediu uma marcha neonazista, repleta de cartazes com ofensas a negros e judeus, uniformes militares e suásticas, na comunidade judaica Skokie¹⁹⁶, de Illinois, alegando a proteção da *freedom of speech* (STRUM, 1999). Essa característica pode ser atribuída ao episódio da independência dos Estados Unidos da América, em 1776, na qual os colonos protestaram contra os britânicos com ainda mais vigor, após serem excessivamente taxados e reprimidos, mesmo diante das manifestações anteriores.

O contrário se dá nas maiores potências da Europa, as quais costumam priorizar os direitos da personalidade, em detrimento da liberdade de expressão. Principalmente no pós-

¹⁹⁵ Quem primeiro abordou e constituiu a teoria das gerações de direitos fundamentais foi o jurista tcheco, Karel Vasak, em 1979, estabelecendo as três primeiras gerações, baseadas nos princípios revolucionários franceses do século XVIII – direitos de Liberdade, direitos de Igualdade e direitos de Fraternidade. Norberto Bobbio, em "A Era dos Direitos" (1998), aperfeiçoou e imprimiu visibilidade à teoria.

¹⁹⁶ Indica-se o filme "Skokie" (1981), que retrata o evento.

guerra, os tratados tenderam a obrigar os países signatários a limitar a liberdade de expressão, especialmente no que diz respeito ao *hate speech*, ou seja, ao discurso de ódio. O 10º artigo da Convenção Europeia de Direitos do Homem, vigente a partir de 1953, declara:

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.
2. O exercício desta liberdade, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial. (BARRETO, 1999, p.21)

Desse modo, é compreensível a reprovação Estadunidense sobre as decisões Europeias. Cabe, agora, estudar a maneira que a sociedade e a legislação brasileiras lidam com o tema.

É visível que o Brasil tem influências predominantes da tradição europeia, tanto socialmente, quanto legalmente. A exemplo, os direitos à resposta e à indenização por dano moral estão constitucionalizados no Brasil, fato que é diminuto dentre as demais constituições pelo mundo.¹⁹⁷ O sistema textual e as decisões dos tribunais tendem a optar pelos direitos da personalidade, ou seja, preservando a privacidade, a intimidade, a dignidade humana e o direito à resposta.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130 (BRASIL, 2009) revisou a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como a Lei de Imprensa,

¹⁹⁷ Em pesquisa prévia, foram analisadas as principais Leis Fundamentais da Europa: Constituição Alemã (1949), a Constituição Francesa (1958), Constituição Inglesa, Constituição Italiana (1947), Constituição Espanhola (1978), Constituição Portuguesa (1976), bem como a Constituição dos Estados Unidos da América, de 1789.

promulgada durante o Regime Militar de 1964, que não foi recepcionada pela nova Constituição (1988), e abriu espaço para o direito à resposta ser exercido sem base infraconstitucional.¹⁹⁸ O direito à resposta se encontra positivado no inciso V, artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988: "V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem" (BRASL, 1988).

Já no caso das biografias não autorizadas, que ganhou grande repercussão no ano de 2015, o STF, por unanimidade dos votos, declarou inexigível o consentimento da pessoa biografada em obras literárias ou audiovisuais, sendo desnecessária, também, a autorização das pessoas apresentadas como coadjuvantes. Foi declarada igualmente inexigível, a autorização por parte dos familiares da pessoa biografada já falecida ou ausente. O voto da ministra relatora Cármen Lúcia ressalva que a decisão não viola os direitos à intimidade e à privacidade, devido às normas e às possibilidades de ação contra os responsáveis pelo abuso do direito à expressão.¹⁹⁹

A constituição brasileira, tal como a alemã, imprimiu garantias especiais aos direitos relativos à personalidade, consagrando a dignidade humana como o principal preceito postulado na ordem constitucional, determinando a inviolabilidade do direito à honra e à privacidade e substanciando o fato de que a liberdade de expressão deveria observar o que está exposto no próprio texto constitucional, conforme apontado pelo artigo 220, especialmente o inciso X, do art 5º:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;" (BRASIL, 1988)

¹⁹⁸ Processo da ADPF 130 completo, em sítio do Supremo Tribunal Federal (STF): <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=12837>

¹⁹⁹ Processo da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) n.4815 completo no sítio do STF, em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4271057>.

O art. 220 da Constituição brasileira revela um direito à liberdade assegurado de maneira limitada, apresentando reserva legal qualificada, ou seja a autorização de restrições específicas, para preservar direitos da personalidade: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição"(BRASIL, 1988). Diante desses parâmetros, parece improvável, no Brasil, a sustentação da liberdade de expressão, em detrimento da proteção individual.

No entanto, uma análise exclusiva da Constituição pode se mostrar muito insatisfatória, ao se tratar de tema tão abrangente, que versa sobre, além dos aspectos jurídicos, as questões morais e culturais. É comum, no ambiente acadêmico hodierno, observar docentes respondendo a objeções morais, feitas a medidas ou leis estatais, recorrendo à Constituição, de modo a parecer que esta encerra os juízos morais relativos à instância jurisdicional. Embora a maioria dos juristas condene o juspositivismo, muitos deles decaem em uma de suas formas.²⁰⁰

Costumam fundamentar-se sobre o relativismo cultural, onde as normas morais das ações são determinadas por aqueles juízos que preponderam em certa época e cultura. Cria-se, destarte, uma tensão entre a Constituição vigente e juízos preponderantes na sociedade, a qual é amenizada pela afirmação de que os dois se confundem, ou seja, emanam da própria constituição os juízos preponderantes. Porém, essa é uma assertiva falsa, uma vez que são muitos e óbvios os casos em que juízos morais preponderantes divergem daqueles que estão amparados pela Constituição – como a ideia da cobrança de impostos excessiva, legitimada pelo texto constitucional, mas desaprovada pela maioria da coletividade. Cabe, também, a discussão sobre a temporalidade da Constituição, uma vez que os anseios da sociedade atual podem ser discrepantes em relação às exigências sociais da época na qual foi promulgada. Estendendo, portanto, o argumento, a análise puramente legalista se faz insuficiente.

²⁰⁰ Remetendo ao juspositivismo europeu do século XIX, com os expoentes Hans Kelsen, autor da *Teoria Pura do Direito* (1934), e H. L. A. Hart, autor de *O Conceito de Direito* (1961). O juspositivismo enxerga os fenômenos jurídicos unicamente através das normas jurídicas positivadas, ou seja, escritas, reduzindo o Direito apenas ao direito posto, isto é, determinado pelas autoridades. Ao analisar questões morais ou até mesmo culturais, os juspositivistas se valem apenas das normas, como se essas possuísem força argumentativa suficiente por si próprias. Desse modo, o juspositivismo alegado seria a idealização da atuação empírica da Constituição de um país, de modo a concluir que, no texto constitucional, estão todas as respostas "corretas" e os anseios morais da sociedade.

Análise Dos Casos: 1 Caso Lebach I e II: O primeiro caso a ser analisado é o alemão, Lebach, o qual se assimila aos atuais julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O caso se trata de um latrocínio, que ficou conhecido como o "Assassinato de soldados de Lebach²⁰¹". Em 1969, quatro soldados guardavam um depósito de munições, na cidade de Lebach. Durante a noite, os quatro soldados que faziam a guarda foram assassinados de maneira brutal, restando um soldado gravemente ferido. Em 1970, os dois principais acusados foram condenados à prisão perpétua, enquanto um participante foi condenado a seis anos de reclusão. Quando tal participante estava prestes a conquistar liberdade condicional, foi editado, pela ZDF (*Zweites Deutsches Fernsehen*, Segundo Canal Alemão), um documentário a respeito do caso, que o reconstituía, referenciando a identidade dos envolvidos, com foto e nome, entre outros detalhes, inclusive do participante.

Diante disso, o participante formulou pedido de medida liminar perante instância ordinária, requerendo o impedimento da divulgação do programa, sob a alegação de que tivera seus direitos de personalidade e sua ressocialização prejudicados. A liminar foi indeferida pelo Tribunal Estadual de Mainz e pelo Tribunal Superior de Koblenz, por tratar-se de personalidade da história contemporânea a ser representada por documentário sem modificações do acontecido, o que culminou na propositura de recurso constitucional ao TCF, em 1973. A reclamação se fundamentou sobre a inviolabilidade da dignidade humana.

A Corte Constitucional se posicionou a favor do reclamante, presumindo que o programa ameaçaria sua reintegração social, já que mencionava o autor do delito no período iminente ao seu livramento condicional. Ainda, não foi considerado atual o interesse público, de modo que ele poderia ceder diante do direito à ressocialização, uma vez que privar ou interferir novamente nos direitos de personalidade do autor do crime caracterizaria a imposição de uma nova sanção a uma conduta já devidamente sancionada. Assim como entendido pelo sistema legal brasileiro, a liberdade de radiodifusão compreende tanto a seleção do conteúdo quanto a forma de exibição. No entanto, essa liberdade é limitada, na medida em que colide com outros bens jurídicos.

O que a Corte ressalta é, justamente, o fato de o documentário não ser pontual e imediato ao período dos acontecimentos que relata. Ou seja, diferentemente de um noticiário, o documentário visa resgatar os fatos já esquecidos pela memória coletiva da sociedade. Tal

²⁰¹ Povoado do oeste da República Federal da Alemanha

argumento ensejará a discussão sobre a memória. Ora, ao se limitar a produção de memória, não se limita a construção da história?²⁰²

Em 1996, o caso é retomado, após configuração de um novo documentário (Lebach II). Com a decisão anterior em mãos, um dos autores centrais do crime exigiu o impedimento do programa. No entanto, a empresa de televisão solicitou reclamação constitucional, obtendo sucesso perante a Corte, a qual certificou que os autores não haviam sido identificados no documentário.

Na sua argumentação, a Corte observou que o direito de personalidade estava protegido de atenção ilimitada dos meios de veiculação de informações, principalmente devido à temporalidade, mas não imune a qualquer representação pública indesejada, desde que seja relevante para a sociedade. Aqui, já se percebe uma evolução argumentativa, mas que a ainda é insatisfatória. Os interesses sociais não são dados a partir de uma massa homogênea. A sociedade possui diversos grupos e uma informação pode ser importante para a sociedade como um todo, mas também pode ter relevância apenas para um grupo e nenhuma para outro. Restam questionados os critérios para a determinação do que é ou não interesse público.

2 Chacina da Candelária: São dois os casos de destaque no Brasil, a "Chacina da Candelária" e o caso "Aída Curi".

Em uma noite de julho, de 1993, um grupo de policiais atirou, do interior de dois carros, contra vários sem-teto que dormiam em frente à Igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A morte de 10 vítimas foi registrada – 2 jovens, 7 adolescentes e uma criança. O caso gerou muita repercussão, pois se tornou um fato histórico, que expôs as feridas do país ao mundo, tornando-se símbolo da escassa proteção estatal oferecida aos direitos humanos da criança e do adolescente em situação de risco e foi documentado pelo programa "Linha Direta", da Rede Globo, 13 anos depois do fato. Em tal programa, um dos réus absolvidos foi citado como partícipe, com nota de absolvição por parte da emissora. No entanto, o coadjuvante absolvido reclamou por seu direito prejudicado através de Recurso Especial.²⁰³

O STJ condenou a responsável, TV-Globo, ao pagamento de indenização por danos morais e por ofensa à honra, embora a emissora denotasse a absolvição do autor. Nesse caso,

²⁰² Tema discutido no item 7: "Direito ao esquecimento e memória".

²⁰³ Inteiro teor do REsp no sítio do STJ, disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1239004&num_registro=201201449107&data=20130910&formato=PDF

o argumento utilizado também é o da temporalidade, de modo que o interesse público perde eminência com o decurso do tempo, bem como com o devido cumprimento da pena imposta. Segundo o ministro relator Luis Felipe Salomão:

Muito embora tenham as instâncias ordinárias reconhecido que a reportagem se mostrou fidedigna com a realidade, a receptividade do homem médio brasileiro a noticiários desse jaez é apta a reacender a desconfiança geral acerca da índole do autor, o qual, certamente, não teve reforçada sua imagem de inocentado, mas sim a de indiciado. No caso, permitir nova veiculação do fato, com a indicação precisando nome e imagem do autor, significaria a permissão de uma segunda ofensa à sua dignidade, só porque a primeira já ocorrera no passado, uma vez que, como bem reconheceu o acórdão recorrido, além do crime em si, o inquérito policial consubstanciou uma reconhecida "vergonha" nacional à parte. (BRASIL, 2013. p.5)

3 Aída Curi :O segundo caso se trata do abuso sexual e assassinato de Aída Curi. Em julho de 1958, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro, a jovem Aída Curi, filha de imigrantes sírios, teve seus pertences tomados por três homens enquanto voltava para casa e foi atraída para o interior de um prédio, onde foi estuprada e lançada do décimo andar, numa tentativa dos réus de fraudar um suicídio. Os culpados foram dois jovens e o porteiro que trabalhava no prédio.

O episódio também foi alvo do programa "Linha Direta", da Rede Globo, cerca de meio século após o evento. Os familiares da vítima foram a juízo, para impedir a veiculação, argumentando que o programa reabriria feridas já curadas quanto à morte de Aída, não querendo reviver a dor experimentada em 1958. No entanto, o Recurso Especial não foi provido pelo STJ, que considerou a vítima indissociável da narrativa do crime, considerando que o acontecimento foi integrado ao domínio público. Segundo o voto do ministro relator, Luís Felipe Salomão²⁰⁴, a reportagem se detivera mais nos fatos e menos na vítima, de modo a não ferir sua identidade. Ainda, nessa decisão, ficou reconhecido que o direito ao esquecimento não implica, necessariamente, indenização:

²⁰⁴ Inteiro teor do REsp1335153 disponível no sítio do STF, em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1237428&num_registro=201100574280&data=20130910&formato=PDF

Não fosse por isso, o reconhecimento, em tese, de um direito de esquecimento não conduz necessariamente ao dever de indenizar. Em matéria de responsabilidade civil, a violação de direitos encontra-se na seara da ilicitude, cuja existência não dispensa também a ocorrência de dano, com nexos causal, para chegar-se, finalmente, ao dever de indenizar. (BRASIL, 2013, p. 2)

Chama atenção, a declaração do ministro sobre a temporalidade em relação ao direito ao esquecimento, pois, segundo ele, na medida em que o tempo passa, a dor se minimiza e o desconforto da lembrança é cada vez menor:

No caso de familiares de vítimas de crimes passados, que só querem esquecer a dor pela qual passaram em determinado momento da vida, há uma infeliz constatação: na medida em que o tempo passa e vai se adquirindo um "direito ao esquecimento", na contramão, a dor vai diminuindo, de modo que, relembrar o fato trágico da vida, a depender do tempo transcorrido, embora possa gerar desconforto, não causa o mesmo abalo de antes. (BRASIL, 2013, p. 2)

Interesse Público E Curiosidade Pública: O interesse público se confunde, por muitas vezes, com a curiosidade pública. É importante estabelecer critérios para a distinção entre esses dois tipos de interesse, já que a curiosidade pública não é tutelada pelo Ordenamento Jurídico, enquanto o interesse público o é. Entende-se por interesse público as informações que detêm conteúdo de relevância e utilidade para a sociedade, seja ela política, histórica ou cultural, não devendo, dessa forma, ser tolhido pelo judiciário. Já a curiosidade é despertada em situações nas quais a sociedade tem interesse momentâneo sobre determinado conteúdo, porém em sentido diverso, o qual seria o "desejo de saber". Não necessariamente o indivíduo que tem "vontade de saber" algo, foi ou será atingido pelo fato sobre o qual a vontade se manifesta. Nota-se, também, que os dois fenômenos podem acontecer sobre o mesmo objeto, ou seja, a curiosidade pública e o interesse público podem, simultaneamente, atingir o mesmo evento.

"um dia sobre nós também/ vai cair o esquecimento/ como a chuva no telhado/ e sermos esquecidos/ será quase a felicidade" (LEMINSKI, 2013.p. 292)

Dizem que o brasileiro é um povo que "esquece", principalmente quando o assunto é política. "Roubou ano passado e já está votando no mesmo político esse ano!", "Não se lembra das tragédias que o governador causou aos professores?". É comum ouvir frases como essa. Mas o brasileiro não esquece. A história repleta de totalitarismos e tolhimentos da cultura e da expressão brasileira deixou a memória da pátria marcada. Imagens clássicas como a do jornalista Vladimir Herzog²⁰⁵ e músicas notáveis como "Cálice" de Chico Buarque, nos remetem aos períodos ditatoriais e nos fazem lembrar a importância da liberdade de expressão.

A fim de denunciar os abusos militares, Érico Veríssimo escreveu a significativa obra "Incidente em Antares", que permeia realidade e ficção:

"– Eis o que proponho – respondeu o amigo de Platão, Sócrates e outros filósofos da antigüidade. – Organizar uma campanha muito hábil, sutilíssima, no sentido de apagar esse fato não só dos anais de Antares como também da memória de seus habitantes. Sugiro (aqui entre nós) um nome para esse movimento: Operação Borracha [...] Podemos contar com vários aliados nessa campanha, a saber: o tempo, que tem uma função de borracha e de água, pois aos poucos vai apagando e lavando tudo... [...] Pensem ainda em outros aliados naturais: o Bom-Senso Humano. Nenhuma pessoa em sã razão poderá aceitar o fato de que mortos em estado de putrefação pudessem mover-se, falar, pensar, ter memória... Em suma, temos a nosso favor não só a Ciência como também a Experiência Humana. O mundo inteiro se negará a dar crédito a essa... essa lenda macabra!" (VERÍSSIMO, 2006. p .466)

A Democracia, embora muito nova, está se consagrando no Brasil. No entanto, um instrumento como o direito ao esquecimento, pode servir de aparelho para a manutenção e até manipulação dos fatos históricos. No conto "Jó Joaquim", de Guimarães Rosa, o personagem principal desfaz e reconstrói o fato desagradável que a sua esposa o havia traído:

²⁰⁵ Torturado e assassinado pelo regime militar brasileiro, no DOI-CODI de São Paulo.

"Cumpria-lhe descaluniá-la, obrigava-se por tudo. Trouxe à boca-de-cena do mundo, de caso raso, o que fora tão claro como água suja. Demonstrando-o, amatemático, contrário ao público pensamento e à lógica, desde que Aristóteles a fundou. [...] O ponto está em que o soube, de tal arte: por antipesquisas, acronologia miúda, conversinhas escudadas, remendados testemunhos. Jó Joaquim, genial, operava o passado-plástico e contraditório rascunho. Criava nova, transformada realidade, mais alta." (ROSA, 2001.p. 73)

Direito Ao Esquecimento Na Internet

Sociedade em rede: A interconexão constitui a identidade da sociedade contemporânea, o que se chama de sociedade da informação:

"Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura" (Castells, 2012, p.573)

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17).

No ambiente da *internet*, os conteúdos são facilmente adquiridos, compartilhados e também esquecidos. Trata-se da vertiginosidade das informações, as quais, devido ao volume, se propagam e se substituem rapidamente. No entanto, diante de fatos que envolvam interesse ou curiosidade pública, que não se ocultam sob a massa de informações novas, percebe-se uma grande dificuldade de esquecimento, já que os comentários, compartilhamentos e acessos ocorrem de maneira muito mais livre e ilimitada que a na mídia tradicional, podendo haver o

resgate de tais informações a qualquer tempo, bastando a busca. Quando se deseja a exclusão de informações pessoais, geralmente se requer aos mecanismos de buscas, os quais aumentam o acesso ao conteúdo disponível na *internet*, a se destacar o Google.

O direito ao esquecimento se torna ainda mais complexo, na medida em que as informações são compartilhadas e guardadas por aqueles que as receberam, tanto em plataformas *online*, quando nos aparelhos, como celulares e computadores. Assim, mesmo que o *link* referente aos fatos seja excluído de determinado mecanismo de busca, as informações ainda podem ser compartilhadas por aqueles que as detêm. Ainda, ao excluir resultados em certo mecanismo de busca, não se impede que esse resultado seja encontrado através de outros mecanismos e plataformas de outras localidades, ou, até mesmo, da *deep web*.²⁰⁶

A *deepweb* é a zona da *internet* que não pode ser detectada facilmente pelos tradicionais motores de busca, garantindo privacidade e anonimato para os seus navegantes. Por exemplo, quando o *Google* exclui um *link*, ele pode ser encontrado através do *Bing*, *Yahoo*, ou *deepweb*, ao passo que, se o *Google* excluiu o *link* da sua plataforma americana, o *link* ainda pode ser encontrado na plataforma de outros países, como o Brasil. Ou seja, a total exclusão de dados é impossível.

Dados do Google: O Google, a fim de contribuir com informação para as discussões atuais e com a autoridade da regulação de conteúdo *online*, criou um portal de divulgação do número de solicitações que recebem de proprietários de direitos autorais e governos para remover informações de seus serviços. No *Google Transparency Report*, estão disponibilizados relatórios semestrais do número de solicitações governamentais de remoção de conteúdo. A página disponibiliza o seguinte texto explicativo:

Os governos solicitam que façamos remoções de conteúdo por diversas razões. Por exemplo, algumas solicitações alegam difamação, enquanto outras afirmam que o conteúdo viola a legislação local que proíbe incitação ao ódio ou conteúdo adulto. As legislações a respeito dessas questões variam em cada país. Desde o lançamento do Transparency Report, em 2010, mais de um terço de todas as solicitações governamentais de remoção citaram difamação como o motivo da remoção. De julho a dezembro de 2015, 28%

²⁰⁶ Tradução do inglês, "internet profunda", também conhecida como "*undernet*" ou "*darknet*".

das solicitações de remoção do governo citavam "difamação" como um motivo da remoção, 17% citavam "privacidade e segurança" e 15%, "segurança nacional". As solicitações governamentais geralmente se dirigem a conteúdo político e críticas ao governo. Na tentativa de remover discursos políticos de nossos serviços, funcionários citam a legislação sobre difamação, privacidade e até direitos autorais. (GOOGLE, 2016, p.1)

Ainda, descrevem como as solicitações são feitas e processadas:

Recebemos solicitações de remoção de conteúdo de várias maneiras e de todos os níveis do governo (por exemplo, mandados, solicitações por escrito de agências governamentais locais ou nacionais e profissionais legais competentes). Às vezes, os usuários nos enviam solicitações governamentais de remoção, por exemplo, quando alguém anexa um mandado que apresenta determinado conteúdo como ilegal. Algumas solicitações incluem a remoção de vários tipos de conteúdo. No entanto, há também várias solicitações que incluem a solicitação de remoção do mesmo conteúdo. Sempre avaliamos a legitimidade e a integridade de uma solicitação governamental. Para que possamos avaliar uma solicitação adequadamente, ela deve ser feita por escrito, ser o mais específica possível a respeito do conteúdo a ser removido e explicar por que ele é ilegal. Vários motivos podem nos levar a não remover o conteúdo em resposta a uma solicitação. Por exemplo, algumas solicitações podem não ser específicas o suficiente para sabermos o que o governo deseja que seja removido. Nesses casos, solicitamos mais informações. Às vezes, não obedecemos às solicitações porque o proprietário do conteúdo já o removeu. Às vezes, não obedecemos às solicitações, pois elas não foram feitas por meio dos canais adequados. Pedimos que as solicitações sejam feitas por escrito, e não verbalmente. Às vezes, cartas escritas por agências não são suficientes, e um mandado é necessário. Periodicamente, recebemos mandados falsificados. Nós examinamos a legitimidade de cada documento que recebemos, e, se determinarmos que um mandado é falso, não obedeceremos. As solicitações governamentais mais frequentes que recebemos se referem a conteúdos do Blogger, da Pesquisa e do YouTube, embora muitos outros produtos também sejam afetados. Às vezes, recebemos até solicitações para remover conteúdo "da Internet". Às vezes, os governos decidem interromper produtos ou serviços

da Googleem vez de solicitar a remoção de conteúdo individual. De julho a dezembro de 2015, os três principais produtos para os quais o governo solicitou remoções foram YouTube, Pesquisa na Web do Google e Blogger. 1.885, 1.476 e 703 solicitações de remoção foram feitas para cada produto, respectivamente. De julho a dezembro de 2015, governos de todo o mundo solicitaram a remoção de 6.144 itens do YouTube. Removemos 4.242 desses itens, sendo 3.498 deles por motivos legais e 744 por violações das Diretrizes da comunidade do YouTube. (GOOGLE, 2016, p.1)

A partir da análise de dados do *Transparency Report*, faz-se as seguintes colocações:

Entre 2009 e 2015, o *Google* recebeu, do Brasil, 4.516 pedidos de remoção de conteúdo. Entre os motivos elencados pela plataforma, os mais requeridos são “outros” e “difamação”, seguidos por “Privacidade e segurança” e, por último, “marca registrada”. Os serviços sobre os quais são feitas as solicitações são, em ordem de maior número: “outros”, “pesquisa na web”, “YouTube” e “Blogger”.

Entre julho e dezembro de 2015, o total de solicitações recebidas foi 394, sendo aceitas cerca de 65%. Dentre os motivos, 58% configuram “difamação”, 26% “privacidade e segurança”, 3% “marca registrada”, 3% “conteúdo adulto”, 2% “crítica ao governo”, 2% “direitos autorais”, 1% “obscenidade”, 1% “falsificação de identidade”, 1% “assédio”, 1% “incitação ao ódio”, 1% “segurança nacional”, 2% “outros” e 1% “não especificados”.

Além dos dados, o *site* disponibiliza alguns exemplos de solicitações. Em 2014, o *Google* recebeu do Brasil a solicitação de um promotor público, requerendo a remoção de uma postagem do *blog* sobre o envolvimento de um juiz em um esquema de corrupção. No entanto, como é necessário mandado, o *Google* não removeu o conteúdo. No segundo semestre de 2015, foi recebido mandado para a remoção de 11 *URLs* da pesquisa e 15 vídeos do *Youtube*, sobre a morte de um cantor famoso em acidente de trânsito. No entanto, o *Google* entrou com o recurso e foram removidos apenas 3 vídeos que em que aparecem o cadáver da vítima.

Ainda, em 2013, o *Google* recorreu e não removeu a solicitação de remoção de 220 postagens de *blogs* que criticavam um prefeito. Curioso, também foram as 316 solicitações de 756 conteúdos, que diziam respeito a supostas violações do Código Eleitoral Brasileiro, durante as eleições de 2012, sendo removidos 35 do total de conteúdos.

O Brasil é líder em número de solicitações de remoção de conteúdo. Seguido pelos Estados Unidos da América, que receberam 3901 pedidos, tendo 60% dos conteúdos

removidos e pela Alemanha, que recebeu 1911 pedidos de remoções, 67% dos conteúdos solicitados foram removidos.

Sr. González vs. Google: Nesse contexto, se dá maior relevância ao caso de Mario Costeja González contra o *Google*, julgado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) em 2014. O cidadão espanhol, Mario Costeja González, teve parte de sua propriedade leiloadada compulsoriamente, em função de dívidas não pagas à seguridade social espanhola. Após 16 anos, através de uma busca no *Google*, encontrava-se, no *Jornal La Vanguardia*, referência ao leilão por dívidas do seu terreno.

O autor pleiteou que o acesso às referidas informações após decorrido tanto tempo lhe prejudicaria, exigindo a retirada do arquivo *online* do jornal, bem como dos mecanismos de busca do *Google*. Decidiu-se que os arquivos do jornal permaneceriam, pois eram lícitos à sua época, de modo que o *Google* ficou responsável de excluir o *link* da busca.

Em seguida, o *Google* acionou a Agência Espanhola e Gonzalez nos tribunais que submeteram o caso ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), o qual reconheceu que os mecanismos de busca representam o armazenamento e a organização de dados, inclusive pessoais, através de processo autônomo, e por isso devem ser responsabilizados. Embora a decisão possa ser considerada correta, o argumento continua insatisfatório, pois desconsidera a pluralidade de direitos, interesses e princípios envolvidos, tanto do *Google*, como do autor, quanto do Jornal e da sociedade, perante o acesso às informações.

Direito Ao Esquecimento E Memória:

Conceito de memória: Pode-se dizer que a memória constitui aquilo que se chama de um dos objetos da História, é da memória exercida que emergem as narrativas, servindo como solo sobre o qual a história realiza o enraizamento, tornando a memória fonte de produção do conhecimento histórico:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.[...] Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o

desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990. p.423-424.)

A memória da sociedade é patrimônio e nela se inserem os mais variados fatos e figuras subjetivas, capazes de revelar, para tempos futuros, os traços políticos, sociais ou culturais de determinada época.

O Direito Ao Esquecimento Como Impedimento À Memória: Existem memórias esquecidas de maneira natural pela sociedade, resultando em um esquecimento saudável. O direito ao esquecimento, se não aplicado com cautela, pode significar um esquecimento forçado, não saudável para a sociedade, ou até mesmo a manipulação da memória, como a “Operação Borracha” de Veríssimo.

A memória se faz útil para o contexto histórico, na medida em que ganha força de fonte histórica e, embora sejam reconhecidas as fontes imateriais, ou seja, as fontes orais, geralmente a história se fundamenta de maneira mais clara sobre fontes materiais, isto é, aquelas documentadas ou de alguma forma registradas.

As sociedades possuem memórias coletivas rígidas, que dificilmente serão aniquiladas através de um instrumento jurídico como o direito ao esquecimento. Até mesmo se vários conteúdos forem removidos da *internet* e apagados das mídias tradicionais, a sociedade permanece com os resquícios, ou até mesmo lembranças evidentes dos fatos apagados, que se propagam através da memória oral e da *internet*, como meio informal de transmissão de informações. Logo, resta descaracterizado o impedimento da própria memória através do mau uso do direito ao esquecimento.

No entanto, quanto à discussão a respeito da memória legitimada como fonte histórica, percebe-se que, na medida em que os acontecimentos são excluídos dos meios formais de comunicação, a memória perde grande parte da sua valia e amplitude, já que não há, de fato, documentos que as preservem no decurso do tempo. São necessários, portanto, critérios de aplicação do referido direito, não só estabelecidos pela jurisprudência, como também refletidos através de doutrinadores e do ambiente acadêmico.

Toma-se como ponto de partida o fato dos direitos não serem absolutos, ou seja, não há direito pleno, perfeito e incondicional. Isso é evidenciado principalmente nos momentos em que a prática jurídica se depara com lacunas, ou conflitos entre normas e princípios do ordenamento jurídico, denominados antinomias (conflito aparente de normas). A doutrina se posiciona e fornece critérios para a solução das antinomias. No entanto, no caso do direito ao esquecimento, os questionamentos não se dão sobre as normas que serão aplicadas e sim, se o objeto versa sobre o interesse público e se esse interesse público se sobrepõe às garantias de natureza particular do indivíduo alvo do objeto. Fica estabelecida, também, a prioridade geral dos direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação.

Primeiramente, deve-se versar sobre o dano. Para que o direito ao esquecimento seja exigido e convertido em indenização, é necessária a constatação do dano, para, assim, gerar responsabilidade sobre aquele que prejudicou outrem. Tal responsabilidade é objetiva, na medida em que existe um risco inerente de ser exposto nas mídias comunicativas (especialmente na *internet*), de modo que, estando o dano e o nexo causal comprovados, não será necessária a comprovação da culpa. Comprovado o dano, parte-se para a análise do interesse público, caso contrário, o direito à informação prevalece

A partir do dano, deve-se analisar o interesse público nos fatos. Esse é um ponto muito delicado, pois não se pode esquecer que o que não interessa a um público, pode ser muito relevante a outro, sobretudo em escalas microsociais. Portanto, o juiz, ou tribunal que se debruça sobre a causa, deve investigar minuciosamente quais os grupos afetados pelos fatos e em que medida. Se o acontecimento-objeto for de interesse muito momentâneo, alvo apenas de uma “vontade de saber”, ele se trata de curiosidade pública, ficando, assim, ressalvados os direitos da personalidade do sujeito alvo do objeto. No entanto, se o acontecimento-objeto afetar o grupo em longo prazo, mudando significativamente sua trajetória histórica e trazendo elementos essenciais a sua identidade, trata-se de legítimo interesse público, ficando garantidos os direitos a liberdade de expressão.

Desse modo, restam resguardadas as memórias que são potencialmente fontes históricas, na medida em que os acontecimentos de interesse público não sofrem repreensões e censuras, podendo, assim, serem utilizados como documento, ou seja, fonte histórica material, capaz de robustecer a memória como objeto da História.

Referências Bibliográficas:

- BARRETO, Ireneu Cabral. **A Convenção Europeia de Direitos do Homem Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999;
- BOBBIO, Noberto (1909), **A Era dos Direitos**, 4 ° Reimpressão, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992;
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1993;
- _____. **A Quinta Geração de Direitos Fundamentais**, 2008. Disponível em: < http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/3_Doutrina_5.pdf >. Acesso em: 27. Ago. 2016;
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988;
- _____. Supremo Tribunal Federal. **ADPF n. 130- DF**. Rel. Min. Carlos Britto. Informativo STF, n. 2381, p.01, 06 nov.2009;
- _____. **REsp 1334097 / RJ**. 10.09.2013. Sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1239004&num_registro=201201449107&data=20130910&formato=PDF. Acesso em: 05/09/2016;
- _____. **REsp 1335153/RJ**. 28.05.2013. Sítio eletrônica do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1237428&num_registro=201100574280&data=20130910&formato=PDF . Acesso em: 07/09/2016;
- GOOGLE. **Transparency Report. Solicitações governamentais de remoção de conteúdo**. Disponível em: <https://www.google.com/transparencyreport/removals/government/?hl=pt-BR>. Acesso em: 08.09.2016;
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. (Trad. João Baptista Machado). São Paulo: Martins Fontes, 2000;
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990;
- LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.292;
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999;
- REDE GLOBO DE TELEVISÃO. **Sítio eletrônico Memória Globo – Programa Linha Direta**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta.htm> Acesso em: 30ago. 2016;
- ROCHA, Carmem Lúcia. Antunes. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. Interesse Público**, v.1, n. 4, p. 23-48, 1999;
- ROSA, João Guimarães. **Desenredo**. In J. G. Rosa, *Tutameia – Terceiras estórias* (pp. 72-75). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001;
- SCHWABE, Jürgen. **Cinquenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão**. Traduzido por Beatriz Hennig. et al. Montevidéu: Konrad Adenauer: Stiftung, 2005.
- STRUM, Philippha. **When The Nazis Came to Skokie**. Kansas: University Press of Kansas: 1999;
- VASAK, Karel. **As Dimensões Internacionais dos Direitos do Homem**. Lisboa: Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos, Unesco, 1983;
- VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

EVA PERÓN E O POPULISMO ARGENTINO: PRIMEIROS PASSOS DE UMA PESQUISA

ISSN: 2595-1645

Ivana Aparecida da Cunha Marques

(Graduanda em História, Unespar, *campus* de Paranavaí)

Isabela Candeloro Campoi (Orientadora IC)

Resumo: Esta comunicação pretende apresentar a proposta de pesquisa de Iniciação Científica iniciada em agosto de 2016. O objetivo geral é analisar o papel de Eva Perón (1919-1952) na história do populismo argentino, bem como as apropriações e interpretações de sua figura. Por se tratar de um trabalho recentemente iniciado, propõe-se examinar a conjuntura política e histórica da Argentina sob o peronismo. Para tanto, através do levantamento e análise bibliográfica, busca-se problematizar o conceito de populismo no debate historiográfico, haja vista que o termo é bastante caro para os estudos históricos, principalmente no que diz respeito à América Latina do século XX. No caso argentino, a esposa de Juan Perón contribuiu para que o movimento populista adquirisse características bastante peculiares, já que o peronismo contava com uma ala exclusivamente feminina - Partido Peronista Feminino (PPF) - liderada por *Evita*, principal responsável pela conquista do direito de voto para as mulheres argentinas.

Palavras-chave: Argentina; peronismo; *Evita*.

O objetivo geral desta pesquisa de Iniciação Científica iniciada em agosto de 2016 e financiada pela Fundação Araucária é analisar o papel de Eva Duarte Perón (1919-1952) na história do populismo argentino, problematizando as apropriações e interpretações de sua figura ao longo do tempo. Por se tratar de um trabalho recentemente iniciado, para esta apresentação, propõe-se examinar a conjuntura política e histórica da Argentina sob o peronismo, ressaltando as transformações sociais e econômicas ocorridas no país no contexto do primeiro governo de Juan Perón (1946-1955).

No que tange ao populismo, sua conceitualização é bastante cara para os estudos históricos, principalmente no que diz respeito à América Latina do século XX. Mesmo que o termo abranja particularidades no tempo e no espaço, no caso argentino, o movimento populista possui características próprias. Considerando que nesse país a esposa de Juan Perón, *Evita*, contribuiu para que o movimento populista adquirisse peculiaridades, sua figura ganhou grande destaque e, por isso, ainda hoje tem sido revisitada pela historiografia e pela indústria cultural, além de ser constantemente inserida nos discursos contemporâneos.

O ‘populismo’ é um conceito controverso para as ciências políticas e sociais, já que compreende particularidades contextuais, o que resulta, muitas vezes, em diferentes - e até dicotômicas – interpretações historiográficas.

No exemplo latino americano o fenômeno populista pode ser considerado como o efeito de mudanças drásticas no cenário econômico internacional, principalmente entre 1920 e 1950, período em que a conjuntura econômica não era convergente à conjuntura política (PRADO, 1981).

De acordo com a historiadora Maria Lígia Prado (1981, p.09): “(...) os conceitos teóricos, como ‘abstrações reais’, são historicamente determinados”. Dessa forma, por mais que alguns estudiosos busquem alcançar um denominador comum para todas as manifestações populistas, ao se analisar esse conceito, é imprescindível que se leve em consideração a historicidade, isto é, as especificidades no tempo e no espaço.

Para Norberto Ferreras (2011) o período histórico do populismo latino americano compreende os anos de 1930 a 1950. Em consonância com Prado, esse autor caracteriza o populismo como a emersão das classes populares, que até então se encontravam marginalizadas do cenário político. De acordo com Ferreras: “(...) esse período é o momento de irrupção dos setores oprimidos com força suficiente para mudar seu destino e o destino de suas nações. ” (FERRERAS, p. 214, 2011)

A partir dos anos 1930, surgem interpretações que ratificam a importância da interferência do Estado nas questões econômicas e sociais, as quais, paulatinamente, expandem-se pela América Latina. Por outro lado, no contexto de crise mundial, resultante do *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque, busca-se reaver o liberalismo econômico aos moldes de fins do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. Porém, gradativamente, compreendeu-se que os novos tempos trouxeram novas condições, como, por exemplo, o inchaço das cidades e a transformação da economia. Como alternativa para as novas exigências sociais, irrompem, então, os governos denominados de populistas.

Vale atentar para algumas características recorrentes do populismo, tais, como: a preocupação com os direitos trabalhistas, o controle dos sindicatos, a nacionalização de empresas, o cuidado com o engendramento de uma opinião pública favorável, e o carisma do governante, o que é criticado pela autora Maria Lígia Prado, que aponta tal característica como sendo um fator variável.

No caso argentino, Juan Perón chega ao poder em 1946, eleito por vias legais. Apesar das múltiplas interpretações do conceito de populismo, pode-se destacar alguns traços marcantes da expressão do populismo na Argentina, ou seja, do peronismo, tais como: a aliança com os trabalhadores - através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que ficou sob os auspícios da primeira-dama Eva Perón -, e o sufocamento e cooptação dos comunistas, socialistas e anarquistas, de modo a tentar colocá-los sob o controle do Estado.

Para a melhor compreensão dos antecedentes histórico-sociais da Argentina, é preciso recuar no tempo. Conforme os autores citados, em meio ao avanço industrial e o enrijecimento do mercado interno, em 1930, a Argentina assistiu à volta das oligarquias ao poder, através do golpe de Estado do tenente general José Félix Uriburu. Não obstante, em 1943, o país sofreu um novo golpe de caráter autoritário, conservador e antidemocrático. Esse atentado tinha seu núcleo na GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*), associação criada em 1942 e reconhecida pelo caráter fortemente nacionalista, pela inclinação ao nazi fascismo e busca pela hegemonia argentina na América do Sul.

Em 1943, Juan Perón, como uma ‘eminência parda’, isto é, um indivíduo que até aquele momento permanecia comandando dos ‘bastidores’, aparece no cenário político ocupando as funções de vice-presidente, ministro da guerra e ministro do *Trabajo y Previsión*. Aos poucos, ele vai recebendo muita admiração popular, o que de certa forma explica o golpe interno que o retira do poder e o prende em 1945. Segundo Ferreras (2011, p. 228): “Para os trabalhadores que se apoiavam em Perón, essa prisão foi vista como uma perda e uma derrota de seu próprio projeto. ” Porém, em 1946, através de um movimento de massa a seu favor, ele acaba voltando nos ‘braços do povo’ como presidente da Argentina. De acordo com o autor:

No dia 17 de outubro, a Praça de Maio foi tomada por milhares de trabalhadores que chegaram da periferia e da Grande Buenos Aires, os principais distritos industriais. Eles decidiram ficar na Praça de Maio até que Perón fosse libertado. (FERRERAS, p. 229, 2011)

A autonomia aos sindicatos, a melhoria nas condições dos trabalhadores, a estatização de empresas de transporte, a criação de companhias de mineração e o enrijecimento do mercado interno, entre outras coisas, foram ações quase imediatas do presidente ao assumir o poder.

É importante ressaltar que em 1945, Juan Perón casou-se com Eva Duarte (posteriormente reconhecida como Eva Perón), que seria uma figura chave para o peronismo, principalmente considerando a questão do assistencialismo.

A ala feminina do Partido Peronista (PP), fortemente influenciada por Eva Perón, foi responsável por iniciar, em 1947, um movimento a favor do voto das mulheres. Em 1949 esse direito foi assegurado pela nova Constituição- denominada Justicialista-, e nas eleições de 1951 (quando Perón foi reeleito), o eleitorado feminino votou pela primeira vez na história da Argentina.

(...) Mesmo sendo real que o direito conquistado tenha se dado por outras intenções, a possibilidade da mulher votar e ser votada na Argentina impulsionou a eleição de um número considerável de deputadas e senadoras, criando dentro do Estado organizações de mulheres. (MATOS, CYPRIANO, BRITO, 2007, p.07)

Sendo assim, a garantia do direito ao voto feminino, representou de certa forma, a quebra de barreiras formais no que se refere à maior representatividade democrática das mulheres argentinas na esfera política e de decisões.

A curta trajetória de Eva, que morreu precocemente em 1952 aos 33 anos, vítima de um câncer de útero, suscitou, desde sua participação no governo de Perón, diversas e até dicotômicas interpretações. E continua desencadeando especulações e paixões, sejam sobre sua origem e história de vida, sejam no que tange aos seus interesses, supostamente tácitos e ‘envoltos’ por seu carisma e discursos demagógicos.

Portanto, torna-se impossível tratar do populismo argentino sem considerar a importância da figura carismática, que nesse caso, recaí sobre Juan e Evita Perón.

(...) Perón tinha indubitavelmente um forte carisma- da mesma forma que Eva Perón -, fazia discursos retóricos e demagógicos, mas também tomou medidas concretas, efetivas, que beneficiariam realmente os assim chamados ‘descamisados’ (...) (PRADO, 1981, p.60)

O ano de 1952 é marcado por uma grande crise econômica no país, a qual acirra as relações entre os setores da sociedade e aumenta a oposição ao governo peronista, o que resultou em um golpe organizado pelo Exército, responsável por depor Perón.

Vale perceber que algumas práticas e manifestações de resistência dos grupos e sujeitos históricos são decorrentes da morte de *Evita* e das homenagens a sua figura. Com isso, pode-se observar que a esfera política argentina compreende também dimensões simbólicas, culturais, discursivas e ações ritualizadas, as quais, muitas vezes, adquiriram feições religiosas. Conforme aponta Anabella Evangeliza Gorza (2016), o decreto 4161 de 5 de março de 1956, o qual proibia qualquer tipo de simpatia, utilização ou difusão dos símbolos e ideais peronistas, acabou resultando no efeito contrário, já que comprovou a relevância deles como elementos identitários e de coesão social.

Não obstante, o período histórico que vai de 1955 (ano do golpe de Estado argentino que retira Perón do poder) até 1973 (momento em que o candidato peronista Hector J. Cámpora vence as eleições no país), é fortemente marcado por uma luta simbólica que previa salvaguardar o legado peronista na memória coletiva, inclusive do discurso religioso. Assim, concomitantemente à tentativa dos militares em destruir a lembrança popular ou qualquer remanescente do governo de Perón, havia um trabalho de resistência que visava a manutenção desse imaginário, principalmente através de homenagens à figura de *Evita*. A força desse conteúdo simbólico pode ser observada nas homenagens públicas prestadas pelos simpatizantes peronistas nas datas de nascimento e morte de Eva Perón, como missas e procissões (GORZA, 2016, p.02).

De acordo com Gorza (2016, p. 02): “Prácticas que además, pueden ser observadas como actos de memoria y, en este sentido, son pertinentes para analizar los anclajes materiales y territoriales que adoptó la construcción de la memoria en el peronismo durante la etapa de la Resistencia.”. Essas ações (ora conservadoras ora subversivas) foram de grande importância, considerando que nelas podem ser encontrados determinados vestígios da participação política de mulheres que buscavam maior visibilidade no espaço público e de decisões por meio da estrutura do Partido Peronista Feminino (PPF) e da influência mobilizadora de Eva Perón.

A construção da figura de Eva Perón na mentalidade política argentina deu-se imediatamente após a sua morte, de modo que ela se torna indissociável ao próprio peronismo. Conforme aponta Paulo Renato da Silva: “O peronismo se apresentava - e se apresenta - como o ‘autêntico’ defensor dos interesses nacionais e populares: assim, a primeira imagem de Eva Perón era bastante pautada pela simbiose entre Estado, nação e sociedade buscada pelo peronismo.” (SILVA, 2014, p. 147)

Destarte, a partir desse movimento de construção da imagem política de *Evita*, já é possível perceber a apropriação dela na formação do próprio projeto político do peronismo como ‘símbolo oficial’, principalmente ao considerar que a propaganda peronista agiu fortemente sobre a mentalidade da época, em especial no concernente à utilização da figura da primeira-dama como instrumento.

Fazendo referência à Marta Zabaleta, a historiadora Rachel Soihet (2000) concorda que *Evita* desempenhava o papel de legitimadora e difusora do discurso peronista, agregando assim, mais adeptas a essa ideologia, o que explica, de certa forma, a criação do Partido Peronista Feminino (PPF).

Atualmente, com a reivindicação dessa figura por outros grupos e sujeitos político-sociais, diferentes do peronismo, *Evita* vai se tornando, paulatinamente, um ícone de identidade nacional. Em especial na Argentina, sua figura tem sido constantemente reexaminada e inserida nos discursos contemporâneos, o que explica o surgimento de grande número de musicais, filmes, romances e desenhos com essa temática.²⁰⁷

Ressalta-se, pois, a construção processual do mito político que, na maioria das vezes, traz consigo pretensões ideológicas e formas de persuasão, sendo utilizado como um mecanismo simbólico para amenizar ânimos e criar ‘horizontes’ numa população que geralmente passa por um período de crise identitária, derrocada econômica e/ou instabilidade política. Gandin (2010) propõe que,

De acordo com Bezerra e Lima (2010), o herói é chamado como resposta a uma certa forma de expectativa de anseio político, sobretudo em uma sociedade marcada pelo regime democrático. O herói, portanto, capta os fervores da esperança coletiva (...) (GANDIN, 2010, p. 02)

Segundo Gandin, os primeiros passos para a formação desse herói é o reconhecimento por parte da população, das características em comum com essa figura, as quais servirão para dar coesão e um sentimento de pertencimento à determinada sociedade. Além disso, esse mito em construção deve integrar - ou pelo menos dar a entender tal coisa - as massas populacionais nas decisões políticas (GANDIN, 2010 *apud* PARGA, 2006).

Fenômeno importante a ser considerado também, como consequência da construção do mito, é o alto índice de visitação à lápide de Evita no cemitério de *La Recoleta* na capital da Argentina, seja como ponto turístico, seja como local de devoção nacional. Após sua morte, um médico estrangeiro foi especialmente contratado pelo então presidente para mumificar o cadáver de Eva Perón. Com a deposição de Perón em 1955, o corpo embalsamado, então exposto na sede da CGT foi sequestrado e esteve desaparecido por 14 anos. Essa saga foi retratada no impactante documentário intitulado “Evita após a morte.”

A figura icônica - e ainda presente - de Eva Perón, seus discursos inflamadores de ânimos e suas ações em favor das classes marginalizadas da Argentina de seu período, ainda suscitam

²⁰⁷ O filme estadunidense *Evita*, de 1996, protagonizado pela cantora Madonna, foi dirigido por Alan Parker e inspirado em uma ópera-rock homônima da década de 1970 que teve direção de Tim Rice e Andrew Lloyd Webber.

grandes debates em torno de sua simbologia e suas reais intenções no projeto político do peronismo. Conforme Matos, Cypriano e Brito (2007, p.06)

Não foi em vão que o sufrágio feminino foi alcançado nos dois países, Argentina e Brasil, através de governos populistas, em 1932 com Getúlio Vargas e em 1947 com Juan Perón, já que, para conquistarem o apoio das camadas populares, os presidentes atendiam às demandas populares, atuando de forma paternalista.

Assim, nesta primeira reflexão acerca do populismo argentino, ou seja, do peronismo, é possível observar que ele adquiriu especificidades ao longo do tempo, as quais acabaram dando o diapasão para o movimento. Considerando que o conceito de populismo é dinâmico e alterável de acordo com as mudanças temporais e espaciais, para que se torne possível a compreensão do caso argentino em toda a sua complexidade, é necessário localizá-lo num contexto de golpes militares, bancarrota econômica e de aparecimento de novas reivindicações sociais que demandavam, de certa forma, uma maior centralização política. Mais do que isso, é imprescindível reconhecer a indissociabilidade do populismo argentino com a imagem da primeira-dama Eva Perón, a qual fora utilizada pelo próprio peronismo, como ‘símbolo oficial’ e mecanismo identitário no engendramento da ideia de nacionalidade. Seja como assistencialista ou como líder política, vale ressaltar que ainda hoje a sua figura e toda a simbologia existente em torno dela, geram fascínio e continuam sendo temas de diversas querelas historiográficas.

Referências Bibliográficas:

FERRERAS, N. A sociedade de massas: os populismos. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. (Org.). **História das Américas: Novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 213-240.

GANDIN, Lucas. A Sacralização do Político. *Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Curitiba, set. 2010.

Gorza, A. E. (2016). **Los homenajes a Eva Perón como prácticas de memoria en tiempos de la Resistencia peronista (1955-1963)**. Anuario del Instituto de Historia Argentina, 16(1), e007.

Recuperado de: <<http://www.anuarioiha.fahce.unlp.edu.ar/article/view/IHAv16n1a07>>

MATOS, Marlise, CYPRIANO, Breno, BRITO, Marina. **Cotas de Gênero para o reconhecimento das mulheres na Política: Um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru**. Recife, maio-junho, 2007.

PRADO, Maria Ligia. **O Populismo na América Latina: Argentina e México**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SILVA, Paulo Renato da. Memória e História de Eva Perón. **Rev. Hist.**, São Paulo, nº 170, janeiro-junho, 2014, p. 143-173.

SOHIET, Rachel. **Alguns comentários a partir do artigo de Marta Zabaleta: o Partido Peronista feminino: História, características e consequências**. (Argentina 1947- 1955). Diálogos, DHI/UEM, Maringá, v.4, n. 4: 41-47, 2000.

Documentário

Evita após a morte. Direção: Tristán Bauer, Argentina, 1997. 50 min.

EXPERIÊNCIA, TESTEMUNHO E REDENÇÃO: A HISTÓRIA ORAL COMO ARTIFÍCIO PARA A RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE VIÉS TRAUMÁTICO

ISSN: 2595-1645

Vanessa Fernanda Mayrinck *

Resumo: Trazendo à cena sujeitos e fatos antes rejeitados por uma historiografia oficial, a história oral pode nos dizer muito mais do que os documentos escritos, uma vez que, quem a exprime não é um mero papel ou um mero objeto, e sim um ser humano, passível de vivências históricas das quais elaborou e reelaborou sua experiência passada. Personagens antes marginalizados ganham representatividade, uma vez que, todos são dotados de experiências, experiências estas que auxiliam o historiador a problematizar o passado. O presente artigo é resultado de um encontro com um sujeito da história de nome Pelagia Hiera, conhecida no Brasil como Dona Paulina. Residente em Jacarezinho-Pr, esta mulher é uma sobrevivente de uma das experiências mais traumáticas do mundo contemporâneo, a Segunda Guerra Mundial. Dona Paulina teve sua vida transformada após o início do conflito, sendo obrigada a deixar a casa de seus pais para viver em um campo de trabalho forçado na Alemanha, ficando exposta a inúmeras experiências de cunho traumático. Através de trechos de entrevistas com esta personagem, o presente artigo tem o intuito de analisar como o método história oral auxiliou esta mulher a trazer suas experiências indizíveis para a ordem do dizível, reconstruindo assim suas memórias de viés traumático.

Palavras-chave: Memória; História oral; Guerra; Trauma.

“Eu sempre tinha escrito [...] levava caderno, tudo escrevia né, depois guardava [...] E eu falava, é bom guardar na lembrança as coisas né” (HIERA, 2014).

O mundo contemporâneo é permeado pelas teias da memória. Teias estas que tecem representações, imaginários, legitimações e mais uma gama de relações. Dentre as experiências que o formaram e as memórias que elas produziram, sem dúvida alguma, o que mais mexe com a subjetividade humana são as memórias advindas de passados dolorosos. Este passado, que muitas vezes se recusa a passar, insere-se como uma cicatriz na experiência humana, colocando os sujeitos que fizeram parte dele, em um conjunto de “testemunhas do indizível²⁰⁸”.

* Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

²⁰⁸ Expressão utilizada por Pollak em seu texto denominado *A gestão do indizível*. POLLAK, Michael. *A gestão do indizível*. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v.2, n.1, p 9-49, 2010.

A reflexão sobre passados dolorosos é válida não apenas para pensarmos como o ser humano pode desumanizar o outro quando o poder está em jogo, mas sim, para compreendermos também quais foram as conseqüências trazidas e perpetuadas por este passado. Muitas experiências se inserem neste quadro, mas a guerra, certamente constitui-se como uma das mais cruéis uma vez que, coloca em xeque a humanidade do sujeito, transforma o ser humano em um objeto passível de descarte, fazendo com que ele se esforce através da luta para continuar humano, sob condições desumanas.

Cabe ressaltar, que a discussão feita acima tem total relação com o presente artigo. As problematizações e análises feitas aqui, nasceram através da pesquisa de conclusão de curso da autora, denominada *Entre a lembrança e o esquecimento: memórias de uma sobrevivente da Segunda Guerra Mundial*. O estudo analisou e problematizou as memórias de uma personagem da história que vivenciou uma das experiências de cunho mais traumático do mundo contemporâneo. Seu nome? Pelagia Hiera, ou, como é mais conhecida no Brasil, Dona Paulina.

O TCC abarcou toda sua história de vida, através da análise e problematização de suas memórias. O presente artigo dará ênfase às suas recordações de cunho traumático, e, como elas puderam afluir e serem reconstruídas a partir da metodologia da história oral.

Pelagia Hiera Ou Dona Paulina: Uma Breve Biografia: Antes de fazer um breve resumo da história de Dona Paulina, acha-se importante enfatizar como a autora entrou em contato com esta personagem da história.

Em um primeiro momento, a autora foi conhecê-la com o intuito de adquirir informações sobre uma pesquisa que tinha o anticomunismo como tema central. O fato de ser uma senhora Russa fez a autora pensar em possíveis contribuições para o seu estudo. Mas em um primeiro momento da conversa informal, a estudante se deu conta que não estava em frente de uma senhora que viveu sob o regime comunista, mas sim, que estava em frente a uma personagem que havia sido levada à força para um campo de trabalho forçado na Alemanha nazista. A pesquisadora não conseguiu informações para o estudo sobre o Anticomunismo, mas sim, a oportunidade de se debruçar sobre uma nova pesquisa, através da história de vida desta mulher. Mas quem é Dona Paulina?

Pelagia Hiera²⁰⁹, a Dona Paulina, é filha de Iwan Hiera e Julia Piacecka. Nasceu em 1923 na aldeia de Szulaki, onde hoje se localiza a Bielorrússia. Teve uma infância e adolescência tranqüila, vivendo com sua mãe e irmão até seus dezesseis anos. Com essa idade, sob o contexto da Segunda Guerra Mundial, Dona Paulina foi obrigada a ir para a Alemanha nazista realizar trabalhos forçados.

Após um tempo no campo, Pelagia Hiera passou a realizar serviços para uma fábrica alemã durante todo o período que corresponde à Segunda Guerra Mundial. Segundo ela, a informação dada era que todos que haviam sido obrigados a ir permaneceriam na Alemanha durante seis meses, seis meses estes que acabariam por se transformar em anos.

Com o fim do conflito, Dona Paulina permaneceu na Alemanha e formou sua família. Casou-se com o polonês Tymoteusz Rowdo e teve sua primeira filha, Leokádia Rowdo. Em 1949, sob o contexto do pós-guerra e dentro de uma nova política de imigração, o casal decide vir para o Brasil; e assim o fazem, aportando na Hospedaria das Flores, em 1949. Após permanecerem três meses no Rio de Janeiro, Dona Paulina e sua família mudaram-se definitivamente para o Paraná, lugar onde ela deu à luz a sua segunda filha, Victória Rowdo, e onde reconstruiu sua identidade, assim como sua vida.

Colocando O Método Em Prática: O Processo De Entrevista: Todas as histórias de vida são válidas, uma vez que elas carregam experiências acumuladas por sujeitos que viveram no mesmo mundo que o nosso, mas de forma diferente, a partir de representações diferentes. Assim, logo que a pesquisadora teve contato com a história de vida de Dona Paulina, achou relevante registrá-la, para que a partir dela, outros sujeitos pudessem conhecê-la e aprender aspectos do contexto que ela vivenciou.

Cabe ressaltar aqui, que houve algumas complicações no processo pré-entrevista. Na data marcada, Dona Paulina se mostra apreensiva e acaba desistindo. Confidenciou a pesquisadora que estava com medo de revelar certas coisas, pois sabia de pessoas que, após terem partilhado suas memórias sobre a guerra, haviam sido enviadas para trabalhos forçados na Sibéria. Pronta para a entrevista, a estudante não se via preparada para lidar com este tipo de situação. A única coisa que pôde fazer foi falar da importância de sua história de vida e como seria importante que outras pessoas conhecessem e aprendessem através dela. Depois de algum tempo de conversa, Dona Paulina deu autorização para a pesquisadora entrevistá-la.

²⁰⁹ Para a presente pesquisa decidimos utilizar seu nome de solteira: Pelagia Hiera. Mas enfatizamos que após se casar com Tymoteusz Rowdo, ela passou a assinar como Pelagia Rowdo.

Após este fato, a entrevista se iniciou. Algumas questões foram elaboradas, mas cabe salientar que a estudante não se prendeu as perguntas. Elas serviram para nortear a entrevista, mas a partir do momento em que Dona Paulina começou a narrar sua história de vida, novos fatos afluíam e se ligavam a outros, e assim sucessivamente. A partir desse procedimento, sua história foi registrada em fevereiro de 2014. Este processo não foi simples, nem muito menos fácil. Duas subjetividades estavam envolvidas. Foi preciso lidar com as intempéries que as lembranças traumáticas fizeram afluir. Mas ao se trabalhar com a história oral, nós pesquisadores estamos sujeitos a esses percalços, percalços estes, que enriquecem a pesquisa.

A História Oral E A Reconstrução De Memórias De Viés Traumático: Lidar com memórias de viés traumático é um processo complexo, em que o pesquisador deve estar ciente de que elas inseriram-se em contextos específicos, em que violência, traumas, lutas e superações estão inclusos. A guerra é uma experiência traumática, que coloca o ser humano a mercê de todas essas situações. Além de tudo, a guerra desumaniza, faz com que o ser humano chegue aos seus limites. E seus sobreviventes? O que dizer de pessoas que passaram por todas essas conjunturas e conseguiram superar de alguma forma toda essa gama de experiências? Segundo Quintais: “os seus protagonistas são sempre alvo de considerações em que se procura chegar à essência do que é vivermos em condição de humanidade ou inumanidade” (QUINTAIS, 2005, p.42).

Pode-se dizer que as testemunhas de uma guerra nos podem proporcionar muito mais do que considerações a respeito de humanidade ou inumanidade. Através do testemunho desses sobreviventes, é exposta toda uma gama de experiências positivas e negativas, das quais essa pessoa vivenciou, e que muitas das vezes não podem ser encontradas em nenhum tipo de documento escrito. Essa é uma das riquezas desse processo, saber que esse testemunho individual, através da escrita do pesquisador, será a ponte para ampliar uma história que é coletiva. Como o historiador faz esse processo? A partir da história oral, uma metodologia fundamental para a história. Como o artigo tem esta metodologia como eixo norteador, cabe aqui, fazer um breve histórico dela.

Tendo seu “atestado de legitimação” no século XX nos Estados Unidos, a história oral surgiu como “técnica moderna de documentação histórica” em 1948, “quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de pessoas importantes da vida americana (THOMSON, 2000, p.47).

Em um primeiro momento, esta metodologia apresentava padrões e sequências que deveriam ser rigorosamente seguidos pelos primeiros historiadores orais, principalmente no

que dizia respeito à elaboração e desenvolvimento das entrevistas, via pela qual se dá a história oral.

Dentro desse processo padronizador, o pesquisador deveria tomar as seguintes posições:

[...] deveria usar um questionário consistente e cuidadosamente estruturado de modo a facilitar a análise comparativa; ele, ou ela, deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, mantendo, porém, uma presença neutra e objetiva, evitando, assim, afetar adversamente as histórias contadas; deveria conduzir entrevistas individualmente e fazer o mínimo de interrupções possível (THOMSON, 2000, p.48).

A preparação e o desenvolvimento de entrevistas incluem uma série de fatores complexos, que na maioria das vezes extrapolam padrões e sequências objetivadas. Por este fato, vários pesquisadores contestavam esse processo de padronização da história oral, como por exemplo, Charles T, Morrissey: “reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é... como cortejar seguindo uma fórmula. [...] as técnicas de história oral variam de acordo com o tipo de pessoa que se está entrevistando” (THOMSON, 2000, p.48). Cabe ressaltar, que isso foi escrito na década de 1970.

Posteriormente, dentro das mudanças epistemológicas pelas quais passou a própria História e com uma grande influência da antropologia e dos estudos voltados à comunicação, elaborados por pesquisadoras feministas (THOMSON, 2000), a história oral foi se transformando, e as entrevistas passaram a ser entendidas como: “uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos”. Sendo assim: “[...] não existe uma única "maneira certa" de entrevistar [...] (THOMSON, 2000, p. 48). A mesma pode variar de pessoa para pessoa, de contexto para contexto, de período para período, levando em conta uma gama de fatores os quais extrapolam regras e métodos fechados.

Tendo a memória como principal vetor de sua existência, assim como outras metodologias, a história oral logo se viu criticada por uma série de estudiosos, nos quais apontavam as distorções da memória como algo negativo.

Helenice Rodrigues Silva aponta a razão dessa suspeita dos historiadores com relação à memória:

Atribuída à noção de “experiência interior”, a memória, na tradição filosófica

conotou, desde os tempos remotos, a idéia mesma de imaginação. A memória visaria, neste sentido, o passado construído e transmitido por imagens e representações. Dessa percepção de uma memória influenciada pelo imaginário resultaria, segundo Ricoeur, a vulnerabilidade mesma deste conceito. Em outras palavras, a memória, visando unicamente à interioridade, torna-se objeto de dúvida se de suspeitas (SILVA apud BEIERSDORF, p. 22-23).

Quando esta visão foi “superada”, passou-se a perceber a importância que a história oral tem como metodologia da história e que algumas de suas implicações, poderiam ser na verdade, objetos de estudo: “na década de 70, historiadores orais [...] começaram a questionar a ênfase nas “distorções” da memória, e a encarar “as peculiaridades da história oral” como um ponto forte, em vez de fraqueza” (THOMSON, 2000, p. 52).

Sendo assim, até os pontos que eram considerados negativos dentro dessa metodologia, passaram a ser analisados e problematizados pelos historiadores, fazendo valer, ainda mais, o estudo da história oral como uma metodologia relevante para a pesquisa histórica.

Segundo Joutard, existem três fidelidades à inspiração da história oral, que são relevantes se respeitar: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (JOUTARD, 2000, p.33).

Ainda segundo este autor, a diferença entre o oral e o escrito é que:

[...] o oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são considerados “muito insignificantes” – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (JOUTARD, 2000, p.33-34).

Dentro desse contexto em que a oralidade se dá, existe a relação de duas pessoas: o entrevistador e a testemunha. Esta última não é uma pessoa imutável, ela presenciou um

período diferente daquele em que é realizada a entrevista. Presenciou fatos que, muitas das vezes, nenhuma outra pessoa experimentou com a mesma intensidade, por este fator, experiências tanto positivas quanto negativas fazem parte da história dessa testemunha. Estas, positivas e dizíveis, são as que permeiam a maior parte da entrevista, porém, as experiências de cunho traumático também são fundamentais para a pesquisa, uma vez que, todas fizeram a testemunha ser quem é hoje.

Mas uma ressalva deve ser feita com relação a esse relato de experiências traumáticas: Quando falamos de elaboração da experiência traumática, devemos fazer um esclarecimento. Em primeiro lugar, estamos aludindo à possibilidade de elaboração daquilo que é passível de ser elaborado, pois sabemos que a experiência traumática contém em si um núcleo da ordem do indizível que dificilmente será transposto em palavras ou imagens (FRIEDL; FARIAS 2012, p.21)

Ou seja, muitas vezes temos que lidar com o silêncio da pessoa entrevistada, mas devemos ter em mente sempre, que o silêncio não significa esquecimento. Dentro desse processo de entrevista, a testemunha elabora e reelabora sua identidade, construindo e reconstruindo sua memória. Pode ocorrer também que os traumas, as experiências traumáticas, transformem-se em *arranjos da memória*, nas palavras de Friedl e Farias.

Este é um dos fatores mais significativos da história oral, a possibilidade de auxiliar a testemunha a construir e reconstruir suas memórias, auxiliando-a a transformar experiências da ordem do indizível em dizíveis, para posteriormente se juntarem à História. Dentro desse contexto, Friedl e Farias apontam que:

A partir dessa dificuldade de se expressar deve-se considerar a importância do narrador e de quem o escuta atentamente. Somente pelo diálogo, construído sob a alteridade, é possível a superação do trauma. A ausência daquele que pode ser alçado à condição de testemunho de angústias, capaz de afirmar e reconhecer sua realidade, aniquilaria o relato. O testemunho como construção de memórias implica múltiplas vozes e verdades, também em silêncios e não ditos, sendo que esses silêncios podem estar relacionados com vazios traumáticos ou como maneiras de distanciamento do outro, por não desejar se expor, por vergonha ou por busca de dignidade (FRIEDL; FARIAS 2012, p.33).

Há dentro desse processo uma “redenção”, em que o irrepresentável ganha representação, o não sentido passa a fazer sentido, a partir de uma construção de memória que se dá através da narrativa histórica. Nas palavras de Seligmann-Silva (2008), “narrar o trauma, tem o sentido de renascer. Entretanto, o narrador irá encontrar dificuldade em traduzir em palavras o excesso vivido, uma vez que existe o inevitável diferencial entre o vivido e o dito” (SELIGMANN apud FRIEDL; FARIAS 2012, p. 36).

Todas essas questões estiveram presentes no processo de entrevista da Dona Paulina. Cabe aqui, citar e problematizar parte delas.

Dona Paulina: Por Dentro Das Memórias De Guerra: Como citado anteriormente, sob o contexto da Segunda Guerra Mundial, Dona Paulina viu-se obrigada a ir para a Alemanha nazista realizar trabalhos forçados. Lá ela ficou em um campo com vários outros prisioneiros e vivenciou inúmeras experiências de cunho traumático. Mas antes de sua ida forçada a Alemanha, é possível afirmar através de parte de sua entrevista, que ela não foi poupada de acontecimentos cruéis que permearam o contexto em que ela viveu na Rússia, como por exemplo, o anti-semitismo:

Judeus era gente boa, mas Alemão não gosta, e tava cheio de alemão. Mas judeus era gente boa, eles ajudavam a gente, eles trabalhar não trabalhava sabe, cada um tem mercado, tem roupa, judeus lidam mais com isso, né? Então se você precisava de roupa, se você tinha o dinheiro, eles te vendiam, se não tinha, “pode levar depois você paga”. Eles era gente boa, não era ruim. Não sei por que fizeram aquilo, eles não gostam judeus, alemão. E abriram assim [dando exemplo do tamanho da valeta]. Minha mãe levantou e falou: nossa Paulina, por que aquela valeta grande? Vários tratores, um daqui outro dali, abriram aquela valeta. No outro dia, caminhão cheio gente, mataram tudo esses judeus, criança, mulher, marido e família. E desceram do caminhão, colocaram gente assim e do outro lado, e os alemães com aqueles “tatatatata” [gesto de arma atirando] e gente caindo [na valeta], alguns vivos e o trator atrás “chum” [cobrindo]. Olha, eu lembro eu choro. [Silêncio]... Falo verdade. Não posso nem lembrar que eu vi isso, que dá dó. A mãe falou: vai para o outro lado, não olha! Eu falei, mãe do céu, que que isso? Mais matou, matou, até de dois anos, três anos. Aquela gritaria e o trator “chuchu” [cobrindo os corpos]. Se morreu, morreu, se não, gritando ainda vivo, a terra matou e acabou. Tamparam e foram embora (HIERA, 2014).

Neste trecho da entrevista, a entonação de voz de Dona Paulina muda, ela ficou abalada ao lembrar dessa passagem em que viu judeus serem mortos em sua aldeia. Geralmente isso acontece quando testemunhas lembram eventos traumáticos. Já neste período, ela foi testemunha de uma violência coletiva, mas que se internalizou nela como um trauma individual. A esse respeito, temos uma posição relevante apontada por Friedl e Farias: “[...] o acontecimento coletivo violento converte-se em trauma que se inscreve na experiência individual, mas é o sofrimento individual que comprova a dimensão traumática do acontecimento coletivo” (FRIEDL; FARIAS 2012, p. 21). Ainda dentro dessa idéia, Suleiman (2008) aponta que: “o testemunho é sempre individual enquanto o trauma histórico é coletivo” (SULEIMAN apud LEWGOY, 2010, p.53).

Pelagia Hiera continuou vivendo experiências traumáticas, agora, no campo de trabalho em que foi obrigada a ficar. Quando questionada sobre a primeira impressão que teve do local, ela desabafa:

iiiih... [silêncio], vou falar viu... [silêncio]. Se fosse hoje pra mim ir eu preferia morta. Falo verdade. Na Alemanha, iii, não tava bom não. Na minha terra tava igual aqui pra mim, trabalhar, se você quiser sair passear, passeia, se não quiser fica em casa, né? Ninguém manda em você, só mãe e pai manda, né? Na minha terra também é assim. Mas na Alemanha tinha mandante e mandante. E tem que obedecer (HIERA, 2014).

A vida nesses campos era muito difícil: “na Alemanha trabalhava também pra burro, e serviço pesado. Três meses, mas pensa num peso. Na rua, abri valeta, três meses trabalhei assim. Oh, você deitava, sentava, já dorme. Alemão não tinha dó de ninguém” (HIERA, 2014).

Posteriormente, Dona Paulina começou a trabalhar em um fábrica, onde presenciou inúmeros bombardeios, como este que ela relata:

Mas depois, nós estava na fábrica trabalhando, só via avião, parecia nuvem quando a gente fala, vem chuva brava, avião um perto do outro, igual eu ponho o dedo assim, você via aquele avião “uuuuuuuuuh”, a gente na fábrica corria pra esconder, porque lá tinha as casa de esconde, bomba batia, ela caía e assim...Bomba redonda caía e escorregava e fazia buraco. Mas essas coisas era feita de concreto, e ferro grosso, então ele não quebra e grossura que dava metro. Aqui tinha os pra sentá, dentro e tudo. Lá escondia, não era um nem dois, bastante tinha na fábrica né. Vinha aquele aviões

uuuuuuhh e eles já apitando piiiiiiiiiii, entravam tudo correndo. Depois quando já pra trás, avião jogou bomba e voltava né, a gente saía daquela casa, já abria a porta e saía e lá onde você trabalhava, não pertinho, longinho [de onde “morava”], quando nós saímos daquele esconderijo, a gente, um rancado perna, outro braço, outro cabeça, aquele você passava, pulava por cima e nem medo tinha nada, eles na comida dava alguma coisa assim pra, calmante, pra gente não ficar nervoso. Porque eu se eu ver agora, algum corte, algum machucado assim, eu nem durmo aquela noite pensando. Aquele tempo pulava um por cima do outro, e não teve jeito, na rua quando sai, tanto morto, menina, você nem acredita (HIERA, 2014).

Em situações de guerra os limites humanos são testados, nota-se que Dona Paulina acredita estar sob efeito de medicamentos, pois se não estivesse, não agüentaria passar pela situação acima citada. A questão é que, dentro de uma situação em que o ser humano é colocado forçosamente, é de natureza humana criar mecanismos para superar certas situações. Foi certamente o que aconteceu nesta e em outras ocasiões em que Pelagia Hiera foi exposta a experiências de cunho traumático.

Durante a entrevista, questionei Dona Paulina sobre o relacionamento com o que ela chama de “polícia”, que na verdade eram os guardas nazistas. A minha pergunta foi a seguinte: “E eles eram bastante bravos quando alguém desobedecia regras? Castigavam?” E a resposta veio através de um duro, cortante e emocionante silêncio em um primeiro momento: “[Silêncio]... É duro minha filha. Não é mole”. (HIERA, 2014). Sem sombra de dúvidas, este foi um dos momentos mais emocionantes da entrevista, colocando em xeque a idéia de que o entrevistador deve ser objetivo e neutro perante a testemunha, colocando em xeque também a afirmação de que por trás do silêncio não existe nada. Neste momento, vi todas as imagens passando pela sua memória, mas as mesmas foram expressas através da curta frase acima, legitimada por olhos cheios de lágrimas.

Ao final da análise de parte das entrevistas de Dona Paulina, algumas coisas puderam ser concluídas. Uma das principais, é que, como aponta Jelin (2001),

[...] a memória da experiência traumática não é um processo linear, cronológico ou racional, visto que a memória de um passado conflitivo tem momentos de maior nitidez e momentos de latência, de aparente esquecimento ou silêncio (JELIN, 2001 apud FRIEDL; FARIAS 2012, p. 28).

Cabe ressaltar que estas experiências da ordem do indizível que se cristalizam no silêncio da testemunha, muitas vezes, no processo de entrevistas passam a ganhar representação na inteligibilidade do entrevistado, entrando assim para a ordem do dizível. A história oral tem total relevância nesse processo, além de auxiliar na reconstrução das memórias, ela coloca o testemunho de sujeitos antes marginalizados por uma história oficial, como um dos elementos principais para a pesquisa historiográfica.



Imagem 1: Ficha Consular de Qualificação

Fonte: Arquivo familiar (1949)



Imagem 2: Dona Paulina

Fonte: Foto tirada pelo autor (2014)

Uma das satisfações em se trabalhar com a metodologia história oral é que, através dela, sujeitos que foram por muito tempo excluídos passam a “ter voz”. Estes indivíduos passam a ter também, ciência de que sua história é importante e que enriquecerá a História. Outra satisfação é que a partir desse método, as testemunhas do passado podem elaborar e reelaborar suas memórias, através de um processo gradativo que muitas vezes pode romper com a barreira do indizível.

A memória, “instrumento base” para a história oral é relevante, ela aprisiona, mas na maioria das vezes liberta. Dona Paulina teve consciência disso, do contrário não autorizaria a exposição de suas memórias. Ela sabe o quão isso é importante, pois, em suas próprias palavras: “Eu sempre tinha escrito [...] levava caderno, tudo escrevia né, depois guardava [...] E eu falava, é bom guardar na lembrança as coisas né” (HIERA, 2014).

Referências Bibliográficas:**Fontes:**

HIERA, Pelagia. Depoimento 2014. Entrevistadora: Vanessa F. Mayrinck.

Bibliografia:

BEIERSDORF, Danielle da Silva Maçaneiro. *Memória e testemunho: relatos de sobreviventes do Holocausto*. 2010. 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

FRIEDL, Flavia de O; FARIAS, Francisco Ramos de. *Uma articulação entre o conceito de trauma e o de memória social: a elaboração da experiência traumática*. *Psicanálise & Barroco em Revista*, v.10, n.2, p.18-41, 2012.

JOUTARD, Phillipe. *Desafios à História Oral do século XXI*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *História oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, 204 p.

LEWGOY, Bernardo. *Holocausto, trauma e memória*. *Revista do Instituto Cultural Judaico*, RS, v. 2, n. 1, p 50-56, 2010.

POLLAK, Michael. *A gestão do indizível*. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v.2, n.1, p 9-49, 2010.

QUINTAIS, Luiz. *A morte do sentido: as experiências traumáticas de guerra e os limites humanos*. *Antropologia Portuguesa*, n°22/23, p 41, 49, 2005/2006.

THOMSON, Alister. *Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *História oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, 204 p.

GOVERNAR UMA COLÔNIA TROPICAL: BAHIA 1750-1777

ISSN: 2595-1645

Charles Nascimento de Sá (Doutorando em História e Sociedade/UNESP-Assis)
André Figueiredo Rodrigues (Orientador)

Resumo: O governo das colônias tropicais nos impérios da idade Moderna tem ganhado maior relevância nas últimas décadas. Partindo de estudos clássicos, como os de Charles Boxer e Kenneth Maxwell, é cada vez maior a quantidade de trabalhos que focam na análise desse fenômeno. A Bahia foi sede do governo colonial até o ano de 1763, apesar de ser a sede do Vice-Reino do Brasil, poucas foram as obras que centraram análises sobre o governo geral da Bahia. O presente projeto estuda o governo da Bahia entre 1750 a 1777 e as dificuldades encontradas pelos governadores da época na resolução dos problemas que ocorriam. Os mais comuns eram: desvio de dinheiro, dificuldades com a tropa, sonegação de impostos. O projeto fundamenta-se nos trabalhos de Hespanha (2001, 2003, 2010), Schwartz (1988, 2002, 2011), Fragoso e Florentino (2000), Gouvêa (2001), Bicalho (2001, 2013), Nuno Monteiro (2001, 2005) e Mafalda Cunha (2005). A pesquisa abrangerá o governo geral da Bahia durante o reinado de D. José I e seu ministro Marquês de Pombal. Para isso, serão utilizados documentos manuscritos, como cartas, ofícios, inventários, processos, da Coleção Castro de Almeida e outros provenientes do Arquivo Nacional e Arquivo Público da Bahia.

Palavras-chave: Governo geral. Administração. Bahia colonial. Adversidades.

Introdução

O século XVIII foi o período histórico de consolidação e apogeu do desenvolvimento econômico e cultural da América portuguesa.. Populações distantes e díspares eram conectadas pelo intercâmbio entre as mais diferentes mercadorias produzidas na Época Moderna. Sobre Salvador, sede do governo da capitania da Bahia, Boxer aponta que há muito tempo a cidade “ultrapassara a Goa Dourada e tornara-se a segunda cidade do império português, tendo a sua frente, em população e importância, apenas Lisboa” (2000, p. 154). Dessa forma, a Bahia, sua capital e demais capitanias circundantes, em especial Ilhéus e Porto Seguro, davam ao porto de Salvador e à Baía de Todos os Santos, grande destaque na economia do Império português.

Para Portugal governar e administrar esse imenso território, ancorado em três continentes, homens da mais alta nobreza lusa foram encaminhados como governadores. Aos governadores gerais cabia o papel de não apenas representar e fazer valer a vontade do rei. Neles se assentavam as ligações entre os súditos e a coroa. Fazer com que a exploração da atividade econômica correspondesse aos interesses da metrópole, que os poderosos locais atuassem dentro dos parâmetros esperados pelo monarca, que a população mais pobre não estourasse em revoltas e, ainda, manter uma imensa massa de cativos sob o jugo de seus senhores, eram tarefas difíceis e espinhosas. Ainda assim, na maioria das vezes, os governadores residentes na Bahia conseguiam a contento efetivar suas atribuições, ainda que não conseguissem consolidar uma administração que, de fato, atingisse as metas

recomendadas nos regimentos régios. Revoltas, resistências e contestações ocorreram, mas sempre foram contornadas ou sufocadas.

A dinâmica da administração colonial mudou, a partir do início do século XVIII. A descoberta das minas de ouro no final do século XVII, sustentou, ao longo da primeira metade do século XVIII, o fausto da corte de D. João V. A mudança gradual do eixo econômico do Brasil do Nordeste para as capitanias de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro e a elaboração na Europa de uma nova doutrina de governo, centrado em um maior aumento do poder e influência do Estado, geraram mudanças significativas na maneira da metrópole administrar suas conquistas. A Bahia, maior produtora de açúcar e fumo na colônia, após a invasão holandesa a Pernambuco, e depois de um período de estagnação econômica, efeito da concorrência antilhana no início do século XVIII e de fenômenos climáticos adversos, tais como seca acentuada ou chuvas muito intensas, iniciou, por volta de 1770, uma recuperação econômica que duraria, aproximadamente, oitenta anos. Afinal, “a região produziu, entre 1780 e 1860, grandes quantidades de açúcar e fumo para o mercado mundial” (BARICKMAN, 2003, p. 28).

Assim, nossa pesquisa pretende ser significativa ao situar dois momentos distintos para a Bahia: em um primeiro, ela é a sede do centro administrativo colonial, o Vice Reino²¹⁰, no caso da presente pesquisa de 1750 a 1763. Espaço privilegiado das decisões e mandos e desmandos da América portuguesa. Em outro momento, que se situa entre 1763 a 1777, com a transferência da sede para o Rio de Janeiro, iniciou-se uma fase de marginalização política, que se tornará marginalização econômica com o declínio da lavoura canavieira na segunda metade do século XIX. No entanto, é importante salientar que apesar de não ser mais a sede do Vice-Reino do Estado do Brasil, a Bahia, durante todo o século XVIII e primeiras décadas do XIX, ainda terá seu peso político e econômico reconhecido pelos agentes governamentais da monarquia lusa até 1808 e brasileira daí em diante.

A administração de uma região extensa e rica, com uma das mais antigas elites rurais e mercantil da América, representava o ápice da carreira política dos que vinham para a América portuguesa. Galgar os degraus da política colonial que levavam ao governo da sede do Vice-Reino do Brasil significava o coroamento de uma carreira política em que o indicado

²¹⁰ Sobre o Vice Reino é importante salientar que este designava a autoridade máxima da América portuguesa, tendo sido instituído em 1720. No entanto, as atribuições dos demais governadores gerais, e os Regimentos que legislavam a atuação destes, serviram de barreira para que o vice-rei exercesse um domínio pouco além de suas fronteiras. A transferência da sede para o Rio em 1763 foi uma tentativa de sanar isso. Essa mudança porém, em nada alterou a rotina e/ou o poder dos governadores gerais da Bahia dentro de sua área de atuação até o ano de 1808.

havia demonstrado, ao longo de toda sua trajetória, aptidão e honrarias necessárias para tal fim.

Nesse sentido, o período que se pretende analisar (1750-1777) tem importância capital para a capitania da Bahia, afinal nesses vinte e sete anos de reinado de D. José I, na primeira metade a Bahia foi sede do Vice-Reino e, depois, tendo perdido a primazia da sede do Vice-reino para o Rio de Janeiro, incorporou para si quatro capitanias: a de Ilhéus, Porto Seguro, Paraguaçu e Itaparica (SILVA, 2010). Essas mudanças interferiram na forma de administrar e no governo da capitania. Tal momento permite comparações e análises que tendem a enriquecer o estudo sobre a ação dos governadores e o governo da capitania da Bahia.

É nossa proposta, portanto, na ótica da história da administração pública colonial, analisar o governo geral da Bahia, entre os anos de 1750 a 1777.

Justificativa

A análise do governo colonial tem registrado significativas mudanças. Novos olhares sobre o processo de domínio e colonização foram desenvolvidos com especial destaque para os estudos de Alencastro (2000), Hespanha (2001, 2003, 2010), Schwartz (1988, 2002), Fragoso e Florentino (2000), Gouvêia (2001), Bicalho (2001, 2013), Nuno Monteiro (2001, 2005) e Mafalda Cunha (2005).

A autonomia no relacionamento com a África e outros portos da América e Ásia, o intercâmbio entre as regiões que compunham o Império português, as transações econômicas envolvendo outras capitanias e o interior da Bahia no século XVIII, ampliam o entendimento sobre a colonização lusitana para além dos consagrados estudos de Caio Prado, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, dentre outros, que se tornaram paradigmas no campo histórico. Afinal, como explica José D'Assunção Barros (2007), um tema de pesquisa histórica deve ser relevante não apenas para quem pesquisa, mas também para os homens do seu tempo.

O estudo da Bahia, centro econômico da América portuguesa entre os séculos XVII até o XIX, tem despertado o interesse de diversos estudiosos no Brasil e fora. Bert Barickman (2003), István Jancsó (2000), Avanete Pereira (2009), Russell-Wood (1998, 2005), Stuart Schwartz (1988, 2002), Pierre Verger (2002), Katia Mattoso (2004), são alguns dos nomes que apresentaram profundas e instigantes pesquisas sobre a Bahia colonial. Entretanto, uma pesquisa que pontue a ação dos governadores na Bahia colonial dos setecentos e suas adversidades na administração dessa capitania ainda não foi realizada. Até o momento, a maioria das teses e dissertações tem trabalhado com a Câmara, caso de Avanete Pereira. É

importante salientar que até mesmo estudos clássicos como os de Charles Boxer (2000) sobre *o Império marítimo português*, Russell-Wood, sobre a *Misericórdia da Bahia* (2005), Stuart Schwartz (2011) sobre a *Relação da Bahia*, Maria Fernanda Bicalho (2003) sobre a *Câmara do Rio de Janeiro*, apenas perpassam a atuação dos governadores.

Em todos esses estudos dá-se mais destaque a ação das Câmaras ou dos juizados como local privilegiado de atuação política. Os governadores e sua prática cotidiana são objetos de pouca atenção. Nos estudos em que estes são o foco do processo, como no caso de Nuno Monteiro, Mafalda Soares da Cunha, Pedro Cardin, Rodrigo Ricupero, Heloísa Bellotto, a maioria das pesquisas foca sua análise sobre os séculos XVI e XVII. Os estudos que evocam o século XVIII centram-se, muitas vezes, em que tipo de pessoa foi designado para esse cargo e sua maneira de governar. Em todos esses estudos, a Bahia setecentista não é o assunto principal.

Pesquisar os contratemplos dos governadores-gerais da Bahia pode revelar aspectos do cotidiano e das ações desses indivíduos. Os mecanismos por eles utilizados para o controle da sociedade colonial, o diálogo, ou atrito, estabelecido com as elites, seu poder de barganha ou de imposição para cumprimento das ordens metropolitanas, poderá apontar para valores defendidos pelos governadores e a relação entre esses elementos e a sua formação política e teórica.

Delimitação do tema

Os governadores régios eram indivíduos extraídos da mais alta nobreza lusitana, em cuja atuação residia o bom andamento das possessões coloniais. Ao articular, gerir, supervisionar, assessorar, defender e nomear, sobre eles recaia, portanto, inúmeras tarefas. A boa condução e o andamento dessas funções, em consonância com o Reino e os poderes locais; muitas vezes, “emperrou” a administração dos governadores, não havendo assim “consonância” entre governadores e aqueles que se encontravam sob sua jurisdição, isso, conseqüentemente, não contentou a Coroa, a ponto de ela ter dividido a administração para dois Estados, que também não a contentaram, razão pela qual reunificou-se tudo no último quartel do século XVIII.

Elemento presente nas conquistas desde seu início, o governo geral das capitanias foi um dos poucos fatores que se mantiveram inalterados na estrutura de poder da monarquia lusitana durante toda a Idade Moderna.

Quadro Teórico e Discussão bibliográfica

O governo geral da Bahia, entre 1750 e 1777, objeto de estudo do presente projeto, será aqui compreendido mediante os conceitos de monarquia pluricontinental, império marítimo, governo e economia do dom. Estes quatro elementos servirão de base para produção da pesquisa e discussão propostas nos objetivos do trabalho.

A monarquia pluricontinental, originou-se a partir das discussões de John Elliott e seu conceito de monarquia compósita para a Inglaterra e suas colônias do norte da América. Tendo isso como ponto de partida João Fragoso, Maria Bicalho e Maria Gouvêa, entre outros, desenvolveram o conceito de monarquia pluricontinental para Portugal e seus domínios na Idade Moderna, a qual se entende como

um só reino – o reino de Portugal – uma só aristocracia e diversas conquistas. Nela há um grande conjunto de leis, regras e corporações – conselhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos – que conferem aderência e significado às diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia [...] trata-se na verdade de poderes locais [...] que tomavam instituições sócio-organizacionais reinóis como referência para formalização de sua organização social. (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 18)

Ao se compreender a dinâmica que constituiu as monarquias na Idade Moderna, como formações sociais integradas, entende-se o poder do monarca, longe de ser absoluto, mas compartilhado por instâncias e uma legislação da época que o vinculava a sociedades diferentes em regiões afastadas e díspares. Nessa diversidade de povos e culturas percebe-se o esforço e a proeminência da elite portuguesa da época moderna, identificados por Nuno Leal Monteiro como membros da 1ª Nobreza ou Grandes, os quais detinham o monopólio da indicação real para os governos das capitanias mais ricas.

Os governadores-gerais eram cooptados nos estratos mais elevados da sociedade lusa. Em um ambiente social em que o nascimento era o elemento chave na designação do lugar que cada um ocupava: ser nobre ou filho de um, não possuir sangue judeu ou mouro, ou ser seu descendente, tornava-se componente *sine qua non* para a escolha dos pretendentes e indicados ao cargo (SOUZA, 2006). O nascimento de um indivíduo ditava-lhe o lugar que ele iria ocupar. Afinal “o recrutamento para este cargo era objeto de uma cuidadosa seleção, não passando sequer pelo Conselho Ultramarino. Era uma decisão reservada ao rei e definida num círculo mais próximo e menos institucional de aconselhamento” (CUNHA, 2005, p. 83). Tal fato, longe de representar o domínio absoluto do monarca, simbolizava a necessidade que este possuía de estabelecer contatos e diálogos mais próximos com a Nobreza lusitana.

Ao governador cabia a função de administrar a região da colônia em nome do rei. Nesse sentido, cabe aqui entender o significado que o termo ‘administração’ recebia no Antigo Regime lusitano:

O termo ‘administração’, por exemplo, era sempre usado com um complemento e só raramente surge isolado (...) em pleno Antigo Regime o termo ‘governo’ também possuía uma acepção indefinida. A sua semântica começara por apontar para a atividade pastoral (...) a acepção de governo evocava, também, a esfera doméstica, o governo da casa familiar (...). Convém notar que a palavra governo, usada para designar a atividade desenvolvida pela Coroa, incorporou esse imaginário doméstico [...] a arte de conduzir uma família (...) e a técnica que habilitava a governar a República, por outro, eram saberes que relevavam, fundamentalmente, de uma mesma exigência, de uma mesma qualidade, de um mesmo princípio ético e político (...). No vocabulário coetâneo, o termo ‘governo’ começou por evocar, fundamentalmente, as funções militares e diplomáticas da Coroa, ao mesmo tempo em que remetia para a gestão de um patrimônio em função de um mandado direto emanado da pessoa régia (CARDIM, 2005, p. 52).

Observa-se no final do texto do historiador português Pedro Cardim que a ideia de governo se atrela à função militar e à gestão do patrimônio pertencente à Coroa. Gouvêa, em seu verbete sobre o governo-geral do Brasil colônia, já apontara para o fato de que a função militar e a defesa da terra era o item mais destacado nos Regimentos que os governadores traziam para o Brasil. O fato de o governador ser também o chefe militar da colônia denotava a necessidade de que sua atuação política subordinasse o território colonial à coroa portuguesa. Daí que os indivíduos recrutados para essa tarefa foram, na maioria das vezes, pessoas com experiência militar e vivência em outras áreas do Império.

Os governadores resguardavam para si, mediante poderes conferidos a eles pelos decretos e regimentos régios, uma autoridade que lhes permitia ir ao encontro mesmo de ordens vindas do reino quando estas destoassem da ordem estabelecida no território de conquista, em especial àquelas que fossem contrárias aos interesses das elites locais. Isso permite entender que a “força do poder local” (a elite agrária e grandes comerciantes) criou mecanismos de poder que em determinados momentos levavam os governadores régios a agir não segundo os interesses vindo da metrópole, mas sim àqueles ligados as elites locais. Manter essa comunidade fiel ao rei e ao Império era sua tarefa mais fundamental. Afinal:

De acordo com a doutrina da época os governadores gozavam de um poder extraordinário, semelhante ao dos supremos chefes militares. Tal como o próprio rei, podiam derrogar o direito em vista de uma ainda mais perfeita realização do seu múnus. Nos regimentos que lhes eram outorgados, estava sempre inserida a cláusula de que poderiam desobedecer aos regimentos, sempre que uma avaliação pontual do serviço real o justificasse (HESPANHA, 2001, p. 133).

O governo das colônias era realizado por um período não superior a quatro anos, isso, no entanto, não era uma regra rígida, existindo casos em que o governador permaneceu muito mais tempo no cargo. A maior permanência dos governadores-gerais na Bahia deu-se sobremodo a partir do final do século XVII. A maior complexidade e os ganhos advindos de se estar na maior capitania da América lusa foram fatores que contribuíram para essa permanência. Outro fator a se destacar é a preferência que a nobreza das Grandes Casas do Reino passou a ter pelo Brasil. Tal fato, como apontado por Nuno Gonçalo Monteiro (2001), evidenciava o declínio do governo das Índias e a ascensão do Brasil, agora compreendido como pedra angular para manutenção da economia e do prestígio do Estado português. Para se chegar ao governo da Bahia era comum que muitos passassem antes pela administração de capitanias menores, além de já possuírem o contato com outras regiões do Império, como já salientado.

Manter um império sobre um mesmo domínio não foi tarefa fácil. Em especial, durante o século XVIII, porque,

de várias perspectivas a primeira metade do século XVIII é mais significativa do período colonial. Ocorreu um aumento acelerado da população (...) o território foi expandido e consolidado, com a instalação de novas capitanias no interior (WEHLING, 2000, p. 17).

A administração na Bahia no século XVIII foi componente essencial para manutenção do domínio português nos trópicos. De modo particular, esse foi o período em que Portugal mais dependeu de sua possessão na América. Para isso:

A legislação elaborada para a administração do ultramar expressa, na exata medida, os diversos graus de intensidade por que passou a relação Metrópole-Colônia no decorrer do período. No espaço colonial, esses

movimentos configuraram uma forma embrionária de organização sócio-econômica, cuja especificidade (...) refratou essa legislação, além de modelar um padrão especial de poder, onde o público e o privado se mesclaram de maneira a proporcionar só contornos da ordem jurídico-administrativa implantada (BRASIL, 1986, p. 48).

No Antigo Regime, o governo da América portuguesa caracterizou-se pelas políticas oriundas da experiência de conquista lusitana e dos aparatos teóricos utilizados pelos juristas da Idade Moderna. Este sistema caracterizava-se pela existência de uma sociedade estamental, em que os cargos e as funções dos agentes públicos encontravam na figura do rei o componente principal para obtenção de mercês e benesses. Dessa maneira,

O governo seria a transferência de mecanismos de dominação típicos de Portugal do Antigo Regime para suas possessões no ultramar, bem como a cessão de mercês por parte do monarca para indivíduos que se destacassem na condução dos negócios públicos nas regiões de conquista (BRASIL, 1986).

Para que o governo pudesse se concretizar era necessária uma série de mecanismos que viabilizassem sua dinâmica. Nesse sentido, a noção de autoridade régia era um dos vetores que sedimentava o predomínio da coroa sobre os demais membros da sociedade desse período. Assim,

O que as monarquias do século XVII pretendiam não era tanto a centralização, mas o fortalecimento de suas dinastias, a imposição do princípio de autoridade sobre os seus súditos considerados pouco obedientes e pouco cumpridores de suas obrigações, especialmente em matéria fiscal e na reputação na cena internacional, reputação essa considerada impossível sem um exército vitorioso e temível (PUJOL, 1991, p. 124).

Fortalecer a dinastia significava ter sobre sua autoridade o maior número possível de súditos e pessoas. Discutir a autoridade e seu sentido para as monarquias europeias, de modo especial as ibéricas, e mais especificamente Portugal, na Época Moderna, torna-se, assim, um elemento fundamental a orientar essa pesquisa.

O governo do território e sua defesa tinham na distância entre a Europa e a América outra fonte para dificuldades nas tarefas dos governadores que aqui vieram. As dificuldades

de comunicação com o Reino e a demora em efetivar os contatos com a população nativa tinham uma influência direta na maneira como os governadores administravam suas áreas de influência. Deste modo,

Durante o tempo em que uma ordem transita entre o poder superior de onde emana e a autoridade subalterna encarregada de fazê-la ser cumprida – tempo em que a lei já existe, mas a aqueles a quem se destina ainda a desconhecem – cabe ao administrador local, muitas vezes, tomar resoluções nem sempre concordes com a vontade régia (BELLOTO, 2007, p. 118).

Administrar, durante o Antigo Regime, requeria autoridade de quem estivesse assumindo tal função. Ao rei cabia o privilégio de constituir pessoas que iriam prover os cargos de sua administração. Para tanto,

O ato régio de conferir honras e privilégios tem sido analisado pela historiografia como elemento instituidor de uma ‘economia moral do dom’, de acordo com a qual aqueles beneficiados passariam a estar ligados ao monarca por uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços (BICALHO, 2001, p. 206).

A economia moral do dom, fator que distinguia o poder real dos outros poderes constituintes do corpo político do Antigo Regime, assentava-se, assim, no privilégio inerente ao rei de demonstrar seu agrado junto aos seus súditos, por meio de benefícios e privilégios.

Objetivos

A pesquisa tem como problema discutir quais foram as dificuldades encontradas pelos governadores gerais em sua função na capitania da Bahia, no período de 1750 a 1777? Quais eram as queixas mais comuns, constantes em seus escritos e cartas, que eles apontaram sobre a capitania e sua gente? Como atuaram os governadores para introduzir, no governo geral da Bahia, as medidas e práticas propostas pela Coroa durante o reinado de D. José I?

As hipóteses aqui elencadas são: no exercício de suas tarefas, os governadores gerais fizeram acordos e concessões aos povos e lideranças locais da Bahia setecentista. Problemas no governo da capitania foram traços comuns a todos os governadores que estiveram à frente da Bahia colonial, no período de 1750 a 1777, estes, por sua vez, demandavam tempo e limitavam a ação dos representantes régios no espaço baiano.

As questões elencadas serão respondidas a partir dos seguintes objetivos:

- compreender o comportamento político dos governadores gerais que estiveram na Bahia entre 1750 a 1777 e sua ligação com os problemas oriundos dos grupos e povos por eles governados;
- analisar as ligações entre as ações dos governadores na Bahia setecentista e a cultura política do Antigo Regime português;

Metodologia e Fontes

Para tal fim, far-se-á uso da dialética, o discurso e as contradições inerentes ao processo histórico oriundo das relações entre os governadores e demais membros da sociedade baiana colonial. Neste rol, exploraremos registros que visam analisar os problemas administrativos vivenciados pelos governadores gerais que estiveram na Bahia entre 1750 a 1777, tais como: desvio de ouro/dinheiro; conflitos entre os oficiais administrativos; falta de dinheiro para pagamentos ou compra de equipamentos; desobediência; conflitos com os colonos; determinações régias; doença e outros que forem catalogados ao longo da pesquisa.

A pesquisa tem nos documentos da Coleção Castro de Almeida, do AHU, relativos à Bahia colonial no século XVIII, que se encontram gravado em mídia pelo Projeto Resgate, o locus privilegiado de obtenção das fontes primárias. Outras fontes documentais serão acrescidas ao longo do processo de pesquisa.

Referências Bibliográficas:

- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In. BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. v. 2. São Paulo: EDUSP, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.
- ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. **O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARICKMAN, Bert Jude. **Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgadio de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: ideias e práticas políticas nos império português**. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____. As câmaras ultramarinas e o governo do império. In. FRAGOSO, João; BICALHO, M. F. Baptista; GOUVÊIA, Maria de F. Silva. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BRASIL. **Fiscais e meirinhos: administração no Brasil colonial**. Coord. SALGADO, Graça. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CARDIM, Pedro. Administração e governos: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In. BICALHO, Maria F. B.; FERLINI, Vera L. A. (Org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.
- COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In. BICALHO, Maria F. B.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português**. São Paulo: Alameda, 2005.
- CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In. FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria de Fátima. (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 117-154.
- _____. Governo e governante do Império português do Atlântico (século XVIII). In. BICALHO, Maria F. B.; FERLINI, Vera L. A. (Org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e a comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊIA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). **Monarquia pluticontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In. **Topoi**. Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social Da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 49-63, 2004.

HESPANHA, António Manuel de. A Constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In. In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 163 – 189.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In. FRAGOSO, João; BICALHO, M. F. Baptista; GOUVÊIA, Maria de F. Silva (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema colonial**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial – 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**. São Paulo: Alameda, 2010.

SALGADO, Graça (Coord.) **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder local e cotidiano: a câmara de Salvador no século XVIII**. Dissertação (Mestrado). Salvador, Universidade Federal da Bahia: 1996.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFF, 2001.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo** do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. 4. ed. Ver. Salvador: Corrupio, 2002.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.

GOVERNO BUSH E AS GUERRAS DO AFGANISTÃO E DO IRAQUE

ISSN: 2595-1645

Danilo Pontes Rodrigues (Mestrando em História Social/UEL)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (Orientador)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o governo Bush tendo enfoque as duas guerras operadas pelos Estados Unidos contra o Afeganistão e o Iraque após os atentados terroristas do dia 11 de Setembro de 2001. Além da questão econômica pertinente ao petróleo, o artigo busca demonstrar como o governo Bush utilizou de medidas unilaterais para impor suas ações, tanto a o congresso estadunidense quanto à Organização das Nações Unidas, além de instrumentalizar o medo potencializado com os atentados para aprovar tais medidas. Tendo em vista que os grupos terroristas fundamentalistas islâmicos não inventaram o terrorismo, o trabalho traz uma reflexão sobre as mudanças que esses atentados trouxeram ao mundo ocidental, considerando também o próprio conceito de terrorismo apresentado pelo código penal estadunidense e, como alguns autores críticos aos governos norte americanos se posicionam quanto ao assunto.

Palavras chave: Terrorismo. Governo Bush. Guerra do Iraque.

Introdução

Os ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001 foram eventos que marcaram toda a sociedade ocidental, em específico, os Estados Unidos. Não apenas pelos cidadãos estadunidenses mortos, mas foi um ataque que aconteceu dentro do território nacional americano e determinou muitas decisões políticas, seja no que concerne à legislação interna, ou às relações internacionais do governo americano. Se o “911”²¹¹ já tinha uma natureza de emergência, após os atentados, estes números ganharam um novo significado.

Mais do que um ataque dentro do território nacional estadunidense, que contam com cerca de três mil vítimas, foi uma operação planejada e executada com ataques simultâneos, onde quatro aviões foram sequestrados, o primeiro que atingiu a torre sul do *World Trade Center*²¹², o segundo que atingiu a torre norte do mesmo complexo comercial, o terceiro que atingiu o pentágono²¹³ e o quarto que caiu em campo aberto na Pensilvânia, seu destino era o capitólio²¹⁴ porém, como foi comprovado posteriormente, os passageiros tentaram retomar controle da aeronave. Ataques estes que tiveram a Al-Qaeda e seu líder Osama Bin Laden apontados como autores.

²¹¹ Nos Estados Unidos, o número telefônico para atender situações emergências é o “911”; a data dos atentados, coincidentemente é o “9/11”, considerando que neste país se tem por costume colocar os dias antes dos meses ao representar as datas.

²¹² Complexo comercial e financeiro que situava na região conhecida por baixa Manhattan, sua estrutura contava com sete prédios, e um restaurante e um hotel faziam parte de seus estabelecimentos.

²¹³ Construção sede do departamento de defesa dos Estados Unidos.

²¹⁴ Construção sede do congresso estadunidense, onde ocorrem as reuniões do senado e da câmara dos representantes.

Se durante a década de 1990 os governos estadunidenses, e seus simpatizantes, viviam um clima de otimista e vencedor com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com os ataques às torres gêmeas e ao pentágono isto se inverte e tal cenário de sentimento otimista e vencedor não se sustentava mais, um clima de medo e a ânsia por vingança tomou conta da sociedade estadunidense, que foi aproveitado pelo governo do George W. Bush para tomar suas decisões aprovando duas guerras e leis que restringiram liberdades individuais dos cidadãos.

Tal clima de medo paranóia social que acabaram servindo como terreno fértil para que surgissem diversas teorias conspiratórias, em que o governo estadunidense teria participado dos atentados, quando não apontavam o governo como autores dos atentados, teorias estas que aparecem eventualmente na mídia até em situações mais recentes²¹⁵.

Assim, o presente trabalho procura analisar como foram os primeiros anos do governo Bush e as duas campanhas bélicas empreendidas pelo governo. Para tanto, o trabalho fará uma análise do neoliberalismo no fim do século XX e como o 11 de Setembro impacta para esta transformação, assim como problematizar o terrorismo.

Neoliberalismo em expansão

Com a queda do muro de Berlin e a dissolução da URSS, existe um sentimento de “vitória”, se não dos Estados Unidos, ao menos do neoliberalismo como sistema econômico superior; compactuando com este sentimento surge a tese do filósofo estadunidense Francis Fukuyama (1992) *O fim da História e o último homem*, que vai alegar, a partir de uma dialética Hegeliana, que o neoliberalismo teria superado o seu último contraponto, restando às nações neoliberais espalhar o seu modelo político-econômico para o resto do mundo. Para tanto, o autor aponta que o neoliberalismo seria o ponto máximo da evolução econômica da sociedade, modelo econômico que coexistiria com a democracia e uma sociedade que proveria as mesmas oportunidades para os seus cidadãos. O “fim da História” não seria o fim dos acontecimentos naturais ou sociais, mas, segundo o autor, seria uma sociedade tecnológica que supriria todas as necessidades do homem, atingindo assim o último estágio do avanço econômico.

²¹⁵ Segundo o piloto John Lear nenhum boing teria atingido as torres gêmeas, elas teriam sido implodidas e as imagens de aviões indo de encontro com as torres seriam hologramas. Conforme conta em Ex-piloto e Ex-agente da CIA chocam o mundo: “Nenhum avião atingiu as torres gêmeas. Eram Hologramas.” (DIARIODOBRASIL, 2016).

Pensamento que será amplamente criticado desde a sua publicação. Porém, como aponta Rubens Ricupero (2003), o 11 de Setembro simbolizar “a perda da inocência”, criticando justamente o pensamento do Francis Fukuyama, apontando como o pensamento do autor neoliberal é insuficiente para alegar tal constatação.

Sobre o neoliberalismo e as relações internacionais praticadas pelos Estados Unidos com os outros países do continente americano na década de 1990, há uma retórica de reaproximação através tratados de livre comércio, que:

[...] se consubstancia em três pilares: a Iniciativa para as Américas (IA), o Acordo do Livre Comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) [...] somente o NAFTA, criado em 1991, entrou em vigor a partir de 1994, enquanto a IA e a ALCA não chegaram ser implementadas (PECEQUILO, 2013, p.39).

Contudo as políticas neoliberais não foram suficientes para sanarem a crise nos Estados Unidos causada pela superprodução, e nos outros países integrantes destes tratados, entram em divergências quanto a sua função em tais relações e a ausência de auxílio dos Estados Unidos aos países latino-americanos, como foi o projeto conduzido por Hugo Chavez, com retórica anti-hegemônica e antineoliberal no que ficou conhecido como “Socialismo do Século XXI”. Assim, vai causar um afastamento das relações com os Estados Unidos e o fortalecimento de relações entre os países latino-americanos, como pode-se ver no caso do MERCOSUL, e reaproximação do Brasil com países como China, Rússia e Índia (PECEQUILO, 2013, 46-47).

Tal panorama de insucesso do neoliberalismo expresso nas relações comerciais interamericanas é tão expressivo que acaba forçando os Estados Unidos a buscarem reaproximação, anos depois, com países do oriente médio, da Ásia e da África.

Terrorismo

Com os atentados terroristas do 11 de Setembro, os membros da Al-Qaeda e o seu líder, Osama Bin Laden, passam a pertencer ao grupo dos criminosos mais procurados do mundo. Longe de terem inventado o terrorismo, com a suas ações o termo entra em voga e o medo de novos ataques se torna generalizado, se não no mundo ocidental, ao menos nos Estados Unidos.

Assim, o neste capítulo não haverá uma definição do termo, mas assim a problematização do mesmo. O presente trabalho se posiciona desta forma uma vez que o

termo não é único e sua concepção altera com o passar do tempo ou dependendo da sociedade que o utiliza.

Pensando a violência sem limites que se potencializou durante o século XX possui um fator preponderante, é a convicção ideológica de que a causa que se defende é tão justa ou o adversário é tão terrível que para se obter a vitória, todos os meios são não só válidos, mas se fazem necessários, pensamento que justificaria as atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais (HOBSBAWM, 2007, p. 127).

Sobre terrorismo no século XX, Hobsbawm diz:

[...] houve três grandes episódios ou surtos de violência ou contraviolência política desde a década de 1960. O primeiro foi um renascer do que se pode chamar apropriadamente de “neoblanquismo”, nas décadas de 1960 e 1970, que consistiu em tentativas por parte de certos grupos de elite, em geral pequenos e autoproclamados, empenhados em derrubar regimes ou em alcançar objetivos nacionalistas-separatistas por meio da ação armada [...] O segundo, que só tomou forma já pelo final da década de 1980 e expandiu-se enormemente com as agitações civis e o colapso dos Estados na década de 1990, é principalmente étnico e religioso [...] Nesse período surgiu uma importante inovação que se mostrou singularmente terrível: o homem-bomba [...] Na terceira fase, que parece predominar no início do século atual, a violência política tornou-se sistematicamente global, seja por causa das políticas adotadas pelos Estados Unidos no governo do presidente George W. Bush, seja pelo estabelecimento, talvez pela primeira vez desde o anarquismo do fim do século XIX, de um movimento terrorista que opera conscientemente de maneira transnacional (HOBSBAWM, 2007, p.129-132).

Desta forma, o caráter do terrorismo se altera de acordo com a realidade histórica de seus praticantes. No caso específico da Al-Qaeda, o fato de serem praticados num período de alta globalização, potencializa a eficiência dos ataques já que pode ser qualquer pessoa, não se trata de um inimigo evidente. Os pilotos que tomaram conta dos aviões e promoveram os ataques estavam em território estadunidense a tempo suficiente para fazerem curso de aviação e aprender como pilotar os instrumentos que foram utilizados para a destruição.

Mas afinal, que terrorismo é esse que os Estados Unidos perseguem e combatem ao ponto de declararem a *Global War on Terrorism*²¹⁶? Segundo o *U.S. Code*:

(Um) ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que *a*) envolva um ato violento ou uma séria ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou qualquer outro Estados, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro Estado; e *b*) aparente (i) ser uma intimidação ou coerção à população civil; (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção; ou (iii) ameace a conduta de um governo por um assassinato ou seqüestro (United States Code Congressional And Administrative News. 98°. Congresso, Segunda Sessão, 19 de outubro de 1984, volume 2, parágrafo 3077 apud CHOMSKY, 2003, p. 17).

Partindo desta definição, apontada pelo próprio código americano, Noam Chomsky vai apontar que os Estados Unidos é um dos maiores terroristas. Para fundamentar o seu argumento o autor elenca casos como as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki além das intervenções militares na Nicarágua, este que é o caso mais emblemático das intervenções militares estadunidenses uma vez que a Nicarágua recorreu a Corte Mundial, que deliberou em seu favor, ordenando aos Estados Unidos fim da intervenção além do pagamento de indenização (CHOMSKY, 2003, p. 26-27).

Também refletindo sobre o terrorismo praticado pelo governo estadunidense, Domenico Losurdo (2010) vai questionar se os planos de assassinatos ao Fidel Castro pela CIA ou mesmo o embargo exercido ao Iraque na década de 1990, durante a guerra do golfo, que resultou na morte de milhares de pessoas por fome ou doenças, não seriam práticas terroristas também (LOSURDO, 2010, p. 25-26).

Mesmo apontando as contradições nas medidas do governo norte americano ao querer combater o terrorismo, considerando o seu currículo, os autores esclarecem que os ataques terroristas de 2001 em momento algum são justificáveis, uma vez que a morte de três mil inocentes nunca será justo.

Assim, o terrorismo entra em grande evidência devido aos ataques promovidos pela Al-Qaeda, e a esta mudança do caráter do terrorismo que deixa de ser um fenômeno político, étnico e religioso e passa a ser global. Mesmo tendo retórica de combate a este tipo de ação,

²¹⁶ Tradução livre: Guerra Global ao Terrorismo.

os Estados Unidos acabaram demonstrando mais medidas coercitivas, unilaterais e apressadas do que soluções significativas para o terrorismo, como foram as guerras do Afeganistão e do Iraque.

Guerra do Afeganistão

No mesmo dia dos atentados o então presidente George W. Bush fez um discurso emotivo destacando as atrocidades promovidas pelos ataques, enaltecendo o poder da nação estadunidense em resistir e superar as adversidades, elencando também como o governo e as autoridades responsáveis estavam agindo para localizar possíveis sobreviventes e ajudar os feridos, demonstrando também as medidas que estavam sendo tomadas para evitar possíveis novos ataques. Contudo, outro ponto que foi citado pelo presidente foi o empenho em vencer a guerra contra o terrorismo e também que o governo não distinguiria os terroristas de quem os protegessem ou ajudassem.

Mais do que papel como representante de estado em se posicionar sobre o ocorrido, George W. Bush estava mostrando a tônica do que seria o seu governo a partir de então. A negociação e o ultimato para que o governo Talibã entregasse Osama Bin Laden, a aprovação da guerra com a maioria do congresso americano e a declaração de guerra ao Afeganistão com apoio dos países membros da OTAN e “A ação foi aprovada pela Resolução das Nações Unidas 1386 e a Operação Liberdade Duradoura teve início em novembro de 2001” (PECEQUILO, 2013, p. 130).

Em 2001 o governo Talibã no Afeganistão e Osama Bin Laden são enquadrados como inimigos, devido aos atentados terroristas e a falta de colaboração para a captura destes criminosos, contudo no contexto da guerra fria isso se deu de forma diferente:

[...] a tomada do Afeganistão pela União Soviética no mesmo ano. A CIA lançou a maior guerra secreta da história no Afeganistão, recrutando fundamentalistas islâmicos para lutar contra a União Soviética. O apoio dado aos grupos Al-Qaeda e Talibã, que conseguiram ao final vencer os soviéticos e estabelecer um regime religioso antidemocrático, mais tarde assombraria os Estados Unidos (PURDY, 2015, p. 262).

Como resultado da intervenção militar no país, os talibãs foram depostos, houve a indicação de um chefe de estado provisório em 2002, já em 2004 o Afeganistão ganharia uma nova constituição e elegeria o Presidente Karzai. Seguindo em 2005 eleições parlamentares, de acordo com a constituição. Contudo não foi o suficiente para sanar os conflitos internos e

diversos levantes contra o novo regime imposto pelo ocidente não era bem visto por parte da população. A guerra tampouco cessou a produção de ópio e narcotráfico, que é o que alimentava as reservas financeiras do talibã além de incentivar a população a ir contra o exército invasor.

Sobre esta tentativa de padronização dos modelos políticos, Eric Hobsbawm traz o seguinte questionamento:

A globalização sugere que os assuntos de interesse humano geral estão se encaminhando para um patamar universal. Se os postos de gasolina, os iPods e os fanáticos da informática são iguais em todo o mundo, por que as instituições políticas não podem sê-lo? Essa visão subestima a complexidade do mundo[...] Tanto os impérios bons quanto os maus produziram os aspectos bárbaros da nossa época, aos quais agora se soma a “guerra contra o terrorismo”[...] Mesmo no interior dos Estados nacionais territoriais, as condições para um governo efetivamente democrático são raras: um país real, que goze de legitimidade, assentimento e capacidade de mediar conflitos entre grupos internos. Sem esse consenso, não há um povo que seja o soberano único e, por conseguinte, não há legitimidade para as maiorias aritméticas (HOBSBAWM, 2007, p.117-118).

Desta forma, a intervenção no Afeganistão liderada pelos Estados Unidos, acabou sendo uma demonstração militar como uma forma de aviso, uma vez que seu poder se dava pelo seu poderio bélico, apesar de ainda ser a maior economia mundial. Quem contrariava os seus interesses acabava se tornando um inimigo, assim como ocorreu na guerra contra o Iraque.

Guerra do Iraque

A guerra do Afeganistão se consolida com o argumento da vingança e a busca pela justiça ante os atentados do 11 de setembro, uma guerra necessária para a manutenção do governo estadunidense em uma demonstração de soberania e reação. Já a guerra do Iraque possuíram motivos distintos e duvidosos, tanto que não chegaram a conseguir apoio da ONU, como também houve países como Alemanha e França que se opuseram prontamente (PECEQUILO, 2013, p.66-67).

O motivo oficial para a intervenção do Iraque era que o Iraque e o seu “monstruoso” governante, Saddam Hussein, possuíam armas de destruição e caracterizavam uma ameaça ao

orientes médio. Alegações estas que após a invasão, captura e morte do ditador iraquiano, são comprovadas como sendo falsas, tanto que os governos estadunidense e britânico assumem publicamente o “erro”. Contudo, o discurso posterior, é de que a guerra foi necessária para a queda de um governo ditatorial que ameaça a região.

Em seu artigo o economista Henrique Tomé da Costa-Mata demonstra como o petróleo é fundamental para a questão, sugerindo que a mobilização bélica se deu pela decisão do governo iraquiano exportar petróleo faturando em euro e não dólar a partir de 2000. O autor também traz um levantamento da evolução das cotações de ambas as moedas e como isso se dá no mercado internacional como disputa de influência, uma vez que com a criação do euro, o dólar não possuía um concorrente monetário, e foi justamente a queda dos juros praticada pelo governo estadunidense, a fim de se tornar uma moeda mais atrativa ante o seu rival direto que resultou em sua desvalorização ante ao euro (COSTA-MATA, 2011, p. 715).

Houve inclusão do Iraque no chamado “eixo do mal”, faziam parte dessa classificação países como Venezuela²¹⁷, Irã, Coreia do Norte, que seriam inimigos de todo o mundo, no caso específico do Iraque foi o comando de Saddam Hussein, que já havia causado problemas na região e ao interesse dos Estados Unidos na década de 1990 com a guerra do golfo, quando as tropas iraquianas invadiram o Kuwait a fim de obterem maior domínio na região do golfo pérsico. Região detentora de grandes recursos petrolíferos, e ponto estratégico para o transporte do mesmo. Assim, o presidente George H. Bush, pai do George W. Bush, aprova guerra ao Iraque, enviando tropas ao Kuwait e promovendo um embargo ao país, contudo a guerra se cessa sem a retirada das tropas iraquianas, sem a invasão americana ao território iraquiano.

Na invasão do Iraque em 2003, houve resistência por parte da população iraquiana, que são taxados automaticamente como terroristas, os “terríveis cortadores de cabeças”, não que tal prática não tenha sido praticada por alguns iraquianos mais fervorosos em combater os americanos. Domenico Losurdo vai apontar que práticas terríveis como esta não foram exclusivas dos iraquianos, expõe relatos de tropas americanas rindo e zombando de corpos iraquianos mortos, além dos abusos que ocorriam na prisão de Abu Graib (LOSURDO, 2010, p.36-37).

Classificada como guerra preventiva, a guerra do Iraque se mostra como uma experiência bélica com motivações rasas que acabaram se mostrando infundadas,

²¹⁷ A Venezuela foi enquadrada como integrante do “eixo do mal” após Hugo Chavez ter chegado ao poder e iniciar políticas sociais que desafiavam o interesse dos Estados Unidos.

evidenciando o caráter impositivo do governo estadunidense. Se o petróleo é importante no cenário internacional no contexto do Iraque ele se mostra primordial.

Considerações finais

Como se vê os atentados terroristas ditaram diretrizes da política estadunidense, seja no contexto internacional quanto nacional. Partindo de medidas unilaterais no contexto global, obtendo reações por parte dos países invadidos, como aponta Ricupero:

Um outro tipo de inocência iria, porém, nasce dos atentados contra Nova York e Washington, assim como da devastadora reação norte-americana contra o Afeganistão e o Iraque: a tese superficial do novo Império Romano, a idéia ingênua de que o poderio militar dos Estados Unidos, somado a seus recursos econômicos, lhes permitiriam fazer o que bem entendessem, inclusive dando plausibilidade a projetos bizarros como o de recriar o Iraque e o mundo árabe inteiro à imagem e semelhança do modelo ianque (RICUPERO, 2003, p. 13).

Portanto, as intervenções militares tanto no Afeganistão quanto no Iraque resultam em reações de defesa ao seu território por parte dos cidadãos dos invadidos mas também uma reprovação por parcela da comunidade global, mais especificamente na guerra do Iraque.

Assim podemos observar dificuldades do governo estadunidense em se manter na posição de “polícia do mundo”, seja através de adversidades econômicas ou mesmo resistência em sua expansão e imposição ideológica, seja por relações comerciais ou por campanhas militares.

Referências bibliográficas:

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA-MATA, Henrique Tomé da. Dólar, petróleo e novas práticas de comércio internacional. *Sociedad y Territorio*, vol. xi, núm. 37, 2011, 707-728, 2010.

DIARIODOBRASIL, *Ex-piloto e ex-agente da CIA choca o mundo: “Nenhum avião atingiu as torres gêmeas. Eram hologramas”*, 2016. Disponível em: <<http://www.diariodobrasil.org/ex-piloto-e-ex-agente-da-cia-choca-o-mundo-nenhum-aviao-atingiu-as-torres-gemeas-eram-hologramas/>>. Acesso em: 01 de Out de 2016.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; e MORAIS, Marcus Vinicius de, *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. Tradução de Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. *Tempo social*, v. 15, n. 2, p. 9-30, 2003

HISTÓRIA DO ESPORTE, POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES À HISTORIOGRAFIA

ISSN: 2595-1645

Paulo Sérgio Micali Junior
Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André

Resumo: Nos anos de 2006 e 2007, devido ao crescente número de grupos de pesquisa concernentes à história do esporte cadastrados no diretório do CNPq, a Anpuh solicitou àquela que incluísse a “especialidade História do Esporte em uma tabela de área de conhecimento” (FORTES; MELO, 2010, p.23), mas isso não aconteceu. Devido à escassez referencial teórico-metodológica e mesmo bibliográfica, no campo da História do Esporte ainda há muito que se fazer. Para que compreendamo-la enquanto potencial disciplina, discorreremos acerca de seu estado da arte, investigaremos suas possibilidades e limitações de estudo ao passo em que pincelamos as transformações sofridas pela historiografia ao longo do último século. Fá-lo-emos, pois, devido ao significativo interesse pelos esportes – por parte dos historiadores – somente nas últimas décadas, sugere-se uma provável ligação entre a História do Esporte e as renovadas perspectivas historiográficas. Dessa forma, buscamos contribuir para com a estruturação da História do Esporte enquanto disciplina autônoma.

Palavras-Chave: História do Esporte. Estado da Arte. Possibilidades de Estudo.

Almejamos contribuir para com a História do Esporte e, para tal, problematizá-la-emos através da investigação de sua escassez referencial teórico-metodológica, buscando por caminhos e ferramentas para superá-la. Assim, propomo-nos a estabelecer uma “comparação problema” a partir da “[...] comparação entre dois recortes unidos por um problema comum [...]” (BARROS, 2014, p.57). O problema em questão refere-se à prática pugilística, circunscrita a partir das décadas finais do século passado, em duas academias situadas em diferentes localidades: a Academia de Boxe do Londrina Esporte Clube e a Woodlawn Boys Club (WACQUANT, 2002) de Chicago, nos Estados Unidos. Neste caso, a iluminação recíproca apontada por Barros apresenta-se a nós de forma bastante atraente, já que a comparação que nos propomos a estabelecer é composta por objetos circunscritos a um campo bastante lacunar; referimo-nos a historiografia sobre o esporte. Assim sendo, para que melhor compreendamos a lacunaridade que caracteriza nosso campo de investigação, faz-se necessário que atentemo-nos ao seu estado da arte.

Nos anos de 2006 e 2007, devido ao crescente número de grupos de pesquisa concernentes à história do esporte cadastrados no diretório do CNPq, a Anpuh solicitou àquela que incluísse a “especialidade História do Esporte em uma tabela de área de conhecimento” (FORTES; MELO, 2010, p.23), mas isso não aconteceu. Devido à escassez referencial teórico-metodológica e mesmo bibliográfica, na História do esporte ainda há muito que se fazer. Para que compreendamo-la enquanto potencial disciplina, no entanto,

investigaremos suas possibilidades e limitações ao passo em que pincelamos as transformações sofridas pela historiografia ao longo do último século. Faremo-lo, pois, devido ao significativo interesse pelos esportes – por parte dos historiadores – somente a partir das últimas décadas, sugere-se uma provável ligação entre História do esporte e as renovadas perspectivas historiográficas. Atentemo-nos a essas transformações.

Uma série de novos problemas, abordagens e objetos passaram a fazer parte do cânone historiográfico a partir da década de 1970, tendo o movimento que ficou conhecido como *História Nova* assumido o papel de “catalisador” em um processo que culminou no enriquecimento do campo de atuação do historiador. Dessa forma, multiplicou-se [aos historiadores] o número de objetos de investigação passíveis de estudo e interessantes à área, e dentre eles os esportes e suas práticas. Há de se ressaltar, no entanto, que não houve uma revolução historiográfica repentina, surgida do nada. O que houve, na verdade, foi um processo gradual que atravessou grande parte do século XX e continua efervescente. Isto posto, e inclinados a uma maior elucidez, nos próximos parágrafos pincelaremos essa trajetória de forma a melhor compreender nosso campo de investigação.

Desde o início do século passado cogitavam-se profundas reformulações ao campo da história. Por parte de historiadores franceses que compuseram a *Escola dos annales* – como Marc Bloch e Lucien Febvre –, duras críticas foram realizadas contra o modelo de história tradicional que vinha sendo praticado até então. Talvez o valor conferido as fontes tidas como “não oficiais”, marcadamente subjetivas, configure uma das principais discordâncias entre *Annales* e historiadores tradicionais. Em outras palavras, os *annales* opunham-se a então vigente perspectiva que se centrava em questões políticas, marcadas por suntuosos feitos e eventos encabeçados e/ou realizados por grandes homens. Ainda sobre aquela oposição, a historiadora Maria de Lourdes Janotti explica-nos:

Contestando as posturas científicas que acusavam a historiografia de total subjetivismo, Febvre e Bloch defendiam o caráter particular das Ciências Humanas, que não podiam ser regidas por leis. Reconheciam também a necessidade de uma estreita colaboração entre as disciplinas sociais e divulgavam trabalhos recentes de autores de outras áreas. Por não aceitarem os pressupostos da historiografia política tradicional, que apenas passava pela superficialidade dos acontecimentos, contrapunham-lhe à História-problema, isto é, as fontes deveriam ser buscadas e interpretadas segundo as hipóteses que partiam do historiador. Todas as atividades humanas deveriam ser consideradas com a mesma importância. [...] Um dos empenhos desses historiadores era abrir outro campo: o estudo profundo da sociedade, segundo muitas perspectivas da Sociologia. (2008, pp.12-13)

De acordo com Janotti, por meio da História-problema torna-se possível a produção de análises mais profundas, através das quais se faz uso da interdisciplinaridade, ou seja, do emprego de elementos de outras disciplinas ao passo em que se valorizam todas as atividades humanas enquanto potenciais objetos de estudo. Assim, vale ressaltar que

O conhecimento histórico tem como objeto não uma realidade exterior ao sujeito, reprodutível, manipulável, passível de experimentação em laboratório, mas o mundo humano, caracterizado por intenções e ações, e ao qual pertence o próprio sujeito. Seu objeto é subjetivo. (REIS, 2006, p.150)

Esse renovado olhar quanto à subjetividade do objeto de investigação, largamente problematizado ainda na primeira metade do século XX, surtiu grande efeito à posteridade. Inclusive, influenciou historiadores posteriores ao “conceder-lhes uma rica herança intelectual”, como o afirma Julio Aróstegui:

Entre os anos 30 e 80 do século 20, a historiografia realizou novamente avanços espetaculares e decisivos em seu aperfeiçoamento como disciplina. Esses progressos aportaram suas mais relevantes contribuições entre 1945 e 1970, quando surgiram e se desenvolveram algumas novas ideias expansivas, orientações mais variadas de pesquisa e realizações pessoais de alguns pesquisadores, todos de um brilhantismo insuperado. Produziu-se nesses anos o florescimento da herança da escola dos *Annales* [...] Junto a tudo isso, uma das dimensões determinantes desse progresso foi a permanente aproximação de outras disciplinas sociais. (2006, p.138)

Há pouco afirmamos que se expandiu o campo de atuação do historiador, assim como seu leque de interesses. No excerto acima, Aróstegui revela-nos as transformações sofridas pela historiografia além de sua positiva aproximação junto a outras disciplinas sociais. Todos esses avanços não significam, todavia, que agora exista vasto e bem-estruturado referencial teórico-metodológico e bibliográfico referentes a todos os temas circunscritos a história. Embora haja historiadores que desde o início do século passado já se dedicavam a elaboração de trabalhos norteados pela concepção de História-problema apontada por Janotti, uma série de temas e recortes permanecem profundamente lacunares e pouco explorados. Não somente historiadores, mas, também, diferentes profissionais das Ciências Humanas e Sociais ainda não se aprofundaram, por exemplo, em questões referentes aos esportes. De acordo com Leonardo Brandão, somente há pouco

[...] [os esportes] foram considerados objetos da história ou dignos de interesse do historiador. Até bem pouco tempo atrás seria muito difícil escrever um texto científico em história sobre esportes, processos de esportivização ou institucionalização de práticas corporais. Não que faltassem fontes, o que não havia era a concepção, hoje já bem mais fortalecida, de que o esporte ultrapassa o mero jogo das atividades físicas e pode, assim como as artes plásticas, a literatura, o teatro, o

cinema etc. contribuir para uma melhor compreensão cultural e histórica das sociedades. (2010a, p.202)

Neste trecho, Leonardo Brandão levanta três importantes tópicos referentes à pesquisa voltada para a historiografia do esporte: disponibilidade de fontes, possibilidades de estudo e a juventude que caracteriza o campo. A seguir, abordaremos cada um deles.

Iniciemos pela disponibilidade de fontes. No excerto acima, Brandão sugere que o número de fontes disponíveis é suficiente. Por outro lado, seria imprudente afirmar a existência de uma vasta e bem organizada gama daquela. De acordo com os pesquisadores Victor Andrade de Melo e Rafael Fortes

No cenário nacional, temos usado como fontes, majoritariamente, documentos e periódicos. Há ainda um grande desafio: a dificuldade de acessar material diferenciado em função da pouca organização de nossos arquivos, tanto das hemerotecas quanto das próprias entidades esportivas. (2010, p.30)

Ainda,

Outro desafio que deve ser assumido pelos pesquisadores é o uso de fontes de diferentes naturezas, buscando ampliar os olhares sobre o esporte: filmes, fotografias, obras de artes plásticas, memórias, obras literárias, peças dramatúrgicas (teatro e dança), material publicitário, músicas, blogues. (FORTES; MELO, 2010, p.31)

Fontes, portanto, estão à disposição do pesquisador. No entanto, faz-se necessário, como bem ressaltaram Fortes e Melo, ampliarmos nossos olhares para a História do esporte, afinal, este ainda constitui um campo historiográfico pouco explorado. Jônatas Marques Caratti, por exemplo, acredita que “[...] pode-se dizer que somente a partir da década de 1970, na França, com a revolução historiográfica [...] é que o desporto tornou-se atraente” (2012, p.512). O esporte e sua prática enquanto objeto para a história, entretanto, não se popularizou como um todo. Citando Fortes e Melo novamente,

[...] houve um tempo em que em que falar em história do esporte no Brasil praticamente significava falar da história do futebol. O quadro está mudando alvissareiramente, mas permanecem numerosos os temas, modalidades esportivas e práticas corporais que requerem maior atenção e investimento dos historiadores brasileiros. Aliás, mesmo no que se refere ao futebol, poderíamos diversificar as investigações. Um exemplo é o caso dos clubes pequenos, ainda pouco estudados. (2010, p.31)

Desta forma, o campo da História do esporte apresenta-se de forma profundamente “jovial”, passível de uma série de diversas e empolgantes possibilidades de estudo. Partindo desse pressuposto, é de fundamental importância ressaltar que os esportes – passíveis de diferentes apropriações – podem significar mais do que *hobbies* e/ou passatempos. Ao discorrer sobre usos e consumos de bens culturais e materiais, por exemplo, Michel de

Certeau atenta-se a não passividade, por parte dos anônimos sujeitos do cotidiano, com a qual práticas, ideias, valores e produtos são apropriados e ressignificados. Estes, por sua vez, não necessariamente serão empregados conforme suas pretensões originais (CERTEAU, 1998; SOUSA FILHO, 2002) e, para que sejamos mais claros, selecionamos a fala do historiador Flávio de Campos, em entrevista concedida à Folha de São Paulo, onde afirma que os esportes constituem

[...] uma questão de extraordinária importância para a pesquisa acadêmica. Uma chave interpretativa extremamente fecunda para a análise das mais diversas formações sociais [...] parece-me difícil compreender a sociedade brasileira negligenciando o papel desempenhado pelo futebol e suas mais diversas expressões ao longo dos últimos cem anos. (SCWARTZ, 2004, s/p)

Ainda, ressaltamos que entendemos por esporte

[...] todas as formas de atividades físicas que, por meio da participação casual ou organizada, objetivam expressar ou promover a forma física e o bem estar mental, formando relações sociais ou obtendo resultados em competições de todos os níveis. (Mussino, 2002 apud DaCosta, s/d, p.19)

Analisar o esporte a fim de melhor compreender o meio no qual este se encontra circunscrito, todavia, não é novidade. Em 1947, o jornalista Mario Filho publicou *O negro no futebol brasileiro*, obra na qual discutiu “Miscigenação, harmonia social, identidade coletiva [...]” (HAAG, 2014, p.5) a partir de um claro diálogo com Gilberto Freyre no que concerne ao processo de formação da nacionalidade brasileira associada ao processo de miscigenação (FORTES; MELO, 2010; HAAG, 2014). Outros pesquisadores como Inezil Penna Marinho (1956) e o próprio Gilberto Freyre (1938) também já haviam escrito sobre o futebol brasileiro. No entanto, seus escritos e os de seus contemporâneos²¹⁸ apresentam forte teor militante: “[...] a história servindo para provar e legitimar posições previamente estabelecidas; a preocupação exacerbada com o levantamento de datas, nomes e fatos [...]” (FORTES; MELO, 2010, p.19). Portanto, contamos com obras referentes à História do esporte, mas ainda carecemos de trabalhos melhor embasados teórico-metodologicamente. Há escassez, justamente, de referenciais teórico-metodológicos.

Concernente àquela escassez referencial, Peter Burke, ao investigar “práticas” enquanto atuais paradigmas para a historiografia, afirma que

²¹⁸ Destacamos os trabalhos de Fernando de Azevedo (1920), José Lins do Rego (2002), Laurentino Lopes Bonorino (1931) e Tenório D’Albuquerque (1939).

[...] a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada, um campo com suas próprias revistas, como *International Journal for the History of Sport*.

Paradoxalmente, a história das práticas é uma das áreas dos escritos históricos recentes mais afetadas pela teoria social e cultural. Na perspectiva das práticas, Norbert Elias, cujo interesse pela história das maneiras à mesa parecia excêntrico há pouco tempo, agora está solidamente inserido na corrente principal das ideias. O trabalho de Bourdieu sobre a distinção inspirou muitos estudos a respeito da história do consumo, enquanto a ideia de Foucault sobre uma sociedade disciplinar em que eram adotadas novas práticas para reforçar a obediência foi adaptada para estudar outras partes do mundo. (2005, p.78-79)

A partir dessa mesma obra de Peter Burke, Leonardo Brandão deduz que

[...] muitos historiadores europeus passaram a estudar com maior intensidade as manifestações esportivas a partir das contribuições teóricas de alguns pensadores, em especial as de Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Norbert Elias. As obras desses quatro estudiosos, somadas as contribuições do historiador Roger Chartier à historiografia, sobretudo suas elaborações complementares as noções de “práticas” e “representações”, propiciaram novos caminhos a serem trilhados na constituição desse domínio histórico. (2010b, p.69)

Neste excerto, Brandão apresenta-nos cinco autores cujos trabalhos não se voltam especificamente ao estudo do esporte e sua prática, mas que são adaptáveis e fundamentais para que se estabeleça um diálogo interdisciplinar entre esporte e as Ciências Humanas e Sociais. Dentre aqueles, conferimos destaque aos trabalhos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Aquele devido à sua teoria de campo; por meio da qual podemos investigar os esportes enquanto espaços relativamente autônomos, mas que também estão sujeitos às forças que se aplicam não somente a eles; e este – autor de *O processo civilizador* –, cujos pressupostos são de fundamental importância para que se contraponham as atividades esportivas e o refinamento das condutas e do autocontrole nas relações sociais.

Visando uma maior “concretude” ao nosso diálogo, partimos de um recorte; que concerne à prática do pugilismo no município paranaense de Londrina e circunscrito entre 1975-2014; ao passo em que submetemo-lo à comparação para com o recorte de estudo de Loïc Wacquant (2002). Sobre essa empreitada, José D’Assunção Barros afirma que

A comparação neste momento – diante do desafio ou da necessidade – impõe-se como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da “iluminação recíproca”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a

confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. (2014, p.17-18)

Enquanto objetos de estudo histórico, os esportes permanecem, não só no Brasil, em uma condição marginalizada. Como ressaltamos, no campo da História do esporte ainda há muito que fazer e, dessa forma, a proposta de José D'Assunção Barros, concernente a um método de iluminação mútua, apresenta-se de forma bastante interessante para nós, pois, o método comparativo, nesse caso, pode auxiliar na identificação de diferenças, semelhanças, enfim, estabelecer analogias entre dois objetos diferentes de forma a “acrescentar peças em um quebra cabeças incompleto”. Quanto ao emprego da interdisciplinaridade, Leonardo Brandão (2010b) advoga as potencialidades de um diálogo plural, já que contamos com conceitos e metodologias aplicáveis a História do esporte que permeiam tanto o campo das Ciências Humanas quanto das Ciências Sociais. Nosso objetivo, portanto, é contribuir para com a História do esporte.

Referências bibliográficas

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos – O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRANDÃO, LEONARDO. O esporte e a escrita da história: novos desafios. **CES Revista**, v. 24, Juiz de Fora, 2010a.
- _____. Esportes de ação: notas para um pesquisa acadêmica. **Rev.Bras.de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, set, 2010b.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARATTI, Jônatas Marques. “Calçando as luvas”: primeiros comentários sobre a formação do boxe gaúcho (Porto Alegre, 1920). **Revista Latino-Americana de História**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 3, mar. 2012. Disponível em: <<http://projeto.unisinus.br>>. Acesso em 26 jul. 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Disponível em: <<http://www.confef.org.br>>. Acesso em 26 de jul, 2016.
- FORTES, Rafael; MELO, Victor Andrade de. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras Revista de História**, Dourados, v. 12, n. 22, jul./dez/ 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob a economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- _____. Foot-ball mulatto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 jun. 1938.

- HAAG, Fernanda Ribeiro. Mario Filho e O negro no futebol brasileiro: uma análise histórica sobre a produção do livro. In: **Esporte e Sociedade**, v. 9, n. 23, mar. 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2306.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **“Raízes do Brasil”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, C. B. et al. (Orgs.). **Fontes históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 9 – 22.
- MARINHO, Inezil Penna. Contribuição para a história do futebol no Brasil. **Arquivos da ENEFD**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 10, pp.41-45, nov.-dez./1956.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria: Historicismo, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no football brasileiro**. Irmãos Pongetti Editores: Rio de Janeiro, 1947.
- SCHWARTZ, Adriano. O processo civilizador do esporte. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, entrevista, 08 ago. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0808200403.htm>>. Acesso em 26 jul. 2016.
- SOUSA FILHO, Alipio de. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**. São Paulo, v. 2, p. 129 – 134, 2002.
- WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HISTÓRIA ORAL E O REGISTRO DA MEMÓRIA: A RELAÇÃO ENTRE UMA CIDADE E SEUS MORADORES, O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FAXINAL – PR.

ISSN: 2595-1645

Renato dos Santos Silva •

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares

Resumo: O presente trabalho visa analisar como a História oral se apresenta como uma importante ferramenta para o historiador, além de oferecer uma discussão acerca de sua relevância para abordar o processo de urbanização da cidade de Faxinal – PR. Também se manifesta como parte integrante do trabalho, uma análise de entrevistas de moradoras da cidade e como as mesmas perceberam as mudanças e as permanências que o município sofreu ao longo dos últimos trinta anos, e como alguns lugares se apresentam ainda hoje como relevantes para a história da cidade de Faxinal – PR. Algumas questões acerca a cidade e sua relação com os municípios vizinhos, serão dadas durante o desenvolvimento do trabalho, tal como a relação regional e a ligação com o global e como essas relações dos municípios interferem nas relações sociais, culturais e econômicas dos moradores. Além da análise sobre como o historiador pode conduzir o trabalho tendo como caminho, os recursos da História oral.

Palavras-Chave: História Oral. Urbanização. Faxinal-PR.

O presente trabalho visa analisar como a História oral se apresenta como uma importante ferramenta para o historiador, além de oferecer uma discussão acerca de sua relevância para abordar o processo de urbanização da cidade de Faxinal – PR. Também se manifesta como parte integrante do trabalho, uma análise de entrevistas de moradoras da cidade e como as mesmas perceberam as mudanças e as permanências que o município sofreu ao longo dos últimos trinta anos, e como alguns lugares se apresentam ainda hoje como relevantes para a história da cidade de Faxinal – PR. Algumas questões acerca a cidade e sua relação com os municípios vizinhos, serão dadas durante o desenvolvimento do trabalho, tal como a relação regional e a ligação com o global e como essas relações dos municípios interferem nas relações sociais, culturais e econômicas dos moradores. Além da análise sobre

como o historiador pode conduzir o trabalho tendo como caminho, os recursos da História oral.

Situada no centro norte do estado do Paraná, a cidade de Faxinal - PR faz parte do chamado “Vale do Ivaí” região formada por 25 municípios que têm em comum um rico potencial na área do turismo, além de ser uma região muito ativa na área do agronegócio. Faxinal – PR está localizada a aproximadamente 330 quilômetros da capital do estado, Curitiba - PR. Sobre a localização da cidade de Faxinal - PR em relação ao estado do Paraná podemos ver no mapa (figura 01):



Figura 01- Mapa do Estado do Paraná em destaque a cidade de Faxinal - PR

Fonte - Imagem: Parana MesoMicroMunicip.svg, own work, CC BY 2.5,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1361829>

Possuindo uma área de cerca de uma área é de 715,943 km² representando 0,3592 % do estado, 0,127 % da região e 0,0084 % de todo o território brasileiro, Faxinal - PR faz limite com os seguintes municípios: Rio Bom, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Ortigueira, Grandes Rios, Cruzmaltina e Borrazópolis assim como vemos no seguinte mapa (figura 02):



Figura 02 – Mapa do Município (limites)

Fonte: Bernardino, 2007

A cidade que tem como processo de urbanização o tema do presente trabalho, conta atualmente com 17160 habitantes segundo dado do site do IBGE²¹⁹. Município de pequeno porte tem em seus habitantes sua História e é a partir dos mesmos que buscaremos tecer um registro das principais mudanças da cidade, e analisar como a ação do homem pode mudar a área.

Sobre o nome do município, temos de acordo a prefeitura que faxinal:

O nome "Faxinal" significa "campos abertos de matos curtos" Faxinal Palavra formada pelo termo "faxina", acrescido do sufixo nominativo "al". O termo "faxina" vem do italiano "fascina", designando região de campo, entremeada de arvoredo e trecho alongado de campo que penetra na floresta ou ainda campo de pastagem cortado por arvoredo esguio (mato ralo constituído de pinhal, taquaral, erval etc.). O sufixo "al" origina-se do latim "ale", significando coleção ou quantidade. (ABHF, AGC, FT).

²¹⁹Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410760&search=|||infogr%E1ficos:-hist%F3rico> . Acesso em 28/11/2015 as 15:48. Acesso em 29/05/16 às 16h: 48m.

Podemos perceber como a questão do campo e suas belezas naturais é algo intrínseco na região, nesse sentido podemos ressaltar as belas cachoeiras que fazem com que o meio turístico possa ser explorado, ou que o mesmo venha ser melhor aproveitado em um futuro próximo.

Tem como principal elemento econômico, a agricultura e em segundo plano a pecuária, além do comércio varejista. Uma das principais características é o fato do turismo que poderia ser muito mais explorado, não ser bem aproveitado, pois, Faxinal-PR possui várias cachoeiras que poderiam ser consideradas um ponto a contribuir para a economia local. Considerada a “capital do tomate” do Vale do Ivaí, o forte da agricultura é o plantio do tomate.

Faxinal - PR tem muitas cachoeiras o que a faz ter vários pontos de beleza natural, um rico recurso na construção de laços dos seus moradores para com a cidade e entre os mesmos. E são as relações dos moradores com a cidade que abordaremos no presente trabalho, de certa forma, analisaremos como os residentes faxinalenses que mantêm com a cidade esse laço, perceberam as mudanças ocorridas nas últimas décadas.

A agricultura principalmente o cultivo de café no século XX fez com que a vegetação nativa fosse quase totalmente devastada, sobre uma vegetação original tem se apenas em regiões de mata ciliar e outras raras exceções. Como aspecto que é muito ressaltado e importante, a uberdade do solo é alta, sendo esse um dos elementos que mais chamaram a atenção e manteve os pioneiros da cidade.

Tendo o ano de 1951 como o de sua emancipação política, Faxinal - PR apresenta-se como um município como vários que surgiram na segunda metade do século XX, cujas características são: a rápida expansão, elevado e ligeiro crescimento. Contudo no decorrer do presente trabalho analisaremos em quais aspectos essas mudanças foram aceleradas e em quais não tivemos grandes mudanças.

Contudo, todas as transições deixam marcas, memórias, e são a partir dessas memórias que analisaremos o processo de urbanização da cidade de Faxinal – PR, e como a pequena cidade emancipada em 1951 se apresenta atualmente beirando seus 65 anos de emancipação política.

O ouvir e registrar de narrativas torna-se documento de importante relevância para o trabalho do historiador no momento em que permite o surgimento de uma nova perspectiva sobre determinado processo histórico/acontecimento ou recorte de estudo.

Nesse sentido podemos ressaltar que podemos assumir a os produtos de História oral como um meio que fornece a verificação de elementos não revelados em documentos, uma

categoria muito mais subjetiva que outras, nesse sentido as entrevistas de História oral a metodologia que mais tem contato com o aspecto subjetivo dos envolvidos.

A metodologia da História oral proporciona o surgimento e análise de aspectos que outras formas de análise não poderiam propor. Numa entrevista de História oral pode se extrair informações, sobre perspectivas que um documento em si não poderia passar como no presente trabalho em que teremos três perspectivas acerca de um mesmo processo, no caso, o processo de urbanização da cidade de Faxinal.

Um aspecto interessante na constituição dessa metodologia é a dualidade entre a individualidade presente em cada discurso analisado e na coletividade entre os elementos que unem os diferentes, como ressalta Meihy (2010 p.27).

“O que se chama de “grupal”, “cultural”, “social” ou “coletivo” em História oral é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários”

Nesse trecho Meihy destaca que na História oral o que retemos como social, coletivo, etc. são as experiências que unem os diferentes discursos analisados em torno de uma mesma questão, de um recorte que o historiador faz que possa ser um processo\acontecimento.

A História Oral se relaciona com outros métodos de análise de fontes historiográficas por seguir um “caminho metodológico” como percebemos nas palavras de Aceves Lozano (1994, p.16):

“(…) A História oral compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado da fonte recompiladas ou acessíveis.”

De acordo com esse pensamento, podemos perceber o quanto trabalhoso pode ser o trabalho com História oral, por possuir diversas fases e como cada fase a análise revela algo que não havia sido percebido, deve se compreender o historiador oral muito além de um gravador, pois essa metodologia está pautada em interpretações singulares de um processo coletivo.

A primeira colaboradora nesse projeto foi a “Dona Lourdes” professora pedagoga da rede estadual do Paraná, sobre a nossa primeira colaboradora a seguir algumas informações:

Nome: Lourdes Soares Farias.

Idade: 65 anos

Profissão: Professora/Pedagoga

Endereço: Rua Maria Quitéria, 55 jardim São Pedro. Faxinal – PR.

Sobre as condições para a realização da entrevista, a mesma ocorreu na manhã do dia 25/05/16 nas dependências do Colégio Estadual Érico Veríssimo onde a colaboradora trabalha, sendo coordenadora do curso de formação de docentes, a escolha do local partiu da colaboradora por ser mais pratico além de que pôde proporcionar uma sensação de conforto a mesma, por se sentir em um ambiente conhecido.

Sobre o produto desse projeto temos a seguir as transcrições das entrevistas, e com elas suas percepções de como se deram as mudanças na cidade de Faxinal.

Faxinal, minha cidade!

Nascida e criada em Faxinal – PR eu morava com meus pais na rua dos antigos depois eu casei e fui morar na Rua Santos Dumont, acho que morei uns dois anos, no máximo uns dois anos e meio aí eu mudei para o Jardim São Pedro. Essa ultima residência eu acho que nós entramos lá em 1976, a gente já construiu de novo e tal, mas na mesma rua, no mesmo espaço, no mesmo local há 40 anos e gosto dali viu? Gosto muito de morar no meu bairro, na verdade esse foi um dos primeiros bairros que o prefeito da época construiu é o bairro conhecido como o “populares velhas” e o nome do núcleo é João Alberto Fontes.

Eu nasci na beira do Rio São Pedro, quando eu nasci meus pais mudaram para a rua dos antigos, naquele tempo, só tinha a rua principal. Eu morava numa casa bem modesta, era coberta de tabuazinha e a minha mãe tirava água do poço, minha mãe era lavadeira meu pai era boiadeiro então era assim, num lugar bem humilde bem simples.

Naquele tempo não tinha televisão aqui em Faxinal, tanto é que na copa do mundo de futebol de 1970 a gente foi assistir na casa do seu Onofre Olenick na final ainda, a gente se reuniu e foi lá porque as casas não tinham televisão, era só rádio. E uma das coisas que eu ouvia muito era a rádio, então era uma coisa de lazer também.

Meu pai era aquela pessoa que viajava seis meses levando boiada, era peão, e minha mãe era do lar e lavadeira de roupa, minha mãe era analfabeta, e aqui não existiam assim, muitos professores existia uma ou outra professora.

Eu comecei a estudar numa escolinha isolada, na época que eu era o primeiro ano a minha professora era a dona Maria Muziol Jaroskievicz que nós homenageamos com o nome da escola que construímos quando eu fui secretaria municipal de educação.

Eu acho que um dos marcos da cidade de Faxinal foram os colégios, as escolas, tanto o colégio Erico Veríssimo quanto o colégio Cenecista e o colégio São domingos porque não existia escola secundária aqui em Faxinal - PR. Além da construção da igreja matriz porque ali não existia nada. A igreja matriz foi assim, um marco, depois claro, teve o hospital municipal e uma coisa que marcou assim foi pavimentação da Rua Santos Dumont em paralelepípedo a Rua Santos Dumont era bem evoluída tinha umas vendas, umas lojas, a prefeitura ficava na esquina, só que era uma prefeitura de madeira. Houve uma evolução não tanto quanto a gente queria, mas foi lento, foi gradual até porque a cidade também é pequena e a gente percebe que não tem muito investimento do setor publico na questão da urbanização eu só penso que a gente poderia ter mais coisas.

Claro a parte estrutural teve, por exemplo, o bairro Santa Helena que ganhou asfalto em algumas ruas. Nós poderíamos ter mais indústrias aqui em Faxinal – PR é bem limitado.

Não penso assim de morar em outra cidade, como São Paulo – SP, Curitiba – PR, Londrina – PR, nem Apucarana – PR. Ficamos dois anos em Apucarana a gente voltou correndo para cá. Porque a minha mãe não gostou, não se acostumou, eu acho que tudo o que eu sei tudo o que eu fiz, eu construí aqui. É você que se faz de acordo com a tua vontade, teu querer, com as tuas necessidades, eu acho que o importante é isso.

Sobre a nossa segunda colaboradora, também mora em Faxinal há muitos anos, desde 1954, três anos após a cidade se emancipar politicamente, sua relação com a cidade também vai além de conhecer muito bem e ter presenciado as principais mudanças na mesma.

As condições da entrevista proporcionaram uma sensação de conforto para a mesma, pois a entrevista se realizou na casa da colaboradora, dia 11/06/16 às 14h: 22m. Data e local escolhido pela colaboradora por poder proporcionar praticidade para a execução do projeto. Sobre a colaboradora temos a seguir determinados dados:

Nome: Antonia Zonela Bocardo.

Idade: 78 anos

Profissão: Do Lar

Endereço: Rua Santos Dumont, 774. Faxinal – PR.

Sobre o produto da entrevista, sua transcrição e a percepção sobre as mudanças na cidade, temos a visão de Antonia:

Faxinal mudou muito!

Sou a Antonia Zonela Bocardo, moro na Rua Santos Dumont, 774 tenho 78 anos moro em Faxinal - PR há 44 anos, nessa casa, bem nessa mesma casa faz 11 anos, mas eu morava ali na frente no mesmo lugar, na mesma rua, no mesmo quintal só que era ali na frente, era uma casa de madeira ali, aí eu desmanchei e fiz o prédio.

Bem a cidade era bem calma, as ruas eram de terra não tinha asfalto. As casas todas de madeira...

Ah, no centro era igual, só que era tudo de madeira, as casas, o comércio, não tinham o material, na época que eu entrei aqui, só tinha o “Seu Abílio” que na esquina era prédio, era só ele, mas para baixo era só madeira. Era do mesmo jeito, todos os lotes tinham, tinha bastante gente aqui no centro, a cidade cresceu aqui para fora, mas o centro é o mesmo, só que agora é tudo de material, é tudo mais bonito antes era feio, aquelas casas velhas, de madeira.

Moro na região há mais de 60 anos, antes eu morava na Fazenda Limeira, na estrada de Grandes Rios – PR.

A minha infância eu não me lembro de muito, mas foi normal no sítio, eu brincava de casinha, ficava no balanço que amarrava na árvore, fazia comidinha, brincava de boneca. Meus pais eram lavradores, trabalhavam na roça, minha mãe do lar, nós éramos nove irmãos.

O modo de viver hoje em dia é diferente tudo, a gente naquela época só tinha uma televisãozinha preto e branco, um radinho, hoje em dia a gente tem tudo.

Sobre a cidade: dos 44 anos que eu moro aqui e da época que eu vivi no sítio era quase igual, não tinha mudado muito, mudou bem de uns 20 anos para cá que a cidade veio mudar bastante, antes não. Antes era bem pacata. A igreja de madeira lá em baixo, onde é o Erico Veríssimo, a rodoviária era lá perto. O hospital era de madeira lá em baixo no final da Avenida Eugenio Bastiani, o hospital era lá, o hospital São Luiz.

Ah eu nunca fui à escola, o que eu aprendi, aprendi em casa com meu pai, eu sei escrever o nome, sei fazer conta, sei até bem, eu sou inteligente.

Hospital só tinha um, só o São Luiz que deve ter mais de 50 anos, o hospital Municipal é novo, deve ter 20 anos lá em cima perto do hospital, antigamente a cidade já era

lá, era um monte de casinha de madeira, já subia pela Eugenio Bastiani e era tudo cidade lá, subia e já tinha as casinhas lá, na época que a gente mudou aqui, eu lembro que a gente ia almoçar num restaurantezinho lá em cima. Depois que foi crescendo para trás aqui, esse conjunto antes era chácara ali era roça, só roça.

Sobre ter mais contato com outras cidades acho que não tinha antigamente não. Era mais afastado. Porque olha o município de Faxinal antigamente era muito grande, descia até a balsa do Rio Ivaí – PR era tudo território, até Mauá da Serra – PR era tudo Faxinal – PR, era muito grande o município, depois foi dividindo onde era Cruzmaltina, Mauá, antigamente era muito grande o território de Faxinal, aqui era praticamente centro, que nem hospital mesmo, aqui era o centro, tudo da região vinha aqui no hospital.

Ele era o centro da região, as pessoas vinham de longe se internar aqui. Hoje que acabou tudo, mas vinha tudo de fora, vinha de Rosário do Ivaí-PR, Grandes rios - PR, Borrazópolis - PR vinha tudo aqui, agora que surgiram outros hospitais por aí, aí Faxinal - PR foi ficando de lado e agora Faxinal que tem que correr, porque olha, Ivaiporã – PR, o pessoal vinha aqui, agora o pessoal vai para lá.

Quando nós mudamos aqui em 1954 Faxinal - PR já tinha mais de 30 anos, nessa época, Faxinal - PR é muito velha. Só que não era município, pertencia a Marilândia do Sul – PR aí depois que emancipou e teve o prefeito, o prefeito chamava “Pedro Jorge” Pedro Gonçalves da Luz, era o nome dele, por isso que tem o nome do bairro lá em cima, esse que era o prefeito, depois foi Expedito Zanotti.

Essa travessa aqui era a Rua espírito santo, hoje é José Martins Vieira, ali em baixo tem a Ismael Pinto Siqueira que era a Duque de Caxias. Ali a Rua do Hospital a Iany de Oliveira Munhoz era a Rua Tiradentes. Lá em baixo era a Avenida Paraná, onde é a Avenida Eugenio Bastiani atualmente, ele era o pioneiro da cidade, o Eugenio Bastiani aí quando ele morreu, puseram na rua o nome dele, foi mudados todos os nomes de ruas. Foi depois que os velhos começaram a morrer, foram mudando. E tem mais ruas que mudou só não mudou essa aqui a Av. Brasil, que manteve.

Em frente o salão paroquial tinha outro nome, agora é Leônidas Buy ele que era uma pessoa daqui que morreu, aí foi morrendo e foi trocando os nomes, só que aquela rua lá eu não lembro o nome dela, eu preferia que fosse os nomes antigos que eram pessoas importantes da História do Brasil.

Lá em cima tem um conjunto que tem o nome do meu sogro: “Domingos Bocardo” eu não sei exatamente onde fica porque eu não andei ainda por lá, mas sei que tem. É vão morrendo as pessoas antigas vão pondo o nome.

Acho que não viveria bem em outro lugar, porque eu sou acostumada aqui, a gente se criou aqui praticamente, quando a gente veio morar aqui na região, eu tinha 16 anos, eu era menina. Então eu não saberia viver em outro lugar.

Considerações Finais: Como destacado no decorrer do trabalho, a metodologia de História oral fora utilizada para que tivéssemos a oportunidade de buscar compreender como os próprios moradores perceberam o processo de urbanização que eles mesmos viveram no caso do presente trabalho as entrevistas ocorreram com senhoras idosas moradoras da cidade há alguns anos, nesse sentido podemos ter uma compreensão de uma mesma categoria de experiência, tendo em vista as singularidades presentes em cada discurso aqui analisado.

O presente trabalho trouxe informações acerca a cidade de Faxinal - PR para que o leitor que não conhece a cidade possa esboçar alguma curiosidade para conhecer a mesma, seus recursos naturais e como uma cidade do interior do Estado do Paraná com seus 65 anos se apresenta hoje, em meio às relações com cidades vizinhas e com um mundo globalizado.

Uma análise sobre a metodologia de História oral e sua relevância na produção historiográfica também foi realizada, levantando pressupostos de historiadores como Jose Carlos Sebe Bom Meihy, Jorge Eduardo Aceves Lozano, entre outros que estabelecem considerações acerca da importância da História oral como pratica de pesquisa no campo historiográfico.

Assim sendo, utilizamos desse caminho para buscar compreender como os moradores da cidade de Faxinal - PR veem o processo de urbanização que a cidade viveu nos últimos 30 anos, quais as principais mudanças sentidas por eles e como os mesmos se compreendem em meio essas mudanças.

Uma característica presente nos dois discursos aqui analisados, é que talvez pelo tempo em que moram na cidade, as moradoras entrevistadas não se imaginam morando em outro lugar, o que nos leva a ter uma noção do quanto o lugar se faz importante na vida dessas pessoas, que não tem pela cidade uma relação de harmoniosa e sem grandes conflitos.

Outro ponto em comum é que ambas consideram que o processo de urbanização da cidade se deu de maneira lenta e gradual, e embora tenham existido sim essas mudanças, (tanto na paisagem da cidade, como nas relações existentes) elas foram insuficientes para que a cidade tornasse uma cidade maior, contudo, as mudanças foram sim sentidas.

O que nos leva a refletir sobre como o homem se relaciona com seu lugar, como o lugar em que moramos nos afeta, e faz parte do que somos, e como o que somos, molda esse espaço no decorrer do tempo.

Referencias Bibliográficas:

BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira. A importância dos aspectos geográficos para o turismo no município de Faxinal-Pr: impactos ambientais. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=410760&search=||infoqr%E1ficos:-hist%F3rico> . Acesso em 28/11/2015 as 15:48.

FAXINAL.Prefeitura Municipal. <http://faxinal.pr.gov.br/index.php?sessao=ce420ff221kcce&id=62> acesso em 22/03/16 as 17:40.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral: Como fazer, como pensar. José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda.- 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. Práticas e estilos de pesquisa na História oral contemporânea. In: **Usos & abusos da História oral**. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 8. Ed.- Rio de Janeiro. Editora FGV,2006.

Raphael Lorenzeto de Abreu - Image:Parana MesoMicroMunicip.svg, own work, CC BY 2.5, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1361829>

HISTÓRICO DA INCLUSÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL

ISSN: 2595-1645

Rui Campos Dias*

Orientadora: Márcia Elisa Teté

Resumo: No ano de 2011 o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicaram o edital para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ensino Fundamental II de 2014, no qual solicitaram a presença de, pela primeira vez, conteúdos digitais vinculados aos livros didáticos. O escopo desse texto é realizar um histórico sobre o processo de inclusão de diversos elementos das TICs na educação pública do Brasil. O presente trabalho se insere nas reflexões iniciais da nossa pesquisa de mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, com o título “As apropriações dos professores de história dos conteúdos digitais do PNLD de Ensino Fundamental II (2014 e 2017) e Ensino Médio (2015)”. Por meio da análise qualitativa (FERNANDES; MAIA, 2001) dos documentos organizadores desses programas governamentais de inclusão das TICs na educação pública (TV ESCOLA, PROINFO, Banco Internacional de Objetos Digitais, entre outros), procura-se estabelecer uma relação entre as ideias presente nesses documentos e nos editais do PNLD que solicitaram conteúdos digitais. Por ora, podemos afirmar que essa etapa da pesquisa é importante para compreender melhor as relações entre TICs e políticas educacionais públicas no Brasil.

Palavras-Chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Políticas Públicas. Ensino de História.

Esse artigo está dividido em quatro partes. Uma contextualização da discussão, análises de parte das políticas públicas de inclusão das Tecnologias de Informação e Comunicação²²⁰ (TIC) na educação pública e considerações finais relacionando esse histórico com o tema de investigação de nosso mestrado, já que o presente texto integra as reflexões da nossa dissertação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, intitulada “As apropriações dos professores de história dos conteúdos educacionais digitais dos PNLD de Ensino Fundamental II (2014 e 2017) e Ensino Médio (2015)”.

Atualmente, não é difícil encontrar nos jornais e revistas de grande circulação notícias referentes à utilização das TIC na educação. Pode ser desde jogos (que inicialmente não

* PPGHS – Universidade Estadual de Londrina

²²⁰ “[...] referente à pluralidade de tecnologias (equipamentos e funções) que permitem criar, capturar, interpretar, armazenar, receber e transmitir informações”. Soares-Leite, W. S. & Nascimento-Ribeiro, C. A. do (2012). A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. *Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación*, 5 (10), p. 175.

tenham como objetivo o uso educacional) a aplicativos que professores e alunos utilizam para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem de algum tópico específico.

O jogo Minecraft, por exemplo, fez tanto sucesso com professores e estudantes que, poucos anos após o lançamento, a empresa responsável colocou no mercado uma versão especial para o uso educativo, o MinecraftEdu. Segundo a reportagem do jornal Estadão²²¹, milhares de professores utilizam essa versão do jogo para ensinar diversos temas, de disciplinas como história à matemática.

A reportagem ressalta que no Brasil a presença do jogo ainda é rara nas escolas, por motivos de infraestrutura (restrições de internet banda larga nas escolas, por exemplo) e suposta resistência por parte de boa parte dos docentes. Mas ainda não está claro se o uso desse jogo, ou de qualquer outro, potencializa o aprendizado, pois é preciso pensar em estabelecer um diálogo entre a tecnologia e uma proposta pedagógica e curricular dentro da realidade da escola e dos alunos. Provavelmente, tecnologias como essas, são próximas ao cotidiano de crianças e adolescentes, e assim, podem produzir um maior engajamento com os alunos, o que permite reverter na melhoria do processo de aprendizagem.

Outro ponto importante a se considerar em relação a essa inserção das TICs na educação atualmente, é a presença da Internet nas escolas. Segundo reportagem do jornal Valor²²² a Internet está presente em mais de 75% das escolas públicas urbanas. Nas escolas rurais a situação é diferente, por volta de 5% das escolas tem conexão com a Internet. A Internet nas escolas urbanas é proveniente do Projeto Banda Larga nas Escolas (que será detalhado posteriormente), ação do governo federal junto a empresas de telefonia com o objetivo de conectar as escolas públicas com banda larga. Apesar do número expressivo de escolas conectadas, a velocidade da Internet ainda é baixa (no mínimo 2 Mbps) e restrita aos laboratórios de informática das escolas, ou seja, Wi-fi é praticamente inexistente.

Poderíamos enumerar diversos exemplos da inserção das TIC na educação, tanto a nível público quanto privado, mas no momento nosso objetivo é focar no histórico de algumas políticas públicas nesse sentido até o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014 e 2015, que é o objeto de nossa investigação.

A história da computação pessoal tem suas origens na década de 1970 nos EUA, com o desenvolvimento e a comercialização em massa do microprocessador. Os computadores

²²¹ Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/games,minecraft-vira-metodo-de-ensino-em-escolas,10000047977>. Acesso em: 26 de set. 2016.

²²² Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4345156/aceso-internet-chega-78-das-escolas-publicas-urbanas>. Acesso em: 27 de set. 2016.

passaram de máquinas enormes, pesadas e barulhentas, que serviam somente como processamento de dados de grandes empresas, para uma ferramenta de criação, organização, simulação, educação e diversão para os indivíduos dos países desenvolvidos (LÉVY, 1999, p.32).

O triunfo da informática “amigável” se deu nos anos 80, com o desenvolvimento das interfaces gráficas e de interações sensório-motoras (o mouse, por exemplo). Com isso, houve um exponencial crescimento na produção de multimídias e das redes de computadores. É nesse contexto que a Internet começa a se popularizar e a informática passa a se tornar parte essencial de diversos setores da sociedade, primeiro nos países desenvolvidos e depois nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

A informática transformou diversos setores da sociedade, das bolsas de valores (mercado financeiro) às empresas de entretenimento (mercado cultural). Profissões deixaram de existir, várias se adaptaram e muitas outras surgiram com as novas necessidades criadas por essas mudanças. Como não poderia deixar de ser, essas transformações impactaram a Educação. No entanto, é possível afirmar que as mudanças ainda estão acontecendo no mercado educacional, especialmente no Brasil onde esse tipo de alteração de paradigma parece acontecer de maneira mais lenta.

No Brasil, o debate sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação na educação ganhou fôlego a partir de meados da década de 1990, período em que foram implementadas as primeiras políticas públicas mais estruturadas nesse campo. Na época, as ações governamentais enfocavam o acesso ao computador e a conexão à Internet. Mais recentemente, a ênfase se deslocou para programas voltados à produção de conteúdos digitais e à difusão das tecnologias no modelo 1:1 (um equipamento por estudante) nas escolas [...]. (CETIC, 2016, p.10)

Observamos que as discussões mais aprofundadas para a inclusão das TIC no campo educacional acompanham o processo de redemocratização do Brasil. Primeiramente, temos o investimento em questões de infraestrutura, com o objetivo de informatizar as escolas públicas do país. Em um segundo momento temos ações com a finalidade de “preencher” os computadores das escolas com conteúdos educacionais digitais. Nos parágrafos a seguir iremos selecionar algumas das principais implementações das políticas públicas de inclusão das TIC no âmbito nacional, analisando suas características e influências no contexto geral das relações entre TIC e educação.

O primeiro caso que apresentamos é o Projeto Brasileiro de Informática na Educação (Educom), de 1983. Esse projeto foi criado dentro da Comissão Especial Informática na Educação, na Secretaria Especial de Informática, com o objetivo de implementar centros-pilotos experimentais no ensino superior, integrando ações com o ensino básico, especialmente as escolas públicas de segundo grau (CETIC, 2016, p. 26). As iniciativas desse projeto foram norteadas pelos resultados do I Seminário Nacional de Informática na Educação, na Universidade de Brasília, em agosto de 1981. O evento contou com a presença de especialistas, brasileiros e estrangeiros, para discutir a posição do computador no interior das dinâmicas educacionais.

É interessante notar que o projeto Educom não se origina do Ministério da Educação (MEC), mas como se tratava de questões pedagógicas da utilização das tecnologias de informática, em 1984 o projeto Educom passa a fazer parte da agenda do MEC, além de contar com maiores subsídios para alavancar suas operações.

De acordo com os relatórios de pesquisas, o Educom produziu, num período de cinco anos, quatro teses de doutorado, 17 teses de mestrado, cinco livros, 165 artigos publicados, mais de duas centenas de conferências e palestras ministradas, além de vários cursos de extensão, especialização e treinamento de professores. Sistemas de autor e vários softwares educacionais foram desenvolvidos, dos quais alguns foram os primeiros colocados em concursos nacionais. (NASCIMENTO, 2007, p. 19).

Ou seja, o projeto Educom foi um marco importante no processo de implementação das TIC na educação brasileira, especialmente no que concerne a especialização das pesquisas nacionais no ensino superior sobre o tema. Além disso, o projeto iniciou trabalhos de treinamento e formação de professores, por meio dos Centros de Informática na Educação (Cied). No período de 1988 e 1989, foram implantados 17 desses centros em diversos estados do Brasil.

Esses centros constituíram ambientes de aprendizagem informatizados, integrados por grupos interdisciplinares de educadores, técnicos e especialistas, suportados por programas computacionais de uso/aplicação da informática educativa e tinham como propósito atender a alunos e professores de 1º e 2º graus, de educação especial, e à comunidade em geral. Os Cieds constituíram os centros irradiadores e multiplicadores da tecnologia da informática para as escolas públicas, e sem dúvida, os grandes responsáveis pela preparação de uma significativa parcela da sociedade

brasileira rumo a uma sociedade informatizada. (MORAES, 1993, p.24)

É possível perceber que a partir das iniciativas do projeto Educom e dos Cieds, tanto a discussão quanto a implementação das tecnologias da informática educacional se estruturaram como pontos importantes na pauta do MEC, apesar do complicado contexto econômico e político de fins dos anos 80.

Já em 1989 foi criado o Programa Nacional de Informática Educativa (Proninfe). Esse programa tinha por objetivo “Desenvolver a informática educativa no Brasil, através de projetos e atividades articulados e convergentes, apoiados em fundamentação pedagógica, sólida e atualizada [...]” (MORAES, 1993, p.25). Nesse sentido, o Programa visava a utilização e o desenvolvimento da informática educativa em todos os níveis escolares, bem como o investimento em infraestrutura, pesquisas e a permanente capacitação dos professores. Esse Programa foi organizado em núcleos, distribuídos pelo país, que tinham como objetivo “[...] a formação de professores, promover a utilização da informática como prática pedagógica por parte dos alunos, o desenvolvimento de metodologias, processos e sistemas na área” (MORAES, 1993, p.25). Como afirma Nascimento,

Em seu documento referencial, o Proninfe fundamentava-se na necessidade de intensa colaboração entre as três esferas do poder público, no qual os investimentos federais seriam canalizados, prioritariamente, para a criação de infraestrutura de suporte em instituições federais, estaduais e municipais de educação, para a capacitação de recursos humanos e busca de autonomia científica e tecnológica para o setor. (NASCIMENTO, 2007, p. 26).

Desse modo, é possível perceber que esse Programa se estruturou em torno da capacitação de pessoal, especialmente a formação dos professores, para a utilização dos recursos tecnológicos que começavam a fazer parte do cotidiano escolar, principalmente nas escolas das grandes cidades.

Em 1997, temos a criação do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), já ligado à Secretária de Educação à Distância (SEED), criada em 1996 e atualmente extinta, do MEC. Segundo o texto de apresentação do programa no site do MEC, o ProInfo “É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da

informática na rede pública de educação básica”²²³. E como esse programa funciona?

O ProInfo funciona de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade federal, e a operacionalização é conduzida pelos estados e municípios. Em cada unidade da Federação, existe uma coordenação estadual ProInfo, cujo trabalho principal é o de introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas escolas públicas de ensino médio e fundamental [...] (NASCIMENTO, 2007, p. 33).

Assim, observamos que a inserção das TIC nas escolas públicas aparece como fundamento do ProInfo, dando continuidade às políticas públicas de investimento nessa área. Em 2007, o programa muda de nome, passando a ser chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional. O ProInfo Integrado, amplia os objetivos propostos dez anos antes pelo projeto inicial do ProInfo, englobando três grandes eixos de ações.

[...] O primeiro refere-se à implementação da infraestrutura da escola com a implementação de laboratórios de informática e dos Programas: Projetor ProInfo, que consiste em um projetor acoplado a um computador; e Um Computador por Aluno (UCA). O segundo eixo de ações consiste no Programa de Capacitação de Professores no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, enquanto o terceiro eixo se relaciona à oferta de conteúdos educacionais e de outras mídias, tais como: o Canal TV Escola, o Portal do Professor e do Aluno. (ANDRADE e outros, 2015, p.57).

Portanto, observamos que, assim como os projetos anteriores, o ProInfo Integrado se fundamenta no investimento em infraestrutura, capacitação e produção de conteúdos educacionais digitais. Essas três áreas eram, e continuam sendo, essenciais para a implementação ampla e correta das TIC na educação brasileira. Para auxiliar a formação continuada dos professores (e outros profissionais da comunidade escolar), foram implementados Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE) constituídos por grupos de educadores e por especialistas em informática e outras TIC, com estruturas apropriadas para a formação em tecnologias da informação e comunicação (MARTINS; FLORES, 2015).

No entanto, muitas críticas podem ser feitas a esse programa, como fizeram Martins e

²²³ Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo> . Acesso em: 03 de out. 2016.

Flores, especialmente em relação a área de infraestrutura e capacitação dos professores. No começo dos anos 2000, segundo os autores, o programa não conseguiu instalar a quantidade de computadores prevista para atender a maior parte das escolas públicas, dificultando o trabalho dos professores com os alunos. Assim,

É importante ressaltar que, na mesma época, o Brasil possuía 168.436 escolas públicas, sendo elas federais, estaduais e municipais, com 42.334.346 alunos matriculados nos ensinos fundamental, médio e na educação de jovens e adultos, número muito superior ao de escolas e alunos atendidos pelo PROINFO. Tais dados são relevantes porque ilustram o déficit entre o que se propunha e o que se realizou até o momento em que as novas políticas entram em cena (no ano de 2007). (MARTINS; FLORES, 2015).

Esse programa ainda continua em atividade, a cargo da Secretaria de Educação Básica do MEC. E das disparidades entre o número de alunos e o número de computadores percebidas nas análises realizadas sobre o alcance das ações do ProInfo, foi criado em 2007 o programa federal Um Computador por Aluno (UCA), parte do ProInfo Integrado, e alguns anos mais tarde o programa se modifica, surgindo o Prouca²²⁴.

O projeto UCA foi implementado com o objetivo de intensificar a presença e uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas. Três anos mais tarde, em 2010, a iniciativa se desdobrou no Programa Um Computador por Aluno (Prouca), possibilitando que estados e municípios comprassem *laptops* educacionais. (CETIC, 2016, p.29)

Esse programa foi instituído pela Lei nº 12.249 de 14 de junho de 2010, e prevê a compra de computadores portáteis com um sistema operacional específico e características de *hardware* que facilitam a utilização por parte dos estudantes (e também dos professores), sendo desenvolvido somente para o uso em ambiente escolar.

Outro programa que segue nessa linha de aprimorar a infraestrutura das escolas é o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), de 2008. O PBLE é gerenciado em conjunto pelo

²²⁴ Mais informações tanto do UCA quanto do Prouca, podem ser obtidas no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): <http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-programa-um-computador-por-aluno-prouca> . Acesso em: 04 de out. 2016.

MEC e pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em parceria com o Ministério das Comunicações, o Ministério do Planejamento e Secretarias de Educação estaduais e municipais. Esse programa

[...] tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, propiciando qualidade, velocidade e serviços para melhorar a educação. Foi viabilizado com uma mudança na legislação que possibilitou que operadoras de telefonia autorizadas trocassem a obrigação de instalar postos de serviços em municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte de conexão à internet em alta velocidade em todos os municípios brasileiros e conexão de todas as escolas públicas urbanas. (CETIC, 2016, p.28).

De qualquer modo, o programa estabelece a conexão das escolas no ambiente dos laboratórios de informática, ou seja, a conexão à internet proveniente desse programa é prioritariamente para atividades pedagógicas dos estudantes e professores. A escola até pode fazer uso da conexão para fins administrativos, desde que não interfira no uso educacional.

Em paralelo aos investimentos em infraestrutura, o governo também investiu em produção de conteúdos educacionais digitais. Em 2008, o Portal do Professor²²⁵ é lançado, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a finalidade de auxiliar nos processos de formação dos professores e aprimorar suas práticas pedagógicas. No portal, o professor pode produzir, compartilhar e ter acesso a planos e sugestões de aulas; acessar e baixar conteúdos multimídias para suas aulas; acessar materiais e cursos de formação, entre outras possibilidades.

No mesmo ano, o MEC (também em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia) lançou o Banco Internacional de Objetos Educacionais²²⁶. Esse repositório possui objetos educacionais²²⁷ que podem ser acessados e utilizados por qualquer pessoa, em diversos formatos (animações, simuladores, jogos, infográficos, entre outros) e que atendem a todos os níveis de ensino (da educação infantil ao ensino superior). Atualmente, em outubro de 2016, conta com mais de 19 mil objetos publicados, nacionais e internacionais, que são

²²⁵ <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acesso em: 04 de out. 2016.

²²⁶ http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/?locale=pt_BR. Acesso em: 04 de out. 2016.

²²⁷ Que podem ser definidos como “qualquer entidade, digital ou não digital, que possa ser utilizada, reutilizada ou referenciada durante o aprendizado suportado por tecnologias” (IEEE, 2005).

selecionados e avaliados por profissionais de diversas universidades brasileiras.

Nos anos de 2011 e 2013 o MEC publicou os editais dos PNLD 2014 e 2015, respectivamente, de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, que abriram a possibilidade para as editoras vincularem conteúdos digitais aos livros didáticos impressos. Vale ressaltar que o PNLD é o mais antigo dos programas direcionados à distribuição de obras didáticas aos estudantes das escolas públicas no Brasil e iniciou-se, com outro nome, em 1929. Esse programa se desenvolveu ao longo das décadas e nos últimos anos observamos uma tentativa de inovação, incluindo elementos das TIC ao modelo estruturado do livro impresso.

No caso do PNLD 2014, foram solicitados objetos educacionais digitais (conteúdos multimídia) como complemento aos livros (BRASIL, 2011). Já no PNLD 2015, as editoras produziram versões digitais dos livros didáticos impressos, ou seja, livros que podem ser lidos em computadores e *tablets*, contando com diversos conteúdos multimídia (BRASIL, 2013).

Tivemos a intenção de construir um panorama de algumas das principais políticas públicas de inclusão das TIC no sistema educacional público brasileiro ao longo de mais de 30 anos. Nos limites do presente texto, optamos por deixar alguns exemplos de fora, mas o importante é ressaltar que todos esses projetos tem a mesma finalidade: melhorar a qualidade da educação em nosso país. Existem muitas discussões sobre as possibilidades e dificuldades da inclusão das TIC na educação.

No entanto, nenhuma ação desse tipo trará resultados positivos neste campo se não houver algumas mudanças, não apenas de paradigma, mas de condições em termos de infraestrutura, de formação continuada ou de atualização profissional. A implementação das TIC e das condições para que estas sejam de fato incluídas no contexto escolar, permitem um aprendizado que se distancia do centrado em aulas exclusivamente “unilaterais”, onde o professor é o detentor de todo o conhecimento, para um modelo com maior diálogo entre os sujeitos que estão no interior do processo de ensino-aprendizagem. Assim, não basta implementar laboratórios de informática ou distribuir *notebooks* aos alunos. Seria ideal que houvesse condições, tanto de infraestrutura como de formação continuada para que o professor pudesse estar preparado e seguro do uso dessas tecnologias e a escola deve ter um plano pedagógico e de currículo que insira as TIC para potencializar o aprendizado dos alunos. A inovação deve sempre auxiliar e não ficar no caminho da educação.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Edson Francisco e outros. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): uma análise de experiência vivenciadas em Pernambuco. **Revista de Administração Educacional**. Recife, v.1, n.1. 2015. p. 51-67
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2014**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.
- CETIC. **Educação e tecnologias no Brasil**: um estudo de caso longitudinal sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em 12 escolas públicas. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.
- IEEE, Institute of Electrical and Electronics Engineers. **Apresenta textos sobre objetos de aprendizagem**, 2005. Disponível em: <<http://ltsc.ieee.org/wg12/index.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARTINS, Ronei Ximenes; FLORES, Vânia de Fátima. A implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): revelações de pesquisas realizadas no Brasil entre 2007 e 2011. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 96, n. 242, p. 112-128, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812015000100112&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Out. 2016.
- MORAES, Maria Candida. Informática educativa no Brasil: um pouco de história. **Em Aberto**, Brasília, ano 12, n.57, jan/mar. 1993. p.17-26.
- NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SOARES-LEITE, W. S; NASCIMENTO-RIBEIRO, C. A. do. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, 5 (10), 2012, p.173-187.

IBN ‘ARABI DE MÚRCIA E A VIDA DOS MESTRES SUFIS ANDALUZES

ISSN: 2595-1645

Matheus Melo Barcelos •

Orientador: Ivan Esperança Rocha

Resumo: O islã não é simplesmente a religião monolítica transmitida pelas mídias ocidentais. Tradicionalmente, de acordo com um *hadith* (tradição voltada ao Profeta) subdividir-se-ia em 73 seitas, até a completude dos dias, no Juízo Final. Diversas proposições são encontradas dentro da fé. Entre estas, encontra-se o pensamento esotérico, busca pela interiorização dos mistérios revelados. No ramo sunita, este pensamento esotérico se identifica com o conceito de sufismo. Presente desde o momento da revelação corânica (século VII d.C.), o sufismo abarca uma miríade de práticas e ideias, com uma diversidade histórica que abrange todos os espaços do *Dar al-Islam* (A Casa do Islã - o mundo cultural islâmico). Como um dos principais expoentes desta via, surge no século VI Hégira (século XII d. C.), o andaluz Ibn Arabi. Denominado de *Ash-shayk al-akbar* (O mestre maior) ou *Muhd-din* (Revivificador da fé), influenciou a maioria dos grupos e irmandades, bem como o pensamento esotérico posterior (tanto sunita, quanto xiita). Entre suas obras, encontramos relatos biográficos que, neste trabalho, constituirão a base documental para a análise do sufismo andaluz e as formas de vida social e metodologia religiosa do islã ocidental e sufismo no século VI H. (século XII d.C.), durante a formação inicial do mestre murciano.

Palavras-chave: Islã – Sufismo - Ibn ‘Arabi.

Este trabalho intenta apresentar brevemente as condições do sufismo andaluz, com base nas memórias do mestre Ibn ‘Arabi de Múrcia, analisando os relatos biográficos/hagiográficos dos principais mestres (*shayk*) que auxiliaram o místico murciano em sua busca esotérica e teosófica sob a égide da fé islâmica, memórias cujo intuito era místico-didático, visando apresentar as formas de iniciação do caminho, bem como legitimar sua posição privilegiada na via sufi.

Como um dos maiores teósofos do sufismo, o murciano Ibn ‘Arabi tornou-se referência no desenvolvimento do pensamento místico islâmico posterior. Alcançado com vários títulos, como *Ash-shayk al-akbar* (O mestre maior) ou *Muhyi ud-din* (Vivificador da fé), escreveu uma série de obras lidas em todo o *Dar al-Islam* (A Casa do Islã)²²⁸.

• Pós-Graduação em História-Mestrado-FCL-Unesp/Assis

²²⁸ O termo *Dar al-Islam* refere-se ao mundo cultural em que a fé islâmica é predominante. No período analisado, estendia-se desde a Península Ibérica até a Índia, com importantes centros culturais. Também pode ser traduzido como a Casa da Paz.

Nascido em 17 de ramadã de 560 H.²²⁹/ 28 de julho de 1165 (PEREIRA, 2007, p. 98), em Múrcia, no Al-Ándalus sob o governo almôada²³⁰ (FERRÍN, 2009, p. 459), cujo centro político estava em Fez – atual Marrocos-, Muhammad b. Alí b. Muhammad Ibn Al-‘Arabi at-Ta’î al-Hatîmi, conhecido por Ibn ‘Arabi, alcunhado também como *Ibn Aflatun* (O plantonista), foi um místico islâmico extremamente importante. Iniciando sua busca espiritual ainda jovem, por volta dos 20 anos já era um renomado buscador²³¹ (CORBIN, 1993; ASÍN PALACIOS, 1930), sob influência de um tio (Abu Muhammad “Abdallah b. Muhammad b. al-‘Arabi at-Ta’î – (IBN ARABI, 2007, p.77-80), realizaria em sua vida peregrina uma obra teosófica de grandes proporções, legando ao pensamento esotérico islâmico aportes e exemplos para a prática da interiorização da fé. Termina sua vida em Damasco, por volta do ano 1240 d.C. (meados de 635 H.). Cultuado como santo ou rechaçado como inovador, sua obra influenciou as irmandades místicas, principalmente no Oriente²³² (CORBIN, 1993).

A busca esotérica islâmica, interiorizando a fé e a revelação, já é prática constatada no momento da descida do Corão (PEREIRA, 2007, pp.97-128) e organização da *Ummah*²³³ pelo Profeta Muhammad²³⁴. A caminhada mística, historicamente, depende da forma estrita da relação tradicional (*silsila*) dos mestres e buscadores com os primeiros místicos, sejam históricos, como os membros do *Ahl al-Bayt* (Gente da Casa- a família do Profeta) ou os primeiros fieis de Medina (Gente do Banco), cuja vida ascética era exaltada, bem como cadeias genealógicas diretas com Ali –genro do profeta, esposo de Fátima - ou Abu Bakar – sogro do mesmo Profeta, pai da Aisha-, assim como a iniciação sobre-humana ligada às figuras de Uways²³⁵, o iemita, ou Khidr²³⁶. Com tudo isso, o modelo básico de moral e

²²⁹ Neste trabalho utilizaremos a periodização islâmica e cristã. O tempo no Islã é computado a partir da Hégira (*hijra*), a migração do Profeta para Yathrib, que o acolheu e em que inicia sua comunidade. Uma controvérsia pontificou a data em 16 de julho de 622 d.C., conforme estabelecido pelo califa ‘Umar, sendo o dia inicial do calendário islâmico. Deste modo, H. significará o respectivo ano da Hégira.

²³⁰ Os almohada foram um grupo político originários do Sahel, amparado na pregação de Ibn Tumart (1078-1130), buscando o monoteísmo unitário, sem associações. Almôade deriva de al-muwahid: unitários.

²³¹ Buscador ou caminhante é um dos termos que apresentam os fiéis na busca pelas realidades divinas interiores, dentro das diversas vias, ou caminhos, na fé islâmica.

²³² Para Henry Corbin (1993), juntamente com a obra de Sohrawardî, o mestre da Luz, ‘Arabi influenciou a obra dos Duodecimanos xiias.

²³³ *Ummah* designa a comunidade islâmica fundada pelo Profeta em Medina, bem como estende-se por toda a comunidade islâmica.

²³⁴ Utilizaremos o termo Muhammad ao invés o aporuguesado Maomé, já que para os mulçumanos, o nome do profeta não deve ser traduzido.

²³⁵ ‘Uways foi um fiel iemita que converteu-se sem conhecer o Profeta, tendo depois morrido nas lutas pela sucessão após a morte de Muhammad, em defesa de Alí, considerado um dos primeiros místicos e mártir xiia.

²³⁶ Khidr é o nome do profeta corânico que auxilia Moises na compreensão dos mistérios exotéricos. É o iniciador místicos de muitos sufis, entre eles nosso autor. Vide Alcorão. Sura XVIII, vv. 59-81.

experiência esotérica é a figura do Profeta Muhammad, já que todas as tradições e genealogias evocam sua figura e as práticas desta personagem²³⁷.

O buscador, aquele que decide adentrar o caminho místico, tende sempre a se associar a alguém que o introduza na via e no mistério, transmitindo a benção (*baraqah*), para um mergulho completo nas realidades divinas. Isto aponta para a importância da figura do guia, os mestres (*shayk*), na vida dos iniciados sufis, e a relação de transmissão de autoridade, dentro do caminho místico, entre um mestre e o fiel. Como exemplo, Schimmel, ao apresentar uma perspectiva histórica do movimento sufi, transmiti-nos um trecho de Rumi, que afirma: “*Quien camina sin un guia/ Necesita doscientos años para un viaje de dos días*” (SCHIMMEL, 2002, p. 120).

A força espiritual (*himmah*) e a benção (*baraqah*) permitem aos mestres, além do conhecimento e experiência destes mistérios, angariarem favores de Deus, intervindo na realidade física e psíquica, realizando atos sobrenaturais, milagres, denominado no vocabulário sufi de *karamat* (carisma). Como ato externo, os *karamat* não são signos que distinguem a importância do mestre, mesmo que também o distingam de outros mestres e fieis. Os detentores desta vida, de benção, obras externas e conhecimento das realidades divinas são denominados “Amigos de Deus” - *Awliya-Allah* – (SCHIMMEL, 2002, p.217), sendo alvo de devoção entre místicos e seguidores do islã popular.

Com nosso autor e seus mestres não foi diferente. Após peregrinar e radicar-se em Damasco, conglomerava em seu entorno um número significativo de discípulos, entre eles, os filhos de Saladino. Após sua morte, sua tumba, nos arredores de Damasco, passa a ser local de veneração, sendo construídas sobre ela uma mesquita e uma madrasa (escola corânica). Ele também se torna um transmissor legítimo da benção e um santo.

O documento a ser analisado nesta pesquisa compõe-se de excertos biográficos feitos pelo mestre murciano em fins de sua vida, já longe da terra natal, da qual saiu aos 36 anos. Tais excertos são partes de 3 obras básicas sobre a vida e pensamento sufi: o grande compendio teosófico *Al-futuh al-Makkyya*, as Revelações ou Iluminações de Meca, escrita durante o *hajj* – peregrinação obrigatória a Meca-, discorrendo sobre todos os aspectos do pensamento akbarí em relação ao sufismo; a epistola *Ruh al-Quds*, apresentação da via sufi ocidental; e a *Durrat al-fakhirah*, em que apresenta sua caminhada pessoal e suas influências.

²³⁷ Não é o intuito neste texto, todavia, dentro do pensamento esotérico, o Profeta Muhammad é, as vezes, comparado a Virgem Maria, devido as condições de descida do Corão e a gestação de Jesus.

Estas biografias dos mestres andaluzes e magrebinos, num total de 70, estão reunidas em um compendio traduzido para o inglês (*Sufis of Andalusia*) e para o espanhol (*Los sufíes de Andalucía*)²³⁸.

A metodologia que se coloca para análise estaria na constituição de apontamentos para a perspectiva de aproximação histórica do sufismo andaluz, segundo a memória akbari²³⁹, registrada nos textos. Como base metodológica proporíamos a possibilidade de análise destas memórias biográficas como hagiografias (assim o denominam Schimmel e autores mais antigos, como Massignon e Dermenghem), considerando-as como hagiografias islâmicas, que diferem da tradicional análise das hagiografias cristãs, mesmo que haja entre elas uma aproximação e uma relação de causalidade. Dado a especificidade da análise, a busca de um referencial qualitativo encontra-se em processo de formulação.

Como base teórica, à qual nos referiremos mais adiante, os conceitos trabalhados por Michel de Certeau (1998) auxiliarão na composição da análise dos elementos presentes na escrita para a composição de uma aproximação histórica da organização social e mística deste sufismo ocidental.

Importante para a pesquisa é perceber que este compêndio se compõe de excertos de outras obras com as possíveis finalidades de criar uma memória da mística sufi ocidental no Islã e de demonstrar, de forma pedagógica, os passos do mestre Ibn ‘Arabi na conformação de sua posição dentro do sufismo, que em épocas próximas de sua morte, já era de uma obra referencial nesta via esotérica.

O sufismo e o pensamento esotérico islâmico

O pensamento esotérico está presente em grande parte das religiões. O islã não é diferente. Desde sua formação histórica inicial, o pensamento esotérico ou místico já se faz presente como uma das possibilidades da vivência da fé. O ato corânico, revelado diretamente ao Profeta, é uma experiência esotérica, daí que o modelo básico do buscador místico no Islã seja a figura de Muhammad.

Para Annemarie Schimmel, estudiosa da mística islâmica, o pensamento esotérico, que também podemos denominar de místico, é caracterizado como “(...) *la gran corriente*

²³⁸ IBN ‘ARABI. *Sufis of Andalusia*. Taylor & Francis, 2008. Tradução inglesa; *Los sufíes de Andalucía*. Málaga, Editorial Sirio, 2007.

²³⁹ Akbari designa o conjunto da obra de Ibn ‘Arabi, bem como suas proposições teóricas. Terminologia proposta em Beatriz MACHADO. “Mulheres de Luz”. In: PERREIRA, Rosalie Helena de Souza. *O islã clássico*. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 593-633.

espiritual que atraviesa todas las religiones. En su sentido más amplio puede ser definido como la consciencia de la Realidad Una, ya se llame Sabiduría, Luz, Amor o Nada.” (2002, p. 19-20)

Diante desta perspectiva, o pensamento esotérico, e em nosso caso, o pensamento esotérico islâmico, seria a busca dos sentidos profundos da religião, a interiorização dos mistérios revelados e a relação individual com as realidades divinas. Nas religiões monoteístas, a presença destas propostas interiorizantes (esotéricas) relaciona-se de forma dialética com a prática ritual ou litúrgica exteriores (exotérica), resultando, conforme a dinâmica de cada religião, em movimentos ou grupos que se aproximam ou distanciam da prática oficial, dogmática e da vivência individual (SCHIMMEL, 2002, p. 44)

No islã, cuja distinção de ramos, grupos e práticas resultam da questão sucessória após a morte do Profeta, distinguiu-se duas correntes principais, a sunita e a xiita, acarretando uma certa polarização no âmbito da interpretação e vivência da fé islâmica. Todavia, não existem apenas estes dois ramos. Uma miríade de grupos se apresentam historicamente no Islã, sendo até revelado em um *hadith*, ou tradição do Profeta, a subdivisão em mais de 70 seitas.

Neste contexto, o pensamento esotérico também se encontra inscrito. No entanto, a despeito das oposições, a mística islâmica utiliza-se dos elementos de variados grupos e seitas, bem como de autores não islâmicos para a interpretação dos mistérios revelados.

Schimmel, ao analisar as dimensões místicas do islã, foca-se no movimento sufi. Apresenta-nos o pensamento sufi como o pensamento esotérico sunita, demonstrando prática e teorizações destes grupos. Mesmo assim, a autora demonstra como algumas *turuq* (irmandades) associam-se tradicionalmente com Ali ²⁴⁰, genro do Profeta e a quem foi transmitida a benção (2002, p.98).

Já Henry Corbin, ao analisar o mundo da Imaginação Criadora em Ibn ‘Arabi, apresenta-nos a existência de relações intrínsecas entre o pensamento esotérico sunita e xiita, utilizando-se da terminologia de sufismo xiia²⁴¹.

²⁴⁰ Para uma explicação rápida e simplista, a disputa pela sucessão da liderança da Comunidade, quando da morte de Muhammad, após seu genro Ali a seu sogro Abu Bakar, sendo que os defensores do genro do Profeta e de uma sucessão sanguínea, conglomeram-se como o Partido de Ali (*shi'ia al-Ali*), derivando no ramo xiita, os defensores do sogro Abu Bakar, formariam o grupo sunita. De acordo com um estudo xiita, a questão sucessória foi um estopim, seguido pelo mártir de Hussayn e companheiros em Karbala, bem como a perspectiva de relação com a revelação, tendo os xias caminhado para uma leitura esotérica do Corão. Vide: TABATABAI, Allamah S. M. H. *Shi'ite Islam*. Nova Iorque: State University of New York Press, 1975.

²⁴¹ Utilizaremos o termo xiia como adjetivo sinônimo de xiita. Nos estudos do xiismo em língua francesa e inglesa, o termo utilizado é *shi'ia*.

Diante desta discussão, em qual dos ramos islâmicos podemos classificar o pensamento sufi? Mesmo que tradicionalmente apoiadores do sunismo, os grupos sufi parecem caminhar entre as duas correntes, utilizando-se para sua elaboração, a interação entre as crenças de ambas. Classificar o sufismo como sunita seria uma contradição. Mesmo que relacionados a escolas sunitas ou a tradição Sunna, os sufis, em nosso caso Ibn ‘Arabi, fazem uso da tradição xiia bem como de seus conceitos.

Então, o que seria o sufismo? Existiria a possibilidade de uma associação estrita entre os diversos movimentos e pensamentos esotéricos dentro do Islã? Com base em Schimmel, a característica geral dos grupos sufis, bem como de todo fiel, conforme reitera o Corão, é a interiorização da experiência da unicidade de Deus: “(...) *en su período de formación, el sufismo significaba principalmente una interiorización del Islam, una experiencia personal del misterio central del Islam, el tawhid <<afirmación de que Dios es Uno>>*” (SCHIMMEL, 2002, p. 33).

Inicialmente, o sufismo foi um movimento individualizado. Contou inicialmente com personagens individuais, ascetas, que se relacionaram com monges cristãos orientais, principalmente os nestorianos (SCHIMMEL, 2002, p. 50). Já em meados do século III H. (século VIII d.C.), foi sendo organizado em grupos e irmandades. Surgiram, então, diversos grupos cuja metodologia e práticas variavam, incluindo o ascetismo, dança, música, e entre alguns, a utilização de substâncias. Assim, historicamente, o termo sufismo designa esta corrente mística tão plural, cuja proposta uniforme é a interiorização do mistério da unicidade divina, mas que, devido à diversidade de metodologias, poderia bem ser designada por “sufismos”. Não percebemos nesta pluralização uma frouxidão, mas sim a possibilidade de identificar as diversas formas de expressão destas experiências em todo o Islã, histórica e geograficamente²⁴².

Dentro desta aproximação histórica geral, Ibn ‘Arabi e seus mestres antecessores se associam a uma busca que Schimmel denomina de teosófica. O foco da obra akbarí, bem como de seus mestres, concentra-se na busca interior desta verdade, Deus Uno, e na experiência desta unicidade. Sem se ligar a uma irmandade específica, Ibn ‘Arabi conviveu

²⁴²“Diferentes correntes do sufismo são caracterizadas por uma extrema variedade e um único Sufismo jamais existiu. Esta é a razão pela qual, ao tentar distinguir os princípios que são mais ou menos comuns a todas as correntes, inevitavelmente chegamos a um (alto nível) de abstração que só aproximadamente reflete o real estado das coisas. (BERTELS *apud* POLIAKOVA, 2003: 1)” In: Cecilia C.C. de MACEDO. “Influência ismaili nos batinis de Al-Ándalus”; In: *Revista de Estudos da Religião*. Março, 2008, pp. 142-166.

com diversos mestres, e conheceu formas múltiplas desta via sufi. As biografias escritas por ele, mostram-nos a diversidade de práticas presentes no Al-Ándalus de sua formação.

Dentro da via sufi, há uma diversidade de conceitos que explicitam desde as formas éticas (principalmente a confirmação das práticas tradicionais) até os estágios de ascensão e introdução nos mistérios. Como vimos, o intento central é o *tauhid*, a união com o Único. Soma-se a este ponto básico outros conceitos. Como estes mesmos conceitos são plurais, vamos apresentar aqui dois termos básicos que serão recorrentes na análise das vidas bem como na conformação da hipótese de que estamos diante de hagiografias.

Selecionamos, assim, dois conceitos, a *baraqah*, ou seja, a benção transmitida e transmissível que possibilita ao buscador o acesso aos mistérios, e a *walayah/wilaya*, ou santidade. Também exemplificaremos com a apresentação de passagens da vida de dois mestres do murciano

A *baraqah* apresenta-se como a recompensa divina pela busca do caminho, assim como o auxílio básico do caminhante, sendo tradicionalmente transmissível. A introspecção dos mistérios e a ascensão ao mundo latente da Imaginação Criadora (CORBIN, 1993) possibilitam ao buscador, não só a contemplação dos mistérios, bom como a condição de intervir no mundo físico e psíquico, transformando a realidade e realizando prodígios, características da *baraqah*. Estes elementos da benção divina são denominados de *karamat*, carismas, como parte da confirmação do dom especial e da força do coração (*himmah*) de um místico. No entanto, não é condição imprescindível, inclusive não é bem aceita entre os teóricos e juristas do islã sunita oficial, mas é muito bem quista no islã popular.

Nos relatos feitos por ‘Arabi, pode-se perceber a função modelar didático-pedagógica destes carismas, seja como confirmação da benção, seja para a intervenção na vida cotidiana de um necessitado, ou mesmo para o castigo de faltas e proibições (ASÍN PALACIOS, 1930, p. 73-75).

A principal mestra de Ibn ‘Arabi, Fátima, tinha, por sua *baraqah*, a sua disposição a sura Al-Fatiha (sura inicial do Corão recitada por todo fiel durante suas orações), com a qual ela realizava prodígios – sob a internalização da sura, a pedido de Ibn ‘Arabi, Fátima restituiu a uma esposa seu marido que havia partido. Na perspectiva de uma aproximação sociocultural, ‘Arabi nos apresenta esta grande mulher vivendo em condições de desapego do mundo. O próprio ‘Arabi construiu para ela uma habitação de canas fora da cidade (IBN ‘ARABI, 2007, p. 199-203).

Outro mestre, Al-‘Uryanî, por ser muito querido de Deus, ao ser expulso de uma aldeia no Algarves (atual Silves), teve de retornar para livrar a população de um *djinn*²⁴³, mandado por Deus para castigar os inimigos de seu amigo. O espírito criou confusão no local ao tornar público os segredos dos habitantes, tendo confirmado que fora a mando do mestre Al-‘Uryani bem como só sairia por meio da intervenção deste (2007, p.11-19).

O conceito de amigo, *wali*, *wali-Allah*, amigo de Deus, é utilizado no sufismo para a confirmação da santidade. Esta, diferentemente do pensamento cristão, constituir-se-ia como uma relação de dependência de Deus. O santo, amigo de Deus, realizaria apenas o que Deus lhe permitisse. O termo *wali* é utilizado no xiismo como designação de Ali e dos imãs, como forma de apresentar sua posição especial diante de deus e dos homens. A santidade possibilita a associação do buscador com seu mestre, bem como a aproximação da benção divina.

Juntamente aos diversos conceitos do sufismo akbarí -- aqui apresentamos apenas dois -- o texto nos aproxima das relações sociais e místicas dos diversos mestres com quem Ibn ‘Arabi conviveu, tanto em Al-Ándalus (Sevilla, Múrcia, Almeria, Ruta), como no Magreb (Fez, Temeclém). Como prática mística, haviam ascetas, gnósticos, *malamatyya*²⁴⁴ (SCHIMMEL, 2002, p.102-104), juristas das escolas jurídicas, escravos e intelectuais, políticos, ricos e pobres.

As práticas místicas são também foco de apresentação: o *dikhr*²⁴⁵, a oração, a recitação do Corão; bem como os aspectos sociais: a vida íntima dos mestres, as reuniões em suas casas, as relações nas mesquitas, as ocupações econômicas, as relações entre os grupos sociais, o papel do estado. Diante deste aparato de informações, talvez, seja-nos possível relacionar, especificamente, as condições do sufismo andaluz e magrebino, o sufismo ocidental em que se formou este grande mestre.

O contexto político de Al-Ándalus no momento da formação mística de Ibn ‘Arabi, bem como seu texto, possibilita-nos apreender as táticas dos membros dos grupos sufis andaluzes diante das estratégias do poder almohade, a presença silenciosa das táticas e teias,

²⁴³ Os *djinn*s são espíritos que vivem neste mundo, possuindo apenas matéria sutil. Podem ser bons ou maus, são citados no Corão, quando um grupo ao ouvir as primeiras recitações da Revelação se converteu ao Islã. ALCORÃO, sura LXXII.

²⁴⁴ Grupo sufi que propunha a reprovação pública, vivendo em oposição à moral religiosas, mas mantendo os preceitos na vida interior. Tal prática se aproxima do termo *taqiya*, que na jurisprudência islâmica designa a possibilidade da dissimulação, ou seja, da *práxis* exterior distinta da fé interior, tanto para a manutenção da vida em tempos de perseguição, quanto para a segurança da fé.

²⁴⁵ Principal método dos grupos sufis, o *dikhr* é a rememoração de Deus, por meio da *shahada* ou da concentração em um dos seus 99 nomes.

diante dos lugares restritivos das estratégias, para nos utilizarmos da reflexão de Michel de Certeau.

A vida do próprio Ibn ‘Arabi demonstra esta tática. Migrando para o Oriente, por volta dos 36 anos de idade, evidencia-nos este fato duas características: uma simbólica e outra política.

De forma simbólica, no pensamento esotérico islâmico há uma geografia mística que interpreta a caminhada do buscador, aproximando-a da viagem obrigatória do *hajj*, aperegrinação a Meca. A via dos mistérios é também a caminhada, que se inicia no mundo imperfeito, o Ocidente, nos termos sufi o *Maghrib* (termo que designa o poente), onde as preocupações da vida sufocam, e passando pelas diversas estações, o fiel atingiria os estados elevados, a realidade muhammadiana, ao chegar ao Oriente simbólico, o Iemên, terra paradisíaca do protótipo histórico do místico, Uways.

O motivo político para a migração esteve ligado ao governo almôada. Estes governantes, com quem Ibn ‘Arabi se relacionou²⁴⁶ (IBN ‘ARABI, 2007, p. 33), amparavam sua política nas pregações puristas do reformador do Sahel, que pregava a unicidade estrita de Deus, bem como a prática pura das leis e da fé, sem associação com novidades (*bid’ah*) – termo próximo à concepção cristã de heresia - ou artes. Ferrin (2009) aponta a política almôada como a política das “paredes brancas”. Mesmo que livres para vivenciar a experiência mística, a vida sufi era transpassada pelo temor de acusações, dentro da complicada lógica política, por parte dos *fuqahâ*, mestres da lei e juriconsultos, que poderiam classificar algo como inovação – fora do Corão e da tradição- resultando em possíveis martírios.

Outro ponto que poderíamos destacar é a associação de Ibn ‘Arabi e seus mestres com leituras de Ibn Qasi e a estreita relação com a Escola de Almeria, originada em Ibn Massara. Ibn Qasi, com sua obra, instigou uma insurreição xiita no Algarves sendo, por isso, perseguido. O estudo deste autor foi realizado pelo mestre murciano em Fez. Qasi foi, segundo Corbin (1993), influenciado pelos Irmãos da Pureza, grupo xiita do Oriente, por meio do qual Ibn ‘Arabi teria acessado os métodos de interpretação xiita, principalmente a questão do *zahir* (metáfora e leitura exterior) e o *batin* (a interpretação secreta e simbólica) (ASÍN PALACIOS, 1930).

²⁴⁶ O governante em questão, caracterizado por Ibn ‘Arabi como “*El Emir de los Creyentes*”, foi, segundo consta, Abû Ya’qûb, o Almoada, que governou entre 1163 e 1184.

Deste modo, por meio dos relatos das vidas de seus mestres, Ibn ‘Arabi apresenta aos seus discípulos orientais, entre eles os filhos de Saladino, a via sufi no ocidente islâmico. A memória de um sufismo andaluz se apresenta com múltiplas intenções. Não são os mestres reais que aparecem, mas as construções mnemônicas destes mesmos mestres, construções estas relacionadas à formação do mestre murciano. Não é a vida objetiva no Al-Ándalus, mas a objetividade das lembranças, em seu sentido histórico e esotérico, que se apresenta.

Dado que este trabalho de pesquisa encontra-se em sua fase inicial, creio que novos elementos serão agregados, bem como novos conceitos e aportes teóricos-metodológicos. A intenção primeira desta pesquisa, ao analisar e projetar a possibilidade de uma aproximação histórica do sufismo andaluz, através dos relatos legados por Ibn ‘Arabi de Múrcia, colocando-o dentro de um contexto histórico e geográfico, associando suas causalidade e possibilidades, está em estabelecer as características desta mística islâmica em um território do *Dar al-Islam* ocidental e europeu.

Como Bloch (2001) nos aponta, o presente nos faz questionar o passado, assim, este trabalho busca questionar, tanto as fontes e a representação do islã andaluz e do sufismo, como contrapor a atual conjuntura que torna, na visão comum e estereotipada, o Islã um bloco monolítico a ser combatido pelo ocidente. A diferenciação entre as culturas é parte da dinâmica histórica, todavia se percebe hoje a forçosa tarefa tanto do ocidente quanto do mundo islâmico, de se diferenciarem e distanciaram, criando abismos culturais, esquecendo as aproximações e influências mútuas.

Referências Bibliográficas

ASÍN PALACIOS, Miguel. *El islam cristianizado*. Estudio del “sufismo” a través de las obras de Abenarabi de Murcia. Madrid: Editorial Plutarco, 1931.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1998.

CORBIN, Henry. *La imaginación creadora em el sufismo de Ibn ‘Arabi*. Barcelona: Ediciones Destino, 1º ed. 1993.

FERRÍN, Emilio G. *História General de Al Ándalus*. Europa entre Oriente y Occidente. 3ª ed. Córdoba: Almuzara, 2009.

IBN ‘ARABI. *Los sufíes de Andalucía*. Málaga, Editorial Sirio, 2007.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. “*Al-Qur’an*: O Corão, o Livro divino dos muçulmanos. In: PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (org.). *O islã clássico*. Itinerários de uma cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 97-128.

MACEDO, Cecília C. C. de. “Influência ismaili nos batinis de Al-Ándalus”; In: *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, março, pp. 142-166, 2008.

MACHADO, Beatriz. “Mulheres de Luz”. In: PERREIRA, Rosalie Helena de Souza. *O islã clássico*. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 593-633.

NASR, Helmi. Tradução do sentido do *Nobre Alcorão* para a língua portuguesa. Al-Madinah Al-Munauarah KSA., Arábia Saudita: Complexo do Rei Fahd para imprimir o Nobre Alcorão, 2005.

SCHIMMEL, Annemarie. *Las dimensiones místicas del Islam*. Madrid: Editorial Trotta, 2002.

TABATABAI, Allamah S. M. H. *Shi’ite Islam*. Nova Iorque: State University of New York Press, 1975.

IDEIAS DE ALUNOS DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DE FONTES HISTÓRICAS

ISSN: 2595-1645

Heloisa Pires Fazon (Mestrado em História Social / UEL)

Marlene Rosa Cainelli (Orientadora /UEL)

Resumo: O presente texto possui como propósito apresentar considerações preliminares a respeito da pesquisa de Mestrado intitulada “Aprendizagem histórica: concepções de alunos do sexto ano do Ensino Fundamental de um Colégio Estadual da cidade de Londrina –PR (2016-2017)” que está sendo desenvolvida no programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marlene Rosa Cainelli. Ressalta-se que esta pesquisa está ancorada num campo de estudo denominado Educação Histórica, o qual privilegia as investigações realizadas no espaço escolar. O objetivo central é compreender como os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental se apropriam de fontes históricas textuais e visuais presentes no livro didático DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. *Vontade de saber História*. 2^a edição. São Paulo: FTD, 2012, 128p. Para isto, sublinha-se que os principais conceitos utilizados serão o de aprendizagem histórica, “consciência histórica” (RÜSEN, 2001) e “narrativa histórica” (GAGO, 2007, RÜSEN, 2001). Por fim, salienta-se que será utilizada a metodologia da *Grounded Theory*, a qual possibilitará a categorização das narrativas produzidas pelos alunos.

Palavras-chave: Aprendizagem Histórica; Ensino Fundamental; Fontes Históricas.

Este texto possui como finalidade principal apresentar considerações preliminares a respeito da pesquisa que está sendo desenvolvida no Mestrado em História Social na linha de História e Ensino sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marlene Rosa Cainelli. Portanto, serão aqui explanadas ideias norteadoras envolvidas na elaboração da pesquisa.

Inicialmente é imprescindível destacar que esta investigação se insere num campo de estudo denominado Educação Histórica. De acordo com Cainelli e Schmidt (2011) este campo surgiu na Inglaterra por volta da década de 1970 e tem se difundido paulatinamente em diferentes países do mundo. No Brasil um dos centros mais expressivos dessa área está localizado na cidade de Curitiba-PR com a pesquisadora Maria Auxiliadora Schmidt, a qual coordena o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH). Destaca-se que as investigações realizadas neste campo buscam identificar quais os sentidos e os significados que os indivíduos atribuem à disciplina de História, de maneira que nesta área a escola é, prioritariamente, o campo de pesquisa por excelência.

Sublinha-se que a Educação Histórica faz parte do campo da Didática da História, o qual possui como finalidade principal investigar a formação da consciência histórica dos sujeitos, bem como a formação da cultura histórica na qual estes estão inseridos. No texto “A História na Reflexão Didática” Klaus Bergmann (1990, p.29) destaca as três tarefas da Didática da Histórica. A primeira delas, denominada “tarefa empírica”, possui como principal objetivo analisar o que o sujeito aprendeu na disciplina de História. Sublinha-se que é nesta tarefa que a Educação Histórica está imersa, privilegiando a questão escolar e desenvolvendo questionamentos a respeito do que alunos e professores pensam sobre a disciplina de História, assim como sobre alguns conceitos que nela estão inseridos e são discutidos. A segunda tarefa, intitulada “tarefa reflexiva”, possui como propósito central indagar o porquê de aprender História, questionando-se sobre “o que pode ser aprendido” (BERGMANN, 1990, p.29) nessa disciplina. A última, nomeada “tarefa normativa”, refere-se essencialmente “ao que deveria ser aprendido” (BERGMANN, 1990, p.29), ou seja, as normas da disciplina de História, como por exemplo aquelas ditadas na Base Nacional Comum Curricular.

De acordo com Rüsen (2011) a didática foi durante muito tempo considerada uma disciplina encarregada somente de transferir os conhecimentos acadêmicos para a cabeça dos alunos; entretanto, a mesma adquiriu, com o passar do tempo, novas funções. Ainda de acordo com este autor a didática seria realmente válida se levasse em consideração três questões: “como se pensa a história, quais são as origens da história na natureza humana, e quais são seus usos para a vida humana” (RÜSEN, 2011, p.24).

No que se refere à última questão, ou seja, pensar as relações entre a História e a vida prática cotidiana, Rüsen (2001, p.35) propõe a “matriz disciplinar” (Figura 1).

Figura 1 – Matriz disciplinar



Fonte: RÜSEN, 2001.

A principal noção transmitida por essa matriz é a de que a História, entendida nesse caso como uma ciência, não deve estar separada da vida prática dos indivíduos. Desse modo, a disciplina de História e a vida prática encontram-se interligadas em um círculo que conecta a História (teoria) e a vida cotidiana (prática).

Para melhor exemplificar essa ideia será apresentado neste parágrafo sucintas explicações a respeito desta matriz. Ressalta-se que a mesma apresenta cinco fatores que estão constantemente interligados, sendo eles: interesses, ideias, métodos, formas e funções. Destaca-se que a matriz tem início no fator interesses. Isto porque é a partir das problemáticas do presente que o sujeito começa a desenvolver um estudo sobre determinado tema histórico, com o objetivo de, ao final desse estudo, responder a problemática criada inicialmente. Entretanto, para melhor realizar sua pesquisa e responder a essa problemática, o indivíduo precisa reportar-se à teoria, ou seja, compreender o que outros sujeitos já apresentaram sobre o problema investigado. Além disso, para responder a essa problemática é necessário que o sujeito utilize uma metodologia para desenvolver sua pesquisa, e também para direcioná-lo às possíveis soluções. Em seguida, é necessário que o indivíduo redija sua pesquisa, ou seja, apresente uma forma de narrativa na qual o leitor compreenda o que ali está exposto. Após a realização de todo esse processo o sujeito irá para o último fator: as funções, entendidas como a vida prática cotidiana.

Portanto, nota-se que é a partir de um interesse ou problemática dessa vida prática que

o indivíduo faz todo o percurso que está na “matriz disciplinar”, passando pela teoria, métodos e pela narrativa, até chegar nas funções e ter respondido sua problemática inicial, realizando mudanças não somente em sua vida, mas também na vida daqueles que leram sua pesquisa. Destaca-se que quando o sujeito atinge o último fator, respondendo a sua problemática inicial, o processo começa novamente, pois outros interesses e carências são impostos a este mesmo indivíduo, para que assim, o círculo seja completado novamente.

Após as explanações anteriores, destaca-se que os conceitos centrais dessa pesquisa são os de aprendizagem histórica, “consciência histórica” (RÜSEN, 2011) e “narrativa histórica” (RÜSEN, 2001). É imprescindível destacar que estes três conceitos estão substancialmente entrelaçados, pois a aprendizagem histórica é promovida a partir do momento em que ocorre uma transformação da consciência histórica, e esta por sua vez, se expressa na forma de narrativa.

Na apresentação da obra “Jörn Rüsen e o Ensino de História” publicada em 2011, Estevão de Rezende Martins afirma que o desenvolvimento da aprendizagem envolve dois processos que atuam concomitantemente: a aprendizagem como fruto das experiências estabelecidas no cotidiano e a aprendizagem proveniente do ambiente escolar. É importante sublinhar que nestes dois processos as interações humanas são essenciais, até porque “aprende-se com o que se encontra ou com quem nos encontramos; inversamente, aprendem conosco aqueles com quem convivemos” (MARTINS, 2011, p.09). Já as pesquisadoras Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Tânia Braga Garcia ao tecerem considerações relevantes a respeito dos estudos de Jörn Rüsen para o campo da Educação Histórica, destacam que a aprendizagem histórica é tida como significativa a partir do momento em que faz sentido para a vida do aprendiz, ajudando-o a compreender de forma mais satisfatória as mudanças ocorridas no cotidiano.

Schmidt (2011) considera que o ponto de partida da aprendizagem histórica é o passado, de modo que o acesso até esse passado se daria apenas por meio de fontes históricas existentes no presente. Dessa maneira “o presente pode ser encarado como um solo firme e seguro, no qual permanecem vestígios, a partir dos quais projetamos nossas pontes para determinados passados” (SCHMIDT, 2011, p.84). Ressalta-se que estes vestígios se apresentam de diferentes formas, podendo variar, por exemplo, entre um texto escrito, um depoimento oral e um texto visual. Ainda de acordo com esta autora

entende-se que a aprendizagem histórica necessita de uma estrada construída com mão dupla e essa construção requer um compromisso ético com o presente, a partir do qual quem ensina e quem aprende

podem identificar um passado de interesses e com significados para os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (SCHMIDT, 2011, p.84).

Rüsen (2011, p.51) defende que “a aprendizagem histórica pode se explicar como um processo de mudança estrutural da consciência histórica”. Segundo o autor a consciência histórica pode ser entendida como a capacidade do ser humano de se orientar no tempo, de maneira que essa necessidade de orientação se constitui a partir das problemáticas do indivíduo no tempo presente. Assim, a consciência histórica “tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (RÜSEN, 2011, p.56). Portanto, é imprescindível apreender que através da consciência histórica o sujeito busca o passado com o objetivo de se orientar no presente e projetar possíveis ações futuras.

Desse modo, compartilhando das reflexões de Rüsen, Oliveira (2013, p.16) compreende

a aprendizagem histórica, não como uma apropriação de narrativas singulares sobre o passado, mas como um processo de desenvolvimento do pensamento histórico, – ou consciência histórica - que permita aos sujeitos compreenderem a si e ao seu mundo na perspectiva do tempo.

Rüsen (2011) propõe quatro tipos de consciência histórica. Antes de explicitar detalhadamente cada uma, acreditamos ser necessário expor a origem dessa tipologia. Para definir cada tipo, Rüsen se reporta a um conto publicado por Samuel Johnson no livro *Journeu do the Western Islands of Scotland em 1775*, o qual relata a estória de dois clãs: os Maclean e Maclonish. O conto relata que há muito tempo o clã Maclean perdeu uma batalha para outro clã, na qual a mulher grávida do rei Maclean caiu nas mãos inimigas. A mulher grávida foi dada de presente ao clã Maclonish, mas a criança poderia permanecer viva somente se fosse do sexo masculino. A rainha do clã Maclean deu à luz a uma menina, ao mesmo tempo em que a rainha do clã Maclonish, deu à luz à um menino. Imediatamente as mulheres trocaram os bebês. O tempo passou e o jovem Maclean ficou extremamente grato ao clã Maclonich e na tentativa de retribuir o favor, gravou em seu castelo, denominado Castelo de Col e localizado na Escócia, uma inscrição que prometia ajudar qualquer indivíduo pertencente ao clã Maclonish, independente da gravidade da situação.

Depois de feita essa narração, Rüsen convida o leitor a navegar diante de uma estória hipotética. Propõe que o leitor imagine que é um membro da família Maclean, a qual habita um suntuoso castelo pertencente a um ancestral. Numa certa noite um membro dos Maclonish, chamado Ian, bate à porta com a cabeça de um homem nas mãos e pede ajuda. A questão central nessa estória é: o que o leitor faria diante desta situação? É importante destacar que para Rüsen a resposta concedida pelo leitor indicaria a maneira pela qual este indivíduo compreende a história, enaltecendo o tipo de consciência histórica que o mesmo mobiliza com maior frequência. Assim sendo, o autor apresenta quatro alternativas para esta situação, de modo que cada uma delas corresponde a um tipo de consciência histórica. Na primeira alternativa, o sujeito ajudaria Ian pois sente necessidade de honrar a lealdade entre os dois clãs. Já na segunda, o sujeito escolheria ajudar Ian baseando-se numa reciprocidade mútua, porque “os acordos devem ser mantidos como tais, ou seja, estão unidos pelo tratado” (RÜSEN, 2011, p.53). Na outra, o sujeito não sentiria a obrigação de ajudar Ian, negando, com argumentos histórico-críticos, o tratado estabelecido antigamente. Por fim, na última possibilidade o sujeito escolheria ajudar Ian, mas baseando-se em “considerações modernas e não como prescrevia o antigo pacto” (RÜSEN, 2011, p.54).

Portanto destaca-se que cada possibilidade exposta anteriormente corresponde, respectivamente, a um tipo de consciência histórica. O primeiro tipo, intitulado “consciência histórica tradicional” (RÜSEN, 2011, p.62), possui a função de preservar as tradições, até porque, segundo Rüsen (2011), a negação completa dessas tradições ocasionaria uma aguda desorientação. Assim sendo, destaca-se que neste tipo ocorre uma repetição de costumes e ordens, de maneira que o sujeito não realiza nenhuma reflexão crítica sobre seus atos. Observa-se que o passado muda lentamente, pois objetiva-se manter as ações sempre do mesmo jeito. Já na “consciência histórica exemplar” (RÜSEN, 2011, p.65) as regras são utilizadas como argumento central, de modo que a História nos ensinaria o caminho a ser percorrido. Neste tipo os sujeitos enxergam o passado como um modelo inquestionável, sendo necessário apenas segui-lo, sem quaisquer reflexões.

Em seguida, está a “consciência histórica crítica” (RÜSEN, 2011, p.66) na qual a negação prevalece como a principal característica, de maneira que a História é entendida como um elemento que permite o rompimento com a continuidade. Assim sendo, ocorre a recusa do que já aconteceu, sendo que o indivíduo cria algo totalmente novo; entretanto, destaca-se que esse modelo não apresenta nenhuma argumentação sobre o porquê dessa rejeição. Por fim, está a “consciência histórica genética” (RÜSEN, 2011, p.68). De acordo com Rüsen (2011, p.69) este tipo é marcado pela mudança, pois “a mudança propriamente

dita é que dá sentido à história”. Devido a isto, ressalta-se que nesta perspectiva há uma pluralidade de pontos de vista, ao mesmo tempo em que ocorre uma maior aceitação do “outro”. Desse modo, ocorre uma abertura para a diversidade e um entendimento maior daquilo que difere de si, pois o sujeito analisa um fato, realiza uma crítica e posteriormente constrói outra interpretação pautada numa análise mais coerente.

Isto posto, salienta-se que os sujeitos não são formados apenas por uma consciência histórica, pois mobilizam a cada momento um tipo, prevalecendo uma em detrimento da outra.

Com relação à narrativa histórica, Barca, Garcia e Schmidt (2011) apresentam considerações importantes. Ao referenciarem Rüsen sublinham a ideia por ele apresentada de que a narrativa pode ser encarada como “a face material da consciência histórica” (BARCA, GARCIA, SCHMIDT, 2011, p.12), e nesse aspecto, é possível identificar, através da análise de uma narrativa histórica, como e por meio de quais fontes o indivíduo compreende o passado, igualmente os sentidos que atribui à história. Dessa maneira, ressalta-se que no estudo final da nossa pesquisa propõe-se que os alunos produzam suas narrativas históricas, porque, compartilhando das reflexões expostas pelas pesquisadoras Barca, Garcia e Schmidt (2011), a narrativa será um meio pelo qual o aluno poderá manifestar suas compreensões acerca do passado histórico, assim como solidificar gradativamente sua orientação temporal.

Gago (2007), além de defender também a ideia apresentada acima, de que a narrativa histórica é o modo de expressão da consciência histórica, destaca que nela “se entende a História como uma reconstrução do pensamento da ação humana do passado com base na evidência” (GAGO, 2007, p.26). Tomando como base essa citação, podemos observar a importância conferida às evidências ou fontes históricas, de modo que Gago (2007) enfatiza que a construção de uma narrativa histórica deve estar fundamentada nas fontes históricas, sendo que essa fundamentação será decisiva para a aceitabilidade dessa narrativa.

Desse modo, conforme Rüsen (2001), é por meio das narrativas históricas que os sujeitos são capazes de expressar seu pensamento histórico, de maneira que estas tornam “presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro formam uma unidade integrada” (RÜSEN, 2001 p.65).

Outro aspecto que merece atenção refere-se ao objeto a ser analisado pelos alunos. Por que a escolha do livro didático de História? Porque este ainda é o material mais utilizado no cotidiano da sala de aula, assim como ainda é “a ferramenta mais importante no ensino de história” (RÜSEN, 2011, p.109). Conforme Rüsen (2011) os historiadores interessam-se pela análise e discussão do livro didático devido à três razões centrais:

- a) Porque consideram o livro didático o principal meio pelo qual os produtos resultantes das investigações históricas chegam até a sociedade;
- b) Porque entendem que o livro didático permite aos estudiosos compreenderem a utilidade prática que suas investigações possibilitam na vida cotidiana dos indivíduos;
- c) Porque reconhecem que o livro didático é um importante veiculador de mensagens políticas, as quais são consideradas essenciais para a formação do indivíduo.

Todavia, apesar de destacar a importância desse material didático para o ensino de História, o autor reconhece que ainda existe uma lacuna um tanto quanto ampla no que se refere aos estudos que o envolvem. Nas palavras de Rüsen (2011, p.111) “quase não existe investigação empírica sobre o uso e o papel que os livros didáticos desempenham verdadeiramente no processo de aprendizagem em sala de aula”. Desse modo, destaca-se que é levando em consideração essa afirmação que a pesquisa de Mestrado aqui proposta está justificada. O principal objetivo é perceber como os alunos se apropriam de fontes históricas textuais e visuais presentes no livro didático DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. *Vontade de saber História*. 2ª edição. São Paulo: FTD, 2012, 128p.; portanto, pretende-se observar as possíveis reais compreensões que alunos do sexto ano do Ensino Fundamental fazem deste material didático. Além disso, destaca-se que optou-se por trabalhar com um livro didático porque compartilhamos da ideia exposta por Rüsen (2011, p.112) de que a principal função desse material é “tornar possível, impulsionar e favorecer a aprendizagem da história”.

Por conseguinte, ao discutir a importância que esse material adquire no processo de ensino e aprendizagem, Rüsen (2011, p.115-118) apresenta algumas características primordiais para que um livro didático seja considerado uma ferramenta ideal. Primeiramente destaca o “formato claro”. Para o autor a forma externa do livro já é um fator que influencia a maneira como o mesmo será recepcionado pelo leitor, sendo conveniente, portanto, um formato cognoscível. Em seguida está a “estrutura didática”, na qual a estruturação do livro deve ser clara a ponto de que os leitores reconhecem os objetivos didáticos que estão ali expostos.

A terceira característica refere-se à “relação com o aluno”. O autor destaca que os conteúdos desse material didático devem levar em consideração a capacidade de entendimento do aluno, principalmente no que diz respeito a linguagem utilizada. Ainda sublinha que “a questão sobre se certos conteúdos históricos são adequados ou não para um

livro didático depende do grau em que estes contribuam para a compreensão do presente e as oportunidades vitais das crianças e jovens” (RÜSEN, 2011, p.117). Assim, nota-se que ao explicitar essa característica Rüsen destaca novamente o que propõe em sua “matriz disciplinar”, ou seja, a relação entre as investigações históricas (História vista como uma ciência) e a vida prática cotidiana do sujeito. Por fim, está a “relação com a aula”. O estudioso aponta que “um livro didático somente é útil se realmente se pode trabalhar com ele em sala de aula” (RÜSEN, 2011, p.117). Diante disto, destaca que o livro não pode apenas apresentar de forma expositiva os conteúdos históricos, pois o mesmo tem de ser capaz de estimular a argumentação crítica do aluno. Em vista disso, de acordo com Rüsen (2011, p.119), este material didático deve possibilitar nos alunos um dos aspectos decisivos da aprendizagem, que é “a autonomia, a capacidade de pensar por si mesmo e de argumentar”.

Ressalta-se que o desenvolvimento da pesquisa está dividido em cinco etapas. A primeira delas refere-se à atividade de observação nas salas de aula, com o intuito de melhor compreender a dinâmica do espaço no qual o estudo será realizado. É imprescindível elucidar que as observações serão registradas de acordo com o que Ribeiro (2006, p.23) denomina de “notas de campo”. Estas estão divididas em quatro itens: “descrição dos acontecimentos”, “elementos esquecidos”, “destaque das ideias e manifestações das crianças”, e “avaliação”. Entretanto, sublinha-se que em nossa pesquisa serão utilizados apenas os dois primeiros elementos. Na “descrição dos acontecimentos” Ribeiro (2006, p.23) aponta que é feito um “breve relato da sequência de acontecimentos da aula ou da atividade”. Já nos “elementos esquecidos” a autora destaca que devido ao fato da maior parte do registro ser elaborado após as aulas, é necessário que o pesquisador releia a narrativa produzida com a intenção de recordar aspectos que, num primeiro momento, não adquiriram tanta relevância.

Após as observações, será escolhido, de acordo com a dinâmica da turma, um conteúdo do livro didático, bem como elaborada as fontes históricas escolhidas. Em seguida, será proposto que os alunos interpretem as fontes e produzam uma narrativa a seu respeito. Posteriormente será feita a leitura dessas narrativas e um estudo comparativo entre as mesmas, com o objetivo de identificar as categorias históricas predominantes. Sublinha-se que a epistemologia de análise das narrativas levará em consideração perguntas do tipo:

1. Como o aluno narra a fonte?
2. O aluno procura algo de historicidade na fonte? Por exemplo, ele busca a autoria sua autoria?
3. O aluno somente reproduz o que está na fonte ou apresenta uma argumentação que contém outros elementos?

4. O aluno apresenta uma narrativa tradicional sobre a fonte ou realiza críticas a respeito da mesma?

5. Qual tipo de consciência histórica pode ser identificado nas narrativas dos alunos?

Por fim, destaca-se que a metodologia utilizada será a *Grounded Theory* (teoria fundamentada), a qual é frequentemente utilizada pelos pesquisadores da Educação Histórica. Sublinha-se que o grande diferencial da teoria fundamentada reside no fato do estudioso construir suas próprias teorias e categorias, referentes ao objeto de estudo, a partir dos dados que são obtidos no decorrer da pesquisa, de maneira que “os dados formam a base da nossa teoria, e a nossa análise desses dados origina os conceitos que construímos” (CHARMAZ, 2009, p.15). Neste método o pesquisador não investiga o objeto de estudo com uma teoria final pré-concebida ou com uma categoria já estabelecida, mas as constroem no decorrer de sua própria análise. Portanto, apesar do pesquisador possuir concepções a priori, o objeto de estudo não é analisado a partir de uma teoria fechada, a qual impossibilita qualquer tipo de mudança durante o processo de investigação.

Referências Bibliográficas

CAINELLI, Marlene Rosa; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Percursos das Pesquisas em Educação Histórica: Brasil e Portugal. In: _____. **Educação Histórica: teoria e pesquisa**. 1.ed. Ijuí: Unijuí, 2011. p.9-17.

CHARMAZ, Kathy. Convite à Teoria Fundamentada. In:_. **A Construção da Teoria Fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p.13-28.

GAGO, Marília. **Consciência histórica e narrativa na aula de História: concepções de professores**. 2007. 418f. Tese (Doutoramento em Educação). Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia, Portugal, 2007.

OLIVEIRA, Andressa Garcia Pinheiro de. **Aprendizagem histórica na Educação Infantil: possibilidades e perspectivas da Educação Histórica**. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

RIBEIRO, Regina Maria de Oliveira. **A “máquina do tempo”: representações do passado, história e memória na sala de aula**. 2006. 275f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2011, 150p.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. da UnB, 2001, 192p.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos. In: CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação Histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p.81-90.

IDENTIDADE CRISTÃ E MARTÍRIO: O BOM PASTOR NAS CATACUMBAS ROMANAS

ISSN: 2595-1645

Jair Henrique Ferreira Sueki

Orientação: Dra. Monica Selvatici

Especialização em Religiões e Religiosidades – UEL

Resumo: O trabalho apresentado é o início de uma vertente de pesquisa já iniciado sobre a relação entre o processo de definição da identidade cristã nos primeiros séculos de nossa era, tendo como recorte geográfico principal a capital do império: Roma. As discussões sobre a formação das identidades cristãs, colocadas no plural de propósito levam-nos a refletir sobre o papel do fenômeno do martírio na constituição do universo dessas comunidades proto-cristãs urbanas. As reuniões aconteciam em cemitérios subterrâneos localizados nas imediações da cidade chamados de catacumbas. Nesses locais as primeiras formas de representação imagética relativa a Jesus Cristo e à Virgem Maria além de outros temas religiosos cristãos se desenvolverão com uma grande apropriação das representações de divindades do mundo Greco romano. Desse contexto sai a figura do Bom Pastor associada a Jesus Cristo pintada nas paredes e no teto de certas catacumbas tendo o modelo sido tirado das representações pagãs de Hermes, deus grego, frequentemente apresentado como um pastor. A partir disso traçar paralelos entre o uso dessa figura pelos cristãos e o contexto social e político de perseguição religiosa sofridos pelos mesmos.

Palavras-chave: Identidade Cristã; Imagens; Bom Pastor; Catacumbas Romanas.

O estudo das religiões tem encontrado um campo muito amplo nas ciências humanas, seja na sociologia, na história ou na chamada “ciências da religião”. Por ser uma manifestação da cultura de um determinado povo ou grupo imerso em um contexto maior, a religião acaba por condicionar a visão de mundo de seus participantes bem como orientar práticas ou resistir à imposição de outras doutrinas contrárias à qual o indivíduo professa.

Essa resistência é perceptível em diversos momentos da História, quando uma determinada religião ou religiosidade praticada por uma minoria acaba sendo ameaçada pela religião oficial. Nosso recorte temporal nos dá margem para perceber uma relação conflituosa

entre a religião oficial do Império Romano e a chamada “*superstitio*” cristã que há pouco tempo havia se disseminado em várias regiões do império, especificamente, a capital Roma.

Os cristãos de Roma acabaram por chamar a atenção das autoridades romanas por volta do século III e IV principalmente devido a diversos fatores, entre eles, o mais importante era a recusa por parte dos cristãos a prestarem o culto ao imperador romano, nos termos da lei.

Otero (2000, p.107) percebe que até o século II não há ainda uma perseguição juridicamente definida por parte do governo imperial para se justificar um quadro de hostilidade diante da religião cristã. Os Atos dos Apóstolos narram alguns contratempos sentidos pelos cristãos nos primeiros anos do movimento especialmente em relação às autoridades judaicas. Entretanto, parece-nos que esses conflitos foram muito restritos à região de Jerusalém e até o século III não se pode falar de uma perseguição oficial e jurídica contra os cristãos.

Era comum aos romanos tolerar costumes das províncias conquistadas, entre elas a religião. Percebemos até mesmo a adoção de cultos estrangeiros por parte dos romanos como é o caso da deusa egípcia Ísis. Entretanto, vemos a partir dos séculos III e também o século IV uma resistência maior à religião cristã por parte da religião oficial romana.

Podemos analisar essa mudança na postura em relação aos cristãos a partir de uma nova forma de se entender o império e, conseqüentemente, a figura do próprio imperador que começa, justamente nesse período a tomar ares mais divinizados do que normalmente tinha até então. Essa mudança em relação à imagem do imperador está intimamente ligada às transformações políticas do período que ficou conhecido como Dominato.

Nas palavras de Gilvan Ventura e Norma Mendes (2006, p. 196),

[...] o período é marcado por conjunturas periódicas de reequilíbrio nas quais o Estado romano empreende esforços notáveis no sentido de perpetuar a unidade imperial, realizando amplas reformas na máquina pública, como aquelas instituídas por Dioclesiano e Constantino [...] que, mediante sua obra, permitiram ao Império do Ocidente se manter coeso por cerca de duzentos anos [...]

O Dominato, por sua vez está relacionado a uma série de problemas políticos e sociais ocorridos em Roma nos séculos anteriores, entre eles a Anarquia Militar²⁴⁷. Dentre essas medidas, a sacralização do imperador ainda em vida. Conforme aponta os autores acima citados, essa prática havia já sido adotada por imperadores no Principado, mas a partir da Anarquia Militar do século III, essa prática será mais fortemente utilizada como uma maneira de fortalecer a figura do imperador enfraquecida pela anarquia característica do período anterior.

Ainda no século II, sob Marco Aurélio, algumas localidades irão assistir a revoltas populares contra a presença dos cristãos, momento em que peste e invasões germânicas no império também são contemporâneas.

Muitos acabavam por interpretar nesses sinais, castigos divinos sobre o povo romano devido, entre outros motivos, à superstição cristã, que abominava a ideia de culto a outro deus que não fosse o seu próprio, pior ainda a de um imperador ainda vivo.

As acusações de sacrilégio e ateísmo foram as principais motivadoras de processos jurídicos contra os cristãos (OTERO, 2000, p. 115-116) por recusarem-se terminantemente a prestar o culto oficial devido ao imperador em razão de sua religião ser monoteísta. Para os romanos, era impensável uma transgressão maior que essa ao ponto de ser considerado crime de lesa-majestade não render culto ao imperador e aos deuses nacionais.

Assim sendo, as acusações contra cristãos acabaram por fazer parte da vida jurídica de Roma, mas, mais do que isso, para a vida cotidiana dos romanos. Muitos acabaram por espalhar boatos na cidade sobre supostas práticas realizadas pelos cristãos que enchiam de horror os romanos tais como canibalismo e incesto. Nesse contexto, surgem as “apologias”, defesas escritas por padres e pensadores cristãos para defende-los de injustas acusações. Tertuliano em sua obra *Apologeticum* acaba por citar diversas acusações sofridas pelos cristãos e aponta explicações para serem abandonadas.

No meio de tudo isso, muitos cristãos eram levados a interrogatório diante dos tribunais romanos justamente por acusações como ateísmo, recusa ao culto imperial, entre outras. Em vários casos o acusado voltava atrás e, para fugir da punição que muitas vezes era a morte, prestava o culto imperial. Salvo do problema com o império, começava um problema com a comunidade: como pode ser cristão alguém que não foi capaz de dar sua vida pela fé

²⁴⁷ Período da história romana delimitado geralmente entre os anos de 235 a 284 d.C. devido à sucessão de diversos imperadores gerais eleitos em batalha que, muitas vezes nem chegava a ocupar o trono na capital devido ao curto período de tempo que reinavam. Havia casos de dois ou mais imperadores reinando concomitantemente sem o conhecimento de tropas em outros lugares.

diante dos tribunais romanos? Esses casos, conhecidos como *lapsi* são indicadores de que o fato de ser levado a julgamento por manter-se fiel à doutrina cristã era uma oportunidade de provar sua coragem em permanecer fiel, o que, nos casos citados não acontecia.

Por outro lado, havia aqueles que mesmo com as mais terríveis ameaças e suplícios se recusavam terminantemente a prestar qualquer culto que fosse contrário ao princípio do cristianismo. As atas de martírio nos deixaram diversos relatos dos tristes fins que esses indivíduos tiveram²⁴⁸. Entretanto, para a comunidade, acabaram sendo exemplos de coragem e luta pela fé, o que explica o culto aos mártires²⁴⁹ desenvolvido a partir dos séculos III e IV.

Devido ao clima de insegurança que os cristãos passavam, suas reuniões não podiam ser feitas em lugares públicos ou facilmente encontráveis por autoridades ou mesmo por pessoas que não fizessem parte do círculo estrito cristão.

As reuniões acabaram por acontecer em locais escondidos e abertos apenas àqueles que faziam parte da comunidade, o que nos leva a crer que muitos dos boatos citados por Tertuliano e outras fontes da época tinham grande popularidade entre as pessoas justamente porque não faziam ideia do que se passava nas reuniões cristãs ocorridas em cemitérios subterrâneos distantes do centro da cidade que eram conhecidas como *catacumbas*.

As catacumbas eram cemitérios subterrâneos cavados com o intuito de sepultar os corpos dos mártires em oposição ao costume pagão de cremar os mortos. Esse costume de sepultar os mártires em locais específicos contribuía para a formação de um culto às testemunhas nos primeiros séculos, sendo seus túmulos locais de peregrinação e culto por parte da comunidade.

A ideia foi tirada, segundo Maria de Fátima Eusébio (2005, p. 12) do Oriente²⁵⁰ sendo utilizada pelos cristãos primeiramente como local para a inumação de corpos de mártires e celebrações de aniversários de martírio. O fato de conter ossos de testemunhas importantes é expresso inclusive no nome de algumas catacumbas: São Sebastião, São Calixto, apenas para citar algumas.²⁵¹ Nas palavras de Rosendahl (2008, p. 78-79), “Este lugar [sagrado] está impregnado de simbolismos construídos, reivindicado e operado por uma comunidade

²⁴⁸ Apenas para citar alguns, muitos eram submetidos a torturas até a morte, decapitações, crucificações, mutilações corporais e lutas contra feras nos anfiteatros.

²⁴⁹ Termo que vem do grego “márturas” que significa testemunha. Seriam então chamados assim aqueles que mesmo ameaçados, escolheram a morte e não a apostasia

²⁵⁰ A mesma autora cita catacumbas em outras cidades além de Roma tais como Nápoles, Alexandria e na Grécia. As catacumbas não eram exclusivamente cristãs, havia catacumbas judaicas também.

²⁵¹ Por outro lado, algumas catacumbas fizeram memória de ricos proprietários de terras que doaram a cristãos terrenos para a construção. Muitos eram inclusive cristãos, tais como as catacumbas de Domitila.

religiosa.” Assim sendo, as catacumbas acabam por funcionar como um espaço sagrado para os cristãos em contrapartida ao espaço profano localizado fora dele.

Ainda de acordo com Eusébio (2005, p. 12), as catacumbas eram formadas por uma série de corredores que se entrecruzavam e abriam pequenas salas de tamanhos variados onde os mártires e até famílias inteiras eram sepultadas. Os sepulcros eram construídos anexos às paredes e sobrepostos do chão ao teto. Fechados com lápides, essas pedras sepulcrais foram um dos primeiros locais em que os símbolos cristãos começaram a ser representados.

Essas primeiras inscrições eram na sua maioria, simbólicas e alegóricas. Marcos Caldas (2012, p. 45) percebe que em vários casos ocorria o que ele chama de “dissimulação”, ou seja, ocultar o sentido completo da escrita para que alguém que observa de fora não tenha acesso ao significado completo daquilo.

Mesmo assim, percebemos que havia uma tendência em representar cenas do Evangelho e da religião utilizando modelos que já estavam em voga na representação de divindades pagãs, como é o caso das representações de Cristo.



Figura 3 Cristo e a hemorroísa. Disponível em: <https://s-media-cache-ak0.pinning.com/736x/f0/7f/32/f07f32acf6a7f0d0cad28f45847b91e.jpg>

A figura acima configura uma das mais antigas, encontra-se nas catacumbas de São Marcelino e Pedro, em Roma. A cena do evangelho retratada é o episódio do encontro com a mulher hemorroísa e a cura de sua doença realizada por Cristo. Analisando a figura que está em pé leva-nos a entender que se trata de Cristo. Longe de parecer óbvio, uma observação

mais atenta nos mostra que Cristo está representado imberbe e não com barba e cabelos longos como estamos acostumados a ver nas representações contemporâneas ²⁵². Talvez porque a barba e cabelos longos seria uma representação de força e sabedoria, considerando a forte influência da cultura germânica no cristianismo a partir do estabelecimento desses em territórios romanos e sua conseqüente cristianização.

Ao contrário, as primeiras representações de Cristo são de um jovem imberbe, influência da tentativa de transmitir ao espectador a ideia de imortalidade e eterna jovialidade de Cristo. Se analisarmos as esculturas gregas, também representam deuses gregos com aparência de jovens²⁵³.

Essa comparação com a estatuária grega não é meramente de passagem. Se observarmos bem, o judaísmo proibia expressamente todas as maneiras de se representar Deus (a lei relativa a essa proibição pode ser encontrada em Êxodo 20,4-6 e Deuteronômio 5,6-8) com rosto ou atributos físicos humanos, tanto que quando representavam seu Deus por meio da “arte”, os judeus não recorriam a figuras humanas.

Não vamos aprofundar a discussão sobre a liberação do uso dessas imagens entre os cristãos²⁵⁴, mas podemos perceber que era praticamente impossível para os primeiros cristãos tomar como base para suas representações de Deus, a cultura visual judaica. É aqui então que percebemos a forte influência da cultura visual romana, em outras palavras, pagã, para a formação da representação visual de Cristo.

Entre as mais variadas representações de Jesus, uma das que mais aparece em diversas catacumbas de diferentes cidades, é a representação de Cristo com o Bom Pastor.

²⁵² As representações de Cristo com barba e cabelos longos são datadas a partir da idade média.

²⁵³ Com exceções, é claro de Zeus e Netuno que costumam ser representados com barba.

²⁵⁴ Para discussões sobre esse assunto, vide SCHMITT, Jean Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual da Idade Média*. Bauru: Edusp, 2007.



Figura 2 Cristo Bom Pastor (Catacumbas de São Calixto) Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Good_shepherd_02b.jpg

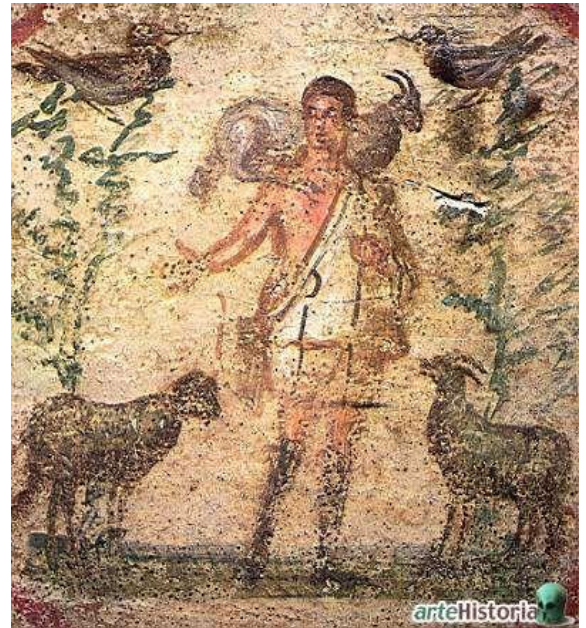


Figura 3 Cristo Bom Pastor (Catacumbas de Priscila) Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-OH3AGdN3ofl/T70Q0YA5ojl/AAAAAAAAABnl/6os8UPLnye4/s1600/BUEN+PASTOR.-CATAC.+DE+PRISCILA.-ROMA.jpg>

Ambas as imagens datam do mesmo período de tempo (século III) e aparecem na parede ou no teto de catacumbas localizadas na cidade de Roma. Em ambas as figuras, Cristo é representado em um campo com ovelhas à volta e pelo menos uma ao ombro. Em ambas as representações, Cristo também é representado imberbe, como na figura 1, apesar do tema ser diferente: não mais representa um Cristo taumaturgo mas um Cristo pastor. Essas imagens se aproximam muito da figuração do deus grego Hermes em estátuas gregas como a da figura 4



Figura 4 Hermes Kriophoros. Disponível em: http://farm3.static.flickr.com/2620/3942442308_b4263fd3b5.jpg

A base bíblica para essa representação é famosa nos nossos dias, especialmente a parábola da ovelha perdida (Lucas 15,3-7) e o discurso do Bom Pastor (João 10,1-21). Entretanto, a figura do pastor de ovelhas é citada em vários outros lugares da bíblia como Jeremias 3,15-17 ou as representações do cordeiro como sendo a figura de Cristo, especialmente no livro do Apocalipse²⁵⁵.

Conforme Eusébio (2005, p.17)

Na Antiguidade, tal como nas sociedades primitivas, uma das principais fontes de riqueza era a pastorícia, fonte de alimento e de matéria-prima para a confecção de agasalhos. A relevância desta actividade e a afinidade de funções suscitou a conexão entre o dirigente do povo e a figura do pastor. Tal como o pastor guia as suas ovelhas em busca das melhores pastagens para assegurar o seu alimento e as defende dos ataques dos predadores, também o chefe de uma comunidade tem por missão proteger e assegurar o sustento de todos os seus membros.

Sendo assim, a figuração como pastor é anterior ainda à figuração de Cristo crucificado ou ressuscitado. A associação com figuras pagãs era facilmente aceita pelos membros da comunidade já que, segundo a mitologia, Hermes tinha a função de proteger e guiar as almas dos defuntos até o mundo inferior.

Assim sendo, seria fácil transpor essa imagem a Cristo que conduz a alma dos falecidos em direção ao céu. Considerando o contexto de perseguição podemos até inferir que o uso recorrente dessa imagem poderia ser uma espécie de conforto para aqueles que viviam sob as perseguições, dado que essa representação era feita principalmente em locais de sepultura de cristãos mártires.

Obviamente, após a liberdade de culto aos cristãos, as catacumbas deixaram de ser os locais de refúgio dos cristãos e grandes basílicas e templos começaram a ser erguidos ou dedicados aos cultos cristãos levando o nome de grandes personalidades da igreja. A figuração de Cristo pastor foi substituída por outras, diversificadas após a liberdade de culto, sendo representadas nas novas igrejas, espaços públicos e domésticos, até mesmo em ambientes profanos ou laicos, como hoje ainda vemos.

²⁵⁵ Devemos levar em conta, no entanto, que o cânon das Escrituras ainda não havia sido definido, assim, comunidade aceitavam determinados livros enquanto outras aceitavam livros diferentes. O Antigo Testamento também não era aceito por todas as comunidades do cristianismo primitivo.

O Cristo crucificado hoje é o grande referencial visual de Jesus que comumente encontramos na sociedade, mas o que hoje é ocupado pela cruz, até o século IV pelo menos é dominado pelo pastor que contrasta totalmente com a violência da crucificação tão retratada a partir da idade média. Ao contrário, os primeiros cristãos, perseguidos pelo governo imperial preferiram uma representação bucólica e pastoril de seu Deus, em oposição à violência sofrida pelo império.

Referências Bibliográficas:

CALDAS, M. J. A. *Crypto-Christianismus*: o criptocristianismo dos primeiros três séculos no contexto da epigrafia greco-romana. **Revista Jesus Histórico**. V. 8, p. 43-53, 2002.

CHEVITARESE, A. L. Cristianismo e Império Romano. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. B. (org.) **Repensando o Império Romano**: Perspectiva econômica, política e sociocultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. pp. 161-174.

EUSÉBIO, M. F. A apropriação cristã da iconografia greco-latina: o tema do Bom Pastor. **Mathesis**. Viseu: Universidade Católica Portuguesa. V. 14. 2005. Pp. 9-28.

OTERO, U. B. Os Mártires. **Revista GAIA do Laboratório de História Antiga da UFRJ**. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, ano I, nº 1, 2000. pp. 106-126.

ROSENDAHL, Z. A Identidade religiosa na perspectiva geográfica: os lugares sagrados. In:

MANOEL, I. A.; ANDRADE, S. R. (org). **Identidades Religiosas**. Franca: Civitas Editora, 2008. pp. 75-90.

IMAGENS SAGRADAS, PARA O FUTEBOL

ISSN: 2595-1645

Oswaldo Fiorato Junior *

Orientador: Richard Gonçalves André

Resumo: O propósito deste artigo é refletir acerca de algumas imagens referentes ao mundo futebolístico, relacionadas a dois museus brasileiros. São imagens que extrapolam a “simples” exposição museográfica, são fontes históricas antes de tudo, as quais revelam aspectos religiosos, tanto pela maneira na qual foram apresentadas em seus espaços de fruição, como também pela sua recepção e seu conteúdo. Segundo o historiador Hilário Franco Júnior, o futebol apresenta diversas facetas sob a ótica das ciências humanas. Pensamos numa específica para realizar a abordagem deste trabalho, trata-se da esfera religiosa, na qual o futebol incorpora elementos múltiplos e próprios. Neste sentido, o futebol carrega em seus significados uma religiosidade particular, sentida por todos seus atores sociais, os quais interpretam de modos singulares o jogo em si, entendido enquanto um rito. Primeiramente serão abordadas imagens do Museu do Futebol, presentes em suas exposições, de longa e curta duração, mas também disponíveis na internet, por meio do banco de dados do site da instituição. Em seguida, será analisada uma fotografia exposta no Museu Histórico de Londrina e sua recepção por sua personagem central, o ex-atleta, Carlos Alberto Garcia.

Palavras-Chave: Imagens. Futebol. Museu..

O esporte mais popular do planeta, o futebol, pode ser apreciado e praticado em todo e qualquer espaço minimamente favorável (plano), desde que acompanhado a algum objeto minimamente esférico. Ao simbolismo do futebol está ligado algumas de suas expressivas imagens: magia, emoção, mistério, fascínio, desejo, sagrado e religião. Todas estas adjetivações são muito presentes no cotidiano dos que vivem o futebol: atletas, dirigentes, funcionários dos clubes, jornalistas e torcedores. São termos empregados com frequência na literatura esportiva, tanto pelos agentes internos, como também por pesquisadores atentos à loucura do futebol (LEVER, 1983). Pensar no futebol enquanto metáfora da contemporaneidade é também caracterizá-lo como uma janela aberta ao mundo (FRANCO JÚNIOR, 2007). Mas é preciso descortina-la, sem pressa, com o devido cuidado de quem manuseia algo muito precioso, sagrado, para que daí emerjam hipóteses e interpretações. Pois, ao entrar nesse mundo mágico, repleto de deuses, heróis, mitos, batalhas, vencidos e feridos, é

* História - Universidade Estadual de Londrina

tentador se perder em meio a fantasia, sendo envolvido pela sedutora experiência do êxtase (MACHADO, 2005).

Na paisagem desta janela se dispõe todo o fenômeno, mas para acessá-la é necessário se municiar com óculos específicos. Que permitam alguns modos de ver, não excludentes entre si, pelo contrário, juntos qualificam um fenômeno cultural total. (LUIZ, 2013). Mas por efeito de análise, centraremos numa metáfora, particularmente interessante, a religiosa. As demais, compõem e favorecem percepções outras no enfoque religioso. É problemático até mesmo definir ou qualificar uma religião, muitos grupos rejeitam essa atribuição. No mundo oriental esse aspecto é mais visível, política, cultura, sociedade e religião se confundem, por exemplo, no Islã. Essas categorias são mais delineadas na outra metade do globo. Sociologia, antropologia, psicologia e linguagem são também metáforas do futebol, fornecem reflexões teóricas para cada aspecto, recortadas da realidade, são fragmentações cognitivas da vida.

Mesmo o futebol não sendo religião nos modelos tradicionais, não explica sobre nossa origem e nem destino (BROMBERGER, 1998, apud FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 265), não deixa de conter elementos que remetem ao religioso, representa, e é representado por eles. Assim, selecionamos 4 imagens, oriundas de acervos de museus. São 2 peças do Museu do Futebol, e mais 2 adquiridas no Museu Histórico de Londrina (MHL). As imagens são ou foram apresentadas em exposições museográficas. Algumas são de autoria desconhecida, não sabemos sua origem e nem como chegaram ao museu. As fotografias são diversificadas, revelam atletas em momentos eufóricos (rito, sacrifício e êxtase), assim como traz a faceta da recepção de uma imagem em particular.

Interpretar imagens implica em condutas cautelosas para o historiador. O risco de perceber uma fotografia como expressão da realidade, ou fragmentação da realidade, ainda existe.

No escopo da religiosidade futebolística estão dispersos fiéis, heróis, dogmas, deuses e o ritual sagrado. Dentro do rito, cada elemento tem atribuições específicas. Os jogadores são capazes de corresponder a várias facetas, podem ser: ora considerados deuses (falsos), ora heróis, ídolos, sacerdotes ou oficiantes. Os fiéis são visualizados por meio dos torcedores; os mais fanáticos, com as torcidas organizadas. Por vezes, a relação entre fiéis e heróis pode ser conflitante, como aponta Franco Júnior (2007), estes são mais compromissados com seus deuses do que aqueles. A fidelidade de um torcedor é eterna, esse aspecto é notório, se ponderarmos que vivemos num universo de efemeridades, “cultura do instantâneo” (GASKELL, 2011). Jogadores trocam de deuses com facilidade. Os laicos auxiliares, ou seja, arbitragem, jornalistas, dirigentes, funcionários do templo, e os fotógrafos ajudam na

realização do evento. Gaskell (2011) destaca, outrossim, que os fotógrafos são agentes do espetáculo, fazem parte da realidade fracionada; disparam seus flashes em direção as personagens.

Sacrifício ritual : Nessa seção será apresentada uma sequência de 3 fotografias que registram momentos excepcionais no ritual futebolístico. São extratos que simbolizam glórias, captam o lado emotivo de suas personagens. Se pudermos avaliar as fotos seguintes como sagradas, é preciso entender que nessa categoria, as imagens exercem funções diversas. Jérôme Baschet (2006, p. 485) assegura, “instruir, rememorar, emocionar: tal é a tríade das justificações da imagem que os clérigos retomam ao longo de toda a Idade Média”. Ademais, é sabido que a historiografia compreendeu, por um ínterim, a funcionalidade da imagem enquanto instrução ou educação como aspecto primordial no medievo, seria a “bíblia dos iletrados”.

No caso das imagens futebolísticas, expostas em museus, podemos observar finalidades distintas. Em primeiro lugar, a fotografia ao ser incorporada como acervo museal, ou peça de exposição, adquire uma nova função. São, em sua nova concepção, símbolos do passado a serem problematizados, mantêm ao mesmo tempo a função educativa, e tratando-se de imagens religiosas, a devoção ao objeto de culto (metaforicamente). Em segundo, Burke (2004, p. 58) distingue quatro atribuições as imagens sagradas: educação, devoção, culto, e são em última instância, armas para controvérsias, polemizam.

Neste ano de 2016, o Museu Histórico de Lyon está realizando uma exposição temporária denominada *Divinement Foot!* Seu objetivo é relacionar aspectos religiosos e futebolísticos, discute a paixão de torcedores do clube local, *Olympique Lyonnais*, concomitante a exposição de objetos e imagens de culto. A razão da exposição, itinerante, deve-se a realização da Eurocopa neste país. Futebol e religião são temas que se tangenciam por outras partes do mundo afora.

As três primeiras imagens possuem uma semelhança incontestável. Os jogadores aparecem posicionados de joelho, reverenciando a si próprios e se curvam, diante dos fiéis, a um deus maior, a divindade coletiva, o clube. A imagem 1 remete a um campeonato mundial, realizado nos E.U.A., em 1999, de futebol feminino. Esta imagem está presente no museu por meio da exposição, criada recentemente, “Visibilidade para o Futebol Feminino”. O embate foi travado entre Noruega e Brasil, valendo o terceiro lugar da competição. O jogo foi dramático, vencido nas penalidades - o sacrifício mais cruel de todos. Formiga, jogadora brasileira, comemora juntamente a Maravilha, arqueira do time, após ter feito o gol que sacramentou o êxito brasileiro.

Figura 1 - Maravilha abraça Formiga após vitória sobre a Noruega, 1999



Fonte: Museu do Futebol/autor: Mike Fiala | AFP | Getty Images

A exposição nasceu da necessidade de se dedicar maior espaço para a presença feminina no esporte. Pois no Brasil, se posto em perspectiva comparada as outras seleções da Europa e Estados Unidos, é perceptível uma precariedade maior no futebol feminino. Além do desinteresse da mídia e pouquíssimo investimento dos clubes de futebol, são raros os casos de clubes formadores de equipes para o futebol profissional; sofrem, ainda, com a possibilidade de ter suas atividades findadas. Enquanto nos Estados Unidos, culturalmente, o futebol feminino teve mais adesão. Nas escolas e universidade, a prática do *soccer* é predominante entre as mulheres, os homens tendem a se interessar pelo futebol americano.²⁵⁶

Recentemente, a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou uma Medida Provisória para renegociação de dívidas com os clubes brasileiros. Entre umas das condições impostas: os clubes deveriam destinar, obrigatoriamente, uma parcela de seus rendimentos para o futebol feminino; assim como, garantir a permanência das equipes.

²⁵⁶ A palavra soccer é utilizada nos EUA para se referir ao futebol tal como é conhecido mundialmente, enquanto que o futebol americano é um termo brasileiro para definir o *Football* dos EUA, outro esporte praticado nesse país.

“Por mais de quatro décadas, as mulheres foram oficialmente proibidas de jogar bola. Tudo começou com um Decreto-Lei em 1941, durante o Estado Novo, que proibiu a prática de esportes ‘incompatíveis com as condições de sua natureza’. [...] O Museu do Futebol incluiu grande parte do material pesquisado no acervo de sua exposição principal: é na exposição de longa duração que a instituição acredita que essa história deve aparecer ao público pela primeira vez desde a sua inauguração em 2008”. (MUSEU DO FUTEBOL).

Os deuses preferidos e elegidos pela grande mídia e pelo capital são predominantemente masculinos. Assim como na maior da parte das religiões institucionalizadas, os altos dirigentes são homens. Mas as mulheres exercem papéis primordiais e insubstituíveis. As divindades femininas são protagonistas em muitas religiões, sua presença nos rituais, podendo operar em todas funções, tem demonstrado a heterogeneidade do futebol, paixão de todos os povos.²⁵⁷ Como toda religião, o futebol também une e desune, integra e desintegra. (LEVER, 1983).

Para uma seleção que jamais havia ganho um mundial, a terceira colocação representa uma grande conquista, celebrada com fervor. Recebendo o abraço de gratidão de sua companheira, Formiga grita aos céus. A mensagem, um grito de independência, socorro, ou descarrego emocional após a conquista ritual?

A imagem seguinte proporciona a percepção da contradição entre as múltiplas imagens que representam os jogadores. Pelé, considerado o rei do futebol pelos brasileiros, reconhecido internacionalmente, declarou certa vez que seria mais conhecido do que Jesus Cristo. Em muitas ocasiões comparado a um deus. Pelé aparece como personagem principal na cena, no centro, com a cabeça elevada aos céus, parece gritar, despejar emoção. Até mesmo sua mão direita, encostada ao abdômen, sugere posição de agradecimento ao ritual positivo. O Brasil vencera a Suécia em seu próprio país, ao fundo o oponente parece não acreditar, olha atônito para o “rei”. Cabe notar que a torcida mais ao fundo denota grande presença de público, todos muitos próximos, todos em silêncio, todos em luto. Ajoelhado com uma perna mais à frente do que outra, transmite a ideia de movimento. Pelé parece estar

²⁵⁷ A perspectiva apresentada nesse trabalho dialoga com o futebol profissional de alto rendimento. A imagem religiosa, contudo, também pode ser visualizada no futebol amador e de várzea. A grande parte do futebol profissional se mantém mal estruturada, denota uma realidade muito discrepante comparada a pequena parcela dos atletas com rendimentos acima de cinco salários mínimos.

cumprindo seu destino, sua profecia, como grande esperança do povo brasileiro, que esperava desde 1930 para ser campeão mundial. Ao mesmo tempo, a foto eterniza Pelé. Garrincha, o “Anjo das Pernas Tortas”, ainda precisa conter a euforia do jogador.

Figura 2 - Pelé e Garrincha comemoram na Copa de 1958



Fonte: Museu do Futebol/Diretos Reservados – autor desconhecido

As fotografias devem ser percebidas, quando possível, nos detalhes. Por serem em preto e branco ou coloridas sugerem as marcas de um outro tempo. Segundo as intenções do autor, muitas vezes há manipulação intencional. A fotografia em preto e branco pode ser relacionada com a bipolaridade em disputa. O cineasta Stanley Kubrick utilizou bem este recurso no filme *Dr. Fantástico*, denotando o embate da Guerra Fria. No caso do futebol, é em relação aos clubes e suas torcidas que observamos o antagonismo. Torcer contra é tão importante como torcer a favor, como também, sentir prazer pela dor alheia é indício de um sadomasoquismo presente no futebol, como o observou Franco Jr. (2007).

A próxima imagem apresentada é um acervo do Centro de Documentação e Pesquisa História (CDPH). Mas foi exposta em outra instituição, o Museu Histórico de Londrina. Está presente em uma exposição temporária, “Do Quebra Canela ao Tubarão: memórias do futebol londrinense”, que tem por objetivo resgatar a história do futebol em seus múltiplos contextos. Aborda desde os primeiros tempos do futebol na cidade, marcado pela era do rádio e do amadorismo, como também, outras modalidades do esporte - futebol de salão e futebol suíço - e até o profissionalismo.

Três jogadores do Londrina Esporte Clube (LEC) comemoram juntos o abatimento do adversário, nessa ocasião, o Corinthians. Dentre algumas conquistas do LEC, talvez, a mais significativa, pela grandiosidade com que foi tratada, é a terceira colocação no Campeonato Brasileiro de 1977. Franco Júnior (2007, p. 336-337) recorre à uma deusa greco-romana para explicar a ocorrência de resultados não esperados. “Futebol é o jogo favorito da deusa Fortuna. São manifestações dela os resultados absolutamente inesperados, aquilo que a expressão popular chama de zebra. É justamente porque flutuações da sorte fazem parte do futebol que ele se constitui em tão boa metáfora da vida”.

Figura 3 - Carlos Alberto Garcia comemora gol contra o Corinthians, 1977



Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH)/autor: Edras D’anuniação

Para um time que começou o campeonato sem nenhum crédito, é relevante um terceiro lugar. Este jogo marca o recorde de público do Estádio do Café, os fiéis compareceram em grande contingente ao templo naquele “louco verão de 77/78”.²⁵⁸ O autor do sacrifício, Carlos Alberto Garcia, curiosamente, ou não, já havia atuado no Corinthians. Quando saiu do clube, logo depois demonstrou uma mágoa intensa com o alvinegro. Segundo o jogador, foi

²⁵⁸ O termo foi utilizado pelos jornais da época; o campeonato brasileiro estendia-se até o ano seguinte.

desvalorizado no Parque São Jorge, chegou a declarar que o culpado por sua saída teria sido Rivelino, ao criticá-lo publicamente.

Talvez, por todos estes elementos, este gol, um dos mais importantes da carreira de Garcia o emocionou e ainda o emociona, como veremos na imagem 4. Após o ato crucial, repete os gestuais vistos anteriormente. Joelho ao chão, mãos aos céus. Cada ação, gesto, movimento tem significação durante um rito. Garcia, elemento central da foto, está em primeiro plano, sua direção aponta para as arquibancadas do Estádio do Café. Seu gesto repetido muitas vezes, um beijo para o público, transmite suas energias acumuladas aos fiéis, e causa frisson. Carlos, a esquerda, e Ademar, a direita, direcionam o olhar para Garcia, suas energias, complementares, se destinam ao protagonista.

A Recepção: Passaremos agora a refletir sobre a última imagem em questão. Está ligada a figura 3, pois trata-se da recepção da imagem por sua grande personagem. Esse registro foi feito durante a abertura da exposição “Do Quebra Canela ao Tubarão”, nesta data foram convidados a participar do evento grandes ex-jogadores do Londrina Esporte Clube e muitos outros antigos praticantes do futebol amador, os boleiros de Londrina. Entre os presentes, Carlos Alberto Garcia, considerado por alguns torcedores que viveram de perto seu auge profissional, o maior ídolo do clube.

A carreira de um jogador de futebol possui algumas particularidades se posta em analogia a outras atividades profissionais. A começar pelo tempo em exercício, com exceção dos atletas geniais, os quais podem atuar 10 anos, ou mais, em altíssimo nível, grande parcela dos jogadores vive esse momento num espaço de tempo curto. Daí a necessidade de angariar as melhores oportunidades que lhe são ofertadas (contratos). Sua relação de fidelidade é estremecida quando o jogador deixa o clube em busca de melhor salário. Torcedores tendem a não administrar bem essa relação, o amor e a idolatria passam, como um despertar, para o ódio, desprezo.

O ídolo é tanto tido como a marca do falso deus que ele que ele representa (quer dizer, um espírito diabólico), possuindo, então, potência malfeitora que é preciso desmascarar, como também é denunciado como pura ilusão, 'um nada'. (BASCHET, 2006, p. 503, grifo nosso).

Baschet se refere a idolatria no mundo medieval; enquanto metáfora, falsos ídolos são desmascarados com frequência no futebol. Nesse caso, são os próprios fiéis que tomam consciência da falsidade, recuam e passam da adoração à repulsão de seus ídolos num instante. No final dos anos 1990 dois casos ilustram a relação de rivalidade e fidelidade dos oficiais com seus deuses. Paulo Nunes, conhecido como o “Diabo Loiro”, costumava usar máscaras ao fazer gols, para provocar seu maior rival, o Corinthians, já que atuava pelo Palmeiras. Anos mais tarde trocou o Alviverde justamente pelo Corinthians, sua reputação de ídolo palmeirense baixou, e no alvinegro, nunca se firmou. Por outro lado, Edílson, jogador habilidoso e driblador, fez fama no Corinthians por suas características em campo, recebeu o apelido de “Capetinha”. Curioso que o jogador tinha passagem pelo rival, com títulos e muitos gols, inclusive, em finais contra o Timão. Mas por lá, não obteve reconhecimento de seus fiéis permanentemente. Foi no Corinthians que experimentou o céu e o inferno. Responsável pelas maiores glórias do clube (até aquele momento), foi alvo da ira dos fiéis corinthianos, grupos de torcedores exaltados tentaram o agredir após derrota para o Palmeiras, este episódio marcou sua saída.

O apelido de “Capeta” foi atribuído a Edílson pelo jeito irreverente, sempre provocativo, driblador. Por sinal, o que distingue o ofício do jogador aos demais trabalhadores é o uso da malandragem – permitida - e dos recursos para enganar os colegas de profissão, seus oponentes. Garcia, rejeitado no Corinthians, pode aplicar a vingança no gol da foto apresentada acima. Declarou sobre seu sentimento naquele momento: “fiquei chorando alguns minutos após esse gol... Inesquecível”.



Figura 4 – Garcia se emociona

Fonte: Museu Histórico de Londrina/autor: Rui Antonio Frias Cabral

A legenda da fotografia continha este depoimento, o jogador teve contato com seus próprios dizeres, rememorou a ocasião, as lágrimas foram inevitáveis. A exposição dedicou uma sala para apresentar parte da história do LEC. Outras homenagens foram feitas ao ex-atleta, uma bola assinada pelo crack, sua carteirinha de registro profissional, com as devidas marcas do tempo, e ao fundo, um som que ecoava a narração de seus gols. Devemos nos atentar para a relação que o sujeito estabelece com a imagem, reflete a emoção instantânea, tem relação causal e material. Segundo Gaskell (2011, p. 272):

[...] alguns pontos são agora óbvios e têm sido repetidamente relatados, e não apenas nas mostras permanentes daquele museu: o momento captado necessita comunicar ao observador pouco ou nada de um acontecimento que ocorre no tempo; os fotógrafos estão sujeitos a muitas formas de manipulação (a excisão de figuras; cortes e atenuações para alterar a interpretação do observador) e o significado prontamente legível muitas vezes é apenas gerado pela combinação com uma legenda. Legendas diferentes para a mesma fotografia com frequência produzem significados radicalmente diferentes ou até contraditórios.

O fotógrafo em questão, Rui Cabral, é funcionário do Museu Histórico. Sua presença na exposição é uma intrusão ao espetáculo, ou melhor, suas lentes o são. Mas é também agente, está oportunamente acompanhando a movimentação em busca do grande registro. Há de se ponderar que além do fotógrafo, nessa ocasião, os expositores são manipuladores. A foto teve de ser tratada, redimensionada e acrescida de uma legenda, a qual o conteúdo gera recepções ímpares. A escolha proposital de incluir a fala da personagem central pode ter alterado sua percepção, conseqüentemente, sua emoção. Além do contato com o momento eternizado (a imagem em si), as palavras têm poder. Interessante observar que Garcia está também fazendo uma fotografia no exato momento no qual as lentes o flagraram. No mundo contemporâneo, a efemeridade é uma constante, vivemos em tempos de *selfs* exacerbadas. Garcia registra seu próprio eu, atuou enquanto manipulador da imagem, tal qual os autores, a distorce, descontextualiza. Seu olhar é de contemplação a si mesmo, ao mesmo tempo em que transparece a saudade de outrora, tempo mítico glorioso, quando foi herói, vilão, ídolo e protagonista. Hoje, restam as imagens, cristalizadas em memória.

Certa vez, o ex goleiro Ado citou Figueroa para exemplificar a carreira profissional de um jogador, “no futebol é o seguinte: é aquele cara que faz o primário; faz o vestibular;

presta; se forma; e, aos trinta e três anos, ou trinta e quatro, tem que parar a profissão”.

(STINGHEN, 2011, p. 75).

Futebol através da religião, ou vice-versa, é tema, ainda, pouco explorado no âmbito acadêmico universitário. Enquanto na literatura, não raro, encontramos referências aos dois aspectos em muitas obras. Mesmo torcedores e outros sujeitos ligados ao esporte declaram que o futebol é para eles uma verdadeira religião. Essa ideia não é, portanto, nenhuma novidade.

Milhares de pessoas depositam suas esperanças e crenças no futebol para significar suas vidas. Isso não significa que esse fenômeno ocupa todo o cotidiano de um religioso. O rito é o elemento principal, lá ocorrem grandes manifestações simbólicas do sagrado. Por seu lado, o profano estabelece as conexões com outras esferas da vida. Por trás das imagens sagradas existe uma racionalidade operando para dar forma à magia futebolística. No rito, os participantes podem reformatar constantemente as forças sagradas. A janela permanece aberta; aos intelectuais interessados cabe perceber no espetáculo das massas uma possibilidade para explicar a complexidade do “óbvio”.

Referências Bibliográficas

BASCHET, Jérôme. A expansão ocidental das imagens. In: _____, Jérôme (Org.). **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. Tradução de Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006. p. 481-505.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Edusc, 2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura, Sociedade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 243-278.

LEVER, Janet. **A loucura do futebol**. Tradução de Alfredo Barcelos Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Record, 1983.

LUIZ, Pedro Aurelio dos Santos. **Ideias de adolescentes sobre as mudanças no futebol**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

MACHADO, Murilo D'Almeida. **O Êxtase no Futebol: A comunicação ritual e suas experiências sensoriais**. 2005. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Multimeios, Departamento do Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MUSEU DO FUTEBOL. **Visibilidade para o futebol feminino**. Disponível em: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/tipo:eventos/612628,Visibilidade para o Futebol Feminino>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

STINGHEN, Eduardo. Eduardo Stinghen (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2012. 75 pg.

IMIGRAÇÃO, NATUREZA E FONTES ORAIS: POSSIBILIDADES DE USO E APLICABILIDADE

ISSN: 2595-1645

Darlan Damasceno (Mestrado em História Social- UEL)
Gilmar Arruda (Orientador)

Resumos: Os processos migratórios possibilitaram um campo de diálogo entre a relação homem e meio ambiente muito vasto no espaço paranaense. Tendo em vista os diversos grupos étnicos que ocuparam o território deste Estado, questões referentes à forma como cada cultura estabelece sua relação com a natureza, ficam evidentes. O presente texto, versa sobre as possibilidades do uso da história oral nas pesquisas relacionadas ao meio ambiente e aos aspectos culturais das populações que ocupam este espaço. Essas formas de ocupação territorial são pautadas por diversas relações, principalmente as de natureza política e econômica. No entanto, o campo da História Ambiental também viabiliza pensarmos as relações práticas e simbólicas que se estruturaram do encontro de um grupo social com uma natureza totalmente nova e diversa. Assim, pensamos que o meio ambiente não antecede à cultura, mas estabelece uma relação conjunta com esta, transformando e sendo transformado. Nossa hipótese incide na possibilidade de que esta relação seria mediada principalmente pela religiosidade do grupo em estudo. Desse modo, nosso principal objetivo é analisar como a religiosidade deste grupo, influencia no modo de ocupação e transformação do meio natural, tendo por base as possibilidades e limitações que a metodologia da História Oral pode oferecer.

Palavras-chave: História Ambiental. Imigração Ucraniana. História Oral

Introdução

A história oral possibilita um novo campo de estudo para o historiador, leva-o ao encontro de novas pessoas e lugares, o coloca em contato com o “outro” e o faz entrar em contato com novos objetos e possibilidades. Essas possibilidades caminham lado a lado com o caráter interdisciplinar que permeia o campo da História, segundo Verena Alberti “O fato de uma pesquisa de história oral ser interdisciplinar por excelência constitui, pois, mais um fator que fornece hoje sua aceitação por parte de historiadores e cientistas sociais” (ALBERTI, 2006, p.164).

A partir deste caráter interdisciplinar, nossa pesquisa propõem um diálogo entre a religiosidade e o meio ambiente. Em outras palavras, nossa preocupação reside em compreender como determinada religiosidade de um grupo influenciará a natureza de sua realidade. A partir disto, nossa reflexão volta-se ao campo da História Ambiental devido às possibilidades de análise oferecida por esta área, que segundo Donald Worster “Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.” (WORSTER, 1991, p.200). Pensar a ação humana junto ao meio ambiente em que se encontra e, a relação dialética de transformação de ambos, compõem um dos interesses em nossa pesquisa, pois, ao se pensar como que um grupo social de origem camponesa oriundo do leste europeu, acostumados com determinadas

configurações climáticas, relevo específico e uma forma de agricultura onde predominava o cultivo do trigo aliado a um sistema de produção similar ao feudal, concebeu essa “nova natureza” do espaço paranaense, resulta em uma esfera de possibilidades de reflexão entre as relações culturais e o meio natural. Assim, nossa hipótese resulta em tentar compreender se a prática religiosa influencia no modo que determinado grupo ocupa e transforma o meio natural.

Dentro da perspectiva da História Ambiental, Worster nos mostra os possíveis diálogos que esta área do conhecimento pode manter com outras disciplinas no objetivo de compreender determinados fenômenos históricos. Fazendo uma correlação entre a perspectiva abordada neste estudo a respeito da religiosidade e a defendida por Worster temos que,

Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. (WORSTER, 1991, p.202)

Vale ressaltar que nosso objetivo não reside unicamente em compreender uma categoria mental relacionada às representações sobre o mundo natural e suas objetivações a partir desta na construção da realidade social dos imigrantes e seus descendentes. Nosso foco direciona-se em compreender como tais categorias mentais influenciam diretamente na matéria, ou seja, o meio natural que entrará em diálogo com a cultura formada por tais categorias.

A respeito dos ucranianos, temos um grupo étnico eslavo historicamente denominados como Rutenos, oriundos da região da Galícia localizada na porção ocidental da atual Ucrânia. O processo de migração de tal grupo para o Brasil, ocorre em três períodos, os quais respectivamente abrangem os finais de século XIX, o período entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial com o maior número de imigrantes como mostra Oksana Boruszenko. (BORUSZENKO, 1969) Tais imigrantes foram alocados em diversas colônias, situadas majoritariamente nas regiões centro-sul do Paraná e ao norte de Santa Catarina, ali fixaram suas moradias e voltaram-se ao trabalho no campo. Dentre tais colônias, destacamos a Colônia 5 situada nas proximidades de Rio Claro, onde posteriormente em 1912 se tornaria o município de Mallet. Vale ressaltar que, junto com os imigrantes, a igreja católica ucraniana de rito bizantino veio se fixar em tais colônias como uma espécie de auxílio à comunidade. Esta deu um apoio especial na manutenção das tradições culturais desta população (BORUSZENKO, 1969). Ao dialogarmos com a identidade deste povo, iremos ressaltar os

conflitos existentes entre os ucranianos e os poloneses, outro grupo de imigrantes fixados anteriormente nas mesmas localidades. Assim, discute-se a questão da alteridade e a construção de fronteiras de identidade, as quais a religiosidade exercerá grande influência.

Justifica-se a escolha do campo religioso ucraniano como um dos objetos que compõem as reflexões desta pesquisa devido à presença que tal rito tem na região centro sul do Paraná e como marcou historicamente os costumes e tradições da etnia ucraino-brasileira, como afirma Paulo Renato Guérios:

Nos relatos dos migrantes, suas reconstruções da decisão de partir da Galícia, da viagem de vinda ao Brasil e dos primeiros anos vividos nas colônias paranaenses não deixavam dúvidas acerca da centralidade de referência à religião na percepção dos eventos, nas decisões tomadas, no modo peculiar pelo qual eles construíram um novo universo social no Brasil. (GUÉRIOS, 2012, p.23)

As peculiaridades do rito católico ucraniano, e como este veio a se estabelecer em território brasileiro junto com o processo imigratório, nos fornecem uma série de questionamentos a serem trabalhados. Dentre eles ressaltamos a seguinte questão: poderia a religiosidade deste grupo contribuir para a construção e manutenção de sua identidade? E, aliado a isso, poderia essas práticas e representações delimitarem a maneira que este grupo se relacionaria com o meio ambiente? Para responder a essa pergunta, buscamos primeiramente, trabalhar com o conceito de representação, proposto por Roger Chartier, que consistiria na “análise das práticas que, diversamente, se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas” (CHARTIER, 2002, p.178).

Nossas fontes a respeito do tema constituem, especialmente, em dois relatos produzidos por imigrantes estabelecidos na colônia de Rio Claro. O primeiro foi produzido por Teodoro Pototskei em 1897 na sala de leitura da igreja ucraniana de Rio Claro, teve como objetivo descrever o estabelecimento dos imigrantes na colônia para o jornal *Svoboda* em Nova York nos Estados Unidos, onde a circulação do jornal era destinada a outros imigrantes ucranianos lá estabelecidos. O segundo relato foi produzido por Ivan Pasevich, esse depoimento foi publicado inicialmente no jornal *Pracia*, de Prudentópolis em 12 de dezembro de 1951.

Tendo apresentado nosso objeto de pesquisa, voltamos nossa preocupação para o caráter metodológico. Este artigo consiste em apontamentos de pesquisa que está em andamento. Nosso objetivo principal neste estudo é discutir sobre as possibilidades e objetivos do emprego da história oral para análise de dois pontos desta pesquisa; a

problemática da religiosidade e identidade destes imigrantes, e o modo como esses aspectos influenciam a natureza.

Identidade, memória e representações

Dentro das possibilidades delineadas em nosso projeto de pesquisa, buscamos inicialmente a reflexão em torno das questões referentes à memória e a identidade deste grupo. Esse aspecto justifica-se pela necessidade de demonstrar a existência de tal comunidade a partir de seu estabelecimento e como ocorre o processo de negociação desta identidade. Como principal referencial para nossa análise, buscamos compreender o papel da religiosidade deste grupo para a ocorrência dos processos de manutenção de uma memória coletiva e, por conseguinte a negociação da identidade deste grupo. Em um segundo momento, ressaltamos a importância das fontes orais para a compreensão dos aspectos subjetivos e das representações que foram construídas ao longo das gerações de descendentes sobre a noção de pertencimento ao grupo social e às práticas religiosas em diálogo com o meio ambiente.

Um dos exemplos possíveis de análise a respeito desse aspecto seriam as fontes disponíveis sobre o estabelecimento dos primeiros imigrantes. Em ambos os relatos utilizados nesse estudo, percebemos como a religião ocupa um ponto central nos depoimentos, tanto como elemento mediador de significado e componente estruturante na tentativa de reconstrução de uma realidade social vivenciada na Galícia, ou como elemento definidor de uma identidade, seja pelo processo de diferenciação ou pelo enquadramento da memória deste grupo social. Isso demonstra-se pelo depoimento de Teodoro Pototskei

Os poloneses da Colônia de Rio Claro, que ali se encontram já há sete anos, ainda não possuem a sua Igreja, apenas uma capelinha. Nós, os ucranianos já estamos prontos para construir mais uma Igreja em uma colônia próxima. Porém, nem todos os ucranianos permanecem unidos conosco. Existem aqueles que durante seis dias são poloneses e um dia ucranianos. Alguns não frequentam nem a Igreja e nem a escola (POTOTSKEI, 1897).

As referências em torno da religião ocupam um ponto especial no depoimento de Pototskei, inclusive de forma redundante. De maneira semelhante, isso ocorre também nos casos de diferenciações entre um “nós” ucranianos, e o “outro” polonês.

O outro depoimento, feito por Ivan Pasevich, caracteriza-se por uma memória, uma vez que fora produzido em 1951, 60 anos após sua chegada em Rio Claro. Segundo ele,

No começo nos sentíamos muito estranhos, porque ficamos por 3 anos em ambiente puramente polonês. Só após três anos chegaram à colônia Rio Claro os primeiros ucranianos (8 famílias), a família dos Povidaiko, Scheremeta, Bilenkyi, Pasko, Koszan, Krassovskyi, Maruschka, Justechen. Quando soubemos que eles chegaram a Rio Claro, nós todos de casa fomos visitá-los e saudá-los com o nosso pão.

Igreja, no começo nós não tínhamos nenhuma. O Natal e a Páscoa nós comemorávamos em casa. Meu pai benzia a ‘paska’ com água benta e nós todos juntos rezávamos o Pai-Nosso “Otche Násch”, e isso era toda a nossa cerimônia de comemoração. Só em 1897, com a vinda do Padre Rosdolskyi, na Colônia 5 foi construída a primeira Igreja. Duas ou três vezes ao ano nós íamos a pé pelas picadas até à Igreja na Colônia 5. Geralmente caminhávamos dois dias. No ano de 1899 começamos a construir a Igreja na Serra do Tigre (PASEVICH, 1951).

Comparado a outros relatos disponíveis, vemos que a narrativa exposta por Pasevich possui menos elementos relacionados ao cotidiano, ocupação do território, ou um relato mais estruturado pelas relações sociais e conflitos ocorridos na colônia. Interpretamos a ocorrência desse fenômeno através de duas hipóteses: primeiro, a continua reelaboração e disputa em torno da memória sobre a imigração e a negociação de uma memória coletiva; e em segundo lugar, mas também complementar ao primeiro, a existência de um enquadramento da memória por parte da instituição religiosa e da comunidade ligada a ela.

Ao colocarmos os dois relatos em contraposição, reconhecemos a proeminência do aspecto religioso e da oposição em relação ao outro logo em primeiro plano. Um componente que podemos identificar nos primeiros relatos da imigração e que permaneceu, no caso de Pasevich, em destaque após sessenta anos, o que pode ser identificado como uma identidade coletiva,

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. (POLLAK, 1992, p.7).

O que nos interessa nesse debate, em um primeiro momento, é perceber como essa comunidade estruturou sua memória coletiva, suas noções de pertencimento, e a tentativa da reconstrução de seu antigo mundo frente a uma nova realidade, pois segundo Michael Pollak,

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.5).

Embora as fontes escritas aqui apresentadas nos ofereçam uma certa possibilidade de análise, aspectos fundamentais para a nossa pesquisa permanecem ocultos nestes documentos. O mais importante deles seria o campo das representações.

A principal dificuldade encontrada ao se trabalhar com as fontes escritas, tendo como foco o diálogo da religiosidade com a natureza, é a ausência de relatos que demonstrem a correlação destes dois elementos, em especial no campo das práticas. Elementos do cotidiano podem não terem sido descritos nessas fontes, por isso buscamos explorá-los no campo da subjetividade. Um caminho proposto seria através do campo da história oral.

Ao articular os aspectos da memória como ressalta Verena Alberti, a história oral nos proporciona um campo muito peculiar para análise, “Sua peculiaridade decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2004, p.18). Desse modo, a história oral possibilita ao pesquisador o acesso a representações do passado através da experiência de um indivíduo específico. O acesso a esses vestígios nos é importante para a tentativa de recuperar fragmentos do cotidiano, assim como, algo tão subjetivo como as representações desses imigrantes frente a natureza.

Outro aspecto importante nesse contexto, reside no fato de a história oral tomar o indivíduo como valor. Para Alberti,

Se a história oral representa uma opção totalizadora frente à fragmentação de documentos escritos é porque ela está centrada no indivíduo, que funciona, em nossa cultura, como compensação totalizadora à segmentação e ao nivelamento em todos os domínios (ALBERTI, 2004, p.21).

Tomando o indivíduo como uma abstração, algo que não existe fora de seu contexto social, as possibilidades de uma busca e interpretação das representações que uma comunidade tem sobre si, ou teve de um fenômeno, podem ser alcançadas através das histórias de vida.

Posto isto, justificamos esse primeiro uso da história oral em nossa pesquisa. O principal objetivo de seu uso neste momento é fazer esse diálogo frente as possibilidades da memória e, principalmente, fundamentar a argumentação referente ao estudo de um grupo imigrante e específico e as formas de negociação de sua identidade.

Natureza e fontes orais: possibilidades e objetivos

Neste segundo momento de nosso estudo, buscamos elucidar algumas questões referentes às finalidades e objetivos da história oral para a problemática de nossa pesquisa.

Deste modo, tentaremos demonstrar as possíveis formas de aplicabilidade desta metodologia para a análise de nosso objeto.

Embora já destacamos alguns aspectos referentes à história oral, ao pensarmos sobre sua aplicabilidade outros elementos devem ser problematizados. Alessandro Portelli (1996) demonstra a importância da relação entre entrevistador e entrevistado. O pesquisador deve estar atento a esse fator, pois o percurso da entrevista ocorre em uma via de mão dupla, sendo sempre balizado por um diálogo de ambos. O entrevistado estuda constantemente o pesquisador.

Para nossa pesquisa esse fator se mostra primordial. Ao definirmos um grupo étnico específico, devemos ter em mente sempre o não pertencimento a aquela realidade social, o passado deles, sua construção e suas representações permanecem sendo deles. A abordagem de alguém de fora, do “outro” querendo dar voz a esse passado pode ser visto com uma certa estranheza e às vezes com uma certa apreensão como apontado por Portelli,

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia, quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos, que possa estar à disposição da filosofia de outros (PORTELLI, 1996, p.02).

Como já exposto no capítulo anterior, tanto a identidade como o estabelecimento dos imigrantes na colônia de Rio Claro perpassaram mediações culturais na tentativa de reconstruir a realidade deixada para trás na Galícia. Esse aspecto ocorre nas narrativas produzidas pelos primeiros imigrantes e são apresentados na historiografia como fatos. No entanto, para nossa pesquisa a questão relacionada às representações permanece um pouco ocultada pelas fontes. Especialmente às que se relacionam com a visão do imigrante frente a natureza do “novo mundo”.

Ao problematizarmos esses aspectos, percebemos como a sensibilidade frente ao mundo natural pode ficar em evidência. Acreditamos que a história oral em diálogo com as fontes disponíveis propicia uma correta abordagem para a compreensão desses aspectos.

A questão da tentativa de reconstrução da realidade social dessa comunidade de imigrantes até aqui apresentada, perpassa outros fatores a se destacar: a natureza e a permanência dela na memória. A dificuldade de adaptação desta população é um fator a se considerar quando se busca compreender a mentalidade deles e sua percepção sobre a nova realidade a qual estavam inseridos. Segundo o relatório apresentado pelo presidente de província à Assembleia Provincial em 1876, essa dificuldade era relatada.

O colono europeu por via de regra desanima diante de nossas matas virgens, porque para ele é completamente ignorada essa cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colônias afastadas dos centros populosos eles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo. (RELATÓRIOS, 1876, apud GUÉRIOS, 2012, p.121)

Essa dificuldade frente à floresta, resulta primeiramente do aspecto geográfico. As diferenças climáticas, de formas de cultivo e, sobretudo, relacionada à vegetação entre a Europa e a região centro-sul do Paraná, dificultam a ocupação do colono. Conforme o estudo realizado por Juliana Bublitz sobre a ocupação das terras gaúchas por imigrantes alemães, fica exposto o desconhecimento do camponês europeu nas formas de ocupação de uma mata virgem. Segundo Bublitz, o contexto da ocupação das matas europeias no século XIX permitiu os camponeses a viverem em um meio ambiente já antropomorfizado (BUBLITZ, 2008). Não há como termos certeza se isso ocorre também na região da Galícia, de onde vieram os camponeses que ocuparam a colônia de rio Claro. No entanto, este panorama aparece em algumas fontes.

Um contraste geográfico importante é a vivência destes camponeses nas estepes da Europa oriental, em contrapartida o estabelecimento deles no Paraná ocorre em terrenos acidentados e montanhosos. Essa situação, conforme aparece nas fontes, dialoga também com a questão do imaginário e da sensibilidade de tais imigrantes. Essa questão seria o segundo fator a levarmos em consideração. O exemplo dado por Alvin é bem significativo,

O caso dos poloneses é bastante interessante, porque é no medo, pode-se dizer, quase mítico de viver em regiões montanhosas que está o embrião da inserção do grupo no Brasil. Sempre que puderam, poloneses e russos procuraram as planícies às quais estavam habituados no país de origem e onde podiam cultivar o que lhes era familiar, como o trigo (ALVIN, 2006, p.245)

A questão que relaciona natureza e as representações, permeia o imaginário cultural destes imigrantes de etnia eslava. Da mesma forma como a montanha, a floresta exerce um papel de atração e fascínio nessa população; um sentimento quase mítico que a relaciona ao desconhecido e à religiosidade pagã (HARRISON, 1993, apud BUBLITZ, 2008). Ainda segundo Bublitz, “para a Igreja, as florestas representavam o lado obscuro do mundo ordenado, e os seus padres trataram de popularizar tal posicionamento” (BUBLITZ, 2008, p. 330).

O desconhecimento sobre o novo ambiente em que se encontra também fica demonstrado. Pototskei relata brevemente sua impressão sobre as árvores que conheceu: “A variedade de árvores na floresta é muito grande, ainda não sei identificar todas. Algumas eu conheço pelo nome: pinheiro, imbuia, cedro, canelas, palmeiras, guabiroba, cereja” (POTOTSKEI, 1897). Esse posicionamento pode indicar o contato com a população de caboclos, posseiros e indígenas presentes antes da chegada das populações europeias. Como dito no relatório, a técnica de queimada não era dominada por eles então, as trocas culturais ajudaram nesse estabelecimento.

A questão frente o medo e o fascínio da floresta permeiam, inclusive, o clero da igreja ucraniana. Em um relato do padre Kizema, estabelecido em Prudentópolis, vemos este exemplo.

Eles desdenham de si próprios, as garotas e as mulheres estão na perdição nessas florestas, como pagãs; entre os brasileiros sem Deus, eles próprios perderam sua devoção e sua moral [...] Agora trabalham com a serra e o machado, que destroem a grandiosa floresta para o estabelecimento. As pessoas vagueiam como cadáveres, de miséria e de fome. Quatro cemitérios já estão cheios. Nas florestas, estão enterrados mais incontáveis corpos (KIZEMA, 1897, apud GUÉRIOS, 2012 p.140).

Kizema, relaciona dois aspectos interessantes: a comparação entre floresta e selvageria, assim como, o imaginário da floresta com a tradição pagã. Essa forma de categorizar esses elementos pode nos indicar a existência de um campo de representações que aos poucos passa a ser ressignificado e incorporado à prática religiosa da comunidade. A expressão “grandiosa floresta” também nos indica o espanto e o fascínio frente a algo que escapa à sua percepção da realidade.

De igual modo, no depoimento de Pasevich, a sensibilidade frente a natureza aparece também nesse diálogo entre medo e fascínio,

A floresta era densa e escura, cheia de cobras e animais selvagens. Os animais selvagens chegavam até na frente da nossa casa, por isso passamos muito medo e preocupação, para espantá-los dali. [...] E como no sonho vejo a floresta negra, tocos queimados e picadas estreitas (PASEVICH, 1951)

A necessidade de relatar essa experiência e, principalmente o aspecto relacionado ao sonho, nos indicam uma permanência que a floresta ocupou nas mentalidades dos primeiros imigrantes. A importância desse fator foi ressaltada por Simon Schama, “mas o sentimento de medo nutrido por muitos deles acusa algumas das surpreendentes permanências, ao longo dos séculos, de camadas e camadas de lembranças e representações ligadas à natureza”

(SCHAMA, 1996, apud BUBLITZ, 2008, p. 229). Assim, pensamos essa interação entre homem e natureza em sua forma dialética, onde uma alteração e mudança mútua ocorrem na busca do homem em ressignificar os símbolos que permeiam a sua existência e a sua cultura.

Buscamos através da metodologia da história oral, compreender como esses aspectos, tanto da sensibilidade como a influência da religiosidade permearam o mundo natural na colônia de Rio Claro, em especial, através das representações:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender as (PORTELLI apud ALBERTI, 2006, p.188).

Com isso, ao delimitarmos o número de entrevistados, como será a entrevista e quem será entrevistado, seguimos alguns apontamentos propostos por Alberti (2006). Em primeiro lugar, tomamos as pessoas a se entrevistar como unidades qualitativas pois interessa-nos buscar a subjetividade do indivíduo na perspectiva do “indivíduo como valor” conforme exposto acima. Delimitamos também uma seleção de possíveis entrevistados de diversos segmentos sociais, mas mais especificamente os que estejam relacionados à vida nas colônias e à vida religiosa. Busca-se com isso compreender as formas de apropriação da natureza, a influência da igreja nos processos de significação e um possível enquadramento da memória por parte da comunidade religiosa. Esse tipo de abordagem fundamenta-se no conceito de saturação: “contar com entrevistados de diferentes origens que desempenham diferentes papéis no universo estudado, a fim de que variadas funções, procedências e áreas de atuação sejam cobertos pela pesquisa” (ALBERTI, 2006, p.175).

Considerações finais

Procuramos durante este artigo, demonstrar assim como Schama que a natureza não é algo anterior à cultura, nem está isolada desta. Toda a paisagem resulta de uma interação muito particular entre as representações e a memória dos indivíduos que atuam junto a este meio natural. (SCHAMA, 2009). Para chegar a essa conclusão, a metodologia proporcionada pela história oral fora discutida nesse trabalho. Dado aos aspectos um tanto quanto efêmeros sobre o cotidiano dos imigrantes ucraniano frente a natureza, ou às práticas e representações

proporcionadas por esta, a história oral mostra-se promissora para recuperar estas pequenas evidências.

Nossa pesquisa ainda está em andamento e procuramos agora compreender de que forma a religiosidade destes imigrantes atuou na forma de perceber, ressignificar e modificar essa floresta que permaneceu nas mentalidades dos primeiros colonos a se estabelecerem em Rio Claro. Essa hipótese resulta de alguns indicativos dessa relação entre religiosidade e natureza, apontados por Guérios:

As referências à religião, aos padres ou às datas do calendário religioso eram frequentemente parte indissociável de nossas discussões. Logo antes da Páscoa, por exemplo, eu conversava com João Opuchkevitch, um de meus interlocutores na linha Paraná Faxinal, sobre seu trabalho agrícola, e ele disse-me: “três dias depois do dia Santo [Domingo de Páscoa], vou começar a colher meu feijão”. Outro exemplo ocorreu tempos depois, no meio da manhã de uma terça-feira, quando José Charnei, que havia me alugado sua casa em Prudentópolis, entrou no jardim para podar a roseira. Perguntei-lhe por que ele havia deixado seu trabalho especialmente para vir podá-la, e ele me esclareceu: “a roseira tem que ser podada no dia de São João pela manhã, senão não vai crescer no ano seguinte”. A ligação íntima entre as atividades agrícolas e o calendário religioso feita por esses dois prudentopolitanos indicava não apenas que suas condutas eram referidas a elementos religiosos, mas também que havia duas razões para que isso ocorresse: por um lado, essas condutas eram cíclicas, repetindo-se ano após ano; por outro, através da vinculação de suas tarefas ao calendário religioso, esses dois senhores garantiam a intervenção divina para seu trabalho na terra. (GUÉRIOS, 2012, p.244)

Assim, buscamos compreender essa relação e como ela se transformou ao longo dos anos. Da percepção de uma natureza relacionada à selvageria e ao paganismo que deve ser dominada, ou à densa floresta negra que povoou os sonhos dos imigrantes, para uma natureza permeada pelo sagrado e por suas representações. Da mesma forma como demonstrado por Guérios, as possibilidades de identificação desses elementos através da história oral mostraram-se promissoras. De forma semelhante, a história oral possibilita também ao historiador o contato com a subjetividade de cada pessoa, e essa troca de experiências que transforma tanto o entrevistador quanto o entrevistado.

Referências bibliográficas:

- ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades da pesquisa. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1ª ed. {S1.}: FGV Editora, 2004.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla, BASSANEZI (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALVIN, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (coord). **História da vida privada no Brasil - Império**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 215-287.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias**. Um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- BORUSZENKO, Oksana. **A imigração ucraniana no Paraná**. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores de História - ANPUH. Colonização e Imigração, São Paulo: 1969.
- BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **História e Sociedade**. Campinas, v.11, n.2, p. 323-340, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná**: memória, identidade e religião. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- PASEVICH, Ivan. Relato. **Pracia**, Prudentópolis, 12 de dez de 1951.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5(10). Rio de Janeiro, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Revista do departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: UFF, v.1, n.2, 1996, p.59-72.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, v.14, fev. 1997.
- POTOTSKEI, Teodoro. 1897. A carta aos imigrantes ucranianos nos EUA. **Tzvirkun**, Prudentópolis: tipografia dos padres basilianos.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudo Históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p. 198-215, 1991.

**JUSTIÇA TRANSICIONAL NO CHILE PÓS-DITADURA
MILITAR:
A QUESTÃO DA IMPUNIDADE NA LITERATURA DE
ROBERTO BOLAÑO**

ISSN: 2595-1645

Marcela Vieira Martins (História- UEL)²⁵⁹

Prof. Dr. André Lopes Ferreira (Orientador)

Resumo: O Chile passou um por um longo e violento regime de exceção que durou quase 17 anos, configurando- se como uma das ditaduras mais duradouras da América Latina, com um elevado número de assassinados/ desaparecidos, torturados e exilados. Após o fim desse período a sociedade chilena se deparou com o desafio de restaurar a democracia e a árdua tarefa de enfrentar as violações de direitos humanos por parte de agentes da ditadura de Augusto Pinochet. Deste modo, o objetivo do presente trabalho é investigar a transição chilena à democracia refletindo como questões tais quais justiça, memória e, especialmente, impunidade, transparecem em duas obras do escritor chileno Roberto Bolaño, quais sejam *Estrella distante* e *La literatura nazi en América*, ambas publicadas em 1996.

Palavras- chave: Justiça transicional; impunidade; literatura

No alvorecer do dia onze de setembro de 1973 o governo eleito democraticamente de Salvador Allende foi derrubado por uma junta militar organizada pelo general Augusto Pinochet dando fim ao sonho socialista de Allende e da Unidade Popular. Nos dezesseis anos seguintes o Chile enfrentou um regime de exceção no qual a regra era a disseminação do terror e violência contra o cidadão chileno. Durante esse período ocorreram repetidas violações dos direitos humanos, onde um total de 3.216 pessoas foram dadas como mortas ou desaparecidas, os torturados e sobreviventes da prisão política somam 40.000 e o número de exilados também é altíssimo chegando a 20.000 até 1983.

O início do fim da ditadura pinochetista começou no dia cinco de outubro de 1989 quando foi realizado um plebiscito onde a população votou contra a permanência do General Pinochet na presidência dando fim ao seu mandato no dia onze de março de 1990. A partir desse momento o Chile iniciou um processo de transição para o regime democrático marcado por vários desafios, como consolidar a recém-conquistada democracia e lidar com os inúmeros casos de violação sistemática dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado.

²⁵⁹ marcelablackbird@yahoo.com.br

De acordo com o sociólogo Manuel Antonio Garretón o início do processo de transição no Chile se deu em termos de uma transição consensual com a ajuda das Forças Armadas e garantias da mesma para que a transição fosse bem sucedida. Garretón ainda lembra que a transição chilena não poderia ser considerada completamente terminada assim que se instaura o novo governo democrático, ela será um longo processo que herdou vários vícios e enclaves autoritários do antigo regime militar, como a lei de anistia de 1978 que não permite a criminalização de violações que ferem os direitos humanos entre os anos de 1973 e 1978 (GARRETÓN, 1992, p. 64).

Um dos desafios da transição chilena foi o de achar meios de fazer justiça às vítimas da ditadura e condenar aqueles que violaram os direitos humanos. Desse modo passou a ser aplicado o conceito de justiça transicional, um conjunto de aparatos aplicados em países que passaram por algum tipo de conflito interno, como guerra civil, ditadura e outros. Na América Latina a justiça transicional emerge naqueles países que passaram por longos períodos em um regime autoritário e repressivo marcado pela violência e violações em massa dos direitos humanos. Paul van Zyl define justiça transicional como uma maneira de se construir uma paz democrática após um longo período de violência sistemática, que tem como objetivos processar aqueles que cometeram crimes de lesa humanidade, revelar a verdade sobre esses crimes, fornecer meios de reparação às vítimas, reformas as instituições criminosas e promover a reconciliação (VAN ZYL, 2011, p. 47). Logo a justiça transicional é um meio de encarar um passado ainda recente, reconhecer seu caráter violento e tomar medidas necessárias para que essas ações não voltem a acontecer. Weichert aponta que tais medidas estão organizadas em torno de cinco componentes principais

[...] (a) o esclarecimento da verdade com a abertura de arquivos e esclarecimento sobre os fatos; (b) a realização da justiça, mediante a responsabilização dos violadores dos direitos humanos; (c) a reparação de danos morais e materiais das vítimas, individuais e coletivos; (d) a reforma institucional dos serviços de segurança, para adequá-los à pauta constitucional de respeito aos direitos fundamentais, e (e) a promoção da memória, para que as gerações futuras possam conhecer e compreender a gravidade dos fatos (WEICHERT, 2012 apud DAUER, 2016, p. 3)

Uma das primeiras medidas tomada pelo novo governo democrático já no início de 1990 foi instaurar uma comissão a verdade, chamada de Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação ou Comissão Rettig para investigar os crimes de desaparecimento e morte que

ocorreram durante a ditadura. Tal comissão levantou um relatório que documentou a morte e o desaparecimento de mais 3.000 chilenos. Por causa do frágil momento democrático que vivenciavam, o presidente Patricio Aylwin optou por medidas de reparação monetária e simbólica para os sobreviventes da ditadura. A impunidade, no entanto continuou prevalecendo, pois a lei de anistia de 1978 era muitas vezes aplicada, já que o corpo jurídico do país ainda era o mesmo dos anos de ditadura, aquele que por muitos anos ignorou os crimes de estado de Pinochet. Assim a lei de anistia foi um dos maiores obstáculos no que diz respeito à penalização dos crimes de lesa humanidade e levando a cabo a prisão de poucos indivíduos. O caso mais famoso é o do braço direito de Pinochet entre 1973 e 1978, Manuel Contreras. Contreras, que foi chefe do DINA e liderou por ordem de Pinochet caçadas internacionais a opositores do regime militar, e também foi o principal articulador do atentado que matou Orlando Letelier e sua assistente em 1976 em Washington. A condenação de Contreras em 1993 só foi levada adiante por causa da pressão dos Estados Unidos, que também organizou sua extradição dos Estados Unidos para o Chile.

A penalização de crimes é um dos aspectos mais contraditórios da justiça de transição, já que nem sempre o país se encontra em um momento propício para fazer isso acontecer. No caso o Chile recém-saído da ditadura os militares ainda detinham muito poder de organização e se recusavam a dar depoimentos sobre as mortes e os desaparecimentos. José Zalaquett, membro da comissão Rettig em entrevista a Naomi Roth- Arriaza, afirma que apesar da justiça penal ser um clamor popular, às vezes ela pode ser inviável em uma sociedade que acaba de sair de um período de repressão, para ele

Quando alguém pensa em como enfrentar as violações de direitos humanos como parte do processo de construção ou reconstrução moral, o primeiro modelo que vem à mente, naturalmente, é o da justiça penal. Afinal, trata-se de crimes atroz e, em sua maioria, massivos. Porém, este modelo está desenhado para fazer cumprir uma ordem justa que já existe, e não, necessariamente, para reconstruir uma depois de um período de destruição [...] (ARRIAZA, 2011, p.173-174)

Zalaquett defende a ideia de que para alcançar a reconstrução de uma ordem justa é preciso adotar medidas específicas para cada tipo de situação. Assim para o caso do Chile foi analisado até que ponto seria viável usar medidas de punição assim como a reconciliação, levando à conclusão que revelando a verdade sobre crimes do passado eventualmente levaria

a punição de culpados e se isso não fosse possível, pelo menos levaria a uma reconciliação entre vítimas e algozes.

O Informe Rettig é duramente criticado já que se centrou na reparação, mas não da justiça. A doutrina implícita na frase “justiça na medida do possível”, que Aylwin e Zalaquett acreditavam, servia para manter o sistema econômico estabelecido na ditadura, suas leis de trabalho, política de privatização da saúde e da educação, e para não perturbar a fragilidade política na qual o Chile se encontrava após sair da ditadura. Jo- Marie Burt a respeito da crença de Zalaquett e Aylwin na “justiça na medida do possível” afirma que

[...] o pragmatismo era regra geral em tais democracias em transição, como indica a frase bem conhecida do comissionado, membro da comissão da verdade chilena, José Zalaquett, cuja famosa formulação pedindo aos governantes políticos que buscassem justiça “dentro do possível” alimentou uma construção binária que afirmou que a verdade era uma alternativa aceitável à justiça [...] (BURT, 2011, p.309).

O propósito da punição em sociedades que estão saindo da ditadura e lutando para estabelecer a democracia, não é somente restaurar o Estado de Direito ou porque ele protege o sujeito de outros poderes da sociedade. Por respeito às normas que proíbem atos como tortura, assassinatos patrocinados pelo Estado, desaparecimentos e outras violações dos direitos humanos, esses atos devem ser punidos. A punição desses diz nas entrelinhas que essa sociedade não mais irá tolerar essas violações, que não haverá réus privilegiados e que a situação das vítimas não será esquecida (MÉNDEZ, 2011, p. 219).

As investigações penais no Chile só avançaram a partir de agosto de 1999, quando se estabelece uma mesa de diálogo entre vários setores da sociedade chilena, incluindo militares, com o objetivo de encontrar as vítimas do regime militar ou pelo menos saber qual foi seu destino. É válido lembrar que a mesa de diálogo ocorreu concomitantemente à prisão de Augusto Pinochet em Londres, o que gerou um complexo debate sobre o tratamento dado aos casos das vítimas da ditadura e sobre a possibilidade da penalização desses crimes.

O resultado da mesa de diálogos veio à tona em janeiro de 2001. Os militares apresentaram qual foi o destino de 200 vítimas, sendo 180 identificadas. O então presidente Ricardo Lagos entregou essas informações a Suprema Corte e solicitou um reforço às instancias judiciais para atender a demanda dessas vítimas e seus familiares. Com essas designações feitas por Lagos as investigações conseguiram avançar muito e melhorar qualitativamente, reabrindo-se processos, ampliando-se estas nomeações e, no ano de 2005,

reorganizando este trabalho e facultando às Cortes de Apelação das regiões para designar ministros investigadores.

No ano de 2003 após anos de demanda da sociedade civil e organizações de direitos humanos o presidente Ricardo Lagos instaurou a Comissão Valech, também conhecida como Comissão Nacional sobre prisão política e tortura para investigar os crimes de tortura e violação dos direitos humanos. Uma revisão final do relatório revelou que mais de 40.000 pessoas foram vítimas de violações entre os anos de 1973 e 1990.

Já em 2011 a Suprema Corte abriu investigação penal de 700 casos que até então não tinham tido nenhuma investigação penal, inclusive uma investigação para estabelecer a causa da morte do ex-presidente Salvador Allende. De fato os tribunais de justiça estavam dispostos a investigar e estabelecer sanções penais aos responsáveis, porém, a Suprema Corte agiu de maneira errática na hora de aplicá-las (PEREIRA, 2011, p.299).

Cabe ainda ressaltar que mesmo diante de tantas conquistas a justiça transicional no Chile falhou em um dos seus aspectos mais importantes, a remoção dos violadores de direitos humanos dos cargos políticos. Pinochet ocupou até 2002 o cargo de senador vitalício (criado por ele mesmo), quando renunciou por causa de problemas de saúde e as constantes denúncias de violação dos direitos humanos. Paul Van Zyl afirma que

[...] a presença em altos cargos governamentais de pessoas direta ou indiretamente responsáveis das violações generalizadas ou sistemáticas de direitos humanos constitui um fator de predição a respeito do ressurgimento ou a continuação do conflito. Ao contrário, a remoção das mencionadas pessoas de seus cargos pode ser de aporte vital para a construção da paz pós-conflito [...]. (VAN ZYL, 2011, p.57-58)

Outro exemplo é o de Cristián Labbé que foi prefeito da comuna de Providencia por dezesseis anos, de 1996 até 2012. Labbé foi um conhecido agente do DINA, ministro secretário do regime militar entre 1989 e 1990 e nunca foi condenado por nenhum crime. Enquanto Pinochet esteve preso em Londres, Labbé viajou para a Inglaterra 14 vezes para visitá-lo, e enquanto prefeito quis homenagear outro conhecido agente do DINA, Miguel Krassnoff, vulgo “caballo loco”, que sozinho tem mais de 20 condenações e atualmente cumpre uma pena de 120 anos em Punta Peuco.

Outro aspecto da justiça de transição diz respeito à condenação dos violadores de direitos humanos em escala vertical, de forma que os maiores responsáveis por essas violações são julgados primeiro, isto é, sendo feitas as acusações de cima para baixo. Augusto

Pinochet não respondeu em vida por nenhum de seus crimes, não ficou nenhum dia preso. Após dois anos de cárcere privado em Londres²⁶⁰, em março de 2000 foi extraditado para o Chile por pressão da direita e dos militares. A mesma justiça que durante anos se calou ante os pedidos de investigação de vítimas da ditadura e de seus familiares fez vista grossa às mais de 300 queixas contra Pinochet, que morreu em 2006 em sua residência de luxo em um bairro nobre de Santiago.

A prisão Punta Peuco também é alvo de fortes críticas por parte da esquerda chilena. A Penal Punta Peuco foi criada em 1995 durante o governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle e é um centro de detenção feito especialmente para militares e agentes do Estado envolvidos na violação de direitos humanos durante a ditadura; note-se que é administrada também por militares. Em 2012 veio à tona um informe sobre as condições em que viviam os presos em Punta Peuco, o qual constatou que os mesmos desfrutavam de vários privilégios como piscina, acesso a internet, telefone e celas individuais.

Desde 2014 a então presidente do Chile, Michelle Bachelet pretende derrubar a lei de Anistia. Em um pronunciamento em 11 de setembro de 2014 ao lembrar o 41º aniversário do golpe de 1973, Bachelet disse que "muchos han muerto a la espera de la justicia, muchos han muerto guardando silencio. Basta ya de esperas dolorosas y de silencios injustificados. [...] es el momento de hermanarnos en la verdad.". A fala de Bachelet é importante, pois de maneira simbólica oferece conforto aos que sobreviveram a ditadura pinochetista ao saber que criminosos do período da ditadura não tem uma lei especial que os protejam do alcance da justiça. Apesar de esse pronunciamento ter causado um efeito positivo, até a data de fechamento desse trabalho a Lei da anistia continua sendo debatida no congresso chileno.

O Chile percorreu um longo caminho feito de negociações e concessões até chegar nesse ponto onde se pode debater a validade da anistia de 1978. Por mais que pareça que o país tenha avançado muito no que diz respeito à punição por crimes ocorridos na ditadura, principalmente em comparação aos outros países do cone sul, como o Brasil, por exemplo, somente poucos foram realmente condenados no judiciário por seus crimes. Segundo o relatório de 2014 do Programa de Derechos Humanos o número de causas que permaneciam abertas em todo o Chile por crimes de lesa humanidade ocorridos durante a ditadura era de 1.045, sendo de 1.073 de ex-agentes processados, acusados e condenados; destes, 281 têm uma sentença definitiva, mas somente 75 cumprem pena de prisão efetiva.

²⁶⁰ Pinochet foi preso em 1998 em Londres por causa do principio da extraterritorialidade da lei penal em matéria de delitos de lesa-humanidade.

O escritor chileno Roberto Bolaño foi uma das inúmeras vítimas da ditadura militar chilena. Bolaño que desde os quinze anos morava no México decidiu retornar para o seu país natal no ano de 1973 para ajudar na construção do socialismo da Unidade Popular, chegando ao Chile em agosto poucos dias antes do golpe militar. Segundo o próprio Bolaño ele fez parte de uma resistência armada no bairro onde morava e ficou esperando por uma noite a chegada dos contrarrevolucionários, mas nada aconteceu. Em novembro quando voltava para casa de ônibus após visitar alguns amigos o veículo foi parado em uma batida policial e Bolaño levado preso onde ficou detido por oito dias e só foi solto graças a um *carabinero* que o reconheceu como um colega de infância. Essa parte da vida de Bolaño é particularmente importante para compreender a sua obra, pois essa sua vivência de espectador do golpe, preso político e de escritor exilado deixará marcas profundas na sua escrita.

Roberto Bolaño escreve a partir de sua memória pessoal, mas também usa a história e a memória coletiva deste modo transformando a matéria da vida em ficção. É pertinente lembrar que ele faz parte de uma geração de jovens latino-americanos que não tinham voz devido aos regimes autoritários, jovens que foram perseguidos, torturados e mortos, essa tragédia da América Latina marcou profundamente sua vida.

Quando recebeu o prêmio Romulo Gallegos em 1999 Bolaño foi convidado a discursar e disse o seguinte a respeito de sua obra

[...] en gran medida todo lo que he escrito es una carta de amor o de despedida a mi propia generación, los que nacimos en la década del cincuenta y los que escogimos en un momento dado el ejercicio de la milicia, en este caso sería más correcto decir la militancia, y entregamos lo poco que teníamos, lo mucho que teníamos, que era nuestra juventud, a una causa que creímos la más generosa de las causas del mundo y que en cierta forma lo era, pero que en la realidad no lo era. De más está decir que luchamos a brazo partido, pero tuvimos jefes corruptos, líderes cobardes, un aparato de propaganda que era peor que una leprosería, luchamos por partidos que de haber vencido nos habrían enviado de inmediato a un campo de trabajos forzados, luchamos y pusimos toda nuestra generosidad en un ideal que hacía más de cincuenta años que estaba muerto, y algunos lo sabíamos, y cómo no lo íbamos a saber si habíamos leído a Trotski o éramos trotskistas, pero igual lo hicimos, porque fuimos estúpidos y generosos, como son los jóvenes, que todo lo entregan y no piden nada a cambio, y ahora de esos jóvenes ya no queda nada, los que no murieron en Bolivia murieron en Argentina o en Perú, y los que sobrevivieron se fueron a morir a Chile o a

México, y a los que no mataron allí los mataron después en Nicaragua, en Colombia, en El Salvador. Toda Latinoamérica está sembrada con los huesos de estos jóvenes olvidados [...] (BOLAÑO, 2006, p. 146)

Bolaño utiliza um recurso muito caro aos escritores latino-americanos que é a ficcionalização da história em uma tentativa de dar voz àqueles marginalizados e oprimidos pela sociedade por meio de uma narrativa ficcional. Assim a literatura de Roberto Bolaño não será entendida somente como obras de caráter ficcional, mas que de alguma maneira apresenta as demandas da sociedade chilena nos anos 90 pela justiça e memória as vítimas do regime militar.

Os dois romances analisados neste estudo, *Estrella Distante* e *La literatura nazi en América* foram escolhidos porque acredito que o meio no qual se encontrava o autor foi determinante na escrita de ambos. Apesar de não serem obras historiográficas, são livros que trazem a marca da história em si e da vida pessoal de Bolaño, e nos quais o limiar entre realidade e ficção é muito tênue. A experiência de militância na esquerda e de viver sob uma ditadura é transposta para seus livros, Bolaño foi escritor de uma geração que viveu sob o signo do autoritarismo, da violência e da impunidade, temas que, aliás, permeiam toda sua obra, especialmente em *Noturno do Chile e 2666*.

O capítulo de *La Literatura Nazi en América* que analiso é “Ramírez Hoffman, el infame”, no qual o próprio Bolaño é o narrador/personagem do capítulo.

Emilio Stevens/Ramírez Hoffman, o esquivo personagem título, se divide entre a poesia e o ofício de piloto da Força Aérea Chilena, e em seguida ao golpe militar se transforma em assassino e torturador, na maioria de mulheres, e há também uma leve insinuação de que tais crimes podem ter sido cometidos por inveja dos talentos literários de jovens poetisas. Bolaño acompanha a trajetória Hoffman após conhecê-lo em uma oficina de poesia no Chile, e anos depois, após já ter se estabelecido na Espanha por causa do exílio forçado, é levado a relembrar os dias de horror ditatorial ao mesmo tempo em que confronta sua vida como exilado que há mais de vinte anos não retorna à terra natal.

Em *Estrella Distante*, Bolaño estende a história de *Literatura Nazi en América* e muda os nomes de todos os personagens, incluindo o de Hoffman, transformado em Alberto Ruiz Tagle/Carlos Wieder e adota um alter ego chamado Arturo Belano, que irá retornar em outros livros de Bolaño às vezes se denominando B. ou Arturo B.

Arturo Belano, narrador de *Estrella Distante*, contempla o Chile de sua juventude, da militância política sua e de seus amigos que acreditavam na causa de Salvador Allende, mas

que com o passar dos anos vê com amargura o que foi feito de seu país natal e sua vida, sobretudo ao divagar como sua geração enfrentou a morte, tortura e exílio em nome dessa causa e ao questionar o que foi feito com os criminosos que corroboraram com a ditadura pinochetista.

Ruiz Tagle/ Wieder protagoniza uma das passagens mais emblemáticas do livro. Após o golpe quando já era famoso em Santiago por escrever poesia no céu da cidade marca uma exposição com suas fotografias na casa de um conhecido. No fim das contas as fotografias eram das torturas e assassinatos cometidos por Wieder. Cerca de quinze pessoas veem as fotos, mas no melhor estilo Pinochet de ocultar evidências as fotos são destruídas e as testemunhas se calam perante a exibição fotográfica grotesca de Wieder. A partir desse momento Wieder além de poeta famoso também se torna um notório assassino da ditadura.

A figura de Wieder surge ao redor do Chile ao longo do livro, mas mesmo após o fim da ditadura ele não é condenado por seus crimes. Sobre isso Bolaño escreve

Em 1992, seu nome surge em destaque num inquérito policial sobre torturas e desaparecimentos. É a primeira vez que ele aparece publicamente ligado a temas extraliterários. Em 1993, vinculam-no a um grupo operacional independente responsável pela morte de vários estudantes na região de Concepción e em Santiago. Em 1994, sai um livro de um grupo de jornalistas chilenos sobre os desaparecimentos em que ele volta a ser mencionado.[...] Somente três velhos companheiros de farda saem em sua defesa. Os três são reformados; os três são guiados pelo amor à verdade e por um altruísmo desinteressado. O primeiro major do Exército, afirma que Wieder era um homem sensível e culto, muito mais vítima, à sua maneira, é claro, dos anos de ferro em que o destino da República esteve em jogo. O segundo, um sargento a Inteligência militar, prende-se mais em comentários do cotidiano; sua imagem de Wieder é de um jovem enérgico, brincalhão, trabalhador, e olhe que havia oficiais que não faziam nada, respeitoso com seus subordinados, aos quais tratava não diria como se fossem filhos porque a maioria de nós éramos mais velhos que ele, mas como irmãos mais novos, meus irmãozinhos, dizia-lhes Wieder, às vezes até mesmo sem mais nem menos, com um grande sorriso de felicidade- mas feliz por quê?- atravessando-lhe o rosto. O terceiro, um oficial que o acompanhou em algumas missões em Santiago- poucas, como se preocupou em deixar claro-, afirma que o tenente a Orça Aérea não fez mais do que aquilo que todos os chilenos tiveram de fazer. Nas guerras internas os prisioneiros são um estorvo. Esse era o lema que Wieder e alguns outros seguiram, e quem, no

meio do terremoto da história, poderia culpá-lo por ter se excedido no cumprimento do dever. Às vezes, acrescentava pensativo, um tiro de misericórdia se torna mais um consolo do que um último castigo.

Ao final, um juiz pessimista e corajoso o inscreve como réu em um processo de instrução que não irá adiante. Wieder, evidentemente não se apresenta. Outro juiz, dessa vez de Concepción, cita-o como principal suspeito no processo do assassinato de Angélica Garmendia e do desaparecimento de sua irmã e de sua tia. Amalia Maluenda, a empregada Mapuche das Garmendia, apresenta-se de surpresa como testemunha e durante uma semana sua presença se torna um prato cheio para os jornalistas. A noite do crime, em sua lembrança, fundiu-se numa longa história de homicídios e injustiças. Sua história se encadeia em verso heroico (*épos*), cíclico, que aqueles que a ouvem, assombrados, entendem que se trata em parte de sua história, a história da cidadã Amalia Maluenda, ex-empregada das Garmendia, e em parte a história do Chile. Uma história de terror. (BOLAÑO, 2009, p. 106-107)

Assim me parece que o contexto histórico e social no qual Bolaño viveu em sua juventude foi fundamental para a construção das suas narrativas literárias. Por meio da escrita Bolaño se propõe a pensar mais profundamente sobre o seu país e ambos os processos de pós-ditadura militar e de redemocratização chilena, utilizando a literatura como ferramenta/espço de engajamento e luta. Destarte ao relacionar os dois romances de Roberto Bolaño com o que ocorreu no Chile imediatamente após o fim da ditadura militar poderemos entender melhor aquele processo, conhecendo as demandas apresentadas pela sociedade organizada, sobretudo vítimas do regime de Pinochet, e as questões em voga na delicada conjuntura de transição à democracia vivida pelos chilenos. Ambos os livros não são entendidos puramente como ficção, mas como tradução para a linguagem literária de experiências vividas por Bolaño e tantos outros chilenos e chilenas naqueles anos.

Referências Bibliográficas:

ARRIAZA, Naomi Roth. A necessidade de reconstrução moral frente às violações de direitos humanos cometidas no passado: uma entrevista com José Zalaquett. In:

BOLAÑO, Roberto. Entre parêntesis. Barcelona: Anagrama, 2006.

BOLAÑO, Roberto. Estrela distante. São Paulo: Companhia as letras, 2009.

BURT, Jo Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: REÁTEGUI, F. (Org). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da justiça, 2011. p. 307- 335.

DAUER, Gabriel Roberto. Marcas da memória: justiça de transição no Brasil e Chile. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-DAUER-Gabriel-Roberto-Marcas-da-Mem%C3%B3ria-justi%C3%A7a-de-transi%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil-e-no-Chile.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

GARRETÓN, Manuel Antonio M. A redemocratização no Chile: transição, inauguração, evolução. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?s0102-6445199200030000&script=sci_arttext. Acesso em: 14 set. 2015.

MARENGO, G. Chile: La ley de amnistía mantiene vivo el legado de Pinochet. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2015/09/11/actualidad/1441979718_729729.html. Acesso em: 09 maio 2016.

MÉNDEZ, Juan E. Responsabilização por abusos do passado. In: REÁTEGUI, F. (Org). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da justiça, 2011. p. 193-225.

PEREIRA, Pamela. Os caminhos da judicialização: uma observação do caso chileno. In: REÁTEGUI, F. (Org). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da justiça, 2011. p. 291- 305.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós- conflito. In: REÁTEGUI, F. (Org). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da justiça, 2011. p. 47- 71.

LUÉJI: UM MITO DE FUNDAÇÃO DA ORDEM POLÍTICA EM LUNDA, ANGOLA, NO SÉCULO XIX.

ISSN: 2595-1645

Helena Fernandes Hildalgo (UEM/História)

Natália Gonçalves Martins (UEM/História)

Orientador: José Henrique Rollo Gonçalves (UEM/História)

Resumo: Em sua obra *Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda*, escrita entre 1884 e 1888, Henrique Dias de Carvalho, major do exército português, dedica um grande número de páginas a um relato, aparentemente mitológico, da fundação do reino de Lunda, em Angola. Essa versão do relato ora apresentada não é a única. Ela foi reproduzida por Eduardo dos Santos em seu livro *A Questão da Lunda*, de 1966. Embora nesse segundo texto haja visível intervenção editorial com o intuito de facilitar a compreensão da complexidade do relato, ele é substancialmente o mesmo feito por Henrique Dias de Carvalho. Na pesquisa que estamos iniciando e da qual damos tão somente uma nota prévia, nossa intenção é discutir o relato, algumas de suas variantes e seus significados em termos de relações entre mitos e organização política. Nesta comunicação pretendemos enfatizar o olhar do oficial lusitano, que ressaltou, talvez não intencionalmente, a autonomia e o poder político da mitológica rainha Luéji.

Palavras-chave: Lenda Africana; Luéji; Política;

Em sua obra *Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda*, escrita entre 1884 e 1888, Henrique Dias de Carvalho, major do exército português, dedica um grande número de páginas a um relato, aparentemente mitológico, da fundação do reino de Lunda, em Angola. Essa versão do relato ora apresentada não é a única. Ela foi reproduzida por Eduardo dos Santos em seu livro *A Questão da Lunda*, de 1966. Embora nesse segundo texto haja visível intervenção editorial com o intuito de facilitar a compreensão da complexidade do relato, ele é substancialmente o mesmo feito por Henrique Dias de Carvalho. Na pesquisa que estamos iniciando e da qual damos tão somente uma nota prévia, nossa intenção é discutir o relato, algumas de suas variantes e seus significados em termos de relações entre mitos e organização política. Nesta comunicação pretendemos enfatizar o olhar do oficial lusitano, que ressaltou, talvez não intencionalmente, a autonomia e o poder político da mitológica rainha Luéji.

Em sua obra *Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda*, escrita entre 1884 e 1888, Henrique Dias de Carvalho, major do exército português, dedica um grande número de páginas a um relato, aparentemente mitológico, da fundação do reino de Lunda, em Angola. Essa versão do relato ora apresentada não é a única. Ela foi reproduzida por Eduardo dos Santos em seu livro *A Questão da Lunda*, de 1966. Embora nesse segundo texto haja visível intervenção editorial com o intuito de facilitar a compreensão da complexidade do relato, ele é substancialmente o mesmo feito por Henrique Dias de Carvalho. Na pesquisa que estamos iniciando e da qual damos tão somente uma nota prévia, nossa intenção é discutir o relato, algumas de suas variantes e seus significados em termos de relações entre mitos e organização política. Nesta comunicação pretendemos enfatizar o olhar do oficial lusitano, que ressaltou, talvez não intencionalmente, a autonomia e o poder político da mitológica rainha Luéji. Trata-se aparentemente de um mito de fundação do Reino de Lunda, da qual existem vestígios desde o século XVI, quando se formou aquele reino (MELO, 2013, p. 25). A história tem como personagem principal uma mulher, a rainha Luéji. Na versão contada por Henrique Dias de Carvalho ela se mostra uma mulher de autonomia, poder e determinação. O europeu tinha uma concepção diferente de mulher. Apesar de no século XIX existirem mulheres que governavam, nada mudava a questão de que, para eles, a mulher tinha que ser educada para a submissão, casamento, família, para valores cristãos em geral. E é esse o ponto que interessa a nossa pesquisa. Sabemos o que é a figura da mulher no Ocidente. Mas em Angola, como era? Qual a concepção do papel feminino que se tinha por lá, entre os séculos XVI e XIX? Como as pessoas viam uma mulher governante? Faremos esta análise a partir desta personagem irreverente, Luéji.

A historiografia ocidental por muitos anos negou a história do continente africano e da mulher. Se juntarmos as duas negações, teremos a mulher africana, e se pararmos para pensar um minuto que seja, perceberemos que os estudos sobre este tema são poucos. Precisamos construir outro olhar a respeito dos povos africanos, temos que nos reinventar e deixarmos de lado o olhar eurocêntrico que aprendemos na escola desde o primário.

Se conseguirmos despojar-nos das roupagens já gastas da nossa superioridade cultural, talvez consigamos reequilibrar os pratos do discurso histórico: reler, rever, refazer a História das Áfricas constituem passos decisivos para eliminar arcaísmos que amputam o nosso conhecimento do Outro. O discurso que quer o Outro, não pode deixar de revelar, à transparência, a nossa própria mesquinhez cultural (HENRIQUES, 2004, p. 59).

Precisamos reconhecer e valorizar o papel que o continente africano e os africanos representam para o mundo. Diversas vezes, povos da África foram os pivôs de transformações que influenciaram o restante do planeta, devemos estudá-los e pesquisá-los. Se juntarmos isto com história das mulheres e heranças culturais, como a lenda por exemplo, teremos temas atrativos, que despertam no leitor interesse em estudar este continente e seus diversificados povos.

Uma das principais dificuldades que os pesquisadores da área de História da África encontram é a escassez de documentos escritos, já que estes povos se expressavam e organizavam suas recordações por meio da tradição oral. Henrique Dias de Carvalho, nos anos que visitou as terras de Lunda no século XIX, ouviu dos povos nativos a lenda de Luéj e a transcreveu em meio ao seu Relatório Geral, impresso pela primeira vez no ano de 1890. Segundo o historiador africanista J. Vansina

A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. Os Dogon sem dúvida expressaram esse nominalismo da forma mais evidente; nos rituais constatamos em toda parte que o nome é a coisa, e que “dizer” é “fazer”. A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. As tradições desconcertam o historiador contemporâneo – imerso em tão grande número de evidências escritas, vendo -se obrigado, por isso, a desenvolver técnicas de leitura rápida – pelo simples fato de bastar à compreensão a repetição dos mesmos dados em diversas mensagens. As tradições requerem um retorno contínuo à fonte (VANSINA, 2010, p. 140).

Nesse sentido, a história oral pode ser problemática por alguns fatores, falha na memória, acréscimos, diferentes versões do mesmo acontecimento, etc. Temos que refletir que o problema de trabalho com fontes orais é uma via de mão dupla, pois o indivíduo que conta a história cria suas versões e interpretações da história, e a pessoa que ouve e a transcreve acaba por recriar uma nova versão da mesma história, hora inserindo elementos, hora retirando.

Sendo assim temos duas possibilidades, a primeira seria de viajar até a África para termos um contato com esta história oral mais de perto, mas isto nem sempre é viável. A segunda possibilidade é trabalhar com os relatos dos viajantes que estiveram nestas regiões, todavia devemos nos atentar para o fato de que esses relatos contêm as concepções de mundo do viajante, no caso de Henrique Dias, militar português, o eurocentrismo. Segundo Barbosa

[...] o eurocentrismo deve ser entendido como uma forma [...] qualitativamente diferente de outras formas históricas. Isso porque ele é a expressão de uma dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo. Neste sentido, Samir Amin em, *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia* (1994), por exemplo, definiu o eurocentrismo como a crença generalizada de que o modelo de desenvolvimento europeu-ocidental seja uma fatalidade (desejável) para todas as sociedades e nações. Segundo este autor, uma ideologia, cuja genealogia deveria ser buscada no Renascimento, remontando à gênese do capitalismo como sistema mundial, ou, em suas palavras, como modo de produção realmente existente (BARBOSA, 2008, p. 2).

Por isso, ao nos depararmos com o documento (neste caso, os relatos), devemos fazer perguntas para este, quem escreveu? Qual foi a intenção? Em que ano? E somente após obtida estas respostas teremos uma prévia das visões equivocadas que podem encontrar dentro da narrativa do relato de viajante. Nesta área de pesquisa é essencial a busca constante da interdisciplinaridade, sobretudo com a antropologia, disciplina que nos ajuda a compreender as relações sociais. Através dos estudos culturalistas e dos referenciais teóricos desenvolvido pelos antropólogos desta áreas, encontramos auxílio teórico e metodológico para analisarmos os relatos de viajantes que descreveram os povos africanos.

Posto esta introdução, agora vamos falar um pouco sobre a expedição de Henrique Dias de Carvalho.

A expedição de Henrique Dias de Carvalho

A expedição de Henrique Dias de carvalho está inserida em um contexto no qual Portugal se sentia ameaçado em perder suas terras africanas para outras potências europeias, especialmente a Bélgica e Alemanha

Em finais de Oitocentos, face à investida das restantes potências Europeias, Portugal vê ameaçados os seus territórios Africanos, cuja ocupação se limitava à costa e que assentava tradicionalmente na invocação dos “direitos históricos”. Sem meios militares ou económicos que lhe permitam ombrear com os restantes competidores, desperta no Estado português a consciência do “apertado cerco que nos estão pondo as principais nações da Europa [...], mantendo na costa bloqueios e [...] nas zonas centrais, insinuando-se no ânimo dos chefes indígenas, arrancando-lhes contratos de que eles não têm consciência, apossando-se das suas terras e fazendo convergir para os portos náuticos os seus produtos comerciais; e nós, Portugueses [...] ficaremos apenas com as paragens mais insalubres nas vertentes oceânicas [...] (JORGE, 2008, p. 13-14).

Com os avanços dos meios de transportes proporcionado pela Revolução Industrial, entre elas a ampliação das vias de navegação por embarcações ocidentais e a inserção de linhas ferroviárias no interior continente africano, passou a ganhar força o avanço colonial. A consequência deste avanço foi a queda do comércio de Luanda. Em 1884 o governo português tomou a iniciativa de construir linhas ferroviárias que ligassem Luanda a Ambaca com a intenção de criar laços com o reino de Lunda e assim fortalecer a presença lusitana na África. É neste contexto que encontramos a expedição que o militar Henrique Dias de Carvalho, cuja missão era atuar com “diplomata” frente ao rei de Lunda, sendo um dos seus propósitos a assinatura de acordos de vassalagem com o Muatiânvua e outros potentados africanos.

Durante sua expedição, que durou por volta de quatro anos, ele escreveu uma coleção de relatos. A história de Luéji está inserida no segundo volume intitulada *Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda*, mais especificamente nas páginas 58 a 112. O mito se inicia da seguinte forma:

Em vida Iala uniu muitos povos da região de Angala. Este tinha três filhos, dois homens e Luéji. Seus dois filhos homens teriam tentado matar o pai, antes de morrer o velho conta aos parentes mais velhos seu último desejo, de que sua filha fosse sua sucessora e única herdeira. Segundo o próprio relato de Henrique Dias de Carvalho

Iala, de sua primeira mulher Cônti, ou Côndi contava dois filhos, Quingúri e Iala e uma filha Luéji, que tomaram para si apelido o nome da mãe.

Os filhos já adultos tornaram-se ociosos e entregaram-se ao uso immoderados das bebidas fermentadas (...) motivo por que seu pae, achando-se bastante adeantado em annos e enfraquecido, procurava fazer que lhe succedesse um sobrinho (...). Isto constou aos filhos, e numa occasião em que o velho se entretinha (...) no seu pateo reservado, entraram elles muito embriagados naquelle recinto (...) começaram a insultar o velho (...). Os filhos continuaram a insultá-lo e moê-lo de pancadas, com receio de que pudesse gritar, dizendo-lhe que elle já comêra bastante ao estado e deveria deixar logar para outro, o foi só quando o suppuzeram sem fala e o viram banhado de sangue que o deixaram para ali abandonado.

Sua irmã Luéji, recolhendo já tarde do serviço das lavras com suas servas, como de costume, procurava o pae para o saudar, e não vendo recolhido, seguiu para onde ouvia uns gemidos e ficou surprehendida com o triste quando que viu deante de si. (CARVALHO, 1890, p. 61-62)

Luéji teve ajuda dos *muatas* (parentes antigos) em seu governo e poderia escolher com quem se casaria. A região foi dividida em em Méssu (frente), Mazembe (trás), e Mussumba que se tornou a capital. O poder ficou sob a tutela do Estado até que Luéji foi mostrando uma maior capacidade de governar e ganhando a afeição do povo. Mas os Muatas decidem que Luéji deveria escolher um marido para governar ao seu lado e garantir a linha de sucessão, porém nenhum homem de seu grupo agradava.

Até que Ilunga, filho de Mutombo, sai para uma jornada de caça no sul da região de Lunda após a morte de seu pai, e acaba encontrando as acompanhantes de Luéji no rio Cajidixi, estas logo contam a Luéji sobre a beleza de Ilunga, que curiosa marca um encontro par conhece-lo nas margens do Cajidixi. Logo que apresentados Luéji mostra um interesse pelo caçador e pede a ele que ajude seu povo que estavam com dificuldades nas caças. Ilunga aceita o convite de bom grado e Luéji e em seguida o hospeda em uma cubata para evitar que ele se interessasse por qualquer uma de suas servas.

Com o passar dos dias Illunga foi se estabelecendo em Lunda e logo mandou um recado renunciando seus direitos, dizendo que passaria a viver pela senhora de Lunda e lá viveria o resto de seus dias. Essa atitude agradou Luéji e logo os dois foram se aproximando ainda mais. Ilunga foi dando a ela provas de seus sentimentos.

Luéji convocou o oraculo e logo contatou que Ilunga havia sido enviado por seu pai, já que ela não havia encontrado um companheiro entre os seus. Em seguida ela convocou uma reunião com os Muatas para pedir o consentimento para se casar com Ilunga.

Os velhos parentes, que já sympathisavam com o caçador, pronunciaram-se a seu favor, porque queriam se cumprissem as ultimas vontades de Xacala Macala, e estavam sempre temerosos de que Quingúri, cujo genio erascível conheciam, conseguisse organizar partido para roubar o lucano á irmã e tomar conta do estado. (CARVALHO, 1890, p 70-71)

Para que o casamento realmente pudesse acontecer Ilunga é submetido a testes e cerimônias nas quais é aprovado. Os dois se casam e Luéji logo engravida dando luz a uma menina chamada Noéji. Após o casamento Ilunga foi eleito o primeiro Muatiânvua e todos deveriam respeitá-lo. Porém, Quingúri que nunca tinha aceitado que a irmã herdasse o poder e nem o seu casamento com um estrangeiro. E um ato de revolta Quingúri organiza um pequeno grupo de seguidores compostos por guerreiros e membros da corte e parti para outra região mas com a promessa de um dia voltar e destruir o Muatiânvua, isto é, a Luéji.

Após uma longa jornada por terras distante do reino de Lunda, Quingúri encontrou um bom lugar e ali decidiu se estabelecer, incentivando os que lhe acompanharam a começar a trabalhar em prol de um novo reino. Logo mandou um recado à Lunda para que o resto de sua família se juntassem a ele, pois estavam em terras boas e com fartura em sal, minério essencial no interior do continente já que era utilizado como moeda de troca.

Assim, o novo de Quingúri começou a crescer e a notícia logo chega até Luéji, que em assembleia decide mandar buscar Quingúri com a tentativa de convence-lo a voltar para o seu antigo lar. No entanto o ato de Luéji acaba por incentivar outros membros do seu reino a se deslocarem até as terras de Quingúri, contribuindo assim para a expansão do reino de Lunda. Após a apresentação da lenda levantaremos algumas questões para pensarmos a fonte.

Questões em aberto sobre o documento

No contexto da leitura do documento levantamos duas questões centrais para iniciarmos a pesquisa. São elas:

A primeira questão que nos surgiu a respeito da fonte foi o porquê Henrique Dias de Carvalho teria dedicado tantas páginas para relatar esta lenda. A hipótese inicial foi a sua intenção em afirmar a grandeza do local no qual se encontrava o Reino de Luéji e confirmar que esta região pertence ao Muatiânvua. Deste modo a aproximação da diplomacia portuguesa com este reino lhe garantiria influencia local no contexto da Corrida para África.

A segunda questão está envolto de uma intrigante reflexão que o mito nos traz. Mesmo que tenha seus primeiros vestígios no século XVI, no qual uma sociedade patriarcal predominava entre os lundas, temos como protagonista uma mulher governante. Por quê? Qual a relação de poder que se tinha nesta região antes da lenda? Será que existe ai uma questão de gênero a ser debatida? Como os africanos viam uma mulher no poder e como veem hoje? Qual a visão que os lundas tem de Luéji nos dias atuais?

Essas questões irão nortear a pesquisa daqui para frente. Por hora, o texto apresento aqui teve como objetivo mostrar aos estudantes novas fontes históricas para o ensino e pesquisa em História da África, em especial as possibilidades de relacionar história política e questões de gênero.

Referências Bibliográficas:

VANSINA, J. História geral da África, I: Metodologia e pré -história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

HENRIQUE, Isabel de Castro. Os pilares da diferença: relações portugal-áfrica séculos XV-XX. Editora Caleidoscópio, Lisboa, 2004.

JORGE, Lia Santos. A Coleção de Henrique Dias de Carvalho da sociedade de geografia de Lisboa à luz de um plano de estudos e conservação e restauro. Dissertação de Mestrado, Lisboa, 2008.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo e História: problemas e alternativas Editora EdUFPO, Ouro Preto, 2008.

CARVALHO, Henrique Dias. Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda. Editora Imprensa Nacional, Lisboa 1890.

MALLEUS MALEFICARUM: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA FIGURA FEMININA

ISSN: 2595-1645

Bruna Santos de Camargo (UEL)
Danieli Ferreira (UEL)
Izadora Carvalho (UEL)
Gigliola de Oliveira Knapp (UEL)

Resumo: A Igreja Católica era uma instituição que exercia um enorme domínio sobre a população medieval, porém, em dados momentos a fé católica se vê abalada por uma série de motivos, que a torna instável, desagradando seus principais líderes. Essa crise pode ser explicada por um acúmulo de fatores, entre eles a Renascença, a peste negra e o fracasso das Cruzadas. A instabilidade da fé católica que atingia sobretudo sua soberania desagradou a Igreja. Em algumas interpretações, o *Malleus Maleficarum* ou Martelo das feiticeiras de Heinrich Kramer e James Sprenger, ambos professores de teologia da Ordem dos Monges Dominicanos, surge como um dos mecanismos que ajudaria a Igreja a superar essa crise. Este artigo pretende analisar a partir de um recorte específico da questão número 6 “Sobre as bruxas que copulam com os demônios. Por que principalmente as mulheres se entregam a superstições diabólicas”, a qual explica porque a mulher era o alvo maior durante a inquisição. Pretende-se ainda, compreender a construção das representações femininas, que culminam em uma perseguição generalizada em meados do século XIII.

Este artigo pretende analisar, a partir de um recorte específico da obra de Heinrich Kramer e James Sprenger, *Malleus Maleficarum*, a questão número 6 “Sobre as bruxas que copulam com os demônios. Por que principalmente as mulheres se entregam a superstições diabólicas”, a qual explica porque a mulher era o alvo maior durante a inquisição. Pretende-se ainda, compreender a construção das representações femininas, que culminam em uma perseguição generalizada em meados do século XIII.

Palavras-Chave: Mulher. Feiticeira. Repressão. Cristianismo.

Introdução

O *Malleus Maleficarum* ou Martelo das feiticeiras é um famoso livro escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, ambos professores de teologia da Ordem dos Monges Dominicanos, que foi publicado em 1484 na região que corresponde, mais ou menos à atual Alemanha. Servindo sobretudo como uma espécie de manual para inquisidores, a obra retrata com singularidade o momento de perseguição e punição pelo qual passaram principalmente mulheres, entre os séculos XIV e XVIII. No intervalo desses quatrocentos anos caracterizou-se o auge da famosa caça às bruxas, fato que marcou a história de algumas regiões da Europa.

Sob a aprovação do Papa Inocêncio VIII, os inquisidores da época poderiam na tentativa de corrigir aqueles que se desvirtuavam da fé cristã, aprisioná-los e puni-los de todas as formas, sem nenhum tipo de impedimento.

A Igreja Católica, além do Estado, era a outra instituição que exercia um enorme domínio sobre a população medieval. Aliás essas duas ramificações do poder atrelavam-se. No entanto em dados momentos a fé católica se vê abalada por uma série de motivos, que a torna instável, desagradando seus principais líderes. Essa crise pode ser explicada por um acúmulo de fatores, entre eles a Renascença, que mesmo em seus primórdios começa a se

fazer presente nas mentalidades da época. Há também a grave doença conhecida por peste negra, esta dizimou milhares de pessoas e, para muitas das que sobreviveram, foi uma das punições divinas a qual a Igreja infelizmente não conseguiu evitar. Por fim o fracasso das cruzadas também serviu como fator cooperante, no sentido de que a população desconfiasse da validade e eficácia das crenças católicas (RODRIGUES, 2007).

Como já foi dito, a instabilidade da fé católica que atingia sobretudo sua soberania desagradou a Igreja. Em algumas interpretações, o *Malleus Maleficarum* surge como um dos mecanismos que ajudaria a Igreja a superar essa crise. Como uma forma alternativa de manutenção e reafirmação do poder sobre a sociedade, reforma-se o Tribunal da Inquisição e são produzidos manuais de identificação dos que ousavam renegar a fé cristã e ajudavam na promoção do caos, sendo um deles a fonte escolhida para nosso trabalho.

O livro é dividido em três partes, a primeira “Das três condições necessárias para a bruxaria: O diabo, a bruxa e a permissão de Deus todo-poderoso” enaltece a figura do diabo, seus poderes e ligam o mesmo com a bruxaria. Na segunda parte “Dos métodos pelos quais se infligem os malefícios e de que modo podem ser curados” é ensinado aos inquisidores a reconhecer práticas de bruxaria no dia-a-dia da população, estas poderiam variar, mas atuaram sobretudo na doença de crianças, problemas nas colheitas e impotência sexual masculina. Já na terceira e última parte “Que trata das medidas judiciais no tribunal eclesiástico e no civil a serem tomadas contra as bruxas e também contra todos os hereges” o livro é composto por métodos de julgamentos e as diferentes sentenças que tais práticas geraram.

Em sua totalidade a edição utilizada do Martelo das Feiticeiras possui 528 páginas, incluindo aí referências bibliográficas e notas. Para consequente análise, escolhemos especificamente tratar de uma questão localizada na primeira parte da obra cujo título é “Sobre as bruxas que copulam com os demônios. Por que principalmente as mulheres se entregam a superstições diabólicas”. Nesse fragmento, os escritores ressaltam quais os motivos que tornam as mulheres mais tendenciosas e vulneráveis a práticas de bruxaria do que os homens. Porque embora existissem pessoas do sexo masculino que praticassem heresias, a bruxaria era frequente no sexo feminino. Como resposta, o número de execuções de mulheres durante essa época é exorbitante.

Sabemos que o mito cristão tem no feminino a figura principal do pecado. Foi Eva por exemplo, quem se deixou seduzir inicialmente pela serpente e que convenceu Adão ao mesmo, cometendo o pecado inicial. Portanto a mulher é fraca e luxuriosa, ela que entregou o homem e toda a humanidade a miséria. É a partir desse tipo de abordagem que conduziremos nosso trabalho. As análises contornam-se em torno dessa figura feminina, bem como a

construção da sua imagem enquanto um processo no período e contexto histórico já expostos. Vale lembrar, que os discursos aqui apresentados, possuem em seu interior fortes doses de misoginia. Por fim, tentaremos buscar em diferentes culturas tais elementos, estabelecendo um comparativo sobre elas. E também esclarecer, como por meio de algumas práticas, a Igreja Católica consegue incorporar e condenar o que caracterizou-se por heresias e bruxarias.

1- A inferiorização da mulher enquanto processo histórico

Durante o período medieval, a mulher foi alvo de expressivo controle. Proibida de atuar em diversas áreas, seu papel era bastante restrito. Enquanto moça devia guardar-se da impureza, e na adolescência era comumente utilizada como objeto político através de casamentos arranjados, nos quais devia ser esposa fiel e gerar filhos homens. Fora disso, pairava sobre mulher uma carga de idealizações que lhe conferiam um caráter de inferioridade: “Tais apresentações sobre o feminino foram remodeladas segundo o mental de cada período vivido, perpetuando-se um controle que repousa sobre um complexo fundo cultural no qual o temor do ‘segundo sexo’ é latente” (LIEBEL, 2004, p. 8). Essa concepção da mulher, foi adaptando-se, e fundamentando-se no receio.

Ao analisar esse caráter na perspectiva de longa duração, proposta por Braudel (1965), é possível identificar em culturas das quais é herdeira a Idade Média, elementos comuns, onde é possível ter alguma noção de como se construiu essa concepção de mulher. Tais elementos serão buscados na Antiguidade e nos primórdios do cristianismo.

Michel Foucault (1984)²⁶¹, ao discutir a busca por parte dos gregos por uma vida equilibrada, mostra a mulher entendida como inferior em relação ao homem livre. Ele aponta que Aristóteles não descreve virtudes essencialmente femininas, mas que atingem sua plenitude no homem, isso porque para Aristóteles tratava-se de uma relação política:

Aquele que comanda - o homem, portanto - “possui a virtude ética em sua plenitude”, enquanto que para os governados - e para a mulher - basta ter “o quanto de virtude apropriado a cada um”. Portanto, a temperança e a coragem são no homem, virtude plena e completa “de comando”; quanto a temperança ou a coragem da mulher, são virtudes “de subordinação” (FOUCAULT, 1984, p. 78).

Percebe-se uma concepção de mulher inferior e dependente do homem. O meio para alcançar alguma virtude seria pela submissão ao masculino. Para Brown (1990) o baixo status

261 Michel Foucault é utilizado aqui como recurso, informação historiográfica.

feminino dava-se ainda por supostos embasamentos biológicos: “Os homens eram os fetos que haviam realizado seu potencial pleno. (...) As mulheres, em contraste, eram homens imperfeitos” (BROWN, 1990, p. 19).

Assim, buscou-se formular teorias, que justificassem a baixa posição da mulher. No *Maleus Malleficarum* essa exaltação do homem é evidente: “E sem de modo algum aviltar o sexo a quem Deus confiou a glória magna de espalhar largamente o seu poder (...)” (KRAMER, SPRENGER; 2015, p. 120).

A dinâmica governante-governado reaparece no texto de Foucault (1984), ao tratar do sexo em si, onde atuam dois grupos: os “ativos” e os “passivos”. Ao homem grego cabia o papel ativo, e a mulher era, com os escravos, um tipo de parceiro-objeto. A mulher poderia ser concubina, ou esposa, fiel e responsável por garantir-lhe descendência legítima. O homem poderia ter vários parceiros sexuais, desde que atuasse sempre em posição ativa, e fosse moderado. Sobre a mulher paira uma culpa, tanto para os gregos, como para os judeus:

Pandora grega, ou Eva judaica, ela cometeu a falta original ao abrir a urna que continha todos os males ou ao comer o fruto proibido. O homem procurou um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher (DELUMEAU, 1989, p. 314).

Faz parte da construção da imagem da mulher, a culpa. À ela foi atribuída a culpa pela introdução da morte na terra, o homem padeceu pela fraqueza da mulher. Isso justifica a ideia da superioridade da virtude no homem. Mas ao mesmo tempo, essa era uma concepção dúbia:

Essa ambiguidade fundamental da mulher que dá vida e anuncia a morte foi sentida ao longo dos séculos e especialmente expressa pelo culto das deusas-mães. A terra mãe é o ventre nutridor, mas também o reino dos mortos sob o solo ou na água profunda. (DELUMEAU, 1989, p. 312).

A reflexão de Delumeau elucida dois pontos: o primeiro é a visão flutuante sobre a mulher, o segundo, é um tipo de naturalização do feminino. Nesse sentido, ela é menos pessoa que o homem, parte de forma mística, da natureza, sua essência é selvagem. Tal sensibilidade maior para com a natureza contrastava com a postura racional adotada pelo homem, e essa suposta racionalidade vinha justificar a dominação masculina. A complexidade da natureza feminina, intimidava, o conhecimento da natureza contribuiu para que a imagem da mulher fosse, frequentemente, associada à bruxaria.

A imagem da mulher retratada no *Maleus Malleficarum*, passa pelos primórdios do cristianismo. Nesse período emergiu um movimento de purificação do corpo, acreditava-se

que essa prática possibilitaria a plenitude do Espírito Santo. Para Le Goff (1994) aos motivos que levaram os gregos da Antiguidade a condicionar sua sexualidade ao regramento, os cristãos adicionaram a proximidade do fim do mundo, que requeria uma postura de pureza. O apóstolo Paulo exortou: “Que doravante aqueles que têm mulher vivam como se não mais as tivessem” (1 CORÍNTIOS 7, 29). Le Goff ressalta que o cristianismo primitivo foi marcado por uma busca intensa pela santificação, de modo que alguns adotaram atitudes extremas, como Orígenes, que optou pela castração. (LE GOFF, 2003). É inaugurado assim um movimento de repressão sexual. Um dos grandes difusores desse pensamento foi Tertuliano, para o qual, de acordo com Brown: “A continência, a suspensão de toda e qualquer atividade sexual futura, atraía o dom do Espírito Santo. ‘Pela continência adquirireis um grande estoque de santidade, economizando na carne serei capaz de investir no Espírito’” (BROWN, 1990; p 74). Assim, a continência sexual tornou-se uma via importante para aproximar-se do sagrado.

Santo Agostinho foi também propagador dos ideais de castidade. Ele foi um dos primeiros a associar o pecado original à sexualidade. Na segunda parte de “A Cidade de Deus Contra os Pagãos”, observa-se que o pecado original é a soberba, e a libido é a consequência da soberba, e que, o pecado original é transmitido pelo ato sexual:

... e bom é ao homem não tocar em mulher; o que está sem mulher pensa nas coisas de Deus, de como o há de agradar; mas o que está ligado pelo matrimônio pensa nas coisas do mundo, e em como há de agradar à mulher. (AGOSTINHO, 1990, p. 14).

Segundo Le Goff: “A abominação do corpo e do sexo atinge o cúmulo no corpo feminino. De Eva à feiticeira do final da Idade Média, o corpo da mulher é o lugar de eleição do Diabo” (LE GOFF, 1994, p. 146). Para Tertuliano, a puberdade marcaria o período em que a mulher torna-se consciente de seus desejos sexuais, e da sua capacidade de despertar desejos em outros. Havia na mulher um aspecto sedutor que nem mesmo o batismo era capaz de transformar (BROWN, 1990).

Esse conjunto de concepções sobre a figura feminina buscou refúgio no texto bíblico. Entretanto vale ressaltar que, Jesus teve atitude acolhedora com as mulheres, como quando recebe a prostituta que estava sendo apedrejada (Lucas,7); e para Delumeau: “A atitude de Jesus em relação às mulheres foi a tal ponto inovadora que chocou até seus discípulos (...) Jesus de bom grado cerca-se de mulheres, conversa com elas, considera-as como pessoas inteiras, sobretudo quando são desprezadas” (DELUMEAU, 1989, p 314).

Entretanto, os teóricos do cristianismo recorreram à outras passagens bíblicas para fundamentar suas posições. Como no *Malleus Maleficarum*: “Da perversidade das mulheres

fala-se no Eclesiástico 25: ‘ Não há veneno pior que o veneno das serpentes; não há cólera que vença a da mulher.’”. Outra afirmação de Kramer e Sprenger:

Vemos sobre esse ponto o que diz o Eclesiástico, 37: ‘ Não vás consultar uma mulher sobre seu rival’. Querendo com isso dizer ser inútil consultá-la, porque sempre haverá ciúme, ou seja, inveja, na mulher perversa. (KRAMER e SPRENGER, 2015, p. 125).

Delumeau (1989) fala sobre o papel dos textos do apóstolo Paulo na marginalização da mulher, como em: “ Que as mulheres se calem nas assembleias, pois não lhes é permitido tomar a palavra; que se mantenham na submissão como a própria lei o diz” (1 CORÍNTIOS 14:34-5). Ou: “Eu não permito à mulher ensinar e governar o homem” (1 TIMÓTEO 2:11-4). O texto bíblico também serviu foi utilizado na elaboração do conceito de mulher que culminou na perseguição feminina.

Durante a Idade Média, com a demora da chegada do apocalipse e as reminiscências da cultura pagã, a autoconfiança do poder clerical começa a se abalar, e torna-se cada vez mais iminente o sentimento de que o Mal está ao redor e utiliza-se de muitas ferramentas para realizar suas obras, inclusive os fiéis (NOGUEIRA, 1991). Neste contexto, a mulher é identificada como agente em potencial para as obras do Diabo. Todo esse processo culminou em uma concepção da figura feminina que fez da mulher alvo de medo e repressão.

2- A relação direta da mulher com a prática da bruxaria

Voltaremos nosso olhar à sexta questão do *Maleus Malleficarum*: “A respeito das bruxas que copulam com demônios. Por que as mulheres são as principais adeptas das superstições religiosas?” (KRAMER, SPRENGER, 2007, 39). Este tópico é voltado para a exposição de argumentos que esclareçam o porquê o sexo feminino é “naturalmente” mais suscetível às tentações demoníacas e por tanto se tornam uma ferramenta importante na a dispersão do mal entre as comunidades.

Ao iniciar a leitura percebe se a crença largamente enraizada de que a figura feminina possui uma tendência natural ao desvio do que se considera um bom caminho. Devido a sua formação religiosa Kramer e Sprenger utilizam como base argumentativa trechos bíblicos e obras de teólogos intelectuais, segundo eles a explicação mais forte para o desvio feminino está ligado a escolha divina do osso da costela de Adão para a criação da primeira mulher, Eva. A partir de tal escolha e da argumentação feita pelos autores entendemos que a mulher é criada como um ser perfeitamente imperfeito:

E devemos apontar o defeito na formação da primeira mulher, que foi formada de uma costela curva, isto é, a costela do peito, que se encontra encurvada, por assim dizer, em direção contrária à do homem. E devido a este defeito é um animal imperfeito, sempre engana. (SPRENGER, KRAMER, 2007, p 42).

Uma análise aprofundada de documentos inquisitórios apresenta um dado que atrai a atenção: a bruxaria era constituída por membros masculinos e femininos, porém a parcela feminina se mostra dominante. A resposta para essa superioridade baseia-se no argumento da costela curva, assim sendo as mulheres eram apresentadas como seres dotados de uma mentalidade infantil sem capacidade de pensar ou realizar por conta própria ações racionais, caso o fizessem acabariam sempre assumindo conotações maléficas.

Expostas como seres de comportamentos extremos, as mulheres descritas pelo *Malleus Maleficarum* poderiam assumir apenas duas personalidades: uma boa que segundo as palavras de Kramer, escolhida a virtude era abençoada pela graça divina, sendo assim capaz de purificar o marido infiel e trazer bênçãos ao lar. Quando má, era capaz de invocar odiosas calamidades, não existindo porém meio termo entre estes extremos. Eram descritas como facilmente impressionáveis o que em tese tornaria simples o logro tentador das entidades sobrenaturais, em resumo fatores que dariam as mulheres o papel chave de dispersoras da maldade satânica.

Sem nos distanciarmos, das explicações teóricas propostas pelo *Malleus Maleficarum* outro autor nos oferece uma visão explicativa diferenciada que pode ser utilizada em conjunto com a anterior para melhor esclarecer a superioridade dos membros femininos. Keith Thomas autor do Livro *Religião e Declínio da Magia* (1991) aborda outra perspectiva sobre a motivação que levaria mulheres e homens a recorrerem a acordos malignos. Segundo ele a bruxaria era considerada a última opção para a solução de problemas de vida da população mais carente daquela sociedade, utilizada apenas quando outro método de justiça não era acessível para tais indivíduos. Para Thomas (1991) a bruxaria possuía duas características principais, a primeira está de acordo com o argumento oferecido pelo manual e refere-se a maior participação da mulher neste meio, a segunda diz respeito à situação social em que os adeptos as práticas heréticas estavam incluídos.

Segundo o autor tais indivíduos pertenciam à camada baixa da sociedade o que os deixava frente a frente com a miséria. Dívidas, exploração trabalhista, fome e falta de assistência são exemplos que os levavam a saídas incomuns para minorar tais mazelas, é neste sentido que as propostas diabólicas pareciam mais atraentes, pois possibilitavam suprir tais necessidades. Esta situação miserável era especialmente insuportável às mulheres, pois se

encontravam duplamente marginalizadas, sofriam com o preconceito de nascer mulher, pois crença da época propagava com fervor a inferioridade deste sexo, em segundo lugar a pobreza que trazia consigo acontecimentos que poderiam piorar situação para estas personagens, a morte do marido e dificuldade de sustentar os filhos são exemplos de exposição a julgamentos que não eram acompanhados de compreensão.

Voltando ao argumento da natural fragilidade feminina, que por si só explicaria os desvios de caráter mencionados, há outra característica importante no trato com esta figura: o conceito de tutela. Em termos simples, uma necessidade de acompanhamento devido aos defeitos de sua criação por um indivíduo superior à mesma, este papel obrigatoriamente seria assumido pelo homem. Apresentado como herdeiro do salvador e por isto destinado a suportar o mais cruel dos males para o cumprimento dos mandamentos:

E bendito seja o Altíssimo, que até hoje protegeu o sexo masculino de tão grave delito; pois Ele se mostrou disposto a nascer e sofrer por nós e, portanto, concedeu este privilégio aos homens (KRAMER & SPRENGER, 2006, p.45).

O objetivo da tutela era impedir que a mulher estivesse em liberdade para dar asas a suas decisões, dentre as responsabilidades do homem estava à proteção do sexo frágil contra tentações mundanas, tentações que se referem principalmente as que o maligno poderia oferecer. Lembramos que neste período uma mulher sozinha representava uma brecha à propagação do mal devido sua incapacidade de tomar decisões racionais, desacompanhadas traziam consigo medo e desconfiança. A companhia do homem era considerada a única chance de uma mulher realizar escolhas coerentes em sua vida, pois este a guiaria em direção à luz, sendo assim a tutela era mais uma ferramenta que desempenhava uma função misógina, conceito moderno que exprimem em si uma aversão à mulher e seus comportamentos, principalmente aqueles que fogem a ordem dominante no período em questão. Apesar do anacronismo em incluir este termo moderno nos moldes da época devido a sua inexistência em seu pensamento nada nos impede de analisarmos tal recorte a luz de seu auxílio, guardando bem as ressalvas necessárias.

Com base nestas leituras percebemos o medo profundo ligado à mulher que não podia ser controlada, conforme Jean Delumeu (1989) indica em *A história do medo no Ocidente*, à feiticeira não era apenas a mulher levada à maldade devido à natureza imperfeita, mas sim que escolhia entregar se entidades demoníacas por vontade própria, realizando desejos e fantasias de forma a subverter a ordem dominante, que insistia em reduzir sua participação dentro da sociedade.

Concluimos que a associação do feminino com a bruxaria está ligada aos tempos imemoriais da criação do que em teoria a bíblia possui a única explicação. Na crença geral a mulher, age com permissão divina sob ordens malignas a fim de castigar os homens imorais, a ideia da ação de forças sobrenaturais fornecia uma resposta capaz de justificar as catástrofes que atingiam o povo naquele período. Da morte de um filho a colheita ruim, a feitiçaria surgia em mente como a primeira opção de explicação. A distância entre os ricos e pobres segregava ainda mais esta parcela da população privando-os de assistência adequada que os levava a buscar métodos criativos para a resolução de suas dificuldades e vinganças devido ao mesmo fato.

3- A incorporação de mitos agrários pela igreja católica

Como toda essa condenação ganhou força? De que forma a Igreja Católica legitimou tantas mortes em nome da fé? Essas são algumas perguntas, por vezes recorrentes, daqueles que pesquisam sobre o período inquisitorial no medievo. O historiador italiano Carlo Ginzburg em 1966, com seu livro “Os andarilhos do Bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII”²⁶² apresenta uma boa análise sobre feitiçaria na região correspondente à atual Itália, que possivelmente responde às perguntas realizadas.

Tendo como fonte processos inquisitoriais italianos e algumas cartas entre os séculos XVI e XVII, Ginzburg expõe a elaboração e categorização que a própria Igreja Católica produz sobre os ritos de feitiçaria da época. Todos os crimes julgados pela Inquisição, por motivos de bruxaria, heresias ou qualquer outra ligação a esse tipo de causa, nem sempre foram considerados crimes. A maioria dessas crenças ritualísticas possuía em seu interior um vínculo forte com as camadas populares da sociedade. Cultos pagãos diversos eram em sua maioria relacionados à cultura agrária. Existia para garantir boas colheitas, a fertilidade das terras e cumpriam com o seu papel, que inclusive a Igreja Católica também exercia em suas próprias dimensões. Ou seja, em uma sociedade ainda tão atrelada ao mundo espiritual, variadas crenças coexistiam.

Elas além de contradizerem com as crenças eruditas eram para as últimas desconhecidas. Portanto tudo aquilo que lhe era desconhecido logo foi categorizado e relacionado com o diabo. Aliás, essa foi uma estratégia católica que reduziu seus opositores, generalizou e culminou por diminuir tais cultos tornando-os irracionais.

²⁶²Carlo Ginzburg é utilizado aqui como recurso, informação historiográfica.

Portanto a imagem desses cultos é manipulada e tão logo associada a ritos maléficos, que tinham no Diabo seu principal líder. O grupo por Ginzburg analisado chamado *benandanti* ou Andarilhos do Bem, claramente retrata essa conversão que acabou por modificar a visão da população. Pessoas que recorriam aos feitiçeiros para curas de enfermos, premonições e informações sobre entes queridos mortos, aderem a rejeição e desconfiança sobre os mesmos, depois da incorporação dessas figuras tão bem promovida pela Igreja. A crença diabólica se sobrepõe sobre a crença agrária.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior:

Quando o outro é visto como ameaça, quando a diferença é vista como desvio, quando a diversidade de pontos de vista é pensada como intolerável e inadmissível, se está no caminho de um julgamento do outro que caminha na direção de sua punição, de seu castigo ou de seu extermínio (JUNIOR, 2009, p.48).

A partir daí a atitude da Instituição é punir estes que hostilizam seu costumes e de certa forma arriscam a fé católica. Os julgamentos inquisitoriais aconteceram com esse objetivo. As reações e posicionamentos dos aptos para tal função são interessantes porque refletem essa tentativa, quase que compulsória, de inquisidores no momento do julgamento buscando sempre relacionar as confissões descritas com ritos sabáticos, condenáveis. Os interrogatórios além de conduzirem muitas vezes a confissão forçada (visto que ela geralmente era feita por medo da condenação) dos réus, são compostos por um tom agressivo dos inquisidores. Essa postura adicionando os métodos variados de tortura tenta induzir, persuadir e confundir os acusados. Muitos deles não resistiam e caíam nesse tipo de “armadilha” que hoje, nos faz duvidar da veracidade e espontaneidade das confissões obtidas.

4- A “caça” às bruxas

Para compreender a caça às bruxas temos que entender a importância do Diabo na crença cristã. Deus e o Diabo constituem realidades onipresentes e oniscientes no imaginário cristão. Se Deus é amor, e dele provém todo o bem, então para explicar o mal que afligia a vida das pessoas foi necessário que houvesse uma figura para complementar, assim nasceu à figura do Diabo.

Pela fé cristã a feitiçaria era considerada uma heresia, pois os magos adoravam o Diabo e faziam pactos com ele, voltavam as costas à verdadeira fé e com isso mereciam a sorte dos heréticos. Eram dados oito dias para renunciar a Satã, abandonar as práticas mágicas e queimar os livros que tratavam de bruxarias. “Deste modo estavam doravante colocadas

temíveis equações: malefícios = feitiçaria diabólica = heresia. Encontrava-se fechado o triângulo no interior do qual logo iriam acender-se inúmeras fogueiras” (DELUMEAU, 1989).

O poder civil apoiou a Igreja na luta contra a seita satânica. Toda esta obsessão, sob várias formas, permitiu ao absolutismo se reforçar, com a consolidação do Estado na época da Renascença, deu-se uma dimensão nova à caça às bruxas. Os governos marcaram uma tendência a anexar-se ou ao menos controlar os processos religiosos e a punir as infrações contra a religião. A Igreja mais do que nunca se confundia com o Estado. O absolutismo que se firmava e a repressão da feitiçaria, reagindo um sobre o outro. O direito de se defender que era aplicado durante a Idade Média deixa de existir na época da Renascença, a justiça do Estado adotou o procedimento inquisitorial. O que na Idade Média era um processo em geral considerado como um assunto entre pessoas, num cenário privado, passa na Idade Moderna a ser considerado um conflito entre a sociedade e o indivíduo, daí vem à severidade, atrocidade das sentenças que pretendia servir de exemplo (DELUMEAU, 1989).

Após 1736, quando não existia mais a possibilidade de um processo formal, os aldeões passaram a recorrer à violência informal, à contra magia e ocasionais linchamentos. Procedimentos que não só ilegais, como eram um substituto inadequado para os julgamentos, pois o que produzia o efeito catártico não era a mera alegação de bruxaria, mas a aceitação e a comprovação desta, após a lei a comprovação tornara-se difícil e os meios de compensação foram proibidos. Diante de tais circunstâncias, a crença nas bruxas declinou inevitavelmente (THOMAS, 1991).

Considerações finais

Através das pesquisas realizadas no intuito de compreender a repressão feminina explicitada no *Malleus Maleficarum*, é possível observar que foi construída historicamente através de um processo, uma imagem negativa da mulher, que ultrapassa o caráter de pecadora. A figura feminina foi carregada de culpa, foi alvo de temor derivado da incompreensão e desconhecimento sobre suas crenças, sua personalidade.

Marginalizada na Antiguidade e na cultura cristã tanto dos primórdios do cristianismo, e de forma mais intensa no período medieval, a sua relação com a natureza apresenta-se como um dos poucos recursos disponíveis na formulação de soluções para questões do cotidiano. Havendo resquícios das culturas pagãs nessas práticas, tão logo sua figura foi associada ao maligno, causando temor e forte repressão.

A radicalização desse temor, fez com que a repressão feminina no período de caça às bruxas, tomasse maiores proporções, ultrapassando as fronteiras espirituais, chegando até

mesmo em âmbitos considerados laicos. Qualquer delito, ou prática poderia ser considerado como um ato de bruxaria e associação ao Diabo, culminando na morte de milhares de mulheres, onde nem sempre ficava explícita a sua culpa.

Este trabalho se espelha e beneficia desse tipo de abordagem, que enriquece ainda mais o campo do saber. O Martelo das feiticeiras é tomado como uma fonte histórica, onde o papel da mulher na história pode muito valorosamente ser problematizado. A análise de sua figura e a construção dela no campo religioso, vem carregada de significados. Efetuar uma releitura mais crítica sobre suas formas e representações ao longo dos anos, é dar continuidade a tão renovadora história cultural em nosso ambiente acadêmico.

Referências bibliográficas

- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. **História e ciências sociais**, ano XVI, nº 62, Abnil-Junho 1965.
- BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade: o homem, a mulher, e a renúncia sexual no início do cristianismo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente, 1300-1800** (trad) São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HIPONA, Agostinho de. **A Cidade de Deus Contra os Pagãos (parte II)**, Petrópolis: Vozes, 1990.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. **Sæculum–Revista de História**, v. 21, 2009.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**, Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.
- LE GOFF, Jacques. **Uma Longa Idade Média**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**, Portugal: Editorial Estampa, 1994.
- LIEBEL, Silvia. **Demonização da Mulher: A construção do discurso misógino no Malleus Maleficarum**, Curitiba, 2004.
Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2003/silvia_liebel.pdf>
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. As companheiras de Satã: o processo de diabolização de mulher. **Espacio, tiempo y forma. Serie IV, Historia moderna**, n. 4, p. 9-24, 1991.
- RODRIGUES, Márcia Cristina. A bruxaria como afirmação do poder espiritual. **Anais do encontro GT História das religiões e religiosidades da associação nacional de história (GTHRR-ANPUH)**, v.I, 2007.
- SANTOS, Milene Cristina. **Crime de feitiçaria: enfrentamento cultural e criminalização - 2ªed.** São Paulo: Revista Liberdades, 2009.
- THOMAS, Keith. **Religião e o Declínio da Magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E O DECLÍNIO DA CAFEICULTURA:

PÓS-GEADA DE 1975 NAS PÁGINAS DO PANORAMA (NORTE DO PARANÁ)

ISSN: 2595-1645

Juliane Roberta Santos Moreira²⁶³ (Mestranda em História – UEPG)

Orientador: Robson Laverdi²⁶⁴

Resumo: A geada negra foi um fenômeno da natureza que atingiu o Paraná em 18 de julho de 1975. É, indubitavelmente, um marco na história do estado, devido à sua abrangência e consequências para a agricultura. Para os cafeicultores a geada intensificou inquietações sobre o futuro da lavoura cafeeira, que além das adversidades climáticas sofria com a crise de preços e infestação da ferrugem e broca do café. Ainda na década de 1970, o discurso modernizante fomentava o processo de tecnificação da agricultura brasileira, fenômeno que atingiu o Norte do Paraná. Assim, a pesquisa analisa o contexto que deu bases ao declínio da cafeicultura no estado e os fatores que o propiciaram, levantando como estes foram demonstrados no jornal londrinense *Panorama*.

Palavras-chave: Geada Negra. Cafeicultura. Norte do Paraná. Jornal *Panorama*.

Introdução

No Paraná, o cultivo com vista à exportação do café se consolidou a partir da década de 1930, período de retração de preços, que atraiu a atenção dos agricultores paulistas para as terras do norte do estado, com custos de produção menores.

De acordo com Nadir Cancian (1981), a expansão da lavoura cafeeira do Paraná foi pouco expressiva até o final da década de 1930. A partir de 1941 os preços do café subiram até 1954, fator que incentivou a ocupação das demais faixas de terra roxa da região norte do estado. (CANCIAN, 1981).

Apesar do aumento de municípios que se dedicavam ao cultivo cafeeiro, acentuavam-se, nos finais da década de 1960, os incentivos estatais que influenciaram a modificação da paisagem agrícola. Em 1975, com a ocorrência de geadas, principalmente da severa geada de 18 de julho, as mudanças que ocorriam no campo se intensificaram, com a erradicação abrupta da lavoura cafeeira.

Irineu Pozzobon, que na ocasião da geada trabalhava como técnico agrícola do Instituto Brasileiro do Café (IBC), a considerou como um evento de divisão da “[...] velha e a

²⁶³ Mestranda no Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa e participante do Laboratório de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza (UEPG).

²⁶⁴ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Orientador do trabalho.

nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico.” (2006, p. 150). Todavia, para o declínio quantitativo da produção cafeeira, apontou a influência de outros agentes:

A rigor, a decadência do café no Paraná se inicia com a geada de 1969, agravada pela escalada inflacionária, pelo surgimento da ferrugem do café, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa. A geada coroou o elenco dos acontecimentos embora não tenha significado o fim da cafeicultura. (POZZOBON, 2006, p. 150).

Para além dos efeitos dessa geada, havia outros fenômenos incidindo na reestruturação da agricultura provocando modificações contundentes, entre as quais, a diminuição da área cultivada de café.

Nesse sentido, focamos os processos ocorridos no Norte do Paraná após 1975, refletindo a relevância do fenômeno climático diante do efervescente cenário de mudanças na agricultura do estado. Buscamos apurar como vinha sendo realizada a discussão sobre as modificações no campo e condições da lavoura cafeeira desse período no jornal *Panorama*.

Compreendemos que a imprensa tem potencial formador de opinião e poder de intervenção social. Não temos, no entanto, a intenção de tomar o jornal como um instrumento neutro, de mera transmissão de informações. Consideramos a orientação de Cruz e Peixoto de que “[...] é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos [...]” (2007, p. 257).

Assim, analisamos a *Edição Histórica: Panorama Economia*, publicada no mês de estreia do periódico, em março de 1975, assim como as edições de 17 a 20 de julho desse mesmo ano. A escolha da edição de março de 1975 tem a intenção de apreender a discussão geral sobre a agricultura no Paraná, sobretudo a desenvolvida na região Norte, mantendo foco na cafeicultura em momento anterior à geada. As quatro edições de 17 a 20 de julho concentram apurações sobre efeitos da geada nas lavouras e nas condições de trabalho no campo. Podemos assim, observar uma mudança de tom no que se trata da situação cafeeira.

Levamos em conta que a imprensa possui interesses distintos, e para compreendê-los é necessário historicizá-los. Portanto, vale pensar o jornal como fonte histórica. Nesse processo, começamos a levantar a trajetória do jornal *Panorama* e do grupo econômico que a ele esteve ligado em sua curta duração.

Em 9 de março de 1975, saiu a primeira edição do diário em Londrina. O *Panorama* veio a incrementar o Grupo Paulo Pimentel (GPP), tornando-se o terceiro periódico produzido pelo político e empresário que dá nome ao grupo.

Assim, não podemos perder de vista as inclinações ideológicas de seu proprietário e diretor-presidente. Paulo Pimentel foi Secretário da Agricultura durante o governo de Ney Braga (1961-1964) e com o apoio deste venceu a última eleição ainda durante o regime militar para governador do Paraná, em 1965, sendo então, filiado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN). Pimentel esteve à frente do governo do Paraná de 1966 até 1971, período no qual se filiou à Aliança Nacional Renovadora (ARENA). (COSTA, 2015).

Segundo Cordeiro (2005, p. 102), o programa de governo de Pimentel foi denominado *Desenvolvimento Integrado*, tendo como pauta a “[...] integração entre a economia de exportação de matérias primas e a economia industrial”. No conjunto das metas de seu governo constavam a diversificação e expansão da agropecuária, a dinamização da indústria, manutenção da posição do Paraná como principal produtor de café e a implantação de infraestrutura básica. (CORDEIRO, 2005).

Nesse contexto em que os ideais de modernização e industrialização com vistas à abertura ao capital estrangeiro estavam pungentes, o *Panorama* atuou como defensor da modernização.

A modernização propalada pelo governo brasileiro a partir de 1964 derivou de um debate instaurado por diferentes correntes acerca de questões sobre o desenvolvimento do setor primário e ao fortalecimento de outros setores da economia.

Duas correntes distintas concordavam que para planejar o fortalecimento do parque industrial brasileiro era necessário repensar a questão agrária do país. Para os intelectuais ligados ao PCB, a CEPAL e parte da Igreja Católica, havia concentração latifundiária e a existência dos modos de produção tradicionais como empecilhos à correspondência do campo às demandas urbanas e industriais. Essa vertente defendeu a reforma agrária na promoção de condições que favorecessem a indústria e a área urbana, na medida em que diversificassem as atividades agrícolas absorvedoras da produção industrial e inserissem o trabalhador rural no mercado consumidor.

Outra corrente, representada por Delfim Netto, compreendia que a agricultura teria um caráter funcionalista, que estava sendo atendido. Defendia mudanças nas bases técnicas de produção agrícola através de uma modernização que dinamizasse o setor e promovesse a melhora das condições do trabalhador rural, sem a necessidade de uma reforma agrária.

Após o Golpe Militar em 1964, toda a chance de se estabelecer um programa de reforma agrária estava esgotada e o regime “[...] cortaria a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo ‘argumento’ da força.” (DELGADO, 2001, p. 161). O governo militar optou pela modernização da agricultura, produzindo a reestruturação das bases técnicas no campo, de forma conservadora.

Nesse contexto de modernização onde o imperativo foi a integração do setor primário à indústria, os incentivos para a produção cafeeira no Paraná foram retraídos, enquanto eram ampliados para os cultivares que atendiam melhor ao princípio da agroindustrialização.

Cafeicultura no Paraná entre 1960-1970 e os planejamentos econômicos estatais

Conforme apontou Nadir Cancian (1981), após 1945 até 1970, o Paraná experimentou sua fase dinâmica na produção de café, superando a anterior, de lento crescimento.

Diante da ampliação da área cultivada, de 1959 a 1962, a oferta de café no mercado internacional se expandiu, resultando na diminuição dos preços do produto. Visando reequilibrar a oferta de café no mercado através de uma medida protecionista, o IBC efetuou a compra do excedente da produção e o café não qualificado para a exportação foi incinerado, além dos subsídios oferecidos ao consumo do mercado interno. (CANCIAN, 1981).

Para a racionalização da lavoura cafeeira do estado, adequando-a aos interesses do mercado, foi projetado pelo IBC em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que, de 1962 até 1966, atuou na eliminação de cafeeiros deficitários mediante indenizações ou de forma espontânea, renovando as lavouras em “moldes racionais”. (POZZOBON, 2006).

Nesse momento, o café ainda era o principal produto agrícola exportado pelo Brasil. Segundo Oliveira (2009, p.7), em 1969 o café representava mais de um terço das exportações. Nos anos iniciais de 1970, a lavoura cafeeira do Paraná se constituía como a mais expressiva do país.

Enquanto a área coberta por cafezais era retraída mediante as erradicações, as lavouras temporárias, principalmente a soja, eram expandidas em todo o estado. Segundo Mores e Klanovicz (2014, p. 181), a sojicultura se deslocou de pequenos espaços para áreas de monocultura, culminando na tecnologização do campo, pois “[...] passou a demandar o uso de práticas e tecnologias modernas que não eram utilizadas no Estado em períodos anteriores”.

Tendo em vista que as lavouras de soja ou as lavouras rotativas absorviam novas tecnologias para a agricultura, estas passaram a receber incentivos governamentais para sua expansão. De tal forma, o incentivo dessas lavouras correspondia à criação de um mercado consumidor para os insumos industriais e espaço para as agroindústrias.

No início da década de 1970, o programa modernizador ganhou impulso com o I e o II Plano Nacional do Desenvolvimento. Através do I PND, propunha-se para o período de 1972-1974, a instalação de infraestrutura e de investimentos em ciência e tecnologia, entre outros pontos de apoio para a expansão industrial. O II PND, deferido em 1974 para atuar de 1975 a 1979, previa o aumento da capacidade energética do país, produção de insumos básicos, diminuição de importações e abertura de novas frentes de exportação.

O planejamento descrito no II PND era um projeto ambicioso. Segundo Fonseca e Monteiro (2008), consistiu na tentativa de legitimação do governo militar após a crise do “milagre econômico”.²⁶⁵

A tática proposta pelo governo federal era dinamizar a renda da agricultura e da pecuária para que, assim, através das receitas do setor primário, fosse impulsionado o desenvolvimento dos demais setores da economia.

Conforme Trintin e Izepão (2003), o governo estadual foi o condutor do processo de desenvolvimento econômico no Paraná, através do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná), objetivava-se a complementaridade ao parque nacional e a produção em larga escala, por meio do uso de novas tecnologias, ampliação dos ramos industriais e aumento da competitividade com outros estados brasileiros.

Assim, o planejamento governamental incidiu sobre a agricultura do Paraná, buscando atender a integração entre agropecuária e indústria. No estado, a modernização implicou na agricultura com o uso de técnica específica para cada cultura, técnicas de irrigação, na promoção de infraestrutura para o fornecimento de eletricidade, na utilização de agrotóxicos e fertilizantes além da maquinaria agrícola. (MELO, 2011).

Durante esse processo, foi preciso convencer os agricultores da necessidade de modificar as técnicas de seu trabalho, mudar o trato cultural, incorporar outras tecnologias de produção e substituir o cultivo de determinado gênero agrícola por outro. (MORES; KLANOVICZ, 2014). Assim, como abordado por Mores e Klanovicz (2014), a imprensa foi

²⁶⁵ Conforme aponta Marcos Napolitano (2015), o “milagre econômico”, correspondente ao auge do crescimento brasileiro na ditadura militar, entre 1969 e 1973, declinou com a crise internacional do petróleo, fazendo com que governo e sociedade despertassem “da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre” (p. 150). Essa crise salientava a dependência do Brasil de insumos básicos e sua fragilidade econômica.

um dos elementos atuantes na difusão da tecnocracia, atingindo uma grande parcela de agricultores.

O declínio da cafeicultura do Paraná nas páginas do *Panorama*

O *Panorama* foi lançado em março de 1975, em Londrina, um importante centro da região Norte, sob a direção do empresário e político filiado ao partido situacionista, Paulo Pimentel.

Nas páginas do *Panorama*, foram abordados acontecimentos vivenciados naquela região, com ênfase na economia local cuja base era a agricultura. Devido à predominância das atividades agrícolas, o quadro de anunciantes do periódico foi composto em grande parte por empresas e comércio de insumos e maquinário para lavouras.

O jornal como uma força ativa, para além da narração de acontecimentos, precisa articular interesses dos grupos distintos com os quais se relaciona. O *Panorama* combinava os interesses dos patrocinadores, políticos e leitores na construção de uma opinião pública. Os processos de modificação da agricultura intensificados a partir de 1970 ganharam espaço na imprensa local, que buscou apresentar questões pertinentes aos planejamentos econômicos e elementos do movimento modernizador.

Na *Edição Histórica: Panorama Economia*, publicada em março de 1975, expôs a manchete “1984: a máquina vai plantar e colher mais do que hoje. Onde colocar toda a mão de obra que vai sobrar?”. A matéria demonstrava inquietação referente ao II PND e opinava sobre problemas sociais derivados da rápida progressão da mecanização agrícola no estado:

Além de alimentar o campo e as cidades, a agropecuária terá que continuar a ser a vedeta do crescimento econômico, para que sejam atendidas, aqui, as metas previstas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento entre as quais a “renda per capita”. A renda de cada paranaense da zona rural teria que atingir 532 dólares em 1979. Mas isso só aconteceria se o setor agrícola fizesse um “esforço especial” e crescesse mais que os 40 por cento previsto pelos próprios técnicos. Em 79 – eles prevêem – a renda “per capita” da nossa população rural será de 310 dólares: 42 por cento abaixo da meta do II PND. (PANORAMA, MARÇO DE 1975, p. 5).

O periódico procurou demonstrar a inviabilidade de produzir a renda necessária ao sucesso do planejamento federal. Através de apurações de especialistas, afirmava que a projeção da renda *per capita* da população rural ao final do tempo de vigência do II PND, estaria abaixo da meta inicial.

Em continuidade, o *Panorama* expôs críticas ao processo de mecanização do campo, elemento esse que não podia ser desassociado do intento modernizador do período. Por sua vez, a mecanização aumentou a dispensa da mão de obra rural. Nesse sentido o periódico atacou uma das metas expostas no II PND, a oferta de empregos urbanos e rurais em detrimento do subemprego nessas áreas. Diz o *Panorama*:

Sabem que não haverá agro-indústrias e ou infra-estrutura urbanas suficientes para oferecer empregos e outras condições de vida para a mão de obra rural, que deverá continuar a ser dispersada pela mecanização. Retardando a mecanização não se atingiria a produtividade necessária. Atingindo a necessária produtividade, através das fazendas dinamizadas como empresas rurais, serão agravados os problemas de distribuição da riqueza. De qualquer maneira nossa agropecuária continuará a adquirir moderna tecnologia e aprofundar antigos problemas. (PANORAMA, MARÇO DE 1975, p. 5).

O jornal salientava que não havia condições de absorver a mão de obra dispensada das lavouras nas agroindústrias e nas cidades. Entretanto, sem o uso de nova tecnologia não seria possível dinamizar a produção das lavouras, para o alcance das metas do planejamento.

O *Panorama* chama a atenção para o problema social do desemprego no campo, diante da visível migração de lavradores para a área urbana e o fenômeno do trabalhador volante. Contudo, a elucidação sobre os efeitos da combinação entre elementos que compunham a modernização agrícola não deve ser confundida com uma militância contra tal processo.

No mesmo artigo da *Edição Histórica: Panorama Economia*, o matutino apresentou o relato de Guido Dirceu Venter, gerente da loja de máquinas agrícolas *Nortrac*, anunciante do jornal. Sobre a mecanização, Venter diz:

– O soja e o trigo já são totalmente mecanizados. O algodão, se quiser continuar, vai ter que adotar a mecanização da colheita, como alguns grandes produtores já estão fazendo. A cana também, em 10 anos com certeza vai ver só colheita mecanizada [...]. O arroz e o milho já são mecanizáveis e a tendência é plantar em largas extensões e usar colheitadeiras, a não ser nos arrozais de brejos, no milho intercalado com o café ou em pequenas plantações que estão cada ano diminuindo. O feijão só não é colhido mecanicamente, ainda, porque é preciso uma planta de porte mais alto. Mas em 10 anos, a pesquisa já “levantou” a planta com melhoramentos genéticos. (PANORAMA, MARÇO DE 1975, p. 5).

À primeira vista, numa leitura desatenta, pode parecer contraditório que se publique a experiência de um anunciante a comprovar uma tática do agronegócio que, como já destacado anteriormente no próprio periódico, agravava o problema do desemprego rural. Todavia, a opinião de Guido Dirceu Venter representava a compreensão da inevitabilidade da modernização agrícola, através da tecnificação e mecanização da lavoura, e na pesquisa para a adequação das plantas a modos de produção tecnológicos.

Através dessa sequência de exposições, o periódico procurou difundir em seus leitores que o processo de modernização da agricultura, com todos os elementos envolvidos era irrevogável. Assim, o discurso jornalístico intentava o convencimento de que as lavouras que não acompanhassem tais inovações estariam desqualificadas.

No período, o café continuava a ser a principal lavoura da região. As questões relativas a essa lavoura foram apresentadas através de opiniões e previsões de grandes produtores, líderes de cooperativas, presidentes de sindicatos rurais e daquele que viria a ser o secretário da Agricultura, Paulo Carneiro. Não foram apresentados relatos da experiência dos pequenos agricultores através de suas próprias vozes.

O balanço sobre a lavoura cafeeira, realizado pelos dirigentes de instituições cooperativas e sindicatos rurais, homens de grande apelo junto aos agricultores, propunha a continuidade do café no Paraná, era viável e necessária. Entretanto, os moldes de produção precisariam ser modificados na medida em que requeriam financiamentos para lavouras tecnificadas de café.

Em março de 1975, observamos o favorecimento ao café, ainda que sejam apontadas dificuldades de rendimentos, o pequeno retorno ao produtor na venda aos beneficiadores e posteriores quedas de preços no mercado internacional. O retorno do subsídio do governo ao café também foi requerido.

O discurso referente à viabilidade da manutenção das lavouras cafeeiras se tornou pessimista após o revés sofrido em 18 de julho de 1975, quando os cafeeiros em produção foram acometidos pela geada negra.²⁶⁶

No dia anterior à geada, o jornal *Panorama* publicou a manchete “Há perigo de geadas”. A notícia da chegada de uma massa de ar polar ao sul do país, existindo o risco da

²⁶⁶ A intensidade da geada negra de 1975 provocou a “queima” de folhas, ramos e tronco dos cafeeiros, tornando-os improdutivos nos próximos três anos. O fenômeno foi chamado de “geada negra” pelo efeito visual acarretado nas plantas. Com a seiva congelada, definhavam, ficando com aparência escura e aspecto de queima, diferente da “geada branca”, na qual o orvalho é congelado sobre a planta, provocando efeitos menos severos nas lavouras.

incidência de geadas nas 48 horas seguintes, de acordo com a previsão do Departamento Nacional de Meteorologia, deixava os agricultores alertas, devido às experiências com perdas ocorridas em anos anteriores.

Os efeitos de geadas sobre o cafeeiro podem variar, conforme aponta o agrônomo Irineu Pozzobon (2006, p. 125):

O efeito de uma geada é o de paralisar temporariamente a produção dos cafeeiros atingidos. A duração dessa interrupção varia de acordo com a intensidade da geada. Admite-se que uma queima de folhas afeta a produção do ano seguinte. A queima de folhas e ramos, por 2 anos. E a de folhas, ramos e tronco, por três anos.

O *Panorama* informou no dia 20 de julho de 1975 que, segundo a estimativa da safra de 1976, a produção deveria ser de 10 milhões de sacas, equivalentes ao valor de 4 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, representando um grande prejuízo para a receita estadual. A aferição da erradicação do parque cafeeiro em produção do Paraná foi de aproximadamente 900 milhões de plantas, a totalidade cultivada em quase 200 municípios.

As primeiras matérias do *Panorama* publicadas após a geada questionavam a continuidade da lavoura cafeeira no estado: “É o fim do café? Para o trigo os prejuízos serão grandes. Para o café, a geada pode ser o começo do fim”, de 18 de julho, “Uma tragédia, talvez o fim do ciclo do café”, “A cafeicultura acabou”, em 19 de julho.

No período pós-geada, mudou-se o tom com que vinham sendo tratadas as questões referentes às lavouras de café. Se antes era discutida a viabilidade da manutenção das lavouras, com o otimismo do uso de novas técnicas, após o evento foi reiterada a necessidade de diversificação dos cultivos em detrimento da revitalização de todo o parque cafeeiro.

Em 24 de julho de 1975, foi publicada nas páginas do *Panorama* a nota sobre a campanha “A geada passa, a terra fica”, através da qual procurou consolar os agricultores e demonstrar o desestímulo à manutenção da produção de café:

O que deve ficar claro é que nunca nos faltarão opções numa terra tão fértil. O café pode acabar, contudo, virão soja, trigo, algodão, milho e uma série de outros produtos que já cultivamos, mas que ainda poderão ter a sua área aumentada. E qualquer um desses produtos que se plantar apresentará bons resultados que permitam atender à expectativa [sic] de lavradores descapitalizados por uma catástrofe nas proporções da ocorrida. Justamente por isso é que a lavoura precisa fazer renascer seu otimismo e de forma nenhuma se abalar e deixar derrotar ante um fenômeno que não foi o primeiro e também não será o último. Apesar da catástrofe,

ficaram algumas lições que definitivamente precisam nos guiar para uma agricultura cada vez mais diversificada, tecnicada e com uma boa retaguarda de pesquisa. A partir daí consideramos que essas geadas foram um marco histórico para a economia do Paraná, pois colocaram um fim a um ciclo econômico que na verdade estava, em muitos casos, se mostrando anti-econômico e abriram perspectivas para a diversificação, tão necessária, de nosso setor primário. (PANORAMA, 24 DE JULHO DE 1975, p. 8).

Nessa nota, há uma resposta assertiva à pergunta expressa pela manchete do dia 18 de julho, o ciclo do café fora interrompido. De tal modo, a geada negra foi delineada como um emblema da fragilidade da cafeicultura do Paraná e ressaltou os riscos da dependência econômica do setor primário. O jornal procurou convergir a opinião pública com os planejamentos estatais, apresentando a modernização da agricultura e o fortalecimento da indústria, como meios de se obter uma agricultura forte e a menor dependência desse setor.

O declínio da cafeicultura, já enfraquecida por diversos fatores (crises de preços, os danos causados aos cafeeiros pelos organismos da ferrugem e da broca do café, a falta de subsídios dos governos ao apoio dessa atividade, com oferta de recursos às lavouras temporárias), se acentuou, sendo que as áreas erradicadas não foram recuperadas em sua totalidade. Segundo Nildo Melo (2011), de 1970 a 1985, as lavouras de café foram reduzidas em 59%, ao passo que as lavouras de soja e trigo aumentaram na mesma proporção. As áreas de pastagens aumentaram em 600.000 hectares no mesmo período, sendo o principal substituto das lavouras de café no Norte do Paraná. (MELO, 2011).

Considerações finais

Durante a ditadura militar foi acentuado um processo de modernização conservadora na agricultura do país, pela qual passaram a serem empregadas novas bases técnicas para aumento da produção, todavia sem o avanço das políticas sociais.

Em âmbito estadual, os planejamentos do governo concatenados aos planos federais provocaram uma intensa modificação nas estruturas fundiárias, de produção e trabalho nas áreas rurais do Paraná. No período, o estado tinha sua base econômica calcada na produção agropecuária, cujo principal produto era o café.

Como resposta aos problemas enfrentados pela cafeicultura no estado foi implantada a racionalização das lavouras ao que se somavam os interesses estatais em promover a modernização na agricultura. Os planejamentos estatais tiveram como intuito o incentivo ao desenvolvimento de lavouras temporárias para a maior absorção de máquinas e insumos e a

integração agropecuária às indústrias. A combinação desses fatores acarretou o declínio da atividade cafeeira na região Norte do Paraná. Concomitante a esse processo, ocorreu a geada negra em 18 de julho de 1975, colaborando para erradicar o parque cafeeiro do estado, abruptamente. Diante desse evento climático, as modificações já em marcha foram aceleradas. No jornal londrinense *Panorama*, no momento anterior à ocorrência da geada, as autoridades e grandes produtores de café defendiam algumas mudanças, mas ressaltavam a continuação viável das lavouras cafeeiras no estado.

Após o evento da geada de 1975, diante da erradicação dos cafezais, o *Panorama* ressaltou a fragilidade da lavoura cafeeira tradicional. A geada negra fora utilizada pelo periódico para articular a opinião pública sobre os problemas da agricultura, ao tempo que propunha a diversificação das lavouras e a dinamização da produção com os recursos da mecanização. A modernização agrícola que vinha sendo demonstrada como inevitável em publicações anteriores foi destacada como solução para a recuperação da agricultura pós-geada.

Referências bibliográficas

- CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura Paranaense 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CORDEIRO, Vanessa Moreira. *Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI*. 2005, 196 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2005.
- COSTA, Osmani Ferreira da. Paulo Pimentel: construção e fim do primeiro grande grupo de comunicação do Sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre/RS. *Anais...* Porto Alegre/RS, UFRGS, 2015.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 1 (109), p. 28-46, jan./mar. 2007.
- MELO, Nildo Aparecido. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. *GeoAtos – Revista Geografia em Atos*, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan./jun. 2011.

MORES, Lucas; KLANOVICZ, Jó. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. *Diálogos*, v. 18, p. 179-201, dez. 2014

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 1-8, jun. 2009.

PANORAMA, Londrina, 1975, várias edições.

PANORAMA, Londrina, 9 mar. 1975, *Edição Histórica (Economia)*.

POZZOBON, Irineu. *A epopéia do café no Paraná*. Londrina: Grafmark, 2006.

TRINTIN, Jaime Graciano; IZEPÃO, Rosalina Lima. Estado, planejamento e desenvolvimento industrial no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa/PB. *Anais...* João Pessoa/PB, ANPUH, 2003.

**”NÃO FALEM DESSA MULHER PERTO DE MIM”:
REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA MÍDIA E NA MÚSICA
POPULAR NA DÉCADA DE 1950**

ISSN: 2595-1645

Angela Teixeira de Almeida (UNESP-Assis)
Dr^a. Lúcia Helena Oliveira Silva (Orientadora)

Resumo: A década de 1950 é reconhecida como “Anos Dourados” devido às intensas transformações econômicas, culturais e sociais ocorridas a partir dos governos de Getúlio Vargas (no seu segundo governo 1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Houve uma crescente mudança de hábitos, pois as cidades começam a crescer, tanto territorial como populacionalmente, em um processo crescente de “modernização” através da popularização do cinema norte-americano, da entrada da televisão. Toda essa mudança nos leva a pensar como a mulher está sendo retratada nos meios midiáticos (revista, rádio e a música). Mesmo em processo de modernização, a sociedade brasileira ainda lutava pelos “valores morais”, valorizando as “moças de família”, cujo padrão moral garantia o respeito social, um bom casamento e uma vida de “rainha do lar”, e estigmatizando as “levianas”, mulheres que saíam do contexto moral da época, por exemplo: morando sozinhas, frequentando ambientes boêmios, fumando, consumindo bebidas alcoólicas, se dedicando a certos trabalhos como os de atrizes e cantoras, entre outros hábitos e comportamentos considerados indesejados ou imorais. Dentro desse contexto surgem duas cantoras e compositoras de muito talento – Dolores Duran e Maysa - que irão compor o cenário musical da época monopolizado pelo gênero masculino.

Palavras-chave: Anos Dourados (década de 50). Representação da Mulher. Música popular brasileira.

Introdução

O ingresso das mulheres no campo artístico e intelectual no século XX foi marcado por inúmeros desafios, na busca de se obter reconhecimento em uma área monopolizada pelo gênero masculino. Este artigo tem como objetivo abordar questões de gênero na mídia no Brasil da década de 1950, a partir de três referenciais: o rádio, que desde 1930 se encontra em grande expansão, a revista feminina *Jornal das Moças*²⁶⁷, com uma grande tiragem no período, e o samba-canção, gênero musical através do qual, lentamente, algumas mulheres se inseriam no meio artístico como intérpretes e compositoras²⁶⁸.

Assim, algumas das questões que orientam nossa reflexão são: Quais são os espaços reservados para o gênero feminino na década de 1950? Como essa publicação voltada ao público feminino o retrata em meio a um processo de modernização da sociedade brasileira,

²⁶⁷ “A revista ilustrada *Jornal das Moças* era uma publicação semanal produzida na cidade do Rio de Janeiro pela Editora *Jornal das Moças Ltda*. Ela foi fundada por Agostinho Menezes em maio de 1914, permanecendo no mercado até dezembro de 1961”. (SANTOS, 2011, p. 26)

²⁶⁸ A riqueza da questão de gênero enquanto tema da história, já foi suficientemente abordada por diferentes autores, destacamos em termos teóricos TILLY, 1994 e SMITH, 2003, e enquanto uma reflexão sobre a historiografia brasileira e o tema podemos citar SOIHET, 1997; DEL PRIORE e BASSANEZI, 2007; e BASSANEZI, 2009. Sobre essa disputa por espaços de legitimação das mulheres na literatura um trabalho bastante interessante é a tese de FANINI (2009) sobre as candidaturas femininas à Academia Brasileira de Letras.

com ampliação da urbanização, avanços tecnológicos e constituição de um mercado fonográfico? Como as cantoras e compositoras vão, através de seu trabalho e da divulgação de suas obras pelo rádio, se desviar de um caminho traçado pela sociedade machista e androcêntrica da época, que as veem apenas como simples donas de casas e esposas dedicadas?

A década de 1950 é chamada de “Anos Dourados” devido às intensas transformações econômicas, culturais e sociais ocorridas a partir dos governos de Getúlio Vargas (no seu segundo governo 1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Houve uma crescente mudança de hábitos, pois as cidades começam a crescer, tanto territorial como populacionalmente, em um processo de acentuada “modernização” através da popularização do cinema norte-americano, da entrada da televisão²⁶⁹, e de uma nova relação com a música, a partir de novas tecnologias para aperfeiçoar as gravações e melhorar a performance do cantor.

Como afirma Neves (2008):

“A década de 50 trouxe uma série de inovações tecnológicas para a indústria do entretenimento. Em 1950, a televisão chegou ao país; em 1951, foi a vez do LP de 33 rotações; e, em 1953, do disco de 45 rotações. Paralelamente, o emprego da fita magnética e o advento da máquina de múltiplos canais, em substituição ao antigo registro em cera, proporcionaram o aperfeiçoamento do processo de gravações do som”. (Neves, 2008, p.43)

O conjunto de transformações naquele período criava um claro contraste com a década anterior, principalmente em relação ao papel da mulher na sociedade, em que percebe-se uma maior inserção feminina no mercado de trabalho e uma quebra de alguns tabus estabelecidos para as moças de “família”.

Ser mulher nos “anos dourados” era ser mãe, esposa e dona de casa e, portanto, eram constantemente afirmados valores tradicionais identificados com a feminilidade, como a doçura, a resignação e o instinto materno, assim como a proposição de um modelo de família estruturado segundo os padrões das elites. (Bassanezi, 1997, p. 607-608).

Mesmo em processo de modernização, a sociedade brasileira ainda lutava pelos “valores morais”, valorizando as “moças de família”, cujo padrão moral garantia o respeito social, um bom casamento e uma vida de “rainha do lar”. E estigmatizando as “levianas”,

²⁶⁹ Nos anos 50 ocorre a inauguração da TV Tupi, que estende seu alcance para os principais centros urbanos do país, através das Emissoras Associadas, o que se traduziu em uma liderança de audiência pelos primeiros vinte anos do mercado televisivo nacional, sendo superada nos vinte anos posteriores pelo crescimento da Rede Globo. (HAMBURGUER, 1988)

mulheres que saíam do contexto moral da época, por exemplo, morando sozinhas, frequentando ambientes boêmios, fumando, consumindo bebidas alcoólicas, se dedicando a certos trabalhos como os de atrizes e cantoras, entre outros hábitos e comportamentos considerados indesejados ou imorais.

Nessa tensão entre uma sociedade em transformação e a necessidade de defender as tradições surgem publicações voltadas para aconselhar as mulheres a seguirem os valores morais da família, como as revistas *Jornal das Moças*, *Querida* e *Vida doméstica*, onde as leitoras poderiam encontrar conselhos sobre diversos assuntos como comportamento, lazer, namoro e casamento.

1. O papel da mulher na década de 1950 e sua representação midiática.

As já referidas mudanças da década de 50 colocaram o papel da mulher no centro das discussões sobre a forma de organização da sociedade e o papel feminino em seu interior. Em um contexto de disputa entre as tradições patriarcais e as transformações de uma sociedade mais urbana e cosmopolita, imersa em uma ampliação da penetração e do poder da mídia (na forma do rádio, da televisão, do cinema, das revistas do período, entre outras manifestações), o que permitia o questionamento das limitações do espaço feminino dentro das barreiras do lar.

Sobre isso, pode-se afirmar que:

Nesse quadro, pode-se constatar uma efervescência de discursos, produzidos por diferentes segmentos da sociedade, abordando o comportamento e o papel social das mulheres. Muitas das vozes que se faziam ouvir nesse cenário representavam-nas como as “donas de casa” pacatas, devotadas aos filhos e ao marido e, por isso, obedientes às convenções sociais. Tal situação reforçava um determinado modelo de gênero feminino, que estabelecia relação, em certa medida, às mulheres provenientes das classes médias e dominantes, caracterizadas por sua elegância e bem vestir. (SANTOS, 2011, p. 12)

Veiga (2006) faz um estudo detalhado sobre a influência midiática na vida das mulheres, utilizando como fonte a revista o “*Jornal das Moças*” e o rádio, caracterizando a revista como um instrumento de reforço das condutas “tradicionalistas” das mulheres, que mesmo em tempos modernos, não deveriam desviar-se de seu destino de esposa, mãe e dona de casa.

Assim, as revistas apresentam uma moldura na qual:

“As notícias são fofocas e curiosidades sobre os astros do cinema e do rádio, artigos de louvação à pátria, utilidades práticas para que os lares e as

aparências possam ser mantidos, em nome da moral, da família e do progresso. Os temas correntes, como moda, beleza, culinária e decoração, desprezam o momento atual, acentuando o desligamento com o mundo real. São pontos a favor de uma ideologia dominante, que mantém as mulheres no seu devido lugar – dentro das paredes do lugar mais adequado ao seu controle: o lar.” (VEIGA, 2006, p.02)

Esses conselhos eram escritos, segundo a autora, “pelos homens como ventríloquos das mulheres, provavelmente seriam os mesmos se fossem redigidos por elas, já que a misoginia estava presente e era assimilada com ‘naturalidade’ por praticamente toda a sociedade”²⁷⁰.

Essa “naturalidade” pode ser explicada pelo fato de a mulher sempre ser retratada como inferior aos homens, o que podemos constatar ao analisarmos as músicas do período, na sua grande maioria encontramos Amélias²⁷¹ e Emílias²⁷² como retrato da mulher brasileira. (VEIGA, 2006).

A representação dessas mulheres na mídia, principalmente na revista “Jornal das Moças”, ainda é muito conservadora, colocando-as como representantes do lar e submissas, que desde a infância devem ser conduzidas para uma vida onde o casamento e os filhos serão o melhor caminho.

Bassanezi (2005), em seu estudo sobre o ideal de felicidade nas revistas femininas, comenta que na década de 1950 as revistas divulgavam vários conselhos para que as mulheres mantivessem seu casamento intacto. Segundo a autora:

“Em *Jornal das Moças*, a mulher de prendas domésticas é considerada a esposa ideal. Nesta revista, a “felicidade matrimonial” está claramente ligada à idéia de simplesmente a esposa conservar o marido que tem. Isto pode ser conseguido, entre outras coisas, pelo bom desempenho feminino nas atividades domésticas, especialmente as que podem receber mais facilmente o reconhecimento masculino, como cozinhar e deixar a casa em ordem e aconchegante.” (BASSANEZI, 2005, p.119)

²⁷⁰ Um caso bastante referenciado eram os folhetins que Nelson Rodrigues escreveu com o pseudônimo de Suzana Flag, na coluna *Meu Destino É Pecar e Escravas do Amor*, n’*O Jornal*, de Assis Chateaubriand entre 1944 e 1948, ou ainda a coluna criada em 1949, de Myrna, outro pseudônimo feminino de Nelson, que se apresentava como escritora e “correspondente sentimental”, isto é, alguém que dava conselhos para as leitoras que lhe mandavam cartas. (KUSUMOTO, 2012 KUSUMOTO, Meire. Obscenamente genial. Revista VEJA, edição 2283, 22 de agosto de 2012 (Disponível em < <http://veja.abril.com.br/infograficos/especiais/nelson-rodrigues/literatura.shtml> >, Visitado em 13/09/2016)

²⁷¹ Referente à música “Amélia” de Mario Lago e Ataulfo Alves em 1941, cuja personagem “às vezes passava fome ao meu lado, e achava bonito não ter o que comer”, “não tinha a menor vaidade” e “é que era mulher de verdade”

²⁷² Referente à música “Emília” de Haroldo Lobo e Wilson Batista em 1940, que se inicia com os versos “Eu quero uma mulher, que saiba lavar e cozinhar, Que de manhã cedo, me acorde na hora de trabalhar”.

A autora relata que “as revistas femininas colocam a esposa como principal responsável pela ‘felicidade no lar’” e afirmam que está em suas mãos assegurar o bem estar da família, enquanto o homem não precisa se preocupar com esses “probleminhas domésticos”, sendo que sua função era sustentar o lar e quando uma mulher tomava esse caminho, de trabalhar e ajudar no sustento da casa, era considerado vergonhoso, caracterizando o homem como um fracassado.

“A mulher casada deveria ter o marido e os filhos como centro de suas preocupações. De maneira não muito explícita, mas contundente, o bem-estar do marido era tomado como ponto de referência para a medida da *felicidade conjugal*, a felicidade da esposa viria como consequência de um *marido satisfeito*”. (BASSANEZI, 1997, p.627)

A vocação natural do homem para o trabalho e para a virilidade sexual era muito ostentada nos “anos dourados”, sendo que um homem poderia, sem nenhuma crítica da sociedade, manter relações extraconjugais, pois isso era uma característica instintiva, enquanto a mulher deveria conter seus hormônios e esperar pela “tão desejada” vida de casada.

As revistas femininas da época não cansavam de bater nesta tecla, aconselhando suas leitoras, quando ainda jovens, a se comportar e a se dar ao respeito, guardando sua virgindade para seu futuro marido, e quando já casada, não perturbar seu esposo com assuntos doméstico e nem discutir sobre possíveis traições, pois a culpa sempre recaía sobre ela.

Maluf e Mott (1998) comentam que a imprensa feminina dessa época tinha o intuito de moldar o comportamento, sendo de caráter mais educativo do que informativo, com suas publicações estando voltadas para moças da classe média e alta, sempre colocando sob suspeita uma vida diferente da padronizada pela sociedade tradicional.

As moças solteiras eram educadas desde crianças a seguirem seus instintos femininos ditados por regras e modelos passados de geração para geração, e assim seguindo corretamente as regras teriam idoneidade moral e o respeito social, conquistando um bom casamento e uma vida de “rainhas do lar”, enquanto que para as “levianas” o oposto estava reservado.

Ir para um caminho diferente dos ditos tradicionais era considerado perda da feminilidade natural da mulher, como o instinto materno, sua doçura e fragilidade, uma cobrança que advinha de todas as direções (família e sociedade), denegriam as jovens que ousassem ter uma postura diferente, caracterizando-as como levianas e imorais.

A rebeldia feminina se consolidava em algumas mudanças comportamentais “desde as pequenas transgressões (como fumar escondido ou ler coisas proibidas²⁷³) até o exercício da sexualidade fora dos padrões impostos às ‘boas moças’”, pois é possível perceber-se que nas “entrelinhas de vários textos das revistas demonstram que muitas jovens pensam e agem para além dos parâmetros das regras sociais, da vigilância ou da vontade de seus pais”. (BASSANEZI, 2014; p.152).

Temas como a sexualidade, ainda eram tratados com muita delicadeza, sendo dever da família educar suas filhas e preservar sua virgindade. Como o tema não era muito tratado nos meios familiares, a única informação que as moças obtinham era que deveria se “guardar” para seu futuro marido.

“O assunto ‘sexo’ é, com raras exceções, um tema tabu, nos anos 1940 e 1950. Para manter a ‘pureza’ e não despertar o interesse ‘prematureo’ para as questões da sexualidade, a opção dominante é o silêncio aparente e a desinformação. Assim, as ideias que circulam entre os jovens, principalmente quando se trata de garotas, são muitas vezes esparsas, desvirtuadas e carregadas de preconceitos”. (BASSANEZI, 2014, p.128)

Assim era o modelo de mulher ideal na década de 1950: era educada de formas tradicionais para ser uma moça respeitável, saber os afazeres domésticos e como cuidar do marido e dos filhos, cresciam sabendo que os homens tinham autoridade e poder sobre elas, que era da natureza deles serem infiéis e a elas restavam apenas esperar pacientemente seus maridos em casa.

1. Música na década de 1950: representação feminina nos sambas-canção

A música da década de 1950 é pouco estudada pela nossa Historiografia, sendo valorizado, em estudo, mais a década de 1930 com o samba do Rio de Janeiro e a década de 1960, ano do início da Bossa-Nova.

Na apresentação de seu livro *Lenharo* (1985, p. 8) declarava que:

“A biografia de Noel, escrita por Carlos Didier e João Máximo, assegura que o melhor da música brasileira não vai além da morte do poeta da Vila e,

²⁷³ “Nos Anos Dourados, é comum que pais e professores procurem exercer um controle sobre o que leem as garotas. Entre as ‘leituras recomendáveis’ estão os romances assinados por M. Delly, bastante populares na época. Neles, ‘mais do que a heroína, é o amor que vence’; e mais que o amor, é a ordem moral a grande vitoriosa. (...) Em contrapartida, existem aquelas que são rigorosamente proibidas ou sofrem algumas restrições (...) como as histórias da revista *Querida*, as fotonovelas picantes, os livros de Jorge Amado ou de Eça de Queiroz, por exemplo”. (BASSANEZI, 2014, p. 148)

portanto, dos anos 30; já o bem-sucedido livro de Ruy Castro sobre a bossa nova tem plena convicção de que somente esse movimento musical ganhou um significado cultural expressivo no campo da música popular, e portanto, no final da década de 50 e início dos 60.”

Ou ainda,

“Basta correr os olhos pelas coleções de música popular: ou se privilegia a era de ouro dos anos 30, ou então salta-se para a bossa nova, quando a música brasileira ganhou a qualificação de MPB, época que revelou Milton, Caetano, Chico, Gil, Elis, Edu, Gal, Bethânia e tantos outros talentos.” (LENHARO, 1985, p. 8)

Daí decorre a importância de abordarmos os “Anos dourados”, esse “período intermediário”, para ultrapassarmos as rasas referências sobre as rivalidades entre Emilinha e Marlene²⁷⁴, as eufóricas “macacas de auditórios” e os escândalos da vida pessoal dos cantores.

É dentro dessa perspectiva que a música popular daquele período está ganhando maior atenção, como nos trabalhos dos jornalistas e escritores Ruy Castro e Rodrigo Faour, assim como do historiador Marcos Napolitano, entre outros²⁷⁵.

O samba canção, quer pelas dimensões do eu lírico feminino (dos compositores), quer pelo espaço original que permitiu a algumas mulheres ocuparem como compositoras, ou ainda pelas descrições das relações entre homens e mulheres descritas nas letras, permite reavaliarmos a relação que a mulher tinha, consigo mesma e com a sociedade.

Através do sucesso do rádio e das grandes cantoras e/ou compositoras podemos identificar as mudanças de comportamento que é muito comentado na década de 1960. Também podemos identificar como a mulher era retratada nessa época, tanto nas revistas como na própria música, e como essa mudança foi significativa.

Segundo Calazans e Nunes a mulher era retratada nas letras dos sambas, que se popularizou na década de 1930 devido à difusão da música pelo rádio, de forma machista. De acordo com as autoras as mulheres:

“eram cantadas como musas ou amantes. Para cada canção de exaltação à mulher, muitas outras eram escritas denegrindo e agredindo-as. Divididas em

²⁷⁴ Emilinha e Marlene eram interpretes de grandes sambas-canções, e sua “rivalidade” era uma jogada de marketing da Rádio Nacional para garantir a visibilidade das duas cantoras e o aumento de seus lucros através das disputas entre os fãs-clubes das duas cantoras.

²⁷⁵ Destacam-se em termos acadêmicos dissertações e teses como: NUNES, Valentina da Silva. Baú de Máscaras: o arquivo da cantora e compositora Maysa. Florianópolis, 2010; TEIXERIA, Izabel C. dos Santos. A poética do amor em Dolores Duran e Maysa. Florianópolis, 2002; MORAIS, José Geraldo Vinci de. Canção Popular e conhecimento histórico. Rev.Bra.Hist. vol.20, n.39, São Paulo, 2000.

esposas e meretrizes, ambas ‘mereciam’ apanhar dos seus companheiros e se submeter a uma vida de privações e submissão”. (2012, p.4).

E assim seguiu no samba-canção, ou música de fossa, que ganhou força no final da década de 40 e aumenta sua popularidade na década de 50, embora tenha dividido espaço com outros estilos de influência estrangeira, como o Bolero e o Tango, predominava no cenário musical.

Tal tradição, inclusive, pode ser facilmente constatada em diversas composições das décadas de 1920 e 1930 que descrevem a violência física contra a mulher ²⁷⁶ como, por exemplo, em sambas de Noel Rosa (“Vou te ripar” ²⁷⁷, de 1930, “Mulher indigesta” ²⁷⁸, de 1932, ou “O maior castigo que eu te dou” ²⁷⁹, de 1934)²⁸⁰, de Heitor dos Prazeres (Mulher de malandro²⁸¹, de 1931, gravada por Francisco Alves), “Dinheiro não há” ²⁸², de 1932, de Ernani Alvarenga, que foi samba enredo, ou ainda, de Dorival Caymmi, em parceria com Antônio Almeida, (“O que é que eu dou?”, de 1947) e Wilson Batista, em parceria com Roberto Martins, (“Parabéns para você”²⁸³), de 1945, entre outros sucessos do período²⁸⁴.

Herivelto Martins, em “Cabelos Brancos” (1949), expressa assim sua dor e ressentimento:

“Não falem desta mulher perto de mim,/ Não falem pra não lembrar minha dor/ Já fui moço, já gozei a mocidade/ Se me lembro dela me dá saudade/ Por ela vivo aos trancos e barrancos/ Respeitem ao menos os meus cabelos brancos/ Ninguém viveu a vida que eu vivi/ Ninguém sofreu na vida o que eu sofri/ As lágrimas sentidas/ Os meus sorrisos francos/ Refletem-se hoje em dia/ Nos meus cabelos brancos/ E agora, em homenagem ao meu fim/ Não falem desta mulher perto de mim.”

²⁷⁶ “Muitas vezes, a agressão é vista não como um castigo, mas um ‘calmante’ para a mulher, e ainda como uma “virtude” do homem que tomava tal iniciativa, pois, em muitos casos, esse procedimento ganhava ares de status. Algo como uma prova de apreço, de amor ou de posse.” (FAOUR, 2006, p. 105).

²⁷⁷ “Toma cuidado que te ripo / Porque tu não és meu tipo / E contigo não fiz fé / E o banzé sempre evito / Não me fica bonito / “exemplá” uma mulher”.

²⁷⁸ “Mas que mulher indigesta / Merece um tijolo na testa”.

²⁷⁹ “O maior castigo que eu te dou / É não te bater / Pois sei que gostas de apanhar”.

²⁸⁰ No caso de Noel, muitos de seus sambas clássicos, gravados por Aracy de Almeida, tinham o narrador alterado, de um homem para uma mulher, causando um curioso efeito na narrativa e alterando a relação entre os gêneros. (VASCONCELLOS, 2004, p. 48),

²⁸¹ “Mulher de malandro sabe ser, Carinhosa de verdade Ela vive com tanto prazer Quanto mais apanha, a ele tem amizade (...) Muitas vezes ela chora Mas não despreza o amor que tem Sempre apanhando e se lastimando Perto do malandro se sente bem.”

²⁸² “Lá vem ela, chorando / O que é que ela quer? / Pancada não é, já dei / Mulher da orgia quando começa a chorar / Quer dinheiro, dinheiro não há.”

²⁸³ “Bate, se queres bater/ Será pra mim um prazer/ Ajoelhar-me no chão/ Pedindo perdão/ De um mal que eu não fiz.

²⁸⁴ Sobre o tema da violência contra a mulher e seu papel submisso e conivente com isso no samba, vide FAOUR (2006), Amorin (2009) e Ribeiro (2011)..

Fala-se do amor não correspondido e a mágoa dessa mulher é como uma cicatriz que não fecha, uma lembrança dolorida que acompanha um homem ao longo de toda sua vida.

Lupicínio Rodrigues, por sua vez, em “Castigo” (1953) descreve um ex-amor que lhe procura:

“Eu sabia/ Que você um dia/ Me procuraria, Em busca de paz/ Muito remorso, muita saudade/ Mas afinal o que é que lhe traz?/ A mulher quando é moça e bonita/ Nunca acredita poder tropeçar/ Quando os espelhos lhe dão conselhos/ É que procuram em quem se agarra/ E você para mim foi uma delas/ Que no tempo que eram belas viam tudo diferente do que é/ Agora que não mais encanta, procura imitar a planta/ As plantas que morrem de pé/ E lhe agradeço por de mim ter se lembrado/ Dentre tantos desgraçados que por sua vida passou/ Homem que é homem faz qual o cedro que perfuma o machado que o derrubou”.

Nessa canção a mulher está caracterizada como alguém que na juventude aproveitou de sua beleza para conseguir um melhor *status* e não valorizou um amor verdadeiro, mas quando a idade chegou, vendo que não conseguiu o que almejava, retorna a procura do amor perdido. Tal é o retrato da mulher como oportunista e que utiliza de sua beleza para fazer escolhas amorosas.

Quando não expressam desprezo pela mulher, eles colocam o amor como uma ilusão, onde não vale a pena vive-lo. Podemos ver na composição de Lupicínio Rodrigues “Esses Moços” (1948), onde o sujeito lembrando do sofrimento e mágoas que um amor lhe causou, aconselha outros moços a não se entregar, a não amar.

“Esses moços, pobres moços/ Ah! Se soubessem o que eu sei/ Não amavam, não passavam/ Aquilo que já passei/ Por meus olhos, por meus sonhos/ Por meu sangue, tudo enfim/ É que peço/ A esses moços/ Que acreditem em mim/ Se eles julgam que há um lindo futuro/ Só o amor nesta vida conduz/ Saibam que deixam o céu por ser escuro/ E vão ao inferno à procura de luz/ Eu também tive nos meus belos dias/ Essa mania e muito me custou/ Pois só as mágoas que trago hoje em dia/ E estas rugas o amor me deixou/ Esses moços, pobres moços/ Ah! Se soubessem o que eu sei/ Não amavam, não passavam/ Aquilo que já passei/ Por meu olhos, por meus sonhos/ Por meu sangue, tudo enfim/ É que peço/ A esses moços/ Que acreditem em mim”.

Assim, é importante destacar que no estilo dilacerado da música de fossa encontram-se características próprias no que dizia respeito à dor de amor masculina, expostas tanto em canções como as de Lupicínio Rodrigues e Herivelto Martins.

A representação da mulher, mesmo sendo diferente da já mencionada no samba, ela ainda é colocada como submissa, infiel, desonrada e merecedora do sofrimento. Assim podemos observar que as revistas da época e a música popular retrada uma mulher que sempre tem que mostra respeito a sociedade e principalmente ao homem.

Referências bibliográficas

- BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: Del PRIORE, Mary (org.). Et alii. *História das mulheres no Brasil*. -- São Paulo: Contexto/Editora UNESP, 1997, p. 607-639.
- BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres; revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BASSANEZI, Carla. *Revistas Femininas e o ideal de Felicidade Conjugal (1945-1964)* Cadernos Pagu, 1993.
- BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. CALAZANS, Cybele; NUNES, Rosane da S. *Mulheres na MPB – construindo uma nova identidade*.
- INTERCOM, XIV Congresso de Ciências e Comunicação na Região Nordeste. Recife, PE, 2012
- HAMBURGUER, Esther. “Diluindo as fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: SCHWARCZ, Lília M. et alii. *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v.4, p. 439-488.
- KUSUMOTO, Meire. Obscenamente genial. Revista VEJA, edição 2283, 22 de agosto de 2012 (Disponível em < <http://veja.abril.com.br/infograficos/especiais/nelson-rodrigues/literatura.shtml> >, Visitado em 13/09/2016)
- LENHARO, Alcir. *Cantores do Rádio: A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO (org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. A música brasileira na década de 1950. *REVISTA USP*, São Paulo, n.87, p. 56-73, setembro/novembro 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e música popular: um mapa de leituras e questões*. Rev. hist., São Paulo: n. 157, dez. 2007.
- NEVES, José Roberto Santos. *Maysa*. Ed. Do Autor: Vitória, 2008.
- RIBEIRO, Manoel P. Formações discursivas: o malandro e a violência contra a mulher na mpb (1930-1945), Rev ABRAFIL, n. 8, 2011, p. 122-134.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*.
- SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A Musa Sem Máscara: a imagem da mulher na música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SANTOS, Liana Pereira Borba dos. *Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VASCONCELLOS, Eduardo A. de. *Noel Rosa para ler e ouvir*. São Paulo: Annablume / Barcarola, 2004.
- VEIGA, Ana Maria. *Mulheres em rádio e revista – imagens femininas na Época de Ouro da música Rio de Janeiro (1930 – 1945)*. Perspectivas interseccionais de gênero e classe. ST 17, UFSC, 2006.

NOÇÕES DE JOVENS ACERCA DA INFLUÊNCIA HISTÓRICO-POLÍTICA DOS CLUBES DE FUTEBOL NO BRASIL – PARECERES INICIAIS.

ISSN: 2595-1645

Pedro Aurélio dos Santos Luiz •

Orientação: Prof^a. Dr^a. Márcia Elisa Teté Ramos

Resumo: O seguinte estudo procura analisar as ideias dos alunos do Colégio SESI de Arapongas/PR sobre a influência dos clubes de futebol na História Política do Brasil. A realização do mesmo, amparou-se nos seguintes pressupostos 1) a concepção de Hilário Franco Jr. (2007) a respeito do *futebol*, que o designa como um fenômeno cultural total, devido a capacidade desta temática em se relacionar com diversos outros campos do saber; 2) o referencial da *Nova História Política* descrita por Rémond (2003) que entende que a política se dá em múltiplas esferas de interação e 3) o campo investigativo da *Didática da História*, que segundo Bergmann (1989/1990) aborda as formas de elaboração da história, considerando que as relações possíveis entre os clubes de futebol e política, implicam em pensar o passado destas relações, em suas mudanças e permanências. O trabalho desenvolver-se-á através da aplicação de questionários prévios para estabelecer o perfil socioeconômico e cultural dos alunos inseridos no Ensino Médio, posteriormente, realizar-se-á a mediação de um Grupo Focal que buscará colher dados para a obtenção do resultado final. O estudo se utilizará da Teoria Fundamentada ou *Grounded Theory* (Charmaz, 2009) para a exploração de dados e análise dos resultados obtidos. O seguinte artigo busca divulgar considerações iniciais da pesquisa em torno do percurso histórico e a influência política dos clubes de futebol no Brasil.

Palavras-Chave: História do Futebol. Didática da História. Nova História Política.

A proposta de pesquisa baseia-se no entendimento das noções de jovens estudantes do colégio SESI – Arapongas/Paraná, sobre a influência histórico-política dos clubes de futebol no Brasil, mais precisamente, interessa saber se o estudante tem condições de perceber se os posicionamentos políticos dos clubes têm uma historicidade, se apresentam relação com o passado nas suas mudanças e permanências.

Diante disso, no momento, busca-se detalhar as condições da pesquisa e os pontos que devem ser levados em conta para melhor entendimento do estudo e apuração dos resultados em caráter inicial. Logo, explanar-se-á caracteres gerais do método pretendido, do grupo escolhido, da escola onde os alunos estudam e prévias das condições socioeconômicas e culturais dos estudantes.

O estudo tem como pressuposto teórico a dinamização dos estudos históricos sobre política de acordo com René Rémond (2003), que busca uma reformulação da História

Política, fugindo do tradicionalismo atrelado à história apenas voltada aos grandes heróis e às grandes narrativas nacionalizantes do período anterior à Escola dos Annales. Rémond é um dos expoentes da reformulação da História Política, que pretende uma transdisciplinariedade dos estudos políticos, principalmente em concomitância à sociologia, ciência política, antropologia, etc., onde se utiliza de novas técnicas para aprofundamento dos estudos históricos, não mais condicionados exclusivamente à economia.

Para a pesquisa, os escritos de Rémond auxiliarão no entendimento dos discursos dos jovens sobre a dinâmica política no Brasil em paralelo à História do Futebol, a perceber se tais características se viabilizam na conjuntura nacional e se estas carregam determinada historicidade. A utilização dessa mobilidade da Nova História Política fundamenta essa nova vertente de pesquisa, que relaciona uma prática cultural, o Futebol, com a História Política brasileira, contudo, através das análises de jovens estudantes inseridos num contexto específico.

Para tanto, como método de pesquisa, o entendimento da Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*) descrita por Kathy Charmaz (2009) no livro *A construção da teoria fundamentada*, se mostra estratégica para a melhor análise dos dados colhidos pelos métodos selecionados.

De acordo com Charmaz, a fundamentação teórica deve partir dos dados colhidos durante a pesquisa, não possuindo uma teoria a priori. Assim, a fundamentação deve atender mais especificamente as formas que serão expostas durante o desenrolar das atividades.

A área de atenção do trabalho circunda a Didática da História, campo de atenção dos escritos de Klaus Bergmann (1985), que põe como resultados a introdução de argumentos racionais em discussões sobre a experiência histórica, a permear a dinamicidade da ciência em relação a novas problemáticas. Desta maneira, a pesquisa tem como objetivo entender o que jovens inseridos no ambiente escolar compreendem sobre a influência cotidiana dos aparatos ligados ao futebol no contexto histórico-político brasileiro, do mesmo modo, como é percebido por autores como Franco Júnior (2007) e Mario Filho (2010), que discorrem sobre vários acontecimentos onde a história do futebol se ‘entrelaça’ à história nacional. Neste caso, tem-se como objeto gerador o seguinte questionamento: como lidar-se-ão os atores juvenis diante da influência dos clubes de futebol no Brasil para com a política? A análise só se torna viável diante da pesquisa sobre o que tais pensam sobre essa influência hoje, como percebem isso e de que maneira é reproduzida.

[...] Com isso, a didática da história se volta para aqueles processos mentais ou atividades da consciência histórica sobre os quais afinal se

funda a referência do aprendizado histórico à história. Trata-se de “processos de pensamento e de formação estruturadores de consciência”, “que geralmente encontram-se ‘por trás’ dos conteúdos e que habitualmente ficam velados ao aprendiz”, de “atos mentais determinantes do comportamento, que subjazem à lida com a História” (SCHÖRKEN, 1972, p.84 apud SCHMIDT, BARCA e MARTINS, 2011, p. 42).

A Didática da História conduz os vieses da pesquisa para reflexão em torno do pensamento histórico, dita a cientificidade em torno da consciência histórica e não mais se enquadra na antiga proposta de transposição dos saberes produzidos na academia para as cabeças supostamente vazias dos alunos. A Didática da História se apresenta como um campo de pesquisa que investiga a consciência histórica, as carências de orientação do presente e as perspectivas de futuro.

Caracterizada por uma pesquisa qualitativa, vê-se a necessidade da aplicação de questionários prévios que buscará melhor reconhecimento do grupo analisado e observar o conhecimento que os alunos possuem, em concomitância com a consciência histórica (Rüsen, 2010) que é trazida pelos estudantes. Sendo assim, a utilização desta estratégia possibilitará a melhor mediação do estudo principal que circunda a aplicação de um Grupo Focal.

Abaixo será analisado itens condicionantes da pesquisa:

Método De Pesquisa: O trabalho dar-se-á com a seguinte proposta metodológica descrita abaixo atendendo às seguintes etapas:

1) Estudo diagnóstico: Aplicação de questionário prévio sobre as condições socioeconômicas e universo cultural dos estudantes, a exemplo dos aplicadas no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); atrelado a um questionário prévio que busca analisar o conhecimento prévio acerca da historicidade dos clubes de futebol no Brasil e suas influências histórico-políticas.

2) Estudo principal: a) Realização de Grupo Focal composto pelos alunos de Ensino Médio que responderam os questionários previamente aplicado onde discutirão a temática proposta. Em concomitância a execução do Grupo, propõem-se a realização de uma atividade didático-pedagógica de análise de fontes, ainda não delimitada, mas com o propósito de auxiliar os alunos na fundamentação teórica do tema e na possível observação diante de documentos que possuem relevante historicidade. Projeta-se a utilização de fontes documentais a exemplo de jornais de variados períodos, ou vídeos, ou análise de imagens, a instigar comparações de variadas correntes históricas que trabalham o tema específico. O

Guia Politicamente Incorreto do Futebol, de Jones Rossi e Leonardo Mendes Júnior (2014), se mostrou uma das opções para reflexão no Grupo, pois discorre sobre uma perspectiva revisionista de valorosas questões sobre o futebol que permeiam o debate proposto nessa pesquisa, como por exemplo a Democracia Corinthiana e o caráter político das torcidas organizadas. Um provável contraponto dessas versões poderá ser debatido diante de comparações com os escritos de Franco Júnior (2007), por exemplo.

b) Por fim, a atividade de Grupo Focal será transcrita e os dados serão analisados e tabulados, onde se estabelecerão marcadores que agrupam os variados discursos, com o intuito de perceber a dinamicidade dos discursos e a noção dos atores juvenis acerca da influência dos clubes de futebol no cenário nacional, percebendo sua relevância, criticidade e apoio educacional nas aulas da disciplina de História.

Caso necessário, outras estratégias poderão ser aplicadas. Lembrando que a Teoria Fundamentada permite ir descobrindo novas formas de averiguação durante a pesquisa.

Questionários Prévios: A utilização de questionários prévios é amplamente utilizada em trabalhos da área de Ciências Humanas com o intuito de nortear os rumos da pesquisa, levando em conta os conhecimentos já trazidos pelos estudantes e os campos que carregam menor fundamentação teórica. Com isso, vê-se a necessidade do estudo das condições socioeconômicas e o universo cultural em que os jovens estão inseridos, a possibilitar melhor compreensão do seu debate.

Partindo do pressuposto de que os alunos carregam conhecimentos históricos produzidos fora do ambiente escolar, fornece base para que estes saberes sejam melhores compreendidos e que possam ser utilizados para o desenvolvimento do estudo, pois de acordo com a Teoria da Aprendizagem Significativa elaborada por Ausubel e seus colaboradores (apud Alegro, 2008), vê-se que o conhecimento sobre determinados saberes que compõe a estrutura cognitiva dos estudantes pode fazer com que os mesmos repensem a temática trabalhada. Isabel Barca (2007) diz que “a aprendizagem é construída pelos próprios sujeitos” e se dá de maneira significativa e pessoal, estimulada pelo seu meio social, a incluir sua escola, seus professores, pares, etc.

Desta maneira, o entendimento sobre as condições socioeconômicas e o universo cultural dos jovens pode oferecer melhor compreensão do perfil dos alunos, pois estes interferem no modo como eles interpretam o contexto em que estão inseridos e a maneira com que lidam com a importância das relações entre a política e o futebol.

Grupo Focal: A utilização de Grupo Focal como método para obtenção de dados foi escolhida com o princípio de que atende as experiências dos estudantes com o trabalho em equipe e visto que essa estratégia tem crescido cada vez mais nas pesquisas em Ciências Humanas. Vários trabalhos como de Gatti (2005), Mazza, Melo e Chiesa (2009) e Dias (2000), detalham os procedimentos a serem desenvolvidos e estabelecem as propriedades para melhor realização da atividade.

Logo, crê-se que o Grupo Focal possibilitará a compreensão das noções dos jovens sobre as relações possíveis entre política e clubes de futebol, desta forma considerando conceitos históricos de segunda ordem, pois terão liberdade na exposição de suas concepções e opção de alteração dos discursos ao longo da pesquisa, promovendo assim melhor consistência das respostas perante a dinamicidade de narrativas. Esta “alteração” é possível porque a técnica de Grupo Focal põe em interação, a sociabilização, o consenso e o conflito. No debate, os sujeitos têm a possibilidade de reforçar, concordar, discordar, reelaborar a perspectiva que tem sobre a temática.

Grupos Focais se apresentam como método de pesquisas qualitativas, onde

[...] os métodos qualitativos são menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lidam com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes do que os métodos quantitativos (DIAS, 2000, p. 1).

O objetivo disso circunda na identificação de percepções, atitudes, ideias, sentimentos em torno de uma temática pré-determinada, podendo até gerar novas hipóteses ou teses. A pesquisa qualitativa se adequa melhor ao objetivo proposto, visto que o desenvolvimento do estudo possui um período determinado e recursos limitados, mas, atende aos requisitos necessários para a compreensão de cenários específicos e o estabelecimento de problemáticas que auxiliam no entendimento da sociedade.

Entender como os jovens percebem a influência da História do Futebol na sociedade brasileira e como os rumos políticos tomados pela História do Brasil, reconhecendo noções de mudanças e permanências históricas, pode ajudar na identificação de problemáticas no modo como esses atores interpretam a realidade. Sendo assim, tais estratégias criam cenário favorável para o respectivo objetivo.

Em relação a atividade proposta durante a execução do Grupo Focal, se pensa no tratamento de fontes documentais ou recursos visuais que instiguem a variabilidade de

narrativas. Podendo ocorrer o caso de pouca análise da temática por parte dos alunos, o auxílio de fontes históricas pode aguçar a criticidade dos discursos e a formulação de novas ideias.

Como descrito anteriormente, vê-se a viabilidade da seleção de trechos do *Guia Politicamente Incorreto do Futebol* (2014), que busca a desconstrução de movimentos futebolísticos de cunho político, como a Democracia Corinthiana e as ações das torcidas organizadas, e contrapor com imagens e trechos de outros autores como Mario Filho (2010), Hilário Franco Junior (2007) e Celso Unzelte (2002), a observar quais eles consideram mais próximos da verdade e o porquê.

A escolha da atividade se dará posteriormente a aplicação dos questionários prévios e respectiva análise. Visto que a melhor opção será discutida entre o proponente do estudo e sua orientadora. A priori, acredita-se que a opção descrita acima se mostra a mais viável até o momento diante da disponibilidade de recursos.

O Grupo E A Escola: De acordo com a técnica de Grupo Focal proposta por Gatti (2005), também apoiado na Didática da História (Bergmann, 1985) e na Teoria Fundamentada (Charmaz, 2009), um Grupo Focal deve atender a um número restrito de amostragem pois a interlocução dos discursos pode impossibilitar a posterior transcrição e entendimento das narrativas colhidas, vendo isso, pensa-se na seleção de 13 alunos, que comporão o grupo e que discutirão as influências que os clubes de futebol no Brasil exercem durante o processo histórico-político do país na contemporaneidade e se estas caracterizam fator importante no entendimento do sociedade em geral.

O número de alunos pode extrapolar a proposta de Bernadete Gatti, que gira em torno de 6 a 10 pessoas, contudo, em estudos anteriores como o desenvolvido pelo próprio proponente do estudo ²⁸⁵, no ato de execução do estudo há estudantes que não podem comparecer por casos extraordinários e podem causar a defasagem de dados recolhidos e a não obtenção dos objetivos propostos.

A escola que os estudantes estão devidamente matriculados é o Colégio SESI, com sede em Arapongas/Paraná, e que tem o pesquisador como professor titular da disciplina de História. O colégio se caracteriza por possuir um método que foge dos parâmetros tradicionais das escolas públicas e muitas da rede privada de ensino do estado do Paraná.

²⁸⁵ LUIZ, Pedro Aurélio dos Santos. *Educação Patrimonial segundo os jovens – experiência com grupo focal no Museu Histórico de Arapongas*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

A rede de ensino do SESI - Paraná está atrelada ao órgão maior da instituição que é a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP-PR), entidade que representa a indústria paranaense e que tem como propósito promover a excelência da indústria paranaense para a melhor qualidade da vida das pessoas (Guia do aluno: Colégio SESI: ensino médio, 2015, p. 5).

Como método de aprendizagem, a escola busca a maior valorização do relacionamento interpessoal dos alunos e funcionários e a maior preocupação com o trabalho em equipe. Desta maneira, os alunos não ficam dispostos em sala de aula da maneira tradicional, enfileirados e direcionados exclusivamente ao quadro negro e ao professor. Eles compõem grupos de 5 a 6 alunos, em mesas circulares, onde executam funções diárias relativas tanto ao trabalho individual e principalmente em equipe.

As equipes são formadas todo começo de bimestre e permanecem na mesma formação até o fim do mesmo período. O método de escolha das equipes é regido pelo professor que aplica a primeira aula do bimestre, porém atende a alguns preceitos institucionais, como por exemplo, não podem participar de equipes que possuam alunos que estudaram com eles no bimestre anterior, além de uma busca por igualdade de gênero nas equipes e a impossibilidade da composição com apenas um aluno de gênero diferente (apenas uma menina ou apenas um menino na equipe). As formações são validadas pelo apoio pedagógico da instituição.

O método de toda a rede de ensino do Colégio SESI do Paraná, chamado de Oficinas de Aprendizagem foi desenvolvido pela pedagoga e empresária Márcia Rigon (*in memoriam*), que idealizava uma escola que fosse prazerosa aos discentes no modo como apreendem e que todo o conhecimento construído fosse relacionado às suas vidas. Os alunos deveriam ser autônomos, líderes atuantes em suas comunidades e se tornassem profissionais qualificados e empreendedores (Guia do aluno: Colégio SESI: ensino médio, 2015, p. 7).

Vale ressaltar que o nome da instituição fora mencionado pois acredita-se que o método proposto pela instituição auxilia no desenvolvimento da pesquisa e que pode ser uma característica válida para a desenvoltura dos estudantes pesquisados, visto que já carregam conhecimento pertinente para o desenvolvimento do trabalho em equipe.

A proposta pedagógica da escola, em relação ao Ensino Médio, baseia-se na elaboração de oficinas de aprendizagem, busca privilegiar a formação integral do indivíduo, a levar o aluno a agir de maneira crítica em sua comunidade. A respeito especificamente da disciplina de História, a escola esclarece no documento intitulado *Proposta e Diretrizes da Disciplina de História*, descreve que

Essa abordagem caracteriza-se pela ruptura sistemática com a história linear, cronológica e baseada na narração ou mesmo análise de fatos históricos ligados a ação de heróis no passado. Essa ruptura, ou melhor, tentativa de ruptura, não é recente, como não é nova a percepção da necessidade de formação crítica para a cidadania. (SESI/PR, 2015)

Com isso, segundo a proposta, o ensino de História do colégio quer lidar com temas específicos de maneira comparativa em contextos diversos, fugindo das características tidas como tradicionais da escola pública.

Vale ressaltar, inclusive, que o papel do professor de História, de acordo com o mesmo guia, é o de mediador do trabalho em equipe, com propósito de orientar o aluno na busca pelas informações necessárias para a construção de seu conhecimento.

Crê-se que as perspectivas contidas na proposta, formam um aluno mais dinâmico no debate historiográfico crítico e isso auxiliará na proposta da pesquisa, visto que a aptidão às discussões já é frequente no cotidiano dos alunos.

Referências Bibliográficas:

- ALEGRO, Regina Célia. *Conhecimento prévio e aprendizagem significativa de conceitos históricos no Ensino Médio*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Marília, 2008.
- BARCA, Isabel. Investigação em educação Histórica: fundamentos, percursos e perspectivas. In Oliveira, Margarida, Cainelli, Marlene; Oliveira, A. F. (Orgs.), *Ensino de História: Múltiplos Ensinos em Múltiplos Espaços*. Natal RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007b, p. 23-32.
- BERGMANN, Klaus. *A História na reflexão didática*. Revista Brasileira de História. V.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.
- CHARMAZ, Kathy. Convite à Teoria Fundamentada. In: _____. *A construção da teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- DIAS, Claudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 10, n. 2, p 7-22, 2000.
- FRANCO JUNIOR, H. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura, Sociedade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- FILHO, M. *O Negro no Futebol Brasileiro*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- MAZZA, Verônica de Azevedo; MELO, Norma Suely Falcão de Oliveira; CHIESA, Anna Maria. O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa: relato de experiência. *Cogitare Enferm*, 2009 Jan/Mar; 14(1):183-8.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- SESI – Departamento Regional do Paraná. *Guia do aluno: Colégio Sesi: ensino médio*. Curitiba: SESI/PR, 2015.
- UNZELTE, C. *O livro de ouro do futebol*. São Paulo: Ediouro, 2002.

NOTAS INTRODUTÓRIAS A PROPÓSITO DA HISTÓRIA SOCIAL NA RÚSSIA: RAÍZES DA REVOLUÇÃO A FORMAÇÃO DO “POPULISMO CLÁSSICO”

ISSN: 2595-1645

Rafael Watanabe*

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar as origens e posteriores desenvolvimentos do *Narodnichestvo* (Populismo Russo) que demarcou uma viragem, não somente teórico-prática, no cerne do movimento social russo do século XIX, senão abriu a senda para um novo capítulo da História. Procuraremos delinear os problemas enfrentados pela Intelligentsia russa em fins do século XIX, as contradições entre *politiki* e *derevenshchiki*, ou seja, os adeptos do terror enquanto forma de “luta política direta” e aqueles que preconizavam a atividade entre os camponeses. Por outro lado assinalaremos as premissas teóricas suprasumidos ao longo do processo de evolução ideológica e de conformação do Populismo Clássico, tais quais: a propriedade comum da terra e, a conexão desta com os destinos possíveis da Comuna Rural Russa; a relação entre um país, “historicamente atrasado” em face à Europa ocidental industrialmente desenvolvida, a percepção do nascente capitalismo russo enquanto negação do progresso e bem-estar social, e as estratégias postas em prática pelos *narodniki* à consecução de uma evolução não capitalista cujo corolário seria a emancipação humana. Problemas estes avaliados pelos populistas sob a luz do socialismo crítico materialista.

Palavras-Chave: Narodnichestvo. Comuna Rural Russa. Intelligentsia.

Pré-Populismo, período formativo ou “raízes da revolução”?: Se se pensar o Populismo Russo ou *Narodnichestvo* enquanto uma tradição originária em um processo móvel constante de formação, no sentido de “*making*” empregado e popularizado por E. P Thompson, não podemos deixar de dar razão à Franco Venturi em suas “raízes da revolução”.²⁸⁶ Uma história antropológica com fortes ligações dialógicas com a sociologia do conhecimento e psicologia social que, ao dispor o colossal *quantum* de fontes que compõem a pesquisa, postula que os primeiros grupos de orientação populista surgiram em 1854-55 em Moscou, São Petersburgo e Jarkov, constituídos em sua essência por grupelhos de intelectuais e estudantes autóctones que, ao viajarem pela Europa tiveram “contato com o que há de mais extremo no Ocidente”, fizeram extensos estudos de Blanqui, Proudhon, Feuerbach, Hegel entre outros que,

* Graduado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná Professor Secretaria do Estado da Educação do Paraná –SEED.

²⁸⁶ VENTURI, F. *El Populismo Ruso*. 2 Tomos. España, Revista de Occidente S.A., 1975. Consultar também: THOMPSON, E.P. *A formação da classe operário inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

articulados aos vívidos interesses pelas tradições, costumes e folclore russo, congregou grupos de jovens engajados que começaram a debater questões filosóficas, históricas e sociais.

Refletiram entusiástica e pormenorizadamente sobre as possibilidades futuras da obchtchina, isto é, acerca da comuna campesina rural russa; problematizaram as iminentes questões suscitadas pelas ideias provenientes do Ocidente, nomeadamente a Economia Política liberal burguesa enquanto antítese às tradições coletivistas das comunas rurais; indagaram-se sobre as possibilidades de uma transição a um socialismo agrário oriental tipicamente russo²⁸⁷, devido a especificidade histórica moscovita, a saber: o “privilégio do atraso”, baseados neste último, lançaram-se a um esforço ciclópico para encontrar formas de estabelecer nexos arraigados entre a *intelligentsia* e o campesinato, ou em outras palavras, em irmanar-se aos camponeses à consecução da Emancipação Humana.

Ao longo dos anos muitas foram as estratégias empregadas e que intentaram medir-se em contraposição à realidade concreta afim de lograr a finalidade acima. Uma exposição destas estratégias, mesmo que superficial, ultrapassaria em muito os limites deste trabalho, entretanto, ressaltamos apenas duas condições que fundamentalmente alternar-se-iam durante mais de meio século ao ser constantemente suprassumidas (*Aufhebung*) ao longo de toda tradição *narodnik*.²⁸⁸

A auto inserção dos intelectuais dentre o meio social campesino que no transcurso histórico levou a duas manifestações massivas cognominadas “Ir ao Povo” e tornou-se, para alguns, um dogma. E os chamados “d’a época dos manifestos”, que foram prontamente respondidos por inúmeros russos que passaram a agrupar-se em torno de organizações clandestinas, constituídas por oficiais, padres, pequenos nobres provincianos, copistas e, por fim e quantitativamente superior os estudantes da “nova geração”.

Estas formas organizativas permearam todos os estágios e momentos de ação dos *narodniki*. Muitos destes pontos confluem para formar o “paradigma indiciário” do que foi a

²⁸⁷ Devemos salientar que, mesmo após meio século das primeiras formulações e colocações acerca do problema de um possível socialismo agrário, ideia proposta pelos populistas, tal ideia jamais arrefeceu no âmbito russo e chegou em 1905 a ditar as palavras de ordem de inúmeros levantes camponeses.

²⁸⁸ O termo *narodnik* (populista) podia significar, desde um socialista revolucionário que elegeu o regicídio como tática política, estudantes, intelectuais, profissionais liberais, até um grande latifundiário filantropo. Cf. SHANIN, T. “El último Marx: dioses e artesanos.” In: SHANIN, T. (org.). *El Marx Tardío y la vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo*. Madrid, Editorial Revolución, 1990, p.21. Entretanto há distinções substanciais entre o movimento populista oriental e ocidental. O primeiro se fez contra e externamente ao Estado e era dirigido ao campesinato por intelectuais os quais propunham um programa revolucionário e socialista, o último fez-se intrínseca e a partir do Estado voltado, sobretudo, aos trabalhadores urbanos, foi liderado por caudilhos que buscavam reformar o capitalismo. Consultar: FERNANDES, R. C. *Dilemas do Socialismo. A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15.

primeira tentativa de engendrar uma corrente de pensamento inspiradas pelas ideias de Alexander Ivanovitch Herzen e Nicolai Gavrilovitch Tchernichevski que, segundo Venturi seriam os fundadores teórico-práticos do Populismo Russo.²⁸⁹

Sob tal semiótica Pipes e Venturi enredam diversas correntes revolucionárias que sobre si levaram o signo do Populismo, do *Narodnichestvo*. Entretanto fixar-nos a uma perspectiva que depreende, a “formação ascensão e declive” tende a uma análise unilateral, destarte, procuraremos, assim como Walicki, apreender e examinar o *Narodnichestvo* em seu “movimento”, isto é, em suas múltiplas viragens teórico-práticas, sua polifacética configuração, seus pontos de confluência, bem como, as disposições práticas que constituíram uma aporia, em suma, sua práxis dentro o incessante devir histórico.

Introito ao conceito de *narodnichestvo* ou populismo clássico russo.

Assim como o “proudhonismo”, o “bakuninismo”, o “marxismo” etc., o termo *narodnichestvo*, surge segundo Richard Pipes enquanto uma definição polemista²⁹⁰, apesar do fundo concreto desta afirmação, sua conclusão obnubila uma análise objetivamente científica da questão e, como advertiu-nos um destacado intelectual tcheco: “estudar todos os pressupostos e conseguir uma autoconsciência crítica das premissas que são, em cada época histórica e socialmente inseparáveis de toda aproximação científica da realidade objetiva”²⁹¹ exige que nos detenhamos, mesmo que brevemente, às questões: semântica e de determinação conceitual.

Porquanto coloca em relevo um importante conjunto de problemas e, isenta-nos da superficialidade analítica ao nos capacitar a prescindir de meras divisões político-doutrinárias, para compreender a unidade essencial de uma concepção de mundo (*Weltanschauung*) histórica e socialmente determinada. Enquanto objeto heurístico uma precisa determinação pode chegar a fecundos resultados acerca do populismo como conceito dinâmico e jamais estático.²⁹²

O conceito de *Narodnichestvo* (*Narodnye Nachala* – Princípios do Povo) pode ser melhor depreendido a partir da diacronia: sentido histórico estreito e sentido marxista amplo. O primeiro consiste em uma doutrina que defende a hegemonia das massas no que tange às

²⁸⁹ Cf. VENTURI, F. *El Populismo Ruso*. Tomo I. Espanha, Revista de Occidente S.A., 1975, p.99-148 e 275-352 respectivamente.

²⁹⁰ Cf. PIPES, R. *apud*. WALICKI, A. *Populismo y marxismo en Rusia*. Editorial Estela, España, 1971, p.7-9. Consultar sobre os termos como marxiano, marxismo etc. HAUPT, G. “Marx e o Marxismo” In: HOBBSAWM, E et. alii. (orgs.). *História do marxismo. Vol. I O marxismo no Tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, cap. IX, p.347-71.

²⁹¹ ZELÉNY, J. La estructura lógica de “El Capital” de Marx. Ediciones Grijalbo, España.1974, p.54.

²⁹² WALICKI, A. *Populismo y marxismo en Rusia*. Editorial Estela, España, 1971, p.23.

classes cultas²⁹³ em contraposição ao “intelectualismo abstrato” dos intelectuais educados no Ocidente, cujo mimetismo em sua *práxis*, as insistentes tentativas de impor um socialismo ocidental aos camponeses russos, com efeito, obstou a justa análise das necessidades, ideias e reais interesses dos camponeses russos.

No segundo sentido refere-se sobretudo a uma teoria sobre um possível desenvolvimento não capitalista para Rússia em antítese às escolásticas opiniões sociológicas, economicistas e historiográficas que sustentavam que o capitalismo era um imperativo estágio do desenvolvimento histórico. Constituiu-se enquanto uma ampla corrente de pensamento com incontáveis matizações internas, isto é, seus integrantes não se restringiam aos populistas revolucionários de A Vontade do Povo (*Narodnaia volia*), da qual falaremos mais abaixo, senão englobava também muitos outros que advogavam a favor do campesinato, tais como: publicistas reformistas, intelectuais de cátedra, militares democráticos liberais entre outros; portanto o termo designava variantes, e às vezes, mutuamente excludentes postulados teóricos no cerne de um processo que, ainda que tivesse vigência concreta, não havia sido denominado.

Ilitch Ulianov foi quem primeiro sistematizou, por meio de análises sócio históricas, o “Populismo” como uma forma de protesto anticapitalista desde o ponto de vista dos agricultores arruinados pelo modo de produção capitalista e, em muitas outras ocasiões fez referência ao *nardnichestvo* tanto em sentido histórico restrito como: “uma visão global de mundo cuja história começou com Herzen e concluiu-se com Danielsón”, quanto em sentido marxista amplo, ao caracterizar os “princípios do povo” como “uma área fundamental” do pensamento russo e, da mesma maneira, empregou o conceito enquanto categoria tipológica para definir ideologias não russas como em “Democracia e populismo na China” de 1912.

O mérito da concepção de Ulianov reside em distanciar-se de uma ótica artificial que contrapõe de forma aporética as diversas correntes do pensamento *narodnik*. Em alguns de seus escritos o termo aplicado enquanto categoria tipológica, permite depreender o populismo como uma variante específica de um modelo gnosiológico que emerge em diversas “sociedades atrasadas” defronte períodos de transição.²⁹⁴ Portanto o termo pode-se aplicar não somente aos revolucionários da segunda metade dos anos 1870, mas também, a

²⁹³ WALICKI, A. “Rusia”. In: IONESCU, G; GELLNER, E. (orgs.) *Populismo: sus significados y características nacionales*. Amorrortu editores, Buenos Aires, 1969, p.83 .

²⁹⁴ WALICKI, A. op. cit. 1971, p. 12.

Tchernichevski, aos “populistas liberais legalistas” das décadas dos anos 1880-90, aos partidos camponeses russos de início do século XX.

Assim sendo, a concepção que supõe o ápice do *Narodnichestvo* em correlação com o sistemático terror político de *Narodnaia volia* (A Vontade do Povo) e, portanto, o fim do primeiro com a aniquilamento deste último, no mínimo obscurece e deforma a questão, ao não estabelecer de maneira clara e específica a distinção entre “populismo” por um lado como uma corrente de pensamento e, por outro enquanto movimento revolucionário popular.

O *Narodnichestvo* não foi tão-só uma reação ideológica contra o desenvolvimento capitalista na Rússia e seus corolários, principalmente em relação a ontológica fragmentação operada pela divisão social do trabalho, mas também ao escatológico socialismo utópico ocidental. Refletia não apenas os problemas vivenciados pelos pequenos produtores rurais confrontados com a produção mecanizada em grande escala inerente ao modo de produção capitalista senão, do mesmo modo e, pela primeira vez na História, um movimento de massas foi chamado a pensar os problemas de um país agrícola subdesenvolvido e historicamente atrasado pois recém-chegado ao mercado mundial, então, vis-à-vis com Estados capitalistas altamente desenvolvidos e industrializados.

O populismo foi a proto-crítica, conquanto utópica em determinados momentos, de uma *intelligentsia* democrática ao capitalismo e socialismo europeus. Foi o estampido proveniente das intersecções entre modos de produções da vida (*Weise der Produktion*) diametralmente opostos, assim como, da aproximação com o materialismo histórico crítico dialético. O *Narodnichestvo* constituía uma estrutura ideológica dentro da qual cabiam muitas posições, algumas vezes complementárias, outras antípodas. No evoluir de seus pensamentos, os *narodniks* deslocaram sua ênfase teórica; até a década de 1870 aproximadamente, a ênfase recaía sobre o radicalismo democrático pequeno burguês anti-feudal, a partir da formação do Populismo Clássico a ênfase recaiu sobre o socialismo agrário anticapitalista.

A formação do populismo clássico

Por estes anos houve uma importante transformação de natureza conjuntural na Rússia, cuja paulatina, porém progressiva industrialização levou, por um lado à proletarização de amplas parcelas do campesinato e, por outro lado, a instituição de novas estratégias e postulados, tanto teóricos quanto práticos. A crescente disseminação das ideias marxianas na Rússia deveu-se a germinação do modo de produção capitalista naquele país, aliado à ampla difusão de obras de Karl Marx a partir de fins dos anos 60 e, igualmente, a viragem ocorrida quando o movimento revolucionário russo e seus elementos mais ativos, a *intelligentsia*, se concentraram em torno das cidades em detrimento do campo.

Por suposto a grande massa de populistas não possuía senão um conhecimento de segunda mão da obra; creio, entretanto, que a influência de Marx alcançou inclusive aqueles populistas que jamais leram algum de seus livros; que a descrição que fez Marx das atrocidades da acumulação primitiva e da Revolução Industrial na Inglaterra, sua teórica da mais-valia e sua crítica do caráter “formal” da “democracia política burguesa”, foram adaptadas de imediato ao pensamento populista e convertidas em parte integral dele.²⁹⁵

Por meio de um detido exame do capítulo “*A Assim chamada acumulação primitiva*”, uma narrativa que retrata a dramática história aonde cada vez mais os indivíduos foram repentinamente separados dos meios de produção de sua vida material, divorciados dos meios de sua subsistência através de violentos métodos da acumulação ordinária do capital, enfim, tornados “livres”. Os *narodniks* refletiam acerca da paulatina corrupção do Estado, sobre as leis sanguinárias que possibilitaram a massiva expropriação que engendrou a sociedade burguesa etc., e principalmente como aquela narrativa poderia clarificar o estágio histórico específico que viviam.

O ano de 1869 foi um momento de crucial importância para o movimento socialista revolucionário russo, porquanto do surgimento de três obras que tornar-se-iam três documentos fundantes do Populismo Clássico.

O adjetivo clássico se aplica ao pensamento populista posterior a 1869 e não de forma individual a nenhum dos pensadores. O populismo era uma ampla corrente de pensamento com diferenças em seu seio; era uma estrutura ideológica supra individual dentro da qual eram possíveis muitas posturas [...]. É claro, por conseguinte, que é difícil encontrar em um pensador individual todos os aspectos e os elementos constituintes de tal estrutura; em cada caso individual as proporções são distintas e em alguns casos pode inclusive estabelecer-se a total ausência de um elemento importante.²⁹⁶

²⁹⁵ IONESCU, G; GELLNER, E. *op. cit.*, 1969, p.100.

²⁹⁶ WALICKI, A. *op. cit.* 1971, p.25.

O livro de Lavrov “Cartas Históricas”; o artigo de Michailovski “O que é o progresso?”²⁹⁷; e o livro de Flerovski, “A situação da classe trabalhadora na Rússia”, este último o qual Karl Marx leu as 150 primeiras páginas e teceu comentários positivos junto a secção russa da Associação Internacional dos Trabalhadores ²⁹⁸ demarcam o momento fundante do Populismo Clássico na Rússia. A obra de Flerovski continha:

Uma vívida descrição da crescente destruição do campesinato russo e das novas formas capitalistas de exploração, que apareciam nos povoados russos, seguia-se a conclusão de que se devia fazer qualquer coisa para prevenir a continuação do desenvolvimento pelos caminhos capitalistas, utilizando em seu lugar a possibilidade de desenvolvimento inerentes a comuna camponesa.²⁹⁹

Encontrar uma forma de sociabilidade histórica distinta da via capitalística europeia, possibilidade dada, visto que a “ Rússia não vive isolada do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro” ³⁰⁰ , portanto poderia apropriar-se do nível cumulativo de desenvolvimento das forças produtivas logrado pelo ocidente, isto é, dos progressos, tecnológicos e científicos, mecânicos e sociais, em suma de todo o *savoir a faire* próprio do modo de produção capitalista, sem estabelecer esta tipologia societária de organização, Com isto os *narodniks* retomavam o conceito de “*aceleração através do salto de fases históricas*” de Tchernichevski:

Quando certos fenômenos sociais em determinada nação alcançam um estado avançado de desenvolvimento, a evolução dos fenômenos até este mesmo estado em nações atrasadas pode alcançar-se muito mais rapidamente que na nação adiantada [...] Esta aceleração consiste no fato de que o desenvolvimento de certos fenômenos sociais nas nações atrasadas, graças às

²⁹⁷ FERNANDES, R. C. op. cit., 1982, p.81-5.

²⁹⁸ Cf. MARX, K. *O Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores — Aos Membros do Comitê da Secção Russa em Genebra*. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1870/03/24.htm#r1. Consultado: 20/09/2016.

²⁹⁹ Walicki, a. populismo, p.25.

³⁰⁰ Cf. Marx em carta à populista Vera Zasulitch. MARX, K; ENGELS, F. *Escritos sobre Rusia II. El porvenir de la comuna rusa*. Cuadernos de pasado y presente. México, 1990, p.32. MARX, K; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.89-90

influências das nações adiantadas, evitar-se-ia a etapa intermediária e saltar-se-ia diretamente de uma etapa inferior a outra superior.³⁰¹

Articulado a isto, a propriedade coletiva, comum da terra, “livre dos elementos deletérios que lhe acoassavam”; a posse dos instrumentos de trabalho que deveriam pertencer a todo o povo e, sem exceção, qualquer trabalhador teria o direito inalienável ao usufruto destes, figuravam enquanto reivindicações prementes e constantes, tanto nos artigos programáticos dos *narodovoltsy* quanto, na imprensa legal e clandestina. O que, por estes anos, fez-se a voz do *Narodnichestvo* principalmente como divulgador das teses proveniente da práxis de *Narodnaia volia*, logrando cooptar a opinião pública, apesar de assinar como *Groniar* em suas publicações em clandestinidade, o sociólogo russo Nikolai Konstantinovitch Michailovski, expressava essencialmente as mesmas ideias nos periódicos legais.

Em sua conclusão sobre “o que é o progresso” considerou “que a única medida segura de progresso social era o incremento do nível de vida da maioria.”³⁰² Dessarte os Populistas consideravam que o bem-estar dos produtores diretos, isto é, do povo laborioso consistia na “única (forma objetiva, real e efetiva) de medida do progresso”. A *obchtchina*, a comuna campesina rural era o centro das análises do Populismo Clássico, “não impedir o livre desenvolvimento do princípio comunal”³⁰³ · constituiu o ponto nevrálgico na questão do *narodnichestvo* no que tange ao eixo de reorganização socioeconômico.

Nada mais natural em um país eminentemente campesino que tinha a terra como meio fundamental de produção, que esta fosse a elementar condição a dirimir; expressavam o mais íntimo desejo camponês em encontrar-se livre do latifundiário e seu corolário o usurário russo, o *kulak*. “Enquanto o czar e os grandes proprietários sejam os donos das melhores terras e os fabricantes sejam amos de todas as fábricas e oficinas certamente não se preocuparam com o bem-estar dos trabalhadores.”

A partir disto, revisaram o estatuto organizativo de *Zemlia i volia*, (Terra e Liberdade) então principal “partido” de orientação socialista na Rússia; uma parcela significativa dos populistas tinha plena noção de que “o inimigo do socialismo era e seguia sendo a burguesia”, além disto, acreditavam encontrarem-se “em vésperas de grandes acontecimentos

³⁰¹ Tchernichevski *apud*. Haruki Wada: “Marx y la Rusia revolucionaria” In: SHANIN, T. (org.). El Marx Tardío y la vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Madrid, Editorial Revolución, 1990, p.69.

³⁰² SHANIN, T. op. cit., 1990, p. 23.

³⁰³ Cf. Danielsón em carta à Marx de 10 (22) mai. 1873. In: ARICÓ, J, op. cit., 1981, p.70-1.

revolucionários”, então, julgou-se premente introduzir uma maior disciplina e centralização, cuja função última era a Emancipação Humana.³⁰⁴

Reafirmava-se a necessidade de chegar a este caminho radical o mais rápido possível, devido a que o desenvolvimento do capitalismo e a maior penetração na vida do povo, graças ao governo russo, dos venenos da civilização burguesa, ameaçavam destruir a *obchtchina* e corromper mais ou menos a fundo as concepções populares concernentes aos problemas antes indicados.³⁰⁵

Em conexão com isto, o sentido de entrega e sacrifício objetivado fez com que os *narodovoltsy* delineassem por suas ações, as origens de um partido de “revolucionários profissionais” “que dedicariam não algumas tardes, senão toda sua vida à causa revolucionária.” Por certo que estas concepções engendraram inúmeras reflexões, debates e opiniões divergentes no núcleo do partido e, com efeito, a dicotomia que ulteriormente cindiu a organização em *Narodnaia Volia* e *Tchorny Péredel*. (A Partilha Negra)³⁰⁶

O *narodonichestvo* era revolucionário justamente por combater a autocracia czarista, por contemplar sempre a nova Rússia como uma nação livre do despotismo e, se não houvesse sido deste modo não teria sido revolucionário. Para o “Comitê Executivo” de *Narodnaia volia* “o terrorismo havia aparecido como a conclusão lógica imposta pela busca de formas mais eficazes e seguras que a agitação da qual se havia falado com particular insistência depois dos primeiros fracassos das colônias de Zemlia i Volia.”³⁰⁷ Ao adotar o terrorismo como estratégia, os *politiki* reconheciam o “assassinato político” como maneira de combater o despotismo. O que levou-os a estatuir o czar, como representante material e simbólico do despotismo, como óbice a ser eliminado. A decisão de atentar contra a vida de Alexandre II evidenciou a cesura no bojo de Terra e Liberdade.

Em fins da década de 70, Terra e Liberdade encontrava-se subdividida em tendências antagônicas. A iminente ruptura entre aqueles que, predicavam a ação entre as massas rurais sem envolver-se com quaisquer práticas políticas – como a luta pela Constituição; pelo livre direito de associação etc. – porquanto isto beneficiaria apenas a nascente burguesia russa, ou seja, os “populistas puros” ou *deverenshchiki*, e os que haviam se decidido pela

³⁰⁴ Grande parcela do conceito de uma vanguarda organizada e cujos objetivos hermeticamente delimitados, o “amor pelo perigo”, a transformação “desde cima” deveu-se a Piotr Nikititch Tkatchov.

³⁰⁵ VENTURI, F. op. cit., p.909.

³⁰⁶ Ib. Ibid. p.910.

³⁰⁷ TVARDOVSKAYA, V. A. *El Populismo Ruso*. Siglo XXI Editores, España, 1978, p.14 e ss.

“desorganização direta e imediata do Estado” e, com efeito, a suprimir o tzar através do regicídio, chegava ao seu ápice.

Esta cesura refletia as conjunturas históricas vivenciadas pelos russos destes tempos. A opinião pública impressionada pelas séries de execuções e, sobretudo, pelas duras medidas repressivas tomadas pelos “generais governadores”³⁰⁸, impulsionou os atos terroristas, ao ser favorável ao regicídio, como observou Frolenko:

O grito – já não afogado, senão violento e insistente – de que “já não se podia viver, que era necessário encontrar uma saída”, se difundia fazendo-se ouvir em todas as partes. Pessoas que quase não tinham ouvido falar do movimento revolucionário, se moviam agora, buscando os radicais, indicavam-lhes a saída, se ofereciam como executores, propunham a morte do tzar como o melhor e único meio para por fim a semelhante situação.³⁰⁹

Isto por si só colocava a “questão política”, ou seja, apareceram defronte à *intelligentsia* russa problemas e preocupações que não haviam tido lugar nos anos iniciais da década de 1870, nomeadamente os problemas relacionais entre revolucionários e o governo e entre o governo e a sociedade. Quem realmente definiu o novo momento da luta do socialismo oriental foi o periódico *Nabat* cujo redator Tkatchov saudou e apoiou entusiasticamente os primeiros passos deste movimento, recordando que ele mesmo havia a muito indicado esta direção.³¹⁰

Os integrantes de *Narodnaia volia*, representantes de um terrorismo sistemático, cujo alvo era o centro do poder autocrático, apresentaram um programa de ação concreto e que satisfazia as necessidades imediatas, conseqüentemente, cooptou as principais energias que as atividades pretéritas dos socialistas orientais russos haviam produzido. Assim observou Franco Venturi quanto à conjuntura dos grupos revolucionários russos do último quartil do século XIX:

O programa oferecido pelos que se opunham a esta nova tendência [ao terrorismo] era, em compensação, mais incerto, mais genérico e, sobretudo menos imediato e prático. Quem não aceitava aquelas colocações se via reduzido a uma postura de pura oposição, tendia, naturalmente, a se limitar as críticas, a negação, sem a possibilidade de apresentar uma perspectiva

³⁰⁸ Generais governantes foram homens que se destacaram na guerra contra os turcos. Foram nomeados pelo imperador Alexandre II e a estes foram confiadas às administrações civis das cidades russas; desde a organização das escolas, perpassando a proibição de circulação de periódicos a prisão e deportação de quem considerassem necessário para manter a ordem vigente.

³⁰⁹ VENTURI, F. *op. cit.*, 1975, p.963.

³¹⁰ TVARDOVSKAIA, V. A. *op. cit.*, 1978, p.31.

distinta, sem indicar a via de uma ação diferente. Precisamente por isso se via levado a refugiar-se na “ortodoxia”, a sustentar que a única coisa que podia fazer era continuar o programa e o espírito de *Zemlia i volia*, convertendo-os inclusive em um modelo e um mito, fazendo abstração da diversidade de forças e tendências que em seu seio haviam se encontrado e chocado e que a haviam feito viva e vital. Essa “ortodoxia” da ala que podemos chamar “direita” era, ao mesmo tempo, o sintoma de sua impotência política e a razão pela qual resultou estéril quando dela nasceu uma nova corrente: a que desembocou em *Tchorny Péredel*. Como tantas “ortodoxias” políticas, também esta soube conservar alguns valores morais e históricos que a nova força de combate se viu obrigada, em compensação, a queimar na ação, a consumir e inclusive repudiar; mas era uma conservação que tinha sentido para o futuro remoto, não para a luta política imediata, da qual a Partilha Negra rapidamente manter-se-ia a margem.³¹¹

Apesar da célere e curta duração de *Tchorny Péredel*, sua insistência à “ortodoxia”, ou seja, as formas de organização dos camponeses independentes das conjunturas de natureza política abriram um novo campo de ação e atuação nas décadas subsequentes. Plekhanov que a partir dos anos de 1880 adotou, ainda que de modo parcial, o materialismo histórico, tentou nos únicos três números publicados de “A Partilha Negra”, analisar as conjunturas russas a partir de sua base econômica.³¹² Para Plekhanov e consortes *tchornoperedenttsy*, não restava outra opção senão dedicaram-se a uma paulatina evolução das massas. Ao reafirmar, no segundo número da revista, seus princípios federalistas e insistirem acerca de uma redistribuição igualitária das terras, Plekhanov e Axelrod atestam que “aquele programa representa o *minimum* a respeito das tarefas e exigências do socialismo.”³¹³

A análise de natureza conjuntural da realidade concreta russa, de fins do anos de 1870 e início dos 80, efetuada pelos indivíduos constitutivos de *Narodnaia Volia*, a partir de uma formulação dialética que valorizava, tanto o aspecto econômico quanto o caráter político do movimento, sobrepujava a corrente socialista economicista – representada, principalmente por *Tchorny Péredel* – que, “negando toda a influência, negativa ou positiva, das formas políticas sobre as relações econômicas” recaía em um reducionismo mecanicista.

Era inútil contrapor a esta tese o pensamento de Marx, “que em seu *O Capital* havia demonstrado que as relações e as formas econômicas de

³¹¹ VENTURI, F. *op. cit.*, 1975, p.963.

³¹² *Ib.* *Ibid.* p.974-7.

³¹³ *Ib.* *Ibid.* p.981.

qualquer país eram a base de todas as demais formas sociais, políticas, jurídicas, etc. Disto se deduz que toda transformação das relações econômicas devia ser resultado de uma luta na esfera econômica e que, portanto, nenhuma revolução política era capaz de conter ou desencadear uma revolução econômica. Mas os que interpretavam assim a Marx “tinham ido mais longe que seu mestre e retiravam de suas teses, verdadeira em substância, consequências práticas absurdas”.³¹⁴

A crise econômica e a inviabilidade de provocar revoltas acentuaram, até meados da década de 80, o caráter político de *Narodnaia Volia* entre o proletariado. Os nexos intrínsecos entre os problemas economicistas e a luta contra o absolutismo, inseparáveis aos olhos do Comitê Executivo de “A Vontade do Povo”, culminou no assassinato de Alexandre II em 13 de março de 1881. Após sua morte, uma série de prisões dos *narodniks* deportações e condenações à força põem fim ao movimento revolucionário populista russo.

Considerações finais

Muito do Populismo russo, depreendido em todos os seus sentidos, significados e matizações, enquanto objeto historiográfico foi não somente relegado a algumas poucas páginas pela hodierna historiografia ocidental senão inclusive um tanto obscurecido na pena de alguns historiadores da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As particularidades do processo russo ocorrido em fins do século XIX e início do XX ainda ressoam aos ouvidos e intermitentemente apresentam-se histórica e socialmente. O mosaico político dentre não apenas da dita “esquerda” mas igualmente em todos os ramos da política nacional é um exemplo claro. Portanto atentarmos às questões, de certo modo, já postas pelo *narodnichestvo* tornar-se-ia fecundo à resolução de problemas da nossa realidade. Por certo que na História e, principalmente a história da emancipação humana, alternam-se momentos de ação e de reflexão. Será que ainda podemos, passivamente, retirarmo-nos à exercícios imagísticos ou é chegada a hora da ação que libertará a Humanidade dos grilhões que lhe prende?

³¹⁴ Ib. Ibid. p.998.

Referências bibliográficas.

HOBBSBAWM, E et. alii. (orgs.). *História do marxismo. Vol. I O marxismo no Tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IONESCU, GHITA; GELLNER, ERNEST. (orgs.) *Populismo: sus significados y características nacionales*. Amorrortu editores, Buenos Aires, 1969.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operário inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENTURI, Franco. *El Populismo Ruso*. 2 Tomos. España, Revista de Occidente S.A., 1975.

MARX, K. *O Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores — Aos Membros do Comitê da Secção Russa em Genebra*.

WALICKI, A. *Populismo y marxismo en Rusia*. Editorial Estela, España, 1971.

ZELNY, J. La estructura lógica de “El Capital” de Marx. Ediciones Grijalbo, España. 1974.

WALICKI, ANDRZEJ . *Populismo y marxismo en Rusia*. Editorial Estela, España, 1971.

TVARDOVSKAYA, V. A. *El Populismo Ruso*. Siglo XXI Editores, España, 1978.

O BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS DE SÃO PAULO.

ISSN: 2595-1645

Lucas Alexandre Andreto (Mestrado em História – Unesp Assis)

Orientador: Prof. Dr. Antônio Celso Ferreira

Resumo: O Bloco Operário Camponês (BOC), frente única do Partido Comunista do Brasil (PCB) que objetivava a participação do proletariado nas eleições brasileiras se destacou principalmente por sua atuação na cidade do Rio de Janeiro, com a eleição de Azevedo Lima, Octavio Brandão e Minervino de Oliveira. Na cidade de São Paulo, contudo, o caso foi pouco estudado, sendo a tese “A Esquerda e o Parlamento no Brasil” de Dainis Karepovs a pesquisa que nos fornece mais detalhes. Ainda assim, muitas questões a respeito da história do BOC-SP permanecem sem resposta, deixando espaços em branco no que diz respeito a história do PCB na capital paulista e de como foram as primeiras experiências da classe operária ao disputar um espaço no jogo político parlamentar.

Palavras Chave: Bloco Operário Camponês; Partido Comunista do Brasil; Cidade de São Paulo.

O Bloco Operário e Camponês, frente única para participação proletária às eleições parlamentares, levada a cabo pelo PCB na década de 20, é ainda hoje um evento pouco pesquisado, sendo a tese de doutorado de Dainis Karepovs, “A Esquerda e o parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)”, o estudo mais consistente. Especificamente a respeito da experiência do Bloco Operário e Camponês na cidade de São Paulo, que existiu entre os anos de 1928 e 1930, encontra-se menos ainda, deixando-nos espaço para a pergunta que norteia nossa pesquisa: “qual a trajetória traçada pelo Bloco Operário Camponês na cidade de São Paulo?”

O Bloco Operário e Camponês inseria-se na política de frente única adotada pelo PCB por volta do ano de 1923, seguindo as indicações da III Internacional Comunista (IC). A política de frente única só aparecerá como diretiva da IC em seu III Congresso no ano de 1921, como decorrência da constatação de que a revolução comunista demoraria mais do que o tempo esperado pelos comunistas russos para espalhar-se pela Europa. Tal constatação era consequência, especialmente, do fracasso da chamada “Ação de março” ocorrida na Alemanha e classificada pelos comunistas da IC como “putschismo”³¹⁵. Dessa forma, Fernando Claudín aponta a tática da frente única como uma política defensiva adotada pela IC

³¹⁵ Trata-se de uma ocasião em que frente à ofensiva do Estado alemão contra as organizações comunistas localizadas na região de Mansfeld, o Partido Comunista Alemão (PCA) convoca o proletariado alemão a pegar em armas e sublevar-se numa greve geral, porém o levante operário não ocorre, deixando a insurreição comunista vulnerável para ser derrubada pelas forças da polícia alemã (LOUREIRO, 2005.p. 130-131).

a partir do refluxo do movimento operário europeu, a contraofensiva capitalista sobre o nível de vida da classe operária, e o enquadramento desta nas organizações reformistas da socialdemocracia (CLAUDÍN, 2013. P. 168). Uma vez que a revolução mundial (ou europeia) se colocava fora do horizonte, a máxima da III Internacional para os partidos comunistas era a busca de uma ação comum na luta pelos interesses imediatos do proletariado e através disso radicalizar a situação e ganhar as fileiras de operários socialdemocratas para o comunismo. A IC considerava que a política de frente única permitiria aos partidos comunistas estreitar as suas relações com a classe operária, influenciá-la no sentido da revolução, tirá-la do reformismo e prepara-la para combates futuros.

No IV Congresso da IC, em 1922, os primeiros resultados da política de frente única foram discutidos e as resoluções apontaram a possibilidade de virem a ocorrer diversos tipos de governo operário através dela, entre eles o governo “operário e camponês”, nos quais, ao lado dos representantes da classe operária, figurariam os representantes das camadas médias radicalizadas e do campesinato (CLAUDIN, 2013. P. 170). A IC apontava que o governo operário podia nascer, sobretudo, em decorrência da luta de classes, mas em suas 21 teses, exigia que os comunistas participassem da política parlamentar.

Fundado no mesmo ano de 1922, O Partido Comunista do Brasil (PCB) inaugurou a política de frente única um ano depois, estabelecendo aliança com a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira (CSCB), no bojo da qual se discutiu a questão da ação político parlamentar.

Durante as duas primeiras décadas da Primeira República, houve um histórico pobre de ocasiões em que operários ou pessoas que se autodeclaravam representantes destes chegaram a exercer cargos no parlamento. Nestas raras ocasiões está o tenente José Augusto Vinhaes, eleito a deputado à Constituinte de setembro de 1890, que se definia como socialista e chefe do Partido Operário, que ao mesmo passo, era dono de uma concepção teórica que misturava socialismo e positivismo³¹⁶. Outro caso foi o do gráfico João Ezequiel de Oliveira Luz, militante socialista vinculado ao Centro Protetor dos Operários no ano de 1912. São notórios também, Maurício de Lacerda, deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro em 1912, 1915 e 1918 que sempre teve sua atuação política estabelecendo proximidade com as organizações operárias; Nicanor Nascimento, deputado federal de 1911 a 1917, e depois de

³¹⁶O tenente José Augusto Vinhaes também é conhecido por dirigir greves de operários da Estrada de Ferro Central do Brasil para forçar a renúncia de Deodoro da Fonseca em novembro de 1891, retornando a fazer o mesmo na época da Revolta da Armada contra Floriano Peixoto (CARONE. 1972. P. 199).

1924 a 1926, que atuava no parlamento a favor de leis de proteção e melhoras das condições de trabalho dos operários, tendo acompanhado movimentos grevistas como o de 1917; e também João Batista de Azevedo Lima, intendente no distrito federal em 1917-20 e deputado federal de 1921-23, futuro candidato pelo BOC.

Com exceção dessas raras ocasiões, as posições com respeito ao uso do parlamento como área de luta política no movimento operário estava dividida entre a postura dos anarquistas e dos “amarelos” (socialistas moderados, reformistas, partidários da política de conciliação de classe). Em consequência de suas posições antiestatais, os anarquistas não acreditavam na eficiência de partidos ou do parlamento como meios de luta operária ou para alcançar a sociedade anarquista, pois fazer uso delas, seria legitimá-las, voltando suas táticas de luta para formas autônomas como a sabotagem, o boicote e a greve ³¹⁷. Quanto aos “amarelos”, não representavam uma corrente política específica e sim um agrupamento dos mais variados campos ideológicos incluindo socialistas reformistas, sindicalistas, republicanos, positivistas, cooperativistas. Para Claudio Batalha, a posição do Partido Comunista na questão eleitoral acabou sendo uma síntese entre a posição dos amarelos e dos anarquistas. Tal como os amarelos, os comunistas defendiam a participação no processo eleitoral, mas colocando a classe operária como preparada para tal tarefa e não compartilhando a esperança de que a via político-parlamentar possibilitasse mudanças profundas; e tal como os anarquistas, era na revolução que concebiam a única possibilidade de transformação, mas não deixando de ver a via eleitoral como mais um espaço de exercício da luta política (BATALHA, 2003. P. 181).

Na aliança do PCB com a CSCB, os comunistas brasileiros conseguiram forçar a CSCB a questão da participação eleitoral sob o nome de “ação político-parlamentar-proletária”, mas ainda sob a direção bacharelesca da CSCB, sem participação maior dos operários. Insatisfeitos com esse resultado, o PCB explicitou as divergências que tinham com a CSCB sobre o uso do parlamento nas páginas do jornal “O Paiz”. Em 1923, os comunistas brasileiros decidiram pela primeira vez participar das eleições previstas para fevereiro de 1924 para os cargos de deputados federais. O PCB participaria apenas no Distrito Federal e o candidato operário seria apresentado por um “Bloco Operário” com reivindicações de classe. O nome escolhido para o pleito foi o gráfico João Jorge da Costa Pimenta, um dos fundadores do PCB. Apesar do PCB ter chegado a lançar, pelo Bloco Operário, a candidatura de Pimenta,

³¹⁷ “Os anarquistas no momento presente”, A Plebe, 18-3-1922 (AEL) IN PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. A Classe Operária no Brasil 1889-1930 Vol. I. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

não pode desenvolvê-la e leva-la a termo devido a recusa da entrega do título de eleitor ao candidato e à falta de apoio da CSCB. A partir do início de 1924, o PCB iniciará o processo de rompimento com a CSCB (KAREPOVS. 2001. P. 65).

A primeira experiência eleitoral vinculada ao PCB acabou ocorrendo em Santos em novembro de 1925. Na intenção de participar das eleições, logo após o II Congresso do PCB, os comunistas de Santos criaram a Coligação Operária, a qual teria apenas fins eleitorais, sem um caráter permanente. Lançaram candidato único às eleições, o garçom João Freire de Oliveira. A eleição ocorreu no dia 29 de novembro de 1925, um domingo, e o resultado se fez favorável ao partido situacionista, o Partido Republicano Municipal de Santos (PRM), que recebeu 1499 votos, conseguindo eleger 11 candidatos. João Freire de Oliveira obteve apenas 34 votos espalhados pelas 14 seções eleitorais, com exceção de Cubatão e a 14ª seção (KAREPOVS, 2001. P. 135).

A constituição do Bloco Operário (BO) se fez através de contatos preliminares com algumas personalidades políticas do Distrito Federal, como João Batista de Azevedo Lima e Maurício de Lacerda, bem como algumas organizações operárias. Com o lançamento do jornal comunista “A Nação”, o PCB faz uso de suas páginas para lançar uma Carta Aberta para frente única, convidando a participação de várias entidades operárias e alguns políticos que se diziam representantes dos operários. Dos políticos, apenas Azevedo Lima respondeu positivamente (Idem, 2006.p. 60). No dia 16 de janeiro foi anunciada a candidatura de João Jorge da Costa Pimenta e Azevedo Lima para deputados federais. Azevedo Lima, político de carreira que já tinha seu eleitorado garantido em São Cristóvão conseguiu eleger-se. Quanto a Pimenta, o PCB declarou que ele “foi par além das expectativas” apesar da derrota (Idem. P. 61).

Em fins de 1927, o Bloco Operário se institucionaliza e muda seu nome para Bloco Operário e Camponês (BOC), fazendo tentativas de fundar seções em diversas áreas do país. Ainda na ocasião da candidatura de Azevedo Lima e João da Costa Pimenta o PCB havia tentado fundar o BOC em outros locais, sem muito sucesso. Em Recife, os comunistas decidiram fundar o BOC, mas não lançar candidaturas, propondo fazer reuniões de formação usando a ideia de frente única, com todas as organizações. Chegaram a apresentar um candidato a deputado federal, mas logo retiraram a candidatura temendo a repressão (Idem, 2001.p. 210). Na Bahia os comunistas lançaram a candidatura de Alberto Campos a deputado federal, mas não pelo BOC, e sim pela chapa do Partido Liberal Eleitoral (Idem. P. 211).

Em Sertãozinho, interior de São Paulo, os militantes do PCB constituíram o Partido Operário de Sertãozinho e lançaram três candidatos a deputado federal: o farmacêutico

Henrique Aguiar, e os barbeiros Lauro de Castro e Sigismundo Sandoval. Lançaram também um senador: o médico Antônio Farlan. Os candidatos comunistas de Sertãozinho acabaram tendo uma votação conjunta de mais de 100 votos, mas que se viram “depurados” diminuídos a 35. Em agosto de 1928, os comunistas de Sertãozinho substituíram o Partido Operário de Sertãozinho por um núcleo do BOC e apresentaram cinco candidatos para as eleições de outubro deste ano, sendo três para vereador (o pirotécnico Theotonio Souza Lima, empregado do comércio Joaquim de Freitas e o sapateiro Ovídio Matrangolo) e dois para juiz de paz (o marceneiro Armando Chiaratti e o pedreiro Gumercindo Paes Vidal), obtendo significativa votação e fazendo um primeiro suplente de vereador (282 votos) e um terceiro suplente de juiz de paz (130 votos) (Idem. P. 334).

Em Ribeirão Preto, criaram em 1928 o Centro Proletário de Ribeirão Preto, que lançou as eleições para vereador de outubro, o ferroviário-metalúrgico Guilherme Milani, que obteve 28 votos e não se elegeu (Idem.p. 335). No Rio Grande do Sul, houve a tentativa de fundação do BOC em várias cidades: Porto Alegre, Pelotas, Caxias, Rio Grande e Santana do Livramento. Em Porto Alegre, aparentemente a maior realização do BOC foi a comemoração do 1º de Maio. No Rio Grande, o BOC iniciou-se bem com a inscrição em um só dia de 31 membros, mas não deu prosseguimento a suas atividades. Em Santana, o dirigente local do BOC, Satyro Lacerda, teve problemas com a direção central do PCB por tentar fazer o BOC compor com a oposição; o PCB tentou fundar um novo BOC no local, mas não obteve sucesso. Ainda no ano de 1928, os comunistas gaúchos tentaram reorganizar o BOC no estado do Rio Grande do Sul, mas não obtiveram sucesso (Idem. P. 337).

A experiência mais relevante do BOC que se tem conhecimento é do Rio de Janeiro. Além da vitória de Azevedo Lima, no ano seguinte, o BOC-RJ elegeria para intendentess municipais Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, tendo este último se candidatado também a presidência nas eleições de 1930. No parlamento, Azevedo Lima centrou-se no combate à Lei Celerada, a fiscalização da Lei de Férias, críticas à atuação do Conselho Nacional do Trabalho, às denúncias referentes às condições de trabalho e higiene em uma série de empresas estatais, fiscalizou atos irregulares do Executivo, denunciou usos ineficientes ou incorretos de recursos públicos em favor de pessoas particulares (KAREPOVS, 2006. P. 95). No decorrer do ano de 1928 e 1929, Azevedo Lima entrará em conflito com o PCB e romperá com o BOC.

A atuação de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, por sua vez, contou com a apresentação de 5 projetos de lei, cujo um (relativo à regulamentação do horário de trabalho das farmácias em domingos e feriados) foi aprovado. Os intendentess do BOC também

apresentaram 24 indicações sobre vários temas e tiveram grande índice de aprovação dos demais intendentes: 18 foram aprovadas, 3 foram rejeitadas e 3 não tiveram tramitação concluída. As indicações aprovadas tratavam de questões como a redução de tarifas de ônibus, trajetos das linhas e a cobertura das plataformas de parada, apontavam e denunciavam a intromissão das empresas de transporte na vida cotidiana dos habitantes, reivindicavam a pavimentação e iluminação das ruas dos subúrbios cariocas, reivindicavam a construção de escolas, postos de saúde, fornecimento gratuito de medicamentos para beneficiar a população trabalhadora, sugestão de ordem para pagamento de salários em atraso dos funcionários públicos municipais (Idem. P. 111-112). No dia 28 de novembro de 1929, os intendentes Batista Pereira, Corrêa Dutra e Mário Barbosa apresentaram a indicação 180, que pedia o impedimento da propaganda comunista no plenário. No dia 11 de dezembro a indicação 180 foi posta a votos e aprovada por dez contra sete, tendo como consequência a anulação da capacidade política de ação dos intendentes comunistas do BOC (Idem. Pag. 115).

Quanto a trajetória do BOC-SP, que é objeto de nosso estudo, há ausência de estudo aprofundado que seja específico do caso. Um estudo que não pode ser ignorado, é o livro de Edgar De Decca, “1930: O Silêncio dos Vencidos”, que de tem como objeto de estudo a construção da memória histórica sobre a Revolução de 1930, mas encontra no BOC-SP o centro de sua exposição argumentativa. No livro de Edgar De Decca, o BOC-SP comparece como possível portador de uma revolução “democrático-burguesa” ou mesmo proletária. Nas palavras de De Decca

A seção do BOC em São Paulo tinha importância maior que a de outros setores por existir aí uma luta parlamentar intensa com um crescimento considerável das fileiras do PD [...] Contando com uma classe operária numerosa, o BOC poderia organizá-la em torno de seu programa através da incorporação de suas reivindicações, como também mobilizá-la como força política parlamentar nova para oposição ao PRP. (DE DECCA, 1988. P. 100).

O BOC-SP era aceito nas oposições ao PRP por propor uma “revolução democrático-burguesa” que tinha como finalidade a luta contra o imperialismo e a destruição das antigas relações de economia agrária do país para o livre desenvolver das forças produtivas do capitalismo. A partir do momento que a classe operária leva o BOC a assumir o conflito capital-trabalho, engajando-se numa greve de mais de 70 dias e organizando a classe na Confederação Geral do Trabalho (CGT) que contou com mais de 60.000 operários, o movimento de oposição voltou-se contra o BOC-SP, tratando de aí por diante, afastá-lo da luta política. A partir de então, a burguesia industrial, articulada através do Centro das

Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), levaria a cabo uma política de estancamento do BOC e sua proposta de revolução, apresentando uma proposta própria, onde o progresso industrial seria a condição para o desenvolvimento da nação, e a questão social seria resolvida por uma legislação trabalhista que empastelaria as organizações proletárias, despolitizando-as. Com a vitória da “revolução de 30”, seus vencedores teriam criado todo um arcabouço ideológico³¹⁸ que se constituiria na memória dos vencedores, fazendo calar a memória dos vencidos, e com ela, a verdadeira opção revolucionária existente em 1928 com o Bloco Operário Camponês de São Paulo.

O livro de De Decca é insuficiente no que diz respeito a uma história do BOC-SP, evidentemente porque este não era seu objeto de estudo, mas também por conta do número limitado de fontes que dispunha³¹⁹, gerando deficiências de abordagem claramente percebidas pela crítica de autores como Boris Fausto (FAUSTO, 1997. P. 17), Angelo José da Silva (SILVA, 2002. P. 16) e Anita Leocadia Prestes, que em síntese, afirmam que na obra de De Decca e seus seguidores “A visão dos acontecimentos de 30 como um suposto golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário, que constituiria uma séria ameaça à dominação burguesa, não se sustenta diante da evidência dos fatos” (PRESTES, 1991. P. 34).

Chamamos atenção para o fato de que em nenhuma das críticas é dada maior importância para a sessão paulista do BOC, não aprofundando as questões relativas a sua história ou a questão de como a classe trabalhadora paulista foi inserida na participação eleitoral. O único trabalho que nos oferece contribuição nesse sentido é o doutorado de Dainis Karepovs, que dedica ao BOC-SP dois subcapítulos. Nele, o BOC-SP comparece como permeado por vários conflitos. Lança Nestor Pereira Júnior para deputado estadual nas eleições de 1928, mas não leva a candidatura até o fim por conta de uma ação policial que prende o dirigente paulista do PCB, Plínio Mello, justificando a saída do pleito por conta da

³¹⁸ Edgar De Decca usa um conceito de ideologia problematizado por Marilena Chauí, onde a ideologia se constitui de um discurso que se sustenta por não dizer até o fim aquilo que pretende dizer. (DE DECCA, 1988).

³¹⁹ De Decca trabalhou com os jornais “A Plebe”, “O Diário da Noite”, “Diário Nacional”, “Jornal do Comércio”, “O Combate”, “O Correio Paulistano”, “O Estado de São Paulo”, “O Trabalhador Gráfico” e “A Platéia”. Destes, foi dado destaque especial para “O Combate”, fator que pode ter inserido um caráter problemático em sua pesquisa, uma vez que este jornal agiu boa parte do tempo como propagandista do BOC-SP, dificultando uma abordagem das contradições internas desta instituição. Não comparece nas fontes usadas por De Decca, os documentos oficiais do Partido Comunista, das sessões do BOC, a revista “Auto-crítica”, as cartas trocadas entre o PCB e seus militantes e tampouco os documentos da Internacional Comunista (a problemática da relação PCB e IC é ignorada pelo autor). Outras fontes usadas por Edgar De Decca são documentos da CIESP e FIESP e escritos de Roberto Simonsen. A respeito destas deficiências, deve-se levar em conta que quando “O Silêncio dos Vencidos” foi construído, não se tinha disponível todas estas fontes de acesso relativamente fácil nos dias atuais.

repressão. O Comitê Central do PCB, porém, afirmou que a desistência se deu por razão de Plínio Mello ter feito acordo de apoio eleitoral ao Partido Democrático de São Paulo (PD-SP) em troca de sua saída da prisão (KAREPOVS, 2001. P. 315). A acusação abre uma polêmica que fica em aberto no trabalho de Karepovs, não se podendo confirmar se houve ou não acordo de Mello com o PD. Também não é abordado os detalhes da situação de “letargia” e brigas internas entre os militantes do PCB de São Paulo após o fracasso da tentativa de participação no pleito. No fim do ano, o BOC-SP participa das eleições para intendentess municipais com a candidatura de Everardo Dias e fracassa completamente. Graças a tudo isso, O III Congresso do PCB se dedicou, entre outros assuntos, a situação do partido em São Paulo. O III Congresso propôs um estudo aprofundado da situação paulista, medidas organizativas como a fundação da Federação Sindical Regional, fundação da seção regional da Liga Antiimperialista, adesão a Liga Antifascista, assim como a intensificação da atividade do BOC-SP e, a mais importante, o reforço da base orgânica e ideológica do Partido, com a exigência da mais rigorosa disciplina em suas fileiras, maior educação teórica de seus membros e mais intenso recrutamento de novos membros.

No VI Congresso da IC, no ano de 1928, mudam-se as diretivas para o movimento comunista mundial. O congresso ocorreu após a vitória definitiva da linha stalinista em cima da trotskysta na União Soviética e marcou o início das políticas de “classe contra classe” e do “terceiro período” como diretivas da IC. A política de “classe contra classe” afirmava que as burguesias nacionais não eram mais forças revolucionárias antiimperialistas, devendo os comunistas se colocarem contra alianças com as burguesias nacionais, excluindo inclusive alianças com os partidos social democratas, chamados agora de “social-fascistas”; ao mesmo tempo, a política do “terceiro período” estabelecia os anos de 1917-23 como anos de ascensão revolucionária, 1923-27 como estabilização parcial do capitalismo e 1927 em frente como momento em que o desenvolvimento do socialismo levaria uma quebra da estabilização capitalista, abrindo novo período revolucionário. De forma indireta, estas duas diretivas enterravam a política de frente única adotada no III Congresso da IC. A política de frente única dos Blocos Operários foi duramente criticada na Conferência Latino-Americana da Internacional Comunista, em junho de 1929, sendo acusada de submissão dos comunistas à pequena-burguesia, diluição do Partido Comunista frente ao Bloco Operário Camponês, ineficiência em organizar os trabalhadores do campo, construir máquinas eleitoreiras, etc. De 22 de outubro a 5 de novembro de 1929, ocorreram várias reuniões na sede da Internacional Comunista em Moscou onde foi definido o fim do Bloco Operário e Camponês. O BOC ainda

teria uma participação fraca nas eleições de 1930, lançando Minervino de Oliveira à presidente. Passadas as eleições, o BOC deixou de existir.

Outro estudo que merece ser aqui abordado por ser um dos raros a tratar diretamente da questão da inserção do proletariado paulista no sistema eleitoral, apesar de não tratar diretamente de nosso período, é o artigo “Voto Operário em São Paulo”, de Azis Simão (SIMÃO, 2012) No estudo, Simão trata da disposição geográfica do operariado paulista na década de 40 e 50, e através disso, para quais partidos tendiam o voto operário. A dificuldade de a presente pesquisa seguir o exemplo do autor é citada por ele próprio: a escassez de documentos que forneçam estatísticas que permitam indicar como teriam votado os eleitores operários antes de 1933 (Idem. P. 266). De fato, Karepovs indica em seu trabalho que o último censo efetuado na Primeira República que permite medir em estatísticas a população operária data do ano de 1920 (KAREPOVS, 2001. P. 81). Apesar disso, Azis Simão utiliza-se de informações orais e notas da imprensa operária para afirmar que até 1933, os eleitores operários não davam seus votos nem para o Partido Socialista Brasileiro, nem para a legenda dos comunista, que comparece no artigo sob o nome de “União Operário e Camponesa”. Acreditamos poder dialogar com o trabalho de Simão, buscando nas fontes que serão analisadas por nós (e numa possível busca por outras fontes no decorrer na pesquisa), informações sobre como o operariado paulista da época foi inserido na problemática eleitoral e qual sua disposição para participar do jogo das eleições num momento em que esse procedimento era desacreditado (principalmente pela herança anarquista do movimento operário) e as próprias possibilidades de participação eram limitadas.

Referencia Bibliográfica:

BATALHA, C. *Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva*. IN FERREIRA, Jorge; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CLAUDÍN, F. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DE DECCA, Edgar. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAREPOVS, Dainis. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

LOUREIRO, I. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Unesp, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930 vol. I*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVA, Ângelo José da. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 30*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado e outros escritos*. São Paulo: Hucitec, 2012.

O BRASIL DO SÉCULO XIX NA PERSPECTIVA DE CAIO PRADO JR.

ISSN: 2595-1645

Fabiano Ribeiro (Mestrando em História Social- UEL)
Francisco César Alves Ferraz (Orientador)

Resumo: A proposta deste estudo sobre a temática “O Brasil do século XIX na perspectiva de Caio Prado Jr.”, tem como objetivo uma peculiar reflexão sobre a trajetória histórica do Brasil no XIX, momento em que o país passava por mudanças estruturais a nível político, econômico e social, bem como ao processo de dominação, insurreições e resistência. Dessa forma, objetivamos fazer memória da historiografia colonial em transição, enfatizando a ação elitista modernizadora sob a perspectiva de domínio territorial, as preocupações sobre o processo de miscigenação e o desejo de branqueamento populacional. Portanto, trataremos em pauta aspectos étnico-raciais diante de um período de transição do trabalho escravo para o assalariado, assistido pela ação capitalista. Em suma, este trabalho, deverá abrir espaço para a discussão de um período histórico de um Brasil agrário em pleno desenvolvimento, mas que se mostrava fragilizado em detrimento aos referenciais de identidade cultural, de emancipação e modernização que chegava por meio da economia cafeeira.

Palavras-Chave: Dominação. Resistência. Modernização.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo uma peculiar reflexão, sobre a historiografia do século XIX no Brasil na perspectiva de Caio Prado Jr., a qual inicialmente nos reporta aos momentos que retratam as transições ocorridas em âmbito econômico, social e político.

Por vezes, ao analisarmos os ditames dessa historicidade, podemos observar como esta passou a ser construída diante de um processo de colonização, de povoamento, territorialidade e modernidade, estando inserida a trajetória de aculturação, dominação e resistência, que ocorrera sob a tutela do desbravador europeu em relação às comunidades indígenas e de negros africanos.

Os estágios de desenvolvimento do Brasil no século XIX, vivenciados pelos ciclos de produção, exploração, industrialização e imigração, davam margem às perspectivas de progresso e “modernização conservadora”.

Já em vias de um processo abolicionista, este momento da história retratava as fases que foram da ascensão ao declínio, o que atomizou e capilarizou as discussões em torno da necessidade de reparação social e de igualdade étnica, esta refletida no campo do trabalho e principalmente, em relação às camadas mais pobres formadas por indígenas, negros libertos e mestiços.

Em suma, o objetivo desse artigo é uma peculiar reflexão sobre as mudanças ocorridas no cenário histórico brasileiro do século XIX, o que para Caio Prado Jr., representava a memória histórica que foi construída a partir dos referenciais; econômicos, sociais e políticos em um país em transformação.

Objetivo

O objetivo desse estudo é possibilitar um diálogo, em torno dos referenciais historiográficos trazidos por Caio Prado Jr., os quais abrem espaço as discussões referentes a um Brasil do século XIX, que passou por significativas mudanças econômicas, sociais e políticos, refletidas ao ideal de uma modernização conservadora, mas preso aos estigmas histórico-sociais geradores de desigualdade, primazia acentuada ao capitalismo, ao processo escravista e ao branqueamento populacional.

O Brasil do século XIX

Os estudos realizados sobre a temática “O Brasil do século XIX na perspectiva de Caio Prado Jr.”, tem como objetivo uma peculiar reflexão sobre a trajetória histórica do Brasil em relação ao desenvolvimento econômico, político e social. Caio Prado Jr., em seus escritos fez observações importantes ao falar sobre a formação colonial no Brasil, apontando as condições de povoamento e o que ele chamou de “progresso material” isso em referência a população indígena e mais tarde com bases africanas.

Salvo as efetivas mudanças coloniais que mexeram com a estrutura política, com a economia, e as reais pretensões no processo de exploração e domínio territorial, que se encaminhava para um momento de valorização de nossos produtos no cenário internacional, já que fomos favorecidos também por uma efetiva ação agrícola após a decadência mineradora.

É nesse contexto que as contribuições do autor foram várias, estas que registraram o desenvolvimento histórico colonial, ou mesmo a dedicação em externar por meio de seus escritos a trajetória histórica de nosso Brasil, ou o que nos interessa em nossos estudos a forma como esse processo decorreu em seus padrões sociopolíticos.

Nesse sentido, o intelectual mostrou-se, não somente como um grande escritor, mas também como um agente direto de transformação da memória histórica da sociedade brasileira, tendo o mesmo, vivenciado várias situações que exigiram dele não só em relação à postura de um grande historiador e geógrafo, mas também, como político e defensor de suas ideologias, rompendo com o próprio sistema que visava interesses próprios, de domínio e de forças políticas da época.

Contudo, Caio Prado Jr. propôs em meados de 1942, um estudo detalhado de nossa historiografia brasileira, enfatizando o período colonial e as transformações geradas ao longo de nossa história, ou seja, aquilo que inicialmente era munido de uma imperceptibilidade no

campo temporal, mas que passaria ao campo da visibilidade por meio dos estudos que realizou e que encontramos em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

O historiador passaria a transitar pelas memórias observando e se propondo entender o sentido da ação dominadora europeia e em seus primeiros capítulos sinalizando o crescimento populacional sob a perspectiva e interesses desses desbravadores, de explorar esse “Novo Mundo”, as condições iniciais entre dominadores e dominados, as adaptações, as imposições, que levaram a uma corrida desenfreada na busca pelo ouro, diamantes e conseqüentemente as constantes ocorrências e conflitos em algumas regiões brasileiras.

A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotassem universalmente nos trópicos a mão de obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, aquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. (PRADO, 2004, p. 29)

Nesse contexto observou Caio Prado Jr. que o europeu passaria a enfrentar e a dimensionar a real situação, procurando adaptar-se, entendendo a posição a qual se encontrava e que lhe competia, tendo na produção agrícola um fator de desenvolvimento econômico, o que conjecturou com a formação das grandes propriedades rurais.

É fato que o Brasil do século XIX e XX, teve um importante período de desenvolvimento com a produção cafeeira, que possibilitou o crescimento econômico brasileiro a nível agroindustrial, bem como o período de modernização, ocorrendo um maior fluxo na produção e exportação, tornando o Brasil um dos maiores produtores e exportadores de café.

O que chama a atenção também é o fato que esse movimento populacional desencadeou situações a serem discutidas sobre a identidade cultural e étnica, que é uma das temáticas tratadas por Caio Prado Jr.

Nos escritos de Paulo Henrique Martinez, na obra “A dinâmica de um pensamento crítico” o mesmo referencia a partir dos estudos de Caio Prado Jr., alguns acontecimentos do século XIX a exemplo dos movimentos cabanos, balaios e praieiros, momento da história brasileira destinada à discussão sobre aspectos políticos sociais, que retratam a ideia de

“resistência”, mas ao mesmo tempo mostra a falta de unidade e liderança por parte dos revoltosos.

Sem nos tornarmos repetitivos, mas também não ignorando algumas de nossas fragilidades históricas, ao tratarmos dessas revoltas nos propomos retornar a historicidade e a realidade cotidiana de um povo em formação, bem como as incertezas enfrentadas em relação à organização política.

A ameaça de separação entre as províncias do Norte e do Sul era o sinal de que as transformações ocorreriam cedo ou tarde.

O historiador Boris Fausto observou em seus escritos que os Cabanos, em Pernambuco, entre os anos de 1832 e 1835, representaram a massa rural insatisfeita, o que aproximou classes homogêneas, que traziam o desejo inicial da restauração de D. Pedro I ao trono, mas que acabou sendo marcada pela traição de suas lideranças, porém, fica o registro histórico de movimentos populares que ganharam forças e que efetivamente chegaram ao poder, mas que não tiveram organização para realizar a manutenção do mesmo.

Outros movimentos ocorridos no século XIX, a exemplo da Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Farroupilha, são representações de como as elites regionais buscavam o controle das províncias, e como comunidades de descendência indígena, de escravos africanos e mestiços, participaram desses movimentos e que estranhamente em momentos favoráveis e de reais oportunidades não trouxeram a tona a ideia de abolição.

Por conseguinte, para Milton Santos, “a forma como foi exercido o processo de dominação no decorrer da história estando fundamentada primeiramente em questões territoriais, em seguida no alinhamento a materialidade, as técnicas de produção, pela economia, pelos meios de controle, na política, no social, acabando por transpor-se em um ambiente histórico-social contemporâneo e global, que pode ser identificado em sua origem”.

Caio Prado Jr. por sua vez fala do sentido da palavra “revolução”, que para ele diz respeito a “reformas ou modificações” que venham a ocorrer no cenário social, ao mesmo tempo remexendo com as bases econômicas e políticas, o que de fato recai historicamente as divisões das classes sociais, mas que para o historiador revelam também as fragilidades e precariedades das bases estruturais e que gradativamente percorrem o caminho mais curto ou alimentam interesses imediatos em proveito próprio o que se torna marca desse estado em formação contemporânea.

Para Caio Prado Jr., a exploração das camadas sociais formadas por indígenas, africanos e mestiços, fazem parte das marcas e estigmas, um rastro de preconceito e exclusão ao longo da história, já que a classificação étnica sempre foi tratada no Brasil desde o período

colonial como uma questão de posição social, sendo para a elite europeia as questões raciais muito mais importantes que as questões somáticas.³²⁰

É por isso que as referências do historiador nos trazem a reflexão das divisões de classes e mais que isso como estas passariam a serem utilizadas e organizadas aos interesses das oligarquias agrárias, ao claro exemplo da miscigenação, do sexualismo desregrado que mostrava a capacidade do português em misturar-se a outras raças, a chegada de imigrantes, o tráfico de escravos ou pela catequização e colonização indígena.

O paralelismo das escalas cromáticas e social faz do branco e da pureza um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira; ao lado das circunstâncias assinaladas mais acima, ele tem um grande papel na orientação dos cruzamentos, reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco. Dirige assim a seleção sexual no sentido do branqueamento. Um fato bem sintomático de um estado de coisas é a preocupação generalizada de “limpar o sangue”, como se chamava aquela acentuação do influxo branco. (PRADO, 2004, p.110-111).

De fato essa leitura e análise histórica realizada por Caio Prado Jr. nos possibilita entender que por razões óbvias o negro foi inserido, incorporado à população da colônia, como mão de obra escrava, ou como trabalhador assalariado com baixa remuneração e direitos.

Porém, a discussão a qual trazemos a tona também nos reporta a possível eliminação do branco puro, observando-se a grande concentração de negros nas regiões litorâneas do Nordeste, na parte Sudeste e Oeste aos centros mineradores do interior, a exemplo de algumas propriedades mais antigas da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Por outro lado, o historiador faz menção aos grandes centros urbanos, do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, onde a maior concentração e afluxo passaria a ser de imigrantes brancos, o que teve seu favorecimento a partir da abertura dos portos.³²¹

³²⁰ É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: “Era (mulato), porém já não o é”. E ao espanto do inglês, acrescentava o empregado: “Pois, senhor, capitão mor pode lá ser mulato?” (PRADO, 2004, P.109).

³²¹ Os centros mineradores também possuem caracteres próprios. Nos mais decadentes, em particular nos de Goiás e Mato Grosso, o branco já quase desapareceu; não só porque se estancara o afluxo dele, como porque mesmo o já estabelecido vai abandonando estas regiões empobrecidas. O mesmo se dá nos centros mineradores de Minas gerais, onde a não ser nos de certa importância, o branco já não existe mais. No Extremo-Norte, compreendendo as capitânicas do Pará e sua subalterna de São José do Rio Negro, é o índio que predomina: o puro (tapuia), em grande número ainda, e suas variantes mestiças o cariboca e o mameluco respectivamente da primeira e segunda das gerações cruzadas. (PRADO, 2004, p.113).

Já em São Paulo, as referências raciais nas capitânicas diziam respeito à mistura entre o indígena e o europeu, o que viria a ter uma efetiva mudança em meados do século XIX, período marcado pelo desenvolvimento econômico, o que acabou atraindo imigrantes e possibilitando o investimento em um grande número de escravos.

Situação diferente mesmo foi a da parte Sul do país que era predominantemente europeia, o que Caio Prado Jr., se tornava a representação dos “brancos puros”, isso em vias de forte ação imigratória, e por causa dos poucos recursos econômicos que não possibilitaram maiores investimentos na mão de obra africana nessas regiões, estes que passariam a serem inseridos mais diretamente a partir do desenvolvimento das charqueadas.

Mas, como falamos anteriormente a modernização do país que passava por discussões em nível do processo de miscigenação e branqueamento, também se mostrava a partir das reformas entre os anos de 1851 a 1855, com o Banco do Brasil e sua reestruturação após 1808, com a inauguração da linha telegráfica que ocorrerá no Rio de Janeiro, a primeira linha férrea, que em um segundo momento ligava em 1855 a Corte a São Paulo.³²²

É importante resaltar que o Brasil também vivia a expectativa abolicionista, já que isso havia ocorrido em vários países europeus, e assim a lei Eusébio de Queirós de 1850 representava além do fim do tráfico de escravo, uma nova era de mudanças nos setores políticos, econômicos e sociais.

Podemos entender que para Caio Prado Jr., toda a mudança que vinha ocorrendo refletia do setor econômico para o social, e em pleno século XIX a discussão pairava sobre a ideia de escravidão antiga e a escravidão moderna.

No âmbito da escravidão moderna, o escravo foi considerado apenas enquanto trabalho servil disponível, e as contribuições que chegou a dar à cultura brasileira persistiram apenas pela convivência ao longo dos séculos e pelo vigor e riqueza característicos de seus próprios elementos culturais que não puderam ser totalmente destruídos pelo colonizador. (D’INCÃO, 1989, p.321).

O que podemos observar na análise feita por Caio Prado Jr., é que a imposição econômica acabava ocorrendo a partir da escravidão, mostrando claramente que ser negro e escravo em um ambiente colonial, representava estarem rebaixados, sozinhos, em estado de

³²² A organização e expansão do crédito bancário literalmente inexistente desde a liquidação do primeiro Banco do Brasil, em 1829, e o conseqüente estímulo à iniciativa particular; a abreviação e o incremento dos negócios, favorecidos pela rapidez maior na circulação das notícias, o estabelecimento, enfim de meio de transportes modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do Império são algumas das conseqüências mais decisivas de tais sucessos. (HOLANDA, Sergio Buarque de, 1995, p. 74).

minoridade, muito diferente do escravo da antiguidade, a exemplo daqueles que representavam a cultura grega, ou seja, era um estado de “dominação em âmbitos econômicos, sociais e culturais”.³²³

Logo, o estudo realizado a partir da obra *Formação do Brasil Contemporâneo* nos possibilita entender as relações econômicas e sociais de hoje, estas que nos dão a dimensão do que foi a desigualdade e o preconceito ao longo da trajetória histórica brasileira.

Para o historiador nossa sociedade foi formada pela discriminação, onde o trabalho que se desenvolve é definido pela cor, tendo suas bases na escravidão, onde o indivíduo afrodescendente é estigmatizado nos ambientes onde deveria ser garantida sua dignidade, seja no espaço de trabalho, em instituições educacionais, ou mesmo, quando este passa a ser taxado como inferior, não tendo capacidade de mando e tomada de decisões.

Nas palavras de Husserl, 1996, p. 28, a priori haja a necessidade de entender que:

[...] o mundo existe para nós como produto intencional. A única tarefa e função da fenomenologia husserliana é salvar o sentido deste mundo, o sentido em que este mundo vale para qualquer homem como realmente existe. A fenomenologia é, pois, uma tomada radical da consciência do que é o homem em si mesmo.

Entendemos haver uma relação conflituosa do homem consigo mesmo, o que reflete o processo de aculturação, e de coerção exterior, ou seja, é uma existência fora da consciência individual.

Porém, isso demanda entendermos a grande dificuldade do escravo desprovido economicamente, socioculturalmente, de ser reconhecido enquanto grupo social e dessa forma a dificuldade de compreensão de sua própria realidade.

Para o sociólogo Octavio Ianni, toda esta mudança no cenário escravista foi de extrema importância, mas pouco decisivo, já que para o intelectual a abolição não passou de um “negócio branco”, pois não levou o negro a emancipar-se, muito menos houve qualquer tipo de reparação, como dar terra para que este pudesse produzir e sobreviver do seu trabalho, a

³²³ Pretendem alguns que existe uma ciência do amo, a qual é idêntica à economia doméstica e à autoridade real ou política, como já dissemos no começo; outros sustentam que o poder do senhor sobre o escravo é contra a natureza. Só a lei – dizem – impõe diferença entre homem livre e escravo; a natureza a nenhum deles distingue. Tal diferença é injusta, e só a violência a produz. Ora servindo os nossos bens para a manutenção da família, a arte de admirá-los também faz parte da economia: porque, sem os objetos de primeira necessidade, os homens não saberiam viver, e, o que é mais, viver felizes. (ARISTÓTELES. *A política. Tradução de Nestor Silveira Chaves, 1996, p.14*).

possível integração do negro ao mercado de trabalho, o qual disputou de forma desigual com o imigrante europeu.

Ao nível político as mudanças encaminhavam-se em direção ao estabelecimento de um Estado Nacional, o que vinha acompanhado de transformações na base socioeconômica, isso tudo quando presenciou-se a transferência de poderes econômicos do Nordeste brasileiro para o Centro-Sul, trazendo perspectivas em um novo ciclo produtivo com o café e dessa forma ocorrendo o processo de modernização, que em relação ao Estado Imperial, era vista como não conservadora.

Para as elites políticas do novo Estado-Nação, a primazia da razão política sobre outras racionalidades se traduz em outros objetivos: preservação e expansão do território e controle sobre a população. A Ibéria, em sua singularidade, ressurgiria melhor na América portuguesa do que na hispânica, onde o liberalismo teve força mais dissolvente por ter sido a ideologia que informou as revoluções nacional-libertadoras contra o domínio colonial. E a Ibéria é territorialista, como o será o Estado brasileiro – nisto, inteiramente distante dos demais países de sua região continental –, predominantemente voltado para a expansão de seus domínios e de sua população sobre eles – a economia seria concebida como uma dimensão instrumental de seus propósitos políticos. (VIANNA, 2004, p.45).

Para Caio Prado Jr., a queda na oferta de mão de obra faria com que a parte Nordeste repensasse a condição escravista, até mesmo pela dificuldade de se obter mão de obra após a proibição do tráfico de escravos, e após o fracasso dos engenhos de açúcar, havendo uma inversão, pois a parte Centro-Sul investiria fortemente nesta mão de obra em vista da produção nas fazendas de café fortalecendo o comércio de escravos internamente.

Partindo desse pressuposto, o forte processo imigratório contribuiu diretamente para com a formação social brasileira, já que estes europeus que chegavam ao Brasil estavam inseridos as bases capitalistas, trazendo consigo a experiência de novas técnicas de produção agrícola, o que facilitou a adaptação e reestruturação da produção cafeeira nas fazendas.

O historiador reforça a ideia de que as discussões se ampliavam em torno do trabalho assalariado e o trabalho escravo e, mais que isso, o que se coloca em xeque é a cidadania, o que caminhava em direção à estruturação da sociedade civil.

Este avanço se inscreve na realidade pelo menos em dois aspectos. O primeiro e o mais importante, diz respeito a exigências de regras claras que regulem as relações entre empregado assalariado e o empregador (fazendeiro). O fazendeiro tem grandes dificuldades em se adaptar ao trato com o trabalho livre. Acostumados a lidar com o escravo como coisa, força motriz da produção, por vezes, empregam os mesmos expedientes com os

imigrantes, que não deixam de reagir a essa situação. (VICTORIANO, 2001, p. 86).

Nesse sentido, Caio Prado Jr., observou o embate entre o fazendeiro e o imigrante, o que se encaminhava para o que chamou de “revolução burguesa no Brasil”, conseqüentemente a uma nova política social e uma legislação que garantisse ao trabalhador assalariado seus direitos.

Os apontamentos realizados pelo intelectual mostram que o estado de subordinação e escravidão, dava a dimensão da estrutura social e econômica da colônia e do Império, bem como, os referenciais na “formação social escravista e formação social capitalista”.³²⁴

É dentro desse amplo contexto histórico que Florestan Fernandes enfatiza sobre a evolução de um estado egoísta, chegando-se a consciência social, esta que foi de fundamental importância para a estruturação das consecutivas políticas econômicas, no Império e na República, servindo como fator principal e condicionante a ruptura com o passado colonial, à medida que temos como referencia limite; fazendeiros e imigrantes, estes como agentes humanos colaboradores diretos da “extinção do estatuto colonial e a constituição de um Estado nacional independente, que passaria a ser controlado pela aristocracia agrária, o que veio a surtir mudanças significativas na relação econômica brasileira com o sistema econômico externo”.

Outro desdobramento da análise de Florestan Fernandes traz ao entendimento que as fortunas obtidas pelas aristocracias agrárias no período colonial e Imperial, são também reflexos do modo de produção escravista, o que ele chamou de “acumulação originária do capital”, o que denota para o intelectual que:

[...] a ordem escravocrata e senhorial foi destruída a partir de dentro, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi ao mesmo tempo, suplantada e

³²⁴ Em poucas palavras, na formação social escravista o trabalhador é escravo, isto é, alienado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. É propriedade do outro, do senhor, juridicamente e de fato. E está destinado a trabalhar de modo a produzir principalmente mais-valia absoluta, que resulta na extensão da jornada de trabalho. Sob a escravatura, o poder político exercido pela casta dos senhores não é contestado politicamente pela casta dos escravos. Esta é principalmente uma categoria econômica. Não são revoltas de escravos (quilombos, cimarrons, marrons, marroons e outros) que destroem nem abalam as relações e estruturas escravistas. Em geral, a formação social escravista rompe-se a partir dos antagonismos que se desenvolvem na esfera da casta dos senhores, ou nas lutas entre as castas dos senhores e a emergente classe burguesa. Ao passo que na formação social capitalista o trabalhador (negro, mulato, índio, mestiço, branco etc.) é alienado apenas no produto de seu trabalho. Ao menos formalmente ele não é alienado em sua pessoa. O trabalhador livre produz principalmente mais-valia relativa, que resulta da potenciação técnica e organizatória da força de trabalho. Ele trabalha sob o regime de contrato, que pode discutir ou refazer. Nesse caso, o poder político de classe burguesa pode ser contestado pela classe operária, que é uma categoria econômica e política. (Apud, IANNI, 1988, p. 81-82).

substituída a partir de fora, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbana - comercial para a periferia agrária. Trata-se de um círculo histórico bem conhecido. Apenas, o Brasil, ele não se deu de maneira completa. Como o polo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no polo oligárquico do regime republicano, graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica, ao desaparecer, o trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje mesmo em economias de plantação tidas como “especificamente modernas”. (VICTORIANO, 2001, p. 88).

Segundo Marco Aurélio Nogueira, em seus escritos “escravidão e sistema colonial” toda a ação realizada em vias do processo de abolição deve ser observada como uma transformação capitalista, o que para ele acontece sem ruptura revolucionária e o que para Caio Prado Jr., estava explícito quando faz referência as insurreições ocorridas no século XIX, e quando se propõe mostrar a ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, ou aquilo que passou a chamar de ação “revolucionária inconsequente”.

Em suma, para o historiador ficava claro a esterilidade desses movimentos encabeçados pelas camadas inferiores, bem como a falta de consciência e organização política, mas principalmente as mudanças às quais passaram a serem tratadas como um processo claro de “modernização conservadora”.

Considerações finais

Ao concluirmos este trabalho, observamos a conjuntura histórico-econômica, social e política no ambiente colonial brasileiro, sob o olhar e perspectiva de um personagem de extrema importância para o cenário histórico do Brasil.

Caio Prado Jr., representou o campo intelectual historiográfico, mas principalmente uma geração que descreveu a transição do período colonial em vias de um processo de modernização conservadora, que veio a ocorrer a partir da ordem agroindustrial, esta em detrimento ao desenvolvimento da cultura cafeeira, que fez parte da representação transitória de um estado escravista, ao assalariado, na imagem do escravo e do imigrante, bem como as discussões em torno do processo abolicionista e étnico racial.

Em suma, os estudos realizados nos serviram de parâmetro ao entendimento da necessidade de se pensar os referenciais historiográficos do século XIX os quais para o historiador tem suas bases e origem no Brasil colônia que se encaminhou ao pensar e a memória do país em processo de formação do Brasil contemporâneo.

Referências bibliográficas:

- _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil -13*. Ed., 1. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2009. – (Didática, 1).
- FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*/Florestan Fernandes; prefácio José de Souza Martins. – 5. Ed. – São Paulo: Globo, 2005.
- História e Desenvolvimento, A contribuição da historiografia para a teoria e praticado desenvolvimento brasileiro/ Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes- 3ª ed. Editora - Brasiliense – São Paulo, 1989.*
- História e Ideal, Ensaio sobre Caio Prado Júnior, Maria Angela D’Incão, (org.) - 1ª ed. Editora - Unesp/Brasiliense – São Paulo, 1989.*
- HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*/Edmund Husserl; introd. e trad. Urbano Zilles. – Porto Alegre: EDIPUCS, 1996.
- IANNI, O. *Escravidão e racismo* São Paulo, Hucitec, 1978.
- IUMATTI, Paulo – *Caio Prado Jr. : uma trajetória intelectual /Paulo Teixeira Iumatti. –São Paulo: Brasiliense, 2007.*
- IUMATTI, Paulo Teixeira – *Diários políticos de Caio Prado Jr. 1945 /Paulo Teixeira Iumatti. –São Paulo: Brasiliense, 1998.*
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr/ Paulo Henrique Martinez*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.
- PRADO Júnior, Caio. *Clássicos sobre a revolução brasileira*/Caio Prado Jr, Florestan Fernandes - 2ª ed. – São Paulo: Expressão popular, 2012.
- PRADO Júnior, Caio. *Dilemas do desenvolvimento brasileiro/ Lauro Mattei (org.) – Florianópolis: Insular, 2012.*
- PRADO Júnior, Caio. *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*. Ed., 5ª, São Paulo, Editora Brasiliense, 1969.
- PRADO Júnior, Caio. **Evolução política do Brasil**; e outros estudos/ entrevista Antonio Candido; posfácio Paulo Henrique Martinez. - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO Júnior, Caio. **História econômica do Brasil**. - 41ª. ed. São Paulo: Brasiliense 1994.
- PRADO Júnior, Caio.: *dissertação sobre a Revolução Brasileira/ Raimundo Santos, (org.)*, São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: O sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *Síntese de história da cultura brasileira*/Nelson Werneck Sodré - 20ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.
- VIANNA, Luiz Werneck, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*/Luiz Werneck Vianna. – Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2ª edição, revista e ampliada, julho de 2004.
- VICTORIANO, Marcia R. *A questão nacional em Caio Prado Jr. : uma interpretação original do Brasil/ Marcia R. Victoriano. – São Paulo: Edições Pulsar, 2001.*

O CONTEXTO HISTÓRICO DO IMPERADOR DIOCLECIANO (284-305 D. C.): A “ANARQUIA MILITAR” (235-284 D. C.) E A CONSTRUÇÃO DA TETRARQUIA

ISSN: 2595-1645

Murilo Pereira Assumpção*

Orientadora: Prof. Dra. Monica Selvatici

Resumo: Primeiramente, para analisarmos a relação do imperador Diocleciano (284-305 d. C.) com o cristianismo, é necessário compreendermos o contexto histórico no qual esse político romano encontra-se inserido, pois sua atitude para com os cristãos está associada a um período precedente de crise no Império Romano, denominado pela historiografia como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados” (235-284 d. C.), e às tentativas de reestruturação desse sistema político em crise (GONÇALVES, 2006). Os termos “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados” (235-284 d. C.), mostram a situação do Império Romano: povos “bárbaros” ameaçavam as fronteiras imperiais; bons generais eram necessários para resolver essa situação; esses generais eram aclamados imperadores pelas legiões nas fronteiras para substituir os governantes mortos em batalha contra os invasores. Uma das medidas empreendidas por Diocleciano para combater problemas políticos, administrativos, militares, é a instauração da Tetrarquia, um sistema de governo que dividia o poder entre quatro governantes e que se baseava em três princípios: “a hierarquia fixada pela antiguidade no cargo; a cooptação entre os Césares no reconhecimento da preeminência dos Augustos e os vínculos familiares de adoção e casamento” (MENDES; SILVA, 2006, p. 200).

Palavras-Chave: Diocleciano. “Anarquia Militar”. Tetrarquia

Primeiramente, para analisarmos a relação do imperador Diocleciano (284-305 d. C.) com o cristianismo, é necessário compreendermos o contexto histórico no qual esse político romano encontra-se inserido, pois sua atitude para com os cristãos está associada a um período precedente de crise no Império Romano, denominado pela historiografia como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados” (235-284 d. C.), e às tentativas de reestruturação desse sistema político em crise (GONÇALVES, 2006).

O último imperador da dinastia dos Antoninos (96-192 d. C.), Cômodo (181 d. C.-192 d. C.), é assassinado a mando do Prefeito do Pretório, Leto, em 192 d. C., assim como seu sucessor, Públio Hélvio Pertinax (193 d. C.). Isso provoca outra crise sucessória no Império

*Mestrando em História Social – UEL

Romano. Como podemos depreender desses acontecimentos, a Guarda Pretoriana adquire relevância política durante a dinastia dos Antoninos:

De defensores da pessoa do Imperador, os membros da Guarda foram assumindo inúmeras outras funções, como a defesa do Palácio e da família do Príncipe, até chegarem a ponto de se sentirem os responsáveis pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos soberanos (GONÇALVES, 2006, p. 176).

Após Pertinax, Dídio Juliano (193 d. C.) é indicado pelo Senado, mas não recebe o apoio das tropas estacionadas nas fronteiras. As legiões da Panônia aclamam Septímio Severo (193-211 d. C.); as da Síria, Pescênio Nigro; as da Bretanha, Clódio Albino. Em 193 d. C., Septímio Severo entra em Roma, fomenta a morte de Dídio Juliano, reforma a Guarda Pretoriana, vence Pescênio Nigro e Clódio Albino e indica seus filhos Caracala (198-217 d. C.) e Geta (209-211 d. C.) como seus sucessores imperiais. Assim, inicia-se a dinastia dos Severos (193-217 d. C.), considerados os responsáveis pelas crises no Império, entre os séculos II e III d. C. (GONÇALVES, 2006).

Septímio Severo morreu de doença em 211 d. C., na cidade de York, enquanto lutava contra invasores na Bretanha. Segundo Dion Cássio, o último conselho de Septímio Severo a seus filhos e herdeiros, Caracala e Geta, foi o seguinte: “Permaneçam unidos, enriqueçam os soldados e não se preocupem com os demais” (GONÇALVES, 2006, p. 180).

Após a morte de Septímio Severo, ascendem ao poder seus dois filhos Caracala e Geta, que é eliminado pelos centuriões sob a ordem de Caracala, que por sua vez é assassinado por comandados de seu Prefeito do Pretório, Opélio Macrino, em 217 d. C. (GONÇALVES, 2006).

As legiões do Oriente buscam eleger como imperador Advento, Prefeito do Pretório, que declina do convite. Então elegem Macrino (217-218 d. C.), outro Prefeito do Pretório, que não é aceito pela aristocracia e pelas legiões do Ocidente. Macrino e seu filho Diadumeniano (217-218 d. C.) são mortos na Bitínia pelos soldados que antes haviam legitimado seu governo. Em 218 d. C., Heliogábalo (218-222 d. C.) é apresentado às tropas como sucessor dos Severos e como filho de Caracala, porém, é eliminado em 222 d. C. pelos Pretorianos (GONÇALVES, 2006).

O cargo imperial é entregue pelos Pretorianos a Severo Alexandre (222-235 d. C.), que

é assassinado a mando de um soldado trácio, Maximino (235-238 d. C.). O Senado reage a seu governo e sustenta a insurreição do procônsul da província da África, Gordiano I (238 d. C.), que assume a púrpura imperial com o seu filho, Gordiano II (238 d. C.) (GONÇALVES, 2006; SILVA, 2006).

Com isso, há o início de uma guerra civil, marcada por conflitos internos e externos: num período de cinquenta anos, mais de vinte imperadores se sucedem, reinando muitas vezes simultaneamente, o que indica o colapso da autoridade imperial romana. No Ocidente, há a organização de um reino independente formado pelas Gálias, Bretanha e norte da Península Ibérica, o Império das Gálias (260-274 d. C.), tendo como titulares Póstumo (260-268 d. C.), Vitorino (268-270 d. C.) e Tétrico (270-274 d. C.). No Oriente, Zenóbia, rainha do Império de Palmira (261-271 d. C.) se lança sobre o Egito e a Ásia Menor. Também há oposição na Mesopotâmia com a Pérsia Sassânida (GONÇALVES, 2006; SILVA, 2006).

Deste modo, há o início de um período denominado como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados”, o qual será finalizado com a ascensão de Diocleciano ao poder (GONÇALVES, 2006).

Enquanto Maximino lutava contra invasores, Gordiano I e seu filho, Gordiano II, são proclamados imperadores, mas acabam mortos pelas legiões imperiais, em 238 d. C. O Senado indica os senadores Pupieno (238 d. C.) e Balbino (238 d. C.) como imperadores, mas soldados provinciais matam Pupieno, Balbino e Maximino. Gordiano III (238-244 d. C.), neto de Gordiano I, com 13 anos e sob a tutela do Prefeito do Pretório Timesiteu, é aclamado imperador, mas é morto pelos soldados. Após Gordiano III, Filipe, o Árabe (244-249 d. C.), é aclamado imperador e acaba assassinado pelas legiões (GONÇALVES, 2006).

O imperador romano seguinte é Décio (249-251 d.C.), comandante do exército do Danúbio, proclamado imperador por suas tropas e que morre, assim como seu filho Herênio, em combate contra os Godos. Décio realiza uma perseguição contra os cristãos que, por não cultuarem os deuses pagãos e o imperador, são responsabilizados pelos problemas enfrentados pelos romanos. Isso demonstra uma transformação na relação Império Romano – cristianismo, pois nos primeiros anos da Anarquia Militar não há uma atitude hostil do poder imperial para com os cristãos. Por exemplo, para Eusébio de Cesaréia, o intelectual cristão Orígenes trocava correspondências com Filipe, o Árabe, e sua esposa Otacília Severa (GONÇALVES, 2006; SILVA, 2006).

Treboniano Galo e Volusiano (251-253 d. C.) sucedem Décio. Batalham contra Godos,

Francos, Alamanos e morrem em combate. Emílio Emiliano mantém-se no poder por apenas alguns meses do ano de 253 d. C. e também morre em combate. É sucedido por Valeriano (253-260 d. C.), que é capturado, escravizado e assassinado pelos persas. Seu filho Galieno (260-268 d. C.) o sucede e é morto por suas legiões. Cláudio, o Gótico (268-270 d. C.) ascende ao poder, mas morre em combate contra os Godos. Aureliano (270-275 d. C.) é o próximo imperador, luta contra Alamanos, Marcomanos, Vândalos, Godos e morre em combate (GONÇALVES, 2006).

Tácito, (275-276 d. C.), Probo (276-282 d. C.), Caro (282-283 d. C.) são imperadores que se sucedem e que morrem em combate. Os filhos de Caro, Carino (283 d. C.) e Numeriano (284-285 d. C.) adquirem o título imperial, mas são assassinados por suas legiões (GONÇALVES, 2006).

Portanto, os termos “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados” (235 d. C – 284 d. C.), mostram a situação do Império Romano: povos “bárbaros” ameaçavam as fronteiras imperiais; bons generais eram necessários para resolver essa situação; esses generais eram aclamados imperadores pelas legiões nas fronteiras para substituir os governantes mortos em batalha contra os invasores. Com isso, no período da “Anarquia Militar” há a sucessão de vários governantes imperiais que:

[...] a) eram aclamados pelos legionários estacionados nas fronteiras, na procura por bons generais capazes de rechaçar as invasões e proteger os limites do Império; b) ficaram pouco tempo no governo; c) acabaram morrendo pelas mãos dos invasores ou por revoltas dentro das tropas insatisfeitas com suas estratégias de combate; d) raramente conseguiam indicar seus sucessores; e) dificilmente tinham tempo de imputar uma característica própria ao seu governo, que não fosse a mera necessidade de defender as fronteiras. Deste modo, o nome de Anarquia se deve ao tempo curto de governo dos imperadores deste período, e o adjetivo militar vem da necessidade de todos demonstrarem serem bons combatentes e de terem sido escolhidos pelos legionários (GONÇALVES, 2006, p.186).

Enfim, o imperador que sucede Numeriano é Diocleciano, proclamado imperador pelas legiões, em um momento de superação da “Anarquia Militar” devido às medidas governamentais empreendidas por Aureliano, Probo e Caro. Esse imperador desenvolverá

reformas político-administrativas, legislativas, militares, sociais, econômicas, fiscais, monetárias, buscando o reequilíbrio, a restauração, a unidade do Estado romano e evitar os problemas característicos da “Anarquia Militar”, tais como os evidenciados a seguir (GONÇALVES, 2006; MENDES; SILVA, 2006):

A crise política se expressava pela intervenção constante das legiões da fronteira, pelas lutas civis e pela impossibilidade de se organizar novas dinastias no poder, visto que não se conseguiu implementar uma política sucessória coerente. Um imperador legítimo nada mais era que um usurpador vitorioso. A crise militar também era profunda, pois havia invasores atacando em várias frentes, tanto no Ocidente quanto no Oriente. E os ataques eram contínuos e fortes, como nunca haviam sido anteriormente. Também se percebia uma crise econômica, refletida nos gastos continuados com o exército, com a corte e com a burocracia, que crescia com a ausência do imperador em Roma, empenhado em estar nas várias frentes de batalha nas fronteiras. Além disso, há muito que as pilhagens eram executadas pelos invasores em direção aos territórios romanos, e não mais dos romanos em territórios invadidos. Os escravos rarearam e se tornavam caros, o que impulsionou a implantação do sistema do colonato, como forma de garantir mão-de-obra para as *villae* e para os *latifundia*. A pirataria no Mar do Norte aumentava, e o banditismo chegava a altas taxas. As cidades se esvaziavam, com os aristocratas fugindo da cobrança de impostos e da ameaça de invasões (GONÇALVES, 2006, p.187-188).

Uma das medidas empreendidas por Diocleciano para combater problemas políticos, administrativos, militares, é a instauração da Tetrarquia, um sistema de governo que dividia o poder entre quatro governantes e que se baseava em três princípios: “a hierarquia fixada pela antiguidade no cargo; a cooptação entre os Césares no reconhecimento da preeminência dos Augustos e os vínculos familiares de adoção e casamento” (MENDES; SILVA, 2006, p. 200).

Assim, em 286 d. C, Diocleciano nomeia Maximiano (286-305 d. C.) como César e depois como Augusto. Após, proclama Galério (305-311 d. C.) como César. Já Maximiano nomeia Constâncio Cloro (305-306 d. C.) como César. No ápice desse sistema político imperial estava Diocleciano como *Augustus senior*, dito *Iovius*, descendente de Júpiter; Maximiano era auxiliar de Diocleciano, dito *Herculius*. Em seguida, estavam os Césares, Galério e Constâncio Cloro. Cada um desses governantes ficou com uma parcela do Império

Romano para defender e administrar: Diocleciano governaria o Oriente e o Egito; Galério, a Grécia e as províncias do Danúbio; Maximiano, a Itália e a África; Constâncio Cloro, as províncias ocidentais e os Alpes Gálicos (MENDES; SILVA, 2006).

Diocleciano dizia-se *Iovius* e Maximiano, *Herculius*. Isso é uma associação mítico-religiosa, o que enfatizava a *auctoritas* de Diocleciano, o *Augustus senior*, sobre os outros governantes:

Ao intitular-se *Iovius*, Diocleciano passava a representar a sagacidade, o domínio e a soberania. Maximiano, como *Herculius*, representava a força e a execução. Já os Césares eram considerados *fili Augustorum*. Os Augustos, portanto, se encontravam em um patamar mais elevado, encarregados de traçar a política imperial a ser executada pelos Césares (MENDES; SILVA, 2006, p. 199-200).

Por fim, além das crises e das tentativas de solucioná-las mencionadas anteriormente, há uma crise moral e religiosa, pois para os romanos, com seu território sendo atacado nas fronteiras pelos bárbaros, algo teria rompido a *pax deorum*, a paz dos deuses, que não protegiam mais o Império Romano. Apontados como os culpados dessa situação, os cristãos são perseguidos, pois se negam a cultuar as divindades pagãs e o imperador de Roma (MENDES; SILVA, 2006; SILVA 2006). Para Silva (2006), esse contexto histórico é desfavorável aos cristãos, pois há a emergência da intolerância religiosa no Império Romano:

Por “intolerância” entendemos não a existência de relações discriminatórias entre indivíduos e/ou grupos, mas a formação de uma ideologia que preconiza, como plataforma política, a utilização da coerção física estatal contra aqueles que, de algum modo, são considerados desviantes num determinado contexto social (p. 246).

Contraopondo-se a essa crise moral, religiosa e da autoridade imperial, os imperadores romanos constroem uma teologia política: eles são heróis providenciais enviados pelas divindades e são divinizados antes de morrerem:

[...] o imperador cada vez mais se integrava à divindade até se confundir com ela e se tornar uma autêntica epifania, fato que já evidenciamos no Alto Império com as atitudes de soberanos como Nero, Calígula e Domiciano. No

entanto, somente no contexto da Anarquia Militar é que essa divinização do imperador ainda em vida se converterá em uma realidade definitiva. De fato, com Aureliano, que em suas emissões monetárias se faz proclamar *deus et dominus natus*, o imperador já é descrito como um deus vivo reinando sobre a terra, ao mesmo tempo em que se afirma a justificativa teológica para o poder imperial, ou seja, o pressuposto de que o imperador governa por delegação direta da divindade que o comissionou e não por qualquer decisão emanada do *populus*, do Senado ou mesmo do exército. Deste modo, o imperador tem a sua natureza transmutada, equiparando-se às próprias divindades, como podemos constatar nos títulos de *Iouvius* e *Herculius* revestidos por Diocleciano e Maximiano. Segundo os pagãos, a assistência deferida pelos deuses aos imperadores se exprimia pelas virtudes demonstradas por estes últimos: *pietas*, *felicitas*, *virtus*, *victoria*, as quais garantiriam a reprodução sobre a terra da ordem divina (MENDES; SILVA, 2006, p. 201).

Essa construção ideológica, simbólica e religiosa enfatizada por imperadores pagãos, como Aureliano (270-275 d. C.) e Diocleciano, e por imperadores cristãos, como Constantino (307-337 d. C.) e seus filhos, têm influência oriental, helenística e persa. De acordo com ela, o imperador possui direito divino, tudo que o rodeia é sagrado e ele teria os atributos e poderes para restaurar o Império Romano:

[...] ficava redefinido o papel dos imperadores como propiciadores da *felicitas saeculi* e como modelos de virtude para os súditos. Somente um soberano virtuoso, onipotente onisciente, elevado à posição de *invictus restitutor orbis*, poderia assegurar a *res prosperae gestae* (MENDES; SILVA, 2006, p. 202).

Aurélio Vítor (320-390 d. C.) e Eutrópio (IV d. C.) afirmam que após Calígula (41 d. C.) e Domiciano (81-96 d. C.), Diocleciano foi o primeiro *dominus*, proclamado deus e adornado em público. Para Aurélio Vítor: “Diocleciano em sua despótica arrogância tinha ouro em sua vestimenta de seda e pedras preciosas em seus sapatos” (MENDES; SILVA, 2006, p. 202). Uma prática sagrada que envolvia o *dominus* era a cerimônia *adoratio purpurae*, o ato de ajoelhar-se e beijar a barra do manto do imperador, que é mencionada pela

primeira vez por Amiano Marcelino (330-391 d. C.), no século IV d. C. (MENDES; SILVA, 2006; SILVA, 2006).

Deste modo, Diocleciano, pagão, constrói um aparato místico para recuperar a dignidade imperial: proclamou-se *Iovius* (encarnação de Júpiter), fortaleceu o culto imperial (reverência ao imperador sacralizado), introduziu o rito *adoratio purpurae*. Essas atitudes objetivavam valorizar a devoção aos deuses e ao imperador, o que conflitava com os cristãos e sua crença (SILVA, 2006).

Por conseguinte, em decorrência dos reveses enfrentados pela sociedade romana nesse período, os contemporâneos indagam o motivo de os deuses não intercederem em seu favor. Num contexto assim era até previsível que algum grupo fosse apontado como responsável pelas calamidades do Império (SILVA, 2006), culpa esta que será atribuída aos cristãos.

Referências Bibliográficas:

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Orgs). **Repensando o Império Romano**: Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 175-240.

SILVA, Gilvan Ventura da. A relação Estado/Igreja no Império Romano: séculos III e IV. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Orgs.). **Repensando o Império Romano**: Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 241-266.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: A construção do *Dominato*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Orgs). **Repensando o Império Romano**: Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 241-266.

O CRAVO EM CASCA DA AMAZÔNIA: UMA ESPECIARIA EXPLORADA PELOS PORTUGUESES DURANTE O SÉCULO XVIII

ISSN: 2595-1645

Cynthia V. Zúniga de Souza Donini (Mestranda em História - UEM)

Marlon Marcel Fiori (Coautor - Doutorando em História - UEM)

Professor Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos (Orientador)

Resumo: No século XVIII, durante a colonização da região norte da América portuguesa, a exploração de recursos naturais reconhecidos como drogas do sertão, foi uma atividade substancial. O pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*) foi uma das drogas do sertão intensamente explorada pelos portugueses. Desta planta era extraída sua casca para ser comercializada de Belém à Portugal e, de lá, revendido em outras partes da Europa. Por possuir características equivalentes ao cravo e canela da Índia, a casca de cravo era considerada uma especiaria amazônica de grande valor. Esta pesquisa evidencia a importância mercantil deste gênero do sertão amazônico, os aspectos históricos de sua exploração, coleta, usos, comercialização, distribuição geográfica e características botânicas da planta. Através dos registros históricos do período setecentista, como por exemplo, relatos de missionários, filósofos naturais, correspondências entre a coroa lusitana e seus funcionários, entendemos o processo exploratório que, provavelmente, levou esta árvore à exaustão. Atualmente o Pau cravo está classificado como uma espécie em risco crítico de extinção.

Palavras-Chave: Amazônia. Século XVIII. Pau-cravo.

Introdução

Em 1616 os portugueses buscaram se estabelecer no norte do Brasil. Tal ação visava a manutenção daquela parte de sua colônia na América. Afinal, eles não estavam dispostos a partilhar aquelas terras. A ação colonizadora dos lusos, por volta de 1640, tratou de expulsar os demais estrangeiros, povoar o rio Amazonas e seus afluentes, visando o controle do território. Esta região, que abrange a Amazônia brasileira, era bastante cobiçada por ser exuberante e rica em recursos naturais. A coroa, então, passou a incentivar o reconhecimento de produtos nativos que pudessem ser comercializados na Europa (CHAMBOULEYRON, 2010, p.106-111). Já no século XVIII, a economia colonial portuguesa, na região amazônica, consistia na extração de elementos da floresta para o comércio exterior em Portugal. Os europeus conheciam esses recursos naturais, como *drogas-do-sertão*, ou “*especiarias do Amazonas*” (DANIEL, 1976, a, p.264), “*gêneros do sertão*” (DANIEL, 1976, b, p.185). Esses gêneros poderiam ser, resinas, óleos, fibras, tintas, extraídos por exemplo, da copaíba (*Copaifera sp*), baunilha (*Vanilla sp*), anil (*Indigofera sp*), salsaparrilha (*Smilax sp*), cacau (*Pachura aquatica*), puxeri (*Licaria sp*) e do pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*).

Quando nos referimos às drogas do sertão comercializadas pelos portugueses no século XVIII, é importante compreender que os termos “droga” e “sertão” tinham uma conotação bastante diferente do que conhecemos atualmente. Mesmo nos dicionários já do século XIX, “droga” e “sertão” ainda tem uma definição bastante coerente com a forma que os colonos utilizavam no século anterior. Dessa forma, era reconhecido como “droga”, os

ingredientes utilizados na tinturaria, em produtos medicinais, ingredientes aromáticos comercializados como especiarias. Já a palavra sertão, não designava a região seca do agreste nordestino, mas era utilizada para se referir às terras remotas, distantes da costa marítima, o interior das terras, terras ainda pouco desbravadas pelo estrangeiro (PINTO, 1832).

O *pau-cravo* também conhecido como *cravo-do-maranhão* ou *cravo-do-pará*, chamava bastante a atenção dos Europeus. Esta espécie da flora amazônica fornecia uma casca aromática bastante negociada pelos portugueses no último século de colonização. A árvore do *cravo-do-maranhão* foi descrita pelo padre jesuíta João Daniel como tendo o aspecto semelhante ao *cravo-da-índia* (*Syzygium aromaticum*), (DANIEL, 1976, a, p. 397). Sendo este, outra especiaria do período colonial, suas pequenas flores secas também eram bastante reconhecidas comercialmente pelos europeus (COOK, 2007, p. 65-67). O *Dicypellium caryophyllaceum*, é uma árvore da família das lauráceas. É considerada uma árvore de porte médio, tem aproximadamente 20m de altura. As suas flores são pequenas, de coloração rosa avermelhada e exalam um agradável aroma, assim como as flores do *Syzygium aromaticum*.

Cravo em casca

Da espécie oriunda da Amazônia brasileira tudo indica que extraíam apenas a casca, ao contrário do *cravo-da-índia*, de que se aproveitava a flor (DANIEL, 1976, a, p. 397-398). Além de suas árvores, folhas, e flores serem parecidas, ambas espécies possuem características aromáticas e gustativas similares. Pode-se atribuir, à esta equivalência, o fato do *cravo-do-pará* ter tido um grande valor comercial na Europa durante o século XVIII. As *drogas-do-sertão* eram a riqueza das florestas do norte da América portuguesa. Não eram poucas as plantas nativas que apeteçiam os europeus. Dentre elas, o *pau-cravo* era reconhecido a ponto de receber sacros elogios: “Bendita seja por todos os tempos esta planta, por ser um aroma tão desejado em toda a Europa” (PAPAVERO, 2002, p.124-125), assim se referiu a esta planta o arquiteto italiano Antônio José Landi. Contratado pela Coroa portuguesa, Landi esteve na Amazônia em 1753.

Grande parte da ação portuguesa colonizadora na região amazônica, durante o século XVIII, envolvia a extração da casca de *pau-cravo*. Os relatos históricos do período setecentista evidenciam diversos aspectos dessa atividade extrativista: identificação dos locais de coleta, modo de extração, beneficiamento da casca e comercialização. Tão importante quanto os estudos que abordam as ações políticas da coroa, as atividades missionárias ou as relações sociais é compreender essa dinâmica colonial extrativista. Uma análise dos registros

de trezentos anos atrás, proporciona um estudo comparativo entre a situação da espécie no período colonial e atualmente. Dessa forma, permite destacar os possíveis impactos causados pela extração da casca, em benefício comercial do colonizador.

Para tingir temperar e curar

A casca de *pau-cravo* era uma droga-do-sertão que poderia ser utilizada de diferentes formas e para diferentes fins, na culinária, na tinturaria, na medicina. No século XVIII, eram utilizados em práticas medicinais óleos e balsamos no tratamento de feridas. A casca de *pau-cravo* era um dos ingredientes primordiais para a produção de balsamos considerados importantes (DANIEL, 1976, a, p. 390). Os relatos do padre jesuíta João Daniel, descrevem que da planta coletada na floresta, se poderia elaborar consagrados balsamos, com propriedades medicinais e odor bastante suave. A flor desta árvore tão valiosa no período setecentista, se destilada, resultaria em dos mais apreciados bálsamos. No entanto, todas as outras partes da planta não eram aproveitadas para fins medicinais (DANIEL, 1976, a, p.392). Outra virtude dessa casca era na tinturaria (DANIEL, 1976, a, p. 435). Esta, por possuir uma cor violeta escuro, uma vez manufaturada, proporcionava um pigmento de coloração preta (CORRÊA, 1984, p. 431). Mas o uso mais evidente para esta *droga-do-sertão* era como condimento, devido ao aroma e sabor de especiaria. O interessante é que o padre jesuíta João Daniel aponta desvantagens em se consumir o cravo da Amazônia na culinária do velho mundo. A *droga-do-sertão* preenchia as “ocharias” da Europa, (lugar onde se guardava alimentos, na condição de uma despensa, os mais abastados tinham “ocharias” em suas residências), mas se consumido em excesso, poderia causar tanto mal, quanto era bom o cheiro (DANIEL, 1976, a, p. 435). A preocupação do religioso jesuíta em regular o uso desta casca, demonstra que era um gênero bastante usado como tempero na Europa do século XVIII. Uma investigação sobre a composição química da casca de cravo, constatou que suas propriedades podem ser utilizadas como tônico energético e estimulante gastro intestinal (CORRÊA, 1984, p.431). Isso leva a entender os “destemperos” causados se muito ingerido, conforme observou o eclesiástico.

Também podemos reconhecer o valor dessa especiaria amazônica, devido à trabalhosas coletas realizadas para se chegar até a casca tão estimada. Não importava se eram lugares remotos e afastados, sempre havia uma canoa que partia em busca de pau-cravo (FERREIRA, 1983, p.119). As navegações por entre os rios amazônicos eram quase sempre impetuosas, conforme relatou o Sargento-mór, José Monteiro de Noronha, em sua viagem pelo Pará e suas províncias no ano de 1768 (NORONHA, 2006, p.5). As canoas partiam para

as viagens de coleta, geralmente, com alguma carga como objetivo principal. A casca de cravo estava entre as que mais preenchiam as embarcações. Uma expedição de coleta durava normalmente entre seis a oito meses. Eram planejadas para retornarem, no mês de São João, que seria junho, até o mês de agosto, e se reuniam no porto de Belém do Pará para serem comercializadas (DANIEL, 1976, b. p.61).

Do sertão até o velho continente

Aqueles que se dedicavam às feitorias de pau-cravo, ou seja, os donatários, eram os que normalmente custeavam as viagens. As canoas poderiam ser próprias ou alugadas. Além dos gastos com ferramentas, “farinhas”, ou seja, alimentação, e pagamento aos que realizavam o trabalho. As expedições eram dirigidas por um cabo, ordinariamente um homem branco, normalmente pago com a quinta parte das arrobas de casca de cravo carregadas. O cabo era quem cuidava do trabalho dos índios, geralmente entre 30 a 40 “gentios” que se embrenhavam na mata para coletarem a casca. Esses indígenas poderiam ser pagos com água ardente, ou até com o próprio produto trazido. Uma expedição de coleta, quando bem-sucedida, trazia por volta de duzentas arrobas de casca de cravo (DANIEL, 1976, b, 166-167). Para facilitar a extração da casca de todo o comprimento do tronco, os índios cortavam as árvores (DANIEL, 1976, b, p. 62). Esta foi a única forma de coleta de *pau-cravo* na Amazônia setecentista.

A casca poderia ser processada de duas formas, como *cravo-grosso* ou *cravo-fino*. O *cravo-fino* era de maior valor, o beneficiamento era mais trabalhoso, pois a casca era bem raspada, para ficar satisfatoriamente fina. Os canudos, precisavam estar na mesma medida, caso contrário não eram adequados ao comércio, e esses fragmentos acabavam sendo usados para o pagamento dos cabos (DANIEL, 1976, b., p.67).

Depois de processados, o *cravo-fino* e *grosso* poderiam ser comercializados diretamente entre Pará e Lisboa. Um comboio de navios europeus atracava no Porto de Belém, trazendo mercadorias do velho mundo. Estes voltavam da América portuguesa carregados de pau-cravo e outras drogas do sertão. (LA CONDAMINE, 2000, p. 112). Este comércio esteve controlado, por quase toda segunda metade do século XVIII pela Companhia geral do Grão Pará e Maranhão, criada em 1755, por Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Boa parte da documentação expedida durante a vigência da Companhia de Comércio, foi analisada por Antônio Carneira, que esteve no Brasil em 1967.

Os registros nos “Livros de carregação” e livros de “entradas” mostram que as *drogas-do-sertão* poderiam ser faturadas em Portugal de duas formas. A primeira, poderia ser como

gêneros pertencentes a própria empresa. A segunda, chamada de consignação, definia os gêneros que pertenciam aos colonos e eram entregues a Companhia para serem vendidos (CARREIRA, 1988, a, p.175-176). A companhia também cobrava frete pelo transporte dos gêneros que saiam do Brasil para Lisboa (CARREIRA, 1988, a, p.195). O *cravo-fino* e *cravo-grosso*, também poderiam ser comercializados no porto do Maranhão, mas era em menor escala (CARREIRA, 1988, b, p.64-65). As maiores quantidades de casca de cravo foram comercializadas no porto de Belém do Pará, de lá eram remetidas para Portugal, onde eram vendidas para outras partes do velho continente. Um dos destinos da casca de cravo era Genova. Documentos contábeis relatam uma venda de Portugal para a cidade italiana. O preço da arroba de cravo fino, remetida de Belém para Portugal, de 1779 a 1785, teve altas significativas, de 4.000 a 8.700 mil réis (CARREIRA, 1988, a, p.210 - 211).

Arrancadas da natureza

O *Dicypellium caryophyllaceum* era uma espécie em abundância durante o século XVIII. Os europeus, enquanto navegavam pelos rios observando as riquezas do mundo amazônico, faziam seus registros sobre as extensas matas de cravo que avistavam. Sendo uma droga do sertão de tanto valor, era importante reconhecer áreas onde haviam árvores de pau-cravo pois seriam, provavelmente, futuros pontos de coleta de casca. Havia muitas árvores de pau-cravo na região do baixo Amazonas e afluentes como o rio Tocantins, Tapajós e, principalmente, o rio Xingu. O padre José Xavier de Moraes, no ano de 1749, não deixou de observar que “O rio Xingú he todo pelas margens de pedraria, e semeado de ilhas e cachoeiras pelo meio, signal que as terras por onde corre são de bastante altura. Abundão estas terras de cravo e outras drogas (...)” (MORAES, 1860, p. 505). Durante a política pombalina, o Capitão-General no Estado chegou a discutir o fechamento deste rio e o monopólio da navegação para Companhia de Comércio (MENDONÇA, 1963a, p. 144). O argumento para o controle de navegação do Xingu eram as práticas abusivas dos missionários perante os indígenas naquela região. Mas foi a quantidade de cravo que podia ser recolhido pela extensão daquele rio que fez com que as autoridades da coroa dessem atenção àquela região.

O rio que corre paralelo ao rio Xingu, o Tocantins, também foi, por vezes, destacado nos relatos históricos, por ser abundante de pau-cravo. Este rio tinha “muito ouro e muito pau-cravo”, dois valiosos recursos extraídos na Amazônia setecentista. E também “muito gentio” (QUEIROZ, 1869, p.68). Além do rio Tocantins e do rio Xingu, as fontes relatam que os viajantes vislumbravam matas de pau-cravo em margens de diversos outros rios. Durante a sua viagem pelo sertão Amazônico, José Monterio de Noronha destacou que haviam matas de

pau-cravo nos rios Tocantins, Pacajá, Xingu, Curuá próximo a vila de Monte-Alegria, Tapajós, Trombetas, Akiki e Maue (NORONHA, 2006, p. 5-27). José Gonçalves da Fonseca, em 1749, também descreveu os rios Xingu, Akiki, Tapajós como abundantes de pau-cravo (FONSECA, 1749, p.7 – 13). Durante sua viagem, O padre José Xavier de Moraes, relatou que “(..) todos estes rios desde Jamundá até Urubú tem abundancia de cravo do Maranhão (...)” (MORAES, 1860, p. 515).

Além de descrever os locais onde eram extraídos pau-cravo, o filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira também observou que a extração das *drogas-do-sertão*, e de *pau-cravo* no século XVIII, aconteciam de maneira desenfreada, “(...) já hoje estão estas drogas tão longe de nós, (...)” (FERREIRA, 1983, p.127). Uma vez que se adentravam ao sertão, e derrubavam árvores para a extração dessa especiaria amazônica, dificilmente a floresta teria a espécie novamente naquele solo, “(...) rios, cujas margens, estavam cheias de cravo, agora apenas se vê alguma amostra das suas árvores; (...)” (DANIEL, 1976, a. 397-398). Havia a preocupação com as árvores de cravo, pois respectivamente, diminuindo-as, diminuía as coletas e, conseqüentemente, diminuía-se os lucros (DANIEL, 1976, b, p. 62). O colono setecentista, acompanhou a redução de *pau-cravo* durante o século XVIII, e sentiu nos seus negócios, o reflexo da exploração predatória da espécie “(...) sendo que as frotas cada vez vão a menos, por ser cada vez menos a carga” (DANIEL, 1976, b, p. 63).

Depois de três séculos, pesquisadores encontraram apenas duas populações de *Dicypellium Caryophyllaceum*, na área de ocorrência da espécie, uma em Vitória do Xingu no Pará, e outra no município de Juruti, no oeste do Estado (SALOMÃO, ROSA, 2012, p.48). A busca desenfreada por esta casca aromática de tanto valor no século XVIII, acarretou em conseqüências drásticas para com esta planta. O colonizador pode ter identificado, que estavam derrubando muitas árvores e diminuindo suas possibilidades comerciais, só não saberia que no futuro a espécie estaria em risco crítico de extinção (MARTINELLI, MORAES, 2013, p.595). O consumo interno da casca pelo colonizador, ou pelo indígena na região amazônica, foi praticamente irrelevante diante da extração para o comércio exterior durante este último século da Colônia. O mesmo podemos dizer sobre a coleta da flor. Ainda que esta fosse uma parte da planta com propriedades químicas significativas, não havia extração ou sequer comercialização da flor. Definitivamente, a atividade extrativista de casca de pau cravo contribuiu fortemente para que espécie se tornasse rara.

Compreender a atividade colonizadora na região norte brasileira, durante o século XVIII, pode contribuir expressivamente com estudos atuais sobre os impactos sofridos pela floresta Amazônica. Em especial, esta espécie *Dicypellium caryophyllaceum*, uma planta com

tantas propriedades e que um dia foi de tanta importância econômica. O *pau-cravo* é apenas uma entre muitas das espécies amazônicas em risco de desaparecer, as atividades de exploração predatória na Amazônia são constantes, assim como os impactos causados na biodiversidade da floresta. Uma análise histórica sobre as atividades extrativista de trezentos anos atrás poderá chamar a atenção quanto as consequências sofridas pelo bioma amazônico. A Amazônia é a maior bacia hidrográfica do mundo, e os estudos que visam sua preservação e cuidado serão sempre pertinentes, independente da área, seja na história, na biologia, geologia, geografia ou direito ambiental.

Referências bibliográficas

- CARREIRA, Antonio. **A Companhia geral do Grão Pará e Maranhão**. Vol.1., a, São Paulo. Editora Nacional, 1988.
- CARREIRA, Antonio. **A Companhia geral do Grão Pará e Maranhão**. Vol.2., b, Documentos. São Paulo. Editora Nacional, 1988.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, v. 6, p. 1-10, 2006.
- COOK, Harold John. **Matters of exchange: commerce, medicine, and science in the Dutch Golden Age**. Yale University Press. New Haven, London, 2007
- CORRÊA, Manuel Pio. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984.
- DANIEL, João. **Tesouro descoberto no rio Amazonas**. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976a.
- DANIEL, João. **Tesouro descoberto no rio Amazonas**. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976b.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Documentos Coligidos e Prefaciados**. Agencia geral do ultramar divisão de Publicações e biblioteca, 1953.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, 1983.
- FONSECA, José Gonsalves. **Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso, por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno. Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas**, v. 4, n. 1, 1826.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o Rio Amazonas**. Brasília, Senado Federal, 2000.
- LANDI, Antonio Giuseppe. **O códice: descrizione di varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Parà** [ca. 1772]. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; CAVALCANTE, Paulo. B.; HIGUCHI, Horácio. Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.
- MARTINELLI, Gustavo; MORAES, Miguel Avila; **Livro Vermelho da Flora do Brasil**. Trad. Flávia Anderson; Chris Heatt. 1. Ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson: Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era Pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão**

- Francisco Xavier de Mendonça Furtado**, 1751-1759. v. 1. São Paulo: Carioca; IHGB, 1963a.
- MORAES, José Xavier de. **História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará, escrita pelo padre José Xavier de Moraes**. Typographia do Commercio de Brito e Braga, Travessa do ouvidor, 17. RJ. 1860.
- NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)**; introdução e notas de Antonio Porro. São Paulo: Edusp, 2006.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto na Typographia de silva, 1832.
- QUEIROZ, João de São Joseph. **Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763. Escripta pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino**. In: RIHGB, n. 9, p. 43-107, 179-227, 328-375, 476-527; 1869.
- SALOMÃO, R.P.; ROSA, N.A. **Pau-cravo: “droga do sertão” em risco de extinção**. Ciência hoje, v. 49, n. 289, 2012, p. 46-50.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diario da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775; exornado com algumas noticias geograficas, e hydrograficas da dita capitania, com outras concernentes á historia civil, politica, e natural della, aos uzos, e costumes, e diversidade de nações de indios seus habitadores, e á sua população, agricultura, e commercio**. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

O PATRIMÔNIO EM QUESTÃO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE(S) NO SÉCULO XXI

ISSN: 2595-1645

Vanessa Fernanda Mayrinck*

Orientador: Prof. Me. Hugo Emmanuel Rosa Correa

Resumo: O conceito de identidade acompanha a noção de patrimônio histórico desde seu surgimento. No século XIX e início do século XX, o patrimônio era visto e utilizado como um mecanismo legitimador de identidades nacionais, que visavam à *homogeneização*, a *unicidade* e a idéia de um *passado comum*. Dentro desse conjunto, o que se convencionou preservar foram os bens de uma elite política/religiosa, e o que se convencionou esquecer foram os bens dos cidadãos “comuns”. Esse processo acarretou inúmeras problemáticas, como por exemplo, a falta de representatividade e identidade das camadas populares com relação aos bens tombados, processo este, que desencadeou a quebra de alguns paradigmas neste campo de estudo. No século XXI, a tríade *homogeneização*, *unicidade* e *passado comum* não se sustenta mais. Identidade(s) e patrimônio ainda caminham juntos, mas agora sob um novo viés. O presente artigo busca discutir essa “nova tendência” e suas implicações a partir do referencial teórico sobre identidades culturais, que tem como um dos seus grandes representantes o sociólogo e teórico cultural Stuart Hall.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; História; Identidade.

“Legitimação” Do Patrimônio: Um Breve Histórico: Assim como a história, o conceito de patrimônio sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos e séculos. Estas transformações de cunho epistemológico, acompanhavam questões que afluíam de períodos históricos específicos e representavam interesses de determinados grupos sociais, em sua maioria, os que detinham o poder.

Dessa maneira:

[...] o conceito de patrimônio está vinculado ao nascimento do conceito de Estado-Nação, aliado às idéias de soberania política, unidade territorial e legal, com a nação passando a indicar o conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo lugar (CHAUÍ 2000 apud MAGALHÃES, 2009, p. 34).

*Especialização em Educação e Sociedade-IFPR

A França pode ser considerada o berço desta noção de patrimônio, uma vez que, após a Revolução Francesa, se mobilizaram esforços para novas formas de visibilidade do passado. Era preciso construir uma nova identidade nacional, com base nas idéias de *homogeneização*, *unicidade* e *passado comum*, ou seja, uma comunidade formada por características únicas, resultante de um passado compartilhado por pessoas que “lutaram pelo mesmo intuito”: liberdade, igualdade e fraternidade.

Nesse contexto, foi criado o Inventário Nacional do Patrimônio (França) 1837. Este inventário passou a eleger os bens patrimoniais da França. Passou também a “esquecer” intencionalmente outros, pois, como se sabe, este processo é uma via de mão dupla. Sendo assim, os bens selecionados para fazer parte do patrimônio diziam respeito a uma elite civil e religiosa, que visava a heroicização de “grandes feitos” e que foram cristalizados nos monumentos escolhidos ou construídos na França pós-revolução.

No Brasil, a constituição e as discussões acerca dos bens patrimoniais ocorreram em períodos diferentes. Marcado pelo ideal europeu de civilização, a constituição do patrimônio no Brasil se dá em três momentos:

[...] a vinda da Família Real, processo conhecido como interiorização da metrópole, que tem como marcos, dentre outros, o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional; a Independência do Brasil, podendo ser identificados como monumentos o Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), o Museu Imperial (Petrópolis) e o Museu do Ipiranga; e a Proclamação da República, podendo ser representado pelo Museu da República (Catete) (DIAS, 2005 apud MAGALHÃES, 2009, p. 36).

Já as discussões acerca da preservação dos bens patrimoniais se deram em outro momento e se relacionam com a noção francesa de escolha e cuidado com estes bens: a visão de patrimônio como um mecanismo auxiliador na constituição de identidades. Dentro desse contexto, são fundados o IHGB e o Arquivo Histórico Nacional, que tinham como principal intuito “compor uma história do Brasil que possibilitasse a formação de uma nação branca e européia, tendo no Estado seu elemento constituinte” (ODÁLIA 1974 apud MAGALHÃES, 2009, p. 38).

Em 1937 é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Com objetivos similares ao inventário Nacional do Patrimônio, criado na França em 1837, o SPHAN tinha o intuito de eleger e preservar os bens patrimoniais materiais do país, bens estes, que diziam respeito à uma elite política, religiosa e econômica, com um intuito maior: a

construção de uma identidade nacional homogênea. De acordo com Fenelon, “esta perspectiva, que foca a unidade e a identidade nacional, foi fator de marginalização das contradições reais e tira da memória o significado da luta social por ela, e assim, pelo patrimônio” (FENELON, 1992, p.29-30).

O pesquisador Ricardo Oriá, também comenta esta visão restritiva sobre os bens patrimoniais, que reinou até a segunda metade do século XX no Brasil:

[...] preservam-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, das senzalas, dos quilombos, as vilas operárias e cortiços (ORÍ, 1997, p. 131).

Os debates e reformulações desses ideais tradicionais vão sendo gerados paulatinamente, e, com a redemocratização do Brasil, passam a ganhar força. Este foi o momento em que a memória tradicional foi colocada em xeque, uma vez que grupos marginalizados começaram a reivindicar seu espaço na sociedade e, conseqüentemente, nos bens patrimoniais, lugar onde a memória se “concretiza”. Pode-se afirmar então, que no período que corresponde a redemocratização do Brasil, houve uma luta das populações marginalizadas para ter sua representatividade cristalizada e externalizada através dos bens patrimoniais. Este processo foi fundamental, pois, foi do encontro com essas lutas e discussões, que a noção de patrimônio foi ampliada.

PATRIMÔNIO: “NOVA VISÃO, VELHOS PARADGMAS”

Na esteira desse processo de redemocratização do país, em que as lutas de populações marginalizadas por direitos se fazem presente, a noção de patrimônio se transforma. Essa visão mais plural é cristalizada na Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 216, seção II – DA CULTURA, onde se estabeleceu um conceito de Patrimônio Cultural:

Art. 216 Constituem Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico,

artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nota-se que o documento abarca dois conceitos de patrimônio: o material e o imaterial. Porém, este último, só será legitimado anos depois, com a criação do “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, que norteia os princípios para seleção e registro dos bens patrimoniais de natureza imaterial.

Se referindo a esse processo de legitimação da noção plural de patrimônio, Gilberto Gil aponta:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial (GIL, 2008 apud ALMEIDA, 2009, p.5).

Dentro desse contexto, as definições de patrimônio passaram a ser entendidas de forma menos unívoca, suas dimensões sociais, culturais e políticas começaram a ser explicitadas e problematizadas. Garbinatto aponta a dimensão social do patrimônio, segundo ele:

O Patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente no espelho de sua alma) (GARBINATTO, 1979, p. 45).

Como construção social coletiva, o patrimônio pode ser visto como uma expressão da comunidade e, conseqüentemente, como uma “expressão de si”, já que o grupo social a qual pertencemos nos diz muita coisa sobre nós. O grupo social e os bens pertencentes a este grupo, podem nos auxiliar na formação de nossa identidade, pois, segundo Martins, é possível “[...] reconhecer em cada outro e nas coisas do lugar a si próprio” (MARTINS, 2015, p.50).

Outra contribuição fundamental para estas discussões foi o fim da divisão que residia entre Patrimônio Histórico e Patrimônio Artístico. Essa dicotomia deu lugar a uma nova abordagem, segundo Martins:

A tradicional divisão entre Patrimônio Histórico e Artístico deu lugar a uma outra perspectiva com a abordagem de Patrimônio Cultural, pois a esta se

agregaram o arqueológico, o documental, o bibliográfico e o etnográfico, sem perder de vista que cada uma dessas possibilidades chamam para si metodologias próprias de suas respectivas áreas de conhecimento (MARTINS, 2015, p. 52).

Como aponta o autor, cada uma dessas disciplinas possui uma metodologia própria para lidar com o trabalho ligado ao patrimônio, porém, essas disciplinas não podem se isolar feito ilhas no mar. O intercâmbio de metodologias pode enriquecer o trabalho focado no patrimônio, abordagens focadas na interdisciplinaridade fazem afluir novas problemáticas e somam de maneira positiva nas pesquisas que tem o patrimônio cultural como seu eixo central.

Quando nos remetemos ao patrimônio cultural, não devemos nos esquecer que o mesmo é permeado pela cultura, memória, identidade e relações de poder. Segundo Albuquerque, o patrimônio “é a herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos homens, agentes das realizações e história de uma sociedade” [...] (ALBUQUERQUE, 2012, p. 5). Essa herança cultural pode ser externalizada de forma material ou imaterial, o que nos cabe ressaltar aqui, é que a cultura é uma dimensão do patrimônio, pois, o mesmo abarca formas de expressão de um determinado grupo social, representando explicitamente ou implicitamente suas lutas ou não lutas para se perpetuar na memória coletiva.

Sobre a dimensão memorialística do patrimônio, Pinheiro aponta:

Patrimônio é memória que não apenas transmuta um passado, mas constrói e reconstrói um presente, que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade (PINHEIRO, 2015, p. 13).

O patrimônio sempre dirá respeito a uma memória. A problemática que reside nesta questão, é que sempre houve e sempre haverá a luta pela prevalência de certo tipo de memória. Se por um lado o patrimônio é uma construção social coletiva, nem sempre essa construção social envolve todos os grupos, mas sim, apenas os que detêm certo tipo de poder. Segundo Martins:

[...] o Patrimônio é reflexo da sociedade que o produz, sendo necessário esclarecer que este nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o Patrimônio é produto de contextos econômicos,

políticos, ou culturais que, por sua vez, possuem origem em decisões de grupos concretos, ou classes (MARTINS, 2015, p. 53).

O historiador Jacques Le Goff, contextualiza e problematiza essas discussões acerca da memória e das relações de poder que permeiam o patrimônio. Em seu texto Documento Monumento, presente no livro História e Memória, ele afirma:

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 535).

Ainda segundo ele, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 545).

As relações de poder permeiam a escolha e a perpetuação dos bens na memória coletiva. Esse processo era mais evidente no início do século, onde patrimônio era visto como um mecanismo auxiliador para formação de uma identidade nacional homogênea, única e que visava um passado comum. Mesmo com as transformações e reformulações na noção de patrimônio, o “pluralismo patrimonial” não é regra, e ainda hoje, vemos apenas um tipo de memória (oficial) “representar” os bens patrimoniais de vários municípios.

Esse problema acarreta outro, de cunho mais complexo, que tem total ligação com o conceito de identidade. Antes de abordá-lo, se faz necessário realizar uma discussão prévia sobre um dos principais objetivos que permeiam o patrimônio. Quando se discute esta temática, todos entram em comum consenso de que a maioria dos esforços deve girar em torno de sua preservação. De acordo com Cunha, essa é uma das principais preocupações do IPHAN:

Como já fizemos observar, o Iphan tem como objeto central de suas preocupações a preservação do patrimônio cultural brasileiro; a busca, portanto, por impedir que registros e uma série de resquícios da vida social de nosso país, que remontam a algum lugar do passado, sejam ignorados e destruídos; assim legando às gerações futuras a possibilidade de fruição de sítios arqueológicos, fontes documentais, antigas expressões da arquitetura e do urbanismo do país, dentre outras manifestações culturais (CUNHA, 2015, p. 11).

O intuito preservacionista é defendido por inúmeros pesquisadores da área, porém, um grande empecilho para a efetivação deste objetivo recai na própria população, ou na ausência de participação dela na preservação destes bens. O problema da falta de envolvimento popular é bem mais complexo, e é discutido brevemente por Martins:

O ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas à sua própria cidade. Mas é possível uma população com problemas de primeira necessidade, como alimentação, trabalho, segurança, econômicos, de saúde e sem informações, se interessar pelo destino de uma igreja barroca, de casas coloniais, de uma floresta ou de uma praça? (MARTINS, 2015, p. 54).

A discussão aqui vai além da idéia proposta acima. Poderíamos deslocar o eixo central da indagação. O que o autor coloca como “problemas de primeira necessidade” é fundamental, mas não o suficiente para entender a problemática da marginalização do patrimônio. A mesma está ligada a questões mais profundas: a identidade, a falta dela, ou a pluralidade da mesma. Em um primeiro momento, poderíamos recolocar a questão da seguinte forma: é possível uma população com problemas de primeira necessidade, como alimentação, trabalho, segurança, econômicos, de saúde e sem informações, e que além de tudo, não se vê representada através dos bens patrimoniais de sua comunidade, se interessar pelo destino de uma igreja barroca, de casas coloniais, de uma floresta ou de uma praça?

Em muitos casos, os moradores de determinado local não se identificam com os bens patrimoniais daquela localidade. A não representatividade da sua classe e o desconhecimento do processo de criação do bem (sua história, as lutas de poder que envolveram sua criação, legitimação e permanência na comunidade), auxiliam nesse processo. Assim, de acordo com Santos, “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (Santos, 1998, p. 61).

A não representatividade de um grupo social a partir dos bens patrimoniais de sua localidade acarreta, em sua não identificação com o bem, processo que auxilia na marginalização dos patrimônios. Portanto, é possível concluir que a identidade tem total ligação com os processos que permeiam os bens patrimoniais. Essas complexas discussões serão abordadas no tópico seguinte.

Patrimônio E Identidade(S): A Problemática Da Descentração Do Sujeito Em Stuart Hall: Como dito nas discussões anteriores, a noção de patrimônio esteve ligada durante longos períodos ao processo de legitimação de uma identidade nacional, identidade esta que visava à homogeneização e unicidade e a idéia de um passado comum. Com transformações advindas do mundo moderno e contemporâneo, essa visão passou a não se legitimar mais. Não é possível hoje “responsabilizar o patrimônio” pela construção de uma única identidade nacional, aliás, não é mais possível tratar esse conceito no singular. Atualmente, não se fala mais sobre identidade e sim, sobre identidades.

Um pesquisador que se debruçou sobre esse processo de transformações vinculadas às identidades foi Stuart Hall. Em seu livro *A identidade cultural na pós- modernidade*, este autor apresenta um panorama das mutações que ocorreram no mundo e que fizeram com que um sujeito centrado e com identidade única passasse a ser um sujeito descentrado, que abarca inúmeras identidades.

Em um primeiro momento, Stuart Hall define identidades culturais. De acordo com ele, elas podem ser identificadas por: “[...] aqueles aspectos de nossa identidade que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2006, p. 8).

De acordo com este autor, o pensamento em voga é que, “uma mudança estrutural está transformando as sociedades modernas do século XX”, assim, como os elementos que a compõe. “[...] Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2006, p. 9). O autor coloca esse processo de “perda de sentido de si” como descentração do sujeito.

Dentro dessa conjuntura, há um duplo deslocamento: o indivíduo é descentrado do seu lugar no mundo social, cultural e também, de si mesmo, processo este que acarreta em uma “crise de identidade” (HALL, 2006). O objetivo do autor é explorar essa suposta “crise” e investigar se ela existe e qual direcionamento está tomando.

Como afirmado anteriormente, durante certo período, o Estado angariou esforços para a formação e legitimação da identidade nacional. O sujeito que vivia nessa conjuntura era formado por uma identidade única, fixa e estável. Com as transformações que “bombardearam” o mundo moderno e contemporâneo, que tem na globalização o seu expoente máximo, não é mais possível advogar em torno de uma única identidade, que visava a tríade: homogeneização, unicidade e passado comum.

Com as fronteiras mais permeáveis, o mundo todo se conectou, entramos em contato todos os dias com um leque de identidades passíveis de identificação. Portanto, a palavra identidade, no singular, não se sustenta mais. “Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (HAAL, 2006, p. 13). Ainda segundo o autor, “[...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13).

Se não é possível advogar mais a favor de uma identidade única, e sim, a favor de várias identidades, como fica a questão relacionada ao patrimônio, que tem um dos seus principais intuitos auxiliar na construção ou reconhecimento de identidade de determinadas localidades ou grupos sociais? Vimos que a não representação de um grupo social através de bens patrimoniais não gera um sentimento de identidade, pois, os membros desse grupo não se sentem representados. Como consequência disso, temos o não envolvimento dessa parcela da população na preservação desse bem patrimonial. Mas, e quando um grupo social é representado pelos bens patrimoniais e ainda assim não se identifica com ele? Isso é possível?

A resposta a indagação anterior é sim. A globalização citada por Stuart Hall pode ser a responsável por este fator. O historiador Hobsbawm traz discussões que vão e encontro com este tema:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (HOBSBAWM, 1995, p. 13)

Com a globalização e os meios de comunicação cada vez mais presentes na vida dessas pessoas que pertencem a determinada comunidade, o passado é visto “como uma roupa que não serve mais”, que não tem necessidade ou serventia alguma. Esta problemática se acirra ainda mais:

Filmes, videoclipes, noticiários veiculados por agências estrangeiras e outras, novelas, publicidade e demais programas de rádio e televisão raramente citam o papel que as populações pobres e trabalhadoras têm na geração de riqueza na sociedade (SANTOS, 2011, p.284).

Todos esses fatores levam a população a não ter um sentimento de ligação com os bens patrimoniais da comunidade a qual pertencem, excluindo uma bela fonte de

conhecimento e reconhecimento das relações passadas e atuais de sua localidade. Como então despertar o interesse desses grupos sociais, fazer com que eles tenham ciência de que certos bens patrimoniais dizem respeito à sua história e se não dizem, problematizar o por quê? Como fazer com que estes grupos enxerguem as lutas pela memória que ocorreram e ainda ocorrem para que esse patrimônio tenha sido construído e permaneça em uma memória coletiva?

Antes de dar uma opção para essas indagações, é necessário enfatizar que Stuart Hall não coloca a globalização e conseqüentemente a fragmentação de determinada identidade nacional como algo totalmente negativo:

Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas (HALL, 2006, p. 87).

A questão reside em como alocar todas essas contradições em um processo que seja enriquecedor tanto para os bens patrimoniais, quanto para as comunidades. Uma resposta viável seria a partir da educação patrimonial. Uma educação que valorize e problematize essa “pluralidade identitária”, mas que também dê ênfase nas contradições próprias que o patrimônio em si possui. Esta educação não pode perder de vista o contexto em que esse bem foi criado, inclusive, as forças de poder que atuaram para sua perpetuação ou não perpetuação. É preciso explicitar conflitos, fazer afluir questionamentos, fazer com que a comunidade compreenda que indivíduos pertencentes muitas das vezes ao seu grupo social lutaram por esses bens e por outros, e que, por este motivo, seu conhecimento e preservação são válidos:

Preservar, nesse sentido, não é colocar em redomas ou no fundo de um cofre, mas expor sua potência transformadora aos indivíduos para que essa força possa se exercer. Preservar não é ditar um passado segundo o historiador de plantão ou a tendência de conservação em voga, mas manter as possibilidades abertas pelo passado como possibilidades de transformação (CARVALADE, 2015, p. 190).

É preciso trabalhar com possibilidades. Entender que as identidades são plurais e que sempre estão em processo de construção e reconstrução:

Ao contrário do que se imagina a identidade não está na cristalização de uma memória, no mito de um “pai fundador” que termina por produzir uma história diante da qual o homem comum sente-se incapaz. A identidade constrói-se com a própria história, construída no cotidiano e capaz de se refazer a cada nova pesquisa realizada, a cada nova descoberta, dando vida a todos os personagens que de fato a constroem (ANDRADE; SANTOS, 2009, p. 9).

Ainda segundo estes autores, “a identidade passa pelo sentimento de pertencimento do sujeito ao lugar onde vive ou pelas escolhas que faz ao longo de sua história” (ANDRADE; SANTOS, 2009, p. 9). Sendo assim, a identificação e conseqüentemente preservação de bens patrimoniais de determinada comunidade, tem relação direta com o sentimento de pertencimento ou com suas escolhas referentes em amplos contextos de sua vida. A educação patrimonial tal qual foi conceituada, pode ser o eixo norteador desse processo de sensibilização e, conseqüentemente, preservação de determinados bens patrimoniais, o elo entre memória, identidade e preservação.

Se em seu processo de legitimação o patrimônio serviu como mecanismo legitimador de determinadas identidades nacionais, que visavam a homogeneização, unicidade e um passado comum, atualmente, essa função não se legitima mais. De uma única identidade, assistimos o florescer de várias identidades que o patrimônio, assim como seu campo de estudos abarcou.

Apesar das problemáticas desencadeadas por este fator e discutidas neste artigo, esta pluralidade cultural pode ser enriquecedora, desde que se tenha cuidado ao abordá-la com relação aos bens patrimoniais. Nesse contexto, entra em cena a educação patrimonial, que pode ser entendida como um mecanismo mediador entre o patrimônio e conhecimento histórico-cultural dos indivíduos.

Assim como outros campos de estudo, as discussões que envolvem o Patrimônio Cultural não cessaram e nem devem cessar. A cada dia, novos estudos e metodologias são desenvolvidas e enriquecem ainda mais este campo. A problemática das identidades da qual tratou este artigo, assim como sua resposta viável, a educação patrimonial, não são abordagens fechadas e estão passíveis de críticas e novas problematizações. Acredita-se que assim, enriqueceremos cada dia mais o debate sobre o Patrimônio Cultural no nosso município e, conseqüentemente, no Brasil.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. *Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania*. In: Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- ALMEIDA, Luiz Fernando de. *Educação e Patrimônio Cultural: Por uma nova atitude*. In: *Por dentro da História*. Contagem, MG: Revista de Educação Patrimonial, num.1, 2009.
- BRASIL, *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988.292 p.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. Permanência e transformação na memória e no ambiente. In: *Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial*. Fortaleza, num.1, 2015.
- CUNHA, Murilo. Apresentação. In: *Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial*. Fortaleza, num.1, 2015.
- FENELON, Déa R. “*Políticas Culturais e Patrimônio Histórico*”. In: *Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje*. Brasília: Cadernos ENAP, vol. 1, n. 2, 1993.
- GARBINATTO, Valeska. *Ensino de História e Patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e da cidadania*. In. *Ciências e Letras*. Porto Alegre, 1979.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSBAWN, E.. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (trad. Marcos Santarrita). São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: *História e Memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira. *Patrimônio Cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar*. In: *Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial*. Fortaleza, num.1, 2015.
- ORIÁ, Ricardo. *Memória e Ensino de História*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PINHEIRO, Adson Rodrigo S. Introdução. In: *Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial*. Fortaleza, num.1, 2015.
- SANTOS, Anderson Cunha; Andrade, Noemia Rosana de. *História local, memória social e identidade cultural*. In: *Por dentro da História*. Contagem, MG: Revista de Educação Patrimonial, num.1, 2009.
- SANTOS, Milton. *O espaço e o Cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Wallace Ferreira dos. *Ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência em escola pública*. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011.
- ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo. *Educação Patrimonial: da teoria à prática*. Londrina, Pr: UniFil, 2009.

O QUE SE COME NA COLÔNIA: CAÇA E CRIAÇÃO DE MAMÍFEROS NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

ISSN: 2595-1645

Anelisa Mota Gregoleti (UEM)
Christian Fausto Moraes dos Santos (UEM)
Christian Fausto Moraes dos Santos (Orientador)

Resumo: Esta pesquisa propõe analisar as tentativas iniciais de introdução de animais oriundos da Europa na América Portuguesa, verificando os obstáculos referentes à adaptação daqueles animais ao clima e a nova alimentação com os quais se depararam os colonizadores no século XVI. Abordaremos os motivos que levaram os primeiros desbravadores portugueses a trazer, nas naus, certas espécies de animais na tentativa inicial de alimentar-se, e o intuito de transpor e adaptar estes animais para a colônia. Para tal, também pretendemos trabalhar com a problemática do reconhecimento, identificação, classificação e descrição dos animais do Novo Mundo. Como método específico de trabalho, efetuiremos a leitura das fontes, retirando de seu conteúdo as descrições a respeito dos animais nativos e introduzidos, e de seu eventual uso como elemento constituinte das estratégias de sobrevivência, tanto pelos indígenas quanto pelos colonizadores. Esta perspectiva inclui, também, uma abordagem, a partir do referencial teórico da História das Ciências, das questões que envolvem a exploração, por parte dos nativos e colonizadores, dos recursos protéicos advindos da caça dos animais nativos do Novo Mundo.

Palavras-chave: América no Século XVI. Alimentação. Caça.

Introdução

A história da alimentação pode esclarecer vários aspectos do cotidiano humano, seja no âmbito político, econômico ou social. Os hábitos alimentares e as tradições relacionadas à alimentação mudaram junto com as mudanças das sociedades humanas (MENEZES; CARNEIRO, 1997). De comidas feitas com propósito de suprir a necessidade protéica, passou a ter características além da saúde, chegando aos dias atuais como uma culinária cheia de requintes. Ao longo da história dos alimentos, observamos proibições a certas carnes, peixes e condimentos, que estavam relacionados à sexualidade, ou então recaiam sobre o julgo das leis clericais (FLANDRIN; MONTANARI, 1998). Comer bem, sempre foi sinônimo de riqueza, oferecer aos convidados determinados tipos de pratos significava, acima de tudo, boas maneiras e apressado, enquanto que a falta de alimentos, ou não ter à mesa um bom bife, poderia indicar pobreza.

Há registros de tratados de cozinha e de receitas culinárias desde o século XIV, que traziam informações de caráter técnico como cortes de carne, preparo de pratos, com ilustrações demonstrando os modos corretos dos cortes das carnes, assim como receitas de pratos capazes de auxiliar uma enfermidade e também de alguns doces. Estes tratados ou livros sobre a arte de cozinhar foram escritos em grande parte por colonizadores, senhores de engenho, cronistas, médicos e viajantes. A partir do século XVI, com a era dos Descobrimentos, até o século XVIII, percebe-se através dos relatos de viagem, a preocupação

em obter fontes de proteína e gordura animal para o próprio sustento dos navegantes, e também o impulso sobre as redes de comércio das especiarias (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 532-557).

A partir da empreitada portuguesa rumo às terras desconhecidas, um leque de oportunidades abriu-se no que se refere aos alimentos. Sem contarmos com a grande mudança alimentar que se deu com as especiarias do oriente, temos uma gama de relatos dos primeiros colonizadores do Novo Mundo, descrevendo com profusão de detalhes os animais que encontravam nos trópicos. Do ponto de vista dos hábitos alimentares europeus, e durante a era dos descobrimentos, a alimentação no Velho Mundo se modificou, ou seja, os alimentos encontrados no Novo Mundo foram introduzidos na alimentação européia. O que podemos observar na expansão dos temperos das índias e algumas especiarias americanas, como os pimentos (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 532). Contudo, para os europeus que estavam desbravando o continente americano à sua rotina alimentar mudou radicalmente, pelo menos nos primeiros tempos do século XVI, por exemplo, devido às diferenças ambientais, boa parte da dieta dos colonizadores passou por ajustes nos trópicos.

A nova alimentação com os quais se depararam os colonizadores no século XVI, a problemática do reconhecimento, identificação, classificação e descrição do Novo Mundo são assuntos abordados ao longo deste texto. O animal escolhido como tema central de análise foi da espécie anta (*Tapirus spp.*), onde buscamos descrever as suas características fisiológicas, o seu habitat, a sua alimentação, reprodução, caça e utilidade. Como ainda se trata de um projeto de pesquisa em andamento, ainda analisaremos as tentativas iniciais de introdução de animais oriundos da Europa na América Portuguesa, tais como porcos, galinhas, cabras, vacas e outros animais domésticos, verificando os obstáculos referentes à adaptação destes animais ao ambiente da colônia. Esta perspectiva utiliza, conseqüentemente, uma abordagem a partir do referencial teórico da História das Ciências, tratando de questões que envolvem a exploração, por parte dos nativos e colonizadores, dos recursos protéicos advindos da caça dos animais nativos do Novo Mundo.

As expansões dos impérios coloniais de Portugal e Espanha colocaram os colonizadores em contato com novos povos e com novos ambientes e, progressivamente, deixou claro que a diversidade de plantas e animais era muito maior e, de certa forma, mais complexa do que os pensadores do Velho Mundo podiam supor. Diante disso, analisar as descrições feitas pelos colonizadores sobre a fauna do Novo Mundo pode nos auxiliar na compressão da Filosofia Natural do século XVI. Imagine a reação de um viajante quinhentista ao se deparar com uma Anta (*Tapirus spp.*). Neste sentido, verificar o estranhamento e as

tentativas de classificação dos animais encontrados no Novo Mundo, pode demonstrar esta busca para compreender o Mundo Natural dos trópicos.

Anta (*Tapirus spp.*)

Os relatos de viajantes, cronistas, religiosos e colonos, no contexto das descobertas, descreveram o Novo Mundo no intuito de informar seus superiores (rei ou membros da Companhia) as condições de potencialidades daquelas terras. Os viajantes cronistas observaram muito sobre o conhecimento dos indígenas. Em suas descrições a respeito dos diversos animais, percebem-se as características físicas, o comportamento, o ambiente em que vivem, o que comem, como se reproduzem, questões gustativas sobre as carnes, como eram caçados e porque, muitas vezes, eram tão cobiçados. Existem inúmeras páginas tratando das principais características e como esses animais eram identificados, sendo por nomes indígenas ou europeus. São descrições físicas do animal, bem como do seu comportamento como o habitat, alimentação e reprodução. (RIBEIRO, 2006, p.6).

Uma das espécies existentes de anta é a *Tapirus terrestris* da família Tapiridae, sendo a mais comum encontrada no Brasil. Essa espécie em questão é considerada como maior mamífero terrestre neotropical, com pelagem curta, de cor marrom-escuro, sendo que a borda das orelhas é branca. (REIS et al., 2010). Recentemente, pesquisadores do Brasil, da Áustria e da Guina Francesa, descreveram no *Journal of Mammalogy* uma nova espécie de anta: a *Tapirus kabomani*. As características descritas por esses pesquisadores, conhecida pelos ribeirinhos e nativos como “pretinha”, é uma espécie de pelagem mais escura, porte menor, menos pesada (atinge cerca de 100 quilos) que a *Tapirus terrestris* (atinge cerca de 300 quilos). A parte posterior do crânio da *Tapirus kabomani* também é mais achatada que a da *Tapirus terrestris* (COZZUOL et al., 2013).

O escritor e explorador francês André Thevet, autor de *As singularidades da França Antártica* (1558), nasceu em Angoulême, veio para o Brasil na expedição do calvinista Villegaignon em 1556. André Thevet reuniu informações sobre as peculiaridades dos trópicos e particularidades sobre a vida e costume dos índios. (PAVERO et al., 2004). Acerca da anta (*Tapirus spp.*), descreve o pequeno tamanho da cauda, o pé fendido e os dentes afiados e agudos, acreditando não ser um animal perigoso, já que quando perseguido fugia. André Thevet acreditava que a espécie anta (*Tapirus spp.*) tinha tanto de asno como de vaca, e se utilizou da comparação com animais conhecidos pelos europeus para descrever a cabeça parecida com a do garrote, a cor avermelhada que possuíam as vacas e a velocidade com a qual o veado alcançava:

A tapiira é do tamanho de um asno adulto, mas seu pescoço é mais grosso. A cabeça é assim como a de um garrote de um ano. Os dentes são afiados e agudos. Todavia, não é um animal perigoso; quando perseguido, sua única defesa é fugir em busca de um lugar para se esconder, correndo mais rapidamente que um veado. Sua cauda minúscula tem apenas três ou quatro dedos de comprimento e é pelada como a da cutia (na América são comuníssimos os animais desprovidos de rabo). Seu pé é fendido, com um casco mais saliente para frente e outro para trás. O pêlo é avermelhado, como o de algumas mulas e vacas da nossa terra, razão pela qual os cristãos que aí vivem chamam-na de vaca, já que quase não há diferença entre os dois animais, exceto no que se refere aos chifres, que a tapiira não possui. Para dizer a verdade, este animal tem tanto de vaca quanto de asno, pois é coisa bem rara ver-se um bicho em tudo semelhante a outro de espécie diversa, sem que ambos apresentem entre si marcantes diferenças. É o caso, por exemplo, de um peixe de água salgada que vimos nas costas da América e que se destacava entre os outros por sua cabeça semelhante à de um bezerro e seu esquisitíssimo corpo. (THEVET, 1978, p.162-163)

O senhor de engenho português Gabriel Soares de Souza, autor do *Tratado descritivo do Brasil* (1587), nasceu em Ribatejo e foi membro da expedição de Francisco Barreto a caminho de Moçambique, onde atracaram no Brasil em 1569. Gabriel Soares levou uma vida de lavrador e senhor de engenho. Os manuscritos de Soares só tiveram autoria reconhecida no século XIX. (PAPAVERO et al., 2004). Descreve a espécie anta (*Tapirus spp.*) com cabelo assentado, beijo de cima mais comprido que o de baixo, se alimentavam de frutas e ervas e só pariam um filhote por gestação. Considerou essa espécie como sendo a maior alimária do Novo Mundo, comparando com animais que os europeus já conheciam, como o tamanho de uma mula, unhas fendidas como da vaca, cabelo das ancas e focinho como mula:

E comecemos das antas, a que os índios chamam tapiruçu, por ser a maior alimária que esta terra cria; as quais são pardas, com o cabelo assentado, do tamanho de uma mula mas mais baixas das pernas; e têm as unhas fendidas como vaca, e o rabo muito curto, sem mais cabelo que nas ancas; e têm o focinho como mula, e o beijo de cima mais comprido que o de baixo, em que têm muita força. Não correm muito, e são pesadas para saltar; defendem-se estas alimárias no mato, com as mãos, das outras alimárias, com o que fazem dano aonde chegam; comem frutas silvestres e ervas; e parem uma só criança; e enquanto são pequenas são raiadas de preto e amarelo tostado ao comprido do corpo, e são muito formosas; mas, depois de grandes, tornam-se pardas; e enquanto os filhos não andam, estão os machos por eles e enquanto a fêmea vai buscar de comer. (SOUZA, 1971, p.243- 244).

O padre jesuíta espanhol José de Anchieta, autor das *Cartas Jesuíticas* (1560), nasceu em San Cristóbal de La Laguna e entrou para a Companhia de Jesus em 1551. José de Anchieta veio para o Brasil na frota de Duarte Costa em 1553 nas missões da Companhia de

Jesus, e foi de São Vicente até Piratininga, para estender a ação dos jesuítas na catequese dos índios. Ao longo de sua vida, escreveu muitas cartas que descreviam o bioma do Brasil.(PAPAVERO et al., 2004). Descreve que o barulho típico emitido pela espécie anta (*Tapirus spp*) era de assobios ao invés de gritos, passavam o período da noite acordada e do dia descansando, e quando se sentiam ameaçadas, corriam para debaixo d'água, por isso, seu habitat costumava ser perto dos rios:

Levanta-se-lhe, pelo pescoço, em vez de crinas, um musculo desde as cruces até a cabeça, com a qual, como é um tanto mais alto, arma toda a fronte e abre caminho por espessos bosques, separando os ramos daqui e dali. Tem a cauda muito curta, desprovida de crinas; dá um grande assobio em vez de grito; de dia dorme e descansa, de noite, corre de um lado para outro; nutre-se de diversos frutos, e, quando não os ha, come as cascas das árvores. Quando perseguida dos cães, faz-lhes frente a dentadas e coices, ou lança-se ao rio e fica por muito tempo debaixo d'água; por isso vive quase sempre perto dos rios, em cujas ribanceiras costuma cavar a terra e comer barro.(ANCHIETA, 1988, p.129).

Caça

O cotidiano dos primeiros europeus que se instalaram na América era exaustivo no quesito físico. A alimentação era garantida, em parte, pela caça, onde a partir da análise do conhecimento indígena, esses homens escreveram crônicas de um valor histórico e biológico inestimável. O modo que os nativos caçavam os animais, assim como preparavam suas carnes era de real importância para a sobrevivência.

O escritor e explorador francês André Thevet, autor de *As singularidades da França Antártica* (1558), escreve que os americanos não criavam animais domésticos, sendo presentes nas florestas. A caça da espécie anta (*Tapirus spp.*) era feita por buracos bem fundos cobertos com folhagens no lugar onde habitualmente esses animais passavam, onde eram capturados vivos e em seguida mortos a flechadas:

Lembro-me de ter dito anteriormente que os americanos não criam animais domésticos, mas que nas florestas há uma grande diversidade de animais selvagens de boas carnes, como veados e corças, javalis, etc. Como os animais têm de sair sozinhos em busca de alimentos, os indígenas cavam um buraco bem fundo no lugar por onde eles habitualmente passam, cobrindo-os depois com folhagens. Isto é feito com tal astúcia e habilidade, que os animais dificilmente logram escapar, sendo então capturados vivos, podendo ou não ser depois mortos a flechadas dentro da própria armadilha (THEVET, 1978, p.161).

O missionário calvinista europeu Jean de Léry, autor de *Viagem à terra do Brasil* (1578), nasceu em La Margelle e veio para o Brasil na expedição de Villegaignon. Jean de

Léry tinha curiosidade de ver o mundo e acreditava ser essa viagem de ida para o Brasil, uma vontade de Deus. Mesmo permanecendo menos de um ano no Brasil, escreveu sobre a história natural e a vida e costumes indígenas. (PAPAVERO et al., 2004). Na descrição dos animais selvagens, relata que a espécie anta (*Tapirus spp.*) era morta por flechadas ou armadilhas: “Os selvagens o matam a flechadas como fazem a muitos outros ou o apanham com armadilhas astuciosas”.(LÉRY, 1961, p.11-12).

Utilidade

A preocupação em relação a determinadas espécies de animais, fica claro, quando se analisa os relatos dos colonizadores e viajantes. Buscavam transmitir todo o conhecimento que conseguiam através de relatos, como poderiam ser usados tais recursos, seus valores alimentícios e até medicinais, descrevendo as particularidades de cada espécie com o qual tinham contato.

O senhor de engenho português Gabriel Soares de Souza, autor do *Tratado descritivo do Brasil*(1587), descreveu que a caça da anta (*Tapirus spp.*) era realizada por meio de covas, onde os animais caíam, e em seguida, eram mortos por flechadas. Gabriel Soares também descreve o sabor muito gostoso da carne desse animal, comparando o peito com o animal conhecido pelos europeus, a vaca. Os ossos deste animal eram utilizados para tratar diarreia, quando queimados e dados a beber, e sua pele muito rígida era utilizada para defesa indígena:

Matam-nas em fojos, em que caem, às flechadas. A carne é muito gostosa, como a de vaca, mas não tem sebo; e quer-se bem cozida, porque é dura; e tem o cacho como maçã do peito da vaca; e no peito não tem nada. Os ossos destas alimárias, queimados e dados a beber, são bons para estancar câmaras; as suas peles são muito rijas, e em muitas partes as não passa flecha, ainda que seja de bom braço, as quais os índios comem cozidas pegadas com a carne. Destas peles, se são bem curtidas, se fazem mui boas couraças, que as não passa estocada.(SOUZA, 1971, p.244).

O escritor e explorador francês André Thevet, autor de *As singularidades da França Antártica* (1558), descreve que a caça dos indígenas pela anta (*Tapirus spp.*) era estimada principalmente pelo valor a pele do animal, que era utilizada na fabricação de escudos de guerra:

É também muito abundante na América um certo animal que os selvagens chamam de *tapiira*, estimadíssimo pelos indígenas que o caçam em grande quantidade, não só por sua carne - aliás excelente - mas principalmente porque seu instinto deformado dá mais valor à sua pele, já que com ela podem fabricar os escudos que usam nas guerras. Esta pele é de fato tão

resistente que só com grande dificuldade se consegue atravessá-la com um tiro de bacamarte.(THEVET, 1978, p.162-163).

O missionário calvinista europeu Jean de Léry, autor de *Viagem à terra do Brasil* (1578), descreve como os indígenas utilizavam a pele da anta (*Tapirus spp.*). Como se tratava de um animal estimado entre os indígenas, o couro do dorso era posto a secar e cortado em rodela, para que servisse de escudo contra os inimigos de guerra:

Esse animal é muito estimado entre os indígenas por causa da pele; depois de esfolado cortam-lhe o couro do dorso e põem-no a secar, fazendo rodela do tamanho de um tampo de mel médio, que lhe servem de escudos contra as setas inimigas na guerra. Com efeito, a pele assim seca e preparada é tão rija que não há flecha, creio, por mais violentamente lançada que possa furá-la.(LÉRY, 1961, p.11).

A colonização não foi feita de forma simples, dada as dificuldades encontradas na diversidade da fauna, flora e do ambiente. A necessidade de ampliar o conhecimento sobre a Mata Atlântica, fez com que uma série de registros sobre plantas e animais fosse elaborada. A forma de se conseguir alimentos em um ambiente totalmente desconhecido e novo, fez com que as técnicas indígenas fossem importantes nesse processo.

Conclusão

A colonização da América no século XVI pode ser entendida então através da perspectiva dos hábitos, costumes, caça, as fontes de proteína disponíveis, o que se faziam com o animal morto e qual eram os pratos preparados. A leitura das fontes, retirando de seu conteúdo as descrições a respeito dos animais nativos e introduzidos, e de seu eventual uso como elemento constituinte das estratégias de sobrevivência, tanto pelos indígenas quanto pelos colonizadores estabelece os aspectos históricos, tanto da exploração dos recursos alimentares obtidos pelos colonizadores a partir da caça de animais nativos, quanto a problemática da introdução de novas espécies no ambiente do Novo Mundo.

Referências Bibliográficas

- ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- COZZUOL, Mario A. et al. A new species of tapir from the Amazon. *Journal of Mammalogy*, v. 96, n. 6, p. 1331-1345, 2013.
- FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército -Editora, 1961.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. *História da alimentação: balizas historiográficas*. Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, v.5, n.5, p. 9-91, 1997.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; BOUSQUETS, Jorge Llorente; BUENO, Alfredo. *Historia de la biogeografía*, I. El período preevolutivo. México: FCE, 2004.
- REIS, Nelio Roberto dos; PERACCHI, Adriano Lúcio; FREGONEZI, Maíra Nunes; ROSSANEIS, Bruna Karla. *Mamíferos do Brasil - Guia de Identificação*. – Rio de Janeiro: Technical Books, 2010.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Bestiário Brasílico: a fauna brasileira no imaginário colonial*. In: Jacobi, Pedro; Ferreira; Lúcia da Costa. (Org.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. 1ed. São Paulo: ANPPAS, Annablume, v. , p. 65-74, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_ricardo_ferreira.pdf>. Acesso em: 08 mai.2016.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Brasiliana, 1971.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Tradução de Eugênio Amado. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho; consultor desta edição Renato Janine Ribeiro; consultor de termos zoológicos Márcio Martins. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

O RAP COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E DENÚNCIA

ISSN: 2595-1645

Pamela de Gracia Paiva*

Luiz Carlos Sereza*

Resumo: O rap é utilizado por jovens moradores da periferia como forma de resistência ou de denúncia aos abusos sociais que ocorrem nos bairros periféricos. Duas músicas do rapper Eduardo Taddeo que fazem parte do CD duplo A Fantástica Fábrica de Cadáveres (2014) serão utilizadas para fomentar essa discussão, sendo a primeira intitulada A Era das Chacinas em que o cantor denuncia o genocídio de uma população vulnerável e fragilizada como é a população pobre, negra e moradora da periferia. Na segunda música Os Cravos do Holocausto, que já no título nos faz refletir utilizando um fato histórico para denunciar o trabalho escravo e a falta de investimento em educação e de condições de subsistência que juntas colaboram para que uma parcela dessa população vulnerabilizada cometa atos criminosos que serão julgados pela mesma sociedade que os excluiu anteriormente. Dessa forma o rap é não apenas uma expressão cultural, ou uma forma de divertimento, mas também pode ser utilizado como uma ferramenta de resistência dos que são excluídos, silenciados e desacreditados. O rap pode também ter um caráter ideológico, militante e revolucionário como será visto nas letras do rapper Eduardo ou servir apenas como entretenimento sem cunho político.

Palavras-chave: Rap; Resistência; Denúncia.

O rap é um estilo musical bem presente no cotidiano dos jovens das periferias, jovens estes que estão diariamente expostos a uma série de violências, sendo elas a falta de assistência do Estado, a ausência de políticas públicas inclusivas, o Estado repressor, e por vezes genocida.

Dessa forma esse estilo musical contribui para que as denúncias sejam feitas e que a violência enfrentada por eles não fique restrita apenas ao meio em que vivem, através das músicas esses jovens conseguem ser enxergados, ganham voz e atenção, e por vezes se sentem representados pelos rappers que vivem ou viveram nas mesmas condições que eles.

* História - Universidade Tuiuti do Paraná

Duas músicas do rapper Eduardo Taddeo ex Facção Central serão utilizadas para fomentar essa discussão sobre denúncia e resistência, contrapondo aos versos de Eduardo serão apresentados alguns dados e reportagens sobre a violência enfrentada pelos jovens moradores de periferia e negros, além de uma breve discussão bibliográfica sobre populações em situação de vulnerabilidade social.

Facção Central, Eduardo Taddeo E O Rap Violento: Facção central é o nome de um grupo de rap do Estado de São Paulo formado no ano de 1989, o grupo conseguiu grande sucesso com suas letras fortes e violentas até a prisão dos seus integrantes após divulgação do clipe da música “Isso aqui é uma guerra” em que o refrão diz o seguinte:

É uma guerra onde só sobrevive quem atira, quem enquadra a mansão quem trafica. Infelizmente o livro não resolve, o Brasil só me respeita com um revolver ae (sic), o juiz ajoelha o executivo chora, pra não sentir o calibre da pistola, se eu quero roupa comida alguém tem que sangrar [...] (ISSO AQUI É UMA GUERRA)

O grupo mesmo se intitulava como “rap violento”, com letras fazendo apologia ao crime como a citada acima, dentre tantas outras que fazem parte da discografia do grupo. Porém o que eles colocavam nas letras eram coisas que haviam vivenciado na infância e adolescência, pois foram criados na periferia de São Paulo. Tal passado violento corroborou para a composição das letras.

Entretanto a postura do grupo trouxe diversos problemas, como a prisão já citada acima, censuras de algumas rádios, proibição da exibição na televisão do clipe “Isso aqui é uma guerra”, ameaças policiais, entre outros. Nas letras utilizavam a linguagem das ruas, as gírias, além da linguagem formal. Em entrevista concedida no ano de 2009 Eduardo Taddeo, integrante do Facção Central disse o seguinte:

O rap surgiu na minha vida quando eu ainda era um pré-adolescente, em plena formação física e mental. Imaturo, sem senso crítico e analítico, eu estava debutando na compreensão da engrenagem sórdida da sociedade. Nessa época, eu estava começando a entender o significado de palavras como; desrespeito, individualidade, ódio, racismo, tortura e exclusão. Desde cedo, algo em relação a isso já me incomodava. Eu não sabia dizer com palavras o que era, mas já sentia; era a sede de justiça social em ebulição no

meu corpo. Enquanto os moleques da quebrada estavam preocupados em jogar bola ou empinar pipa, eu já formulava minhas guerras pessoais para mudar o mundo. (EDUARDO FACÇÃO: COM SEDE DE JUSTIÇA SOCIAL)

É possível identificar que para o próprio cantor o rap surgiu como uma forma de se levantar contra as injustiças sociais, preocupado com o mundo queria muda-lo para que as pessoas que eram iguais a ele pudessem ser respeitadas. Sendo assim o rapper vai tratar do cotidiano das comunidades em suas letras, dos conflitos que existem dentro e fora delas, do racismo, da exploração do mais pobre, da falta de políticas inclusivas e de um Estado opressor.

No ano de 2013 Eduardo deixa o Facção Central e parte para a carreira solo, porém não perde a sensibilidade sobre os problemas enfrentados, isso pode ser observado no CD duplo “A fantástica fábrica de cadáveres” (2014), possui 32 músicas, nele é possível identificar algumas inspirações que o rapper teve para tratar de vários temas, muitas leituras foram necessárias para a construção desse álbum, mostrando que ele não faz letras sem conteúdo e sim que ele conhece a realidade das comunidades e consegue dialogar essa realidade com conceitos de democracia, escravidão, capitalismo, ente outros.

Duas músicas desse CD fomentaram a discussão proposta, sendo a primeira a “Era das chacinas”, em que o rapper denuncia o genocídio de uma população vulnerável, fragilizada e a margem da sociedade como é a população pobre, negra e moradora da periferia. Para o autor Pinheiro os bairros periféricos são os que se tem maior risco de morrer assassinado, o autor analisa os bairros da Cidade de São Paulo, porém esse fato não é diferente no restante das capitais. A idade também nos revela que são os jovens os mais visados nessa “era das chacinas”. “Nas faixas de 10 a 13 anos, de 14 a 17 anos e de 18 a 19 anos, ocorrem respectivamente, 20, 334 e 424 homicídios: mais de 50% dos adolescentes assassinados (têm) entre 14 e 19 anos.” (PINHEIRO, 1999, p. 84)

Esse dado também pode ser encontrado no Mapa da Violência (2015), demonstrando o quanto a população negra está mais suscetível a morte por arma de fogo:

As taxas de homicídios de brancos por AF caem de 14,5 para 11,8 em 100 mil brancos, enquanto as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,9 para 28,5: as taxas brancas caem 18,7% e as negras aumentam 14,1%;

Com esse ritmo marcadamente diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica: em 2012 já é de 142%. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015, p. 82)

Já na segunda música “Os Cravos do Holocausto”, logo no título nos faz refletir, pois se utiliza de um fato histórico que matou milhões de pessoas, Eduardo faz uso dessa música para denunciar o trabalho escravo que ainda ocorre em diversas regiões e a falta de investimento em educação pública e de condições de subsistência que juntas colaboram para que uma parcela dessa população vulnerabilizada cometa atos criminosos que serão julgados pela mesma sociedade que os excluiu anteriormente. Baratta nos diz que é a sociedade que deve ser (re)educada, modificando assim o agente excludente, a base do problema e não apenas aqueles que são os excluídos. “São relações sociais baseadas no egoísmo e na violência ilegal, no interior das quais os indivíduos socialmente mais débeis são constrangidos a papéis de submissão e de exploração.” (BARATTA, 2002, p. 186)

Ou seja, é importante que os problemas que existem nas grandes sociedades para com as periferias sejam solucionados na raiz do problema, e não é excluindo mais ainda os que já são excluídos, ou fechando os olhos para os problemas que ocorrem nesses locais que essas pessoas deixarão de existir. Enquanto houver desigualdades e violências elas irão fomentar as letras de rap, para que isso não passe despercebido, para que incomode e gere um nó na garganta de quem escuta, para que haja reflexão quando versos assim forem cantados:

Eu vivo em meio às trevas que matam uma pessoa a cada nove minutos.
Onde mães marcham por justiça segurando velas e cartolinas com fotos de filhos assassinados. Onde sua cor e padrão econômico definem a sua expectativa de vida e os direitos que você tem acesso.” (A VOZ DO FAVELADO)

Pois, é claro que essas pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade e que o Estado contribui para que essa situação se perpetue, sendo importante, então enxergá-los, por mais que algumas conquistas tenham sido alcançadas, elas ainda não são o suficiente para garantir a equidade entre os grupos dos bairros mais abastados e das periferias.

A Música Como Forma De Resistir E Denunciar Os Abusos De Uma Sociedade Violenta E Excludente: O rap é um estilo musical muito presente nas periferias das cidades, sendo isso vários cantores saem dessas periferias para cantar a realidade que acontece dentro delas para as pessoas que não convivem nessa realidade. Alguns grupos são notoriamente reconhecidos por suas letras carregadas de versos que denunciam os abusos do sistema dentro

das comunidades, das prisões, espaços esses com alta representação de negros e pobres, pessoas que não recebem a atenção necessária do sistema governamental, por mais que existam programas “assistencialistas” eles ainda não conseguiram garantir a equidade entre brancos e negros. Essa disparidade entre negros e brancos coloca o primeiro grupo muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, que

é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidade sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. (FILGUEIRA, 2001; VIGNOLI, 2001)

As letras de rap de Eduardo conseguem dar voz a tais grupos, em uma de suas letras ele se coloca como um militante do gueto, “aí inimigo cruel, tirano [...]. Aquele que escreveu as frases que te fizeram borrar nas calças se chama Eduardo. É um militante do gueto que para o seu desespero vai ficar o front até que o último de nós seja salvo.”

As letras do grupo Facção Central são contestadoras, e violentas e nos shows a postura deles seguia a mesma linha de resistir por meio da violência, pois para eles serem vingados alguém deveria chorar. Em seu CD em carreira solo Eduardo continuam com a mesma postura, cantando a sua realidade e a realidade dos que morar nas comunidades, seja de São Paulo, seja no restante do Brasil, a letras continuam contestadoras, e fortes.

Enquanto o rap põe gelo no balde da ostentação. Alugam busão (SIC) pros (SIC) cortejos da assolação Militantes sangram denunciando a justiça seletiva que criminaliza, condena, dízima à população empobrecida. (A ERA DAS CHACINAS)

Como pode ser observado no trecho acima Eduardo denuncia a justiça seletiva contra as pessoas negras e pobres que já se encontram numa situação de vulnerabilidade na sociedade, esse dado pode ser observado em dois relatórios federais que tem uma alta representatividade dessa população em suas páginas, são esses o “Relatório de Informação Penitenciária de 2014” (INFOPEN) e o “Mapa da Violência de 2015”, temos o número de 67% de etnia negra nas penitenciária, sendo que a população brasileira é composta de 51% de negros, o relatório INFOPEN traz o seguinte:

a informação que se destaca é a proporção de pessoas negras presas: **dois em cada três presos são negros**. Ao passo que a porcentagem de pessoas negras no sistema prisional é de 67%, na população brasileira em geral, a proporção é significativamente menor (51%). Essa tendência é observada tanto na população prisional masculina quanto na feminina. (Grifo da autora) (INFOPEN, 2014, p. 50)

São eles também as maiores vítimas por arma de fogo segundo o Mapa da Violência, sendo que:

em todas as categorias de raça/cor, os homicídios são a forma quase exclusiva de utilização das armas de fogo, mas para os negros esse fato adquire sua máxima expressão: 95,6% de suas vítimas de bala foram assassinados, fato que se repete em maior número entre os jovens negros. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015, p. 80)

Eduardo canta também o seguinte “enquanto a representatividade for no índice de finados, muito Eike vai ter pesadelo com o Eduardo. Na era moderna iluminista pedia igualdade. Na era das chacinas pedem restos mortais pra autoridades.”(A ERA DAS CHACINAS) Como mostrado no relatório essa população é visada e representada em números estatísticos de mortos e presos, que o Iluminismo do século XVIII pregava a igualdade, fraternidade e liberdade que não funcionam para a periferia.

Para Pinheiro o que há na sociedade é uma violência endêmica, pois essa violência de caráter endêmico, implantada no sistema de relações sociais profundamente assimétricas não é um fenômeno novo no Brasil: é a continuação de longa tradição de práticas de autoritarismo, das elites contra as “não-elites” e nas interações entre as classes [...] (PINHEIRO, 1999, p.39)

Ou seja, essa violência praticada contra as pessoas que se encontram a margem é algo naturalizado na sociedade, quando esses grupos têm seus direitos violados e aparecem na mídia geram a empatia de poucos, pois normalmente a tendência a buscar uma razão para que tal violência tenha sido praticada, a culpabilização da vítima.

A Constituição Federal (1988) traz em seu artigo 5º “todos são iguais perante a lei [...] garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Entretanto o observado é que para as populações em situação de vulnerabilidade esses direitos não são de fato assegurados, o que há é um extermínio dos

jovens negros e moradores das periferias do Brasil, e esse fato não é apenas cantado nos raps, ele também é noticiado em jornais, como é possível citar o título de uma notícia no portal R7 de 2015 em que “8 em cada 10 jovens mortos em intervenções policiais são negros”, sendo pertinente citar um trecho da reportagem:

Jovem e negro. Esse é o perfil dos jovens que morrem em decorrência de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro, segundo o relatório "Você matou meu filho" da ONG Anistia Internacional. Das 1.275 vítimas de homicídio em intervenção policial entre 2010 e 2013, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade.

Os casos de morte em intervenção policial ou auto de resistência correspondem a 15,6% dos homicídios na cidade. Ou seja, quase um em sete casos de morte na cidade acontece por armas de policiais. (RIO: 8 EM CADA 10 JOVENS EM INTERVENÇÕES POLICIAIS SÃO NEGROS, DIZ ANISTIA)

Contraopondo com a reportagem citada Eduardo diz o seguinte em sua música:

A era contemporânea com seu rifles e toca ninja deu luz no solo segregado à era das chacinas. Depois das 10 todo excluído vira alvo vivo candidato aos clá-clá-bum! E velório coletivo. O pedido do secretário de segurança é específico, soldados atenção, sem testemunha e feridos, abatam pelo cabelo, pela roupa, pela cor [...] (A ERA DAS CHACINAS)

A realidade das periferias é cantada, é transmitida por meios midiáticos, não é algo que consegue ficar escondido do restante da população, entretanto os problemas que elas enfrentam não são tratados com a atenção e sensibilidade necessárias. Dessa forma, o que Taddeo coloca em suas músicas é a realidade em que ele vive, e não só ele como milhões de jovens desse país.

Essa forma de expressão, através da música é um jeito de cantar os problemas, a exclusão e a violência,

A valorização das formas de expressão tipicamente juvenis, tais como o rap e o grafite, colabora para que, tanto os próprios jovens quanto o resto da sociedade, reconheçam esses atores como capazes de contribuir e construir soluções pacíficas para os conflitos sociais. (ABRAMOVAY et al., 2002, p, 15)

Em “Os cravos do Holocausto, Taddeo nos diz o seguinte: “Somos os cravos que florescem em meio ao holocausto”, são as flores que nascem meio ao caos, aos descasos do Estado, as crianças que nascem em meio a violência e que devem resistir e sobreviver. Devem ter o direito a vida respeitado. Jovens e adolescentes moradores das periferias que devem ter o direito de ir e vir sem que isso cause desconforto e desconfiança, pois recai sobre eles um estigma muito violento.

As denúncias aos abusos sofridos por conta de agentes do Estado despreparados devem existir, devem ser investigados, casos como o do Amarildo, morador da Rocinha, ajudante de pedreiro e negro, torturado e morto por policiais não podem ser tratados como exceção, como sem importância.

A população das periferias não deve ficar à mercê de um Estado violento e genocida sem que haja resistência, pois, eles têm a voz de Eduardo, Mano Brown, Emicida, MV Bill, Thaíde, Dexter e tantos outros que cantam a realidade das comunidades, que fazem refletir e pensar.

Se pudesse bloquearia o patrimônio do governador, pra dividir com os degradados pelo terror, como não dá empresto a voz pra garganta silenciada, pela 762 com rajada sequenciadas, pra mãe que enfrenta promotores armada de foto que com sua luta evita outros atestados de óbito [...] (A ERA DAS CHACINAS)

Ou seja, enquanto houver o rap haverá alguém disposto a levar esses fatos para o restante da sociedade. Haverá uma forma de denunciar e resistir aos abusos, sendo este um “rap violento” retratando as violências que não ganham grande destaque na mídia, as violências que tentam justificar, culpando a vítima ou tentam esconder.

O rap consegue representar e dar voz as pessoas pobres, negras e moradoras das periferias do país, é por meio desse estilo musical e de letras contestadoras que essas pessoas conseguem ser ouvidas e que os problemas que enfrentam conseguem sair do local em que vivem para ganhar o “mundo”.

Como visto as letras do rapper Eduardo Taddeo representam a realidade, pois contrapondo com outros dados é inegável que ele consegue cantar a realidade, criticando, denunciando e até mesmo se colocando com violência para ser ouvido.

As letras não são apenas a simples apologia ao crime, são sim uma forma de expor para as pessoas o que sentem essas pessoas que se encontram vulneráveis e segregadas na

sociedade, que são representadas apenas em obituários e páginas policiais, sendo que são muito mais além disso, são pessoas com sonhos, com necessidades básicas que devem ser atendidas.

Dessa forma o estilo musical consegue ir além do entretenimento, ela é uma arma de denúncia e resistência, uma forma de cantar a realidade, de levar ela para outras pessoas e com isso conseguir ter atenção da sociedade, sociedade está também responsável pela exclusão e segregação de tal população.

Sociedade essa que deve sentir um nó na garganta ao se deparar com músicas como as apresentadas no decorrer desse artigo, que são violentas, cruéis e reais, reais acima de tudo, tão reais quanto a morte de milhares de jovens negros e moradores da periferia que ocorrem todos os anos.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em 02 de out. 2016.

A ERA DAS CHACINAS. Disponível em: < www.vagalume.com.br>. Acesso em 03 de out. 2016.

A VOZ DO FAVELADO. Disponível em: <<http://www.h2sm.com.br>>. Acesso em 04 de out. 2016.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3. Ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 nº 91, de 2016. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 29 de set. 2016.

EDUARDO FACÇÃO: COM SEDE DE JUSTIÇA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em 03 de out. 2016.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminário de Vulnerabilidade. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

ISSO AQUI É UMA GUERRA. Disponível em: < www.vagalume.com.br>. Acesso em 04 de out. 2016.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS: Infopen, junho de 2014. Disponível em: < <http://www.justica.gov.br>>. Acesso em 03 de abr. 2016.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015. Juventude viva: mortes matadas por arma de fogo. Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em 24 de set. 2016.

OS CRAVOS DO HOLOCAUSTO. Disponível em: < www.vagalume.com.br>. Acesso em 03 de out. 2016

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Continuidade autoritária e construção da democracia relatório final. Disponível em: < <http://www.nevusp.org>>. Acesso em 03 de out. 2016.

RIO: 8 EM CADA 10 JOVENS EM INTERVENÇÕES POLICIAIS SÃO NEGROS, DIZ ANISTIA. Disponível em: <<http://noticias.r7.com>>. Acesso em 03 de out. 2016.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: um marco de referencia conceptual mirando a los jovens. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n. 17)

O REALISMO NA PINTURA: UM RECUO HISTÓRICO NECESSÁRIO

ISSN: 2595-1645

Rodrigo Lourenço dos Santos •

Resumo: Este artigo pretende apresentar aos leitores, a tentativa de estabelecer uma comparação entre representações do real na esfera da pintura, nos séculos XV e XIX, a partir da relação entre a obra *Os Britadores de Pedra* de Gustave Courbet e algumas manifestações artísticas ligadas ao Gótico Tardio e o Renascimento. Localizar as inter-relações entre as obras e as possíveis intenções dos artistas nos seus respectivos períodos, são os pontos estipulados para tentar alcançar a comparação citada acima. A metodologia empregada dialoga com a Nova História Cultural e também com a História Social da Arte. A periodização estabelecida vai de encontro com a proposta de tentar estabelecer uma ponte entre um possível início do realismo na pintura e o estilo artístico intitulado de Realismo. Apesar dos temas das obras escolhidas para essa comparação serem diferentes, a preocupação em alguns momentos em retratar parte do real é nítido em todos os exemplos que serão mostrados.

Palavras-Chave: Arte. Representação. Courbet.

Este artigo tem por objetivo investigar como a busca pela representação do real entre artistas do gótico tardio e do renascimento podem estar em contato com o estilo de pintura denominado de Realismo. Para esta investigação, será utilizado como fonte a imagem do quadro *Os Britadores de Pedra*, que foi pintado em 1849. Coli (1995, p. 37) nos mostra que

[...] o historiador da arte não consegue evitar inteiramente os critérios seletivos, pois o conjunto de objetos que estuda supõe uma escolha. Privilegiará um autor que pareça a seus olhos e aos de seus contemporâneos mais importante, consagrando-lhe um maior número de páginas, aprofundando mais a análise.

A obra *Os Britadores de Pedra* foi executada pelo pintor francês realista Gustave Courbet e foi exposta pela primeira vez em 1850 em Ornans, na capela do petit séminaire. A pintura foi realizada em um momento aonde as mutações sociais que aconteceram não só na França, como em boa parte da Europa, causadas principalmente, pelas modificações nas estruturas políticas e econômicas, eram visíveis. O Realismo é um estilo artístico que começou a surgir na metade do século XIX na Europa e vai ter na pintura francesa, um destaque dentro desse período. Os temas que foram mais explorados nesse momento são as

• Especialização em Religiões e Religiosidades - UEL

injustiças e as desigualdades e, as classes menos abastadas estavam em evidência nas pinturas, como uma forma de denunciar as mazelas cometidas pelas classes dominantes.

A Busca Pela Representação Do Real: Para Ginzburg (1989, p.157) “[...] o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.”

O objetivo que Gustave Courbet se propôs a alcançar em sua obra *Os Britadores de Pedra*, foi um objeto de debate muito interessante tanto no momento em que a tela foi finalizada e exposta, quanto em períodos posteriores, por autores de diversas áreas do conhecimento. A tentativa do pintor em mostrar uma cena realista, em que a pobreza salta aos olhos do espectador (figura 1), que na opinião de Courbet, era difícil de se encontrar, mesmo no ano de 1849, aonde a França passou por diversas mudanças nas esferas política, econômica e social, que trouxeram importantes questionamentos acerca da intencionalidade do artista com relação à sua obra. Essa discussão, no entanto, remonta a um período muito anterior ao estilo de pintura que vai ser proposto pelos artistas realistas do século XIX.

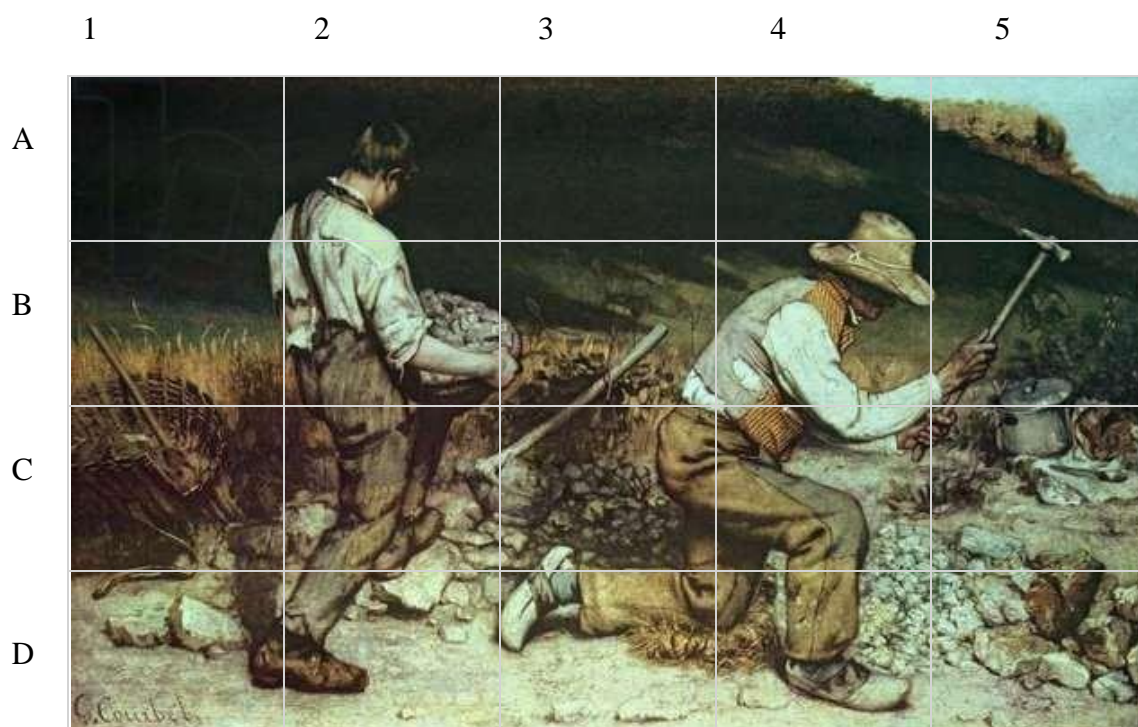


Figura 1 – Os Britadores de Pedra, 1849, Gustave Courbet. Óleo sobre tela, 165 x 257cm. Destruído, anteriormente se encontrava na Pinacoteca dos Mestres Antigos, Dresden, Alemanha.

A reflexão acerca das reais intenções que um pintor tinha, enquanto está criando a sua obra, nos remete ao século XV, quando temos nas figuras de pintores flamengos como Hubert e Jan van Eyck, um bom exemplo da tentativa de se estabelecer um certo “realismo” nas suas obras (figura 2). Gombrich (1999, p.239) enfatiza que especificamente Jan van Eyck “Realizou a ilusão da natureza mediante a paciente adição de detalhe após detalhe, até que a totalidade da sua pintura se convertesse num espelho do mundo visível.” É necessário destacar o fato de que Jan van Eyck em vários de seus quadros, utilizou a profundidade e as sombras, para realçar não só as paisagens como também as figuras humanas que são por ele representadas. Contudo, segundo Burckhardt (1991, p.222)

Com a chegada do século XV, os grandes mestres da escola flamenga – Hubert e Jan van Eyck– apossam-se subitamente da representação da natureza. Sua paisagem, na verdade, não é meramente fruto de seu anseio maior por produzir um reflexo da realidade, mas tem já um conteúdo poético autônomo, uma alma, ainda que acanhada.



Figura 2 – Quadro central do políptico. Retábulo do Cordeiro: Adoração do Cordeiro Místico, 1426 – 1432, Hubert e Jan van Eyck. Óleo sobre painel, 135 x 236 cm. Catedral de Saint Bavo, Ghent, Bélgica.

Burckhardt nos mostra como a pluralidade das interpretações de uma expressão artística, neste caso específico, uma pintura, é fundamental para se entender aspectos como: o processo de criação e o contexto histórico que influenciou o artista durante os seus anos de produção. Burckhardt tenta construir uma ponte entre o individualismo - que ganhou força com o surgimento do Renascimento – e as intenções dos artistas góticos. Mesmo que o tema de suas obras seja diferente e que estejam separados por mais de 4 séculos, os irmãos van Eyck com a sua obra *Adoração do Cordeiro Místico* e Courbet com a sua obra *Os Britadores de Pedra* (figura 1, quadros A-4-A-5 e B-1-D-5), tem em comum o fato de se preocuparem em representar a natureza, com um tom “realista”, ao redor das figuras principais que compõem os seus respectivos quadros.

Ainda tentando estabelecer uma teia de interpretações sobre os propósitos por traz da criação e desenvolvimento de uma obra de arte, temos também no século XV, um bom exemplo, desta vez no campo da gravura, da inspiração e dos mecanismos que influenciavam o artista, no sistema por ele escolhido, para se obter um resultado satisfatório, naquilo que ele se propôs a fazer no momento da sua inspiração artística. Wolf (2010, p.27) destaca que “Düher estabeleceu inicialmente a sua reputação na sua terra natal e no estrangeiro, não com os seus quadros, mas através das gravuras em cobre e publicações de xilogravura.” O pintor, ilustrador e gravador, entre outras funções, Albrecht Dürer, buscava alcançar com suas obras, um certo tom “realista” com relação à figura humana e o mundo que a cerca (figura 3). Entretanto, Burckhardt (1991, p.225) demonstra que

Poder-se-ia objetar que nossos mestres alemães do princípio do século XVI retratam, por vezes, com absoluta maestria tais cenários realistas da vida humana, como, por exemplo, Albrecht Dürer em sua gravura do filho pródigo. Trata-se, porém, de coisas bastante distintas quando, por um lado, um pintor que cresceu com o realismo acrescenta tais cenários à sua pintura e, por outro, um poeta que, no mais das vezes, se reveste do ideal e do mitológico, desce até a realidade premido por uma necessidade interior.



Figura 3 - O Filho Pródigo, 1494-1498, Albrecht Dürer. Gravura, 247 x 198 mm.
Museu Nacional, Amsterdã, Holanda.

O autor faz uma interessante comparação entre o pintor e o poeta, no que diz respeito às suas influências e inspirações, aonde ele estabelece que o cenário que cerca a vida de um pintor pode e deverá ser utilizado por ele, no processo de representação do real. Já com relação ao poeta, o historiador nos situa em um universo, aonde as ideias iniciais do poeta entram em choque com os seus sentimentos e é justamente nesse momento, que o mundo real se torna necessário para o escritor. É importante ressaltar que os poetas já dedicavam uma parte das suas obras a representação da realidade, muito antes dos pintores começarem a se preocupar com essa possibilidade. Novamente encontramos semelhanças entre dois artistas que trabalham com temas diferentes. O artista Renascentista apresenta um tom “realista” em sua obra *O Filho Pródigo*, no momento em que representa com uma certa dramaticidade, um recorte da famosa parábola do filho pródigo (mais especificamente, o momento em que o filho pródigo está no meio dos porcos) assim como Courbet em sua obra *Os Britadores de Pedra* (figura 1, quadros B-2-D-2 e B-4), explora também com dramaticidade, a pobreza das personagens centrais.

A noção do belo como ideal – fortemente influenciado pelos padrões estéticos greco-romanos – acabou sendo o objetivo final de grande parte dos artistas do século XV, principalmente aqueles ligados ao Renascimento, uma vez que esse conceito no campo das artes, tem como uma de suas prioridades, resgatar alguns valores artísticos da Grécia Antiga e da Roma Antiga. No entanto, Burckhardt (1991, p.251-252) mostra que

Se o século XV deixou algum registro escrito acerca de seu ideal de beleza, não sei dizer. Os feitos de pintores e escultores não tornam um tal registro tão dispensável quanto parece à primeira vista, uma vez que, em contrapartida precisamente a seu realismo, um postulado especial de beleza poderia ter surgido e sobrevivido em meio aos escritores.

Burckhardt demonstra que o ideal de beleza que existiu no século XV, vai muito além das representações que existiram nas pinturas e esculturas, mesmo que essas fossem para muitos no período, o modelo perfeito, devido à sua proximidade com o real. Para o autor, esse modelo que foi proposto por esses artistas, é diferente do padrão que foi utilizado pelos escritores, pelo fato, dos mesmos, se apropriarem de uma representação de beleza que surge nesse mesmo século, mas que não busca tanto em modelos antigos, influências. Com isso, podemos tentar refletir que tanto no século XV quanto no século XVIII, havia opiniões diferentes acerca do belo nos campos da arte e da literatura e, focar apenas os artistas mais conhecidos de cada respectivo período, faria com que apenas houvesse um processo de redução de perspectivas, com relação as diversas visões de mundo tanto na literatura como na arte.

Focando um pouco mais no campo da pintura, ainda no século XV, temos nos quadros que simbolizam os cortejos triunfais de reis, conquistadores, mercenários, entre outros, um bom exemplo de como os artistas que buscavam pintar algo próximo do real, poderiam enriquecer ainda mais, essas cenas que continham valores políticos e religiosos, que davam um destaque especial ao fato histórico ocorrido (figura 4). Segundo Burckhardt (1991, p.299) “Ricamente adornado de alegorias, esse cortejo revela-se interessante principalmente em função do mesmo caráter antivisionário e espacialmente real que a pintura realista do século XV empresta a tais cenas.

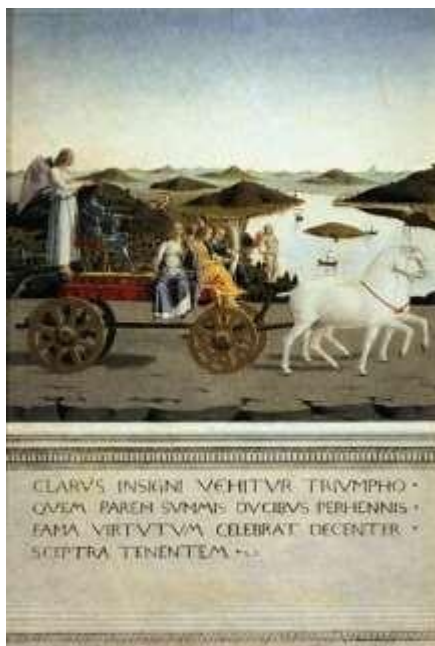


Figura 4: Díptico invertido, lado esquerdo. Triunfo de Frederico de Montefeltro, 1472, Piero Della Francesca. Óleo sobre painel, 47 x 33 cm. Galeria Uffizi, Florença, Itália.

O autor posiciona a pintura do século XV em um estágio bastante interessante. Ela é constituída em alguns momentos, de figuras religiosas, que foram cirurgicamente colocadas ao lado da figura do conquistador, simbolizando a intervenção de divindades, no resultado obtido ao final das batalhas e principalmente, a legitimação da guerra. Comparando os dois quadros, observamos que há uma preocupação em representar o espaço de uma forma real. Entretanto, se na obra de Piero Della Francesca *Triunfo de Frederico de Montefeltro* temos o flerte entre o real e o místico, não encontramos a mesma proposta na obra de Gustave Courbet *Os Britadores de Pedra* (figura 1), uma vez que, para o artista Realista, a beleza se encontra no mundo do jeito que ele é, e não em como ele poderia ser.

Mesmo que as diferenças entre a cultura dos séculos XV, XVI e XIX, tanto no âmbito temporal quanto espacial sejam evidentes (além é claro, dos aspectos artísticos com relação a temas, técnicas, estilos e materiais utilizados pelos artistas no campo das representações) os artistas acabaram se aproximando no que diz respeito à busca pela representação do real. A especulação da representação do real que este artigo tentou realizar, não visou uma busca pelas origens do realismo na pintura, mas sim, colocar em diálogo, autores que tinham como característica em partes ou mesmo na totalidade de suas obras, o realismo. Contudo, tanto as rupturas quanto as permanências, estão fortemente ligadas as transformações políticas e sociais que ocorreram nesses períodos.

Referencias Bibliográficas:

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. Trad. Fernando de Azevedo Correa e Vera Lucia de Oliveira Sarmiento. Brasília: Ed. UNB, 1991.

COLI, Jorge. **O que é Arte**. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas e sinais**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMBRICH, Ernest Hans Josef. Revolução Permanente. In:_____. **A História da Arte**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

WOLF, Norbert. A marca do gênio. In:_____. **Albrecht Dürer**. Trad. Manuel Neto. Colónia: Taschen, 2007.

O RITUAL DA AMPACA: QUIOCOS, LUNDAS E LUSOS EM ANGOLA, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

ISSN: 2595-1645

Flávia Carolita P. de Carvalho (UEM)
José Henrique Rollo (Orientador)

Resumo: Em seu relato de viagem *A Lunda ou os Estados de Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal*, publicado em 1890, o major do exército português Henrique Dias de Carvalho descreveu em detalhes o conflito, no final do século XIX, entre os Quiocos e os povos de Lunda, uma região do nordeste de Angola. Tal conflito está inserido no contexto das disputas territoriais entre Portugal e Bélgica. Dentre os vários aspectos do problema por ele narrados, encontra-se um ritual lunda que celebra uma aliança política. Trata-se de um rito de doação e de contra-doação entre o governante lunda e os quiocos simbolizado por uma faca (uma ampaca). A finalidade desta comunicação é descrever os aspectos gerais desse ritual tal como foram registrados pelo militar lusitano, que dele participou, dando ênfase ao modo como a partir desse relato podemos entender certas características das relações políticas entre povos tradicionais da África nas circunstâncias dos confrontos entre os Estados imperialistas europeus.

Palavras-chave: Mitos Políticos Africanos. Disputas Interimperialistas Europeias. Conflitos Regionais na África.

Em seu relato de viagem *A Lunda ou os Estados de Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal*, publicado em 1890, o major do exército português Henrique Dias de Carvalho descreveu em detalhes o conflito, no final do século XIX, entre os Quiocos e os povos de Lunda, uma região do nordeste de Angola. Tal conflito está inserido no contexto das disputas territoriais entre Portugal e Bélgica. Dentre os vários aspectos do problema por ele narrados, encontra-se um ritual lunda que celebra uma aliança política. Trata-se de um rito de doação e de contra-doação entre o governante lunda e os quiocos simbolizado por uma faca (uma ampaca). A finalidade deste artigo é descrever os aspectos gerais desse ritual tal como foram registrados pelo militar lusitano, que dele participou, dando ênfase ao modo como a partir desse relato podemos entender certas características das relações políticas entre povos tradicionais da África nas circunstâncias dos confrontos entre os Estados imperialistas europeus. Trata-se de uma pesquisa em fase inicial, portanto, nos limitamos a apresentar algumas ideias gerais das quais estamos partindo para situar nosso objeto.

Por muito tempo a historiografia ocidental, renegou o protagonismo das populações africanas na história do período colonização e exaltando sua hegemonia política, social, econômica e cultural sobre o continente. Essa situação se reproduziu na historiografia portuguesa. Isabel de Castro Henriques expõe o autor Ralph Delgado, que escreveu a sobre a História de Angola na década de 40, da seguinte maneira:

O lusocentrismo do autor exige-lhe esta história particular: a história de Angola só começa existir quando os portugueses aí se instalam, mesmo em

número reduzido e mesmo se essa instalação se faz com condições materiais difíceis e penosas, quase sempre em choque contínuo com os africanos. Tudo se passa como se Portugal tivesse desembarcado num país vazio, tendo depois convidado os africanos a instalar-se para que os portugueses lhes condenassem a imensa honra de os submeter à escravatura primeiro, ao trabalho forçado depois! (HENRIQUES, 2004, pg.55).

Entre os africanos, o pan-africanismo fora fundamental para a mudança de perspectiva da história do continente. No entanto, suas aspirações de caráter nacionalista fizeram com que essa história fosse constituída aos moldes da historiografia tradicional:

Pode, em síntese, dizer-se que estes trabalhos estavam ainda demasiados presos ao passado:

- sublinhando a ideia de uniformidade/homogeneidade cultural;
- privilegiando os grandes impérios africanos em detrimento de unidades políticas de menor dimensão;
- fazendo uma história dos heróis africanos e esquecendo o papel das massas populares e dos movimentos sociais profundos;
- conferindo uma importância excessiva aos fatores externos, particularmente no campo econômico, em detrimento dos fatores internos: como se desde sempre a África não pudesse organizar-se sem depender das intervenções exteriores. (HENRIQUES, 2004, pg. 59)

Foi na década de 1970 que as novas gerações de historiadores, especialmente africanistas, romperam com as tradições e passaram a ter abordagens diferentes para explicar os processos históricos em África. A uniformidade cultural deu lugar à diversidade, a variedade de suas estruturas políticas, econômicas e sociais tornaram-se objetos de estudo e suas dinâmicas internas passaram a fazer parte das explicações das mudanças históricas.

Apesar dessa mudança de perspectiva, o ocidentalismo ainda é uma realidade na sociedade atual. A superestimação de si mesma e subestimação do “outro” ainda se fazem presentes em muitos trabalhos historiográficos e são reproduzidas na educação básica. A desconstrução dessa visão unilateral de mundo é um processo político, social e historiográfico. Portanto, a pesquisa e divulgação da História da África é fundamental.

Se conseguirmos despojar-nos das roupagens já gastas da nossa superioridade cultural, talvez consigamos reequilibrar os pratos do discurso histórico: reler, rever, refazer a História das Áfricas constituem passos decisivos para eliminar arcaísmos que amputam o nosso conhecimento do Outro. O discurso que quer o Outro, não pode deixar de revelar, à transparência, a nossa própria mesquinhez cultural (HENRIQUES, 2004, p. 59).

Ao trabalharmos com a História da África nos deparamos com o problema das fontes. Grande parte das sociedades africanas não tem tradição escrita, por isso os relatos de viagem tornam-se fontes fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Este depoimento é revelador das permanências no padrão de atitude entre os diferentes povos e suas culturas em situação de contato, e de que os registros feitos nos diários de viagem continuam sendo de extrema importância para captar o modo de ser e de viver do outro, ainda que sob fracas condições de controle da pesquisa científica, já que a observação nestas condições flui com facilidade, favorecendo análises comparativas que afloram naturalmente no discurso. As possibilidades de extrair lições dos relatos dos viajantes tornam esta literatura uma fonte preciosa e inesgotável de informações que agregando impressões subjetivas do viajante, é capaz de traduzir a realidade com mais acuidade do que qualquer outra fonte, sendo portanto um instrumento que pode conduzir a uma interpretação do significado das culturas para compor sua história cultural (ANDRADE, 2005, pg.8).

Ao iniciarmos a análise dos relatos de viagem é preciso que façamos as perguntas fundamentais à fonte: Quem escreveu? Quando? Para quem? Escrita por um major português, a interpretação da coleção de Henrique Dias de Carvalho, sobre os povos Lunda deve levar em consideração as seguintes questões levantadas por Henriques: "...como são produzidas, interpretadas e utilizadas as fontes? De que maneira devem ser reinterpretadas, dando aos angolanos o lugar central na sua própria história, na História de Angola?" (HENRIQUES, 2004, pg.63)

Para desenvolvimento da interpretação da fonte, tendo como objeto as diferentes concepções políticas envolvidas no processo de colonização de Angola, o apoio da antropologia é imprescindível (LABOURTHE-TOLRA, 2008). Ela nos dá o aporte para compreender o funcionamento das sociedades africanas, nos dando o ponto de partida para compreender as dinâmicas das relações deste processo histórico.

A obra *A Lunda ou os Estados de Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal* faz parte de uma coleção de relatos de viagem do major português Henrique Dias de Carvalho (1843-1909), que está preservada pela Sociedade Geográfica de Lisboa (SGL) e por ela disponibilizada online. A expedição de Carvalho de 1884, foi apoiada por aquela instituição e por outras entidades científicas, portanto a construção de seus relatos da região de Lunda tem um caráter científico, antropológico, etnográfico e geográfico.

O objetivo da expedição é evidente: arquitetar a colonização sistemática da região. No contexto da corrida imperialista, Portugal se vê ameaçado pelas outras potências europeias. Expedições belgas e alemãs foram enviadas à Lunda, na segunda metade do século XIX, o que levou o Estado lusitano à fazer reivindicações históricas sobre suas colônias.

O livro de Henrique Dias de Carvalho foi uma resposta à declaração do Estado Livre do Congo, dominado pelo imperialismo Belga, de que Lunda seria seu 12º Distrito. O relato pretende descrever e afirmar as relações políticas entre Portugal e o Império Lunda através de tratados que reconhecem a soberania de Portugal na região.

Durante a expedição, Carvalho se deparou com as questões internas de Lunda, uma crise no poder central e conflitos com os quiocos, questões essas que interferiam intimamente aos interesses de Portugal. Ao analisarmos sua descrição encontramos três formas de organização política envolvidas em um mesmo processo, o Estado Lunda, com tendências expansionistas; o sistema tribal dos caçadores-coletores quiocos e os Estados monárquicos modernos de Portugal e da Bélgica.

O historiador Elikia M'Bokolo, ao tratar da diversidade das formações políticas em África, apresenta o debate antropológico da origem do Estado que divide as sociedades políticas em dois grupos, as “sociedades com Estado” e “sociedade sem Estado”. Por conta da dificuldade que este debate traz ao desenvolvimento da pesquisa histórica, M'Bokolo substitui as relações de “sociedades sem Estados” e “sociedade com Estado”, pelo método do antropólogo e etnólogo Jean-Loup Amselle. Segundo ele, “é com razão que Jean-Loup Amselle propõe a noção de ‘cadeia de sociedades’, integrando em relações complexas pelo menos dois tipos de sociedade, as ‘sociedades englobantes’ e as ‘sociedades englobadas’” (M'BOKOLO, 2011, vol. 2, pg.156).

As relações políticas entre Lundas e quiocos podem ser compreendidas através desta perspectiva, sendo respectivamente sociedade englobante e sociedade englobada. Além disso, ao analisarmos as sociedades nas condições designadas por Georges Balandier e seus seguidores de *situação colonial*, os modelos tradicionais realmente não dão conta de explicar as mudanças e dinâmica política desse contexto (BALANDIER, 1976, 1983, 2014).

O Império Lunda era um Estado centralizado comandado por um Muatianvua que cobrava impostos sobre os povos que estavam sob seus domínios. Fora uma importante fonte de escravos para Portugal. No entanto, por conta do fim do tráfico passou a perder o controle econômico da região, para o comércio lícito. Segundo M'Bokolo,

[...] o Império Lunda do *Mwata Yanvo*, principal fornecedor de escravos, parecia em condições de resistir duradouramente a riscos análogos. [...] Mas tal realidade, tal como o comércio negreiro de que era fonte, esta economia se assentava em bases cada vez mais frágeis (M'BOKOLO, 2011, vol.2, pg. 205).

Os quiocos (ou tchokwes) eram uma sociedade de caçadores-coletores seminômades que viviam na região da Lunda e mantinham relações políticas com o Império Lunda. Para essa população a mudança econômica do tráfico para o comércio lícito foi crucial para o seu desenvolvimento. Como caçadores-coletores foram essenciais para o comércio de borracha e marfim. E foram tornando-se mais do que fornecedores de mercadorias a comerciantes e intermediários nas caravanas.

Entre os tchokwes (quiocos), a participação activa nas transações e a prosperidades comercial originaram mutações sociais mais espetaculares. Representam uma das melhores ilustrações das transformações globais, econômicas e sociais, mas também políticas, que acompanham o alastramento das redes comerciais na África Central (M'BOKOLO, 2011, vol.2 pg. 205).

A região da Lunda era um importante interposto comercial. A dominação lunda era um empecilho ao desenvolvimento dos quiocos, não apenas econômico, mas político. A partir de então, os quiocos iniciam uma série de incursões na Lunda, organizados em acampamentos e fazendo pilhagem. Também se utilizam da estratégia política de aliar-se a dissidentes que estavam disputando o poder no Império, aproveitando-se da crise política das disputas de sucessão.

Todavia se a política de expansão quioca é essencialmente determinada por razões de ordem econômica, social e comercial, ela decorre igualmente da necessidade de romper com a dependência em relação aos lunda centrais, operação indispensável à criação de condições para assegurar a hegemonia quioca na região (HENRIQUES, 2004, pg. 379)

Henrique Dias de Carvalho descreve um episódio sobre a aliança entre Xanama – que estava próximo da linha de sucessão – e os quiocos, que ocorre por volta de 1875. Em sua descrição, apresenta uma característica instigante, o ritual da ampaca. Segundo Vellut,

[...] nesta região, as aldeias e os senhorios lunda se dispersaram: foi um período de decadência para o antigo poder aristocrático lunda. Tal corrente foi reforçada pelas dissensões no seio da *mussumba*; um chefe importante, Shanam, fez uma aliança com os chokwe e conquistou o poder graças a eles. O reinado deste *mwant yav* (que ganhou o nome de Mbumba) foi sangrento. Ele continuou a utilizar os chokwe a fim de impor uma ameaça aos vassallos lunda (VELLUT, 2010, vol. VII, pg. 371)

Xanama, ao propor a aliança com os quiocos, além do auxílio militar para conquistar o poder, requisita o assassinato Muassanza como vingança por não tê-lo ajudado em suas ambições. Como era costume lunda ao estabelecer suas alianças, Xanama entrega uma

ampaca (um tipo faca produzido pelos lundas – ver Anexo), em um acordos de doação e contra-doação, ao Quissengue (chefe quioco).

Com a faca recebia o protector um chorudo presente e ficava na obrigação ‘de obedecer religiosamente às ordens do doador’, as quais sempre que cumpridas obrigavam a remuneração suplementar. Sem esta não se considerava resgatada a ampaca dava direito a quem possuía de ir pagando pelas suas mãos como entendesse, e sempre que encontrasse em seu poder’ (SANTOS, 1966, pg. 91)

Tendo recebido a ampaca, Quissengue deveria dar auxilio militar à Xanama e assassinar Muassanza com a faca. Em troca poderia cobrar impostos dos lunda em uma pequena região e poderiam fazer pilhagens quando fosse preciso.

Em 1875, os Quiocos ajudaram a instalar um pretendente como Muata Yanvo, em troca do direito de pilhar e capturar escravos. Daí em diante, os Quiocos tornaram-se mercenários dos diferentes candidatos políticos rivais na Lunda, reunindo grandes grupos guerreiros com a promessa de pilhagem aquisição de mulheres (VALENTIM, 1998, pgs. 486-487).

No entanto, os quicos descumpriram um requisito do acordo. Mussanza foi assassinado com uma arma de fogo. Além da negligência, a ampaca não foi devolvida ao Xanama e continuaram a cobrar impostos no Cassai. Tal situação agravou os conflitos entre lundas e quiocos.

O conflito envolvendo a faca de Xanama, reaparece no documento *A Lunda ou os Estados de Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal*. Ainda aparece como pivô do conflito lunda-quico contemporâneo à expedição.

Mais vos devo dizer que autoriso vosso sobrinho Xa Cumba a entrar em ajuste comvosco sobre o resgate pela faca do falecido Muatinavua Xanama, quando seja certo como se diz, que logo que essa faca seja entregue a vós à Lunda, cessam as guerras de Quiocos com os Lundas” (CARVALHO, 1890, pg. 186).

Com o intuito de garantir a soberania de Portugal nos Estados do Muatiânvua, Henrique Dias de Carvalho coloca-se a disposição de Muatianvua para intervir no conflito. Responsabilizou-se sobre o resgate da faca, acordando com o atual Quissengue na entrega da faca, o quioco receberia produtos ocidentais, fardas e armas.

Tendo eu hontem recebido essa faca com as formalidades do estylo, venho hoje, como havia prometido, ler-vos o Tratado que elaborei nas mesmas condições em que os tenho feito para os Muatas do Muatiânvua e se merecer

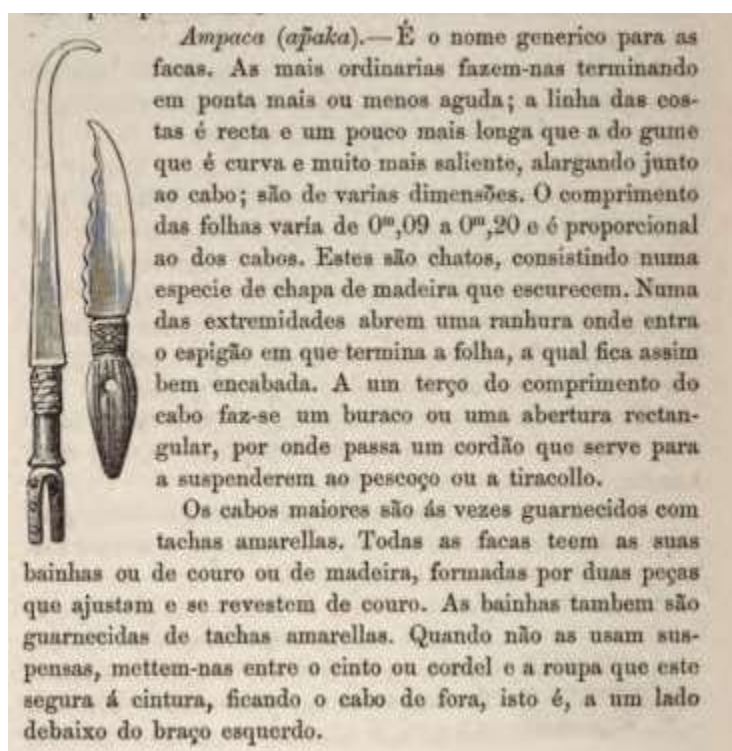
a aprovação do Mona Quissengue e dos Muananganas presentes pôde hoje mesmo ser assignado.” (CARVALHO, 1890, pg. 225)

Com a recuperação da faca, o Muatianvua assinaria um tratado onde reconhecera a soberania de Portugal, receberia o seu protetorado e teria de garantir a independencia dos Quiocos. O conflito entre lundas e quiocos não se encerra com este episódio. No entanto nos possibilita uma série de reflexões que orientam, neste momento, a pesquisa que estamos começando.

Elikia M’Bokolo distinguiu duas perspectivas em relação à história africana na Época Colonial. Por um lado, o mito da colonização salvadora, para o qual os europeus (em nosso caso específico, os portugueses) acabaram instaurando uma ordem social e política que reduziu os conflitos entre os próprios africanos. Por outro lado, o mito nacionalista, segundo o qual a África era um continente harmonioso, que foi perturbado profundamente pela presença dos europeus. Henrique Dias de Carvalho em seu relacionamento com o conflito na Lunda, fornece matéria prima tanto para um quanto para outro mito.

Nossa proposta é ultrapassar os dois mitos, que ainda são muito influentes e, partindo das questões postas por Elikia M’Boloko, Georges Balandier e outros, tentar interpretar de modo mais distanciado os episódios acima rapidamente narrados.

Anexo:



Referências bibliográficas:

- ALEXANDRE, Valentim. Nova história da expansão portuguesa. Império Africano (1825-1890). vol. X. Editorial Estampa, 1998.
- ANDRADE, Maristela Oliveira de. O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a história cultural brasileira. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0744.pdf>
- BALANDIER, G. **As Dinâmicas Sociais: Sentido e Poder**. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 3, 1983, p.107-131.
- _____. A situação colonial: abordagem teórica. **Cadernos CERU**, São Paulo, série 2, v. 25, n. 1, junho de 2014, p. 33-58.
- CARVALHO, Henrique Dias de. **A Lunda ou os Estados de Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal**. Imprensa Nacional, 1890.
- _____. **Ethinographia e História Tradicional dos povos de Lunda**. Imprensa Nacional, 1890.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. **Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV-XX**. Editora Caleidoscópio, Lisboa, 2004.
- LABURTHER-TOLRA, P.; WARNIER, J-P. **Etnologia-Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e Civilizações**. São Paulo/Salvador: Selo Negro/UFBA, 2009, Tomo I.
- _____. **África Negra. História e Civilizações**. 2ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 2011, Tomo II.
- SANTOS, Eduardo dos. A questão da Lunda (1895 – 1984). Agencia-Geral Ultramar, Lisboa, 1966.
- VELLUT, Jean-Luc. A bacia do Congo e Angola. In: História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília : UNESCO, 2010.

OBJETIVOS E VALIDADES DO USO DA HISTÓRIA ORAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ACERVO DE DEPOIMENTOS ORAIS DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

ISSN: 2595-1645

Taiane Vanessa da Silva •

Orientadora: Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

Resumo: As reformulações historiográficas, ocorridas ao longo do século XX, principalmente no que se refere a diversificação de fontes e temáticas, ocasionaram o reconhecimento de depoimentos orais enquanto documentos históricos. Sob esta perspectiva, o presente texto visa discutir as validades e os objetivos do uso da História oral na análise de depoimentos coletados pelo Museu Histórico de Londrina (MHL), os quais compõem o acervo de fontes orais daquela instituição. Em adição, busca-se refletir sobre a importância da produção de documentação primária em museus. A pesquisa vem demonstrando, até o momento, que a problemática dos museus vai além das exposições, uma vez que estas instituições têm funções científico-documentais. Os resultados aferidos com essa investigação podem auxiliar no entendimento da relação do Museu Histórico de Londrina e do seu acervo de depoimentos orais com os conceitos de memória e identidade, além de reflexões sobre as intencionalidades e os conflitos que conduzem o processo de coleta de entrevistas em instituições museais.

Palavras-Chave: História Oral. Museu Histórico de Londrina. Acervo Museológico.

As reformulações historiográficas, ocorridas ao longo do século XX, trouxe mudanças significativas para a prática do historiador, no que diz respeito a diversificação dos objetos, fontes, abordagens teóricas e metodológicas, entre outras repercussões. Entretanto, é importante observar que, durante o século XIX e parte do século XX, períodos onde a disciplina de história é consolidada e o ofício dos historiadores é submetido a profissionalização, existia o predomínio de documentos escritos, tidos como “oficiais” e objetivos. Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2012), fontes daquela natureza asseguraram a soberania de estudos de temporalidades longínquas, com ênfase na análise dos aspectos políticos das sociedades. Desta forma, o estudo da contemporaneidade e outras espécies de documentos históricos – vistos como subjetivos – eram desvalorizados como, por exemplo, a tradição oral, devido ao prestígio dos “fatos” em detrimento da memória.

De acordo com Verena Alberti (2008), a partir da década de 1980, temas referentes ao período contemporâneo conquistaram espaço no campo da história, constituindo o que seria

chamado de História do tempo presente. Neste momento “[...] o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social” (ALBERTI, 2008, p.163). Sob este entendimento, as fontes que não são escritas, passam a ter sua subjetividade como objeto da história.

Em outras palavras, podemos dizer que as mudanças e renovações no campo da história, principalmente no que se refere a diversificação de fontes, trouxe legitimidade para uso de entrevistas produzidas pela História oral. De acordo com Alberti “[...] a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX após a invenção do gravador a fita” (2008. p.156). Ela se constitui na realização de entrevistas com depoentes que testemunharam ou participaram de acontecimentos vinculados ao passado ou ao presente. Por conseguinte, segundo a mesma autora, esta metodologia possibilita o registro de múltiplas histórias, memórias e identidades de uma sociedade, superando perspectivas históricas tradicionais, que buscavam por uma história universal e uma identidade nacional.

Sob estas perspectivas, o presente texto visa discutir sobre a validade e os objetivos do uso da História oral na análise de depoimentos orais coletados pelo Museu Histórico de Londrina (MHL) – localizado no norte do Paraná. As intencionalidades e conflitos que conduziram o processo de coleta das entrevistas, são pontos importantes para a análise, assim como a importância da produção de fontes primárias, mais especificamente depoimentos, em museus.

Antes de iniciar a discussão, porém, convém entender os museus, em geral, como um lugar de memória. Conforme Pierre Nora (1993), a memória em sua condição mais essencial é aquela vivida, atual, presente no cotidiano, espontânea, afetiva e mágica, que não se acomoda a detalhes que a confortam, portanto, não necessita de lugares de memória ou da história³²⁵ para ser perpetuada. Entretanto, devido a aceleração do mundo moderno se produz, cada vez mais depressa, um passado morto, a noção de algo desaparecido. Desta forma

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios

³²⁵ De acordo com Nora (1993), a história, diferente da memória, visa a produção de um conhecimento racional, por meio da exposição lógica dos acontecimentos do passado. Portanto, a história é fruto de seleções e organizações.

fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

(NORA, 1993, p.13)

De outro modo, a não vivência da memória traz a ânsia por suportes exteriores. Os lugares de memória são constituídos e mantidos pelo sentimento de que não há memória espontânea e há urgência em criar arquivos. Todavia, segundo o mesmo autor, os lugares de memória não conseguem preservar a memória vivida, mas sim uma memória voluntária e organizada, a qual é selecionada de acordo com conflitos entre os grupos sociais.

Sob esta perspectiva, um lugar de memória provoca efeito, pois possui três sentidos: o primeiro é o sentido material, devido ao seu conteúdo demográfico; o segundo é o funcional, pois promove a perpetuação da lembrança e sua transmissão; e o terceiro é o sentido simbólico, pois se “[...] caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou.” (NORA, 1993, p.22).

Michael Pollak também reflete sobre o mesmo assunto quando diz que não há possibilidade de se registrar tudo, pois a memória coletiva também se constitui entre disputas “[...] e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. ” (1992, p. 4). Tal concepção dialoga com a definição de memória coletiva, proposta por Maurice Halbwachs (1990), a qual contribui para com o sentimento de pertença a um grupo de passado comum que, conseqüentemente, compartilham memórias. Entretanto, Pollak (1989) acrescenta que, sendo a memória coletiva um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos, escolher o que deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro.

Em outras palavras, um museu histórico, assim como outros lugares de memória, faz o trabalho do enquadramento da memória discutido por Pollak (1992). Ao selecionar datas, acontecimentos e personagens – enquadrados no espaço da exposição ou no acervo de depoimentos, por exemplo –, aquela instituição está ajudando a reforçar a memória coletiva de determinado grupo ou grupos sociais, pois não existe uma memória universal. Além disso, de acordo com o mesmo autor, existe o trabalho da própria memória em si, pois cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização (1992, p.07), sendo os museus o espaço de manutenção e sistematização desta memória.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2003) defende, porém, que um museu de cidade deve ter como pré-requisito a valorização de todo combustível que possa dar sentido ao vivido

e não apenas a momentos limitados. Entretanto, conforme o autor e Nora (1993), não há como negar que o conhecimento do vivido é de difícil obtenção histórica.

Isto posto, Meneses sugere que os museus não sejam construídos como *locus* de criação e culto de identidade, pois estas características interpretam a identidade de forma inadequada, como se sua essência fosse estável e possível de ser colocada de forma completa dentro de um suporte externo. De acordo com o autor, a identidade constitui, mais que um mecanismo de auto-referência, “[...] mecanismos de exclusão, de estabelecimento de fronteiras e de busca de diferenças e incompatibilidades para legitimar interesses ou defender-se de ameaças” (2003, p.266), assim como a memória, a identidade é mutável, adaptativa, e objeto de disputa.

Portanto, Meneses (2003) defende que, para que o museu seja lugar de identidade, ele deve gerar conhecimento sobre os suportes, matrizes sociais, funcionamento, efeito e transformações da identidade. A problemática de um museu deve, então, ultrapassar a exposição, pois este tipo de instituição se caracteriza por ter funções científico-documentais, educacionais e culturais. De acordo com o mesmo autor, um museu de cidade deve servir para conhecer a cidade e nos sensibilizar sobre tudo relacionado a ela. Entretanto, as políticas de acervo devem adotar estratégias englobantes, uma vez que a cidade sempre vai ser mais ampla e completa que o acervo que existe sobre ela.

Desta forma, segundo o mesmo autor, acervos tridimensionais e iconográficos jamais serão suficientes. Para que os museus possam problematizar as memórias e as identidades de forma plural, buscando a reflexão crítica dos visitantes sobre seu grupo social e o dos outros, e não o culto a memórias e identidades selecionadas, é necessário

[...] aproveitar-se de levantamentos de campo ou proceder a pesquisas próprias, envolvendo depoimentos e entrevistas, testes, auto-documentação gráfica, fotográfica e videográfica [...]. Nestes levantamentos de campo o museu de cidade estará produzindo documentação primária [...]. (MENESES, 2003, p.267-268)

Isto posto, o uso da História oral em museus pode possibilitar o registro da pluralidade de histórias, pois, de acordo com Alberti,

Outros campos nos quais a História oral pode ser útil são a História do cotidiano (a entrevista de história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas); a História política,

entendida não mais como História dos "grandes homens" e "grandes feitos", e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse; o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc; Histórias de comunidades, como as de bairro, as de imigrantes, as camponesas etc, podendo inclusive auxiliar na investigação de genealogias; História de instituições, tanto públicas como privadas; registro de tradições culturais, aí incluídas as tradições orais, e História da memória. (2008, p.166)

Em outras palavras, os possíveis usos da História oral podem, caso não sejam negligenciados, responder as expectativas de Meneses (2003), sobre as formas como os museus podem valorizar a complexidade da cidade. Sob estas perspectivas, podemos levantar questões sobre o MHL, um museu de cidade, o qual, assim como outros museus históricos, segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), tem como intuito apresentar uma representação da história – no caso, a história da cidade de Londrina. Entretanto, cabe problematizar por meio da análise de depoimentos orais, se o museu em questão busca pela pluralidade discutida anteriormente ou pelo culto de identidades e memória unívocas.

Conforme Alberti (2008), a História oral está ligada a técnica da coleta e do tratamento de entrevistas produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam a quantidade e quem serão os entrevistados, as perguntas, as condutas e o destino do material produzido. Entretanto, os objetivos desta pesquisa não dependem da produção e do tratamento de entrevistas, mas sim de como a metodologia da História oral foi utilizada, uma vez que os depoimentos já foram produzidos e armazenados pelo Museu Histórico de Londrina.

De outro modo, conforme Alberti (2008), é possível que se utilize depoimentos de História oral produzidos pelo próprio pesquisador ou por terceiros. Desta forma, a análise de uma entrevista deve valorizar a fonte como um todo, pois é preciso “[...] saber ‘ouvir’ o que a entrevista tem a dizer, tanto no que diz respeito às condições da sua produção quanto no que diz respeito à narrativa do entrevistado [...]” (2008, p.185).

É importante ressaltar, porém, que ainda não foi feita uma pesquisa sistematizada do conteúdo das entrevistas, apenas um levantamento na base de dados do MHL, que está em andamento, sobre as características gerais dos depoentes. Como a proposta não se pauta na produção de entrevistas, a metodologia de História oral, no que diz respeito a seleção de

possíveis entrevistados, pode ser adaptada para a escolha das entrevistas já feitas pelo Museu. Logo, são importantes as seguintes indicações:

Convém, pois, contar com entrevistados de diferentes origens que desempenhem diferentes papéis no universo estudado, a fim de que variadas funções procedências e áreas de atuação sejam cobertas pela pesquisa. [...] é possível e desejável elaborar uma listagem extensa e flexível dos entrevistados em potencial, acompanhada do registro dos que nela não são prioritários. É o recorte do objeto de estudo que informará, inicialmente, o número de pessoas disponíveis e em princípio capazes de fornecer depoimentos significativos sobre o assunto. (ALBERTI, 2008, p.175)

Sobre a análise das entrevistas como frutos da intencionalidade de quem as produz, de acordo com Alessandro Portelli (1997A), o conteúdo das fontes orais é dependente do que os entrevistadores colocam em termos das questões, diálogos e relações pessoais, diferente do conteúdo das fontes escritas, que continua existindo, independente da hipótese do pesquisador. O resultado de uma entrevista de História oral é, segundo o mesmo autor, produto do narrador e do entrevistador.

A pesquisa de fontes orais não deve omitir a voz do entrevistador, pois pode dar a “impressão que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importa as circunstâncias, [...] quando a voz do pesquisador é cortada, a voz do narrador é distorcida” (PORTELLI, 1997A, p.35). Sendo assim, a concepção de Portelli, assim como Alberti (2008), indica o cuidado ao analisar uma entrevista, levando em consideração não só a narrativa de experiência, mas as perguntas e contexto que levaram àquele relato.

Acerca das características do acervo de depoimentos orais do Museu, de acordo com o último levantamento feito pelo MHL em 2015, o setor de imagem e som daquela instituição conta com cerca de 420 depoimentos orais gravados em fitas K-7, VHS e DVDs. É válido lembrar que as coletas daquelas entrevistas ocorrem desde a década de 1970 até os dias atuais. Outra questão observada diz, respeito ao vínculo da coleta de parte dos depoimentos a projetos específicos vinculados a UEL, Prefeitura Municipal de Londrina e Secretaria da Educação. Desta forma, caso sejam selecionadas entrevistas vinculadas a estes projetos, os mesmos devem ser problematizados.

As informações e características daqueles depoimentos encontram-se registradas em uma base de dados digital, que traz informações sobre: o número de registro de cada entrevista, nome do entrevistador e entrevistado, local de gravação, data da coleta e da inserção na base de dados, qualidade e suporte da gravação, duração, sinopse do conteúdo do depoimento, entre outras características. Portanto, o acesso às entrevistas é facilitado.

Tal questão diz sobre o tratamento que o Museu oferece às entrevistas, uma das partes da metodologia da História oral. Conforme Verena Alberti, ao disponibilizar as entrevistas ao público “[...] devem ser produzidos instrumentos de auxílio à consulta, como sumários e índices temáticos [...]” (2008, p.180), evitando o risco de constituir um acervo “mudo”, que não traz informações básicas para os pesquisadores.

Em linhas gerais, aconselha-se que os depoimentos produzidos pelo MHL sejam analisados de acordo com a temporalidade da produção, visando perceber as influências de gestões do Museu e projetos no processo de coleta das entrevistas. Em adição, José Miguel Arias Neto, ao analisar uma entrevista realizada pelo Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro, sugere que é necessário verificar as intenções do entrevistador e “[...] das Histórias dentro da História instituição, a própria condução da entrevista, os conflitos e as superposições que ela registra, e os resultados obtidos com a sua realização” (ARIAS NETO, 2003 apud ALBERTI 2008, p.184).

Assim, ao levar em consideração estas concepções e, também, com base das ideias de Meneses (2005), a ideologia de um museu histórico pode ser trabalhada como objeto da história, desde que se observe as condições em que as matrizes ideológicas se constituíram, a maneira como operaram, os efeitos que refletiram e por quais rupturas ou modificações passaram até os dias atuais. Portanto, não se trata de incorporar ou exaltar trabalhos ideológicos anteriores, mas sim transformá-los em documentos pertinentes ao trabalho do historiador.

Acerca da análise da narrativa das entrevistas, de acordo com Beatriz Sarlo (2007), as “visões do passado” são registradas por meio da narrativa da experiência, pois a experiência só aparece quando é lembrada e narrada. Entretanto, a experiência do passado é uma captura do presente e depende, então, das intenções do tempo presente. Para ser mais claro, Sarlo (2007) cita o exemplo da utilização de depoimentos de vítimas da ditadura argentina como legitimadores da transição democrática, mostrando o interesse do tempo presente na narrativa de experiências. Todavia, a autora alerta que este tipo de uso das narrativas pode trazer “certezas” sobre o passado, quando o que devemos buscar com as entrevistas de História oral são interpretações e hipóteses a serem respondidas com uma pesquisa.

Sob esta perspectiva, torna-se necessário levar em consideração se o MHL buscou, com a produção de depoimentos, legitimar alguma versão da história da cidade, visto que os depoentes selecionados pelo Museu são ou foram moradores de Londrina e/ou região. Por conseguinte, perceber se há relação do MHL com a história de grande circulação sobre a cidade de Londrina pode desvendar as intenções da produção das fontes.

Desta forma, a história de grande circulação em Londrina, a qual não está em compasso com as reformulações historiográficas, enfatiza a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empreendimento responsável pela colonização da cidade, no que diz respeito ao investimento em propagandas, retratando Londrina como a terra prometida, para atrair compradores de diversas partes do Brasil e do mundo. Entretanto, Edson José Holtz Leme (2013) traz à tona o outro lado do progresso, uma vez que a mesma Londrina idealizada pelas propagandas, em meio ao exaltado desenvolvimento econômico, contava com excluídos que incorporavam a periferia.

Assim, percebemos que este discurso acerca da cidade de Londrina, aborda apenas a atuação positiva da CTNP, silenciando os problemas sociais advindos do processo de colonização. O mesmo discurso também enfatiza o progresso da civilização sobre a natureza, com grande ênfase no trabalho dos pioneiros proeminentes e os imigrantes, disseminando uma história unilateral e positiva.

De acordo com Carlo Ginzburg, os mitos fundadores são usos políticos, pois a “[...] legitimação do poder remete necessariamente a uma história exemplar, a um princípio, a um mito fundador” (2001, p. 83). Sob este argumento podemos compreender a utilização política de uma versão da história da cidade de Londrina voltada para os aspectos positivos do início da colonização.

Por conseguinte, não podemos esquecer, que a exposição de longa duração do MHL, constituída no contexto do processo de revitalização, impulsionado pelo “Projeto Memória Viva”, em meados dos anos de 1990, tem como fio condutor o conceito de trabalho, o qual poderia ter trazido à cena uma pluralidade de histórias e sujeitos. Todavia, de acordo com Leme, ao analisar o memorial descritivo da exposição, os envolvidos no projeto não conseguiram “[...] romper com alguns elementos-chave da narrativa tradicional que o museu, desde sua criação, carregava” (2013, p. 207).

Entretanto, é válido observar que os grupos sociais, vinculados àquele espaço de memória no momento da concepção da exposição, os quais são marcados pela notoriedade social e econômica, tendo a oportunidade de formular um discurso naquele espaço museal, buscaram por uma representação da realidade social que legitimasse suas concepções e

autoridade. Portanto, no que diz respeito a proposta da exposição, o MHL apresenta relações com a história tradicional de Londrina e com a memória coletiva de determinado grupo social. Falta, porém, investigar se com a coleta de entrevistas o MHL dialogou com a ênfase em habitantes com notabilidade social e econômica.

É válido observar, que não se trata de buscar uma perspectiva maniqueísta da história da cidade, mas sim identificar, por meio da análise das influências que nortearam o processo de coleta de entrevistas, se o Museu apresenta um discurso unívoco ou se há possibilidades de negociação entre os diversos grupos sociais naquele espaço. Além disso, de acordo com Verena Alberti (2008), a coleta de entrevistas de grupos sociais proeminentes, não implica que será feita uma história “não-democrática”. Portanto, o uso de entrevistas da História oral pode nos ajudar a entender as visões de mundo e, por conseguinte, as representações sociais de diversos grupos, mostrando as formas como o indivíduo enxerga determinado elemento de sua cultura e sociedade.

Para perceber nas narrativas as questões discutidas até aqui, as reflexões de alguns autores podem ajudar. Assim como Beatriz Sarlo (2007), Portelli (1997B) diz que as fontes orais são fontes narrativas, justificando que a análise destes materiais deve levar em conta algumas categorias da teoria narrativa na literatura e no folclore. Desta forma, o autor explica que a velocidade da narração pode trazer significados e informações sobre o próprio depoente, as formas como este representa o passado e suas intenções. Por exemplo,

Um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. Estas oscilações são significativas, embora não possam estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados. (1997B, p.29)

O autor também aponta a inexistência de gêneros de história oral que abordem especificamente informações históricas. As narrativas, sejam elas históricas, poéticas ou míticas, sempre vão estar misturadas. Desta forma, os relatos trazem informações sobre o individual e o coletivo, de forma que a “verdade” pessoal acabe coincidindo com a imaginação compartilhada. Esta questão pode dizer, por exemplo, sobre como os indivíduos se apropriam da história de grande circulação de Londrina ou de outras histórias, assim como

sobre as “visões de passado” compartilhadas por grupos que se identificam, lembrando que suas apropriações não são preestabelecidas nem passíveis de controle.

Portelli também discute sobre a diferença de narrativas entre grupos de classes sociais distintas. Segundo o autor, os oradores de classe média, ao narrar suas experiências, imitam o discurso monótono da escrita. Sendo assim, o discurso de informantes do povo tende a ter um vocabulário simples, porém é mais rico em variação de volume, entonação e matizes, podendo trazer informações mais diversificadas.

A posição que o indivíduo se localiza para narrar uma experiência, também deve ser considerada na análise de uma entrevista de História Oral. De acordo com Portelli (2010), existem modalidades narrativas que expressam múltiplas camadas de experiência: a institucional, onde se usa a terceira pessoa do plural; a coletiva, caracterizada pela primeira pessoa do plural e a pessoal, refletida pelo uso da primeira pessoa do singular. A modalidade intitulada pessoal, é a que mais se aproxima das lembranças afetivas do indivíduo, seguindo para o grau de compartilhamento de memória entre grupos, “nós”, e o distanciamento ao usar o pronome “eles”. Portanto, é importante identificar os usos e significados dos pronomes, a fim de perceber as memórias individuais e compartilhadas que ajudam na construção dos grupos sociais, assim como na formação de sua identidade.

De acordo com Pollak (1994), o papel do “não dito” também é essencial na análise de depoimentos, pois o que é silenciado está em relação com o que pode ser dito e, conseqüentemente, o que determinado grupo social aceita. Desta maneira, podemos falar, também, sobre memórias subterrâneas. Segundo o mesmo autor, a memória dos reprimidos sobreviveu por meio dos espaços informais. Elas aparecem quando têm a oportunidade de reivindicar o direito à memória na cena pública. À exemplo disso, conforme Leticia Julião (2006), a partir da década de 1980, devido aos movimentos de democratização no Brasil, negros, indígenas e outros segmentos populares passaram a integrar o discurso e a prática preservacionista como produtores de cultura e sujeitos históricos, rompendo com a perspectiva folclorizante. Isto posto, diferentes grupos sociais conquistaram o direito à memória.

A análise das entrevistas deve levar em consideração o entendimento que as narrativas de experiência não seguem normas preestabelecidas, pois, de acordo com David Lowenthal (1998), tudo depende da posição atual do indivíduo, dado que o presente influencia o relato sobre o passado. Segundo Portelli (1997A), os narradores julgam o passado pela forma atual de sua consciência, gerando discursos, por exemplo, que enxergam o passado de forma

irônica, pois pensam de forma diferente no presente, ou narrativas épicas de indivíduos que foram absorvidos pela totalidade do evento histórico que participaram.

De acordo com Portelli (1997A), as fontes orais possuem uma credibilidade diferente. A relevância de um relato oral não depende de sua ardência ao fato, pois o “não dito” ou que destoa de perspectivas generalizantes, também possuem significados. Segundo Alberti (2008), a representatividade do relato de um indivíduo alcança as características do grupo a que pertence, pois podem mostrar as estruturas e comportamentos particulares daquele grupo.

Em linhas gerais, ao analisar depoimentos produzidos por instituições museais, em geral, uma das questões essenciais é perceber como o museu utilizou a metodologia da História oral, para então entender as influências e conflitos que nortearam o processo de coleta das entrevistas, no que diz respeito a seleção dos entrevistados, produção de roteiros, condutas e tratamento dos depoimentos, visando perceber como, no caso do MHL, a instituição lida com a pluralidade de memórias, identidades e a história de Londrina. Desta forma, de acordo com Portelli (1997A), os depoimentos são resíduos de uma ação interativa entre entrevistador e entrevistado e devem ser analisados como um to

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.155-202.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro. (Org.). **Novos domínios da História**. Elsevier Brasil, 2012, 169-186.

GINZBURG, Carlo. Distância e mentira. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42-84.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEME, Edson José Holtz. **O Teatro da Memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2013.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. PUC-São Paulo, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, A. C. M; KESSEL, C. G; GUIMARAENS, C. (orgs.). **Museus & Cidades**. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p.255-282.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005, p.15-84.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Puc-São Paulo, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História**. v. 14, p.7-24, fev. 1997B.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. v. 14, p.25-39, fev. 1997A.

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira. A arte multivocal da história oral. In: **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; inc/IPHAN/DEMU, 2006.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

OS ‘HIPÓCRITAS’ DO EVANGELHO DE MATEUS: A RETÓRICA ANTIJUDAICA COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DA COMUNIDADE CRISTÃ NO SÉCULO I D.C.

ISSN: 2595-1645

Kettuly F. S. Nascimento dos Santos
(Mestranda em História Social - UEL)

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Selvatici

Resumo: Este trabalho tem por objetivo desenvolver uma análise sobre o Evangelho de Mateus, o qual está inserido num quadro de estudos relacionados à formação da identidade cristã, a partir de uma retórica antijudaica. O qual também tem voltado seus olhares para o processo de separação do ‘judaísmo antigo’. O trabalho tem grande interesse em identificar as circunstâncias da constante denúncia sobre a ‘Hipocrisia’ da Elite judaica. A partir da retórica antijudaica, a comunidade mateana deve ser vista pelo pesquisador sob um novo olhar, posto que ao contrário das demais comunidades, ela seria constituída por uma maioria de judeus convertidos a nova fé que aceitou a Cristo como o ‘Messias’ enviado ao povo de Israel. Onde acreditam que Jesus não suprime a Lei mosaica, mas deseja levá-la a perfeição. Portanto, a pesquisa se desenvolverá conduzindo a análise sobre a formação da identidade cristã a partir da comunidade mateana. Pensando que a identidade do indivíduo é construída a partir da sua relação com o outro, em que características são adquiridas ou repelidas durante a formação de sua identidade.

Palavra-Chave: Identidade; Hipocrisia; Judeus.

Introdução

Este trabalho tem por objeto, desenvolver uma análise sobre a formação da identidade da comunidade cristã do Evangelho de Mateus a partir da retórica antijudaica. Visa também identificar neste discurso os ‘Hipócritas’ mencionados na fonte e que utilizam desses ataques para construir uma identidade religiosa na fé em Jesus Cristo como o Messias.

O Evangelho de Mateus está inserido num quadro de estudo relacionado à formação da identidade cristã a partir de uma retórica antijudaica e que volta seu olhar para o processo de formação do movimento cristão e a separação do judaísmo antigo. Procura identificar à constante denuncia da ‘Hipocrisia’ dos escribas e fariseus, questionando a quem realmente é direcionada estas denúncias, pois o autor do evangelho apontaria a elite judaica como possíveis corruptores da Lei e utilizaria a figura de Jesus Cristo para legitimar a comunidade cristã como um grupo eleito para levar a observância da Lei mosaica à perfeição.

A historiografia atualmente se debruça sobre os estudos do Novo Testamento com o intuito de compreender o contexto histórico e social que fomentou o sentimento antijudaico encontrados nas literaturas cristãs antigas. Estudiosos do mundo antigo começam a voltar seus olhares para as literaturas cristãs não como respostas a ataques judaicos, mas como respostas a problemas internos à comunidade cristã.

Desta forma, os documentos cristãos dos séculos I d.C. nos quais é apresentada uma forte crítica aos judeus e aos ritos religiosos judaicos devem ser analisados como forma de buscar compreender a questão da judaização que ocorreu no interior das comunidades cristãs, percebendo que as identidades são mutáveis e que possuem um aspecto relacional. Isso nos permite compreender o desenvolvimento das identidades no curso da história, pois as relações sociais na antiguidade são mais fluidas do que antes se imaginava.

Pensando a Formação da Identidade Cristã a partir do Evangelho de Mateus

O movimento cristão, desde os seus primórdios, mostrou-se caracterizado por diversas percepções. Sua matriz judaica seria uma das principais fontes de discussões dentro das comunidades – principalmente através da retórica antijudaica, que encontraria neste caminho a fonte de discurso para a formação da identidade cristã, ora usando o judaísmo como exemplo de condutas religiosas que os “filhos” de Deus não deveriam seguir, ora utilizando um discurso de que a comunidade cristã seria o povo que levaria a observância correta de uma Lei corrompida pelos fariseus e sacerdotes – o que permite pensar em um cristianismo plural e não singular, devido à multiplicidade comportamental das comunidades (CHEVITARESE, 2011, p. 22).

Pensando na estrutura particular em que essas comunidades se reuniam. Essas pequenas comunidades tendiam a se verem como detentoras da verdadeira mensagem de Jesus o Messias renascido. “Quando, no contexto interno, são externadas visões dissonantes e/ou contatos externos são estabelecidos entre diferentes comunidades cristãs, identifica-se rapidamente o aparecimento de alteridades” (CHEVITARESE, 2011, p. 22).

O cristianismo surgiu no Mundo Antigo como um movimento messiânico judaico, tendo a sua atuação sustentada pela cultura e pela religião judaica. As tensões existentes entre cristãos e judeus não devem ser reduzidas apenas à rejeição do Cristo como o Messias, mas os cristãos estariam se apropriando de símbolos judaicos com o intuito de criar sua própria identidade religiosa. A partir desta reflexão devemos perceber que a comunidade cristã não deve ser tratada como um grupo homogêneo, mas que existe uma pluralidade de práticas comunitárias, cúltricas e de expressões religiosas que marcam o cristianismo primitivo com fortes tensões e negociações (NOGUEIRA, 2009, p. 131-138).

Nesse contexto, é possível identificar a comunidade do Evangelho de Mateus, que possuía uma maioria de fiéis judeus cristãos (judeus convertidos a mensagem de fé em Jesus como Messias), que se difere da comunidade do Evangelho de Lucas ou ainda as comunidades que foram fundadas através do trabalho missionário do apóstolo Paulo, onde se

encontrava uma maioria de fiéis gentios convertidos (aqueles que não eram judeus de nascimento). O texto do Evangelho de Mateus apresenta um discurso de que Cristo não teria a intenção de abolir a Lei, levando o leitor a pensar que não deveriam abandonar as observâncias da Torá, mas que deveriam levá-la a perfeição.

As comunidades cristãs primitivas se reuniam na maioria das vezes em casas particulares. A estrutura local dos grupos cristãos estava ligada ao que comumente era encarado como uma unidade básica da sociedade (MEEKS, 1992, p. 122). A casa como local de encontro permitia que se estabelecessem algumas privacidades, com certo grau de intimidade e estabilidade para as reuniões.

Esses locais privados podem ter propiciado o surgimento de grupos judaizantes que passam a exigir o retorno das práticas religiosas judaicas (como é o caso da comunidade do Evangelho de Mateus). Com a privacidade das reuniões a comunidade mateana, que era formada por uma maioria de judeus convertidos a fé em Cristo como o Messias, pode ter alcançado através de discussões sobre o que acreditava ser o certo para servir a Cristo. Um apoio para dar continuidade nas antigas práticas religiosas, possivelmente em decorrência do contexto vivenciado por essa comunidade no final do século I d.C..

O Evangelho de Mateus é um livro que foi escrito provavelmente em 80 a 90 d.C. e nele se encontra a mensagem de vida deixada por Jesus para os cristãos. O livro também é o mais importante dos evangelhos para a igreja cristã. Nele a Igreja tem se debruçado e utilizado a mensagem de Jesus como instrumento para o ensinamento doutrinal – “[...] uma Igreja construída sobre a rocha contra a qual as portas do inferno não prevaleceriam. [...]” (BROWN, 2012, p. 261).

Acredita-se que o evangelho tenha sido composto em grego e o autor demonstraria em sua composição grande habilidade linguística (no que se refere ao hebraico e o aramaico) que tornaria possível apontar para uma educação na diáspora. A autoria do Evangelho de Mateus é desconhecida, entretanto, acredita-se tratar de uma testemunha não ocular e de origem gentílica devido a alguns erros referentes a indicações encontradas ao longo do texto que não teria ocorrido se tratasse de um autor que fosse judeu de nascimento, “[...] como a junção que o evangelista faz dos fariseus e saduceus, por quatro vezes, no capítulo 16, como se eles tivessem o mesmo ensinamento (Mt 16:12). No entanto, tal junção pode simplesmente ser um modo de reunir os inimigos de Jesus. [...]” (BROWN, 2012, p. 310).

Raymond E. Brown (2012, p. 311), faz uma discussão mostrando que os escritos de Mateus estariam ligados à Síria, especificamente à Antioquia, pois há algumas sugestões ao longo do texto e alguns argumentos referenciando a ‘cidade’ que sugerem que Mateus seria

usado como o evangelho de uma Igreja cristã importante, numa cidade como Antioquia. Em Mt 4:24 lê-se:

²⁴Sua fama espalhou-se por toda a Síria, de modo que lhe traziam todos os que eram acometidos por doenças e atormentados por enfermidades, bem como endemoninhado, lunáticos e paralíticos.

Para sustentar este argumento, Raymond Brown (2012, p. 312) mostra que o Evangelho de Mateus estaria sendo direcionado a princípio para uma Igreja de judeus cristãos, mas que seus caminhos estariam sendo guiados em direção aos gentios. Se pensarmos desta forma poderíamos encaixar o argumento de Brown sobre a cidade de Antioquia, pois ali se encontravam mais judeus do que em qualquer outro lugar da Síria. Portanto, Antioquia seria o lugar para encaixar o relacionamento instável existente entre judeus e judeus cristãos como é encontrado em Mateus, onde a Lei é utilizada como corretivo a comunidade.

No Evangelho de Mateus, o autor afirma ao longo do texto através da figura de Jesus Cristo a legitimidade da Lei, que ele não veio para suprimir-la, mas tornar correto o seu cumprimento. Desta forma o autor transmite a mensagem atacando os fariseus, os saduceus e os escribas como hipócritas, que transgrediam a lei deixada por Moisés e que tornava o fardo do povo pesado. Entretanto, através de Jesus o evangelista mostra que enquanto os sacerdotes se preocupavam com os cuidados externos da Lei, a comunidade cristã deveria compreender que a sua observância vai além do Templo, visa também uma preparação interiorizada ao dizer, “[...] misericórdia é que eu quero e não sacrifício [...]” (Mt 12:7).

Os discursos antijudaicos apresentados ao longo do Evangelho de Mateus atacam a elite judaica: os fariseus, saduceus e escribas constantemente como homens que corromperam a Lei Mosaica apontando-os como “Hipócritas”. Que do Grego significaria dissimulador, fingido e literalmente um ator, aquele que encobre suas ações do outro (Léxico Grego-Português, 1993, p. 214). O ataque feito pelo evangelista teria como finalidade chamar a atenção da comunidade mateana para que percebessem que o “verdadeiro povo de Deus” deveria levar a observância da Lei a sua perfeição, pois essa elite judaica estaria cometendo falhas nas observâncias ao se dedicarem a uma vida externa e menos espiritualizada, exibindo uma falsa dedicação religiosa que teria o propósito de conseguir a obediência do povo através das práticas religiosas.

Mateus em sua retórica antijudaica, por diversas vezes exemplifica a atuação dos sacerdotes preocupada com manifestações externas, deixando claro sua postura ao falar do jejum, da esmola e da oração que devem ser feitas em segredo e não explícitas como fazem os

fariseus, saduceus e escribas a quem o autor chama de ‘hipócritas’. Em Mt 6:1-4 lê-se quando ensina a comunidade cristã a doar esmolas:

¹Guardai-vos de praticar a vossa justiça diante dos homens para serdes vistos por eles. Do contrário, não receberéis recompensa junto ao vosso Pai que está nos céus. ²Por isso, quando deres esmola, não te ponhas em público, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, com o propósito de ser glorificado pelos homens. Em verdade vos digo: já receberam sua recompensa. ³Tu, porém, quando deres esmola, não saiba tua mão esquerda o que faz a tua direita, ⁴para que tua esmola fique em segredo; e o Pai que vê no segredo, te recompensará.

Sob o argumento de serem os verdadeiros filhos de Deus, o evangelista leva a comunidade cristã a se apropriar das práticas religiosas judaicas com o argumento de levar a Lei para um cumprimento correto e digno, algo que não está sendo feito pelos sacerdotes. Em Mt. 5:17-20, lê-se:

¹⁷Não penseis que vim revogar a Lei ou os profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhe pleno cumprimento, ¹⁸por que em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido nem um só i, uma só virgula da Lei, sem que tudo seja realizado. ¹⁹Aquele, portanto, que violar um só desses menores mandamentos e ensinar os homens a fazerem o mesmo, será chamado o menor do Reino dos Céus. Aquele, porém, que os praticar e os ensinar, esse será chamado grande no reino dos Céus. ²⁰Com efeito, eu vos asseguro que se a vossa justiça não ultrapassar a dos escribas e a dos fariseus, não entrareis no Reino dos Céus.

A retórica antijudaica encontrada no Evangelho de Mateus, no ataque aos escribas e fariseus pode ser interpretada não como um ataque direto a observância da Lei, mas a atuação do homem sobre ela. A elite judaica corrompe a Lei e a vivencia de modo o tornar a sua observância pesada e o seu cumprimento difícil, buscando somente o reconhecimento carnal e não uma vida espiritual dedicada a Deus. Isso pode ser observado em Mt. 23:13-22

“[...] ¹³Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque bloqueais o Reino dos Céus diante dos homens! Pois vós mesmos não entráis nem deixais entrar os que querem!” ¹⁴ ¹⁵Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, que percorreis o mar e a terra para fazer um prosélito, mas, quando conseguis conquista-lo, vós o tornais duas vezes mais dignos da Geena do que nós!

¹⁶Ai de vós, condutores cegos, que dizeis: ‘Se alguém jurar pelo santuário, seu juramento não o obriga, mas se jurar pelo ouro do santuário, seu juramento obriga’. ¹⁷Insensatos e cegos! Que é maior, o ouro ou o santuário que santifica o ouro? ¹⁸Dizeis mais: ‘Se alguém jurar pelo altar, não é nada, mas se jurar pela oferta que está sobre o altar, fica obrigado’. ¹⁹Cegos! Que é maior, a oferta ou o altar que santifica a oferta? ²⁰Pois aquele que jura pelo altar, jura por ele e por tudo que nele está. ²¹E aquele que jura pelo santuário, jura por ele e

por aquele que nele habita. ²²E, por fim, aquele que jura pelo céu, jura pelo trono de Deus e por aquele que nele está sentado [...]”.

Enquanto questionamos se a preocupação com os cuidados da Lei remontam a uma dificuldade em abandonar práticas religiosas. Que foram arraigadas no judeu cristão antes da sua conversão a mensagem de fé anunciada por Jesus ou se essa permanência significaria a falta de interesse em abandonar tais práticas, outro fator se apresenta e amplia a discussão desta pesquisa. A comunidade cristã primitiva entraria a partir de 70 d.C. em confronto com os fariseus, chegando ao ponto de sofrer perseguições, o que nos leva a pensar que a permanência de algumas práticas religiosas seria uma maneira de passar despercebido aos olhos dos outros, mas é também a partir deste momento que a comunidade cristã questionaria sobre sua identidade religiosa e quais os caminhos que deviam seguir (RICHARD, 1998, p. 32-44).

A guerra judaica contra Roma no ano 70 d.C. deixou Jerusalém arrasada, neste cenário de destruição o único grupo judeu (os fariseus) que sobreviveu ao conflito, “[...] empreende a tarefa de reestruturar a religião judaica em uma nova perspectiva: a prática dos mandamentos da Lei. A leitura que ele fará é que a desgraça que se abateu sobre o povo judeu foi provocada pela heterodoxia que permeava o judaísmo do Templo [...]” (GALLARDO, 1993, p. 59). Os rabinos farisaicos, com uma postura mais ortodoxa e impositiva fundarão a Academia ou Sinédrio de Jâmnia ou Jabne, inclinando-se exclusivamente a comentar a Lei e é sob este contexto que a comunidade cristã começaria a ter problemas (RICHARD, 1998, p. 41).

Sob o contexto de perseguição enfrentado pela comunidade judaico-cristã que se desenvolvia depois da destruição do Templo de Jerusalém em 70 d. C., quando os fariseus começaram a reestruturar o judaísmo a partir da Lei, Paulo Roberto Garcia (1996, p. 58- 66) afirma que o texto do Evangelho de Mateus carrega em seus ensinamentos um pedido de escolha para os cristãos, que a comunidade deveria escolher entre a fé oficial dos judeus (o judaísmo rabínico) e a fé em Jesus e os seus ensinamentos. A escolha dos fiéis significaria uma decisão sobre sua vida econômica, pois ao escolher seguir a Jesus Cristo estaria escolhendo uma vida de pobreza e sem benefícios, mas estaria acima de tudo escolhendo viver sob o manto da justiça divina.

No final do século I d.C., os cristãos já eram reconhecidos pelo Império romano como um grupo distinto ao dos judeus, começavam a ser perseguidos pela sua fé no Cristo, o Império não via o movimento cristão com bons olhos, essa também poderia ser vista como

uma possível justificativa para ter levado muitos fiéis a dar continuidade nas práticas religiosas da Lei mosaica, numa tentativa de passar despercebidos pelo governo romano. Mesmo depois da Guerra Judaica de 70 d.C. os judeus conseguiram manter os privilégios religiosos através do *Fiscus Judaicus*³²⁶, privilégios esses que não foram alcançados pelos cristãos.

Segundo Pablo Richard (1998, p. 41), o Evangelho de Mateus pertence à terceira geração do movimento cristão, que tem Antioquia como centro difusor da mensagem da Boa Nova de Jesus. Nos anos em que o evangelho fora escrito a comunidade se encontrava na orfandade, pois os primeiros discípulos e discipulas já haviam morrido. Enquanto os discípulos ainda viviam, a mensagem de fé estava segura e garantida, mas com a morte dos primeiros representantes da comunidade cristã essa segurança acaba sendo abalada, trazendo para a comunidade uma urgência em colocar por escrito as boas novas anunciada por Jesus e é na construção desses textos que se encontram a conduta de fé a ser seguida pelo cristão que conduzirá ao Reino de Glória.

O texto mateano era dirigido a uma comunidade que se encontrava no período da orfandade, portanto, era um período em que havia um aumento na adesão aos ensinamentos de Jesus, um aumento na diversidade de interpretações sobre o seu ministério, além do distanciamento temporal que facilitava os esquecimentos sobre os ensinamentos de Jesus, que permitia a suavização de algumas recomendações ou o acréscimo nos textos. Para Elisa Rodrigues (2010, p. 224), “[...] o conjunto dessas consequências foi fortalecido, ainda, pelas questões sociais do período que requeriam direcionamento, especialmente as questões que envolviam a discussão sobre identidade social e religiosa [...]”.

O movimento cristão, desde os seus primórdios, mostrou-se caracterizado por diversas percepções. No caso do Evangelho de Mateus a matriz judaica foi apresentada principalmente através da retórica antijudaica, utilizando um discurso de que a comunidade cristã seria o povo que levaria a observância correta a uma Lei corrompida pelos homens. Nos permitindo pensar em um cristianismo plural e não singular, devido à multiplicidade comportamental das comunidades.

Grande parte dos textos do Novo Testamento apresenta uma retórica antijudaica, que visava criar em seus fiéis uma consciência cristã que seria baseada na vivência de fé; uma esperança no retorno de Cristo o Messias para uma vida de gozo sem sofrimento na Canaã

³²⁶ Uma taxa per capita designada a todos os judeus que deveriam pagar ao Império Romano como punição a Guerra Judaica e depois da queda do Templo de Jerusalém. (GOODMAN, 2010, p. 60-61)

Celeste. Segundo a retórica antijudaica para alcançar essa dádiva o cristão deveria manter-se firme diante das perseguições e não se deixar guiar pelo medo negando a verdadeira prática religiosa. O cristão deveria seguir um caminho diferente dos judeus e estabelecer uma identidade distinta destes, pois os judeus não teriam reconhecido a Cristo como filho de Deus e desta forma teriam perdido o direito de serem chamados herdeiros do Senhor de Israel.

Entretanto, destoando destes textos do Novo Testamento e mostrando a multiplicidade existente na formação da identidade cristã, o Evangelho de Mateus apresenta um discurso com ataque aos escribas e fariseus. Explicitando que não se tratava de um ataque direto a Lei, mas a atuação do homem sobre ela. Para o evangelista a elite judaica havia corrompido a Lei e agiam de modo a tornar a sua observância pesada e o seu cumprimento difícil, buscando somente o reconhecimento carnal e não uma vida espiritual dedicada a Deus.

A retórica utilizada pelo evangelista pode ser interpretada a partir do processo discursivo através das relações sociais dos indivíduos, “[...] o discurso remete à determinadas condições de produção que são a base do modo de produzir o discurso, não se tratando de analisar um discurso como texto isoladamente [...]” (ALVES, 2011, p. 222). Desta forma é possível interpretar o Evangelho de Mateus como sendo uma produção textual que visa atender as necessidades de sua comunidade, visa adaptar o sujeito e a sua situação real. A retórica é a fala ou a escrita que possui o intuito de levar o ouvinte a aceitar o ponto de vista do orador.

O estudo do conceito de identidade de grupo – não sob o olhar da modernidade, mas a partir da perspectiva de formação da comunidade cristã – é benéfico para esta análise, pois permite perceber como se deu a construção das identidades judaicas e cristãs nos contextos históricos particulares de onde provêm os textos antigos analisados e verificar como se deu o surgimento das diversidades e das particularidades de cada grupo aqui analisado, pois a ideia de identidade aparece como um sentimento de pertencimento e reconhecimento de certas características de cada grupo.

Fredrik Barth (2011, p. 187) afirma, a partir do raciocínio antropológico, que as variações culturais não são permanentes, visto que um grupo recebe influências de outro sem ao menos perceber devido à relação existente em cada sociedade. Pois a etnicidade está diretamente ligada à construção subjetiva da identidade na relação cultural compartilhada, é uma relação onde o indivíduo se reconhece e se molda a partir da relação com o outro, podendo ocorrer na relação dentro de um mesmo grupo ou até mesmo em uma relação social mais ampla.

Podemos perceber a partir da relação existente entre judeus e gentios na formação da comunidade cristã que a ausência de uma mobilidade social em um território não impede que se estabeleçam distinções étnicas. Segundo Barth (2011, p. 188), a mobilidade social permite que ocorra “processo de exclusão e de incorporação” onde características discretas são mantidas apesar das transformações sofridas pelo indivíduo ao longo de sua história de vida e que, portanto, se mantêm as fronteiras étnicas. Porém, mesmo mantendo a fronteira étnica, muitas relações sociais estáveis permanecem, pois para que se estabeleçam essas fronteiras não há necessidade de se impor uma ausência de interação social. As diferenças culturais podem permanecer apesar de todo o contato interétnico, a partir de uma interação social.

As práticas culturais e crenças que se tornam símbolos de um determinado grupo são resultados de experiências pessoais e práticas constantes; isso nos leva a perceber que esse simbolismo inserido nos grupos étnicos refletem os interesses pessoais e as condições imediatas do grupo (JONES, 2005, p. 35-37). Levando a perceber que as representações discursivas e literárias da etnicidade e sua manifestação na prática social se encontram em situação de oposição. O que nos permite levar toda essa discussão para as comunidades cristãs primitivas, onde podemos dizer que a retórica antijudaica inserida nos textos cristãos não são ataques a judeus, mas sim uma resposta ou uma justificativa para a insistência da observância da Torá por parte dos cristãos. Atacar os judeus seria uma forma de mostrar aos cristãos os problemas na observância da Lei enfrentada pelos judeus.

Entretanto, ao afirmarmos que a retórica antijudaica da obra está direcionada a própria comunidade, não significa que não houvesse nenhum embate entre a comunidade cristã e os judeus, apenas expõe uma dificuldade encontrada pela atual historiografia. Estudiosos têm questionado a ausência dos judeus nas pesquisas historiográficas e levantam suposições de que talvez exista um medo em colocar os judeus como perseguidores ou em uma situação de confronto direto com as comunidades cristãs. Ainda alguns estudiosos justificam através do “Holocausto” a ausência dos judeus nas pesquisas, afirmando que colocá-los em uma pesquisa sobre a relação entre judeus e cristãos primitivos poderia ser interpretado como antisemitismo.

Conclusões Finais

A comunidade cristã do Evangelho de Mateus, como pode se observado, se manifestava numa busca incessante em estabelecer-se como um grupo característico, que mantinha o posicionamento de levar a observância da Lei a sua plenitude, diferente da

maneira como os judeus observam, que visavam somente o respeito externo sem nenhuma preocupação com a vida espiritual.

Desta forma deve-se considerar que, a elaboração do texto estava inserida em uma realidade pluralista e diversificada no que se refere à cultura e suas fronteiras étnico-geográficas. Tornando necessário a identificação das matizes presentes no processo relacional dos povos, nações e territórios que podem ter influenciado na elaboração dos escritos do Novo Testamento (IZIDORO, 2008, p. 54).

Portanto, é possível concluir o trabalho relembrando o texto de Pedro Paulo Funari, que partindo do pressuposto de que as pessoas de um mesmo grupo compartilham valores dos que se sentem partícipes forma-se o conceito normativo de “pertencimento”. Entretanto, o sentimento de pertencimento deve ser analisado com muito cuidado e não se deixar guiar por uma generalização ou até mesmo tomá-lo como um sentimento único e imutável, pois as pessoas se comportam de acordo com a situação a que são expostas e guiadas por seus meios de representação, desta forma o pertencimento se torna múltiplo e suscetível a mudanças. Nos permite pensar que, as práticas religiosas adotadas pela comunidade do Evangelho de Mateus seria uma maneira se identificarem como um grupo, se reconhecerem como uma comunidade com identidade que os definiria como legítimos filhos de Deus (FUNARI; NOGUEIRA; COLLINS, 2010. p. 14).

Referência Bibliográfica

Dicionário:

HIPOCRISIA E HIPÓCRITA. in: GINGRICH, F. Wilbur, DANKER, Frederick.W. *Léxico do Novo Testamento Grego-Português*. São Paulo: Ed. Vida Nova, 1993. p. 214.

Disponível em: <http://bib.convdocs.org/docs/37/36140/conv_1/file1.pdf>.

Bibliografias:

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In. Org. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2012.

BROWN, Raymond E. *Introdução ao Novo Testamento*. Tradução Paulo F. Valério. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

CHEVITARESE, André L. *Cristianismos. Questões e Debates Metodológicos*. RJ: Klíne, 2011.

FUNARI, Pedro P.A. Identidades fluidas, in: COLLINS, John J., FUNARI, Pedro. P. A., NOGUEIRA, Paulo A. S. *Identidades Fluidas no Judaísmo Antigo e no Cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.

GALLARDO, Carlo B. Mateus: Boas Novas para os pobres perseguidos. A busca de chaves globais de compreensão. *RIBLA 13: Espiritualidade da Resistência*. Petrópolis: Vozes, 1993, p.27-39.

GARCIA, Paulo R. Um estudo Evangelho de Mateus. *Revista de Estudos Bíblicos 51: A Lei*. Petrópolis: Vozes, 1996, p.58-66.

GOODMAN, Martin. Identidade e Autoridade no judaísmo Antigo. In: FUNARI, P.P.; NOGUEIRA, Paulo A.S; COLLINS, John (Org.). *Identidades Fluídas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010, p. 60-61.

IZIDORO, J. L. O problema da identidade no cristianismo primitivo interação, conflito e desafios. *Revista Eletrônica Oracula* (São Bernardo do Campo), v. 4.7, 2008.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade; a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, ORSER, SCHIAVETTO (orgs). *Identidades, discursos e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005.

MEEKS, Wayne A. *The First Urban Christians: The social world of the Apostle Paul/ 2nd ed.* New Haven: Yale Univ. Press, 2003.

NOGUEIRA, Paulo A. S. O poder da diferença: o judaísmo como problema para as origens do cristianismo. In: FUNARI, P.P., OLIVEIRA, M.A. (Org.). *Política e Identidade no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

RICHARD, Pablo. A Origem do Cristianismo em Antioquia. *RIBLA 29: Cristianismos Originários Extrapalestinos (35-138 d.C)*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 32-44.

RODRIGUES, Elisa. O Evangelho de Mateus e as crises do judaísmo pós 70. In: NOGUEIRA, P. A. S.; FUNARI, P.P.; COLLINS, J. J. (orgs). *Identidades Fluidas no Judaísmo antigo e no Cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010, p.219-258.

OS “REVOLTADOS ON LINE” IMERSOS NAS DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICA NACIONAL NO FACEBOOK: UM ESTUDO DE HISTÓRIA

ISSN: 2595-1645

Matheus Henrique Marques Sussai *

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos

Resumo: Esta comunicação visa apresentar os resultados parciais de uma pesquisa que busca investigar os argumentos e as manifestações de uma página do *Facebook* chamada “Revoltados ON LINE” contra o governo federal brasileiro no ano de 2014. Também como objetivo, queremos destacar a metodologia que será empregada na análise dos arquivos online presentes na História Pública. Essa comunidade foi muito acessada durante os anos 2014-2016, e difundiram diversas opiniões sobre o governo petista, sobre História, e também sobre conceitos de ideologia política, onde muitas pessoas buscaram se informar e construir o seu posicionamento político através de informações como as veiculadas por esta página. A partir de uma perspectiva netnográfica (KOZINETS, 2014), trataremos sobre várias outras páginas com o mesmo viés que também surgiram neste meio, contextualizando o ambiente virtual que se insere a nossa fonte. Por ora, podemos considerar que essas comunidades que se puseram a opinar na política nacional, contribuíram muito na formação política de usuários do *Facebook* que, ativamente, se debruçaram a manifestarem suas opiniões sobre o governo, suas visões de história e usos do passado, e com isso, muitos preconceitos revestidos de opinião pessoal.

Palavras-chave: História pública; Facebook; “Revoltados ON LINE”.

Diante de tantas fontes que se mostram na contemporaneidade para o historiador, nós escolhemos uma página da rede social online *Facebook* como documento para buscar compreender as manifestações contra o governo federal no ano de 2014. Por isso, torna-se necessário especificar mais esse contexto histórico e o lugar que ocupou o *Facebook* naquele momento, mais precisamente as comunidades que se dedicaram a discutir e opinar na política brasileira, como é o caso da nossa fonte, os “Revoltados ON LINE”.

Outra relevância é detalhar mais a respeito da comunidade virtual citada, inserindo-a num contexto onde ascenderam outras comunidades que também se destacaram e compuseram o campo de discussão sobre a política nacional no ano de 2014, havendo aquelas com ideias semelhantes aos “Revoltados ON LINE”, mas também páginas com argumentos de oposição, de apoio ao governo, entre outras divergências. Ou seja, os “Revoltados ON LINE” afloraram em um momento propício, no qual comentar sobre a política brasileira se mostrou algo rotineiro, bastante praticado, onde outras comunidades também o fizeram e emergiram em âmbito nacional.

Neste texto, também apresentaremos os métodos utilizados na pesquisa. Especificaremos a escolha do recorte temporal, e como selecionamos e capturamos as fontes. Será explicada a abordagem netnográfica que adotamos para a pesquisa no ciberespaço, e também o caráter qualiquantitativo deste trabalho, explicado pela metodologia do “Discurso do Sujeito-Coletivo” (DSC) com a utilização do “discurso-síntese”, método que detalharemos neste capítulo.

A rede social online *Facebook* é uma das mais populares atualmente. Lançado no ano de 2004 por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, todos estudantes da Universidade Harvard, o *Facebook* foi criado com intenções de ser uma comunidade virtual da própria universidade, ou seja, possuía fins apenas universitários (PISANI; PIOTET, 2010, p. 48). Mas com a utilização dos usuários, com as suas ações, acabam modificando as funções da tecnologia, o *Facebook* tomou outros rumos e culminou numa das maiores redes sociais atualmente. Como nos mostra Francis Pisani e Dominique Piotet: “O Facebook, no início uma simples galeria eletrônica de fotos para estudantes universitários, expandiu-se grandemente por volta de 2006 e conheceu um grande sucesso” (2010, p. 34).

O *Facebook* é gratuito para os usuários, gerando receita principalmente a partir de publicidade. Os participantes podem criar perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. O *Facebook* possui várias ferramentas, como o mural, mais conhecido por “Linha do tempo”, que é um espaço na página de perfil do usuário que permite aos amigos publicar vários tipos midiáticos para ele ver (textos escritos, conteúdo sonoro, audiovisual, apenas imagético, etc.). Esse conteúdo fica visível para qualquer pessoa com permissão para ver o perfil completo, e a junção dos *posts* de diferentes amigos em seus respectivos murais, aparecem separados no “*Feed* de Notícias”. Ou seja, uma junção das publicações dos seus principais amigos (ou páginas que você curte e segue) disponíveis para o seu acesso. O “*Face*”, como é mais

conhecido, possui também aplicativos, jogos, eventos, com os mais diversos assuntos, onde os usuários podem convidar todos seus amigos para participar, curtir, etc ³²⁷.

Pensando principalmente sobre o final do século XX e o início do XXI, que abrange até o presente momento, as transformações tecnológicas aconteceram com uma singularidade caracterizada pela velocidade. É comum que pessoas mais jovens sejam mais propícias para utilizarem essas novas tecnologias, e concomitantemente, os aplicativos e programas oferecidos por elas. As pessoas que nasceram em um período imerso nessas transformações, que vieram ao mundo com essas novas tecnologias já instauradas, são chamadas por Marc Prensky de “nativos digitais” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 42-43). Essa categoria, mesmo possuindo suas diferenças internas, teria mais facilidade para praticar dessa cibercultura que se faz no ciberespaço. É por isso que é comum ver mais jovens participando de certas redes sociais online.

No entanto, no *Facebook*, os jovens representam grande parte dos usuários, mas não são os únicos a utilizar com intensidade a rede social. No *Facebook* existe uma intensa participação de pessoas mais velhas, de gerações passadas (não nativos digitais), dos “imigrantes digitais”, segundo Prensky. São pessoas que não nasceram com o mundo digital já instaurado, mas participam ativamente dessa cultura jovem.

Segundo Pisani e Piotet, isso acontece pois:

[...] um site como o Facebook, vindo da cultura universitária, apresenta uma maior mistura. Além disso, sua abertura ao grande público, em setembro de 2006, permitiu a entrada de muitos jovens desejosos de associar-se à cultura da rede das grandes universidades, mas também de pessoas mais velhas. Não houve, portanto, uma ruptura de gerações. O Facebook tornou-se em menos de um ano um dos sites mais utilizados no mundo, não somente graças aos jovens que o usam, mas também graças à reunião de todos os outros que ali encontram um interesse real. (PISANI; PIOTET, 2010, p. 44).

Assim, o *Facebook*, e a partir de suas várias funções, como criar grupos, páginas (que podem se denominar de comunidades), publicação de fotos, textos, vídeos, músicas, e o compartilhamento de informações não produzidas necessariamente pelo usuário, se mostrou uma enorme rede de interação online, aonde vimos surgir, no segundo semestre de 2014, o fortalecimento de algumas comunidades virtuais que usavam do ciberespaço do *Facebook*

³²⁷ Maioria das informações obtidas em: <<http://www.significados.com.br/facebook>>. Acesso em 04 de julho de 2016.

para discutir sobre política. Para ser mais exato em relação ao número de brasileiros que utilizam o *Facebook*, no final do ano de 2015, aproximadamente 103 milhões de brasileiros³²⁸ estavam cadastrados nessa rede social. Sendo o número populacional da nação, segundo o website *Internet World Stats*, o de 204.259.812 em 2015³²⁹, podemos deduzir que aproximadamente 50% da população nacional utiliza o *Facebook*.

É nesse meio virtual, nesse pequeno pedaço de todo o ciberespaço, e devido ao contexto histórico brasileiro no ano de 2014, que comunidades com interesses sobre a política ganharam certa repercussão para com os web atores brasileiros. Comunidades essas que surgiram em vários momentos da história do *Facebook*, mas que ganharam corpo principalmente com as turbulências que marcaram o início do segundo mandato do governo de Dilma Rousseff. Mais precisamente sobre os “Revoltados ON LINE”, esses ganharam repercussão no período eleitoral do ano de 2014, ou seja, ainda no final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Cabe citar aqui algumas dessas comunidades que compuseram o contexto histórico naquele momento, e que ainda possuem enorme influência atualmente, tal como os “Revoltados ON LINE”. São algumas delas: “MBL – Movimento Brasil Livre”, “Jovens de Direita”, “Iconoclastia Incendiária”, “Jovens de Esquerda” e “Meu Professor de História”. As páginas aqui citadas são para elucidar que mais grupos com pensamentos parecidos emergiram nessas discussões sobre o governo federal, que marcam principalmente o final do ano de 2014 (de Julho a Dezembro), permanecendo até o presente momento. Desde o segundo semestre do ano de 2014, nosso recorte temporal para este trabalho, muitos acontecimentos vieram para engrandecer as discussões sobre pesquisas no âmbito virtual. No presente, não possuímos o “aval da sequência” (RÉMOND, 1999, p. 55) para sabermos os resultados “concretos” da contemporaneidade (se é que isso pode ser possível, afinal, a História muda as suas perspectivas ao longo do tempo, sendo essa uma de suas maiores belezas).

Sobre as páginas comentadas acima, as duas primeiras possuem ideias semelhantes as dos “Revoltados ON LINE”, nas quais se posicionam afirmando que são de direita (“MBL – Movimento Brasil Livre” e “Jovens de Direita”). As outras três se apresentam enquanto páginas de esquerda (“Iconoclastia Incendiária”, “Jovens de Esquerda” e “Meu Professor de

³²⁸ Sobre estatísticas da população geral e os usuários da internet: <<http://www.internetworldstats.com/>>. Acesso em 01 de julho de 2016.

³²⁹ Relação do total da população brasileira, com os que acessam a internet, e mais os usuários do *Facebook* disponíveis em: <<http://www.internetworldstats.com/south.htm#br>>. Acesso em 01 de julho de 2016.

História”). Foi por isso que selecionamos três de cada “lado”³³⁰, ou melhor, três com ideias semelhantes sobre a política nacional, e as outras três que também possuem suas regularidades enunciativas parecidas, em contraponto com as primeiras.

A página “MBL – Movimento Brasil Livre”³³¹ foi criada em novembro de 2014, possuindo 1.347.061 curtidas. Nomeia-se como uma ONG (organização não governamental) que não possui fins lucrativos, com o intuito de mobilizar os cidadãos para lutar por uma sociedade mais justa. Segundo informações da comunidade: “Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”³³². Já a página “Jovens de Direita”³³³ se nomeia como comunidade e possui 184.169 curtidas, e não informa a data de criação. Visitando a página do *Twitter* dessa comunidade, podemos ver que esta está ativa desde março de 2014. É comum que essas comunidades acabem defendendo algumas figuras políticas, como é o caso da “Jovens de Direita”, que em sua foto de perfil possui uma imagem onde está escrito: “#SomosTodosBolsonaro”. Claramente uma alusão à possível candidatura já anunciada à presidência em 2018 por/de Jair Bolsonaro. Este que se mostra um ídolo da maioria dessas comunidades com interesses parecidos com as citadas acima.

Sobre as comunidades que se dizem de esquerda, a primeira selecionada é a “Iconoclastia Incendiária”³³⁴. Esta se apresenta enquanto um “site educacional”, mas todas são páginas do *Facebook*. Foi criada em 2012, e possui 511.356 curtidas. Segundo a sua descrição, possuem o objetivo de realizar uma “análise realista dos mitos e ícones”, revelando a manipulação dos discursos e os seus manipuladores. Uma rápida olhada na página e é possível perceber que defendem a tolerância religiosa, a causa LGBT³³⁵, são contra o *impeachment*, e criticam aqueles que são a favor: se manifestam contra os políticos e as páginas que são oposição ao governo do PT. A “Jovens de Esquerda”³³⁶, tendo atividades que datam desde 2014, possuem 276.223 curtidas. Em sua descrição, vemos: “Na luta contra o

³³⁰ É comum perceber nessas redes sociais online um tal “lado” que cada uma delas escolhe. Geralmente as comunidades que são contra o governo petista, usam de argumentos muito parecidos entre elas, existindo poucas divergências. O mesmo ocorre às páginas citadas que defendem a permanência do governo.

³³¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

³³² Informações retiradas na descrição da página. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info>. Acesso em 03 de julho de 2016.

³³³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jovensdedireita>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

³³⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/IconoclastiaIncendiaria/?fref=ts>>. Acesso em 03 de Julho de 2016.

³³⁵ LGBT é o acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

³³⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/JovenseEsquerda>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

fascismo, racismo, machismo e homofobia”. Com uma rápida olhada na página, vemos críticas ao político Eduardo Cunha, ao governo interino de Michel Temer (vice de Dilma Rousseff), e apoio à ex-presidente Dilma Rousseff. Por fim, sobre a última selecionada para apresentar esse contexto histórico e virtual que se instaura o nosso objeto de estudo, temos a página “Meu Professor de História”³³⁷. Com publicações datadas de 2013, a página possui 415.230 curtidas, definindo-se enquanto uma “causa”, que tem como principal objetivo “desmentir reacionários”, informações que podemos observar em suas descrições. Nas suas postagens vemos críticas ao neoliberalismo, ao governo interino de Michel Temer, ao político Jair Bolsonaro, entre outros.

Apresentadas essas páginas, frisamos que os “Revoltados ON LINE” estão inseridos nesse contexto, onde se assemelham mais com as primeiras comunidades citadas (aquelas que são contra o governo petista, marcadas por um extremismo de direita política). Cabe dizer que com a apresentação dessas comunidades, pudemos notar as dificuldades de lidar com as novas mídias enquanto objeto de pesquisa. Devido à falta de métodos, é preciso que o pesquisador saiba adaptar metodologias para o uso no ambiente virtual, e é o que fizemos com nossas abordagens. Isso acontece, e possivelmente é algo que deverá acontecer nas próximas pesquisas no ambiente virtual, pois, as interfaces desses websites mudam constantemente, alterando ferramentas, excluindo documentos, editando, etc. São fontes de caráter “movediço”: os documentos podem ser deletados, alterados, publicados, editados e republicados em outro local do ciberespaço, em outra data (RAMOS, 2012, p. 669).

Mesmo apresentando algumas das comunidades “em alta” nas discussões políticas de 2014, vale lembrar que o nosso objeto específico é a página do *Facebook* “Revoltados ON LINE”, e que as informações e o que apresentamos das outras, aconteceu após rápidas análises. Utilizamos delas para elucidar o contexto histórico em que se insere a comunidade em estudo, e as interpretações que fizemos das restantes correspondem a curtas observações. Já sobre o nosso objeto em si, os “Revoltados ON LINE”, passamos um tempo notadamente maior analisando, sendo esse acompanhamento uma das atividades metodológicas.

É importante frisar que algumas dessas comunidades não dizem defender algum “lado” político (uma esquerda ou uma direita política), mas ainda assim as publicações dessas páginas acabam categorizando-as para uma das opções (ou mais esquerda, ou mais para a direita). É um ambiente que muitas vezes se mostrou superficial nas discussões, mas que de

³³⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Meu-Professor-de-Hist%C3%B3ria-361291767338033/?fref=ts>>. Acesso em 03 de julho de 2016.

irrelevante não possui nada. São pessoas tomando decisões ao escolher qual das publicações elas concordam, e quais discordam. Mesmo o ambiente de discussão parecendo ser muitas vezes mani queísta, muitos brasileiros interagem e buscam se informar por essas publicações, tomam decisões a partir do que ali leem, escutam, assistem. Fazem escolhas e se formam seres de opinião política e pública praticando a cibercultura. Mas também existem os casos de comunidades que nitidamente se posicionam, como os dois exemplos citados: “Jovens de Direita” e “Jovens de Esquerda”.

Mesmo estudando aqui uma comunidade que se apresenta como defensora de uma “direita política”, que se posiciona contra o governo federal, a favor do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, é preciso deixar claro que não tomaremos posições políticas. Não defenderemos nenhum dos “lados”. Não defendemos que exista imparcialidade no meio científico, mas não cabe a nós aqui fazer qualquer tipo de apologia ou condenar as ideias levantadas, mas sim trazer esse conteúdo para ser analisado cientificamente. O nosso objetivo é estudar esse movimento que se denomina de direita, e que se manifesta no ciberespaço, mais especificamente, no *Facebook* durante a segunda metade de 2014.

Os “Revoltados ONLINE” são uma página criada no dia 01 de agosto de 2010, com o objetivo de se manifestar contra o então atual governo petista. Naquele momento ainda não haviam ocorrido às eleições de 2010. No dia 31 de outubro de 2010 o Brasil presenciou o segundo turno de votação para a Presidência da República, e Dilma Rousseff foi vitoriosa, iniciando o seu primeiro mandato em 01 de janeiro de 2011. Como puderam perceber, o período que escolhemos para analisar nossa fonte perpassa o momento eleitoral de 2014 e, conseqüentemente, a reeleição de Dilma Rousseff.

A comunidade virtual, em seus primeiros anos, não mostrou ser muito reconhecida, havendo publicações de vários tipos (não todas direcionadas à política). Postagens com mensagens de “bom dia” e “boa noite” foram notáveis nos três primeiros anos dos “Revoltados ON LINE”. Havia sim as publicações de política, mas essas eram pouco reconhecidas, praticamente sem comentários ou repercussão. Já no ano de 2014, no qual cada vez mais se aproximava do período eleitoral, essa página ganhou uma repercussão enorme, e atualmente possui sua força notável na formação política pessoal de muitos brasileiros.

Possuindo 1.694.293 ³³⁸ de curtidas, a página, no local que visualizamos as suas informações gerais, mais especificamente na sua “Descrição curta”, esta se define como:

³³⁸ Dia 01/07/2016.

“Somos uma ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVA POPULAR DE COMBATE aos corruptos do PODER”³³⁹. Vemos claramente uma menção ao Partido dos Trabalhadores com a utilização de forma maiúscula das letras “p” e “t” na palavra “corruptos”. É uma referência objetiva de que a página tem por função combater e se manifestar contra o PT. Assim que um web ator acessa a página desta comunidade, ele verá a sua foto de perfil (um logotipo do próprio “Revoltados ON LINE”) e a sua foto de capa (uma bandeira do Brasil)³⁴⁰. Fora as imagens citadas, os usuários podem perceber a possibilidade de doação e de compras de produtos vendidos pela comunidade, sendo alguns deles: bonés, camisetas, bonecos miniaturas de algumas figuras públicas, entre outros.

A possibilidade da doação pessoal para a página é um detalhe importante, pois vemos aqui uma das diferenças do “Revoltados ON LINE” para o “MBL – Movimento Brasil Livre”, que se declarava uma ONG sem fins lucrativos (mesmo nós não sabendo ao certo como funciona o seu financiamento). Já o “Revoltados ON LINE”, a página não esconde seu interesse no financiamento do público, pois, segundo os administradores, é assim que esta se sustenta. Por isso, em várias publicações, assim como no perfil, é possível ter acesso a algumas contas bancárias onde as pessoas podem doar seu dinheiro para financiar os atos dos “Revoltados ON LINE”. Vemos o respaldo e o sucesso disso nas publicações e nos comentários, onde muitas pessoas dizem que ajudaram, que doaram, e acabam incentivando (direta e indiretamente) outras pessoas a fazerem o mesmo. Assim, o “Revoltados ON LINE” acabou se firmando um grupo totalmente organizado e financiado por todos os que acreditam e defendem as mesmas opiniões dos administradores da página.

Para detalhar mais, segundo alguns trechos da própria “Descrição Longa” da página:

Filosofia: Revoltados ON LINE é a tentativa do ser humano de fazer valer o seu valor, contra tudo aquilo que o humilha. Os covardes nunca começam, os fracassados nunca terminam, os VENCEDORES nunca DESISTEM. Então há esperança. [...]

LEVEMOS À AÇÃO: JÁ NÃO BASTA MAIS INDIGNAÇÃO. PRECISAMOS AGIR! [...]

Meta: FAZER O BEM SEM VER A QUEM, mesmo que seja ON LINE, alguém será beneficiado com a sua atitude.

³³⁹ Acervo pessoal, não mais disponível online.

³⁴⁰ 20/11/2015. Pelo fato de a página estar bloqueada, estas são as últimas referências que foram salvas por nós sobre a página, sendo impossível uma data mais próxima do que as que estão nas imagens que capturamos.

Objetivo: Humanizar a comunicação do bem, trazendo você o mais próximo da **realidade**.

Atitude: O verdadeiro espírito de revolta consiste justamente em exigir a felicidade aqui nesta vida.

Informação: Queremos o nosso Brasil fora das mãos sujas de corruptores e de **mensalões**.

Foco: EXTERMINAR A POUCA VERGONHA DA IMPUNIDADE BRASILEIRA. [...] ³⁴¹. (Grifos nossos).

Vemos principalmente o caráter de revolta, de ação da página. Com o intuito de acabar com a impunidade dos políticos corruptos do Brasil, pelo menos é isso que se informa na descrição acima, os administradores da página deixam uma referência clara neste trecho quando comentam sobre o escândalo do mensalão ³⁴² dos anos de 2005 e 2006. Momento em que a imagem do PT sofreu um forte ataque devido às notícias de corrupção. Enfim, a referência é claramente ao PT. Mesmo essa descrição se mostrando mais ampla, um discurso contra a corrupção total, é notável, a partir das publicações veiculadas pela página, que as manifestações e as críticas por ela publicadas são contra os governos petistas (tanto do Lula quanto da Dilma) e seus programas sociais, seus ideais, suas formas de governar.

Assim, a comunidade dissemina diversas ideias que possuem sobre o governo, várias noções e conceitos sobre política. Possuindo diversos objetivos ao longo desses anos, o *impeachment* de Dilma Rousseff era um deles. Mesmo este não estando dentro do recorte temporal que escolhemos para este trabalho, cabe dizer que os “Revoltados ON LINE” tiveram uma influência enorme (tanto na formação das pessoas durante esse tempo, quanto na repercussão e pressão sobre os políticos) na aprovação deste processo de *impeachment*. Com este já realizado, segundo a página, o seu objetivo agora é voltar à ativa, já que ainda estão bloqueados, e posteriormente, retornar à sua campanha que tem por objetivo a prisão do ex-presidente Lula.

Esta primeira parte da descrição demonstra bem o caráter de ação da comunidade, de tomar atitude para atingir seus objetivos. Essas ações que também se expressarão nas publicações, ou seja, online, não podem ser desvincilhadas das manifestações de rua

³⁴¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/revoltadosonline>>.

³⁴² O escândalo do mensalão foi quando o político Roberto Jefferson “[...] deu sua famosa entrevista em que acusava o tesoureiro do PT Delúbio Soares de pagar um mensalão (uma mensalidade) para que deputados da base aliada apoiassem o Governo Lula.” (SECCO, 2011, p. 215).

organizadas e divulgadas pela comunidade. Essas manifestações foram frequentes entre os anos de 2014 e 2016, massificando uma manifestação que também se fazia online.

O próximo trecho, também retirado da “Descrição Longa” da página, enfatizará o significado e a justificativa do conceito “on line” estar inserido no nome junto a “Revoltados”:

Em linha, online ou on-line é um anglicismo advindo do uso da internet, sendo em linha uma tradução literal de on-line, pouco usada no português. [...] “Estar online” ou “estar em linha” significa “estar disponível ao vivo”. No contexto de um web site, significa estar disponível para acesso imediato a uma página de Internet, em tempo real. Na comunicação instantânea, significa estar pronto para a **transmissão imediata de dados**, seja por meio falado ou escrito [...] ³⁴³. (Grifos nossos).

Este pequeno trecho caracteriza bem uma das principais funções da página: a informação instantânea. Não só a difusão de imagens, vídeos e textos de todos os “cantos” do ciberespaço, que demonstram as suas ideias sobre o governo, os “Revoltados ON LINE” tinham como uma relevante atividade a informação instantânea do seu cotidiano militante para os seus seguidores (os curtidores da página, membros da comunidade). O administrador da página, Marcello Reis, publicava diariamente vários vídeos de sua autoria, estando ele presente nessas gravações, mostrando os trabalhos que a comunidade realizava, mostrando em quais situações estavam, as manifestações, os protestos, etc. Todas as atividades que o grupo administrador da comunidade realizava era informado na linha do tempo do *Facebook*. Assim, os web atores não só se formavam, discutiam e opinavam sobre política através da leitura da página sobre a conjuntura histórica do nosso país, como também acompanhava as atividades que os “Revoltados ON LINE” realizavam, podendo aqueles que doavam seu dinheiro, saber o que fora realizado com esse financiamento. Com essa “transmissão imediata de dados”, como nos mostra o trecho citado acima, os web atores que curtiam a página se informavam das manifestações e do que acontecia em Brasília ³⁴⁴ a partir da visão dos “Revoltados ON LINE”.

³⁴³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/revoltadosonline>>.

³⁴⁴ O grupo administrador da página realizava várias viagens à Brasília e mantinha presença na frente do Palácio do Planalto, realizando manifestações e buscando se informar e também informar seus curtidores de alguns temas da política contemporânea brasileira.

As citações das descrições da página não demonstram especificamente as temáticas mais abordadas pela comunidade. Elas apenas dão uma noção de que a página possui o interesse de se manifestar e informar aos brasileiros sobre os políticos corruptos, convidando a massa populacional a se manifestar contra esses. Com o discurso de aproximar as pessoas de uma “realidade”, buscando combater a corrupção no Brasil, a página se reveste de um caráter heroico, disseminando estereótipos de heróis e vilões, endeusando e demonizando personagens político.

Na falta de metodologias específicas para se estudar redes sociais online dentro do campo da ciência da História, adotamos a metodologia da netnografia. A netnografia não é apenas a transposição da etnografia para o ambiente virtual, pois muitas de suas características são diferentes se tratando do ciberespaço. Por isso, tomamos a netnografia como uma metodologia adaptativa (AMARAL, et al, 2008, p. 37). Na nossa opção metodológica, não intervimos na comunidade com perguntas, entrevistas e etc. Nós analisamos aquilo que já está publicado, ou seja, não interferimos para conseguir a nossa fonte. São publicações e comentários que foram publicados sem pergunta alguma os mediando.

A netnografia nos auxilia a compreender as práticas culturais complexas que se desenvolveram/desenvolvem no ciberespaço, lidando com “[...] ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos” (KOZINETS, 2014, p. 31). Essa metodologia também leva em conta “[...] os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do homem dentro das comunidades virtuais (AMARAL, et al, 2008, p. 35).

Nesse recorte temporal no espaço virtual, selecionamos 10 publicações da página. Essas correspondem à maioria das postagens de cunho “público” inseridas nesse recorte temporal. Não nos importando apenas as publicações, os comentários referentes a cada postagem também foram salvos e analisados. Sendo assim, a partir das publicações e dos comentários, as regularidades enunciativas serão consideradas não apenas quantitativamente, mas segundo um discurso-síntese (qualiquantitativamente). A técnica do discurso-síntese procura blocar opiniões. Ou seja, no discurso-síntese se reúnem “conteúdos e argumentos que conformam opiniões semelhantes” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 17). Assim, se remete às respostas semelhantes como se fosse um depoimento único (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 19).

Como este texto visou apresentar o contexto histórico do “Revoltados ON LINE” e esclarecer alguns pontos metodológicos da pesquisa, não trataremos dos resultados da análise.

Estes terão que esperar outro momento. Cabe dizer que os “Revoltados ON LINE” foram a base de informação diária sobre política de muitos brasileiros, no qual esses se formaram politicamente e levam ideias veiculadas por essa página para a sua visão de política e de História.

Referências:

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, Ano 13, n. 20, dezembro 2008, p. 34-40.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Pesquisa e representação social. Um enfoque qualiquantitativo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

PISANI, Francis; PIOTET, Dominique. **Como a web transforma o mundo. A alquimia das multidões**. Trad. Gian Bruno Grosso. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

RAMOS, Márcia E. T. O estudante de Ensino Médio nas comunidades virtuais “eu amo história” e “eu odeio história” e uma questão antiga: para quê serve a história?. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 665-689, jul./dez. 2012.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 51-60.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

OUTRAS VOZES, OUTRAS HISTÓRIAS: A HISTÓRIA ORAL E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DOS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO.

ISSN: 2595-1645

Carlos Alberto Nogueira Diniz³⁴⁵
Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva (Orientadora)

Resumo: Nesse trabalho pretendo fazer uma breve reflexão sobre as possibilidades de análise da atuação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo a partir da perspectiva da história oral. A história oral que em seu início teve como viés epistemológico ser a “voz” dos grupos marginalizados atualmente assume um papel mais amplo que é ajudar na construção de novas identidades e de uma história, sobretudo problemática e crítica em relação aos novos espaços de disputa política e social da memória. Identificar as militantes dos Clubes de Mães a partir de seus depoimentos contribui também para os estudos de gênero já que a história de luta dessas mulheres e suas singularidades de interesses demonstram através de falas simples toda riqueza desse movimento para a história social e política de nossas esquecidas periferias.

Palavra-chave: Estudos de Gênero. Clube de História Oral.Mães.

Nesse texto através da análise das entrevistas feitas pela jornalista Jô Azevedo com apoio do CEDEM da UNESP com as mulheres que fizeram parte do Clube de Mães da Zona Sul, identificar o perfil de algumas dessas mães e problematizar a importância da História Oral para a formação de novos espaços da memória e conseqüentemente a constituição de novas identidades e valorização de grupos antes excluídos por uma história supostamente oficial e coesa no qual os conflitos e vozes dissonantes não apareciam.

A História Oral tem como origem epistemológica a pretensão de ser uma “contra-história”, ou seja, uma história marginal dos vencidos, daqueles que nunca tiveram voz, mas mesmo que a História Oral tenha passado por mudanças de paradigmas e tenha se institucionalizado dentro das universidades, mantém-se como importante instrumento de manutenção de memórias e de construção de identidades no que diz respeito aos estudos de novos sujeitos, grupos e singularidades.

A história oral, por exemplo, pode através mesmo nos momentos de silêncio e lacunas encontrarem-se memórias que pelos diversos motivos estão escondidos nas falas e nos discursos. Problematizar essas memórias e perceber a forma em que foram construídas pode ajudar o historiador a romper com os discursos comuns e que muitas vezes relegam a segundo plano práticas políticas e de autonomia de mulheres que como outros grupos são marginalizados pela história oficial ou vistos como meros autômatos.

³⁴⁵ Bolsista Doutorado/ CAPES (UNESP-Assis)

Mais do que isso, o que a emergência destas memórias vêm ocasionando, conforme aponta Pollak, é a disputa entre memórias ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada.³⁴⁶

Uma pesquisa sobre a memória do Clube de Mães pode abordar de forma bastante fecunda a participação das mulheres no processo de redemocratização do Brasil, assim como amplia as possibilidades de discussão das relações de gênero e classe, nesse sentido ambas confluem para a construção do conhecimento histórico. Segundo Joutard a história oral não pode perder suas primícias que tem como plano central a crítica e a problematização do singular e a promoção das identidades.

Estamos persuadidos de que a história oral não está mais em suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados. Em contrapartida, como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização é real. Seu segundo desafio é o de permanecer fiel à sua inspiração inicial. Neste segundo desafio é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono. Irei desenvolver estes três pontos sucessivamente.³⁴⁷

A constituição das identidades é uma das principais contribuições da história oral no sentido de ajudar a construir uma história do plural e de grupos antes esquecidos e com isso propor novas abordagens.

O último desafio talvez seja o mais delicado, e nos envolve tanto individual quanto coletivamente, não apenas como historiadores ou historiadoras, mas principalmente como cidadãos e cidadãs. Explico-me. Houve, desde o início, uma estreita ligação entre história oral e identidade. No índice dos 12 primeiros números de *Historia y Fuente Oral* este termo aparece em terceiro lugar, logo após "metodologia" e "mulheres". Na última conferência, de Gotemburgo, encontram-se 31 comunicações - em um total de 138 - diretamente ligadas ao tema; mais que um quinto (22%). Aqui, no Rio, esta presença é ainda maior: 56 intervenções (entre 175) tratam do assunto, não apenas nos sete grupos de trabalho, 16 mas dispersas em outros lugares, o que perfaz pouco menos de um terço (32%). Esta forte posição e sua

³⁴⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

³⁴⁷ JOUTARD, Philippe. Desafios da história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena. (Orgs) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

progressão não são de surpreender: a memória é um elemento constitutivo da identidade. Assistimos, hoje, ao crescimento da força de todas as identidades, de sexo, de grupo, de religião, de nações, o que seria uma reação à globalização e a uma certa uniformização cultural (ao menos superficial). Numerosos empreendimentos de história oral participam deste crescimento de força, que eles exprimem e reforçam, alternando-se como causa e consequência do movimento identitário.³⁴⁸

A memória tem como característica a fragmentação e a história também, ou seja, o passado não pode ser representado como um todo e de forma definitiva. A simples escolha do personagem ou do grupo a ser lembrado e o que deve ser lembrado já se constitui como um elemento de fragmentação da memória e do passado. Mas é preciso dizer que nos silêncios, nas lacunas e nas escolhas feitas pelos organizadores dos arquivos também se encontram os discursos que prevalecem e são esquecidos no processo de constituição da memória.

A história, seja ela dos vencedores ou dos vencidos, é feita de escolhas e, portanto, a relação do historiador com o arquivo também é constituída de escolhas e questões a serem respondidas. Os chamados “lugares da memória”, segundo Nora, não se resumem à documentação material das elites e de figuras importantes, mas se constitui a partir de novos lugares e também de novos sujeitos históricos que compõem a sociedade.

No Brasil um importante fato na formação de acervos dedicados à história social é o arquivo Edgard Leuenroth, que foi comprado em 1974 junto à sua família pela UNICAMP e funcionou durante quase dez anos de forma clandestina, pois abrigava uma documentação importante sobre o movimento operário e a esquerda brasileira. O arquivo funcionou no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas graças ao empenho dos professores e dirigentes da Unicamp. Foi possível, a partir dessa documentação, criar posteriormente um arquivo de história social.³⁴⁹

Para o fortalecimento da pesquisa, principalmente no que se refere às ciências humanas, é necessária uma política séria de investimento na manutenção e formação de centros dedicados à preservação documental do patrimônio histórico e documental do Brasil, mas essa preocupação é recente e atribuída quase sempre às universidades. No Brasil, durante muito tempo houve negligência em relação ao patrimônio documental e histórico. As universidades, com a necessidade de avanços em relação à pesquisa a partir da década de

³⁴⁸ JOUTARD, Philippe. Desafios da história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena. (Orgs) História Oral: *desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

³⁴⁹ CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação nas universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, da Lopes Zélia (org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999, p.58.

1970, começaram a criar paulatinamente centros dedicados à memória e ao patrimônio histórico, sendo muitos deles ligados a museus.

Segundo Camargo, centros de memória e documentação são característicos das universidades brasileiras, sendo dedicados aos arquivos e também aos museus. O Cedem, utilizado em minha pesquisa, é o Centro de Documentação e Memória da UNESP, ou seja, faz parte da universidade.

Os centros de memória e documentação tornaram-se característicos das universidades brasileiras, preservando o patrimônio arquivístico e, em alguns casos, até parte do patrimônio museológico. Apenas o patrimônio bibliográfico foi mantido como principal atividade das bibliotecas universitárias. Mesmo assim, delas não costumam fazer parte as coleções históricas de jornais ou regionais, coleções fotográficas, iconográficas e cartográficas que podem ser objeto de tratamento dessas unidades ³⁵⁰

Os centros de documentação das universidades transformaram-se em centros de pesquisas importantes para pesquisadores, tanto para os alunos e professores quanto para pessoas não ligadas diretamente à universidade. Isso propiciou aos pesquisadores a viabilização de suas pesquisas e a especialização em mais temáticas com a disposição e reunião dessas fontes de pesquisa.

Além de ajudar na pesquisa, os centros de documentação também puderam, ao longo do tempo, ser repensados a partir das próprias abordagens e reflexões a respeito da memória coletiva e das temáticas abordadas pelos historiadores.

Além da instituição, as diretrizes daquilo que deve ser preservado e, portanto, visto como documento histórico é extremamente importante para a formação dos arquivos.

Muitos desses centros transformaram-se em centros de pesquisa e memória social importantes, destacando-se não apenas pelo papel fundamental que passaram a desempenhar na criação de condições para a prática e o exercício da pesquisa, como pela produção intelectual que viabilizaram a partir da reunião de pesquisadores em torno de suas temáticas de especialização. É preciso lembrar ainda que esses centros passaram a cumprir uma função muito importante no conjunto da produção acadêmica: a de reunir fontes e informações [...] tanto para o usuário interno (alunos e professores) como

³⁵⁰ CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação nas universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, da Lopes Zélia (org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999, p.58.

para o público externo de pesquisadores, mesmo aqueles não ligados à comunidade universitária ³⁵¹

Segundo Camargo, na década de 1970 foi estimulada a criação de centros de documentação nas universidades pelo Ministério da Educação que, na gestão de Ney Braga, colocou como função das universidades brasileiras a preservação dos acervos documentais do Brasil. A autora aponta que essa iniciativa parece ter como modelo as universidades americanas.

A matriz dessas iniciativas parece estar originada em iniciativas similares anteriores, promovidas pelas universidades americanas. A partir as bibliotecas e arquivos particulares de ex-presidentes dos EUA, por exemplo, montaram-se memoriais ou centros de documentação que se tornaram paradigmas para as universidades de todo o mundo, incluindo o Brasil. Hoje, as grandes universidades brasileiras são dotadas desse tipo de centro, a serviço das ciências humanas e sociais ³⁵²

A pesquisa e as novas perspectivas em relação aos documentos e fontes e ao que seja uma fonte possibilitaram para os pesquisadores, principalmente relacionados às ciências humanas, repensar os arquivos e descobrir nas documentações novas possibilidades de abordagem desses objetos de pesquisa. A história, assim como as outras ciências humanas, tem, portanto, além da acolhida de novas fontes para seus arquivos nas universidades, a possibilidade sempre de redescoberta destas com sentido argumentativo e de análise.

Há um outro aspecto que merece lembrança, para que possamos compreender como se formaram os centros de nossas universidades. Inquietações da historiografia, da antropologia, da ciência política, das ciências humanas em geral, especialmente nos anos 60 e 70, geraram a abordagem de novos temas. Portanto, descobrem-se novas fontes ou se redescobrem aquelas que, já utilizadas, podem ser lidas e manejadas de uma outra forma. Esse é o movimento que faz o acadêmico, o cientista social, o historiador. ³⁵³

A relação do historiador com os arquivos ajuda a lançar um novo olhar sobre eles a partir não somente do seu conteúdo, mas também da ausência deste. O Cedem, Centro de Documentação e Memória da UNESP, foi fundado a partir de núcleos de pesquisa de historiadores que tinham o objetivo de criar um centro de arquivos e de levantar

³⁵¹ CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação nas universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, da Lopes Zélia (org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999, p.58.

³⁵² Idem

³⁵³ Idem

documentações sobre a história da UNESP. O acervo do Cedem, desde outubro de 1996, encontra-se disponível para consulta e tem como característica a dedicação de grande parte do acervo à esquerda brasileira, destacando-se os acervos de Mario Pedrosa, do PCB, de movimentos sociais diversos. Fundo Santo Dias e do Fundo Do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo objeto de minha pesquisa³⁵⁴.

A simples existência desses acervos já demonstra por parte da universidade e outros setores da sociedade como movimentos sociais, sindicatos, militantes e partidos de esquerda a vontade de construir uma nova história em que o plural e o conflito também estejam presentes na constituição dos espaços da memória. O Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo é parte de uma memória frágil e fragmentada e porque não dizer subterrânea se fizermos uma reflexão a partir da perspectiva de POLLAK sobre as memórias marginalizadas, mas o objetivo do texto é justamente descrever parte dessas mulheres que participaram desse movimento e que se torna necessário a rememoração e junção desses fragmentos para que possamos refletir sobre esses sujeitos históricos.

Uma das personagens mais importantes na manutenção dos documentos dedicados aos Clubes de Mães foi a Irmã Hansen, inclusive foi a responsável pela doação do acervo ao CEDEM da Unesp. Irmã Hansen já falecida concedeu no dia 30 de Maio de 2003 à jornalista Jô Azevedo uma entrevista, no qual pode falar de sua participação nos movimentos sociais e pastorais na periferia de São Paulo, no processo de criação dos Fundos Santo Dias e do Clube de Mães e um dos fatos mais dramáticos daqueles anos de militância que foi o assassinato do operário Santo Dias.

Primeiramente Irmã Hansen fala do contexto histórico e social da Igreja e do Brasil que a levou para convivência e militância entre as classes populares da periferia de São Paulo, mais precisamente na Vila Remo.

No fim dos anos 60, início dos anos 70, a Igreja de São Paulo, aqui quero falar especialmente da Região Sul, estava num processo de mudanças pós-conciliar, inspirando-se nos documentos de Medellín (Conferência dos Bispos latino-americanos)

Um das grandes preocupações do Mons. Ângelo Gianola, Vigário Episcopal da Região Sul naquela época, era o povo da periferia de sua Região, marginalizado e excluído da sociedade e abandonado pela Igreja. Poucos padres e religiosas atuavam nos meios populares. Na mesma época

³⁵⁴ CORREA, Anna Maria Martinez. Os Centros de Documentação e Memória da Unesp. O Centro de Documentação e Memória (Cedem). In: SILVA, da Lopes Zélia (org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999, p.80-81.

D. Paulo Evaristo Arns fez um apelo a todas as congregações religiosas para liberar e enviar religiosas para as periferias.

Este apelo veio ao encontro do meu objetivo de missão. Vim recentemente da Europa com grande desejo de trabalhar entre os pobres para que todas pudessem ter mais vida.

Irmã Mariclara Nunes e as noviças já tinham contato com Vila Remo nos fins de semana e conheciam os padres. Então, um dia o Pe. Luís Giuliani e Pe. Egídio (não sei o sobrenome) vieram me convidar para conhecer o trabalho. Fui ver e fiquei. Morei e trabalhei 17 anos nessa área. Minha apresentação oficial em Vila Remo foi no dia 16 de Abril de 1972 com a presença de D. Paulo, Mons Ângelo, alguma Irmãs. Em Janeiro de 1989 deixei Vila Remo para iniciar uma nova missão na periferia de São Luís MA.³⁵⁵

Irmã Hansen em seguida descreve como era seu trabalho na Vila Remo, onde pode destacar sua ação com os pobres e uma nova perspectiva de sua fé muito ligada a Teologia da Libertação e seu primeiro contato com Ana e Santo Dias, importantes lideranças que participavam da comunidade local.

Quando cheguei em Vila Remo já existia uma pequena equipe que se chamava Coordenação da Paróquia, formada pelo Padres, Irmãs que moravam em Santa Margarida, leigas, entre eles Ana e Santo. Logo fui integrada nesta equipe.

Nosso grande empenho existia em formação de Comunidades de Base fundamentadas na Teologia de Libertação e alimentadas pela Palavra da Bíblia numa ótica a partir do oprimido (CEBI). Uma fé encarnada na realidade nos despertou para as necessidades do povo. Assim surgiram os movimentos. Eu participei mais do movimento das mulheres (clubes de mães), movimento das creches, escolas, transporte e sobretudo do movimento do custo de vida. Todo esses anos fazia parte da coordenação dos Clubes de Mães, mais tarde denominado Grupo de Mulheres.

Coordenava também durante muitos anos a catequese na paróquia que se realizava na mesma linha. Muitas lideranças dos movimentos e políticos surgiram desse grupo.³⁵⁶

A religiosa também fala de momentos que conviveu com Ana e Santo Dias importantes lideranças pastorais e no caso de Santo também sindical. Percebe-se que as lutas e as mobilizações sociais estavam integradas pois muitos homens e mulheres trabalhadores da Vila Remo participavam das atividades da Igreja, mas também estavam ligados aos sindicatos e pastorais sociais.

³⁵⁵ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

³⁵⁶ idem

Não lembro mais exatamente o dia e o lugar. Eu sei que foi logo no início quando cheguei em Vila Remo, na casa deles. Sempre tivemos muito contato e amizade. Santo e Ana gostavam convidar-nos para um churrasco ou uma janta. Também muitas festas passávamos juntos.

O primeiro passeio com equipe de coordenação da paróquia foi em dezembro de 1972 na praia de Bertioga. Brincamos, conversamos muito, nos divertimos bastante. Santo gostava de contar piadas e rimos muito. Foram dias muito agradáveis e de convivência que criaram laços e amizade. Às vezes eu ia após as reuniões para casa da Ana. E Santo estava lá fazendo a janta. Perguntava, como foi a reunião. E quando Ana e eu desanimávamos por causa das tensões e brigas no Movimento do Custo de Vida, Santo nos encorajava com muita firmeza e a convicção dele nos fortalecia para enfrentar a luta. Aliás, Santo sempre estava junto conosco nas lutas...³⁵⁷

A religiosidade e a luta social por mais dignidade e melhorias nas condições de vida motivava todos os participantes da comunidade. Essas características marcadas pelo engajamento social e militante das Comunidades Eclesiais de Base e dos setores progressistas da Igreja Católica naquele período tiveram como diretriz principal a Teologia da Libertação.

O Concílio Vaticano II acentuou o termo Igreja Povo de Deus. Medellín aplicou o Concílio para a realidade da América Latina. Uma parcela da Igreja colocou as resoluções em prática, isto é, colaboraram que o próprio povo fosse protagonista de sua história. Todas as pessoas que se dedicaram a esse trabalho no meio do povo tinham convicção, esperança e fé naquilo que fazia. Não era um trabalho isolado, mas atuava em equipe e comunitariamente, ligado a outros grupos que tinham o mesmo objetivo. Era um trabalho inclusivo, todas tinham chance de participar. Santo era uma pessoa de destaque e vivência profunda nesse novo Ser Igreja.³⁵⁸

Irmã Hansen também cita algumas mulheres que participaram do Clube de Mães, além de valorizar o apoio da comunidade para a greve dos metalúrgicos na comunidade. Essa fala demonstra o engajamento das comunidades nas mobilizações da classe trabalhadora seja nas lutas sociais ou no movimento sindical.

Já encaminhei as mesmas perguntas para Edni e Monika. E indico mais Odete Marques, Maria José Cavalcanti, Célia Maria de Assis. Muitas, e muitas pessoas poderia dar um testemunho belíssimo do Santo. Nós, todas estávamos acompanhando e apoiando as greves, porque a luta operária era a nossa também. Todas as nossas atividades estavam interligadas. Nós ajudávamos nos fundos de greve. No 1. De Maio 1980 foram 5 ônibus da nossa área para apoiar a manifestação. Eu estava presente.³⁵⁹

³⁵⁷ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

³⁵⁸ Idem

³⁵⁹ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

Neide de Fátima Martins Abete também participou do Clube de Mães e teve uma participação importante no que diz respeito aos cuidados com a saúde das mulheres da comunidade da época que era desprovida de condições básicas de atendimento e prevenção de doenças.

Meu nome é Neide de Fátima Martins Abete eu sou auxiliar de enfermagem técnica sou casada tenho 2 filhos e 3 netinhos, meninas tenho um compromisso na comunidade, desde a minha juventude, um compromisso que me fez conhecer muita coisa quando eu me introduzi nos Clubes de mães. Eu comecei participar nos clubes de mães em 1972 quando eu participa com as mulheres da região sul, eu trabalhei no serviço de orientação da família aonde a gente tinha uma ligação, com a comunidade, muito grande porque as mulheres tinham muitos filhos, gostariam de evitar filhos mas dentro da saúde pública ainda não havia uma preocupação de ajudar as mulheres a terem os filhos que elas desejassem sem que elas usassem métodos que as prejudicassem e que prejudicasse a sua saúde. E na região que a gente participava, atendendo as famílias, era uma região com muitas dificuldades. Faltava saneamento básico, então a verminose era uma causa de muitas doenças, da desidratação inclusive da desnutrição. E a gente começou a trabalhar o conhecimento das mulheres, das mãezinhas no que eram bom para que as crianças não adquirissem a verminose.³⁶⁰

A mortalidade infantil no final da década de 1970 era alta em quase todas regiões do país pois faltavam cuidados médicos, de saneamento e de orientações de higiene básicos para a população sobretudo nas periferias. Trabalhos e orientações feitos por mulheres como a Neide foram decisivos para saúde de muitas mulheres e crianças da época. Neide fala em seu trabalho na Igreja, no Serviço de Atendimento a Família, sobre suas convicções ideológicas atreladas a Teologia da Libertação e sobretudo no período de repressão durante a Ditadura Militar.

Eu estive na Vila Remo que foi uma extensão assim do, eu trabalhava tinha o meu salário, era comprometida com o meu salário do SOF, mas eu no SOF que é Serviço de Orientação da Família, mas eu além disso eu tinha um compromisso na comunidade com a evangelização e isso me atraía muito porque os grupos eram ligados a uma comunidade que era uma comunidade que usava, que usava não, que vivia a teologia da libertação. Eu sou uma estudiosa da teologia da libertação com o meu marido, acreditamos nela ainda até hoje. Então me empolgava esse trabalho, não só como profissional mas como alguém que tem o compromisso de ajudar a ter uma sociedade mais justa. E lá a gente começou na Vila remo com alguns cursos que vieram alguns profissionais do SOF, não foi só eu, que vieram trabalhar a

³⁶⁰ Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

educação dos filhos de uma forma mais democrática eu fiquei mais empenhada na saúde. E foi muito interessante quando eu cheguei na Vila Remo com o Padre Luis, Cecília, Conceição e algumas outras pessoas agora que eu não vou falar, senão eu vou ficar aqui muito tempo e nesta ocasião a gente fez uma roda de conversa muito gostosa e ao mesmo tempo critica, que hoje eu valorizo aquilo como alguém que não está fazendo um serviço por um acaso na comunidade está-se fazendo um trabalho com responsabilidade e com consciência. Poucas pessoas me conheciam e era importante que todas as perguntas que ali foram feitas para mim, mostrasse um pouco como era o meu caráter da minha conduta e o meu compromisso.

³⁶¹

A participação em movimentos como Clube de Mães a partir do momento despertava o surgimento de novas lideranças era necessário segundo Neide um cuidado especial, pois aqueles eram tempos de repressão e a Igreja Católica e suas pastorais já não eram livres de qualquer suspeita. Mulheres simples e homens também ajudavam com as formações e reflexões feitas a partir de uma realidade de exclusão e pobreza que funcionou como crescimento pessoal e também em termos de consciência política.

Nessa roda eu acredito que tinha umas 12 a 14 pessoas. Era uma reunião um pouco fechada porque nós estávamos numa época difícil não dava para acreditar em todo o mundo porque o cuidado que o grupo tinha é de levar um trabalho sério e que a gente levasse um trabalho democrático, porque existia ainda aquele, este ranço grande que a ditadura trouxe do ato institucional nº 5 e que esse ranço trazia problemas políticos para os trabalhos organizados na comunidade. Então nós tínhamos que entender isso e eu entendi muito bem aquilo me senti muito bem depois disso porque o padre Luis foi muito interessante com aquelas risadonas dele e o grupo era também muito agradável, então a gente organizou, eu me lembro que umas das primeiras coisas foi organizar um grupo de saneamento básico, em que a gente discutimos 4 encontros a gente discutiu todo o estudo da verminose e que nesse estudo a gente trabalhou com dinâmica de grupo, com grupos de dramatização, chegamos até a dar muita risada, que foi muito gostoso, desse grupo dessa coordenação marcou-se outro encontro, no qual eu voltaria para ver a programação do grupo e passe a ser aceita nesse grupo de uma forma assim fraterna de, uma forma humana fraterna e ao mesmo tempo construtiva porque a gente começou a construir a gente construiu o grupo, os grupos dos outros clubes de mães porque ali havia coordenadores representantes que ainda não tinham aquela formação de umas coordenação todo assim tão assim tão assim científico mas era uma coordenação muito boa, que eram representantes que tinham de outros clubes de mães e que eu comecei a fazer parte assim, eu comecei me dando, acho que é por isso que eu assumir bastante, porque eu não fui lá para ser só uma mulher que ficavam ouvindo ou concordando dizendo amém, mas eu era agente e parti para a ação e eu era ouvida e também era criticada quando precisava ser criticada esse ano 1992 perdão 72, desculpa errei, a gente erra. Na igreja da Vila Remo igreja pobre, todo mundo pobre, mas muito interessante a

³⁶¹ Idem

gente saia de lá muito alimentada porque respondia ao compromisso que a gente tinha porque que nossa sociedade a gente sabia que tem pessoas comprometidas com a transformação da sociedade, com a mudança e tem pessoas que estão ai só arrastando e ali a gente sentia que iria que aquele grupo queria uma transformação.³⁶²

Outra entrevista foi com dona Lurdes que era amiga de Ana Dias esposa do operário Santo Dias, Lurdes quando foi quando foi convidada a participar do Clube de Mães achou que iria para um clube recreativo com piscinas e parques, coisa que o marido não simpatizava muito, não tinha a mínima ideia do que era, mas no decorrer das lutas e mobilizações chegou a participar até escondida do marido nos piquetes, pois temia por sua segurança. Lurdes acabou tornando-se em uma das militantes mais atuantes e convenceu seu marido posteriormente a entrar nos movimentos e pastorais das CEB'S.

Eu falei aí eu vou po clube fui convidada pra participar dum clube. Aí fui. Quando cheguei lá era aquele grupo de uns cara sentada ali fazendo trabalhos. Aí meu marido queria saber disse “Oh filho o clube não é um clube como você pensava não é um clube assim, fica bastante mulher sentada lá fazendo trabalhos. “Nunca vi clube só com mulher não, eu vou lá conhecer esse clube” Ele foi mas ele foi num domingo, tinha missa. “É aqui que é o clube”. “Ah aqui é uma igreja, que é isso aqui?” Até hoje tenho fotografia dele assim na missa lá. Era um barraquinho e padre Luis que dava memo a missa lá, mas foi muito interessante porque o que eu achava interessante no dia de a gente ir, levar a enxada, nossa, isso era uma coisa muito gostosa porque aquelas mulherada trabalhava com muita, muita alegria mesmo quando era pa ir pa rua fazer os piquete na rua a panela vazia e tal nossa pra mim era a maior coisa eu nunca tinha ido assim pra rua pedir, lutar pelas coisa. Era muito mole naquele meio e eu era muito assim agitada eu gostava de ficar na frente tinha de ficar na frente, tinha que ficar na esquina pa parar o carro eu adorava ficar ali, uma bandeira lá e eu dançava , meu Deus do céu, foi muito bom era muito assim agitado.³⁶³

Mesmo quando a conjuntura política e social não era favorável aos movimentos sociais nos anos 1990, a utilização de ícones de alguma forma resgatava elementos de coesão e de lutas anteriores. Irmã Hansen ao ajudar a criar e reunir documentações dos Fundos Santos Dias e o Fundo do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, além de colaborar para a reunião de várias entrevistas posteriormente feitas pelo CEDEM e pela jornalista Jô Azevedo contribuiu amplamente para a constituição de uma memória de luta e resistência mesmo que seja frágil e fragmentar.

³⁶² Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

³⁶³ Idem

Os anos 1990 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, deslocando alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos dos anos 70-80 alteraram-se substancialmente. Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Sem falar nas crises externas decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais: queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc.³⁶⁴

A luta pela cidadania e por políticas públicas locais, a amplitude do significado do termo político a partir das práticas democráticas nas associações de bairro e no sindicato, além de serem uma experiência coletiva vivenciada por várias pessoas, encontram eco no legado e na memória dessas mulheres que tiveram suas vidas modificadas a partir da participação no Clube de Mães.

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas.³⁶⁵

Benjamin ressalta a importância de o historiador não perder de vista a luta de classes para a reflexão da história. Ao refletir sobre a memória do Clube de Mães, é necessário ter a percepção de que se trata também de uma luta silenciosa e sutil, mas que não deixa de ser um enfrentamento de classe pela memória dos trabalhadores. A história dessas mulheres é fragmentar e frágil, mas não deve ser esquecida. A luta política e social, mesmo que na maioria das vezes resulte em derrota, motiva os movimentos sociais e de trabalhadores mobilizados em torno de melhores dias e relembrando as memórias daqueles que lutaram antes.

Nesse sentido, longe da idealização, o papel do historiador é analisar as manifestações mnemônicas que, a exemplo das entrevistas concedidas pelas mulheres do Clube de Mães que

³⁶⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 5ª .ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006

³⁶⁵ BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

refletem um orgulho de terem participado do movimento mas, também esperança em relação as conquistas e lutas realizadas, de alguma forma expressam anseios e utopias quase perdidos.

O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Pensar não inclui apenas o movimento das idéias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialismo histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronto enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu *interior* o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas (BENJAMIN, 1994, p. 231).

Nesse sentido, existiu uma rara oportunidade de problematizar ainda que de maneira inicial sobre parte das entrevistas e narrativas de mulheres que se apresentam como fragmentos de uma frágil, mas importante memória e identidade de movimentos sociais e pastorais que ainda hoje atuam nas periferias de São Paulo e do Brasil. E esse, segundo Benjamin (1994), deve ser o papel da história, nesse contexto segundo Joutard (2000) a contribuição da História Oral para formação das identidades em um mundo marcado pela supressão das diferenças assume um papel de resistência e também de compromisso com a pluralidade e valorização de sujeitos políticos e sociais antes esquecidos pela história. Pretendo continuar esse trabalho ampliando e refazendo na medida do possível novas entrevistas, além de explorar mais as entrevistas já existentes. Outros relatos também serão acrescentados ao trabalho dando vozes e nomes para essas mães e mulheres que muito contribuíram para a democracia no Brasil.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação nas universidades: tendências e perspectivas. In: *SILVA, da Lopes Zélia (org.) Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 98-108*.

CORREA, Anna Maria Martinez. Os Centros de Documentação e Memória da Unesp. O Centro de Documentação e Memória (Cedem). In: *SILVA, da Lopes Zélia (org.) Arquivos, Patrimônio e Memória, trajetórias e perspectivas*. Editora UNESP, São Paulo, 1999,

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 5ª .ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006.

JOUTARD, Philippe. Desafios da história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena. (Orgs) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidade de Dialogo: Classe e Gênero. *Revista História Social*. n. 4/5. .Campinas, São Paulo, 1997/1998.

MATTOS, MARIA IZILDA S. de. Estudo de gênero: percursos e possibilidades na Historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, 11: pp.67-75, 1998. *Estudos Feministas*, Florianópolis:11(2): 360, julho-dezembro/2003.

NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº 10, dezembro de 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero*. *Cadernos Pagu*, 11: p.89-98, 1998.

RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero e História. Masculino, Feminino e Plural*. 1ed. Florianópolis: editora das Mulheres, 1998.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena - experiência e luta dos trabalhadores da grande S.Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth . *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SANT' ANNA, Silvio Luiz. *Santo dos nossos dias; fé, política e compromisso social no cotidiano de luta de um operário na Paulicéia dos anos 70*. São Paulo, Líber Edições, 1970.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In *BURKE, Peter (org). A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: n.2, jul./dez. 1989. 109

SOIHET Rachel, PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54, 2007.

TILLY, Louise A. "Gênero, história das Mulheres e História Social". *Cadernos Pagu*, 3:1994.

Fontes Primárias

Fundo Clube de Mães da Zona Sul. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Entrevista cedida ao Cedem. *Fundo Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem).

PALÁCIO TIRADENTES: DIÁLOGOS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ

ISSN: 2595-1645

Priscila Lopes d'Avila Borges *

Orientador: Luiz Antonio Saléh Amado

Resumo: A história republicana escrita por meio de uma série de representações visíveis na arquitetura da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é o plano de fundo deste trabalho, que tem por objetivo apresentar a exposição permanente “Palácio Tiradentes: lugar de memória do parlamento brasileiro” como um espaço privilegiado para educação não formal e ensino de história, uma vez que fomenta atividades voltadas para o público escolar de todo Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de resgatar não só conteúdos da política brasileira, que fazem parte dos currículos de história, mas também conceitos como democracia e cidadania, em uma espécie de alfabetização política essencial para formação discente. Além disso, o artigo se propõe a indicar a relevância do trabalho de mediador realizado pelos estudantes de história e ciências sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na exposição, como um mecanismo de desenvolvimento de competências na área docente.

Palavras-Chave: Ensino de História. Palácio Tiradentes. Formação de Professores.

Este trabalho se propõe a analisar a exposição permanente do Palácio Tiradentes, bem como as ações implementadas pelo Departamento Cultural da casa com o intuito de fomentar o acesso a cultura no Estado do Rio de Janeiro, e seus impactos sobre o público escolar e os estagiários. A exposição criada em 1998 foi organizada a partir de uma parceria entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o CPDOC (Fundação Getúlio Vargas - FGV), e conta desde 2001 com um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do qual seleciona anualmente vinte estagiários, provenientes dos cursos de história e ciências sociais, para atuação como mediadores na exposição.

* Programa de pós graduação em Políticas Públicas e Formação Humana / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O papel de cidade-capital, e a sua capitalidade fizeram do Rio de Janeiro ao longo dos anos um palco privilegiado de debates políticos e intelectuais de questões de ordem nacional, e propiciaram que a cidade fosse símbolo de diversos momentos marcantes para a história do Brasil. No período republicano, a cidade foi mais uma vez ponto de convergência de interesses político-econômicos, já que como capital do Brasil, refletia simbolicamente a velha cidade incompatível com as aspirações republicanas, protagonizando uma transformação drástica da sua urbe, que culminou na passagem da imagem de cidade febril, em vigor no século XIX, para cidade maravilhosa, pós reformas urbanas, no início do século XX.

Na praça XV, a fachada do edifício conhecido como Cadeia Velha, que ocupava a região era a perfeita metáfora para o desgaste da Colônia e do Império, uma memória que não merecia destaque e nem tão pouco preservação, sendo incapaz de acomodar física e ideologicamente a Assembléia Legislativa Federal, defensora da modernização da cidade.

Em meio às comemorações pelo centenário da Independência do Brasil, o antigo projeto de construção de uma nova sede para a Câmara ressurgiu, e o prefeito Carlos Sampaio concordou com a sua execução. No local onde antes reinava uma típica construção colonial, ergue-se o Palácio Tiradentes, cujo próprio nome faz referência a figura do “herói nacional” concebido pelo regime republicano, como um mártir identificado com *Cristo*, conforme podemos verificar na obra de José Murilo de Carvalho:

O patriota virou místico. (...) Assumiu explicitamente a figura de mártir, identificou-se abertamente com Cristo. O cerimonial de enforcamento, o cadafalso, a força erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O fato de não ter a conjuração passado a ação concreta poupou-lhe ter derramado sangue. (...) Tiradentes era “o mártir ideal e imaculado na brancura de sua túnica de condenado. (CARVALHO, 2013:68).

O Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926, surge inserido em um momento de efervescência cultural, marcado por uma arquitetura eclética, projetada por Archimedes Memória e Francisco Couchet, contudo é importante assinalar que mais do que um projeto arquitetônico, a construção compõe o projeto político republicano do que deve ser lembrado na formação da memória nacional. Tal informação pode ser averiguada por meio da leitura do *Livro do Centenário* disponível na biblioteca do Palácio Tiradentes, no qual podemos analisar

teses escritas por deputados da época, distribuídas em três volumes sobre uma série de assuntos, entre eles a inauguração da nova Assembléia Legislativa.

Neste sentido, ressaltam-se alguns aspectos simbólicos do edifício, tais como: a cúpula, formada por um imenso vitral que representa o céu do dia da Proclamação da República; as estátuas do Salão Nobre, onde identificamos duas urnas com três metros de altura, simbolizando o voto e a participação do povo, localizadas nas extremidades do salão, decoradas com as insígnias da República, e circundadas por representações alegóricas do trabalho, lei, justiça e autoridade, valores tidos como essenciais na atividade legislativa do início do século XX; o teto do Salão Nobre, onde observamos uma pintura pontilhista de autoria de Timóteo da Costa, com uma figura feminina no centro, representando a própria República³⁶⁶, cercada de outras mulheres que evocariam as datas cívicas nacionais; o mosaico no chão do segundo e terceiro andar, com desenhos que mostram folhas de café, a maior riqueza do Brasil na época; a cúpula do plenário, onde foram pintados oito painéis, obras dos irmãos Chambelland, representando a formação política nacional – a catequização, a colonização, o Império e a República, e a integração territorial – o “descobrimento” do Brasil, a expulsão dos holandeses, o bandeirantismo e a assinatura do Tratado de Petrópolis; no exterior do Palácio, riquíssimo em detalhes, podemos destacar a escultura de Tiradentes, feita por Francisco Andrade, entre outras inúmeras representações. A respeito do plenário da casa, é interessante a abordagem de Marcio Romão ao apontar que:

A história contada na cúpula do Palácio Tiradentes, é, portanto, uma história teleológica, em que tudo parece se encaminhar para a apoteose republicana. É interessante percebermos que até a forma circular em que estão dispostas as pinturas conferem um aspecto de coesão, unidade e completude aos eventos que são narrados. A intenção, ali, é mostrar a nação brasileira sendo construída política e territorialmente até atingir sua configuração ideal com o advento da República. (ROMÃO, 2009:06)

O Palácio foi palco de alguns dos fatos mais relevantes da política nacional contemporânea, seu interior foi sede da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, durante o Estado Novo abrigou o conhecido Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e após a

³⁶⁶ Segundo Joseph Jurt, a efigie da República Federativa do Brasil é representada, iconograficamente, por uma mulher, de acordo com a figura alegórica francesa Marianne, símbolo recorrente a partir do século XIX.

renúncia de Getúlio Vargas, testemunhou a Constituinte de 1946 e a consolidação da redemocratização brasileira no pós Segunda Guerra Mundial. Com a transferência da capital para Brasília, o prédio tornou-se sede da Assembléia Legislativa da Guanabara, e durante a ditadura suas escadarias foram testemunhas da Passeata dos Cem Mil, sendo desde 1975, a casa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Como abrigo da memória nacional republicana, o Palácio Tiradentes organizou a exposição permanente “Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro”, onde o público pode acompanhar passo a passo alguns acontecimentos importantes que marcaram a política nacional. A exposição montada por meio de painéis, que conjugam textos e imagens, divididos em blocos da história do Brasil, com ênfase nas constituições brasileiras e na história do local, é beneficiada por um diferencial, uma vez que é um lugar de memória vivo, onde novas histórias são escritas diariamente pelo funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um espaço que foi testemunha da política no passado, e onde se faz política no presente.

O Palácio Tiradentes recebe até dois grupos escolares de 44 alunos por dia, além de estar aberto à visita para outros públicos. A equipe de estagiários conta com estudantes que falam fluentemente inglês, espanhol e francês, atendendo aos visitantes estrangeiros, entretanto o grande diferencial da casa é a oferta de ônibus e lanches para alunos da rede pública estadual, desde 2001, garantindo o acesso do público escolar a visita, contudo, apesar do ingresso dos estudantes na exposição de forma mais maciça, conforme o exposto por Carina Costa:

(...) não basta apenas garantir a democratização do acesso aos museus brasileiros para assegurar o processo de aprendizagem. É preciso formar leitores críticos aptos à função, à compreensão de mensagens, à desconstrução de discursos, à contextualização das fontes, dentre outras habilidades. (COSTA, 2009:10).

Ainda sobre o processo de democratização pelo qual os museus estão passando, o museólogo Mario Chagas defende que não se trata apenas de facilitar o acesso aos museus, e sim de democratizar o próprio museu, entendido aqui como tecnologia para uma relação nova e criativa com o passado, o presente e o futuro. Uma das ações possíveis para viabilizar essa democratização é a mediação, não em um sentido tradicional de simples transmissão de saberes, onde o aluno é mero receptor de conteúdos expostos, mas na direção da transposição de saberes, onde as atividades museais têm por objetivo o diálogo, isto é, estabelecendo um via de mão dupla entre o mediador e o público. Na busca por uma mediação provocativa,

tornam-se relevantes alguns aspectos da obra de Martha Marandino, nos quais são indicados que:

(...) o mediador deve, ao planejar suas ações e ao realizar a mediação com o público, considerar que este não deve ser exposto a longos períodos de exposição oral, não deve ser submetido a leitura de textos imensos, mas deve, sim, saber se localizar, se sentir a vontade para interagir, podendo dialogar com seus pares e com o mediador. (MARANDINO, 2008:20).

A visitação oferece uma visão ampla sobre a história da política brasileira, entretanto o que ressignifica o espaço é a atuação dos mediadores, tendo em vista que o olhar do espectador não é capaz de captar as curiosidades e reentrâncias ocultas nas paredes do Palácio. O mediador age sobre as tensões entre memória e esquecimento, passado e presente, poder e resistência, problematizando o que está cristalizado na exposição.

Para os estagiários, que atuam como mediadores, a experiência é uma oportunidade de exercício da prática educadora e do contato com públicos tão diversificados, que ampliam a formação destes estudantes permitindo que os mesmos desenvolvam práticas no futuro capazes de articular saberes entre o espaço escolar e os espaços não formais³⁶⁷ de educação na atuação docente. Segundo Oswaldo Munteal Filho:

O estagiário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro está preparado para explicar ao público a história política do Brasil, refletindo com o visitante sobre conceitos e noções políticas, como a importância das leis, constituição, cidadania e participação política. Simultaneamente, ele se abastece da prática que a atividade da oficina de história e cidadania possibilita como recurso à sala de aula. E torna-se um estudante mais ativo e disposto a articular a teoria à prática. (FILHO, 2007)

A experiência como mediador desloca o estudante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de um lugar de estranhamento para um lugar de apreço quando colocado diante da relação entre os saberes escolares e os saberes museais, enquanto sujeito o educador em

³⁶⁷ O conceito de educação não formal faz referência a qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes que possui objetivos de aprendizagem. Consultar: *Educação em Museus: a mediação em foco*. Organização Martha Marandino. São Paulo, SP:GEENF/FEUSP, 2008. pág. 13.

formação estabelece uma relação produtiva com os museus. A aprendizagem é, portanto, multidirecional e compartilhada.

A visita guiada proposta pela equipe pedagógica do Palácio Tiradentes baseia-se no modelo *minds on*³⁶⁸, o qual pressupõe um engajamento intelectual e diálogo com os visitantes ao longo do percurso, com o objetivo de gerar dúvidas e quebrar paradigmas, isto é, ao longo da exposição há uma discussão dirigida, pela qual o mediador utiliza os questionamentos para fomentar um debate.

Após uma breve ambientação dos alunos, os grupos são direcionados para o lanche, onde os mediadores têm a chance de interagir com os visitantes de maneira informal, e conversar com os professores que acompanham a visita para recolher informações sobre as matérias já abordadas na escola, os objetivos dos docentes quanto a visita e a trajetória dos alunos. Em um segundo momento, formam-se grupos de até 20 alunos que são direcionados a um mediador, o qual acompanha a turma até o primeiro de três corredores que compõe a primeira etapa da exposição.

A primeira proposta feita pelos mediadores consiste na observação de uma foto emoldurada da antiga Cadeia Velha, seguida da participação dos alunos que opinam sobre que lugar está representado na fotografia, a etapa faz parte do bloco inicial da exposição, que propõe a localização do visitante no tempo/espaço, integrando-se a análise de uma série de imagens da Praça XV, onde o Palácio foi construído, em comparação com a realidade vista no caminho até a exposição e pela janela do edifício.

A seguir o percurso se destina a problematização da história política brasileira, com enfoque em nomes emblemáticos, como: Pedro I, Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e na relação dessas personalidades com a construção dos nossos modos de governo, isto é, fazendo recortes destinados ao Império, a República e as ditaduras, com ênfase nas Constituições Federais, e na obtenção de direitos políticos e sociais. Conforme o exposto anteriormente, a apresentação se dá através do diálogo constante com os alunos, a análise de charges, fotos e maquetes, aliada ao conhecimento dos mediadores a respeito de elementos que não compõe a exposição, como curiosidades sobre a cultura e sociedade brasileira dão tom à visita guiada.

³⁶⁸ O termo é exposto por J. Wagensberg em uma categorização dos tipos de interatividade que podem ocorrer em uma visita.

A terceira etapa do trajeto se debruça sobre a arquitetura e símbolos do Salão Nobre da casa, onde uma série de questões já colocadas nas falas do mediador ressurgem por meio de esculturas, pinturas e mobiliário, os ares da Primeira República são sensíveis ao olhar do visitante e a curiosidade dos alunos é aguçada pelas falas do mediador.

O ápice da exposição ocorre no plenário do Palácio Tiradentes, a visão do espaço em si é um deleite para o observador, mas o protagonismo deste espaço está muito aquém do que ele proporciona esteticamente. Durante a visita são inseridos momentos de relaxamento, onde os alunos podem circular livremente, apropriando-se dos conteúdos expressos sem a interferência do professor ou do mediador, esses intervalos são importantes para que os alunos troquem impressões entre si, e tornem-se sujeitos de sua própria aprendizagem, no plenário ocorre o maior período dedicado a investigação não mediada. Em seguida os alunos sentam-se na galeria central, de onde podem contemplar todo o espaço, muitas vezes durante sessões parlamentares, e o mediador inicia uma conversa sobre a atual política brasileira e o papel desses alunos enquanto sujeitos políticos, são discutidos os conceitos de cidadania, democracia e a importância do poder Legislativo, realizando in loco um debate a respeito da política. Sendo assim, a mediação implementada na exposição permanente do Palácio Tiradentes viabiliza inúmeras vezes o primeiro contato dos estudantes com seus direitos políticos, e por meio do diálogo presta-se a formação de cidadãos.

Este panorama, contudo, pode ser fomentado ou desencorajado pela escola. A construção de uma parceria entre museus e escolas é um caminho indicado para o melhor aproveitamento da visita na formação do aluno. Os professores possuem um papel fundamental na estruturação da visita, e tem como responsabilidade motivar o aluno previamente. No livro *Escola e Museu – Diálogos e Práticas* encontramos bons indicativos da relevância desta prática.

Os professores são pessoas que preferencialmente deveriam fazer uso cultural dos museus. (...) Ao saírem de uma postura passiva, os professores podem ajudar museu a potencializar sua função educativa. E o contrario também é valido, mas o principio dessa relação é a construção partilhada de projetos. (PEREIRA, 2007:27).

Apesar de não constituir o objeto central deste trabalho, a relação entre os saberes escolares e museais é fundamental na construção de uma rede de conhecimentos que trabalhe a favor do desenvolvimento dos alunos. Ao receber uma escola, o museu não pode ignorar sua peculiaridade, nem tão pouco a escola deve utilizar o espaço cultural sem a preparação

adequada. Ambos podem atuar em separado, pois possuem objetivos próprios, todavia quando os propósitos se dirigem aos alunos, enquanto público que frequenta o museu graças a uma iniciativa da escola, a cooperação é o caminho mais enriquecedor para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Arnolfo Rodrigues de. GOULART, J. M. *Livro do Centenário — volume especial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHAGAS, Mário. *Museus, educação e movimentos sociais: só a antropofagia nos une*. IN: Revista Museu, maio de 2013.

COSTA, Carina Martins. *Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio*. In: Revista Mosaico. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 2009.

FILHO, Oswaldo Munteal. *História in Loco*. In: Revista Virtual de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 2007.

JURT, Joseph. *O Brasil: um Estado-nação a ser contruído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República*. In: Revista MANA, vol.18 n.3. Rio de Janeiro dez. 2012.

MARANDINO, Martha. *Educação em Museus: a mediação em foco*. São Paulo, SP:GEENF/FEUSP, 2008.

PEREIRA, Júnia Sales. *Escola e Museus: diálogos e práticas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Cefor, 2007

ROMÃO, Márcio. *Palácio Tiradentes: que história escrever, que passado lembrar?* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

WAGENSBERG, J.L. *A favor del conocimiento científico - Los nuevos museos*. In: Revista Valenciana D' Estudis Autonòmics, n.23, Segundo Trimestre, 1998, p.295-309.

“PALMARES NA ESCOLA DE JOVENS E ADULTOS”: ONTEM E HOJE, DIMENSÃO QUILOMBOLA.

ISSN: 2595-1645

Kawanni dos Santos Gonçalves (História - UEL)

Resumo: Resultado parcial da experiência de estágio em licenciatura — no curso de História da Universidade Estadual de Londrina, o presente artigo visa discutir um tema que será proposto para a sala de aula na Educação de Jovens e Adultos: “Quilombos e quilombolas: ontem e hoje”. O assunto compreende a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, instituída pela Lei 10.639/03 como resultado das reivindicações sociais que marcaram, sobretudo, os anos finais do século XX. Nesse contexto, a partir das observações e do questionário prévio aplicado no Colégio Estadual José de Anchieta, objetivamos refletir as dificuldades nesse campo específico no qual se configura a Educação de Jovens e Adultos e o tema a ser desenvolvido, que insere “Zumbi” no “Dia da Consciência Negra” e Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Paraná — realidade ainda desconhecida por muitos. Assim, na expectativa de estabelecermos nas aulas uma relação passado-presente entre os quilombos no “Brasil Império” e suas comunidades existentes no país até hoje, pretendemos questionar a situação do negro na atualidade, promovendo a “consciência quilombola”.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Quilombos; Resistência.

Essa capacidade de se colocar no lugar do outro é a base de tudo: a base da civilização, da sociedade, a base da ética, da bondade. Essa é uma questão que não é bem tratada nas nossas escolas. As nossas escolas trabalham muito com aquilo que chamo de “caixa de ferramentas” — as competências úteis —, mas não trabalham a sensibilidade em relação às outras pessoas. (RUBEM ALVES, 2011).

Em 20 de novembro comemora-se o dia da “consciência negra”. O que significa consciência negra e por que 20 de novembro? A partir dessas questões desenvolveremos planos de aula para o estágio obrigatório com os alunos da Educação de Jovens e Adultos — EJA — do Colégio Estadual José de Anchieta. O presente artigo resulta da experiência de observações e da aplicação de questionário prévio a esses discentes a respeito da temática “Quilombos e quilombolas: ontem e hoje”. O assunto compreende a obrigatoriedade do

ensino de história e cultura afro-brasileira, instituída pela Lei 10.639/03 — resultado das reivindicações sociais que marcaram, sobretudo, os anos finais do século XX. Objetivamos, assim, refletir as dificuldades nesse campo específico no qual se configura a Educação de Jovens e Adultos e o tema a ser desenvolvido, que insere “Zumbi” no “Dia da Consciência Negra” e Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Paraná — realidade ainda desconhecida por muitos.

Antes de discorrermos a respeito do tema do estágio, são necessárias algumas pontuações sobre o espaço da EJA. A turma na qual construiremos as aulas é noturna e constituída por 37 estudantes. Destes, estiveram presentes nos dias de observação uma média de oito alunos por aula; os demais, ausentes. No dia em que aplicamos o referido questionário prévio, sete estavam presentes — entre 17 e 26 anos de idade — e um aluno, embora auxiliado e apesar do nome no papel, não respondeu nenhuma das cinco questões dissertativas que elaboramos. A evasão escolar é uma das características marcantes dessa categoria de discentes. A maioria deles, em nossa sala, é de etnia negra e pertence à classe trabalhadora, diferentemente dos alunos em ensino regular, no qual raro são aqueles que estudam e exercem uma profissão. Enquanto docentes, de que forma podemos, assim, “seduzi-los” não somente à escola, mas à participação no processo de aprendizado?

As autoras Érica Paula Frade Bittencourt e Carmen Lúcia Eiterer (2014) discutem a Educação de Jovens e Adultos a partir da ótica de professores em início de carreira e defendem a importância de se considerar o contexto social do aluno no arranjo dessa dimensão escolar, pois “sistemas rígidos de educação acabam excluindo reincidentemente o aluno jovem e adulto do sistema escolar”. (ARROYO, 2005, *apud* BITTENCOURT; EITERER, 2014, p. 93). Nos últimos meses, os professores de nosso colégio se mobilizaram, inclusive organizando medidas no centro de Londrina, para atrair a população para a importância da escolarização de jovens e adultos, uma vez que a carência de alunos prejudica a viabilidade na manutenção da EJA. Nesse sentido, de fato, flexibilizar as aulas, adequando-as às necessidades desse grupo é fundamental:

a EJA, como “direito para toda a vida”, deveria possibilitar a seus educandos, independentemente do nível de ensino, uma oportunidade de aprendizagem flexível que atendesse à demanda desse educando trabalhador, marcada por uma trajetória de exclusões. É possível garantir isso valorizando-se os saberes experienciais e não apenas o conteúdo do ensino regular, com o processo educativo desempenhando, assim, uma função reparadora. (BITTENCOURT; EITERER, 2014, pp.92-93)

Hipóteses plausíveis à evasão escolar, uma delas mencionada acima, referem-se aos conteúdos, à metodologia, à carência de especificidade para a EJA. O livro didático utilizado em sala de aula, por exemplo — “História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior —, embora seja de excelente qualidade, apesar das críticas, e relacione os conteúdos de História a temas e leituras atuais, é voltado para um público do 6º ano, perfil bastante diverso dos estudantes aos quais nos reportamos neste trabalho. Nesse sentido, o desinteresse e o “enfadonho” aparecem nas expressões dos alunos, conectados com outras realidades, mais dispostos às músicas em seus fones de ouvido, que utilizam sem moderação em sala de aula:

Eiterer e Reis (2009) identificam marcos regulatórios do processo de escolarização de adultos, que, muitas vezes, reduzem a EJA a uma visão compensatória. Constatam que essa modalidade se caracteriza, muitas vezes, pela reprodução e transferência, de forma empobrecida, de métodos e currículos voltados para a educação de crianças. (BITTENCOURT; EITERER, 2014, p. 93).

Portanto, avaliar os conhecimentos prévios destes alunos, suas vivências e expectativas no cotidiano é fundamental para atraí-los e, assim, construir novos saberes.

A metodologia de ensino para o EJA, no entanto, pauta-se, em nosso espaço, sobretudo na leitura do livro didático e em atividades relacionadas a ele. O professor mencionou a dificuldade encontrada em seus primeiros meses. Como lidar com alunos adultos, com personalidades e idades distintas, com histórico de marginalização? Apontou que, apesar de ser costumeiramente rígido em sala de aula, precisou ser maleável com seus novos alunos, no trato e nas avaliações, pois estavam “sempre na defensiva”. Sua estratégia no decorrer das aulas é discutir os temas com cada aluno durante as atividades e, assim, desenvolver, aos poucos, a consciência histórica de cada um. Seu caminho junto a eles foi construído na prática, e na prática, apenas.

A discrepância entre a teoria e a prática durante a graduação do professor contribui para o “choque de realidade” decorrente do fato de que a formação é prevalentemente fragmentada, distanciando conteúdo específico – teórico – e conhecimento pedagógico, referente aos assuntos do fazer docente.” (BITTENCOURT; EITERER, 2014, p. 90). Além disso, a ausência de formação específica para lecionar com a Educação de Jovens e Adultos é bastante criticada pelas autoras Bittencourt e Eiterer. Entre seus docentes entrevistados, alguns sequer sabiam da existência da EJA até serem remanejados. Já outro docente — identificado como Hermes — que ouvira sobre a categoria na graduação, apontou apenas que seu professor “Comentava que EJA era alunos mais velhos, alunos que tinha família... Tinha que ser mais cauteloso com EJA. Você não podia cobrar muito deles, porque, automaticamente, eles não iam segurar aquilo muito. [...]” (BITTENCOURT; EITERER,

2014, p. 93). Tal é a perspectiva recorrente ainda em muitos espaços escolares, não apenas na EJA, quando a sala de aula é rotulada por seus “níveis” de evasão, desinteresse ou indisciplina. Contudo, segundo a COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (1994), “partindo-se dos saberes próprios e do cotidiano desses educandos, tornar-se-ia efetivo o aprendizado escolar, fazendo superar os ‘conflitos’ e os ‘fracassos escolares’ que acabam resultando num alto índice de evasão (GADDOTI e ROMÃO, 2000, *apud* BITTENCOURT; EITERER, 2014, p. 93).

QUILOMBOLAS, ONTEM E HOJE.

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (PEREIRA, 2011, p. 26).

O trecho acima refere-se ao artigo 26-A, § 1º, da Lei 10.639/03, na qual nos incluímos na temática que será abordada no estágio. É importante mencionar porque um dos alunos, um pouco incomodado, questionou o motivo dos assuntos das duplas estagiárias referirem-se sempre aos negros. Certa vez, uma professora do Estado, em monitoria no Museu Histórico de Londrina, mencionou que “não aguentava mais falar sobre os negros e os índios em sala”; fato que, certamente, reitera a importância em discutir esses assuntos bastante mascarados pela ideologia da “democracia racial”. Além disso, o “quilombo” passou a ser bastante discutido no contexto dos movimentos sociais dos negros, como nos anos 1930-40 com a Frente Negra Brasileira, e se estende até hoje nos processos de reivindicação de terras, que ganharam destaque após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que prevê o reconhecimento das terras quilombolas em suas “disposições transitórias”.

Como citado, antes de nos debruçarmos sobre as aulas preparamos um questionário, a fim de (re)conhecermos os saberes dos alunos a respeito do “assunto quilombola”. As duas primeiras questões solicitavam quatro palavras-chave para os termos “quilombo” e “resistência”, respectivamente. Dos seis discentes que responderam a primeira dissertativa, dois alegaram desconhecimento e os demais associaram o termo às palavras escravo, negro, tronco, senzala e à própria “resistência”. Quanto ao significado desta na segunda pergunta, as respostas remeteram às palavras negar, força, aguentar, lutar, liberdade, fôlego, energia, coração e opinião. Portanto, a palavra resistência e o contexto escravocrata apareceram na definição de quilombo dos estudantes. Ora, “resistir”, segundo o dicionário Aurélio significa “não ceder; defender-se; suportar; durar, subsistir, conservar-se”, significados que adequam-

se perfeitamente a caracterização dos quilombos, que em certa medida conservaram-se em suas comunidades remanescentes.

Quando entregamos os papéis aos alunos, de antemão nos perguntaram o que era quilombo; a maioria não recordava. Nós, estagiárias, e o professor auxiliamos reportando aos Palmares, a Zumbi, um dos mais famosos na história brasileira, e assim construíram suas respostas. De fato, por muitos anos desenvolvemos a ideia cristalizada de quilombo como àquele de Palmares, local de reunião de escravos foragidos, de unidade guerreira, supostamente autossuficiente e isolado. Por isso, aliás, apenas dois alunos sabiam da existência de comunidades remanescentes de quilombos ainda hoje no Brasil — terceira pergunta do questionário. Nesse sentido, visamos ao longo do estágio ampliar esse conceito rígido de quilombo, para que possamos compreendê-lo na atualidade.

Na primeira aula, assim, estudaremos o Quilombo dos Palmares, cuja morte de seu líder Zumbi em 20 de novembro de 1695 tornou-se referência para o “Dia da Consciência Negra”. Palmares foi a maior comunidade de fugitivos no Brasil colonial —diversas etnias permaneceram ali — e, assim, estabeleceram-se hierarquias no interior do quilombo, bem como disputas de poder — podemos mesmo questionar o “herói Zumbi” tão referenciado. Também Palmares não era isolado, ao contrário:

Protegidos, porém nunca isolados: a economia de Palmares, de base agrícola, não se destinava exclusivamente à subsistência de uma população crescente. Com os excedentes, realizavam trocas mercantis com moradores e lavradores das vilas próximas. Farinha, vinho de palma e manteiga eram trocados por armas de fogo, pólvora, ferramentas e tudo mais de que precisavam nos mocambos. [...] Estava formada ali uma ampla rede social clandestina, na qual não se trocavam apenas bens econômicos. Existiam articulações em torno dos mocambos, das senzalas, das vilas e dos engenhos — como denúncias de que alguns moradores protegiam os negros do Palmar e de que as expedições punitivas fracassavam por conta de informações conseguidas antecipadamente. (GOMES, 2011, pp. 14-15).

Questões pontuadas como essas são importantes para aprimorarmos a noção de quilombo como algo dinâmico e assim auxiliarmos nas lutas recentes dessas populações. As etnias pertencentes aos quilombolas hoje são diversas e, tal qual no passado, de configurações múltiplas, não homogêneas como invariavelmente se supõe. Outro problema, e que dificulta o reconhecimento dessas comunidades, é que muitos estudos relacionam a identidade quilombola essencialmente à terra. Sem dúvida, a terra é elementar para o modo coletivo de vida do grupo e é peça crucial do imaginário quilombola, o que reforça os sentimentos de pertencimento ao mesmo. Todavia, as expropriações constantes sofridas pelos quilombolas desde a abolição seriam suficientes para descaracterizá-los, portanto, se a conexão com a terra

fosse o subsídio para a identidade. Muitos grupos quilombolas hoje se localizam em zonas urbanas e outros não fazem da economia agrária seu principal meio de subsistência; “Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo” (LEITE, 2000, p. 344). Terras herdadas, entretanto, caracterizam muitos desses grupos, de fato, que reivindicam seu espaço nessa sociedade brasileira:

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. (LEITE, 2000, p.334).

A fim de nos reportarmos às lutas quilombolas no presente, pretendemos estudar com os alunos um caso específico do Paraná, desconstruindo impressões recorrentes da historiografia oficial “pioneira” de que neste Estado “não houve escravidão” — tal qual “não havia aborígenes”. A Comunidade Remanescente Quilombola Invernada Paiol De Telha, apesar da legislação de 1988, luta por reconhecimento desde 2005, o que só ocorreu em 2014 e, mesmo assim, a ocupação efetiva de parte de suas terras se deu apenas em 2015. As razões para as dificuldades desses grupos são diversas, desde a dificuldade no reconhecimento dos quilombolas por uma carência de definição mais precisa do grupo às pressões das elites agrárias interessadas nos territórios. A resistência, de fato, marcou os quilombos no início e ainda o faz hoje, uma vez eclipsados pela “igualdade”, pela “democracia racial” proclamada pelo Estado, que os torna invisíveis à maioria da população:

Renato Ortiz, ao analisar a ideologia nacional brasileira, conclui que a definição de uma identidade nacional “mestiça” surtiu um efeito homogeneizador, dificultando o discernimento entre as fronteiras e os efeitos “da cor”, a organização política dos “de cor”, chamados negros, tendo como principal consequência a permanência destes nos índices de marginalidade social (Ortiz 1988: 36-44). De fato, a teoria da mestiçagem movimentou-se em várias direções: invisibilizando o grupo social advindo da vertente africana, para esculpir um país embranquecido pela violência simbólica, criando vários subgrupos hierárquicos segundo as gradações da “cor”, embaralhando alguns critérios de diferenciação social, permitindo a mobilidade de apenas alguns. (LEITE, 2000, p.343).

A Comunidade Paiol de Telha localiza-se em Guarapuava e é composta por mais de 300 famílias. Originalmente, a terra habitada por essa comunidade fora deixada à alguns escravos e libertos em testamento pela fazendeira Balbina Francisca de Siqueira, em 1860.

Expropriados pelo sobrinho dessa, a população negra lutou até 1960, quando os remanescentes foram definitivamente expulsos por grileiros, jagunços e pistoleiros com aval de autoridades da época. Os relatos de violência nesses processos são frequentes, e muitas vezes imbuídos de legitimidade. Ainda há territórios a serem conquistados pela Comunidade Remanescente Quilombola Invernada Paiol De Telha; boa parte ocupados por uma cooperativa agrícola. Os quilombolas permanecem, portanto, resistindo:

O ato de quilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada. (LEITE, 2000, p. 349).

Elucidar as dificuldades das comunidades negras dentro dos quilombos é inserir uma micro história na história nacional dos movimentos sociais dos negros no Brasil, e poderíamos estendê-la até a “mama África”. Visamos, portanto, desconstruir a ilusão democrática que a República forjou de que “a escravidão já acabou e todos somos iguais”, conforme um dos nossos discentes da EJA respondeu na interpretação de um poema de José Carlos Limeira que denunciava justamente o contrário, reportando-se ao 13 de maio de 1888. O fato de que esses alunos são maioria negra e não frequentaram a escola regularmente já é reflexo dessa “tola mentira”:

Quero agora, no momento lúcido gritar o necessário fato, de que os treze ou treze não nos diz nada além do que vocês, caros convivas, querem mostrar, encobrir, ostentar. Criaram fotos coloridas, comemorações festivas, toques de tambores e atabaques, para mostrar que somos livres, felizes, e aceitos. Tolas mentiras! (LIMEIRA; SEMOG, 1978, *apud* SILVA, grifo nosso).

A resistência quilombola está presente na cultura popular e, portanto, em suas diversas manifestações como nas músicas ou poemas como o esboçado acima. São essas as fontes que esperamos trabalhar com os alunos em sala para que todos possamos desenvolver nossa consciência negra, que não está restrita a um dia ou a uma semana, ou mesmo vinculada a uma legislação. O desenvolvimento da consciência histórica fornece elementos de orientação e interpretação para que, subjetivamente, os alunos construam suas identidades e sentidos para agir na vida prática. E, afinal, a educação deve ser emancipatória, promover a autonomia dos indivíduos através da manutenção de uma postura sempre reflexiva, pois,

“evita que os próprios docentes cultivem atitudes e preconceitos que desvalorizam a experiência de certos grupos sociais, étnicos ou religiosos. Ao contrário, possibilita cultivar atitudes de tolerância e respeito à diversidade e de crítica à desigualdade” (FONSECA, 2003, p. 37).

Referências Bibliográficas:

ALVES, R.; ANTUNES, C. *O aluno, o professor, a escola: uma conversa sobre educação*. Campinas - SP: Papirus 7 Mares, 2011.

BITTENCOURT, E.P.F.; EITERER, C.L. A formação e inserção na EJA: um estudo com professores de história iniciantes. In: *Formação Docente*, Belo Horizonte, v.06, n.10, pp. 87-102, jan./jun. 2014.

DICIONÁRIO AURÉLIO. *Resistir*. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/resistir>>. Acesso em: 07 out. 2016.

FONSECA, Selva Guimarães. A nova LDB, os PCNs e o Ensino de História. In:_____. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas - SP: Papirus, 2003.

GOMES, F.S. *Zumbi dos Palmares*. Histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

LEITE, I.B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: *Etnográfica*, v. IV (2), pp. 333-354, 2000.

PEREIRA, A.A. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n.17, pp.25-45, 2º sem. 2011.

SILVA, Z.P. *A resistência dos quilombos na poesia de José Carlos Limeira*. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/82/limeiracritica01-2.pdf>>. Acesso em: 12. Set. 2016.

PODER E AUTORIDADE: UMA ANÁLISE DA HIERARQUIA ECLESIÁSTICA NA PRIMEIRA IDADE MÉDIA A PARTIR DO EXEMPLO DE CESÁRIO DE ARLES*

ISSN: 2595-1645

Thiago Fernando Dias*

Orientador: Ruy de Oliveira Andrade Filho

Resumo: A desordem provocada pelos recorrentes movimentos migratórios dos germânicos – que remontam o terceiro século – e um prolongado tempo de problemas militares, ocasionaram a desestruturação da unidade Imperial no Ocidente. Com a transferência das insígnias imperiais para Constantinopla, o estabelecimento dos reinos germânicos por diversas regiões e o conseqüente desmantelamento da organização administrativa, exacerba uma crise de autoridade estatal. Nesse momento, uma nova realidade foi posta diante da estrutura da hierarquia eclesiástica, o que obrigou-a tomar medidas para garantir e propagar os prestígios adquiridos anteriormente. Nesse novo contexto, como elemento para suprir a falta da autoridade anteriormente estabelecida, a autoridade episcopal começa a ser ainda mais notória. Embora diversas vezes contestado, o bispo desempenhou um papel de destaque como liderança política, econômica e administrativa de diversas regiões. Este processo foi visível no sul da Gália, que no fim do século V e início do VI, passou por mudanças que proporcionaram um prestígio ainda maior para os prelados da região, especialmente para o bispo de Arles, cidade de destaque local e regional no período. Deste modo, a comunicação pretende apresentar algumas características da edificação do bispo como um líder cidadão que conseguiu assimilar e desempenhar vários papéis dentro de suas funções eclesiásticas.

Palavras-chave: Poder; Autoridade; Cesário de Arles

Introdução:

O colapso da unidade administrativa imperial decorrente dos movimentos migratórios e o estabelecimento de diversos reinos germânicos no Ocidente medieval, exacerbou uma crise de autoridade a partir do final do século V. A estrutura do poder imperial, mesmo que abstrata e com sua supremacia contestável dentro da comunidade na Primeira Idade Média, deixou de ser totalmente perceptível e teve a inserção de novos elementos que ocasionaram uma evidente desordem no arcabouço administrativo.

Mesmo que a intenção de muitos dos povos germânicos não era depredar sistematicamente as instituições encontradas (SILVA, 2014: 181), a partir desse momento de

* CNPQ / NEAM / Pós-graduação História, UNESP –Assis

* Texto resultante das indicações e propostas de alterações realizadas a partir da apresentação da comunicação com o título: “A edificação do poder eclesiástico na Primeira Idade Média: o exemplo da Vita Caesari Episcopi Arelatensis” ocorrida no XXIII Encontro Regional de História Anpuh-SP - História: porque e para quem?

desmantelamento da ordem Ocidental, a capacidade de resistência a invasores externos, proteção, administração, coesão interna ou mesmo a opressão de qualquer ato adverso dentro de um determinado território, não estava mais a cargo de um administrador como o prefeito pretoriano, comandante militar ou do rei submisso a um imperador.

Por seu turno, a Igreja, através dos bispos, seus principais representantes, procurou manter e perdurar uma influência adquirida no século IV, ao se aliar com a administração imperial que detinha o poder, assim, ela buscou no modelo hierárquico do Império – com suas características dinásticas e de longa duração –, os princípios de legitimidade para respaldar seus interesses de perpetuadores de uma tradição como, por exemplo, a sucessão apostólica que remetia ao principal apóstolo de Cristo, Pedro (Mt 16:18). Atitude que, embora não tenha ligação com a hereditariedade monárquica, evidência uma forte ligação com a ideia de contiguidade e hierarquia administrativa.

Embora seguindo esses traços e procurando legitimar a ideia de continuidade, nos primeiros decênios do século IV, a Igreja, mesmo com uma forte identificação com a organização do Império, se viu, com o tempo, mesmo que momentaneamente atrelada a ele, na tentativa de distanciamento de seus preceitos, assim, a Igreja ao crescer juntamente com o Estado Romano e se desvincular em sua derrocada, ela tornou-se uma verdadeira entidade para estatal autônoma, cuja coesão e dinamismo asseguram a sobrevivência nesse contexto conturbado e a tornou seu substituto natural (BANNIARD, s/d: 94). Portanto, com a evidente derrocada imperial, a Igreja distanciou-se e não atrelou seu futuro à sorte da política do Império, ela apenas utilizou a organização para se legitimar e dar continuidade ao seu poder.

Desse modo, nos séculos seguintes, mesmo com o desmantelamento do império e com a sucessiva formação dos reinos germânicos e uma nova estruturação política, o clero conseguiu, mesmo com ocasionais desavenças com os novos monarcas, conservar sua posição idiossincrática dentro da nova estrutura, a partir do momento que as instituições urbanas começaram a ficar a disposição e à mercê de uma administração. Os bispos, mais do que nunca, beneficiaram-se e viram seu poder crescer consideravelmente. Eles conseguiram um impulso na sua atuação com destaque não apenas na esfera religiosa, mas também civil (SILVA, 2002: 67).

Esse processo demonstra que os poderes locais de autoridades espirituais dos episcopos estavam consolidando-se cada vez mais, contudo, nesse momento, com o poder secular dissociado do poder eclesiástico, os bispos procuraram, ao se apoiar na tradição apostólica como uma forma de obter influência e exercer o papel de líderes e principais representante da Igreja, mesmo que ainda muito circunscrito a sua congregação e seu bispado

ou nos limites das cidades, uma organização e unidade administrativa onde os mesmos detinham a autonomia e regência.

A noção de autoridade episcopal na Primeira Idade Média: Embora difícil de determinar, é indispensável ter como base alguma explicação para melhor compreensão do fenômeno da *auctoritas*, em uma definição rápida, a palavra latina denota algo como poder ou superioridade³⁷⁰. No âmbito eclesiástico, no início da Idade Média, referida de maneira um pouco diferente, mas com a mesma função, autoridade pode ser definida como a capacidade de comandar e ser capaz de obter a obediência para assim governar e desempenhar o controle sobre a congregação.

Desse modo, no sentido mais genérico do termo, que provinha na antiguidade da qualidade individual (nascimento, riqueza, posição política, entre outros fatores), passa a não ser mais atributo do indivíduo, mas proveniente de Deus e investida em sua representante na terra e seus mandatários. Apoiando-se no trecho das Cartas aos Romanos em que defende: “submetam-se todos às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus. Quem se opõe à autoridade, se opõe a ordem estabelecida por Deus” (Rm. 13:1-2), a Igreja adotou como prerrogativa o pressuposto que a autoridade suprema era Deus e deveria ser respeitada sempre e, ainda, fiscalizada pelos membros da hierarquia eclesiástica que encarnavam a própria autoridade divina.

Inferindo que qualquer forma de origem ou execução da autoridade antevê a disponibilidade de alguns em obedecer ou conformar, não passivamente, suas condutas às imposições daqueles os quais exercem o poder, para os cristãos – os germânicos que logo foram cristianizados – a noção de *auctoritas*, foi rapidamente assimilado visto que o quadro administrativo da Igreja se assemelha ao do Estado romano e sua hierarquia, assim, logo que suas funções ficaram vacantes, foi-se necessário, qualquer que fosse, uma nova organização para preencher a lacuna deixada.

Esse controle eclesiástico pode ser empregado diretamente por um bispo ou delegado a intermediários, entretanto, não existia a garantia de ser empregado completamente, muito menos de ser aceitos. As divergências entre os grupos eram enormes, mesmo dentro das cidades, a difícil disseminação de vários elementos e embates de autoridades, deixa claro que um poder coercitivo, em geral, não era totalmente eficiente. A própria estrutura da Igreja, que

³⁷⁰ A palavra latina *auctoritas*, não tem um significado estático, ela é definida de várias maneiras: exemplo, poder, autoridade, reputação, garantia, dignidade, respeito, prestígio, influência, afirmação, credibilidade. FARIA, E. *Dicionário Escolar Latino – Português*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Brasília. 1962. p.116.

não era una, sequer em sua ortodoxia ou sede administrativa, estava fragmentada e com suas autoridades, muitas vezes, em conflitos. Por exemplo, foi apenas a partir de meados do século terceiro que a tradição de São Pedro investiu Clemente como seu sucessor, o vigário de Cristo e bispo de Roma, contudo, sua primazia era parcial e frágil, muitas vezes de limitada abrangência e em constante conflito.

Objetivando trabalhar com a questão da construção da autoridade eclesiástica nesse momento da história do cristianismo, a historiadora alemã Claudia Rapp propõe uma interpretação sobre o processo de constituição da autoridade eclesiástica no início da Idade Média. Em seus estudos, Rapp descreve o conceito de autoridade como englobando três ideais importantes e inter-relacionadas, são elas: pragmática, espiritual e asceta (RAPP, 2005: 16-17).

A primeira, o preceito de autoridade pragmática, é expresso por meio da atividade pública para com os outros. Advém de suas ações pessoais e dirige-se para a comunidade, ou seja, para o benefício alheio. Esta característica da autoridade é mais restritiva do que as outras duas, na medida em que depende muito da posição social, normalmente por advir de família abastada; da riqueza pessoal, por deter considerável quantidade de bens e pela habilidade para impor-se como autoridade. Além disso, a autoridade pragmática é a autoridade pública presente em todos os momentos de auxílio da comunidade em quesitos seculares (RAPP, 2005: 16-17). No nosso caso, esse elemento fica aparente na hagiografia de Cesário de Arles no momento em que o bispo, além de vir de família abastada, proprietária de terras do centro-norte da Gália (VC. I. 3), quando torna-se bispo, toma conta das finanças da cidade (VC. I.27; I. 32) e recebe doações de monarcas para a manutenção da comunidade (VC. I.37).

O segundo, o aspecto espiritual, é uma característica pessoal cuja fonte principal é Deus. Assim, suas atitudes estariam legitimadas por sua ligação e proximidade com o divino, sua função seria intermediar, por meio de ações espirituais, a realização de milagres ou interceder, junto à natureza, em ocasiões adversas. Esse aspecto da autoridade parece mais aplicável às questões religiosas como a capacidade ou a sanção para ensinar e propagar, através da pregação, as práticas litúrgicas. Ao mesmo tempo, condenaria as práticas não concernentes à doutrina (RAPP, 2005: 16-17). Outra característica também aparente na hagiografia de Cesário. O bispo, com seus atos de intervenção divina, um se destaca mais, ao interceder por um traidor – que acusou o próprio bispo de tramar a entrega da cidade sitiada aos Borgonheses – seria apedrejado pela população de Arles, Cesário defendeu o acusado, fez

cessar a vingança e perdoou-o. Como aprovação divina de seu ato, uma chuva abundante caiu em meio a uma seca que ameaçava a lavoura (VC. I. 26)

Por fim, não menos importante, a autoridade asceta, que também surge de ações pessoais, mas ao contrário da autoridade pragmática, que se dirige para o benefício de outros, a autoridade asceta, é obtida através de suas próprias ações e é dirigida para seu amago, para as realizações pessoais em seu consciente religioso. Amiúde, era resultante de uma educação cenobítica. Na visão de Rapp, a autoridade espiritual e, sobretudo a ascética, foi um locus para uma justificativa da autoridade pragmática, servindo, a autoridade ascética, de elo para as duas no auxílio e fortalecimento da *auctoritas*. Ao serem somadas, as características poderiam, mas não necessariamente conseguiam levar o bispo a um patamar mais elevado dentro da congregação, um nível divino ou em contato com ele (RAPP, 2005: 16-17). Autoridade asceta que também estava presente na trajetória do bispo de Arles. Ao ter uma educação monástica fornecida pela ilha de Lérin, Cesário adquiriu boa parte de suas referências intelectuais e eclesiais. No local, dedicou-se muito as atividades ascéticas, orações, leituras, canto e vigílias, especialmente, conheceu a literatura leiriense, a tradição patrística latina, com destaque para as obras de Agostinho e João Cassiano, o primeiro, viria orientar na elaboração de muitos de seus sermões, o segundo, em partes, na sua vida ascética e devocional (VC. I. 6-7).

A definição proposta pela historiadora torna-se profícua devido à questão de analisar a pregação pelo prisma do bispo como uma forma de autoridade que detinha legitimidade para cobrar dos fiéis a obediência aos preceitos litúrgicos e, ao prelado, de cumprir seu papel de evangelizador e membro de uma estrutura hierárquica. Desse modo, algo que não pode ser negligenciado da autoridade do bispo, no período, é a sua implacável insistência na edificação e norteamento da ortodoxia cristã, o que constituía uma afirmação implícita do direito de decidir os limites da crença, do correto e incorreto a ser praticado dentro de um determinado espaço.

Embora o bispo apresente todas características do exercício da autoridade eclesial, sobretudo nos limites urbanos, devemos ressaltar que, até mesmo em sua hagiografia, o bispo foi contestado. Sua autoridade foi posta em xeque por algumas vezes. São três as mais expressivas na narrativa de sua vida eclesial. Nesses momentos, além de ser questionado, sua autoridade sofreu sanções graves de outros grupos que também disputavam o poder local, como, por exemplo: ao ser indicado como bispo de Ales por Aeonio; ao ser exilado por conspiração contra a cidade; ao ser levado para julgamento junto ao Imperador germânico em Ravena. Em particular, ao tomarmos Cesário como exemplo desse cenário de edificação da

autoridade eclesiástica, em suas pregações, o bispo realiza, muitas vezes, um discurso anti pagão/herético, que são comumente utilizados como uma ferramenta para estabelecer preceitos ortodoxos e de se estabelecer como o detentor de um saber. As pregações, assim como o combate aos conflitos religiosos, tiveram lugar de destaque na realidade do bispo e, ainda, eram visíveis a todos na comunidade. De modo geral, a tentativa de normatizar os preceitos cristãos, as admoestações eram realizadas em igrejas – urbanas ou rurais – em praças, locais privados, tribunais, como também na realização de concílios locais ou de maior abrangência. Portanto, podemos afirmar que as pregações que concerne à condenação das práticas recalcitrantes, são retratadas como ferramentas para definição dos preceitos cristãos e demonstram a desenvoltura do prelado como líder religioso que legitima sua autoridade constantemente.

A ampliação da autoridade eclesiástica no Ocidente germânico: No século V, alguns indícios evidenciam o alargamento do status pragmático do bispo e a ampliação na sua atuação como chefes polivalentes de um mundo desorganizado. Concomitante ao fortalecimento e defesa de seus interesses, entre os vários predicados, inclui a ampliação do papel político: ao negociar com os germânicos e de estender sua jurisdição para além das comunidades cristãs, o acolhimento “das funções de defesa e da magistratura cidadina, ao intercederem junto aos grupos germânicos e hunos, ou, no limite, junto à própria administração imperial itálica em favor das cidades (SILVA, 2009: 6)”; a participação no campo social: ao proteger os pobres contra os poderosos, distribuindo viveres e esmolas, auxiliando também, dessa forma, no âmbito econômico, chegando até ao controle monetário com a cunhagem de moedas; como também na esfera militar: ao organizar a resistência ao lutar “com armas espirituais” quando as armas materiais não existiam (LE GOFF, 2005: 40). Outro elemento que auxiliou no estabelecimento e consolidação dessa nova organização foram os cânones, por meio das deliberações dos concílios locais, suas decisões foram elevadas a categoria de lei (SILVA, 2002: 82) e deveriam ser respeitados por todos do reino e muitas vezes, sua execução era administrada pelos bispos.

Mais uma possível explicação para a permanência e expansão da atuação eclesiástica dentro dos reinos germânicos – que ocorreu no Ocidente Medieval como um todo –, é que os bispos atuaram como um contrapeso local em detrimento a autoridade monárquica que muitas vezes não seguiam a fé de Nicéia. Nesta sociedade fragmentada pelos reinos germânicos, eles protegeram os interesses da comunidade local, com destaque, sobretudo, na Gália, onde eles defendiam, mesmo que apenas por meio de conexões familiares, os interesses dos

proprietários de terra tendo em vista que muitos bispos desse período vieram deste segmento da sociedade.

Na região, os prelados eram selecionados dentro de uma ordem – geralmente relacionada a seu nascimento e tradição familiar –, nos primeiros anos do século IV, era comum, mas não necessariamente ocorria, a ascensão ao ofício episcopal por meio de cargos advindos dos grupos curiais, senatoriais ou aristocráticos, sobretudo na Provença. Isso significa que era a partir do cumprimento da função que anteriormente fazia parte do Império que se adquiria o posto de liderança cidadina (LIZZI TESTA, 2009: 529). O que significa que os episcopos passaram a incorporar funções concernentes, anteriormente, aos membros da administração imperial, tornando-se, amiúde, os representantes políticos das *civitates* (BANNIARD, s/d: 92).

Segundo Patrick Geary, ao invés de reclamar seus direitos a um governo central, essa aristocracia ficou muito mais confortável permitindo que o bispo – muitos escolhidos entre os aristocratas locais ou pertencente a essas famílias proeminentes em outras localidades – dirigisse o que restava da esfera pública “a *res publicae*, no nível local das *civitas*, que incluiu a cidade e seu território imediato (GEARY, 1988: 93)”. Desse modo, o apelo de seguir o conselho dos bispos não é mais que um apelo para ele seguir o conselho da aristocracia galoromana, ficando evidente que o poder sobre o povo foi realizado pelos grandes proprietários de terras, que eram a verdadeira autoridade do momento, legitimada pela Igreja. Contudo, sua autoridade não provinha apenas desse fator, ele é apenas um complemento da figura multifacetada do prelado.

Cabe ressaltar que essa característica de defender seus interesses familiares e aristocráticos não entra em conflito com os valores eclesiais de proteção a Igreja. Como em quase todos os casos, as preocupações dos proprietários de terra estavam em consonância com os interesses da Igreja, similarmente, desde sua legitimação como representante da religião oficial, uma grande proprietária de terras³⁷¹. Para Peter Brown, seus interesses eram consoantes, pois os aristocratas assumiram o governo da Igreja no século V, e talvez seja a relação mais duradoura do período (BROWN, 1999: 79) consoante a essa afirmação, Geary ressalta que essa relação é tão profunda que, a igreja episcopal e a aristocracia provincial, não passavam de duas instituições inseparáveis. (GEARY, 1998: 123). Portanto, ambos foram

³⁷¹ Já no século V, a Igreja era, depois do Estado Romano, a maior proprietária de terras no Ocidente. Era uma recomendação de Santo Agostinho que todo cristão deveria deixar a Igreja em testamento “a parte de um filho,” e caso não tivesse descendente, deveria nomeá-la sua herdeira. FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média e o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p.68.

agentes conservadores agindo para preservar o status de privilégio e poder dentro dessa nova realidade com novos governos. Essa troca de interesse no primeiro sermão de Cesário de Arles, nele, o bispo ao pregar para demais clérigos, não condena o envolvimento dos eclesiásticos com as atividades agrícolas. Ele até designa um setor do clero para preservar e realizar tal prática (SC. 1.7.)

Dentro outros tantos bispos que desempenharam o papel de líder político e espiritual das *civitates*, esta Cesário, que desde que assumiu seu posto de bispo de Arles, reivindicou o adjetivo de líder espiritual em virtude de ser escolhido por Deus para conduzir seus fiéis pelo caminho de cristo, e procurou estabelecer-se como o mais alto sacerdote local, além de desempenhar firmemente seu papel como governante secular em virtude de seu posicionamento junto ao poder político. Para o então bispo, ele não estava fazendo nada mais do que a ideal função do prelado que era assegurar a salvação do povo a ele confiado e cuidar para que eles levassem uma vida cristã digna do reino dos céus (SC. 1).

Em um sermão dirigido a outros bispos, sobretudo seus sufragâneos – o que evidencia sua autoridade diante da hierarquia de Arles –, Cesário deixa claro qual o escopo do ofício episcopal, era um fardo a ser carregado por esse escolhido por Deus (SC 1. 1.3; 1.19), para ele, eles seriam os timoneiros da comunidade (SC. 1.19).

Entre as diversas estratégias pastorais para empregar esta que seria a incumbência do ofício eclesiástico, Cesário utilizou-se muito da proximidade com a comunidade, direcionou muitos de seus clérigos a desempenharem e propagarem as funções ascetas, como também para supervisionar seu rebanho em suas práticas (SC. 1.4-8). Com isso, antes de tudo, ao ordenar diversos clérigos a reproduzirem sua prática ascética, Cesário estaria reforçando seu controle sobre eles como se estivesse dentro de um mosteiro onde fortaleceria seus laços de obediência e seria o abade dessa comunidade, ainda, ao fazer isso, o prelado se colocaria como um produtor e principal exemplo a ser seguido pelos demais, eclesiásticos ou laicos.

Não obstante, encontramos, a partir da hierarquização eclesiástica, uma diferenciação e distanciamento do que ocorreu com o cristianismo em seu período inicial, nesse momento, a notoriedade episcopal e o prestígio dos demais sacerdotes por meio do reconhecimento destes personagens pelas *auctoritas*, afasta-se da noção de comunidade dos primeiros anos do cristianismo que prezava por uma igualdade entre os membros da congregação. Com isso, uma nítida separação entre os membros do clero e seus fiéis, estabelecem, desde então, uma diferenciação permanente. Esse distanciamento precisou ser justificado ou, de certa forma, legitimado pelos eclesiásticos, para isso, foi necessário consolidar a submissão à hierarquia e as diretrizes oriundas da Igreja, pregadas pelos bispos e demais integrantes do clero onde a

valorização da figura do mestre espiritual através da *auctoritas* fez-se necessária. Essa *auctoritas*, recorrentemente, era consolidada e atestada pelo predicado político do epíscopo. Não obstante, em uma sociedade habituada com uma estrutura administrativa hierarquizada onde a centralização do poder na figura do Imperador era, muitas vezes, vista como um preceito divino, não foi difícil para os bispos incorporar tal princípio à sua figura, sobretudo, ao prelado de Roma.

Referências Bibliográficas:**Documentos:**

Biblia Sacra Vulgam. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2007

CESAIRE D'ARLES. **Sermons au Peuple.** Ed. bilíngue (Texto bilíngue Latim-Francês) de Marie-José Delage. 3v. Sources Chrétiennes 1975; 243; 330. Paris: Les Éditions du Cerf, 1971 – 1978 – 1986.

CIPRIANUO; FIRMINO; VIVENTIO; **Vita Santi Caesarii Episcopi.** disponível em: [http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0468-542,_Caesarius_Arelatensis_Episcopus,_Vita_Operaque_\[Firmino_Et_Viventio_Episcopis\],_MLT.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0468-542,_Caesarius_Arelatensis_Episcopus,_Vita_Operaque_[Firmino_Et_Viventio_Episcopis],_MLT.pdf) <acessado em 16 jun. 2011>

Bibliografia:

BANNIARD, Michel. **A Alta Idade Média Ocidental.** Lisboa: Europa-América, s/d.

BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente.** Tradução de Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino – Português.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Brasília. 1962.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média e o nascimento do Ocidente.* São Paulo: Brasiliense, 2001.

GEARY, Patrick J. **Before France and Germany: The Creation and Transformation of the Merovingian World.** New York : Oxford University Press, 1988.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval.** Bauru: EDUSC, 2005.

LIZZI TESTA, Rita. The Late Antique Bishop: Image and Reality. In: ROUSSEAU, Phillip (ed.). **A Companion to Late Antiquity.** Oxford: Blackwell, 2009. pp. 525-38.

RAPP, Claudia. **Holy Bishops in Late Antiquity: The Nature of Christian Leadership in the Age of Transition.** Berkeley and Los Angeles University of California Press. 2005.

SILVA, L. R. Algumas Considerações Acerca do Poder Episcopal nos Centros Urbanos Hispânicos – Século V ao VII. In: *Questões & Debates*, Curitiba, n. 37, p. 65-82, 2002

SILVA. Paulo Duarte. **Ciclo Pascal e normatização litúrgica no século VI: análise comparativa dos casos de Arles e Braga.** Dissertação (Mestrado em História Comparada) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PRESSÃO MODERADA: REPRESENTAÇÕES DE TORTURA NA HISTÓRIA EM QUADRINHOS PALESTINE DE JOE SACCO (1992-1995)

ISSN: 2595-1645

José Rodolfo Vieira (Mestrando – UEL)

Richard Gonçalves André (Orientador)

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar por meio da história em quadrinhos Palestine do jornalista estadunidense Joe Sacco um dos meios de tortura representado por ele em sua viagem para a Palestina. Três anos após o início do levante popular palestino em dezembro de 1987, o jornalista por conta própria dirige-se para os territórios ocupados pelo Estado de Israel com o intuito de cobrir os acontecimentos que destoaram no conflito entre árabes palestinos e judeus israelenses. Em sua narrativa pró- palestina, Sacco coleta testemunhos palestinos que permeiam a repressão que as Forças de Defesa de Israel (FDI) operam nos vilarejos da Cisjordânia e Faixa de Gaza. Dentre os vários relatos, Pressão Moderada representa o método de tortura Sleep deprivation operada pela polícia especial israelense, conhecida como Shin Bet. Para tanto, este recorte de Palestine será observado como representações das apropriações do autor em sua viagem, conforme a noção de representação de Roger Chartier.

Palavras Chave: Representação, História em Quadrinhos, Palestina.

Introdução

A proposta deste texto é analisar as representações sobre o cotidiano, e mais especificamente, a repressão que os palestinos relataram para o jornalista estadunidense Joe Sacco em sua visita aos territórios ocupados da Faixa de Gaza e Cisjordânia pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) entre dezembro de 1991 e janeiro de 1992. A visita do jornalista aos territórios ocupados decorre do litígio entre a população civil palestina e a FDI desde a Primeira Intifada da Palestina em dezembro de 1987. O resultado de sua viagem culminou na história em quadrinhos Palestine, que em 285 páginas, Sacco representa sua perspectiva sobre a ocupação israelense na Palestina e testemunhos oculares dos primeiros dias da Primeira Intifada de 1987. Entre os vários relatos coletados por Sacco, o caso de Ghassan foi selecionado para nossa análise por representar aspectos bem delimitados do método de tortura denominado Sleep deprivation, operada especificamente pela polícia secreta israelense Shin Bet.

Sendo Palestine representações de seu criador, é importante delimitarmos a noção de representação ao qual estaremos em diálogo. Segundo o historiador francês Roger Chartier

(2002, p.165), “Um duplo sentido, uma dupla função são deste modo atribuídos à representação: tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sujeito que olha”. Portanto, é assim que a noção de representação é colocada em prática em nossa análise, ou seja, a relação do decifrável postulada sobre o signo do que pode ser visível, neste caso Palestine e o que ele significa.

No entanto, tais representações não estão livres do crivo da neutralidade, muito pelo contrário, segundo o próprio Chartier (1990, p.17) “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proféticos com a posição de quem os utiliza”. Por este viés, não podemos nos esquecer que nossa análise não é referente estritamente ao testemunho do palestino Ghassan, mas sim das representações de mundo social forjadas por Sacco, que como já havia afirmado, “A mais séria crítica à Palestina foi de que contei apenas um lado do conflito palestino-israelense. Este é um juízo correto sobre o livro, mas ele não me afeta” (SACCO, 2011, p.xvii).

A escolha em delimitar seu trabalho parcialmente pelo olhar palestino advém de sua crítica a forma que os meios de comunicação, especialmente os estadunidenses, desprendiam sua atenção para o assunto. No prefácio da versão brasileira de Palestine, Sacco comenta que estava abismado com a tendência dos meios de comunicação em perpetuar a ocupação “pois estava abismado com a fraca – terrível seria mais adequado – cobertura que os jornalistas norte-americanos estavam dando a questão” (SACCO, 2011, p.xvi). Tais críticas são resultado de seu contato com o trabalho de Edward Said, autor de *Orientalismo* e *A questão da Palestina*. Said (2010, p.XLIX) afirma que:

Em minha opinião, muito pior é a hipocrisia do jornalismo e do discurso intelectual do Ocidente (e do sionismo liberal), que raramente tem algo a dizer do terror sionista. Existe algo menos honesto do que a retórica de afronta que se emprega para relatar o terror “árabe” contra “civis israelenses”, “cidades” e “vilas” ou “crianças na escola” e a retórica de neutralidade que se emprega para descrever os ataques “israelenses” contra “posições palestinas”, segundo a qual ninguém consegue saber a que campos de refugiados palestinos do sul do Líbano se referem?

A conjuntura sobre a cobertura midiática está atrelada na narrativa de Sacco. Este mundo de representações construído por ele é representar aquilo que ele acredita não ser

disseminado pelos grandes meios de comunicação. Representar as lembranças de Ghassan é por este viés apresentar aos seus leitores aquilo que não é reportado pelos jornais no Ocidente. No entanto, não podemos nos esquecer que esta perspectiva de jornalismo é apropriada no início dos anos de 1990, ou seja, a Internet como hoje a conhecemos, que permite maior comunicação entre o produtor de uma matéria e seu leitor são paralelos ainda não fazia parte do cotidiano de Sacco. Por isso, o conceito de jornalismo que Sacco está estritamente referenciado é um jornalismo que por muitas vezes não tem a recepção daquele que a consome.

Estas representações de mundo social construída têm como suporte imagético as histórias em quadrinhos. Sobre as histórias em quadrinhos, o ilustre quadrinista Will Eisner (2010, p.1) discorre que as HQ's comunicam uma "linguagem" que pauta-se na experiência visual entre criador e seu público. Tal linguagem tem suas desvantagens, pois, por utilizar da imagem ilustrada para se narrar uma história, o suporte imagético das HQ's sempre provocou resistência a sua aceitação como linguagem séria (EISNER, 2013, p.20). Porém, ao que tudo indica este não foi um obstáculo ao quais as histórias em quadrinhos permaneceram encurraladas como arte infantil. Dan Manzur e Alexander Danner (2014, p.185-7) em seu extenso trabalho sobre as HQ's como referência de arte global, discorrem que Maus de Art Spiegelman transpuseram estas barreiras.

De todos os trabalhos publicados na RAW, o que se mostrou mais influente foi a série de Spiegelman com o relato das experiências de seu pai, Vladek Spiegelman, como prisioneiro de Aushwitz. Ao discutir a gestação do imagético central de Maus, Spiegelman observa que, nos desenhos animados dos anos 1920 e 1930, 'não havia praticamente nenhuma diferença na forma como os ratos e negros eram desenhados'. Ao combinar o racismo informal que encontrou na estética dos 'animais engraçados' com a comparação de judeus e vermes feita por Hitler, os judeus do opus magnum de Spiegelman se tornaram ratos, os nazistas se tornaram gatos, os norte-americanos, cães, e assim por diante, criando uma metáfora visual para as divisões artificiais de nacionalidade e raça. Maus: A Survivor's Tale Maus: a História de um sobrevivente) foi editada em dois volumes: My father Bleeds History (Meu pai sangra História) (1986) e And Here My Troubles Began (E aqui começam os meus problemas) (1991). Essa estratégia de retratar personagens da vida real em um contexto dramático como animais antropomórficos, combinada com o assunto histórico pesado, elevou Maus a um patamar inédito em relação a qualquer revista de

quadrinhos autobiográficos anterior, e isso por meio de um forte envolvimento não só dos quadrinhos em si, mas também de sua associação com gêneros infantis. Adultos não acostumados à leitura de quadrinhos, muito menos considerando-os literatura séria, encontram a justaposição de um dos piores horrores do mundo moderno com um estilo associado ao prazer da infância, poderoso e comovente.

Fora dos padrões estabelecidos pelo *mainstream*³⁷² comercial das histórias em quadrinhos, tal como o trabalho de Spiegelman é que Palestine deve ser analisada. Portanto, nas próximas páginas, nossa atenção voltará para este mundo construído e forjado de representações, inserido dentro de sua conjuntura e carregada de parcialidade e estereótipos de um mundo construído de apropriações.

Pressão Moderada

Desde a Guerra da Palestina, iniciada em 1948 com a implantação do Estado de Israel no território árabe da Palestina, os conflitos entre árabes e judeus é recorrente. O conflito entre os dois lados pode ser considerado o mais duradouro da atualidade, e até o presente momento ainda não há nenhuma resolução próxima para a situação, a não ser pequenos momentos de paz na região que sempre é acometido por novos momentos de tensão. Conforme Ruy Alves Jorge (1975, p.21) em seu livro *A justiça está com os Árabes*, escrito poucos anos após a Guerra do Yom Kippur, discorre que “Este trágico desafio foi lançado pelos israelenses em 1947 com a invasão das aldeias árabes e, posteriormente, em 1948 com a declaração da sua independência: ela originou a guerra de 1956 e 1967. O atual conflito nada mais é que o prolongamento do primeiro”.

Por si só a guerra já é um grande mal a humanidade, onde vidas são ceifadas pelos clamores nacionalistas de cada nação. Mas o caso palestino é tão peculiar por se tratar não da disputa de duas nações por um espaço geográfico delimitado, mas sim, de um Estado nacional fortemente armado e treinado, que tem o apoio de uma das maiores potências militar da atualidade, os Estados Unidos. Do outro lado, uma experiência humana e política paralela a uma persistente vontade popular denominada de palestinos (SAID, 2012, p.5).

O movimento popular da Primeira Intifada palestina, deflagrada em dezembro de 1987 representa muito bem essa persistência popular. Após a Guerra dos Seis Dias em 1967, foi

³⁷² O conceito de *mainstream* expressa uma tendência ou moda principal e dominante. No caso das Histórias em Quadrinhos, o *mainstream* pode ser entendido como as produções das grandes produtoras ou até mesmo o gênero de super-heróis.

consolidada a soberania de Israel sobre a região após reivindicar por meios bélicos territórios que na Partilha de 1947, operada pelas Nações Unidas, era de direito dos árabes palestinos. Nestes territórios ocupados, a política de repressão por parte de Israel intensificou-se cada vez mais por meio de sua política colonialista na região. Sobre o processo colonizador na Palestina, Said (2002, p.24) disserta que:

O que mais me preocupa é a força do processo de difusão, cujo foco principal era a colonização sionista da Palestina, seus êxitos, seus feitos, suas instituições fora do comum; assim como hoje, a força da mensagem israelense é sua admirável autoestima e o enaltecimento do seu espírito ‘pioneiro’, com o qual os norte-americanos em particular se identificaram sem grande esforço.

O processo colonizador israelense baseou-se na exclusão do povo palestino. Enquanto os meios de comunicação constroem a imagem que Israel é uma nação cujo objetivo é levar a paz ao Oriente Médio, e que o terrorismo fundamentalista islâmico é o fundamental problema na região por muitas vezes é deixado de mencionar o terror que o imperialismo israelense, junto de seus braços com a Irgun, Haganah e a Stern levam o sofrimento a vários lares palestinos desde 1948. (JORGE, 1975, p.74).

Em consequência da conjuntura colonialista israelense, a população palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza foram às ruas munidas de pedras contra as FDI. O resultado foi à intensificação de exílios e prisões ao povo palestino. O relatório da Division for Palestinian Rights emitido pelas Nações Unidas em janeiro de 1988, afirmam que desde 29 de dezembro de 1987 a situação nos territórios ocupados vinha se intensificando, e que nove palestinos haviam sido presos com possibilidade de deportação. No decorrer da Intifada, o número de palestinos com prisões administrativas foi drasticamente elevando-se, o que forçou a construção da prisão de Ansar III no deserto de Negev.

No entanto, a construção de um complexo prisional provisório não foi suficiente para a demanda de prisões administrativas neste período, e assim, o empreendimento do Shin Bet foi pontual para o controle social exercido nos territórios ocupados. Conforme o Dr. Hanan Chebata para o órgão britânico Memo Middle East Monitor em 2011:

Known at different times by various names (the General Security Service [GSS], the Israeli Security Agency *ISA+, Shabak+, Shin Bet is Israel’s internal security and counter- intelligence service. Its role includes the interrogation of “suspects”; exposing “terrorist” rings; counter-espionage; the

protection of the state president and so on. It is one of three branches of the Israeli intelligence community.³⁷³

Também conhecido como “o defensor que não deve ser visto” ou “escudo invisível”, o Shin Bet permaneceu por muitos anos como organização relativamente clandestina sempre tendo operado na obscuridade. Ainda segundo Chebata (2011), os agentes do Shin Bet trabalham infiltrados na população palestina, tendo identidades falsas que os possibilitam ter livre acesso a mesquitas e locais públicos, método que possibilita grande quantidade de informações nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Além de órgão de espionagem, o Shin Bet também é responsável pela tortura de palestinos. A década de 1980 foi marcada de escândalos nos casos de interrogatório e tortura pelo Shin Bet. Chebata (2011) menciona em seu relatório o caso Kav 300 de 1984, no qual dois palestinos foram arrastados para fora de um ônibus e espancados até a morte por oficiais do Shin Bet, e o caso do ex-oficial da FDI, Izat Nafsu foi condenado em 1987 por traição, no entanto, teve sua pena suspensa pelo Supremo Tribunal de Israel após o tribunal considerar que o Shin Bet conseguiu sua confissão por meio de métodos antiéticos de tortura. Esses dois casos foram cirúrgicos para a promoção da Comissão Landau de 1987 (CHEBATA, 2011).

A Comissão Landau levantou duas questões importantes sobre o procedimento do Shin Bet, estes eram a confirmação do uso de violência excessiva nos interrogatórios e perjúrio dos oficiais nos tribunais. No entanto, o relatório ainda apontava que “the exertion of a moderate measure of physical pressure cannot be avoided ³⁷⁴” (CHEBATA, 2011). A decisão da comissão foi tão controversa que em 1994 a Comissão contra a Tortura das Nações Unidas declarou que a permissão da pressão física e psicológica moderada (CHEBATA 2011) é inadmissível para as Nações Unidas.

O caso relatado por Ghassan é um exemplo da pressão física e psicológica moderada que a Comissão Landau permite. Quando ocorre o encontro entre Sacco e Ghassan, o interrogatório havia ocorrido a menos de dez dias, e como o próprio autor relata, “[...] essas coisas estavam acontecendo com Ghassan há uma semana e meia, ele me mostra suas costas e sua cintura, as cicatrizes ainda estão ali... é um caso fresquinho... acabou de sair da masmorra.”

³⁷³ [No original]”Conhecido em momentos diferentes e por vários nomes (the General Security Service [GSS], the Israeli Security Agency [ISA], Shabak), Shin Bet é o órgão interno de segurança de Israel e o serviço de inteligência. Suas regras incluem o interrogatório de ‘suspeitos’, expondo aliados ‘terroristas’, espionagem, a proteção do estado e do presidente assim por diante. Ele é o tronco da árvore da comunidade de inteligência de Israel.” Tradução livre.

³⁷⁴ [No original]”O exercício de uma pressão física e psicológica não pode ser evitada”. Tradução livre

(SACCO, 2011, p.102). É praxi de Sacco não fornecer muitas informações sobre seus entrevistados, o que impossibilita saber elementos que possam traçar o perfil de Ghassan. A hipótese mais provável do anonimato de seus entrevistados pode ser a mesma percorrida pelo jornalista brasileiro José Arbex Jr. (2002) que relatou sua experiência na Palestina em 2002. Segundo Arbex Jr (2002, p.18)

Por motivos óbvios, não poderei, em alguns casos, relatar os nomes verdadeiros das pessoas envolvidas, ou circunstâncias em que se deram alguns encontros ou atividades realizadas pela delegação. São pessoas que continuam vivendo na Palestina ocupada, ou sujeitas, portanto, às ações e eventuais represálias da polícia e das tropas de Sharon.

A narrativa de Sacco introduz Ghassan em sua casa junto de sua família no ato de apresentar seus ferimentos para o jornalista. No próximo requadro, já com sua filha mais nova no colo, Sacco fecha o close na face da criança até iniciar o flashback de Ghassan na abordagem realizada pela FDI e dois possíveis agentes do Shin Bet que o acusam de suspeita de pertencimento a organizações ilegais, como a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) ³⁷⁵ e a Al-Fatah. Ghassan não fora o primeiro palestino detido pela acusação de pertencer a organizações ilegais, o relatório das Nações Unidas (1988, p.4) informava que dentre os nove palestinos identificados, todos eram suspeitos de pertencimento ou de liderança de alguma organização palestina. No entanto, os suspeitos de 1988 tinham como perfil a idade entre vinte e cinco e quarenta anos e todos possuíam alguma ocupação de prestígio social, como jornalista, engenheiro, advogado ou professor.

³⁷⁵ A OLP foi criada em 1964 e foi considerada por muitos anos como a única representante legítima do povo palestino. Considerada também por muitos anos como uma facção terrorista, após a Intifada, passou a apoiar fortemente o estado binacional entre Israel e Palestina.



Figure 1 Início do interrogatório. SACCO, 2011b, p.105

O relatório das Nações Unidas só indica os nomes e dados dos suspeitos levados em condição de prisão administrativa. O que acontecia de fato com eles entre a detenção e o julgamento não é esclarecido. A representação do caso de Ghassan por meio dos desenhos de

Sacco pode oferecer alguma demonstração do que acontecia com os detidos em regime de prisão administrativa sob a suspeita de pertencimento as organizações palestinas pelas FDI.

Após ser retirado de sua residência, Ghassan é levado de olhos vendado para uma delegacia onde é feita seu registro pelas autoridades israelenses. Após o procedimento na delegacia, um saco é colocado na cabeça de Ghassan e o mesmo é levado para uma sala. A partir desse momento, o processo de interrogatório do Shin Bet tem início. O primeiro indício é quando Ghassan está sendo amarrado em um cano sentado em uma cadeira, conforme figura 1. Neste momento, Ghassan afirma que o policial “Amarrou minhas mãos bem apertado, prendeu minha mão esquerda num cano ou barra e minha mão direita no encosto da cadeira” (SACCO, 2011, p.105). Este procedimento é conhecido como Painfull cuffing que consistia em:

The agents tighten the cuffs as much as possible, causing intense pain to the wrists. Some of the interrogees [sic] stated that in one interrogation session, the interrogators pushed the cuffs toward the joint, causing a stoppage of blood flow to the palms of the hands for a few minutes³⁷⁶. (CHEBATA, 2011)

O palestino afirma que ficou nessa posição por volta de uma ou duas horas até que um policial veio busca-lo para fazer sua refeição. Ghassan ainda discorre que “Eu estava numa cela com privada suja. Precisava comer e beber muito rápido. Tinha um ovo, quatro pedaços de pão, um pouco de iogurte e um pedaço de tomate. Depois de dez ou quinze minutos o policial voltou” (SACCO, 2011, p.106). Com o retorno do policial, Ghassan voltou a ter o saco em sua cabeça e na posição Painfull cuffing. A pressão psicológica moderada foi iniciada após a refeição. Simulações de espancamento e um pequeno repertório de músicas que são constantemente repetidas. Entre esta ação e a próxima, Ghassan diz ter passado cerca de trinta horas até que novamente um policial entra para levá-lo a novo interrogatório. No entanto, a passagem do tempo é representada por Sacco sem muita alteração visual, ou mesmo algum dispositivo verbal ao qual o autor informa seu leitor que já se passaram mais de um dia de enclausuramento da personagem.

Segundo Eisner (2010, p.24) “A capacidade de expressar a passagem do tempo é decisiva para o sucesso de uma narrativa visual. É essa dimensão da compreensão humana

³⁷⁶ Os agentes apertam as algemas o máximo possível, causando intensa dor nos pulsos. Alguns dos interrogados afirmam que em uma sessão de interrogatório, o interrogador empurra as algemas o máximo possível, parando a circulação de sangue para as mãos por alguns minutos.

que nos habilita a reconhecer e compartilhar emocionalmente a surpresa, o humor, o terror e todo o âmbito da experiência humana”. Neste caso, o fato do palestino estar fechado e encapuzado por um longo período de tempo sobre a repetição dos mesmos atos, Sacco optou em representar a troca de experiência de Ghassan com seus leitores. A ênfase na passagem do tempo é trocada pela sensação de aprisionamento que pode ser percebido pela redução do quadros a cada página de *Pressão Moderada II*, capítulo este que narra à lembrança de Ghassan. A cada página é reduzido cada vez mais o número de quadros e seu tamanho, o que dá a sensação de aprisionamento e confinamento em um pequeno espaço. Outra estratégia foi a opção em pintar os espaçamentos entre as bordas dos quadros de preto o que reafirma a sensação de falta de iluminação devido o fato de Ghassan estar a todo o momento impossibilitado de ver os acontecimentos ao seu redor, e assim, facilita ao seu leitor reconhecer emocionalmente o estado de terror ao qual a personagem estava envolvida.

Após o julgamento, Ghassan não é liberado e retorna para uma sala apertada. Em seu retorno, o método de Sleep deprivation é iniciado, conforme figura 2. Conforme o relatório de Chebata (2011), o método inclui fazer longos interrogatórios com o suspeito de forma que o previna de dormir por alguns dias. No entanto, o caso representado por Sacco não foi mencionado em nenhum momento cenas de interrogatório. Porém, Ghassan afirma que depois de ser obrigado a ficar em pé com as mãos amarradas em uma barra, foi posto em um assento diferente da cadeira utilizada no *Painfull cuffing*. Segundo ele, “Nessa nova cadeira eu podia encostar minha cabeça na parede, mas o saco caía em meu rosto e eu não conseguia respirar” (SACCO, 2011, p.108). Ghassan ficou entre quatro e cinco dias nessa situação. Sem dormir, o palestino começou a ter alucinações.



Figure 2: Sleep deprivation. SACCO, 2011b, p.108

Sacco distingue a lucidez e as alucinações de Ghassan em um único momento. Conforme figura 3, os traçados cruzados utilizados para representar a falta de luz na parede

são alterados por linhas muito paralelas que contornam a silhueta de Ghassan. Assim, Sacco delimita que a partir daquele momento as consequências dos vários dias sem dormir causaram em Ghassan. Entre duas alucinações, a primeira é a visão de sua filha morta que é sucedida de seu irmão e pai também mortos. Os resultados da Sleep deprivation vão até o décimo quinto dia de detenção momento que é liberado a dormir por apenas quatro horas.

Após mais um julgamento, Ghassan não é liberado e retorna para mais uma bateria de interrogatórios. Somente no décimo nono dia é que Ghassan é liberado. Sacco representa este momento com a mudança da disposição nos tamanhos dos requadros. Enquanto o interrogatório estava em andamento, os requadros diminuía de tamanho, mas aumentavam em números no decorrer das páginas. Com a decisão da juíza em libertá-lo, os requadros voltam a aumentar até o ápice de sua soltura, conforme a figura 3.

Nesta imagem podemos perceber que a estratégia de Sacco é o empreendimento do enquadramento subjetivo. Segundo Umberto Eco (s.d., p.131) “Em termos cinematográficos podemos defini-lo como um enquadramento ‘subjetivo’, como se a câmera estivesse colocada sobre os ombros do protagonista. Os objetos aparecem como vistos por uma pessoa só e – suposto que a pessoa deva mover-se para frente – vêm ao encontro do espectador.” Ao introduzir a câmera subjetiva, Sacco finaliza as lembranças de Ghassan com a continuidade em expressar ao seu leitor as experiências emocionais do confinamento. O preenchimento dos requadros deixam de ser representados com fortes traçados que representam a falta de iluminação e dá espaço para traços mais claros e preenchimento em branco. Um exemplo disso é o momento que Ghassan adentra um veículo ao sair de seu julgamento. Mesmo em um ambiente urbano, o quadro é representado sem nenhum preenchimento de prédios ao fundo, somente no quadro subsequente é que linhas simples começam a representar as construções.



Figure 3: Alucinações. SACCO, 2011b, p.109

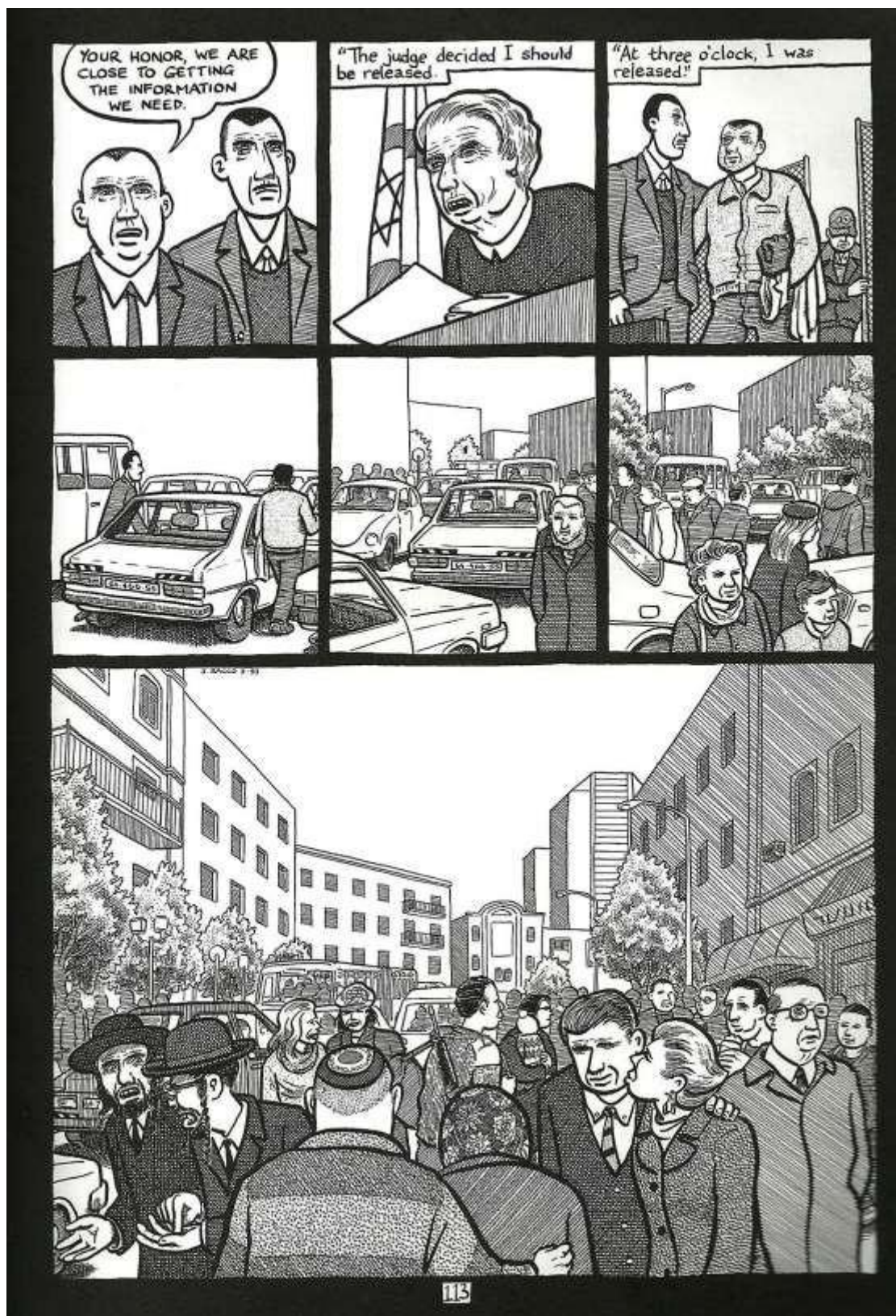


Figure 4: Liberdade. SACCO, 2011b, p.113

Mas o ápice da câmera subjetiva pode ser bem observada no último requadro. Como se Ghassan estivesse com a câmera em seus ombros, a imagem se abre para uma multidão de pessoas. Apesar de representar uma dupla de judeus ortodoxos em uma conversa que parece

acalorada, com um deles com o dedo apontado para a palma da outra mão, o que dá a idéia de acusação, pode-se observar um casal em um momento romântico, uma mãe que carrega seu filho, duas jovens que estão a conversar alegremente e um casal de meia idade de costas a Ghassan no qual a mulher esta a usar um hijab.. Estes são elementos que podem estar diretamente ligado as experiências que Ghassan vivenciou nos últimos dias. As acusações realizadas pelos judeus, a saudade de sua esposa e de suas filhas e a preocupação que teve com seus pais em suas alucinações. A perspectiva oferecida neste momento é de liberdade. As construções prediais formam um ângulo com seu centro bem delimitado o que dá a idéia de um longo caminho possível a ser seguido em contradição ao pequeno espaço que ficou confinado, sem direção ou perspectiva de soltura alguma.

Considerações finais

Como podemos observar, durante os dois meses que Sacco esteve nos territórios ocupados da Palestina, o jornalista teve como estratégia a coleta relatos da perspectiva palestina do conflito entre israelenses e palestinos. Por meio desta perspectiva tentamos delimitar as representações deste mundo construído pelo criador de Palestine.

Dentre as varias representações contidas em Palestines, nos atentamos em observar o caso de tortura registrada por Ghassan no qual o departamento de inteligência israelense, mais conhecido como Shin Bet, realizou o método de tortura conhecido como Sleep deprivation. Conforme as representações de Sacco, podemos observar algumas características as quais os meios escritos discorreriam maior tempo para descrição. Por meio de sua narrativa visual, Sacco representou além do ato consumado os desdobramentos ocasionados pelo processo de interrogatório dispensado pela polícia israelense. Entre elas, as mais notórias representadas pelo autor foram às várias alucinações enquanto esteve desprovido de sono.

Como também observamos estes métodos não são recentes pelo Shin Bet. Segundo relatório apurado por Chebata (2011), os escândalos decorrentes dos anos de 1980 levou as autoridades israelenses formularem a Comissão Landau em 1987. Apesar de afirmar que o Shin Bet utiliza de força excessiva e que seus agentes mentem nos julgamentos, as Nações Unidas achou descabido o fato de a comissão permitir o uso da pressão física e psicológica moderada nos interrogatórios.

Sendo grande crítico dos meios de comunicação nos Estados Unidos, Sacco resolve então representar este lado não dito do litígio entre israelenses e palestinos. As representações de tortura pelo Shin Bet é um dos vários outros casos que o criador de Palestine acredita estar

representando aos seus leitores e que conseqüentemente, encontra-se na margem das notícias comunicadas pelos grandes meios de comunicação.

Referências Bibliográficas:

- ARBEX, Jr. **Terror e esperança na Palestina**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed, Universidade, 2002.
- _____. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- CHEBATA, Hanan. **Memo Middle East Monitor**: Shin Bet An ingrained culture of torture and deceit. 2011. Disponível em:
<<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XYw1jZ4e5mAJ:https://www.middleeastmonitor.com/downloads/briefing-paper/shin-bet-an-ingrained-culture-of-torture.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> 20/08/2016.
- EISNER, Will. **Narrativas Gráficas de Will Eisner**. São Paulo: Devir, 2013.
- _____. **Quadrinhos Arte Sequencial**: princípios básicos e práticos do lendário cartunista. 4.ed. São Paulo, SP; Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- JORGE, Ruy Alves. **A justiça está com os Árabes**: História do conflito árabe-israelense. São Paulo, 1975
- MAZUR, Dan & DANNER, Alexander. **Quadrinhos**: História moderna de uma arte global. Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- UNITED NATIONS. **Division for Palestinian Rights**. Volume XI, Bulletin no.1. January, 1988.
- SACCO, Joe. **Palestina**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2011
- _____. **Palestine**. Seattle, Fantagraphics Books, 2011b.
- SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo, SP: Unesp, 2012.

**PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA: O DEBATE SOBRE POLÍTICA
DE TRANSPORTE NA REVISTA BRAZIL-FERRO-CARRIL
("RODOVIARISMO", 1916-1934)**

ISSN: 2595-1645

Luís Gustavo Martins*

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira

Resumo: A presente pesquisa visa investigar a discussão sobre a política de transportes brasileiro entre os anos de 1916 a 1934, sobretudo, o incipiente modal rodoviário. Esse período fora escolhido visto que em 1916 fora realizado o Primeiro Congresso Nacional de Estrada de Rodagem, e o ano de 1934 com a aprovação do primeiro projeto de viação pelo Governo Federal, o Plano Geral de Viação. Essa discussão é analisada a partir da Revista Brazil-Ferro-Carril, periódico composto em sua essência por engenheiros. Neste sentido, enquanto objetivo geral trata-se da percepção dos engenheiros acerca da questão do transporte, essencialmente o rodoviário que estava em início de debate. Em síntese, temos como hipótese de pesquisa que houve uma transformação da percepção do automóvel e das estradas de rodagem a partir da segunda década do século XX. Antes entendido como elemento de distinção social e artefato de luxo para determinada classe social, passa a integrar a partir de 1916 enquanto objeto para pensar questões essenciais ao desenvolvimento do Brasil - como transporte de produção e passageiros, integração e defesa do território nacional, meio de penetração pioneira para regiões isoladas dos centros produtores e capitais, meio de transformação do tempo e espaço.

Palavras-chave: história dos transportes; estradas de rodagens; Brazil-Ferro-Carril

Introdução:

A presente pesquisa visa investigar a discussão sobre a política de transportes brasileiro entre os anos de 1916 a 1934, sobretudo, o incipiente modal rodoviário. Esse período fora escolhido visto que em 1916 fora realizado o Primeiro Congresso Nacional de Estrada de Rodagem, e o ano de 1934 com a aprovação do primeiro projeto de viação pelo Governo Federal, o Plano Geral de Viação. Essa discussão é analisada a partir da Revista Brazil-Ferro-Carril, periódico composto em sua essência por engenheiros. Neste sentido, enquanto objetivo geral trata-se da percepção dos engenheiros acerca da questão do transporte, essencialmente o rodoviário que estava em início de debate. Em síntese, temos como hipótese de pesquisa que houve uma transformação da percepção do automóvel e das estradas de rodagem a partir da

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP – Assis

segunda década do século XX. Antes entendido como elemento de distinção social e artefato de luxo para determinada classe social, passa a integrar a partir de 1916 enquanto objeto para pensar questões essenciais ao desenvolvimento do Brasil - como transporte de produção e passageiros, integração e defesa do território nacional, meio de penetração pioneira para regiões isoladas dos centros produtores e capitais, meio de transformação do tempo e espaço.

Enquanto objetivos para esse resumo expandido, propomos fazer um breve balanço de leituras que abordam e/ou indicam alguns fatores que desdobraram na suposta decadência do transporte ferroviário brasileiro e em consequência, no desenvolvimento do modal rodoviário no país. Ainda como escopo, apresentar as fontes que utilizaremos para nossa pesquisa, sobretudo, a Revista Brazil-Ferro-Carril, enquanto espaço de debate sobre política de transporte nacional.

1. Decadência do transporte ferroviário e o incipiente padrão rodoviário-automobilístico

Ao propormos um estudo acerca do início da discussão sobre o transporte rodoviário no Brasil a partir da Revista Brazil-Ferro-Carril, perpassamos alguns trabalhos que discutem os motivos que levaram a decadência do transporte ferroviário brasileiro e sua mudança para o modal rodoviário.

A presença do primeiro automóvel no Brasil remonta ao final do século XIX, no ano de 1893 e o primeiro a rodar pelas ruas da capital Rio de Janeiro no ano de 1900 (NATAL, 1991, p. 81). Ainda pode-se ressaltar as primeiras viagens de automóvel de “longo” curso, como a de Conde francês Ledain que viajou do Rio de Janeiro a São Paulo em 1908, levando 34 dias em um trajeto de 700 km (FERRARI, 1981, p. 29). Entretanto, essas primeiras experiências com o automóvel não significa a entrada do Brasil no “rodoviarismo”, ou melhor, que o mesmo passou a ser utilizado enquanto modal de transporte visando atender as demandas e políticas públicas. Havia uma discussão na opinião pública, nas revistas especializadas e no debate político quanto a viabilidade da construção de rodovias e o prejuízo destas em relação ao transporte ferroviário, ainda considerado como o principal meio de interiorização e circulação de pessoas e mercadorias (FERRAR, 1981, p. 159).

Difícil precisar quando o Brasil adentra a era “rodoviarista”. Silvio Galvão, ao abordar o isolamento nacional enquanto um problema da política pública, traça a relação entre a integração do território brasileiro com a evolução dos transportes no Brasil (GALVÃO, 1996). Nessa perspectiva chama a atenção que a preocupação com o “rodoviarismo” inicia-se já em 1920 devido ao fracasso do transporte ferroviário, visto a situação econômica deficitária da maioria das companhias ferroviárias. Entretanto, o autor ressalta que mesmo com as

deficiências estruturas ferroviárias para as longas distâncias, o “Brasil não entrou, ainda em 1930, no que se poderia chamar de era rodoviária” (GALVÃO, 1996, p. 196).

Outros autores relacionam a deficiência econômica das companhias ferroviárias como um fator determinante. Milvaldo Ferrari (1981), a partir de uma leitura que identifica desenvolvimento econômico e transporte, busca compreender as causas que levaram a decadência ferroviária e a expansão do sistema rodoviário no Estado de São Paulo. Identifica assim que além da situação econômica deficitária que levaram a substituição do modal de transporte ferroviário para o rodoviário, afirma que as companhias ferroviárias paulistas não buscaram modernizar suas estruturas, seus traçados e a própria administração (FERRARI, 1981, p. 62-63).

Todavia, a historiografia que toma a ferrovia como objeto de pesquisa, vem trazendo novos elementos e resultados acerca do desenvolvimento ferroviário, dentre elas sobre as estradas de ferro paulistas. A companhia São Paulo Railway, por exemplo, fora uma das empresas de capital inglês que mais lucrou, visto que teve hegemonia na ligação entre interior de São Paulo e o porto da cidade de Santos até meados de 1930, quando teve a conclusão da linha partindo da cidade de Mairinque até Santos, pela Estrada de Ferro Sorocabana (cf. MATOS, 1974, p.103). No que se refere a administração das empresas ferroviárias, podemos citar como exemplo o caso da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e da Estrada de Ferro Sorocabana. Esta, entre os anos de 1920 a 1940 implementou uma nova organização do trabalho no interior da companhia, sobretudo nas oficinas, baseados em princípios científicos e racionais na estrutura técnica e administrativa da empresa (MOREIRA, 2008).³⁷⁷ No mesmo sentido, a Companhia Paulista também introduz novas formas de organização, baseadas nas experiências de ferrovias norte-americanas e no taylorismo para a reorganização de sua administração a partir de princípios científicos (GARCIA, 1992, p. 68-69). Sobre as melhorias nos serviços e estruturas, a Estrada de Ferro Sorocabana sob a administração de Arlindo Luz e de Gaspar Ricardo Junior entre a década de 1920 e 1930, sofrera várias intervenções com fins de diminuir os gastos, aumentar a rentabilidade, e melhorar o tráfego, como a duplicação de trechos, construção de variantes, de oficinas, construção e reforma de armazéns para mercadorias e ampliações das estações já existentes ao longo da linha (BOTARO, 2015, p. 155).

³⁷⁷ Essa reorganização do trabalho, pautado em preceitos científicos visava não apenas a intensificação da produção (visto que também introduziu cursos de capacitação e formação de ferroviários) como também um maior controle sobre os ferroviários, dentro e fora do espaço de trabalho (MOREIRA, 2008, p. 71).

Também sob uma análise econômica, Jorge Luiz Natal tem como objetivo de sua tese o papel das ferrovias e rodovias tanto na ocupação do território nacional quanto do desenvolvimento capitalista brasileiro (NATAL, 1991). Por sua vez, ressalta que as companhias ferroviárias se encontravam em difícil situação econômica e operacional já em 1890, sendo muitas delas encampadas pelo Governo Federal (NATAL, 1991, p. 72). Entretanto, assim como elencamos com a São Paulo Railway que tinha um enorme faturamento, pois as outras companhias paulistas eram tributárias da *Inglesa*, podemos ainda destacar a Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Lílana Garcia chama a atenção que a companhia tornou-se um complexo agroindustrial do qual participava um conjunto de empresas lucrativas de diferentes ramos como hortos florestais, oficinas para montagem e manutenção de carros e vagões, indústria de papel transportes rodoviários (GARCIA, 1992, p. 66). Havia também uma empresa de colonização ligada a companhia ferroviária, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização fundada em 1928, sobretudo na expansão dos trilhos a regiões até então desabitadas e sem produção econômica, partindo da cidade de Piratininga até as margens do Rio Paraná, região que ficou conhecida como Alta Paulista (CAMPOS, 2011, p. 95).

Essa constatação de ordem de déficit econômico das empresas ferroviárias já em 1890 pode ser questionada, visto que, a partir de 1880 houve forte expansão dos trilhos de ferro no Brasil. No Estado de São Paulo, por exemplo, todas as companhias prolongaram suas linhas, sobretudo, em busca do café (MATOS, 1974, p. 87), bem como, foram criadas pequenas companhias que mais tarde foram absorvidas e incorporadas as de maior porte (MATOS, 1974, p. 81). Na região do nordeste brasileiro, também foram criadas companhias ferroviárias, bem como as mesmas tiveram a expansão de seus trilhos, principalmente a partir de 1870, que visava o escoamento da produção de açúcar, algodão e gado, por exemplo (TENÓRIO, 1996, p. 66-67). Para José Vieira Camelo Filho, muitas empresas ferroviárias do Nordeste tiveram períodos de déficits, contudo, a política de garantia de juros por parte do governo assegurara a expansão de seus trilhos e serviços. Por sua vez, disserta que tais companhias construídas em localidades que muitas vezes não justificava o empreendimento e/ou não estavam em consonância com os interesses e demandas locais, tais estradas não serviram para a melhoria material da sociedade, mesmo dando a impressão de um surto ferroviário nordestino no final do século XIX (CAMELO FILHO, 2000, p. 95ss).

Os argumentos de ausência de modernização nas administrações e das estruturas ferroviárias das companhias, bem como que as ferrovias operavam em déficit, torna-se uma análise generalizada para condicionar como um dos fatores que levaram a substituição dos

trilhos de ferro pelas rodovias. Outras razões, na perspectiva econômica são apontadas pelos autores que levaram a substituição do modal ferroviário para o rodoviário no Brasil, como a crise de 1929, período de reorientação de investimentos em infraestrutura dos transportes por parte dos governos. Jorge Luiz Natal, a partir de uma análise orientada na ideia de complexo econômico de Wilson Cano (1983), afirma que as ferrovias brasileiras tiveram baixa capacidade integradora, marcada por diversos complexos regionais com a finalidade de exportar a produção das fazendas para a região portuária (NATAL, 1991, p. 76). Com a crise economia de 1929 bem como o processo de industrialização para substituição da importação que já operava devido as Primeira Guerra Mundial, a economia capsulada (sem estar integrada com outras regiões do país destinada somente aos portos) e o sistema de transporte ferroviário é colocado em dúvida, visto que não mais atendia as demandas econômicas, o que chama de crise de padrão de desenvolvimento (NATAL, 1991, p. 102-103).

Ao pensar no caso do Estado de São Paulo, Mivaldo Ferrari ressalta a queda do preço do principal produto de exportação nacional, o café, houve um movimento de redução de lucros e de importação, além da continuação de uma política de substituição de importação em atendimento às demandas do mercado interno que já vinham desde a primeira Guerra Mundial. Segundo o autor, a industrialização crescente que demandava por novas condições de infraestrutura, principalmente no Estado de São Paulo, coloca em cheque o “monopólio” do sistema ferroviário de transporte, implantado sob as orientações principalmente do mercado externo, sem condições de atender de forma efetiva o mercado interno, iniciando um processo de estagnação e a ceder espalho para o transporte rodoviário (FERRARI, 1981, p. 55).

A baixa ação integradora dos trilhos de ferro, sobretudo, é apontado então como fator determinante para a expansão do modal rodoviário no Brasil, principalmente devido as condições e demandas econômicas pós 1929. Esses fatores apontados como déficit das ferrovias, falta de adequação técnica e por não conseguir integrar as diversas regiões do país são caracterizadas enquanto fatores preponderantes para Ferrari (1981) e Natal (1991). Contudo, Galvão disserta que não se trata apenas da “baixa capacidade integracionista” ou devido a origem desses meios estarem relacionados ao mercado exterior e não para o interno. Para Galvão, a ausência de um mercado interno consolidado e em potencial é “inconsistente com o desenvolvimento de um sistema eficiente de transporte, em escala nacional, baseado em ferrovias ou na navegação por cabotagem”, tornando o modal rodoviário como o único viável nessas condições (GALVÃO, 1996, p. 206). Mesmo tais modais demandando altos investimentos em infraestrutura, a ferrovia e navegação dependem e são muito sensível a

situação econômica, além de que no caso ferroviário são companhias que realizavam os investimentos na sua expansão e manutenção, diferentemente do modal rodoviário (GALVÃO, 1996, p. 207).

Sobre esse dualismo entre automóvel e rodovia de um lado, e de outro, as ferrovias, acaba por encobrir novas reflexões e associações de interesses do capital nos setores de transporte, bem como, acaba que o pesquisador acaba incorporando os discursos políticos e oficiais. Segundo Dilma de Paula, assim como em muitos casos onde política de garantia de juros incentivaram a construção de ferrovias e de trilhos por locais por vezes de pouca rentabilidade em tráfego e com baixa qualidade em equipamentos, nas rodovias não fora diferente: houve uma intensa articulação do capital nacional e internacional, envolvendo a criação e desenvolvimento de indústrias de autopeças, montadoras e principalmente, a emaranhada política de licitações para construção de rodovias e demais obras viárias (PAULA, 2006, p. 213).

Sobre as relações entre capital nacional e internacional no processo de concessões, o trabalho de Antônio Accorsi é oportuno. Os investimentos em obras de infraestrutura rodoviária começaram a despertar interesses do empresariado em explorar o transporte rodoviário no Brasil. Ao estudar esse processo de concessão e relação entre empreiteiras e o poder público na infraestruturação rodoviária brasileira, Accorsi chama a atenção que a partir de 1930 os interesses sobre o rodoviarismo já estavam enraizados no interior do Estado, entretanto, subordinado ao Ministério de Viação e Obras Públicas (M.V.O.P), ou seja, subordinado a autonomia do Ministério para gerir e executar sua administração e projetos rodoviários. Segundo Accorsi, o processo de autonomização dos interesses do rodoviarismo inicia-se em 1937 com a criação do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem e se consolida com o final do governo de Getúlio Vargas, independente então do poder Executivo e Legislativo para garantir fluxo de capital e autonomia para elaboração e execução de projetos (ACCORSI, 1996, p. 32).

Para Mivaldo Ferrari (cf. FERRARI, 1981, p. 37) e Jorge Natal (cf. NATAL, 1991, p. 85ss), além dos fatores de ordem econômica, também ressaltam a mudança de mentalidade e percepção sobre os meios de transporte, bem como a alternância da influência econômica da Europa para os Estados Unidos. Para os autores, com o advento da Primeira Guerra Mundial e as dificuldades impostas aos países europeus como a Inglaterra, os Estados Unidos tornaram-se o centro de referência e influência econômica, e o Brasil enquanto espaço para aberto para a expansão do mercado norte-americano de automóveis, caminhões, autopeças e combustíveis. Contudo, há que se ressaltar que a presença de capital e influência norte-americana no Brasil é

anterior ao período e em outros setores, como o ferroviário e elétrico. Eduardo Romero de Oliveira, ao dissertar sobre a eletrificação das companhias ferroviárias, ressalta o prédio da oficina da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que além de contar com a força motriz elétrica para os guindastes, importados dos Estados Unidos, destaca que “não se tratou de simples aquisição de material importado, mas de transferência de um modelo de funcionamento da produção industrial”, além da planta do novo prédio da oficina ferroviária ter “relação clara com a da Baldwin Works, que havia inaugurado uma oficina em 1890 com uso de eletricidade” (OLIVEIRA, 2012, p. 203).³⁷⁸

Na discussão sobre o automóvel e o transporte, aparece o elemento da velocidade. O automóvel, assim como as ferrovias, também transforma a percepção do espaço e do tempo: do homem na sociedade. Essa nova experiência também é evocada a partir da velocidade. Diferentemente da ferrovia, o homem não estava mais atrelado a uma estrutura como a dos trilhos para locomover-se. Ele poderia deslocar-se cada vez mais em alta velocidade de forma individual e com maior autonomia para qualquer ponto. A relação entre homem e máquina e o constante desenvolvimento desta última, possibilitaram a experimentação e o sentimento de novas perspectivas diante do meio e do mundo sob o signo da velocidade.

Ao dissertar sobre a velocidade do automóvel e as novas sensações e experiências sobre o homem, Marco Antônio Sávio destaque que:

No mundo automobilístico, a experiência de estar presente em algum lugar se transforma, graças à utilização do artefato técnico, numa experiência de “estar de passagem” por algum lugar, que assume uma condição de exterioridade em relação àquele que experimenta movimento. Essa condição de transitoriedade do movimento passa a tornar-se mais importante de que as outras formas de presença, já que, para o automobilista, a velocidade passa a significar uma existência em nova dimensão, recheada de poder e aventura (SÁVIO, 2002, p; 128).

O crescente aumento do número de automóveis e caminhões pelas cidades do Brasil como na capital São Paulo e no próprio interior do estado, e a criação estradas interligando as cidades trouxeram transformações. Por um lado, houve aquelas referentes à paisagem urbana e rural, e também as de ordem social, como a criação de novos empregos e serviços

³⁷⁸ Também vale a referência de que, as três maiores companhias paulistas ativas entre o final do século XIX e início do século XX, como a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, Companhia Paulista de Estrada de Ferro e a Companhia União Sorocabana e Ituana, o fornecedor principal de material rodante (locomotivas, carros e vagões) era norte-americano (cf. OLIVEIRA, 2012).

relacionados aos automóveis, na própria legislação e regulamentação do novo meio de transporte (cf. SÁVIO, 2002).

Estas discussões acerca da ferrovia e rodovia no Brasil, a partir dos autores aqui mencionados, não encerram o tema. Ao contrário, a historiografia e outras áreas como a economia, vem colocando novos elementos sobre a política rodoviária brasileira.

2. Revista Brazil-Ferro-Carril e outras fontes para a pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa, será utilizado como fonte principal a Revista Brazil-Ferro-Carril entre os anos de 1916 a 1934. Entendemos que a revista como espaço de debate sobre a política de transporte no Brasil. A partir das matérias publicadas e assinadas, sobretudo, por engenheiros e economistas, buscamos compreender a percepção da revista em relação ao incipiente modal de transporte rodoviário brasileiro.

A Revista Brazil-Ferro-Carril tomada como fonte, no subtítulo, apresenta-se no ano de 1910, de sua inauguração, como “revista mensal dedicada a viação brasileira”. Logo no ano seguinte, aparece em seu subtítulo como uma revista de “ revista de engenharia e especialmente de viação”. Já na década de 1920 ela assegura seu espaço de debate: “revista semanal de transportes”, permanecendo assim até seu último ano, em 1942.³⁷⁹

Como seus principais colaboradores, apresenta uma gama de engenheiros e economistas, sendo aqueles em maioria. Entre o abrangente conteúdo publicado na Revista, podemos encontrar aquelas que tratam sobre viação no território nacional, pareceres sobre a extensão e condições das companhias ferroviárias brasileiras, inovações tecnológicas para o transporte ferroviário, a situação dos modais de transporte no Brasil e no mundo, a repercussão de Congressos que tomam o transporte enquanto tema principal.

Além, a Revista traz artigos que discutem a situação política, econômica, social e cultural do país. Temas que envolvem as estratégias da política cambial brasileira, as atividades desenvolvidas por alguns políticos, sobretudo, aqueles ligados as Secretarias de Obras Públicas, as deficiências e demandas da educação no Brasil. Em resumo, entendemos a Revista Brazil-Ferro-Carril como espaço de debate sobre diversos temas que envolvem o país, a partir de uma perspectiva de engenheiros.

Sendo assim, atentaremos as matérias que tratam sobre os planos rodoviários do início do século XX, acerca dos primeiros Congressos Nacionais de Estradas de Rodagens do Brasil,

³⁷⁹ Vale destacar que o autor já fez uma primeira visita ao Complexo FEPASA que está localizado na cidade de Jundiaí, e fez a digitalização dos seguintes anos da Revista Brazil-Ferro-Carril: 1910, 1911, 1917, 1922, 1934.

a possível concorrência ou não das rodovias frente as companhias ferroviárias e se o periódico toma um partido em defesa deste ou daquele modal.

Outra revista que também vamos nos ater como apoio para a discussão sobre transportes no Brasil é a Revista Brasileira de Geografia, que se encontra digitalizada na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nesse material, há uma discussão, sobretudo nos anos iniciais, intitulada “geografia dos transportes no Brasil” assinada pelo engenheiro Moacir F. Silva, onde o mesmo discute uma evolução dos diferentes modais de transportes no país, inclusive o rodoviário.

Ao julgar que trabalhamos como periódicos, faz-se necessário pontuar cautelas e ressalvas teórico-metodológicas peculiares em relação às fontes impressas. Assim como é necessário conhecer suas especificações de produção, conteúdo, técnicas, ter o esclarecimento do grupo e colaboradores do impresso analisado é um artefato que torna mais claro o posicionamento e conteúdo do material abordado. Como o periódico constitui-se essencialmente em discurso, e neste sentido, a forma como destaca um assunto, ou uma manchete de capa, não é obra do acaso. Conhecer os idealizadores do impresso, colaboradores mais próximos, suas ligações com diferentes poderes traz a luz significados e pretensões do próprio impresso, o que justifica não somente a escolha de matérias, mas a própria linguagem utilizada pelo impresso e as significações criadas pelo mesmo (LUCA, 2008a, p. 140).

Importante ressaltar que a Revista Brazil-Ferro-Carril não é objeto de nossa pesquisa, e sim fonte. Contudo, a Revista composta em sua maioria por engenheiros os quais abordavam diversos temas referente a situação política, econômica e cultura do Brasil, entendemos os periódicos enquanto polos de discussão “em torno dos quais se reuniam e disciplinavam forças e instrumentos de combate e intervenção no espaço público” a partir de diálogo intenso com os dilemas de um determinado tempo (LUCA, 2011, p. 3).

Além da Revista Brazil-Ferro-Carril, também utilizaremos como fonte os anais dos Congressos Nacional de Estradas de Rodagens, Congressos Paulista de Estrada de Rodagem e os Congressos Pan-Americanos de Estrada de Rodagem. Entendemos como um espaço de debates de ideais e projetos que pensavam o transporte rodoviário para o país. Sendo assim, podemos contrastar a perspectiva daqueles que palestraram nos Congressos com a repercussão e posicionamento da Revista Brazil-Ferro-Carril. Os anais referentes ao primeiro Congresso Nacional (1916) e da segunda (1919) e terceira (1923) edição do paulista encontram-se disponível na Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação a quarta e sexta edição do Congresso Nacional podemos encontrá-los na biblioteca do Clube de Engenharia do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo

arquivo, encontramos também os anais do primeiro e segundo Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagens, que acontecerem, respectivamente nos anos de 1926 e 1929.

Sobre os planos de viação, podemos encontrar uma versão do Plano Geral de Viação Nacional do ano de 1934 e o Plano Nacional Rodoviário de 1944 na Biblioteca Nacional. Outro material importante para análise dos planos nacionais de viação é a publicação do Ministério dos Transportes do Brasil de “Planos de viação: evolução histórica (1808-1973)” publicado em 1974 e o projeto de Edson Passos que consta em seu livro “Plano Nacional de Viação” de 1952. Consideramos também utilizamos material com informações sobre biografia sobre os envolvidos na elaboração dos planos (políticos, engenheiros).

Também será fonte de pesquisa livros e ensaios de engenheiros, militares e políticos que abordaram o problema da viação no Brasil. O ensaio de Mario Travassos (1952) publicado pela Coleção Documentos Brasileiros traz em discussão o transporte no país, os diferentes modais e ainda possui um último capítulo dedicado ao Plano Geral de Viação Nacional 1934, abordando traçados e principais características da proposta. O engenheiro Moacir F. Silva (1949), em “Geografia dos transportes no Brasil” publicado em 1949 trata sobre a interiorização dos distintos modais no país, suas especificidades, expansões e deficiências, e assim como Travassos, também aborda o Plano Geral de Viação Nacional de 1934. Ainda sobre os transportes no Brasil, temos uma conferência do Ministro de Viações e Obras Públicas Mendonça Lima (1941) publicado no ano de 1941 sobre as realizações na frente da pasta entre os anos de 1930 a 1940. Dentre conteúdo do material, podemos destacar a percepção do ministro acerca expansão ferroviária dos Estados Unidos e sua comparação com a brasileira, a política ferroviária de Getúlio Vargas e principalmente um compilado das realizações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

3. Considerações finais

Propomos fazer um breve levantamento bibliográfico sobre uma “suposta” decadência do transporte ferroviário no Brasil e os motivos que resultaram no incipiente desenvolvimento do transporte e modal rodoviário nas primeiras décadas do século XX. Como mostra os autores e produções estudadas, há divergências sobre os motivos que desdobraram para o início dos investimentos e desenvolvimento do modal rodoviário no Brasil. Termos como “decadência” e “deficiência” em relação as ferrovias no Brasil devem ser melhor investigadas, seja pela bibliografia ou na consulta às fontes, no caso a Revista Brazil-Ferro-Carril. Também realizamos uma sucinta explanação da Revista Brazil-Ferro-Carril e de outros conteúdos

textuais que serão tomados enquanto fonte de pesquisa. Inseridos no campo da história dos transportes, pretendemos compreender esse incipiente processo de discussão do modal rodoviário, a percepção do automóvel e das estradas de rodagens como meio de integração e circulação de pessoas e mercadorias, e a relação deste modal com o ferroviário no recorte abordado, visto que o segundo preponderou como principal meio de locomoção, sobretudo em São Paulo, até a década de 1950, quando o padrão rodoviário-automobilístico ganha uma nova dimensão.

Referências Bibliográficas:

ACCORSI, Antonio Carlos. **Estado e grupos econômicos: a política de expansão rodoviária no Brasil a partir de 1930.** 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

BOTARO, Luís Gustavo Martins. **Botucatu: modernidade e infraestrutura urbana no interior paulista (1928-1934).** 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

CAMELO FILHO, José Vieira. **A implantação e consolidação das estradas de ferro do nordeste brasileiro.** 200. 250 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CAMPOS, Cristina. Ferrovias e urbanização: o processo de urbanização da zona pioneira da “Alta Paulista” (1905-1962). In: CAMPOS, Cristina de; OLIVEIRA, Eduardo Romero de; GITAHY, Maria Lucia Caira. **Território e Cidades - Projetos e representações, 1870-1970.** São Paulo: Alameda, 2011, p. 93-112.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial de São Paulo.** São Paulo: Difel, 1983.

FERRARI, Mivaldo Messias. **A expansão do sistema rodoviário e o declínio das ferrovias no Estado de São Paulo.** 1981. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. O desenvolvimento dos transportes e integração regional do Brasil – uma perspectiva histórica. In: **Planejamento e políticas públicas.** nº 13, Junho de 1993. p. 183-214.

GARCIA, Liliana. **Rio Claro e as oficinas da Cia. Paulista: trabalho e vida operária, 1930-1940.** Campinas: Tese (Doutorado em História) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezzi(org.). **Fontes históricas.** 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

_____. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Afla-Omega; Sociologia e Política, 1974.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. **Ferrovários, Trabalho e Poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NATAL, Jorgel Luiz Alves. **Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectiva**. 1991. 356 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1991.

PASSOS, Edison: **Plano Nacional de Viação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

PAULA, Dilma Andrade de. Ferrovias e rodovias: o dualismo na política de transportes no Brasil. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org). **Estado e historiografia no Brasil**. NITERÓI: EdUFF, 2006.

TENÓRIO, Douglas Aparatto. **Capitalismo e ferrovia no Brasil**. 2ª edição. Curitiba: HD Livros, 1996.

TRAVASSOS, Mario. **Introdução à geografia das comunicações brasileiras**. Col. Documentos brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Eletrificação em empresas ferroviárias paulistas: aspectos da tecnologia e da industrialização em São Paulo (1902-1937). In: CAPEL, Horácio; CUELLAR, Domingo (orgs.): **La electricidad en las redes ferroviarias y la vida urbana**. 2012, p. 195-209.

RASCUNHO DE GUERRA: SUPOSTA CARTA DE OSMILDA E A IDENTIDADE NACIONAL

ISSN: 2595-1645

João Paulo Massi

Orientador: Prof^o Dr. Richard Gonçalves André

Resumo: No ano de 1942, o Brasil declarou guerra contra as forças do Eixo e entrou oficialmente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O país era governado por Getúlio Vargas (1882-1954), no regime de governo denominado Estado Novo (1937-1945), governo esse caracterizado pelo nacionalismo e pela busca de uma identidade nacional. Dentre os projetos para a consolidação de uma identidade nacional homogênea, é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), projeto esse que assistia os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no período em que o Brasil participou do fronte de batalha em solo italiano. Uma das funções da LBA era a campanha “madrinha do combatente”. A fonte analisada é um rascunho de uma carta supostamente enviada ao 2º Sargento Benedito Ravedutti pela “madrinha” Osmilda Diana. O conteúdo do documento sugere o nacionalismo presente na época. As ferramentas metodológicas utilizadas para análise remetem a obra de Natalie Zemon Davis “Histórias de Perdão: e seus narradores na França do século XVI”, obra na qual a autora busca mais que a narrativa presente nas cartas, mas a história por trás de seus autores

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Identidade; Carta.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi o maior conflito bélico da história da humanidade, os principais países envolvidos foram, Inglaterra, França e Estados Unidos da América formando os Aliados, que combatiam o Eixo formado por Alemanha, Itália e Japão. As batalhas ocorreram com maior intensidade na Europa, mas se alastraram por todo o mundo. Em 1942 o Brasil declara guerra ao Eixo e entra definitivamente na Segunda Guerra Mundial, apesar dos ataques aos navios mercantes brasileiros terem motivado a decisão de participar do conflito, a entrada do país na Guerra também serviu para atender os desejos de modernização do exército brasileiro e de comércio direto com os Estados Unidos da América.

No Brasil a partir de 1937, foi implementado o regime de governo conhecido como Estado Novo (1937-1945) com o Presidente Getúlio Vargas (1882-1954), o homem à frente do Estado brasileiro que administrou um governo carregado de símbolos. Ele buscou a extinção de regionalismos no país, forma de fortalecer seus objetivos políticos, buscando transformá-los em uma pátria única, onde não haveria espaço para outras identidades, somente a nacional brasileira (LENHARO, 1986).

A unidade nacional tão desejada passou a ser construída logo no início do Estado Novo. Vargas, na intenção de acabar com o regionalismo e qualquer outra forma de identidade presente no país, fez o uso de um conjunto de símbolos, “[...] materializado no Estado Novo, na tentativa de afirmação da identidade nacional, metamorfoseado em

homogeneização do povo brasileiro, apagando as diferenças regionais, étnicas, de idiomas.” (FÁVERI, 2005, p. 62). Uma das cerimônias mais impactantes foi a cremação das bandeiras estaduais e municipais. O evento contou com um missa campal. Segundo Marlene De Fáveri:

É sugestiva a queima das bandeiras dos Estados após o golpe de 1937: nada poderia simbolizar melhor a centralização do poder e liquidação da autonomia regional! Sim o fogo purificava a nação de seus “males”, seguindo-se nos meses seguintes, de milhares de livros considerados regionalistas e subversivos (FÁVERI, 2005, p. 62).

Lenharo afirma que parte fundamental do governo de Vargas era estar presente em todos os lares do país. Os cidadãos brasileiros tinham contato com o presidente diariamente, tornando a figura de Vargas onipresente. O rádio foi a forma utilizada para esta comunicação, era através dele que a figura do presidente se fazia presente por todo país (LENHARO, 1986). Com o início da Segunda Guerra Mundial, este nacionalismo fica mais evidente. Os soldados da Força Expedicionária Brasileira começam seus treinamentos em 1942. A partir do engajamento efetivo do exército brasileiro na guerra é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), tendo o intuito de assistir aos soldados e suas famílias. “Com a LBA, pretendia-se em particular a mobilização feminina para o enfrentamento dos problemas sociais gerados pela participação do país no conflito mundial” (SIMILI, 2008, p. 129). Uma das funções da LBA era a de corresponder com os pracinhas no fronte italiano. Essa iniciativa foi a primeira ação social feita junto ao governo brasileiro. O programa contava com a campanha “madrinha do combatente”, na qual mulheres voluntárias “adotavam” um combatente e com ele trocava cartas (SIMILI, 2008).

O documento analisado é o suposto rascunho da carta enviada por Osmilda Diana para o 2º Sargento Benedito Ravedutti³⁸⁰. Osmilda vinha de uma família de posses da região de Cambará, Paraná, estudou no internato do Colégio Mãe de Deus em Londrina até o quinto ano. As informações referentes a Osmilda foram sugeridas por sua filha, Marilda Maria Gomes de Almeida, amiga pessoal do autor do trabalho em conversas informais.

Serão aplicadas as proposições metodológicas de Natalie Zemon Davis (2001) para a compreensão das epístolas, ressaltando aspectos como elementos pré-existentes, local de produção e que situações envolviam os personagens que produziram essas cartas. A autora valoriza toda a trama de elementos que envolvem a concepção do documento, atenta para a necessidade da contextualização histórica dos acontecimentos que antecedem essa concepção,

³⁸⁰ O rascunho de Osmilda está disponível em anexo na forma de transcrição paleográfica.

após todo embasamento é que se dá por iniciada a fase de investigação sobre as narrativas construídas. Segundo Davis (2001, p. 19):

Depois de explorar a construção das histórias, retornarei a sua fidelidade aos “acontecimentos reais” – ou, pelo menos, aos mesmos acontecimentos que foram narrados por outros e perguntarei: que relação teve o dizer a verdade com o resultado das histórias? De que estatuto de verdade elas gozam na sociedade em geral? As preocupações do historiador social e político aparecerão também aí, não como motivos isolados colhidos em muitas histórias, mas como passos de uma narrativa ou de uma transação narrativa.

Será ressaltada também a materialidade das cartas, atinando para elementos simbólicos e afetivos que fazem parte dos documentos, bem como os instrumentos utilizados em sua produção. A carta como um objeto da cultura material tem muito a dizer, pois a forma como foi produzida e o material utilizado para escrita podem revelar detalhes importantes para o estudo. De acordo com Maria Rosa Martins Camargo, “Um estudo da carta, como objeto material, traz indícios de uma cultura, numa época, num meio, e que consolida uma prática de escrita porque entremeia, penetra, constitui e faz o cotidiano” (CAMARGO, 2002, p. 159).

O texto de Osmilda se inicia saudando os futuros heróis: “A vocês futuros heróis (sic) do Brasil, o meu presente, e felicitações.” (DIANA, O., 1944, p. 1, linhas 4-5). Logo em seguida, podemos observar a noção de colaboração com a causa vinda do programa da “madrinha do combatente”, onde a jovem se coloca como uma colaboradora a serviço do país, “Sendo eu uma brasileira não podia deixar passar despercebida esta contribuição para a ‘vitória’.” (DIANA, O., 1944, p. 1, linhas 6-7).

No decorrer do rascunho Osmilda, é sugerida compaixão para com as famílias dos combatente que estão no fronte: “Quantas velhas mãezinhas, esposas e filhos de vocês estarão a presenciar êsse doloroso episódio, que para outros será um ‘magnífico desfile’.” (DIANA, O., 1944, p. 1, linhas 13-15). Nas últimas linhas da página 1, Osmilda faz menção à bandeira nacional hasteada para a comemoração da vitória: “Soldados! a bandeira hoje entregue é linda le e pu- ra... mas será mais linda, mesmo em farrapos (des- fraldada) e descorada, quando livremente des- fraldada nos mastros mais perto do céu, de puro anil, colear ao sopro do vento corôada com os louros da ‘Vitória’.” (DIANA, O., 1944, p. 1, linhas 16-21).

Na segunda página do rascunho Osmilda sugere um comportamento extremamente patriótico: “Com um amor acendido á (sic) minha extremada Patria (sic), levo-lhes altivamente o meu ardoroso abraço de grande patriota, e as minhas cordiais felicitações” (DIANA, O., 1944, p. 2, linhas 2-4). Osmilda não deixa de ressaltar a coragem e o sacrifício que os soldados da FEB estão prestando pelo país:

E hoje, que o nosso caro Brasil exige seu sacrificio (sic) a i estão, nas fileiras, nos campos de batalhas, em soló alheio, ufanos e corajosos prontos a sacrifica- rem se suas vidas, seu sangue em prol desta soberba terra que se orgulha e confia no heroísmo (sic) destes filhos (DIANA, O., 1944, p. 2, linhas 5-10). Osmilda refere-se ao Brasil sempre como pátria querida, sempre valorizando seu país: “Com coragem e amor despendem se deste sólo (sic) amigo, desta querida Patria (sic), deste céu brasi leiro [...]” (DIANA, O., 1944, p. 2, linhas 11-13), e novamente “honrar nobremente o nome da e a Bandeira do Brasil!” (DIANA, O., 1944, p. 2, linha 19). Novamente, refere-se ao seu dever como brasileira: “Ofertam me, meus herois, oferecer-lhes esta lembracinha (sic), como penhor de minha humilde contribuição em favor á (sic) causa do Brasil” (DIANA, O., 1944, p. 2, linhas 20-22).

Ao finalizar, a carta se identifica como a “brasileirinha”, com esperança na vitória: “Com esperança viva em nossa vitoria e com um “Viva ao Brasil” a sua díspe de. se a brasileira” (DIANA, O., 1944, p. 2, linhas 23-25). A narrativa do rascunho se torna interessante na medida em que o valor atribuído à pátria é sempre ostentado. Quais eram os motivos para o nacionalismo presente na carta de Osmilda a jovem estaria seguindo normas para a produção da carta, em vista do texto sofrer correções por parte de sua professora, ou o espírito nacionalista do Estado Novo era forte o suficiente para tamanha exaltação a pátria brasileira.

O controle da informação vinda do fronte era tamanho que até mesmo as cartas passavam por um rigoroso processo de censura. Como podemos observar segundo Maximiano (2010), as informações da batalha eram poucas, os correspondentes de guerra brasileiros foram proibidos de ir ao fronte, as notícias e cartas enviadas para o Brasil eram severamente limitadas pela censura:

O tema era evitado não somente por causa da censura, que proibia que se escrevesse sobre o assunto por óbvias questões de segurança (todas as cartas de praças eram lidas pelos censores do Exército mas agências de correio da FEB), mas também para proteger parentes de preocupações adicionais (MAXIMIANO, 2010, p. 98). Quais preocupações seriam essas? É possível que os combatentes brasileiros descendentes das forças do Eixo temiam pelo bem de seus familiares e pelo seu próprio bem estar ao não mencionar referência nenhuma à terra de seus antepassados. Ainda segundo Maximiano (2010), o zelo dos censores era demasiado: as cartas eram produzidas segundo um manual, seguiam uma regulamentação proibindo assuntos, como efetivo, moral, resultado de ações inimigas, entre outros. O manual prescrevia ainda que não fossem dadas informações desnecessárias às famílias, “O resultado era que a

correspondência dos expedicionários não fornecia indícios sobre a realidade da vida na FEB” (MAXIMIANO, 2010, p. 99).

A análise do rascunho de Osmilda nos permite vislumbrar o nacionalismo presente na época, sobretudo durante o Estado Novo, em que a busca da afirmação de uma identidade nacional homogênea era tratado como prioridade do Estado brasileiro, as influências nas escolas e no cotidiano dos brasileiros são sugeridas nas palavras de Osmilda.

1. Fontes

Carta.

DIANA, Osmilda, [Rascunho Carta] 5 agosto 1944, Londrina-PR [para] Ravedutti, Benedito., Itália. p. 2. Carta em apoio a participação do soldado da FEB na Segunda Guerra Mundial.

2. Bibliografia

CAMARGO, Maria Rosa Martins. Escreva-me urgente... Um estudo dos elos comunicativos na carta. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Chrystina Venancio. **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 159-180

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2. ed. Itajaí: UFSC, 2005

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política: A Trajetória da Primeira - Dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São. Paulo: UNESP, 2008.

APENDICES

APENDICE A

TEXTO PRELIMINAR

Suposto rascunho da carta escrita por Osmilda Diana, “madrinha do combatente”, destinado ao 2º Sargento Benedito Ravedutti da Força Expedicionária Brasileira, no fronte de

batalha italiano. O rascunho foi escrito em papel de carta, em agosto de 1944. O conteúdo presente no texto é em apoio a campanha da FEB na Segunda Guerra Mundial.

Página 1.

- 1- Colégio Mãe de Deus.
- 2- Londrina-Paraná, 5 de ~~julho~~ de 1.944.
- 3- Agosto
- 4- A vocês futuros heróis (sic) do Brasil, o meu presente, e
- 5- felicitações.
- 6- Sendo eu uma brasileira não podia
- 7- deixar passar despercebida esta contribuição para a “vitória”.
- 8- Todos vocês sabem que irão sacrificar a vida;
- 9- vão despedir deste sólo (sic) amigo desta querida Pátria
- 10- para em navios baloiçam constantemente sobre
- 11- ondas revoltas, as quais os querem tragar como se
- 12- fossem aliados do mal ou dos traidores
- 13- Quantas velhas mãezinhas, esposas e filhos
- 14- de vocês estarão a presenciar êsse doloroso episó
- 15- dio, que para outros será um “magnífico desfile”.
- 16- Soldados! a bandeira hoje entregue é linda le e pu-
- 17- ra... mas será mais linda, mesmo em farrapos (des-
- 18- fraldada) e descorada, quando livremente des-
- 19- fraldada nos mastros mais perto do céu, de
- 20- puro anil, colear ao sopro do vento corôada
- 21- com os louros da “Vitória”.
- 22-
- 23- Osmilda Diana (14 anos)

Página 2.

- 1- Soldados do Brasil!
- 2- Com um amor acendiado á (sic) minha extremada
- 3- Patria (sic), levo-lhes altivamente o meu ardoroso abraço
- 4- de grande patriota, e as minhas cordiais felicitações.
- 5- E hoje, que o nosso caro Brasil exige seus sacrificio (sic)
- 6- a i estão, nas fileiras, nos campos de batalhas, em
- 7- soló alheio, ufanos e corajosos prontos a sacrifica-

- 8- rem se suas vidas, seu sangue em prol
- 9- desta soberba terra que se orgulha e confia
- 10- no heroísmo (sic) destes filhos.
- 11- Com coragem e amor despendem se deste
- 12- sólo (sic) amigo, desta querida Pátria (sic), deste céu brasi-
- 13- leiro, partem em navios que boloiçam sobre
- 14- ondas revoltas, como os que querendo tragarlhes
- 15- os como se fossem aliados do mal ou traidores.
- 16- Enquanto (sic) aqui suas mãezinhas, esposas, filhos:
- 17- irmãos rezem piedosamente pelás suas voltas
- 18- e pedem a Deus para que Vocês possam
- 19- honrar nobremente o nome da e a Bandeira do Brasil!
- 20- Ofertam me, meus herois, oferecer-lhes
- 21- esta lembracinha (sic), como penhor de minha
- 22- humilde contribuição em favor á causa do Brasil.
- 23- Com esperança viva em nossa vitória e
- 24- com um “Viva ao Brasil” a sua díspede.
- 25- se a brasileirinha.
- 26- Osmilda.

REPRESENTAÇÕES DE PROGRESSO PRESENTES NO LIVRETO DA CTNP (1930-1940): REPERCUSSÃO NA HISTORIOGRAFIA NORTE PARANAENSE

ISSN: 2595-1645

Bruna Garcia Catarino (UEL)

Resumo: Este trabalho tem como foco de estudo as representações de progresso – em imagens e textos – presentes no livreto da Companhia de Terras Norte do Paraná, publicado em 1941, buscando analisar sua repercussão na historiografia norte paranaense. Apresenta-se como recorte de estudo, em seu tempo e espaço, a região Norte do Paraná, em específico Londrina, nas décadas de 1930 e 1940. Este livreto selecionado possui em suas páginas fotografias, mapa, dados e informações; fora desmembrado pela CTNP, e partes selecionadas foram alocadas em formato de propaganda no Jornal “Paraná Norte”. O problema que norteia este trabalho é identificar e evidenciar o discurso que orientou a colonização do Norte do Paraná – cujas representações ainda nos dias atuais estão impregnadas na memória coletiva, sendo uma simbiose entre o livreto em si e as produções bibliográficas posteriores. Para atingir os objetivos propostos neste estudo, a metodologia utilizada é a análise da fonte mencionada e pesquisa bibliográfica de trabalhos historiográficos que abordam a região. Tal material, rico e pouco explorado aparece como uma fonte abastada e profícua. Seu poder está principalmente na junção imagem e palavras. Assim, tal abordagem ocasiona a exploração de uma fonte rica e pouco explorada em sua integridade.

Palavras-Chave: Companhia de Terras Norte do Paraná. Representações de Progresso. Norte do Paraná.

Os livreto de propaganda são uma ferramenta eficaz e de um poder de propagação expressiva. Seu poder está principalmente na junção imagem e palavras. Essa dinâmica propicia um discurso poderoso, que teve seu princípio e propagação, principalmente, na década de 1930 no Norte do Paraná. Tais panfletos são o reflexo de transformações e adequações de um discurso que foi pensado e avaliado pela companhia inglesa que adquiriu terras após a vinda da Missão Montagú ao Brasil³⁸¹.

O livreto produzido pela CTNP e publicado no ano de 1941 é a principal fonte documental desse estudo. Ele possui, em suas páginas, fotografias, mapa, dados e informações. Além disso, fragmentos do livreto foram alocados em formato de propaganda no Jornal “Paraná Norte”. O discurso da Companhia de Terras Norte do Paraná possui objetivos definidos sistematicamente e tem como característica principal o trabalho com o imagético. O discurso é carregado de símbolos que remetem o leitor a várias representações construídas em torno do progresso. Dentre essas representações, estão a “terra fértil”, “civilidade” e “desenvolvimento econômico”.

381 Missão Montagú: Visita feita por ingleses ao Brasil (não convidada pelo então presidente Artur Bernardes), que chegou ao País no dia 31 de dezembro de 1923, sendo organizada por bancos credores ingleses, para acertar problemas relacionados com as dívidas externas do Brasil.

O jornal “Paraná Norte”, segundo Arias Neto (1993), foi fundado em 1934 e seus interesses eram alinhados aos da CTNP. Havia um vínculo forte entre as duas empresas: “Carlos Almeida e Humberto P. Coutinho, diretores do jornal, eram vinculados a CTNP [...]” (ARIAS NETO, 1993, p.10). Dessa forma, a composição do projeto gráfico/editorial da publicação era profundamente marcada pelas ideias da Companhia: “Como dito anteriormente, o Paraná-Norte foi utilizado como porta-voz da CTNP, principalmente nas questões econômicas e políticas.” (ADUM; LEITE, 2012 p.217)

A crítica de Arias Neto (2008) ao jornal é no sentido de que este tem um propósito propagandístico claro: atrair futuros compradores de terras, além de difundir o discurso da Companhia. Esse periódico é uma parte do suporte de divulgação de seus interesses.

A fertilidade da terra, a rápida prosperidade pública e privada, o acesso à propriedade agrária, a riqueza propiciada pela agricultura são elementos que compõem as representações da cidade e da região como *Terra da Promissão e Eldorado*. (ARIAS NETO, 2008, p.10). (Grifo do autor)

Essa complexa produção de um periódico, suas nuances, sua circulação, propagação, usos e consumos e, claro, sua participação na sociedade. Em suas tiragens, surgem panfletos e discursos que vem desde o início do projeto realizado pela Companhia. Adum e Leite (2012) afirmam que o periódico foi o primeiro jornal fundado e editado na cidade de Londrina. Circulou entre os anos de 1934 a 1953.

O interesse da Cia na venda das terras e obtenção de lucro rápido pode ser identificado através dos documentos e materiais de divulgação propagandísticos produzidos pela CTNP, com distribuição tanto no Brasil quanto no exterior. As propagandas produzidas em panfletos, jornais e revistas, enfatizavam a riqueza e a fertilidade das terras roxas, livres de saúva, além de ressaltar a cidade de Londrina, sua sede, como uma cidade progressista, como melhor lugar para se morar e viver (ADUM; LEITE, 2012, p.211).

Assim percebemos um discurso, divulgado das mais diversas formas, inclusive nos panfletos de propaganda. Trabalhamos com um livreto que faz parte da propaganda realizada pela Companhia disseminando seus ideais. Primeiramente, o livreto possui nove páginas, nas

quais se apresentam imagens de pelos menos dois fotógrafos da região. O primeiro é Hans Kopp e o segundo, José Juliani.

Quando já tinha o que mostrar do lugar: a exuberância das matas, a excelência das madeiras (enormes árvores de peroba, figueira branca, pau d'algo e outras), a qualidade da terra roxa, casas, hotel, serviços de infraestrutura, passou a utilizar fotografias em suas publicidades. Uma das mais importantes estratégias publicitárias era preparar álbuns de fotografias e distribuí-los para os corretores de terras, que viajavam por diversos estados e impressionavam os potenciais compradores com as fotografias que mostravam. Num primeiro momento, para produzir essas fotos, contratava os serviços de Hans Kopp, um fotógrafo de origem alemã, sediado em Ourinhos (SP), que vinha a Londrina esporádica e especialmente para produzi-las. (BONI, 2007, p.12)

O livreto pertence ao acervo do Museu Histórico de Cambé e foi doado recentemente por um dos parentes de Carmem Delgado Pereira, esposa de Antônio Pereira, que foi agente vendedor de terras da Companhia. O material foi encontrado na casa da pioneira após sua morte.

Antônio Pereira veio para as terras da CTNP, em 1937, advindo de Portugal. Fixou residência primeiramente em São Paulo, em seguida adquiriu terras na cidade de Nova Dantzig – que passou a ser chamada Cambé em 1947. Ele trabalhou para a Companhia, que possuía vários escritórios em São Paulo, Curitiba e Londrina, e sua função era de vender lotes. Na segunda folha, surge o nome de Raul que, segundo o doador do documento, era representante Antônio Pereira.

Nosso documento – o livreto – foi produzido pela CTNP no ano de 1941 e era utilizado para as vendas dos lotes pelos agenciadores. Tal material ora foi utilizado na íntegra, ora em partes, integradas ao jornal “Paraná Norte”. Pontuamos a existência de outros panfletos, livreto e propagandas anteriormente, mas este se mostra relevante ao passo que é um material composto de parte de outras propagandas e mostra novas ideias para a região colonizada pela CTNP.

Para explorar essa fonte e suas intersecções com as obras bibliográficas, se faz necessário, primeiramente, pontuar os termos que aparecem na fonte. Tais termos têm diferenças entre seu uso inicial e os produzidos pela CTNP. Termos como Eldorado, Terra da Promissão, Canaã e progresso, em seu contexto no Norte do Paraná, não aparecem com os

mesmos objetivos. Reapropriados, realocados no discurso e nas propagandas, tem um uso bem elaborado. Precisamos destacar, principalmente, o novo contexto ao qual foram introduzidos, combinados entre si em um terceiro momento em prol de um discurso homogêneo que chega até nós.

O termo Canaã e terra prometida são análogos: advém de histórias da bíblia. Esta passagem bíblica cita que Abraão recebeu um chamado de Deus que ordenou que ele fosse com os Hebreus para a terra prometida daquele povo. Este chamado levou a um êxodo de anos, com um único objetivo de chegar à terra de farturas, comidas, bebidas, inclusive “onde corre leite e mel”. Um lugar de maravilhas, onde a permanência era certa e fixa. Mas, o que chama a atenção é que esse termo é utilizado em grande escala pela CTNP, em seus discursos, e em diversos panfletos, mas não aparece neste livreto em específico.

É significativo o fato de que praticamente dois anos após a publicação do *Álbum do Município de Londrina*, os atributos da Terra da Promissão sejam transferidos para a ideia de Eldorado. De fato, a menção do Eldorado não é casual e revela a incorporação das imagens produzidas por Cassiano Ricardo. Se no Norte do Paraná não havia as minas de ouro descobertas pelos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII, os empreendedores da moderna Marcha para Oeste poderiam transformar, através do trabalho, as riquezas naturais do norte e a fertilidade da terra, em ouro. As imagens da Marcha para Oeste recriam a natureza e os produtos do trabalho da terra. (ARIAS NETO, 1993, p. 57).

Já o termo Eldorado é uma lenda que, ao ser rastreado, tem um ponto em comum: a colonização das Américas. A ganância e a loucura da busca por materiais valiosos e uma lenda indígena que falava de uma cidade com muitas riquezas e um rei que se “vestia de ouro”, ou seja, riquezas, fortunas. Esse termo aparece no livreto de forma repetida. Assim, após esta breve apresentação dos termos, e o que percebemos é um elo entre eles: o local, onde todos os caminhos levam à felicidade plena, a oportunidades para todos aqueles que ali aportarem. Assim, esse discurso foi transferido para as terras da CTNP e, principalmente, para Londrina:

Na análise do editorial do Paraná-Norte entre 1934 a 1936, sobre a cidade de Londrina, identificamos duas cidades distintas, porém intrínsecas: A Londrina “imaginária” e a cidade de Londrina que se misturam na descrição

dos redatores. A Londrina “imaginária” é uma cidade vista como progressista, pacífica, civilizada, localizada no centro da “Terra da Promissão”, da “Nova Canaã” e a cidade de Londrina, tal qual como se constituía estruturalmente, política e economicamente. (ADUM; LEITE, 2012, p.216)

Tais termos empregados tinham em si uma conexão, um discurso de oportunidades. Porém, nesse livreto há outros termos que se alinham a esse discurso: Progresso, civilização, modernidade. A representação de um desses termos é significativo o estudo: o progresso. Tal palavra acarreta um discurso com vários elementos e representações. A princípio, exploraremos algumas de suas conotações: temos o progresso mental e material. O primeiro, ligado intimamente ao humano e, o segundo, ao material, as tecnologias. “A ideia explícita de progresso desenvolve-se entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa.” (LE GOFF, 1990, p. 245)

Dessa forma, há uma ligação entre progresso e modernidade que, juntos, atuam sobre as transformações nas paisagens urbanas e rurais: alterações nas cidades, na natureza e no olhar do próprio homem sobre estas. As representações dos ideais de progresso e modernidade têm seus efeitos fotografados, e são a base da representação de progresso da CTNP.

Em sua representação de progresso, a CTNP, nesse livreto, se apresenta como um agente a serviço da modernidade, um símbolo da inovação. A representação da CTNP, como um agente ativo nesse processo de modernidade da região Norte do Paraná, como já citado anteriormente, foi alimentado e disseminado pelo jornal Paraná Norte.

Miguel Arias Neto, ao trabalhar as representações da política na cidade de Londrina, no período entre 1930-1975, inicia seu livro com uma epígrafe retirado do Jornal “Paraná Norte” datado do ano 1936. Palavras como próspero, mata, sertão verde, progresso, terra roxa, moderno, Terra da Promissão, colossal, próspero, futuro e café aparecem no discurso.

A simbiose entre a epígrafe retirada do jornal, o discurso e a propaganda pela CTNP faz parte de um projeto que aparece nas fontes bibliográficas dessa pesquisa. Mas, de início, exploraremos um dos principais meios de propagação do projeto, o jornal “Paraná Norte”.

Desde o início fez intensa propaganda no Brasil e no exterior onde elaborou a um discurso que reforça aquele sobre as maravilhas da região, do progresso e da riqueza ali existente, visando antes de tudo trazer compradores para as terras que havia adquirido até então. (TOMAZI, 1997, p. 206).

O jornal “Paraná Norte”, segundo Arias Neto (2008), foi fundado em 1934 e seus interesses eram alinhados aos da CTNP. Havia um vínculo forte entre as duas empresas: “Carlos Almeida e Humberto P. Coutinho, diretores do jornal, eram vinculados a CTNP [...]” (ARIAS NETO, 1993, p.10). Dessa forma, a composição do projeto gráfico/editorial da publicação era profundamente marcada pelas ideias da Companhia: “Como dito anteriormente, o Paraná-Norte foi utilizado como porta-voz da CTNP, principalmente nas questões econômicas e políticas.” (ADUM; LEITE, 2012 p.217). Assim percebemos um discurso, divulgado das mais diversas formas, inclusive nos panfletos de propaganda. Trabalhamos com um livreto que faz parte da propaganda realizada pela Companhia disseminando seus ideais. Primeiramente, o livreto possui nove páginas, nas quais se apresentam imagens de pelos menos dois fotógrafos da região.

Com tais esclarecimentos pontuados, passemos a análise da fonte. Em sua primeira página, temos o chamado iconotexto. Há, em destaque, a reprodução de uma fotografia de Hans Kopp, fotógrafo que foi um dos primeiros – se não o primeiro – oficial a trabalhar para a CTNP. Mas a CTNP, em seu início, também teve como fotógrafos George Craig Smith e José Juliani. Eles tiveram em seu foco especialmente o registro das mudanças e desenvolvimento da região:

Sem as mídias fotográficas de George Craig Smith seria muito mais difícil recuperar os primórdios da história de Londrina. Outro nome importante para a recuperação iconográfica da história da cidade foi o alemão Hans Kopp. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), colonizadora de Londrina e de boa parte do Norte do Paraná, guardadas as devidas proporções, sempre fez muita publicidade de seu empreendimento imobiliário. (BONI, 2007, p.12)

As imagens fotográficas em sua totalidade estão em preto e branco. Houve um trabalho de adequação e diagramação destas com o texto. Em sua quase totalidade, as fotografias aparecem como ilustrativas do discurso: um complemento que reafirma a veracidade do discurso ali empregado. É importante frisar a sedução que esse material imprime, e a fotografia faz sua parte nessa missão.

Em sua capa, aparece a primeira imagem, no cabeçalho está escrito “O Norte do Paraná” e, abaixo, “Companhia de Terras do Norte do Paraná – Londrina”. Dentro de uma moldura, há a primeira fotografia, em que aparece uma estrada (um caminho rumo à

fertilidade e o progresso) cercada de árvores frondosas que revelam, dos olhos daquele que as contemplam, uma fertilidade da terra, madeira de qualidade e um caminho que rasga e vence a mata.



Fonte: Museu Histórico de Cambé

Na segunda página, aparece uma fotografia, um carimbo e a frase “Sinta a alegria de viver e prospere no Norte do Paraná” (**O Norte do Paraná**. Companhia de Terras Norte do Paraná. Livreto Publicitário. Londrina: Agosto de 1941.). Tomazi (1997) aponta que outros instrumentos foram utilizados para a disseminação do produto e das ideias da CTNP. A Companhia colocou, principalmente, em vários pontos de São Paulo e Minas Gerais, e também no Paraná, agentes/vendedores de terras que procuravam atrair compradores com material publicitário e pré-contratos. Há, nesse carimbo do livreto, as informações de um desses agentes.

No afã de vender as terras a qualquer custo e lucrar muito e o mais rapidamente possível, o próprio Lord Lovat torna-se o grande agente/vendedor da Paraná Plantations/CTNP quando nos anos de 1930/31 visitou vários países europeus, como a Alemanha, Polônia, Áustria e Itália entre outros, onde procurou fazer contatos com órgãos públicos e privados visando a vinda de imigrantes diretamente para as terras que o grupo inglês possuía no Paraná. Um desses contatos aconteceu em 1932 com a

“Sociedade para Estudos Econômicos de Além-Mar” da Alemanha, que resultou na vinda de alemães para uma gleba onde instalou-se posteriormente a cidade de Rolândia. (TOMAZI, 1997, p.207)

Ainda no texto dessa página, aparece um discurso que exalta a grandiosidade da Companhia colonizadora e de suas terras, além da frase “é preciso ver para crer”. São exaltados os títulos seguros das terras, a fertilidade, que é representada com a mata ao fundo, a água e as estradas de ferro e as de boa rodagem. Os elementos se apresentam como um diálogo que é reforçado com o texto, pois ele remete ao “ver para crer”.

“O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditosos compradores de nossa terra, constituem e comprovação incontestável das nossas afirmações” (**O Norte do Paraná**. Companhia de Terras Norte do Paraná. Livreto Publicitário. Londrina: Agosto de 1941.) Os compradores aparecem na imagem representados pelo número de casas. Ou seja, um local em plena expansão populacional que prospera. Essa página foi desmembrada do livreto e utilizada em propaganda no Paraná Norte.

Na página três, aparecem, na diagramação, duas das mais prósperas culturas: o café e o algodão. Nas fotografias, aparecem em poses altivas os colonos, pioneiros que comprovam a dualidade da terra. No texto, são destacadas a fertilidade da terra roxa, a existência de uma mata virgem com suas madeiras “esguias e grossas”, árvores como figueira branca – que é o símbolo da fertilidade – e madeiras que oferecem ganho industrial e são de grande procura, como peroba, cedro e caviúna.

São exaltadas, ainda, a qualidade das safras, a não existência de saúvas, as altitudes e o clima saudável, além de aparecer a frase: “sejam brasileiros ou estrangeiros, dá-se muito bem”. (**O Norte do Paraná**. Companhia de Terras Norte do Paraná. Livreto Publicitário. Londrina: Agosto de 1941.) Nessa página, o progresso se apresenta na oportunidade de uma terra boa com grandes possibilidades de riquezas para seus compradores.

Na página quatro, as comunicações e o transporte se mostram caros aos preceitos de progresso, pois, em locais isolados, não são ofertadas as possibilidades de diálogos logísticos e comerciais com os grandes centros urbanos e civilizados. No texto, o destaque é a cidade de Londrina, sua proximidade com São Paulo e a presença de uma estrada de ferro que liga a região, tanto a São Paulo quanto a Sorocaba, e estas, por sua vez, com outras regiões do país. É exposto que tal linha férrea estava em expansão pelas terras da Companhia, e “este esforço titânico caracteriza [...] o desejo inabalável da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná de levar a civilização sempre mais adiante, liderada pela sua aliada, a Companhia de Terras

Norte do Paraná.”. (**O Norte do Paraná**. Companhia de Terras Norte do Paraná. Livreto Publicitário. Londrina: Agosto de 1941.) Uma situação em que a CTNP se compromete em levar a civilização do seu país de origem às terras da Companhia. A fotografia revela uma estrada e a legenda afirma que já foram construídos 100 quilômetros de boas estradas. De novo, a “civilização” rasgando a mata e levando adiante a urbanização.

Na página cinco, aparecem duas fotografias: uma de suínos em um cercado e a outra de uma plantação de arroz. Novamente, as culturas do café e do algodão aparecem juntamente ao trigo. Estão, dessa vez, como aporte do rápido crescimento e produção das matas recém-derrubadas que já foram lucros e, nessas terras, a produção por hectares é superior, além de serem culturas de exportação. Essa ligação com o exterior aparece na cultura do trigo que é igualado ao importado em relação a sua qualidade. Os suínos também representam no folheto a exportação de banha e carne.

A página seis continua com as mais diversas formas de trabalho e ganhos com a terra. Aparecem pioneiros da região em duas fotografias. Na primeira, uma mulher e três crianças em meio a plantação de tabaco, com uma legenda que se conecta à industrialização do produto. A segunda imagem evidencia a riqueza que vem da extração e comercialização da madeira. Aparece, em primeiro plano, o caminhão contendo troncos de árvores, quatro homens e, ao fundo, a mata. Dá a ideia, portanto, da oferta de uma possibilidade de riqueza àqueles que tiverem o espírito aventureiro, empreendedor e vontade de trabalhar. Assim, tais imagens revalidam o discurso da CTNP. No texto, é evidenciada uma prática das regras da policultura, entre cana-de-açúcar, tabaco, arroz e frutas. Outro destaque é para pecuária, que está entre os produtos de exportação. As madeiras são exaltadas como uma forma do proprietário da terra, ao desmatar, efetuar a venda da madeira e pagar parte da sua dívida contraída na compra da terra.

Na página sete possui apenas uma fotografia de um grupo escolar. Lembrando que a educação e a alfabetização fazem parte do discurso de progresso que se distancia do bárbaro, do atraso. O discurso se inicia apontando o rápido crescimento e progresso da cidade de Londrina e de toda a região. Nessa página, são alinhavadas as palavras Progresso e Eldorado. “[...] todo o Norte do Paraná é um Eldorado, onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de tudo”. É exaltada a urbanização e, por esse motivo, temos a evidência de ruas e praças que obedecem a um dos “programas urbanísticos inspirados pelas grandes cidades.”. É colocada em destaque a comodidade igualada as das grandes capitais: água encanada, luz, força de usina hidráulica, hospital, matadouro, grupos escolares, ginásio, igreja, bancos, hotéis, clubes, entre outros. A palavra progresso reaparece ao se referenciar ao avanço da

produção agrícola, da indústria e do comércio. A prosperidade e o progresso são expostos em números e cifras, tanto de casas, como população, arrecadação, entre outros.

A página oito, por fim, revela um discurso em que a fotografia e o texto exaltam a cultura da batata e o transporte de compradores para conhecerem as terras e as formas de pagamento. Nesta página, aparece a divisão de terras que a Companhia produzia, que tem como localização o eixo das suas dimensões e valores: os lotes rurais maiores e as datas urbanas menores. As prestações seriam pagas em até quatro anos e seus preços variavam devido à localização das terras.

O mapa está localizado na nona e última página. A localização das terras é evidenciada e há menção a quatro estados: São Paulo, onde aparecem o porto de Santos, evidenciando o ponto de escoamento da produção; Rio de Janeiro, como porto; Mato Grosso; e Paraná, que aparece com as terras da Companhia, um epicentro cortado de onde saem linhas férreas e trens. Aparecem, também, os nomes das cidades fundadas pela Companhia. Temos uma ideia de cidade com ligação aos grandes centros urbanos do país, reforçado com a legenda. O mapa ilustrado demonstra a situação das terras e as vias de comunicação com os principais centros comerciais.

Considerações finais

Em resumo, aparecem 12 imagens em nove páginas. Destas, 11 são fotografias e um mapa.

A ideia explícita de progresso desenvolve-se entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa, mas, no Norte do Paraná, esse termo, ao ser apropriado pela sociedade segundo suas concepções, foram vividas e analisadas de diferentes formas. Seguindo o raciocínio de Arias Neto (1993), que pontua duas concepções de Progresso, este teria agido em esferas distintas da vida econômica e social da sociedade Londrinense, em destaque o início da década de 1940. Essa representação da CTNP como um agente ativo no processo de modernidade, um símbolo da inovação da região Norte do Paraná, foi alimentado e disseminado pelo jornal Paraná Norte. Temos, nessa etapa, as ideias sobre o progresso, ligadas à fertilidade da terra, a estrada de ferro e as de boa rodagem, a água e o perímetro urbano planejado urbanisticamente, local de comodidade. Tais elementos se apresentam como uma analogia à Terra da Promissão.

O progresso no norte paranaense sofre uma alteração de perspectiva, segundo o autor, entre 1937 e 1945, e passa a ser conhecido e propagado como o Eldorado, no início da década de 1940. Assim, há o alinhamento político-econômico ao Estado Novo, ao Paranismo. Em 1935, essa nova influência no discurso de progresso proporciona uma nova construção de

representação ideológica que buscava a legitimação da atuação da Companhia junto às elites paranaenses. Nesse alinhamento, temos a propagação da fronteira em expansão, uma marcha do progresso que também se harmoniza com a marcha da civilização, em destaque a Marcha para Oeste e a criação da cidade de Maringá.

A visão de progresso sobre a perspectiva da Terra da Promissão, construindo uma representação calcada em imagens de um Norte do Paraná fértil, desloca-se para o Eldorado nos panfletos e, assim, emerge um silêncio referente à Terra da Promissão. Com o progresso alinhado ao Eldorado, este ganha novas características, inclusive engendrou a ascensão da figura do pioneiro do Eldorado Cafeeiro, uma construção ligando este ao Bandeirante e ao jesuíta.

A trajetória da construção do “Norte do Paraná” mais elaborada, para Tomazi (1997), aparece na década de 1930 e 1950, e traz no seu bojo um ideário mais amplo: o republicano no Brasil. Há uma crítica contundente desse autor a Arias Neto em relação ao uso do termo Eldorado, pois, para ele, o termo já era utilizado ao se referir a região desde meados dos anos 20 do século passado, e não posterior aos anos 40, como afirma Arias Neto.

Para Tomazi (1997), essa construção das ideias de progresso estava conectada ao projeto do governo republicano de se definir uma modernidade para o Brasil baseada nas ideias de ordem, progresso, civilização, racionalidade, entre outros. Tal visão revestiu-se obrigatoriamente da noção de progresso.

Com o discurso de desenvolvimento da vida urbana, a construção de um sistema ferroviário, a intensificação de transações financeiras e comerciais, além de um controle técnico cada vez maior sobre o processo produtivo e sobre a natureza, o progresso traz a base onde se construiu uma imagem da classe dominante, por si e para si mesma, como a classe progressista por excelência.

Nesse sentido, a representação de progresso que a região Norte do Paraná disseminava na visão de cunho marxista do autor, que se pauta em vários autores para expor este conceito, estava centrada na ideia de evolução histórica como uma lei que determina o caminho da humanidade sempre em direção ao progresso. Portanto, a ideia de trabalho é tomada em seu sentido amplo e homogeneizador, procurando silenciar as contradições envolvidas na esfera do trabalho e apenas reforçar a ideia de que quem trabalha, progride.

Uma das críticas desse autor vem da fantasmagoria em que trabalho e progresso formam um casal harmônico, esquecendo-se de acrescentar que muitos trabalham, mas poucos são os que recebem os benefícios do progresso.

Ao terceiro ponto temos a visão de Adum (1991) sobre o progresso. A autora revela, em seu texto, as imagens do progresso na ótica das lutas cotidianas dos populares e, portanto, da face amarga do progresso. Com uma análise de cunho social, ela pontua a existência de um poder que se mascara ideologicamente com a ideia de “Progresso”, onde tem-se como eixo a noção de “ordem”, mais especificamente, aquela que emana da ideologia burguesa. A crítica da autora sobre o tema está na concretização do projeto racional prévio, que se constata a exigência de uma máxima concentração do poder nas mãos dos agentes que lideraram o processo, de forma planejada em função das exigências ligadas à expansão do capital no Brasil e, mais especificamente, do capital imobiliário inglês.

A ideologia burguesa, apontada pela autora, explica a história através da ideia de progresso. Com isso, os homens tornam-se instrumentos ou meios para a história realizar seus fins próprios e todas as ações realizadas são justificadas em nome do progresso. Por essa perspectiva, a autora além de questionar a visão de progresso, aponta que o que se processa é, na verdade, uma “moralização”, que possuía como ideia principal a formação de uma nova figura do trabalhador. Adota-se, portanto, um ponto de vista sobre o progresso fundamentado em outra lógica. O progresso faz parte de uma trajetória racional de vitórias a caminho da “civilização”.

Nessa perspectiva liberal burguesa, a autora localiza como elementos de sustentação: a livre iniciativa, a garantia do direito de propriedade, o estímulo do lucro, o espírito público da empresa privada, o caráter civilizatório e progressista da burguesia e o pioneiro.

Apresentamos, ao final desse estudo, as várias visões de progresso e suas diferenças, em Tomazi, Arias Neto e Adum, sobre o discurso de matriz intelectual marxista, social ou política. Eles apresentam, em seus estudos, uma análise do discurso de progresso, híbrido, presente no livreto da CTNP e em outros documentos, principalmente nas décadas de 1930 a 1940.

O espírito moderno que percorre a história dessa região Norte Paranaense associa-se, decididamente, a um espírito histórico acorrentado a um ideário: o progresso. As bibliografias sobre o tema revelam como essa ideia se adaptou e se alinhou, ao longo das décadas, ao seu presente, ao seu contexto social, ao seu contexto político e econômico, revelando seu aspecto que mais se destaca: a flexibilidade.

A busca de um mundo melhor, qualidade de vida e oportunidades é o cerne do discurso, que se utiliza do termo progresso e arrebatou, ao longo dos anos, homens e mulheres de letras e homens comuns a viverem experiências, que são responsáveis por produzirem histórias e Histórias.

Referências bibliográficas

Fonte:

O NORTE DO PARANÁ. Companhia de Terras Norte do Paraná. Livreto Publicitário. Londrina: Agosto de 1941.

Bibliografia:

ADUM, Sônia Maria e Lopes. **Imagens do progresso: barbárie e civilização (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**. Representações da política em Londrina (1930-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BONI, Paulo César. **Fincando estacas: a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. Londrina: Edição do autor, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira; ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Funda-se um jornal, instala-se um município: a cidade de londrina através do jornal Paraná-Norte 1934-1936**. XIII Encontro Estadual de História – ANPUH – Londrina, 2012.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Certeza de lucro e direito à propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná**. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1982.

_____. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA E A POLÍTICA PARANAENSE: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS POLÍTICOS DO ESTADO DO PARANÁ NA REVISTA PANORAMA (1980-1989).

ISSN: 2595-1645

Juliana Bellafronte Silva •
Ana Flávia Braun Vieira °

Resumo: Samuel Guimarães da Costa (1919-1997) foi um jornalista paranaense que escreveu e publicou diversos livros, artigos, reportagens e entrevistas em diferentes revistas e jornais de seu estado. Os temas mais recorrentes nos textos tratavam de aspectos culturais, econômicos e governamentais do Paraná. Destaca-se entre suas produções os escritos de caráter político publicados na Revista Panorama durante a década de 1980, período em que o escritor passou de diretor à colaborador do periódico, escrevendo e entrevistando grandes nomes políticos do estado. Assim, a partir da análise de conteúdo temática nas edições semanais da Panorama, sob o índice “política paranaense”, este trabalho pretende analisar as representações de Samuel Guimarães da Costa acerca da política e dos políticos e que contribuíram à percepção da população paranaense acerca da administração pública local.

Palavras-chave: política paranaense, jornalismo, revista panorama, representação

1. Considerações iniciais

O Estado do Paraná possui muitos personagens e histórias, Samuel Guimarães da Costa fez parte desta e também a escreveu. Leitor assíduo, tornou-se jornalista de forma autodidata em um tempo que não havia graduação em jornalismo. Com a prática do dia a dia e experiências adquiridas, publicou diversos livros ³⁸² e trabalhou em diferentes revistas e jornais do Estado do Paraná³⁸³, seu estado de origem. Samuel deixou muita coisa escrita sobre os mais variados temas, como política nacional e estadual, educação e entrevistas com personalidades políticas, entre outros.

Torna-se interessante estudar a obra deste autor, uma vez que ao longo de sua trajetória e práticas sociais lhe conotaram o status de discurso competente³⁸⁴ pelos políticos e

• Mestranda em História UEPG

° Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas UEPG

³⁸² Alguns são: **Economia Ervateira**. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Estudos Cooperativos, 1958; **Paraná Colorido**. São Paulo, Gráficos Brunner, 1975. (Coleção Mercator, 6); **A Erva Mate**. Curitiba, Coleção Farol do Saber, 1995; **A História da Assembleia legislativa do Paraná**, Curitiba, Assembleia Legislativa, 1994.

³⁸³ Alguns jornais foram: **O Dia** (entre 1944-1945). **Diário do Paraná** (entre 1953 –1957). **Diário Carioca** (como primeiro secretário de redação em 1951 e mais tarde em 1990). **O Estado do Paraná** (idem). E algumas revistas foram: **Guaira** (colaborador e assistente de direção de 1949 a 1952). **Expansão** (1950). **NP-Novo Paraná** (entre 1966 e 1971). **Panorama** (entre 1958 e 1988). **Manchete** (1968).

³⁸⁴ No discurso competente “...os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundos os cânones da esfera de sua própria competência” (CHAUI, 1989, p.07).

demais membros da elite paranaense que participavam dos mesmos círculos sociais que Samuel.

De acordo com Chauí (1989), O discurso competente, ou discurso instituído, “é aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUÍ, 1989, p.07). Nesse sentido, quanto Samuel Guimarães da Costa publicava seus escritos na Panorama, reconhecida na academia e na alta sociedade paranaense, poderia contribuir para a formação de opinião sobre os temas que abordava. Assim, a pergunta que norteia este trabalho quais foram as representações de Samuel Guimarães da Costa acerca da política paranaense a partir dos artigos e reportagens publicados na revista Panorama na década de 1980³⁸⁵.

A partir do conceito de *representação* utilizado por Chartier (1991) pretende-se compreender se deu a percepção de Samuel Guimarães da Costa acerca da política e políticos paranaense. Para o teórico francês, a representação está ligada a posição social do indivíduo ou grupo, sendo assim, não se pode separá-la da prática social, e que por consequência, influencia a concepção do grupo ao qual está inserido.

2. Trajetória social de Samuel Guimarães da Costa

Segundo Michael de Certeau (2013)³⁸⁶, para compreender os procedimentos da escrita da história é necessário analisar o meio social e cultural do qual o autor e a obra fazem parte. A partir destas considerações, nesta seção serão abordadas a trajetória e as relações sociais de Samuel Guimarães da Costa visando compreender a influência destes em sua escrita.

O autor analisado nasceu no ano de 1919, na cidade litorânea do estado do Paraná, Paranaguá. Quando criança, perdeu seus pais e mudou-se com os irmãos para Curitiba sob os cuidados da avó. Teve seus estudos iniciados em sua cidade natal, concluindo-os em Curitiba. Segundo depoimentos de amigos³⁸⁷, o jornalista passava horas na biblioteca da escola, e se inspirava em seu avô, o jornalista João Regis Pereira da Costa, responsável pelo primeiro contato de Samuel com os papéis, quando ainda criança levava as crônicas do avô para serem

³⁸⁵ Optou-se em analisar reportagens desta revista em específico por sua abrangência local. O recorte temporal justifica-se por ter sido nesta década de Samuel Guimarães da Costa deixou a direção da revista para dedicar-se à escrita.

³⁸⁶ CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes 3ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013.

³⁸⁷ Artigo publicado no *Diário do Paraná* em 1968, apud COSTA, Samuel Guimarães da. 40 Anos de Jornalismo. Curitiba: Editora Pan, 1983.

publicadas. sua proximidade efetiva com o jornalismo ocorreu em 1940, quando a convite de seu amigo, Wilson Martins, começou a trabalhar na *Gazeta do Povo* como revisor³⁸⁸.

Samuel contou, em entrevista a Aramis Millarch, que seu trabalho no jornal – que circula até os dias de hoje – era noturno, lhe cabendo o período das 24 às 3 horas da madrugada³⁸⁹, e que o crescimento profissional ocorria de forma natural, gradual e autônoma, autodidata. O gosto pela leitura teve um papel importante em sua carreira. Em 1943 passa de revisor a redator, repórter e editorialista.³⁹⁰

O jornalista viajou à trabalho pelo interior do Brasil, ao exterior e foi correspondente internacional de guerra pelo jornal *O Dia*. Foi colaborador da revista *Guáira* durante os anos de 1949 a 1952 e trabalhou na revista paranaense *Panorama*, fundada em 1951, inicialmente em Londrina, três anos depois foi transferida pra Curitiba³⁹¹.

Já na capital, por ser uma cidade com centro universitário, a revista passou por mudanças em seu conteúdo e estilo. Samuel participou e trabalhou para o periódico desde sua primeira edição. Com ele, na revista oriunda do norte pioneiro, trabalharam nomes como Luiz Geraldo Mazza, Aramis Millarch entre outros jornalistas importantes para a comunicação paranaense.

Samuel participou juntamente com Dalton Trevisan, Colombo de Souza e Wilson Martins da delegação que representou o Paraná no II Congresso Nacional de Escritores, realizada em outubro de 1947 em Belo Horizonte. Lá conheceu nomes importantes como Jorge Amado, Niemeyer, Antônio Cândido, entre outros.³⁹² Em paralelo a todas essas atividades, o jornalista ainda assessorou políticos como Aramis Athayde (1900-1971), Bento Munhoz da Rocha Neto (1905- 1978), Manoel Ribas (1873-1946), Ney Braga (1917-2000), Paulo Pimentel (1928). Além da assessoria, Samuel escreveu discursos para Paulo Pimentel, Manoel Ribas e até Costa e Silva.³⁹³

³⁸⁸ COSTA, 40 anos de jornalismo, op. cit., p. 101.

³⁸⁹ MILLARCH, Aramis. *Testemunha da história, o exemplo de jornalista*. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/testemunha-da-historia-o-exemplo-de-jornalista>. Acesso em: 04/05/2016.

³⁹⁰ COSTA, 40 anos de jornalismo, op. cit., p. 102.

³⁹¹ HAYGERT, Aroldo Murá G. *O Paraná em revista*. Disponível em: <http://revistaideias.com.br/ideias/content/o-parana-em-revista>. Acesso em: 15/05/2016.

³⁹² RUBIÃO, Murilo. *2º Congresso Brasileiro de Escritores*. Disponível em: <http://www.mondoweb.com.br/murilorubiao/teste05/imprensa.aspx?id=11>. Acesso em: 15/05/2016

³⁹³ HAYGERT, Aroldo Murá G. *Quem “fez a cabeça” dos governadores? (final)*. Disponível em: <http://www.icnews.com.br/2011.05.04/colunistas/aroldo-mura/quem-%E2%80%9Cfez-a-cabeca%E2%80%9D-dos-governadores-final/>. Acesso em: 15/05/2016.

Pode-se perceber a partir das pessoas com quem Samuel teve contato ou trabalhou, que o jornalista já estava inserido em um círculo social e de práticas que como veremos adiante, influenciará sua escrita.

Escreveu livros sobre variados temas: sobre a erva mate, ganhou um concurso de monografias no ano de 1980 e teve seu texto publicado pela Prefeitura Municipal de Curitiba na Coleção Farol do Saber, intitulado *A Erva-Mate* no ano de 1995. Em 1988, com a ajuda da prefeitura da cidade de Paranaguá, escreveu o livro *O Último Capitão Mor: 1782-1857*, publicado pela editora da UFPR, Scientia et Labor, conta a genealogia dos Pereira, uma típica família tradicional que migrou de Portugal para o Brasil, em especial, Paranaguá. Entre outros livros e obras que colaborou na produção.³⁹⁴

Em outubro de 1985 recebeu pela Assembleia Legislativa o título de cidadão Benemérito do Paraná, segundo a própria revista, “Em sua saudação, o deputado Ervin Bonskoski ressaltou a atuação do homenageado ao jornalismo, no serviço público e no setor privado (...)”³⁹⁵.

Em 1996 recebe o título de Comendador pela Honorífica Ordem da Cultura. Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Paranaense de Imprensa, Presidente do Conselho de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Presidente da Associação dos Jornalistas em Economia e Finanças do Paraná³⁹⁶ e ocupou a 20ª cadeira da Academia Paranaense de Letras, que assumiu em agosto de 1991. Samuel foi convidado pelo então deputado estadual da época, Aníbal Khury, a escrever a obra intitulada *A História da Assembleia Legislativa do Paraná* publicada em 1995 e possui dois volumes.³⁹⁷

O jornalista que já vinha sofrendo de mal de Alzheimer faleceu em 1997, aos 76 anos.

O lugar social do jornalista foi, como já visto, em institutos, associações e também ao lado dos políticos paranaense, seja para critica-los ou elogiá-los. Para Certeau (2013), a prática da escrita se dá a partir de um local que não pode ser desconsiderado, já que este, influencia a escrita.³⁹⁸ Samuel trabalhou ao lado de políticos e jornalistas desde muito cedo,

³⁹⁴ SILVA, J B. Visões do Paraná: Uma Análise Historiográfica das Reportagens de Samuel Guimarães da Costa da década de 1980. Ateliê de História UEPG, 3(1): 79-97, 2015. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/8068/4781>. Acesso 15/05/2016

³⁹⁵ Sem autor. Pequeno Jornal. *Panorama*, Curitiba, n 353, p 19, nov, 1985.

³⁹⁶ Não sabemos exatamente as datas em que SGC esteve na presidência instâncias, mas pretende-se futuramente, acertar esse detalhe.

³⁹⁷ SILVA, J B. Visões do Paraná: Uma Análise Historiográfica das Reportagens de Samuel Guimarães da Costa. op., cit.

³⁹⁸ CERTEAU, Michel, op., cit, 69.

ou seja, a conquista de espaço nesse meio se deu de forma gradual, experienciando a prática jornalística e política simultaneamente, concebendo assim, uma percepção sobre os políticos e a política.

Os indivíduos dão sentido a tudo que lêem, vêem e analisam a partir dessas apropriações institucionais e culturais que possuem, logo, o contexto histórico do indivíduo não pode ser descartado dos estudos em história cultural.³⁹⁹ Desse modo, também não se pode ignorar o público para o qual se direcionava: a burguesia e estudantes universitários curitibanos (Alves, 2009).

3. A atuação de Samuel Guimarães da Costa na Revista Panorama

A revista *Panorama* foi criada em Londrina, em 1951, pelo professor e jornalista Adolfo Soethe. Sua intenção inicial era que o periódico fosse mensal e abordasse temas de cultura em geral, mas não demorou muito para que o corpo editorial começasse a introduzir temas sobre política e sociedade brasileira. Logo no começo, as tiragens eram poucas e restritas a Londrina, com exceção de alguns exemplares que eram levados à capital do estado.⁴⁰⁰

Paulatinamente a revista foi ganhando espaço e prestígio, mas as dificuldades financeiras fizeram com que Soethe vendesse a revista para o empresário curitibano Oscar Schrappe Sobrinho. Com a mudança para a capital, Soethe continuou a ser o editor e a revista começou a crescer, repercutindo na qualidade material e editorial. Com o falecimento do fundador e editor em 1966, José Cury é quem assume o editorial, até sua morte em 1986.

Samuel iniciou seu trabalho na *Panorama* no ano de 1958 e escrevia sobre temas variados, fosse em matérias curtas ou em séries de reportagens com enredo e dados históricos. Seguiu na direção da revista junto com José Cury até 1985, quando passa a ser colaborador do periódico.

A periodicidade em que Samuel publicava na revista era variável. Há meses em que não fora publicado nada pelo jornalista, em algumas edições há mais que um texto publicado, e como já demonstrado, não escrevia somente sobre política.

Segundo Alves (2009), a revista era lida e prestigiada e seu público forte era a burguesia e os estudantes universitários. O grupo que compunha o editorial da revista tinha

³⁹⁹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. 11 (5), p. 173-191.

⁴⁰⁰ Sem autor. História. *Revista Panorama*. Disponível em:

http://www.panorama.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18&Itemid=16 Acesso em 12/04/2016

nomes como Aramis Millarch e Luiz Carlos Cunha Zanoni, que ganharam o prêmio Esso de Reportagem em 1970.⁴⁰¹

Em autorreferência (LUHMANN, 2005) as edições comemorativas publicavam sobre si, construindo para si a imagem de um veículo de imprensa que busca sempre a renovação, com foco nas instancias regionais, principalmente Paraná e o sul do Brasil.⁴⁰² Em abril de 1980, quando a revista passa a ser semanal, a *Panorama* publica seu escopo:

(...) como a primeira revista paranaense de informação jornalística fora do eixo Rio-São Paulo a empreender esse projeto editorial de multiplicar por quatro vezes a sua presença mensal no mercado. (...) como revista semanal de caráter regional especialmente voltado para o Paraná, em particular, e para a Região Sul, com o propósito de atingir também, gradual e progressivamente os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.⁴⁰³

As pretensões da revista vão sendo demonstrada aos poucos nos textos de abertura do periódico, funcionando como uma carta de apresentação ao leitor. Em geral os textos afirmam a qualidade do periódico e sua importância enquanto veículo de comunicação semanal e fora do eixo Rio-São Paulo. A história da própria revista é contada e recontada a cada edição de aniversário. Textos dessa seção do periódico foram escritas por ele.

Faz-se importante cativar e manter os leitores do periódico, nesse sentido, o discurso proferido por Samuel em seus escritos é bem escrito, elaborado e carregado de subjetividades que representam o meio em que ele conviveu.

5. Representações

As representações presentes nos textos de Samuel Guimarães da Costa foram organizadas socialmente no interior de um conjunto de significados partilhados nos ambientes em que frequentou durante sua trajetória. Esta cultura compartilhada, “é vista como uma produção social e histórica a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos, práticas” (PESAVENTO, 2006, p.46) e uma forma de interpretação da realidade. Traduz-se em diversos significados, mas não expressa, necessariamente, o real. Logo, os conteúdos presentes nos textos de Samuel foram organizados, entre outros fatores, a partir das relações que ocorriam nos círculos sociais em que estava inserido. As representações oriundas deste meio “se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não só qualificam o

⁴⁰¹ Sem autor. Prêmio ExxonMobil de Jornalismo completa 60 anos de história. Disponível em: <http://www.premioesso.com.br/site/historia/index.aspx>. Acessado em 15/04/2016

⁴⁰² A edição de comemoração dos 30 anos da revista traz uma grande matéria sobre a história da revista e suas grandes reportagens já realizadas. Sem autor. *Panorama* ano 30, Curitiba, n 291, p. 4, ago, 1980.

⁴⁰³ Sem autor. Semanal. *Panorama*, Curitiba, n 353, p 16, abr, 1980.

mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade” (PESAVENTO, 2006, p.49).

Se, por ventura, Samuel escreveu “(...) o Paraná é uma área para a atuação de muitos partidos políticos. E mais que isso, para a existência e dissidências e grupos heterogêneos dentro de uma mesma agremiação.”⁴⁰⁴ foi porque comungava de uma estrutura de sentido compartilhada por meio das “quais os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p.177). Justamente por acompanhar o pensamento social de sua época interessa saber as principais representações presentes em seus escritos.

Ao escrever em uma revista conhecida e direcionada a um público específico da sociedade curitibana, o jornalista, a partir do seu lugar de fala, possuía legitimidade adquirida por sua trajetória e conotada por quem lia o periódico, especialmente os políticos que se sentiam representado⁴⁰⁵.

6. Considerações metodológicas

Samuel publicou na revista panorama entre os anos de 1958 e 1988. Para a análise aqui proposta fora escolhida a década de 1980, já que foi neste período que o jornalista passou a entrevistar personalidades políticas e a escrever séries de reportagens que podem ser consideradas históricas, uma vez que se demonstrava preocupado em historicizar determinados fatos de seu contexto, enfatizando temas relativos à política.

Para compreender as representações oriundas dos textos de Guimarães da Costa acerca da política paranaense, optou-se pela análise de conteúdo temática ⁴⁰⁶ das reportagens da Revista Panorama entre os anos de 1980 e 1988.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, fez-se uma primeira leitura flutuante, na qual foi possível perceber que Samuel escrevia sobre temas diversos, como cultura e educação, mas dedicava-se especialmente aos assuntos políticos, locais e nacionais. Para a organização do corpus de análise o índice escolhido foi “política paranaense”. O indicador deste índice foi o seu aparecimento ao longo da obra. Assim, em uma segunda leitura de caráter flutuante nos

⁴⁰⁴ COSTA, Samuel Guimarães. O quadro político paranaense. Curitiba, n 275, p 20, jan, 1980

⁴⁰⁵ Como exemplo é possível destacar o discurso proferido pelo jornalista em trecho da reportagem da coluna sobre política estadual intitulada *Especulações entorno de Ney Braga* do ano de 1980 em que diz “(...) o Paraná é quase uma exceção pela reconhecida habilidade com que Ney Braga vem conduzindo a formação do novo partido do governo(...)” (COSTA, Samuel Guimarães. *Especulações entorno de Ney Braga*. Curitiba, n 291, p 28, agosto, 1980).

⁴⁰⁶ Para Bardin (2011) a análise temática “consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja a presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. (...) O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc.” (Bardin, 2001, p.93).

29 textos escritos por Samuel, correspondentes ao recorte da pesquisa, emergiram 08 publicações⁴⁰⁷ tratando de personalidades e questões políticas relativas ao estado do Paraná para a análise temática. Então, na codificação, por meio de operações de recorte do texto, foram escolhidas as unidades de registro visando a categorização. O critério para sua escolha, em geral, é de ordem semântica e neste trabalho o tema (núcleo de sentido geral) foi escolhido como recorte para o texto (unidade de significação).

Assim, em relação às representações mais recorrentes nos textos de Samuel Guimarães da Costa, foram elencados os três principais temas percorridos no conjunto documental como unidades registro para as análises: elogio aos políticos, empresas privadas e história do estado do Paraná e seus políticos.

7. As representações de Samuel Guimarães da Costa

Elogio aos políticos⁴⁰⁸

Nesta categoria foram classificados 03 textos. O jornalista traz em suas narrativas enredos elaborados com dados que remetem a acontecimentos passados relativos aos políticos ou aos parentes destes. Nessa categoria foi possível perceber que Samuel tem preocupação em produzir um discurso de credibilidade, resgatando feitos antecedentes dos políticos. Confere destaque especial para Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha Neto e Manoel Ribas.

Logo no início da publicação intitulada *Especulações entorno de Ney Braga*, Samuel começa narrando que Ney Braga teve que se afastar por um tempo da vida pública para cuidar da saúde e segue dizendo que “ninguém deseja, é claro, que Ney Braga venha abrir mão, por imposições de saúde, da posição de liderança que exerce, até porque com ele o Paraná, inegavelmente, está em boas mãos”⁴⁰⁹. Chama também a atenção o cuidado de Samuel ao elaborar justificativas para a manutenção da imagem de Ney Braga, pois “Não ignoramos que, em política, mais do que em qualquer outra atividade, por toda parte os jovens reinam mas os

⁴⁰⁷ COSTA, Samuel Guimarães. O quadro político paranaense. Curitiba, n 275, p 20, jan, 1980
 COSTA, Samuel Guimarães. O canto do cisne de Ney Braga. Curitiba, n 283, p 07, mai, 1980
 COSTA, Samuel Guimarães. Especulações entorno de Ney Braga. Curitiba, n 291, p 28, ago, 1980
 COSTA, Samuel Guimarães. A crise de identidade do Paraná. Curitiba, n 333, p 04, dez, 1983
 COSTA, Samuel Guimarães. O Paraná de Manoel Ribas Curitiba, n 360, p 18, ago, 1986
 COSTA, Samuel Guimarães. Estado do Iguaçú: uma causa inglória. n 357, p, 4 abr. 1986
 COSTA, Samuel Guimarães. Lupion: vítima ou vilão?. Curitiba, n 374, p 14, mai, 1988

⁴⁰⁸ Nesta categoria foram classificados os trechos das notícias em que os adjetivos de qualidade e elogios são preponderantes.

⁴⁰⁹ COSTA, Samuel Guimarães. Especulações entorno de Ney Braga. Curitiba, n 291, p 28, ago, 1980

velhos é quem governam, e assim deve continuar a ser, porque são mais sábios, e só a idade confere sabedoria”⁴¹⁰

Em outro texto intitulado *O canto do cisne de Ney Braga*, Samuel ressalta a origem familiar de Ney Braga dizendo que “é genro de um saudoso político e um eminente homem público paranaense da I República (...) para não falar também nos Braga, igualmente uma família ilustre e numerosa”⁴¹¹. Pode-se perceber um discurso de exaltação para com famílias que fizeram nome na política paranaense. Assim, percebe-se uma aproximação, inclusive pessoal, do jornalista com o político retratado nas páginas da revista.

Além de Ney Braga. Samuel também adjetivava Bento Munhoz da Rocha Neto: “paranaense eminente de ilustre ascendência e homem público, de rara visão política (...)”⁴¹². Samuel havia assessorado Bento Munhoz na década de 50, sendo assim, o jornalista já possui um histórico de trabalho para com esses políticos, legitimando ainda mais seus escritos, pois por confiarem em Samuel para escrever seus discursos, também confiavam em seus escritos na revista para a manutenção de suas imagens.

Empresas privadas⁴¹³

Nesta categoria será explorado o texto intitulado *Lupion: vítima ou vilão?*⁴¹⁴ publicado em 1988. Outros escritos submetidos à análise temática possuem menções às empresas privadas, mas com menos destaque.

Um ponto importante da história do Estado é a relação das empresas privadas na construção do Paraná, juntamente com seus políticos. Samuel dedica quatro páginas a explicar o governo e as empresas que Moyses Lupion (1947-1951 e 1956-1961) possuía, referindo-se ao *Grupo Lupion* como ‘império’. Acusado de grilagem de terras e corrupção, o mandato de Lupion foi conturbado. Segundo o jornalista, o referido governador possuía empresas que estavam vinculadas ao estado para que este se desenvolvesse, principalmente a indústria madeireira.

Samuel critica a postura empresarial de Lupion quando

“fortunas foram feitas à custa de devastação de pinheirais e da abertura da nova fronteira agrícola que que pos abaixo densas florestas (...) a medida em que o primeiro governo de Moyses Lupion (1947-1950) transferiu um valioso patrimônio em terras devolutas para uma minoria de afortunados do PSD e da UDN, em troca de apoio político maciço nas regiões pioneiras do noroeste, médio oeste e sudoeste,

⁴¹⁰ COSTA, Samuel Guimarães. Especulações op., cit, p. 29

⁴¹¹ COSTA, Samuel Guimarães. O canto do cisne de Ney Braga. Curitiba, n 283, p 07, mai, 1980

⁴¹² COSTA, Samuel Guimarães. A crise de identidade do Paraná. Curitiba, n 333, p 04, dez, 1983

⁴¹³ Nesta categoria foram classificados os trechos das notícias em que o jornalista trata a relação empresas privadas e o estado

⁴¹⁴ COSTA, Samuel Guimarães. Lupion: vítima ou vilão? Curitiba, n 374, p 14, mai, 1988

onde posseiros esbulhados logo depois se ergueram em armas, promovendo os primeiros levantes camponeses.”⁴¹⁵

Segundo Maurício (2011), o pai de Ney Braga criou uma construtora junto com outros sócios, com a intenção de participar da construção de obras públicas a convite do governador Manoel Ribas (1932 e 1945). Mas fica perceptível o incomodo de Samuel com relação a jogada política de Lupion com o norte pioneiro do estado, principalmente devido as acusações de corrupção de seu governo.

Mesmo explicitando seu desconforto, Samuel é cuidadoso ao se expressar sobre Lupion, pois segundo Batistella (2014), o candidato a governador do Estado pela segunda vez, agora contra Bento Munhoz da Rocha Neto, havia comprado parte dos jornais *Gazeta do Povo e O Dia* que “Em 1946, *O Dia*, foi adquirido por Moyses Lupion, que utilizou visivelmente para fins políticos”⁴¹⁶. Dessa maneira, Samuel que já havia trabalhado nos dois periódicos, escrevia sobre Lupion com respeito e cuidado, mas sem deixar de expor sua opinião.

Ou seja, o envolvimento do empresariado juntamente com a política pode ser pensada, na medida em que nesse período, século XX, o Brasil estava se modernizando e o estado do Paraná não poderia ficar de fora, mas ainda, segundo Maurício (2011), “Ney Braga (1961-1965) faz parte do modelo político modernizador conservador, com raízes nas famílias tradicionais, como bem demonstram as suas relações de parentesco(…)”⁴¹⁷. O governo de Lupion também estava relacionado a famílias tradicionais, mas o político também “implementou no Estado uma forte política de ocupação territorial que atraiu muitas correntes migratórias.”⁴¹⁸

Samuel Guimarães da Costa possui uma relação afetiva com o Paraná Tradicional, pois seu bisavô foi o Último Capitão Mor que inclusive, o jornalista escreve um livro onde recupera a genealogia da família⁴¹⁹, logo sua relação com os políticos oriundos do Paraná Tradicional fica mais latente em seus escritos.

História do estado do Paraná e seus políticos⁴²⁰

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ BATISTELLA, Alessandro. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). Porto Alegre, UFRGS, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/104867/000930134.pdf?sequence=1>. Acesso em 27/06/2016.

⁴¹⁷ MAURÍCIO, Dinalva Rodrigues Mendes. Governos Lupion e Ney Braga: um estudo comparativo. Curitiba, UFPR, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33136/DINALVA%20ROSA%20NEVES%20MAURICIO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27/05/2016.

⁴¹⁸ MAURÍCIO, Dinalva Rodrigues Mendes. Governos Lupion op., cit, p.19

⁴¹⁹ SILVA, J B. op., cit, p.12.

⁴²⁰ Nesta categoria foram classificados os trechos das notícias em que o jornalista fala sobre a história do estado e suas figuras representativas.

Durante a análise foi possível observar que Samuel importava-se com a contextualização dos fatos. É interessante perceber esse cuidado do jornalista para com a historização, por mais breve que estas aparecessem nos textos, que dá sentido às reportagens, em especial, matérias que falam sobre a criação do estado.

A matéria intitulada *Paraná Novo e Paraná Velho*, publicada em 1983, Samuel conta a história da formação do estado

“Desde 1711, Paranaguá fora sede da Ouvidoria gigante que tinha seu nome, com jurisdição sobre o vasto território que hoje forma os três estados da região sul. Em 1832, com a extinção do regime das ouvidorias, Curitiba que desde 1812 tinha arrebatado de Paranaguá o antigo predicamento, se tornou sede da III Comarca de São Paulo, porém, já com menor virtude da criação anterior das capitânicas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.”⁴²¹

Como já dito, o jornalista não é trazida pelo jornalista como totalmente negativa. Samuel tenta através de seus textos ser ponderado e sutil em alguns momentos, como quando se refere

“Se Lupion foi vítima ou vilão num agitado período do Paraná moderno, cabe a História responder. Sua ascensão, esplendor e declínio aconteceram em uma época em que o Paraná vivia o grande momento de ocupação, com deslocamento da fronteira agrícola no sentido setentrião (...)”⁴²²

A escolha de Samuel em contar a história da formação do estado, ressaltar os parentescos dos políticos ou ainda citar as empresas de Lupion em reportagens, demonstra um coleguismo por parte de Samuel para com os políticos tradicionais, assim como para com o estado do Paraná enquanto instância política.

Na reportagem intitulada *Estado do Iguazu: uma causa inglória*, publicado em 1986, Samuel critica a possibilidade de criação de um novo estado federativo chamado Iguazu, pois “tirar porções do Paraná e Santa Catarina para criar o Estado do Iguazu, significaria transformar duas unidades federativas pequenas em três insignificantes.”⁴²³. Nessa mesma reportagem, Samuel escreve, lembrando a história do estado

“(...) até com boa dose de humor, que o Norte do Paraná tinha gente de todas as partes do Brasil e do mundo, inclusive alguns paranaenses. iEsboçou-se ali um movimento separatista em prol da criação do Estado do Paranapanema, liderado por

⁴²¹ COSTA, Samuel Guimarães. Paraná Novo e Paraná Velho. *Panorama*, Curitiba, n 329, p. 26-32, jul,1983.

⁴²² COSTA, Samuel Guimarães. Lupion: vítima ou vilão? Op., cit. p 14

⁴²³ COSTA, Samuel Guimarães. Estado do Iguazu: uma causa inglória. n 357, p, 4 abr. 1986

forasteiros também politicamente ambiciosos, a pretexto de que a região era mera extensão da economia paulista, historicamente famosa por seus expansionismos.”⁴²⁴

O jornalista traz dados para os textos por vezes comparando alguma situação passada a algo similar atual, seja na relação do Estado, a sua geografia e problemas políticos, seja com as próprias personalidades políticas.

Considerações Finais:

Todo homem é filho de seu tempo, ou seja, escreve a partir de suas vivências e experiências em determinado lugar e temporalidade. Samuel não possui um discurso transgressor e crítico com relação ao Estado do Paraná e seus políticos, pelo contrário, é perceptível a postura de defesa de grandes nomes políticos do Paraná Tradicional, um cuidado ao retrata-los, pois Samuel tem um discurso que os legitima e, mais, cria representações da política paranaense como forte, experiente, integra e herdeira de grandes nomes e bem feitos.

Pode-se compreender que o fato de Samuel Guimarães da Costa pertencer e conviver com determinados grupos políticos, assessorando ou escrevendo discursos como ghost writer⁴²⁵, tributava sentidos comuns nas representações presentes em seus textos.

Samuel assessorou aos ministros Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha e mais tarde os governadores Ney Braga e Paulo Pimentel. Seu lugar de fala e prática, segundo Certeau (2013), era legitimado por uma representatividade construída em via de mão dupla, no sentido que Samuel sentia-se representado por esses políticos, assim como os políticos sentiam-se representados pelos discursos de Samuel.

O fato da revista ser destinada à burguesia e estudantes universitários também contribui para que o discurso de Samuel retratasse a política e os políticos de maneira mais cuidadosa, já que grandes famílias continuavam a governar o estado. A manutenção dessas famílias no poder era assegurada por Samuel Guimarães da Costa e esta prática assegurava a posição do jornalista dentro deste círculo social. Ou seja, Samuel representava os políticos dando a ele uma imagem positiva, resgatando suas memórias e feitos familiares, ao mesmo tempo em que era legitimado por esses mesmo homens a continuar fazendo seu trabalho.

Referencias Bibliográfica:

Fontes:

- COSTA, Samuel Guimarães. O quadro político paranaense. Curitiba, n 275, p 20, jan, 1980
 COSTA, Samuel Guimarães. O canto do cisne de Ney Braga. Curitiba, n 283, p 07, mai, 1980
 COSTA, Samuel Guimarães. Especulações entorno de Ney Braga. Curitiba, n 291, p 28, ago, 1980

⁴²⁴ Ibidem. p, 5.

⁴²⁵ SILVA, J B. op., cit, p. 17

- COSTA, Samuel Guimarães. Paraná Novo e Paraná Velho. *Panorama*, Curitiba, n 329, p. 26-32, jul,1983.
- COSTA, Samuel Guimarães. A crise de identidade do Paraná. Curitiba, n 333, p 04, dez, 1983
- COSTA, Samuel Guimarães. O Paraná de Manoel Ribas Curitiba, n 360, p 18, ago, 1986
- COSTA, Samuel Guimarães. Estado do Iguazu: uma causa inglória. n 357, p, 4 abr. 1986
- COSTA, Samuel Guimarães. Lupion: vítima ou vilão?. Curitiba, n 374, p 14, mai, 1988

Bibliografia:

ALVES, Luiz Felipe Nunes de. *Os anos 50 e 60 nas páginas de Panorama e Paraná em páginas: o conservadorismo da imprensa paranaense no contexto da guerra fria*. Dissertação de mestrado (Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes) Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTELLA, Alessandro. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). Porto Alegre, UFRGS, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/104867/000930134.pdf?sequence=1>. Acesso em 27/06/2016.

CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica In: A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes 3ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. 11 (5), p. 173-191).

CHAUÍ, Marilena. *O Discurso competente. In: CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.

COSTA, Samuel Guimarães da. 40 Anos de Jornalismo. Curitiba: Editora Pan, 1983

COSTA, Samuel Guimarães. A semana de arte moderna. *Panorama*, Curitiba, n 314, p 26, mar, 1982.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa. *Análise de Conteúdo*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e Técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HAYGERT, Aroldo Murá G. *O Paraná em revista*. Disponível em: <http://revistaideias.com.br/ideias/content/o-parana-em-revista>. Acesso em: 15/05/2016.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

MAURÍCIO, Dinalva Rodrigues Mendes. Governos Lupyon e Ney Braga: um estudo comparativo. Departamento de ciências sociais UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33136/DINALVA%20ROSA%20NEVES%20MAURICIO.pdf?sequence=1> Acesso em: 27/05/2016.

MILLARCH, Aramis. *Testemunha da história, o exemplo de jornalista*. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/testemunha-da-historia-o-exemplo-de-jornalista>. Acesso em: 04/05/2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cultura e Representações, uma trajetória*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006

RUBIÃO, Murilo. *2º Congresso Brasileiro de Escritores*. Disponível em: <http://www.mondoweb.com.br/murilorubiao/teste05/imprensa.aspx?id=11>. Acesso em: 15/05/2016

SILVA, J B. Visões do Paraná: Uma Análise Historiográfica das Reportagens de Samuel Guimarães da Costa da década de 1980. *Ateliê de História UEPG*, 3(1): 79-97, 2015. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/8068/4781>. Acesso 15/05/2016

SEMELHANÇAS E DISPARIDADES ENTRE FOUCAULT E ORWELL CONSIDERANDO O LIVRO 1984

ISSN: 2595-1645

Maria de Fátima Fernandes Ferreira (UEL)

Prof. Dr. Richard Gonçalves André (Orientador)

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo analisar o livro 1984 de George Orwell pelo viés principal de Michel Foucault. O livro representa um regime político de caráter disciplinador, coercitivo e, sobretudo controlador. O livro foi escrito em 1949 e dessa maneira é possível analisar o imaginário da época que havia passado por duas guerras tendo a última tomado grandes proporções e deixado marcas no cenário político, econômico e social. Já Michel Foucault demonstra em “Vigiar e Punir” e em outros livros que enxerga a sociedade de maneira semelhante, para Foucault a sociedade se utiliza de mecanismos para normatizar, adequar e docilizar as pessoas em escolas, instituições militares e até mesmo prisões. Para que fosse possível essa associação, utilizei o livro de Antônio Cândido “Literatura e Sociedade” e livro “A Invenção do Cotidiano” de Michel de Certeau, com base nesses autores é possível estabelecer um diálogo entre a obra e como essa modificou a visão dos que pertenciam aquele momento. Dessa forma é possível perceber visões da sociedade, e isso é importante para a história, pois é possível estabelecer uma relação com o imaginário e como ele se perpetua no tempo.

Palavras-Chave: Foucault. Orwell. 1984

O presente trabalho pretende analisar como se assemelham e diferem o pensamento de George Orwell e Michel Foucault tomando como base os referenciais “1984” (Mil Novecentos e Oitenta e Quatro) e “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão”. O livro 1984 foi escrito no ano de 1949 em sua primeira edição, por George Orwell pseudônimo de Eric Blair, no período Pós-Guerra, nesse período em várias partes do mundo havia a existência de regimes autoritários com o Fascismo italiano e o Stalinismo russo. Já o livro “Vigiar e Punir” foi escrito em 1975 em sua primeira edição, vinte e seis anos depois, período no qual a França, país no qual pertencia Foucault passava pelas revoluções intelectuais.

Em “1984”, Orwell descreve um regime totalitário controlador pelo ponto de vista do personagem Winston Smith, que permanece atordoado o tempo todo com medo que o regime possa descobrir que ele não está totalmente inserido nos ideais disseminados, seja por atos considerados crimes ou até mesmo suas feições que são vigiadas o tempo todo para evitar transgressores.

Sobre isso Coelho⁴²⁶ (2012, p. 158) coloca que

[...] Suas angústias, medos e sonhos são revelados em contradição com a tirania e o controle das ideias, dos *sentimentos* e dos comportamentos. Mas este totalitarismo é sempre amenizado pela falsa certeza de que “O Grande Irmão zela por ti” – frase emblemática estampada em cartazes aficionados em todos os espaços públicos, e amplamente difundida nos sistemas de controle do partido.

Essa obra fictícia se passa em Londres, que é controlada pela IngSoc (Socialismo inglês), IngSoc é uma sigla adotada pela novilíngua, idioma também fictício com o qual se denomina o Partido governante. Governo no qual dissemina o seguinte lema: “Guerra é paz, Liberdade é escravidão, Ignorância é força”. Nesse regime existem quatro ministérios que servem para manter o controle sobre todos os aspectos, políticos, econômicos e sociais que são: o Ministério da Fartura, o Ministério do Amor, o Ministério da Verdade e o Ministério da Paz. O Ministério da Fartura é responsável por manter a fome, pois, juntamente com a guerra, servia para manipular e dominar as massas. Já o Ministério da Verdade, tem como razão de existência o ato de deturpar dia a dia o passado, para que fizesse sentido quando confrontados com os prognósticos que o Partido distribuía para a sociedade no presente. Havia também o Ministério do Amor, principal mecanismo repressor e de espionagem, que se utilizava de tortura psicológica e física contra os que resistissem e por último, o Ministério da Paz que existia unicamente para manter o estado de guerra.

A sociedade descrita por Orwell é caracterizada pelo empenho em normatizar e disciplinar todos perante as ideias do Partido, em várias partes do livro é possível perceber que Winston pouco se lembra de sua vida antes desse regime estar presente no poder e até quando tenta se lembrar, acaba se confundido com relação a datas e fatos. Mal consegue se lembrar de como era um possível relacionamento com seus pais. Isso pode ser notado no decorrer do livro com bastante frequência.

É possível notar esses aspectos em Orwell⁴²⁷ (1982, p.3)

⁴²⁶ COELHO, Cláudio Márcio. Poder, sentimento e terror na literatura de George Orwell. Simbiotica. Espírito Santo, v. un., n. 01, 2012, p. 157-161.

⁴²⁷ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1982.

[...] Tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. Havia existido sempre aquelas apodrecidas casas do século dezenove, os flancos reforçados com espeques de madeira, janelas com remendos de cartolina e os telhados com chapa de ferro corrugado, e os muros doidos dos jardins, descaindo em todas as direções? E as crateras de bombas onde o pó de reboco revolteava no ar e o mato crescia à matroca sobre os montes de escombros; e os lugares onde as bombas haviam aberto lareiras maiores e tinham nascido sórdidas colônias de choças de madeira que mais pareciam galinheiros? Mas era inútil, não conseguia se lembrar: nada sobrava de sua infância, exceto uma série de quadros fortemente iluminados, que se sucediam sem pano de fundo e eram quase ininteligíveis.

Num regime que pregava a ideia de uma “solidão necessária”, Winston pode perceber todas as faces do totalitarismo da IngSoc, a princípio, notou que o lema: “O grande-irmão zela por ti” poderia ser considerado uma insinceridade, e relacionou isso ao fato existirem especificidades ligadas a proteção do regime e a punição para atos que o Partido entendia que seriam subversivos e a solução era combatê-los de forma que não chamasse atenção e não despertasse o imaginário de possíveis revoltosos.

Na ficção desenhada por Orwell, todos eram incitados a fazer denúncia caso percebessem que o outro fazia algo que fosse contrário ao regime, dessa forma, a Crimideia era evitada (pensar de maneira criminosa, desviando do controle do Partido). O Partido, para obter ainda mais poder, cria a Novilingua, que é um novo idioma para limitar o pensamento e a reflexão, pondo um fim a ideia de Crimideia pelo fato de não haver mais palavras para explicá-la. A denominada Facecrime, seria a demonstração de sentimentos e pensamentos que confrontavam as ideias do partido IngSoc e podia ser percebidas tanto pelas teletelas que estavam espalhadas pela cidade e até mesmo no âmbito residencial. A ideia de Propivida era a de que o individualismo deveria ser abolido e que o Grande Irmão cuidaria disso. A ideia de um ser Bempensante, era de que aquele que conseguisse deter, semelhante ao instinto, qualquer pensamento que apresentasse perigo. Então, essa pessoa se tornaria alguém que

aceita ideais contraditórios num processo consciente e ao mesmo tempo inconsciente, ocorrendo uma adulteração na maneira de pensar, a isso se dava o nome de Duplipensar.

Sobre o fim da Crimidéia, é possível notar em Orwell⁴²⁸ (1982, p. 38)

[...] Syme mordiscou outro fragmento do pão escuro, mastigou-o um pouco e continuou: - Não vês que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar a gama do pensamento? No fim, tornaremos a crimidéia literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido. Já, na Décima Primeira Edição, não estamos longe disso. Mas o processo continuará muito tempo depois de estarmos mortos.

Mas, apesar de existirem inúmeras formas que o Partido utilizava para controle, não somente as rigorosas leis, mas também a teletela que estava em todos os lugares anunciando dado, regendo a educação física e até mesmo vigiando cada passo de todas as pessoas, Winston se apaixona por uma moça chamada Júlia, que assim como ele trabalhava no Ministério da Verdade, dessa maneira, observa que há uma condenação fervorosa ao amor no qual há relação sexual, pois, o IngSoc considera esse ato como sendo Propivida, sobretudo político, ou seja, um momento no qual o Grande Irmão é deixado de lado e o indivíduo toma as rédeas da própria vida.

A posteriori, Winston acaba ficando mais próximo de O'Brien, que fazia parte do Partido Interno, mas apresenta a Winston ideias contra o regime, ou seja, ideias de resistência. Em meio a isso, é descoberto seu relacionamento com Júlia e sua Crimidéia é delatada. O'Brien foi quem traiu Winston, pois, na realidade, ele era parte da espionagem e repressão do Ministério do Amor. Winston e Júlia são presos, ele é por meses torturado psicologicamente, fisicamente e emocionalmente. O'Brien se torna seu agressor direto, justifica esses atos dizendo que se fazem necessários para que Winston se cure, ou seja, renuncie a Crimideia cometida, e a ideia de Propivida.

Esses aspectos podem ser notados em Orwell⁴²⁹ (1982, p.180)

⁴²⁸ Orwell, 1982, p. 38.

⁴²⁹ Orwell, 1982, p.180.

[...] Dou-me a esta trabalhadeira contigo, Winston, porque vales a pena. Sabes perfeitamente qual é o teu mal. E sabes há muitos anos, embora lutasses contra o conhecimento. És mentalmente desequilibrado. Sofres de memória defeituosa. És incapaz de recordar acontecimentos reais e pensas que te lembras de outros, que nunca tiveram lugar. Felizmente, é curável. Não te curaste, porque preferiste não te curar. Não te dispuseste a fazer um esforcinho. Neste mesmo instante, sei que te agarras à tua doença, sob a impressão de que é uma virtude.

Após tantas torturas, Winston ouve de O'Brien que no caso dele há uma melhora intelectualmente, mas emocionalmente não, levando em consideração o parâmetro de melhora estabelecido pelos ideais do partido. É libertado e acaba se encontrando com Júlia, o que havia de sentimento entre eles foi alvo de tantos ataques, que não chega a ser destruído, mas acaba por adormecer, seja pela dor sofrida e o medo recorrente a todo o momento. É possível considerar que agora Winston, assim como a maioria, idolatrava o Grande Irmão, considerada uma vitória sobre si mesmo e seus ideais anteriores.

Em “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão”, na terceira parte de seu livro, intitulada Disciplina, especificamente no capítulo: “Os Corpos Dóceis”, demonstra aspectos por muitas vezes aspectos semelhantes à obra de Orwell. Inicia esse capítulo com uma reflexão acerca do que é ser soldado, que isso é percebido de longe e considera que é possível notar seu vigor e coragem. Foucault coloca que o corpo de um soldado é o seu brasão e a principal demonstração de sua valentia, considera que o ofício das armas apesar de ser aprendido por meio da luta, a marcha e o porte da cabeça estão relacionados a isso.

Sobre isso é possível notar em Foucault (1978, p.166) apud Saxe (p.5)⁴³⁰

[...] Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte: [tornado lanceiro, o soldado] deverá ao marchar tomar a cadência dos

⁴³⁰ FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: _____ Vigiar e Punir. RJ: Vozes, 1978. apud Marechal de Saxe, Mês rêveries, t. I, avant-propos, p. 5.

passos para ter o máximo de graça e gravidade que for possível, pois a Lança é uma arma honrada e merece ser levada com um porte grave e audaz.

Quando pensa o século XVIII, Foucault entende que o soldado é algo que pode ser moldado, de um corpo que até então não se enxergava aspectos ligados semelhanças militares, é possível perceber uma correção nos modos de postura, tornando dessa maneira uma máquina, e que por esse motivo deixa de aparentar ser camponês para adquirir a aparência do soldado.

Para Foucault, num dado momento, o corpo se tornou algo importante para a construção de um poder “Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”. (Foucault, 1978, p. 163)⁴³¹. Foucault ressalta que o livro *O Homem Máquina*, foi escrito em suas primeiras páginas por Descartes e que médicos e filósofos o continuaram, sendo a outra parte constituída por regulamentações de regulamentos militares, escolares e hospitalares para controlar e corrigir o corpo. Esses dois registros serviam ao mesmo tempo para submeter e utilizar. O autor considera que ao relacionar o corpo manipulável ao analisável é possível adestrar, e, sobretudo, docilizar, pois “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (Foucault, 1978, p.163)⁴³².

Para exercer total controle, Foucault explica que não é somente cuidar do corpo, mas, trabalhá-lo em todos os detalhes, para ele, se faz necessária uma imposição sem descanso, utilizando métodos semelhantes a mecânica, é primordial que seja dada atenção a realização de exercícios, dessa forma, se torna possível controlar minuciosamente o corpo, tornando a relação docilidade-utilidade facilitada, na qual Foucault nomeia de Disciplina. Michel Foucault coloca que nos séculos XVII e XVIII foi que as disciplinas foram utilizadas para dominar.

Pensando nesse aspecto Foucault (1978, p. 164)⁴³³

[...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas

⁴³¹ Foucault, 1978, p.163.

⁴³² *ibidem*, p.163.

⁴³³ *ibidem*, p.164.

habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

Dessa maneira então se dá o que Foucault chama de “política das coerções”, que seriam uma espécie de trabalho sobre o corpo, uma manipulação conjecturada em comportamentos, gestos e elementos. Para Foucault, há uma maquinaria do poder que o explora, desarticula e que o refaz. Ele ressalta que isso é o que se pode chamar de “Anatomia política” e uma “Mecânica do Poder” que tem por objetivo definir uma maneira do corpo ser controlado, mas não apenas para que façam o que se quer, mas também para que o façam da maneira que se quer, como técnicas pré-estabelecidas eficácia e rapidez. Para Michel Foucault a disciplina molda corpos exercitados e submissos, ou seja, “corpos dóceis”.

Foucault considera que a disciplina aumenta as forças do corpo seja em termos de utilidade quanto de obediência, ela dissolve o poder do corpo, faz dele uma capacidade a se aumentar e faz da energia uma espécie de potência para tirar maior proveito de uma relação de estrita sujeição. Para Michel Foucault, observar minuciosamente os detalhes, e ao mesmo tempo focar no aspecto político dessas pequenas coisas, para controlar e tornar fácil a utilização dos homens.

Ao falar especificamente de disciplina Foucault (1982, p.167)⁴³⁴

[...] Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno.

Ao se estabelecer relação entre o livro “1984” de Orwell e o livro “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão” é importante notar algumas especificações: há uma distância temporal entre as duas obras, uma pertence ao ano de 1949, já a outra foi escrita em 1975, vinte e seis

⁴³⁴ Foucault, 1982, p. 167.

anos depois, são escritos diferentes, Orwell escreveu um romance baseado no contexto em que vivia, numa projeção pessimista de futuro, cercada de exageros, espelhando-se no fato de haver um crescente Autoritarismo tomando o poder na Europa. Já Michel Foucault, escreveu seu livro com outras intenções, a começar pelo fato de que o livro se deu, baseado nas pesquisas que havia feito em várias instituições, aos autores que leu e o período em que vivia estar passando por transformações intelectuais e políticas. Estas são as diferenças que devem ser enfatizadas quando se pensa nas duas obras.

As semelhanças que existem nas obras são muitas, a começar pelo fato do tema central de ambas ser a maneira como se dá o poder, em “1984” o poder está nas mãos de um partido que se empenha em controlar a vida das pessoas em todos os aspectos possíveis, no trabalho, em casa, nas ruas e, sobretudo, nas relações pessoais que devem ser evitadas ao máximo pois apagar-se a outro é uma atitude na qual afasta a principal ideia do partido governante, de que o governo rege tudo e não concordar com isso é uma atitude de protesto, que deve ser punida de acordo com seu nível.

Já “Vigiar e Punir”, descreve como se dá a questão do poder em instituições como escola, hospitais, conventos e até mesmo no sistema prisional, é importante notar que Michel Foucault descreve como ele enxerga as manobras do poder para fazer com que a relação de obediência e utilidade se dê por meio do controle rígido, semelhante ao estresse que se aplica a uma máquina, quase mecânico. Foucault entende que esse processo de disciplinarização está diretamente relacionada a docilização, ou seja, a submissão sem questionamentos e a obediência sem empecilhos.

Quando estabelecemos um diálogo entre os dois livros, é possível encontrar o fato de que o poder é o que move a ficção de Orwell e estudo de Foucault, para Orwell o estabelecimento do poder está correlacionado com a disciplina que está inserida num primeiro momento ao corpo físico e sua obrigatoriedade de exercício físico pela manhã, em horário pré-estabelecido e que isso é observado pelos detentores do poder atentamente. Sobre isso “Somos vigiados a todo instante e condenados por nossas atitudes quando essas não seguem os padrões de “normalidade” ditados pela sociedade”. Assunção (2012, p. 304)⁴³⁵

Em Foucault, a semelhança no ponto de vista pode ser vista pelo fato de que as grandes instituições adotam medidas semelhantes as descritas por Orwell, é comum em várias

⁴³⁵ ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas. Michel Foucault, o poder e o corpo: Uma Reflexão Acerca da Atualidade. In: CÓLOQUIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA O CORPO E A IMAGEM NO DISCURSO. n.s/n, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia-MG: ASSUNÇÃO, 2012. p. 295-306.

escolas que o hino seja tocado num dia pré-determinado, no mesmo horário em escolas pela manhã, isso mostra que há uma relação de poder estabelecida e que ela é incutida nos seres humanos desde criança, o poder deve ser enxergado como em todas esferas.

Sobre isso Coelho (2009, p.2)⁴³⁶

[...] Interpretamos o *poder* como a faculdade e a possibilidade de possuir e exercer força física ou moral, influência, valimento, autorização, vontade, autoridade, domínio, controle, direito, decisão, mando, supremacia e governo das ações de outrem pela imposição da obediência ou pelo convencimento e persuasão, produzindo assim determinado efeito ou eficácia de dominação.

Quando Foucault coloca que o poder é uma prática social, que se constrói conforme a história há um paralelo que pode ser encontrado em Orwell, quando a personagem de sua ficção trabalha alterando dados e notícias para haja um conformismo na relação governante-governado, para gerar uma sensação de que tudo está bem e que o governo cumpre com o que promete, mas, o que acontece de fato não é isso e sim apenas inverdades na qual há um setor somente para efetuar alterações nos dados reais.

E possível dizer que Orwell antecipa Michel Foucault em “Vigiar e Punir” ao pensar uma sociedade na qual o poder e controle são estruturados em seus mínimos detalhes. Perpassa a relação subjetividade-objetividade ao descrever que depois de um dado momento o poder já está consolidado que a mente já não consegue mais se desvencilhar, que o controle ainda se faz necessário, mas que a maior estruturação do poder se tornou a própria pessoa e que essa, já está submissa, dócil, a ponto de não mais conseguir olhar criticamente, pois já não enxerga a possibilidade de uma nova estrutura.

⁴³⁶ COELHO, Cláudio Márcio. O Poder invisível. Ágora. Vitória-ES, v. s/v, n.15, 2009. p. 1-19.

Referências Bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas. Michel Foucault, o poder e o corpo: Uma Reflexão Acerca da Atualidade. In: CÓLOQUIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA O CORPO E A IMAGEM NO DISCURSO. n.s/n, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia-MG: ASSUNÇÃO, 2012. p. 295-306.

COELHO, Cláudio Márcio. Poder, sentimento e terror na literatura de George Orwell. *Simbiotica*. Espírito Santo, v. un., n. 01, 2012, p. 157-161.

COELHO, Cláudio Márcio. O Poder invisível. *Ágora*. Vitória-ES, v. s/v, n.15, 2009. p. 1-19.

FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: _____ *Vigiar e Punir*. RJ: Vozes, 1978.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1982.

SOBRE OS SIGNIFICADOS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO PARA ALUNOS DA EJA: RELATOS DE PESQUISA

ISSN: 2595-1645

Wilian Junior Bonete[•]
Orientadora: Dr.^a Kátia Abud[°]

Resumo: O presente texto foi elaborado a partir dos dados obtidos em nossa dissertação de mestrado intitulada “Ensino de História, consciência histórica e a Educação de Jovens e Adultos” , defendida no de 2013, no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Para o texto aqui tela, será analisado o pensamento sobre a História e os objetivos do estudo da História escolar, na visão de um grupo de 66 (sessenta e seis) alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tal análise será empreendida à luz dos pressupostos da Didática da História e da Teoria da História, sobretudo a partir do conceito de consciência histórica tal como elaborado por autores como Jörn Rüsen, Agnes Heller, Klaus Bergmann e Luis Fernando Cerri. Ao final, será destacada a importância do trabalho docente a partir das ideias dos alunos jovens e adultos, primando por um ensino de História com sentido para a vida.

Palavras-Chave: Ensino de História. EJA. Consciência Histórica. Didática da História.

O presente texto apresenta um fragmento de nossa pesquisa de mestrado que foi realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e que teve como objetivo analisar o pensamento de um grupo de 66 estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre a História, de uma escola pública da cidade de Guarapuava, PR. Procurou-se identificar as relações que os alunos estabeleciam com o conhecimento histórico e se eles atribuíam, ou não, um sentido prático para o ensino e a aprendizagem da História.

Os dados foram coletados através de um instrumento de pesquisa inspirado no projeto “Youth and History” realizado na Europa na década de 1990 sob a coordenação de Magne Angvik e Bodo Von Borries (PAIS, 1999), porém, readaptado à realidade dos alunos da EJA. Nesse sentido os alunos responderam 10 (dez) questões históricas fechadas sobre significado, importância, gosto, interesse, confiança, temporalidade e experiência em sala de aula; 4 (quatro) questões discursivas sobre conhecimento histórico e vida prática; e uma situação hipotética baseado em Rüsen (2010). Todas essas questões tiveram como pressuposto as teorias concernentes a consciência histórica.

[•] Doutorando em História: PPGHIS/UFMT Bolsista CAPES
[°] USP/UFMT

As respostas foram analisadas mediante o uso da Escala Likert, habitualmente utilizada em questionários e pesquisas de opinião onde os participantes especificam seu nível de concordância. Os dados foram tabulados, tratados estatisticamente e geraram médias (porcentagens) que possibilitaram a visualização de um quadro representativo para cada questão. As respostas discursivas foram analisadas à luz da metodologia denominada Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) que procura, através da organização, categorização e interpretação, revelar as minúcias e os sentidos manifestados nos diversos tipos de discursos.

O presente texto limita-se a apresentar um conjunto de dados relativos aos significados do conhecimento histórico para os alunos através de duas questões específicas. A exposição do tema está dividida em duas partes. A primeira contempla uma breve discussão dos conceitos centrais dessa investigação: Didática da História e consciência histórica. A segunda dedica-se a expor os resultados da análise das respostas dos alunos da EJA.

Consciência histórica e Didática da História- conceitos centrais de investigação: A Didática da História – *Geschichtsdidaktik* – ao longo das últimas décadas tem se estabelecido com um campo híbrido entre a História e a Educação, desenvolvendo objetivos e reflexões teóricas voltadas para diversos temas, dentre eles, a circulação social do conhecimento histórico, a formação de professores, aprendizagem, currículo e as práticas de ensino. (CARDOSO, 2007, 2008). Apesar dessa amplitude temática, seu objetivo vem sendo uníssono: a formação política, crítica e comunicativa dos indivíduos na qual se pretende formular conhecimentos relevantes sobre o passado, procurando transmitir o “saber histórico” de modo que possa ser transformado em habilidades sociais para as novas gerações. (RÜSEN, 2012).

Segundo Rüsen (2012), a Didática da História considera a subjetividade dos alunos, os processos de recepção da História e os interesses desses alunos como tema essencial de suas reflexões didáticas. Entretanto, o seu objeto principal de análise é a consciência histórica (em todas as suas formas e funções) e o seu papel na vida prática humana. Nas palavras do autor:

Com esta expansão da área de competência do ensino de História, para a análise global de todas as formas e funções da consciência histórica, a didática da história desenvolveu um auto-entendimento com o qual ela se apresenta como relativamente autônoma, como uma sub-disciplina da ciência da história, com a sua própria área de pesquisa e ensino, com seus próprios métodos e com a sua própria função. Isso ocorre devido a função de

orientação que o conhecimento histórico tem na vida prática humana e a didática da história pode contribuir com suas pesquisas para controlar esta função. Esta afirmação é inquestionável quando se trata da função prática que o conhecimento histórico desempenha na educação e formação, especialmente no ensino de história. (RÜSEN, 2012, p.70).

Rüsen define a consciência histórica como sendo um conjunto de operações mentais pelas quais os homens orientam e interpretam sua experiência no tempo e no espaço, nas diversas circunstâncias da vida prática. (RÜSEN, 2001, p.57). De maneira convergente, Heller (1993, p15) entende que a consciência histórica é uma forma pela qual os homens buscam respostas as diversas situações que o tempo e a experiência do cotidiano lhe impõem. Na concepção de ambos os autores, a consciência histórica não é única, mas múltipla. A forma como o indivíduo interpreta e lida com sua experiência no tempo, ao passo que é levado a tomar atitudes ou decisões, é passível de mudança conforme as condições do contexto social e sua realidade.

Nesse sentido, Rüsen (2007, 2010) aponta quatro “dimensões da consciência histórica”, ou “formas de geração de sentido histórico” que são manifestas no ser humano: tradicional, exemplar, crítica e genética. Heller (1993), por sua vez, propõe um quadro teórico denominado de “estágios da consciência histórica” que mostra o desenvolvimento da consciência histórica, desde os primórdios da humanidade até a atualidade. Entretanto, esses estágios não devem ser entendidos como níveis ou etapas a serem atingidas. Para a autora, a consciência histórica é a forma que possibilita o homem encontrar respostas as suas necessidades (ou carências) de orientação no tempo e no espaço, nas diferentes sociedades e também de responder à pergunta “de onde vim, quem sou e para onde vou”.

As perspectivas de Rüsen e Heller são privilegiadas, no que tange ao ensino de História, porque ambos mostram que a consciência histórica é necessariamente um fator humano, que emerge do cotidiano. Isso abre espaço para o entendimento de que os alunos, em geral, são dotados de uma consciência histórica, pois todos são levados a lidar com diversas situações diárias que exigem reflexão e interpretação da realidade e do mundo contemporâneo. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que à História e o conhecimento histórico, como elementos da consciência histórica, exercem um papel decisivo na vida dos alunos.

Desse modo, quando indagações sobre as ideias, os saberes e o aprendizado dos alunos são levantados, significa estar levantando reflexões sobre a consciência histórica. Segundo Rüsen (2006, p.16) “o aprendizado é uma das dimensões e manifestações da consciência

histórica. É o processo fundamental de socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas estas operações”.

Assim, com base nesses pressupostos, pode-se perguntar: O que pensam os alunos da EJA sobre a História e sua função social? Qual é a importância do conhecimento histórico para a formação da consciência histórica? O ensino de História tem importância para a vida prática? De que forma o conhecimento histórico pode influenciar nas decisões e ações da vida humana?

Análise dos relatos dos estudantes da EJA: Os dados selecionados para o presente texto não dão conta de responder a todas essas perguntas, todavia, eles oferecem um quadro específico sobre as imagens e as representações que os alunos fazem da História, a partir de suas experiências de vida.

Assim, a **questão 10**, de nosso instrumento de pesquisa, procurou identificar a valorização dos objetivos do estudo da História pelos alunos jovens e adultos. Para tanto, foi lhes apresentado o seguinte enunciado:

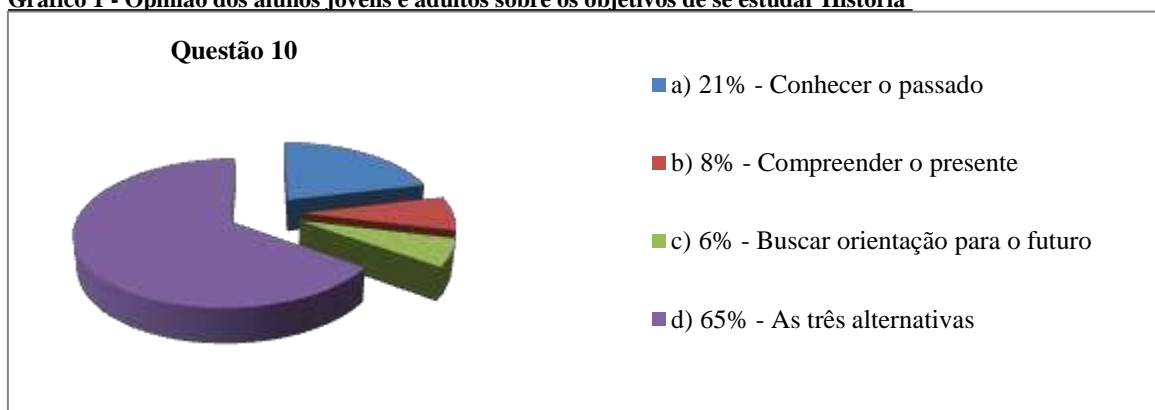
10. Em sua opinião, qual é o principal objetivo no estudo de se estudar História? Marque apenas uma alternativa.

- a) Conhecer o passado. ()
- b) Compreender o presente. ()
- c) Buscar orientação para o futuro. ()
- d) As três alternativas. ()

Explique a resposta que você escolheu:

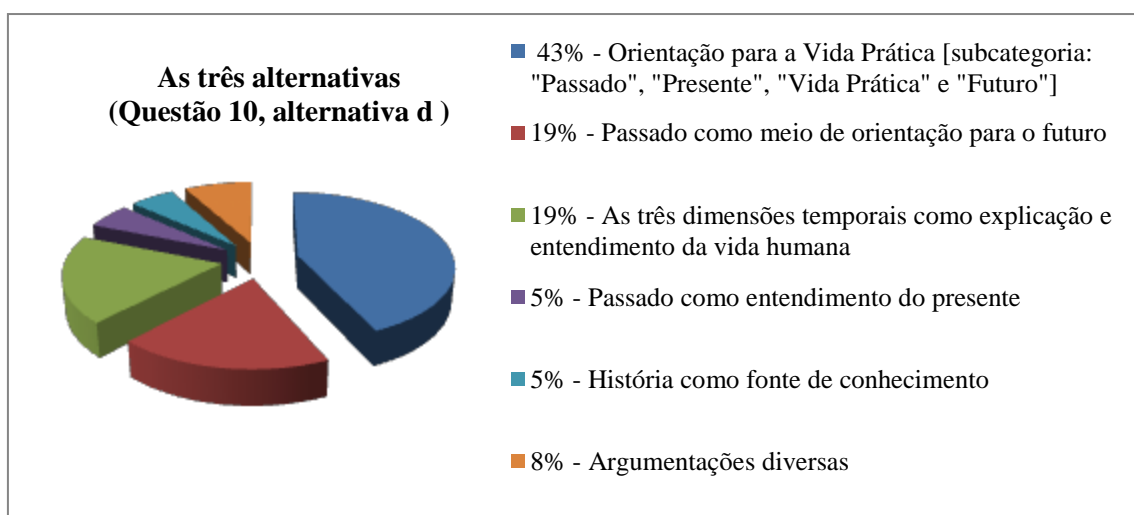
Entre essas alternativas, 65% dos alunos assinalaram a alternativa “(d) As três alternativas”, das quais se obteve o seguinte resultado geral:

Gráfico 1 - Opinião dos alunos jovens e adultos sobre os objetivos de se estudar História



Para a reflexão sobre a escolha dessas alternativas, foi solicitado aos alunos que a explicassem. Das explicações acerca da questão mais assinalada – “(d) As três alternativas” – a análise apontou para a seguinte categorização⁴³⁷:

Gráfico 2 - Categorização das respostas



Como pode ser observado, foram várias as temáticas argumentativas levantadas. No entanto, a linha argumentativa predominante foi identificada na categoria “Orientação para a Vida Prática” (43%). No **Quadro 1**, logo abaixo, apresentam-se alguns fragmentos das argumentações dos alunos:

⁴³⁷ As porcentagens relativas a todas as categorizações apresentadas nos gráficos não se referem ao número de participantes da pesquisa, mas sim ao número argumentações.

Quadro 1 - Argumentações⁴³⁸

GM24 L1-4: “(...) temos de saber o que aconteceu no passado para que não cometamos os erros deles no presente e nem no futuro para que continue evoluindo nosso planeta.”

GM 14 L1-3: “(...) história faz parte da nossa vida por isso nos precisamos saber como era a história no passado para compreender o presente e buscar orientação para o futuro.”

GM12 L1-3: “conhecer a história esta ligado ao passado como podemos compreender o presente e também como buscar orientação para o futuro”.

GM9 L1-3: “estudamos a história para estudar o que aconteceu no passado e tentar compreender o que esta acontecendo no presente e tentar entender como será no futuro.”

GM7 L1-3: “(...) é importante saber o passado, é interessante para saber o que mudou até agora e para saber também o futuro o que vai faltar que é água.”

GM1 L1-3: “porque você conhecendo a história você aprende o passado e compreende o presente e te auxilia no futuro”.

GM2 L1-4: “no meio em que vivemos nos temos que estar atento em tudo o que se passa em nosso meio. A história quem faz somos nós mesmos, pois a cada dia a nossa vida se torna uma história diferente e diversificada.”

MM2 L1-3: “porque nosso modo de viver depende muito de conhecer a nossa história, a vida dos nossos ancestrais.”

MM3 L1-3: “é uma maneira de conhecermos o que aconteceu la atrás e através de certos acontecimentos compreender o presente e ter orientação para muitas coisas”.

MM5 L1-3: “o que serei amanhã é resultado do que somos hoje e fomos ontem. Tudo está envolvendo o passado.”

MM7 L1-2: “porque eu acho que a história é capaz de nos ensinar quase tudo na vida.”

MM16 L1-3: “Uma coisa completa a outra, conhecendo o passado eu vou entender o presente e poderei me preparar para o futuro”.

De acordo com a visão dos alunos, o objetivo maior do estudo da História está diretamente relacionado com as três dimensões temporais: “passado”, “presente” e “futuro”, e consubstancia-se como uma forma de “Orientação para a Vida Prática”. Em outros termos, é possível inferir que os jovens e adultos enxergam um sentido na História que lhes possibilita conhecer o passado e articulá-lo à interpretação do presente e à expectativa de futuro.

Por outro lado, nesse mesmo quadro de argumentações, é possível perceber que, para alguns, a História é considerada apenas como “passado”:

“(...) porque uma coisa completa a outra, conhecendo o passado eu vou entender o presente e poderei me preparar para o futuro” (MM16 L1-3).

⁴³⁸ PM, GM e MM referem-se às nomenclaturas dadas aos alunos participantes da pesquisa no intuito de preservar suas identidades. Convém destacar que foi privilegiada a escrita original dos alunos, o que por sua vez justifica eventuais equívocos gramaticais.

“A história tem para mim como objetivo conhecer o passado, assim explica lá, entender como viviam, assim compreender o presente e nessa mistura nos orientar para o futuro”. (PM 10 L1-2).

Embora o discurso dos alunos aponte que o objetivo do estudo da História está relacionado às três dimensões temporais e exerce grande influência na vida prática, a ênfase recai sobre o passado. A respeito disso, Jörn Rüsen advoga que:

“História” é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente de seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente. (RÜSEN, 2001, p.74).

Note-se que, para o autor, a História é fruto do agir humano (ou dos feitos) no tempo, no espaço, na experiência de vida. São esses processos concretos que fundamentam qualquer tipo de representação da História. Há, então, convergência e relevância no pensamento histórico daqueles alunos que indicaram que: “(...) A história quem faz somos nós mesmos” (GM2 L1-4); “a história é capaz de nos ensinar quase tudo na vida” (MM7 L1-2); ou ainda a afirmação de que o “(...) conhecer a história esta ligado ao passado como podemos compreender o presente e também como buscar orientação para o futuro” (GM12 L1-3).

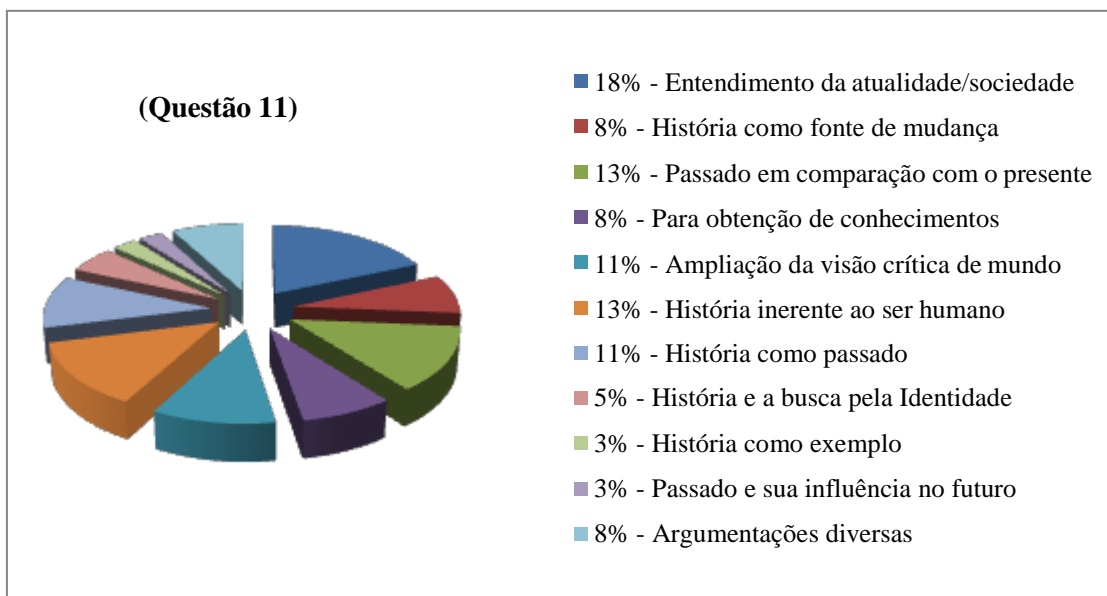
Essa breve análise traz consigo algumas indagações: até que ponto o conhecimento histórico se relaciona com a Vida Prática? Em outras palavras, como os alunos estabelecem relações entre o conhecimento histórico e sua experiência de vida? A História aprendida na escola é realmente importante para sua formação? Como?

As indagações acima direcionam o foco para a **questão 11** que objetivou verificar se o pensamento dos alunos a respeito da História, expresso em suas narrativas, manteria o mesmo sentido da questão anterior e se eles argumentariam sobre a forma como se relacionam com conhecimento histórico. Para tanto, foi proposta a seguinte pergunta:

11. Você acredita que o conhecimento sobre a História, adquirido na escola, é importante para a sua vida? Como?

Obteve-se então a seguinte categorização:

Gráfico 3 - Categorização das respostas



Como pode ser observado, novamente houve uma variedade de temas nas categorizações, porém é útil pontuar que todos os alunos (total de 38) os quais responderam e argumentaram ao questionamento proposto, buscaram apresentar a relação de suas experiências com o conhecimento histórico, mantendo, assim, o mesmo sentido com relação à questão anterior.

Na impossibilidade de analisar todas as respostas dos alunos, convém destacar que 18% afirmaram que o conhecimento histórico adquirido na escola é de grande importância, pois proporciona o *entendimento da atualidade/sociedade*; 13% afirmaram que estudar o passado permite o *entendimento (e comparação) da realidade presente*; e para 11% dos alunos, a História possibilita a *ampliação da visão crítica de mundo*, conforme pode ser visto no **Quadro 2** abaixo:

Quadro 2 – Argumentações

Entendimento da atualidade/sociedade

GM10 L1-2: sim, porque assim consigo entender melhor a sociedade de hoje.
 GM17 L1-2: para compreender as mudanças na atualidade comparando com o passado, exemplo: política, guerra, paz.
 GM23 L1: sim, para saber a respeito de como foi criado o país e seus princípios.
 GM18 L1-2: sim, pois aprendemos muitas coisas da sociedade atual e de antigamente.
 PM1 L1-2: Sim, pois tendo esse conhecimento podemos discutir e tentar melhorar o mundo de hoje.
 PM3 L1-2: importante para o conhecimento do passado e o que acontece no mundo inteiro.
 PM14 L1-3: Sim, sem a história muita coisa como a tecnologia não seria como ela é hoje (...) sem a história ninguém teria ou poucos teriam acesso.

Os alunos indicaram o conhecimento histórico, e seu potencial crítico e transformador, como fonte que permite “compreender as mudanças da atualidade comparando com o passado, por exemplo: política, guerra, paz” (GM17 L1-2). Retomando Jörn Rüsen (2001, p.57), a consciência histórica pressupõe que o homem, estando no mundo deve agir de modo intencional e racional sobre ele, não o tomando como dado puro. Dessa forma, para essa parcela dos alunos, a mobilização do pensamento histórico, e, por sua vez, a consciência histórica, é uma forma de entender o mundo contemporâneo, refleti-lo em sua historicidade e também “discuti-lo a fim de melhorá-lo” (PM1 L1-2).

Nessa linha de pensamento, os alunos avançam no posicionamento rejeitando a ideia da História como algo sem sentido ou como mera disciplina escolar, procurando relacionar a influência do conhecimento histórico com suas experiências de vida na sociedade. Isso ficou ainda mais evidente conforme os **quadros 3 e 4**

Quadro 3 – Argumentações**Passado em comparação com o presente**

MM3 L1-3: É importante saber o que aconteceu com quem viveu lá atrás, assim imaginamos hoje e podemos comparar como há diferenças hoje em dia.

MM10 L1-2: muito importante conhecer a história do passado e comparar a história de hoje.

MM11 L1-2: sim, pois aprendemos como era a vida antes e como está agora.

GM22 L1-3: sim, porque você fica conhecendo o que aconteceu no passado que explica muita coisa que está acontecendo no presente.

MM20 L1-2: sim, pois conhecendo a história saberei como agir no presente, e ainda posso falar com as pessoas e trocar idéias.

Nesses fragmentos argumentativos, a concepção de História enquanto fonte de conhecimento do passado continua, mas agora com a indicação de que esse conhecimento explica “(...) como era a vida antes e como está agora” (MM11 L1-2). Ou seja, “(...) você fica conhecendo o que aconteceu no passado que explica muita coisa que está acontecendo no presente” (GM22 L1-3).

Estudar História é, portanto, um paradoxo: ou viaja-se no tempo ou traz-se o passado ao presente. Esses alunos entendem que é preciso estar conectado com o mundo da informação, mas, por outro lado, entendem que a História ocupa um lugar privilegiado no que diz se refere à compreensão do mundo, suas transformações e contradições. Essa realidade traduz-se no quadro abaixo:

Quadro 4 – Argumentações**Ampliação da visão crítica de mundo**

GM7 L2-4: (...) aqui na escola é estudado apenas só uma parte da história e já dá diferença, porque até na política ela estuda os presidentes. Seria bom estudar tudo.

GM9 L1-2: Sim. Se tornando uma pessoa crítica socialmente, economicamente e politicamente.

GM24 L1: sim, através dela entendemos a evolução do mundo.

GM15 L1-4: Sim, na história você aprende não só sobre a história, mas de onde viemos, nossos antepassados, cultura, valores, democracia, história do país dos estados, política, uma abertura para uma visão mais diferente de ver a vida e aprender mais.

Os alunos apontaram essencialmente o conhecimento histórico como um fator preponderante para a ampliação da visão crítica a respeito mundo, já que por esse conhecimento entende-se “(...) de onde viemos, nossos antepassados, cultura, valores,

democracia, história do país, dos estados, da política, uma abertura para uma visão mais diferente de ver a vida e aprender mais”. (GM15 L1-4).

Holien Gonçalves Bezerra (2009, p.42) lembra que o primeiro objetivo do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços. O conhecimento histórico é, portanto, um mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo. O estudo da História em sala de aula leva ao “(...) entendimento da evolução do mundo” (GM24, L1) e conduz a formação de uma “(...) pessoa crítica socialmente, economicamente e politicamente” (GM9, L1-2).

Nesse sentido, a História concebida enquanto um processo que amplia a visão crítica de mundo e que objetiva aprimorar o exercício da problematização da vida social como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, busca identificar as diversas relações sociais que se estabelecem em distintos e variados grupos humanos; procura perceber as diferenças e semelhanças, os conflitos e contradições, as solidariedades, igualdades e desigualdades existentes nas sociedades, comparando problemáticas atuais e de outros momentos; e por fim posiciona-se de forma crítica no presente, buscando relações possíveis com o passado. (BEZERRA, 2009, p.44).

Mediante a breve análise da questão acerca dos significados da História para os estudantes, percebe-se que o conhecimento histórico possibilita os alunos identificarem e explicarem as permanências e rupturas entre o passado, o presente e futuro. A essa perspectiva acrescenta-se a experiência individual, que, no caso dos alunos da EJA, já possuem uma trajetória de vida, uma bagagem cultural mais ampla, além de ideias e opiniões arraigadas sobre si e o mundo que os cerca.

Nessa direção, infere-se que, somente um ensino de História, pautado no diálogo entre professores e alunos, que valorize as muitas experiências, as histórias, as memórias, as vivências, as ideias, os saberes e as opiniões, poderá contribuir para a formação e o desenvolvimento da consciência histórica.

Assim, conhecer os alunos jovens e adultos com quem se trabalha é essencial para um trabalho frutuoso. Desenvolver um trabalho com base em ideias, conceitos e saberes históricos de alunos, remete à compreensão de que uma das funções do ensino de História consiste justamente na possibilidade de alunos e professores intervirem na realidade em que vivem a partir de diálogos estabelecidos entre o presente e o passado.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- CARDOSO, Oldimar Pontes. **A Didática da História e o Slogan da formação de cidadãos**. (Tese de doutorado em Educação), São Paulo, USP, 2007.
- _____. Para uma definição de didática da história. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170 – 2008
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- PAIS, José Machado. **A consciência histórica e identidade: os jovens portugueses num contexto europeu**. Oeiras: Celta: 1999.
- PYNSKY, Jaime; PYNSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro. (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.
- _____. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-77.
- _____. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SOMOS TODAS PUTAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A FIGURA DA PUTA NA SOCIEDADE

ISSN: 2595-1645

Ana Carolina Lamosa Paes (UEM)
Júlia Maria Sincero Nunes (UEM)
Prof^a Dr^a Patrícia Lessa (Orientadora)

Resumo: A presente comunicação pretende analisar as obras *Filha, mãe, avó e puta* de Gabriela Leite, publicada no Brasil em 2009 pela editora Objetiva, e *Manifiesto Puta* de Beatriz Espejo, publicado na Espanha, também no ano de 2009, pela editora Edicions Bellaterra. Leite entende como “puta” a mulher que exerce a prostituição enquanto forma de expressão da sua liberdade sexual; e Espejo concebe como “puta” todo ser que desafia o patriarcado ao viver sua sexualidade sem restrições. Estas são fontes que podem nos servir para refletir acerca da figura da “puta” e como esta é apreendida pela sociedade, a partir do que as autoras dissertam e problematizam a respeito da conotação negativa atribuída a figura “puta”. Para fundamentar o estudo, elegeu-se trabalhar com os seguintes conceitos e autores: Epistemologia Feminista, de Margareth Rago e Subjetividade, de Michel Foucault.

Palavras-chave: Feminismo. Liberdade Sexual. Puta.

Introdução

O presente artigo está vinculado ao Grupo de Estudos das Pedagogias do Corpo e da Sexualidade (GEPECOS/UEM), frutos das Iniciações Científicas: *Empoderamento Puta - a prostituta na primeira pessoa*, da graduanda Júlia Maria Sincero Nunes e *A construção social da prostituição sob o ponto de vista de Gabriela Leite* da graduanda Ana Carolina Lamosa Paes, sendo os dois sob orientação da professora doutora Patrícia Lessa dos Santos. Temos como objetivo utilizar as obras “Filha, mãe, avó e puta” de Gabriela Leite, publicada no Brasil em 2009 pela editora Objetiva, e “Manifiesto Puta” de Beatriz Espejo, publicado na Espanha, também no ano de 2009, pela editora Edicions Bellaterra, como formas de auxílio no ato de pensar a negatividade atribuída à palavra Puta e quais motivos levam essa palavra a ser classificada uma ofensa, quando dirigidas às mulheres. Espejo concebe como *puta* todo ser que desafia o patriarcado ao viver sua sexualidade sem restrições, ao passo que Leite entende como *puta* a mulher que exerce a prostituição enquanto forma de expressão da sua liberdade sexual. Para tanto, elegeu-se trabalhar com os seguintes conceitos e autores: História da mulher, de Virgínia Olesen, Epistemologia Feminista, de Margareth Rago e Subjetividade de Michel Foucault

A elaboração de materiais acadêmicos feministas sobre o feminino se mostra enquanto um campo bastante relevante e em franca expansão, no cenário atual da Academia. Feminismos atuando como escritas de si (RAGO, 2013) denotam uma ocupação imprescindível, da mulher na academia, não podendo ser negada sua importância para se

pensar a História das Mulheres (OLESEN, 2007), construída a partir de situações e das instituições que as compõe.

A partir destes conceitos espera-se uma melhor compreensão da visão da sociedade para com a mulher, instituída no papel da *puta* e como esta é colocada neste local. Quais as motivações e qual é a apreensão da sociedade, de seus atos, afim de classifica-la enquanto *puta*. O que a sociedade entende como *puta*?

Beatriz Espejo: Manifiesto Puta

Beatriz Espejo, feminista espanhola, ativista trans, fundadora do Colectivo de Transexuais da Catalunha e conhecida pela sua luta contra a patologização da transexualidade é autora da obra “Manifiesto Puta”, um ensaio feminista defensor da liberdade sexual plena e da prostituição.

Em seu Manifesto, Espejo defende que a palavra *puta* tem sido usada por homens e mulheres machistas que pretendem estigmatizar as decisões sexuais do “gênero mulher”. Para a autora, *Put* é uma palavra que objetiva domesticar e ofender. E as mulheres se domesticaram e se ofenderam (ESPEJO, 2009).

A ofensa atribuída à palavra *Put* esconde preconceitos destilados por séculos de uma sociedade machista, patriarcal e antisssexual, que teme e recrimina as mulheres que exerçam a sua sexualidade de forma plena e outros seres desviantes da moral estabelecida como digna ou decente.

Para Beatriz Espejo, a hipocrisia moral de governos, religiosos, homens e mulheres submissos ao sistema que olham para as denominadas *putas* com desdém fomentam a violência e legitimam estupros, assassinatos, fome e misérias derivadas da perseguição do sexo e dos sexualmente livres.

Que tiemble toda esa gente que se esconde tras prejuicios acrisolados por años de tiranía antisssexual destructora de libertades, legitimadora de violaciones, asesinatos, hambrunas y misérias mil derivadas de la persecución por sexo. [...] El manifiesto *puta* defende a los libre-sexuales, aquellos que deciden por sí mismos, no se esconden, no disimulan. Todos somos *putas*. Lo que nos diferencia a unos de otros es que unos se travisten de *decentes* para disimular y perpetuar mezquindades, y otros y otras no disimulamos, porque nuestra conciencia nos dice que la honestidad sexual, la coherencia com nuestras múltiples particularidades y el libre albedrío solo pueden tener como consecuencia una mayor armonía y um mundo donde hipócritas, parasitos y pervertidos moralizantes no tiene cabida. (ESPEJO, 2009, p.17)

Por esses motivos é que a autora defende que nada é tão belo e tão perturbador ao machismo quanto uma mulher que assume e se orgulha da puta que é, transgredindo e revertendo o significado dado a essa palavra. A partir destes pensamentos, buscamos em nossa pesquisa *Empoderamento Puta - a prostituta na primeira pessoa* compreender através de Espelho como estão caracterizados estes “seres putas” e quais são suas formas de resistência.

Gabriela Leite: Filha, mãe, avó e puta

A obra de caráter autobiográfico conta a história de Gabriela Leite, nascida em 1951 em São Paulo, filha de uma dona de casa e um crupiê. Quando decidiu virar prostituta, isso no início dos anos 70, Gabriela Leite estudava Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), curso para o qual havia passado em ótima colocação. Ex-aluna de um dos melhores colégios paulistanos, de onde fora bolsista em busca do sonho pela vaga na referida universidade, leitora de Machado de Assis, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, tinha um emprego estável de secretária e morava com a mãe, após o pai ter saído de casa. Observando a rotina das mulheres que trabalhavam nas boates próximas aos barzinhos que frequentava nos arredores da faculdade, nos quais chegou a dividir mesas com a intelectuais da época, que Gabriela tem sua curiosidade despertada e sente-se atraída por aquele universo, passando a fantasiar sobre o que acontecia lá dentro. Movida pela "revolução pessoal" (LEITE, 2009), optou pela vida de prostituta do "baixo meretrício" (LEITE, 2009), que reconheceu sem qualquer intimidação.

Na obra, Gabriela conta detalhadamente a vivência dentro da prostituição, as fantasias sexuais que os clientes buscavam realizar com ela, a relação com homens casados que entendiam as prostitutas como aquelas com quem podia realizar seus desejos mais sujos, pois suas esposas mereciam respeito e cafetões que exploravam mulheres nas casas de prostituição, o uso de drogas no qual acaba adentrando em certo momento, motivada pelo desgaste físico e emocional, a repulsa a alguns clientes, orgasmos que existiam, tudo isso é levantado e discutido pela autora com bastante naturalidade.

Gabriela nos conta que encontrou no universo da prostituição, uma vida muito além daquela que imaginava quando decidiu que seria prostituta. Desde quando passou a receber os primeiros clientes em 1973, na Boca do Lixo de São Paulo, num quarto pequeno e que só se mantivera limpo por conta própria, até sua chegada à Vila Mimosa, famosa zona de prostituição carioca onde morou por mais de dez anos, a autora passou por momentos de perda e solidão e teve que encarar, diversas vezes a si mesma.

Diante de todo dia a dia da prostituição e observando de perto as condições de trabalho de suas colegas, Gabriela percebe que é preciso buscar algum tipo de respaldo legal e direitos para que estas mulheres não têm qualquer perspectiva quanto ao futuro, no qual não poderão mais trabalhar. Nenhuma perspectiva exceto tijolos.

Toda prostituta tem como objetivo maior comprar uma casa, de preferência longe do trabalho, normalmente no subúrbio. E tem que ser uma casa grande. Ela passa anos contando os tijolos para construir essa casa. E cada homem representa uma quantidade de tijolos. É quase um tique da profissão. (LEITE, 2009, p.62)

Percebendo a necessidade de algum avanço em prol destas, Gabriela decide lutar pelos direitos das prostitutas. Resultando na criação da famosa marca de roupas *Daspu* e da Ong *DaVida*, símbolos reconhecidos internacionalmente pelo trabalho audacioso na luta contra o preconceito e a discriminação da classe.

Gabriela veio a falecer em novembro de 2013 em decorrência de um câncer de pulmão, fruto este de uma vida inteira acompanhada do cigarro. Morre mas deixa um legado de lutar e militância pelas causas das prostitutas.

Gabriela Leite dá nome ao projeto de lei de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) que propõe a regularização dos profissionais do sexo. Hoje, o Projeto de Lei 4.211/12 que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo, está parado na Câmara dos Deputados, aguardando a composição de uma comissão temporária para analisá-lo.

Gabriela sempre teve uma postura bastante firme com relação a sua profissão e durante sua militância se encontrou, por vezes, em situações bastante peculiares e que a levaram a pensar acerca da figura da *puta*, trabalho este que o Projeto de Iniciação Científica “*A construção social da prostituição sob o ponto de vista de Gabriela Leite*” busca desenvolver e estabelecer uma melhor compreensão.

Logo após as primeiras organizações, Gabriela percebe a existência de uma negação ou suavização da prostituição. Nota que a palavra é um tabu e que todos insistiam em silenciar toda sua bagagem.

Segundo Encontro Nacional de Prostitutas. Ninguém queria usar a palavra “prostituta”. A partir do momento em que a gente já estava organizada, a gente precisava ter um nome mais “sério”. O Fernando Gabeira deu o nome de “profissionais do sexo”. A rede passou a se chamar Rede Brasileira de

Profissionais do Sexo. E todo mundo passou a chamar prostituta de profissional do sexo. P.S. Sou contra. Para o movimento é importante assumir o nome, não fugir dele. (LEITE, 2009, p.134)

Torna-se cada vez mais uma disputa de sua autoafirmação, e daquelas que ela representa, visto que por toda parte encontrava pessoas que incessantemente buscavam uma forma de amenizar a carga negativa atribuída a figura da puta e, a forma mais fácil que encontraram, foi substituir a palavra prostituta por eufemismos.

Primeira onda feminista

A Primeira Onda Feminista é compreendida (BONNICI, 2007) pelo ativismo feminino entre o final do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, caracterizadas pela luta pelo direito do voto feminino, com maior desenvolvimento nos EUA e Inglaterra. Essas primeiras organizações tinham como principais pautas a igualdade econômica, política e educacional para mulheres, que eram consideradas cidadãs de segunda categoria (BONNICI, 2007), sendo um movimento originário de mulheres brancas da classe média chamadas de Sufragistas. As publicações que basearam esses movimentos foram *A vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft, em 1792, e *The subjection of women* de Stuart Mill, em 1869.

A reação da sociedade em relação ao feminismo no período em questão era extremamente negativa e violenta, as mulheres ativistas eram tomadas como solteiras e mal-amadas, sendo representadas em jornais e revistas em forma de caricaturas e tirinhas consideradas humorísticas.

Foi esta, pois, a imagem da feminista que predominou na memória social sobre outras possíveis e, ainda hoje, as que lutam pela autonomia das mulheres continuam sendo desqualificadas por um estereótipo que vem de longa data, não apenas nos anos 70, definindo-as como *machas, feias e mal-amadas* (RAGO, 2001, P. 58)

Tais construções discursivas acerca dessas feministas explicitam que relação entre a sociedade e o movimento era de desprezo às mulheres que transgrediam a moral estabelecida como decente. Segundo Bonnici,

Segue-se que a mulher que ousava cultivar sua inteligência e escolaridade além do desempenho da sala de estar estava violando a natureza e a tradição religiosa. As mulheres eram avaliadas conforme as características ‘inerentes’ a seu sexo, ou seja, a ternura, a inocência o amor ao lar e a submissão (BONNICI, 2007, P. 218-222).

Ao ridicularizar as lutas e mulheres do Movimento Feminista utilizando a mídia, se estabelecia publicamente que a moral e comportamento idealizados para as mulheres seriam o oposto das observadas nas feministas. As mulheres insubmissas, questionadoras, que desejavam se inserir nos mundos determinados como masculinos, como a política e a academia, sofriam recriminação dessa sociedade.

Segunda onda feminista

A Segunda Onda Feminista teve sua máxima de representação entre as décadas de 1960 a 1980 nos EUA, com os novos questionamentos de Simone de Beauvoir (1946) sobre a determinação biológica à construção de gênero, o movimento feminista começa a se basear em novos debates.

Debates sobre o gênero e a sexualidade, a construção cultural do gênero, a persistência em muitos ambientes do masculino como norma e do feminino como variante; a continuação da visão masculina sobre a história, a cultura e frequentemente sobre a literatura; a difícil erradicação do conceito de que muitas normas são culturalmente construídas quando todos acreditam serem inerentes à natureza humana; os sistemas diferentes de gênero que cada sociedade possui; a restrição para não falar da mulher ou do homem universal ou da feminilidade ou masculinidade e outros estão sempre em pauta (BONNICI, 2007, P. 237).

Além do questionamento acerca do conceito de gênero, a Segunda Onda feminista também debate os desdobramentos do sistema patriarcalista, tais quais: a objetificação feminina nos meios de comunicação, a violência doméstica, a repressão sexual feminina, e as novas identidades culturais, por meio dos feminismos negro, LGBT, marxista, libertário, radical, latino, chicano, entre outros.

A inserção destes novos recortes, abordagens e o momento histórico pelo qual se passa o movimento, sendo localizado historicamente após a Segunda Guerra Mundial, serviu de auxílio para a popularização do Feminismo, passando a haver maior aderência a ele. As

feministas começam a ganhar espaço na academia e nos debates, ainda que enfrentem muita resistência.

A partir de Fraser (2007) percebemos que embora os avanços tenham havido, ainda permaneciam muitos conflitos a serem resolvidos. Toda a diversidade de grupos de feminismos não era contemplada pelo movimento feminista da Primeira Onda e a Segunda chega com o propósito de agregar estes outros grupos à luta, questionando a forma como os grupos vinham articulando anteriormente.

A história padrão é uma narrativa de progresso, segundo a qual nós saímos de um movimento exclusivista, dominado por mulheres brancas heterossexuais de classe média, para um movimento maior e mais inclusivo que permitiu integrar as preocupações de lésbicas, mulheres negras e/ou pobres e mulheres trabalhadoras. É claro que eu apoio os esforços para ampliar e diversificar o feminismo, mas não acho que essa seja uma narrativa satisfatória (FRASER, 2007)

Terceira onda feminista

A Terceira Onda Feminista tem início nos anos 1990, mantendo as pautas do movimento anterior, partindo do princípio de que a igualdade sexual não foi atingida, mas expandindo seus conceitos e tendo uma maior agenda feminista para os mais variados problemas sociais, econômicos e culturais do globo. Pretende-se “incorporar as jovens, nascidas nos anos 1970, cuja experiência de vida as afasta da experiência de mulheres que fizeram história da Segunda Onda” (BONNICI, 2007, P. 252).

Os itens na agenda da Terceira Onda Feminista incluem a teoria queer, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo, a interpretação pós-estruturalista de gênero e sexualidade, dando menor ênfase à opressão patriarcal e mostrando maior interesse na igualdade dos sexos. Todavia, a luta por direitos iguais não se realiza em detrimento da sexualidade, ou seja, a auto-estima sexual, a feminilidade, a alegria da própria sexualidade é uma forma de poder e energia. (BONNICI, 2007, p. 253)

A Terceira Onda é bastante recente do ponto de vista histórico e visa reivindicar não mais a diferença entre homens e mulheres, mas as diferenças entre as próprias mulheres.

Dentro todas as ramificações dos feminismos que vem se mostrando a partir da Segunda Onda, a terceira desempenha um papel interessante quanto a popularização destas discussões.

De facto, nos finais dos anos 80 e, sobretudo, nos inícios da década de 90 verifica-se uma nova migração no discurso sobre o Género, de um paradigma de Igualdade – dominante no discurso Feminista desde as suas origens, e particularmente potenciado, como vimos, pela introdução do conceito operativo Género – para uma ênfase na Diferença, convergente com a tendência geral da Pós-Modernidade para a pulverização dos discursos científicos e sociais e das próprias Identidades. (BEDIN, CITTADINO, ARAÚJO, 2011)

A partir deste momento, as produções sobre feminismos, passa a dissertar sobre as multiplicidades e diferenças entre as vertentes dentro do feminismo buscando enfatizar à mutabilidade e à subjetividade, e extremar a subversão contra tudo o que é opressor e que buscar limitar as mulheres.

Ainda mais recente é o ativismo feminista pela internet, ou também chamado de *cyberfeminismo*. Este é um conceito recentíssimo e que vem sendo explorado pelos estudiosos do assunto, acredita-se que esta seja uma forma de resistência muito valida, já que é bastante inclusiva, unindo a militância de norte a sul do Brasil, com o mundo.

A relação Puta e o Feminismo

A nomenclatura *puta* vem sendo utilizada pela sociedade enquanto termo desqualificante feminino. Este aplica-se a todo momento, no qual existe o desejo de menosprezar o exercício da sexualidade (LEITE, 2009) e, também, qualquer tipo de expressão de liberdade (ESPEJO, 2009).

Identificamos nas movimentações e organizações militantes pelas temáticas de gênero, uma negação da palavra *puta* que perdura até o início dos anos dois mil. A mudança de perspectiva em relação à terminologia é inaugurada com o surgimento da *Marcha das Vadias* (ou *SlutWalk*) em 2011, aonde vemos, então, uma nova movimentação feminista.

É importante salientar a presença de casos icônicos na mídia, sendo estes: Leticia Sabatella, Jout Jout e “bela, recatada e do lar”. O caso da atriz Leticia Sabatella foi evidenciado nas mídias sócias e neste identificamos a utilização do termo *puta* como tentativa de difamar a imagem da atriz, que tem histórico de militância pelas causas sociais. No caso Jout Jout, a youtuber, ao ser entrevistada pelo apresentador global Jô Soares acerca do vídeo

“Não tire o batom vermelho”, recebe a afirmação: “Mas será que ninguém parece puta quando usa o batom vermelho?”, reforçando assim a atribuição de um estereótipo *puta*. O terceiro caso levantado é realizado pela Revista Veja, numa reportagem sobre a primeira dama brasileira, Marcela Temer, e o enaltecimento de um padrão de feminilidade que a mulher contemporânea deveria se inspirar, sendo ela a “bela, recatada e do lar”. Todos estes permeiam o universo das feminilidades ao passo que ditam um padrão de comportamento e apresentação em meio a sociedade.

Após os casos citados, notamos um maior o questionamento do que seria o “*ser puta*”. Ao invés de ofenderem-se, tomando puta como xingamento, as feministas aderiram ao termo como forma de orgulho, já que para a sociedade machista e patriarcal, a *puta* é qualquer mulher que não se enquadre aos padrões impostos como decentes ou dignos de respeito (ESPEJO, 2009). A partir desses casos, percebemos uma maior movimentação de campanhas com slogan *Somos Todas Putas*, o que contribui para a ressignificação do termo (FOUCAULT, 2005) “La palabra puta se transforma así en un término bello, orgulloso, transgresor y lleno de dignidad” (ESPEJO, 2009).

Auto intitular-se como *puta* é uma forma de resistência a esta terminologia desqualificante e ao se apropriar desta, a mulher se prostra em oposição à construção social do termo. Não o usar ou suaviza-lo é uma forma de desculpar-se pelo que se é. (LEITE, 2009).

Considerações finais

Esta análise buscou instigar indagações a respeito da conotação atribuída a palavra puta e a construção social dos significados que a permeiam. A partir de Foucault podemos pensar acerca da transformação das atribuições. Não existe relação íntima entre as palavras e as coisas entre as palavras e seus significados estanques; o significado muda conforme um campo associado e contexto em que ele é empregado. É preciso bater nas palavras até quebrá-las em enunciados. (FOUCAULT, 2005)

É importante ressaltar que este é um olhar inicial sobre a fonte e que não esgota, nesta, as diversas possibilidades de interpretação de seus sujeitos e ações ou formas de abordagem das fontes.

Referências bibliográficas

BEDIN, Gilmar A.; CITTADINO, Gisele G.; ARAÚJO, Florivaldo D. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. EDUEM, 2007.

ESPEJO, Beatriz. **Manifiesto puta**. Madrid: Bellaterra, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.15, n. 2, p. 291-308, maio-agosto, 2007.

LEITE, Gabriela Silva. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. *In*: Norman

K. DENZIN, Yvonna Lincoln (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed; 2007, p.219-257.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2013.

RAGO, L. Margareth. **Feminizar é preciso: por uma cultura filógena**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.03, p. 58-66, 2001.

TRABALHO E MISSÃO: UMA ANÁLISE DA VIDA PROFISSIONAL E ATUAÇÃO POLÍTICA DE UM VEREADOR PENTECOSTAL DE CURITIBA

ISSN: 2595-1645

Juliano Eugenio da Silva*

Orientador: Paulo Eduardo Dias de Mello

Resumo: O texto trata da trajetória de vida e atuação parlamentar de um vereador evangélico pentecostal na cidade de Curitiba, nas legislaturas entre 1992 e 2006. E para isso, divide-se em duas partes: i) a partir de um relato biográfico perscruta a vida pessoal e religiosa deste sujeito que tornar-se-ia vereador; discute brevemente temáticas da memória e da história oral, além de religião e pentecostalismo. E ii) a atuação parlamentar na Câmara Municipal de Curitiba propriamente dita, através de seus projetos de lei e requerimentos ao executivo Municipal. Por fim, relaciona estes dois momentos buscando possíveis interpretações para a atuação política, vindas de sua religiosidade, e levanta temas como liberalismo e meritocracia; além de atuação parlamentar voltada aos interesses de sua igreja, Estado Laico, entre outros.

Palavras-chave: político pentecostal; religião; liberalismo; Estado Laico.

Introdução: o político pentecostal – um tipo ideal

Em 16/06/2006, da tribuna da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), o vereador José Roberto Sandoval (à época no Partido Social Cristão – PSC) anunciou sua candidatura ao Senado Federal, para o pleito daquele ano. Membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEAD) conseguiu o apoio da denominação, que possuía em torno de 300 mil membros, com a estratégia de “cada um dos membros conseguiria mais dez votos para o candidato”. A assessoria de imprensa da CMC publicou no site da Casa uma matéria com a notícia⁴³⁹ dessa empreitada do vereador. Naquele momento Sandoval (como era conhecido o candidato) afirmou: “Sei que o caminho é difícil, mas espero alcançar mais esta etapa em benefício do povo paranaense, dos evangélicos e dos municípios em geral”. Não obstante tal estratégia, consegue neste pleito somente 74.307 votos, não alcançando a eleição⁴⁴⁰. Apesar deste revés, José Roberto Sandoval encarna uma trajetória preta de significados quando se fala em políticos evangélicos no Brasil. Sua vida, conversão ao pentecostalismo, carreira profissional,

* Mestrando em História – Cultura e Identidades. Universidade Estadual de Ponta Grossa

⁴³⁹Disponível em http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=7222 acesso em 20/02/2016.

⁴⁴⁰Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006> acesso em 03/09/2016.

e atuação política, revelam importantes aspectos, comuns aos inúmeros evangélicos que representam politicamente essa considerável população no Brasil. Desta forma, o presente texto busca explicar e perscrutar estas facetas da vida deste parlamentar, a fim esclarecer estes caracteres que podem demonstrar aspectos comuns ao pentecostais e políticos pentecostais brasileiros. Para tanto o presente escrito divide-se em duas partes: a primeira explora a vida pessoal e profissional de José Roberto Sandoval. A segunda parte explica a atuação parlamentar deste sujeito na Câmara Municipal de Curitiba. As principais fontes são o livro autobiográfico “*Sandoval... um homem na direção de Deus*” (sem data) e os documentos de sua atuação enquanto Vereador, disponíveis nos arquivos da CMC.

José Roberto Sandoval – o homem de família

O livro “*Sandoval...um homem na direção de Deus*” é um achado historiográfico. Sem editora, ou local, ou data de publicação, este pequeno volume traz a autobiografia de um exemplo de homem pentecostal “abençoado” e “que venceu na vida”. O livro é a coletânea de memórias deste senhor. Por ser muito simples, contém erros gramaticais e deve ter tido uma tiragem modesta (tal informação não aparece no encarte); muito provavelmente tenha sido distribuído aos membros de sua igreja. Em todo caso, este relato é profundo em significados, afinal, “a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*.” (PORTELLI, 1997, p. 31). Dessa maneira, um primeiro elemento analítico presentifica-se: a busca por *significados* nestes relatos e não tanto a acuracidade das informações. Por outro lado, há que se lembrar que o livro foi produzido através das memórias de um crente pentecostal, muito provavelmente para pentecostais, desta forma, o pentecostalismo é outra faceta primordial para a compreensão destes escritos e não pode ser olvidado; afinal, “O sujeito, mesmo antes de seu um eu, já está a certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo.” (CATROGA, 2015, pp. 12-13). E assim inicia-se o relato:

Nasci numa humilde família do interior do Brasil, mais precisamente, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, no ano de 1948. A pobreza e a miséria eram marcas que teimavam em permanecer no meio de nós. [...]. Minha mãe, sempre humilde e piedosa de coração, lutava para manter vivas as chamas de um lar. Já meu pai, era muito diferente. Ele não tinha como objetivo de vida se transformar num referencial de valor aos filhos. Era uma pessoa difícil de lidar, mas amável em determinadas horas. Certamente, o grande problema de sua vida foi o alcoolismo, luta que jamais consegui vencer. [...] Comecei muito cedo a trabalhar e, aos sete anos de idade, lá estava eu, pegando na enxada para poder

receber alguns trocados.[...] Vim morar no Paraná, mais precisamente na Fazenda do Remomasso, em Paranavaí, no norte do estado. Cresci trabalhando nos cafezais e vendo a miséria que insistia em permanecer conosco. Não tive a oportunidade de frequentar a escola por dois motivos: Um deles, era a distância entre a minha casa e a escola e o outro, era um pouco mais sério! Eu tinha que trabalhar porque, certamente, minha mãe e meus irmãos precisavam dos poucos trocados que eu ganhava como boia-fria mirim. [...] Na infância, tive a oportunidade de frequentar a escola apenas por três meses e, infelizmente, fui obrigado a abandoná-la. (SANDOVAL, s/d, pp. 5-9).

E
ainda:

aos quatorze anos, comprei a minha primeira arma de fogo: um revólver calibre 38. Andei armado até os meus dezessete anos, quando fui convidado a ir até uma Igreja Assembleia de Deus que ficava próxima a Fazenda onde minha família estava morando. Lá, eu me converti, aceitando a Cristo em minha vida como o meu Salvador. No mesmo dia em que me converti, tomei a decisão de destruir a arma. Logo a seguir, comecei a ter uma vida nova, já não tinha mais os sonhos de ser como o meu pai, mas queria apenas adorar a Deus e seguir os seus caminhos (SANDOVAL, s/d, pp. 10).

Frente a este discurso, as palavras de Souza (2014) são oportunas:

Rememorar é muito mais do que trazer o passado para o presente, trata-se de um instrumento para reavaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento e é por este caminho que a memória alcança a identidade, sendo fator chave em sua (re)construção. Memória e identidade se juntam no discurso na medida em que ambas são construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza seu arsenal de experiências; põe em ação tudo o que o constitui para construir uma narrativa de si e consolidar um novo Eu. Essa narração reorganiza as experiências e os significados, fazendo surgir um Eu ancorado nessa nova ordem (SOUZA, 2014, p. 91).

Nestas primeiras páginas o vereador estabelece as bases de sua trajetória pessoal: a dificuldade, o trabalho incansável, a importância de sua família e seu apoio incondicional e, entre outros, a fé. Sua rememoração é também um testemunho de fé: Deus o alcança mesmo em meio a pobreza, simplicidade, distância geográfica, e sua pouca instrução. Neste sentido, um aspecto do pentecostalismo brasileiro aqui presente de maneira emblemática, é o alcance que essas igrejas tiveram na sociedade brasileira. O pentecostalismo conseguiu chegar aos mais afastados rincões do Brasil, abraçando uma população quase que, por completo, abandonada à própria sorte pelo Estado. Perto da fazenda aonde Sandoval trabalhava enquanto criança, não havia uma escola nas cercanias, mas havia uma igreja Assembleia de Deus, que acolhe um adolescente boia-fria, semianalfabeto, e ainda, armado. Acolhe, nos mais profundos aspectos da palavra, antes “do mundo”, agora um “irmão”. Neste momento,

Sandoval, muda de direção e quer somente “adorar a Deus e seguir seus caminhos”.

Sandoval, então, casa-se com uma moça da igreja e continua trabalhando como boia-fria. Sua trajetória assemelha-se à de muitas outras famílias pobres paranaenses; eles iniciam uma peregrinação pelo estado: “tornei-me, praticamente, um nômade” (SANDOVAL, s/d, p. 15), até estabelecer-se na cidade de Cascavel, aonde consegue uma ocupação como trabalhador braçal.

Era um serviço pesado, onde descarregávamos [de caminhões], em média, três cargas de cimento quente, vindo da fábrica. Pensei comigo: Agora eu acertei! Vou poder dar um pouco de dignidade a minha família. Eu tinha por costume chegar sempre meia hora antes de começarmos a trabalhar e isso impressionava o meu gerente. Outro fator que o deixava satisfeito comigo era a agilidade que eu tinha para trabalhar, sempre buscando dar o melhor de mim. (SANDOVAL, s/d, p. 16).

Neste momento, as duas principais tônicas do discurso memorial começam a estabelecer-se: i) o esforço individual do sujeito como um dos grandes responsáveis pela mudança de vida – por mudança de vida entenda-se “ascensão social” - aliado à fé; e ii) o imperativo ético da cidadania pentecostal: o dever inalienável de ser “um bom empregado”, “um bom crente”, “um bom pai”, etc. Neste momento o que toca é o “bom empregado”, a saber, aquele que se empenha, que é probo, que não reclama, que não se subleva, que trabalha incansavelmente pelo bem de seu serviço, e etc. Tais princípios são elevados ao máximo possível, e mais, aqui são tidos também como causa do sucesso da vida do Sandoval: aquele que passa por inúmeras dificuldades sem reclamar, sendo exemplo, e ao final, é recompensado por Deus. Ademais essa era uma das marcas da identidade pentecostal de então. Fazer estas coisas não eram um fim em si mesmo – sem bom empregado, ser probo, e etc. - mas sim, eram sinais que apontavam o fim de tais atitudes: “*sou crente pentecostal*”, ou seja, todas estas coisas apontavam em uma direção, identificavam uma determinada conduta pertencente ao grupo de que se faz parte; eram marcas identitárias da população pentecostal.

A ética individualista é parte de uma ideologia que leva o crente a nunca entender a natureza da sociedade em que vive, geradora de contradições, onde quem produz não tem acesso aos bens que produziu. Onde a propriedade privada dos meios de produção e essa apropriação dos resultados do trabalho pela classe capitalista, cinde a sociedade em ricos e pobres. Onde a divisão do trabalho nega o saber, o lazer, o prazer, enfim, o bem-estar, ou melhor, o bem-ser, o ser, simplesmente, à grande maioria. [...] O assembleiano padrão deve ser, também, o operário padrão, o cidadão zeloso da ordem, obediente às autoridades políticas e aos patrões. Crente não faz greve...(BAPTISTA, 2002, p. 115-116).

Em 1975 surge então a oportunidade de trabalhar em Curitiba e Sandoval muda-se com toda a sua família. Depois de algumas dificuldades, consegue emprego como motorista de caminhão basculante. E mais uma vez: “Eu gostava do trabalho e como sempre chegava cedo e procurava fazer o melhor de mim, sempre cuidando do veículo que eu trabalhava” (SANDOVAL, s/d, p. 20). Porém, ele não ficou muito tempo neste emprego, pois a empresa fechou as portas, e logo partiu na busca de outro de mesma ocupação. Achou-o e o que ocorreu neste novo emprego é digno de nota, e vai gerar a oportunidade de crescimento profissional.

O serviço era tranquilo, mas tínhamos uma quantidade grande de terra para tirar de um aterro [...]. Meu chefe sempre estava animado comigo. Isso porque eu cuidava do caminhão que dirigia como se fosse meu. Tinha muito zelo com aquele veículo, pois sabia que ele era o ganha-pão da minha família. E isso me diferenciava dos outros motoristas. Eu tinha por costume lavar o caminhão diariamente. Todas as vezes que terminava o expediente, lá estava eu, ora limpando, ora fazendo uma vistoria preventiva. [...]. Certo dia, um homem me parou no meio da rua e me perguntou se eu podia vender a ele algumas cargas de terra e eu, prontamente, disse que sim. O seu lote era próximo de onde nós extraíamos a terra. Então, comecei a encurtar a viagem, pois passei a descarregar antes dos outros motoristas. Com isso, eu consegui gerar uma boa economia de combustível e diminuir o desgaste do caminhão, além de cobrar pela terra que antes era apenas basculada no aterro da Caximba. Ao final do dia, eu tinha ganho uma quantia três vezes maior que o meu salário. Como um verdadeiro servo de Deus, fiz o que era justo. Cheguei até a mesa do Jope, que era o dono da empresa, e entreguei-lhe todo o dinheiro ganho com as vendas de terra. Foi aí que o meu patrão falou: “Não acredito! Não acredito!”. Naquela hora, eu pensei: “Pronto, ganhei a conta!” E ele continuava a exclamar as mesmas palavras: “Não acredito! Não acredito!” Isso me deixava cada vez mais nervoso, já que eu tinha a impressão que seria demitido e sabia que precisava muito daquele emprego. [...] “Eu não acreditava que ainda existia gente honesta neste mundo [disse o patrão], mas agora eu acredito!” Naquele momento, eu pude respirar aliviado! Meu coração já estava gelado e passei a sentir uma sensação de alívio. Meu chefe foi muito generoso comigo e me devolveu todo o dinheiro que eu tinha entregue a ele e me disse que era para continuar a vender a terra para quem quisesse comprar também afirmou que o importante era que eu retirasse toda a terra daquele local. (SANDOVAL, s/d, pp. 31-33).

É a partir do dinheiro ganho nesta ocasião que José Roberto Sandoval começa a

empreender. Primeiro como sócio de uma empresa de material de construção. Após isso, prossegue o relato, consegue comprar seu próprio caminhão basculante e por fim, sua primeira loja de materiais de construção, onde emprega para o trabalho sua mulher e filhos; logo a loja expande-se e mais duas são adquiridas. Todo o relato é marcado pelas dificuldades e etc., mas a tônica é sempre a mesma: “me esforcei muito e fui recompensado por Deus”.

Além disso, acerca de toda a sua jornada pessoal e profissional, o relato é sempre marcado pelas dificuldades e como estas foram enfrentadas *em família*. O sofrimento na pobreza, e – o muito importante – auxílios dos filhos mais velhos no trabalho na loja, e etc. Suas batalhas foram travadas em família.

O mais importante em toda a história da minha vida é que nasci num lar humilde! Não tive infância, passei fome em muitas ocasiões [...]. Deixei minha casa e me casei com a Niva, formando uma família muito humilde, mas feliz. Meus filhos passaram inúmeras necessidades junto a mim. [...] mas mantive minha fé em Jesus Cristo, que fez toda a diferença em minha vida! Nas horas de alegria, eu agradecia a Deus! O que faço até os dias de hoje! Nas horas de tristeza, de dificuldades, também agradecia e entregava as minhas súplicas ao Senhor e sempre tive a certeza que o resto ele faria por mim. [...] Para finalizar, quero deixar bem claro que do que conseguimos veio, exclusivamente, pelas bênçãos e pela misericórdia de Deus. Tudo que tenho foi Ele quem me deu. Portanto, toda a glória e honra pertencem ao Senhor Deus! A família é a base para a construção de uma sociedade melhor e foi instituída por Deus. Portanto, quero agradecer a minha esposa Niva, fiel companheira de todas as horas, e aos nossos filhos (SANDOVAL, s/d, p. 59-60).

Estas são as bases sobre as quais o discurso memorial é feito e indicam ideais e concepções de mundo envoltos no universo simbólico pentecostal brasileiro. Não obstante inúmeras outras importantes informações pudessem ser tiradas destes relatos, o individualismo e a ascensão social como fruto do esforço individual são a tônica premente em todo o discurso. A meritocracia é algo que foi apropriado, neste sentido, pelo pentecostalismo brasileiro com contornos de senso comum entre essa população. Como visto, a luta social ou a imagem da sociedade como formada por grupos antagônicos, não faz parte de sua visão de mundo.

A persistência, a dedicação, o respeito ao próximo, a vontade de vencer, a unidade familiar e, principalmente, a confiança em Deus, fizeram com que eu mudasse o rumo da minha vida. [...] Minha vida sempre foi marcada por lutas, mas também por grandes vitórias, pois meu general é Cristo e ele não perde batalhas (SANDOVAL, s/d, p. 61).

José Roberto Sandoval – o vereador

É após consolidar a rede de lojas, que José Roberto Sandoval entra para a política pública.

Em 1992, já bem estabelecido no comércio e após a desistência de um pré-candidato a vereador de Curitiba, [...] fui convidado para assumir a sua vaga na disputa das eleições daquele ano. Convidei alguns irmãos e fizemos uma campanha de oração de sessenta dias para que Deus estivesse nesse negócio. Após orar e pensar muito, decidi colocar meu nome a disposição dos eleitores. Era uma experiência nova, pois eu nunca pensei em ser candidato. Sempre gostei de política, mas eu gostava de ajudar. Eu não conseguia me ver como um candidato [...]. Lancei-me candidato sem estratégia alguma para ganhar a eleição (SANDOVAL, s/d, p. 57-58).

A entrada deste empresário pentecostal para a política está envolta em um momento crucial para a compreensão da atuação evangélica na política brasileira. O processo de entrada das instituições pentecostais no campo da política pública no Brasil está intimamente ligado à Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Freston (1993) aponta esta Constituinte como o estopim do movimento político pentecostal e, a partir dela, dos movimentos em níveis Estaduais e Municipais. Os primeiros *candidatos oficiais* apareceram neste momento em número considerável, e por diversas igrejas pentecostais (FRESTON, 1993, p. 203ss.). Os candidatos oficiais eram aqueles lançados pela denominação como um todo: a igreja escolhe, lança, faz a campanha e elege os candidatos.

Dessa forma, quando da escolha de candidatos por parte da instituição religiosa, algumas características eram tidas como vantagens: o carisma; certo conhecimento prévio por parte dos frequentadores das igrejas (como locutores de rádio, por exemplo), ou mesmo empresários com algum sucesso profissional – como foi o caso de Sandoval. Apesar disso o fator preponderante para a sua eleição é o apoio institucional (ORO, 2003). Isso decorreu majoritariamente dada a principal estratégia de convencimento nas campanhas eleitorais – que ocorriam majoritariamente nas igrejas – que era a de que, ao votar em candidatos evangélicos oriundos das comunidades eclesiais, estava-se a votar em “homens de Deus”, “ungidos por Deus e pela igreja” para trabalhar pelos interesses do Reino de Deus. Leonildo Silveira Campos (2005) aponta como estes candidatos tornaram-se em “políticos de Cristo”, verdadeiros missionários evangélicos na política.

Pois bem, se a igreja escolhe, faz a campanha e elege os candidatos, fica evidente a que interesses políticos estes candidatos deviam atentar-se.

En ese contexto, adquirió cuerpo la idea de que hay un nuevo político evangélico,

que está enraizado en los objetivos de su propia denominación religiosa o secta, lo cual nunca esconde que su función em las casas legislativas o en los aparatos de Estado, es la de defender los intereses corporativos e institucionales (CAMPOS, 2005, p. 161).

Dessa maneira, a fim de verificar estas afirmações, se faz oportuno averiguar a atuação de José Roberto Sandoval em seu período como vereador na cidade de Curitiba, a saber, de 1993 a 2008. Para isso importante salientar quais são as funções de um vereador. O regimento interno da Câmara de Curitiba explana em seu artigo 4º as funções do Legislativo Municipal; entre elas: legislar; fiscalizar os atos da Prefeitura; de assessoramento “que consiste em sugerir medidas de interesse público ao Poder Executivo” (CURITIBA, 2012); e etc. Desta maneira as funções do parlamentar estão ligadas a legislação e controle da Administração Municipal além da sugestão de medidas de melhoramento público.

Legislação

Durante sua primeira legislatura (1993-1996), Sandoval conseguiu a aprovação de três leis de sua autoria. Uma em 1993, homenageando um cidadão; uma em 1994, declarando Utilidade Pública a uma entidade; e uma em 1996 homenageando um pastor.

Para sua segunda legislatura (1997-2000) esse número aumenta para 16 normas. E ao menos duas explicações são plausíveis. A primeira é de que sendo um novato, não havia experiência legislativa nem muitos contatos e apoio político, o que foi sendo adquirido e reflete o aumento da participação na legislação neste segundo mandato. A segunda, diz respeito a uma mudança no regimento interno da Casa no que diz respeito a nomeação de logradouros públicos, que a partir desta legislatura, são de indicação direta dos vereadores, e não mais de prerrogativa exclusiva da Comissão de Educação e Cultura; ou seja, a partir de então, a indicação era direta, por meio de proposta de Lei. Essa mudança implicou em duas alterações na atuação parlamentar evangélica (ou não): i) de que a maioria das leis aprovadas diz respeito a nomeação de logradouros públicos; e ii) por parte dos evangélicos, foi muito mais fácil apresentar indicados para nomes de ruas ligados às igrejas: evangélicos de destaque na vida pública ou religiosa, aumentando assim a afirmação de presença pública por parte destes atores, além de inestimáveis lugares de memória espalhados pela cidade. Diante disso, a maioria das leis aprovadas são dessa natureza, não somente por parte dos evangélicos, mas também, por parte de todos os outros vereadores.

Nesse sentido, Sandoval amplia em muito sua atuação legislativa; se durante os

quatro anos da legislatura anterior havia emplacado somente três leis, agora esse número aumenta para 16 normas. Destas 16, três são homenagens a cidadãos; duas são declarações de utilidade pública (ambas a instituições evangélicas); e dez são denominações a logradouros públicos (pelo menos quatro delas são pessoas evangélicas, as outras não há uma indicação direta). Por fim a única lei aprovada de caráter diverso é a que “Institui o 2º domingo do mês de setembro como a data comemorativa do DIA DA JUVENTUDE”.

Na próxima legislatura, que vai de 2001 a 2004, José Roberto Sandoval não elegeu-se, mas ficou como suplente. Assume uma cadeira somente em 03/02/2003 (CURITIBA, 2013, p. 36). Neste período de aproximadamente dois anos de mandato, apresentou 22 projetos de lei; destes, oito foram sancionados e promulgados. Destes oito aprovados, dois são de declarações de utilidade pública: uma a uma igreja pentecostal e outra a uma associação filantrópica de uma igreja pentecostal. Uma denominação de logradouro. Quatro homenagens a cidadãos, sendo três pastores e um oficial da polícia militar. Uma data comemorativa, criando o “dia do Guarda Municipal”, e por fim, uma norma acerca de condições higiênicas de bares e restaurantes.

Dentre todos os 22 projetos apresentados, nove tem relação direta à religião. Além daqueles acima apresentados alguns merecem atenção, apesar de terem sido arquivados em algum momento de sua tramitação; não obstante, mostram aspectos importantes da atuação parlamentar. Primeiramente, o projeto de Lei 005.00194.2004, que “Obriga bares, boates, casas de shows e similares, a respeitar o recuo de 600 metros em relação aos templos religiosos, [...]”. A justificativa de tal projeto explana:

Em diversos lugares da cidade encontramos fiéis transtornados com a grande quantidade de bares e casas de diversão, que geralmente vendem bebidas de teor alcoólico a poucos metros de templos e igrejas e em alguns casos chegam a ser vizinhos destes, [...]. Toda lei tem uma finalidade, e essa é para que não ocorram transtornos aos frequentadores das igrejas em relação à pessoas embriagadas. No ano de 2004, alguns frequentadores de uma igreja protestaram junto às autoridades competentes para que viessem a fechar um bar que funcionava em frente a um templo evangélico, infelizmente as providências não foram tomadas. Pois se houvesse uma lei que atendesse as necessidades daqueles fiéis, a vida de um jovem que frequentava a mesma igreja seria poupada, pois ao sair do templo ele foi baleado por um indivíduo embriagado que se desentendeu com outros companheiros que estavam no mesmo bar [...].

Este projeto foi arquivado por já haver norma que regulamentava o uso e ocupação do solo em Curitiba, mas revela a preocupação do parlamentar acerca de questões em torno

não somente da segurança dos templos, mas de sua moralidade. A regra disciplina os estabelecimentos que poderiam estar próximos às igrejas; intenta regular sua segurança, mas também acaba por regular sua moralidade, afinal “transtornos aos frequentadores das igrejas por pessoas embriagadas” deveriam ser evitados e comportamentos indesejáveis deveriam ser afastados.

Por outro lado, houve projetos não aprovados que não estavam relacionadas diretamente à religião. Por exemplo, o projeto de lei 005.00206.2003 que “Dispõe sobre a remoção e recolocação das placas de propagandas fixadas em pontos de ônibus quando obstruírem a passagem de pessoas portadoras de deficiência física como usuários de cadeira de rodas”; entre outros.

Nos anos de 2005 a 2008, Sandoval exerce seu último mandato eletivo, agora pelo PSC. Neste período apresenta na Câmara Municipal 44 propostas de Lei. Das 44 propostas apresentadas, somente 5 foram aprovadas e posteriormente sancionadas; são elas: duas homenagens a pastores; uma denominação de logradouro público; e duas declarações de utilidade pública a entidades sociais: uma evangélica e outra de proteção animal.

Requerimentos à Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC)

Sandoval sempre fez muitos requerimentos à PMC, sendo esta sua principal função como vereador: passar à PMC as demandas da população (o que também ocorreu com todos os outros vereadores, evangélicos ou não). Todos estes requerimentos, porém, foram ligados a demandas pontuais da população e às demandas das IEAD de diversos bairros de Curitiba. Em todos os seus mandatos tais requerimentos se repetem: são relacionados a limpeza de terrenos, manilhamentos, instalação de lombadas, operação tapa buracos, instalação de antipó em diversas ruas dos mais variados bairros da cidade. Duas características marcam esses requerimentos: i) a abertura do gabinete deste parlamentar à população (entre eles, a evangélica com certeza); nestes requerimentos é comum em suas justificativas: “procurados pelos moradores, solicitamos...”, o que parece estar de acordo com o relato memorial presente em seu livro: “formar um gabinete que é o mais visitado da Câmara Municipal desta capital” (SANDOVAL, sem data, p. 61) E, está-se aqui diante de um diferencial dos vereadores evangélicos: diferente de muitos parlamentares que são eleitos por bairros ou regiões, os evangélicos possuíam área de ação em toda a cidade, uma vez que existiam igrejas e, portanto, eleitores, nas diversas regiões do município. E ii) diversas solicitações serem relacionadas às Igrejas Assembleias de Deus. São inúmeras as benfeitorias solicitadas nas redondezas das IEAD; muitas delas relacionadas ao trânsito e etc., mas também solicitação de antipó em ruas

onde há uma Igreja Assembleia de Deus; placas de trânsito indicando onde fica uma IEAD no bairro, e etc. Por exemplo o requerimento 044.00222.1999: “Implantação de redutor de velocidade ou colocação de cones na Rua Estados Unidos, em frente a Igreja Evangélica Assembléia de Deus [...]”; e justifica: “Procurado pelos moradores da região e freqüentadores da referida igreja solicitamos urgentemente a implantação do mesmo...”. Outro exemplo característico são os que solicitam a instalação de placas indicando onde ficam igrejas Assembleias de Deus. Em suas justificativas, tais requerimentos trazem:

“Este pedido faz-se necessário para facilitar a orientação, bem como a localização das pessoas que se dirigem a esta rua com a finalidade de frequentar o templo da igreja evangélica Assembléia de Deus nesta localidade, a falta desta placa tem causado grandes transtornos aos fiéis visitantes desta igreja”.

Não se pode olvidar que muitos destes requerimentos dizem respeito à segurança do trânsito e, por conseguinte, dos frequentadores destes templos e etc., mas é certo que ter um vereador atuando diretamente nestas situações facilitou sobremaneira o atendimento das solicitações das igrejas por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba; a igreja contou basicamente com um assessor dentro do poder público.

Planejamento Orçamentário

Suas emendas aos orçamentos anuais da cidade são sempre poucas e basicamente relacionadas a pequenas questões, como destinação de recursos a implantação de antipó, semáforos, sinalização do trânsito, etc.

Fiscalização

É somente em último mandato, após mais de 12 anos na Câmara de Curitiba, que José Roberto Sandoval, faz seus primeiros pedidos de informações ao Município, ou seja, de maneira oficial exerce sua função fiscalizatória pela primeira vez. São 5 solicitações de informações, entre elas, o número de crianças sem vagas nas creches municipais; as empresas que participaram das licitações do Município no ano de 2005; etc. Importante destacar a justificativa comum para tais pedidos: “A presente solicitação justifica-se, pois é parte do dever de fiscalização inerente a atividade parlamentar”. Sem receio, poder-se-ia dizer: antes tarde do que nunca.

Por fim, há que se destacar, que em meados do mês junho de 2004, um café da manhã foi organizado na CMC por iniciativa de José Roberto Sandoval, comemorando duas

datas: o dia do pastor e os 93 anos de fundação da IEAD. A assessoria de imprensa da Câmara publicou em seu sítio na internet, além de diversas fotos do evento, o seguinte texto⁴⁴¹:

O Dia do Pastor e os 93 anos de fundação da Igreja Assembléia de Deus no Brasil foram comemorados nesta sexta-feira, na Câmara Municipal, em café da manhã [...]. A iniciativa, do vereador José Roberto Sandoval (PTB), contou com a participação de pastores de diversas denominações religiosas. [...] Segundo o vereador Sandoval, o Dia do Pastor é comemorado sempre no segundo domingo do mês de junho e a igreja completa neste dia 18 seus quase 100 anos de vida no Brasil, com bons serviços prestados à sociedade e ao País. “Este encontro com os pastores é um bem ecumênico”, salientou o parlamentar. [...] No evento, que teve também hinos de louvores à Deus, o vereador Sandoval aproveitou para fazer a prestação de contas de seu gabinete aos pastores presentes.

Considerações Finais

A atuação parlamentar deste sujeito poderia ser dividida em partes: atuação religiosa ou em benefício de sua igreja; e assuntos diversos. Ao se analisar o trabalho de um vereador a letra da lei nos move à atuação fiscalizatória da administração do município e à legislação, mas na prática, o que um vereador – evangélico ou não – mais faz é atuar como um intermediário entre a população e a prefeitura, fortalecendo assim seus laços políticos, sem adentrar nas grandes discussões que envolvem questões estruturais da cidade. Em vez de ir diretamente a uma secretaria municipal, o cidadão vai até o gabinete do vereador de seu bairro (ou de sua igreja) e faz sua solicitação. O vereador requer o serviço à prefeitura, e é muito mais fácil consegui-lo quando se é da bancada de apoio ou quando não se fiscaliza muito; assim um vereador fica de bem com a população e com o prefeito, que por sua vez fica com uma casa fiscalizatória mais domesticada. Torrens (2015) detalha como a Câmara pelo trabalho dos vereadores acaba por ter uma função secundária – quase que alegórica – no que diz respeito à administração da cidade como um todo.

Os vereadores desenvolvem laços mais duradouros [...] em sua prática corriqueira, estabelecendo que se denomina conexão político-representativa, mas não desenvolvem participação efetiva nas grandes questões que realmente conduzem e definem a feição da administração pública municipal (TORRENS, 2015, p. VI).

Nesta instituição entra um evangélico pentecostal, demonstrando um discurso

⁴⁴¹ Disponível em http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=3379#&panel1-1 Acesso em 15/02/2016.

permeado do senso meritocrático – com o diferencial da fé. Dessa maneira sua atuação como visto, foi voltada a questões pontuais e resolução de problemas específicos da população, não se voltando para os grandes problemas estruturais da cidade, ou suas grandes mazelas. Some-se a isso a atuação em torno da religião. A IEAD tem durante estes mandatos, um verdadeiro assessor dentro da CMC, que muito fez em favor das demandas destas igrejas.

Apesar da atuação não voltada às questões estruturais da cidade, a atuação destes parlamentares é de grande importância para seu eleitorado. A homenagem a um cidadão – neste caso pastores ou religiosos ligados às igrejas – é feita pela Casa como um todo. É a Câmara de Curitiba que reconhece o trabalho de uma pessoa ou de uma instituição. Quando da entrega destas homenagens, há uma sessão solene; com muitos convidados e festins. É algo muito especial para uma população – no caso dos pentecostais – muitas vezes marginalizada e estigmatizada. Portanto, tais proposições cumpriram um papel social de reconhecimento muito grande e mostraram que, de fato, “nosso representante está trabalhando por nós”. Ademais, as entidades pentecostais reconhecidas como sendo de *utilidade pública* poderiam posteriormente firmar convênios e receber verbas públicas para realizar seus trabalhos, que agora, são reconhecidos pelo poder público como um todo, no âmbito municipal. Enfim, muito a igreja ganhou enquanto possuiu um vereador. E aqui também está um fenômeno a ser discutido. Esse tipo de política, a de representação de grupos de interesses e a formação das bancadas (empresários, ruralistas, professores, negros, LGBT, e a religiosa, etc.) é um fenômeno presente na democracia representativa brasileira e carece de atenção; os religiosos são apenas mais um grupo que está neste campo em busca de sua parte na “divisão do bolo”. A tensão encontra-se nas fronteiras do Estado Laico, que é a grande questão a que estes representantes defrontam-se. Afinal, este fenômeno é uma virtude democrática ou uma afronta ao Estado Laico?

Referências Bibliográficas:

CAMPOS, L. S. De “**políticos evangélicos**” a “**políticos de Cristo**”: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños em el paso del siglo XX ao siglo XXI. Porto Alegre: *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. Ano 7, n. 7, 2005.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. São Paulo: Editora FGV, 2015.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao Impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

ORO, A. P. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, nº. 53, 2003.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. Trad. Maria. T. Janine Ribeiro. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 14, fev., pp. 25-39, 1997.

SOUZA, M. J. **A memória como matéria prima para uma identidade**: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Graphos*, Recife, v. 16, n. 1, pp. 91-117, 2014.

TORRENS, A. C. **A Câmara Municipal de Curitiba e o labor legislativo**: as interfaces da representação política. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

Fontes:

CURITIBA. **Regimento interno da Câmara Municipal de Curitiba**. 03/12/2012.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Levantamento das legislaturas e vereadores (1947-2016)**. Curitiba: 2013.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do> Acesso em 10/09/2016.

SANDOVAL, M. **Sandoval...um homem na direção de Deus**. Local não informado: editora não informada, sem data. 61 p.

**UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM ANGOLA NO
SÉCULO XIX: NOTA PRÉVIA SOBRE O INICIO DA AGRICULTURA
COMERCIAL EM CAPANGOMBE.**

ISSN: 2595-1645

Gustavo Pereira Salomão⁴⁴²

Orientador: José Henrique Rollo Gonçalves

Resumo: No Relatório do Governador Geral da Província de Angola, Sebastião Lopes de Calheiros Menezes, para os anos de 1861 e 1862, escrito para o rei português Dom Luis I e publicado, em 1866, pela imprensa Nacional de Lisboa, encontram-se cartas escritas pelo agricultor José Joaquim da Costa ao governador geral, nas quais ele defende o investimento na terra da região de Capangombe, localizada no distrito de Mossamedes. Tratava-se, segundo ele, de uma região com um solo de grande fertilidade, que padecia de um problema grave, a baixa capacidade de investimento dos pequenos proprietários do local. Nessa comunicação descrevemos sua proposta de criação de uma Companhia para, através da colaboração de portugueses e brasileiros, se obter elevada capitalização de recursos financeiros e conseguir um maior proveito do solo através dos engenhos feitos ao molde brasileiro.

Palavras-chave: Colonização da África; desenvolvimento agrícola; expansão comercial.

Em seu capítulo sobre Angola no décimo volume da Nova História da Expansão Portuguesa, organizada por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Valentim Alexandre e Jill Dias afirmaram que, em meados do século XIX, ocorreram tentativas levadas a cabo por agentes do império português de estimular a produção canavieira em Capangombe, uma região no sul de Angola. Segundo eles, “novas fazendas empregavam feitores e técnicos brasileiros, especializados na construção e na manutenção dos engenhos e na produção do açúcar e da água ardente” (Alexandre e Dias, 1998, p. 452). A presença destes “técnicos brasileiros”, termo utilizado pelo autor, me chamou atenção para estudar o grau de importância e a ação brasileira na região de Angola. Minha intenção é apresentar o estado atual da investigação que estou realizando.

Procurando por esses focos dos brasileiros tanto na historiografia como na documentação, observamos já, mesmo ainda no início da investigação, que a presença de fato dos brasileiros foi na agricultura, quer no engenho da cana de açúcar, quer no cultivo do café. Em um relato de viagem de autor anônimo denominado Quarenta e cinco dias em Angola é mencionada a fazenda de Cavalleiros, cujo proprietário era brasileiro e na qual o processamento da cana de açúcar nos seus engenhos era feito aos moldes do Brasil (Anônimo, 1862, pag. 104-105).

⁴⁴² Graduando em História na Universidade Estadual de Maringá. Bolsista do Pibid História/Campus Sede. Membro do Laboratório de Estudos Americanos, Africanos e Orientais (Leaao).

Para compreender essa participação brasileira na agricultura angolana, é necessário fazermos um panorama geral do desenvolvimento agrícola na África Central, no século XIX principalmente, desde a implantação de novas culturas americanas pelos portugueses, para o melhoramento do solo, até a plantação de grandes áreas de café, cana de açúcar e algodão, como na região de Capangombe, em Mossamedes, que teve sua produção voltada para o mercado exportador.

Na África, diferente do que aconteceu na América, os africanos já tinham um sistema integrado de comércio, um sistema de troca já bem definido, isso facilitou ao colonizador fazer negócios no interior do continente. O escravo africano foi sem dúvida o maior alvo do tráfico e comércio exportador, tendo seu destino toda a América e a Europa, como o Brasil, Cuba, sul dos Estados Unidos (Ferreira, 1999).

A partir de 1850 o tráfico negreiro foi proibido no Brasil, que era até então principal importador de escravos e também importante ponto de passagem para o caminho até os outros países. Com isso, Portugal, que detinha o maior poder nesse comércio, teve que repensar a forma de conseguir manter seus cofres rentáveis. A solução foi encontrada na própria África, utilizar da terra para dar o sustento financeiro, algo que já se fazia em sua antiga colônia, o Brasil.

Em quase todo o continente africano, o sistema de trocas foi mais intenso do que a produção, porém, autores como Jean-Luc Vellut e Elikia M' Bokolo, afirmam que na área da África Central, que compreende principalmente Angola e o Congo, a economia estava centrada na produção agrícola, com exportação de culturas não africanas de origem, como mandioca, café e cana de açúcar. Entender o processo do desenvolvimento destas culturas coloniais na região angolana é essencial para entender a política adotada pelos governadores gerais para o próprio desenvolvimento administrativo, social, demográfico e cultural.

A base da alimentação africana estava em cereais locais como eulesine, milhete e sorgo, resistentes ao período de seca; também a pesca e a caça para a própria subsistência (Reader, 2002). A implantação de variedades americanas, tais como mandioca, café, amendoim, feijão e algumas variedades de milho, foram primordiais para que áreas de solo menos férteis, áridas e arenosas, se tornassem mais férteis e com maior rendimento para a produção, tanto para o cultivo voltado ao consumo como para a exportação. A mandioca é um caso que se pode dar como exemplo. Suas raízes conseguem se desenvolver em quase todas as condições de solo, estando arenoso, quebradiço ou com alto índice de acidez, se desenvolvendo e crescendo, quando se há a colheita, suas raízes descompactam o solo,

melhorando a drenagem d'água do solo e sua qualidade, podendo-se plantar outras culturas que antes não se adaptavam e vigoravam.⁴⁴³

O historiador e fotógrafo John Reader, em seu livro *África, Biografia de um Continente*, analisa o desenvolvimento das geófitas (plantas com a parte comestível abaixo do solo como tubérculos) no litoral da África e no interior do Congo, comprovando o avanço das novas localidades territoriais ocupadas pelos homens. Reader escreveu que,

[...] extensões naturais de geófitas encontram-se ao longo das montanhas do Cabo e em solos ácidos do litoral. De fato, a distribuição destas manchas ricas em recursos parece explicar a distribuição das zonas ocupadas pelo homem. [...] A exploração das geófitas nos territórios do litoral da África do Sul há cerca de 70.000 anos é um primeiro exemplo precoce da manipulação direta do homem no seu ambiente de forma a obter mais comida, mas não assinala o início de uma progressão que pode ser traçada, passo a passo, desde os fynbos do Reino Floral do Cabo até ao domínio da moderna agricultura industrial. (Reader, 2002, pág. 167).

O crescimento populacional, como foi citado acima, esteve estritamente ligado a difusão das variedades americanas. Os focos de densidade, principalmente na África Central e região dos Grandes Lagos, no século XIX, se beneficiaram do avanço do plantio das variedades americanas e da utilização mais intensa do solo arável. Existem relatos de que no interior da África, essas novas culturas agrícolas trazidas da América, eram percebidas na cultura oral como sendo plantas nativas da região, isso demonstra a grande extensão que estas plantações alcançaram. Há muitos debates acerca do impacto causado pela introdução e pela forma como essas novas culturas foram realizadas. Vellut defende que o desenvolvimento das sociedades agrícolas mais complexas amparou o crescimento demográfico.

“Geralmente, estima-se que as sociedades em que a agricultura e a pecuária foram introduzidas progressivamente conservaram por muito tempo uma baixa taxa de crescimento (entre 0,05% e 0,10%), bastante próxima da taxa conhecida pelas sociedades de caça e de colheita. Por outro lado, as sociedades com uma agricultura mais diversificada

⁴⁴³ Essas informações sobre a mandioca foram dadas por Victor Salvadego Lopes e Marcelo Santini, estudantes respectivamente do Curso de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá e do Curso de Agronomia da Uningá, em Maringá.

conheceram um crescimento claramente mais rápido, estimado entre 0,10% e 0,15%”. (Vellut, 2010, pág. 349).

Uma agricultura mais diversificada dá a oportunidade de uma maior variação de alimentos para o consumo próprio, além de atender mais as demandas do organismo humano para se manter saudável.

Uma maior rede de alimentos e uma maior longevidade das pessoas ocasiona um maior aumento populacional. Este movimento é possibilitado também pelo excedente em crescimento, constante, tendo que se expandir sempre ao passo que o índice demográfico também se eleva.

Com a expansão agrícola, regiões antes desocupadas, como Ovimbundo, Luba e Ovambo (região de Mossamedes), são visadas e logo povoadas; isto resultou nos movimentos migratórios em outras regiões, fenômeno reforçado graças aos fatores econômicos e sociais. Estes fatores influenciaram a extração de marfim e a recolha da cera, adentrando as florestas.

Podemos levantar a hipótese de que, a partir do final do século XV e em todo o século XVI, as grandes navegações, levando o império português a novas terras e a busca pelo lucro a partir dos produtos coloniais pesou de fato na organização da vida econômica na África Central, intensificado ao longo do tempo com o capitalismo comercial.

No século XIX, o comércio internacional de escravos passou a ser proibido no Brasil e progressivamente decaiu as exportações para os principais pontos de venda no Caribe e Estados Unidos, isso afetou a negociação do tráfico no litoral angolano, sendo intensificado o sistema de trocas por produtos da colheita. Este novo movimento comercial conseguiu movimentar os portos angolanos, tendo um grande condizente nas exportações e faturamento financeiro de Luanda no Banco Nacional Ultramarino.

O escoamento de toda essa produção agrícola era feito por meio dos caminhos comerciais já estabelecidos pelos africanos. Em Angola, os principais portos para a exportação era a capital Luanda, Benguela logo embaixo e Mossamedes mais ao sul. O comércio fluvial foi importante também para que os produtos chegassem aos pontos de escoamento. Este comércio foi incentivado também a partir no século XIX, se utilizando dos grandes rios como o Zaire.

A relação da abolição do tráfico negreiro com o desenvolvimento dessa nova economia agrária é estudada também por Elikia M'Bokolo, mostrando que o império português decidiu não se fixarem apenas nas mercadorias oriundas dos africanos, resolvendo de fato intervir nos processos. Afirma que a África ocidental se tornou um laboratório português para projetos de valorização que tinham um projeto a longo prazo, que se consistia

em impor, mesmo se necessário autoritariamente, as estruturas e as formas de exploração da terra segundo seus moldes e desejos, pois era deles o investimento de capital para a maior rentabilidade desta terra.

Diante desta realidade, de mudanças na economia colonial angolana pós 1850, nos deparamos com o Relatório do Governador Geral da Província de Angola, Sebastião de Lopes de Calheiros de Menezes, que comandou esta província entre 1861 e 1862, e esteve focado a buscar soluções para os diversos problemas encontrados naquela colônia portuguesa. Partindo do contexto que até aqui foi apresentado, logo no início de seu mandato, a sua primeira viagem é ao distrito de Mossamedes, no qual havia grandes propriedades de terras em seu centro. Era uma região com solos desiguais em termos de aproveitamento agrícola. Logo após a região correspondente a Huila, as terras caem de qualidade.

Sebastião Menezes busca novas terras para que pudessem ser investidos os produtos coloniais, para isso, indaga tanto o governador da província de Mossamedes como os agricultores que ali se encontravam. Falam-lhe sobre uma região pouco explorada, até então, denominada Capangombe, que poderia ser de interesse ao governador. Embora ficasse bastante interessado, ele não chega de fato a ir até lá pessoalmente, mas, ao retornar à Luanda, envia um grupo de 100 homens para avaliar a terra.

Vale dizer aqui que, em sua viagem à Mossamedes, Sebastião Menezes visita a fazenda de Cavalleiros, aquela que seu dono era brasileiro e o engenho feito ao molde do Brasil.

O grupo enviado para analisar a terra tem bons resultados, fundando imediatamente uma vila com o nome de Capangombe, e enviando as boas novas ao governador geral. O relato nos trás dados de cinco anos posteriores ao início do investimento nesta região (vide que este documento foi publicado seis anos mais tarde), sendo eles extremamente satisfatórios. A produção de café superou as expectativas, permitindo que se vislumbrasse um projeto futuro de que Capangombe poderia se tornar a maior região exportadora de café da África, superando São Tomé, referencia na exportação deste produto.

José Joaquim da Costa, um agricultor de possível origem brasileira, esteve no encontro com o governador Sebastião Menezes em Mossamedes, se comprometendo a ir para Capangombe e deixa-lo a par da situação da nova vila angolana. Envia, então, algumas cartas para Luanda, dizendo principalmente as melhores formas de se investir para que aquela região pudesse produzir de forma apropriada.

A primeira carta é o foco principal até este momento da pesquisa em torno do desenvolvimento da agricultura canavieira. Nesta carta o agricultor inicia falando que de fato

Capangombe tem um solo extremamente favorável à cultura colonial agrícola, já em pouco tempo dando resultados esperados, ainda expõe que será vantajoso plantar cana na região de Capangombe. O que chama a atenção é que José Joaquim da Costa roga ao governador geral para que se crie uma companhia de investimento para o melhor proveito da terra, produzindo o que a terra pode realmente dar. Esta companhia seria feita pelo governo português ou até mesmo os compatriotas brasileiros, como diz o agricultor.

São vários os argumentos apresentados para que essa companhia seja criada e tenha sentido. Em primeiro lugar, que quando um proprietário de terra morre na África, todo o projeto para aquela terra, planos de ação, morrem junto com ele, quando se tem uma companhia isto não acontece, pois existe um fluxo contínuo de investimento, um plano futuro não tão imediatista, mas um plano que é feito para longo prazo, resultados rápidos, mas com projetos futuros.

Outro argumento que é colocado pelo agricultor é que se teria caixa para a compra maquinário para os engenhos para o processo da cana de açúcar, substituindo o maquinário antigo, modernizando o processo para atingir melhores resultados. Caso houvesse a quebra e tendo que substituir peças, haveria facilmente também o capital para esta manutenção.

José Joaquim da Costa usa de um comparativo para argumentar a importância de ser formalizada a companhia. Se pega, por exemplo, a província da Bahia, no qual as terras têm investimentos maciços dos proprietários para o seu maior proveito. Em Capangombe se tem a desvantagem de ser “pequenas propriedades (pequenas por falta de fundos) em referência as grandes” (Meneses, 1867, pag.197), como diz o agricultor.

Esta realidade exposta no relatório do governador geral Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, com a carta do agricultor José Joaquim da Costa, nos remete a discussão apresentada neste texto, está claro o intuito tanto do governador geral como o agricultor, de se utilizar a terra para que deem lucro e capital ao império português, visto que cada vez mais se diminui o número de escravos exportados, e certa certeza de que a própria escravatura estava em seus dias finais. A formação desta companhia de investimento no plano agrário vai de encontro com o que Elikia M’Bokolo disse e já foi apresentado acima, o investimento do governo português nessas novas fontes de riqueza, que agora estão na terra, além de uma forma de controlar toda a produção.

O futuro desta pesquisa buscará monitorar as atividades brasileiras em Angola no século XIX, sendo sua participação nos engenhos entendendo como era de fato feita e em todo o seu processo, isto por meio dos relatos de viagens da época. Também continuar

analisando se de fato uma companhia de investimento foi criada para atender os pedidos dos agricultores em Capangombe e o desenvolvimento agrícola especialmente em Mossamedes.

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, V. e DIAS, J. **O Império Africano, 1825-1890**. Lisboa: Estampa, 1998 (SERRÃO, J. e OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da Expansão Portuguesa**, Vol. 10).

ANÔNIMO. **Quarenta e Cinco Dias em Angola. Apontamentos de Viagem**. Porto: Typ. De Sebastião José Pereira, 1862.

FERREIRA, R. A. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos 1830-1860. In: SARAIVA, J. F. S. e PANTOJA, S. (orgs). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

M'BOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações. Do Século XIX aos Nossos Dias**. Lisboa: Colibri, 2007.

MENEZES, S. L. **Relatório do Governador Geral da Província de Angola, 1861-1862**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

READER, J. **África, Biografia de um Continente**. Lisboa: Europa-América, 2002.

VELLUT, J-L. A bacia do Congo e Angola. In: AJAMI, J. F. A. (Ed.) **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2010, Vol. VI.

UMA CIVILIZAÇÃO ANTIGA NO PÁTIO DA ESCOLA: EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA

ISSN: 2595-1645

Wagner Chaves Bizerra Junior⁴⁴⁴

Orientador: José Henrique Rollo Gonçalves⁴⁴⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo, relatar a experiência desenvolvida pelos pibidianos, com alunos (as) de sexto ano do Colégio Estadual Alfredo Moises Maluf no município de Maringá/Pr. Colocar o aluno em contato com a História é um desafio para todo professor, sobretudo quando abordamos períodos mais profundos em termos cronológicos da História humana. As ferramentas que dispomos são reduzidas a imagens, ou com sorte, materiais líticos em museus, mas que deve ser trabalhada à distância. Para contornar essas adversidades, confeccionamos nossas próprias fontes históricas: utilizando argila conseguimos reproduzir pratos, copos e tigelas de cerâmica, placas e tábuas com escritos antigos e fósseis. Partindo dessa licença poética, buscamos ilustrar aos nossos alunos, (as) como é o trabalho do historiador, do arqueólogo e do paleontólogo ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma atividade lúdica além da sala da aula. Outro aspecto importante é mostrar como é construído o conhecimento histórico e quais ferramentas podemos utilizar para que isso seja feito.

Palavras-chaves: Ensino de História; arqueologia; PIBID.

Ao entrar no ensino fundamental II, o aluno (a) passa a ter contato com um novo conceito de História até então conhecido. De modo geral, as atividades ligadas a História no fundamental I envolviam alguns fatos da História nacional como datas célebres, a História do meio (município e Estado) e a História familiar. O aluno (a)

Que, ao entrar na aula de História, sabe que está a estudar algo que ocorreu no passado, mas quando dissemos passado, de quanto tempo estamos falando? Não é a toa que é comum nos livros didático destinados aos sextos anos, os capítulos iniciais abordarem o conceito de História, do tempo Histórico e das balizas temporais na qual a História acontece. De modo algum esse aluno (a) é uma tabula rasa; ele possui um conhecimento prévio acerca de algumas das coisas que iremos estudar a partir de agora, mas sem um filtro necessário para interpretar essas informações. Um bom exemplo são as estórias em quadrinhos de Mauricio

⁴⁴⁴ Graduando em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista PIBID campus sede.

E-mail: wagnerchavesjunior@gmail.com

⁴⁴⁵ Professor no Departamento de História UEM campus sede. Coordenador do projeto PIBID/História sede. E-mail: josehenriquerollo@yahoo.com.br

de Souza, onde o Piteco (um *homo sapiens*) convive com dinossauros e outros animais que não coabitaram o mesmo período. Comumente, estórias como essa são muitas utilizadas durante o período de alfabetização da criança, logo, muitas das vezes ela assimila tais estórias com a História.

Mesmo que grande parte da população brasileira seja adepta ao cristianismo, ainda é difícil ilustrar as balizas temporais do Antes e Depois de Cristo, por isso essa preocupação imediata em trabalhar o tempo e os séculos numa linha cronológica.

A História é a ciência que estuda a ação do homem num determinado tempo; como ciência, ela precisa estar embasada em dados e fontes. As abordagens positivistas compreendiam que essas fontes seriam documentos oficiais, as quais, a partir da leitura, poderiam ser extraídas as informações necessárias. A partir disso surge o conceito de Pré-História, ou a História antes da escrita. Partindo deste pressuposto, considero a terminologia Pré-História um termo pejorativo, pois, desde tempos imemoriais o homem transforma o seu meio, transforma sua sociedade e cria cultura. Temos muito mais tempo de História ágrafa, em relação à história escrita. “Ler” e interpretar esse material gerado por essas civilizações é o papel do arqueólogo.

Paralelo ao trabalho do historiador e do arqueólogo e, buscando dialogar com outras áreas do conhecimento, achamos pertinente abordar também o trabalho do paleontólogo que busca compreender a vida dos seres vivos do passado.

Termos e conceitos: É crucial para compreender a História, entender os conceitos empregados nos textos e na fala do professor (a). Até pouco tempo atrás, ao invés de estar na frente da sala, eu estava sentado como um aluno, me perguntando o que era a tal “política” de que a professora estava falando; o que era a “economia”. Esses conceitos básicos são fundamentais, e quando não são assimilados, a aula, que para o professor, parece correr de forma fluente, se torna uma aula de grego para o aluno (as).

A experiência de que permitiu ensinar determinados conceitos sobre Pré-História e História antiga, foi mostrar aos aluno (as) que as palavras têm sua genealogia; que possui uma raiz, e por vezes um prefixo ou sufixo. O conhecimento de determinados termos ou “pedaços de palavras” ajudou na compreensão literal do conceito.

Por exemplo, compreendendo que material lítico, são instrumentos de rocha coletados pelo arqueólogo, e que *lítico* significa rocha, ao utilizar termos como *Paleolítico* e *Neolítico* o aluno (as) já tem um conhecimento prévio que se trata.

PALE = Antigo + LÍTICO = Rocha = Antiga Rocha, logo, mais velha, rocha lascada;

NEO = Novo + LÍTICO = ROCHA = Nova Rocha, logo, mais nova, rocha polida.

Ao falar sobre o Paleontólogo/paleontologia, o aluno (a) sabe previamente que *pale* significa antigo; se continuarmos a fracionar a palavra com *onto* = ser/seres e *logia* = estudo, temos o responsável pelo estudo dos seres vivos do passado, o paleontólogo.

Fui conhecer esse modo de abordagem já no Ensino Médio, e ao trabalhar desse modo com alunos do sexto ano, pensei que não havia êxito, pois, eles ainda não compreendem muitos dos aspectos da língua portuguesa, mas a curiosidade foi maior que a dificuldade. Eles compreenderam que as palavras não surgem do nada, e muitas estão correlacionadas.

Uma civilização no pátio da minha escola - A experiência: Muito do conhecimento existente relacionados a civilizações antigas, provem de estudos a partir de registros materiais deixando por elas. A arqueologia é o ramo da ciência que estuda esses vestígios, sejam obras artísticas, instrumentos do cotidiano e ruínas arquitetônicas. Podemos encontrar essas ruínas no território do Paraná no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix, mas, infelizmente, levar um contingente de alunos (as) até o local implica em algumas dificuldades. Materiais líticos, fósseis e objetos em cerâmicas são facilmente encontrados em museus, e o próprio Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da UEM, caso seja necessário, fornece essas matérias para trabalharmos em sala de aula, mas que devem ser observados à distância, pois, trata-se fontes históricas propriamente ditas. Se o mais interessante das aulas de química e física era justamente a possibilidade de ir ao laboratório, oferecemos aos nossos alunos (as) a possibilidade de uma aula de campo como um historiador/arqueólogo/paleontólogo.

Com essa atividade, buscamos não só oferecer ao aluno uma nova abordagem à História, mas a também indagar sobre objetos do cotidiano e traçar uma hipótese de como se portavam os detentores do determinado objeto: Qual a cor? Do que é feito? Qual a função? O objeto exerce bem a função? Quem produziu? Quando foi produzido? Onde foi produzido? Essas e muitas outras perguntas podem ser feitas aos materiais líticos. (ABUD et al, 2010, p. 118-119). E colocar o aluno em etapas da investigação Histórica.

A utilização da cultura material no ensino de História proporciona varias frentes de estudo, como a investigação das características físicas dos artefatos; seu percurso de construção; suas mudanças e permanências de função, utilização, estética e valorização ao longo do tempo; e

compreensão de aspectos de diferentes ordens da sociedade a qual pertence. (ABUD et AL, 2010, p. 114)

Para realizar a atividade, confeccionamos nossas fontes históricas como: placas em argila com escritas antigas; objetos em cerâmica e “fósseis”.



Representação de placas com escritas antigas, em detalhe, um pão representando a importância do trigo como fonte de alimento as civilizações existentes no crescente fértil. (Acervo particular, 2016)



Folha “fossilizada”. (Acervo particular, 2016)

Já confeccionados, escavamos o pátio o do colégio, e depositamos pedaços de “fósseis” e das cerâmicas, com o intuito de que os alunos (as) desenterrassem e montassem essas “peças” e traçando uma hipótese do que é e para que serve.

Licença poética e ressalvas : Ao realizar esse tipo de atividade, o aluno (as) tem que estar ciente que é os objetos que foram trabalhados são representações. Não se pode forjar uma fonte Histórica, tão pouco, criar um fóssil. A atividade é lúdica e representativa.

Para evitar essas confusões, é de suma importante uma aula introdutória do que são fontes históricas, como elas são estudadas e, que nossa atividade, segue o modelo ou representação, daquilo que foi estudado por especialistas. No caso do fóssil, é necessário explicar as condições geológicas as quais uma carcaça de ser-vivo passa (litificação ou fossilização) até chegar ao modo em que são estudadas pelos paleontólogos; um processo que demora milhares de anos, e não algumas aulas.

Fotografias:



A procura pelos vestígios materiais. (Acervo Particular, 2016)



A procura pelos vestígios materiais. (Acervo Particular, 2016)



Limpendo, identificando e montando. (Acervo Particular, 2016)



Limpendo, identificando e montando. (Acervo Particular, 2016)



Montando. (Acervo Particular, 2016)



Montando. (Acervo Particular, 2016)



Encontrando uma folha "fossilizada". (Acervo Particular, 2016)



Aluna com uma pequena tigela de cerâmica. (Acervo Particular, 2016)

Grande parte do que sabemos a respeito do Egito, da Grécia, da Mesopotâmia, e muitas outras civilizações, que possuíam ou não escrita, foram estudadas por meio da arqueologia, mas a própria arqueologia está muito distante dos alunos (as) de graduação dos cursos de licenciatura em História. Trabalhar com ela em sala de aula é dedicar um tempo para também aprender como esse conhecimento é construído, e que muitas vezes é ignorado pela História trabalhada com o ensino básico.

Paralelo ao valor de interpretação histórica, uma atividade com essa, extrapola as aulas salas/quadro/giz e os colocam diretamente em uma atividade de campo. Em dias atuais, onde está em voga a mudança do Ensino Médio e uma escola com aulas integrais, trabalhos com este, estimulam o aluno (a) a vir à escola, a acompanhar a aula e escapar da velha monotonia cotidiana.

Uma atividade como está demanda de um tempo considerável para as aulas teóricas e conceituais, além do preparo dos materiais, das escavações para esconder os objetos e da “grande procura”. Nessas atividades, compreendemos umas maiores virtudes que o PIBID fornece tanto ao professor (a) supervisor (a), quanto para o aluno (a) da graduação. A

disponibilidade de estudantes de História e futuros professores, permite ao supervisor (a), trabalhos onde inúmeras pessoas podem realizar as orientações necessárias; fracionar a sala em grupos, onde cada grupo terá um responsável qualificado para sanar as dúvidas, além do intercâmbio de informações e novas abordagens que estão em voga na universidade, como o diálogo com outras disciplinas e novas abordagens como a História das Ciências e a História Natural, que foram muito utilizadas para os trabalhos de paleontologia.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia et al: *Ensino de História*. Editora Cengage Learning. São Paulo: 2010.
CARVALHO, Ismar de Souza: *Paleontologia*. Interiência. Rio de Janeiro: 2000.

UMA HISTÓRIA DA MULHER: A MULHER ROMANA, JUDIA E CRISTÃ NO PRIMEIRO SÉCULO

ISSN: 2595-1645

Calebe Laridonda Viana (UEL)

Resumo: O objeto de estudo desse artigo são as mulheres da antiguidade cristã, que colaboraram diretamente com a difusão das ideias sobre Jesus e o Reino, mais especificamente aquelas que aparecem no novo testamento nas cartas de Paulo e nas cartas atribuídas a ele. Seguindo a temporalidade das cartas que vou analisar, o recorte temporal desse trabalho situa-se no século I d.C. dentro da especialidade do império romano. Esses escritos seriam palavras de conselho, exortação e ensino para as comunidades que Paulo fundou no território, até então, dominado pelo Império Romano, mais precisamente na Síria, Chipre, Ásia Menor, Macedônia e Grécia, onde realizou suas viagens missionárias. Paulo foi chamado, pelo próprio Jesus, para falar aos gentios, ou seja aqueles que não eram nascidos judeus. Esse fato é importante, pois justifica a pesquisa do contexto dos romanos e não só dos judeus dos primeiros séculos. Ao longo do meu trabalho abordarei a participação feminina na esfera religiosa romana. Reconheço uma continuidade dessa, com aquilo que era praticado na Grécia. Meu interesse em abordar a mulher romana e o espaço religioso, visa mostrar o forte patriarcalismo da sociedade em que se desenvolveu o cristianismo e, se possível, mostrar como essa característica interferiu na história das mulheres cristãs.

Palavras-chave: História da Mulher. Cartas Paulinas. Roma.

Introdução

Os temas que envolvem as religiões judaica e cristã sempre me fascinaram, assim como toda pesquisa histórica realizada a partir ou sobre elas. Recentemente, tive contato com uma perspectiva histórica nova para mim, a história das mulheres e de gênero. Fiquei fascinado em perceber que essa lente se aplicava também no texto bíblico, da qual essas duas vertentes religiosas têm seus fundamentos. Faço desse trabalho um ensaio sobre a história da mulher, ou melhor, das mulheres, que aparecem na antiguidade.

Para desenvolver essa pesquisa tive que fazer uma pesquisa bibliográfica da história da mulher e de gênero e, ainda, pesquisar autores que problematizam os textos canônicos e buscam contextualizar a mulher da antiguidade. A minha fonte primária, a Bíblia, exige um dispendioso trabalho de análise, visto que é composta de fragmentos, que intencionalmente ou não, foram durando e se modificando ao longo de vários séculos, passando por processos de adaptações de linguagem e traduções. Ao ler as cartas de Paulo e os evangelhos busquei fazer uma hermenêutica, contextualizando tanto a figura do homem e, principalmente, da mulher.

Não pretendo resgatar o passado como ele realmente foi, tal tarefa é impossível, o que posso fazer é perceber como o passado foi percebido, através dos textos (neste trabalho em especial, pois só trabalhei com textos escritos) que chegam até o meu presente. Como falei no resumo, meu trabalho parte do presente e por isso, também, é mais difícil conhecer o passado.

Esses são alguns dos problemas de todo historiador, mas para além deles, é fascinante pesquisar e levantar hipóteses, mesmo que de pequenas partes, sobre o passado.

Ao olhar para as igrejas cristãs tradicionais, tanto da atualidade como de tempos anteriores, percebo uma dissonância entre a figura da mulher e a do homem, seja enquanto alguém que participa dos cultos, para além de uma simples ouvinte, ou como exemplo de alguém que trabalhou arduamente na disseminação do evangelho nos primeiros séculos. As figuras mais marcantes do Novo Testamento, além de Jesus, são sempre homens – Pedro e Paulo – quando Maria, mãe do messias, é mencionada, nunca aparece como pregadora do evangelho, mas como exemplo de mãe e de caráter feminino. Existiram personagens femininas que atuaram diretamente como pregadoras e apóstolas de Cristo? Elas foram valorizadas, numa sociedade que normalmente as excluía? Por que existe uma dissonância nos textos canônicos “paulinos” sobre a imagem da mulher?

Indo diretamente a sequência do texto, partirei inicialmente para a história da mulher em Roma, apresentar como se deu sua participação na esfera religiosa. Posteriormente, irei para a mulher no texto canônico, buscando apontar sua posição na esfera judaica como na cristã, e, finalmente mostrarei minhas conclusões.

Desenvolvimento

A partir do texto de John Scheid, buscarei compreender a história da mulher, em Roma. Seria interessante perceber sua história nas mais distintas esferas, todavia o tempo e o espaço dessa produção não permitem. Por hora vou focalizar na sua esfera religiosa, afim de mostrar a aparição social que a mulher romana teve.

Existiam, deuses e deusas, e toda a sociedade romana, pagã, aparece imersa no culto as divindades. A religião perpassa a esfera do público e do privado, e apresentam uma majoritária presença masculina. As mulheres eram impedidas, por lei, de tomarem parte de alguns momentos da preparação da oferenda doméstica. A libação do vinho, o corte, o ato de moer e preparar a carne do animal sacrificado eram tarefas unicamente dos pais de família. Nos atos fúnebres era a figura paterna que realizava os discursos e celebravam os sacrifícios. Numa esfera pública, existiam, em alguns casos, restrições como a proibição de assistirem ao sacrifício. No plano geral, eram continuamente excluídas dos momentos principais do sacrifício, como aponta a 85ª *Questão romana* de Plutarco. O próprio autor não menciona desde quando essa exclusão feminina vigorava, mas identifica sua presença ainda no século II d.C. (SCHEID, 1990).

Aparentemente elas não têm nenhuma atuação religiosa, além de espectadoras – quando não são proibidas. Mas é possível encontrar figuras femininas que fugiram a essa regra. A determinação que proibia a mulher preparar a carne só era no contexto familiar, logo, isso não implicava uma proibição no contexto cívico público. Apresentarei, a seguir, alguns papéis desempenhados pelas mulheres no âmbito sagrado.

As Vestais, eram escolhidas ainda crianças por um sumo pontífice e ficavam nesse cargo por 30 anos. Não podiam se casar e deviam manter-se castas durante todo tempo de serviço (30 anos). Estavam sujeitas a repreensão do sumo pontífice. Sua vestimenta durante o sacrifício era uma touca vermelha e o penteado da noiva. Entre as atividades que estavam encarregadas estão: torrefação, pisa e moagem das espigas que vai compor a farinha ritual (*mola*) dos sacrifícios públicos; participavam do sacrifício depois que o animal havia sido imolado, levando o vitelo para queimar; tinham a responsabilidade de manter o fogo de Vesta aceso. Além de participarem dos rituais elas possuíam “certos poderes religiosos tradicionalmente reservados aos homens” (SCHEID, 1990, p.470-474).

Outro cargo ocupado por mulheres, mais precisamente pelas esposas dos sacerdotes eram: a *flamínica* e a *regina sacrorum*. A primeira oferecia um carneiro a Júpiter nos dias específicos, enquanto que a segunda oferecia uma bacorinha ou ovelhinha ao deus Juno todos os primeiros dias do mês. Elas não desempenham uma atividade que possa ser considerada exceção. Elas são meio que necessárias, pois os seus maridos só podiam ocupar os cargos de flâmines se fossem casados. O trabalho deles só era possível em conjunto (casal), e conseqüentemente elas estavam sob a autoridade dos maridos. (SCHEID, 1990, p.474-475).

Ao lado dos sális, as mulheres (sálias) eram incumbidas de ajudar nas celebrações de comitivas guerreiras na abertura e desfecho da estação de guerra. Sua vestimenta era composta de uma touca pontiaguda e um manto militar. (SCHEID, 1990, p.475).

Numa atuação, ao meu ver, muito marcante estão as matronas – mulheres de elevado *status* social, que chegaram a realizar sacrifícios “sem a presença masculina” ou, também, de forma autônoma. Exemplo desses sacrifícios são: *Nonas Caprotinas* e *Matronais*, na qual elas cobrem os custos da liturgia; as *Matrais*; *Fortuna Muliebre*, na qual aparecem praticando o sacrifício, elas eram as sacerdotisas. Nesse caso os homens ficavam à espreita mantendo a supervisão.

O espaço da religião é um santuário vedado às mulheres. Não falo isso para afirmar a ausência delas nos cultos, rituais e outras dimensões do sagrado, pois, como mostrei, elas estavam muito presentes. Essa afirmação inicial pretende, somente, mostrar o papel secundário que ocuparam em relação ao homem. Mesmo quando desempenham funções

importantes, estavam elas, servindo e atuando ao culto liderado e controlado pelos homens – os estatutos definidos por eles regulamentam o papel da mulher no culto as divindades (como mostra Plutarco). Na história dos sacrifícios romanos a mulher é subordinada aos interesses masculinos, mesmo quando aparece participando ativamente do processo de louvor aos deuses. A esfera religiosa (não tão rigorosa) é parecida com do quadro político – onde a mulher não era considerada cidadã, com direitos políticos. É incorreto negar sua participação no santuário religioso, por outro lado, ela aparece servindo aos desígnios da sociedade patriarcal, como foi exposto nos exemplos expostos anteriormente.

O tema principal desse trabalho com certeza é o religioso, no entanto se faz necessário, estudar a mulher judaica juntamente com seus direitos e deveres, regulados pela sua própria tradição religiosa. Nisso se inclui as questões cívicas - tanto pública como privada - e de casamento. Mesmo que os preceitos, que serão analisados a seguir, remontem a um passado distante, vou apresentar como apareceram no tempo de Jesus. Expor essas questões ajudará a identificar como elas eram tratadas dentro da sua esfera religiosa e, como resultado, perceber os possíveis fatores que levaram ao ofuscamento das mulheres judias cristãs – notemos que nos primeiros séculos não existia uma distinção clara entre cristianismo e judaísmo, enquanto religiões distintas. Essa separação, se deu de maneira lenta e gradual. Não é objetivo desse ensaio tratar disso. Para entender melhor as mulheres e as práticas judaicas, seria necessário recorrer ao estudo e contexto do Antigo Testamento, por hora não é alvo desse trabalho também.

Segundo, Monique Alexandre (1990), as mulheres judias pertenciam a esfera privada – como donas de casa, mãe e esposa – e eram afastadas do espaço público, a ponto de terem que vestir um véu quando saíssem de casa e, ainda, os homens evitavam conversar com elas. O divórcio mostra bem claramente, como o homem era privilegiado em questão de direito. Caso ela cometesse algo vergonhoso, sem pudor ou apresentasse temperamento desagradável o homem podia pedir a separação. Em contra partida, ela não podia fazer o mesmo diante de seu marido, quando ele fizesse tais coisas. O testemunho feminino também mostra como eram descreditadas. Como se não bastasse elas ainda eram consideradas impuras, por causa da menstruação, e precisavam ser isoladas durante esse período.

Assim como as mulheres romanas, essas também participavam, de alguma forma, dos rituais religiosos. Ficavam responsáveis por ascender as luzes e preparar o pão para o Sabat, mas assim como os homens romanos, o papel das bênçãos e das orações são privilégios dos homens judeus. Nos templos tão-somente existiam sacerdotes do gênero masculino, só eles

realizavam a leitura. Elas podiam ir ao templo, contudo não eram contadas entre a população presente naquele local.

Em uma posição antagônica ao que foi apresentado até agora, está Jesus. Com intuito de estudar seu trato com o gênero feminino vou recorrer aos evangelhos do Novo Testamento. Esses textos que falam sobre Jesus remontam aos anos 70-90 da nossa era. Existe um período sem produção escrita, que vai dos anos 30 (mais ou menos) até o primeiro evangelho de Marcos. Possivelmente esses escritos, a respeito de Jesus, tenham sofrido transformações com o decorrer do tempo e conforme o espaço geográfico de sua produção.

De acordo com os relatos que temos sobre Jesus, ele foi alguém que valorizava as mulheres. Constitui-se de extrema importância o fato de que ele nasceu, viveu e morreu como judeu e, mesmo assim, promoveu a igualdade de gênero. Ele se encontrava com mulheres, tanto em espaço privado, bem como na casa de Maria e Marta, como em espaço público, Jesus com a mulher samaritana. O Cristo, diante de outros judeus não recuava, pelo contrário, evidenciava os feitos das mulheres. Muitos exemplos são bem conhecidos: o primeiro, da mulher que limpa os pés do mestre com perfume, nesse episódio os líderes religiosos ficam escandalizados com a atitude da mulher. Jesus, além de perdoá-la os pecados ainda a exalta diante deles reconhecendo o seu gesto amoroso. Segundo, a mulher pobre e viúva, que ao fazer sua oferenda – espaço público – de duas moedas, é louvada por Jesus diante dos outros que ali estavam. Terceiro, a mulher com fluxo de sangue, que ao tocar as vestes dele é curada. Essa mulher era considerada impura por todos homens judeus, mas Jesus não a privou do milagre por isso.

Chegamos, finalmente, a parte propiciadora da problemática da minha pesquisa, as cartas paulinas. Antes de aprofundar-me no problema, primeiro faz-se necessário localizar historicamente esse conjunto de textos. Para esse fim, utilizo de três pesquisadores que dataram os livros: Brown, Koester e Marguerat. As datas que seguem os referentes livros compõem uma estimativa entre as datações feitas por esses autores. Suas obras serviram estritamente para localizar temporalmente estas cartas. O autor e a obra, que me indicam uma diversidade de autores para as cartas paulinas é, respectivamente, John Dominic Crossan (2009), em “As duas vozes mais antigas da tradição de Jesus”.

O grupo de cartas autenticamente paulinas são: 1 Tessalonicenses (50-51); Filêmon (51-55); Filipenses (51-56); Gálatas (54-55); 1 Coríntios (54-55); 2 Coríntios (53-57); Romanos (55-56). Pode-se concluir, então, que esses escritos vão dos anos 50 até 56, aproximadamente. As cartas que possivelmente não são de Paulo são: Colossenses (80-90);

Eféios (90-100); 2 Tessalonicenses (90-100). E por último, as cartas que não são de Paulo: 1 Timóteo (90-100); 2 Timóteo (90-100); Tito (90-100)⁴⁴⁶.

Agora, sobre o que Crossan (2009) vai embasar essa tese de diferentes redatores? A resposta está no conteúdo destoante das cartas. Segundo ele, existe uma mudança de Paulo em relação as mulheres, na qual o primeiro Paulo – das cartas autênticas – atribuía a mulher cristã igualdade em relação ao homem, especialmente no serviço de expandir a mensagem de Jesus. Já o segundo e terceiro Paulo, identificado como “conservador” e o reacionário, olham para a mulher já não mais na mesma posição e, ainda, tem para com o gênero feminino uma postura de inferioridade ou desvalorização – que remonta a um trato que as próprias sociedades romana e judia tinham para com elas.

Para mostrar a posição de Paulo (das primeiras cartas) vou citar algumas passagens dessas cartas. Em Gálatas, Paulo, escreve para as igrejas da região da Galácia – não eram instituições, mas comunidades de pessoas que se reuniam ligados pela mensagem do Reino. O conteúdo desse trecho é bem interessante e sintetiza o pensamento desse autor: “Pois os que em Cristo foram batizados, de Cristo se revestiram. Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus.” (Gálatas 3.27-29). O autor está exortando a essas comunidades que persistiam em viver sobre o jugo da lei e diferenciar judeus dos gentios convertidos a Jesus. É bem claro que Paulo quebra com qualquer diferença entre as pessoas, independentemente da posição social ou de sexo. Todos são iguais dentro do povo de Deus. Segundo Crossan, “todos são iguais em Cristo”.

Essa igualdade dentro do corpo de Cristo (ao dizer corpo estou me referindo aos adeptos do cristianismo), mais especificamente a respeito da mulher, pode ser muito bem observada em uma passagem de Romanos (capítulo 16), na qual Paulo menciona as mulheres, e mais do que isso, ele as elogia de forma diferenciada, além disso, confere a elas papel fundamental, em pé de igualdade, no trabalho que ele desenvolvia.

Nesse texto (na parte das saudações de Paulo), o autor menciona 10 mulheres, num total de 27 pessoas, e logo no início, a primeira a ser retratada é uma mulher, Febe, identificada como diaconisa da Igreja em Cencreia e, de acordo com Crossan ela seria a portadora da carta que Paulo enviava. Outras mulheres – Priscila e Júnias – aparecem ao lado de um companheiro, possivelmente seus maridos, sendo que os casais são elogiados

⁴⁴⁶ BROWN, R. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004. KOESTER, H. *Introdução ao novo testamento: 2. história e literatura do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulus, 2005. MARGERAT, D. (Org.). *Novo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2009.

igualmente como seus colaboradores. Ele também elogia, distintamente, quatro mulheres – Maria, Trifena, Trifosa e Pérside – por seu trabalho apostólico dedicado.

Diferente desse Paulo, exposto a cima, aparece um outro, mais imerso numa cultura romana do que propriamente cristã. Para mostrar isso, recorro a dois textos, um em Colossenses e o outro em Efésios. No capítulo 3 de Colossenses aparece o seguinte trecho: “Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como convém a quem está no Senhor. Maridos, ame cada um a sua mulher e não a tratem com amargura.” (Cl 3.18-19). A mulher cristã é ordenada a se submeter ao seu marido, ser submissa a ele. Como vimos, brevemente, no contexto romano a mulher aparece de forma similar – submetida ao controle do homem, nesse caso o marido. No texto de Efésios:

Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas aos seus maridos. Maridos, ame cada um a sua mulher, assim como Cristo amou a igreja e entregou-se por ela para santificá-la, tendo-a purificado pelo lavar da água mediante a palavra, e para apresentá-la a si mesmo como igreja gloriosa, sem mancha nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e inculpável. Da mesma forma, os maridos devem amar cada um a sua mulher como a seu próprio corpo. Quem ama sua mulher, ama a si mesmo. Além do mais, ninguém jamais odiou o seu próprio corpo, antes o alimenta e dele cuida, como também Cristo faz com igreja, pois somos membros do seu corpo. “Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornaram uma só carne.” Este é um mistério profundo; refiro-me, porém, a Cristo e à igreja. Portanto, cada um de vocês também ame a sua mulher como a si mesmo, e a mulher trate o marido com todo respeito.” (Ef 5.22-33).

Aqui a mulher aparece também submetida ao marido, não sei se é o mesmo autor, mas apresenta uma posição semelhante. Para além de ver a mulher como submissa, esse texto mostra uma grande valorização do papel do homem, ele recebe mais tarefas e sua tarefa é “mais difícil” – morrer pela esposa. Pode parecer que a mulher é superestimada, mas ela é passiva, não é dito a ela para morrer por seu marido, mostrando uma diferenciação entre os sexos. No contexto das igrejas atuais, muitos dos fiéis tem discutido sobre o papel do marido, do que ele deve fazer, etc. Todavia, a mulher parece que só tem uma missão: ser submissa ao marido. Paulo e Jesus não falaram nada sobre a mulher se submeter ao marido. Esse pensamento se aproxima mais com o contexto romana pagão, por isso esses escritos não seriam de Paulo.

Como se não bastasse submeter a mulher ao controle do marido, as cartas que, definitivamente, não são de Paulo, proíbem as mulheres de ocuparem funções de liderança. Na carta endereçada a Timóteo, encontramos a seguinte colocação:

A mulher aprender em silêncio, com toda sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas sim a mulher que, tendo sido enganada, tornou-se transgressora. Entretanto, a mulher será salva dando à lua filhos – se elas permanecerem na fé, no amor e na santidade, com bom senso. (1 Tm 2.11-15)

Não faz sentido Paulo escrever uma declaração desse porte, pelo menos não possuímos indícios que levem a hipótese de que ele teria mudado seu pensamento a respeito da igualdade entre os filhos de Deus para o pensamento de submissão da mulher. Em seu ministério, as mulheres ocuparam cargos e colaboraram em muito na obra que ele realizava. Vemos a importância que elas tiveram, tanto nas cartas autênticas – e em alguns escritos apócrifos, como Atos de Paulo. Esse texto, além de submeter a mulher, tira dela qualquer oportunidade de atuar dentro da comunidade, ela tem que ser totalmente passiva. Aqui, é ainda mais forte o desejo de submeter a mulher, quando argumenta que a mulher (Eva) seria mais fraca que o homem, por ter caído em tentação e levado o homem a cometer pecado. Ela foi tirada da esfera religiosa, estava presente, mas não atuava em nada. Sua ação era exclusiva do âmbito familiar (mãe), da piedade e santidade (v. 15).

Existe uma gama de pesquisadores que sugerem para a morte de Paulo como um evento ocorrido ainda nos anos 60, em Roma, no governo de Nero. Os textos canônicos não informam nada a respeito da sua morte, só apontam que ele teria sido levado para Roma, com intuito de ser julgado pelo imperador. Alguns os autores que justificam Paulo em Roma nos anos 60 e seu possível martírio: J. Murphy-O'Connor⁴⁴⁷, K. P. Donfried⁴⁴⁸, R. Brown⁴⁴⁹, U. Schenelle⁴⁵⁰ e H. Koester⁴⁵¹. Se Paulo morreu entre os anos 60-70, não é possível atribuir sua autoria às cartas produzidas a partir dos anos 80 d.C.

Conclusão

⁴⁴⁷ MURPHY-O'CONNOR, J. *Paulo: biografia crítica*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 17-46

⁴⁴⁸ DONFRIED, K. P. 1 Tessalonicenses e a cronologia paulina. In: DEWTTILER, A.; KAESTLI, J. D.; MARGUERAT, D. (Orgs.). *Paulo, uma teologia em construção*. São Paulo: Loyola, 2011. p. 115-143.

⁴⁴⁹ BROWN, R. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 565-594.

⁴⁵⁰ SCHNELLE, U. *Paulo: vida e pensamento*. São Paulo: Paulus, 2014. p. 60-61.

⁴⁵¹ KOESTER, H. Op. cit. p. 113-160.

Jesus valorizou as mulheres e esteve com elas, mesmo que a cultura judaica patriarcal fosse crítica em relação a isso. Paulo valorizou as mulheres e olhava para elas sem distinções, atuavam junto a ele. Os escritos que colocam a mulher submetida ao homem e proíbem-nas de ocuparem a liderança frente aos homens, parece-me uma construção tardia a esses dois personagens da história. Algumas teses apontam para uma submissão das mulheres, dentro da corrente cristã, em concomitância com a institucionalização dessa religião, ou melhor, na época era uma vertente do judaísmo.

Creio que a história das mulheres cristãs ainda precisa ser muito pesquisada, infelizmente a estrutura eclesial do nosso tempo não aprofunda essa discussão e muito menos de uma história de gênero. Meu trabalho ainda que superficial, buscou compreender essa mulher – que ocupou a esfera da religião, mas que dela foi excluída; e apontar para a necessidade de conhecer o contexto histórico de produção da bíblia, pois os fiéis ignoram a historicidade da formação do cânon.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, M. Do anúncio do Reino à Igreja: Papéis, ministérios, poderes femininos. In. PANTEL, P.S. (org.). **História das Mulheres: A Antiguidade**. São Paulo: Ebradil, 1990. P. 511-560.
- BÍBLIA. Português-Ingês. **Bíblia Sagrada**. Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2003.
- BROWN, R. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CROSSAN, J. D. As duas vozes mais antigas da tradição de Jesus. In. CHEVITARESE, A. L. CORNELI, G. (org.). **A descoberta do Jesus histórico**. São Paulo: Paulinas, 2009. P. 85-104.
- DEWTTILER, A.; KAESTLI, J. D.; MARGUERAT, D. (Orgs.). **Paulo, uma teologia em construção**. São Paulo: Loyola, 2011.
- DUBY, G. PERROT, M. Escrever a História das Mulheres. In. PANTEL, P.S. (org.). **História das Mulheres: A Antiguidade**. São Paulo: Ebradil, 1990. P. 7- 17.
- KOESTER, H. **Introdução ao novo testamento: 2. história e literatura do cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARGUERAT, D. (Org.). **Novo Testamento: história, escritura e teologia**. São Paulo: Loyola, 2009.
- MURPHY-O'CONNOR, J. **Paulo: biografia crítica**. São Paulo: Loyola, 2004.
- PANTEL, P. S. Introdução: Um fio de Ariadne. In. PANTEL, P.S. (org.). **História das Mulheres: A Antiguidade**. São Paulo: Ebradil, 1990. P. 19-27.
- SCHEID, J. “Estrangeiras” indispensáveis: Os papéis religiosos das mulheres em Roma. In. PANTEL, P.S. (org.). **História das Mulheres: A Antiguidade**. São Paulo: Ebradil, 1990. P. 465-509.
- SCHNELLE, U. **Paulo: vida e pensamento**. São Paulo: Paulus, 2014.

UMA NOVA TELA PARA CIÊNCIA: A IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA

ISSN: 2595-1645

Khyara Gabrielly Mendes Fontanini (História, UEL)

Lunielle de Brito Santos Bueno (História, UEL)

Resumo: Durante muito tempo a historiografia excluiu uma série de fontes por não serem consideradas “oficiais” ou portadoras de “veracidade”. Rompendo com essa ideia tradicional, muitos historiadores e pesquisadores da área começaram a produzir trabalhos com uma ampliação do que poderia ser considerado objeto de estudo, como, por exemplo, história oral, história do tempo presente, análise a partir de relatos não oficiais e entrando nessa mudança – e sendo nosso objeto – a valorização da imagem como um documento histórico. Imagem e História vêm se aproximando cada vez mais, tendo uma vasta metodologia que, ora se aproxima, ora se distancia de acordo com as abordagens possíveis, os elementos a serem destacados, o cuidado do historiador para com essa fonte e suas especificidades. Escrever, de maneira sucinta, porém clara sobre as metodologias que cercam esse suporte é, sem sombra de dúvidas, um desafio cada vez mais necessário ao estudante de História, seja para trabalhar como pesquisa individual, trabalhos acadêmicos ou, até mesmo, atuando como docente em sala de aula.

Palavras-chave: Imagem, fontes, metodologia.

1. Introdução

Uma nova tela de estudo para a ciência se descortina, trazendo consigo imagens que podem ser tratadas como fontes históricas. Na série de TV intitulada “Multiplicidade” vinculada ao Canal Brasil (2016), o cineasta e artista multimídia, Peter Greenaway, declara no Episódio 01 – Tudo é Tela, o seguinte:

Por oito mil anos, por todo mundo, mas principalmente no mundo ocidental, a organização da civilização e da cultura tem sido conduzida por aqueles que detêm os textos, aqueles que podem manejar os textos, as palavras. Todas as escrituras, toda jurisprudência, toda nossa civilização, toda nossa literatura, está evidentemente nas mãos daqueles que controlam os textos. Mas agora, depois de oito mil anos, com esta revolução tecnológica, o texto cedeu lugar para imagem. Então o futuro não será organizado pelos senhores do texto, mas pelos senhores da imagem. (GREENAWAY, 2016)

Essa nova organização, faz com que História e crise se relacionem intrinsecamente. E essa conjuntura leva o historiador a revolucionar uma série de pressupostos tidos como parte de seu ofício.

No momento, em que o historiador se apresenta como um sujeito passivo, que trabalha com a narração dos fatos e é detentor da verdade, as fontes usadas são as consideradas oficiais ou os documentos escritos. No entanto, com a crise, o historiador passa a refletir sobre sua prática e sobre a própria História, alterando uma série de trabalhos, no intuito de transformar e ampliar as abordagens, as problemáticas e os objetos de estudo.

Segundo Jean-Claude Schmitt (2007), a imagem “não deve ser utilizada como ilustração ingênua do texto nem vista como ornamento, mas deve ser entendida como parte integrante da obra, sendo tão importante quanto o texto”, levando em consideração todas essas questões, escolheu-se como objeto de estudo a imagem como fonte histórica, visando a necessidade de acadêmicos de História e professores já formados compreenderem a universalidade e a complexidade do trabalho com a temática.

2. Consequências das mudanças historiográficas

É preciso lembrar que as ciências se atualizam ou desenvolvem novidades no campo de sua metodologia, mediante desafios colocados por cada época. Nos anos de 1960-70, as ciências humanas ou sociais como a linguística, a filosofia, a sociologia ou a psicologia cresciam em seu campo e, assim, colocavam em cheque a fragilidade dos estudos históricos, desta forma:

O desafio lançado à história pelas novas disciplinas assumiu diversas formas, umas estruturalistas, outras não, mas que no conjunto puseram em causa os seus objectos - desviando a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações – e as suas certezas metodológicas - consideradas mal fundadas quando confrontadas com as novas exigências teóricas. (CHARTIER, 1985, p. 14)

A série considerada “contestações maiores”, da coletânea organizada por Le Goff e Nora (1976), traz de modo sistematizado, algo que é fruto de uma crise historiográfica, a necessidade de se reformular, de ampliar e de abranger uma série de documentos que antes eram desconsiderados pela historiografia tradicional. A imagem é um desses principais objetos de estudos historiográficos, que atualmente vem ganhando importância no campo.

O trabalho do historiador passa por novas reflexões, que formam uma interdisciplinaridade com outras ciências, diferenciando-se destas na medida em que se

escolhe os objetos de estudo para análise. Essa transformação implica também na mudança das escolas teóricas históricas e seus desenvolvimentos. Uma reflexão sobre as diversas “fases” dos Annales proporciona um entendimento sobre a criação dos novos objetos, bem como das características teóricas que perpassaram suas análises.

Pensar a imagem como fonte historiográfica é pensar em novas possibilidades de métodos, de abordagens e de problemáticas, que só esse suporte oferece. Dentro da imagem, novas fontes foram ganhando lugar e, junto desses espaços, as metodologias foram se especificando cada vez mais. Dentre as novas fontes, podemos citar o cinema, o muralismo, os jogos e a fotografia. Entretanto, vale ressaltar que os domínios que abarcam a imagem são extremamente amplos e complexos, sendo utilizados cada vez mais não só como fonte de teses e trabalhos de cunho acadêmico, mas também em salas de aula.

Os professores do Ensino Fundamental e Médio estão adotando o uso de fontes imagéticas para uma maior elaboração do saber histórico junto aos alunos. Com essas fontes, os alunos constroem seus conhecimentos, além de aumentar suas conexões com a História em geral, pois conseguem se orientar no mundo, entendendo sua identidade perante a sociedade.

Quando usamos as imagens como fontes históricas em sala de aula, o aluno fixa em sua memória os acontecimentos e fatos. Logo, quando a imagem é retomada, – seja ela de qualquer dimensão ou especificidade, acaba por gerar a apreensão do conhecimento, pois já houve um contato com a fonte.

3. Análise imagética medieval

O método utilizado para análise da imagem medieval foi o mesmo desenvolvido por Hilário Franco Júnior (2008) – historiador brasileiro especialista em Idade Média Ocidental – durante um tempo, para uma maioria da população medieval, as conexões analógicas sobre a lógica foram as que permaneceram em seus imaginários.

Esse, “pensamento analógico medieval” é feito por “conhecimento conectado”, segundo Franco Jr. (2008), o conhecimento medieval pode se dar de duas formas, ou ele é acumulativo ou é resultado de conexões entre ideias, elementos ou, até mesmo, conceitos. Sendo que, essa busca de semelhanças entre os fenômenos e os seres é muito importante.

No exemplo utilizado para entendermos uma das especificidades dessa apreciação, lembrando que é só uma dentre várias, a análise imagética de uma iluminura – arte de ornamento de um texto -, geralmente parte de um códice, que são livros típicos do medieval, representados por letras capitulares, arabescos nas páginas e também por miniaturas das passagens do livro, percebe-se tais conexões.

A iluminura recebe o nome de *Lucifero*, está inserida no *Codex altonensis* de, aproximadamente, 1360. Produzida na região de Bolonha, na atual Itália, tal livro se encontra na Biblioteca *Christianeum*, em Hamburgo, na Alemanha.

Constata-se que o *codex* é uma cópia do livro de Dante Alighieri – escritor, político florentino, que viveu dos anos 1265 a 1321 –, *Commedia* (1321), que hoje é conhecida como a Divina Comédia, graças a Boccaccio, um grande estudioso e admirador florentino de Dante, que resolve mudar o nome da obra.

Lucifero se encontra especificamente no folio 48, frente e verso, e, na história de Dante, esse está na última parte do nono círculo do livro Inferno. Nele se encontra os maiores traidores de seus benfeitores, inclusive a personagem dessa análise, Lúcifer, a qual traiu Deus.



Figura 1 – Lucifero, Codex Altonensis, folio 48r, 1360.



Figura 2 – Lucifero, Codex Altonensis, folio 48v, 1360.

Bueno (2015) aponta que, *Lucifero* é um ser de caráter grotesco, com características animais, humanas e fantásticas – três cabeças – sendo caracterizado como um ser tricéfalo.

Ainda segundo Bueno, após entendermos como se dá o pensamento analógico e visualizar as três cabeças de *Lucifero*, torna-se indispensável pensar que: “compreender o motivo de Dante ter pensado em um Diabo com três cabeças é entender o possível pensamento de quem leria seu livro, associando instantaneamente as três cabeças à Trindade”. (BUENO, 2015, p. 108)

Tomando os estudos de literatura sobre o Inferno, Aguiar (1998) nos mostra que, se no Paraíso há um Deus representado por três figuras – pai, filho e espírito santo – que carrega em si características como divina potestade, supremo saber e o primo amor, no Inferno deveria haver, de uma maneira maniqueísta, um ser maléfico que tivesse três atributos opostos

a esses citados, ou seja, a impotência, a ignorância e o ódio e para a representação desses atributos era comum que Lúcifer aparecesse como um ser tricéfalo, representado pelas cores da face do *Lucifero*, amarela, preta e vermelha respectivamente, conforme a descrição dantesca, o que também encaixa-se no pensamento analógico: a partir do momento que você vê as cores, associa-as de maneira ruim ao *Lucifero* e de maneira bondosa ao oposto desse, Deus (BUENO, 2015).

Ainda sob a luz do método do pensamento analógico e segundo Roberto Mercuri (1992, p. 10) - historiador italiano com áreas de atuação em história social, “Dante faz um jogo de representações entre ele e Deus, em que Dante está para Deus assim como *Commedia* está para o Universo, em uma relação de criador e criatura”.

Lucifero, além das três cabeças, contém asas de morcego para lhe conferir mais agilidade, finalizando a utilização do método de análise nota-se que é um animal peludo, sendo seu pelo parecido com o de um macaco. O motivo para isso, segundo Bueno (2015, p. 118), poderia ser de que “assim como o Diabo imita Deus, o macaco imita o homem [...] o Diabo está para o macaco assim como o Deus está para o homem, apresentando tanto no Diabo quanto no macaco a impotência de não serem o “Todo-poderoso” e o “racional”, respectivamente.

4. Conceito de Representação e seus usos nas análises imagéticas

Tendo em vista a história cultural (que tem em sua essência também a história das mentalidades, que perpassa pela ideia de inconsciente coletivo colocada por Freud na psicologia), a partir de Chartier pode-se somar aos conceitos históricos os de representação, que de forma sucinta pode ser a “percepção do social”. “A história social, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1985, p. 16 - 17)

Ao impor a sua concepção sobre o mundo social, um grupo ou pessoa não são neutros, pelo contrário, revelam seus posicionamentos em relação aos fatos. O confronto entre diferentes representações nos mostra as construções contraditórias de identidades e a disputa por poder ou dominação de uma determinada perspectiva. Os “atores” das representações “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.”

Mudando um pouco o rumo do discurso até então colocado, em vista do que ele mesmo diz, devemos lembrar que a posição que escolheu-se abordar sobre a imagem como

fonte histórica, é uma preocupação que se apresenta a partir de nossa posição como pesquisadoras. Ao usar as ideias de Chartier não queremos dizer que tomamos o assunto exemplificador dele, muito pelo contrário. Chartier cria o conceito de representação para dar conta do objeto que o preocupa, como por exemplo quando cita o Antigo Regime. Nós, porém, nos preocupamos com o conceito de representação para pensar o que as imagens criam.

Voltando ao conceito do autor referenciado – a representação pode dar-se de duas formas, uma pela ausência da coisa representada, havendo então uma diferença radical “entre aquilo que representa e aquilo que é representado”; ou pela presença de algo ou alguém que deve ser apresentado. Colocando tal ideia dentro de um exemplo, as duas definições podem assim ser vistas: a foto de uma coroa representa uma ausência da coroa (objeto), porém o símbolo coroa (mediante seu formato e brasão) também pode representar um determinado rei. Por fim, é preciso que se perceba a distinção entre “representação e representado” e a diferença entre “signo e significado”.

Entrando no campo da representação, a diferença entre signo e significado pode ser observada quando pesquisou-se as imagens que se formaram sobre o Sistema Judiciário durante o período republicano brasileiro de 1889-1945 (FONTANINI, 2015). Sabe-se que o Sistema Judiciário não pode ser uma coisa representada (tal como um objeto), visto que não tem forma, porém pode-se identificar seus signos que são representados ao longo do tempo.

Para este caso, analisou-se as revistas brasileiras republicanas no período de 1889 até 1945, principalmente as de maior circulação como “O Gato”, “O Malho” e “Caretta”, no intuito de abordar um longo período que passou por diferentes processos políticos, econômicos e culturais. Durante a análise, alguns signos mantiveram-se constantes sobre o Poder Judiciário, como por exemplo: a deusa Themis, o Juiz, o Júri popular, os advogados, os tribunais, entre outros. Tais imagens foram encontradas em charges e caricaturas dentro das revistas descritas no período.

É claro que devemos tomar cuidado com algo que não vamos nos ater agora, charges e caricaturas, pois estas foram usadas para encontrarmos imagens e carecem de seus próprios conceitos e metodologias. O que nos interessa é o fato de que estes artifícios podem nos proporcionar uma imagem visual sobre um conceito que não existe fisicamente, que é abstrato – o Poder Judiciário.

Abaixo, algumas das representações da imagem da Themis:



Figura 3 - Themis, O Gato, 1911-1912.

Como já dito, além da Themis haviam outras imagens que nos chamaram a atenção, como por exemplo a do Supremo Tribunal Federal, representado quase sempre por um velhinho:



Figura 4 - Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Eleitoral, Careta 1935-36.

Existem muitas imagens que representam o Poder Judiciário, porém analisando a temporalidade desta representação nas revistas, é possível perceber uma certa constância das figuras representativas nunca estarem íntegras, ou seja alinhadas, corretas, dignas, honestas,

honradas entre outros. Independente da inclinação política das revistas ou dos caricaturistas, a Themis sempre aparecia mal vestida, com a espada corrida, a balança desequilibrada, o olho destampado, e, por vezes, bêbada e prostituída. O Juiz e o Supremo Tribunal com feição de inocentes alheios aos assuntos que lhes são comuns, ou ainda estavam sempre com desdém. Já o Júri popular era pobre e mal instruído, os advogados espertos ou estrategistas.

5. Considerações Finais

As mudanças historiográficas ampliaram as noções de objeto, as abordagens, as problemáticas e, até mesmo, a própria História. Pensar a imagem como um objeto de análise é se deparar com um mundo complexo e fascinante. Sendo assim, nas especificidades encontramos um eixo comum, que é muito importante para nós, historiadores, e futuros professores de História.

Seja nos uso em salas de aula, seja como uma análise aprofundada e de cunho acadêmico ou, simplesmente, relacionando o nosso pensamento histórico sobre o cotidiano, a imagem se faz presente e é necessária na contemporaneidade.

Baseando-nos na obra *Testemunha Ocular*, as representações das imagens, sejam elas de qualquer suporte, podem nos levar a experimentar e compartilhar experiências não-verbais. Ainda segundo Burke (2004), “essas mesmas imagens podem nos conduzir ao conhecimento de culturas passadas, mas, não somente, as mesmas podem nos traduzir, em palavras, o “testemunho mudo das imagens”.

Muito nos encanta as imagens, muito nos conta as representações, logo é inegável a importância desta ferramenta para a História.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, F. Visões do inferno ou o retorno da aura. In: NOVAES, Adauto (etal). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- BUENO, L. de B. S. B. Diálogo entre a escrita e a imagem: uma análise sobre o Grotesco a partir da imagem de Lucifero no *Codex Altonensis* (1360), In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos da Imagem [e do] II Encontro Internacional de Estudos da Imagem* [livro eletrônico] / Angelita Marques Visalli, André Luiz Marcondes Pelegrinelli, Pamela Wanessa Godoi (orgs.). – Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. p. 99-116
- BURKE, P. *Testemunha Ocular – história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- FONTANINI, K. G. M. A representação imagética do Poder Judiciário na imprensa republicana brasileira (1889 – 1930). In: *Anais do XXIV EAIC – Encontro Anual de Iniciação Científica da UEL – 2015*. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eaic/anais/pages/edicao-atual.php>> Acesso em: 05 de set de 2016.
- FRANCO JR., H. *Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval* - Nulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre. BUCEMA, Hours-série n° 2, 2008.
- GREENAWAY, P. Ep. 01 - *Tudo é tela*. Canal Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MjYKsm8QPno>>. Acesso em: 20 de set. de 2016.
- LE GOFF, J. e NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SCHMITT, J.C. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru-SP: Edusc, 2007.

UTILIZANDO HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA ESCOLA – A LINGUAGEM DOS QUADRINHOS E O ENSINO DE HISTÓRIA

ISSN: 2595-1645

Eloyr Doin Pacheco (UNOPAR)

Resumo: Clássicos da Literatura e acontecimentos históricos adaptados para as Histórias em Quadrinhos atendem uma demanda surgida naturalmente no ensino fundamental e médio. O mercado editorial identificou este nicho de mercado há décadas. O professor, mesmo sem conhecer profundamente a linguagem das HQs, muitas vezes utiliza essas publicações na sala de aula, simplesmente pelo fascínio que elas exercem nos alunos. A linguagem dos Quadrinhos é híbrida e, ao contrário do que aparenta, complexa. Este artigo, no intuito de entender essa ferramenta de apoio didático, enumera os diversos elementos que compõem a linguagem das Histórias em Quadrinhos, também chamada de Arte Sequencial. A partir do conteúdo dos livros *Como usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula* (RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro [Orgs.], 2004) e *História em Quadrinhos na Escola* (CALAZANS, Flávio, 2ª edição, 2005) apresenta elementos para ampliar essa experiência no ambiente educacional. As obras *A Revolta de Canudos* (DINIZ, André; AGUIAR, José, 2008), *A Guerra dos Farrapos* (DINIZ, André; EDER, Antonio, 2008) e *A Inconfidência Mineira* (DINIZ, André; LAUDO, 2008) são avaliadas para que todo o seu potencial seja explorado na escola, mais especificamente, nas aulas de História do Brasil.

Palavras-chave: História. Educação. História em Quadrinhos.

“Histórias em quadrinhos são a fantasmagórica fascinação daquelas pessoas de papel, paralisadas no tempo, marionetes sem cordões, imóveis, incapazes de serem transpostas para os filmes, cujo encanto está no ritmo e dinamismo. É um meio radicalmente diferente de agradar os olhos, um modo único de expressão. O mundo dos quadrinhos pode, em sua generosidade, emprestar roteiros, personagens e histórias para o cinema, mas não seu inexprimível poder secreto de sugestão que reside na permanência e imobilidade de uma borboleta num alfinete.” Federico Fellini (1991)

O que é História em Quadrinhos

Histórias em Quadrinhos⁴⁵² são imagens ordenadas em uma sequência lógica. A Via Sacra é uma História em Quadrinhos. Mesmo sem legenda, de estação em estação, você entende a caminhada de Jesus, do seu martírio até a sua crucificação e ressurreição, somente observando as imagens dispostas em sequência.

Bibe-Luyten (1993, p. 11) afirma que as Histórias em Quadrinhos são “formadas por dois códigos de signos gráficos: a imagem e a linguagem escrita” e alerta que “o fato de os quadrinhos terem nascido do conjunto de duas artes diferentes – literatura e desenho – não os

⁴⁵² Neste artigo serão utilizados os termos História em Quadrinhos, no singular; Histórias em Quadrinhos, no plural; as abreviaturas HQ e HQs, e ainda, Quadrinho.

desmerece.” Ser uma arte híbrida torna o Quadrinho muito interessante de ser analisado e estudado. Como exemplo, Bibe-Luyten (1993, p.12) lembra que no Cinema depois de um roteiro (texto) ser filmado (imagem) passa a ser uma outra arte: “depois de o roteiro passar para a linguagem cinematográfica não é mais literatura e, sim, uma nova e vigorosa modalidade artística.” Com a HQ, que começa com um roteiro (texto) que depois é desenhado (imagem), tem balões (representação de fala) e recordatórios ou legendas (narração) inseridos e letrados (texto) deixa de ser literatura e passa a ser uma outra linguagem.

As HQs, também chamadas de Arte Sequencial, têm elementos do texto/escrita e da imagem/arte integrados, superpostos. O quadrinhista⁴⁵³ Will Eisner (1989, p.08) escreveu: “A configuração geral da revista em quadrinhos apresenta uma sobreposição de palavra e imagem, e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais.”

Scott McCloud (2005, p.09) define Histórias em Quadrinhos como sendo “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador.” Então, imagens em sequência com legendas e balões são Histórias em Quadrinhos. Sim. Mas, HQs “mudas”, sem falas, também são Quadrinhos. Lembre-se da Via Sacra já comentada neste artigo.

Como se lê Histórias em Quadrinhos

Ler quadrinhos é ler e ver/olhar/observar. Eisner (1989, p.08) também afirma que: “As regências da arte (por exemplo, perspectiva, simetria, pincelada) e as regências da literatura (por exemplo, gramática, enredo, sintaxe) superpõem-se mutuamente.” Fica claro que o leitor de quadrinhos realiza um esforço para ler textos e interpretar imagens simultaneamente. “A leitura da revista em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual”, completa o criador de Spirit⁴⁵⁴.

Paulo Ramos (2009, p.14) observa que em seu trabalho “a abordagem teórica é feita de um ponto de vista linguístico-textual, que investiga a presença de diferentes signos (verbais e visuais) no mecanismo que leva o leitor a produzir coerência dentro de um processo sociocognitivo interacional.” Isso reafirma o esforço intelectual colocado por Eisner, ou seja, o esforço de interpretação exigido do leitor/expectador ao ler uma História em Quadrinhos.

⁴⁵³ Também pode-se utilizar “quadrinista”, para designar aquele ou aquela que produz Histórias em Quadrinhos, quer escrevendo (roteirizando) ou desenhando.

⁴⁵⁴ Spirit, o personagem mais famoso de Will Eisner, foi criado em 1940. Em 2008 foi adaptado para o Cinema num filme dirigido por Frank Miller, outro quadrinhista famoso.

“Ler Quadrinhos é ler sua linguagem, tanto em seu aspecto verbal quanto visual (ou não verbal)”, também escreveu Ramos.

A cumplicidade entre leitor e autor (no caso das HQs) é maior que a exigida entre expectador e diretor (no caso do Cinema). Aliás, o expectador não interage com o filme, embora haja mecanismos para isso, na HQ há uma interação lúdica onde o contato com a revista se dá pelas mãos do leitor que a toca e folheia. O ritmo é um aspecto curioso dos Quadrinhos. Comparativamente, no Cinema, onde o ritmo é determinado pelo diretor, no Quadrinho, o ritmo, que também podemos chamar de cadência, embora haja mecanismos de controle do idealizador da obra, é determinado pelo leitor, que pode folhear a revista conforme lhe convier ou desejar. Inclusive, de trás para frente. Como as imagens são estáticas, o movimento dos personagens ocorre na imaginação do leitor. Bem como o movimento entre quadros, de uma cena para outra.

Essa cumplicidade exigida do leitor ao ler uma HQ se dá até mesmo na direção do olhar, que deve ser na sequência “exigida” pela disposição dos quadros na página, da esquerda para a direita, e da ordem das páginas: 1, 2, 3, 4...

E, a ausência de som permite que a leitura de uma HQ possa ser dramatizada e, de forma divertida, as vozes colocadas nos balões podem ter seus tons escolhidos pelo leitor/receptor, que pode se tornar um ator de mil faces quando estiver lendo uma HQ!

Tanto no Cinema, quanto na HQ, o que se espera são reações do espectador/leitor. Mas, fica claro que este resultado (medo, susto, pânico, riso, choro...) no Cinema é mais controlado que no Quadrinho, que depende muito mais, para não escrever exclusivamente, da leitura-interpretação-ação realizada pelo receptor. E é este um dos pontos positivos que pode ser explorado pelo professor ao usar uma HQ como ferramenta de apoio didático.

Os elementos das Histórias em Quadrinhos

A partir do exposto e considerando que são muitos os elementos que compõem a linguagem dos Quadrinhos, detalharemos o principal ferramental que compõe uma HQ. Minimamente, uma História em Quadrinhos é composta por quadrinho, requadro, balão, onomatopeia e os sentidos de tempo e espaço.

Quadrinho e Requadro

Quadrinho, também chamado de vinheta, é o “container” – termo utilizado por Eisner (1989, p.43) – que serve para orientar o olhar do leitor na página. A disposição destes

quadrinhos segue a narrativa imposta/determinada pelo quadrinhista. Importante ter em mente que, quanto mais quadrinhos numa página, mais lenta é sua leitura; quanto menos quadrinhos numa página, mais rápida é a sua leitura. Portanto o número de quadrinhos determina o ritmo/tempo de leitura de uma página.

Geralmente o quadrinho é emoldurado por um elemento chamado de requadro. O termo emoldurado é proposital, lembre-se da moldura de um quadro. A função desta moldura é “recortar” o quadrinho no seu espaço na página. As molduras também podem ser utilizadas como elemento gráfico. Uma moldura que lembre os contornos de uma nuvem, por exemplo, pode passar a ideia de lembrança ou passado. Um *flashback* necessariamente precisa ter um requadro diferente dos demais para que o tempo nele determinado seja observado pelo leitor/expectador e assim não prejudique sua leitura.

Balão

Certamente este é o elemento que melhor determina o que é uma História em Quadrinhos. É considerado o signo mais representativo de um Quadrinho. O balão é o responsável por organizar as falas dos personagens. Na cultura ocidental nossa leitura é orientada da esquerda para a direita. Portanto, tantos os quadrinhos como os balões devem assim ser organizados. Seguindo esta orientação o leitor segue a ordem que deve ler os quadrinhos e os balões localizados naquela página. Logicamente caso deseje respeitar a vontade do autor.

Há muitos tipos de balões: fala (traço contínuo), grito (contorno irregular), choro (seus contornos lembram gelo derretendo), pensamento (o contorno lembra uma nuvem), cochicho (contorno pontilhado)... Ramos (2009, p.42) menciona que “Robert Benayoun, em *Le Ballon dans la Bande Dessinée*, elenca 72 formas distintas de balão.” Cita que Moacyr Cirne, Antônio Luiz Cagnin e Clarícia Akemi Eguti, entre outros pesquisadores da Arte Sequencial, também fazem esta menção.

Onomatopéia

As onomatopéias não são exclusividade dos Quadrinhos. A poesia “O Relógio” de Vinícius de Moraes (1913-1980), escrita em 1970, é um ótimo exemplo:

Passa o tempo tic, tac, tic, tac passa a hora / Chega logo tic, tac, tic, tac, vai-te embora, / Passa tempo bem depressa / Não atrasa nem demora, Que já estou muito cansado, / Já perdi toda alegria / de fazer meu tic-tac, tic, tac, dia

e noite, noite e dia, / tic, tac, tic, tac, dia e noite, noite e dia / Tic-tac-tic-tac-tic-tac, tic-tac... (MORAES, 1991)

A partir de uma reflexão sobre o verbo **tiquetaquear**, colocamos que são muitas as fontes de origem das onomatopeias, embora sempre estas estejam normalmente sujeitas a criatividade do quadrinhista. Na língua portuguesa são muitos os exemplos de sons que se tornaram verbos. Apenas como exemplo, **mugir**, originado do **mu** da vaca.

Flávio Colin (1930-2002), na página 19 do álbum “Histórias Gerais”, publicado em 2001 pela Prefeitura de Belo Horizonte através da Lei de Incentivo à Cultura, utiliza “pocotó, pocotó, pocotó” para sonorizar uma cavalgada e Angeli, na HQ Rê Bordosa Grávida, publicada na revista Chiclete com Banana número 9 (2ª edição, 1992), escreve “coça, coça, coça” para representar o som da personagem título coçando sua cabeça. Experiências como esta mostram a riqueza que esse tipo de experiência pode proporcionar na leitura de uma História em Quadrinhos.

No Brasil, devido a popularidade dos *comics* – quadrinhos de super-heróis americanos – nos familiarizamos com as onomatopeias originadas do léxico americano. Bibe-Luyten (1993, p.14) menciona que a língua inglesa, curiosamente, manteve-se incorporada nas onomatopeias nas revistas de Histórias em Quadrinhos que foram traduzidas para o português. Desta forma temos como exemplos SLAM!, CRACK!, SNIFF, SPLASH! e GULP, mencionados pela autora. Resumidamente temos, “slam”, que significa batida, muito comum nos Quadrinhos para apresentar o som de uma porta batendo; “to crack”, significa rachar, utilizada para representar o som de um objeto quebrando; “sniff”, farejar; “to splash”, pessoa ou objeto caindo na água e “gulp”, engasgar. Nesta mesma linha de pesquisa, Ramos (2009, p.79) cita, entre outros, o verbo “to clash”, espartifar-se.

A representação de sons e ruídos nos Quadrinhos é um desafio gigantesco. Numa HQ temos, por exemplo, a representação humana, com, gritos (AAAAAAHH!) e gemidos (UNGH!); máquinas (KTK-KTK-KTK...) e veículos (VROMMMM!), com os seus motores; pássaros (BEM-TE-VI! BEM-TE-VI!) e aves (CO-CO-CÓ-RI-CÓ!), com seus cantos e animais com seus grunhidos (GRRRRR!); fenômenos da natureza, como raios (K-TA-BUM!) e trovões (BRRR-BOOOM!). Onomatopéias também podem ser elementos gráficos, complementando o visual dos quadros/vinhetas. McCloud (2005, p.134) afirma que “(...) variações de letra, dentro e fora dos balões, mostram um *esforço contínuo* pra (sic) capturar a *essência do som* (grifo do autor).”

O Tempo e o Espaço nos Quadrinhos

Primeiro, observamos que o espaço geográfico, tem função específica nos Quadrinhos. Ramos (2009, p.136) afirma que nos Quadrinhos “o espaço varia: pode ser uma imagem de paisagem ou até do espaço sideral.” O espaço geográfico nos Quadrinhos é comumente chamado de ambientação. Uma história em quadrinhos pode se passar no deserto, na Lua, nas selvas, na Grécia Antiga... E o ambiente, que pode também ser chamado de cenário, é mais um elemento a ser estudado na composição de uma HQ.

Tempo e espaço nos quadrinhos tem um mesmo aspecto. Sobre a fusão tempo/espaço McCloud (2005, p.100) afirma que “quando aprendemos a ler quadrinhos, aprendemos a perceber o tempo *espacialmente*, pois nas histórias em quadrinhos, *tempo e espaço* são uma única coisa (grifo do autor).”

O tempo em uma HQ pode ser representado de diversas formas, como por exemplo, um relógio desenhado marcando determinada hora ou, simplesmente, a lua cheia num céu nebuloso. Imagine um cronometro em contagem regressiva: ...3, 2, 1 BOOOOMMMMM! Foi uma bomba explodindo? Um foguete espacial rumo à Lua? A imagem certamente responderia essa duvida. De qualquer forma, o tempo determinado na contagem regressiva, muito útil para ilustrar sua passagem, antes do final da ação.

Eisner (1989, p.30) menciona a HQ *Foul Play*, publicada originalmente 1949 e escreve: “o tempo é essencial para os elementos emocionais do enredo.” Na referida HQ utilizou uma forma inusitada de medição de tempo lançando mão de recursos como uma torneira pingando, um fósforo sendo aceso, um dos personagens escovando os dentes e outro descendo as escadas de um edifício.

Cirne escreve:

“O discurso cinematográfico proporciona uma leitura duplamente temporal: existe a leitura do tempo narrado e existe a leitura do tempo narrativo. Ou seja, no espaço de duas horas e meia (tempo narrativo) podemos receber uma informação correspondente a 4 ou 5 milhões de anos (tempo narrado): 2001, de Kubrick. No espaço normal de duas horas recebemos informações que variam entre decênios, anos, meses, semanas e dias: do tempo narrativo ao tempo narrado.” (CIRNE, 1972, p.53)

Diferentemente do cinema, o quadrinho congela as cenas/imagens e as apresenta quadro a quadro e o leitor/expectador segue seu olhar na direção da sequência proposta preenchendo as lacunas temporais no entre quadros. Cirne ainda faz o seguinte registro:

“A narrativa dos quadrinhos funda-se sobre o salto de imagem em imagem, fazendo da elipse (resultante do emprego numeroso, visto que necessário, de cortes espaciais e espaço-temporais) a sua marca registrada: a narrativa dos quadrinhos funda-se sobre a descontinuidade gráfico-espacial, portanto.”
(CIRNE, 1972, p. 39/40)

Para melhor compreensão de tempo nos Quadrinhos, McCloud (2005, p.94) registra que “cada painel mostra um único *momento no tempo*. E, entre esses momentos congelados – entre os quadros –, nossa mente preenche os *momentos interpostos*, criando uma ilusão de *tempo e movimento* (grifo do autor).”

Livro 1: Como usar as Histórias em Quadrinhos na sala de aula

No livro “Como usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula”, organizado por Angela Rama e Waldomiro Vergueiro, os interessados pelo tema poderão encontrar seis artigos: “Uso das HQs no Ensino” e “A Linguagem dos Quadrinhos: uma ‘alfabetização’ necessária”, ambos de autoria de Waldomiro Vergueiro; “Os Quadrinhos em aulas de Língua Portuguesa”, de Paulo Ramos; “Os Quadrinhos no ensino de Geografia”, de Angela Rama; “Os Quadrinhos na aula de História”, de Túlio Vilela e “Os Quadrinhos no ensino das Artes”, de Alexandre Barbosa.

O artigo “Uso das HQs no Ensino”, de Waldomiro Vergueiro, relata rapidamente a origem dos Quadrinhos e aprofunda-se sobre sua evolução a partir da Segunda Guerra Mundial, quando surgem novos gêneros de HQs. Na sequência, detalha como se deu a censura às Histórias em Quadrinhos e apresenta o Código de Ética elaborado por editores brasileiros seguindo o modelo adotado nos Estados Unidos no período do Macarthismo. Vergueiro apresenta porque os Quadrinhos podem ser uma boa ferramenta de apoio didático na sala de aula. Entre os argumentos apresentados escreve que “a interligação do texto com a imagem, existente nas histórias em quadrinhos, amplia a compreensão de conceitos de uma forma que qualquer um dos códigos, isoladamente teria dificuldade para atingir (p.22).”

Em seguida, o artigo “A Linguagem dos Quadrinhos: uma ‘alfabetização’ necessária”, também de autoria de Waldomiro Vergueiro, apresenta os elementos dos Quadrinhos, começa

com a linguagem visual, que também chama de icônica, segue com o quadrinho ou vinheta, planos e ângulos de visão, montagem, protagonistas e personagens secundários, figuras cinéticas e metáforas visuais, a linguagem verbal, o balão, a legenda, e, finalmente, a onomatopeia. Ótimo artigo complementado por imagens de Histórias em Quadrinhos. Poderia ter sido mais fartamente ilustrado e com imagens maiores, para melhor visualização.

Os quatro artigos seguintes trazem propostas de utilização das HQs no ensino e utilizam a mesma metodologia de exemplificação. “Os Quadrinhos em aulas de Língua Portuguesa”, de Paulo Ramos, após uma rápida abordagem sobre o tema apresenta dez propostas para uso no ensino de língua portuguesa. São elas: adequação/inadequação; variação linguística; preconceito linguístico; fala e escrita; aspectos da oralidade; caracterização dos personagens; depreensão do sentido por meio do contexto; produção de sentido/coerência; coesão e, por fim, recursos de expressão visual.

“Os Quadrinhos no ensino de Geografia”, de Angela Rama, apresenta seis propostas: Cartografia (símbolos e convenção cartográfica e escala); paisagem e espaço geográfico no universo dos quadrinhos; o Brasil nos quadrinhos estrangeiros; a Família Pato e os ideais capitalistas; geopolítica na reportagem quadrinizada de Joe Sacco⁴⁵⁵, e o rural e o urbano.

“Os Quadrinhos na aula de História”, de Túlio Vilela, é o artigo que mais interessa ao tema proposto neste artigo. Na introdução o autor destaca os livros “Da Colônia ao Império: Um Brasil pra inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito”, escrito por Lilia Moritz Schwarcz⁴⁵⁶ e ilustrado por Miguel Paiva, e “Cai o Império: República vou ver!”, também de Lilia Moritz Schwarcz e ilustrado por Angeli. Em seguida indica as obras “A Guerra dos Farrapos” (L&PM Editores, 1985), escrito por Tabajara Ruas e ilustrado por Flávio Colin, e “Adeus, chamigo brasileiro” (Cia. das Letras, 1999), escrito e desenhado por André Toral⁴⁵⁷. Ótimos exemplos de obras que podem ser utilizadas pelo professor no ensino de História.

Curiosamente menciona Conan, O Bárbaro⁴⁵⁸, personagem ambientado na hipotética Era Hiboriana, sob o gênero espada e magia. Quem é(são) o(s) autor(es)? Quando e onde foi

⁴⁵⁵ Também é autor de *Área de Segurança: Gorazde* (2001), publicado no Brasil pela Conrad. Jornalismo em Quadrinhos é um gênero de HQ em crescimento.

⁴⁵⁶ É professora titular no Departamento de Antropologia da USP. Seu livro *As barbas do imperador - D. Pedro II, um monarca nos trópicos* ganhou o prêmio Jabuti de Livro do Ano, em 1999. Também escreveu a HQ *D. João carioca* ilustrada por Spacca.

⁴⁵⁷ Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em História pelo Departamento de História (FFLCH/ USP).

⁴⁵⁸ Personagem criado em 1932 por Robert E. Howard. Em 1970 foi adaptado para ser publicado em Quadrinhos pela Marvel Comics por Roy Thomas e Barry Windsor-Smith. Atualmente no Brasil é publicado pela Mythos Editora.

produzida? Por quem fala? A quem se destina? Qual a sua finalidade? Estas são perguntas importantes respondidas pelo autor em seu artigo para nortear o professor no planejamento de suas aulas. Aliás, questões como estas são comumente utilizadas pelos historiadores na análise de fontes. Em seguida, Vilela discorre sobre História em Quadrinhos e Memória e anacronismo, verossímil e inverossímil nos Quadrinhos. Pontos por demais importantes para serem esquecidos pelos professores ao utilizar quadrinhos no ensino. Finaliza seu artigo orientando o professor a incentivar seus alunos a produzirem HQs na sala de aula.

O último artigo do livro “Como usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula” parece tratar do óbvio, mas não. “Os Quadrinhos no ensino das Artes”, de Alexandre Barbosa, traça paralelos entre a Arte e os Quadrinhos que podem ser explorados e muito na escola. O autor apresenta pontos como perspectiva, anatomia, luz e sombra e composição que podem ser estudados a partir dos Quadrinhos. Também sugere que o professor incentive seus alunos a criar suas próprias HQs.

Livro 2: Histórias em Quadrinhos na Escola

O livro “História em Quadrinhos na Escola”, escrito por Flavio Calazans, é dividido em: Introdução, As Histórias em Quadrinhos, Os Quadrinhos: usando como conteúdo didático; Os Quadrinhos e a linguagem cinematográfica; Quadrinhos produzidos como forma de apoio ao ensino; Produzindo Quadrinhos; Programa do Curso e Bibliografia sobre Histórias em Quadrinhos com resenhas críticas. Este livro, com bem menos páginas que o necessário para um bom desenvolvimento do assunto, é bem mais direto e pode ser considerado uma boa “cartilha” para o professor interessado em utilizar HQs na sala de aula.

Inicialmente, Calazans apresenta alguns pontos curiosos, como, por exemplo, os quadrinhos são conhecidos em alguns países. No Brasil, Gibi vem do nome muito popular de uma publicação dos anos 1930 que se tornou sinônimo de revista de Histórias em Quadrinhos. Faz sugestões de como coletar revistas e criar uma Gibiteca na escola e analisa os Quadrinhos em relação à linguagem cinematográfica. No capítulo “Quadrinhos produzidos como forma de apoio ao ensino” cita publicações lançadas há muitos anos no Brasil, como é o caso da série Edição Maravilhosa, da Editora Brasil-América (EBAL), lançada nos anos 1960, muito difícil de se encontrar para utilizar na sala de aula. Seguindo suas indicações, passa a registrar, na maioria, cartilhas publicadas como, por exemplo, pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo, pela SABESP, pelo PROCON e Centro de Zoonoses da Prefeitura de São Paulo. Considerando um material de difícil acesso, resalto a importância de o professor ficar atento ao lançamento deste tipo de publicação, que pode ser muito útil em suas tarefas como

educador. Entre o material que vale o registro, Calazans fala sobre a série Vira-Lata, criada por Paulo Garfunkel e Líbero Malavoglia e supervisionada pelo Dr. Drauzio Valela, e distribuída na segunda metade dos anos 1990 no presídio do Carandiru, em São Paulo, com o intuito de prevenir contra a AIDS. Uma iniciativa importante e inédita na época.

O autor também incentiva a produção de HQs na escola, publica um programa de curso com uma visão panorâmica da História das Histórias em Quadrinhos, também muito útil no planejamento de aulas do professor, e ainda uma bibliografia comentada em poucas linhas com obras que considera relevantes publicadas entre os anos de 1970 a 2003.

A Revolta de Canudos

A Revolta de Canudos, roteirizada por André Diniz e desenhada por José Aguiar, lança mão de um traço considerado “anguloso”, pontiagudo, onde há predominância de linhas retas. O estilo do desenhista combina com as cenas áridas e o agreste ganha destaque nesta escolha de estilo. Chama a atenção o azul utilizado para colorir os céus presentes na história. Provavelmente proposital pela questão divina contida neste episódio.

A HQ começa com uma retratação de uma página do Jornal O Rabudo, semanário independente que circulou em Sergipe no final do século XIX. Em seguida menciona um texto do jornal publicado em 22 de novembro de 1874. As expedições militares que marcharam contra Canudos são apresentadas e o narrador pode ser confundido pela organização dos balões nas páginas da HQ. Ao final, um dos textos dos manuscritos deixados por Antonio Conselheiros é utilizado para narrar a HQ.

A Guerra dos Farrapos

A Guerra dos Farrapos, escrita por André Diniz e desenhada por Antonio Eder, opta por um traço que pode ser chamado de cartunesco, muito utilizado nos quadrinhos de humor. Isso pode facilmente criar um distanciamento da realidade que uma adaptação histórica não deveria proporcionar. A amenização da retratação dos acontecimentos pode causar estranheza aos alunos. Por exemplo, a ponte sobre o Rio Gravataí é apresentada de forma muito simples, provavelmente sem o uso de referência.

A Inconfidência Mineira

A Inconfidência Mineira, também roteirizada por André Diniz e ilustrada por Laudo, que utiliza um traço rápido e caricato que atenua o drama deste momento da História do Brasil. Nas primeiras páginas da HQ há uma cena imaginária onde Joaquim José da Silva

Xavier, o Tiradentes, detalha seu plano onde pretende decapitar o Barão de Barbacena. Esta sequência foi retratada em tons de vermelho, mas que não traz toda a carga dramática a que se propõe.

A derrama – imposto cobrado anualmente – é comentada diversas vezes no decorrer da história. No final é apresentada parte da sentença que decreta o enforcamento e o esquartejamento de Tiradentes. Na cena do enforcamento pode-se observar o carrasco sobre o corpo do mártir ainda pendurado na forca usando seu peso para executar a sentença. Cena forte atenuada pelo traço adotado pelo desenhista.

Considerações finais

Conhecendo os elementos que compõem uma História em Quadrinhos o professor terá melhores condições de analisar obras que podem contribuir com o ensino de História na sala de aula e caso se proponha a incentivar os alunos a produzirem suas próprias HQs terá condições de orientá-los mais objetivamente.

Importante ressaltar que o requadro, o balão e as onomatopeias são elementos essenciais na composição de uma História em Quadrinhos, transcendem suas naturezas elementares para se tornarem também signos com mecanismos próprios de comunicação determinante na relação entre autor e leitor, transmissor e receptor. Nada é simples num “gibi”.

As HQs A Revolta de Canudos, A Guerra dos Farrapos e A Inconfidência Mineira trazem traços e estilos que atenuam as situações históricas. Esse contraponto com outras ilustrações e iconografia levantada pode ser interessante para discussão na sala de aula e a partir dele ampliar o debate iniciado com as suas leituras. A questão estética pode levar a discussões importantes com os alunos.

As obras elencadas podem facilmente ser inseridas como apoio didático no ensino fundamental 2 (6º ao 9º ano) e podem gerar uma série de pesquisas posteriores às suas leituras. Por exemplo, na HQ A Revolta de Canudos mostra o Jornal O Rabudo pode ser uma excelente pesquisa. Esse jornal existiu realmente ou foi apenas um artifício do autor para narrar a história? Essa simples pergunta pode levar os alunos a terem um outro olhar sobre aqueles fatos. Desta mesma forma a sentença que decretou o enforcamento de Tiradentes também pode ser explorada.

Usar Quadrinhos na sala de aula pode ser muito divertido e enriquecedor, tanto para o professor quanto para os alunos, mas, é preciso cuidado para não simplificar os acontecimentos históricos. Estereotipar os sujeitos históricos é outro cuidado que o professor

deve ter, pois isso pode ocorrer facilmente pela perda do senso de realidade que uma História em Quadrinhos proporciona.

Referências bibliográficas:

BIBE-LUYTEN, Sonia M. **O que é história em quadrinhos**. 3ª edição, São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, 1993

CALAZANS, Flavio. **História em quadrinhos na escola**. 2ª edição, São Paulo: Paulus, 2005.

CIRNE, Moacy. **Para ler os quadrinhos: da narrativa cinematográfica a narrativa quadrinizada**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989

FELLINI, Federico. **Viagem a Tulum**. São Paulo: Editora Globo, dez/1991 a fev/1992 em três partes

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: M.Books, 2005

MORAES, Vinícius de. **A arca de Noé: poemas infantis**. 4ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Valdomiro (orgs). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

DINIZ, André. **A revolta de Canudos**. Ilustrações de José Aguiar. São Paulo: Coleção História do Brasil em Quadrinhos, Escala Educacional, 2008.

_____. **A guerra dos Farrapos**. Ilustrações de Antonio Eder. São Paulo: Coleção História do Brasil em Quadrinhos, Escala Educacional, 2008.

_____. **A inconfidência mineira**. Ilustrações de Laudo. São Paulo: Coleção História do Brasil em Quadrinhos, Escala Educacional, 2008.

NARRATIVAS DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: NOÇÕES SOBRE HISTÓRIA

ISSN: 2595-1645

Prisciele Maicá Silveira

(Mestrado em História Social, Universidade Estadual de Londrina, UEL)

Orientadora Marlene Rosa Cainelli

(Universidade Estadual de Londrina, UEL)

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa em fase de desenvolvimento junto ao programa de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado em História Social, na linha de História e Ensino, juntamente com a Prof.^a Dr.^a Marlene Rosa Cainelli da Universidade Estadual de Londrina – UEL. O objetivo é investigar as noções sobre história adquiridas pelos alunos do 4º ano durante o curso de Licenciatura em História, turmas de 2014 (matutino e noturno). É imprescindível destacar que será realizada uma reflexão acerca da aprendizagem histórica de acordo com os pressupostos defendidos pelo campo da Educação Histórica. Para tanto, pretende-se entregar um questionário aos alunos no primeiro semestre de 2017 a fim de traçar o perfil sociocultural dos mesmos. Em seguida, definir um grupo focal para a realização da entrevista, e por fim, efetuar a transcrição e análise das narrativas, que será feita levando em consideração as noções de História que os alunos apresentaram no primeiro ano do curso de História em pesquisa realizada em 2014. Para pensarmos as questões que envolvem a aprendizagem em história e a consciência histórica levaremos em conta as proposições de Jörn Rüsen, Peter Lee, Isabel Barca, Marlene Cainelli e Maria Auxiliadora Schmidt.

Palavras-chaves: Ensino de História; Educação Histórica; narrativas de alunos.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa em fase de desenvolvimento junto ao programa de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado em História Social, na linha de pesquisa História e Ensino, juntamente com a Prof.^a Dr.^a Marlene Rosa Cainelli da Universidade Estadual de Londrina – UEL. O objetivo é investigar as noções sobre história adquiridas pelos alunos do 4º ano durante o curso de Licenciatura em História, turmas de 2014 (matutino e noturno).

Nossa investigação se insere no campo de pesquisas da Educação Histórica, a partir do qual refletimos questões acerca da aprendizagem histórica dos alunos do

último ano do curso de licenciatura em História da UEL. Os caminhos para a realização desta pesquisa são basicamente os seguintes: um questionário aos alunos-formandos, a fim de traçar o perfil socioeconômico e cultural das turmas; a constituição de um grupo focal para a realização de uma entrevista; e a transcrição e análise das narrativas.

No processo de análise levaremos em conta as noções sobre História que os mesmos alunos apresentaram no primeiro ano do curso de História em uma pesquisa realizada em 2014 (SILVEIRA, 2014). Um estudo comparativo poderá nos ajudar a investigar se houve mudança nos conceitos expressos pelos estudantes quando ingressaram na universidade e quais noções históricas constituem, agora, o pensamento destes futuros professores de História.

É importante investigarmos as concepções históricas que demonstram ter os alunos do próprio curso de formação histórica para nos permitir refletir questões que envolvem tanto o processo de aprendizagem histórica, quanto à trajetória de quatro anos em um curso de História.

Isabel Barca realizou um estudo sobre o que os alunos pensam diante de diferentes respostas históricas para um mesmo evento do passado. A autora investigou várias escolas do norte de Portugal, e concluiu que, no que diz respeito ao pensamento histórico, é importante promover a reflexão acerca de múltiplas perspectivas e fontes históricas. (BARCA, 2001).

Marlene Rosa Cainelli nos oferece estudos muito significativos sobre o pensamento histórico dos alunos, como eles pensam a história. Em uma de suas pesquisas, realizada com alunos da terceira série de uma escola particular de Londrina, a autora analisa as ideias históricas expressas pelas crianças, que nos ajuda a compreender como as crianças formam conceitos históricos fundamentais para o processo de aprendizagem histórica. (CAINELLI, 2008a).

Cainelli também buscou investigar a concepção de tempo histórico dos estagiários do curso de História durante o estágio supervisionado. (CAINELLI, 2008b) Esses são apenas dois exemplos que contribuem para pensarmos acerca da formação do pensamento histórico dos alunos do ensino básico e do ensino superior em História.

Maria Auxiliadora M. S. Schmidt realizou pesquisa qualitativa com mais de 130 jovens da 8ª série de uma escola pública de Curitiba, e concluiu que a “frequente relação [que eles estabeleceram] entre passado e presente [...] pode ser um indicativo de que

esses jovens não têm interesse em aprender a História estudando apenas o passado.” (SCHMIDT, 2008, p. 94).

As pesquisas apresentadas fazem parte do campo de estudos da Educação Histórica, que tem como objetivo refletir sobre a natureza do conhecimento histórico, conseqüentemente, também em relação à aprendizagem histórica e consciência histórica. De forma resumida, podemos dizer que a Educação Histórica investiga como o sujeito aprende História e onde, ou de que forma, ele adquire esse conhecimento. (RAMOS, 2011b, p. 2131)

Além das fontes que serão produzidas através do questionário e da entrevista com os alunos, outras fontes históricas parecem indispensáveis para esta análise, como por exemplo, o Projeto Pedagógico de História (PPH), o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), a Base Curricular Nacional (BCN), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

PESQUISA REALIZADA EM 2014

Para o desenvolvimento de nossa investigação partiremos das concepções de História apresentadas pelos alunos em pesquisa realizada no ano de 2014, que teve por objetivo investigar o que os alunos ingressantes em 2011 e 2014 pensavam acerca do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Londrina, sobretudo a concepção de história destes estudantes (calouros e formandos), a expectativa dos alunos do 1º ano com relação ao curso, e possíveis questionamentos feitos pelo 4º ano ao curso. Foram distribuídos questionários às duas séries (1º e 4º ano), nos dois turnos (matutino e noturno) do curso, no início do segundo semestre de 2014, abrangendo aproximadamente 70 graduandos.

Perfil dos alunos

Os questionários foram entregues pessoalmente nas salas de aulas e via e-mail. A devolutiva correspondeu à 25 questionários, dos quais 12 eram do 1º ano (09 do matutino e 03 do noturno) e 13 eram do 4º ano (10 do matutino e 03 do noturno).

Dentre os 12 questionários do 1º ano, 07 foram de mulheres entre 18 e 25 anos de idade, e 05 foram de homens entre 18 e 30 anos. Dentre os 13 questionários do 4º ano, 04 foram de mulheres entre 22 e 29 anos; e 09 foram de homens entre 20 e 52 anos. Portanto dos 25 alunos que responderam aos questionários, 11 foram mulheres e 14 foram homens.

Por turno, foram 03 alunos e 06 alunas do primeiro ano matutino, 02 alunos e 01 aluna do primeiro ano noturno. Foram 07 alunos e 03 alunas do quarto ano matutino e 02 alunos e 01 aluna do quarto ano noturno.

Quanto à formação no ensino médio dos estudantes, apenas 11 alunos (05 do 1º ano e 06 do 4º ano) fizeram o ensino médio em Londrina, 02 alunos não informaram. Os outros 12 alunos são provenientes do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ibiporã e Apucarana (duas cidades próximas à Londrina).

Outro dado importante quanto ao perfil dos alunos diz respeito à experiência universitária anterior ao curso de História na UEL. Dos 25 alunos que responderam ao questionário, 11 alunos mencionaram alguma experiência em outro curso universitário, tais como: Serviço Social, Direito, Arquivologia na UEL, Administração na USP de Ribeirão Preto, Arquitetura na UNIFIL de Londrina, Ciências Sociais, Administração UNOPAR, e Letras Vernáculas.

Na pesquisa os alunos do primeiro ano foram codificados com a letra “G” que corresponde a Graduandos, indo de “G1” a “G12”, e os alunos do quarto ano correspondem a letra “F” de Formandos, e vão de “F1” a “F13”. A seguir estão os questionários que foram desenvolvidos e entregues aos estudantes.

Questionário entregue aos alunos do 1º ano/2014:

Perfil do aluno

Data:

Nome:

Idade:

Série e Período (M/N) em que está na graduação:

Colégio, período (M/N) e cidade onde estudou o ensino médio:

Indicar se já cursou ou iniciou outro curso na Universidade:

Questionário

1. *Por que escolheu o curso de História?*
2. *O curso de História é muito diferente do que você imaginava no ensino médio? Fale sobre.*
3. *O que é História para você?*
4. *Você gostaria de dar aulas de História (ensino fundamental, médio ou superior)? Por quê?*
5. *Você gostaria de iniciar um trabalho de pesquisa? Em qual área e por quê?*
6. *Se fosse para lecionar História, qual conteúdo você acharia mais interessante de trabalhar? Por quê?*
7. *O que você achou mais difícil até agora no curso de História? Fale sobre.*
8. *Se fosse possível, você preferiria não dar aulas? Por quê?*

Questionário entregue aos alunos do 4º ano/2014:*Perfil do aluno**Data:**Nome:**Idade:**Série e Período (M/N) em que está na graduação:**Colégio, período (M/N) e cidade onde estudou o ensino médio:**Indicar se já cursou ou iniciou outro curso na Universidade:**Questionário*

1. *O que é História para você?*
2. *Você se sente preparado para atuar como professor de História? Por quê?*
3. *Qual é o tema do seu TCC? Por que escolheu este tema em particular?*
4. *Se fosse para lecionar História, qual conteúdo você acharia mais interessante de trabalhar? Por quê?*
5. *O que você achou mais difícil até agora no curso de História? Fale sobre.*
6. *Se fosse possível, você preferiria não dar aulas? Por quê?*
7. *Depois da experiência do estágio você ainda acha que terá alguma(s) dificuldade(s) para dar aulas? Qual(s)?*

8. *Você consegue identificar alguma fundamentação teórica utilizada nas suas aulas durante a prática do estágio? Qual(s)?*
9. *Você já leciona? Desde quando? Qual disciplina e para qual série?*
10. *Indique uma experiência significativa de aprendizagem enquanto aluno do curso de História (na pesquisa, no ensino ou extensão).*

AS CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA DOS ALUNOS (Pesquisa de 2014)

De modo geral, os formandos de 2014 da UEL definem a História como um estudo ou pesquisa de caráter científico e crítico, uma definição muito mais ligada ao ofício do historiador, do que à disciplina de História. Podemos dizer que, para eles, História se trata de uma narrativa construída sobre um determinado acontecimento, por meio de uma interpretação, a partir de uma fonte disponível.

F1 Para mim é o estudo de tudo que envolve o homem, tanto no passado quanto no presente.

F2 Uma interpretação da ação humana no tempo passado e presente.

F3 História são narrativas sobre Acontecimentos em um Espaço Tempo.

F4 São narrativas construídas de acordo com a fonte primária em que está a sua disposição [...].

F6 O estudo do homem em determinado tempo e espaço [...].
(SILVEIRA, 2014, p.42).

Quanto à concepção de História que os alunos do 1º ano da UEL de 2014 apresentaram, é preciso levar em conta o fato de terem respondido ao questionário no 2º semestre da graduação, depois de já terem aulas nas disciplinas “Introdução à História” e “Antropologia e História” no 1º semestre, segundo a grade curricular do curso. Portanto, notamos uma noção acadêmica sobre o que é História. Vejamos algumas narrativas:

G1 Para mim, a História é o estudo do efeito do tempo sobre as pessoas e sobre a sociedade. É a disciplina que auxilia o homem a compreender e a se situar na sociedade em que ele vive.

G2 História para mim é uma disciplina que levanta questionamentos, discussões e permite o indivíduo entender o seu passado, além de conhecer temas do pensamento humano tão importantes na vida do cidadão.

G3 Entendo que história é muito mais do que o estudo de acontecimentos, mas de um contexto, análise do homem e sua ação em seu meio e tempo.

G5 História para mim é poder enxergar o outro pelo ponto de vista de sua mentalidade e contexto. (SILVEIRA, 2014, p.31)

A maioria dos alunos apresentou uma concepção de História relacionada com o contexto, ou seja, História é um estudo contextualizado. “História para eles é o estudo do homem ou da ação humana no tempo e no espaço e tudo o que nos rodeia” (SILVEIRA, 2014, p.30). Uma definição que imediatamente nos remete às proposições do historiador Marc Bloch acerca da História, em seu clássico livro “Apologia da História ou Ofício do Historiador”, além disso, aparece nas narrativas dos alunos a importância do presente como um fator que influencia e direciona as questões da produção historiográfica de determinado contexto histórico.

Para esses futuros professores, a História tem um papel: “auxiliar” o homem a “compreender e se situar” na sociedade em que vive (G1), “permitir” que o indivíduo entenda seu passado e conheça o pensamento humano (G2), tentar “enxergar” o outro a partir de seu contexto (G5). (SILVEIRA, 2014, p.31).

Diante desse quadro, investigar a concepção de História que os próprios alunos do curso de História apresentam no início e no final de sua graduação, é fundamental não só para compreendermos um pouco do processo de formação como historiador/professor, mas também quais ideias e concepções acerca da História permeiam a consciência histórica desses futuros profissionais da educação. A maneira como eu compreendo a História, determina a maneira como vou estudá-la e ensiná-la enquanto professora.

BIBLIOGRAFIA

BARCA, Isabel. “Concepções de Adolescentes Sobre Múltiplas Explicações em História”. In: BARCA, Isabel (Org.) **Perspectivas em Educação Histórica**. Braga: Universidade do Minho, 2001. p. 29-43.

CAINELLI, Marlene. A construção do pensamento histórico em aulas de história no ensino fundamental. **Revista Tempos Históricos**. v.12, 1º sem., 2008. p. 97-109.

CAINELLI, Marlene. Os saberes docentes dos futuros professores de História: a especificidade do conceito de tempo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, jul/dez 2008. p. 134-147.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Orgs.). **Educação Histórica: Teoria e Pesquisa**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, Isabel (Org.). **Perspectivas em educação histórica**. Universidade do Minho. CEEP, 2001. p.131-150.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. Apropriações da educação histórica de alunos egressos do curso de história da UEL. In: BARCA, Isabel. (Org.). **Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização**. 1ed. Braga - Portugal: Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2011. p. 289-310.

RÜSEN, Jörn. Didática: Funções do Saber Histórico. In: **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. (Tradução de Estevão de Resende Martins).

_____. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SHMIDT, M. A. et. al. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. (Tradução de Silvia Finocchio). Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 51- 77.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S. Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. In: **Revista Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE. v.12, n.1,2008. Disponível em < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewArticle/1945>> Acesso em 28 jun. 2016.

SILVEIRA, Prisciele Maicá. **Narrativas de alunos do 1º e 4º ano do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Londrina: um olhar sobre o curso (2014)**. 2014. 62 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2014.

UEL, Universidade Estadual de Londrina. **Projeto Pedagógico do Curso de História**. Resolução CEPE nº 0226/2009, de 29 de Outubro de 2009. Dispõe sobre a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História a ser implantado a partir do ano letivo de 2010. Governo do Paraná, Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2009/resolucao_226_09.pdf> Acesso em 05 jul. 2016.